



# Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 1539

Quinta-feira - 31 de Julho de 2014

Florianópolis/SC

## Sumário

### Municípios

Abdon Batista .....	2
Antônio Carlos .....	2
Barra Velha .....	6
Biguaçu .....	6
Bom Jesus do Oeste .....	41
Bom Retiro .....	42
Braço do Trombudo .....	44
Brusque .....	45
Caçador .....	46
Camboriú .....	47
Campo Alegre .....	53
Campos Novos .....	90
Canelinha .....	101
Canoinhas .....	102
Capinzal .....	104
Catanduvas .....	106
Chapadão do Lageado .....	108
Concórdia .....	109
Cordilheira Alta .....	110
Coronel Freitas .....	111
Coronel Martins .....	112
Corupá .....	114
Curitibanos .....	116
Dionísio Cerqueira .....	119
Forquilha .....	119
Fraiburgo .....	120
Garopaba .....	122
Garuva .....	127
Grão Pará .....	128
Guaramirim .....	129
Herval d'Oeste .....	147
Ilhota .....	148
Imbituba .....	149
Ipumirim .....	188
Irineópolis .....	199
Itá .....	200
Itapiranga .....	200
Itapoá .....	201
Jacinto Machado .....	202
Joaçaba .....	204
Lages .....	206
Lauro Muller .....	240
Lebon Régis .....	243
Lindóia do Sul .....	245
Luzerna .....	246
Mafra .....	248
Maracajá .....	248
Massaranduba .....	251
Modelo .....	252

Monte Carlo .....	306
Morro da Fumaça .....	306
Navegantes .....	307
Nova Trento .....	308
Novo Horizonte .....	309
Ouro Verde .....	310
Paial .....	311
Palhoça .....	311
Papanduva .....	331
Paulo Lopes .....	332
Penha .....	333
Pinheiro Preto .....	335
Pomerode .....	372
Ponte Serrada .....	378
Porto Belo .....	464
Porto União .....	466
Pouso Redondo .....	470
Presidente Castello Branco .....	470
Rio do Sul .....	471
Salto Veloso .....	475
Santa Terezinha do Progresso .....	477
São Bento do Sul .....	514
São Cristóvão do Sul .....	517
São Domingos .....	518
São João do Sul .....	518
São José .....	519
São José do Cedro .....	562
São Lourenço do Oeste .....	563
São Pedro de Alcântara .....	567
Schroeder .....	602
Serra Alta .....	637
Siderópolis .....	638
Sombrio .....	642
Timbó .....	643
Tunápolis .....	645
Videira .....	658
Vitor Meireles .....	665

### Associações

AMREC .....	666
-------------	-----

### Consórcios

CIM-AMAVI .....	667
CIMCATARINA .....	667
CIMVI .....	668
CIS/AMMVI .....	691

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Nelson Guindani - Presidente • Gilsoni Lunardi Albino - Diretor Executivo

Daniilo Murilo Chagas da Silva, Leandro Rateke, Marcus Vinícius da Silveira e Wendel Fabiano Ribeiro da Silva - Diagramadores

Rua Santos Saraiva, nº 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

**Abdon Batista****PREFEITURA****Processo 111/2014 PP 99/2014**

MUNICIPIO DE ABDON BATISTA - SC  
RESUMO EDITAL DE LICITAÇÃO  
PROCESSO ADMINISTRATIVO 111/2014  
MODALIDADE:PREGÃO PRESENCIAL 99/2014

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA RECUPERAÇÃO DO MICRO PLACA MEP-3319 DA FROTA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

TIPO : Menor preço POR ITEM.

Abertura da Sessão: 14:00hs. do dia 14/08/2014. Informações complementares e Edital obedecendo as normas e artigos da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02 e suas alterações, estarão a disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações na Prefeitura Municipal, sito à Rua Valeriano Demeneck, Centro ou fone fax 49 3545 11 33, das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 hs.

Abdon Batista, SC, 18 de julho de 2014.

Lucimar Antônio Salmoria

Prefeito Municipal

Luciano Hermes

Pregoeiro

**Processo 110/2014 PP 98/2014**

MUNICIPIO DE ABDON BATISTA - SC  
RESUMO EDITAL DE LICITAÇÃO  
PROCESSO ADMINISTRATIVO 110/2014  
MODALIDADE:PREGÃO PRESENCIAL 98/2014

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA PARA USO DOS FUNCIONARIOS MUNICIPAIS.

TIPO : Menor preço POR ITEM.

Abertura da Sessão: 14:00hs. do dia 14/08/2014. Informações complementares e Edital obedecendo as normas e artigos da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02 e suas alterações, estarão a disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações na Prefeitura Municipal, sito à Rua Valeriano Demeneck, Centro ou fone fax 49 3545 11 33, das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 hs.

Abdon Batista, SC, 18 de julho de 2014.

Lucimar Antônio Salmoria

Prefeito Municipal

Luciano Hermes

Pregoeiro

**Antônio Carlos****PREFEITURA****Portaria N 343/2014**

PORTARIA Nº 343/2014.  
Concede Férias a servidor.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de ANTONIO CARLOS, no uso das atribuições legais,

**RESOLVE:**

Artigo 1º - Conceder, FÉRIAS, por 30 dias, a servidora ELIZETE SCHMITT, ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO I, partir de 04 de agosto de 2014, referente ao período aquisitivo de 01/08/2013 a 31/07/2014.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito, em 30 de julho de 2014.

ANTONIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 31 de julho de 2014.

**RGF - Demonstrativo Consolidado Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal Até O 1º Semestre de 2014**

MUNICÍPIO DE ANTONIO CARLOS - SC  
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
Até o 1º Semestre de 2014

L.R.F., Artigo 48 - Anexo 7

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	11.791.311,50	51,47
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	13.744.670,33	60,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	13.057.436,82	57,00
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	-2.197.649,90	-9,59
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	27.489.340,67	120,00
GARANTIA DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	5.039.712,46	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas	0,00	0,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	3.665.245,42	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	1.603.544,87	7,00
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Apurado nos Demonstrativos Respectivos	2.444.773,18	0,00

FONTE:

ANTONIO CARLOS , 29/07/2014

ANTÔNIO PAULO REMOR  
Prefeito Municipal

CARLICE B. SCHMITZ  
Contador CRC/SC - 14636

ANA CARLA PRIM  
Controle Interno

# RREO - DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA JANEIRO A JUNHO 2014



Município de ANTONIO CARLOS - SC  
**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A JUNHO 2014/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Semestre	Até o Semestre	
RECEITAS				
Previsão Inicial		—	31.883.000,00	
Previsão Atualizada		—	31.883.000,00	
Receitas Realizadas		12.982.782,05	12.982.782,05	
Déficit Orçamentário		—	0,00	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	719.389,16	
DESPESAS				
Dotação Inicial		—	31.883.000,00	
Créditos Adicionais		—	2.696.582,46	
Dotação Atualizada		—	34.579.582,46	
Despesas Empenhadas		15.298.274,67	15.298.274,67	
Despesas Liquidadas		11.440.743,12	11.440.743,12	
Superavit Orçamentário		—	1.542.038,93	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Semestre	Até o Semestre	
Despesas Empenhadas		15.298.274,67	15.298.274,67	
Despesas Liquidadas		11.440.743,12	11.440.743,12	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Semestre	
Receita Corrente Líquida			22.907.783,89	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Semestre	Até o Semestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		1.235.782,33	1.235.782,33	
Despesa Previdenciárias Executadas(V)		486.659,81	486.659,81	
Liquidadas		486.659,81	486.659,81	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00	0,00	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		749.122,52	749.122,52	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Semestre (b)	
Resultado Nominal		3.922.000,00	-10.475,60	
Resultado Primário		5.446.000,00	1.038.219,36	
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Semestre	Pagamento até o Semestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	1.301.517,08	147.142,14	675.467,21	478.907,73
EXECUTIVO	1.301.517,08	147.142,14	675.467,21	478.907,73
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	51.263,36	305,11	36.161,15	14.797,10
EXECUTIVO	51.263,36	305,11	36.161,15	14.797,10
TOTAL:	1.352.780,44	147.447,25	711.628,36	493.704,83
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Semestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Semestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		1.873.406,81	25%	61,63
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		0,00	60%	0,00
Liquidadas		0,00		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00		
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Semestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		0,00	4.150.000,00	
Despesa de Capital Líquida		1.305.459,63	8.938.493,43	

Continua 1/2





Município de ANTONIO CARLOS - SC

Continuação 2/2

**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A JUNHO 2014/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO**

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2014	2022	2032	2047
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	1.298.888,07	735.211,81	320.180,52	3.436,36
Despesas Previdenciárias (V)	859.691,52	1.251.090,72	1.275.111,20	550.845,14
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	439.196,55	-515.878,91	-954.930,68	-547.408,78
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			Valor apurado até o Semestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos			0,00	10.000,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos			0,00	11.000,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Semestre	Limite Constitucional Anual		
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Semestre	
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	2.003.582,70	15,00		0,00
Liquidadas	2.003.582,70			
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados	0,00			
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente		
Total das despesas/RCL (%)		0,00		

## FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- . a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- . b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

ANTONIO CARLOS , 29/07/2014

ANTÔNIO PAULO REMOR  
Prefeito Municipal

CARLICE B. SCHMITZ  
Contador CRC/SC - 14636

ANA CARLA PRIM  
Controle Interno

**Barra Velha****PREFEITURA****Errata PP 040/2014 Pmbv**

PREFEITURA DE BARRA VELHA  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Processo Administrativo nº 060/2014 - Pregão Presencial nº 040/2014

**AVISO DE ERRATA**

O Edital na íntegra e suas alterações encontra-se a disposição dos interessados no endereço supra, horário: 8:00 às 12:00 horas e 13:30 às 17:30 horas, ou no site [www.barravelha.sc.gov.br](http://www.barravelha.sc.gov.br).

Barra Velha, 30 de julho de 2014.  
CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO  
Prefeito.

**Biguaçu****PREFEITURA****Aviso - Chamada Pública Nº 52/2014 - FMS**

AVISO  
CHAMADA PÚBLICA Nº 52/2014 - FMS

O Senhor Secretário de Saúde, Leandro Adriano de Barros, por delegação e competência (Decreto nº. 149/2012, art. 1º, IV e Portaria nº 2874/2010 de 25 de outubro de 2010), informa que se encontra aberta a CHAMADA PÚBLICA, com a finalidade de selecionar propostas objetivando a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA REALIZAÇÃO DE EXAMES DE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU.

Rege a presente licitação, a Lei Federal nº 8.666/93, observadas as alterações posteriores e demais legislações aplicáveis.

A vigência da presente licitação dar-se-á pelo período de 12 (doze) meses, a contar da publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC, qual seja: 31/07/2014 até 31/07/2015. Durante este período serão aceitos os documentos de habilitação e propostas, no horário compreendido das 14h00min às 18h00min, a serem protocolizados na Diretoria de Compras, Licitações e Contratos da Secretaria Municipal de Saúde, localizada na Rua Vereador Emídio Amorim Veríssimo, s/nº., anexo à Policlínica Municipal de Biguaçu, Praia João Rosa - Biguaçu - SC - CEP: 88160-000.

Para cada documentação percebida, será designada sessão pública de licitação, sendo esta previamente designada e publicado seu despacho no Diário Oficial dos Municípios.

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital.

O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no endereço eletrônico do Município de Biguaçu [www.bigua.sc.gov.br](http://www.bigua.sc.gov.br), a partir do dia 31.07.2014.

As dúvidas pertinentes a presente licitação poderão ser esclarecidas da seguinte através do e-mail: [saude@saudebigua.sc.gov.br](mailto:saude@saudebigua.sc.gov.br)

Biguaçu, SC, 30 de julho de 2014.  
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS  
PREFEITO MUNICIPAL

Por delegação - Leandro Adriano de Barros  
Secretário de Saúde

**Gastos com Educação 06-2014**

Estado de Santa Catarina  
**Prefeitura Municipal de Biguaçu**

RREO – Anexo 8 (LDB, art. 72)

**DEMONSTRATIVO DA ORIGEM E DESTINAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS À MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO BÁSICO - MDEB.**  
**REFERÊNCIA ATÉ JUNHO DE 2014**

<b>1. Receita produto de Impostos.</b>	<b>43.574.192,12</b>
<b>1.1. Receita de Impostos</b>	<b>9.651.042,42</b>
1.1. Receita de IPTU	2.758.326,29
1.2. Receita de ITBI	986.117,63
1.3. Receita de ISS	4.515.798,35
1.4. Receita de IRRF	892.000,78
1.5. Receita de Multas e Juros de Mora sobre os Impostos	106.113,89
1.6. Receita de Dívida Ativa de Impostos	10.103,94
1.7. Receita de Multas e Juros de Mora sobre a Dívida Ativa de Impostos	384.131,17
1.8. (-) Descontos e Renúncia de Receita	-1.549,63
<b>1.2. Receita de Transferências Constitucionais e Legais</b>	<b>33.923.149,70</b>
2.1. Cota-Parte do FPM – Parcela referente à CF, art. 159, alínea “b”.	12.158.931,79
2.2. Cota-Parte do FPM – Parcela referente à CF, art. 159, alínea “d”.	0,00
2.3. Cota-Parte do ITR	1.152,73
2.4. Cota-Parte do ICMS	18.946.989,19
2.5. ICMS – Desoneração – LC nº 87/1996	69.182,25
2.6. Cota-Parte do IPI Exportação	287.221,66
2.7. Cota-Parte do IPVA	2.459.672,08
2.8. Cota-Parte IOF - Ouro	0,00

<b>2. Origem dos Recursos Vinculados à MDEB</b>		
<b>CÓDIGO D.R.</b>	<b>ESPECIFICAÇÃO DAS FONTES DE RECURSOS</b>	<b>VALOR</b>
0.1.01.000000	Recursos de Impostos para MDEB (26,37% do item 1, conforme LOA)	11.490.514,46
0.1.01.000000	Cancelamento de Restos a Pagar	5.328,03
0.3.01.000000	Superávit Financeiro de Recursos de Impostos para MDEB	0,00
0.3.01.000000	Cancelamento de Restos a Pagar	1.367,01
0.1.06.000000	Transferências do Salário Educação	745.491,69
0.1.06.000000	Cancelamento de Restos a Pagar	2.730,44
0.3.06.000000	Superávit Financeiro das Transferências do salário Educação	87.597,24
0.1.07.000000	Programa Dinheiro Direto nas Escolas - PDDE	0,00
0.3.07.000000	Superávit Financeiro do PDDE	1.223,28
0.1.09.000000	Programa Nacional de Transportes Escolar – PNATE	16.470,11
0.3.09.000000	Superávit Financeiro do PNATE	7.846,15
0.1.11.000000	Brasil Carinhoso	0,00
0.3.11.000000	Superávit Financeiro Brasil Carinhoso	27.534,47
0.1.12.000000	Transferências de Recursos do FUNDEB – 91,75%	6.972.603,21
0.3.12.000000	Superávit Financeiro das Transferências de Recursos do FUNDEB	0,00
0.1.13.000000	Transferências de Recursos do FUNDEB – 8,25%	624.430,87
0.3.13.000000	Superávit Financeiro de Transferências de Recursos do FUNDEB	16.951,47
0.1.70.000127	Convênio com o MEC/FNDE – Aquisição de Ônibus	0,00
0.1.70.000139	Convênio MEC – Ampliação de Rede Física de Ensino Fundamental	0,00
0.3.70.000139	Superávit financeiro Conv. MEC – Ampl. Rede Física de Ens Fund.	47.483,75
0.1.70.000140	Convênio MEC – Ampliação de Rede Física de Ensino Infantil	370.549,64
0.3.70.000140	Superávit Financeiro Conv. MEC – Ampl. Rede Fís. Ensino Infantil	118.362,45

Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Biguaçu

0.1.70.000201	Convênio MEC – Construção de Cobertura de Quadra em Escola	0,00
0.3.70.000201	Superávit Financeiro Construção Cobertura de Quadra em Escola	35.752,99
0.1.71.000012	Convênio SDR – Transporte Escolar	417.804,00
0.3.71.000012	Superávit Financeiro Convênio SDR – Transporte Escolar	1.930,79
0.1.71.000177	Convênio SDR – Aquisição de Ônibus	0,00
0.1.81.000001	Remuneração de Depósito Bancário – FUNDEB	33.836,47
0.3.81.000001	Superávit Financeiro RDB – FUNDEB	1.955,40
0.1.81.000002	RDB – Salário Educação	17.603,81
0.3.81.000002	Superávit Financeiro RDB – Salário Educação	31.427,01
0.1.81.000006	RDB – PNATE	319,89
0.3.81.000006	Superávit Financeiros RDB – PNATE	198,27
0.1.81.000011	RDB – Convênio SDR – Transporte Escolar.	2.559,60
0.3.81.000011	Superávit Financeiro RDB Convênio SDR – Transporte Escolar	651,96
0.3.85.000099	Superávit Financeiro Alienação de Bens da Educação	15.683,38
<b>TOTAL</b>		<b>21.096.207,84</b>

**3. DESTINAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS À MDEB**

CÓDIGO DA F.R.	CÓDIGO SUB-FUNÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR DA EXIGÊNCIA LEGAL	DESPESA LIQUIDADADA ATÉ O MÊS	DIFERENÇA
<b>3.1. Receita de Impostos</b>			<b>11.497.209,50</b>	<b>9.892.371,92</b>	<b>-1.604.837,58</b>
0.1.01.000000	361	Ensino Fundamental	2.924.167,63	1.326.025,09	-1.598.142,54
0.1.01.000000	365	Educação Infantil	1.744.127,19	1.744.127,19	0,00
0.1.01.000000	366	Educação Jovens e Adultos	38.720,01	38.720,01	0,00
0.1.01.000000	843	Serviço da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00
0.1.01.000000		Retenção FUNDEB	6.783.499,63	6.783.499,63	0,00
0.3.01.000000	361	Ensino Fundamental	0,00	0,00	0,00
0.3.01.000000	365	Educação Infantil	0,00	0,00	0,00
(+ ) Cancelamento de Restos a Pagar			6.695,04	0,00	-6.695,04
(- ) RP não Processado e Inscrito sem Cobertura Financeira			0,00	0,00	0,00
(+ ) Pagamento de RP Inscrito sem Cobertura Financeira			0,00	0,00	0,00
<b>3.2. Receita do Fundeb e de RDB</b>			<b>7.630.870,55</b>	<b>7.528.238,10</b>	<b>-102.632,45</b>
0.1.12.000000	361	Ensino Fundamental	2.379.963,83	2.207.605,69	-172.358,14
0.1.12.000000	365	Educação Infantil	4.592.639,38	4.592.639,38	0,00
0.1.13.000000	361	Ensino Fundamental	624.430,87	727.993,03	103.562,16
0.1.13.000000	365	Educação Infantil	0,00	0,00	0,00
0.1.81.000001	361	Ensino Fundamental	33.836,47	0,00	-33.836,47
<b>3.3. Recursos do SF do FUNDEB a ser Aplicado até março 2013</b>			<b>18.906,87</b>	<b>18.906,87</b>	<b>0,00</b>
0.3.13.000000	361	Ensino Fundamental	16.951,47	16.951,47	0,00
0.3.81.000001	361	Ensino Fundamental	1.955,40	1.955,40	0,00
<b>3.4. Receita de Outras Fontes</b>			<b>1.949.220,92</b>	<b>987.096,49</b>	<b>-962.124,43</b>
0.1.06.000000	361	Ensino Fundamental	608.372,24	416.282,53	-192.089,71
0.1.06.000000	365	Educação Infantil	137.119,45	137.119,45	0,00
0.1.06.000000	Cancelamento de Restos a Pagar		2.730,44	0,00	-2.730,44
0.3.06.000000	361	Ensino Fundamental	87.597,24	17.678,76	-69.918,48
0.1.07.000000	361	Ensino Fundamental	0,00	0,00	0,00
0.3.07.000000	361	Ensino Fundamental	1.223,28	0,00	-1.223,28
0.1.09.000000	361	Ensino Fundamental	16.470,11	0,00	-16.470,11
0.3.09.000000	361	Ensino Fundamental	7.846,15	7.654,00	-192,15

Estado de Santa Catarina

**Prefeitura Municipal de Biguaçu**

0.1.11.000000	365	Educação Infantil	0,00	0,00	0,00
0.3.11.000000	365	Educação Infantil	27.534,47	0,00	-27.534,47
0.1.70.000127	361	Ensino Fundamental	0,00	0,00	0,00
0.1.70.000139	361	Ensino Fundamental	0,00	0,00	0,00
0.3.70.000139	361	Ensino Fundamental	47.483,75	0,00	-47.483,75
0.1.70.000140	365	Educação Infantil	370.549,64	121.132,23	-249.417,41
0.3.70.000140	365	Educação Infantil	118.362,45	0,00	-118.362,45
0.1.70.000201	361	Ensino Fundamental	0,00	0,00	0,00
0.3.70.000201	361	Ensino Fundamental	35.752,99	0,00	-35.752,99
0.1.71.000012	361	Ensino Fundamental	417.804,00	285.872,32	-131.931,68
0.3.71.000012	361	Ensino Fundamental	1.930,79	617,20	-1.313,59
0.1.71.000177	361	Ensino Fundamental	0,00	0,00	0,00
0.1.81.000002	361	Ensino Fundamental	17.603,81	0,00	-17.603,81
0.3.81.000002	361	Ensino Fundamental	31.427,01	0,00	-31.427,01
0.1.81.000006	361	Ensino Fundamental	319,89	0,00	-319,89
0.3.81.000006	361	Ensino Fundamental	198,27	0,00	-198,27
0.1.81.000011	361	Ensino Fundamental	2.559,60	88,04	-2.471,56
0.3.81.000011	361	Ensino Fundamental	651,96	651,96	0,00
0.3.85.000099	361	Ensino Fundamental	15.683,38	0,00	-15.683,38
<b>TOTAL</b>			<b>21.096.207,84</b>	<b>18.426.613,38</b>	<b>-2.669.594,46</b>

<b>4. CONTROLE DO CUMPRIMENTO DOS GASTOS</b>	<b>MÍNIMO</b>	<b>REALIZADO</b>	<b>DIFERENÇA</b>
4.1. Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	25% do item 1	22,70%	-2,30%
4.2. Remuneração dos Profissionais do Magistério	60% do Fundeb	89,11%	29,11%
4.3. Aplicação dos recursos do FUNDEB no Exercício	95%	98,66%	3,66%

<b>5. MEMÓRIA DE CALCULO DOS % DE GASTOS MÍNIMOS REALIZADOS</b>
4.1 = $9.892.371,92 \times 100 / 43.574.192,12 = \mathbf{22,70\%}$
4.2 = $2.207.605,69 + 4.592.639,38 \times 100 / 7.630.870,55 = \mathbf{89,11\%}$
4.3 = $7.528.238,10 \times 100 / 7.630.870,55 = \mathbf{98,66\%}$

Biguaçu, 11 de julho de 2014.

**JOSE CASTELO DESCHAMPS**  
Prefeito Municipal

**KÁTIA ROUSSENQ BICHELS**  
Secretária Municipal da Educação

**PRISCILA RAIMUNDO PINHEIRO**  
Contadora – CRC/SC 028726/O-6

**JOHN KENNEDY LARA DA COSTA**  
Secretário Municipal da Fazenda

**GASTOS COM SAÚDE 06-2014****PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU****RREO – Anexo 12 (LC nº 141/2012, art. 35)**

**DEMONSTRATIVO DA ORIGEM E DESTINAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS À AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS  
DE SAÚDE - ASPS.  
REFERÊNCIA ATÉ JUNHO DE 2014**

<b>1. Receita produto de Impostos.</b>	<b>43.574.192,12</b>
<b>1.1. Receita de Impostos</b>	<b>9.651.042,42</b>
1.1. Receita de IPTU	2.758.326,29
1.2. Receita de ITBI	986.117,63
1.3. Receita de ISS	4.515.798,35
1.4. Receita de IRRF	892.000,78
1.5. Receita de Multas e Juros de Mora sobre os Impostos	106.113,89
1.6. Receita de Dívida Ativa de Impostos	10.103,94
1.7. Receita de Multas e Juros de Mora sobre a Dívida Ativa de Impostos	384.131,17
1.8. (-) Descontos e Renúncia de Receita	-1.549,63
<b>1.2. Receita de Transferências Constitucionais e Legais</b>	<b>33.923.149,70</b>
2.1. Cota-Parte do FPM – Parcela referente à CF, art. 159, alínea “b”.	12.158.931,79
2.2. Cota-Parte do ITR	1.152,73
2.3. Cota-Parte do ICMS	18.946.989,19
2.4. ICMS – Desoneração – LC nº 87/1996	69.182,25
2.5. Cota-Parte do IPI Exportação	287.221,66
2.6. Cota-Parte do IPVA	2.459.672,08
2.7. Cota-Parte IOF - Ouro	0,00

<b>2. Origem dos Recursos Vinculados a ASPS</b>		
<b>CÓDIGO D.R.</b>	<b>ESPECIFICAÇÃO DAS FONTES DE RECURSOS</b>	<b>VALOR</b>
0.1.02.000000	Recursos de Impostos p/ ASPS (21,53% do item 1, conforme LOA)	9.381.523,56
0.1.02.000000	Déficit Financeiro dos Recursos de impostos p/ ASPS	-720.070,13
0.3.14.000000	Superávit Financeiro Construção do Hospital de Biguaçu	100,00
0.2.20.000000	Outras Receitas Correntes	25.855,72
0.6.20.000000	Superávit Financeiro de Outras Receitas Correntes	25.046,44
0.2.27.000000	Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária	101.437,25
0.2.27.000000	Cancelamento de Restos a Pagar	378,70
0.6.27.000000	Superávit Financeiro Taxa de Vigilância Sanitária	28.264,67
0.2.28.000015	Manutenção da UPA	1.190.000,00
0.2.28.000042	Piso de Atenção Básica – PAB Fixo	776.568,00
0.2.28.000042	Cancelamento de Restos a Pagar	4.662,00
0.6.28.000042	Superávit Financeiro Piso de Atenção Básica – PAB Fixo	15.095,22
0.2.28.000108	Vigilância Sanitária	89.976,98
0.6.28.000108	Superávit Financeiro Vigilância Sanitária	16.791,85
0.2.28.000044	Assistência Farmacêutica Básica	150.413,46
0.6.28.000044	Superávit Financeiro Assistência Farmacêutica Básica	74.148,90
0.2.28.000045	Ações de Vigilância Sanitária	2.804,72
0.2.28.000109	Vigilância Epidemiológica e Ambiental em Saúde	103.020,67
0.6.28.000109	Superávit Financeiro Vigilância Epidemiológica e Ambiental em Saúde	30.994,81
0.6.28.000109	Cancelamento de Restos a Pagar	656,00
0.2.28.000046	Agentes Comunitários de Saúde	525.758,00

0.6.28.000046	Superávit Financeiro Agentes Comunitários de Saúde	67.454,82
0.2.28.000047	Saúde da Família	585.450,00
0.6.28.000047	Superávit Financeiro Saúde da Família	28.162,04
0.2.28.000120	Vigilância Epidemiológica DST/HIV/AIDS	0,00
0.6.28.000120	Superávit Financeiro Vigilância Epidemiológica DST/HIV/AIDS	60.350,45
0.2.28.000048	SAMU	65.625,00
0.6.28.000048	Superávit Financeiro SAMU	8.596,69
0.2.28.000049	Centro de Especialidades Odontológicas – MAC/CEO	69.300,00
0.6.28.000049	Superávit Financeiro Centro de Espec. Odontológicas – MAC/CEO	7.498,10
0.2.28.000050	Núcleo de Apoio a Saúde da Família – NASF	180.000,00
0.6.28.000050	Superávit Financeiro Núcleo de Apoio a Saúde da Família – NASF	1.104,77
0.2.28.000056	Ações de Atenção Básica	150.000,00
0.2.28.000057	Ações de Atenção Básica	18.000,00
0.2.28.000104	Biguaçu sem Miséria	35.000,00
0.2.28.000106	Manutenção das Ações de MAC	0,00
0.2.28.000119	Produção Hospitalar e Ambulatorial	828.760,98
0.6.28.000119	Superávit Financeiro Produção Hospitalar e Ambulatorial	54.425,39
0.2.28.000179	Programa Melhoria Acesso da Qualidade – PAB Variável	480.800,00
0.6.28.000179	Superávit Financeiro Programa Melhoria Acesso da Qualidade	173.921,45
0.2.28.000180	Programa de Requalificação de UBS	0,00
0.2.28.000180	Programa de Requalificação de UBS	-108.348,22
0.2.28.000184	Saúde Bucal	57.980,00
0.2.28.000185	Polos de Academia de Saúde	0,00
0.2.28.000186	Produção Ambulatorial e Hospitalar	0,00
0.2.28.000186	Produção Ambulatorial e Hospitalar	-148.101,58
0.2.28.000187	Centro Psico-Social	198.135,00
0.6.28.000187	Superávit Financeiro Centro Psico-Social	83.046,26
0.2.28.000193	Saúde na Escola	0,00
0.6.28.000193	Superávit Financeiro Saúde na Escola	11.400,00
0.2.28.000203	Compensação de Especificidades Regionais	0,00
0.6.28.000203	Superávit Financeiro Compensação de Especificidades Regionais	4.625,00
0.2.28.000205	MAC por Demandas Judiciais	0,00
0.2.28.000206	Rede viver sem Limites	0,00
0.6.28.000206	Superávit Financeiro Rede viver sem Limites	4.950,00
0.6.29.000051	Superávit Financeiro Vigilância Sanitária	39,04
0.2.29.000052	Assistência Farmacêutica Básica	110.595,00
0.6.29.000052	Superávit Financeiro Assistência Farmacêutica Básica	11,59
0.2.29.000053	Centro de Especialidades Odontológicas	20.625,00
0.6.29.000053	Superávit Financeiro Centro de Especialidades Odontológicas	6.105,28
0.2.29.000171	Produção Hospitalar e Ambulatorial	0,00
0.6.29.000171	Superávit Financeiro Produção Hospitalar e Ambulatorial	16.683,53
0.2.29.000054	Co-Financiamento	199.400,00
0.6.29.000054	Superávit Financeiro Co-Financiamento	142.643,20
0.6.29.000232	Superávit Financeiro Emergências de Enchentes	6.960,00
0.2.29.000155	Incentivo p/ Operacionalização da Port. GM 2588/2008	0,00
0.2.29.000188	Produção Hospitalar e Ambulatorial/CAPS	0,00
0.6.29.000188	Superávit Financeiro Produção Hospitalar e Ambulatorial	137.144,50
0.2.30.000000	Transf. Municípios de Governador Celso Ramos e Antônio Carlos	5.964,00
0.6.30.000000	Superávit Financeiro Transf. Mun. Gover. Celso Ramos e Antônio Carlos	1.149,64
0.2.70.000102	Convênio Ministério da Saúde – UPA	0,00
0.6.70.000102	Superávit Financeiro Convênio Ministério da Saúde – UPA	7.316,98



0.2.70.000126	Convênio Ministério da Saúde – UBS Centro	-20.833,71
0.2.70.000126	Superávit Financeiro Convênio Ministério da Saúde – UBS Centro	0,00
0.2.70.000172	Convênio Ministério da Saúde – UBS Fundos	-86.701,15
0.2.70.000191	Convênio Ministério da Saúde Ampliação de Unidade Básica de Saúde	0,00
0.6.70.000192	Superávit Financeiro Convênio MS Ampliação Unidade Básica de Saúde	160.203,19
0.2.70.000192	Convênio MS Programa de Requalificação UBS	0,00
0.2.70.000197	Construção de UBS – Prado	0,00
0.6.70.000197	Superávit Financeiro Construção de UBS – Prado	131.800,00
0.2.70.000208	Implantação e Manutenção de Polos de Academia de Saúde	48.000,00
0.2.71.000055	Convênio SDR – Construção Hospital Regional	1.666.666,67
0.2.71.000178	Convênio SDR – Aquisição de Veículo	0,00
0.3.80.000000	Superávit Financeiro RDB de Recursos Ordinários	1.919,21
0.2.81.000041	Receita de RDB de Recursos Vinculados à Saúde	66.154,04
0.6.81.000041	Superávit Financeiro de Receita de RDB Vinculados à Saúde	31.102,23
0.6.81.000204	Superávit Financeiro de Receita de RDB Convênio SDR	163,04
0.2.85.000101	Alienação de Veículos da Saúde	0,00
0.6.85.000101	Superávit Financeiro Alienação de Veículos da Saúde	21.200,00
	<b>TOTAL</b>	<b>17.415.874,25</b>

### 3. DESTINAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS À AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

CÓDIGO DA F.R.	CÓDIGO SUB-FUNÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	EXIGÊNCIA LEGAL	DESPESA LIQUIDADADA ATÉ O MÊS	DIFERENÇA
<b>3.1. Receita de Impostos</b>			<b>8.661.453,43</b>	<b>8.441.550,45</b>	<b>-219.902,98</b>
0.1.02.000000	301	Atenção Básica	6.544.115,71	5.604.142,60	-939.973,11
0.1.02.000000	302	Assistência Hosp. E Ambul.	2.612.567,04	2.612.567,04	0,00
0.1.02.000000	304	Vigilância Sanitária	31.263,24	31.263,24	0,00
0.1.02.000000	305	Vigilância Epidemiológica	193.577,57	193.577,57	0,00
0.1.02.000000	301	Atenção Básica	-720.070,13	0,00	720.070,13
(+ CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR			0,00	0,00	0,00
(-) RP NÃO PROCESSADO E INSCRITO SEM COBERTURA FINANCEIRA			0,00	0,00	0,00
(+ PAGAMENTO DE RP INSCRITO SEM COBERTURA FINANCEIRA			0,00	0,00	0,00
<b>3.2. Receita de Outras Fontes</b>			<b>8.754.420,82</b>	<b>6.611.598,01</b>	<b>-2.142.822,81</b>
0.3.14.000000	301	Atenção Básica	100,00	0,00	-100,00
0.2.20.000000	301	Atenção Básica	25.855,72	0,00	-25.855,72
0.6.20.000000	301	Atenção Básica	25.046,44	0,00	-25.046,44
0.2.27.000000	304	Vigilância Sanitária	101.437,25	73.499,17	-27.938,08
0.2.27.000000	CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR		378,70	0,00	-378,70
0.6.27.000000	304	Vigilância Sanitária	28.264,67	102,00	-28.162,67
0.2.28.000015	301	Atenção Básica	1.190.000,00	1.111.070,36	-78.929,64
0.2.28.000042	301	Atenção Básica	776.568,00	517.978,87	-258.589,13
0.2.28.000042	CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR		4.662,00	0,00	-4.662,00
0.6.28.000042	301	Atenção Básica	15.095,22	7.131,73	-7.963,49
0.2.28.000108	304	Vigilância Sanitária	89.976,98	430,25	-89.546,73
0.6.28.000108	304	Vigilância Sanitária	16.791,85	0,00	-16.791,85
0.2.28.000044	301	Atenção Básica	150.413,46	176.962,80	26.549,34
0.6.28.000044	301	Atenção Básica	74.148,90	19.728,30	-54.420,60
0.2.28.000045	304	Vigilância Sanitária	2.804,72	0,00	-2.804,72
0.2.28.000109	305	Vigilância Epidemiológica	103.020,67	61.280,63	-41.740,04
0.2.28.000109	CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR		30.994,81	0,00	-30.994,81
0.6.28.000109	305	Vigilância Epidemiológica	656,00	0,00	-656,00



0.2.28.000046	301	Atenção Básica	525.758,00	601.513,51	75.755,51
0.6.28.000046	301	Atenção Básica	67.454,82	0,00	-67.454,82
0.2.28.000047	301	Atenção Básica	585.450,00	885.570,97	300.120,97
0.6.28.000047	301	Atenção Básica	28.162,04	0,00	-28.162,04
0.2.28.000120	301	Atenção Básica	0,00	2.338,56	2.338,56
0.6.28.000120	301	Atenção Básica	60.350,45	4.188,00	-56.162,45
0.2.28.000048	302	Assistência Hosp. E Ambul.	65.625,00	158.302,61	92.677,61
0.6.28.000048	302	Assistência Hosp. E Ambul.	8.596,69	8.596,69	0,00
0.2.28.000049	301	Atenção Básica	69.300,00	54.645,29	-14.654,71
0.6.28.000049	301	Atenção Básica	7.498,10	0,00	-7.498,10
0.2.28.000050	301	Atenção Básica	180.000,00	264.377,30	84.377,30
0.6.28.000050	301	Atenção Básica	1.104,77	596,90	-507,87
0.2.28.000056	301	Atenção Básica	150.000,00	122.115,06	-27.884,94
0.2.28.000057	301	Atenção Básica	18.000,00	0,00	-18.000,00
0.2.28.000104	301	Atenção Básica	35.000,00	0,00	-35.000,00
0.2.28.000106	302	Assistência Hosp. E Ambul.	0,00	11.488,01	11.488,01
0.2.28.000119	301	Atenção Básica	828.760,98	429.456,80	-399.304,18
0.6.28.000119	301	Atenção Básica	54.425,39	5.725,44	-48.699,95
0.2.28.000179	301	Atenção Básica	480.800,00	96.278,86	-384.521,14
0.6.28.000179	301	Atenção Básica	173.921,45	0,00	-173.921,45
0.2.28.000180	301	Atenção Básica	0,00	0,00	0,00
0.2.28.000180	301	Atenção Básica	-108.348,22	0,00	108.348,22
0.2.28.000184	301	Atenção Básica	57.980,00	44.192,08	-13.787,92
0.2.28.000185	301	Atenção Básica	0,00	0,00	0,00
0.2.28.000186	301	Atenção Básica	0,00	0,00	0,00
0.2.28.000186	301	Atenção Básica	-148.101,58	0,00	148.101,58
0.2.28.000187	301	Atenção Básica	198.135,00	116.675,53	-81.459,47
0.6.28.000187	301	Atenção Básica	83.046,26	56.632,52	-26.413,74
0.2.28.000193	301	Atenção Básica	0,00	0,00	0,00
0.6.28.000193	301	Atenção Básica	11.400,00	0,00	-11.400,00
0.2.28.000203	301	Atenção Básica	0,00	0,00	0,00
0.6.28.000203	301	Atenção Básica	4.625,00	697,50	-3.927,50
0.2.28.000205	301	Atenção Básica	0,00	0,00	0,00
0.2.28.000206	301	Atenção Básica	0,00	0,00	0,00
0.6.28.000206	301	Atenção Básica	4.950,00	1.193,67	-3.756,33
0.6.29.000051	301	Atenção Básica	39,04	0,00	-39,04
0.2.29.000052	301	Atenção Básica	110.595,00	143.332,03	32.737,03
0.6.29.000052	301	Atenção Básica	11,59	0,00	-11,59
0.2.29.000053	301	Atenção Básica	20.625,00	9.497,51	-11.127,49
0.6.29.000053	301	Atenção Básica	6.105,28	5.845,00	-260,28
0.2.29.000171	301	Atenção Básica	0,00	0,00	0,00
0.6.29.000171	301	Atenção Básica	16.683,53	0,00	-16.683,53
0.2.29.000054	301	Atenção Básica	199.400,00	6.007,80	-193.392,20
0.6.29.000054	301	Atenção Básica	142.643,20	55.615,20	-87.028,00
0.6.29.000232	301	Atenção Básica	6.960,00	0,00	-6.960,00
0.2.29.000155	301	Atenção Básica	0,00	0,00	0,00
0.2.29.000188	301	Atenção Básica	0,00	0,00	0,00
0.6.29.000188	301	Atenção Básica	137.144,50	0,00	-137.144,50
0.2.30.000000	301	Atenção Básica	5.964,00	1.832,36	-4.131,64
0.6.30.000000	301	Atenção Básica	1.149,64	1.149,64	0,00
0.2.70.000102	301	Atenção Básica	0,00	6.800,00	6.800,00

0.6.70.000102	301	Atenção Básica	7.316,98	0,00	-7.316,98
0.2.70.000126	301	Atenção Básica	-20.833,71	0,00	20.833,71
0.2.70.000126	301	Atenção Básica	0,00	0,00	0,00
0.2.70.000172	301	Atenção Básica	-86.701,15	0,00	86.701,15
0.2.70.000191	301	Atenção Básica	0,00	0,00	0,00
0.6.70.000192	301	Atenção Básica	160.203,19	36.568,56	-123.634,63
0.2.70.000192	301	Atenção Básica	0,00	0,00	0,00
0.2.70.000197	301	Atenção Básica	0,00	0,00	0,00
0.6.70.000197	301	Atenção Básica	131.800,00	0,00	-131.800,00
0.2.70.000208	301	Atenção Básica	48.000,00	33.056,60	-14.943,40
0.2.71.000055	301	Atenção Básica	1.666.666,67	1.434.717,26	-231.949,41
0.2.71.000178	301	Atenção Básica	0,00	0,00	0,00
0.3.80.000000	301	Atenção Básica	1.919,21	0,00	-1.919,21
0.2.81.000041	301	Atenção Básica	66.154,04	44.132,62	-22.021,42
0.6.81.000041	301	Atenção Básica	31.102,23	274,02	-30.828,21
0.6.81.000204	301	Atenção Básica	163,04	0,00	-163,04
0.2.85.000101	301	Atenção Básica	0,00	0,00	0,00
0.6.85.000101	301	Atenção Básica	21.200,00	0,00	-21.200,00
<b>TOTAL</b>			<b>17.415.874,25</b>	<b>15.053.148,46</b>	<b>-2.362.725,79</b>

<b>4. CONTROLE DO CUMPRIMENTO DOS GASTOS</b>	<b>MÍNIMO</b>	<b>REALIZADO</b>	<b>DIFERENÇA</b>
4.1. Manutenção das ASPS	15% do item 1	19,37%	4,37%

**5. MEMÓRIA DE CALCULO DO % DE GASTOS MÍNIMOS REALIZADOS**4.1 =  $8.441.550,45 \times 100 / 43.574.192,12 = 19,37\%$ 

Biguaçu, 11 de julho de 2014.

**JOSE CASTELO DESCHAMPS**  
Prefeito Municipal

**LEANDRO ADRIANO DE BARROS**  
Secretario Municipal de Saúde

**PRISCILA RAIMUNDO PINHEIRO**  
Contadora – CRC/SC 028726/O-6

**JOHN KENNEDY LARA DA COSTA**  
Secretário Municipal da Fazenda

RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 3º BIMESTRE

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

MUNICÍPIO: BIGUAÇU/SC - PODER EXECUTIVO  
CNPJ: 82.892.308/0001-53  
Exercício: 2014  
Período de referência: JANEIRO A JUNHO DE 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO  
CVA: 2014071810111700503118

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

CAMPO	RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS			SALDO (a-c)
				No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
1	RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (D)	181.015.000,00	181.015.000,00	21.735.295,26	12,01	67.360.106,03	37,21
2	RECEITAS CORRENTES	139.225.000,00	139.225.000,00	20.413.318,14	14,66	63.502.406,80	45,61
3	RECEITA TRIBUTÁRIA	25.093.000,00	25.093.000,00	2.574.256,96	10,26	10.649.518,85	42,44
4	Impostos	20.867.000,00	20.867.000,00	2.147.956,05	10,29	9.150.693,42	43,85
5	Taxas	3.726.000,00	3.726.000,00	426.300,91	11,44	1.498.825,43	40,23
6	Contribuição de Melhoria	500.000,00	500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
7	RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	5.896.000,00	5.896.000,00	1.096.529,26	18,60	3.298.779,58	55,95
8	Contribuições Sociais	2.596.000,00	2.596.000,00	349.376,02	13,46	1.052.943,77	40,56
9	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10	Contribuição de Iluminação Pública	3.300.000,00	3.300.000,00	747.153,24	22,64	2.245.835,81	68,06
11	RECEITA PATRIMONIAL	13.627.000,00	13.627.000,00	1.874.819,59	13,76	4.714.476,80	34,60
12	Receitas Imobiliárias	19.000,00	19.000,00	1.521,45	8,01	4.483,45	23,60
13	Receitas de Valores Mobiliários	13.608.000,00	13.608.000,00	1.873.088,43	13,76	4.704.723,12	34,57
14	Receitas de Concessões e Permissões	0,00	0,00	209,71	0,00	5.270,23	0,00
15	Compensações Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
16	Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos em Áreas de Domínio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
17	Receita da Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
18	Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
19	RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20	Receita da Produção Vegetal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21	Receita da Produção Animal e Derivados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22	Outras Receitas Agropecuárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23	RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24	Receita da Indústria Extrativa Mineral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25	Receita da Indústria de Transformação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26	Receita da Indústria de Construção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27	Outras Receitas Industriais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28	RECEITA DE SERVIÇOS	453.000,00	453.000,00	67.851,24	14,98	229.354,27	50,63
29	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	91.119.000,00	91.119.000,00	14.175.199,61	15,56	43.231.544,90	47,45
30	Transferências Intergovernamentais	88.450.000,00	88.450.000,00	13.904.321,61	15,72	42.654.873,11	48,22
31	Transferências de Instituições Privadas	1.936.000,00	1.936.000,00	20.000,00	1,03	75.777,79	3,91
32	Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33	Transferências de Pessoas	4.000,00	4.000,00	130,00	3,25	740,00	18,50
34	Transferências de Convênios	729.000,00	729.000,00	250.748,00	34,40	500.154,00	68,61

R\$ 1,00

RREO - Anexo I (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

Pag. 2/ 26

RREO - Anexo I (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00[illegible]

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

MUNICÍPIO: BIGUAÇU/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.892.308/0001-53

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A JUNHO DE 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

CVA: 2014071810111700503118

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)										R\$ 1,00	
100	Outras Dívidas - Div. Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
101	SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X+XI)	187.258.000,00	11.800.031,93	199.058.031,93	21.080.875,74	73.774.089,46	19.749.058,03	52.479.539,41	26,36	146.578.492,52	
102	SUPERÁVIT (XIII)	-	-	-	-	-	-	17.320.621,77	-	-	
103	TOTAL (XIV) = (XII+XIII)	187.258.000,00	11.800.031,93	199.058.031,93	21.080.875,74	73.774.089,46	19.749.058,03	69.800.161,18	-	-	

CAMPO	ATO DECLARATÓRIO	DATA DA PUBLICAÇÃO	MEIO DA PUBLICAÇÃO (Diário Oficial, Edital, etc)
104	Os abaixo-assinados declararam que publicaram o relatório cujos dados encontram-se resumidos neste demonstrativo, conforme determina o art. 48 da Lei Complementar nº 101/00, na data e meio indicados a seguir	21/07/2014	MURAL PUBLICO

Obs.: Contas intra-orçamentárias, inclusive os cálculos previstos nos cabeçalhos, deverão ser preenchidos manualmente pelo ente da Federação.

Fonte: SETOR CONTÁBIL

Nota:

BIGUAÇU, 18/07/2014

JOSE CASTELO DESCHAMPS  
PREFEITO MUNICIPAL  
CPF.: 019.850.619-88

JOHN KENNEDY LARA DA COSTA  
Secretário da Fazenda  
CPF.: 72820233953

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: BIGUAÇU/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.892.308/0001-53

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A JUNHO DE 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

CVA: 2014071810111700503118

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

CAMPO	CÓDIGO	FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (a-b)
					No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b/total b)	
1		<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	181.015.000,00	192.666.286,93	20.272.687,60	71.330.184,33	18.940.869,89	50.035.634,28	142.630.652,65
2	00001	Legislativa	5.292.000,00	5.292.000,00	873.012,27	2.802.049,45	919.728,99	2.499.972,62	2.792.027,38
3	01031	Ação Legislativa	5.292.000,00	5.292.000,00	873.012,27	2.802.049,45	919.728,99	2.499.972,62	2.792.027,38
4	01032	Controle Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5	00002	Judiciária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6	02061	Ação Judiciária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
7	02062	Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
8	00003	Essencial à Justiça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9	03091	Defesa da Ordem Jurídica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10	03092	Representação Judicial e Extrajudicial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11	00004	Administração	15.119.000,00	14.493.182,80	2.034.953,04	6.741.464,47	1.796.955,52	4.746.975,27	9.746.207,53
12	04121	Planejamento e Orçamento	2.874.000,00	1.674.000,00	224.087,70	750.847,42	258.580,45	655.327,94	1.018.672,06
13	04122	Administração Geral	7.683.000,00	7.863.000,00	733.383,76	3.290.202,58	847.163,43	2.299.119,14	5.563.880,86
14	04123	Administração Financeira	2.611.000,00	2.775.000,00	366.826,23	1.629.655,51	474.503,18	1.291.664,36	1.483.335,64
15	04124	Controle Interno	113.000,00	163.000,00	22.808,13	72.740,69	24.149,33	67.298,80	95.701,20
16	04125	Normatização e Fiscalização	883.000,00	1.063.182,80	397.847,58	416.923,13	63.492,00	77.958,36	985.224,44
17	04126	Tecnologia da Informação	29.000,00	29.000,00	780,00	7.160,00	780,00	7.160,00	21.840,00
18	04127	Ordenamento Territorial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
19	04128	Formação de Recursos Humanos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20	04129	Administração de Receitas	186.000,00	186.000,00	0,00	60.000,00	0,00	45.000,00	141.000,00
21	04130	Administração de Concessões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22	04131	Comunicação Social	740.000,00	740.000,00	289.219,64	513.935,14	128.287,13	303.446,67	436.553,33
23	00005	Defesa Nacional	10.084.000,00	10.112.966,02	72.265,59	378.110,97	126.478,04	203.484,33	9.909.481,69
24	05151	Defesa Aérea	10.084.000,00	10.112.966,02	72.265,59	378.110,97	126.478,04	203.484,33	9.909.481,69
25	05152	Defesa Naval	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26	05153	Defesa Terrestre	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27	00006	Segurança Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28	06181	Policimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29	06182	Defesa Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
30	06183	Informação e Inteligência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
31	00007	Relações Exteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32	07211	Relações Diplomáticas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33	07212	Cooperação Internacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
34	00008	Assistência Social	5.572.000,00	6.013.601,35	730.433,14	2.412.747,00	828.271,65	1.839.724,50	4.173.876,85
35	08241	Assistência ao Idoso	1.266.000,00	1.298.000,00	57.504,51	174.380,12	51.940,51	91.202,52	1.206.797,48
36	08242	Assistência ao Portador de Deficiência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
37	08243	Assistência à Criança e ao Adolescente	1.097.000,00	1.747.099,08	352.354,89	815.197,48	356.721,70	688.915,25	1.058.183,83
38	08244	Assistência Comunitária	3.209.000,00	2.968.502,27	320.573,74	1.423.169,40	419.609,44	1.059.606,73	1.908.895,54

Pag. 5/ 26

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: BIGUAÇU/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.892.308/0001-53

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A JUNHO DE 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

CVA: 2014071810111700503118

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

39	00009	Previdência Social	3.651.000,00	3.651.000,00	643.887,81	1.649.422,68	643.887,81	1.649.422,68	3,14	45,18	2.001.577,32
40	09271	Previdência Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41	09272	Previdência do Regime Estatutário	3.651.000,00	3.651.000,00	643.887,81	1.649.422,68	643.887,81	1.649.422,68	3,14	45,18	2.001.577,32
42	09273	Previdência Complementar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43	09274	Previdência Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44	00010	Saúde	34.387.000,00	41.076.943,21	4.371.708,80	17.910.168,30	4.412.121,38	14.490.722,71	27,61	35,28	26.586.220,50
45	10301	Atenção Básica	20.450.000,00	27.237.237,65	3.087.821,42	10.958.737,90	2.943.975,88	9.836.378,05	18,74	36,11	17.400.859,60
46	10302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	12.731.000,00	12.509.587,15	1.186.254,55	6.407.913,31	1.323.877,54	4.320.801,46	8,23	34,54	8.188.785,69
47	10303	Suporte Profilático e Terapêutico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
48	10304	Vigilância Sanitária	353.000,00	431.080,94	24.818,89	148.175,76	34.014,99	100.702,76	0,19	23,36	330.378,18
49	10305	Vigilância Epidemiológica	751.000,00	797.037,47	72.813,94	345.841,33	110.253,17	232.840,44	0,44	29,21	564.197,03
50	10306	Alimentação e Nutrição	102.000,00	102.000,00	0,00	49.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	102.000,00
51	00011	Trabalho	23.000,00	23.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	23.000,00
52	11331	Proteção e Benefícios ao Trabalhador	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
53	11332	Relações de Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
54	11333	Empregabilidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
55	11334	Fomento ao Trabalho	23.000,00	23.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	23.000,00
56	00012	Educação	30.346.000,00	32.419.359,59	7.091.622,04	16.897.577,00	5.275.414,27	12.287.543,05	23,41	37,90	20.131.816,54
57	12361	Ensino Fundamental	11.107.000,00	14.406.734,34	3.080.524,88	7.384.039,25	2.265.599,51	5.183.088,61	9,88	35,98	9.223.645,73
58	12362	Ensino Médio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
59	12363	Ensino Profissional	210.000,00	132.000,00	10.444,14	112.293,95	23.106,33	51.583,84	0,10	39,08	80.416,16
60	12364	Ensino Superior	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00
61	12365	Educação Infantil	16.694.000,00	15.433.469,24	3.678.205,36	7.869.888,75	2.327.720,99	5.977.752,27	11,39	38,73	9.455.716,97
62	12366	Educação de Jovens e Adultos	207.000,00	67.000,00	19.791,06	40.406,75	20.580,12	38.720,01	0,07	57,79	28.279,99
63	12367	Educação Especial	290.000,00	290.000,00	58.320,00	172.560,00	58.320,00	172.560,00	0,33	59,50	117.440,00
64	12306	Alimentação e Nutrição	1.813.000,00	2.065.156,01	244.336,60	1.318.388,30	380.087,32	863.838,32	1,65	41,83	1.201.317,69
65	00013	Cultura	682.000,00	682.000,00	0,00	21.854,24	4.240,40	11.642,83	0,02	1,71	670.357,17
66	13391	Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	600.000,00	600.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	600.000,00
67	13392	Diffusão Cultural	82.000,00	82.000,00	0,00	21.854,24	4.240,40	11.642,83	0,02	14,20	70.357,17
68	00014	Direitos da Cidadania	265.000,00	279.000,00	23.344,73	97.795,92	78.244,73	97.795,92	0,19	35,05	181.204,08
69	14421	Custódia e Reinserção Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
70	14422	Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	61.000,00	75.000,00	11.144,73	30.695,92	11.144,73	30.695,92	0,06	40,93	44.304,08
71	14423	Assistência aos Povos Indígenas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
72	14453	Transportes Coletivos Urbanos	204.000,00	204.000,00	12.200,00	67.100,00	67.100,00	67.100,00	0,13	32,89	136.900,00
73	00015	Urbanismo	32.469.000,00	33.462.838,01	2.942.963,07	11.699.550,41	2.062.218,70	5.085.158,90	9,69	15,20	28.377.679,11
74	15451	Infra-Estrutura Urbana	20.920.000,00	20.920.000,00	2.460.788,78	3.854.428,71	533.096,04	857.569,83	1,63	4,10	20.062.430,17
75	15452	Serviços Urbanos	11.549.000,00	12.542.838,01	482.174,29	7.845.121,70	1.529.122,66	4.227.589,07	8,06	33,71	8.315.248,94
76	15453	Transportes Coletivos Urbanos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
77	00016	Habituação	2.200.000,00	2.200.000,00	0,00	1.075.278,88	113.056,28	151.463,48	0,29	6,88	2.048.536,52
78	16481	Habituação Rural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
79	16482	Habituação Urbana	2.200.000,00	2.200.000,00	0,00	1.075.278,88	113.056,28	151.463,48	0,29	6,88	2.048.536,52
80	00017	Saneamento	19.000,00	19.000,00	0,00	7.337,64	1.272,94	6.114,70	0,01	32,18	12.885,30



RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

Pag. 7/ 26

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

Pag. 8/ 26

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: BIGUAÇU/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.892.308/0001-53

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A JUNHO DE 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

CVA: 2014071810111700503118

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

165	00010	Saúde	1.714.000,00	1.856.400,00	186.332,40	561.425,75	186.332,40	562.425,75	1,07	210,52	1.293.974,25
166	10301	Atenção Básica	329.000,00	434.400,00	250.843,66	335.593,99	250.843,66	336.593,99	0,64	77,48	97.806,01
167	10302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.374.000,00	1.371.000,00	-75.556,68	192.695,54	-75.556,68	192.695,54	0,37	14,06	1.178.304,46
168	10304	Vigilância Sanitária	9.000,00	9.000,00	1.530,64	4.591,90	1.530,64	4.591,90	0,01	51,02	4.408,10
169	10305	Vigilância Epidemiológica	2.000,00	42.000,00	9.514,78	28.544,32	9.514,78	28.544,32	0,05	67,96	13.455,68
170	00011	Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
171	00012	Educação	2.569.000,00	2.484.330,00	319.592,19	964.635,31	319.592,19	964.635,31	1,84	124,00	1.519.694,69
172	12306	Alimentação e Nutrição	65.000,00	65.000,00	5.960,22	19.907,29	5.960,22	19.907,29	0,04	30,63	45.092,71
173	12361	Ensino Fundamental	848.000,00	767.000,00	108.855,36	326.286,88	108.855,36	326.286,88	0,62	42,54	440.713,12
174	12363	Ensino Profissional	9.000,00	9.000,00	391,72	1.175,16	391,72	1.175,16	0,00	13,06	7.824,84
175	12365	Educação Infantil	1.638.000,00	1.634.330,00	204.384,89	617.265,98	204.384,89	617.265,98	1,18	37,77	1.017.064,02
176	12366	Educação de Jovens e Adultos	9.000,00	9.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.000,00
177	00013	Cultura	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
178	13392	Difusão Cultural	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
179	00014	Direitos da Cidadania	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
180	14422	Direitos Individuais, Coletivos e Difuso	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
181	00015	Urbanismo	200.000,00	200.000,00	25.571,02	77.587,43	25.571,02	77.587,43	0,15	38,79	122.412,57
182	15452	Serviços Urbanos	200.000,00	200.000,00	25.571,02	77.587,43	25.571,02	77.587,43	0,15	38,79	122.412,57
183	00016	Habituação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
184	00017	Saneamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
185	00018	Gestão Ambiental	49.000,00	49.000,00	7.918,05	23.752,34	7.918,05	23.752,34	0,05	48,47	25.247,66
186	18541	Preservação e Conservação Ambiental	49.000,00	49.000,00	7.918,05	23.752,34	7.918,05	23.752,34	0,05	48,47	25.247,66
187	00019	Ciência e Tecnologia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
188	00020	Agricultura	96.000,00	96.000,00	15.913,23	49.165,11	15.913,23	49.165,11	0,09	51,21	46.834,89
189	20606	Extensão Rural	96.000,00	96.000,00	15.913,23	49.165,11	15.913,23	49.165,11	0,09	51,21	46.834,89
190	00021	Organização Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
191	00022	Indústria	8.000,00	8.000,00	391,72	1.175,16	391,72	1.175,16	0,00	14,69	6.824,84
192	22661	Promoção Industrial	8.000,00	8.000,00	391,72	1.175,16	391,72	1.175,16	0,00	14,69	6.824,84
193	00023	Comércio e Serviços	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
194	23691	Promoção Comercial	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
195	00024	Comunicações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
196	00025	Energia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
197	00026	Transporte	83.000,00	83.000,00	8.179,17	22.787,99	8.179,17	22.787,99	0,04	27,46	60.212,01
198	26782	Transporte Rodoviário	83.000,00	83.000,00	8.179,17	22.787,99	8.179,17	22.787,99	0,04	27,46	60.212,01
199	00027	Desporto e Lazer	63.000,00	63.000,00	6.678,68	21.847,55	6.678,68	21.847,55	0,04	34,68	41.152,45
200	27122	Administração Geral	63.000,00	63.000,00	6.678,68	21.847,55	6.678,68	21.847,55	0,04	34,68	41.152,45

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

MUNICÍPIO: BIGUACU/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.892.308/0001-53

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A JUNHO DE 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

CVA: 2014071810111700503118

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

201	00028	Encargos Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
202		TOTAL (III) = (I + II)	187.258.000,00	199.058.031,93	21.080.875,74	73.773.089,46	19.749.058,03	52.479.539,41	100,00	64,21	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Obs.: Contas intra-orçamentárias, inclusive os cálculos previstos nos cabeçalhos, deverão ser preenchidos manualmente pelo ente da Federação.

Fonte: SETOR CONTÁBIL

Nota:

BIGUACU, 18/07/2014

JOSE CASTELO DESCHAMPS  
PREFEITO MUNICIPAL  
CPF.: 019.850.619-88

JOHN KENNEDY LARA DA COSTA  
Secretário da Fazenda  
CPF.: 72820233953

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: BIGUAÇU/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.892.308/0001-53

Exercício: 2014

Período de referência: JUL/2013 a JUN/ 2014

CVA: 2014071810111700503118

RREO - Anexo 3 (LRF, Art. 53, inciso I)

R\$ 1,00

CAMPO	ESPECIFICAÇÃO	Julho 2013	Agosto 2013	Setembro 2013	Outubro 2013	Novembro 2013	Dezembro 2013	Janeiro 2014
1	<b>RECEITAS CORRENTES (I) = (2+8+...+13+22)</b>	10.655.412,92	11.484.663,12	10.120.867,53	10.090.644,62	10.175.316,73	11.717.305,61	10.836.905,40
2	Receita Tributária = (3+4+5+6+7)	1.187.059,19	1.591.123,41	1.004.417,65	1.117.250,40	1.084.964,53	1.478.673,99	1.034.566,52
3	IP TU	34.721,29	27.505,72	30.841,34	81.247,21	28.929,66	23.858,23	1.909,32
4	ISS	709.896,71	853.138,24	532.333,39	930.528,82	844.900,58	675.888,08	601.274,47
5	ITBI	93.570,94	488.186,76	157.089,60	114.470,98	127.542,25	276.843,21	89.023,17
6	IRRF	197.494,54	177.076,31	176.141,29	183.203,34	172.992,48	478.029,85	148.134,84
7	Outras Receitas Tributárias	151.375,71	45.216,38	108.012,03	-192.199,95	-89.400,44	24.054,62	194.224,72
8	Receita de Contribuições	542.826,78	597.846,98	477.631,25	545.488,70	539.068,69	689.931,58	435.297,22
9	Receita Patrimonial	455.773,61	1.725.721,76	334.430,40	524.750,36	162.875,38	433.710,03	56.822,81
10	Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11	Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12	Receita de Serviços	28.193,01	21.290,68	24.162,73	30.778,93	19.519,02	26.733,42	18.533,22
13	Transferências Correntes = (14+...+21)	8.257.822,49	7.353.093,10	8.136.905,78	7.719.346,04	8.218.453,38	8.912.393,60	9.099.012,99
14	Cota-Parte do FPM	1.195.024,74	1.562.475,79	1.293.153,71	1.293.173,59	1.798.778,20	2.713.668,45	2.379.325,46
15	Cota-Parte do ICMS	3.956.064,70	3.137.046,23	3.333.066,23	3.240.535,90	3.558.587,32	3.543.497,30	2.921.179,33
16	Cota-Parte do IPVA	436.531,64	417.991,85	398.916,98	336.364,31	225.226,65	161.832,13	631.276,16
17	Cota-Parte do ITR	496,41	5.531,01	4.213,60	26.389,39	1.273,23	239,43	136,63
18	Transferências da LC 87/1996	48.034,87	51.397,63	46.752,79	49.979,08	55.439,79	59.253,16	52.360,53
19	Transferências da LC 61/1989	14.729,42	14.729,42	14.729,42	14.729,42	14.729,42	14.729,42	13.836,45
20	Transferências do FUNDEB	1.070.765,06	1.155.652,36	1.164.936,84	1.131.993,07	1.222.449,37	1.267.661,46	1.329.865,42
21	Outras Transferências Correntes	1.536.175,65	1.008.268,81	1.881.136,21	1.626.181,28	1.341.969,40	1.151.512,25	1.771.033,01
22	Outras Receitas Correntes	183.737,84	195.587,19	143.319,72	153.030,19	150.435,73	175.862,99	192.672,64
23	<b>DEDUÇÕES (II) = (24+25+26)</b>	1.311.706,15	1.218.692,33	1.197.657,53	1.171.334,13	1.310.194,97	1.465.242,82	1.376.652,30
24	Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	181.529,97	180.824,46	179.477,48	179.100,01	179.388,30	338.258,77	177.029,59
25	Compensação Financ. entre Regimes Previd.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	1.130.176,18	1.037.867,87	1.018.180,05	992.234,12	1.130.806,67	1.126.984,05	1.199.622,71
27	<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II) = (1-23)</b>	9.343.706,77	10.265.970,79	8.923.210,00	8.919.310,49	8.865.121,76	10.252.062,79	9.460.253,10

CAMPO	ESPECIFICAÇÃO	Fevereiro 2014	Março 2014	Abril 2014	Maió 2014	Junho 2014	TOTAL (ÚLT. 12 M)	PREVISÃO ATUALIZADA 2014
-------	---------------	-------------------	---------------	---------------	--------------	---------------	----------------------	--------------------------------

Pag. 11 / 26

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: BIGUACU/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.892.308/0001-53

Exercício: 2014

Período de referência: JUL/2013 a JUN/2014

CVA: 2014071810111700503118

RREO - Anexo 3 (LRF, Art. 53, inciso I)

RREO - Anexo 3 (LRF, Art. 53, inciso I)											RS 1,00	
28	RECEITAS CORRENTES (I) = (29+35+...+40+49)					12.057.020,50	13.065.653,93	11.638.626,45	12.084.681,72	10.602.380,54	134.529.479,07	153.224.000,00
29	Receita Tributária = (30+31+32+33+34)					1.479.604,62	3.995.520,34	1.565.570,41	1.277.269,50	1.296.987,46	18.111.308,02	25.093.000,00
30	IPTU					129.168,83	2.296.732,27	275.100,51	27.258,44	27.816,06	2.985.088,88	2.730.000,00
31	ISS					763.597,58	951.342,23	780.641,72	697.269,06	721.518,71	9.062.329,59	13.580.000,00
32	ITBI					184.917,02	154.343,14	132.237,90	191.156,05	233.386,16	2.242.767,18	2.395.000,00
33	IRRF					183.907,82	165.314,60	145.091,95	98.334,63	151.216,94	2.276.938,59	2.162.000,00
34	Outras Receitas Tributárias					218.013,37	427.788,10	232.498,33	563.251,32	163.049,59	1.545.883,78	4.226.000,00
35	Receita de Contribuições					646.943,65	553.160,66	566.848,79	250.094,40	546.434,86	6.691.573,56	5.896.000,00
36	Receita Patrimonial					1.417.532,57	414.527,13	950.774,70	1.495.299,30	381.687,12	8.353.905,17	13.627.000,00
37	Receita Agropecuária					0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
38	Receita Industrial					0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
39	Receita de Serviços					41.585,47	45.862,44	55.521,90	44.267,78	23.583,46	380.032,06	453.000,00
40	Transferências Correntes = (41+...+48)					8.301.033,73	7.836.275,23	8.329.140,96	8.476.597,29	7.970.179,61	98.610.254,20	105.118.000,00
41	Cota-Parte do FPM					2.540.771,59	1.507.173,15	1.720.184,40	2.292.357,23	1.719.119,96	22.015.206,27	21.933.000,00
42	Cota-Parte do ICMS					3.115.970,63	3.161.065,35	3.440.653,43	3.131.519,93	3.176.800,52	39.715.786,87	41.832.000,00
43	Cota-Parte do IPVA					356.591,74	439.705,31	108.519,21	472.426,34	451.153,32	4.436.535,64	5.235.000,00
44	Cota-Parte do ITR					160,72	87,86	150,29	141,70	475,53	39.295,80	37.000,00
45	Transferências da LC 87/1996					44.329,71	43.315,86	47.130,00	51.261,60	48.823,96	598.078,98	674.000,00
46	Transferências da LC 61/1989					13.836,45	0,00	13.836,45	13.836,45	13.836,45	157.558,77	293.000,00
47	Transferências do FUNDEB					1.298.449,98	1.198.578,21	1.200.113,09	1.320.445,77	1.249.581,61	14.610.492,24	16.462.000,00
48	Outras Transferências Correntes					930.922,91	1.486.349,49	1.798.554,09	1.194.808,27	1.310.388,26	17.037.299,63	18.652.000,00
49	Outras Receitas Correntes					170.320,46	220.308,13	1.707.669,69	241.153,45	383.508,03	2.380.706,06	3.037.000,00
50	DEDUÇÕES (II) = (51+52+53)					1.390.076,71	1.221.378,80	1.240.472,90	1.366.830,12	1.290.762,72	15.560.976,48	16.695.000,00
51	Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência					175.911,32	175.554,56	175.072,88	174.489,85	174.886,17	2.291.522,76	2.596.000,00
52	Compensação Financ. entre Regimes Previd.					0,00	15.870,34	0,00	0,00	33.834,81	49.705,15	100.000,00

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

MUNICÍPIO: BIGUAÇU/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.892.308/0001-53

Exercício: 2014

Período de referência: JUL/2013 a JUN/ 2014

CVA: 2014071810111700503118

RREO - Anexo 3 (LRF, Art. 53, inciso I)

53	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	1.214.165,39	1.029.953,90	1.065.375,62	1.192.340,27	1.082.041,74	13.219.748,57	13.999.000,00
54	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II) = (28-50)	10.666.943,79	11.844.275,13	10.398.178,55	10.717.851,60	9.311.617,82	118.968.502,59	136.529.000,00

R\$ 1,00

Fonte: SETOR CONTABIL

Nota:

BIGUAÇU, 18/07/2014

JOSE CASTELO DESCHAMPS  
PREFEITO MUNICIPAL  
CPF.: 019.850.619-88

JOHN KENNEDY LARA DA COSTA  
Secretário da Fazenda  
CPF.: 72820233953

**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
**ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL**

**OBSERVAÇÃO:** Os entes federados que tiverem feito a opção pela segregação da massa de segurados elaborarão e publicarão um demonstrativo para o Plano Previdenciário e outro para o Plano Financeiro. Caso o ente não tenha optado pela segregação das massas, deverá elaborar e publicar apenas o demonstrativo com o nome Plano Previdenciário.

MUNICÍPIO: BIGUACU/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.892.308/0001-53

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

CVA: 2014071810111700503118

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

CAMPO	RECEITAS	PLANO PREVIDENCIÁRIO				
		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
1	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I) = (2+21-25)	15.107.000,00	15.107.000,00	2.047.054,72	5.314.593,46	217.753,54
2	RECEITAS CORRENTES = (3+12+13+17+18)	15.107.000,00	15.107.000,00	2.049.221,55	5.316.760,29	1.893.353,88
3	Receita de Contribuições dos Segurados = (4+8)	2.596.000,00	2.596.000,00	349.376,02	1.052.943,77	1.107.990,67
4	Pessoal Civil = (5+6+7)	2.596.000,00	2.596.000,00	349.376,02	1.052.943,77	1.107.990,67
5	Ativo	2.574.000,00	2.574.000,00	347.832,60	1.048.313,51	1.100.885,97
6	Inativo	22.000,00	22.000,00	1.543,42	4.630,26	7.104,70
7	Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
8	Pessoal Militar = (9+10+11)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9	Ativo.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10	Inativo.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11	Pensionista.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12	Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13	Receita Patrimonial = (14+15+16)	12.411.000,00	12.411.000,00	1.666.010,72	4.214.111,37	785.363,21
14	Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15	Receitas de Valores Mobiliários	12.411.000,00	12.411.000,00	1.666.010,72	4.214.111,37	785.363,21
16	Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
17	Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
18	Outras Receitas Correntes = (19+20)	100.000,00	100.000,00	33.834,81	49.705,15	0,00
19	Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	100.000,00	100.000,00	33.834,81	49.705,15	0,00
20	Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21	RECEITAS DE CAPITAL = (22+23+24)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22	Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23	Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24	Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25	(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	2.166,83	2.166,83	1.675.600,34
26	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	6.243.000,00	6.243.000,00	804.962,27	2.440.055,15	2.418.216,03
27	<b>TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II) = (1+26)</b>	<b>21.350.000,00</b>	<b>21.350.000,00</b>	<b>2.852.016,99</b>	<b>7.754.648,61</b>	<b>2.635.969,57</b>

CAMPO	DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
28	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV) = (29+32)	20.000,00	20.000,00	0,00	499,80	1.554.518,01
29	ADMINISTRAÇÃO = (30+31)	20.000,00	20.000,00	0,00	499,80	107.743,06
30	Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	107.743,06
31	Despesas de Capital	20.000,00	20.000,00	0,00	499,80	0,00
32	PREVIDÊNCIA = (33+37+41)	0,00	0,00	0,00	0,00	1.446.774,95
33	Pessoal Civil = (34+35+36)	0,00	0,00	0,00	0,00	1.446.774,95
34	Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	1.365.916,09
35	Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	80.858,86
36	Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
37	Pessoal Militar = (38+39+40)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
38	Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
39	Pensões.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
40	Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41	Outras Despesas Previdenciárias = (42+43)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
42	Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43	Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00
45	<b>TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V) = (28+44)</b>	<b>23.000,00</b>	<b>23.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>499,80</b>	<b>1.554.518,01</b>
46	<b>RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI) = (27-45)</b>	<b>21.327.000,00</b>	<b>21.327.000,00</b>	<b>2.852.016,99</b>	<b>7.754.148,81</b>	<b>1.081.451,56</b>



**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
**ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL**

**OBSERVAÇÃO:** Os entes federados que tiverem feito a opção pela segregação da massa de segurados elaborarão e publicarão um demonstrativo para o Plano Previdenciário e outro para o Plano Financeiro. Caso o ente não tenha optado pela segregação das massas, deverá elaborar e publicar apenas o demonstrativo com o nome Plano Previdenciário.

MUNICÍPIO: BIGUACU/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.892.308/0001-53

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

CVA: 2014071810111700503118

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

CAMPO	APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
47	TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS = (48+52)	0,00	0,00	201.825,97	524.747,57	843.782,12
48	Plano Financeiro = (49+50+51)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
49	Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
50	Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
51	Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
52	Plano Previdenciário = (53+54+55)	0,00	0,00	201.825,97	524.747,57	843.782,12
53	Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
54	Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
55	Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	201.825,97	524.747,57	843.782,12

CAMPO	RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
56	Valor	18.076.000,00

CAMPO	BENS E DIREITOS DO RPPS	Em Mai/2014	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
			Em Jun/2014	Em 31 /Dez/2013
57	CAIXA	0,00	0,00	0,00
58	BANCOS CONTA MOVIMENTO	16.542,34	50.630,17	8.201,08
59	INVESTIMENTOS	50.086.750,16	50.643.526,45	41.914.482,21
60	OUTROS BENS E DIREITOS	0,00	0,00	0,00

CAMPO	RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
61	RECEITAS CORRENTES (VIII) = (62+74+75+76)	6.243.000,00	6.243.000,00	804.962,27	2.440.055,15	2.418.216,03
62	Receita de Contribuições = (63+72+73)	5.813.000,00	5.813.000,00	695.659,72	2.137.705,76	2.201.753,48
63	Patronal = (64+68)	5.813.000,00	5.813.000,00	695.659,72	2.137.705,76	2.201.753,48
64	Pessoal Civil = (65+66+67)	5.813.000,00	5.813.000,00	695.659,72	2.137.705,76	2.201.753,48
65	Ativo	5.380.000,00	5.380.000,00	695.659,72	2.137.705,76	2.201.753,48
66	Inativo	433.000,00	433.000,00	0,00	0,00	0,00
67	Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
68	Pessoal Militar = (69+70+71)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
69	Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
70	Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
71	Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
72	Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
73	Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
74	Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
75	Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
76	Outras Receitas Correntes	430.000,00	430.000,00	109.302,55	302.349,39	216.462,55
77	RECEITAS DE CAPITAL (IX) = (78+79+80)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
78	Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
79	Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
80	Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
81	(-) DEDUÇÕES DA RECEITA (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
82	TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = (VIII + IX - X) = (61+77-81)	6.243.000,00	6.243.000,00	804.962,27	2.440.055,15	2.418.216,03

CAMPO	DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
83	ADMINISTRAÇÃO (XII) = (84+85)	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00
84	Despesas Correntes	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00
85	Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
86	TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XIII) = (XII) = (83)	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00

**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
**ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL**

**OBSERVAÇÃO:** Os entes federados que tiverem feito a opção pela segregação da massa de segurados elaborarão e publicarão um demonstrativo para o Plano Previdenciário e outro para o Plano Financeiro. Caso o ente não tenha optado pela segregação das massas, deverá elaborar e publicar apenas o demonstrativo com o nome Plano Previdenciário.

MUNICÍPIO: BIGUACU/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.892.308/0001-53

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

CVA: 2014071810111700503118

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

CAMPO	RECEITAS	PLANO FINANCEIRO				
		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
87	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I) = (88+107-111)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
88	RECEITAS CORRENTES = (89+98+99+103+104)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
89	Receita de Contribuições dos Segurados = (90+94)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
90	Pessoal Civil = (91+92+93)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
91	Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
92	Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
93	Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
94	Pessoal Militar = (95+96+97)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
95	Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
96	Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
97	Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
98	Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
99	Receita Patrimonial = (100+101+102)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
100	Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
101	Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
102	Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
103	Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
104	Outras Receitas Correntes = (105+106)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
105	Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
106	Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
107	RECEITAS DE CAPITAL = (108+109+110)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
108	Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
109	Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
110	Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
111	(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
112	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
113	TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II) = (87+112)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CAMPO	DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
114	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV) = (115+118)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
115	ADMINISTRAÇÃO = (116+117)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
116	Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
117	Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
118	PREVIDÊNCIA = (119+123+127)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
119	Pessoal Civil = (120+121+122)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
120	Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
121	Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
122	Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
123	Pessoal Militar = (124+125+126)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
124	Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
125	Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
126	Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
127	Outras Despesas Previdenciárias = (128+129)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
128	Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
129	Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
130	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
131	TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V) = (114+130)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
132	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI) = (113-131)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
**ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL**

**OBSERVAÇÃO:** Os entes federados que tiverem feito a opção pela segregação da massa de segurados elaborarão e publicarão um demonstrativo para o Plano Previdenciário e outro para o Plano Financeiro. Caso o ente não tenha optado pela segregação das massas, deverá elaborar e publicar apenas o demonstrativo com o nome Plano Previdenciário.

MUNICÍPIO: BIGUACU/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.892.308/0001-53

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

CVA: 2014071810111700503118

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

CAMPO	APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
133	TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS = (134+138)	0,00	0,00	201.825,97	524.747,57	843.782,12
134	Plano Financeiro = (135+136+137)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
135	Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
136	Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
137	Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
138	Plano Previdenciário = (139+140+141)	0,00	0,00	201.825,97	524.747,57	843.782,12
139	Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
140	Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
141	Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	201.825,97	524.747,57	843.782,12

CAMPO	RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
142	Valor	0,00

CAMPO	BENS E DIREITOS DO RPPS	Em Mai/2014	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
			Em Jun/2014	Em 31 /Dez/2013
143	CAIXA	0,00	0,00	0,00
144	BANCOS CONTA MOVIMENTO	0,00	0,00	0,00
145	INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00
146	OUTROS BENS E DIREITOS	0,00	0,00	0,00

CAMPO	RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
147	RECEITAS CORRENTES (VIII) = (148+160+161+162)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
148	Receita de Contribuições = (149+158+159)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
149	Patronal = (150+154)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
150	Pessoal Civil = (151+152+153)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
151	Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
152	Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
153	Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
154	Pessoal Militar = (155+156+157)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
155	Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
156	Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
157	Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
158	Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
159	Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
160	Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
161	Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
162	Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
163	RECEITAS DE CAPITAL (IX) = (164+165+166)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
164	Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
165	Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
166	Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
167	(-) DEDUÇÕES DA RECEITA (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
168	TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = (VIII + IX - X) = (147+163-167)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CAMPO	DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
169	ADMINISTRAÇÃO (XII) = (170+171)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
170	Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS  
SERVIDORES  
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL**

**OBSERVAÇÃO:** Os entes federados que tiverem feito a opção pela segregação da massa de segurados elaborarão e publicarão um demonstrativo para o Plano Previdenciário e outro para o Plano Financeiro. Caso o ente não tenha optado pela segregação das massas, deverá elaborar e publicar apenas o demonstrativo com o nome Plano Previdenciário.

MUNICÍPIO: BIGUACU/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.892.308/0001-53

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

CVA: 2014071810111700503118

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

171	Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
172	TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XIII) = (XII) = (169)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SETOR CONTABIL

Nota:

BIGUACU, 18/07/2014

\_\_\_\_\_  
JOSE CASTELO DESCHAMPS  
PREFEITO MUNICIPAL  
CPF.: 019.850.619-88

\_\_\_\_\_  
JOHN KENNEDY LARA DA COSTA  
Secretário da Fazenda  
CPF.: 72820233953

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: BIGUACU/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.892.308/0001-53

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A JUNHO DE 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

CVA: 2014071810111700503118

RREO - Anexo 5 (LRF, Art. 53, inciso III)

R\$ 1,00

CAMPO	DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	SALDO		
		Em 31/Dez/ 2013 (a)	Em 30/Abr/2014 (b)	Em. 30/Jun/2014 (c)
1	DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	16.238.190,73	15.510.364,20	16.865.695,05
2	DEDUÇÕES (II) = (3 + 4 - 5)	5.540.661,45	14.809.588,55	14.952.992,50
3	Disponibilidade de Caixa Bruta	8.396.167,67	18.140.363,28	18.691.471,81
4	Demais Haveres Financeiros	138.871,43	149.658,90	158.754,93
5	(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	2.994.377,65	3.480.433,63	3.897.234,24
6	DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	10.697.529,28	700.775,65	1.912.702,55
7	RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
8	PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	2.822.160,28	2.738.771,08	4.608.487,63
9	DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	7.875.369,00	-2.037.995,43	-2.695.785,08

CAMPO	RESULTADO NOMINAL	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
		No Bimestre (c - b)	Até o Bimestre (c - a)
10	VALOR	-657.789,65	-10.571.154,08

CAMPO	DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
11	META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO PARA O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	7.643.000,00

CAMPO	DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA	REGIME PREVIDENCIÁRIO		
		Em 31/Dez/ 2013	Em 30/Abr/2014	Em. 30/Jun/2014
12	DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	47.283.031,91	47.283.031,91	47.283.031,91
13	Passivo Atuarial	47.283.031,91	47.283.031,91	47.283.031,91
14	Demais Dívidas	0,00	0,00	0,00
15	DEDUÇÕES (VIII) = (16+17+18-19)	44.803.022,95	48.343.041,97	50.694.156,62
16	Disponibilidade de Caixa Bruta	502,74	15.870,34	50.630,17
17	Investimentos	44.802.520,21	48.327.171,63	50.643.526,45
18	Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
19	(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
20	DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	2.480.008,96	-1.060.010,06	-3.411.124,71
21	PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
22	DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	2.480.008,96	-1.060.010,06	-3.411.124,71

Se o cálculo das "Deduções" resultar em valor negativo, o campo será preenchido pelo sistema com um traço.

Fonte: SETOR CONTABIL

Nota:

BIGUACU, 18/07/2014

JOSE CASTELO DESCHAMPS

PREFEITO MUNICIPAL

CPF.: 019.850.619-88

JOHN KENNEDY LARA DA COSTA

Secretário da Fazenda

CPF.: 72820233953

**RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: BIGUACU/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.892.308/0001-53

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A JUNHO DE 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

CVA: 2014071810111700503118

RREO - Anexo 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

CAMPO	RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
1	RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I) = (2+8+11+14+19)	131.862.000,00	19.345.191,98	61.237.738,83	54.567.000,62
2	Receitas Tributárias = (3+4+5+6+7)	25.093.000,00	2.574.256,96	10.649.518,85	9.254.259,58
3	IPTU	2.730.000,00	55.074,50	2.757.985,43	1.842.534,25
4	ISS	13.580.000,00	1.418.787,77	4.515.643,77	4.517.084,95
5	ITBI	2.395.000,00	424.542,21	985.063,44	1.458.166,45
6	IRRF	2.162.000,00	249.551,57	892.000,78	1.017.779,91
7	Outras Receitas Tributárias	4.226.000,00	426.300,91	1.498.825,43	418.694,02
8	Receitas de Contribuições. = (9+10)	11.709.000,00	1.792.188,98	5.436.485,34	4.603.554,28
9	Receitas Previdenciárias	8.409.000,00	1.045.035,74	3.190.649,53	3.309.744,15
10	Outras Receitas de Contribuições	3.300.000,00	747.153,24	2.245.835,81	1.293.810,13
11	Receita Patrimonial Líquida = (12-13)	21.000,00	1.731,16	9.753,68	29.103,42
12	Receita Patrimonial	13.627.000,00	1.876.986,42	4.716.643,63	-447.537,44
13	(-) Aplicações Financeiras	13.606.000,00	1.875.255,26	4.706.889,95	-476.640,86
14	Transferências Correntes = (15+16+17+18)	91.119.000,00	14.175.199,61	43.231.544,90	39.157.789,33
15	FPM	17.547.000,00	3.209.181,80	9.727.145,58	8.274.475,06
16	ICMS	33.466.000,00	5.046.496,55	15.229.619,58	14.508.426,91
17	Convênios	729.000,00	250.748,00	500.154,00	293.027,00
18	Outras Transferências Correntes	39.377.000,00	5.668.773,26	17.774.625,74	16.081.860,36
19	Demais Receitas Correntes = (20+21)	3.920.000,00	801.815,27	1.910.436,06	1.522.294,01
20	Dívida Ativa	1.597.000,00	166.937,49	472.618,19	603.787,76
21	Diversas Receitas Correntes	2.323.000,00	634.877,78	1.437.817,87	918.506,25
22	RECEITAS DE CAPITAL (II) = (23+...+26+29)	41.790.000,00	1.321.977,12	3.857.699,23	8.301.815,23
23	Operações de Crédito (III)	10.200.000,00	270.397,87	1.468.163,47	1.787.647,18
24	Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
25	Alienação de Bens (V)	105.000,00	0,00	45.000,00	0,00
26	Transferências de Capital = (27+28)	31.485.000,00	1.051.579,25	2.344.535,76	6.514.168,05
27	Convênios	30.300.000,00	1.051.579,25	2.296.535,76	6.357.960,98
28	Outras Transferências de Capital	1.185.000,00	0,00	48.000,00	156.207,07
29	Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
30	RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II-III-IV-V)	31.485.000,00	1.051.579,25	2.344.535,76	6.514.168,05
31	RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I+VI)	163.347.000,00	20.396.771,23	63.582.274,59	61.081.168,67

CAMPO	DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
32	DESPESAS CORRENTES (VIII) = (33+34+35)	114.394.051,49	17.629.525,87	46.069.960,80	50.275.908,40
33	Pessoal e Encargos Sociais	62.651.994,71	11.049.749,24	28.855.466,68	32.759.417,94
34	Juros e Encargos da Dívida (IX)	1.017.000,00	131.970,34	405.121,63	630.613,17
35	Outras Despesas Correntes	50.725.056,78	6.447.806,29	16.809.372,49	16.885.877,29
36	DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII-IX)	113.377.051,49	17.497.555,53	45.664.839,17	49.645.295,23
37	DESPESAS DE CAPITAL (XI) = (38+39+43)	66.167.980,44	2.119.532,16	6.409.578,61	13.116.817,50
38	Investimentos	61.499.980,44	1.064.968,20	3.703.912,72	11.411.305,65
39	Inversões Financeiras = (40+41+42)	0,00	0,00	0,00	0,00
40	Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
41	Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
42	Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
43	Amortização da Dívida (XIV)	4.668.000,00	1.054.563,96	2.705.665,89	1.705.511,85
44	DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI-XII-XIII-XIV)	61.499.980,44	1.064.968,20	3.703.912,72	11.411.305,65
45	RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	400.000,00	-	-	-
46	RESERVA DO RPPS (XVII)	18.076.000,00	0,00	0,00	0,00



RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

MUNICÍPIO: BIGUAÇU/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.892.308/0001-53

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A JUNHO DE 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

CVA: 2014071810111700503118

RREO - Anexo 7 (LRF, art.53, inciso V)

R\$ 1,00

CAMPO	PODER.ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS				RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS					Saldo	
		Inscritos em Exercícios Anteriores	Inscritos em 31 de dezembro de 2013	Pagos	Cancelados	Saldo	Inscritos em Exercícios Anteriores	Inscritos em 31 de dezembro de 2013	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
1	RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	67.541,07	2.555.811,42	2.122.089,95	3.261,65	0,00	0,00	61.651,67	19.508,62	19.508,62	0,00	42.143,05
2	EXECUTIVO	67.541,07	2.488.312,75	2.054.591,28	3.261,65	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3	ADMINISTRAÇÃO DIRETA	67.541,07	2.488.312,75	2.054.591,28	3.261,65	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4	LEGISLATIVO	0,00	67.498,67	67.498,67	0,00	0,00	0,00	61.651,67	19.508,62	19.508,62	0,00	42.143,05
5	CÂMARA MUNICIPAL DE BIGUAÇU	0,00	67.498,67	67.498,67	0,00	0,00	0,00	61.651,67	19.508,62	19.508,62	0,00	42.143,05
6	RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	0,00	371.025,17	371.025,17	498.000,88	256.267,65	0,00	2.372.503,50	1.244.878,35	1.170.085,95	95.103,90	1.363.581,30
7	EXECUTIVO	0,00	371.025,17	371.025,17	498.000,88	256.267,65	0,00	2.372.503,50	1.244.878,35	1.170.085,95	95.103,90	1.363.581,30
8	ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	371.025,17	371.025,17	498.000,88	256.267,65	0,00	2.372.503,50	1.244.878,35	1.170.085,95	95.103,90	1.363.581,30
9	LEGISLATIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10	TOTAL (III) = (I + II)	67.541,07	2.926.836,59	2.493.115,12	501.262,53	256.267,65	0,00	2.434.155,17	1.264.386,97	1.189.594,57	95.103,90	1.405.724,35

Fonte: SETOR CONTÁBIL

Nota:

BIGUAÇU, 18/07/2014

JOSE CASTELO DESCHAMPS  
PREFEITO MUNICIPAL  
CPF.: 019.850.619-88

JOHN KENNEDY LARA DA COSTA  
Secretário da Fazenda  
CPF.: 7.282.023.3953



**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: BIGUACU/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.892.308/0001-53

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A DEZEMBRO DE 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

CVA: 2014071810111700503118

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

CAMPO	ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2014		SALDO TOTAL (c) = (a+b)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	
1	TOTAL DE ATIVOS = (2+3+4)	0,00	0,00	0,00	0,00
2	Direitos Futuros	0,00	0,00	0,00	0,00
3	Ativos Contabilizados na SPE	0,00	0,00	0,00	0,00
4	Contrapartida para Provisões de PPP	0,00	0,00	0,00	0,00
5	TOTAL DE PASSIVOS (I) = (6+7+8)	0,00	0,00	0,00	0,00
6	Obrigações Não Relacionadas a Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
7	Contrapartida para Ativos da SPE	0,00	0,00	0,00	0,00
8	Provisões de PPP	0,00	0,00	0,00	0,00
9	GARANTIAS DE PPP (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
10	SALDO LÍQUIDO DE PASSIVOS DE PPP (III) = (I-II)	0,00	0,00	0,00	0,00
11	PASSIVOS CONTINGENTES = (12+13+14)	0,00	0,00	0,00	0,00
12	Contraprestações Futuras	0,00	0,00	0,00	0,00
13	Riscos Não Provisionados	0,00	0,00	0,00	0,00
14	Outros Passivos Contingentes	0,00	0,00	0,00	0,00
15	ATIVOS CONTINGENTES = (16+17)	0,00	0,00	0,00	0,00
16	Serviços Futuros	0,00	0,00	0,00	0,00
17	Outros Ativos Contingentes	0,00	0,00	0,00	0,00

CAMPO	DESPESAS DE PPP	2013	2014	2015	2016	2017	2018
18	Do Ente Federado (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
19	Das Estatais Não-Dependentes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20	TOTAL DAS DESPESAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) (V)	107.133.535,66	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22	TOTAL DAS DESPESAS / RCL (%) (VI) = (IV)/(V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CAMPO	DESPESAS DE PPP	2019	2020	2021	2022	2023
23	Do Ente Federado (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24	Das Estatais Não-Dependentes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25	TOTAL DAS DESPESAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27	TOTAL DAS DESPESAS / RCL (%) (VI) = (IV)/(V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte:

Nota:

BIGUACU, 18/07/2014

JOSE CASTELO DESCHAMPS  
PREFEITO MUNICIPAL  
CPF.: 019.850.619-88

JOHN KENNEDY LARA DA COSTA  
Secretário da Fazenda  
CPF.: 72820233953

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: BIGUACU/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.892.308/0001-53

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A JUNHO DE 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

CVA: 2014071810111700503118

RREO - Anexo 14 (LRF, Art. 48)

R\$ 1,00

CAMPO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	No Bimestre	Até o Bimestre
1	RECEITAS	-	-
2	Previsão Inicial	-	187.258.000,00
3	Previsão Atualizada	-	187.258.000,00
4	Receitas Realizadas	22.540.257,53	69.800.161,18
5	Déficit Orçamentário	-	-
6	Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)	-	359.130,23
7	DESPESAS	-	-
8	Dotação Inicial	-	187.258.000,00
9	Créditos Adicionais	-	11.800.031,93
10	Dotação Atualizada	-	199.058.031,93
11	Despesas Empenhadas	21.080.875,74	73.774.089,46
12	Despesas Liquidadas	19.749.058,03	52.479.539,41
13	Superávit Orçamentário	-	17.320.621,77

CAMPO	DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	No Bimestre	Até o Bimestre
14	Despesas Empenhadas	21.080.875,74	73.773.089,46
15	Despesas Liquidadas	19.749.058,03	52.479.539,41

CAMPO	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	Até o Bimestre
16	Receita Corrente Líquida	118.968.502,59

CAMPO	RECEITAS E DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	No Bimestre	Até o Bimestre
17	Regime Geral de Previdência Social	-	-
18	Receitas Previdenciárias Realizadas (I)	-	-
19	Despesas Previdenciárias Liquidadas (II)	-	-
20	Resultado Previdenciário (III) = (I - II)	-	-
21	Regime Próprio de Previdência dos Servidores	-	-
22	PLANO PREVIDENCIÁRIO	-	-
23	Receitas Previdenciárias Realizadas. (IV)	2.852.016,99	7.754.648,61
24	Despesas Previdenciárias Liquidadas. (V)	0,00	499,80
25	Resultado Previdenciário. (VI) = (IV - V)	2.852.016,99	7.754.148,81
26	PLANO FINANCEIRO	-	-
27	.Receitas Previdenciárias Realizadas (VII)	0,00	0,00
28	.Despesas Previdenciárias Liquidadas (VIII)	0,00	0,00
29	.Resultado Previdenciário (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00

CAMPO	RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO	Meta Fixada no AMF da LDO (a)	Resultado Apurado Até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
30	Resultado Nominal	7.643.000,00	-10.571.154,08	-138,31
31	Resultado Primário	-18.319.000,00	14.213.522,70	-77,59

CAMPO	RESTOS A PAGAR POR PODER	Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo a Pagar
32	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	2.994.377,66	501.262,53	2.493.115,12	256.267,65
33	Poder Executivo	2.926.878,99	501.262,53	2.425.616,45	256.267,65
34	Poder Legislativo	67.498,67	0,00	67.498,67	0,00
35	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	2.434.155,17	95.103,90	1.189.594,57	1.405.724,35
36	Poder Executivo.	2.372.503,50	95.103,90	1.170.085,95	1.363.581,30
37	Poder Legislativo.	61.651,67	0,00	19.508,62	42.143,05
38	TOTAL	5.428.532,83	596.366,43	3.682.709,69	1.661.992,00

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: BIGUACU/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.892.308/0001-53

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A JUNHO DE 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

CVA: 2014071810111700503118

RREO - Anexo 14 (LRF, Art. 48)

R\$ 1,00

CAMPO	DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
39	Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE	9.892.371,92	25%	22,70
40	Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Ensino Fundamental e Médio	7.528.238,10	60%	89,11
41	Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental	0,00	60%	0,00
42	Complementação da União ao FUNDEB - Mínimo Anual de 10% do Total de Recursos do FUNDEB	0,00	10%	0,00

CAMPO	RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	Valor Apurado Até o Bimestre	Saldo Não Realizado
43	Receitas de Operação de Crédito	-	-
44	Despesa de Capital Líquida	-	-

CAMPO	PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	Exercício 1	10º Exercício	20º Exercício	35º Exercício
45	Regime Geral de Previdência Social	-	-	-	-
46	Receitas Previdenciárias (I)	-	-	-	-
47	Despesas Previdenciárias (II)	-	-	-	-
48	Resultado Previdenciário (I - II)	-	-	-	-
49	Regime Próprio de Previdência dos Servidores	-	-	-	-
50	PLANO PREVIDENCIÁRIO	-	-	-	-
51	Receitas Previdenciárias. (III)	-	-	-	-
52	Despesas Previdenciárias. (IV)	-	-	-	-
53	Resultado Previdenciário. (III - IV)	-	-	-	-
54	PLANO FINANCEIRO	-	-	-	-
55	.Receitas Previdenciárias (V)	-	-	-	-
56	.Despesas Previdenciárias (VI)	-	-	-	-
57	.Resultado Previdenciário. (V - VI)	-	-	-	-

CAMPO	RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor Apurado Até o Bimestre	Saldo a Realizar
58	Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	-	-
59	Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	-	-

CAMPO	DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor Apurado Até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
60	Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	8.441.550,45	15,00	19,37

CAMPO	DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor Apurado no Exercício Corrente
-------	-------------------------------------------------	-------------------------------------

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: BIGUACU/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.892.308/0001-53

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A JUNHO DE 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

CVA: 2014071810111700503118

RREO - Anexo 14 (LRF, Art. 48)

R\$ 1,00

61	Total das Despesas/RCL (%)	0,00
----	----------------------------	------

<sup>1</sup>Serão demonstradas as projeções do exercício anterior ao de referência.

Fonte: SETOR CONTABIL

Nota:

BIGUACU, 18/07/2014

JOSE CASTELO DESCHAMPS

PREFEITO MUNICIPAL

CPF.: 019.850.619-88

JOHN KENNEDY LARA DA COSTA

Secretário da Fazenda

CPF.: 72820233953

# Bom Jesus do Oeste

## PREFEITURA

**Portaria Nº 176/2014 de 30 de Julho de 2014.**

PORTARIA Nº 176/2014, DE 30 DE JULHO DE 2014.

EXONERA SERVIDOR MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ELTON HENRIQUE DA SILVA, Prefeito Municipal em exercício de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

**RESOLVE:**

Art. 1º. EXONERA Servidor Municipal SR. ADÃO MARINS, matrícula nº 644-0, portador do CIC sob. nº 426.057.769-72, lotado na Secretaria Municipal de Estradas e Rodagem, ocupante do cargo em comissão de Diretor, nomeado em 19/11/2013 através da Portaria nº 256/2013, sendo sua exoneração a partir de 01 de agosto de 2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 30 de julho de 2014.

ELTON HENRIQUE DA SILVA

Prefeito Municipal em Exercício

**Portaria Nº 177/2014 de 30 de Julho de 2014.**

PORTARIA Nº 177/2014, DE 30 DE JULHO DE 2014.

ALTERA LOTAÇÃO DE SERVIDOR MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ELTON HENRIQUE DA SILVA, Prefeito Municipal em exercício de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

**RESOLVE:**

Art. 1º. ALTERAR LOTAÇÃO de Cargo em Comissão do Servidor Municipal Sr. Fernando Paulo Weschenfelder, inscrito na matrícula sob nº 599-1, nomeado na data de 04/02/2013, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, para a partir de 01/08/2014 desempenhar suas funções junto a Secretaria Municipal de Administração e Fazenda no setor de Compras e Licitações.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 30 de julho de 2014.

ELTON HENRIQUE DA SILVA

Prefeito Municipal em Exercício

**Decreto Nº 4584/2014**

DECRETO Nº 4584/14 DE 30 DE JULHO DE 2014.

ABRE CREDITO SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ELTON HENRIQUE DA SILVA, Prefeito Municipal em exercício de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais em especial ao disposto na Lei Orgânica Municipal, Leis Municipais nºs 900/13 de 25.10.2013 (LDO) e 901/13 de 25.10.2013 (LOA).

**DECRETA:**

Art. 1º - Abre Crédito Suplementar nos projetos abaixo, elementos respectivos, cria desdobramento de fonte de recursos dentro da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda e Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente, no valor de R\$ 65.000,00 (Sessenta e cinco mil reais).

Órgão: 03 - Secretária Municipal de Administração Fazenda.

Unidade Orçamentária: 03.01 - Administração Geral.

Proj/Ativ.: 0412200032.003 - Manutenção das Atividades de Administração Geral.

Elemento: 4490 - Aplicações Diretas. (1267)

Valor R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais).

Fonte: 03.00 - Recursos Ordinários.

Detalhamento da Fonte: 0000 - Sem Detalhamento

Órgão: 03 - Secretária Municipal de Administração Fazenda.

Unidade Orçamentária: 03.02 - Depto de Finanças, Tributação e Contabilidade.

Proj/Ativ.: 0412300512.012 - Manutenção das Atividades de Contabilidade.

Elemento: 3190 - Aplicações Diretas. (1366)

Valor R\$ 25.000,00 (Vinte e cinco mil reais).

Fonte: 03.00 - Recursos Ordinários.

Detalhamento da Fonte: 0000 - Sem Detalhamento

Órgão: 09 - Secretária Municipal da Agricultura e Meio Ambiente.

Unidade Orçamentária: 09.01 - Agricultura.

Proj/Ativ.: 2060600352.038 - Manutenção das Atividades do Depto de Agricultura.

Elemento: 3390 - Aplicações Diretas. (1327).

Valor R\$ 35.000,00 (Trinta e cinco mil reais).

Fonte: 03.00 - Recursos Ordinários.

Detalhamento da Fonte: 0000 - Sem Detalhamento

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito suplementar de que trata o artigo 1º do presente Decreto, serão utilizados recursos extraídos do superávit financeiro do exercício de 2013, demonstrado no Balanço Patrimonial, conforme anexo 14 em anexo.

Art. 3º - As despesas decorrentes do presente decreto correm p/ conta do orçamento municipal

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 4450, de 16 de setembro de 2013.

Art. 5º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste,  
aos 30 de julho de 2014.

ELTON HENRIQUE DA SILVA  
Prefeito Municipal em exercício

## Bom Retiro

### PREFEITURA

#### **687.07.14 - P. Lic. Trat. Viviane R. Pires**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 687/14 de 28.07.14

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

#### RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar tratamento de saúde no dia 25 de julho de 2014, a funcionária Viviane Rosar Pires, ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão 1 - Nível 22, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Creche Municipal Antonia Maria da Silva Vieira.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
28 de julho de 2014.

ALBINO GONÇALVES PADILHA  
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS  
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

#### **688.07.14 - P. Lic. Trat. Saúde Cleodete C. Tome**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 688/14 de 28.07.14

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

#### RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar tratamento de saúde no dia 25 de julho de 2014, a funcionária Cleodete Costa Tomé, ocupante do cargo de Professor I -3 - Padrão 1 - Nível 22, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Creche Irmã Paula.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
28 de julho de 2014.

ALBINO GONÇALVES PADILHA  
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS  
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

**689.07.14 - P.Des. Serv. Ana P. Santos**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 689/14 de 28.07.14

Designa Servente Contratada em Caráter Temporário

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições e de conformidade como disposto no Artigo 2º Inciso X da Lei 2019/10 de 04 de março de 2010 que Dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário, na forma do art. 37, IX da Constituição Federal, e dá outras providências;

Resolve:

Designar Ana Paula dos Santos, para atuar como Servente ACT na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Núcleo Municipal São José, a partir do dia 28 de julho de 2014 com término no dia 20 de Dezembro de 2014 percebendo os vencimentos iniciais do cargo de Servente - Padrão I, Nível 1, 40 horas semanais, do Quadro de Pessoal Temporário do Município. Sem Processo Seletivo.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
28 de julho de 2014.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

DARIO CESAR LINS

Prefeito Municipal

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

**690.07.14 - P.Des. Prof. Patricia M. Hoffmann**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 690/14 de 29.07.14

Designa Professora Contratada em Caráter Temporário

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições e de conformidade como disposto no Artigo 2º Inciso IX da Lei 2019/10 de 04 de março de 2010 que Dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário, na forma do art. 37, IX da Constituição Federal, e dá outras providências;

Resolve:

Designar Aline Pranger, para atuar como Professora 20 horas semanais na Creche Municipal Patrícia Deucher, no período de 29 de julho com término no dia 25 de outubro de 2014, para Contratação de Professor ACT, Educação Infantil, percebendo os vencimentos iniciais do cargo de Professor I - 3 - Padrão I, Nível 22 do Quadro de Pessoal do Município. Motivo: Substituição de professora em Licença Gestação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
29 de julho de 2014.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

DARIO CESAR LINS

Prefeito Municipal

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

**691.07.14 - P. Férias Pecunia Patricia I. Floriani**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 691/14 de 29.07.14

Concede Férias Regulamentares

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 e 69 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares correspondentes ao período de 2012 (Dois Mil e Doze) a 2013 (Dois Mil e Treze) a funcionária Patrícia Iracema Floriani, Ocupante do cargo de Fisioterapeuta - Padrão I - Nível 09, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Saúde, sendo que 10 dias serão pagos em pecúnia, conforme requerimento n.º 076/2014 de 28 de julho de 2014, para gozá-las a contar do dia 28 de Julho com término no dia 26 de Agosto de 2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
29 de julho de 2014.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

**692.07.06.14 - P. Exon. Ana J. P. Souza**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 692/14 de 29.07.14

Exonera Servidora a Pedido

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art. 169, § 3, II da Constituição Federal:

RESOLVE:

Conceder exoneração a servidora Ana Janete Pessoa de Souza, do Cargo de Professor I - 3 - Padrão I - Nível - 22, do Quadro de Pessoal Nomeado em Caráter Efetivo do Município, através da Portaria n.º 138/2007 de 28.02.2007, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, a contar do dia 29 de julho de 2014, conforme pedido de exoneração.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
29 de julho de 2014.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

DARIO CESAR LINS

Prefeito Municipal

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

**693.07.06.14 - P. Exon. Orlando Sangaletti**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 693/14 de 30.07.14

Exonera Servidor a Pedido

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art. 169, § 3, II da Constituição Federal:

**RESOLVE:**

Conceder exoneração ao servidor Orlando Sangaletti, do Cargo de Motorista - Padrão I - Nível - 4, do Quadro de Pessoal Nomeado em Caráter Efetivo do Município, através da Portaria n.º 072/2002 de 21.02.2002, com exercício na Secretaria Municipal dos Transportes, Obras e Serviços Urbanos, a contar do dia 31 de julho de 2014, conforme pedido de exoneração.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
30 de julho de 2014.

ALBINO GONÇALVES PADILHA  
Prefeito Municipal

DARIO CESAR LINS  
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

**Braço do Trombudo****PREFEITURA****Portaria 0127/2014**

PORTARIA 0127/2014

Charles Rafael Schwambach, Prefeito do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, e amparado nas Leis 0504/2005 de 23.12.05 e na Lei 0512/2006 de 05.04.06, etc.

**RESOLVE:**

Art. 1º Determinar o 4º sorteio do concurso "Pague para Ver, Braço do Trombudo Crescer", que será realizado no dia 01.08.2014.

Art. 2º O sorteio será realizado às 16hs, na Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 30 de julho de 2014.

Charles Rafael Schwambach  
Prefeito Municipal



# Brusque

## PREFEITURA

### Edital Nº 001/2014 SAMAE

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO SAMAE - Edital nº 001/2014  
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Eu, Rogério Ristow, na qualidade de Diretor Presidente do SAMAE, no uso das atribuições legais e nos termos do artigo 37, IX da Constituição Federal de 1988; artigo 102, X, da Lei Orgânica do Município de Brusque; artigo 5º, alínea "c" da Lei Municipal número 1970/1994 e de acordo com as Leis Municipais números 2.174/1997, 2.270/1998, 3.314/2010, 3.671/2013 e Decreto n. 4.859/2002, faço saber:

Publicado o resultado provisório para todas as funções, que se deu em 23 de julho de 2014 e decorrido o prazo recursal constante no item 11.1 do edital, analisado o único recurso interposto, HOMOLOGO em todos os seus termos o resultado final do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2014 salientando a objetividade e lisura do citado certame.

Destarte, homologada a relação final dos candidatos aprovados, iniciaremos o processo de convocação dos futuros servidores desta Autarquia, em caráter temporário, sob o regime da Consolidação das Leis Trabalhistas e a medida das nossas necessidades, conforme item 13.2 do Edital.

Brusque, 30 de julho de 2014.  
ROGÉRIO RISTOW  
Diretor Presidente - SAMAE/Brusque

### Portaria Nº 9.237, de 29 de Julho de 2014

PORTARIA Nº 9.237, DE 29 DE JULHO DE 2014.

Exonera e declara vacância de cargo público de servidor que menciona

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município,

#### RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, na forma do art. 42 da Lei Complementar n.º 147/2009, o servidor Ailton Alves Magalhães, matrícula 72414.9-0, ocupante do cargo efetivo de Agente Administrativo, lotado na Secretaria de Assistência Social, a partir de 28/07/2014.

Art. 2º Declarar a vacância, nos termos do inciso I do art. 41 da Lei Complementar Municipal n.º 147/2009.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 28/07/2014.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 29 de julho de 2014.  
PAULO ROBERTO ECCEL  
Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL  
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/

SC.

JOSÉ GUSTAVO HALFPAP  
Chefe de Gabinete  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE

Praça das Bandeiras, 77 - Fone/Fax: (0xx47) 3251-1833 - Centro  
- 88350-051 - Brusque - SC  
www.brusque.sc.gov.br

### Portaria N. 094/2014 SAMAE

PORTARIA SAMAE N. 094/2014

Substitui e nomeia membro da Comissão Sindicante instituída pela Portaria n. 064/2014.

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de Brusque, no exercício de suas atribuições legais, e:

CONSIDERANDO o requerimento apresentado pela servidora Silvine Studnicka; e

CONSIDERANDO a indicação do membro representante do Sindicato dos Servidores Públicos de Brusque - SINSEB;

#### RESOLVE:

Art. 1º Substituir Silvine Studnicka por Jaqueline Maurici Montibeller Testoni, como membro da Comissão Sindicante instituída pela Portaria n. 064/2014.

Art. 2º Nomear Reinaldo Mellão como membro representante do Sindicato dos Servidores Públicos de Brusque - SINSEB.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brusque/SC, 30 de julho de 2014.  
ROGÉRIO RISTOW  
Diretor Presidente - SAMAE/Brusque

### Portaria Nº 095/2014 SAMAE

PORTARIA Nº 095/2014

O DIRETOR PRESIDENTE do SAMAE DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "e" do art. 111 da Lei Orgânica do Município,

#### RESOLVE

Tornar sem efeito a Portaria 084/2014, tendo em vista que, por lapso, este número não foi utilizado.

Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brusque, 30 de julho de 2014.  
ROGÉRIO RISTOW  
DIRETOR PRESIDENTE

**Extrato Processo Licitatório 034/2014**

PROCESSO LICITATÓRIO 034/2014

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

Encontra-se aberta no SAMAE de Brusque/SC, o Processo Licitatório 034/2014, na modalidade de Pregão Presencial, para aquisição de tubos e conexões em FoFo e PVC. A abertura dos envelopes dar-se-á no dia 19 de agosto de 2014, às 08:30 horas.

O edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados junto ao Setor de Compras do SAMAE, sito a Rua Doutor Penido, 297, Centro, Brusque, ou pelo site: [www.samaebru.com.br](http://www.samaebru.com.br)

Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima ou pelo telefone 47 3255-0500, ramal 207.

Rogério Ristow  
Diretor Presidente  
SAMAE - Brusque

**Caçador****PREFEITURA****Aviso de Concurso Publico Para Projetos Culturais Nº 01-2014 - Fmc**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR-SC

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL: CONCURSO PUBLICO Nº 01/2014

OBJETO: CONCURSO PUBLICO PARA APRESENTAÇÃO DE PROJETOS CULTURAIS - FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA DE CAÇADOR, SC.

ENTREGA DOS ENVELOPES: 14h00min do dia 16/09/2014.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 14h05min do dia 16/09/2014.

Maiores Informações e o Edital completo poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sito Av. Santa Catarina, 195, ou no site [caçador.sc.gov.br](http://caçador.sc.gov.br) no ícone licitações ou ainda por e-mail: [licitacao@cacador.sc.gov.br](mailto:licitacao@cacador.sc.gov.br), no horário de expediente em vigor.

Caçador, 30 de julho de 2014.

NELSON MOLINSKI MOREIRA SANTOS

Presidente

# Camboriú

## PREFEITURA

### Resultado PR 003/14 - Fucam

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIU  
RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 003/2014-FUCAM

O Município de Camboriú, através da Secretaria da Administração torna público que o resultado da licitação foi:  
"FRACASSADA"

Quaisquer esclarecimentos podem ser obtidos pelo telefone 047 3365-9500.

Camboriú SC, 30 de Julho de 2014.  
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS  
PREFEITA MUNICIPAL

### Ata de Registro de Preços PR 60/14 - PMC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrados os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 060/2014 - PMC - Ata do Sistema de Registro de Preços 034/2014 - PMC - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) ESPECIALIZADA(S) PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPRESSÃO COM O FORNECIMENTO DE COPIADORAS E/OU IMPRESSORAS DIGITAIS (OUTSOURCING DE IMPRESSÃO), QUE DEVERÃO SER NOVAS E DE PRIMEIRO USO, EM LINHA DE FABRICAÇÃO, PARA REPRODUÇÃO DE CÓPIAS E IMPRESSÕES MONOCROMÁTICAS, COM FORNECIMENTO DE TODOS OS INSUMOS NECESSÁRIOS Á EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS (INCLUINDO PAPEL), ALÉM DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA, para atender a demanda da Prefeitura Municipal integrante do Município de Camboriú, pelo período de 12 (doze) meses.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO MURAL OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, E NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.CAMBORIU.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 10/07/2015  
1ª Publicação.

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO Nº 194 - 1236/2014**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 194 1236/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ABI1853	54623745E	6920/0	01/07/2014	233
AJM1722	54949346E	6599/2	03/07/2014	230 * V
AJM1722	54949347E	6912/0	03/07/2014	232
AJM1722	54949348E	5045/0	03/07/2014	162 * V
ARR8181	54945823E	5010/0	30/05/2014	162 * I
ARR8181	54945824E	6599/2	30/05/2014	230 * V
CKY1049	54623739E	6920/0	01/07/2014	233
COH2287	54948369E	6599/2	25/05/2014	230 * V
COH2287	54948370E	6580/0	24/05/2014	230 * IV
COH2287	54948373E	5290/0	24/05/2014	176 * II
DRU5114	54949468E	6599/2	08/07/2014	230 * V
HSC6438	54623740E	6920/0	01/07/2014	233
IFZ5274	54949189E	5010/0	04/07/2014	162 * I
IFZ5274	54949190E	6599/2	04/07/2014	230 * V
IFZ5274	54949191E	6610/2	04/07/2014	230 * VII
INR9422	54949349E	5010/0	07/07/2014	162 * I
INR9422	54949350E	6599/2	07/07/2014	230 * V
INR9422	54950451E	5061/0	07/07/2014	163 c/c 162 * I
INR9422	54950452E	6912/0	07/07/2014	232
INR9422	54950453E	6637/1	07/07/2014	230 * IX
INR9422	54950454E	6637/2	07/07/2014	230 * IX
IOV9949	54948600E	6599/2	31/05/2014	230 * V
LXI3481	54950175E	6599/2	01/07/2014	230 * V
LXI3481	54950176E	6610/2	01/07/2014	230 * VII
LXM0745	54623743E	6920/0	01/07/2014	233
LYS6068	54949684E	5169/1	29/05/2014	165

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LYS6068	54949685E	5010/0	29/05/2014	162 * I
LYS6068	54949687E	5061/0	29/05/2014	163 c/c 162 * I
LYS6068	54949688E	6599/2	29/05/2014	230 * V
LZT9727	54948621E	6920/0	05/06/2014	233
MAP6420	54950262E	5010/0	03/07/2014	162 * I
MAP6420	54950264E	5061/0	03/07/2014	163 c/c 162 * I
MAP6420	54950265E	6637/2	03/07/2014	230 * IX
MAP6420	54950266E	6610/2	03/07/2014	230 * VII
MAX3147	54948623E	6920/0	05/06/2014	233
MBE4022	54950119E	5045/0	30/06/2014	162 * V
MBS0456	55654698D	6920/0	05/06/2014	233
MBT9883	54945846E	6599/2	22/06/2014	230 * V
MBT9883	54945847E	6912/0	22/06/2014	232
MBT9883	54945848E	6637/2	22/06/2014	230 * IX
MBW9573	54950172E	5010/0	01/07/2014	162 * I
MBW9573	54950173E	6599/2	01/07/2014	230 * V
MBW9573	54950174E	6637/2	01/07/2014	230 * IX
MCY2471	54950256E	5010/0	27/06/2014	162 * I
MDC5343	54950070E	6599/2	28/06/2014	230 * V
MFL3341	54949317E	6599/2	20/06/2014	230 * V
MFL3341	54949318E	5010/0	20/06/2014	162 * I
MFL3341	54949319E	5061/0	20/06/2014	163 c/c 162 * I
MFL3341	54949321E	6912/0	20/06/2014	232
MFW5774	54949865E	6637/2	27/06/2014	230 * IX
MFZ4071	54948915E	6912/0	02/05/2014	232
MGM4352	54950165E	5010/0	24/06/2014	162 * I
MGM4352	54950166E	6637/2	24/06/2014	230 * IX
MGM4352	54950167E	6637/2	24/06/2014	230 * IX
MGX3481	54949303E	6599/2	27/05/2014	230 * V
MGX3481	54949304E	5010/0	27/05/2014	162 * I
MHT5279	54623750E	6920/0	01/07/2014	233
MKD6373	54949876E	6599/2	27/06/2014	230 * V
MLE9715	54948591E	6610/2	26/05/2014	230 * VII
MLV1754	54948488E	5045/0	26/06/2014	162 * V
OUG2640	54949878E	6920/0	02/07/2014	233

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMBÓRIU/SC, 30 DE JULHO DE 2014

RODRIGO CORONHA

DELEGADO DE POLÍCIA

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO Nº 194 - 1237/2014**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 194 1237/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ANG4332	54950112E	5185/1	21/06/2014	167
BDM6997	54948491E	5460/0	01/07/2014	181 * IX
CPD5964	54950117E	5185/1	28/06/2014	167
DLC7557	54948931E	6050/1	27/05/2014	208
IGN3997	54949757E	5665/0	03/07/2014	182 * X
JDX0199	54949753E	7366/2	24/06/2014	252 * VI
LYS6068	54949686E	5185/1	29/05/2014	167
LYS6068	54949689E	5720/0	29/05/2014	186 * I
LZB8770	54623166E	5827/0	20/05/2014	194
MAP6420	54950263E	5185/1	03/07/2014	167
MBW9573	54950170E	5835/0	01/07/2014	195
MBW9573	54950171E	5215/1	01/07/2014	170
MEF2278	54950074E	5185/1	28/06/2014	167
MEM3636	54950128E	5185/1	03/07/2014	167
MGN6848	54950113E	5525/0	22/06/2014	181 * XV
MHT5374	54947548E	5185/1	23/05/2014	167
MJA1851	54948319E	5835/0	21/06/2014	195
MJF6925	54949736E	5541/1	07/06/2014	181 * XVII
MJT4824	54949363E	6050/1	30/05/2014	208
MKE3095	54950063E	5525/0	22/06/2014	181 * XV
MKX6131	54945816E	6050/1	29/05/2014	208
MLH2808	54623946E	5738/0	28/05/2014	186 * II
MLL1656	54950053E	5568/0	17/06/2014	181 * XIX

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMBÓRIU/SC, 30 DE JULHO DE 2014

JAIR GRINGS

DIRETOR DE TRANSITO



# Campo Alegre

## PREFEITURA

### Portaria Nº 5.644 de 19 de Dezembro de 2007

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 5.644 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2007  
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO  
DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA  
PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 38 (trinta e oito) dias de Férias a Professora - LINDAMIR DA LUZ DOS SANTOS DREFHAL, matrícula nº 000188, referente ao período aquisitivo 01 de setembro de 2006 à 31 de agosto de 2008, e pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2007 à 01 de fevereiro de 2008, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
19 de dezembro de 2007.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
19/12/2007

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### Portaria Nº 5.643 de 19 de Dezembro de 2007

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 5.643 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2007  
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO  
DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA  
PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 38 (trinta e oito) dias de Férias a Professora - LEILA DE CASSIA MUNHOZ LARGURA, matrícula nº 000169, referente ao período aquisitivo 16 de março de 2007 à 15 de março de 2008, e pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2007 à 01 de fevereiro de 2008, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
19 de dezembro de 2007.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
19/12/2007

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### Portaria Nº 5.642 de 19 de Dezembro de 2007

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 5.642 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2007  
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO  
DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA  
PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de Férias a Fonoaudióloga - LAÍS MARIOM STEFFEN AGNELO DUARTE, matrícula nº 000417, referente ao período aquisitivo 05 de maio de 2007 à 04 de maio de 2008, e pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2007 à 14 de janeiro de 2008, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
19 de dezembro de 2007.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
19/12/2007

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Portaria Nº 5.641 de 19 de Dezembro de 2007**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 5.641 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2007

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO

DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA

PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de Férias a Agente Operacional I - LADIR MARIA KERSCHER, matrícula nº 000039, referente ao período aquisitivo 01 de novembro de 2007 à 31 de outubro de 2008, e pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2007 à 24 de janeiro de 2008, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
19 de dezembro de 2007.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
19/12/2007

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Portaria Nº 5.640 de 19 de Dezembro de 2007**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 5.640 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2007

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO

DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA

PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 33 (trinta e três) dias de Férias a Professora - JULIANA TEREZINHA DOS SANTOS, matrícula nº 000470, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2007 à 31 de dezembro de 2007, e pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2007 à 27 de janeiro de 2008, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
19 de dezembro de 2007.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
19/12/2007

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Portaria Nº 5.639 de 19 de Dezembro de 2007**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 5.639 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2007

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO

DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA

PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de Férias a Agente Operacional I - JUÇARA MARIA PESCHEL CHRISTOFF, matrícula nº 000383, referente ao período aquisitivo 10 de maio de 2006 à 09 de maio de 2007, e pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2007 à 24 de janeiro de 2008, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
19 de dezembro de 2007.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
19/12/2007

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Portaria Nº 5.638 de 19 de Dezembro de 2007**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 5.638 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2007

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO

DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR

PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de Férias ao Motorista - JOSÉ EURIDES CORDEIRO DA CRUZ, matrícula nº 000031, referente ao período aquisitivo 03 de julho de 2006 à 02 de julho de 2007, e pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) O servidor gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2007 à 24 de janeiro de 2008, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
19 de dezembro de 2007.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
19/12/2007

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Portaria Nº 5.637 de 19 de Dezembro de 2007**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 5.637 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2007

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO

DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR

PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de Férias ao Especialista em Administração Escolar - JOSÉ CARLOS NENEVE CORDEIRO, matrícula nº 000084, referente ao período aquisitivo 15 de janeiro de 2007 à 14 de janeiro de 2008, e pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) O servidor gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2007 à 14 de janeiro de 2008, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
19 de dezembro de 2007.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
19/12/2007

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Portaria Nº 5.636 de 19 de Dezembro de 2007**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 5.636 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2007

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO

DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA

PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 33 (trinta e três) dias de Férias a Professora - JOICE LINZMEYER, matrícula nº 000469, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2007 à 31 de dezembro de 2007, e pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2007 à 27 de janeiro de 2008, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
19 de dezembro de 2007.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
19/12/2007

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Portaria Nº 5.635 de 19 de Dezembro de 2007**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 5.635 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2007

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO

DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA

PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 38 (trinta e oito) dias de Férias a Professora - JANETE DRANCKA, matrícula nº 000234, referente ao período aquisitivo 21 de fevereiro de 2007 á 20 de fevereiro de 2008, e pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2007 á 01 de fevereiro de 2008, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
19 de dezembro de 2007.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
19/12/2007

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **Portaria Nº 5.634 de 19 de Dezembro de 2007**

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 5.634 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2007  
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO  
DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR  
PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 38 (trinta e oito) dias de Férias ao Professor - JAIRO AFONSO BELLE, matrícula nº 000464, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2007 á 31 de dezembro de 2007, e pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) O servidor gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2007 á 01 de fevereiro de 2008, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
19 de dezembro de 2007.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
19/12/2007

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **Portaria Nº 5.633 de 19 de Dezembro de 2007**

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 5.633 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2007  
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO  
DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA  
PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de Férias a Agente Operacional I - IZABEL MARQUES STRELLO, matrícula nº 354, referente ao período aquisitivo 10 de setembro de 2006 á 09 de setembro de 2007, e pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2007 á 14 de janeiro de 2008, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
19 de dezembro de 2007.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
19/12/2007

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **Portaria Nº 5.632 de 19 de Dezembro de 2007**

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 5.632 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2007  
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO  
DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA  
PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de Férias a Agente Operacional I - IVONETE HRUSCHKA SCHWARZ, matrícula nº 000179, referente ao período aquisitivo 01 de abril de 2007 á 31 de março de 2008, e pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2007 á 24 de janeiro de 2008, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
19 de dezembro de 2007.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal



ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
19/12/2007

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Portaria Nº 5.631 de 19 de Dezembro de 2007**

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 5.631 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2007  
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO  
DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR  
PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de Férias a Motorista - IVONEI FRIEDRICH, matrícula nº 338, referente ao período aquisitivo 01 de junho de 2006 à 31 de maio de 2007, e pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) O servidor gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2007 à 24 de janeiro de 2008, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
19 de dezembro de 2007.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
19/12/2007

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Portaria Nº 5.630 de 19 de Dezembro de 2007**

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 5.630 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2007  
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO  
DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA  
PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de Férias a Agente Operacional I - INES TEREZINHA CORDEIRO DA CRUZ, matrícula nº 000377, referente ao período aquisitivo 13 de março de 2007 à 12 de março de 2008, e pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2007 à 24 de janeiro de 2008, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
19 de dezembro de 2007.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
19/12/2007

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Portaria Nº 5.629 de 19 de Dezembro de 2007**

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 5.629 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2007  
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO  
DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA  
PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de Férias a Agente Operacional I - IDALETE UHLIG FUECKNER, matrícula nº 343, referente ao período aquisitivo 08 de junho de 2007 à 07 de junho de 2008, e pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2007 à 24 de janeiro de 2008, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
19 de dezembro de 2007.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
19/12/2007

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Portaria Nº 5.628 de 19 de Dezembro de 2007**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 5.628 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2007

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO

DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA

PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 38 (trinta e oito) dias de Férias a Professora - GRAZIANNA RIBEIRO DE MEDEIROS, matrícula nº 000485, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2007 á 31 de dezembro de 2007, e pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2007 á 01 de fevereiro de 2008, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
19 de dezembro de 2007.

RENATO BAHR

Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA

Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
19/12/2007

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete do Prefeito

**Portaria Nº 5.627 de 19 de Dezembro de 2007**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 5.627 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2007

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO

DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA

PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 38 (trinta e oito) dias de Férias a Professora - GLÁDIS CONCEIÇÃO BENKENDORF, matrícula nº 000194, referente ao período aquisitivo 15 de fevereiro de 2007 á 14 de fevereiro de 2007, e pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2007 á 01 de fevereiro de 2008, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
19 de dezembro de 2007.

RENATO BAHR

Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA

Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
19/12/2007

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete do Prefeito

**Portaria Nº 5.626 de 19 de Dezembro de 2007**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 5.626 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2007

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO

DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA

PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de Férias a Agente Operacional I - FRANCISCA DO ROCIO DA ROCHA, matrícula nº 000260, referente ao período aquisitivo 06 de fevereiro de 2006 á 05 de fevereiro de 2007, e pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2007 á 24 de janeiro de 2008, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
19 de dezembro de 2007.

RENATO BAHR

Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA

Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
19/12/2007

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete do Prefeito

**Portaria Nº 5.625 de 19 de Dezembro de 2007**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 5.625 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2007

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO

DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA

PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de Férias a Agente Operacional I - FILOMENA FERREIRA DA CRUZ, matrícula nº 000147, referente ao período aquisitivo 19 de fevereiro de 2007 á 18 de fevereiro de 2008, e pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2007 á 24 de janeiro de 2008, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
19 de dezembro de 2007.

RENATO BAHR

Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA

Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
19/12/2007

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete do Prefeito

**Portaria Nº 5.624 de 19 de Dezembro de 2007**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 5.624 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2007

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO

DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA

PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de Férias a Professora - ESTER MARIA FORLIN FRITSCH, matrícula nº 000141, referente ao período aquisitivo 05 de agosto de 2007 á 04 de agosto de 2008, e pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2007 á 24 de janeiro de 2008, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
19 de dezembro de 2007.

RENATO BAHR

Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA

Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
19/12/2007

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete do Prefeito

**Portaria Nº 5.623 de 19 de Dezembro de 2007**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 5.623 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2007

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO

DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA

PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 33 (trinta e três) dias de Férias a Professora - ERNA LUIZA PACHECO IENSEN, matrícula nº 0201, referente ao período aquisitivo 16 de março de 2007 á 15 de março de 2008, e pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2007 á 27 de janeiro de 2008, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
19 de dezembro de 2007.

RENATO BAHR

Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA

Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
19/12/2007

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete do Prefeito

**Portaria Nº 5.622 de 19 de Dezembro de 2007**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 5.622 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2007

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO

DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA

PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 33 (trinta e três) dias de Férias a Professora - ELISABET SCHINDLER, matrícula nº 000129, referente ao período aquisitivo 02 de maio de 2007 á 01 de maio de 2008, e pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2007 á 27 de janeiro de 2008, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
19 de dezembro de 2007.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
19/12/2007

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **Portaria Nº 5.621 de 19 de Dezembro de 2007**

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 5.621 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2007  
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO  
DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA  
PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 38 (trinta e oito) dias de Férias a Professora - ELIANE BAUM, matrícula nº 000090, referente ao período aquisitivo 18 de fevereiro de 2007 á 17 de fevereiro de 2008, e pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2007 á 01 de fevereiro de 2008, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
19 de dezembro de 2007.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
19/12/2007

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **Portaria Nº 5.620 de 19 de Dezembro de 2007**

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 5.620 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2007  
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO  
DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA  
PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de Férias a Agente Operacional I - EDICLER ORENICE CUBAS MUNHOZ, matrícula nº 0156, referente ao período aquisitivo 26 de fevereiro de 2007 á 25 de fevereiro de 2008, e pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2007 á 24 de janeiro de 2008, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
19 de dezembro de 2007.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
19/12/2007

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **Portaria Nº 5.619 de 19 de Dezembro de 2007**

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 5.619 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2007.  
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO  
DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA  
PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de Férias a Agente Operacional I - EDELA FUCKNER, matrícula nº 0221, referente ao período aquisitivo 03 de fevereiro de 2006 á 02 de fevereiro de 2007, e pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2007 á 24 de janeiro de 2008, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
19 de dezembro de 2007.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal



ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
19/12/2007

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Portaria Nº 5.617 de 19 de Dezembro de 2007**

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 5.617 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2007.  
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO  
DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA  
PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina,  
no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial  
aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de  
19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 38 (trinta e oito) dias de Férias a Professora  
- CLAUDIA ROBERTA KARVAT DRANKA, matrícula nº 000396, re-  
ferente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2007 á 31 de de-  
zembro de 2007, e pagamento de um Terço de Férias referente ao  
período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro  
de 2007 á 01 de fevereiro de 2008, segundo opção sua já requeri-  
da junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,  
revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
19 de dezembro de 2007.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
19/12/2007

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Portaria Nº 5.618 de 19 de Dezembro de 2007**

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 5.618 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2007.  
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO  
DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA  
PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina,  
no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial  
aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de  
19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 38 (trinta e oito) dias de Férias a Professora -  
DAGMAR DENISE RIBEIRO PETRIS, matrícula nº 000015, referen-  
te ao período aquisitivo 15 de agosto de 2007 á 15 de agosto de  
2008, e pagamento de um Terço de Férias referente ao período

aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro  
de 2007 á 01 de fevereiro de 2008, segundo opção sua já requeri-  
da junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,  
revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
19 de dezembro de 2007.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
19/12/2007

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Portaria Nº 5.616 de 19 de Dezembro de 2007**

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 5.616 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2007.  
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO  
DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA  
PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina,  
no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial  
aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de  
19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 38 (trinta e oito) dias de Férias a Professora -  
CIRILA TELMA DRANKA, matrícula nº 0152, referente ao período  
aquisitivo 19 de fevereiro de 2007 á 18 de fevereiro de 2008, e  
pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro  
de 2007 á 01 de fevereiro de 2008, segundo opção sua já requeri-  
da junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,  
revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
19 de dezembro de 2007.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
19/12/2007

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Portaria Nº 5.615 de 19 de Dezembro de 2007**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 5.615 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2007.

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO  
DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA  
PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de Férias a Nutricionista - CINTHIA CHRISTOFFEL, matrícula nº 000415, referente aos períodos aquisitivos: 01 de janeiro de 2005 á 31 de dezembro de 2005, 10 (dez) dias; e 01 de janeiro de 2007 á 31 de dezembro de 2007, 20 (vinte) dias, e pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2007 á 31 de dezembro de 2007.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2007 á 24 de janeiro de 2008, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
19 de dezembro de 2007.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
19/12/2007

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Portaria Nº 5.614 de 19 de Dezembro de 2007**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 5.614 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2007.

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO  
DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA  
PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de Férias a Professora - CÉLIA REGINA DRANKA COELHO QUEIROZ, matrícula nº 000013, referente ao período aquisitivo 26 de dezembro de 2005 á 02 de julho de 2006 e pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2007 á 24 de janeiro de 2008, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
19 de dezembro de 2007.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
19/12/2007

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Portaria Nº 5.613 de 19 de Dezembro de 2007**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 5.613 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2007.

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO  
DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA  
PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de Férias a Professora - CECÍLIA MARLENE SCHWARZ, matrícula nº 0158, referente ao período aquisitivo 01 de março de 2006 á 28 de fevereiro de 2007 e pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2007 á 24 de janeiro de 2008, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
19 de dezembro de 2007.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
19/12/2007

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Portaria Nº 5.612 de 19 de Dezembro de 2007**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 5.612 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2007.

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO  
DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA  
PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de Férias a Professora - CARLA ALEXANDRE BAGNHUCK DA SILVEIRA, matrícula nº 000474, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2007 á 31 de dezembro de 2007 e pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2007 á 24 de janeiro de 2008, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
19 de dezembro de 2007.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
19/12/2007

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Portaria Nº 5.611 de 19 de Dezembro de 2007**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 5.612 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2007.

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO  
DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA  
PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de Férias a Professora - CARLA ALEXANDRE BAGNHUCK DA SILVEIRA, matrícula nº 000474, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2007 á 31 de dezembro de 2007 e pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2007 á 24 de janeiro de 2008, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
19 de dezembro de 2007.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
19/12/2007

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Portaria Nº 5.610 de 19 de Dezembro de 2007**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 5.610 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2007.

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO  
DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA  
PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de Férias a Professora - BERTINA BAHR, matrícula nº 0230, referente ao período aquisitivo 02 de fevereiro de 2007 á 01 de fevereiro de 2008 e pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2007 á 14 de janeiro de 2008, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
19 de dezembro de 2007.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
19/12/2007

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Portaria Nº 5.609 de 19 de Dezembro de 2007**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 5.609 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2007.

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO  
DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA  
PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 33 (trinta e três ) dias de Férias a Professora - BERNADETE TERESINHA SCHUTA, matrícula nº 000427, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2007 á 31 de dezembro de 2007 e pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2007 á 27 de janeiro de 2008, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
19 de dezembro de 2007.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
19/12/2007

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Portaria Nº 5.608 de 19 de Dezembro de 2007**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 5.608 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2007.

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO  
DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA  
PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de Férias a Auxiliar de Educador - BÁRBARA BRUSKY, matrícula nº 000008, referente ao período aquisitivo 11 de abril de 2007 á 10 de abril de 2008 e pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2007 á 24 de janeiro de 2008, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
19 de dezembro de 2007.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
19/12/2007

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Portaria Nº 5.607 de 19 de Dezembro de 2007**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 5.607 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2007.

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO  
DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA  
PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de Férias a Professora - ARLETE JORGENSEN SCHIESSL, matrícula nº 0232, referente ao período aquisitivo 09 de fevereiro de 2007 á 08 de fevereiro de 2008 e pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2007 á 24 de janeiro de 2008, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
19 de dezembro de 2007.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
19/12/2007

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Portaria Nº 5.606 de 19 de Dezembro de 2007**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 5.606 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2007.

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO  
DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA  
PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de Férias a Agente Operacional I - ANGELA CATARINA BIBOW ANDRADE, matrícula nº 000124, referente ao período aquisitivo 17 de março de 2006 á 16 de março de 2007 e pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo.



Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2007 á 24 de janeiro de 2008, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
19 de dezembro de 2007.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
19/12/2007

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **Portaria Nº 5.605 de 19 de Dezembro de 2007**

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 5.605 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2007.  
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO  
DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA  
PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de Férias a Agente Operacional I - ANDRÉIA DO ROCIO MONNEY, matrícula nº 0202, referente ao período aquisitivo 01 de abril de 2006 á 31 de março de 2007 e pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2007 á 24 de janeiro de 2008, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
19 de dezembro de 2007.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
19/12/2007

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **Portaria Nº 5.604 de 19 de Dezembro de 2007**

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 5.604 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2007.  
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO  
DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA  
PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de Férias a Agente Operacional I - ANAZILDA CORDEIRO, matrícula nº 00136, referente ao período aquisitivo 12 de junho de 2007 á 11 de junho de 2008 e pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2007 á 24 de janeiro de 2008, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
19 de dezembro de 2007.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
19/12/2007

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **Portaria Nº 5.603 de 19 de Dezembro de 2007**

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 5.603 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2007.  
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO  
DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA  
PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de Férias a Agente Operacional I - ANATÁLIA SILVIA CORDEIRO, matrícula nº 00136, referente ao período aquisitivo 12 de junho de 2007 á 11 de junho de 2008 e pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2007 á 24 de janeiro de 2008, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
19 de dezembro de 2007.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
19/12/2007

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Portaria Nº 5.602 de 19 de Dezembro de 2007**

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 5.602 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2007.  
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO  
DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA  
PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina,  
no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial  
aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de  
19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 33 (trinta e três) dias de Férias a Professora -  
ANA LUIZA DA CRUZ KMIECIK, matrícula nº 000451, referente  
ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2007 á 31 de dezembro de  
2007 e pagamento de um Terço de Férias referente ao período  
aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro  
de 2007 á 27 de janeiro de 2008, segundo opção sua já requerida  
junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,  
revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
19 de dezembro de 2007.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
19/12/2007

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Portaria Nº 5.601 de 19 de Dezembro de 2007**

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 5.601 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2007.  
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO  
DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR  
PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina,  
no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial  
aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de  
19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 38 (trinta e oito) dias de Férias ao Professor -  
AMAURY CARLOS SCHWARZ, matrícula nº 000459, referente ao  
período aquisitivo 01 de janeiro de 2007 á 31 de dezembro de  
2007 e pagamento de um Terço de Férias referente ao período

aquisitivo.

Art.2º) O servidor gozará as férias no período de 26 de dezembro  
de 2007 á 01 de fevereiro de 2008, segundo opção sua já requeri-  
da junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,  
revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
19 de dezembro de 2007.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
19/12/2007

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Portaria Nº 5.600 de 19 de Dezembro de 2007**

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 5.600 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2007.  
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO  
DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA  
PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina,  
no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial  
aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de  
19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 38 (trinta e oito) dias de Férias a Professora -  
ALINE CRISTIANE FRIEDRICH, matrícula nº 000445, referente ao  
período aquisitivo 01 de janeiro de 2007 á 31 de dezembro de  
2007 e pagamento de um Terço de Férias referente ao período  
aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro  
de 2007 á 01 de fevereiro de 2008, segundo opção sua já requeri-  
da junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,  
revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
19 de dezembro de 2007.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
19/12/2007

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Portaria Nº 5.599 de 19 de Dezembro de 2007**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 5.599 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2007.

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO

DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR

PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de Férias ao Agente Operacional I - CELSO FELICIANO, matrícula nº 285, referente ao período aquisitivo 17 de abril de 2006 á 16 de abril de 2007 e pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) O servidor gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2007 á 14 de janeiro de 2008, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
19 de dezembro de 2007.

RENATO BAHR

Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA

Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
19/12/2007

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete do Prefeito

**Portaria Nº 5.598 de 18 de Dezembro de 2007**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 5.598 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2007.

CONCEDE FÉRIAS A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE

SAÚDE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 12 Parágrafo 4º da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de férias a Secretária Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social - ELIANA PESSOA MACHADO COLLÊT, matrícula nº 954196, referente ao período aquisitivo 02 de janeiro de 2006 á 01 de janeiro de 2007.

Art.2º) A Secretária gozará férias no período de 26 de dezembro de 2007 á 14 de janeiro de 2008, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
18 de dezembro de 2007.

RENATO BAHR

Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA

Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
18/12/2007

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete do Prefeito

**Portaria Nº 5.597 de 18 de Dezembro de 2007**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 5.597 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2007.

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO

DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA

PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de Férias a Auxiliar de Odontologia - DAISI ISABEL BUCHMANN SCHROEDER, matrícula nº 000448, referente ao período aquisitivo 14 de setembro de 2006 á 13 de setembro de 2007 e pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 05 á 14 de janeiro de 2008, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
18 de dezembro de 2007.

RENATO BAHR

Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA

Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
18/12/2007

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete do Prefeito

**Portaria Nº 5.596 de 18 de Dezembro de 2007**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 5.596 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2007.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA

PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias a Auxiliar de Odontologia - DAISI ISABEL BUCHMANN SCHROEDER, matrícula nº 000448, referente ao período aquisitivo de 14 de setembro de 2005 á 13 de setembro de 2006.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2007 á 04 de janeiro de 2008, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
18 de dezembro de 2007.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
18/12/2007

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **Portaria Nº 5.595 de 18 de Dezembro de 2007**

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 5.595 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2007.  
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO  
DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA  
PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de Férias a Médica III - RUBIA ELIZA BEIL, matrícula nº 000484, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro à 31 de dezembro de 2007 e pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2007 à 24 de janeiro de 2008, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
18 de dezembro de 2007.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
18/12/2007

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **Portaria Nº 5.594 de 18 de Dezembro de 2007**

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 5.594 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2007.  
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO  
DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA  
PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de Férias a Agente Administrativo II - MARLI AUGUSTIN, matrícula nº 000379, referente ao período aquisitivo 13 de março de 2006 à 12 de março de 2007 e pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2007 à 14 de janeiro de 2008, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
18 de dezembro de 2007.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
18/12/2007

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **Portaria Nº 5.593 de 18 de Dezembro de 2007**

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 5.593 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2007.  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA  
PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 15 (quinze) dias de férias a Agente Administrativo I - VERONICA GORNIACK SCHROEDER, matrícula nº 0203, referente ao período aquisitivo de 01 de abril de 2005 à 31 de março de 2006.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2007 à 09 de janeiro de 2008, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
18 de dezembro de 2007.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal



ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
18/12/2007

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Portaria Nº 5.592 de 18 de Dezembro de 2007**

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 5.592 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2007.  
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO  
DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR  
PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de Férias ao Psicólogo - MARCO AURÉLIO BECKHAUSER, matrícula nº 000486, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2007 à 31 de dezembro de 2007 e pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) O servidor gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2007 à 14 de janeiro de 2008, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
18 de dezembro de 2007.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
18/12/2007

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Portaria Nº 5.591 de 18 de Dezembro de 2007**

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 5.591 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2007.  
CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR  
PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 15 (quinze) dias de férias ao Médico Clínico Geral - HAROLD RAETSCH, matrícula nº 370, referente ao período aquisitivo de 19 de abril de 2004 à 18 de abril de 2005.

Art.2º) O servidor gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2007 à 09 de janeiro de 2008, segundo opção sua já requerida

junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
18 de dezembro de 2007.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
18/12/2007

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Portaria Nº 5.590 de 18 de Dezembro de 2007**

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 5.590 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2007.  
CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR  
PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de férias ao Motorista - AUGUSTINHO JOSÉ DE JESUS MACHADO CUBAS, matrícula nº 000122, referente ao período aquisitivo de 15 de abril de 2006 à 14 de abril de 2007.

Art.2º) O servidor gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2007 à 09 de janeiro de 2008, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
18 de dezembro de 2007.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
18/12/2007

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Portaria Nº 5.589 de 18 de Dezembro de 2007**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 5.589 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2007.

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO

DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA

PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 20 (vinte dias) de Férias a Enfermeira - DAIANE GAMBETA FÜCHTER, matrícula nº 000488, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2007, pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2007 a 14 de janeiro de 2008, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
18 de dezembro de 2007.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
18/12/2007

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Portaria Nº 5.588 de 18 de Dezembro de 2007**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 5.588 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2007.

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO

DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA

PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 20 (vinte dias) de Férias a Agente Administrativo I - ARICE WAGNER BERNARDES, matrícula nº 000094, referente ao período aquisitivo 01 de março de 2006 a 28 de fevereiro de 2007, pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2007 a 14 de janeiro de 2008, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
18 de dezembro de 2007.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
18/12/2007

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Portaria Nº 5.587 de 18 de Dezembro de 2007**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 5.587 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2007.

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO

DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA

PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 20 (vinte dias) de Férias a Agente Administrativo II - MARIA CRISTINA MARCINIAC MUNHOZ, matrícula nº 335, referente ao período aquisitivo 02 de junho de 2006 a 01 de junho de 2007, pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2007 a 14 de janeiro de 2008, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
18 de dezembro de 2007.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
18/12/2007

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Portaria Nº 5.586 de 18 de Dezembro de 2007**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 5.586 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2007.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA

PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 15 (quinze) dias de férias a Auxiliar de Enfermagem - MARIA DE LURDES CÂNDIDO DA ROSA, matrícula nº 000252, referente ao período aquisitivo de 01 de agosto de 2006 a 31 de julho de 2007.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2007 á 09 de janeiro de 2008, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
23 de julho de 2007.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
23/07/2007

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Portaria Nº 5.585 de 18 de Dezembro de 2007**

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 5.585 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2007.  
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO  
DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA  
PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 30 (trinta dias) de Férias a Agente Administrativo I - MARGARIDA LOPES HORNIG, matrícula nº 000042, referente ao período aquisitivo 01 de junho de 2006 á 31 de maio de 2007, pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2007 á 24 de janeiro de 2008, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
18 de dezembro de 2007.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
18/12/2007

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Portaria Nº 5.584 de 18 de Dezembro de 2007**

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 5.584 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2007.  
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO  
DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA  
PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 20 (vinte dias) de Férias a Agente Operacional I - VERA LUCIA BARCOS OLIVER, matrícula nº 0243, referente ao período aquisitivo 01 de março de 2006 á 28 de fevereiro de 2007, pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 21 de dezembro de 2007 á 14 de janeiro de 2008, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
18 de dezembro de 2007.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
18/12/2007

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Portaria Nº 5.583 de 18 de Dezembro de 2007**

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 5.583 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2007.  
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO  
DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA  
PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 20 (vinte dias) de Férias a Agente Operacional I - TEREZINHA SIMOES DE FARIAS FUCKNER, matrícula nº 358, referente ao período aquisitivo 07 de julho de 2006 á 06 de julho de 2007, pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2007 á 14 de janeiro de 2008, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
18 de dezembro de 2007.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
18/12/2007

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Portaria Nº 5.581 de 18 de Dezembro de 2007**

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 5.581 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2007  
AUTORIZA PAGAMENTO DE ABONO  
PECUNIÁRIO SOBRE FÉRIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 161 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Abono Pecuniário de dez dias sobre Férias, ao Agente Operacional I - CELSO FELICIANO, matrícula nº 285, referente ao período aquisitivo de 17 de abril de 2006 a 16 de abril de 2007, em moeda corrente oficial na data de pagamento, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
18 de dezembro de 2007.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
18/12/2007

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete de Gabinete

**Portaria Nº 5.582 de 18 de Dezembro de 2007**

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 5.582 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2007  
AUTORIZA PAGAMENTO DE ABONO  
PECUNIÁRIO SOBRE FÉRIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 161 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Abono Pecuniário de dez dias sobre Férias, a Agente Administrativo II - LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ, matrícula nº 345, referente ao período aquisitivo de 01 de junho de 2006 a 31 de maio de 2007, em moeda corrente oficial na data de pagamento, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
18 de dezembro de 2007.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
18/12/2007

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete de Gabinete

**Portaria Nº 5.580 de 18 de Dezembro de 2007**

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 5.580 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2007  
AUTORIZA PAGAMENTO DE ABONO  
PECUNIÁRIO SOBRE FÉRIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 161 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Abono Pecuniário de dez dias sobre Férias, a Técnica de Enfermagem - SIRLONE DE SOUZA, matrícula nº 000428, referente ao período aquisitivo de 01 de agosto de 2005 a 31 de julho de 2006, em moeda corrente oficial na data de pagamento, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
18 de dezembro de 2007.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
18/12/2007

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete de Gabinete

**Portaria Nº 5.579 de 18 de Dezembro de 2007**

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 5.579 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2007  
AUTORIZA PAGAMENTO DE ABONO  
PECUNIÁRIO SOBRE FÉRIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 161 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Abono Pecuniário de dez dias sobre Férias, ao Motorista - LUIZ CARLOS COTHOVISKY, matrícula nº 000040, referente ao período aquisitivo de 04 de janeiro de 2006 a 03 de janeiro de 2007, em moeda corrente oficial na data



de pagamento, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
18 de dezembro de 2007.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
18/12/2007

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete de Gabinete

### **Portaria Nº 5.578 de 18 de Dezembro de 2007**

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 5.578 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2007.  
AUTORIZA PAGAMENTO LICENÇA PRÊMIO  
AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 150 da Lei Complementar Municipal nº 014 de 27 de maio de 2003; alterado pela Lei Complementar Municipal nº 036 de 14 de junho de 2006; Resolve:

Art.1º) Autorizar pagamento de Licença Prêmio em moeda corrente oficial, ao Agente Operacional III - FRANCISCO OSNI DE LIMA, matrícula nº 000021, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras, referente ao período aquisitivo: de 13 de outubro de 2002 á 13 de outubro de 2007.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
18 de dezembro de 2007.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
18/12/2007

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Portaria Nº 5.577 de 18 de Dezembro de 2007**

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 5.577 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2007  
CONCEDE PROGRESSÃO AO SERVIDOR  
PÚBLICO MUNICIPAL POR DESEMPENHO

E CAPACITAÇÃO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina,

no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 173 e 179, da Lei Complementar Municipal nº 014 de 27 de maio de 2003; Resolve:

Art.1º) Conceder Progressão por desempenho e capacitação a Servidora Pública Municipal - Professor - MARCIO MARCELO MUNHOZ, matrícula nº 0266, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de experiência profissional adquirida no cargo atual e, mediante a comprovação de 80 (oitenta) horas de cursos na área de atuação ou formação profissional, passando do Nível P3, Sub-Nível 31B para Nível P3 Sub-Nível 31C no valor de R\$ 1.283,63 (um mil, duzentos e oitenta e três reais, sessenta e três centavos) mensais, do Anexo V - Tabela Salarial da Lei Complementar Municipal nº 014, a partir de 01 de dezembro de 2007.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
18 de dezembro de 2007.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
18/12/2007.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Portaria Nº 5.576 de 18 de Dezembro de 2007**

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 5.476 DE 23 DE JULHO DE 2007.  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA  
PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 14 (quatorze) dias de férias a Professora - ELIANE BAUM, matrícula nº 000090, referente ao período aquisitivo de 18 de fevereiro de 2006 à 17 de fevereiro de 2007.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 23 de julho de 2007 á 05 de agosto de 2007, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
23 de julho de 2007.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
23/07/2007

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Portaria Nº 5.575 de 17 de Dezembro de 2007**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 5.575 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2007

CONCEDE REVISÃO DO PAGAMENTO DO REPOUSO REMUNERADO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Anexo I - C, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder revisão do pagamento do repouso remunerado ao Servidor Público Municipal - Médico Clínico Geral - HAROLD RAETSCH, matrícula nº 370, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social.

Art.2º) A revisão de que trata o art. 1º, teve os valores apurados no processo administrativo nº 564/07.

§ 1º) Na folha de pagamento do mês de dezembro de 2007, será pago o valor de R\$ 2.896,01 (dois mil, oitocentos e noventa e seis reais e um centavo), correspondente ao período de outubro de 2002 á julho de 2007.

§ 2º) Deverá ser recolhido o percentual devido ao IPRECAL (servidor e patronal), tendo como base calculo o valor de R\$ 2.606,07 (dois mil, seiscentos e seis reais, e sete centavos), e ainda a retenção do IRPF.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
17 de dezembro de 2007.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
17/12/2007.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Portaria Nº 5.574 de 17 de Dezembro de 2007**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 5.574 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2007

CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL A  
SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 333, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder Progressão Horizontal a Servidora Pública Municipal - Agente Operacional I - MARLI LÚCIA MILCHALSKY CARVALHO, matrícula nº 000251, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de Progressão obtida pela avaliação de desempenho, passando do Nível 01 Sub-Nível 12, Referência B para Nível 01 Sub-Nível 12 Referência C no valor de R\$ 556,39 (quinhentos e cinquenta e seis reais, trinta e nove centavos) mensais, do Anexo V - Tabela Salarial da Lei Complementar Municipal nº 006.

Parágrafo único: Na folha de pagamento do mês de dezembro de 2007, será pago o valor de R\$ 325,84 (trezentos e vinte e cinco reais, oitenta e quatro centavos), e deverá ser recolhido o percentual referente a contribuição do servidor e patronal para o IPRECAL, tendo como valor base de cálculo o valor de R\$ 314,86 (trezentos e quatorze reais oitenta e seis centavos), correspondente ao valor da progressão concedida a partir do mês de junho de 2006.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de junho de 2006.

Art.4º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
17 de dezembro de 2007.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
17/12/2007.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Portaria Nº 5.573 de 12 de Dezembro de 2007**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 5.573 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2007.

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO  
DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA  
PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de férias a Auxiliar de Administrativo I - EDITE FERREIRA DA ROCHA, matrícula nº 000018, referente ao período aquisitivo de 16 de março de 2006 à 15 de março de 2007 e pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 12 de dezembro de 2007 à 31 de dezembro de 2007, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
12 de dezembro de 2007.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 12/12/2007

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Portaria Nº 5.572 de 10 de Dezembro de 2007**

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 5.572 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2007.  
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO  
DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA  
PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias a Auxiliar de Enfermagem - MARILENA PISKE RUDNICK, matrícula nº 000051, referente ao período aquisitivo de 01 de fevereiro de 2006 à 31 de janeiro de 2007 e pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 10 de dezembro de 2007 à 08 de janeiro de 2008, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
10 de dezembro de 2007.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 10/12/2007

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Portaria Nº 5.571 de 10 de Dezembro de 2007**

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 5.571 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2007.  
DISPÕE SOBRE SUBSTITUIÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO  
MUNICIPAL, E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 71 e 72, Anexo IV, Item I da Lei Complementar Municipal nº 006, de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Designar a Chefe do Serviço de Contabilidade MARIA ELIANE FRIEDRICH, matrícula nº 000046, para substituir a Servidora Técnica em Nível Médio - ADRIANA APARECIDA PYKOSZ RUSZACK, matrícula 000001, no período de 10 de dezembro de 2007 à 29 de dezembro de 2007, por motivo da titular encontrar-se em gozo de férias.

Art.2º) São atribuições do cargo em substituição aquelas descritas

no Anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, bem como assinatura na emissão de cheques desta Prefeitura Municipal; IPRECAL - Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Campo Alegre; Fundo Municipal de Saúde; Fundo Municipal de Assistência Social e FIA - Fundo da Infância e Adolescência.

Art.3º) A Chefe do Serviço de Contabilidade, não fará jus a qualquer valor pecuniário atinente ao cargo de Técnico em Nível Médio ora em substituição.

Art.4º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
10 de dezembro de 2007.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 10/12/2007

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Portaria Nº 5.570 de 07 de Dezembro de 2007**

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 5.570 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2007.  
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO  
DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA  
PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de férias a Técnico em Nível Médio - ADRIANA APARECIDA P. RUSZACK, matrícula nº 000001, referente ao período aquisitivo de 02 de março de 2007 à 02 de março de 2008 e pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 10 de dezembro de 2007 à 29 de dezembro de 2007, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
07 de dezembro de 2007.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 07/12/2007

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito



**Portaria Nº 5.569 de 06 de Dezembro de 2007**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 5.569 DE 06 DE DEZEMBRO DE 2007

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 176, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder Licença para Tratamento de Saúde ao Servidor - Agente Operacional I: CELSO FELICIANO, matrícula nº 285, por motivo de doença, pelo período de 14 de novembro de 2007 à 06 de dezembro de 2007.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
06 de dezembro de 2007.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
06/12/2007

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Portaria Nº 5.568 de 03 de Dezembro de 2007**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 5.568 DE 03 DE DEZEMBRO DE 2007

CONCEDE PROGRESSÃO VERTICAL A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL POR IMPLEMENTAÇÃO DE NOVA ESCOLARIDADE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 180 Inciso I Alínea A, da Lei Complementar Municipal nº 014 de 27 de maio de 2003; Resolve:

Art.1º) Conceder Progressão Vertical a Servidora Pública Municipal, Professora - SANDRA REGINA KOTOVICZ PRUCHNISKI, matrícula nº. 000261, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de implementação de nova escolaridade, passando do Nível P2 Sub-Nível 21 Referência A para Nível P3 Sub-Nível 31 Referência A, com vencimento no valor de R\$ 1.233,78 (um mil, duzentos e trinta e três reais setenta e oito centavos) mensais, do Anexo V - Tabela de Vencimento de Provimento Efetivo da Lei Complementar Municipal nº 014, a partir de 01 de dezembro de 2007.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
03 de dezembro de 2007.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº. 2.416 em:  
03/12/2007.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Portaria Nº 5.567 de 26 de Novembro de 2007**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 5.569 DE 06 DE DEZEMBRO DE 2007

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 176, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder Licença para Tratamento de Saúde ao Servidor - Agente Operacional I: CELSO FELICIANO, matrícula nº 285, por motivo de doença, pelo período de 14 de novembro de 2007 à 06 de dezembro de 2007.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
06 de dezembro de 2007.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
06/12/2007

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Portaria Nº 5.566 de 26 de Novembro de 2007**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 5.566 DE 26 DE NOVEMBRO DE 2007.

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de Férias ao Farmacêutico - LÉRCIO PÉRICLES VIRMOND, matrícula nº 0208, referente ao período aquisitivo: 02 de agosto de 2005 à 01 de agosto de 2006.

Art.2º) O servidor gozará as férias no período de 28 de novembro de 2007 à 07 de dezembro de 2007, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
26 de novembro de 2007.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
26/11/2007

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Portaria Nº 5.565 de 23 de Novembro de 2007**

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 5.565 DE 23 DE NOVEMBRO DE 2007  
CONCEDE LICENÇA À SERVIDORA GESTANTE.

Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 187, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder Licença Gestação à Servidora, Professora, Srª. SIRLEI MARIA KUJASKY MALCHOVSKI, matrícula nº 000159, por um período de 120 dias, a partir de 22 de novembro de 2007 até 20 de março de 2008.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
23 de novembro de 2007.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
23/11/2007.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Portaria Nº 5.564 de 23 de Novembro de 2007**

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 5.564 DE 23 DE NOVEMBRO DE 2007  
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 176, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder Licença para Tratamento de Saúde ao Servidor - Agente Operacional I: GEOVANE TADEU CANDIDO, matrícula nº 000482, por motivo de doença, pelo período de 11 de novembro de 2007 a 08 de janeiro de 2008.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
23 de novembro de 2007.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
23/11/2007

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Portaria Nº 5.563 de 23 de Novembro de 2007**

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 5.563 DE 23 DE NOVEMBRO DE 2007  
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 176, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder Licença para Tratamento de Saúde a Servidora - Agente Operacional I: RENILDA HRUSCHKA, matrícula nº 000390, por motivo de doença, pelo período de 11 de novembro de 2007 a 23 de dezembro de 2007.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
23 de novembro de 2007.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
23/11/2007

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Portaria Nº 5.562 de 23 de Novembro de 2007**

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 5.562 DE 23 DE NOVEMBRO DE 2007  
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 176, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder Licença para Tratamento de Saúde a Servidora - Auxiliar de Enfermagem: MARILENA PISKE RUDNICK, matrícula nº 000051, por motivo de doença, pelo período de 21 de novembro de 2007 a 25 de novembro de 2007.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
23 de novembro de 2007.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
23/11/2007

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Portaria Nº 5.561 de 23 de Novembro de 2007**

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 5.561 DE 23 DE NOVEMBRO DE 2007  
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 176, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder Licença para Tratamento de Saúde a Servidora - Professora: MIRIAN LOFFAGUEN FRIEDRICH, matrícula nº 0154, por motivo de doença, pelo período de 15 de novembro de 2007 a 16 de dezembro de 2007.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
23 de novembro de 2007.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
23/11/2007

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Portaria Nº 5.560 de 23 de Novembro de 2007**

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 5.560 DE 23 DE NOVEMBRO DE 2007.  
CESSA EFEITOS DA PORTARIA Nº 5.553 DE  
23 DE OUTUBRO DE 2007.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei em especial ao Artigo 71 Inciso VII da Lei Orgânica Municipal; Resolve:

Art.1º) Cessar os efeitos da Portaria nº 5.553 de 23 de outubro de 2007, do servidor Sr. OSMAR ALBONI MARIANO, matrícula nº 000264 a partir desta data.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
23 de novembro de 2007.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
23/11/2007

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Portaria Nº 5.559 de 21 de Novembro de 2007**

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 5.559 DE 21 DE NOVEMBRO DE 2007.  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA  
PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 12 (doze) dias de Férias a Professora - BERNARDETE TERESINHA SCHUTA, matrícula nº 000427, referente ao período aquisitivo: 01 de Janeiro de 2006 à 31 de dezembro de 2006.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 22 de novembro de 2007 à 03 de dezembro de 2007, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
21 de novembro de 2007.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
21/11/2007

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Portaria Nº 5.558 de 20 de Novembro de 2007**

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 5.558 DE 20 DE NOVEMBRO DE 2007  
CONCEDE PROGRESSÃO A SERVIDORA  
PÚBLICA MUNICIPAL POR DESEMPENHO  
E CAPACITAÇÃO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 173 e 179, da Lei Complementar Municipal nº 014 de 27 de maio de 2003; Resolve:

Art.1º) Conceder Progressão por desempenho e capacitação a Servidora Pública Municipal - Professora - MARILDA SCHADECK, matricula nº 000140, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de experiência profissional adquirida no cargo atual e, mediante a comprovação de no mínimo 80 (oitenta) horas de cursos na área de atuação ou formação profissional, passando do Nível P3, Sub-Nível 31A para Nível P3 Sub-Nível 31B no valor de R\$ 1.258,47 (um mil, duzentos e cinquenta e oito reais, quarenta

e sete centavos) mensais, do Anexo V - Tabela Salarial da Lei Complementar Municipal nº 014, a partir de 20 de novembro de 2007.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
20 de novembro de 2007.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
20/11/2007.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **Portaria Nº 5.557 de 19 de Novembro de 2007**

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 5.557 DE 19 DE NOVEMBRO DE 2007.  
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A  
SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder Licença Prêmio a Agente Operacional I - MARIA APARECIDA PEREIRA DA SILVA, matrícula nº 356 lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, referente ao período aquisitivo de 08 de julho de 1998 a 08 de julho de 2003.

Art.2º) A servidora gozará sua Licença Prêmio no período de 19 de novembro de 2007 à 18 de dezembro de 2007.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
19 de novembro de 2007.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
19/11/2007

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **Portaria Nº 5.556 de 14 de Novembro de 2007**

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 5.556 DE 14 DE NOVEMBRO DE 2007.  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA  
PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de Férias a Técnica em Enfermagem - VANESSA MIRIAN NEUBAUER, matrícula nº 000441, referente ao período aquisitivo: 16 de setembro de 2005 à 15 de setembro de 2006.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 19 de novembro de 2007 à 08 de dezembro de 2007, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
14 de novembro de 2007.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
14/11/2007

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **Portaria Nº 5.555 de 05 de Novembro de 2007**

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 5.555 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2007.  
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA  
PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de Férias a Técnica Em Enfermagem - ROSECLÉIA BRÜSKE JUNG, matrícula nº 000424, referente ao período aquisitivo: 01 de julho de 2006 à 30 de junho de 2007, pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 05 de novembro de 2007 à 14 de novembro de 2007, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
05 de novembro de 2007.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
05/11/2007

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Portaria Nº 5.553 de 26 de Outubro de 2007**

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 5.553 DE 26 DE OUTUBRO DE 2007  
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 176, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder Licença para Tratamento de Saúde ao Servidor - Motorista: OSMAR ALBONI MARIANO, matrícula nº 000264, por motivo de doença, pelo período de 25 de outubro de 2007 a 25 de dezembro de 2007.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
26 de outubro de 2007.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
26/10/2007

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Portaria Nº 5.554 de 05 de Novembro de 2007**

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 5.554 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2007.  
CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR  
PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de Férias ao Odontólogo - HERON ÉDER STRADIOTO, matrícula nº 000444, referente ao período aquisitivo: 04 de julho de 2006 à 03 de julho de 2007.

Art.2º) O servidor gozará as férias no período de 05 de novembro de 2007 à 14 de novembro de 2007, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
05 de novembro de 2007.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
05/11/2007

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Portaria Nº 5.552 de 26 de Outubro de 2007**

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 5.552 DE 26 DE OUTUBRO DE 2007  
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 176, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder Licença para Tratamento de Saúde ao Servidor - Agente Operacional I: CELSO FELICIANO, matrícula nº 285, por motivo de doença, pelo período de 13 de outubro de 2007 a 13 de novembro de 2007.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
26 de outubro de 2007.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
26/10/2007

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Portaria Nº 5.551 de 26 de Outubro de 2007**

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 5.551 DE 26 DE OUTUBRO DE 2007  
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 176, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder Licença para Tratamento de Saúde a Servidora - Professora: BRIGITTE SUELI VAN DEN AKKER STEUERNAGEL, matrícula nº 000475, por motivo de doença, pelo período de 08 de outubro de 2007 a 11 de novembro de 2007.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário.



Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
26 de outubro de 2007.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
26/10/2007

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **Portaria Nº 5.550 de 26 de Outubro de 2007**

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 5.550 DE 26 DE OUTUBRO DE 2007  
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 176, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder Licença para Tratamento de Saúde a Servidora - Professora: SANDRA ADRIANE PRESTES DE SOUZA INGLÊZ, matrícula nº 000143, por motivo de doença, pelo período de 02 de outubro de 2007 a 02 de novembro de 2007.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
26 de outubro de 2007.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
26/10/2007

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **Portaria Nº 5.549 de 22 de Outubro de 2007**

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 5.549 DE 22 DE OUTUBRO DE 2007.  
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO  
DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR  
PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias ao Odontólogo - HERON ÉBER STRADIOTTO, matrícula nº 000444, referente ao período aquisitivo de 04 de julho de 2006 à 03 de julho de 2007 pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) O servidor gozará as férias no período de 17 de outubro de

2007 à 26 de outubro de 2007, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
22 de outubro de 2007.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
22/10/2007

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **Portaria Nº 5.548 de 22 de Outubro de 2007**

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 5.548 DE 22 DE OUTUBRO DE 2007.  
AUTORIZA PAGAMENTO LICENÇA PRÊMIO  
A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 150 da Lei Complementar Municipal nº 014 de 27 de maio de 2003; alterado pela Lei Complementar Municipal nº 036 de 14 de junho de 2006; Resolve:

Art.1º) Autorizar pagamento de Licença Prêmio em moeda corrente oficial, a Agente Operacional I - FILOMENA FERREIRA DA CRUZ, matrícula nº 000147, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo: de 19 de fevereiro de 2002 à 19 de fevereiro de 2007.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
22 de fevereiro de 2007.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
22/10/2007

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Portaria Nº 5.547 de 22 de Outubro de 2007**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 5.547 DE 22 DE OUTUBRO DE 2007

AUTORIZA PAGAMENTO DE ABONO  
PECUNIÁRIO SOBRE FÉRIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 161 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Abono Pecuniário de dez dias sobre Férias, ao Agente Operacional - JOSÉ CHAVES VIEIRA, matrícula nº 000029, referente ao período aquisitivo de 03 de agosto de 2006 a 02 de agosto de 2007, em moeda corrente oficial na data de pagamento, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
22 outubro de 2007.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
22/10/2007

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete de Gabinete

**Portaria Nº 5.546 de 22 de Outubro de 2007**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 5.546 DE 15 DE OUTUBRO DE 2007.

DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DA REDAÇÃO DO ARTIGO  
1º DA PORTARIA Nº 5.127 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2006.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei em especial ao Artigo 71 Inciso VII da Lei Orgânica Municipal; Resolve:

Art.1º) Alterar o Artigo 1º da Portaria nº 5.127 de 15 de dezembro de 2006, o qual passa a ter a seguinte redação:

"Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias a Professora - NOELI TEREZINHA DE FARIAS, matrícula nº. 000060, referente ao período aquisitivo de 01 de novembro de 2005 à 31 de outubro de 2006".

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à 15 de dezembro de 2006.

Art.3º) Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
15 de outubro de 2007.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
15/10/2007

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Portaria Nº 5.546 de 15 de Outubro de 2007**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 5.546 DE 15 DE OUTUBRO DE 2007.

DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DA REDAÇÃO DO ARTIGO  
1º DA PORTARIA Nº 5.127 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2006.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei em especial ao Artigo 71 Inciso VII da Lei Orgânica Municipal; Resolve:

Art.1º) Alterar o Artigo 1º da Portaria nº 5.127 de 15 de dezembro de 2006, o qual passa a ter a seguinte redação:

"Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias a Professora - NOELI TEREZINHA DE FARIAS, matrícula nº. 000060, referente ao período aquisitivo de 01 de novembro de 2005 à 31 de outubro de 2006".

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à 15 de dezembro de 2006.

Art.3º) Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
15 de outubro de 2007.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
15/10/2007

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Portaria Nº 5.545 de 15 de Outubro de 2007**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 5.545 DE 15 DE OUTUBRO DE 2007.

DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DA REDAÇÃO DO ARTIGO  
1º DA PORTARIA Nº 5.067 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2006.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei em especial ao Artigo 71 Inciso VII da Lei Orgânica Municipal; Resolve:

Art.1º) Alterar o Artigo 1º da Portaria nº 5.067 de 13 de dezembro de 2006, o qual passa a ter a seguinte redação:

"Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias a Agente Operacional - RENY DE FÁTIMA FERREIRA REISER, matrícula nº. 000065, referente ao período aquisitivo de 01 de novembro de 2005 à 31 de outubro de 2006".

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à 13 de dezembro de 2006.



Art.3º) Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
15 de outubro de 2007.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
15/10/2007

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **Portaria Nº 5.544 de 15 de Outubro de 2007**

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 5.544 DE 15 DE OUTUBRO DE 2007.  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA  
PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de Férias a Agente Administrativo II - ZURITA MARIA PACHECO, matrícula nº 282, referente ao período aquisitivo: 15 de abril de 2004 à 14 de abril de 2005

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 15 de outubro de 2007 à 24 de outubro de 2007, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
15 de outubro de 2007.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
15/10/2007

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **Portaria Nº 5.543 de 15 de Outubro de 2007**

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 5.543 DE 15 DE OUTUBRO DE 2007  
DISPÕE SOBRE REDUÇÃO JORNADA DE TRABALHO  
DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 83 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, alterada pela Lei Complementar Municipal nº 045 de 06 de março de 2007; Resolve:

Art.1º) Autorizar a redução de jornada de trabalho de 08 (zero oito horas) para 04 (zero quatro horas) diárias, a Agente Operacional I - MARISE DO CARMO MACHADO HÜBNER, matrícula nº 000109, com remuneração proporcional, calculada sobre sua totalidade, a contar de 16 de outubro de 2007, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
15 de outubro de 2007.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416, em:  
15/10/2007.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **Portaria Nº 5.541 de 04 de Outubro de 2007**

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 5.541 DE 04 DE OUTUBRO DE 2007  
CONCEDE PROGRESSÃO AO SERVIDOR  
PÚBLICO MUNICIPAL POR DESEMPENHO  
E CAPACITAÇÃO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 173 e 179, da Lei Complementar Municipal nº 014 de 27 de maio de 2003; Resolve:

Art.1º) Conceder Progressão por desempenho e capacitação a Servidora Pública Municipal - Professora - MARGARIDA DO ROCIO DOS SANTOS, matrícula nº 0270, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de experiência profissional adquirida no cargo atual e, mediante a comprovação de 80 (oitenta) horas de cursos na área de atuação ou formação profissional, passando do Nível P2, Sub-Nível 21B para Nível P2 Sub-Nível 21C no valor de R\$ 1.077,43 (um mil, setenta e sete reais, quarenta e três centavos) mensais, do Anexo V - Tabela Salarial da Lei Complementar Municipal nº 014, a partir de 04 de outubro de 2007.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
04 de outubro de 2007.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
04/10/2007.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **Portaria Nº 5.540 de 04 de Outubro de 2007**

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 5.540 DE 04 DE OUTUBRO DE 2007  
CONCEDE PROGRESSÃO AO SERVIDOR  
PÚBLICO MUNICIPAL POR DESEMPENHO  
E CAPACITAÇÃO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina,  
no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial  
aos Artigos 173 e 179, da Lei Complementar Municipal nº 014 de  
27 de maio de 2003; Resolve:

Art.1º) Conceder Progressão por desempenho e capacitação a  
Servidora Pública Municipal - Professora - MARLI OLINDA CHICO-  
VIS DA CRUZ, matrícula nº 0259, lotada na Secretaria Municipal  
de Educação.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-  
se em razão de experiência profissional adquirida no cargo atual e,  
mediante a comprovação de 80 (oitenta) horas de cursos na área  
de atuação ou formação profissional, passando do Nível P2, Sub-  
Nível 21A para Nível P2 Sub-Nível 21B no valor de R\$ 1.056,31  
(um mil, cinqüenta e seis reais, trinta e um centavos) mensais, do  
Anexo V - Tabela Salarial da Lei Complementar Municipal nº 014,  
a partir de 04 de outubro de 2007.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,  
revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
04 de outubro de 2007.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
04/10/2007.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **Portaria Nº 5.539 de 25 de Setembro de 2007**

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 5.539 DE 25 DE SETEMBRO DE 2007  
CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL A  
SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina,  
no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial  
ao Artigo 333, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de  
setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder Progressão Horizontal a Servidora Pública Mu-  
nicipal - Agente Operacional I - MARCIANE LOPES DOS SANTOS  
PASDA, matrícula nº 000392, lotada na Secretaria Municipal de  
Saúde e Desenvolvimento Social.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-  
se em razão de Progressão obtida pela avaliação de desempenho,  
passando do Nível 01 Sub-Nível 11, Referência A para Nível 01  
Sub-Nível 11 Referência B no valor de R\$ 452,40 (quatrocentos  
e cinqüenta e dois reais, quarenta centavos) mensais, do Anexo  
V - Tabela Salarial da Lei Complementar Municipal nº 006, apartir  
desta data.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,  
revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
25 de setembro de 2007.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
25/09/2007.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **Portaria Nº 5.538 de 25 de Setembro de 2007**

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 5.538 DE 25 DE SETEMBRO DE 2007.  
CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR  
PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina,  
no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial  
aos Artigos 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de  
setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 15 (quinze) dias de Férias ao Fiscal de Obras,  
Posturas e Meio Ambiente - SÉRGIO COSTA, matrícula nº 000449,  
referente ao período aquisitivo: 31 de outubro de 2005 à 31 de  
outubro de 2006.

Art.2º) O servidor gozará as férias no período de 26 de setembro  
de 2007 à 10 de outubro de 2007, segundo opção sua já requerida  
junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação  
revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
25 de setembro de 2007.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
25/09/2007

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **Portaria Nº 5.537 de 20 de Setembro de 2007**

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 5.537 DE 20 DE SETEMBRO DE 2007  
AUTORIZA PAGAMENTO DE ABONO  
PECUNIÁRIO SOBRE FÉRIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 161 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Abono Pecuniário de dez dias sobre Férias, a Professora - BERTINA BAHR, matrícula nº 0230, referente ao período aquisitivo de 02 de fevereiro de 2007 a 01 de fevereiro de 2008, em moeda corrente oficial na data de pagamento, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
20 de setembro de 2007.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
20/09/2007

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete de Gabinete

#### **Portaria Nº 5.536 de 20 de Setembro de 2007**

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 5.536 DE 20 DE SETEMBRO DE 2007  
AUTORIZA PAGAMENTO DE ABONO  
PECUNIÁRIO SOBRE FÉRIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 161 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Abono Pecuniário de dez dias sobre Férias, a Fiscal - MARLENE DE FÁTIMA PESSOA MACHADO FOITTE, matrícula nº 366, referente ao período aquisitivo de 01 de outubro de 2006 a 30 de setembro de 2007, em moeda corrente

oficial na data de pagamento, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
20 de setembro de 2007.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
20/09/2007

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete de Gabinete

#### **Portaria Nº 5.535 de 18 de Setembro de 2007**

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 5.535 DE 18 DE SETEMBRO DE 2007.  
CONCEDE LICENÇA PARA SERVIDORA LACTANTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 88 e Parágrafo Único da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder licença para aleitamento materno a servidora: MARGARIDA DO RÓCIO DOS SANTOS, Professora, matrícula nº 000270, sob forma de uma hora de descanso por jornada de trabalho, dividido em dois períodos; sendo uma hora no período matutino e outra uma hora no período vespertino, a partir desta data até 19 de setembro de 2007 até a data de 21 de novembro de 2007.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
18 de setembro de 2007.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
18/09/2007.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Extrato de Contrato Nº 58/2014**

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC  
EXTRATO DE CONTRATO Nº. 58/2014

Objeto: O objeto do presente contrato constitui-se no fornecimento de material e mão de obra para Execução de 2 cabeceiras para ponte interditada na RM 440, descrito na Cláusula Primeira, de acordo com o Processo Licitatório, modalidade Dispensa de Licitação, inciso IV, nº. 62/2014.

Dotação orçamentária: • Entidade: 1 - Prefeitura Municipal de Campo Alegre; Órgão: 08.00 - Secretaria Municipal de Planejamento, Transportes e Obras; Unidade: 08.03 - Serviço de Obras e Serviços Públicos; Função: 15 - Urbanismo; Subfunção: 452 - Serviços Urbanos; Programa: 45 - Manutenção de vias Públicas e conservação de logradouros; Projeto: 2.023 - Vias Públicas e Logradouros; Elemento de Despesa: 3.4.4.90.51.00.00.00.00 - Obras e Instalações; Recurso: 896 - Recursos Ordinários. Código reduzido: 393. Valor reservado: 67.998,20 (sessenta e sete mil, novecentos e noventa e oito reais e vinte centavos).

Vigência: 30/06/2014 a 28/10/2014.

Do valor total: R\$ 67.998,20 (sessenta e sete mil, novecentos e noventa e oito reais e vinte centavos).

Contratado: IMPACTO ENGENHARIA LTDA

Base Legal: Lei Federal 8.666/93 e alterações.

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

**Extrato de Contrato Nº 59/2014**

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC  
EXTRATO DE CONTRATO Nº. 59/2014

Objeto: O objeto do presente contrato constitui-se na aquisição de 15.000 (quinze mil) litros de óleo diesel S10, para serem utilizados pela frota municipal, descrito na Cláusula Primeira, de acordo com o Processo Licitatório, modalidade Pregão Presencial, nº. 114/2013.

Dotação orçamentária: Entidade: 1 - Prefeitura Municipal de Campo Alegre; Órgão: 08.00 - Secretaria Municipal de Planejamento, Transportes e Obras; Unidade: 08.02 - Serviço de Transporte e Frota; Função: 26 - Transporte; Subfunção: 782 - Transporte Rodoviário; Programa - Frota Municipal; Atividade: 2.112 - Manutenção da Frota Municipal; Elemento de Despesa: 3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo; Recursos: 1.0002 - Ordinários.

Vigência: 04/07/2014 a 31/12/2014.

Do valor total: R\$ 36.972,00 (Trinta e seis mil, novecentos e setenta e dois reais).

Contratado: RUDIPEL RUDNICK PETRÓLEO LTDA

Base Legal: Lei Federal 8.666/93 e alterações.

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

**Extrato de Contrato Nº 62/2014**

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC  
EXTRATO DE CONTRATO Nº. 62/2014

Objeto: O objeto do presente contrato constitui-se na contratação de mão de obra mecânica para conserto e troca de peças para manutenção dos caminhões da frota municipal, descrito na Cláusula Primeira, de acordo com o Processo Licitatório, modalidade Pregão Presencial, nº. 39/2014.

Dotação orçamentária: Entidade: 1 - Prefeitura Municipal de Campo Alegre; Órgão: 08.00 - Secretaria Municipal de Planejamento, Transportes e Obras; Unidade: 08.02 - Serviço de Transporte e Frota; Função: 26 - Transporte; Subfunção: 782 - Transporte Rodoviário; Programa: 47 - Frota Municipal; Projeto: 2.112 - Manutenção da Frota Municipal; Elemento de Despesa: 3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica; Recurso: 00.01.0080 - Recursos Ordinários (código reduzido: 210)

Vigência: 17/07/2014 a 31/12/2014.

Do valor total: R\$ 12.080,00 (Doze mil e oitenta reais).

Contratado: VANDIESEL LTDA - EPP

Base Legal: Lei Federal 8.666/93 e alterações.

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

**Extrato de Contrato Nº 18/2014 FMS**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPO ALEGRE-SC  
EXTRATO DE CONTRATO Nº 18/2014

Objeto: Aquisição de 3.000 litros de óleo diesel S10 para manutenção dos veículos do Fundo Municipal de Saúde, descrito na Cláusula Primeira, de acordo com o Processo Licitatório, modalidade Pregão, nº. 29/2013.

Dotação orçamentária: Entidade: 1 - Prefeitura Municipal de Campo Alegre; Órgão: 91.00 - Fundo Municipal de Saúde; Unidade: 91.04 - Manutenção das Atividades de Assist. Médica e Terapêutica; Função: 10 - Saúde; Subfunção: 303 - Suporte Profilático e Terapêutico; Programa - 56 - Serviços Especializados de Diagnóstico e Terapia; Projeto: 2.117 - Manutenção das Atividades de Diagnóstico e Terapia; Elemento de Despesa: 3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo

Valor: R\$ 339,61 (Trezentos e trinta e nove reais e sessenta e um centavos).

Vigência: 26/05/2014 a 31/12/2014.

Contratada: RUDIPEL RUDNICK PETRÓLEO LTDA,

Base Legal: Lei Federal 8.666/93 e alterações.

CAROLINA DA COSTA TELMA  
Gestora

**Aditivo Contratual Nº 19/2014 FMS**

ADITIVO CONTRATUAL Nº. 19/2014.

SEGUNDO ADITIVO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM DE UM LADO, O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE E DE OUTRO LADO LN CONSTRUÇÕES LTDA. OBJETIVANDO O ACRÉSCIMO E SUPRESSÃO AO CONTRATO Nº 29/2013.

Pelo presente instrumento particular de contrato de realização de obra que entre si celebram, de um lado o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPO ALEGRE, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob nº. 01.941.360/0001-50, com sede à Rua Irmã Amália Gueller, nº. 22, Centro, em Campo Alegre-SC, neste ato representado pela Gestora Sra. Carolina da Costa Telma, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado LN CONSTRUÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ sob nº. 10.834.999/0001-28, com sede a Rua Iracema, nº. 349, Sala 2, Bairro Cruzeiro, cidade São Bento do Sul - SC, representada por Lourival Negreli, CPF nº. 420.543.899-00, doravante denominado simplesmente CONTRATADA, tem entre si certo e ajustado o seguinte (em decorrência a homologação do processo licitatório nº. 26/2013, modalidade Tomada de Preços):

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO ACRESCIMO E SUPRESSÃO DE QUANTITATIVOS**

ACRESCE E SUPRIME ao contrato nº 29/2013 os seguintes serviços/fornecimento e valores:

ADITIVO						
ITEM	SERVIÇO	QUANT.	UNID.	CUSTO UNITÁRIO	TOTAL	TOTAL COM BDI
03.00	Cobertura					
	Forro de pvc (10X600 cm), fixados em estrutura de madeira	37,00	m²	R\$ 40,00	R\$ 1.480,00	R\$ 1.781,77
				SUBTOTAL	R\$ 1.480,00	R\$ 1.781,77
04.00	ALVENARIA DE VEDAÇÃO					
04.01	Alvenaria com tijolo cerâmico, traço 1:2:8	6,00	m²	R\$ 30,00	R\$ 180,00	R\$ 216,70
				SUBTOTAL	R\$ 180,00	R\$ 216,70
05.00	PAVIMENTAÇÃO					
05.04	Piso cerâmico padrão médio pei 5 assentado sobre argamassa 1:4 (cimento e areia) e rejuntado com cimento branco	53,00	m²	R\$ 32,00	R\$ 1.696,00	R\$ 2.041,81
05.06	Rodapé cerâmico padrão médio, assentado sobre argamassa colante pré-fabricada.	40,00	m	R\$ 6,00	R\$ 240,00	R\$ 288,94
				SUBTOTAL	R\$ 1.936,00	R\$ 2.330,75
06	ACABAMENTOS					
06.01	Chapisco p/ parede c/ cimento e areia, traço 1:3 (espessura:5 mm)	6,00	m²	R\$ 4,78	R\$ 28,68	R\$ 34,53

06.02	Emboço p/ parede c/ massa única	6,00	m²	R\$ 15,60	R\$ 93,60	R\$ 112,69
				SUBTOTAL	R\$ 122,28	R\$ 147,21
07.00	ESQUADRIAS DE MADEIRA					
07.02	Janelas					
	Janela correr em vidro, c/ película, com ferragens, instalada- (1,45mx1,10m)	4,00	und	R\$ 480,00	R\$ 1.920,00	R\$ 2.311,49
	Janela correr em vidro, c/ película, com ferragens, instalada- (1,45mx0,50m)	1,00	und	R\$ 250,00	R\$ 250,00	R\$ 300,98
				SUBTOTAL	R\$ 2.170,00	R\$ 2.612,46
08.00	INSTALAÇÕES					
	Padrão Entrada Energia com poste, medidor e disjuntor trifásico 40A. Ligação com cabo aéreo tipo multiplexado 10mm	1,00	und	R\$ 1.500,00	R\$ 1.500,00	R\$ 1.805,85
	Instalação de lógica (Pontos e cabos)	8,00	und	R\$ 45,00	R\$ 360,00	R\$ 433,40
				SUBTOTAL	R\$ 1.860,00	R\$ 2.239,25
TOTAL					R\$ 9.328,15	
SUPRESSÃO						
ITEM	SERVIÇO	QUANT.	UNID.	CUSTO UNITÁRIO	TOTAL	TOTAL COM BDI
07.00	ESQUADRIAS DE MADEIRA					
07.01	Portas					
	Porta interna de madeira compensada lisa para pintura, colocação e acabamento, de uma folha com batente, guarnição e ferragem, 0,90 x 2,10 m	1,00	und	R\$ 216,84	R\$ 216,84	R\$ 261,05
07.02	Janelas					
	Guichê de atendimento em madeira, alt.100cm c/vidro temperado elevado 15cm -100x100 cm	1,00	und	R\$ 516,50	R\$ 516,50	R\$ 621,81
				SUBTOTAL	R\$ 733,34	R\$ 882,87
09.00	APARELHOS E ACESSÓRIO SANITÁRIOS					



09.05	Vaso sanitário, assento plástico, caixa de descarga PVC de sobrepor engate plástico, tubo de descida e bolsa de borracha	1,00	und	R\$ 211,42	R\$ 211,42	R\$ 254,53
09.06	Cuba simples em aço inox 40 x 30 x 14 cm	1,00	und	R\$ 228,52	R\$ 228,52	R\$ 275,12
09.09	Chuveiro elétrico tipo ducha	1,00	und	R\$ 41,12	R\$ 41,12	R\$ 49,50
				SUBTOTAL	R\$ 481,06	R\$ 579,15
TOTAL					R\$ 1.462,02	
TOTAL SUPRESSÃO + ADITIVO					R\$ 7.866,14	

**CLÁUSULA TERCEIRA - DISPOSIÇÕES FINAIS**

Estas alterações se fazem nos moldes da Lei 8.666/93 e suas alterações.

As demais cláusulas e disposições do Contrato nº 29/2013 permanecem inalteradas e em vigor.

E por estarem justos e contratados, as partes firmam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, obrigando-se a cumprir fielmente o que nele ficou convencionado.

Campo Alegre, 27 de maio de 2014.

Carolina da Costa Telma Gestora do Fundo Municipal de Saúde Contratante	Lourival Negreli LN CONSTRUÇÕES LTDA Contratada
-------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------

**Aditivo Contratual Nº 60/2014**

ADITIVO CONTRATUAL Nº. 60/2014.

PRIMEIRO ADITIVO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM DE UM LADO, O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE E DE OUTRO LADO LUCIDES HELMUTH GROSSKOPF ME, OBJETIVANDO ACRÉSCIMO AO CONTRATO Nº 18/2014.

Pelo presente instrumento particular de contrato de locação de mão de obra, que entre si celebram de um lado o MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE, pessoa jurídica de direito público interno CNPJ sob o nº. 83.102.749/0001-77, com sede a Rua Cel. Bueno Franco, 292, centro, cidade de Campo Alegre-SC, neste ato representado pela Secretária Municipal de Administração, Sra. Lucilaine Mokfa Schwarz, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado LUCIDES HELMUTH GROSSKOPF ME, inscrita no CNPJ sob nº. 83.162.172/0001-99, estabelecida na Estrada Dona Francisca, nº. 4547, Bairro: Dona Francisca, na cidade de São Bento do Sul - SC, representada por Lucides Helmuth Grosskopf, CPF nº. 380.784.739-15, doravante denominado simplesmente CONTRATADO, têm entre si certo e ajustado o seguinte: (em decorrência a homologação do processo licitatório nº. 93/2013, modalidade Pregão, Ata de Registro de Preços nº. 16/2013):

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO ACRESCIMO DE QUANTITATIVOS**  
Acréscimo de 25% aos itens do Contrato nº 18/2014:

Item	Quantidade	Unidade	Especificação	Valor unitário	Valor total
01	37,5	HORA	Serviço de torno e usinagem de peças para consertos diversos em peças de máquinas, veículos e equipamentos.	R\$ 35,00	R\$ 1.312,50
02	50	HORA	Outros serviços de torneiro (mão de obra auxiliar)	R\$ 25,00	R\$ 1.250,00
VALOR TOTAL				R\$ 2.562,50	

**CLÁUSULA TERCEIRA - DISPOSIÇÕES FINAIS**

Estas alterações se fazem nos moldes da Lei 8.666/93, art. 65, § 1º, e suas alterações.

As demais cláusulas e disposições do Contrato nº 18/2014 permanecem inalteradas e em vigor.

E por estarem justos e contratados, as partes firmam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, obrigando-se a cumprir fielmente o que nele ficou convencionado.

Campo Alegre, 09 de julho de 2014.

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ Secretária Municipal de Administração CONTRATANTE	LUCIDES HELMUTH GROSSKOPF Lucides Helmuth Grosskopf ME CONTRATADA
---------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------

**CÂMARA MUNICIPAL****LRF Anexo 1**

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE - SC - PODER LEGISLATIVO  
CAMARA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE  
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JULHO/2013 A JUNHO/2014

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
	(a)	(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	470.705,86	0,00
Pessoal Ativo	470.705,86	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)</b>	<b>470.705,86</b>	<b>0,00</b>
<b>DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)</b>	<b>470.705,86</b>	
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL</b>	<b>VALOR</b>	
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)</b>	<b>27.494.560,01</b>	
<b>% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100</b>	<b>1,71</b>	
<b>LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art.20 da LRF) - 6%</b>	<b>1.649.673,60</b>	
<b>LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art.22 da LRF) - 5,7%</b>	<b>1.567.189,92</b>	
<b>LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 5,4%</b>	<b>1.484.706,24</b>	
<b>FONTE:</b>		

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;  
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art.35 da Lei 4.320/64.

CAMPO ALEGRE, 30/07/2014

\_\_\_\_\_  
RAUL JOHANSON  
PRESIDENTE DA CÂMARA

\_\_\_\_\_  
FERNANDO GROSSKOPF  
CONTADOR - CRCSC - 026109/O-3



# Campos Novos

## PREFEITURA

### Portaria Nº 1188/14

PORTARIA Nº 1188/14 de 01/07/2014

DISPENSA SEM JUSTA CAUSA O SERVIDOR SILVIO CESAR FERREIRA DO CARGO DE PROFESSOR,

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

#### RESOLVE:

Dispensar sem justa causa o servidor SILVIO CESAR FERREIRA, do cargo de Professor, essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

#### COMUNIQUE - S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,

01 de Julho de 2014.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

### Portaria Nº 1189/14

PORTARIA Nº 1189/14 de 07/07/2014

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO MARILUCI RAMOS,

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

#### RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, MARILUCI RAMOS para exercer o cargo de Professor em Nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de Julho de 2014.

#### COMUNIQUE - S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,

07 de Julho de 2014.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

### Portaria Nº 1190/14

PORTARIA Nº 1190/14 de 07/07/2014

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO KARIZE FACIN MARCHEZAN,

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando que a funcionária efetiva Thais Aparecida Becker, encontra-se em licença maternidade,

#### RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, KARIZE FACIN MARCHEZAN para exercer o cargo de Professor em Nível I, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de Julho de 2014.

#### COMUNIQUE - S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,

07 de Julho de 2014.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

### Portaria Nº 1191/14

PORTARIA Nº 1191/14 de 07/07/2014

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO NATALIA BITTENCOURT DA SILVA,

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando que a funcionária contratada Lucy Mara Wolff, encontra-se em licença para tratamento de saúde,

#### RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, NATALIA BITTENCOURT DA SILVA para exercer o cargo de Professor Leigo, atribuindo-lhe uma carga horária de 20 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de Julho de 2014.

#### COMUNIQUE - S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,

07 de Julho de 2014.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**Portaria Nº 1192/14**

PORTARIA Nº 1192/14 de 07/07/2014

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO MAYLA PEREIRA DE OLIVEIRA,

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando que a funcionária efetiva Daiane Cestonaro tesser, encontra-se em licença maternidade,

**RESOLVE:**

Contratar em caráter temporário, MAYLA PEREIRA DE OLIVEIRA para exercer o cargo de Professor em Nível I, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 03 de Julho de 2014.

**C O M U N I Q U E - S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,

07 de Julho de 2014.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**Portaria Nº 1193/14**

PORTARIA Nº 1193/14 de 07/07/2014

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) MARIA ZENIR ANTUNES TONINI

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) MARIA ZENIR ANTUNES TONINI do cargo de Auxiliar de Serviços gerais. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**C O M U N I Q U E - S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,

07 de Julho de 2014.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**Portaria Nº 1194/14**

PORTARIA Nº 1194/14 de 08/07/2014

EXONERA A PEDIDO A SERVIDORA LUCIANE APARECIDA RIBEIRO GRASSI

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar a pedido a servidora LUCIANE APARECIDA RIBEIRO GRASSI do cargo de TECNICO DE ENFERMAGEM - SAMU. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**C O M U N I Q U E - S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,

08 de Julho de 2014

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**Portaria Nº 1198/14**

PORTARIA Nº 1198/14 de 11/07/2014

EXONERA A PEDIDO A SERVIDORA MARIA HELENA LOPES

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Exonerar a pedido a servidora MARIA HELENA LOPES do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de Julho de 2014.

**C O M U N I Q U E - S E**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,

11 de Julho de 2014

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**Portaria Nº 1199/14**

PORTARIA Nº 1199/14 de 11/07/2014

DISPENSA SEM JUSTA CAUSA A FUNCIONÁRIA ANA MARIA ZANDONÁ FACHIN DO CARGO DE AUXILIAR DE ENFERMAGEM COMUNITÁRIO,

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Dispensar sem justa causa a funcionária ANA MARIA ZANDONÁ FACHIN, das funções de AUXILIAR DE ENFERMAGEM COMUNITÁRIO, designadas pela portaria nº 125/09 de 21/01/09. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

## C O M U N I Q U E - S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,

11 de Julho de 2014.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**Portaria Nº 1200/14**

PORTARIA Nº 1200/14 de 14/07/2014

EXONERA A PEDIDO A SERVIDORA ELIANE BUENO ROSA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

## RESOLVE:

Exonerar a pedido a servidora ELIANE BUENO ROSA do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

## C O M U N I Q U E - S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,

14 de Julho de 2014

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**Portaria Nº 1201/14**

PORTARIA Nº 1201/14 de 14/07/2014

CONCEDE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ A ANTONIA DE OLIVEIRA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas, conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, e tendo em vista o que consta no Benefício de nº 1294273776 junto ao Instituto Nacional de Seguridade Social,

## RESOLVE:

Conceder aposentadoria por Invalidez a servidora ANTONIA DE OLIVEIRA, de acordo com o art. 54 da Lei Complementar 003/00 - Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Campos Novos, no cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Comunique-se, Publique-se.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,

14 de Julho de 2014.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**Portaria Nº 1202/14**

PORTARIA Nº 1202/14 de 14/07/2014

EXONERA A PEDIDO O SERVIDOR ANDRE FRANCISCO PEROTONI

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

## RESOLVE:

Exonerar a pedido ao servidor ANDRE FRANCISCO PEROTONI do cargo de ENGENHEIRO CIVIL. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

## C O M U N I Q U E - S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,

14 de Julho de 2014

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**Portaria Nº 1204/14**

PORTARIA Nº 1204/14 de 14/07/2014

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO EVELIZE ADRIELI DE OLIVEIRA MACHADO,

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

## RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, EVELIZE ADRIELI DE OLIVEIRA MACHADO para exercer o cargo de Professor em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 20 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 10 de Julho de 2014.

## C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,

14 de Julho de 2014

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**Portaria Nº 1205/14**

PORTARIA Nº 1205/14 DE 17/07/2014

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO CLAUDIO HENRIQUE GOMES DA SILVA

Nelson Cruz, Prefeito Municipal de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º § 1º, inciso I da Lei 1.968/93; considerando a Lei nº 689 de 22/08/1972, considerando que o funcionário efetivo GESIEL RIBEIRO encontra-se nomeado para cargo comissionado.

## RESOLVE:

Contratar em caráter temporário CLAUDIO HENRIQUE GOMES DA SILVA, para exercer o cargo de Auxiliar de Obras, com os vencimentos previstos em lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 16 de Julho de 2014.

#### COMUNIQUE - SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,

17 de Julho de 2014.  
NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

#### Portaria Nº 1206/14

PORTARIA Nº 1206/14 DE 17/07/2014

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO KELI APARECIDA DOS SANTOS

Nelson Cruz, Prefeito Municipal de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º § 1º, inciso I da Lei 1.968/93; considerando a Lei nº 689 de 22/08/1972, considerando que a funcionária efetiva MARIA SEBASTIANA COLTTS que encontra-se afastada para tratamento de saúde.

#### RESOLVE:

Contratar em caráter temporário KELI APARECIDA DOS SANTOS, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com os vencimentos previstos em lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 15 de Julho de 2014.

#### COMUNIQUE - SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,

17 de Julho de 2014.  
NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

#### Portaria Nº 1207/14

PORTARIA Nº 1207/14 DE 17/07/2014

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO KARISE DEBASTIANI CHIOQUETTA

Nelson Cruz, Prefeito Municipal de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º § 1º, inciso I da Lei 1.968/93; considerando a Lei nº 689 de 22/08/1972, considerando que a funcionária efetiva SOLANGE APARECIDA NOHATTO encontra-se nomeada para cargo comissionado.

#### RESOLVE:

Contratar em caráter temporário KARISE DEBASTIANI CHIOQUETTA, para exercer o cargo de Técnico em Apoio Administrativo, com os vencimentos previstos em lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 15 de Julho de 2014.

#### COMUNIQUE - SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,

17 de Julho de 2014.  
NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

#### Portaria Nº 1208/14

PORTARIA Nº 1208/14 DE 17/07/14

ADMITE TEMPORARIAMENTE SERVIDORA EDILSA CARDOSO DOS PASSOS SWIDERSKI PARA EMPREGO PÚBLICO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, com amparo na Lei Complementar 07/07 de 24/10/07, com suas alterações posteriores dadas pelas Leis Complementares nº 10/08, 13/08 e 01/09 e Artigo 37, Inciso IX da Constituição Federal;

#### RESOLVE:

Art. 1º. Admitir EDILSA CARDOSO DOS PASSOS SWIDERSKI, para exercer o cargo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, com atribuições junto ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU, coordenado pela Secretaria Municipal da Saúde.

Art. 2º. O(a) servidor(a) cumprirá carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 3º. O vencimento inicial mensal será de R\$ 1.454,61 (Um mil quatrocentos e cinquenta e quatro reais e sessenta e um centavos).

Art. 4º. O servidor admitido terá sua relação de trabalho regida pela Consolidação das Leis do trabalho.

Art. 5º. Não adquirirá estabilidade no serviço público o servidor admitido nas formalidades previstas nas Leis Complementares 07/07 de 24/10/07, 10/08, 13/08 e 01/09.

Art. 6º. O contrato firmado pelo servidor será temporário, e terá sua rescisão quando for provido por Processo Seletivo.

Art. 7º. As despesas decorrentes desta Portaria serão suportadas por dotações específicas consignadas no orçamento geral do Município.

Art. 8º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 15 de Julho de 2014.

Prefeitura de Campos Novos, 17 de Julho de 2014.  
NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

#### Portaria Nº 1209/14

PORTARIA Nº 1209/14 de 18/07/2014

ADMITE E NOMEIA GUSTAVO HENRIQUE BOCALON CAGLIARI PARA CARGO DE PROVIMENTO TEMPORÁRIO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, com amparo na Lei Complementar 07/07 de 24/10/07, com suas alterações posteriores dadas pelas Leis Complementares nº 10/08, 13/08 e 01/09;

#### RESOLVE:

Art. 1º. Admitir e nomear GUSTAVO HENRIQUE BOCALON CAGLIARI, CI nº 5436062, CPF nº 057.755.619-37, para exercer o

cargo de Médico Comunitário, com atribuições junto ao Programa Saúde da Família - PSF, coordenado pela Secretaria Municipal da Saúde.

Art. 2º. O(a) servidor(a) cumprirá carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 3º. O vencimento mensal será de R\$ 15.206,30 (Quinze mil duzentos e seis reais e trinta centavos).

Art. 4º. O servidor admitido terá sua relação de trabalho regida pela Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 5º. Não adquirirá estabilidade no serviço público o servidor admitido nas formalidades previstas nas Leis Complementares 07/07 de 24/10/07, 10/08, 13/08 e 01/09.

Art. 6º. O contrato firmado pelo servidor terá vigência no período de 18/07/2014 até o provimento do cargo por Processo Seletivo, e poderá ser rescindido nos casos previstos no Art. 1º, com redação dada pelo Art. 5º, § 1º, incisos I a VIII da Lei Complementar 13/08 de 09/12/2008.

Art. 7º. As despesas decorrentes desta Portaria serão suportadas por dotações específicas consignadas no orçamento geral do Município.

Art. 8º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Campos Novos, 18 de Julho de 2014.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

#### **Portaria Nº 1210/14**

PORTARIA Nº 1210/14 de 25/07/2014

DISPENSA FGR-II DA SERVIDORA LOURENA DAS NEVES SANTOS GHELLER

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Dispensar FGR-II da servidora LOURENA DAS NEVES SANTOS GHELLER, retroagindo seus efeitos a 01 de julho de 2014.

C O M U N I Q U E - S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,

25 de julho de 2014.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

#### **Portaria Nº 1211/14**

PORTARIA Nº 1211/14 de 25/07/2014

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO IVANIA CRISTINA COUTO DA SILVA

Nelson Cruz, Prefeito Municipal de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º § 1º, inciso I da Lei 1.968/93; considerando a Lei nº 689 de 22/08/1972, considerando que a funcionária contratada Sabrina Rangel Gomes de Abreu Reis encontra-se em tratamento de saúde.

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário IVANIA CRISTINA COUTO DA SILVA, para exercer o cargo de Enfermeiro, com os vencimentos previstos em lei. Retroagindo seus efeitos a 24 de Julho de 2014. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,

25 de Julho de 2014.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

#### **Portaria Nº 1212/14**

PORTARIA Nº 1212/14 de 25/07/2014

CONCEDE APOSENTADORIA POR IDADE A JUSSARA VITORIA PETRY

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas, conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, e tendo em vista o que consta no Benefício de nº 10119946995 junto ao Instituto Nacional de Seguridade Social,

RESOLVE:

Conceder aposentadoria por Idade a servidora JUSSARA VITORIA PETRY, de acordo com o art. 54 da Lei Complementar 003/00 - Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Campos Novos, no cargo de Técnico em Apoio Administrativo. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 04 de Julho de 2014.

Registre-se, Comunique-se, Publica-se.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,

25 de Julho de 2014.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal



**7086\_214 Abre Credito Adicional Suplementar-SAMAE**

DECRETO Nº 7.086/2014 DE 28/07/2014

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.976/13 de 27/11/2013 (Plano Plurianual), Lei nº 3.858/13 de 10/05/2013 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 4.046 de 04/07/2014,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um crédito adicional suplementar no orçamento/2013 do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, no valor de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) nos seguintes projetos/atividades:

I - 17.512.0036.2.058 - Manutenção dos Serviços Administrativos do SAMAE  
3.3.90.00.00.00.00.0600 - Aplicações Diretas - R\$ 30.000,00

II - 17.512.0036.2.059 - Manutenção do Sistema de Operações e Manutenções do Sistema de Água

3.3.90.00.00.00.00.0600 - Aplicações Diretas - R\$ 50.000,00

Art. 2º. Para a cobertura do crédito adicional suplementar previsto no art. 1º, serão utilizados os recursos originários do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2013, no montante de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em,

28 de julho de 2014.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**1269**

PORTARIA Nº 1.269/2014 DE 29/07/14

NOMEIA COMISSÃO PARA VISTORIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

NELSON CRUZ, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, Inciso VIII da Lei Orgânica, e

Considerando o Auto de Infração lavrado pelo Departamento de Fiscalização de Obras referente à construção sem condições de regularização nos termos da legislação vigente;

Considerando que legislação determina que a demolição deverá ser precedida de vistoria por comissão composta por três engenheiros ou arquitetos, conforme dispõe o art. 350 da LC nº 04/07;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear as pessoas a seguir relacionadas para comporem a Comissão de Vistoria para examinar a necessidade de demolição da construção localizada na Rua Nereu Ramos - servidão- Bairro Santo Antônio, em Campos Novos, de propriedade de Maria Inês da Silva:

- Laídes Ladnes
- Alcir Osmar Ganbeta
- Juliana Cenci

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se, Intime-se.

Prefeitura de Campos Novos, 29 de julho de 2014.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**Aviso de PP Nº18/2014-Social**

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Presencial nº18/2014

O Município de Campos Novos, através do Fundo Municipal de Assistência Social, torna público que fará realizar no dia 13 de Agosto de 2014 às 15h00min, na sala de reuniões da Prefeitura, Pregão Presencial do Tipo Menor Preço por item tendo como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DO DIAGNÓSTICO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS, PARA INTEGRAÇÃO E SISTEMATIZAÇÃO DOS DADOS SOBRE A REALIDADE DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO, ASSIM ESTIMULANDO MOBILIZAÇÕES LOCAIS, APROFUNDAMENTO DAS REFLEXÕES SOBRE DIREITOS DE CRIANÇA E ADOLESCENTE E, ESPECIALMENTE, FORTALECER AS RELAÇÕES ENTRE OS ATORES INSTITUCIONAIS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ATENDIMENTO, PROTEÇÃO E JUSTIÇA. O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site [www.camposnovos.sc.gov.br](http://www.camposnovos.sc.gov.br) ou na sede da Prefeitura, localizado na Rua Expedicionário João Batista de Almeida nº 323, no horário das 8h30min às 11h e das 13h30min às 17h diariamente.

Campos Novos, 30 de Julho de 2014.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**1270**

PORTARIA Nº 1.270/2014 DE 29/07/2014

INSTAURA PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

NELSON CRUZ, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, Inciso VIII da Lei Orgânica;

Considerando os documentos remetidos pela Promotoria de Justiça da Comarca de Campos Novos, através do ofício nº 0189/2014/01PJ/CNO/01.2014.00009980-5;

Considerando o disposto no artigo 151 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

Considerando que deve ser assegurado aos servidores o contraditório e a ampla defesa;

RESOLVE:

Art. 1º - Instaurar Processo Administrativo Disciplinar para apurar possíveis atos de violação de deveres funcionais (irregularidades no atendimento ao público) por parte da servidora Maristela Carminati, assegurando a mesma o direito à ampla defesa e

contraditório.

Art. 2º - Designar os servidores efetivos nomeados pela Portaria nº 1.196/2014 de 09/07/2014 para comporem a respectiva Comissão.

Art. 3º - Fixar o Prazo de 60 (sessenta) dias, para conclusão do Processo Administrativo, observando-se as determinações do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Campos Novos e outras previsões legais.

Registre-se, Publique-se, Intime-se.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,

29 de julho de 2014.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

## SAMAE - CAMPOS NOVOS

### Ata de Registro de Preços 08/2014 - Ferramentas Gerais Comércio E Importação S.A

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 22/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2014

REGISTRO DE PREÇOS Nº 08/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Aos vinte e oito dias do mês de Julho do ano de dois mil e quatorze, presentes de um lado, o SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE - ÓRGÃO GERENCIADOR, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.158.105/0001-09, representado neste ato pelo seu Diretor Sr. Joel Francisco Fagundes, portador do CPF nº. 543.523.209-00, no uso de suas atribuições, resolve registrar os preços da empresa FERRAMENTAS GERAIS COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO S/A pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Dr. João Colin, nº 940, na cidade de Joinville-SC, inscrita no CNPJ sob o nº 92.664.028/0025-19, neste ato representada pelo Sra. Marilea Correa Borges, portadora do CPF nº 006.223.529-03, doravante denominado FORNECEDOR, para aquisição de ferramentas, equipamentos e materiais diversos descritos a seguir, sujeitando-se as partes às determinações da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 0149 de 24 de novembro de 2006 e sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO PREÇO

1 - A presente Ata tem como objeto AQUISIÇÃO DE FERRAMENTAS, EQUIPAMENTOS E MATERIAIS DIVERSOS A SEREM UTILIZADOS DE ACORDO COM A NECESSIDADE DO SAMAE:

Item	Especificação	Un	Qtde	Valor Unitário
01	Carrinho Fechado para mecânico com 05 gavetas e chave - CR-15 <ul style="list-style-type: none"> <li>Estrutura em chapa de aço</li> <li>5 gavetas com corredeira telescópica</li> <li>1 divisória para gaveta DPG</li> <li>1 porta com abertura para direita</li> <li>Sistema de fechamento com chave</li> <li>Puxador em nylon com porta-ferramentas</li> <li>1 bandeja vacuum forming VF1</li> <li>3 caixas externas SM-J</li> <li>2 rodas fixas</li> <li>2 rodas giratórias de 4", uma com freio</li> <li>Cantos arredondados</li> <li>Capacidade 350 kg</li> <li>Dimensões 800 x 450 x 860 mm</li> <li>Garantia 06 meses contra defeitos de fabricação</li> <li>Com chave</li> <li>Quantidade de divisórias 01 divisória para gaveta DPG-7</li> <li>04 gavetas modelo B - 1 gaveta modelo C</li> <li>Tipo Fechado / Tipo de porta: aço (abertura para direita) / Tipo de rodas: 2 fixas e 2 giratórias de 4" (uma com freio) / 1 Prateleira</li> <li>Uso Profissional</li> <li>Marca Marcon</li> </ul>	PÇ	01	1800,00
04	Chave biela tipo L <ul style="list-style-type: none"> <li>Produzida em aço especial;</li> <li>Niquelado e cromado;</li> <li>Medidas iguais dos dois lados;</li> <li>Cabeças de perfil cônico;</li> <li>Aplicação indicada para aperto e desaperto;</li> <li>Utilizado em porcas e parafusos sextavados.</li> <li>Contém 12 peças sendo: 8 - 9 - 10 - 11 - 12 - 13 - 14 - 15 - 16 - 17 - 18 - 19mm.</li> <li>Marca Gedore</li> </ul>	JG	01	314,00
05	Alavanca para mecânico <ul style="list-style-type: none"> <li>Fabricada em aço cromo-vanádio forjado e temperado com uma extremidade em ponta e a outra em unha</li> <li>Acabamento niquelado e cromado</li> <li>Dimensões: A1: 47,5mm A2: 15mm A3: 6,7mm</li> <li>Marca Gedore</li> </ul>	PÇ	02	102,00
06	Marreta fundido 1500gr; <ul style="list-style-type: none"> <li>Cabeça forjada e temperada em aço carbono especial;</li> <li>Cabo de madeira envernizado.</li> <li>Marca Tramontina</li> </ul>	PÇ	10	79,50



07	<p>Marreta oitavada 1000 g</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Cabeça forjada em aço carbono especial</li> <li>• Têmpera nas faces de impacto</li> <li>• Bases polidas e envernizadas</li> <li>• Cabeça com acabamento jateado</li> <li>• Fixação por cunha metálica</li> <li>• Cabo de madeira envernizado</li> <li>• Medidas:</li> <li>- Comprimento da cabeça: 98 mm</li> <li>- Comprimento total: 255 mm</li> <li>- Diâmetro do batente: 42 mm</li> </ul> <p>Marca Tramontina</p>	PÇ	10	69,72
09	<p>Jogo de Chave Allen Abaulada com 25 Peças</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Produto fabricado em aço cromo vanádio</li> <li>• Acabamento em um dos lados em forma Abaulada, proporciona trabalhar em locais de difícil acesso em ângulos de até 25º</li> <li>• Acompanha estojo plástico</li> <li>• Contém 25 peças:</li> <li>- 1.3, 1.5, 2, 2.5, 3, 4, 4.5, 5, 5.5, 6, 7, 8, 10 mm</li> <li>- 1/20", 1/16", 5/64", 3/32", 7/64", 1/8", 9/64", 5/32", 3/16", 7/32", 1/4", 3/8"</li> </ul> <p>Marca Gedore</p>	JG	02	284,00
10	<p>Jogo de saca-pino paralelo</p> <p>- Sacas 355-2, 355-3, 355-4, 355-5, 355-6 E 355-8.</p> <p>Marca Gedore</p>	JG	01	90,60
11	<p>Talha Manual 1T Corrente Com 5 Metros</p> <p>Funcionamento fácil e seguro, peças intercambiáveis, facilidade no transporte e instalação, menor necessidade de assistência técnica e o modelo padrão pode ser usado em qualquer ambiente de trabalho.</p> <p>Você pode empregar as talhas Koch para movimentação de cargas em monovias, cavaletes, pontes rolantes, guindastes giratórios ou ainda quando em um ponto fixo adequado.</p> <p>Capacidade de Suspensão 1 tonelada</p> <p>Altura de Elevação 5 metros</p> <p>Peso Inclusive correntes de carga 14</p> <p>Corrente a manobrar p/ elevar 1m 41</p> <p>Redução 1:40</p> <p>Número de correntes de carga 1</p> <p>Marca Kock</p>	PÇ	01	700,00
12	<p>Jogo de extrator roscado para parafuso com 5 peças</p> <p>Extrator roscado para parafuso</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Maneira fácil e rápida de remover parafusos quebrados, tubos e pregos</li> <li>• Contém 5 peças, sendo elas:</li> <li>- 06M 1/8"-1/4"</li> <li>- 08M 1/4"-5/16"</li> <li>- 11M 5/16"-7/16"</li> <li>- 14M 7/16"-9/16"</li> <li>- 18M 9/16"-3/4"</li> </ul> <p>Marca Gedore</p>	JG	01	84,50

13	<p>Torno de bancada com base giratória em aço forjado Nº05</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Aço fundido durável que oferece força e durabilidade</li> <li>- A base é fixada diretamente à superfície da mesa de trabalho através de parafusos para garantir maior estabilidade.</li> <li>- A base giratória assegura maior versatilidade.</li> <li>- A rosca do fuso é fabricada por laminação, o que assegura uma longa vida útil do produto</li> <li>- Manipulos revestidos com cromo resistente a corrosão.</li> <li>- Uso pesado.</li> <li>- Peso 15.00 Kg</li> </ul> <p>Marca Ridgid</p>	PÇ	01	499,40
14	<p>Jogo de Serra Copo Bi Metal com 9 Peças de 3/4 pol. a 2.1/4 pol.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Serra dentada</li> <li>• Profundidade de corte: 38mm</li> <li>• Bordas de corte: M3 HSS</li> <li>• Ideal para cortar madeira, aço e metais em geral</li> <li>• Embalagem composta por 9 peças, sendo:</li> <li>- 6 Serras copo com diâmetros: 3/4" (19mm); 7/8" (22mm); 1.1/8" (29mm); 1.1/2" (38mm); 1.3/4" (44mm); 2.1/4" (57mm)</li> <li>- 1 Adaptador mandril</li> <li>- 1 Mandril 1/4" (9/16~1.3/16)</li> <li>- 1 Hexagonal 7/16" (1.1/4"~6")</li> <li>• Acompanha maleta para a acomodação dos acessórios</li> </ul> <p>Marca Starret</p>	JG	05	351,50
15	<p>Esquadro Profissional 12 Pol.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Base de metal com resistência extra</li> <li>• Acabamento em verniz para resistir à corrosão</li> <li>• Comprimento: 12" (305 mm)</li> </ul> <p>Marca Stanley</p>	PÇ	05	42,15
16	<p>Pistola para Tubo de Silicone Profissional 9"</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Utilizada para serviços de vedação através do eixo central, permite soldar o produto vedante com precisão através do gatilho</li> <li>• Tubo fechado em alumínio</li> <li>• Para tubos de 9"</li> </ul> <p>Marca TMX</p>	PÇ	02	35,20

17	Soprador Térmico com regulagem no mínimo 2000W 220V Utilizado em soldagens, colagem de plásticos, remoção de pinturas, aquecimento de materiais, aplicações em geral que necessitam de ar quente. - Tensão monofásica: 220V - Frequência: 60Hz - Potência de no mínimo: 2000W - Regulagem de potência - Temperatura ate aproximadamente 650 °C - Thermo Stop: desliga o aparelho em caso de altas temperaturas. - Constant Electronic e uso estacionário possível. Marca Bosch	PÇ	01	489,70
18	Disco Abrasivo para Corte de Metal 4-1/2 x 1/8 x 7/8" • Fabricados com telas de fibra de vidro; • Utilizado juntamente com esmerilhadeiras nos trabalhos de corte em metais; • Proporciona um excelente rendimento nas operações de corte, devido a sua espessura mais fina que os discos de corte normais; • Máxima RPM: 13300; • Máxima RPS: 221.67; • Medidas: 4- 1/2" x 1/8" x 7/8" Marca Norton	PÇ	200	3,76
19	Alicate bomba d'água 10" • Capacidade de abertura da boca de 35 mm • Fabricado em aço especial • Abertura da boca regulável em 7 posições • Projetado para trabalhar em manufaturas hidráulicas (tubos e conexões) • Cabo emborrachado Marca Toolmix	PÇ	20	35,70
20	Alicate de corte diagonal modelo sueco fosfatizado • Cabo com formato ergonômico • Aço Gedore-Vanadium • Fosfatizado e faces lixadas • Tratamento térmico total e indução no corte • Projetado para cortar arame duro de até 1,6 mm • Com isolamento. Marca Gedore	PÇ	10	46,40

21	Trena 8m com Freio Duplo • Fita forjada em aço temperado • Graduação em milímetros e polegadas • 3 rebites para maior resistência • Gancho ajustável para medidas internas ou externas • Corpo ergonômico com saliências que proporciona maior conforto • Trava para fixar a fita métrica • Cinta para facilitar o transporte • Fita com 3 rebites para maior segurança. • Comprimento da fita: 8mt • Largura da fita: 25 mm Marca Starret	PÇ	10	48,20
22	Serrote profissional 20" • Lâmina em aço temperado • Dentes travados e afiados com precisão • 7 dentes por polegada • Cabo em madeira envernizado • Proteção plástica para os dentes • Tamanho da serra: 29" - 508mm Marca Irwin	PÇ	05	71,50
23	Chave combinada de 6 a 32 c/ 26 pcs (milímetro) Jogo de chaves combinadas com 26 peças em milímetros: 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 32 mm. - Fabricada em aço cromo-vanádio (exceto 1071 - aço carbono) - Acabamento cromado e polido nas extremidades / Boca e estrela da mesma bitola Marca Gedore	JG	02	524,20
28	Esmerilhadeira Angular 4 1/2" - Disco: 4 1/2" - Rotações por min. 10.000rpm - Dimensões 317mm x 129mm x 126mm - Peso (massa) 1,9 kg - Bateria 18V - 3Ah Li-ion Marca Makita	PÇ	01	1162,00
31	Mochila p/ Ferramentas Base Emborrachada 14" 11 Bolsos - Base emborrachada totalmente a prova d'água que garante máxima durabilidade. - Alça de mão almofadada. - 12 encaixes externos para ferramentas longas. - Múltiplos bolsos com zíper para total segurança e 11 bolsos internos para total organização. - Compartimentos e Bolsos: 14 - Comprimento (mm): 178 - Largura (mm): 406 - Altura (mm): 483 - Peso (kg): 1,83 Marca Irwin	UN	02	167,80

32	Pulverizador costal - Tanque em polietileno, capacidade de 20L; - Peso aproximado vazio de 3,6 Kg; - Bomba tipo pistão alto rendimento; - Cintas ajustáveis; - Válvula de controle de pressão e vazão; - Comprimento mínimo da mangueira 1,65M; - Câmara com volume 65mm, embolo 35mm; - Pressão máxima de trabalho de 100 libras Marca Guarani	PÇ	02	249,00
33	Chave de tubo • Chave reta com cabo Alumínio • Tamanho Nominal: 14" ou 350mm • Capacidade: 2" ou 50mm • Peso: 1,1Kg Marca Ridgid	PÇ	04	191,35
34	Jogo Soquetes 22 Peças • Embalagem Plástica contendo: • 01 Catraca Reversível 1/2" • 01 Cabo T 10" • 01 Extensão 5" e 10" • 01 Maleta Plástica • 18 Soquetes Estriados Marca Belzer	JG	02	252,00
35	Catraca Reversível 1/2" Catraca Reversível de 1/2" Corpo em aço cromo vanádio Marca Tramontina	PÇ	02	53,60

36	Alicate Terrômetro Digital • Display LCD: 4 Dígitos 9999 Contagens com Iluminação • Modo Relativo/Zero. • Indicação de Sobrefaixa: "OL" é exibido. • Alarme de Máximo. • Data Hold. • Dois Níveis de Iluminação. • Indicação de Bateria Fraca: O sinal " " aparece. • Mudança de Faixa: Automática. • Desligamento Automático: Configurável de 5~20 minutos ou Desativado. • Memória Interna: 30 leituras • Abertura de Garra: 30mm. • Ambiente de Operação: 0°C a 40°C, RH < 90%, não condensado. • Ambiente de Armazenamento: 0°C a 60°C, RH < 90%, com a bateria removida. • Altitude de Operação: até 2000m. • Alimentação: 4x 1,5V tamanho AA. • Duração da Bateria: Aprox. 20 horas (pilhas alcalinas). - Segurança/Conformidade: IEC61010 Sobretenção CAT III 300V e Dupla Isolação. • Campo Magnético Externo: <40 A/m. • Campo Elétrico Externo: <1 V/m. - Duração de Medição Única: 1 seg. • Dimensões: 304(A) x 104(L) x 68(P) mm. • Peso: Aprox. 1575g (incluindo bateria). Marca Minipa	UN	01	3600,00
----	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----	----	---------

## CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PREÇOS

2.1 - O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao SAMAE promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

## CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PAGAMENTOS

3.1 - O pagamento pela aquisição do objeto da presente Ata será feito em favor do FORNECEDOR, mediante depósito bancário em sua conta corrente, pela mesma indicada.

3.2 - O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação

3.3 - O pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias após cada entrega dos materiais e emissão da nota fiscal com as CND's - Certidões Negativas de Débitos - em anexo.

3.4 - Nenhum pagamento será efetuado ao FORNECEDOR enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

## CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

4.1 - Será de responsabilidade do FORNECEDOR:

- fornecer os materiais, objeto desta Ata, de acordo com as especificações exigidas no Edital;
- fornecer o objeto desta Ata, na forma, nos locais indicados, nos

prazos e nos preços estipulados na sua proposta;  
c) manter, durante toda execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

#### CLÁUSULA QUINTA - DAS ENTREGAS

5.1- Os Objetos licitados deverão ser entregues parceladamente, conforme a necessidade de uso, na forma, quantidades, e no prazo de até 03 (três) dias após a emissão e envio da Autorização de Fornecimento.

5.2- A empresa deverá entregar os materiais no local indicado pelo SAMAE.

5.3- Todas as despesas relacionadas com a carga, entrega e descarga dos materiais será de inteira responsabilidade do FORNECEDOR.

#### CLÁUSULA SEXTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1 - Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste (representada pela Nota de Empenho ou instrumento equivalente), o SAMAE, poderá aplicar ao FORNECEDOR as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

a) Por atraso superior a 05 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o FORNECEDOR sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;

b) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor da Nota de Empenho;

c) Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido na Nota de Empenho, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

7.1 - O presente ajuste poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

#### CLÁUSULA OITAVA - DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº. 8.666/93.

§ 1º. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

§ 2º. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá:

I - convocar o FORNECEDOR visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

II - frustrada a negociação, o FORNECEDOR será liberado do compromisso assumido;

III - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

§ 3º. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o FORNECEDOR, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

I - liberar o FORNECEDOR do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e

comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e

II - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

§ 4º. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

#### CLÁUSULA NONA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

9.1 - O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

a) Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) Recusar-se a celebrar o ajuste ou não retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pelo SAMAE, sem justificativa aceitável;

c) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

d) Tiver presentes razões de interesse público;

e) For declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993;

f) For impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002.

§ 1º. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

§ 2º. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 - As despesas resultantes da presente Ata ocorrerão à conta de dotações orçamentárias dos exercícios de 2014 e 2015 consignadas no:

ELEMENTO: 3.3.90.30.00.00.00.00.00

4.4.90.52.00.00.00.00.00

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA VIGÊNCIA

11.1 - O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses a partir da data de homologação.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1 - O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao SAMAE, a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da estimativa de consumo indicada na presente Ata.

12.2 - Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, o SAMAE poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela mesma.

12.3 - A existência de preços registrados não obriga o SAMAE a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do registro, a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

12.4 - O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o SAMAE, nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

## CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1 - É competente o foro da Comarca de Campos Novos para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Campos Novos - SC, 28 de Julho de 2014.

Pela Contratante

JOEL FRANCISCO FAGUNDES

Diretor do SAMAE

Pela Contratada

MARILEA CORREA BORGES

Ferramentas Gerais Comércio e Importação S.A

Jurídico

TESTEMUNHAS

RODRIGO CARPES DE OLIVEIRA

CPF - 049.807.399-89

NEUSA APARECIDA DE LIMA

CPF - 693.438.029-00

## Canelinha

## PREFEITURA

**Extratos Contratos Nº 154/2014 À 159/2014 - PMC**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANELINHA.

CONTRATO Nº. 154/2014. CONTRATO ADMINISTRATIVO DE LOCAÇÃO DE SINAL DE INTERNET VIA RÁDIO. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CANELINHA. CONTRATADO: BLUCOMPTec INFORMÁTICA LTDA. ME. OBJETO: O presente contrato tem por objeto a locação e manutenção de sinal de Internet via rádio, para atender as necessidades da Escola de Educação Básica Realina Feller Roberti, localizada na Localidade de Moura, no Município de Canelinha. VALOR: R\$ 480,00 (quatrocentos e oitenta reais). Canelinha (SC), 01 de julho de 2014. ANTÔNIO DA SILVA - PREFEITO DO MUNICÍPIO.

CONTRATO Nº. 155/2014. CONTRATO de Rateio relativo ao Programa de Excelência na Gestão da Assistência Social. CONSORCIADO: MUNICÍPIO DE CANELINHA. CONSÓRCIO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA). OBJETO: Este contrato tem por objeto a contratação dos serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Excelência na Gestão da Assistência Social. VALOR: R\$ 420,00 (quatrocentos e vinte reais) mensais. Canelinha (SC), 01 de julho de 2014. ANTÔNIO DA SILVA - PREFEITO DO MUNICÍPIO.

CONTRATO Nº. 156/2014. CONTRATO de Rateio relativo ao Programa de GESTÃO TRIBUTÁRIA. CONSORCIADO: MUNICÍPIO DE CANELINHA. CONSÓRCIO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA). OBJETO: Este contrato tem por objeto a contratação dos serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão Tributária aprovado pelo CIGA, envolvendo os seguintes acessos: I - REGIN: gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, mediante o Registro Mercantil Integrado (REGIN), II - Simples Nacional: gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C). VALOR : R\$ 270,00 (duzentos e setenta reais) mensais. Canelinha (SC), 03 de julho de 2014. ANTÔNIO DA SILVA - PREFEITO DO MUNICÍPIO.

CONTRATO Nº.157/2014. CONTRATO DE FORNECIMENTO DE MATERIAIS DIVERSOS. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CANELINHA. CONTRATADO: MANOEL SPERANDIO - ME. OBJETO: O presente contrato tem por objeto a aquisição parcelada conforme necessidade, de materiais diversos, para manter as atividades da Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos, conforme materiais descritos no anexo II Edital do Processo de Licitação nº. 72/2014, Pregão Presencial nº. 58/2014 (processo nº. 57/2014, PP: 44/2014-PR), parte integrante deste contrato. VALOR: R\$ 79.160,40 (setenta e nove mil, cento e sessenta reais e quarenta centavos). Canelinha, em 03 de julho de 2014. ANTÔNIO DA SILVA - PREFEITO DO MUNICÍPIO.

CONTRATO Nº.158/2014, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CANELINHA E A MERCEDES-BENZ DO BRASIL LTDA., PARA OS FINS QUE SE ESPECIFICA. OBJETO: O objeto do presente Termo de Contrato é a aquisição de veículos de transporte escolar diário de estudantes da educação básica das redes públicas de ensino e demais entidades autorizadas, de acordo com a legislação específica vigente, na União, Estados, Distrito Federal e Municípios para atender ao Programa Caminho da Escola do Ministério da Educação, conforme especificações e quantitativos estabelecidos



no Edital do Pregão identificado no preâmbulo e na proposta vencedora, os quais integram este instrumento, independente de transcrição. VALOR: R\$ 270.000,00 (duzentos e setenta mil reais). Canelinha, 03 de julho de 2014. ANTÔNIO DA SILVA - PREFEITO DO MUNICÍPIO.

CONTRATO Nº.159/2014. CONTRATO ADMINISTRATIVO DE AQUISIÇÃO DE TERMINAL DE VIDEOCONFERENCIA. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CANELINHA. CONTRATADO: ZOOM TECNOLOGIA LTDA. OBJETO: O presente contrato tem por objeto a aquisição de 01 (um) terminal e equipamentos para videoconferência com instalação completa e treinamento operacional, para equipar a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo, conforme características descritas no anexo II (termo de referencia), Edital de Licitação nº. 74/2014, Pregão Presencial nº.59/2014 (processo nº.59/2014, PP: 45/2014), parte integrante deste contrato. VALOR: R\$ 39.900,00 (trinta e nove mil e novecentos reais), fixo e irrevogável.

Canelinha, 11 de julho de 2014.  
ANTÔNIO DA SILVA  
PREFEITO DO MUNICÍPIO.

## Canoinhas

### PREFEITURA

#### **Publicação do Edital da Chamada Pública Nº PMC 04/2014**

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
AVISO DE CHAMADA PÚBLICA Nº 04/2014

A Prefeitura do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, CNPJ 83.102.380/0001-80, torna público para conhecimento dos interessados a Chamada Pública para aquisição de 2.850 litros de suco concentrado de maracujá, 21.000 litros de leite UHT integral e 810 quilos de morango in natura, diretamente da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural ou suas organizações, destinados ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, considerando o disposto no artigo 21 da Lei nº 11.947/2009 e nas Resoluções nº 38/2009 e 26/2013 do CD/FNDE. O Edital estabelecendo as condições e demais informações necessárias à participação poderá ser retirado no site [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br), no Link Licitações/Chamada Pública. A documentação de habilitação e o Projeto de Venda deverão ser entregues até as 14h00min do dia 21/08/2014, diretamente no Setor de Protocolo da Prefeitura do Município de Canoinhas, sito a Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, Canoinhas-SC. Informações pelo e-mail: [licitacao@pmc.sc.gov.br](mailto:licitacao@pmc.sc.gov.br). Fone (47) 3621 - 7705.

Luiz Alberto Ricoski Faria  
Prefeito

#### **Decisão Processo Nº016/2013 - Pedido de Reconsideração - Conselho Municipal de Contribuintes de Canoinhas**

Processo nº: 016/2013 - Pedido de Reconsideração em Recurso Voluntário

Recorrente: ENCOPLAC - Engenharia, Construção e Planejamento Canoinhas Ltda

Recorrida: Fazenda Pública Municipal de Canoinhas.

Assunto: ISS Construção Civil

#### **E M E N T A**

DIREITO TRIBUTÁRIO. IMPOSTO SOBRE SERVIÇO DE QUALQUER NATUREZA. BASE DE CÁLCULO. DEDUÇÃO DE VALORES REFERENTES AOS MATERIAIS EMPREGADOS. OBRA DE CONSTRUÇÃO CIVIL. POSICIONAMENTO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA REFORMADA EM PARTE. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO REJEITADA. IMPOSSIBILIDADE ANTE AO REGIMENTO INTERNO.

1. O Recorrente requereu a reconsideração do acórdão exarado pelo Conselho de Contribuintes do Município de Canoinhas, sob a sustentação de que o processo administrativo tributário não faz coisa julgada e que o conhecimento do pedido e a posterior análise dos documentos anexados evitaria que a questão fosse submetida à apreciação do Poder Judiciário.

2. Anexou novas provas e suscitou a questão da posição jurisprudencial firmada pelo Supremo Tribunal Federal sobre a base de cálculo do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza na construção civil.

3. Requereu, ao final, a reconsideração da decisão do Conselho de Contribuintes para limitar a base de cálculo do ISS aos valores discriminados no campo descrição dos serviços das notas fiscais



de n. 870, 871, 872, 876, 880, 881, 883, 884, 890, 893, 900, 904, 905, 907, 910, 914, 916, 918, 920, 921, 922, 924, 926, 930, 931, 933, 935, 940, 941, 944, 960 ou alternativamente, que sejam deduzidas da base de cálculo do tributo as notas em anexos cujo endereço de entrega é a obra do Supermercado Queluz.

É o Relatório.

Após discussão do pedido de reconsideração protocolado sob o nº 3676/2014, em face do acórdão exarado no recurso voluntário nº 0016/2013, em sessão ordinária ocorrida na data de 04 de julho de 2014 às 8h00m, foi decidido pelo E. Conselho de Contribuintes do Município de Canoinhas pelo não conhecimento do pedido de reconsideração formulado pelo Recorrente em atenção ao disposto no art. 2º do seu Regimento Interno, o qual prevê que o julgamento das questões em segunda instância serão definitivas e irrecorríveis, tendo sido proferido o voto de desempate pelo Sr. Presidente do Conselho, conforme determinação do art. 9º, inciso XI, do mesmo Regimento Interno.

Pelo exposto, nego conhecimento ao pedido de reconsideração ao acórdão proferido no recurso voluntário nº 0016/2013, interposto pelo Recorrente a fim de se cancelar os lançamentos tributários referente às Nota Fiscais n. 870, 871, 872, 876, 880, 881, 883, 884, 890, 893, 900, 904, 905, 907, 910, 914, 916, 918, 920, 921, 922, 924, 926, 930, 931, 933, 935, 940, 941, 944, 960.

É o Voto.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Pedido de Reconsideração em Recurso Voluntário em que é Recorrente ENCOPLAC - Engenharia, Construção e Planejamento Canoinhas Ltda e Recorrida Fazenda Pública do Município de Canoinhas, acordam os senhores integrantes do Egrégio Conselho de Contribuintes de Canoinhas, em não conhecer do recurso por estarem ausentes os requisitos de admissibilidade. Votaram favorável ao pedido de reconsideração os Conselheiros Alfredo Lang Scultetus e Francisco Afonso Bechel e, pelo não conhecimento do pedido de reconsideração os Conselheiros Luís Gustavo Viera de Brito e Roberto Ivan Ludka, tendo sido proferido voto de desempate pelo Sr. Presidente pelo não conhecimento do pedido. Intimem-se.

CMC/Canoinhas, 30 de Julho de 2014.

DIOGO CARLOS SEIDEL  
PRESIDENTE

### **Publicação da Impugnação de Edital da Concorrência Pública Nº PMC 14/2014**

AVISO DE IMPUGNAÇÃO DE EDITAL  
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 100/2014  
CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º PMC 14/2014

O Prefeito do Município de Canoinhas, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, comunica que as empresas DAC SERVIÇOS DE ESTACIONAMENTO ROTATIVO LTDA ME E SERTTEL LTDA, impugnaram o edital do certame em epígrafe. Diante disto e para esclarecimento das questões suscitadas e ainda, da possibilidade de alteração do edital, fica suspenso, pelo prazo de 20 dias, o recebimento e abertura das propostas prevista para as 09h15min do dia 01/08/2014. Nova data para recebimento e abertura das propostas será oportunamente publicada nos mesmos meios em que foi dado publicidade ao edital impugnado.

Luiz Alberto Rincoski Faria  
Prefeito

### **Pauta de Reunião - Conselho Municipal de Contribuintes de Canoinhas - 8ª Sessão Ordinária - 2014**

PAUTA DE REUNIÃO

CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE CANOINHAS  
8ª SESSÃO ORDINÁRIA - 2014

Data: 07 (sete) de agosto de 2014.

Horário: 8h00min.

Local: Centro Administrativo Dr. Haroldo Ferreira, Prefeitura Municipal de Canoinhas (Sala de Reuniões da Secretaria Municipal de Saúde - Piso Superior).

O presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Canoinhas, DIOGO CARLOS SEIDEL, faz saber a quem interessar possa, que na data, local e horário acima, será discutido e julgado o seguinte processo:

(1)

Numero do recurso: 0018/2014

Numero do protocolo: 3351/2014

Recorrente: Marcos Sussenbach

Recorrida: Fazenda Municipal de Canoinhas

Conselheiro Relator: Roberto Ivan Ludka

Canoinhas (SC), 30 de julho de 2014.

GERSON JOSE SZCZYGIEL DUMKE      DIOGO CARLOS SEIDEL  
Secretário Geral                                  Presidente

# Capinzal

## PREFEITURA

### Resolução 007/2014 - CMAS

RESOLUÇÃO Nº. 007/2014

Dispõe sobre aprovação do Plano de Ação 2014 para cofinanciamento do Governo Federal para o Sistema Único de Assistência Social - SUAS.

O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, em reunião ordinária realizada no dia 25 de julho de 2014, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Complementar Municipal nº 026/1995, e

Considerando a Lei n.º 8.742/93, LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social;

Considerando a Lei nº 12.435, de 06 de julho de 2011;

Considerando que uma das atribuições do CMAS é acompanhar e controlar a execução da Política Municipal de Assistência Social, bem como zelar pela implementação e efetivação do SUAS e acompanhar, avaliar e fiscalizar a gestão dos recursos;

Resolve:

Art. 1º Aprovação do Plano de Ação 2014 para cofinanciamento do Governo Federal para o Sistema Único de Assistência Social - SUAS.

Art. 2º O Plano de Ação é um instrumento de planejamento utilizado para ordenar e garantir o lançamento e validação anual das informações necessárias ao início ou a continuidade da transferência regular automática de recursos do cofinanciamento federal dos serviços socioassistenciais.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Conselho Municipal de Assistência Social de Capinzal.

Capinzal (SC), 25 de julho de 2014.

LUCIANA CRISTINA BUSSACRO

Presidente

DANIELA BORTOLI

Secretária

### Resolução 008/2014 - CMAS

RESOLUÇÃO Nº 008/2014

ALTERA o Art. 2 da RESOLUÇÃO 004/2014, publicada no dia 06 de maio de 2014.

Considerando solicitação da Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho e Habitação para indicação dos serviços de proteção social especial de média complexidade que receberão os recursos de que trata a Resolução nº 004/2014, do CMAS de Capinzal;

Resolve:

Art. 1º O art. 2º, da Resolução nº 04/2014, passa a ter a seguinte redação:

"art. 2º - Fica aprovado o recurso oriundo do Fundo Estadual de Assistência Social para o cofinanciamento dos serviços de proteção social especial de média complexidade do município de Capinzal.

Este recurso será destinado aos seguintes Serviços do Centro de Referência Especializada de Assistência Social - CREAS: a) Serviço Especializado em Abordagem Social; b) Serviço de Proteção Social a Adolescente em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviço à Comunidade; c) Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosa e suas Famílias; e d) Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI). O valor de 76.032,00 (setenta e seis mil e trinta e dois reais) deverá ser aplicado da seguinte forma: 60% será utilizado para custeio e 40% para investimento.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal - SC, 25 de Julho de 2014.

LUCIANA CRISTINA BUSSACRO

Presidente

DANIELA BORTOLI

Secretária

### Decreto 113/2014

DECRETO Nº 113, DE 30 DE JULHO DE 2014.

Altera o regulamento de locação e uso do Centro Educacional Prefeito Celso Farina e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAPINZAL, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pelo art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal; e

CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer normas para disciplinar a utilização do Centro Educacional Prefeito Celso Farina, imóvel pertencente ao patrimônio do Município de Capinzal;

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o Regulamento de uso e locação do Centro Educacional Prefeito Celso Farina na forma do Anexo Único, parte integrante deste Decreto.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, em 30 de julho de 2014.

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

### REGULAMENTO DE USO E LOCAÇÃO DO CENTRO EDUCACIONAL PREFEITO CELSO FARINA

O Centro Educacional Prefeito Celso Farina, sito à Rua Ernesto Hachmann, nº 505, nesta cidade, imóvel pertencente ao patrimônio do Município de Capinzal, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 82.939.406/0001-07, terá seu uso e locação regidos pelas disposições constantes no presente Regulamento.

### CAPÍTULO I

#### Das Disposições Preliminares

Art. 1º O Centro Educacional Prefeito Celso Farina, de propriedade do Município de Capinzal, terá seu uso e locação disciplinados pelas normas constantes neste Regulamento.

Art. 2º Compete à Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes através da Diretoria de Cultura, a administração do Centro Educacional.

Parágrafo único. O uso e locação do Centro Educacional serão ordenados mediante a elaboração de calendário anual, respeitando o Calendário Oficial de Eventos do Município, que terá preferência para agendamento sobre os demais eventos.

Art. 3º O Centro Educacional poderá ser locado total ou parcialmente para a realização de eventos sociais, culturais e religiosos que objetivem o interesse comunitário.

Art. 4º A locação do Centro Educacional será feita mediante requerimento dirigido à Diretoria de Cultura, atendidas as formalidades deste Regulamento.

Parágrafo único. O requerimento deverá dispor sobre a finalidade e o período de locação pretendido.

Art. 5º É vedado expressamente o empréstimo de móveis, equipamentos e utensílios pertencentes ao Centro Educacional a particulares ou entidades.

Art. 6º O Centro Educacional deverá ser utilizado exclusivamente para a finalidade autorizada, sendo expressamente vedada a sua utilização de forma diversa, sob pena de interrupção e suspensão do uso pelo órgão administrador.

## CAPÍTULO II

### Das Obrigações do Locatário

Art. 7º São obrigações do locatário:

I - recolher as taxas estabelecidas no Capítulo IV;

II - zelar pelo bom uso das instalações, móveis, equipamentos e utensílios do Centro Educacional;

III - receber a relação de bens e utensílios disponibilizados para uso, durante o período locado, mediante assinatura de lista de recebimento;

IV - promover a devolução do Centro Educacional e dos bens referidos no inciso III deste artigo no mesmo estado de conservação recebido, no máximo, em um dia após o evento, sob pena de incorrer em multa, nos termos do art. 15; e

V - ressarcir em espécie e a preços correntes os bens danificados ou não devolvidos e, no caso da ocorrência de danos e/ou depredação das instalações do Centro Educacional, o Município providenciará a restauração e lançará à responsabilidade do locatário; e

VI - fornecer os gêneros de higiene e limpeza, sendo papel higiênico, papel-toalha, sabonete, embalagens para acondicionamento de lixo, detergentes e congêneres.

Art. 8º O locatário não poderá, sob nenhum pretexto, retirar bens e utensílios do interior do Centro Educacional.

Parágrafo único. Fica expressamente vedada a montagem e instalação do bar para fins de comercialização de bebidas e congêneres nas dependências do salão de festas, devendo fazê-lo nas sacadas.

## CAPÍTULO III

### Dos Direitos do Locatário

Art. 9º São direitos do locatário:

I - receber os bens, utensílios e as instalações limpas e em condições de uso;

II - utilizar corretamente o espaço físico, bens e utensílios disponibilizados;

III - utilizar energia elétrica, água e gás; e

§ 1º Caso o locatário deseje utilizar os freezer de propriedade do Município, poderá fazê-lo nos locais onde se encontram instalados, não sendo permitido retirá-los ou transportá-los para o salão de festas e sacadas.

§ 2º O locatário poderá fazer uso do Centro Educacional até três dias antes do evento, preferencialmente em horário comercial, para fins de decoração e organização do ambiente.

## CAPÍTULO IV

### Das Taxas e Pagamentos

Art. 10. Fica estabelecido conforme quadro abaixo, a taxa de locação e uso em Unidades Fiscais de Referência Municipal (UFRM) vigente para custeio das despesas com energia elétrica, água, gás, limpeza, manutenção e conservação do Centro Educacional:

Característica do Evento	Quantidades de UFRM
Festas de Aniversário	20
Festas de Casamento	20
Festas de Formatura	10
Jantares/Almoços	10
Bailes/Matinés	10
Reuniões/Palestras	3

Parágrafo único. A taxa de uso e locação para entidades sem fins lucrativos e/ou religiosas será no valor de 1 (uma) unidades Unidade Fiscal de Referência Municipal (UFRM) vigente.

Art. 11. Será de inteira responsabilidade do locatário o pagamento das taxas devidas aos direitos autorais junto ao Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (ECAD), de que trata a Lei federal nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998.

Art. 12. O locatário poderá fazer uso dos objetos de mesa disponíveis, sendo toalhas, capas de cetim para cadeiras e toalhas para buffet mediante o pagamento de taxas específicas no valor de:

I - (0,05 UFRM) para cada jogo de mesa composto por uma toalha, uma sobre-toalha e quatro capas de cadeiras; e

II - (0,25 UFRM) para cada jogo de toalhas de buffet composto por uma toalha de sete metros e outras sete toalhas cobre mancha.

Art. 13. As taxas estabelecidas nos artigos 10 e 12 deverão ser recolhidas nas Instituições Bancárias credenciadas pelo Município através de Documento de Arrecadação Municipal (DAM) expedido pela Secretaria da Administração e Finanças.

Art. 14. O comprovante de recolhimento das taxas referidas neste Capítulo deverá ser apresentado à Diretoria de Cultura previamente à realização do evento como condicionante à liberação do Centro Educacional.

Art. 15. A multa pelo atraso na devolução do Centro Educacional de que trata o art. 7º, IV, será de um terço ( $\frac{1}{3}$ ) do valor da taxa de locação por dia de atraso.

## CAPÍTULO V

### Das Disposições Finais

Art. 16. A liberação para uso do Centro Educacional será expedida pela Diretoria de Cultura depois de verificado o cumprimento das disposições estabelecidas no art. 14 deste Regulamento, mediante assinatura de um Termo de Compromisso de Locação e Uso - ANEXO ÚNICO.

Art. 17. O Município de Capinzal não se responsabiliza por perdas, danos ou falta de materiais e congêneres particulares utilizados pelo locatário durante o período da locação.

Art. 18. Fica expressamente vedada a colocação de cartazes, faixas, pregos, parafusos ou similares nas portas, janelas, paredes e teto do Centro Educacional para efeitos de decoração durante

a locação.

Art. 19. Os casos omissos serão resolvidos pela Diretoria de Cultura.

Art. 20. Fica revogado o Decreto 036, de 07 de junho de 2006.

Capinzal, em 30 de julho de 2014.

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Regulamento na data supra.

ORLANDO THOLL

Secretário de Administração e Finanças

ANEXO I

#### TERMO DE COMPROMISSO DE LOCAÇÃO E USO

Declaro estar ciente dos termos previstos no Decreto 113/2014 zelando pela conservação da estrutura e instalações do prédio, responsabilizando-me pelos prejuízos que vierem a ocorrer em decorrência do mau uso ou quebra dos utensílios locados pertencentes ao patrimônio público, bem como também tenho ciência que o locador não se responsabilizará por qualquer ação danosa praticada pelo locatário ou convidados.

Declaro ainda estar ciente da Lei Estadual nº 16157, de 07 de novembro de 2013, relativo às Normas de Prevenção, Segurança Contra Incêndio e Pânico e do Poder de Polícia do CBMSC, respeitando a capacidade máxima de lotação do Salão de Eventos do Centro Educacional Prefeito Celso Farina, que é de 870 (oitocentos e setenta) pessoas.

Característica do Evento	
Festas de Aniversário	
Festas de Casamento	
Festas de Formatura	
Jantares/Almoços	
Bailes/Matinés	
Reuniões/Palestras	

Data Do Evento: \_\_\_\_/\_\_\_\_/20\_\_\_\_

Capinzal (SC), \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 20\_\_\_\_.

Locatário/Responsável

## Catanduvras

### PREFEITURA

#### **Aviso de Licitação: Processo Licitatório Nº 0073/2014 - Edital de Concorrência Nº 0002/2014**

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0073/2014

EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 0002/2014

Objeto: CONCESSÃO DE USO ESPECIAL REMUNERADO DE BEM PÚBLICO, assim constituído: Um (1) terreno urbano, com área de 4.800,00m² (quatro mil e oitocentos metros quadrados), situado na Rua Sete de Abril, Centro, nesta cidade de Catanduvras-SC, com uma edificação em alvenaria, com área edificada de 1.067,62 (mil e sessenta e sete vírgula sessenta e dois centímetros quadrados), devidamente registrado e matriculado sob nº 3.690 - Livro 02 do Cartório de Registro de Imóveis desta cidade de Catanduvras-SC, do tipo de MAIOR OFERTA, cujas especificações detalhadas encontram-se no Capítulo I deste Edital.

Abertura das Propostas: 13h45min, do dia 04 de setembro de 2014.

Da disponibilização do edital: o edital estará disponível a partir do dia 30 de julho de 2014, no endereço <http://www.catanduvras.sc.gov.br/> e na Prefeitura Municipal de Catanduvras - SC.

Informações: maiores informações, assim como cópia do Edital, poderão ser obtidas no site: [www.catanduvras.sc.gov.br](http://www.catanduvras.sc.gov.br) e no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Catanduvras - SC, das 13h00min às 19h00min, de segunda a sexta-feira, ou pelo telefone (049) 3525-1144, Ramal: 229.

Catanduvras - SC, 30 de julho de 2014.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

#### **Aviso de Licitação: Processo Licitatório Nº 0074/2014 - Edital de Pregão Nº 0055/2014**

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0074/2014

PREGÃO Nº 0055/2014

Objeto: Contratação de serviços de transporte de pacientes para Tratamento Fora de Domicílio - TFD, para a Secretaria Municipal de Saúde, cujas especificações detalhadas encontram-se no Anexo I, que acompanha o Edital.

Abertura das Propostas: 13h45min, do dia 13 de agosto de 2014.

Da disponibilização do edital: o edital estará disponível a partir do dia 30 de julho de 2014, no endereço <http://www.catanduvras.sc.gov.br/> e na Prefeitura Municipal de Catanduvras - SC.

Informações: maiores informações, assim como cópia do Edital, poderão ser obtidas no site: [www.catanduvras.sc.gov.br](http://www.catanduvras.sc.gov.br) e no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Catanduvras - SC, das 13h00min às 19h00min, de segunda a sexta-feira, ou pelo telefone (049) 3525-1144, Ramal 229.

Catanduvras - SC, 30 de julho de 2014.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal



**Extrato do Contrato PMC Nº 0081/2014**

TERMO DE CONTRATO PMC Nº 0081/2014

PREGÃO Nº 0053/2014

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0068/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

CONTRATADA: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GE-RAIS

Objeto: contratação de serviço de seguro, podendo ser realizado por intermédio de corretora ou da própria seguradora, para veículos oficiais do município de Catanduvas, utilizados pela Secretaria Municipal de Infraestrutura.

VALOR: R\$ 11.376,00 (onze mil trezentos e setenta e seis reais).

VIGÊNCIA: Até 31 de dezembro de 2014.

DATA DE ASSINATURA: 25 de julho de 2014.

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC

Gisa Aparecida Giacomini

**EXTRATO DO CONTRATO PMC Nº 0082/2014**

TERMO DE CONTRATO PMC Nº 0082/2014

PREGÃO Nº 0052/2014

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0067/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

CONTRATADA: SACOLÃO DE FRUTAS E VERDURAS SÃO CRISTÓVÃO

Objeto: Fornecimento de produtos para compor a Merenda Escolar, por meio da Secretaria Municipal de Educação.

VALOR: R\$ 33.916,60 (trinta e três mil novecentos e dezesseis reais e sessenta centavos).

VIGÊNCIA: Até 31 de dezembro de 2014.

DATA DE ASSINATURA: 25 de julho de 2014.

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC

Gisa Aparecida Giacomini

**EXTRATO DO CONTRATO PMC Nº 0083/2014**

TERMO DE CONTRATO PMC Nº 0083/2014

PREGÃO Nº 0052/2014

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0067/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

CONTRATADA: AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA

Objeto: Fornecimento de produtos para compor a Merenda Escolar, por meio da Secretaria Municipal de Educação.

VALOR: R\$ 28.975,00 (vinte e oito mil novecentos e setenta e cinco reais).

VIGÊNCIA: Até 31 de dezembro de 2014.

DATA DE ASSINATURA: 25 de julho de 2014.

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC

Gisa Aparecida Giacomini

**EXTRATO DO CONTRATO PMC Nº 0084/2014**

TERMO DE CONTRATO PMC Nº 0084/2014

PREGÃO Nº 0052/2014

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0067/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

CONTRATADA: SUPER DELAZERI LTDA

Objeto: Fornecimento de produtos para compor a Merenda Escolar, por meio da Secretaria Municipal de Educação.

VALOR: R\$ 72.298,80 (setenta e dois mil duzentos e noventa e oito reais e oitenta centavos).

VIGÊNCIA: Até 31 de dezembro de 2014.

DATA DE ASSINATURA: 25 de julho de 2014.

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC

Gisa Aparecida Giacomini

**EXTRATO DO CONTRATO PMC Nº 0085/2014**

TERMO DE CONTRATO PMC Nº 0085 /2014

TOMADA DE PREÇOS Nº 0010/2014

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0066/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC

CONTRATADA: AUDITHARE CONSULTORIA E AUDITORIA LTDA

Objeto: Contratação de prestação de serviços técnicos especializados de natureza singular nas atividades-meios no âmbito da gestão pública de caráter eventual e não permanente a serem executados conforme a demanda do Município por necessidades excepcionais da qual exija maior especialidade para sua execução dada a complexidade dos trabalhos.

VALOR: R\$ 45.300,00 (quarenta e cinco mil e trezentos reais).

VIGÊNCIA: Até 31 de dezembro de 2014.

DATA DE ASSINATURA: 28 de julho de 2014.

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC

Gisa Aparecida Giacomini

**EXTRATO DO CONTRATO FMAS Nº 0020/2014**

TERMO DE CONTRATO FMAS Nº 0020/2014

PREGÃO Nº 0053/2014

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0068/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CONTRATADA: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GE-RAIS

Objeto: Contratação de serviço de seguro, podendo ser realizado por intermédio de corretora ou da própria seguradora, para veículos oficiais do município de Catanduvas, utilizados pela Assistência Social.

VALOR: R\$ 2.590,00 (dois mil quinhentos e noventa reais).

VIGÊNCIA: Até 31 de dezembro de 2014.

DATA DE ASSINATURA: 25 de julho de 2014.

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Elizete Cardoso da Silva

# Chapadão do Lageado

## PREFEITURA

### Edital de Convocação

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 08/2014

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, CONVOCA por este edital a candidata selecionada no Processo Seletivo nº 005/2013, a seguir relacionada, a comparecer no setor de pessoal, da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, para admissão em caráter temporário - ACT, sob regime administrativo especial, a fim de exercer as funções de Agente de Serviços Gerais.

NOME	FUNÇÃO
Anelia Hinckel Heinz	Agente de Serviços Gerais - 40 Horas

Prefeitura Municipal de Chapadão do Lageado,  
30 de julho de 2014.

JOSE BRAULIO INÁCIO  
Prefeito Municipal

### Portaria Nº 291 de 30.07.2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO  
PORTARIANº 291/2014

CONSIDERANDO, o princípio da autotutela administrativa que permite à Administração reapreciar seus atos;

CONSIDERANDO que, a Administração Pública pode rever seus atos a qualquer tempo quando eivados de vícios;

CONSIDERANDO, o Requerimento protocolado pela Senhora Gilvania Passig Grah, em 29 de julho de 2014;

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC;

#### RESOLVE:

Art. 1º Retificar a Portaria nº. 0129, de 01.08.2003, onde se lê: Prorrogar os efeitos da Portaria nº. 056, de 10.03.2003, que Admite em Caráter Temporário, GILVANIA PASSING DA SILVA, leia-se: Prorrogar os efeitos da Portaria nº 056, de 10.03.2003, que Admite em Caráter Temporário, GILVANIA PASSIG.

Art. 2º Retificar a Portaria nº. 030, de 15.02.2006, onde se lê: pelo período de 09.03.2006 a 15.12.2006, leia-se: pelo período de 15.02.2006 a 06.03.2006.

Art. 3º Ficam mantidas as demais disposições.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a 01.08.2003 (Portaria nº. 0129) e a 15.02.2006 (Portaria nº. 030), respectivamente.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO,  
29 de julho de 2014.  
JOSE BRAULIO INACIO  
Prefeito Municipal

### Portaria Nº 292 de 30.07.2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO  
PORTARIANº 292/2014

CONSIDERANDO, que a Administração Publica pode rever seus atos a qualquer tempo,

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, Lei Complementar nº 008 de 23/12/99 e de acordo com o Anexo Único da Lei Complementar nº 047 de 01.12.2010.

#### RESOLVE:

Art.1º Retificar a Portaria nº. 290 de 28.07.2014, onde se lê: licença para tratamento de Saúde, pelo período de 12 (doze) dias, a contar de 28.07.2014 a 06.08.2014, conforme Atestado Médico, sem prejuízo de sua remuneração. leia-se: licença para tratamento de Saúde, pelo período de 12 (doze) dias, a contar de 28.07.2014 a 08.08.2014, conforme Atestado Médico, sem prejuízo de sua remuneração.

Art. 2º Ficam mantidas as demais disposições.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO, 30 de julho de 2014.  
JOSE BRAULIO INACIO  
Prefeito Municipal

### Portaria Nº 293 de 30.07.2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO  
PORTARIANº 293/2014

- CONSIDERANDO, a apresentação do atestado médico de 60 (sessenta) dias;

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 50 da Lei Orgânica do Município e em conformidade o art.64, I, e §2º, da LC nº 008/99:

#### RESOLVE:

Art.1º. Conceder em favor da servidora, PATRICIA APARECIDA BATISTA, matrícula nº 254802, licença pelo período de 15 (quinze) dias, a contar de 28.07.2014, para tratamento de saúde conforme Atestado Médico, sem prejuízo de sua remuneração, e prorrogar pelo prazo de mais 45 (quarenta e cinco) dias, a contar de 12/08/2014, remunerado pelo Regime Geral de Previdência Social, na forma de benefício.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir de 28.07.2014.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado,  
30 de julho de 2014.  
JOSE BRAULIO INACIO  
Prefeito Municipal



## Concórdia

### PREFEITURA

#### Extrato Contrato Nº 72/2014 -FMS

Contrato Nº : 72/2014

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA

Contratada : REUNIDAS TURISMO S A

Licitação : Dispensa para Compras e Serviços 15/2014

Objeto : Aquisição de passagens terrestres para os pacientes que realizam o TFD - Tratamento Fora do Domicílio de Concórdia/Florianópolis/Concórdia, em caráter emergencial.

Vigência : Início: 22/07/2014 Término: 18/01/2015

Assinatura : 22/07/2014

Valor R\$: 88.180,00 (Oitenta e Oito Mil e Cento e Oitenta Reais)

Dotação : 217 - 13.001.2103.333903399000000.01650000

#### EXTRATO CONTRATO Nº 11/2014 -FMAS

Contrato Nº : 11/2014

Contratante : FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

Contratada : TENDENCIA MATERIAIS PARA INFORMÁTICA E ES-CRITÓRIO LTDA EPP

Licitação : Pregão Presencial 1/2014

Objeto : Locação de móveis e equipamentos para a execução do Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho ? ACESSUAS TRABALHO, conforme especificações constantes nos anexos A e B do edital.

Vigência : Início: 01/08/2014 Término: 31/12/2014

Assinatura : 16/07/2014

Valor R\$: 8.575,00 (Oito Mil e Quinhentos e Setenta e Cinco Reais)

Dotação : 241 - 15.001.2202.333903912000000.01520000

Dotação : 241 - 15.001.2202.333903914000000.01520000

#### EXTRATO CONTRATO Nº 14/2014 -FMEC

Contrato Nº : 14/2014

Contratante : FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTES

Contratada : ASSOCIAÇÃO INDEPENDENTE DE ARBITROS

Licitação : Pregão Presencial 6/2014

Objeto : Contratação de empresa para prestação de serviços de arbitragem e preenchimento de súmulas em diversos eventos esportivos ? Edição 2014, conforme especificações constantes nos anexos A e B do edital.

Vigência : Início: 21/07/2014 Término: 31/03/2015

Assinatura : 21/07/2014

Valor R\$: 49.833,00 (Quarenta e Nove Mil e Oitocentos e Trinta e Três Reais)

Dotação : 280 - 17.001.2453.333903979000000.01000001

#### PAEFI-SENTINELA 6ª PARCELA PARCIAL

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos proveniente Convênio - FMAS PFMC/PAEFI, no valor de R\$ 2.200,00 (dois mil e duzentos reais).

Concórdia SC, 30 de julho de 2014.

Lauri Garbossa

Gestor do Fundo Municipal de Assistência Social

#### Suas- Igd 05ª Parcela 2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos proveniente Convênio - FMAS/IGDSUAS, repasse no valor de R\$ 1.278,06 (Um mil duzentos e setenta e oito reais e seis centavos), referente Índice de Gestão Descentralizada-IGD-SUAS.

Concórdia SC, 30 de julho de 2014.

Lauri Garbossa

Gestor do Fundo Municipal de Assistência Social

#### Aviso de Licitação Modalidade Pregão Presencial Nº 93/2014 - PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO PRESENCIAL Nº 93/2014 - PMC

Objeto: Contratação de serviços especializados de sonorização, com equipamento e palco, para realização do desfile cívico de 7 de setembro do presente ano, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Tipo: Menor Preço Por Item.

Recebimento das propostas: até às 16h00min do dia 12/08/2014.

Abertura: dia 13/08/2014 às 08h30min.

Informações complementares: O Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home Page [www.concordia.sc.gov.br](http://www.concordia.sc.gov.br), link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2164.

Concórdia, SC, 30 de julho de 2014.

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN

Secretária Municipal de Educação

**Adendo 02 ao Edital de Pregão Presencial Obras Nº24/2014 PMC**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

ADENDO 02 AO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL OBRAS Nº24/2014 PMC

O MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, SC, por intermédio da Secretária Municipal de Educação, leva ao conhecimento dos interessados que o edital de licitação em referência, cujo objeto é contratação de serviços de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil, em regime de empreitada por preço máximo unitário (material e mão de obra), para ampliação da Escola Básica Municipal Ângelo Ary Biesuz, situada em Linha São Paulo, no Município de Concórdia - SC., conforme especificações constantes nos anexos A e B do edital, foi alterado.

O prazo para protocolo dos envelopes, contendo as propostas de preços e documentação para habilitação, fica alterado para dia 12 de agosto de 2014, até às 16:00 horas, sendo que a sessão de abertura da licitação, fica para o dia 13 de agosto de 2014 às 08h30min.

Informações complementares: o Edital e a alteração em questão, em inteiro teor, estão à disposição dos interessados na home page [www.concordia.sc.gov.br](http://www.concordia.sc.gov.br), link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª à 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo telefone (49) 3441-2167.

Concórdia, SC, 28 de julho de 2014.

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN

Secretária Municipal de Educação

**Edital de Concorrência Nº 11/2014 - PMC**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 11/2014 - PMC

Objeto: Contratação de empresa do ramo de engenharia, para prestação dos serviços de varrição de vias, logradouros e praças públicas, do perímetro urbano do Município, de acordo com o memorial descritivo constante no anexo "D" do Edital.

Recebimento das propostas: até as 16h00min do dia 01/09/2014.

Abertura: dia 02/09/2014, às 08h30min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page [www.concordia.sc.gov.br](http://www.concordia.sc.gov.br), link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2167.

Concórdia, SC, 30 de julho de 2014.

MAURI MARAN

Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

**Cordilheira Alta****PREFEITURA****Decreto N 345/2014**

DECRETO Nº 345/2014, DE 28 DE JULHO DE 2014

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao disposto no art. 70 - IV da Lei Orgânica Municipal, art. 42 da Lei 4.320/64 e Lei Municipal nº 1075/2013,

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto no presente exercício Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) que serão utilizados para suplementar a seguinte dotação orçamentária:

Projeto/Atividade: 12.368.2506.2.013 - Manutenção da Educação Básica

Modalidade de Aplicação: 319000 - 22

Fonte de Recursos: 10.01 - Ordinários - R\$ 80.000,00

Art. 2º - Para dar cobertura ao Crédito Adicional Suplementar aberto no artigo 1º, serão utilizados o provável excesso de arrecadação do orçamento vigente. - R\$ 80.000,00.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 28 de julho de 2014.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

**Decreto N 346/2014**

DECRETO Nº346 /2014, DE 29 DE JULHO DE 2014

"INSTITUI HORÁRIO ESPECIAL À SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

DECRETA

Art. 1º Fica instituído horário especial à Servidora Municipal Sra. LURDES MARIA GABRIEL MAGGIONI, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais lotada na Secretaria Municipal de Infraestrutura, excepcionalmente, visando suprir necessidades da Secretaria, a partir de 01/08/2014.

Parágrafo único: O horário que se refere no Art. 1º será de segunda-feira à sexta-feira das 08 h às 14 h.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 157/2014.

Cordilheira Alta, SC, 29 de julho de 2014

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

# Coronel Freitas

## PREFEITURA

### Revogação Carta Convite Nº 17/2014

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS  
REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO  
Anulação Carta Convite Nº 17/2014

O Município de Coronel Freitas - SC, pessoa jurídica de direito público interno, com sede a Avenida Santa Catarina, 1022, Centro, Coronel Freitas SC, através de seu Prefeito Municipal Mauri José Zucco, TORNA PÚBLICO que o processo Licitatório 79/2014 Licitação nº 17/2014 foi ANULADA pelo motivo de um dos três participantes mínimos obrigatórios não apresentaram toda a documentação exigida no edital, justificando que a presente decisão da comissão esta baseada na Lei de Licitações nº 8.666/93.

O edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Av. Santa Catarina, 1022 nos dias úteis, de segunda a sexta feira das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 hrs ou pelo fone: 3347.3400

Coronel Freitas (SC), 31 de Julho de 2014  
Mauri José Zucco  
Prefeito Municipal

### Pregão Presencial R.P Nº 34/2014

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS  
AVISO DE LICITAÇÃO  
Edital Pregão Presencial R.P Nº 34/2014

Objeto: AQUISIÇÃO DE ÓLEOS E GRAXA LUBRIFICANTES, CONFORME ANEXO D .

Tipo: Menor Preço Por Item

Entrega dos envelope: até as 08:30 horas do dia 12/08/2014

Abertura dos envelopes: na sequência às 08:30 horas do dia 12/08/2014

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Av.Santa Catarina, 1022 nos dias úteis, de segunda a sexta feira das 07:30 às 11:30 hrs e das 13:00 às 17:00 horas ou pelo fone 3347.3400.

Coronel Freitas (SC) 31 de Julho de 2014  
Mauri José Zucco  
Prefeito Municipal

### Pregao Presencial Nº 35/2014

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS  
AVISO DE LICITAÇÃO  
Edital Pregão Presencial Nº 35/2014

Objeto: CONCERTO DA RETROESCAVADEIRA RANDON LK 406D, conforme anexo D.

Tipo: Menor Preço Por Item

Entrega dos envelope: até as 14:00 horas do dia 12/08/2014

Abertura dos envelopes: na sequência às 14:00 horas do dia 12/08/2014

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Av.Santa Catarina, 1022 nos dias úteis, de segunda a sexta feira das 07:30 às 11:30 hrs e das 13:00 às 17:00 horas ou pelo fone 3347.3400.

Coronel Freitas (SC) 31 de Julho de 2014  
Mauri José Zucco  
Prefeito Municipal

# Coronel Martins

## PREFEITURA

### Decreto Nº. 176 de 18 de Julho de 2014.

DECRETO Nº. 176 DE 18 DE JULHO DE 2014.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PELO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Federal nº. 4.320/64, Lei do Plano Plurianual 2014/2017, Lei de Diretrizes Orçamentárias LDO para o exercício de 2014 e art. 7º, I, da Lei Orçamentária Anual nº. 614 de 03/12/2013;

Decreta:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 249.340,85 (duzentos e quarenta e nove mil, trezentos e quarenta reais e oitenta e cinco centavos) na seguinte Programação de despesa:

15.00 - SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTES E LAZER				
27.812.0102.2.058 - Manutenção da Secretaria da Cultura, Esportes e Lazer				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
4.4.90.00.00.00	Aplicações Diretas	86	01.0024	249.340,85

Art. 2º Para abertura do crédito de que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos na ordem de R\$ 249.340,85 (duzentos e quarenta e nove mil, trezentos e quarenta reais e oitenta e cinco centavos) do Provável Excesso de Arrecadação do Contrato de Repasse nº. 1.001.515-09/2012 celebrado entre o Município de Coronel Martins e a Caixa Econômica Federal.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,  
em 18 de julho de 2014.

DIRCEU FAVRETTO  
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

GENECI DA COSTA PERTUSSATTI

Secretária da Administração, Planejamento e Finanças

### Decreto Nº. 177, de 22 de Julho de 2014.

DECRETO Nº. 177, DE 22 DE JULHO DE 2014.

CONTRATA FUNCIONÁRIA POR TEMPO DETERMINADO EM ESTAGIO NÃO OBRIGATÓRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município de 28/10/1994, e Lei Federal 11.788 de 25 de setembro de 2008.

Considerando a Lei Municipal 612 de 19 de novembro de 2013, resolve:

CONTRATAR:

Art. 1º A Pessoa abaixo relacionada para exercer estagio não obrigatório junto a Secretaria Municipal de Administração a partir do dia 22 de julho de 2014 à 23 de julho de 2015, percebendo

vencimento conforme a Lei Municipal 612 de 19 de julho de 2013.

NOME	CARGO'	CARGA HORÁRIA
Gessica do Prado	Estagiária Cursando Nível Superior	30:00 hora semanais

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins- SC,  
em 22 de julho de 2014.

DIRCEU FAVRETTO  
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

GENECI DA COSTA PERTUSSATTI

Secretária de Administração, Planejamentos e Finanças.

### Decreto Nº. 178 de 22 de Julho de 2014.

DECRETO Nº. 178 DE 22 DE JULHO DE 2014.

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 28/10/1994, e pela Lei Complementar nº034 de 27 de agosto de 2013, resolve;

DECRETAR:

Art. 1º Fica nomeada o Servidor Público Municipal abaixo relacionada, para ocupar Cargo em Comissão, enquadrado na Estrutura Administrativa desta Prefeitura, pelo Regime Jurídico Estatutário, regida pela Lei Complementar Municipal Nº 034 de 27 de agosto de 2013- Dispõe sobre a Reestruturação do plano de cargo e vencimento do pessoal do poder executivo do município de Coronel Martins/SC, a partir de 28 de julho de 2014.

NOME	CARGO
Mareci Antonio Alvaristo	Diretor Geral dos Serviços de Saúde Pública

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,  
em 22 de julho de 2014.

DIRCEU FAVRETTO  
Prefeito Municipal

Este Decreto foi publicado e registrado em data supra.

GENECI DA COSTA PERTUSSATTI

Secretária da Administração, Planejamentos e Finanças

**Decreto Nº. 179 de 24 de Julho de 2014.**

DECRETO Nº. 179 DE 24 DE JULHO DE 2014.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Federal nº. 4.320/64, Lei do Plano Plurianual 2014/2017, Lei de Diretrizes Orçamentárias LDO para o exercício de 2014 e art. 7º da Lei Orçamentária Anual nº. 614 de 03/12/2013;

Decreta:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 18.517,96 (dezoito mil quinhentos e dezessete reais e noventa e seis centavos) na seguinte Programação de despesa:

13.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL				
08.243.0101.2.057 - Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.1.90.00.00.00	Aplicações Diretas	83	01.0052	18.517,96

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito suplementar constante no Art. 1º, serão utilizados recursos na ordem de R\$ 18.517,96 (dezoito mil quinhentos e dezessete reais e noventa e seis centavos) da seguinte Programação de despesas:

13.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL				
08.243.0101.2.057 - Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.3.90.00.00.00	Aplicações Diretas	64	01.0052	18.517,96

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,  
em 24 de julho de 2014.  
DIRCEU FAVRETTO  
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

GENECI DA COSTA PERTUSSATTI  
Secretária da Administração, Planejamento e Finanças

**Portaria Nº. 131, de 18 de Julho de 2014.**

PORTARIA Nº. 131, DE 18 DE JULHO DE 2014.

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 113 da Lei Complementar nº. 040, de 29/04/2014, e pela Lei Orgânica do Município.

Considerando o princípio administrativo da moralidade pública, e da legalidade, resolve;

CONCEDER:

Art. 1º Licença Prêmio por Assiduidade ao Servidor abaixo relacionado, no período e referências que especifica.

01- Pelo período de 30 (trinta) dias, com gozo a partir do dia

01/08/2014 à 30/08/2014.

Nome	Cargo	Referências
Belonir dos Santos	Técnico Agropecuário	07/2009 à 07/2012

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,  
em 18 de julho de 2014.  
DIRCEU FAVRETTO  
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

GENECI DA COSTA PERTUSSATTI  
Secretária da Administração, Planejamento e Finanças.

**Portaria Nº 132 de 23 de Julho de 2014**

PORTARIA Nº 132 DE 23 DE JULHO DE 2014

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo nº 108 a 112 da Lei Complementar Municipal Nº 040/2003 de 29/04/2014, e pela Lei Orgânica do Município de 28/10/1994;

Considerando o princípio administrativo da moralidade pública, e da legalidade, resolve;

CONCEDER:

Art. 1º Licença para tratamento de Saúde ao Servidor Público Municipal Senhor Neivacir Brum, ocupante do Cargo Efetivo Operador de Maquinas, sob o benefício 6065812742, concedido pela Previdência Social através do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, a partir do dia 13/06/2014 à 22/09/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,  
em 23 de julho de 2014.  
DIRCEU FAVRETTO  
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

GENECI DA COSTA PERTUSSATTI  
Secretária da Administração, Planejamento e Finanças.



**Portaria Nº. 133 de 23 Julho de 2014.**

PORTARIA Nº. 133 DE 23 JULHO DE 2014.

REQUISITA O RETORNO AO SERVIÇO DA SERVIDORA QUE ENCONTRA-SE EM GOZO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve:

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público;

**REQUISITA:**

Art. 1º O retorno da Servidora, Sra. Dinaura Dall'Acqua, ocupante do Cargo de efetivo de Assistente Social, no dia 24 de julho de 2014 em virtude da falta de profissional Junto a Secretaria Municipal de Assistência Social .

Parágrafo único - Anote-se em sua ficha funcional o direito ao gozo do saldo de Férias.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,  
em 23 de julho de 2014.

DIRCEU FAVRETTO  
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

GENECI DA COSTA PERTUSSATTI  
Secretária de Administração, Planejamento e Finanças

## Corupá

### PREFEITURA

**Decreto Nº 741/14**

DECRETO Nº 741/14

Declara de Interesse Público, para efeitos de arruamento (prolongamento da Rua João Bernardino de Souza), a área constante no imóvel que identifica.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei Complementar nº 019/2007, de 26 de abril de 2007, e ainda amparado no art. 66, inc. VI da Lei Orgânica Municipal, e

Considerando, que consta no Plano Diretor do município de Corupá uma rua projetada configurada no prolongamento da Rua João Bernardino de Souza- fazendo ligação da Rua 25 de Julho com a Rua 1º de Maio, no Bairro Seminário;

Considerando, a urbanização e necessidade de implementação do sistema viário nas áreas onde encontra-se a referida rua projetada;

**DECRETA**

Art. 1º - Fica declarada de Interesse Público para fins de desapropriação, as áreas específicas, em conformidade com a planta em anexo, do seguinte bem imóvel:

I - Área do imóvel da matriculado 17.425, em formato irregular, com a área de 1.520,00m², situado no lado par da Rua 25 - 25 de Julho, bairro Seminário, perímetro urbano neste município de Corupá/SC, fazendo frente em 10,00 com a Rua 25 - 25 de Julho, travessão dos fundos em 8,00m com a Rua 119 - João Bernardino de Souza, estremando pelo lado direito em 06 linhas, sendo a 1.ª de 25,00m com terras de Osvaldo Richs, a 2.ª de 2,00m, a 3.ª de 17,49m, a 4.ª em curva de 31,82m, a 5.ª em curva de 10,51m e a 6.ª também em curva de 14,13m todas com terras de Haroldo Otto Langhammer (espólio) e pelo lado esquerdo em 11 linhas, sendo a 1.ª de 43,00m com terras de Gastão de Amorim, a 2.ª em curva de 19,56m, a 3.ª também em curva de 8,22m, a 4.ª de 57,30m todas com terras de Haroldo Otto Langhammer (espólio), a 5.ª de 34,13m com terras de Ewaldo Duwe, a 6.ª de 6,00m com terras de Dalton Tamanini, Ricardo Gessner, Leonido Souza, Amando Fietz e Alfrado Tamanini, a 7.ª de 19,79m, a 8.ª em curva de 9,37m, a 9.ª de 37,93m, a 10.ª em curva de 11,77m e a 11.ª também em curva de 14,46m, todas com terras de Haroldo Otto Langhammer (espólio);

Parágrafo único - A área acima identificada é a em destaque na planta constante no anexo I, parte integrante do presente Decreto.

Art. 2º - A Secretaria de Administração e Fazenda, através da Divisão de Planejamento, deverá providenciar a averbação do presente Decreto junto ao Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca, a margem da matrícula citada no Art. 1º.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,



Cumpra-se.

Corupá/SC, 28 de julho de 2014.

LUIZ CARLOS TAMANINI  
PREFEITO MUNICIPAL

### **Decreto Nº 742/14**

DECRETO Nº 742/14

Declara de Interesse Público, para efeitos de arruamento, as áreas constantes nos imóveis que identifica.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei Complementar nº 019/2007, de 26 de abril de 2007, e ainda amparado no art. 66, inc. VI da Lei Orgânica Municipal, e

Considerando, o desenvolvimento do Município, com potencial crescimento habitacional de econômico quem vem ocorrendo no Bairro Seminário.

Considerando o interesse em fomentar o Turismo Religioso e de Eventos, e que a região mais adequada dentro do Município encontra-se nas imediações do Seminário Sagrado Coração de Jesus.

Considerando, a urbanização e necessidade de implementação do sistema viário, bem como a necessidade de implantação de sistema de drenagem de águas pluviais, visando o escoamento das mesmas junto a Rua Padre Gabriel Lux;

### **DECRETA**

Art. 1º - Fica declarada de Interesse Público para fins de desapropriação, as áreas específicas, em conformidade com a planta em anexo, dos seguintes bens imóveis:

I - Área de imóvel da matrícula 15.062, em formato retangular, com a área de 340,00m², situado no lado ímpar da Rua 34 - Padre Gabriel Lux - fundos, (distante da referida rua 75,00m), bairro Seminário, perímetro urbano neste município de Corupá/SC, fazendo frente em 8,00 com terras de Vigando Millnitz, Aurea Claudete Blunk, Rolando Millnitz e Leonita Millnitz, travessão dos fundos em 8,00m com terras de Carlos Eduardo Hernacki e Adriane Gisele Hernacki, estremando pelo lado direito em 42,50m com terras de Vigando Millnitz, Aurea Claudete Blunk, Rolando Millnitz e Leonita Millnitz e pelo lado esquerdo com 42,50m com terras de Adelino Hauffe.

II - Área de imóvel da matrícula 5.420, em formato irregular, com a área de 852,00m², situado no lado ímpar da Rua 34 - Padre Gabriel Lux - Fundos (distante da referida rua 117,00m), bairro Seminário, perímetro urbano neste município de Corupá/SC, fazendo frente em 8,00m com terras de Vigando Millnitz, Aurea Claudete Blunk, Rolando Millnitz e Leonita Millnitz, travessão dos fundos em 9,65m com terras de Waldemar Klitzke, estremando pelo lado direito em uma linha curva de 106,00m com terras de Carlos Eduardo Hernacki e Adriane Gisele Hernacki e pelo lado esquerdo também em uma linha curva de 107,00m com terras de Carlos Eduardo Hernacki e Adriane Gisele Hernacki.

Parágrafo único - As áreas acima identificadas são as em destaque na planta constante no anexo I, parte integrante do presente Decreto.

Art. 2º - A Secretaria de Administração e Fazenda, através da Divisão de Planejamento, deverá providenciar a averbação do presente Decreto junto ao Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca, as margens das matrículas citadas no Art. 1º.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Corupá/SC, 28 de julho de 2014.

LUIZ CARLOS TAMANINI  
PREFEITO MUNICIPAL

# Curitibanos

## PREFEITURA

### Justificativa de Dispensa de Licitação Nº 208/2014

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 208/2014

REFERENTE: Contrato de compra e venda firmado entre o Município de Curitibanos e a empresa CONSTRUTORA MACIEL LTDA., com o valor total de R\$ 2.270,07 (Dois mil, duzentos e setenta reais e sete centavos).

RESUMO: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E SERVIÇOS PARA REFORMA DA SALA DE MONITORAMENTO DA POLÍCIA MILITAR, TENDO EM VISTA QUE NÃO HOUVE PARTICIPANTES INTERESSADOS NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL 165/2014, DE ACORDO COM O ART. 24, INCISO V, DA LEI 8.666/93.

#### FUNDAMENTO DA JUSTIFICATIVA:

- "Art. 24 Inciso V - Quando não acudirem interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a administração, mantidas, neste caso, todas as condições preestabelecidas;"

PELO EXPOSTO: E conforme o que foi apresentado a esta Comissão, e atendidos aos preceitos do Art. 24, inciso V da Lei No. 8.666/93, e suas alterações, encaminhamos ao Prefeito Municipal, sugerindo a referida contratação.

Curitibanos, 29 de Julho de 2014.

Diego Sebem Wordell	Cristina Melo Menegotto
Presidente da Comissão	Membro

Márcia Dominski Penteadó  
Membro

#### PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

A presente dispensa cumpre as exigências legais, estando de acordo com a Lei No. 8.666/93 e suas alterações, de acordo com o Art. 24, o inciso V dou como aprovada.

Curitibanos, 29 de Julho de 2014.

Claudio Vieira França  
Procurador Geral do Município

#### AUTORIZAÇÃO:

Autorizo a compra e venda mencionada e recomendo a observância das demais providências legais pertinentes.

Curitibanos, 29 de Julho de 2014.

Jose Antonio Guidi  
Prefeito Municipal

### Justificativa de Dispensa de Licitação Nº 210/2014

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 210/2014

REFERENTE: Contrato de compra e venda firmado entre a Prefeitura Municipal de Curitibanos e a empresa Auto Mecânica Geral Ltda, com o valor total de R\$ 2.088,00 (Dois mil, oitenta e oito reais).

RESUMO: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA REVISÃO DE 10.000 KM DO VEÍCULO S-10, AR-74, PLACAS MLM-9744, DO 2º BATALHÃO DE BOMBEIROS MILITAR/ CURITIBANOS, CONFORME ART. 24, INCISO XVII DA LEI 8.666/93, E DUMENTAÇÃO EM ANEXO.

#### FUNDAMENTO DA JUSTIFICATIVA:

- "Art. 24 - É dispensável a licitação de:

XVII - para a aquisição de componentes ou peças de origem nacional ou estrangeira, necessários à manutenção de equipamentos durante o período de garantia técnica, junto ao fornecedor original desses equipamentos, quando tal condição de exclusividade for indispensável para a vigência da garantia;"

PELO EXPOSTO: E conforme o que foi apresentado a esta Comissão, e atendidos aos preceitos do Art. 24, inciso XVII da Lei No. 8.666/93, e suas alterações, encaminhamos ao Prefeito Municipal, sugerindo a referida contratação.

Curitibanos, 30 de julho de 2014.

Diego Sebem Wordell	Cristina Melo Menegotto
Presidente da Comissão	Membro

Márcia Dominski Penteadó  
Membro

#### PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

A presente dispensa cumpre as exigências legais, estando de acordo com a Lei No. 8.666/93 e suas alterações, de acordo com o Art. 24, o inciso XVII dou como aprovada.

Curitibanos, 30 de julho de 2014.

Claudio Vieira França  
Procurador Geral do Município

#### AUTORIZAÇÃO:

Autorizo a contratação da compra e venda mencionada e recomendo a observância das demais providências legais pertinentes.

Curitibanos, 30 de julho de 2014.

José Antônio Guidi  
Prefeito Municipal

**Justificativa de Dispensa de Licitação Nº 24/2014**  
JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 24/2014

REFERENTE: Contrato de compra e venda firmado entre o Fundo de Assistência Social de Curitiba e a empresa Globo Planalto Comercio de Veículos Ltda, com o valor total de R\$ 264,12 (duzentos e sessenta e quatro reais e doze centavos).

RESUMO: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA REVISÃO DO VEICULO PALIO WEEKEND 1.4, PLACAS MLQ 2098, DE USO DO CONSELHO TUTELAR DE CURITIBANOS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL, CONFORME LEI 8.666/93, ART. 24, INCISO 17, E DOCUMENTAÇÃO EM ANEXO.

**FUNDAMENTO DA JUSTIFICATIVA:**

- "Art. 24 - É dispensável a licitação de:

XVII - para a aquisição de componentes ou peças de origem nacional ou estrangeira, necessários à manutenção de equipamentos durante o período de garantia técnica, junto ao fornecedor original desses equipamentos, quando tal condição de exclusividade for indispensável para a vigência da garantia;"

PELO EXPOSTO: E conforme o que foi apresentado a esta Comissão, e atendidos aos preceitos do Art. 24, inciso XVII da Lei No. 8.666/93, e suas alterações, encaminhamos ao Prefeito Municipal, sugerindo a referida contratação.

Curitiba, 30 de julho de 2014.

Diego Sebem Wordell  
Presidente da Comissão

Cristina Melo Menegotto  
Membro

Márcia Dominski Penteado  
Membro

**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

A presente dispensa cumpre as exigências legais, estando de acordo com a Lei No. 8.666/93 e suas alterações, de acordo com o Art. 24, o inciso XVII dou como aprovada.

Curitiba, 30 de julho de 2014.

Claudio Vieira França  
Procurador Geral do Município

**AUTORIZAÇÃO:**

Autorizo a contratação da compra e venda mencionada e recorrendo a observância das demais providências legais pertinentes.

Curitiba, 30 de julho de 2014.

João Carlos Martins dos Santos  
Presidente do Fundo

**Edital de Pregão Presencial Nº 209/2014**  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 209/2014

O Município de Curitiba, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço Global, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para AQUISIÇÃO DE MATERIAL ELÉTRICO PARA A MANUTENÇÃO DO AEROPORTO MUNICIPAL, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 28/08/2014, no Protocolo Central da Prefeitura Municipal, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860.

A partir das 14:00 horas do dia 28/08/2014, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no setor de Licitações e Contratos, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860.

Curitiba, 30 de julho de 2014.

José Antonio Guidi  
Prefeito Municipal

Diego Sebem Wordell  
Pregoeiro

---

**CÂMARA MUNICIPAL**

---

**Contrato N. 18/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CONTRATO Nº 18/2014

CONTRATO DE FORNECIMENTO QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CURITIBANOS E EQUIBRASIL LTDA.

Contrato de fornecimento que fazem a CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CURITIBANOS, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Archias Ganz, 288, em Curitiba SC, inscrito na CNPJ sob nº 78.493.632/0001-21, neste ato representado pelo seu Presidente Sr. João Flaris Camargo, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE e de outro lado EQUIBRASIL LTDA, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 00.958.125/0001-29, neste ato representada por seu representante legal abaixo assinado, com sede na cidade de Lontres SC, sito a rua Alfredo Leite, 239, bairro Riachuelo, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, em conformidade com a Lei 8.666/93 e com o PREGÃO PRESENCIAL nº 5/2014, têm, entre si justo e contratado, o que se contém nas cláusulas seguintes: Com fundamento na Lei Federal nº 8.666/93, suas alterações posteriores e demais normas jurídicas aplicáveis à espécie, as partes contratantes resolvem deliberadamente pactuar o presente contrato de fornecimento, no regime de execução direta, o que fazem mediante as cláusulas e condições abaixo estabelecidas e vinculadas ao processo licitatório, origem deste contrato:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO, DA GARANTIA E DA ENTREGA**  
1.1 Constitui objeto do presente contrato a aquisição e instalação de elevador tipo plataforma para a Casa Legislativa.

1.2. De acordo com a proposta de preços vencedora, também farão parte do objeto a prestação dos seguintes serviços especializados:

a) Transporte e montagem dos equipamentos.

1.3 - O objeto a ser entregue deverá ser de boa qualidade, dentro

das especificações técnicas exigidas, das normas aplicadas ao setor pelos órgãos reguladores, assistência técnica gratuita e garantia mínima de um ano.

1.4 - O prazo de entrega será de até 90 (noventa) dias da assinatura do contrato (podendo o mesmo ser prorrogado mediante aceite do presidente da Casa Legislativa), TENDO COMO LOCAL DE ENTREGA O PRÉDIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CURITIBANOS, SITO A RUA ARCHIAS GANZ, 288, CENTRO.

1.5 - Para a execução do objeto a contratante fica responsabilizada pelo projeto, fiscalização e execução (do equipamento), com a emissão das respectivas art's e acompanhamento de engenheiro mecânico.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

2.1 O presente instrumento terá duração até 31/12/2014.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DOS VALORES E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1 Pela entrega do objeto deste contrato, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais).

3.2 Em caso de atraso nos pagamentos poderá incidir sobre o valor do objeto contratado, multa de 2% (dois por cento), mais juros de 0,030% ao dia.

3.3 Os valores contratados não serão corrigidos por período inferior a um ano.

3.4 - A Câmara efetuará o pagamento do objeto por meio de crédito em conta bancária ou via documento de pagamento (somente via eletrônica), observadas as demais disposições em até 30 dias, conforme documento de pagamento e medições.

#### CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E VINCULAÇÃO

4.1 As despesas decorrentes do presente contrato, correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Entidade 10 - Câmara Municipal de Curitiba

Órgão 01.00 - Poder Legislativo

Unidade 01.01 - Câmara Municipal de Vereadores

Projeto/Atividade 1.001 - Equipamento e Material Permanente - Câmara de Vereadores

4.4.90.52.99.00.00.00 - Outros Equipamentos e Material Permanente

4.2 O Presente contrato está vinculado ao Pregão Presencial nº 5/2014, cujos termos desde logo fazem parte integrante da presente avença.

#### CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

5.1 Caberá ao CONTRATANTE:

5.1.1 Efetuar os pagamentos decorrentes da execução do objeto deste contrato em até trinta dias após a sua efetiva entrega.

5.1.2 Facultar o acesso irrestrito aos técnicos da CONTRATADA às áreas de trabalho e demais informações necessárias à fiel execução do presente contrato.

#### CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1 Caberá a CONTRATADA:

6.1.1 Transportar e realizar a montagem do objeto contratado.

6.1.2 Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação previstas no Edital e em compatibilidade com as obrigações assumidas.

6.1.3 Garantir o atendimento de técnico presencial, quando requisitado, em até quatro dias úteis contados da solicitação por qualquer via para execução de serviços de atendimento in loco.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DO SUPORTE TÉCNICO

7.1. O suporte técnico pós-implantação deverá ser sempre efetuado por técnico habilitado.

#### CLÁUSULA OITAVA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

8.1 A alteração de quaisquer das disposições estabelecidas neste contrato somente se reputará válida se tornadas conhecidas expressamente em Instrumento Aditivo, que ao presente se aderirá, passando a fazer parte dele.

#### CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO

9.1 A ocorrência de quaisquer das hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93 ensejará a rescisão do contrato:

a) Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

b) Os casos de rescisão administrativa ou amigável serão precedidos de comunicação por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

c) Em caso de inadimplemento superior a noventa dias, a execução do presente contrato poderá ser suspensa.

d) A contratada reconhece os direitos da contratante, em caso de rescisão administrativa prevista no artigo 77 da lei 8.666/93.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

10.1 Em caso de inexecução, total ou parcial do presente contrato, serão aplicadas as penalidades dispostas no Edital, as quais se tornam parte integrante da presente minuta contratual.

#### CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA - DO FORO, DOS CASOS OMISSOS E DA REGULARIDADE

11.1 As partes de comum e recíproco acordo, elegem o foro da comarca de Curitiba/SC para dirimir qualquer dúvida, ação ou questão oriunda deste presente contrato.

11.2 Este contrato fica vinculado a legislações aplicáveis a execução de contratos, especialmente aos públicos nos casos omissos.

11.3 O contratado fica obrigado a manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

E por estarem justos e contratados, assinam o presente, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença de 2 (duas) testemunhas.

Curitiba, 30 de julho de 2014.

João Flaris Camargo

Presidente da Câmara de Vereadores

EQUIBRASIL LTDA

Contratado

#### PROCURADORIA JURÍDICA DA CÂMARA

O presente contrato cumpre com as exigências legais, estando em acordo com as Leis Federais Nº. 8.666/93 e 10.520, pelo que, de acordo com o artigo 38 parágrafo único da Lei 8.666/93 o dou como aprovado.

Curitiba, 30 de julho de 2014.

Luiz Adolfo Tadeu Ceolla

Procurador Jurídico da Câmara

CONTRATO Nº 18/2014

**Dionísio Cerqueira****PREFEITURA****1º Aditivo de Contrato 006/2014 FMS - 1º Aditivo de Contratos Nº 040 E 041/2014 Prefeitura Municipal**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DIONÍSIO CERQUEIRA

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO: 006/2014.

Contratante: Fundo Municipal de Saúde.

Contratado: Reunidas Turismo S/A

Objeto: Aquisição de passagens de ônibus destinado a pacientes com tratamento de saúde especializado fora do domicílio. Origem: Pregão 008/2014 FMS - Por esse instrumento corrige-se o valor dos preços das passagens conforme resolução 027/028 DER. Vigência 29/07/2014 à 31/12/2015 - Dionísio Cerqueira 29/07/2014. João Stahl - Gestor do FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO: 040/2014.

Contratante: Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira

Contratado: Pain Construções Instalações e Comércio Ltda

Objeto: Contratação de empresa para execução de ampliação e adaptações das instalações do frigorífico de aves do PA Tracutinga em Dionísio Cerqueira SC conforme contrato de repasse nº 371-402-94/2011 - MDA/CAIXA.- (Obra de Construção civil) Valor R\$ 1.177.193,72 Aditava-se o prazo de Vigência para 30/06/2015.

Dionísio Cerqueira 30/07/2014.

Altair Rittes

Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO: 041/2014.

Contratante: Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira

Contratado: Pressures Soluções Hidráulicas Ltda. - ME

Objeto: Contratação de empresa para execução de ampliação e adaptações das instalações do frigorífico de aves do PA Tracutinga em Dionísio Cerqueira SC conforme contrato de repasse nº 371-402-94/2011 - MDA/CAIXA.- (Instalação Hidráulica e Gases especiais) Valor R\$ 251.000,00 - Aditava-se o prazo de Vigência para 30/06/2015.

Dionísio Cerqueira 30/07/2014.

Altair Rittes

Prefeito Municipal

**Forquilha****PREFEITURA****Extrato de Contrato Nº. 151/PMF/2014**

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 151/PMF/2014

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - MARILIA DAMASIO DUTRA

OBJETO - O presente Contrato tem por objeto Contratação de bandas e atrações musicais para apresentar-se no palco principal da XIX Festa do Colono e VII Festa do Motorista, com acesso gratuito, dias 25 a 27 de julho de 2014, por meio da Seção de Eventos Culturais, no município de Forquilha/SC - Contratação da atração musical "Marília Dutra" para realizar apresentação dia 25/07.

VALOR - R\$ 3.620,00 (tres mil seiscentos e vinte reais).

VIGÊNCIA - 31/12/2014.

DOTAÇÃO - 0802.2040.3390 (137).

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Dispensa de Licitação Nº 153/PMF/2014.

DATA DA ASSINATURA - 21 de julho de 2014.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

**Extrato de Contrato PMF Nº. 143/2014**

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 143/2014

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - ALPHA LASER COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI

OBJETO - O presente contrato tem por objetivo a contratação de empresa especializada para locação e manutenção de impressoras em bom estado de conservação e uso, para atender as necessidades das diversas secretarias municipais de Forquilha-SC.

VALOR - R\$ 21.800,00 (vinte e um mil e oitocentos reais).

VIGÊNCIA - 31/12/2014.

DOTAÇÃO - 0401.2010.3390 (29), 0802.2041.3390 (143), 0501.2015.3390 (74).

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Carta Convite nº. 144/PMF/2014.

DATA DA ASSINATURA - 14 de julho de 2014.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal



**Extrato de Contrato FMS Nº. 74/2014**

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº. 74/2014

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - ALPHA LASER COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI

OBJETO - O presente Edital tem por objetivo a contratação de empresa especializada para locação e manutenção de impressoras em bom estado de conservação e uso, para atender as necessidades da Secretaria de Saúde de Forquilha-SC.

VALOR - R\$ 8.100,00 (oito mil e cem reais).

VIGÊNCIA - 31/12/2014.

DOTAÇÃO - 0401.2010.3390 (29), 0802.2041.3390 (143), 0501.2015.3390 (74).

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Carta Convite nº. 144/PMF/2014.

DATA DA ASSINATURA - 14 de julho de 2014.

VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal**Extrato de Contrato FMS Nº. 58/2014**

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº. 58/2014

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - ALCI BECKER &amp; CIA LTDA

OBJETO - O presente Contrato tem por objeto, a aquisição de equipamentos, material permanente e veículo para estruturação da rede de serviços de Atenção Básica de Saúde, conforme Proposta nº. 10540.697000/1130-05 do Ministério da Saúde junto ao Fundo Municipal de Saúde de Forquilha-SC.

VALOR - R\$ 1.686,00 (mil seiscentos e oitenta e seis reais).

VIGÊNCIA - 31/12/2014.

DOTAÇÃO - 1701.2050.4490 (21) - Ministério da Saúde.

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Pregão Eletrônico nº. 17/FMS/2014.

DATA DA ASSINATURA - 02 de julho de 2014.

VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal**Fraiburgo****PREFEITURA****Edital Dívida Ativa**

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE DÍVIDA ATIVA Nº 001/2014

Nos termos do que determinam os Artigos 748 e 755 da Lei Complementar nº 053/2003, ficam notificados os contribuintes inscritos em dívida ativa para com a Fazenda Pública Municipal de Fraiburgo, para, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da sua publicação, regularizar sua situação junto ao Departamento de Tributos do Município, sob pena de a dívida ativa ser imediatamente enviada para a cobrança judicial. Ficam notificados: EDUARDO MARQUES DE OLIVEIRA & CIA LTDA; DANIEL JOSÉ FERREIRA 55162681920, GONZATTO & SOUZA CENTRO DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL; DEGERING CLÍNICA MÉDICA LTDA; ATENAS SERVIÇOS URBANOS LTDA - ME; VIEIRA SISTEMAS E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA. - ME; LEUKOS REPRESENTAÇÕES LTDA. - ME; DM TERRAPLENAGEM E DESTOCAMENTO AGRÍCOLA LTDA. - ME; MARIA ONIRA DE SOUZA - ME; JOSÉ ELINAR VARELA DA LUZ - ME; JOAQUIM TADEU BORGES & CIA LTDA; GEDSON ANTONIO PEDROSO - ME; TERRA NOSSA CONSULT. SERV. LTDA; ANTONIO MARCOS ALVES DOS SANTOS; SULPORTAL WEB LTDA. - ME; MARIA APOLINÁRIO & CIA LTDA. - ME; DANIEL FLECK - ME; M.R.S. REPRESENTAÇÃO COMERCIAL LTDA. - ME; CLEITON RIBEIRO & CIA LTDA. - ME; NEOLI FRANCISCO CAMPAGNARO - ME; CONSTRUTORA L.C. LTDA; ROSANE DIAS MACHADO & CIA LTDA; CLOVIS ANTUNES RIBEIRO & CIA LTDA; IVO TRIBECK; OSNI DE OLIVEIRA - ME; ORLANDINO MARINHO - ME; DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS HOFSTATTER LTDA; MANUEL DOS SANTOS - 15663101802; BRIZOLLA & BRIZOLLA TRANSPORTES LTDA; RAFAEL FOGAÇA DE ALMEIDA & CIA LTDA - ME; NUTRIFIBRAS COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA; ALPHA VISUAL LTDA - ME; BENITEZ MEDICINA GERAL LTDA; ECO TUR - TRANSPORTES LTDA; VALTER LUIS LINHARES - ME; DOMUS 3D LTDA - ME, JM TRATORES REPRESENTAÇÕES LTDA - ME; MONICA MARQUES DE OLIVEIRA - ME; MJR EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA; SONIA APARECIDA DIAS DA SILVA & CIA LTDA - ME; ROMAR TRANSPORTES LTDA; ERNESTO PIRES - 04431266909 - ME; SÓ PEDRA EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA; FRT MONTAGENS INDUSTRIAIS LTDA - ME; OLIVEIRA TRANSPORTES E TERRAPLENAGENS LTDA - ME; ELIS REGINA BALESTRIN & CIA. LTDA - ME; CLAUDIR FERREIRA DE SOUZA - ME; LINS DE ANDRADE E FROZZA LTDA - ME; A.R. DE MELO & CIA LTDA; IOLE DAHMER - ME; AMÉRICA MÓVEIS E ELETRODOMÉSTICOS LTDA; LB TREINAMENTOS PROFISSIONAIS LTDA - ME; FRANVETE MADEIRA E TRANSPORTES LTDA - ME; LM MATERIAL DE CONSTRUÇÃO E SERVIÇOS LTDA; CONCREFRAI ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA - ME; NEIMAR LUIZ SOMENSI; ADEMILSON DE JESUS GOETTEN - 594831139-20; ANDRÉ SEISL - ME; BORRACHARIA MIFRAI LTDA - ME; CLADIANA FROZZA VESCOVI; CLÁUDIO ADAM - 95152733900; CLODONIR ALVES - ME; CONSTRUPRES EMPREITEIRA DE MÃO-DE-OBRA LTDA; PAULO ALVES DE JESUS - ME; EDEMILSON CESAR PACHECO DOS SANTOS; FRAIMONT TERMO INDUSTRIAL LTDA; VALDEMAR FURTADO JUNIOR - ME; MONTANA INDÚSTRIA DE MÁQUINAS LTDA, TRANSEMBA TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA; LOJAS QUERO-QUERO S/A.; JAMIR ANTUNES CORDEIRO - 46355901949; TRANSPORTES SAO LTDA. - ME; EDSON ELEUTÉRIO FILHO ME - PARANÁ CRÉDITOS; RENAR MÓVEIS LTDA - FILIAL 5; RENAR MÓVEIS LTDA; COOPERATIVA DE CREDITO RURAL COM INTERAÇÃO SOLID. DE TANGARÁ; COOP. DE CRED.DE LIVRE ADMIS. DE ASSOC. DO VALE DO VINHO; ANDRE ANGELI - 00425543900 - ME; A.P. TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO DE PROGRAMAS LTDA - ME; JOSÉ CARLOS MELLO - ME; VALDIR DIDOMÊNICO - ME; EDILAINE ZILLI - 00566021978; VITORIA



INSTALAÇÕES ELÉTRICAS LTDA. - ME; D.M.P.S PRESTADORA DE SERVIÇOS NA CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA; VILAR COMERCIO PNEUS LTDA.

ELVITO COLDEBELLA  
SECRETÁRIO DE FINANÇAS

#### **Portaria Nº 1626/2014**

PORTARIA Nº 1.626, DE 30 DE JULHO DE 2014.  
Concede Licença Sem Remuneração a Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o art. 87 da Lei Complementar nº 0109, de 03 de Março de 2010; e em conformidade com o Processo Administrativo nº 4124, de 23 de julho de 2014;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Conceder ao servidor MARCOS TRANCOSO DOS SANTOS, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº 086.890.816-90, nomeado no cargo de provimento efetivo de OPERADOR DE TRATOR DE PNEU, com carga horária de 40 horas semanais, conforme Concurso Público Municipal 002/2010, licença sem remuneração para tratar de assuntos particulares, no período de 31 de julho de 2014 até 30 de julho de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Fraiburgo, 30 de julho de 2014.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

#### **Portaria Nº 1627/2014**

PORTARIA Nº 1.627 DE 30 DE JULHO DE 2014.  
Nomeia Servidor Público Municipal

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 0110, de 03 de março de 2010, e alterações posteriores;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Nomear JAIR ANTONIO FRITZEN, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 777.375.129-34, no cargo de provimento efetivo de AUDITOR FISCAL, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 01 de agosto de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 30 de julho de 2014.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

#### **Portaria N.º 1628/2014**

PORTARIA Nº 1.628, DE 30 DE JULHO DE 2014.

Designa Fiscal de Obra decorrente de Contrato Administrativo.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 67 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Designar FLÁVIO ANDRÉ DE OLIVEIRA, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº 907.133.209-82, nomeado no cargo de provimento efetivo de ENGENHEIRO CIVIL, matrícula nº 2909, para acompanhamento e fiscalização da obra decorrente do contrato administrativo CT14PMF111, Processo Administrativo Licitatório nº 0126/2014, Tomada de Preços nº 0014/2014, cujo objeto é a execução dos serviços de recapeamento asfáltico com CAUQ (Concreto Asfáltico Usinado a Quente) nas Ruas Cláudio Balestrin, Guilherme Eitz, Sebastião Silveira, José Fantin e Franquetino Sonda, todas localizadas no Bairro São Sebastião, nesta cidade, de acordo com os Projetos, Memorial Descritivo e Quantitativo (ANEXOS ao PAL).

Art. 2º. Incumbe ao fiscal acima designado acompanhar e fiscalizar a execução da obra acima referida, anotando as ocorrências relevantes e documentando eventuais equívocos a serem corrigidos, transmitindo-as às autoridades competentes, às quais competirá adotar as providências adequadas.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 30 de julho de 2014.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

#### **Portaria N.º 1629/2014**

PORTARIA Nº 1.629, DE 30 DE JULHO DE 2014.

Designa Fiscal de Obra decorrente de Contrato Administrativo.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 67 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Designar FRANCIELY MORAES PEREGO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 045.330.749-36, contratada em caráter temporário na função de ENGENHEIRO CIVIL, matrícula nº 9995, para acompanhamento e fiscalização da obra decorrente do contrato administrativo CT14PMF110, Processo Administrativo Licitatório nº 0120/2014, Tomada de Preços nº 0013/2014, cujo objeto é a execução dos serviços de pavimentação com pedras basálticas irregulares na Rua Amâncio Chelli, no Bairro Roland Mayer, Loteamento Vila Nova, nesta cidade, com área total a pavimentar de 6.009,18 m², de acordo com os Projetos, Memorial Descritivo e Quantitativo (ANEXOS ao PAL).

Art. 2º. Incumbe ao fiscal acima designado acompanhar e fiscalizar a execução da obra acima referida, anotando as ocorrências relevantes e documentando eventuais equívocos a serem corrigidos, transmitindo-as às autoridades competentes, às quais competirá adotar as providências adequadas.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 30 de julho de 2014.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

### Decreto Nº 0203/2014

DECRETO Nº 203, DE 30 DE JULHO DE 2014.  
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com o Art. 16 da Lei Nº 2210, de 05 de Dezembro de 2013;

#### DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento Da Prefeitura Municipal de Fraiburgo para o exercício de 2014 crédito adicional suplementar no valor de R\$ 255,18 (duzentos e cinquenta e cinco reais e dezoito centavos), nas seguintes dotações:

10.00 - Secretaria de Infraestrutura		
10.01 - Secretaria de infraestrutura		
26.782.0018.2.041 - Manutenção da Malha Rodoviária Municipal		
3.3.90.00 - Aplicações Diretas 0.1.09258 (275)	R\$	255,18
Total	R\$	255,18

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto correrão à conta do provável excesso de arrecadação a ser apurado até o final do exercício, nas rubricas abaixo relacionadas.

41325019967 - Receita de Aplicação financeira dos Recursos do Convênio do Estado TR 0052	R\$	255,18
TOTAL	R\$	255,18

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.  
FRAIBURGO, 30 DE JULHO DE 2014.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

## Garopaba

### PREFEITURA

#### Aviso Retificação Edital de Licitação Pe057/2014

AVISO RETIFICAÇÃO EDITAL DE LICITAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 057/2014

O Município de Garopaba, através da Prefeitura Municipal de Garopaba, torna público para conhecimento dos interessados, que RETIFICOU o edital de PREGÃO ELETRÔNICO, publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM em 10/07/2014 que tem por objeto o registro de preços, pretendendo a aquisição de gêneros alimentícios para utilização na merenda das escolas e creches da rede municipal de ensino de Garopaba. As retificações feitas tratam de correções nas unidades de medidas e preços unitários dos itens nos lotes 01 e 02. Considerando que as correções promovidas influenciam diretamente na formulação das propostas de preço foram prorrogadas as datas de recebimento das propostas e realização da sessão publica conforme segue:

As propostas deverão ser entregues por meio de sistema de compras eletrônicas no sitio [www.cidadecompras.com.br](http://www.cidadecompras.com.br) até as 15h00min do dia 12/08/2014. A sessão pública será realizada a partir das 15h10min do dia 12/08/2014, no endereço eletrônico [www.cidadecompras.com.br](http://www.cidadecompras.com.br)

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no endereço acima descrito, ou no site [www.garopaba.sc.gov.br](http://www.garopaba.sc.gov.br), onde poderá ser lido e/ou obtida cópia, inclusive dos seus anexos.

Garopaba, 30 de julho de 2014.  
Rafael de Souza  
Pregoeiro

#### Decreto N.º 104

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA  
DECRETO N.º 104, DE 30 DE JULHO DE 2014  
DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA, PARA FINS DE ADQUIRIR POR DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL OU JUDICIAL, O BEM IMÓVEL QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROGÉRIO LINHARES, Prefeito em Exercício do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal N.º 1.806 de 19 de maio de 2014, e considerando a prescrição normativa descrita no Decreto-Lei n.º 3.365/41, de 21 de junho de 1.941.  
DECRETA,

Art. 1º. Fica autorizada a declaração de Utilidade Pública, para fins de desapropriação, por via amigável ou judicial, de bem imóvel de domínio ou posse do Senhor TEODORO FREITAS, brasileiro, portador da carteira de identidade n.º 3.752.047-SSP-SC, emissão da SSP/SC 25/01/1995, inscrito no CPF/MF sob nº 591.455.109-97, residente e domiciliado na localidade de Limpa, Município e Comarca de Garopaba, assim especificado:

I - UM TERRENO urbano, com área total de 1.350,73 m2 (um mil trezentos e cinquenta metros e setenta e três centímetros quadrados), com acesso pela Estrada Geral da Limpa, Município de Garopaba - SC, na forma de um polígono de quatro lados; extremado ao lado oeste (frente), numa extensão de 20,79m, com a Estrada Geral da Limpa; extremado lado leste (fundos), numa extensão

de 33,85m, com a propriedade de Teodoro de Freitas; extremado lado norte (lateral direita), numa extensão de 50,00m, com a propriedade de Teodoro de Freitas; e extremado lado sul (lateral esquerda), numa extensão de 50,00m, com propriedade do Município de Garopaba.

Art. 2º. A declaração de Utilidade Pública objetiva a desapropriação do imóvel referido no artigo anterior, destina-se à ampliação do espaço pertencente ao Município de Garopaba destinado ao Centro de Educação Infantil Othília Maria Teixeira, em consonância com o permissivo legal disposto na alínea "m", do art. 5º, do Decreto-Lei n.º 3.365/41.

Art. 3º. A Municipalidade disporá, nos termos do art. 10, do Decreto-Lei n. 3.365/41, do prazo de 05 (cinco) anos, para efetivar a aludida desapropriação e iniciar as providências de aproveitamento do bem expropriado, ficando a Assessoria Jurídica do Município autorizada a proceder, por via amigável ou judicial, as medidas necessárias para desapropriação prevista na presente Lei, assim como as medidas necessárias a transferência do referido imóvel.

Art. 4º. O valor da indenização estabelecida na presente Lei é de R\$ 110.000,00 (cento e dez mil reais), decorrente de avaliação elaborada por Comissão Permanente de Avaliação Bens Imóveis, instituída através da Portaria n.º 132/2014.

Art. 5º. As despesas decorrentes do presente Decreto correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 6º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.7º. Ficam revogadas às disposições em contrário, especialmente o Decreto Municipal n.º 097 de 22 de Julho de 2014.

Garopaba, 30 de julho de 2014.

ROGÉRIO LINHARES

Prefeito Municipal em Exercício

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 31/07/2014, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO

Secretário de Administração

## **Decreto N.º 105**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

DECRETO N.º 105, DE 30 DE JULHO DE 2014

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA, PARA FINS DE ADQUIRIR POR DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL OU JUDICIAL, O BEM IMÓVEL QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROGÉRIO LINHARES, Prefeito em Exercício do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal N.º 1.805 de 19 de maio de 2014, e considerando a prescrição normativa descrita no Decreto-Lei n.º 3.365/41, de 21 de junho de 1.941.

DECRETA,

Art. 1º. Fica autorizada a declaração de Utilidade Pública, para fins de desapropriação, por via amigável ou judicial, do bem imóvel de propriedade do senhor SANTINO PEDRO DE SOUZA, inscrito no CPF 245.604.649-87, sediado à rua Pedro Manoel de Lima (GRP-401), s/nº, Bairro Macacú, Município e Comarca de Garopaba, assim especificado:

I - Cadastro do imóvel na Receita Federal nº 4.405.756-3 e Cadastro Imobiliário n.º 01.05.001.6095.000 (15780) da Prefeitura Municipal de Garopaba/SC: UM TERRENO rural situado no lugar denominado Macacú, Bairro Macacú, neste município e Comarca de Garopaba, Estado de Santa Catarina, em forma de um retângulo, o qual mede 308,24 m<sup>2</sup> (trezentos oito metros e vinte quatro centímetros quadrados), com as seguintes medidas e confrontações: fazendo frente ao sul extremado com terras da Prefeitura Municipal de Garopaba, numa extensão de 13,71 m (treze metros e setenta e um centímetros) e com terras de Tancredo Pires, numa extensão de 4,82 m (quatro metros e oitenta e dois centímetros) e 3,09 m (três metros e nove centímetros) no total de 7,91 m (sete metros e noventa e um centímetros), e fundos ao norte confrontando com Área Remanescente de propriedade de Santino Pedro de Souza com extensão de 15,98 m (quinze metros e noventa oito centímetros); confrontando no lado leste com Área Remanescente de propriedade de Santino Pedro de Souza com extensão de 14,60 m (quatorze metros e sessenta centímetros); e no lado oeste com terras de Mauricio Pedro de Souza numa extensão de 17,30 m (dezessete metros e trinta centímetros).

Art. 2º. A declaração de Utilidade Pública objetiva a desapropriação do imóvel referido no artigo anterior, destina-se a ampliação do espaço pertencente ao Município de Garopaba destinado a Unidade Básica de Saúde do bairro, em consonância com o permissivo legal disposto na alínea "m", do art. 5º, do Decreto-Lei n.º 3.365/41.

Art. 3º. A Municipalidade disporá, nos termos do art. 10, do Decreto-Lei n. 3.365/41, do prazo de 05 (cinco) anos, para efetivar a aludida desapropriação e iniciar as providências de aproveitamento do bem expropriado, ficando a Assessoria Jurídica do Município autorizada a proceder, por via amigável ou judicial, as medidas necessárias para desapropriação prevista na presente Lei, assim como as medidas necessárias a transferência do referido imóvel.

Art. 4º. O valor da indenização estabelecida na presente Lei é de R\$ 25.000,00 (vinte cinco mil reais), decorrente de avaliação elaborada por Comissão Permanente de Avaliação Bens Imóveis, instituída através da Portaria n.º 132/2014.

Art. 5º. As despesas decorrentes do presente Decreto correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 6º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.7º. Ficam revogadas às disposições em contrário, especialmente o Decreto Municipal n.º 098 de 22 de Julho de 2014.

Garopaba, 30 de julho de 2014.

ROGÉRIO LINHARES

Prefeito Municipal em Exercício

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 31/07/2014, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO

Secretário de Administração

**Aviso de Licitação Pe066/2014****AVISO DE LICITAÇÃO**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 066/2014

O Município de Garopaba, através da Prefeitura Municipal de Garopaba, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará LICITAÇÃO na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, sob regime de entrega parcelada, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, através de sistema de registro de preços, pretendendo a aquisição parcelada de Combustível de acordo com as necessidades da Prefeitura e do Fundo Municipal de Saúde de Garopaba. As propostas deverão ser entregues por meio de sistema de compras eletrônicas no site [www.cidadecompras.com.br](http://www.cidadecompras.com.br) até as 14h00min do dia 12/08/2014. A sessão pública será realizada a partir das 14h10min do dia 12/08/2014, no endereço eletrônico [www.cidadecompras.com.br](http://www.cidadecompras.com.br)

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no endereço acima descrito, ou no site [www.garopaba.sc.gov.br](http://www.garopaba.sc.gov.br), onde poderá ser lido e/ou obtida cópia, inclusive dos seus anexos.

Garopaba, 30 de julho de 2014.

Rogério Linhares

Prefeito Municipal em exercício

**Decreto N.º 107**

DECRETO N.º 107, DE 30 DE JULHO DE 2014.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 10.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROGÉRIO LINHARES, Prefeito Municipal de Garopaba em Exercício, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 1.770 de 29/11/2013 e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) no Orçamento vigente:

07.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

10.000,00

13392281.019 - Restauração da Igreja Matriz-Centro Histórico

10.000,00

4.4.30.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas

10.000,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), correrão por conta do excesso de arrecadação.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 30 de julho de 2014.

ROGÉRIO LINHARES

Prefeito Municipal em Exercício

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 31/07/2014, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMOTEO PACHECO

Secretário de Administração

**Decreto N.º 106**

DECRETO N.º 106, DE 30 DE JULHO DE 2014.

DISCIPLINA O EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 011/2014.

ROGÉRIO LINHARES, Prefeito Municipal de Garopaba em Exercício, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Garopaba, considerando o artigo 37, IX, da Constituição Federal, e

Considerando, que existem serviços especializados e provenientes de programas e convênios, que precisam ser providos para manter a qualidade dos serviços;

Considerando, que conforme previsto na Lei Municipal n. 1000/2005 e alterações, "artigo 207. Considera-se necessidade temporária de excepcional interesse público: (...) IX - Executar serviços provenientes de convênios ou programas, firmados ou a que o Município aderir, propostos pela União, Estados ou Municípios.";

Considerando que o Município está trabalhando na reorganização de seus setores e no planejamento para realização de concurso público para suprir as vagas necessárias ao atendimento da população.

O Prefeito do Município de Garopaba em exercício, no uso de suas atribuições, TORNA PÚBLICO que estão abertas as inscrições do Processo Seletivo Simplificado para preenchimento de cargos em caráter temporário nos quadros da Administração Municipal, com fulcro no art. 37, inciso IX, da Constituição Federal, art. 13, inciso XLI, da Lei Orgânica do Município de Garopaba, e nos termos da Lei Municipal n. 1.000/2005 e alterações (que institui quadro de funções públicas vinculadas e dá outras providências).

DECRETA:

Art. 1º. Este Decreto disciplina o EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 011/2014, que objetiva a contratação por tempo determinado de servidores, para atuarem na Administração Municipal.

Art. 2º. O Processo Seletivo Simplificado será regido pelo presente Edital, e coordenado por Comissão de Avaliação do Processo Seletivo, designada pelo Prefeito Municipal.

Art. 3º. O Processo Seletivo Simplificado destina-se à seleção de profissionais para contratação em caráter temporário, em contrato temporário por tempo determinado, por prazo a ser estipulado conforme a legislação vigente e interesse público.

Art. 4º. O chamamento dos candidatos obedecerá à ordem decrescente de classificação.

Art. 5º. No caso da desistência do profissional convocado o mesmo passará ao final da lista de aprovados, mediante pedido expresso.

Art. 6º. Este Decreto tem seus efeitos retroativos a 29 (vinte e nove) de julho de 2014, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 30 de julho de 2014.

ROGÉRIO LINHARES

Prefeito Municipal em Exercício

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 31/07/2014, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMOTEO PACHECO

Secretário de Administração



**Aviso de Licitação Pe067/2014****AVISO DE LICITAÇÃO**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 067/2014

O Município de Garopaba, através da Prefeitura Municipal de Garopaba, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará LICITAÇÃO na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, sob regime de execução indireta, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, pretendendo a contratação de empresa especializada para execução de serviços de carpintaria naval, a ser prestado para a Secretaria de Agricultura e Pesca do Município de Garopaba. As propostas deverão ser entregues por meio de sistema de compras eletrônicas no site [www.cidadecompras.com.br](http://www.cidadecompras.com.br) até as 17h00min do dia 12/08/2014. A sessão pública será realizada a partir das 17h10min do dia 12/08/2014, no endereço eletrônico [www.cidadecompras.com.br](http://www.cidadecompras.com.br)

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no endereço acima descrito, ou no site [www.garopaba.sc.gov.br](http://www.garopaba.sc.gov.br), onde poderá ser lido e/ou obtida cópia, inclusive dos seus anexos.

Garopaba, 30 de julho de 2014.

Rogério Linhares

Prefeito Municipal em exercício

**Edital de Processo Seletivo Simplificado N.º 012/2014**

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 012/2014

Considerando que a Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca necessita, com urgência, de profissional especializado para garantir a manutenção dos serviços de atendimento aos pescadores do município;

Considerando, que conforme previsto na Lei Municipal n. 1000/2005 e alterações, "artigo 207. Considera-se necessidade temporária de excepcional interesse público: (...) IX - Executar serviços provenientes de convênios ou programas, firmados ou a que o Município aderir, propostos pela União, Estados ou Municípios."

Considerando que o Município está trabalhando na reorganização de seus setores e no planejamento para realização de concurso público para suprir as vagas necessárias ao atendimento da população.

O Prefeito do Município de Garopaba em exercício, no uso de suas atribuições, TORNA PÚBLICO, que estão abertas as inscrições do Processo Seletivo Simplificado para preenchimento de cargos em caráter temporário nos quadros da Administração Municipal, com fulcro no art. 37, inciso IX, da Constituição Federal, art. 13, inciso XLI, da Lei Orgânica do Município de Garopaba, e nos termos da Lei Municipal n. 1.000/2005 e alterações (que institui quadro de funções públicas vinculadas e dá outras providências).

**1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

1.1. O Processo Seletivo Simplificado será regido pelo presente Edital, e coordenado por Comissão de Avaliação do Processo Seletivo, designada pelo Prefeito Municipal.

1.2. O Processo Seletivo Simplificado destina-se à seleção de profissionais para contratação em caráter temporário, em contrato temporário por tempo determinado, por prazo a ser estipulado conforme a legislação vigente e interesse público.

1.3. O chamamento dos candidatos obedecerá à ordem decrescente de classificação.

1.4. No caso da desistência do profissional convocado o mesmo passará ao final da lista de aprovados, mediante pedido expresso.

**2. DA INSCRIÇÃO**

2.1. As inscrições serão recebidas de 31/07/2014 à 14/08/2014, das 14h às 18h, na Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca de Garopaba, situada na Rua Lauro Severino Muller, 303 (prédio do BB/BESC), Centro, em Garopaba/SC, fone: (48) 3254-8100, devendo o servidor responsável, proceder ao devido protocolo e autuação do formulário de inscrição Anexo II.

2.2. Documentos necessários para a inscrição originais e cópias:

**CARPINTEIRO**

- Carteira de Identidade ;
- CPF;
- Comprovante de Residência em nome do candidato, ou acompanhado de Declaração do proprietário.;
- Comprovante de Escolaridade;
- Comprovante de experiência em carpintaria.

**3.DOS CARGOS, REQUISITOS, CARGA HORÁRIA, REMUNERAÇÃO E VAGAS:**

3.1. Os cargos, os requisitos mínimos exigidos, atribuições, a carga horária semanal, remuneração e as vagas a serem preenchidas, estão indicadas no quadro que se apresenta a seguir:

CARGO	REQUISITOS MÍNIMOS/ATRIBUIÇÕES	CARGA HORÁRIA SEMANAL	REMUNERAÇÃO R\$	VAGAS
CARPINTEIRO	<p>ATRIBUIÇÕES: Construir, montar e reparar diversos tipos de obras e acessórios de madeira, empregando ferramentas manuais e mecânicas; executar tarefas afins</p> <p>HABILITAÇÃO PROFISSIONAL: Ensino Primário completo, conhecimentos e prática em carpintaria.</p> <p>HABILITAÇÃO COMPLEMENTAR: Experiência em carpintaria naval</p>	40 horas	843,01	01

**4. DO PROCESSO DE SELEÇÃO**

4.1. O PROCESSO DE SELEÇÃO TERÁ AS SEGUINTE ETAPAS:

4.1.1. Análise dos documentos apresentados;

4.1.2. Avaliação, conforme regras constantes do Anexo I.

4.1.3. A qualquer tempo a Comissão poderá convocar os candidatos inscritos para entrevista, na qual poderão ser solicitadas informações complementares.

**5. DA ANÁLISE DOS DOCUMENTOS APRESENTADOS**

5.1. Consiste na observância da entrega dos documentos, da experiência profissional e do perfil para desempenho do cargo ao qual é candidato.

5.2. A classificação final dos candidatos consistirá no somatório da contagem de títulos e da experiência comprovada.

5.3. Os candidatos classificados serão chamados obedecendo à ordem

5.4. decrescente de pontos, conforme conveniência e interesse público.

5.5. Na classificação final, entre candidatos com igual número de pontuação, será fator de desempate a maior idade;

**6. DA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA:**

6.1. Os(as) candidatos(as) classificados(as) no Processo Seletivo, dada a necessidade de serviço, deverão assumir sua função no prazo imediato, após sua convocação devidamente comprovada por correio eletrônico ou carta registrada com Aviso de Recebimento - (ECT-AR).

6.2. Os candidatos serão contratados em regime administrativo especial, com amparo na Lei Municipal n. 1.000/2005, ficando vinculado ao Regime Geral da Previdência Social;

6.3. A contratação e o exercício da função dependerão da comprovação dos seguintes requisitos básicos (documentos originais e cópias):

a. Classificação no processo seletivo simplificado;

b. Idade mínima de 18 (dezoito) anos completados até a data da contratação;

c. Cédula de Identidade;

d. Inscrição no Cadastro Pessoa Física - CPF;

e. Título de Eleitor, com comprovante de votação na última eleição;

f. Certificados de quitação das obrigações relativas ao serviço militar (masculino);

g. Carteira de Trabalho;

h. Prova de inscrição no PIS/PASEP;

i. Certidão de casamento, se for casado (a); ou de nascimento (atualizada);

j. Certidões de nascimento dos filhos, se os tiver;

k. Comprovante de Escolaridade e/ou Formação Profissional, devidamente registrado no MEC;

l. Comprovante de residência;

m. Folha de antecedentes judiciais (cível e criminal, expedidas pelos cartórios das Varas Cíveis e Criminais ou do Foro da Comarca em que teve residência nos últimos 5 (cinco) anos;

n. Uma foto 3X4, de frente e recente;

o. Declaração de acumulação ou não de cargos e de proventos de inatividade;

p. Declaração de bens;

q. Outros documentos que Administração julgar necessários ao cumprimento das normativas vigentes.

**7. DO DESLIGAMENTO DO(A) CONTRATADO(A):**

7.1. O contrato por prazo determinado extinguir-se-á:

a. pelo término do prazo contratual;

b. por iniciativa do contratado;

c. por conveniência e oportunidade do serviço público;

d. pela infração por parte do contratado de dispositivos da legislação vigente.

7.2. Os candidatos(as) aprovados(as) que virem a ser contratados(as) em face do presente Processo Seletivo Simplificado, pelo princípio Constitucional da eficiência, bem como pelo interesse público, só

poderá deixar suas atribuições mediante notificação prévia por escrito, no prazo de 30 (trinta) dias, à Diretoria competente, sob pena de abandono de emprego, sem prejuízo das sanções disciplinares cabíveis pelo respectivo Conselho de Classe.

**8. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS****8.1. DOS RECURSOS**

8.1.1 Os recursos poderão ser interpostos em até 48h (quarenta e oito horas), a contar da divulgação por edital das homologações das inscrições e do resultado final.

8.1.2 Os mesmos deverão ser protocolados junto à Prefeitura Municipal de Garopaba, no setor de Protocolo, no referido prazo, devendo conter os seguintes elementos:

a. Nº do Processo Seletivo;

b. Cargo a que concorre; Sucinta exposição dos motivos, critérios adotados, certificados ou títulos que deveriam ser atribuídos maior grau ou número de pontos;

c. Razões do pedido, bem como o objeto pleiteado (revisão e/ou nova classificação);

d. Identificação do candidato.

8.2. Serão desconsiderados os recursos interpostos fora do prazo, ou em desacordo com este Edital.

8.3. A homologação do resultado final será publicada no DOM/SC, [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e na página oficial da Prefeitura Municipal de Garopaba ([www.garopaba.sc.gov.br](http://www.garopaba.sc.gov.br)).

8.4. Os casos omissos deste edital e as decisões que se fizerem necessárias serão resolvidas pela Comissão do Processo Seletivo Simplificado.

8.5. Fica eleito o Foro da Comarca de Garopaba para dirimir questões oriundas do presente processo seletivo.

8.6. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Garopaba (SC), 30 de julho de 2014.

ROGÉRIO LINHARES

Prefeito Municipal em Exercício

Publicada o presente Edital no DOM/SC em 31/07/2014, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

**ANEXO I****AVALIAÇÃO CARGO: CARPINTEIRO**

Avaliação	Pontuação	Valor Máximo
Experiência no exercício de atividades inerentes a função	0,5 ponto (por ano)	6 pontos
Experiência em carpintaria naval	0,5 ponto (por ano)	3 pontos
Curso de Aperfeiçoamento na área de carpintaria	1 ponto	1 ponto
Pontuação Máxima		10 pontos

**ANEXO II****FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO****PREFEITURA DE GAROPABA****PROCESSO SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO**

EDITAL N. 012/2014

Formulário de inscrição nº:	
Cargo:	
Nome do Candidato:	
Endereço:	
Telefone para contato:	
E-mail:	

Documentos necessários para a inscrição originais e cópias conforme item 2. do Edital de Processo Seletivo.

Garopaba - SC, \_\_\_\_/\_\_\_\_/2014.

Assinatura do Candidato

Assinatura do (a) responsável pela inscrição



# Garuva

## PREFEITURA

### Extrato de Contrato PMG Nº 053/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA  
SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS  
EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 053/2014 - Processo PMG nº 061/2014  
Modalidade: Dispensa de Licitação  
Contratado: Igreja Evangélica Assembléia de Deus de Garuva  
Contratante: Município de Garuva/Prefeitura Municipal de Garuva

Objeto: Locação de imóvel de 468m², localizado na Rua Dom Pedro II, nº 1781, Centro, contendo 1 galpão com estrutura pré moldada com 320m²  
Valor Mensal: R\$ 2.300,00 (dois mil e trezentos reais)  
Dotação: 10.03.2065.339039.10000 - Manutenção Do Setor De Obras E Serviços Públicos  
Data de Assinatura: 24/07/2014  
Vigência: 28/07/2014 à 27/01/2015  
Amparo Legal: Artigo 24, Inciso X, da Lei 8.666/93.

JOSÉ CHAVES  
Prefeito Municipal

### Extrato de Contrato PMG Nº 039/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA  
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES  
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO PMG Nº 039/2014  
MODALIDADE: Pregão Presencial PMG nº 36/2014  
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal  
CONTRATADA: Novo Tempo Indústria e Comércio de Artigos Escolares LTDA

OBJETO: Aquisição de Uniformes Escolares, para alunos e servidores da rede pública de ensino, com entrega de forma única, para atender as necessidades da secretaria Municipal de Educação, conforme memorial descritivo  
VIGÊNCIA: 14/07/2014 a 28/08/2014  
PRAZO: 45 (quarenta e cinco) dias  
VALOR TOTAL: R\$ 178.896,80 (cento e setenta e oito mil e oitocentos e noventa e seis reais e oitenta centavos).

DATA DE ASSINATURA: 11/07/2014

JOSÉ CHAVES  
Prefeito Municipal

### Decreto Nº 130/2014

DECRETO Nº 130 DE 28 DE JULHO DE 2014  
"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR".

JOSÉ CHAVES, Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e especialmente a Lei nº 1766/2013, de 18/12/2013.

DECRETA:

Art. 1º - A abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 135.500,00 (cento e trinta e cinco mil e quinhentos reais), no orçamento da Prefeitura Municipal de Garuva, nas seguintes dotações orçamentárias:

02.001.04.122.1001.2002 Man. e investimentos do Gabinete	3390	01.00.00	R\$	1.500,00
02.002.04.131.1001.2003 Man. e invest.do Depto. de Comunicação	3390	01.00.00	R\$	500,00
04.003.04.122.1004.2008 Man. do Depto. de Recursos Humanos	3390	01.00.00	R\$	400,00
07.001.12.361.1028.2028 Desenv. e manut. do ensino fundamental	3390	01.18.00	R\$	65.000,00
07.001.12.361.1028.2028 Desenv. e manut. do ensino fundamental	3390	01.19.00	R\$	32.000,00
07.001.12.365.1030.2031 De-senv. e manut da educação infantil	3390	01.18.00	R\$	25.700,00
07.001.12.365.1030.2031 De-senv. e manut da educação infantil	3390	01.19.00	R\$	3.600,00
12.001.18.541.1042.2081 Man. do Setor de Meio Ambiente	3390	01.00.00	R\$	6.800,00

Art. 2º - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 1º. serão utilizados recursos da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

02.001.04.122.1001.2002 Man. e investimentos do Gabinete	3190	01.00.00	R\$	1.500,00
02.002.04.131.1001.2003 Man. e invest.do Depto. de Comunicação	3190	01.00.00	R\$	500,00
04.003.04.122.1004.2008 Man. do Depto. de Recursos Humanos	3190	01.00.00	R\$	400,00
07.001.12.361.1028.2028 Desenv. e manut. do ensino fundamental	3190	01.19.00	R\$	97.000,00
07.001.12.365.1030.2031 Desenv. e manut da educação infantil	3190	01.18.00	R\$	25.700,00
07.001.12.365.1030.2031 Desenv. e manut da educação infantil	3190	01.19.00	R\$	3.600,00
12.001.18.541.1042.2081 Man. do Setor de Meio Ambiente	3190	01.00.00	R\$	6.800,00

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

José Chaves  
Prefeito Municipal

# Grão Pará

## PREFEITURA

### Decreto Df 44/2014 - Orçamento

#### PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ ESTADO DE SANTA CATARINA

Secretaria Municipal de Administração e Fazenda

#### DECRETO Nº 000044/14 de 30 de Julho de 2014

Abre Crédito Suplementar - Anulação de Dotação no Orçamento programa de 2014 do tipo alteração Suplementar.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ no exercício das atribuições que lhe foram conferidas pela a Lei Orgânica do Município de GRÃO PARÁ e autorização contida na Lei Municipal nº 001937/13 de 11 de Dezembro de 2013.

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

#### 06 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

##### 06.01 - DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

(067)3.3.90.00.00.00.00.00.2.013-0001 - Aplicacoes Diretas	4.000,00
(077)3.3.90.00.00.00.00.00.2.014-0001 - Aplicacoes Diretas	3.000,00

<b>Total Suplementação:</b>	<b>7.000,00</b>
-----------------------------	-----------------

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

#### 06 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

##### 06.01 - DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

(066)3.3.90.00.00.00.00.00.2.013-0000 - Aplicacoes Diretas	4.000,00
(076)3.3.90.00.00.00.00.00.2.014-0000 - Aplicacoes Diretas	3.000,00

<b>Total Anulação:</b>	<b>7.000,00</b>
------------------------	-----------------

Art. 3º - Este DECRETO entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 30 de Julho de 2014.**

**AMILTON ASCARI**

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria aos 30 de Julho de 2014.

**DIONE HEINZEN**

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

# Guaramirim

## PREFEITURA

### Aviso de Licitação Nº27/2014 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
AVISO DE LICITAÇÃO  
Edital: Pregão - 27/2014  
Tipo : Menor Preço - por itens  
Objeto : AQUISIÇÃO DE BALCÃO SOB MEDIDA PARA OS POSTOS RIOBRANCO E AVAÍ  
Entrega dos Envelopes: 14/08/2014 as 09:00 horas.  
Abertura dos Envelopes: 14/08/2014 as 09:00 horas.  
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, fone (47) 3373-0247, ou ainda, através do site: [www.guaramirim.sc.gov.br](http://www.guaramirim.sc.gov.br).

GUARAMIRIM(SC), 30/07/2014  
LAURO FROHLICH  
PREFEITO MUNICIPAL

### Aviso de Licitação Nº76/2014 - PMG

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
SECRETARIA DE ADMINISTRACAO/SETOR DE COMPRAS  
AVISO DE LICITAÇÃO  
Edital: Pregão - 76/2014  
Tipo : Menor Preço - por itens  
Objeto : LOCAÇÃO DE CONJUNTO DE BRITAGEM MÓVEL  
Entrega dos Envelopes: 14/08/2014 às 14:00h  
Abertura dos Envelopes: 14/08/2014 às 14:00h  
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, pelo site [www.guaramirim.sc.gov.br](http://www.guaramirim.sc.gov.br) ou pelo fone (47) 3373-0247

GUARAMIRIM (SC), 30/07/2014.  
LAURO FROHLICH  
PREFEITO MUNICIPAL

### Extrato de Publicação - 1º Termo Aditivo ao Contrato Nº 039 2013-PMG

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 011/2013 - FMS

Processo de licitação: 39/2013 - PMG  
Modalidade: Dispensa de licitação

Objeto da Licitação:. LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA INSTALAÇÕES DO CENTRO DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, SITUADO NA RUA 28 DE AGOSTO, Nº 4014, AVAÍ, GUARAMIRIM-SC.  
LOCATÁRIO: Prefeitura Municipal de Guaramirim (SC), inscrito no CNPJ sob o no 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, n.º 2.042, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina.  
LOCADORA: MARIA AGUIAR TREIS, com endereço na rua 28 de

Agosto, n. 4014, Avaí, Guaramirim-SC, inscrita no CPF sob o nº 532.292.079-04 e RG nº 19/R-1.139.453.  
Objeto do Aditivo: prorrogar o prazo de vigência do contrato de 01/04/2014 a 31/03/2015.  
Valor do Contrato: R\$ 7.108,02 (sete mil cento e oito reais e dois centavos) ao mês, cujos valores que serão pagos no corrente exercício perfazem R\$63.972,18 (sessenta e três mil novecentos e setenta e dois reais e dezoito centavos).  
Data da Assinatura: 28/03/2014

GUARAMIRIM (SC), 25/07/2014.  
LAURO FRÖHLICH  
PREFEITO MUNICIPAL

### Extrato de Publicação - 2º Termo Aditivo ao Contrato Nº 008 2013-FMS

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
SECRETARIA DE SAÚDE  
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 005/2013 - FMS

Processo de licitação: 08/2013 - FMS  
Modalidade: Dispensa de licitação

Objeto da Licitação:. LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA INSTALAÇÕES DO AMBULATÓRIO MUNICIPAL DE ESPECIALIDADES, SITUADO NA RUA JOÃO BATISTA OLINGER, Nº 51, CENTRO, GUARAMIRIM-SC.  
LOCATÁRIO: Prefeitura Municipal de Guaramirim (SC), inscrito no CNPJ sob o no 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, n.º 2.042, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina.  
LOCADORA: ALFREDO RAUZIS, com endereço na rua Ervino Hanemann, nº 288, Avaí, Guaramirim-SC, inscrito no CPF sob o nº 103.962.509-63 e RG nº 301.467-3.  
Objeto do Aditivo: prorrogar o prazo de vigência do contrato de 01/03/2014 a 01/09/2014.  
Valor do Contrato: R\$ 1.830,86 (um mil oitocentos e trinta reais e oitenta e seis centavos) ao mês.  
Data da Assinatura: 01/03/2014

GUARAMIRIM (SC), 25/07/2014.  
LAURO FRÖHLICH  
PREFEITO MUNICIPAL

### Extrato de Publicação - 3º Termo Aditivo ao Contrato Nº 006 2013-FMS

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
SECRETARIA DE SAÚDE  
EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 003/2013 - FMS

Processo de licitação: 06/2013 - FMS  
Modalidade: Dispensa de licitação

Objeto da Licitação:. LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA INSTALAÇÕES DO POSTO DE SAÚDE DO BAIRRO IMIGRANTES, LOCALIZADO NA RODOVIA BR-280, KM 59, Nº 16060, BAIRRO IMIGRANTES, GUARAMIRIM-SC, CEP 89.270-000.  
LOCATÁRIO: Prefeitura Municipal de Guaramirim (SC), inscrito no CNPJ sob o no 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, n.º 2.042, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina.  
LOCADORA: MIRACI SABINO LENFERS, com endereço na Rodovia

Federal BR-280, km 59, nº 16060, Imigrantes, Guaramirim-SC, inscrita no CPF sob o nº 018.968.679-01.

Objeto do Aditivo: prorrogar o prazo de vigência do contrato de 30/06/2014 a 31/12/2014.

Valor do Contrato: R\$ 6.757,62 (seis mil setecentos e cinquenta e sete reais e sessenta e dois centavos).

Data da Assinatura: 30/06/2014

GUARAMIRIM (SC), 25/07/2014.

LAURO FRÖHLICH  
PREFEITO MUNICIPAL

### **Extrato do Segundo Termo Aditivo ao Contrato 016/2013 - PMG**

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 016/2013 - PMG

Processo de licitação: 47/2013 - PMG

Modalidade: Dispensa de licitação

Objeto da Licitação: CONTRATAÇÃO DA EMPRESA IPM INFORMÁTICA LTDA., PARA LOCAÇÃO DE SOFTWARE DOS MÓDULOS DO CONTROLE DE ARRECADAÇÃO (SIMPLES NACIONAL) E FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Guaramirim (SC), inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, n.º 2.042, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina.

CONTRATADA: IPM - Informática Pública Municipal Ltda., inscrita no CNPJ nº 01.258.027/0001-41, com sede da AV. Trompowsky, nº 354, Andar 7, Centro, Florianópolis, SC, CEP 88.015-300.

Objeto do Aditivo: prorrogar o prazo de vigência do contrato de 31/03/2014 a 30/09/2014.

Data da Assinatura: 31/03/2014

GUARAMIRIM (SC), 31/03/2014.

LAURO FRÖHLICH  
PREFEITO MUNICIPAL

### **Extrato do Terceiro Termo Aditivo ao Contrato 010.2013 - PMG**

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 010/2013 - PMG

Processo de licitação: 21/2013 - PMG

Modalidade: Pregão Presencial

Objeto da Licitação: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DEVIDAMENTE AUTORIZADA PELA AGENCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES - ANATEL, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELEFONIA MOVEL PESSOAL - SMP EM SISTEMA POS PAGO E FORNECIMENTO DE 90 (NOVENTA) ACESSOS MOVEIS COM APARELHOS EM COMODATO PARA USO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Guaramirim (SC), inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, n.º 2.042, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina.

CONTRATADA: CLARO S.A., inscrita no CNPJ nº 40.432.544/0001-47, com sede da Rua Florida, nº 1970, Cidade das Moções, São Paulo, SC.

Objeto do Aditivo: prorrogar o prazo de vigência do contrato de 09/06/2014 a 09/08/2014.

Data da Assinatura: 06/06/2014

GUARAMIRIM (SC), 06/06/2014.

LAURO FRÖHLICH  
PREFEITO MUNICIPAL

### **Extrato do Primeiro Termo Aditivo 27/2013**

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO/SETOR DE LICITAÇÕES

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO CONTRATO 27/2013-PMG

Processo de Licitação: 57/2013.

Modalidade: Tomada de Preços.

Tipo: Menor Preço Global.

Objeto: Contratação de empresa no ramo de informática para implantação, locação, treinamento, atualização e manutenção com acompanhamento e suporte técnico de sistema de gerenciamento escolar.

Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim (SC), inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, n.º 2.042, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina.

Contratada: Controller Tecnologia e sistemas de informação Ltda, inscrita no CNPJ sob o nº 04.072.953/0001-16, estabelecida na Rua Major Navarro Lins, n.º 692, Anita Garibaldi, Joinville - SC

Resumo do aditivo: a) Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato por mais 12 (doze) meses, de acordo com a Cláusula Sexta do Contrato Original e artigo 57, IV da Lei 8.666/93, compreendendo o período de 01 de agosto de 2014 a 01 de agosto de 2015. b) Ao valor global do contrato, incidirá o reajuste, valor percentual correspondente a 6,0574 %, com base no índice nacional de preços ao consumidor - INPC, o valor anual do contrato passará para R\$ 16.799,49 (dezesesseis mil e setecentos e noventa e nove reais e quarenta e nove centavos).

Data da Assinatura: 17/07/2014 Vigência 01/08/2015.

GUARAMIRIM (SC), 17/07/2014.

LAURO FROHLICH  
PREFEITO MUNICIPAL

### **Dem\_despesa\_pessoal\_rgf**

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM - Poder Executivo

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERÍODO DE REFERÊNCIA: Julho/2013 a Junho/2014

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea 'a')		CONSOLIDADO
	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
DESPESA COM PESSOAL	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A
		PAGAR NÃO PROCESSADOS
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	47.018.911,21	0,00
Pessoal Ativo	46.807.126,58	0,00

Pessoal Inativo e Pensionistas	211.784,63	0,00
Outras desp. de pess. decorrentes de contratos terc. (§1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
(-)DESPESAS NÃO COMPUTADAS(§1º do art. 19 da LRF)(II)	90.973,42	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	3.707,94	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	87.265,48	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	46.927.937,79	0,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (IIIa + IIIb)		46.927.937,79
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)		93.987.565,15
% DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V) * 100		49,93
LIMITE MÁXIMO(incisos I,II e III, art. 20 da LRF)-(54,00%)		50.753.285,18
LIMITE PRUDENCIAL(§ único, art. 22 da LRF)-(51,30%)		48.215.620,92
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - <90% do LIMITE MÁXIMO>		45.677.956,66

Fonte: Sistema ATENDE.NET - GRP Software de Gestão Pública, Unidade Responsável , Data de emissão 28/07/2014, Hora de emissão 11h e 54m.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.

**Dem\_dívida\_cosolidada\_líquida\_rgf**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
**DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E SEGURIDADE SOCIAL**  
**PERÍODO DE REFERÊNCIA: Janeiro a Junho /2014**

RGF - ANEXO II (LRF, art 55, inciso I, alínea 'b')  
CONSOLIDADO

DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	Saldo do Exercício Anterior	Saldo do Exercício de 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC(I)	5.450.648,52	4.400.407,24	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	5.195.902,15	4.145.660,87	0,00
Interna	5.195.902,15	4.145.660,87	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00
Precatórios posteriores a 05/05/2000 (inclusive)	109.385,21	109.385,21	0,00
Outras Dívidas	145.361,16	145.361,16	0,00
DEDUÇÕES (II)*	5.327.035,78	11.965.061,39	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	8.526.771,31	10.958.400,08	0,00
Demais Haveres Financeiros	4.638.678,78	4.622.742,63	0,00
(-) Restos a Pagar Processados(Exceto Precat.)	7.838.414,31	3.616.081,32	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	123.612,74	(7.564.654,15)	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	89.194.564,38	93.987.565,15	0,00
% da DC sobre a RCL (II/RCL)	6,11	4,68	0,00
% da DCL sobre a RCL (III/RCL)	0,14	(8,05)	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - <120%>	107.033.477,26	112.785.078,18	0,00
	0,00	0,00	0,00

DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL	Saldo do Exercício Anterior	Saldo do Exercício de 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)	5.195.902,15	4.145.660,87	0,00
DÍVIDA DE PPP (V)	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	935.445,60	907.713,94	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	569.597,58	541.865,92	0,00
Previdenciária	569.597,58	541.865,92	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	365.848,02	365.848,02	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	4.260.456,55	3.237.946,93	0,00

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	Saldo do Exercício Anterior	Saldo do Exercício de 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	150.897,34	150.897,34	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	548.277,45	671.848,71	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	265.919,58	122.181,09	0,00
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTARIA - ARO	0,00	0,00	0,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO			
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA	Saldo do Exercício Anterior	Saldo do Exercício de 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IX)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (X)*	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREV.(XI)=(IX)-(X)	0,00	0,00	0,00

Fonte: Sistema ATENDE.NET - GRP Software de Gestão Pública, Unidade Responsável , Data de emissão 28/07/2014, Hora de emissão 09h e 40m.

\* Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total do Ativo Disponível mais os Haveres Financeiros for menor que Restos a Pagar Processados, não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha de "Insuficiência Financeira", das Obrigações não integrantes da Dívida consolidada - DC. Assim quando o cálculo de DEDUÇÕES(II) for negativo, colocar um "-" (traço) nessa linha.



**Dem\_garantias\_contragarantias\_valores\_rgf**

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMOSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E SEGURIDADE SOCIAL  
PERÍODO DE REFERÊNCIA: Janeiro a Junho /2014

RGF - ANEXO 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

CONSOLIDADO

GARANTIAS CONCEDIDAS	Saldo do Exercício Anterior 2013	Saldo do Exercício de 2014	
		Até: Junho	Até: Dezembro
EXTERNAS (I)	0,00	0,00	0,00
Aval ou fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (II)	0,00	0,00	0,00
Aval ou fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL GARANTIAS (III)=(I + II)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	89.194.564,38	93.987.565,15	0,00
% do Total das Garantias sobre a RCL	0,00 %	0,00 %	0,00 %
Limite definido por resolução do Senado Federal 22%	19.622.804,16	20.677.264,33	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - <19,80%>			

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	Saldo do Exercício Anterior 2013	Saldo do Exercício de 2014	
		Até: Junho	Até: Dezembro
GARANTIAS EXTERNAS (V)	0,00	0,00	0,00
Aval ou fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
GARANTIAS INTERNAS (VI)	0,00	0,00	0,00
Aval ou fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL CONTAGARANTIAS (VII)=(V + VI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

MEDIDAS &lt;&lt;nota&gt;&gt;

CORRETIVAS:

Fonte: Sistema ATENDE.NET - GRP Software de Gestão Pública, Unidade Responsável , Data de emissão 28/07/2014, Hora de emissão 11h e 15m.

Nota: Inclui garantias concedidas por meio de Fundos

## Dem\_operações\_crédito\_rgf

**PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
**DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**PERÍODO DE REFERÊNCIA: Janeiro A Junho /2014**

RGF - ANEXO 4(LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III, alínea "c")

CONSOLIDADO

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Semestre de Referência	Até o Semestre de Referência (a)
<b>SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)</b>	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, P 1º)	0,00	0,00
Outras operações de Crédito	0,00	0,00
Externas	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito Externas	0,00	0,00
<b>NAO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO(II)</b>	0,00	0,00
Parcelamento de Dívidas	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrim	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito Não Sujeitas ao Limite	0,00	0,00
<b>A PURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES</b>	<b>VALOR</b>	<b>% SOBRE A RCL</b>
RECEITA CORRENTE E LIQUIDA - RCL	93.987.565,15	-
OPERAÇÕES VEDADAS		
Do Período de Referência (III)		
De Períodos Anteriores de Referência		
<b>TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV)=(Ia + III)</b>	0,00	0,00
<b>LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS</b>	15.038.010,42	16,00
<b>LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art 59 da LRF)-&lt;=&gt;</b>	0,00	0,00
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA</b>	0,00	0,00
<b>LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA</b>	6.579.129,56	7,00
<b>TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO(V)=(IV+IIa)</b>	0,00	0,00

Fonte: Sistema ATENDE.NET - GRP Software de Gestão Pública, Unidade Responsável, Data de emissão 28/07/2014, Hora de emissão 11h e 21m.

## Dem\_rec\_des\_pps

**PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM**  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME DE PREVIDÊNCIA SOCIAL**  
**ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**PERÍODO DE REFERÊNCIA: Maio/2014 a Junho/2014**

RREO - Anexo IV (LRF, Art. 53, inciso II)

CONSOLIDADO

RECEITAS CORRENTES	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			Maio à Junho	até Junho 2014	até Junho 2013
RECEITAS (Exceto Intra-Orçamentárias) (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviço	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INT RA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Liquidadas		
			No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
DESP. PREVID. - RPPS (EXCETO INT RA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Com pensão Previdenciária do RPPS para o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVID. - RPPS (INT RA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			Maio à Junho	até Junho 2014	até Junho 2013
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua (1/2)

**PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM**  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME DE PREVIDÊNCIA SOCIAL**  
**ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**PERÍODO DE REFERÊNCIA: Maio/2014 a Junho/2014**

RREO - Anexo IV (LRF, Art. 53, inciso II)

CONSOLIDADO

RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
VALOR	0,00

BENS E DIREITOS DO RPPS	Maio/2014	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
		2014	2013
CAIXA	0,00	0,00	0,00
BANCOS CONTA MOVIMENTO	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00
OUTROS BENS E DIREITOS	0,00	0,00	0,00

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS INTER-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas		
			No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
RECEITAS CORRENTES (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Patronal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES DA RECEITA (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS INTER-ORÇAMENTÁRIAS (XI)=(VIII+IX-X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTER-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Liquidadas		
			No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
ADMINISTRAÇÃO (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS INTER-ORÇAMENTÁRIAS (XIII)=(XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Sistema AT ENDE.NET - GRP Software de Gestão Pública, Unidade Responsável, Data de emissão 28/07/2014, Hora de emissão 14h e 19m.

(2/2)

Dem\_rec\_liq\_saúde\_rreo

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DA RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS E DAS  
DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
PERÍODO DE REFERÊNCIA: Maio a Junho de 2014

RREO - ANEXO XIII (LC 141/2012, art. 35)

CONSOLIDADO

RECEITAS PARA APLICAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL L	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITA S REALIZADAS	
			até Junho 2014 (b)	% (b/a)
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	9.395.000,00	9.395.000,00	5.303.527,04	56,45
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	2.000.000,00	2.000.000,00	1.829.710,41	91,48
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	1.300.000,00	1.300.000,00	472.188,02	36,32
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	3.700.000,00	3.700.000,00	1.708.328,38	46,17
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	1.480.000,00	1.480.000,00	980.563,99	66,25
Imposto Territorial Rural - ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
Multa, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	210.000,00	210.000,00	15.577,87	7,41
Dívida Ativa dos Impostos	550.000,00	550.000,00	186.323,23	33,87
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos de Dívida Ativa	155.000,00	155.000,00	110.835,16	71,50
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	74.938.000,00	74.938.000,00	32.461.877,83	43,31
Cota-Parte FPM	16.200.000,00	16.200.000,00	9.119.198,88	56,29
Cota-Parte ITR	80.000,00	80.000,00	4.534,63	5,66
Cota-Parte IPVA	3.600.000,00	3.600.000,00	1.811.288,82	50,31
Cota-Parte ICMS	54.000.000,00	54.000.000,00	21.130.875,00	39,13
Cota-Parte IP-Estado	820.000,00	820.000,00	319.134,47	38,91
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transfer. Constitucionais	238.000,00	238.000,00	76.866,03	32,29
Desoneração ICMS (LC 87/96)	238.000,00	238.000,00	76.866,03	32,29
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PARA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = (I) + (II)	84.333.000,00	84.333.000,00	37.765.404,87	44,78

RECEITA S A DIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL L	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITA S REALIZADAS	
			até Junho 2014 (d)	% (d/c)
TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS	6.545.259,79	6.545.259,79	3.074.426,13	46,97
Provenientes da União	5.404.522,75	5.404.522,75	2.625.904,58	48,58
Provenientes dos Estados	1.100.737,04	1.100.737,04	226.546,25	20,58
Provenientes de Outros Municípios	0,00	0,00	160.789,90	0,00
Outras Receitas do SUS	40.000,00	40.000,00	61.185,40	152,96
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	91.000,00	91.000,00	386.281,59	424,48
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	6.636.259,79	6.636.259,79	3.460.707,72	52,14

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza de Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL L	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			até Junho 2014 (f)	% (e/f)x100	até Junho 2014 (g)	% (g/e)x100

DESPESAS CORRENTES	21.414.796,33	24.949.974,55	16.522.682,85	66,22	14.587.726,74	58,46
Pessoal e Encargos Sociais	13.828.800,00	15.138.784,52	8.830.597,99	58,33	8.730.748,52	57,67
Juros e Encargos da Dívida	10.000,00	10.000,00	3.703,28	37,03	3.703,28	37,03
Outras Despesas Correntes	7.575.996,33	9.801.190,03	7.688.381,58	78,44	5.853.274,94	59,72
DESPESAS DE CAPITAL	3.017.563,46	3.920.235,52	613.287,22	15,64	47.782,52	1,21
Investimentos	2.833.563,46	3.820.235,52	613.287,22	16,05	47.782,52	1,25
Inversões Financeiras	184.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	24.432.359,79	28.870.210,07	17.135.970,07	59,35	14.635.509,26	50,69

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COM PUTADAS PARA FINS DE A PURAÇÃO DO PERCENTUAL	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			até Junho 2014 (h)	% (e/desp. saúde) (h/v)x100	até Junho 2014 (i)	% (e/desp. saúde) (i/v)x100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESP. COM ASSIST. À SAÚDE QUE NÃO AT ENDE AO PRINC. DE ACESSO UNIV	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	7.474.759,79	8.659.270,07	3.568.841,74	20,82	2.059.429,26	14,07
Recursos de Transferência Sistema Único de Saúde-SUS	6.689.759,79	7.924.270,07	3.191.497,04	18,62	2.047.589,26	13,99
Recursos de Operação de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	785.000,00	735.000,00	377.344,70	2,20	11.840,00	0,08
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COM PUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR N PROCS INSCR INDEV EXERC SEM DISPON FINANC (1)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESP. CUST. COM DISP. DE CAIXA VINCULADOS RESTOS A PAGAR CANCEL (2)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESP. CUST. REC. VINC. PERC. MIN. NA PLIE. EM AÇÕES/SAÚDE EM EX. ANT. (3)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PRÓPRIAS C/ AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (V)	16.957.600,00	20.210.940,00	13.567.128,33	79,17	12.576.080,00	85,92

Continua (1/2)



**PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM**  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS E DAS**  
**DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**PERÍODO DE REFERÊNCIA: Maio a Junho de 2014**

RREO - ANEXO XII(LC 141/2012, art.35)

CONSOLIDADO

1 Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício 2  
Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício.

Fonte: Sistema AT ENDE.NET - GRP Software de Gestão Pública, Unidade Responsável : Data de emissão 28/07/2014, Hora de emissão 15h e 17m.

(2/2)

Dem\_receita\_corrente\_liquida\_rreo

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA  
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
PERÍODO DE REFERÊNCIA: Julho/2013 a Junho/2014

RREO - Anexo III (LRF, Art. 53, inciso I)

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												CONSOLIDADO		PREVISÃO ATUALIZADA (EXERCÍCIO)
	Julho/2013	Agosto/2013	Setembro/2013	Outubro/2013	Novembro/2013	Dezembro/2013	Janeiro/2014	Fevereiro/2014	Março/2014	Abril/2014	Maio/2014	Junho/2014	ÚLTIMOS 12 MESES	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)	
RECEITAS CORRENTES (I)	6.598.110,25	8.035.026,04	8.107.435,92	8.107.435,92	8.895.519,02	9.041.923,33	8.952.288,25	8.952.288,25	8.421.942,36	8.221.221,33	10.080.710,48	8.785.897,12	10.080.710,48	10.268.362,77	10.482.000,00
RECEITA TRIBUTÁRIA	653.800,25	853.616,60	826.642,21	826.642,21	877.329,22	834.032,26	832.101,81	832.101,81	842.942,36	827.202,33	1.063.160,48	827.202,33	1.063.160,48	1.063.160,48	1.063.160,48
IPTU	74.530,39	44.702,49	55.374,29	55.374,29	66.688,27	31.784,48	1.930,54	1.930,54	1.237,47	2.134,48	2.573.987,32	182.002,81	2.573.987,32	182.002,81	2.000.000,00
ISS	304.672,48	255.541,98	255.541,98	255.541,98	243.658,27	296.581,68	228.269,48	228.269,48	284.056,43	309.106,07	320.687,46	270.391,38	320.687,46	333.180,48	3.700.000,00
ITBI	125.940,43	163.623,14	235.850,16	235.850,16	237.958,90	(47.181,09)	92.905,97	92.905,97	79.688,38	74.651,25	97.456,40	98.717,34	97.456,40	124.887,78	1.300.000,00
Outras Receitas Tributárias	153.557,35	153.557,35	153.557,35	153.557,35	153.557,35	20.617,85	153.557,35	153.557,35	153.557,35	153.557,35	153.557,35	153.557,35	153.557,35	153.557,35	1.500.000,00
Outras Receitas Não Tributárias	74.222,47	55.773,33	74.222,47	74.222,47	80.998,98	60.676,25	39.072,26	39.072,26	53.818,46	104.185,42	654.702,48	171.493,74	654.702,48	1.710.213,28	2.000.000,00
Receita de Contribuições	96.293,33	40.405,42	99.443,61	99.443,61	112.095,38	113.807,43	122.831,11	122.831,11	112.415,34	125.282,40	138.955,69	118.905,38	138.955,69	1.371.156,84	1.900.000,00
Receita Patrimonial	26.778,44	26.570,12	30.147,67	30.147,67	32.718,89	45.859,78	41.357,81	41.357,81	34.771,35	36.293,49	38.830,47	77.666,12	38.830,47	470.434,07	406.000,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	361.724,45	368.069,29	365.432,00	365.432,00	368.559,22	400.840,27	334.125,04	334.125,04	392.503,39	444.170,33	645.270,39	431.043,00	645.270,39	4.987.150,00	5.120.000,00
Transferências Correntes	6.408.183,46	6.831.577,62	7.290.802,25	7.290.802,25	7.812.359,21	8.459.540,44	7.852.684,09	7.852.684,09	7.185.533,79	6.925.201,11	8.015.964,44	7.258.714,62	8.015.964,44	87.570.057,38	95.545.425,82
Cota-Parte do FPM	889.108,50	1.136.346,03	940.475,44	940.475,44	1.308.202,33	1.973.577,05	1.784.484,11	1.784.484,11	1.905.578,48	1.130.375,67	1.290.136,31	1.289.339,96	1.290.136,31	16.287.398,50	16.200.000,00
Cota-Parte do ICMS	3.450.738,50	3.618.009,31	3.844.082,97	3.737.365,77	4.156.677,92	4.144.762,17	3.724.481,22	3.462.050,11	3.462.050,11	3.512.155,44	3.479.364,92	3.529.900,66	3.479.364,92	44.084.511,67	54.000.000,00
Cota-Parte do IPVA	370.293,50	382.032,02	319.172,05	296.042,05	186.698,89	148.480,77	156.736,12	222.894,08	351.597,46	356.211,42	347.934,79	347.934,79	347.934,79	3.493.886,28	3.600.000,00
Transferências de Capital	16.887,69	16.887,69	16.887,69	16.887,69	16.887,69	16.887,69	16.887,69	16.887,69	16.887,69	16.887,69	16.887,69	16.887,69	16.887,69	16.887,69	16.887,69
Transferência da LC 87/1988	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	178.792,18	238.000,00
Transferências do FUNDEB	851.154,44	918.631,62	926.011,88	889.824,78	1.012.895,11	1.007.667,69	1.114.483,39	1.114.483,39	1.096.380,44	1.006.085,45	1.108.384,93	1.048.900,50	1.048.900,50	12.004.127,05	12.000.000,00
Outras Transferências Correntes	847.410,11	779.494,39	1.232.891,71	1.089.086,18	924.678,68	1.165.286,05	1.054.400,00	1.054.400,00	491.067,31	924.881,12	1.917.254,33	1.026.253,79	1.917.254,33	11.454.146,77	9.427.225,82
Outras Transferências de Capital	1.037.593,33	1.037.593,33	1.037.593,33	1.037.593,33	1.037.593,33	1.037.593,33	1.037.593,33	1.037.593,33	1.037.593,33	1.037.593,33	1.037.593,33	1.037.593,33	1.037.593,33	12.832.551,11	14.367.800,00
DEDUÇÕES (II)	953.033,40	1.037.593,33	1.037.593,33	1.037.593,33	1.037.593,33	1.037.593,33	1.037.593,33	1.037.593,33	1.037.593,33	1.037.593,33	1.037.593,33	1.037.593,33	1.037.593,33	12.832.551,11	14.367.800,00
Contrib. p/ Plano de Prev. do Servidor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financ. entre Reg. Previd.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dedução de Rec. Formação do FUNDEB	953.033,40	1.037.593,33	1.037.593,33	1.037.593,33	1.037.593,33	1.037.593,33	1.037.593,33	1.037.593,33	1.037.593,33	1.037.593,33	1.037.593,33	1.037.593,33	1.037.593,33	12.832.551,11	14.367.800,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I-II)	7.605.107,85	6.997.432,71	7.069.842,59	7.069.842,59	7.857.925,69	8.004.330,00	7.914.694,44	7.914.694,44	7.389.348,95	7.187.627,92	9.042.717,15	7.748.303,79	9.042.717,15	12.832.551,11	14.987.600,00

Fonte: Sistema AT ENDE.NET - GRP Software de Gestão Pública. Unidade Responsável: Data de emissão 28/07/2014. Hora de emissão 14h e 13m.

## Dem\_res\_nominal

**PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM**  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL**  
**ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL**

PERÍODO DE REFERÊNCIA: Janeiro a Junho 2014/ Bimestre Maio-Junho

RREO - ANEXO V (LRF, art. 53, inciso III)

CONSOLIDADO

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	SALDO		
	Em 31/Dez/2013 (a)	Em 30/Abr/2014 (b)	Em 30/Jun/2014 (c)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	10.216.093,58	9.516.695,49	9.165.852,30
DEDUÇÕES (II)	5.327.035,78	10.911.654,59	12.115.958,73
Disponibilidade de Caixa Bruto	8.526.771,31	9.878.674,07	10.958.400,08
Demais Haveres Financeiros	4.638.678,78	4.622.742,63	4.622.742,63
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	7.838.414,31	3.589.762,11	3.465.183,98
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	4.889.057,80	(1.394.959,10)	(2.950.106,43)
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS(V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA VI = (III + IV - V)	4.889.057,80	(1.394.959,10)	(2.950.106,43)

RESULTADO NOMINAL	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	Maio à Junho (c-b)	até Junho (c-a)
VALOR	(1.555.147,33)	(7.839.164,23)

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	0,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO			
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA	SALDO		
	Em 31/Dez/2013	Em 30/Abr/2014	Em 30/Jun/2014
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA(VII)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA(IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS(X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

Fonte: Sistema ATENDE.NET - GRP Software de Gestão Pública, Unidade Responsável, Data de emissão 28/07/2014, Hora de emissão 14h e 26m.

## Dem\_res\_primário\_rreo

**PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM**  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
**ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**PERÍODO DE REFERÊNCIA: Maio/2014 a Junho/2014**

RREO - ANEXO VI (LRF, art. 53, inciso III)

CONSOLIDADO

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		Maio à Junho	até Junho 2014	até Junho 2013
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	99.381.325,82	16.513.800,56	47.831.946,58	43.229.260,64
Receitas Tributárias	10.482.000,00	3.406.225,83	6.301.635,91	5.146.623,24
IPTU	2.000.000,00	1.563.050,99	1.829.710,41	1.679.017,82
ISS	3.700.000,00	586.160,12	1.708.328,36	1.372.168,14
ITBI	1.300.000,00	127.446,82	472.188,02	387.428,69
IRRF	1.480.000,00	303.371,88	980.563,99	488.548,35
Outras Receitas Tributárias	2.002.000,00	826.196,02	1.310.845,13	1.219.460,24
Receitas de Contribuições	1.900.000,00	242.865,19	742.334,13	686.675,43
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	1.900.000,00	242.865,19	742.334,13	686.675,43
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	406.000,00	120.765,96	273.023,68	82.708,85
(-) Aplicações Financeiras	406.000,00	120.765,96	273.023,68	82.708,85
Transferências Correntes	80.557.825,82	11.781.610,41	37.453.578,37	34.541.788,36
Cota-Parte do FPM	12.960.000,00	2.406.886,34	7.295.359,22	6.017.800,09
Cota-Parte do ICMS	43.200.000,00	5.607.412,62	16.904.700,56	17.062.608,17
Convênios	1.330.000,00	346.983,57	722.253,24	242.985,81
Outras Transferências Correntes	23.067.825,82	3.420.327,88	12.531.265,35	11.218.394,29
Demais Receitas Correntes	6.441.500,00	1.083.099,13	3.334.398,17	2.854.173,61
Dívida Ativa	790.000,00	70.422,96	271.097,18	331.850,31
Diversas Receitas Correntes	5.651.500,00	1.012.676,17	3.063.300,99	2.522.323,30
RECEITAS DE CAPITAL (II)	26.630.000,00	943.278,39	1.043.434,79	2.465.823,76
Operações de Crédito (III)	8.400.000,00	0,00	0,00	1.964.006,50
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	1.131,71	4.088,11	5.794,05
Alienação de Bens (V)	340.000,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	17.890.000,00	942.146,68	1.039.346,68	496.023,21
Convênios	17.890.000,00	729.146,68	826.346,68	496.023,21
Outras Transferências de Capital	0,00	213.000,00	213.000,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	17.890.000,00	942.146,68	1.039.346,68	496.023,21
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	117.271.325,82	17.455.947,24	48.871.293,26	43.725.283,85

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		Maio à Junho	até Junho 2014	até Junho 2013
DESPESAS CORRENTES (VIII)	92.362.993,61	14.996.081,42	42.884.061,71	40.311.144,89
Pessoal e Encargos Sociais	49.458.243,51	9.125.509,34	24.672.063,83	22.327.824,23
Juros e Encargos da Dívida (IX)	470.000,00	90.532,74	287.393,68	222.936,97
Outras Despesas Correntes	42.434.750,10	5.780.039,34	17.924.604,20	17.760.383,69
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	91.892.993,61	14.905.548,68	42.596.668,03	40.088.207,92
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	41.774.939,02	873.297,03	2.025.534,43	3.687.406,93
Investimentos	37.420.269,02	522.453,84	975.293,15	2.362.665,32
Inversões Financeiras	455.000,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	455.000,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	3.899.670,00	350.843,19	1.050.241,28	1.324.741,61
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	37.875.269,02	522.453,84	975.293,15	2.362.665,32
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	50.000,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DO RPPS (XVII)	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	129.818.262,63	15.428.002,52	43.571.961,18	42.450.873,24
RESULTADO PRIMÁRIO (VII - XVIII)	(12.546.936,81)	2.027.944,72	5.299.332,08	1.274.410,61
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES			1.752.784,17	

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	0,00

Fonte: Sistema ATENDE.NET - GRP Software de Gestão Pública, Unidade Responsável , Data de emissão 28/07/2014, Hora de emissão 14h e 50m.

Dem\_restos\_pagar\_poder\_órgão\_rreo

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO  
ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL  
PERÍODO DE REFERÊNCIA: Maio/2014 a Junho/2014

RREO - ANEXO VII (LRF, art. 53, inciso V)										CONSOLIDADO	
Poder/Órgão	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS				RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS				Pagos	Cancelados	Saldo
	Exercícios Anteriores	Inscritos	Pagos	Cancelados	Saldo	Em exercícios anteriores	Inscritos	Liquidados			
		31/12/2013					31/12/2013				
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS)(I)											
EXECUTIVO	4.798.840,63	2.888.676,34	4.203.308,48	19.024,51	3.465.183,98		265.919,58	116.975,32	135.999,83	7.738,66	122.181,09
Controladoria Geral do Município	4.798.840,63	2.888.676,34	4.203.308,48	19.024,51	3.465.183,98		265.919,58	116.975,32	135.999,83	7.738,66	122.181,09
Fundação Cultural de Guaramirim	704,57	6.183,80	6.183,80		704,57		331,17	-31,08	31,08		1.000,09
Fundação do Meio Ambiente de Guaramirim	4.306,68	12.972,23	14.075,63		3.121,68		2.031,77	957,56	957,56		2.735,29
Fundo Assistência Social		4.064,62	4.064,62		4.064,62		2.393,89	957,55	957,55		1.436,34
Fundo Municipal da Infância e Adolescência	9.073,16	87.006,43	94.911,29		1.168,30		23.748,75	3.192,23	3.192,23	4.056,75	16.499,77
Fundo Municipal de Saúde	2.231,15		2.231,15								
Gabinete do Prefeito	195.869,49	646.361,26	833.304,78	1.525,97	7.400,00		111.834,53	43.125,73	44.651,70	3.681,91	63.500,92
Hospital Municipal Santo Antônio	9.813,10	70.586,52	70.586,52		9.813,10		280,00				280,00
Procuradoria	41.707,64				41.707,64						
Secretaria de Administração e Finanças	34.165,70	21.823,44	21.823,44		34.165,70		1.375,03	338,17	338,17		1.036,86
Secretaria de Agricultura	239.574,66	160.269,31	189.959,00	255,54	209.629,43		8.338,97	5.041,97	5.297,51		3.041,46
Secretaria de Desenvolvimento Econômico	94.209,61	49.150,53	49.150,53		94.209,61		1.782,83	695,43	695,43		1.087,40
Secretaria de Educação	5.508,24	12.301,16	12.301,16		5.508,24						
Secretaria de Esporte e Lazer	1.321.481,53	531.223,52	613.586,98	3.753,35	1.237.384,72		106.564,14	75.154,48	78.907,83		27.656,31
Secretaria de Planejamento e Desenvol. Urbano	2.757.185,63	1.189.936,02	2.196.270,49	13.489,65	1.737.361,52		2.184,19	(12.775,42)	714,23		941,90
Secretaria de Desenvolvimento Social	20.334,02	29.575,72	29.575,72		20.334,02		1.822,04	327,25	327,25		1.469,96
Secretaria Municipal de Gestão Estratégica	1.138,62	1.055,39	2.507,79		1.138,62						1.494,79
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)											
TOTAL (II) = (I + II)	4.798.840,63	2.888.676,34	4.203.308,48	19.024,51	3.465.183,98		265.919,58	116.975,32	135.999,83	7.738,66	122.181,09

Fonte: Sistema ATENDE.NET - GRP Software de Gestão Pública, Unidade Responsável, Data de emissão 28/07/2014, Hora de emissão 15h e 09m.

\* Os restos a pagar não processados e liquidados no exercício de referência deverão permanecer demonstrados nas respectivas colunas de RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS.

Dem\_simpl\_rreo

**PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM**  
**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO**  
**ORÇAMENTÁRIA**  
**ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**PERÍODO DE REFERÊNCIA: Maio/2014 a Junho/2014**

LRF, Art. 48 - Anexo XIV

CONSOLIDADO

BALANÇO ORÇAMENTARIO		Maio à Junho	Até Junho
RECEITAS			
Previsão Inicial	-		126.417.325,82
Previsão Atualizada	-		126.417.325,82
Receitas Realizadas	17.577.844,91		49.148.405,05
Déficit Orçamentário	-		0,00
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)	-		444.917,97
DESPESAS			
Dotação Inicial	-		126.417.325,82
Créditos Adicionais	-		7.770.606,81
Dotação Atualizada	-		134.187.932,63
Despesas Empenhadas	14.671.802,62		60.581.337,64
Despesas Liquidadas	15.869.378,45		44.909.596,14
Superávit Orçamentário	-		4.238.808,91
DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO		Maio à Junho	Até Junho
Despesas Empenhadas		14.671.802,62	60.581.337,64
Despesas Liquidadas		15.869.378,45	44.909.596,14
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até Junho
Receita Corrente Líquida			93.987.565,15
RECEITAS E DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDENCIA		Maio à Junho	Até Junho
Regime Geral de Previdência Social		0,00	0,00
Receitas Previdenciárias Realizadas (I)		0,00	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas (II)		0,00	0,00
Resultado Previdenciário (III) = (I - II)		0,00	0,00
Regime Próprio de Previdência dos Servidores		0,00	0,00
Receitas Previdenciárias Realizadas (IV)		0,00	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)		0,00	0,00
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	0,00
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta fixada no anexo de metas fiscais da LDO (a)	Resultado apurado Até Junho (b) % em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		0,00	(7.839.164,23) 0,00
Resultado Primário		0,00	5.299.332,08 0,00
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTERIO PUBLICO		Inscrição	Canc. Até Junho Pag. Até Junho Saldo a pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS		7.687.516,97	19.024,51 4.203.308,48 3.465.183,98
Poder Executivo		7.687.516,97	19.024,51 4.203.308,48 3.465.183,98
Poder Legislativo		0,00	0,00 0,00 0,00
Poder Judiciário		0,00	0,00 0,00 0,00
Ministério Público		0,00	0,00 0,00 0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS		265.919,58	7.738,66 135.999,83 122.181,09
Poder Executivo		265.919,58	7.738,66 135.999,83 122.181,09
Poder Legislativo		0,00	0,00 0,00 0,00
Poder Judiciário		0,00	0,00 0,00 0,00
Ministério Público		0,00	0,00 0,00 0,00
TOTAL		7.953.436,55	26.763,17 4.339.308,31 3.587.365,07

Continua (1/2)



**PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM**  
**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO**  
**ORÇAMENTÁRIA**  
**ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**PERÍODO DE REFERÊNCIA: Maio/2014 a Junho/2014**

LRF, Art. 48 - Anexo XIV

CONSOLIDADO

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	Valor Apurado até Junho	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até Junho
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE	5.372.159,79	25%	14,23
Mín. Anual de 60% do FUNDEB na Rem. do Magis. com Educ. Infan. e Ens. Fundam.	5.178.565,90	60%	70,51
<b>RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL</b>			
Receitas de Operações de Crédito	0,00		8.400.000,00
Despesa de Capital Líquida	2.025.534,43		39.749.404,59
<b>PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA</b>			
	Exercício <sup>1</sup>	10º Exercício	20º Exercício
Regime Geral de Previdência Social			35º Exercício
Receitas Previdenciárias (I)	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (II)	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário (I - II)	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio de Previdência dos Servidores			
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário (IV - V)	0,00	0,00	0,00
<b>RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS</b>			
	Valor Apurado até Junho	Saldo a Realizar	
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	0,00	340.000,00	
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	0,00	340.000,00	
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor Apurado Até Junho	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exer.	% Aplicado Até Junho
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	12.576.080,00	15,00	33,30
<b>DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP</b>			
Total das Despesas / RCL(%)	Valor Apurado no Exercício Corrente		

Fonte: Sistema ATENDE.NET - GRP Software de Gestão Pública, Unidade Responsável , Data de emissão 29/07/2014, Hora de emissão 09h e 03m. <sup>1</sup> Serão demonstradas as projeções do exercício anterior ao de referência

(2/2)

**Dem\_simplificado\_relatório\_gestão\_fiscal**

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
PERÍODO DE REFERÊNCIA: Janeiro/2014 a Junho/2014

LRF, Art. 48 - Anexo VII

CONSOLIDADO

DESPESAS COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	48.369.439,64	51,46
Limite Máximo(incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	56.392.539,09	60,00
Limite Prudencial (§ único, art. 22 da LRF)	53.572.912,14	57,00

DÍVIDA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	(7.564.654,15)	(8,05)
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	112.785.078,18	120,00

GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	20.677.264,33	22,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas	0,00	0,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Internas e Exter	15.038.010,42	16,00
Limite Def. pelo Senado Federal p/ Oper. de Crédito p/ Antecipação da Receita	6.579.129,56	7,00

RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Apurado nos Demonstrativos respectivos	0,00	0,00

Fonte: Sistema ATENDE.NET - GRP Software de Gestão Pública, Unidade Responsável , Data de emissão 28/07/2014, Hora de emissão 11h e 51m.

**CÂMARA MUNICIPAL****Julgamento de Recurso**

JULGAMENTO DE RECURSO ADMINISTRATIVO

TERMO: DECISÓRIO

FEITO: RECURSO ADMINISTRATIVO

REFERÊNCIA: EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS - TÉCNICA E PREÇO N.º 001/2014

RAZÕES: CONTRA DECISÃO QUE ANULOU A TOMADA DE PREÇO N.º 001/2014 FUNDAMENTADA NO PARECER JURÍDICO

CONTRARRAZÕES: CLICZOOM PROPAGANDA E PUBLICIDADE LTDA.

OBJETO: Contratação de empresas para prestação de serviços de publicidade e propaganda, englobando as atividades de planejamento, criação de layouts e roteiros, produção de peças gráficas e eletrônicas, supervisão técnica junto aos fornecedores contratados, administração de mídia para veiculação das peças publicitárias em jornais, revistas, emissoras de rádio e televisão, bem como junto aos demais meios de comunicação de acordo com as necessidades e planos da Câmara Municipal, na forma de execução indireta, sob regime de empreitada por preço global.

RECORRENTE: AGÊNCIA DE PUBLICIDADE ENERGIA COMUNICAÇÕES

RECORRIDO: AUTORIDADE SUPERIOR QUE PROFERIU O DESPACHO ANULATÓRIO - PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES - SR. JUAREZ LOMBARDI

(...)

VI- DA DECISÃO

Diante do acima exposto, sem nada mais evocar, conheço do recurso interposto, para NEGAR-LHE PROVIMENTO, mantendo a decisão anterior que anulou a Tomada de Preço n.º 001/2014, pelos fundamentos expostos no Parecer Jurídico, em face da inviabilidade do prosseguimento do processo licitatório.

Saliento ainda, que a Comissão Permanente de Licitação deve tomar as providências cabíveis, especialmente no tocante à observação dos requisitos legais indispensáveis nas próximas licitações.

Publique-se no Diário Oficial e intemem-se, enviando cópia na íntegra da decisão, a todos os participantes do certame licitatório.

Guaramirim, 24 de julho de 2014.

JUAREZ LOMBARDI

Presidente da Câmara de Vereadores

**Herval d'Oeste****PREFEITURA****Portaria Nº 895/2014**

PORTARIA Nº 895/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

EXONERAR a pedido conforme requerimento anexo, e DECLARAR a Vacância do cargo ocupado pela Servidora ANDREIA FACHIN (Matr. 3710), a qual exercia as funções inerentes ao Cargo de Provimento Efetivo de Agente de Serviços Gerais, Nível - 3, Referência "A", Anexo V da LC Nº 280/2011, 40 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, a partir de 30 de Julho de 2014, de conformidade com o disposto nos artigos 44 e 45, da LC Nº 281/2011. Sendo que seu contrato de trabalho era regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 30 de Julho de 2014.

Nelson Guindani

Prefeito Municipal

# Ilhota

## PREFEITURA

### Extrato de Termo Aditivo do Contrato 15-2013 PMI

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHOTA  
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

#### EXTRATO DE TERMO ADITIVO DO CONTRATO 15-2013 PMI

O Município de Ilhota (SC) torna público o Extrato de Termo Aditivo do Contrato 15-2013 PMI.

Objeto: Locação de veículos (diária e mensal) sem motorista, conforme especificações, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal e Secretarias Municipais de Saúde e Educação.

Contratado(a): RIVEL VEÍCULOS LTDA  
Valor: R\$ 6.600,00 (seis mil e seiscentos reais).  
Prazo: 26/07/2014 à 31/12/2014

Ilhota SC, 26 de julho de 2014.  
DANIEL CHRISTIAN BOSI  
Prefeito Municipal

### Aviso TP 002 - 2014 FMS

AVISO  
TOMADA DE PREÇO 002/2014 - FMS

O PRESIDENTE DA COMISSÃO DECLARA DESERTA A TOMADA DE PREÇO 002/2014 FMS, PELO NÃO COMPARECIMENTO DE NENHUM LICITANTE PARA O CERTAME, DE ACORDO COM A LEI 8.666/93.

Ciência aos interessados, observados as prescrições legais pertinentes.

30 de Julho de 2014.  
VALMOR BERTELLI JÚNIOR  
Presidente de Comissão

### Aviso de Licitação TP 004 - 2014 FMS

TOMADA DE PREÇO Nº. 004/2014 FMS  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
SETOR DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES  
TIPO MENOR PREÇO GLOBAL

OBJETO Contratação de empresa para prestação de serviço de mão de obra com fornecimento de materiais para construção de uma academia da Saúde - modalidade básica, com área de 73,66 m², tudo em conformidade com os Anexos - Projeto, Planilha orçamentaria, Cronograma Físico-Financeiro, os quais devem ser rigorosamente seguidos.

ENTREGA DOS ENVELOPES - PROPOSTA DE PREÇOS, HABILITAÇÃO: até o dia 18/08/2014 às 09:00 hs (nove horas), Sala de Reunião da Comissão Municipal de Licitação.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: dia 18/08/2014 às 09:00 hs (nove horas), após habilitação dos representantes.

REGIMENTO: Lei Nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações e subsidiariamente a Lei Complementar Nº. 123/2006.

MAIORES INFORMAÇÕES:

O edital na integra e todos os seus anexos, estão à disposição no

departamento de Compras e Licitações da PMI - End. Rua Dr. Leoberto Leal, 160 - Centro - Ilhota - SC, no site [www.ilhota.sc.gov.br](http://www.ilhota.sc.gov.br) ou informações pelo email [licitacao@ilhota.sc.gov.br](mailto:licitacao@ilhota.sc.gov.br) - Telefones: (0xx47) 3343-8800 ramal 815.

VALMOR BERTELLI JÚNIOR  
PRESIDENTE DE COMISSÃO DE LICITAÇÃO  
Ilhota, 31 de julho de 2014.

### Aviso de Licitação TP 004 2014 PMI

TOMADA DE PREÇO Nº. 004/2014 PMI  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
SETOR DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES  
TIPO MENOR PREÇO GLOBAL

OBJETO CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA CIVIL, CONFORME EDITAL E SEUS ANEXOS.

ENTREGA DOS ENVELOPES - PROPOSTA DE PREÇOS, HABILITAÇÃO: até o dia 18/08/2014 às 14:00 hs (quatorze horas), Sala de Reunião da Comissão Municipal de Licitação.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: dia 18/08/2014 às 14:00 hs (quatorze horas), após habilitação dos representantes.

REGIMENTO: Lei Nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações e subsidiariamente a Lei Complementar Nº. 123/2006.

MAIORES INFORMAÇÕES:

O edital na integra e todos os seus anexos, estão à disposição no departamento de Compras e Licitações da PMI - End. Rua Dr. Leoberto Leal, 160 - Centro - Ilhota - SC, no site [www.ilhota.sc.gov.br](http://www.ilhota.sc.gov.br) ou informações pelo email [licitacao@ilhota.sc.gov.br](mailto:licitacao@ilhota.sc.gov.br) - Telefones: (0xx47) 3343-8800 ramal 815.

VALMOR BERTELLI JÚNIOR  
PRESIDENTE DE COMISSÃO DE LICITAÇÃO  
Ilhota, 31 de julho de 2014.

# Imbituba

## PREFEITURA

### Decreto PMI Nº 182, de 28 de Julho de 2014 - Crédito Adicional Suplementar - Seduc

DECRETO PMI Nº 182, de 28 de julho de 2014.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para a Prefeitura Municipal de Imbituba dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.287, de 27 de novembro de 2013,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), para novo do item orçamentário, como segue:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEDUC		
Manutenção da Educação Infantil - creches		
12.365.0009-2.008		
3.3.90.00.00.00.00.00.0202 (0206)	Aplicações Diretas	100.000,00
Total		100.000,00

Art. 2º O Crédito Adicional Suplementar aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes do Superávit Financeiro de recursos do Salário Educação do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, apurados em exercícios anteriores.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 28 de julho de 2014.  
Elísio Sgrott  
Prefeito em exercício

Registre-se e Publique-se.  
Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin  
Secretário Municipal de Governo

### Decreto PMI Nº 183, de 28 de Julho de 2014 - Crédito Adicional Suplementar - Seduc

DECRETO PMI Nº 183, de 28 de julho de 2014.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para a Prefeitura Municipal de Imbituba dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.287, de 27 de novembro de 2013,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), para novo do item orçamentário, como segue:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEDUC		
Manutenção do Ensino Fundamental		
12.361.0009-2.006		

3.3.90.00.00.00.00.00.0202 (0205)	Aplicações Diretas	100.000,00
Total		100.000,00

Art. 2º O Crédito Adicional Suplementar aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes do Superávit Financeiro de recursos do Salário Educação do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, apurados em exercícios anteriores.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 28 de julho de 2014.  
Elísio Sgrott  
Prefeito em exercício

Registre-se e Publique-se.  
Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin  
Secretário Municipal de Governo

### Decreto PMI Nº 185, de 28 de Julho de 2014 - Crédito Adicional Suplementar - Segov

DECRETO PMI Nº 185, de 28 de julho de 2014.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para a Prefeitura Municipal de Imbituba e da outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.287, de 27 de novembro de 2013,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), para reforço do seguinte item orçamentário, como segue:

SECRETARIA DE GOVERNO - SEGOV		
Manutenção da Secretaria de Governo		
04.122.0002-2.002		
3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (0002)	Aplicações Diretas	50.000,00
Total		50.000,00

Art. 2º O Crédito Adicional Suplementar aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes do excesso de arrecadação de recursos próprios apurados no exercício de 2014.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 28 de julho de 2014.  
Elísio Sgrott  
Prefeito em exercício

Registre-se e Publique-se.  
Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin  
Secretário Municipal de Governo

**Decreto PMI Nº 184, de 28 de Julho de 2014 - Crédito Adicional Suplementar - Seduc**

DECRETO PMI Nº 184, de 28 de julho de 2014.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para a Prefeitura Municipal de Imbituba dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.287, de 27 de novembro de 2013,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), para novo do item orçamentário, como segue:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEDUC		
Manutenção do Transporte Escolar - fundamental		
12.361.0009-2.012		
3.3.90.00.00.00.00.0202 (0207)	Aplicações Diretas	150.000,00
Total		150.000,00

Art. 2º O Crédito Adicional Suplementar aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes do Superávit Financeiro de recursos do Salário Educação do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, apurados em exercícios anteriores.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 28 de julho de 2014.

Elísio Sgrott

Prefeito em exercício

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin  
Secretário Municipal de Governo



**RREO 3º Bimestre 2014**

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: IMBITUBA/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.909.409/0001-90

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A JUNHO DE 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

CVA: 2014073011573300703765

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

CAMPO	RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS			SALDO (a-c)
				No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
1	<b>RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (D)</b>	100.030.446,00	100.030.446,00	17.335.524,76	17,33	46.001.190,93	45,99
2	<b>RECEITAS CORRENTES</b>	86.889.596,00	86.889.596,00	16.524.836,86	19,02	44.846.919,40	51,61
3	<b>RECEITA TRIBUTÁRIA</b>	17.703.030,00	17.703.030,00	4.652.402,04	26,28	12.423.850,88	70,18
4	Impostos	15.633.350,00	15.633.350,00	4.147.500,93	26,53	10.557.527,80	67,53
5	Taxas	2.069.680,00	2.069.680,00	504.901,11	24,40	1.866.323,08	90,17
6	Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
7	<b>RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES</b>	1.822.000,00	1.822.000,00	628.963,26	34,52	989.425,88	54,30
8	Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10	Contribuição de Iluminação Pública	1.822.000,00	1.822.000,00	628.963,26	34,52	989.425,88	54,30
11	<b>RECEITA PATRIMONIAL</b>	386.675,00	386.675,00	169.683,70	43,88	328.215,75	84,88
12	Receitas Imobiliárias	42.800,00	42.800,00	12.000,00	28,04	12.050,00	28,15
13	Receitas de Valores Mobiliários	343.875,00	343.875,00	157.683,70	45,85	316.165,75	91,94
14	Receitas de Concessões e Permissões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15	Compensações Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
16	Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos em Áreas de Domínio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
17	Receita da Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
18	Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
19	<b>RECEITA AGROPECUÁRIA</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20	Receita da Produção Vegetal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21	Receita da Produção Animal e Derivados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22	Outras Receitas Agropecuárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23	<b>RECEITA INDUSTRIAL</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24	Receita da Indústria Extrativa Mineral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25	Receita da Indústria de Transformação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26	Receita da Indústria de Construção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27	Outras Receitas Industriais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28	<b>RECEITA DE SERVIÇOS</b>	10.048.150,00	10.048.150,00	1.587.120,18	15,80	2.097.620,63	20,88
29	<b>TRANSFERÊNCIAS CORRENTES</b>	54.514.751,00	54.514.751,00	8.555.609,21	15,69	26.081.871,59	47,84
30	Transferências Intergovernamentais	53.416.051,00	53.416.051,00	8.525.610,21	15,96	25.968.633,46	48,62
31	Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	30.000,00	0,00	103.485,80	0,00
32	Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33	Transferências de Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
34	Transferências de Conventos	1.098.700,00	1.098.700,00	-1,00	0,00	9.752,33	0,89

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: IMBITUBA/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.909.409/0001-90

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A JUNHO DE 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

CVA: 2014073011573300703765

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

RREO - Anexo I (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)											RS 1,00
35	Transferências para o Combate à Fome										0,00
36	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.414.990,00	2.414.990,00	931.088,47	38,55	2.925.934,67	121,16				-510.944,67
37	Multas e Juros de Mora	1.120.290,00	1.120.290,00	477.577,31	42,63	1.405.993,63	125,50				-285.703,63
38	Indenizações e Restituições	10.700,00	10.700,00	857,86	8,02	857,86	8,02				9.842,14
39	Receita da Dívida Ativa	1.230.500,00	1.230.500,00	400.645,45	32,56	1.429.583,81	116,18				-199.083,81
40	Receitas Decorrentes de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atual do RPPS.										0,00
41	Receitas Correntes Diversas	53.500,00	53.500,00	51.977,85	97,15	89.499,37	167,29				-35.999,37
42	RECEITAS DE CAPITAL	13.140.850,00	13.140.850,00	810.687,90	6,17	1.154.271,53	8,78				11.986.578,47
43	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.000.000,00	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00				1.000.000,00
44	Operações de Crédito Internas	0,00	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00				1.000.000,00
45	Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				0,00
46	ALIENAÇÃO DE BENS	85.650,00	85.650,00	117.519,50	137,21	117.519,50	137,21				-31.869,50
47	Alienação de Bens Móveis	85.650,00	85.650,00	0,00	0,00	0,00	0,00				85.650,00
48	Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	117.519,50	0,00	117.519,50	0,00				-117.519,50
49	AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				0,00
50	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	12.055.200,00	12.055.200,00	693.168,40	5,75	1.036.752,03	8,60				11.018.447,97
51	Transferências Intergovernamentais - Rec. Capital	2.779.500,00	2.779.500,00	371.770,90	13,38	707.295,42	25,45				2.072.204,58
52	Transferências de Instituições Privadas - Rec. Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				0,00
53	Transferências do Exterior - Rec. Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				0,00
54	Transferências de Pessoas - Rec. Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				0,00
55	Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				0,00
56	Transferências de Convênios - Rec. Capital	9.275.700,00	9.275.700,00	321.397,50	3,46	329.456,61	3,55				8.946.243,39
57	Transferências para o Combate à Fome - Rec. Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				0,00
58	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				0,00
59	Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				0,00
60	Dívida Ativa - Prov. da Amortiz. de Emp. e Financiamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				0,00
61	Receitas de Capital Diversas - Rec. Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				0,00
62	RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				0,00
63	SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I+II)	100.030.446,00	100.030.446,00	17.335.524,76	17,33	46.001.190,93	45,99				54.029.255,07
64	OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				0,00
65	Operações de Crédito Internas - Ref. Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				0,00
66	Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				0,00
67	Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				0,00
68	Operações de Crédito Externas - Ref. Mobiliária - Crédito Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				0,00
69	Mobiliária - Crédito Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				0,00

Pag. 2/ 26

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: IMBITUBA/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.909.409/0001-90

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A JUNHO DE 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

CVA: 2014073011573300703765

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

70	Contratual - Créd. Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
71	<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III+IV)</b>	100.030.446,00	100.030.446,00	17.335.524,76	17,33	46.001.190,93	45,99					54.029.255,07
72	<b>DÉFICIT (VI)</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
73	<b>TOTAL (VII) = (V+VI)</b>	100.030.446,00	100.030.446,00	17.335.524,76	17,33	46.001.190,93	-	-	-	-	-	-
74	<b>SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)</b>	-	1.269.651,36	-	-	622.449,05	-	-	-	-	-	-
75	Superávit Financeiro	-	1.269.651,36	-	-	622.449,05	-	-	-	-	-	-
76	Reabertura de Créditos Adicionais	-	0,00	-	-	0,00	-	-	-	-	-	-

CAMPO	DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d+e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (f-g)	
					No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre. (g)		% (g/f)
77	DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	100.030.446,00	10.010.898,09	110.041.344,09	16.398.253,75	54.823.033,50	17.308.624,12	42.003.367,99	38,17	68.037.976,10
78	DESPESAS CORRENTES	75.879.296,00	3.595.352,35	79.474.648,35	14.368.262,21	48.243.768,87	16.028.940,35	38.434.513,55	48,36	41.040.134,80
79	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	39.772.428,50	1.327.250,00	41.099.678,50	8.535.245,61	23.246.266,80	8.555.347,83	23.219.421,38	56,50	17.880.257,12
80	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	700.000,00	0,00	700.000,00	111.310,56	363.426,71	111.310,56	319.759,98	45,68	380.240,02
81	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	35.406.867,50	2.268.102,35	37.674.969,85	5.721.706,04	24.634.075,36	7.362.281,96	14.895.332,19	39,54	22.779.637,66
82	DESPESAS DE CAPITAL	24.101.150,00	6.415.545,74	30.516.695,74	2.029.991,54	6.579.264,63	1.279.683,77	3.568.854,44	11,69	26.947.841,30
83	INVESTIMENTOS	21.801.150,00	6.415.545,74	28.216.695,74	1.417.434,25	4.492.920,69	667.126,48	1.695.172,41	6,01	26.521.523,33
84	INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
85	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	2.300.000,00	0,00	2.300.000,00	612.557,29	2.086.343,94	612.557,29	1.873.682,03	81,46	426.317,97
86	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	50.000,00	0,00	50.000,00	-	-	-	-	-	-
87	RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	-	-	-	-	-	-
88	DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (IX)	0,00	178.500,00	178.500,00	178.500,00	178.500,00	56.082,32	56.082,32	0,00	122.417,68
89	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	178.500,00	178.500,00	178.500,00	178.500,00	56.082,32	56.082,32	38,16	122.417,68
90	SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII+IX)	100.030.446,00	10.189.398,09	110.219.844,09	16.576.753,75	55.001.533,50	17.364.706,44	42.059.450,31	38,16	68.160.393,78
91	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
92	Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
93	Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
94	Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
95	Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
96	Dívida Mobiliária - Div. Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
97	Outras Dívidas - Div. Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
98	SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X+XI)	100.030.446,00	10.189.398,09	110.219.844,09	16.576.753,75	55.001.533,50	17.364.706,44	42.059.450,31	38,16	68.160.393,78
99	SUPERÁVIT (XIII)	-	-	-	-	-	-	3.941.740,62	-	-
100	TOTAL (XIV) = (XII+XIII)	100.030.446,00	10.189.398,09	110.219.844,09	16.576.753,75	55.001.533,50	17.364.706,44	46.001.190,93	-	-

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

MUNICÍPIO: IMBITUBA/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.909.409/0001-90

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A JUNHO DE 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

CVA: 2014073011573300703765

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) R\$ 1,00

CAMPO	ATO DECLARATÓRIO	DATA DA PUBLICAÇÃO	MEIO DA PUBLICAÇÃO (Diário Oficial, Edital, etc)
101	Os abaixo-assinados declaram que publicaram o relatório cujos dados encontram-se resumidos neste demonstrativo, conforme determina o art. 48 da Lei Compl. nº 101/00, na data e meio indicados a seguir	21/07/2014	MURAL

Obs.: Contas intra-orçamentárias, inclusive os cálculos previstos nos cabedais, deverão ser preenchidos manualmente pelo ente da Federação.

Fonte: Departamento de Contabilidade

Nota:

IMBITUBA, 30/07/2014

Jaison Cardoso de Souza  
Prefeito Municipal  
CPF.: 591.549.269-04

Ivan Vítório  
Secretário da Fazenda  
CPF.: 888.387.449-49

GEORGE WILLIAM DOS SANTOS  
CONTADOR  
CRC.: 20.478

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: IMBITUBA/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.909.409/0001-90

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A JUNHO DE 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

CVA: 2014073011573300703765

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

CAMPO	CÓDIGO	FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (a-b)
					No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	
1		<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	100.030.446,00	110.041.344,09	16.398.253,75	54.823.033,50	17.308.624,12	42.003.367,99	68.037.976,10
2	00001	<b>Legislativa</b>	3.200.000,00	3.200.000,00	481.867,29	1.492.600,64	518.236,44	1.318.766,52	1.881.233,48
3	01031	Ação Legislativa	3.200.000,00	3.200.000,00	481.867,29	1.492.600,64	518.236,44	1.318.766,52	1.881.233,48
4	01032	Controle Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5	00002	<b>Judiciária</b>	1.611.350,00	1.996.350,00	255.349,19	1.280.659,12	264.692,69	1.264.491,93	731.858,07
6	02061	Ação Judiciária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
7	02062	Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário	1.611.350,00	1.996.350,00	255.349,19	1.280.659,12	264.692,69	1.264.491,93	731.858,07
8	00003	<b>Essencial à Justiça</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9	03091	Defesa da Ordem Jurídica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10	03092	Representação Judicial e Extrajudicial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11	00004	<b>Administração</b>	9.605.000,00	12.570.100,00	1.820.449,66	6.673.584,03	2.098.358,88	5.332.648,39	7.247.451,61
12	04121	Planejamento e Orçamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13	04122	Administração Geral	6.524.750,00	7.489.250,00	1.071.949,12	4.388.724,94	1.232.057,00	3.361.567,76	4.127.682,24
14	04123	Administração Financeira	2.895.500,00	4.895.500,00	720.936,44	2.198.094,73	831.518,54	1.879.552,88	3.015.947,12
15	04124	Controle Interno	185.350,00	185.350,00	27.564,10	86.764,36	34.783,34	81.527,75	103.822,25
16	04125	Normatização e Fiscalização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
17	04126	Tecnologia da Informação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
18	04127	Ordenamento Territorial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
19	04128	Formação de Recursos Humanos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20	04129	Administração de Receitas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21	04130	Administração de Concessões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22	04131	Comunicação Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23	00005	<b>Defesa Nacional</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24	05151	Defesa Aérea	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25	05152	Defesa Naval	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26	05153	Defesa Terrestre	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27	00006	<b>Segurança Pública</b>	1.043.250,00	1.273.250,00	318.816,78	744.799,51	289.740,71	591.783,29	681.466,71
28	06181	Policimento	583.150,00	833.150,00	204.520,08	525.198,83	200.982,62	462.458,04	370.691,96
29	06182	Defesa Civil	460.100,00	440.100,00	114.296,70	219.600,66	88.758,09	129.325,25	310.774,75
30	06183	Informação e Inteligência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
31	00007	<b>Relações Exteriores</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32	07211	Relações Diplomáticas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33	07212	Cooperação Internacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
34	00008	<b>Assistência Social</b>	2.711.575,00	3.823.429,77	1.066.375,36	1.980.692,13	648.281,55	1.294.718,78	2.528.710,99
35	08241	Assistência ao Idoso	0,00	340.600,00	339.749,43	0,00	0,00	0,00	340.600,00
36	08242	Assistência ao Portador de Deficiência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
37	08243	Assistência à Criança e ao Adolescente	539.250,00	755.908,58	88.800,75	187.283,38	56.731,60	135.392,14	620.516,44
38	08244	Assistência Comunitária	2.172.325,00	2.726.921,19	637.825,18	1.453.659,32	591.549,95	1.159.326,64	1.567.594,55

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: IMBITUBA/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.909.409/0001-90

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A JUNHO DE 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

CVA: 2014073011573300703765

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

Anexo 1		Tabela 1.1 - R\$ mil, mês de maio de 2022																				R\$ mil																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																										
Código	Descrição	00009	00010	00011	00012	00013	00014	00015	00016	00017	00018	00019	00020	00021	00022	00023	00024	00025	00026	00027	00028	00029	00030	00031	00032	00033	00034	00035	00036	00037	00038	00039	00040	00041	00042	00043	00044	00045	00046	00047	00048	00049	00050	00051	00052	00053	00054	00055	00056	00057	00058	00059	00060	00061	00062	00063	00064	00065	00066	00067	00068	00069	00070	00071	00072	00073	00074	00075	00076	00077	00078	00079	00080	00081	00082	00083	00084	00085	00086	00087	00088	00089	00090	00091	00092	00093	00094	00095	00096	00097	00098	00099	00100	00101	00102	00103	00104	00105	00106	00107	00108	00109	00110	00111	00112	00113	00114	00115	00116	00117	00118	00119	00120	00121	00122	00123	00124	00125	00126	00127	00128	00129	00130	00131	00132	00133	00134	00135	00136	00137	00138	00139	00140	00141	00142	00143	00144	00145	00146	00147	00148	00149	00150	00151	00152	00153	00154	00155	00156	00157	00158	00159	00160	00161	00162	00163	00164	00165	00166	00167	00168	00169	00170	00171	00172	00173	00174	00175	00176	00177	00178	00179	00180	00181	00182	00183	00184	00185	00186	00187	00188	00189	00190	00191	00192	00193	00194	00195	00196	00197	00198	00199	00200	00201	00202	00203	00204	00205	00206	00207	00208	00209	00210	00211	00212	00213	00214	00215	00216	00217	00218	00219	00220	00221	00222	00223	00224	00225	00226	00227	00228	00229	00230	00231	00232	00233	00234	00235	00236	00237	00238	00239	00240	00241	00242	00243	00244	00245	00246	00247	00248	00249	00250	00251	00252	00253	00254	00255	00256	00257	00258	00259	00260	00261	00262	00263	00264	00265	00266	00267	00268	00269	00270	00271	00272	00273	00274	00275	00276	00277	00278	00279	00280	00281	00282	00283	00284	00285	00286	00287	00288	00289	00290	00291	00292	00293	00294	00295	00296	00297	00298	00299	00300	00301	00302	00303	00304	00305	00306	00307	00308	00309	00310	00311	00312	00313	00314	00315	00316	00317	00318	00319	00320	00321	00322	00323	00324	00325	00326	00327	00328	00329	00330	00331	00332	00333	00334	00335	00336	00337	00338	00339	00340	00341	00342	00343	00344	00345	00346	00347	00348	00349	00350	00351	00352	00353	00354	00355	00356	00357	00358	00359	00360	00361	00362	00363	00364	00365	00366	00367	00368	00369	00370	00371	00372	00373	00374	00375	00376	00377	00378	00379	00380	00381	00382	00383	00384	00385	00386	00387	00388	00389	00390	00391	00392	00393	00394	00395	00396	00397	00398	00399	00400	00401	00402	00403	00404	00405	00406	00407	00408	00409	00410	00411	00412	00413	00414	00415	00416	00417	00418	00419	00420	00421	00422	00423	00424	00425	00426	00427	00428	00429	00430	00431	00432	00433	00434	00435	00436	00437	00438	00439	00440	00441	00442	00443	00444	00445	00446	00447	00448	00449	00450	00451	00452	00453	00454	00455	00456	00457	00458	00459	00460	00461	00462	00463	00464	00465	00466	00467	00468	00469	00470	00471	00472	00473	00474	00475	00476	00477	00478	00479	00480	00481	00482	00483	00484	00485	00486	00487	00488	00489	00490	00491	00492	00493	00494	00495	00496	00497	00498	00499	00500	00501	00502	00503	00504	00505	00506	00507	00508	00509	00510	00511	00512	00513	00514	00515	00516	00517	00518	00519	00520	00521	00522	00523	00524	00525	00526	00527	00528	00529	00530	00531	00532	00533	00534	00535	00536	00537	00538	00539	00540	00541	00542	00543	00544	00545	00546	00547	00548	00549	00550	00551	00552	00553	00554	00555	00556	00557	00558	00559	00560	00561	00562	00563	00564	00565	00566	00567	00568	00569	00570	00571	00572	00573	00574	00575	00576	00577	00578	00579	00580	00581	00582	00583	00584	00585	00586	00587	00588	00589	00590	00591	00592	00593	00594	00595	00596	00597	00598	00599	00600	00601	00602	00603	00604	00605	00606	00607	00608	00609	00610	00611	00612	00613	00614	00615	00616	00617	00618	00619	00620	00621	00622	00623	00624	00625	00626	00627	00628	00629	00630	00631	00632	00633	00634	00635	00636	00637	00638	00639	00640	00641	00642	00643	00644	00645	00646	00647	00648	00649	00650	00651	00652	00653	00654	00655	00656	00657	00658	00659	00660	00661	00662	00663	00664	00665	00666	00667	00668	00669	00670	00671	00672	00673	00674	00675	00676	00677	00678	00679	00680	00681	00682	00683	00684	00685	00686	00687	00688	00689	00690	00691	00692	00693	00694	00695	00696	00697	00698	00699	00700	00701	00702	00703	00704	00705	00706	00707	00708	00709	00710	00711	00712	00713	00714	00715	00716	00717	00718	00719	00720	00721	00722	00723	00724	00725	00726	00727	00728	00729	00730	00731	00732	00733	00734	00735	00736	00737	00738	00739	00740	00741	00742	00743	00744	00745	00746	00747	00748	00749	00750	00751	00752	00753	00754	00755	00756	00757	00758	00759	00760	00761	00762	00763	00764	00765	00766	00767	00768	00769	00770	00771	00772	00773	00774	00775	00776	00777	00778	00779	00780	00781	00782	00783	00784	00785	00786	00787	00788	00789	00790	00791	00792	00793	00794	00795	00796	00797	00798	00799	00800	00801	00802	00803	00804	00805	00806	00807	00808	00809	00810	00811	00812	00813	00814	00815	00816	00817	00818	00819	00820	00821	00822	00823	00824	00825	00826	00827	00828	00829	00830	00831	00832	00833	00834	00835	00836	00837	00838	00839	00840	00841	00842	00843	00844	00845	00846	00847	00848	00849	00850	00851	00852	00853	00854	00855	00856	00857	00858	00859	00860	00861	00862	00863	00864	00865	00866	00867	00868	00869	00870	00871	00872	00873	00874	00875	00876	00877	00878	00879	00880	00881	00882	00883	00884	00885	00886	00887	00888	00889	00890	00891	00892	00893	00894	00895	00896	00897	00898	00899	00900	00901	00902	00903	00904	00905	00906	00907	00908	00909	00910	00911	00912	00913	00914	00915	00916	00917	00918	00919	00920	00921	00922	00923	00924	00925	00926	00927	00928	00929	00930	00931	00932	00933	00934	00935	00936	00937	00938	00939	00940	00941	00942	00943	00944	00945	00946	00947	00948	00949	00950	00951	00952	00953	00954	00955	00956	00957	00958	00959	00960	00961	00962	00963	00964	00965	00966	00967	00968	00969	00970	00971	00972	00973	00974	00975	00976	00977	00978	00979	00980	00981	00982	00983	00984	00985	00986	00987	00988	00989	00990	00991	00992	00993	00994	00995	00996	00997	00998	00999	01000	01001	01002	01003	01004	01005	01006	01007	01008	01009	01010	01011	01012	01013	01014	01015	01016	01017	01018	01019	01020	01021	01022	01023	01024	01025	01026	01027	01028	01029	01030	01031	01032	01033	01034	01035	01036	01037	01038	01039	01040	01041	01042	01043	01044	01045	01046	01047	01048	01049	01050	01051	01052	01053	01054	01055	01056	01057	01058	01059	01060	01061	01062	01063	01064	01065	01066	01067	01068	01069	01070	01071	01072	01073	01074	01075	01076	01077	01078	01079	01080	01081	01082	01083	01084	01085	01086	01087	01088	01089	01090	01091	01092	01093	01094	01095	01096	01097	01098	01099	01100	01101	01102	01103	01104	01105	01106	01107	01108	01109	01110	01111	01112	01113	01114	01115	01116	01117	01118	01119	01120	01121	01122	01123	01124	01125	01126	01127	01128	01129	01130	01131	01132	01133	01134	01135	01136	01137	01138	01139	01140	01141	01142	01143	01144	01145	01146	01147	01148	01149	01150	01151	01152	01153	01154	01155	01156	01157	01158	01159	01160	01161	01162	01163	01164	01165	01166	01167	01168	01169	01170	01171	01172	01173	01174	01175	01176	01177	01178	01179	01180	01181	01182	01183	01184	01185	01186	01187	01188	01189	01190	01191	01192	01193	01194	01195	01196	01197	01198	01199	01200	01201	01202	01203	01204	01205	01206	01207	01208	01209	01210	01211	01212	01213	01214	01215	01216	01217	01218	01219	01220	01221	01222	01223	01224	01225	01226	01227	01228	01229	01230	01231	01232	01233	01234	01235	01236	01237	01238	01239



**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: IMBITUBA/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.909.409/0001-90

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A JUNHO DE 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

CVA: 2014073011573300703765

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

81	17512	Saneamento Básico Urbano	10.085.700,00	10.085.700,00	886.013,26	1.344.938,95	1.318.538,95	1.322.568,55	3,14	13,11	8.763.131,45
82	00018	Gestão Ambiental	26.750,00	26.750,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	26.750,00
83	18541	Preservação e Conservação Ambiental	10.700,00	10.700,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.700,00
84	18542	Controle Ambiental	16.050,00	16.050,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	16.050,00
85	18543	Recuperação de Áreas Degradadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
86	18544	Recursos Hídricos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
87	18545	Meteorologia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
88	00019	Ciência e Tecnologia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
89	19571	Desenvolvimento Científico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
90	19572	Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
91	19573	Diffusão do Conhecimento Científico e Tecnológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
92	00020	Agricultura	2.356.025,00	2.356.025,00	100.074,79	442.716,35	142.778,48	294.534,95	0,70	12,50	2.061.490,05
93	20601	Promoção da Produção Vegetal	1.668.575,00	1.668.575,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.668.575,00
94	20602	Promoção da Produção Animal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
95	20603	Defesa Sanitária Vegetal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
96	20604	Defesa Sanitária Animal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
97	20605	Abastecimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
98	20606	Extensão Rural	32.100,00	32.100,00	0,00	31.317,00	5.694,00	11.388,00	0,03	35,48	20.712,00
99	20607	Irrigação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
100	20122	Administração Geral	655.350,00	655.350,00	100.074,79	411.399,35	137.084,48	283.146,95	0,67	43,21	372.203,05
101	00021	Organização Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
102	21631	Reforma Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
103	21632	Colonização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
104	00022	Indústria	87.500,00	87.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	87.500,00
105	22661	Promoção Industrial	87.500,00	87.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	87.500,00
106	22662	Produção Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
107	22663	Mineração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
108	22664	Propriedade Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
109	22665	Normalização e Qualidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
110	00023	Comércio e Serviços	3.440.750,00	3.440.750,00	516.704,21	1.673.191,03	69.833,03	1.191.243,86	2,83	30,55	2.707.506,14
111	23691	Promoção Comercial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
112	23692	Comercialização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
113	23693	Comércio Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
114	23694	Serviços Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
115	23695	Turismo	3.120.050,00	3.120.050,00	451.964,12	1.434.683,57	2.640,09	980.796,54	2,33	27,40	2.599.253,46
116	23122	Administração Geral	320.700,00	318.700,00	64.740,09	238.507,46	67.192,94	210.447,32	0,50	66,03	108.252,68
117	00024	Comunicações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
118	24721	Comunicações Postais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
119	24722	Telecomunicações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
120	00025	Energia	1.822.000,00	1.822.000,00	1.000.000,00	1.800.000,00	597.230,86	922.133,88	2,19	50,61	899.866,12
121	25751	Conservação de Energia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
122	25752	Energia Elétrica	1.822.000,00	1.822.000,00	1.000.000,00	1.800.000,00	597.230,86	922.133,88	2,19	50,61	899.866,12

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: IMBITUBA/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.909.409/0001-90

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A JUNHO DE 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

CVA: 2014073011573300703765

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")										RS 1,0
123	25753	Combustíveis Minerais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
124	25754	Biocombustíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
125	<b>00026</b>	<b>Transporte</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
126	26781	Transporte Aéreo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
127	26782	Transporte Rodoviário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
128	26783	Transporte Ferroviário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
129	26784	Transporte Hidroviário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
130	26785	Transportes Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
131	<b>00027</b>	<b>Desporto e Lazer</b>	3.508.500,00	2.917.500,00	135.501,80	421.590,97	165.603,57	340.345,49	0,81	11,67
132	27811	Desporto de Rendimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
133	27812	Desporto Comunitário	1.025.700,00	917.500,00	135.501,80	421.590,97	165.603,57	340.345,49	0,81	37,09
134	27813	Lazer	2.482.800,00	2.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000.000,00
135	<b>00028</b>	<b>Encargos Especiais</b>	3.609.800,00	3.609.800,00	832.089,08	3.057.991,88	789.610,95	2.736.168,08	6,51	75,80
136	28841	Refinanciamento da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
137	28842	Refinanciamento da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
138	28843	Serviço da Dívida Interna	3.000.000,00	3.000.000,00	723.867,85	2.449.770,65	723.867,85	2.193.442,01	5,22	73,11
139	28844	Serviço da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
140	28845	Outras Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
141	28846	Outros Encargos Especiais	609.800,00	609.800,00	108.221,23	608.221,23	65.743,10	542.726,07	1,29	89,00
142	28847	Transferências para a Educação Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
143		RESERVA DE CONTINGÊNCIA	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
144		RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
145		<b>DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (II)</b>	0,00	178.500,00	178.500,00	178.500,00	56.082,32	56.082,32	0,13	31,42
146	00001	Legislativa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
147	00002	Judiciária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
148	00003	Essencial à Justiça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
149	00004	Administração	0,00	16.500,00	16.500,00	16.500,00	3.223,75	3.223,75	0,01	19,54
150	04122	Administração Geral	0,00	16.500,00	16.500,00	16.500,00	3.223,75	3.223,75	0,01	19,54
151	00005	Defesa Nacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
152	00006	Segurança Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
153	00007	Relações Exteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
154	00008	Assistência Social	0,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	361,09	361,09	0,00	1.638,91
155	08244	Assistência Comunitária	0,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	361,09	361,09	0,00	1.638,91
156	00009	Previdência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
157	00010	Saúde	0,00	21.000,00	21.000,00	21.000,00	699,23	699,23	0,00	20.300,77
158	10000	Atenção Básica	0,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	521,39	521,39	0,00	9.478,61
159	10302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	0,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	88,32	88,32	0,00	9.911,68
160	10304	Vigilância Sanitária	0,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	89,52	89,52	0,00	910,48
161	00011	Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
162	00012	Educação	0,00	85.000,00	85.000,00	85.000,00	26.754,50	26.754,50	0,06	58.245,50
163	12361	Ensino Fundamental	0,00	60.000,00	60.000,00	60.000,00	17.983,05	17.983,05	0,04	42.016,95
164	12365	Educação Infantil	0,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	8.771,45	8.771,45	0,02	16.238,55

Pag. 8/ 26

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: IMBITUBA/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.909.409/0001-90

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A JUNHO DE 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

CVA: 2014073011573300703765

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")										R\$ 1,00	
165	00013	Cultura	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
166	00014	Direitos da Cidadania	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
167	00015	Urbanismo	0,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	23.812,20	23.812,20	0,06	47,62	26.187,80
168	15451	Infra-Estrutura Urbana	0,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	23.812,20	23.812,20	0,06	47,62	26.187,80
169	00016	Habituação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
170	00017	Saneamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
171	00018	Gestão Ambiental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
172	00019	Ciência e Tecnologia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
173	00020	Agricultura	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
174	00021	Organização Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
175	00022	Indústria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
176	00023	Comércio e Serviços	0,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	531,90	531,90	0,00	26,59	1.468,10
177	23122	Administração Geral	0,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	531,90	531,90	0,00	26,59	1.468,10
178	00024	Comunicações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
179	00025	Energia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
180	00026	Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
181	00027	Desporto e Lazer	0,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	699,65	699,65	0,00	34,98	1.300,35
182	27812	Desporto Comunitário	0,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	699,65	699,65	0,00	34,98	1.300,35
183	00028	Encargos Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
184		<b>TOTAL (III) = (I + II)</b>	100.030.446,00	110.219.844,09	16.576.733,75	55.001.533,50	17.364.706,44	42.059.450,31	0,00	69,59	68.160.393,78

104	TOTAL (m) = (a + b)	100.050.440,00	110.212.844,92
-----	---------------------	----------------	----------------

Obs.: Contas intra-orçamentárias, inclusive os cálculos previstos nos cabecalhos, deverão ser preenchidos manualmente pelo ente da Federação.

Fonte: Departamento de Contabilidade

Nota:

IMBITUBA, 30/07/2014

Jaison Cardoso de Souza  
 Prefeito Municipal  
 CPF.: 591.549.269-04

**Ivan Vitorio**  
**Secretário da Fazenda**  
**CPF.: 888.387.449-49**

GEORGE WILLIAM DOS SANTOS  
CONTADOR  
CRC.: 20.478

Pag. 9/ 26

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: IMBITUBA/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.909.409/0001-90

Exercício: 2014

Período de referência: JUL/2013 a JUN/ 2014

CVA: 2014073011573300703765

RREO - Anexo 3 (LRF, Art. 53, inciso I)

CAMPO	ESPECIFICAÇÃO	Julho 2013	Agosto 2013	Setembro 2013	Outubro 2013	Novembro 2013	Dezembro 2013	R\$ 1,00 Janeiro 2014
1	<b>RECEITAS CORRENTES (I) = (2+8+...+13+22)</b>	5.602.563,14	6.245.054,84	6.446.966,93	6.578.429,14	7.028.229,58	7.515.048,53	7.161.380,12
2	Receita Tributária = (3+4+5+6+7)	1.001.571,51	1.280.740,11	1.200.090,96	1.351.264,18	1.498.848,21	1.368.446,60	1.385.340,52
3	IP TU	124.853,68	116.556,59	141.544,52	110.201,44	46.992,20	42.668,20	235.049,59
4	ISS	636.271,23	864.390,78	744.060,17	848.460,46	1.208.752,23	892.950,54	869.614,05
5	ITBI	82.224,69	121.273,65	112.218,44	77.554,93	99.553,14	94.932,41	74.975,73
6	IRRF	2.019,13	36.933,55	27.821,24	165.491,73	25.940,43	200.031,67	25.383,55
7	Outras Receitas Tributárias	156.202,78	141.585,54	174.446,59	149.555,62	117.610,21	137.863,78	180.317,60
8	Receita de Contribuições	151.097,24	108.869,67	0,00	233.377,07	149.196,62	140.556,93	0,00
9	Receita Patrimonial	70.658,42	64.041,40	52.609,31	61.777,53	63.920,76	70.375,25	38.327,83
10	Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11	Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12	Receita de Serviços	47.704,00	104,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13	Transferências Correntes = (14+...+21)	4.025.925,55	4.439.854,46	4.648.507,41	4.570.236,22	4.912.164,59	5.494.135,37	5.177.942,11
14	Cota-Parte do FPM	977.747,51	1.278.389,28	1.058.034,86	1.058.051,12	1.471.727,62	2.220.274,19	1.784.494,11
15	Cota-Parte do ICMS	1.136.611,53	1.186.902,17	1.204.765,62	1.215.511,56	1.363.526,30	1.334.095,02	1.346.816,18
16	Cota-Parte do IPVA	325.115,21	294.401,56	299.147,77	266.742,32	162.107,50	117.560,95	181.109,84
17	Cota-Parte do ITR	219,07	194,76	1.031,25	9.771,12	119,15	148,45	64,80
18	Transferências da LC 87/1996	5.572,88	5.572,88	5.572,88	5.572,88	0,00	11.145,76	5.692,27
19	Transferências da LC 61/1989	18.174,00	19.446,28	17.688,92	19.034,57	20.975,65	22.418,43	21.540,94
20	Transferências do FUNDEB	768.310,83	829.220,36	844.399,26	797.139,10	914.309,16	916.178,78	946.012,79
21	Outras Transferências Correntes	794.174,52	825.727,17	1.217.866,85	1.198.413,55	979.399,21	872.313,79	892.211,18
22	Outras Receitas Correntes	305.606,42	351.445,20	545.759,25	361.774,14	404.099,40	441.534,38	559.769,66
23	<b>DEDUÇÕES (II) = (24+25+26)</b>	492.687,82	701.790,99	517.248,02	513.718,88	603.713,10	601.987,34	667.943,41
24	Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25	Compensação Financ. entre Regimes Previd.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	492.687,82	701.790,99	517.248,02	513.718,88	603.713,10	601.987,34	667.943,41
27	<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II) = (1-23)</b>	5.109.875,32	5.543.263,85	5.929.718,91	6.064.710,26	6.424.516,48	6.913.061,19	6.493.436,71

CAMPO	ESPECIFICAÇÃO	Fevereiro 2014	Março 2014	Abril 2014	Maió 2014	Junho 2014	TOTAL (ÚLT. 12 M)	PREVISÃO ATUALIZADA 2014
-------	---------------	-------------------	---------------	---------------	--------------	---------------	----------------------	--------------------------------

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: IMBITUBA/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.909.409/0001-90

Exercício: 2014

Período de referência: JUL/2013 a JUN/2014

CVA: 2014073011573300703765

RREO - Anexo 3 (LRF, Art. 53, inciso I)

RREO - Anexo 3 (LRF, Art. 53, inciso I)								
	RECEITAS CORRENTES (I) = (29+35+...+(40+49)							RS. 1,0
28	Receita Tributária = (30+31+32+33+34)	9.163.644,62	6.822.033,58	7.664.894,64	9.910.935,33	7.878.383,72	88.017.564,17	95.060.430,00
29	IPITU	3.473.446,47	1.495.486,79	1.417.175,06	2.952.169,90	1.700.232,14	20.124.812,45	17.703.030,00
30	ISS	1.757.494,74	282.784,90	161.458,58	941.218,35	232.072,07	4.192.894,86	3.000.000,00
31		917.794,69	831.378,55	842.456,40	1.231.451,52	1.087.743,43	10.975.324,05	11.000.000,00
32	ITBI	94.090,12	93.351,52	112.013,24	164.378,55	168.347,39	1.294.913,81	1.200.000,00
33	IRRF	34.469,04	40.197,03	37.515,14	275.831,97	46.457,65	918.092,13	433.350,00
34	Outras Receitas Tributárias	669.597,88	247.774,79	263.731,70	339.289,51	165.611,60	2.743.587,60	2.069.680,00
35	Receita de Contribuições	229.997,77	130.464,85	0,00	401.706,69	227.256,57	1.772.523,41	1.822.000,00
36	Receita Patrimonial	37.357,32	42.025,72	40.821,18	107.815,59	61.868,11	711.598,42	386.675,00
37	Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
38	Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
39	Receita de Serviços	0,00	32.571,59	477.928,86	819.320,32	767.799,86	2.145.428,63	10.048.150,00
40	Transferências Correntes = (41+...+48)	4.900.241,30	4.677.729,20	5.260.220,19	5.181.083,99	4.639.007,41	57.927.047,80	62.685.585,00
41	Cota-Parte do FPM	1.905.578,68	1.130.379,87	1.290.138,31	1.719.267,93	1.289.339,96	17.183.423,44	18.750.000,00
42	Cota-Parte do ICMS	1.281.603,21	1.320.538,95	1.267.593,71	1.288.197,64	1.306.907,93	15.253.069,82	18.500.000,00
43	Cota-Parte do IPVA	211.586,32	292.248,28	343.078,05	344.383,14	321.717,79	3.159.198,73	3.250.000,00
44	Cota-Parte do ITR	0,00	51,34	10,66	39,50	0,00	11.650,10	6.420,00
45	Transferências da LC 87/1996	5.692,27	0,00	5.692,27	5.692,27	5.692,27	61.898,63	80.250,00
46	Transferências da LC 61/1989	18.237,09	17.820,00	19.388,87	21.088,57	20.085,73	235.899,05	267.500,00
47	Transferências do FUNDEB	936.911,80	852.440,61	845.444,22	939.114,04	888.714,74	10.478.195,69	9.920.700,00
48	Outras Transferências Correntes	540.631,93	1.064.250,15	1.488.874,10	863.300,90	806.548,99	11.543.712,34	11.910.715,00
49	Outras Receitas Correntes	522.601,76	443.755,43	468.749,35	448.838,84	482.219,63	5.336.153,46	2.414.990,00
50	DEDUÇÕES (II) = (51+52+53)	684.539,36	552.207,46	585.180,19	675.733,64	588.748,55	7.185.498,76	8.170.834,00
51	Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
52	Compensação Financ. entre Regimes Previd.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

MUNICÍPIO: IMBITUBA/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.909.409/0001-90

Exercício: 2014

Período de referência: JUL/2013 a JUN/ 2014

CVA: 2014073011573300703765

RREO - Anexo 3 (LRF, Art. 53, inciso I)

53	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	684.539,36	552.207,46	585.180,19	675.733,64	588.748,55	7.185.498,76	8.170.834,00
54	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II) = (28-50)	8.479.105,26	6.269.826,12	7.079.714,45	9.235.201,69	7.289.635,17	80.832.065,41	86.889.596,00

Fonte: Departamento de Contabilidade

Nota:

IMBITUBA, 30/07/2014

Jaison Cardoso de Souza  
Prefeito Municipal  
CPF.: 591.549.269-04

Ivan Vilório  
Secretário da Fazenda  
CPF.: 888.387.449-49

GEORGE WILLIAM DOS SANTOS  
CONTADOR  
CRC.: 20.478



**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
**ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL**

**OBSERVAÇÃO:** Os entes federados que tiverem feito a opção pela segregação da massa de segurados elaborarão e publicarão um demonstrativo para o Plano Previdenciário e outro para o Plano Financeiro. Caso o ente não tenha optado pela segregação das massas, deverá elaborar e publicar apenas o demonstrativo com o nome Plano Previdenciário.

MUNICÍPIO: IMBITUBA/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.909.409/0001-90

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

CVA: 2014073011573300703765

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

CAMPO	RECEITAS	PLANO PREVIDENCIÁRIO				
		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
1	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I) = (2+21-25)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2	RECEITAS CORRENTES = (3+12+13+17+18)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3	Receita de Contribuições dos Segurados = (4+8)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4	Pessoal Civil = (5+6+7)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5	Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6	Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
7	Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
8	Pessoal Militar = (9+10+11)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9	Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10	Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11	Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12	Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13	Receita Patrimonial = (14+15+16)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14	Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15	Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
16	Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
17	Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
18	Outras Receitas Correntes = (19+20)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
19	Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20	Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21	RECEITAS DE CAPITAL = (22+23+24)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22	Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23	Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24	Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25	(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27	<b>TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II) = (1+26)</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CAMPO	DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
28	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV) = (29+32)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29	ADMINISTRAÇÃO = (30+31)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
30	Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
31	Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32	PREVIDÊNCIA = (33+37+41)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33	Pessoal Civil = (34+35+36)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
34	Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
35	Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
36	Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
37	Pessoal Militar = (38+39+40)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
38	Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
39	Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
40	Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41	Outras Despesas Previdenciárias = (42+43)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
42	Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43	Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
45	<b>TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V) = (28+44)</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
46	<b>RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI) = (27-45)</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
**ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL**

**OBSERVAÇÃO:** Os entes federados que tiverem feito a opção pela segregação da massa de segurados elaborarão e publicarão um demonstrativo para o Plano Previdenciário e outro para o Plano Financeiro. Caso o ente não tenha optado pela segregação das massas, deverá elaborar e publicar apenas o demonstrativo com o nome Plano Previdenciário.

MUNICÍPIO: IMBITUBA/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.909.409/0001-90

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

CVA: 2014073011573300703765

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

CAMPO	APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
47	TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS = (48+52)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
48	Plano Financeiro = (49+50+51)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
49	Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
50	Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
51	Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
52	Plano Previdenciário = (53+54+55)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
53	Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
54	Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
55	Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CAMPO	RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
56	Valor	0,00

CAMPO	BENS E DIREITOS DO RPPS	Em Mai/2014	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
			Em Jun/2014	Em 31 /Dez/2013
57	CAIXA	0,00	0,00	0,00
58	BANCOS CONTA MOVIMENTO	0,00	0,00	0,00
59	INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00
60	OUTROS BENS E DIREITOS	0,00	0,00	0,00

CAMPO	RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
61	RECEITAS CORRENTES (VIII) = (62+74+75+76)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
62	Receita de Contribuições = (63+72+73)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
63	Patronal = (64+68)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
64	Pessoal Civil = (65+66+67)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
65	Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
66	Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
67	Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
68	Pessoal Militar = (69+70+71)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
69	Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
70	Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
71	Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
72	Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
73	Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
74	Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
75	Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
76	Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
77	RECEITAS DE CAPITAL (IX) = (78+79+80)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
78	Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
79	Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
80	Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
81	(-) DEDUÇÕES DA RECEITA (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
82	TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = (VIII + IX - X) = (61+77-81)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CAMPO	DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
83	ADMINISTRAÇÃO (XII) = (84+85)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
84	Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
85	Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
86	TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XIII) = (XII) = (83)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
**ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL**

**OBSERVAÇÃO:** Os entes federados que tiverem feito a opção pela segregação da massa de segurados elaborarão e publicarão um demonstrativo para o Plano Previdenciário e outro para o Plano Financeiro. Caso o ente não tenha optado pela segregação das massas, deverá elaborar e publicar apenas o demonstrativo com o nome Plano Previdenciário.

MUNICÍPIO: IMBITUBA/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.909.409/0001-90

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

CVA: 2014073011573300703765

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

CAMPO	RECEITAS	PLANO FINANCEIRO				
		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
87	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I) = (88+107-111)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
88	RECEITAS CORRENTES = (89+98+99+103+104)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
89	Receita de Contribuições dos Segurados = (90+94)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
90	Pessoal Civil = (91+92+93)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
91	Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
92	Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
93	Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
94	Pessoal Militar = (95+96+97)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
95	Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
96	Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
97	Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
98	Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
99	Receita Patrimonial = (100+101+102)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
100	Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
101	Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
102	Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
103	Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
104	Outras Receitas Correntes = (105+106)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
105	Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
106	Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
107	RECEITAS DE CAPITAL = (108+109+110)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
108	Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
109	Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
110	Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
111	(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
112	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
113	TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II) = (87+112)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CAMPO	DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
114	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV) = (115+118)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
115	ADMINISTRAÇÃO = (116+117)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
116	Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
117	Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
118	PREVIDÊNCIA = (119+123+127)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
119	Pessoal Civil = (120+121+122)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
120	Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
121	Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
122	Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
123	Pessoal Militar = (124+125+126)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
124	Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
125	Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
126	Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
127	Outras Despesas Previdenciárias = (128+129)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
128	Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
129	Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
130	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
131	TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V) = (114+130)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
132	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI) = (113-131)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
**ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL**

**OBSERVAÇÃO:** Os entes federados que tiverem feito a opção pela segregação da massa de segurados elaborarão e publicarão um demonstrativo para o Plano Previdenciário e outro para o Plano Financeiro. Caso o ente não tenha optado pela segregação das massas, deverá elaborar e publicar apenas o demonstrativo com o nome Plano Previdenciário.

MUNICÍPIO: IMBITUBA/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.909.409/0001-90

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

CVA: 2014073011573300703765

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

CAMPO	APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
133	TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS = (134+138)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
134	Plano Financeiro = (135+136+137)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
135	Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
136	Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
137	Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
138	Plano Previdenciário = (139+140+141)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
139	Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
140	Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
141	Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CAMPO	RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
142	Valor	0,00

CAMPO	BENS E DIREITOS DO RPPS	Em Mai/2014	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
			Em Jun/2014	Em 31 /Dez/2013
143	CAIXA	0,00	0,00	0,00
144	BANCOS CONTA MOVIMENTO	0,00	0,00	0,00
145	INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00
146	OUTROS BENS E DIREITOS	0,00	0,00	0,00

CAMPO	RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
147	RECEITAS CORRENTES (VIII) = (148+160+161+162)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
148	Receita de Contribuições = (149+158+159)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
149	Patronal = (150+154)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
150	Pessoal Civil = (151+152+153)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
151	Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
152	Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
153	Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
154	Pessoal Militar = (155+156+157)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
155	Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
156	Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
157	Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
158	Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
159	Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
160	Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
161	Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
162	Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
163	RECEITAS DE CAPITAL (IX) = (164+165+166)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
164	Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
165	Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
166	Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
167	(-) DEDUÇÕES DA RECEITA (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
168	TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = (VIII + IX - X) = (147+163-167)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CAMPO	DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
169	ADMINISTRAÇÃO (XII) = (170+171)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
170	Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS  
SERVIDORES  
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL**

**OBSERVAÇÃO:** Os entes federados que tiverem feito a opção pela segregação da massa de segurados elaborarão e publicarão um demonstrativo para o Plano Previdenciário e outro para o Plano Financeiro. Caso o ente não tenha optado pela segregação das massas, deverá elaborar e publicar apenas o demonstrativo com o nome Plano Previdenciário.

MUNICÍPIO: IMBITUBA/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.909.409/0001-90

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

CVA: 2014073011573300703765

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

171	Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
172	TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XIII) = (XII) = (169)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Departamento de Contabilidade

Nota:

IMBITUBA, 30/07/2014

\_\_\_\_\_  
Jaison Cardoso de Souza

Prefeito Municipal

CPF.: 591.549.269-04

\_\_\_\_\_  
Ivan Vítório

Secretário da Fazenda

CPF.: 888.387.449-49

\_\_\_\_\_  
GEORGE WILIAM DOS SANTOS

CONTADOR

CRC.: 20.478

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: IMBITUBA/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.909.409/0001-90

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A JUNHO DE 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

CVA: 2014073011573300703765

RREO - Anexo 5 (LRF, Art. 53, inciso III)

R\$ 1,00

CAMPO	DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	SALDO		
		Em 31/Dez/ 2013 (a)	Em 30/Abr/2014 (b)	Em. 30/Jun/2014 (c)
1	DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	6.972.205,49	5.711.080,75	5.092.992,97
2	DEDUÇÕES (II) = (3 + 4 - 5)	9.215.367,39	11.508.206,04	12.168.686,54
3	Disponibilidade de Caixa Bruta	11.879.932,62	13.142.846,40	13.434.022,60
4	Demais Haveres Financeiros	338.764,35	348.350,54	324.781,06
5	(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	3.003.329,58	1.982.990,90	1.590.117,12
6	DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-2.243.161,90	-5.797.125,29	-7.075.693,57
7	RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
8	PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
9	DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-2.243.161,90	-5.797.125,29	-7.075.693,57

CAMPO	RESULTADO NOMINAL	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
		No Bimestre (c - b)	Até o Bimestre (c - a)
10	VALOR	-1.278.568,28	-4.832.531,67

CAMPO	DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
11	META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO PARA O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	-4.800.000,00

CAMPO	DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA	REGIME PREVIDENCIÁRIO		
		Em 31/Dez/ 2013	Em 30/Abr/2014	Em. 30/Jun/2014
12	DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
13	Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
14	Demais Dívidas	0,00	0,00	0,00
15	DEDUÇÕES (VIII) = (16+17+18-19)	-	-	-
16	Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
17	Investimentos	0,00	0,00	0,00
18	Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
19	(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
20	DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00



**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: IMBITUBA/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.909.409/0001-90

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A JUNHO DE 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

CVA: 2014073011573300703765

RREO - Anexo 5 (LRF, Art. 53, inciso III)

R\$ 1,00

21	PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
22	DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

Se o cálculo das "Deduções" resultar em valor negativo, o campo será preenchido pelo sistema com um traço.

Fonte: Departamento de Contabilidade

Nota:

IMBITUBA, 30/07/2014

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito Municipal

CPF.: 591.549.269-04

Ivan Vitório

Secretário da Fazenda

CPF.: 888.387.449-49

GEORGE WILLIAM DOS SANTOS

CONTADOR

CRC.: 20.478

**RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: IMBITUBA/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.909.409/0001-90

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A JUNHO DE 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

CVA: 2014073011573300703765

RREO - Anexo 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

CAMPO	RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
1	RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I) = (2+8+11+14+19)	86.545.721,00	16.367.153,16	44.530.753,65	36.565.511,46
2	Receitas Tributárias = (3+4+5+6+7)	17.703.030,00	4.652.402,04	12.423.850,88	9.174.459,07
3	IPTU	3.000.000,00	1.173.290,42	3.610.078,23	2.380.021,86
4	ISS	11.000.000,00	2.319.194,95	5.780.438,64	4.339.825,61
5	ITBI	1.200.000,00	332.725,94	707.156,55	704.401,17
6	IRRF	433.350,00	322.289,62	459.854,38	139.953,24
7	Outras Receitas Tributárias	2.069.680,00	504.901,11	1.866.323,08	1.610.257,19
8	Receitas de Contribuições. = (9+10)	1.822.000,00	628.963,26	989.425,88	916.949,05
9	Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
10	Outras Receitas de Contribuições	1.822.000,00	628.963,26	989.425,88	916.949,05
11	Receita Patrimonial Líquida = (12-13)	42.800,00	12.000,00	12.050,00	10.000,00
12	Receita Patrimonial	386.675,00	169.683,70	328.215,75	430.918,45
13	(-) Aplicações Financeiras	343.875,00	157.683,70	316.165,75	420.918,45
14	Transferências Correntes = (15+16+17+18)	54.514.751,00	8.555.609,21	26.081.871,59	24.665.509,49
15	FPM	15.000.000,00	2.406.886,35	7.295.359,23	6.770.025,06
16	ICMS	14.800.000,00	2.076.084,60	6.249.326,58	5.684.695,24
17	Convênios	1.098.700,00	-1,00	9.752,33	654.897,80
18	Outras Transferências Correntes	23.616.051,00	4.072.639,26	12.527.433,45	11.555.891,39
19	Demais Receitas Correntes = (20+21)	12.463.140,00	2.518.178,65	5.023.555,30	1.798.593,85
20	Dívida Ativa	1.230.500,00	400.645,45	1.429.583,81	821.778,78
21	Diversas Receitas Correntes	11.232.640,00	2.117.533,20	3.593.971,49	976.815,07
22	RECEITAS DE CAPITAL (II) = (23+...+26+29)	13.140.850,00	810.687,90	1.154.271,53	1.100.402,65
23	Operações de Crédito (III)	1.000.000,00	0,00	0,00	730.811,55
24	Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
25	Alienação de Bens (V)	85.650,00	117.519,50	117.519,50	55.368,00
26	Transferências de Capital = (27+28)	12.055.200,00	693.168,40	1.036.752,03	314.223,10
27	Convênios	9.275.700,00	321.397,50	329.456,61	314.223,10
28	Outras Transferências de Capital	2.779.500,00	371.770,90	707.295,42	0,00
29	Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
30	RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II-III-IV-V)	12.055.200,00	693.168,40	1.036.752,03	314.223,10
31	RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I+VI)	98.600.921,00	17.060.321,56	45.567.505,68	36.879.734,56

CAMPO	DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
32	DESPESAS CORRENTES (VIII) = (33+34+35)	79.653.148,35	16.085.022,67	38.490.595,87	29.951.675,83
33	Pessoal e Encargos Sociais	41.099.678,50	8.555.347,83	23.219.421,38	18.434.535,93
34	Juros e Encargos da Dívida (IX)	700.000,00	111.310,56	319.759,98	325.039,16
35	Outras Despesas Correntes	37.853.469,85	7.418.364,28	14.951.414,51	11.192.100,74
36	DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII-IX)	78.953.148,35	15.973.712,11	38.170.835,89	29.626.636,67
37	DESPESAS DE CAPITAL (XI) = (38+39+43)	30.516.695,74	1.279.683,77	3.568.854,44	2.340.792,14
38	Investimentos	28.216.695,74	667.126,48	1.695.172,41	910.210,53
39	Inversões Financeiras = (40+41+42)	0,00	0,00	0,00	0,00
40	Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
41	Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
42	Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
43	Amortização da Dívida (XIV)	2.300.000,00	612.557,29	1.873.682,03	1.430.581,61
44	DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI-XII-XIII-XIV)	28.216.695,74	667.126,48	1.695.172,41	910.210,53
45	RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	50.000,00	-	-	-
46	RESERVA DO RPPS (XVII)	0,00	0,00	0,00	0,00

## R\$ 1,00

CAMPO	DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
50	META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO PARA O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	-8.600.000,00

CRC.: 20.478

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ORGÃO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

MUNICÍPIO: IMBITUBA/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.909.409/0001-90

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A JUNHO DE 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

CVA: 2014073011573300703765

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)		RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS					R\$ 1,00
CAMPO	PODER.ÓRGÃO	Inscritos em Exercícios Anteriores	Inscritos em 31 de dezembro de 2013	Pagos	Cancelados	Saldo	Inscritos em Exercícios Anteriores	Inscritos em 31 de dezembro de 2013	Liquidados	Pagos,	Cancelados,	Saldo,
1	RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	352.507,97	2.650.821,61	2.559.578,03	0,00	443.751,55	331.732,42	1.783.947,38	1.272.708,03	1.268.906,29	249.344,28	597.429,23
2	EXECUTIVO	352.507,97	2.650.821,61	2.559.578,03	0,00	443.751,55	331.732,42	1.783.947,38	1.272.708,03	1.268.906,29	249.344,28	597.429,23
3	PODER EXECUTIVO	352.507,97	2.650.821,61	2.559.578,03	0,00	443.751,55	331.732,42	1.783.947,38	1.272.708,03	1.268.906,29	249.344,28	597.429,23
4	LEGISLATIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5	RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6	EXECUTIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
7	LEGISLATIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
8	TOTAL (III) = (I +II)	352.507,97	2.650.821,61	2.559.578,03	0,00	443.751,55	331.732,42	1.783.947,38	1.272.708,03	1.268.906,29	249.344,28	597.429,23

Fonte: Departamento de Contabilidade  
Nota:

IMBITUBA, 30/07/2014

Jaison Cardoso de Souza  
Prefeito Municipal  
CPF: 591.549.269-04

Ivan Vitorio  
Secretário da Fazenda  
CPF: 888.387.449-49

GEORGE WILLIAM DOS SANTOS  
CONTADOR  
CRC: 20.478

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: IMBITUBA/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.909.409/0001-90

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A DEZEMBRO DE 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

CVA: 2014073011573300703765

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

CAMPO	ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2014		SALDO TOTAL (c) = (a+b)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	
1	TOTAL DE ATIVOS = (2+3+4)	0,00	0,00	0,00	0,00
2	Direitos Futuros	0,00	0,00	0,00	0,00
3	Ativos Contabilizados na SPE	0,00	0,00	0,00	0,00
4	Contrapartida para Provisões de PPP	0,00	0,00	0,00	0,00
5	TOTAL DE PASSIVOS (I) = (6+7+8)	0,00	0,00	0,00	0,00
6	Obrigações Não Relacionadas a Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
7	Contrapartida para Ativos da SPE	0,00	0,00	0,00	0,00
8	Provisões de PPP	0,00	0,00	0,00	0,00
9	GARANTIAS DE PPP (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
10	SALDO LÍQUIDO DE PASSIVOS DE PPP (III) = (I-II)	0,00	0,00	0,00	0,00
11	PASSIVOS CONTINGENTES = (12+13+14)	0,00	0,00	0,00	0,00
12	Contraprestações Futuras	0,00	0,00	0,00	0,00
13	Riscos Não Provisionados	0,00	0,00	0,00	0,00
14	Outros Passivos Contingentes	0,00	0,00	0,00	0,00
15	ATIVOS CONTINGENTES = (16+17)	0,00	0,00	0,00	0,00
16	Serviços Futuros	0,00	0,00	0,00	0,00
17	Outros Ativos Contingentes	0,00	0,00	0,00	0,00

CAMPO	DESPESAS DE PPP	2013	2014	2015	2016	2017	2018
18	Do Ente Federado (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
19	Das Estatais Não-Dependentes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20	TOTAL DAS DESPESAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) (V)	72.971.575,92	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22	TOTAL DAS DESPESAS / RCL (%) (VI) = (IV)/(V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CAMPO	DESPESAS DE PPP	2019	2020	2021	2022	2023
23	Do Ente Federado (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24	Das Estatais Não-Dependentes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25	TOTAL DAS DESPESAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27	TOTAL DAS DESPESAS / RCL (%) (VI) = (IV)/(V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Departamento de Contabilidade

Nota:

IMBITUBA, 30/07/2014

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito Municipal

CPF.: 591.549.269-04

Ivan Vítório

Secretário da Fazenda

CPF.: 888.387.449-49

GEORGE WILIAM DOS SANTOS

CONTADOR

CRC.: 20.478

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: IMBITUBA/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.909.409/0001-90

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A JUNHO DE 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

CVA: 2014073011573300703765

RREO - Anexo 14 (LRF, Art. 48)

R\$ 1,00

CAMPO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	No Bimestre	Até o Bimestre
1	RECEITAS	-	-
2	Previsão Inicial	-	100.030.446,00
3	Previsão Atualizada	-	100.030.446,00
4	Receitas Realizadas	17.335.524,76	46.001.190,93
5	Déficit Orçamentário	-	-
6	Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)	-	622.449,05
7	DESPESAS	-	-
8	Dotação Inicial	-	100.030.446,00
9	Créditos Adicionais	-	10.189.398,09
10	Dotação Atualizada	-	110.219.844,09
11	Despesas Empenhadas	16.576.753,75	55.001.533,50
12	Despesas Liquidadas	17.364.706,44	42.059.450,31
13	Superávit Orçamentário	-	3.941.740,62

CAMPO	DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	No Bimestre	Até o Bimestre
14	Despesas Empenhadas	16.576.753,75	55.001.533,50
15	Despesas Liquidadas	17.364.706,44	42.059.450,31

CAMPO	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	Até o Bimestre
16	Receita Corrente Líquida	80.832.065,41

CAMPO	RECEITAS E DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	No Bimestre	Até o Bimestre
17	Regime Geral de Previdência Social	-	-
18	Receitas Previdenciárias Realizadas (I)	-	-
19	Despesas Previdenciárias Liquidadas (II)	-	-
20	Resultado Previdenciário (III) = (I - II)	-	-
21	Regime Próprio de Previdência dos Servidores	-	-
22	PLANO PREVIDENCIÁRIO	-	-
23	Receitas Previdenciárias Realizadas. (IV)	0,00	0,00
24	Despesas Previdenciárias Liquidadas. (V)	0,00	0,00
25	Resultado Previdenciário. (VI) = (IV - V)	0,00	0,00
26	PLANO FINANCEIRO	-	-
27	.Receitas Previdenciárias Realizadas (VII)	0,00	0,00
28	.Despesas Previdenciárias Liquidadas (VIII)	0,00	0,00
29	.Resultado Previdenciário (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00

CAMPO	RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO	Meta Fixada no AMF da LDO (a)	Resultado Apurado Até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
30	Resultado Nominal	-4.800.000,00	-4.832.531,67	100,68
31	Resultado Primário	-8.600.000,00	5.701.497,38	-66,30

CAMPO	RESTOS A PAGAR POR PODER	Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo a Pagar
32	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	3.003.329,58	0,00	2.559.578,03	443.751,55
33	Poder Executivo	3.003.329,58	0,00	2.559.578,03	443.751,55
34	Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
35	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	2.115.679,80	249.344,28	1.268.906,29	597.429,23
36	Poder Executivo.	2.115.679,80	249.344,28	1.268.906,29	597.429,23
37	Poder Legislativo.	0,00	0,00	0,00	0,00
38	TOTAL	5.119.009,38	249.344,28	3.828.484,32	1.041.180,78



**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: IMBITUBA/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.909.409/0001-90

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A JUNHO DE 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

CVA: 2014073011573300703765

RREO - Anexo 14 (LRF, Art. 48)

R\$ 1,00

CAMPO	DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
39	Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE	31.214.547,11	25%	22,97
40	Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Ensino Fundamental e Médio	0,00	60%	0,00
41	Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental	5.408.638,20	60%	76,50
42	Complementação da União ao FUNDEB - Mínimo Anual de 10% do Total de Recursos do FUNDEB	0,00	10%	0,00

CAMPO	RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	Valor Apurado Até o Bimestre	Saldo Não Realizado
43	Receitas de Operação de Crédito	-	-
44	Despesa de Capital Líquida	-	-

CAMPO	PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	Exercício 1	10º Exercício	20º Exercício	35º Exercício
45	Regime Geral de Previdência Social	-	-	-	-
46	Receitas Previdenciárias (I)	-	-	-	-
47	Despesas Previdenciárias (II)	-	-	-	-
48	Resultado Previdenciário (I - II)	-	-	-	-
49	Regime Próprio de Previdência dos Servidores	-	-	-	-
50	PLANO PREVIDENCIÁRIO	-	-	-	-
51	Receitas Previdenciárias. (III)	-	-	-	-
52	Despesas Previdenciárias. (IV)	-	-	-	-
53	Resultado Previdenciário. (III - IV)	-	-	-	-
54	PLANO FINANCEIRO	-	-	-	-
55	.Receitas Previdenciárias (V)	-	-	-	-
56	.Despesas Previdenciárias (VI)	-	-	-	-
57	.Resultado Previdenciário. (V - VI)	-	-	-	-

CAMPO	RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor Apurado Até o Bimestre	Saldo a Realizar
58	Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	-	-
59	Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	-	-

CAMPO	DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor Apurado Até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
60	Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	6.184.210,63	15,00	19,81

CAMPO	DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor Apurado no Exercício Corrente
-------	-------------------------------------------------	-------------------------------------

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: IMBITUBA/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.909.409/0001-90

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A JUNHO DE 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

CVA: 2014073011573300703765

RREO - Anexo 14 (LRF, Art. 48)

R\$ 1,00

61	Total das Despesas/RCL (%)	0,00
----	----------------------------	------

<sup>1</sup>Serão demonstradas as projeções do exercício anterior ao de referência.

Fonte: Departamento de Contabilidade

Nota:

IMBITUBA, 30/07/2014

\_\_\_\_\_  
Jaison Cardoso de Souza

Prefeito Municipal

CPF.: 591.549.269-04

\_\_\_\_\_  
Ivan Vitório

Secretário da Fazenda

CPF.: 888.387.449-49

\_\_\_\_\_  
GEORGE WILIAM DOS SANTOS

CONTADOR

CRC.: 20.478

**RGF 1º SEMESTRE 2014**

**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: IMBITUBA/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.909.409/0001-90

Exercício: 2014

Período de referência: JULHO/2013 A JUNHO/2014.

CVA: 2014073012085800201685

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, Inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

CAMPO	DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS	
		(Últimos 12 meses)	
		LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
1	<b>DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I) = (2+3+4)</b>	43.034.331,16	13.465,83
2	Pessoal Ativo	42.922.052,67	13.465,83
3	Pessoal Inativo e Pensionistas	100.768,29	0,00
4	Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	11.510,20	0,00
5	<b>DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º, art. 19 da LRF) (II) = (6+7+8+9)</b>	851.689,64	3.221,03
6	Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	378.744,57	3.221,03
7	Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	469.781,75	0,00
8	Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	3.163,32	0,00
9	Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
10	<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)</b>	42.182.641,52	10.244,80
11	<b>DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (IIIa + IIIb)</b>		42.192.886,32

CAMPO	APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR
12	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	80.832.065,41
13	% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	52,20
14	LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - ( 54,00%)	43.649.315,32
15	LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) - (51,30%)	41.466.849,56
16	LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - ( 48,60%)	39.284.383,79

CAMPO	ATO DECLARATÓRIO	DATA DA PUBLICAÇÃO	MEIO DA PUBLICAÇÃO (Diário Oficial, Edital, etc)
-------	------------------	--------------------	-----------------------------------------------------

**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: IMBITUBA/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.909.409/0001-90

Exercício: 2014

Período de referência: JULHO/2013 A JUNHO/2014.

CVA: 2014073012085800201685

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, Inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

17	Os abaixo-assinados declaram que publicaram o relatório cujos dados encontram-se resumidos neste demonstrativo, conforme determina o art. 48 da Lei Compl. nº 101/00, na data e meio indicados a seguir	21/07/2014	Mural
----	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------	-------

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em Restos a Pagar Não Processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei nº 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar Não Processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art. 35 da Lei nº 4.320/64.

Fonte: Departamento de Contabilidade

Nota:

IMBITUBA, 30/07/2014

\_\_\_\_\_  
Jaison Cardoso de Souza

Prefeito Municipal

CPF.: 591.549.269-04

\_\_\_\_\_  
Ivan Vitório

Secretário da Fazenda

CPF.: 888.387.449-49

\_\_\_\_\_  
GEORGE WILLIAM DOS SANTOS

CONTADOR

CRC.: SC/20.478

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL  
TRAJETÓRIA DE RETORNO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

MUNICÍPIO: IMBITUBA/SC - PODER EXECUTIVO  
CNPJ: 82.909.409/0001-90  
Exercício: 2014  
Período de referência: JULHO/2013 A JUNHO/2014.  
CVA: 2014073012085800201685

R\$ 1,00

TRAJETÓRIA DE RETORNO AO LIMITE DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL										
CAMPO	Semestre/Ano em que o ente excedeu o limite				Quadrimestre iniciado imediatamente após o período de apuração do excesso				Quadrimestre seguinte	
1										
CAMPO										
2										

CAMPO	TRAJETÓRIA DE RETORNO AO LIMITE DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL - SITUAÇÃO ESPECIAL DE BAIXO CRESCIMENTO										
	Semestre/Ano em que o ente excedeu o limite			Primeiro e segundo quadrimestres após o período de apuração do excesso						Terceiro e quarto quadrimestres seguintes	
	Limite Máximo (a)	% DTP (b)	% Excedente (c) = (b - a)	Redutor mínimo de 1/3 do Excedente (d) = (1/3 * c)	Limite (e) = (b - d)	% DTP (f)	Redutor Residual (g) = (f - a)	Limite (h) = (a)	% DTP (i)		
3											
CAMPO											
4		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

Nota: DTP corresponde à Despesa Total com Pessoal  
Fonte: Departamento de Contabilidade  
Nota:

IMBITUBA, 30/07/2014

Jaison Cardoso de Souza  
Prefeito Municipal  
CPF.: 591.549.269-04

GEORGE WILLIAM DOS SANTOS  
CONTADOR  
CRC.: SC/20.478

Ivan Vitorio  
Secretário da Fazenda  
CPF.: 588.387.449-49

**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: IMBITUBA/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.909.409/0001-90

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A JUNHO DE 2014.

CVA: 2014073012085800201685

RGF - ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

CAMPO	DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014
			Até o 1º Semestre
1	DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I) = (2+3+6+7)	6.972.205,49	5.092.992,97
2	Dívida Mobiliária	0,00	0,00
3	Dívida Contratual = (4+5)	6.972.205,49	5.092.992,97
4	Interna	6.972.205,49	5.092.992,97
5	Externa	0,00	0,00
6	Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	0,00	0,00
7	Outras Dívidas	0,00	0,00
8	DEDUÇÕES (II) <sup>1</sup> = (9+10-11)	9.215.367,39	12.168.686,54
9	Disponibilidade de Caixa Bruta	11.879.932,62	13.434.022,60
10	Demais Haveres Financeiros	338.764,35	324.781,06
11	(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	3.003.329,58	1.590.117,12
12	DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I-II)	-2.243.161,90	-7.075.693,57
13	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	72.971.575,92	80.832.065,41
14	% da DC sobre a RCL (I/RCL)	9,55	6,30
15	% da DCL sobre a RCL (III/RCL)	-3,07	-8,75
16	LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%		96.998.478,49
17	LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%		87.298.630,64

CAMPO	DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014
			Até o 1º Semestre
18	DÍVIDA CONTRATUAL (IV) = (V+VI+VII+VIII)	6.972.205,49	5.164.992,97
19	DÍVIDA DE PPP = (V)	0,00	0,00
20	PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI) = (21+22+25+26)	1.774.958,93	1.445.258,64
21	De Tributos	23.821,11	79.293,13
22	De Contribuições Sociais = (23+24)	1.684.427,38	1.302.179,68
23	Previdenciárias	1.684.427,38	1.302.179,68
24	Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
25	Do FGTS	66.710,44	63.785,83
26	Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00
27	DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA = (VII) = (28+29)	0,00	0,00
28	Interna.	0,00	0,00
29	Externa.	0,00	0,00
30	DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS = (VIII)	5.197.246,56	3.719.734,33

CAMPO	OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014
			Até o 1º Semestre
31	PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00
32	INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	-	-
33	DEPÓSITOS	1.048.196,92	1.097.880,61
34	RP PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	2.065.918,64	13.535.710,68
35	ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00

CAMPO	REGIME PREVIDENCIÁRIO	
	DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014
		Até o 1º Semestre
36	DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (37+38)	0,00



**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: IMBITUBA/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.909.409/0001-90

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A JUNHO DE 2014.

CVA: 2014073012085800201685

RGF - ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

37	Passivo Atuarial	0,00	0,00
38	Outras Dívidas	0,00	0,00
39	DEDUÇÕES (X) <sup>1</sup> = (40+41+42-43)	0,00	0,00
40	Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00
41	Investimentos	0,00	0,00
42	Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00
43	(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00
44	OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	49.927,56	0,00
45	DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX-X)	0,00	0,00

<sup>1</sup> Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total da Disponibilidade de Caixa Bruta somada aos os Demais Haveres Financeiros for menor que Restos a Pagar Processados, não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da Insuficiência Financeira, das Obrigações não integrantes da Dívida Consolidada - DC. Assim quando o cálculo de DEDUÇÕES (II) for negativo, colocar um " - " (traço) nessa linha.

Fonte: Departamento de Contabilidade

Nota:

IMBITUBA, 30/07/2014

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito Municipal

CPF.: 591.549.269-04

Ivan Vitório

Secretário da Fazenda

CPF.: 888.387.449-49

GEORGE WILIAM DOS SANTOS

CONTADOR

CRC.: SC/20.478

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA  
TRAJETÓRIA DE RETORNO AO LIMITE DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

MUNICÍPIO: IMBITUBA/SC - PODER EXECUTIVO  
CNPJ: 82.909.409/0001-90  
Exercício: 2014  
Período de referência: JANEIRO A JUNHO DE 2014.  
CVA: 2014073012085800201685

TRAJETÓRIA DE RETORNO AO LIMITE DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA									
CAMPO	Semestre/Ano em que o ente excedeu o limite			Quadrimestre iniciado imediatamente após o período de apuração do excesso			Primeiro quadrimestre seguinte		
	Limite Máximo (a)	% DCL (b)	% Excedente (c) = (b - a)	Redutor mínimo de 25% do Excedente (d) = (0,25 * c)	Limite (e) = (b - d)	% DCL (f)	Redutor Residual (g) = (f - a)	Limite (h) = (e)	% DCL (i)
1									
CAMPO									
2	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

TRAJETÓRIA DE RETORNO AO LIMITE DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA - SITUAÇÃO ESPECIAL DE BAIXO CRESCIMENTO ECONÔMICO									
CAMPO	Semestre/Ano em que o ente excedeu o limite			Primeiro e segundo quadrimestres após o período de apuração do excesso			Terceiro e quarto quadrimestres seguintes		
	Limite Máximo (a)	% DCL (b)	% Excedente (c) = (b - a)	Redutor mínimo de 25% do Excedente (d) = (0,25 * c)	Limite (e) = (b - d)	% DCL (f)	Redutor Residual (g) = (f - a)	Limite (h) = (e)	% DCL (i)
3									
CAMPO									
4	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Departamento de Contabilidade

Nota:

IMBITUBA, 30/07/2014

Jaison Cardoso de Souza  
Prefeito Municipal  
CPF.: 591.549.269-04

GEORGE WILLIAM DOS SANTOS  
CONTADOR  
CRC.: SC/20.478

Ivan Vitorino  
Secretário da Fazenda  
CPF.: 888.387.449-49

**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
**DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA**  
**TRAJETÓRIA DE AJUSTE**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: IMBITUBA/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.909.409/0001-90

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A JUNHO DE 2014.

CVA: 2014073012085800201685

TRAJETÓRIA DE AJUSTE DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA EM CADA EXERCÍCIO FINANCEIRO							
CAMPO	Exercício Financeiro	2001			2002		
		3º Quadrimestre			Quadrimestre		
		DCL	Excedente <sup>1</sup>	Redutor	1º	2º	3º
1	% da DCL sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2	% Limite de Endividamento			0,00			0,00
CAMPO	Exercício Financeiro	2003			2004		
		Quadrimestre			Quadrimestre		
		1º	2º	3º	1º	2º	3º
3	% da DCL sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4	% Limite de Endividamento			0,00			0,00
CAMPO	Exercício Financeiro	2005			2006		
		Quadrimestre			Quadrimestre		
		1º	2º	3º	1º	2º	3º
5	% da DCL sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6	% Limite de Endividamento			0,00			0,00
CAMPO	Exercício Financeiro	2007			2008		
		Quadrimestre			Quadrimestre		
		1º	2º	3º	1º	2º	3º
7	% da DCL sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
8	% Limite de Endividamento			0,00			0,00
CAMPO	Exercício Financeiro	2009			2010		
		Quadrimestre			Quadrimestre		
		1º	2º	3º	1º	2º	3º
9	% da DCL sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10	% Limite de Endividamento			0,00			0,00
CAMPO	Exercício Financeiro	2011			2012		
		Quadrimestre			Quadrimestre		
		1º	2º	3º	1º	2º	3º
11	% da DCL sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12	% Limite de Endividamento			0,00			0,00
CAMPO	Exercício Financeiro	2013			2014		
		Quadrimestre			Quadrimestre		
		1º	2º	3º	1º	2º	3º
13	% da DCL sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14	% Limite de Endividamento			0,00			0,00
CAMPO	Exercício Financeiro	2015			2016		
		Quadrimestre			Quadrimestre		
		1º	2º	3º	1º	2º	3º
15	% da DCL sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
16	% Limite de Endividamento			0,00			0,00

<sup>1</sup> O excedente em relação ao limite apurado ao final do exercício de 2001 deverá ser reduzido, no mínimo, à proporção de 1/15 (um quinze avos) a cada exercício financeiro. O valor da redução anual, 1/15 (um quinze avos) do excedente, é apresentado na coluna Redutor.

Fonte: Departamento de Contabilidade

Nota:

IMBITUBA, 30/07/2014

\_\_\_\_\_  
 Jaison Cardoso de Souza  
 Prefeito Municipal  
 CPF.: 591.549.269-04

\_\_\_\_\_  
 Ivan Vitório  
 Secretário da Fazenda  
 CPF.: 888.387.449-49

\_\_\_\_\_  
 GEORGE WILLIAM DOS SANTOS  
 CONTADOR  
 CRC.: SC/20.478

**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: IMBITUBA/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.909.409/0001-90

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A JUNHO 2014

CVA: 2014073012085800201685

RGF - ANEXO 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

CAMPO	GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014
			Até o 1º Semestre
1	EXTERNAS (I) = (2+3)	0,00	0,00
2	Aval ou Fiança em Operações de Crédito	0,00	0,00
3	Outras Garantias nos Termos da LRF¹	0,00	0,00
4	INTERNAS (II) = (5+6)	0,00	0,00
5	Aval ou Fiança em Operações de Crédito.	0,00	0,00
6	Outras Garantias nos Termos da LRF¹.	0,00	0,00
7	TOTAL DAS GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I+II)	0,00	0,00
8	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	72.971.575,92	80.832.065,41
9	% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00	0,00
10	LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - (22%)	16.053.746,70	17.783.054,39
11	LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - (19,80%)	14.448.372,03	16.004.748,95

CAMPO	CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014
			Até o 1º Semestre
12	EXTERNAS (V) = (13+14)	0,00	0,00
13	Aval ou Fiança em Operações de Crédito	0,00	0,00
14	Outras Garantias nos Termos da LRF¹	0,00	0,00
15	INTERNAS (VI) = (16+17)	0,00	0,00
16	Aval ou Fiança em Operações de Crédito.	0,00	0,00
17	Outras Garantias nos Termos da LRF¹.	0,00	0,00
18	TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (VII) = (V+VI)	0,00	0,00
19	MEDIDAS CORRETIVAS :		

¹ Inclui garantias concedidas por meio de Fundos.

Fonte: Departamento de Contabilidade

Nota:

IMBITUBA, 30/07/2014

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito Municipal

CPF.: 591.549.269-04

Ivan Vitório

Secretário da Fazenda

CPF.: 888.387.449-49

GEORGE WILLIAM DOS SANTOS

CONTADOR

CRC.: SC/20.478

**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: IMBITUBA/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.909.409/0001-90

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A JUNHO DE 2014.

CVA: 2014073012085800201685

RGF - ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III, alínea "c")

R\$ 1,00

CAMPO	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
		No Semestre de Referência	Até o Semestre de Referência (a)
1	<b>SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I) = (2+5)</b>	0,00	0,00
2	Mobiliária = (3+4)	0,00	0,00
3	Interna	0,00	0,00
4	Externa	0,00	0,00
5	Contratual = (6+16)	0,00	0,00
6	Interna. = (7+8+11+14+15)	0,00	0,00
7	Abertura de Crédito	0,00	0,00
8	Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro = (9+10)	0,00	0,00
9	Derivadas de PPP	0,00	0,00
10	Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
11	Antecipação de Receita = (12+13)	0,00	0,00
12	Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
13	Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
14	Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
15	Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
16	Externa. = (17+18+19+22+23)	0,00	0,00
17	Abertura de Crédito	0,00	0,00
18	Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
19	Antecipação de Receita. = (20+21)	0,00	0,00
20	Pela Venda a Termo de Bens e Serviços.	0,00	0,00
21	Outras Antecipações de Receita	0,00	0,00
22	Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
23	Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
24	<b>NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II) = (25+31+32+33)</b>	0,00	0,00
25	Parcelamento de Dívidas = (26+27+30)	0,00	0,00
26	De Tributos	0,00	0,00
27	De Contribuições Sociais = (28+29)	0,00	0,00
28	Previdenciárias	0,00	0,00
29	Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
30	Do FGTS	0,00	0,00
31	Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
32	Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
33	Outras Operações de Crédito Não Sujeitas ao Limite	0,00	0,00

CAMPO	APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
34	<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL</b>	80.832.065,41	-
35	<b>OPERAÇÕES VEDADAS = (36+37)</b>	0,00	0,00
36	<b>Do Período de Referência (III)</b>	0,00	0,00
37	De Períodos Anteriores ao de Referência	0,00	0,00
38	<b>TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia+III)</b>	0,00	0,00

**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: IMBITUBA/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.909.409/0001-90

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A JUNHO DE 2014.

CVA: 2014073012085800201685

RGF - ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III, alínea "c")

R\$ 1,00

39	<b>LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS</b>	12.933.130,47	16,00
40	<b>LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF)</b>	11.639.817,42	14,40
41	<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA</b>	0,00	0,00
42	<b>LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA</b>	5.658.244,58	7,00
43	<b>TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)</b>	0,00	0,00

I Para fins de contratação de operações de crédito, verificadas pela STN/COPEM segundo o Manual para Instrução de Pleitos, serão consideradas no cálculo do limite as operações que pressupõem ingresso financeiro.

Fonte: Departamento de Contabilidade

Nota:

IMBITUBA, 30/07/2014

\_\_\_\_\_  
Jaison Cardoso de Souza

Prefeito Municipal

CPF.: 591.549.269-04

\_\_\_\_\_  
Ivan Vitório

Secretário da Fazenda

CPF.: 888.387.449-49

\_\_\_\_\_  
GEORGE WILIAM DOS SANTOS

CONTADOR

CRC.: SC/20.478



**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: IMBITUBA/SC - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 82.909.409/0001-90

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A JUNHO DE 2014.

CVA: 2014073012085800201685

RGF - ANEXO 7 (LRF, art. 48)

R\$ 1,00

CAMPO	DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
1	Despesa Total com Pessoal - DTP	42.192.886,32	52,20
2	Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - (54,00%)	43.649.315,32	54,00
3	Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - (51,30%)	41.466.849,56	51,30

CAMPO	DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
4	Dívida Consolidada Líquida	-7.075.693,57	-8,75
5	Limite Definido por Resolução do Senado Federal	96.998.478,49	120,00

CAMPO	GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
6	Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
7	Limite Definido por Resolução do Senado Federal	17.783.054,39	22,00

CAMPO	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
8	Operações de Crédito Externas e Internas	0,00	0,00
9	Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
10	Limite Definido p/ Senado Federal para Op. de Crédito Internas e Externas	12.933.130,47	16,00
11	Limite Definido p/ Senado Federal para Op. de Crédito por Antec. da Receita	5.658.244,58	7,00

CAMPO	RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
12	Valor Total	-	-

Fonte: Departamento de Contabilidade

Nota:

IMBITUBA, 30/07/2014

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito Municipal

CPF.: 591.549.269-04

Ivan Vitório

Secretário da Fazenda

CPF.: 888.387.449-49

GEORGE WILIAM DOS SANTOS

CONTADOR

CRC.: SC/20.478

# Ipumirim

## PREFEITURA

### Extratos das Atas de Reg. de Preços do PL 48, PP 26-Óleo Lub. E Hidráulico/PM.

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 26/2014

PROCESSO DE LICITAÇÃO 48/2014

O Município de Ipumirim faz saber que está registrando preços nos termos do inciso II do art. 15 da Lei 8.666/93, em conformidade com as propostas classificadas no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 26/2014, do PROCESSO Nº 48/2014, homologado aos 29 de julho de 2014, cujo objeto é: registro de preço de óleo lubrificantes e hidráulico para a manutenção preventiva da frota municipal, com as características e quantidades, conforme anexo I do Edital, para os itens constantes nas atas abaixo elencadas, com características e condições de execução individualizadas no Memorial Descritivo constante no Anexo III do edital de licitação retrocitado.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2014.48.6712 de 30 de julho de 2014

FORNECEDOR: FORTA COMERCIAL LTDA, situada na RUA BAHIA, 4601, GALPÃO 02, SALTO WEISSBACH, CEP: 89.032-000, município de BLUMENAU-SC, inscrita no CNPJ sob n. 00.104.194/0001-75 e no Cadastro de Contribuintes Estaduais n. 252.872.681, representado pelo, RAFAEL MEYER, CPF: 854.909.469-20.

Item	Descrição	Ref.	Qtde	Marca	Valor Unitário	Valor Total
12	Óleo Hidráulico ISO 32	BAL	20,00	TEXACO	169,00	3.380,00
Valor Total Registrado					3.380,00	

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2014.48.9454 de 30 de julho de 2014

FORNECEDOR: AGRICOPEL COMERCIO DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA, situada na RUA MANOEL FRANSCISCO DA COSTA Nº 2000, Bairro: VIEIRAS, CEP: 89.257.000, município de JARAGUÁ DO SUL-SC, inscrita no CNPJ sob n. 81.632.093/0007-64 e no Cadastro de Contribuintes Estaduais n. 25.628.232-3, representado pelo Senhor IVO CARLETO, CPF: 893.398.609-00.

Item	Descrição	Ref.	Qtde	Marca	Valor Unitário	Valor Total
14	Graxa de sabão de cálcio	T	2,00	AGRICOP-PEL	900,00	1.800,00
15	ÓLEO LUBRIFICANTE SAE 15W40 API CX /12 LITROS	CX	30,00	SHELL	185,00	5.550,00
Valor Total Registrado					7.350,00	

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2014.48.9560 de 30 de julho de 2014

FORNECEDOR: JL - COMÉRCIO DE BATERIAS, LUBRIFICANTES, PEÇAS E ACESSÓRIOS AUTOMOTIVOS LTDA ME, situada na RUA PERNAMBUCO, Nº 1069, SALA 02, BAIRRO: CENTRO, CEP: 99.700-000, Município de ERECHIM-RS, inscrita no CNPJ sob n. 16.694.574/0001-47 e no Cadastro de Contribuintes Estaduais n. 039/0161632, representado pelo Senhor JONAS LORA INCERTI, CPF: 965.800.700-72.

Item	Descrição	Ref.	Qtde	Marca	Valor Unitário	Valor Total
1	Fluído de freio DOT 4 - especificação NBR 9292 tipo 4,	CX	4,00	LUBRAX	279,00	1.116,00
2	TDH óleo especial ( fluído 10w 30 p/ transmissão-hidráulica)	BAL	20,00	LUBRAX	229,00	4.580,00
3	Óleo Multiviscoso SAE 15W40	BAL	100,00	LUBRAX	177,00	17.700,00
4	Óleo SAE 30 CF4	BAL	30,00	LUBRAX	149,00	4.470,00
5	Óleo 68 AW	BAL	120,00	LUBRAX	177,00	21.240,00
6	Óleo 85 W 140 API GL5	BAL	20,00	LUBRAX	178,00	3.560,00
7	Óleo 90 GL5	BAL	30,00	LUBRAX	179,00	5.370,00
8	Óleo 433 API GL4	BAL	15,00	LUBRAX	195,00	2.925,00
9	Óleo para Transmissão SAE 140	BAL	5,00	LUBRAX	179,00	895,00
10	Óleo SAE 50 - caixa cambio	BAL	8,00	LUBRAX	159,00	1.272,00
11	Óleo Hidráulico ATF	BAL	20,00	LUBRAX	210,00	4.200,00
13	Graxa de sabão de lítio	BL	25,00	LUBRAX	269,00	6.725,00
16	Óleo lubrificante 5w30 100% sintético cx/ 12 litros	CX	20,00	LUBRAX	285,00	5.700,00
Valor Total Registrado					79.753,00	

As atas retrocitadas possuem vigência de 12 (doze) meses.

**Ata de Reunião de Julgamento do PL 48, PP 26-2014/PM**

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM</b>  CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 26/2014 - PR</b>  <b>Processo Administrativo:</b> <b>Processo de Licitação:</b> 48/2014 <b>Data do Processo:</b> 15/07/2014
	Folha: 1/2

**OBJETO DA LICITAÇÃO:**

registro de preço de óleo lubrificantes e hidráulico para a manutenção preventiva da frota municipal, com as características e quantidades, conforme anexo I do Edital.

**ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 32/2014 (Sequência: 3)**

Ao(s) 29 de Julho de 2014, às 09:00 horas, na sede da(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Decreto nº 1644/2009, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 48/2014, Licitação nº 26/2014 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

**Parecer da Comissão:** Aos vinte e nove dias do mês de julho de 2014, às nove horas, o Pregoeiro Laudecir Francio e a servidora Juliene Goldoni Caliani, membro da Equipe de Apoio, designados pelo Decreto nº 1644/2009, deram abertura ao julgamento dos envelopes de Proposta Comercial e Documentação de Habilitação, referentes à Licitação em epígrafe. Apresentou-se para participar do certame as empresas: FORTA COMERCIAL LTDA, JL - COMÉRCIO DE BATERIAS, LUBRIFICANTES, PEÇAS E ACESSÓRIOS AUTOMOTIVOS LTDA ME e AGRICOPEL COMÉRCIO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA. Aberta a sessão pública pelo Pregoeiro, o mesmo solicitou que os representantes apresentassem a documentação comprobatória de posse de poderes para representar suas empresas e ofertar lances verbais, nos termos do item 3.4 e seus subitens, do Edital. Assim o fez o Srº IVO CARLETO procurador da empresa AGRICOPEL COMÉRCIO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA, o Srº DANIEL GROSS, procurador da empresa, JL - COMÉRCIO DE BATERIAS, LUBRIFICANTES, PEÇAS E ACESSÓRIOS AUTOMOTIVOS LTDA ME e o Srº FERNANDO ZUANAZZI representante credenciado da empresa FORTA COMERCIAL LTDA. Indagados pelo Pregoeiro sobre o enquadramento de Microempresa, somente a empresa JL - COMÉRCIO DE BATERIAS, LUBRIFICANTES, PEÇAS E ACESSÓRIOS AUTOMOTIVOS LTDA ME se credencia como Microempresa. Na sequência, foi observado a apresentação da declaração de cumprimento do disposto no inciso VII do art. 4º da Lei 10.520/2002, ou seja, apresentar declaração verbal ou escrita de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação, assim sendo, as empresas apresentaram a declaração na forma escrita. Ato contínuo foi aberto o envelope nº 1 - Proposta Comercial o qual foi rubricado pelo Pregoeiro, a equipe de apoio e os representantes legais das licitantes presentes. Na análise das propostas constatou-se que as empresas apresentaram as propostas conforme exigências do presente Edital, estando habilitadas para as fases seguintes do certame. Por conseguinte, o Pregoeiro deu início à fase dos lances verbais, os quais estão registrados em planilhas anexadas ao presente auto. Ato contínuo procedeu-se à abertura do Envelope nº 2 - Documentação de habilitação das licitantes vencedoras, sendo que os documentos neles contidos foram conferidos e rubricados pelo Pregoeiro, a equipe de apoio e os representantes legais das licitantes. Na análise da documentação, constatou-se que as empresas apresentaram a documentação conforme o presente Edital. Após análise criteriosa da documentação do presente certame, pelos participantes presentes, as partes não manifestaram qualquer objeção, inclusive quanto ao interesse de recorrer, renunciando de forma expressa este último. Deixada a palavra livre, ninguém mais fez uso da mesma, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, com a presente Ata aprovada e assinada pelo Pregoeiro, a equipe de apoio e os representantes legais das empresas presentes ao final da sessão.

**Participante: 6712 - FORTA COMERCIAL LTDA**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
12	Óleo hidráulico ISO 32 atendendo as normas JCB 4002/1000 e GM LH 04-01, em balde de 20 litros.	BAL	20,00	TEXACO	0,0000	169,00	3.380,00
<b>Total do Participante -----&gt;</b>							<b>3.380,00</b>

**Participante: 9454 - AGRICOPEL COMERCIO DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
14	Graxa lubrificante à base de sabão de cálcio, grau NLGI-2, com ponto de gota de no mínimo 95°C, tambor de 170kg	T	2,00	AGRICPEL	0,0000	900,00	1.800,00
15	ÓLEO LUBRIFICANTE AE 15W40 API SN CAIXA COM 12 LITROS, COM BASE SINTÉTICA PARA VEÍCULOS GASOLINA/ ALCOOL	CX	30,00	SHELL	0,0000	185,00	5.550,00
<b>Total do Participante -----&gt;</b>							<b>7.350,00</b>

**Participante: 9560 - JL - COMÉRCIO DE BATERIAS, LUBRIFICNTES, PEÇAS E A**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	Fluido de freio DOT 4 - especificação NBR 9292 tipo 4, caixa 20 unid. de 500ml	CX	4,00	LUBRAX	0,0000	279,00	1.116,00
2	TDH óleo especial ( fluido 10w 30 p/ transmissão-hidráulico) Óleo de múltipla aplicação SAE 10W30, com nível de desempenho API GL-4, que atenda as normas dos fabricantes JOHN DEERE J20C, MASSEY FERGUSON MF 1135, FORD/NEW HOLLAND M2C 134D, GM ALLISON C-4 e CASE MS-1207, em balde de 20 litros.	BAL	20,00	LUBRAX	0,0000	229,00	4.580,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM**

CNPJ: 82.814.575/0001-02  
 AV. DOM PEDRO II, 230  
 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC

**PREGÃO PRESENCIAL**
**Nr.: 26/2014 - PR**

Processo Administrativo:  
 Processo de Licitação: 48/2014  
 Data do Processo: 15/07/2014

Folha: 2/2

**Participante: 9560 - JL - COMÉRCIO DE BATERIAS, LUBRIFICANTES, PEÇAS E A**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
3	Óleo lubrificante multiviscoso para motor diesel SAE 15W40, com nível de desempenho API CI-4, que atenda a especificação global DHD1 e especificações dos fabricantes Cummins 20078, Volvo VDS-3 e Mercedes-Benz MB 228.3, em balde de 20 litros.	BAL	100,00	LUBRAX	0,0000	177,00	17.700,00
4	Óleo lubrificante SAE 30, com nível de desempenho CF, que atenda a norma ALLISON C-4, em balde de 20 litros.	BAL	30,00	LUBRAX	0,0000	149,00	4.470,00
5	Óleo Hidráulico ISO 68 que atenda as normas 51524, parte 2/HLP, em balde de 20 litros.	BAL	120,00	LUBRAX	0,0000	177,00	21.240,00
6	Óleo para transmissão SAE 85W140 com nível de desempenho API GI-5, com propriedades de extrema pressão, atendendo a norma MIL - L - 2105D, em balde de 20 litros.	BAL	20,00	LUBRAX	0,0000	178,00	3.560,00
7	Óleo para transmissão SAE 90 com nível de desempenho API GI-5, com propriedades de extrema pressão, atendendo a norma MIL - L - 2105D, em balde de 20 litros.	BAL	30,00	LUBRAX	0,0000	179,00	5.370,00
8	Óleo para transmissão 433, com nível de desempenho GL-4, em balde de 20 litros.	BAL	15,00	LUBRAX	0,0000	195,00	2.925,00
9	Óleo para transmissão SAE 140 com nível de desempenho API GI-5, com propriedades de extrema pressão, atendendo a norma MIL - L - 2105D, em balde de 20 litros	BAL	5,00	LUBRAX	0,0000	179,00	895,00
10	Óleo para transmissão SAE 50, atendendo a norma MIL 2104BC, em balde de 20 litros.	BAL	8,00	LUBRAX	0,0000	159,00	1.272,00
11	Óleo hidráulico ATF, atendendo a Classificação GM Tipo A sufixo A, em balde de 20 litros.	BAL	20,00	LUBRAX	0,0000	210,00	4.200,00
13	Graxa lubrificante à base de sabão de lítio, grau NLGI-2, com faixa de temperatura de trabalho de no mínimo 0°C a 130°C e ponto de gota de no mínimo 180°C, em balde de 20 kg.	BL	25,00	LUBRAX	0,0000	269,00	6.725,00
16	Óleo lubrificante 5w30 100% sintético cx/ 12 litros	CX	20,00	LUBRAX	0,0000	285,00	5.700,00
<b>Total do Participante -----&gt;</b>							<b>79.753,00</b>
<b>Total Geral -----&gt;</b>							<b>90.483,00</b>

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação e pelos representantes das proponentes.

Ipumirim, 29 de Julho de 2014

**COMISSÃO:**

LAUDEIR FRANCIO - ..... - Pregoeiro(a)

JUCILENE GOLDONI CALIARI - ..... - Equipe de Apoio

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM</b>	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 26/2014 - PR</b>
<b>CNPJ:</b> 82.814.575/0001-02 <b>AV. DOM PEDRO II, 230</b> <b>C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC</b>	<b>Processo Administrativo:</b> <b>Processo de Licitação:</b> 48/2014 <b>Data do Processo:</b> 15/07/2014
	Folha: 1/2

**OBJETO DA LICITAÇÃO:**

registro de preço de óleo lubrificantes e hidráulico para a manutenção preventiva da frota municipal, com as características e quantidades, conforme anexo I do Edital.

**ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 32/2014 (Sequência: 3)**

Ao(s) 29 de Julho de 2014, às 09:00 horas, na sede da(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Decreto nº 1644/2009, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 48/2014, Licitação nº 26/2014 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

**Parecer da Comissão:** Aos vinte e nove dias do mês de julho de 2014, às nove horas, o Pregoeiro Laudecir Francio e a servidora Jucilene Goldoni Caliri, membro da Equipe de Apoio, designados pelo Decreto nº 1644/2009, deram abertura ao julgamento dos envelopes de Proposta Comercial e Documentação de Habilitação, referentes à Licitação em epígrafe. Apresentou-se para participar do certame as empresas: FORTA COMERCIAL LTDA, JL - COMÉRCIO DE BATERIAS, LUBRIFICANTES, PEÇAS E ACESSÓRIOS AUTOMOTIVOS LTDA ME e AGRICOPEL COMÉRCIO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA. Aberta a sessão pública pelo Pregoeiro, o mesmo solicitou que os representantes apresentassem a documentação comprobatória de posse de poderes para representar suas empresas e ofertar lances verbais, nos termos do item 3.4 e seus subitens, do Edital. Assim o fez o Srº IVO CARLETO procurador da empresa AGRICOPEL COMÉRCIO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA, o Srº DANIEL GROSS, procurador da empresa, JL - COMÉRCIO DE BATERIAS, LUBRIFICANTES, PEÇAS E ACESSÓRIOS AUTOMOTIVOS LTDA ME e o Srº FERNANDO ZUANAZZI representante credenciado da empresa FORTA COMERCIAL LTDA. Indagados pelo Pregoeiro sobre o enquadramento de Microempresa, somente a empresa JL - COMÉRCIO DE BATERIAS, LUBRIFICANTES, PEÇAS E ACESSÓRIOS AUTOMOTIVOS LTDA ME se credencia como Microempresa. Na sequência, foi observado a apresentação da declaração de cumprimento do disposto no inciso VII do art. 4º da Lei 10.520/2002, ou seja, apresentar declaração verbal ou escrita de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação, assim sendo, as empresas apresentaram a declaração na forma escrita. Ato contínuo foi aberto o envelope nº 1 - Proposta Comercial o qual foi rubricado pelo Pregoeiro, a equipe de apoio e os representantes legais das licitantes presentes. Na análise das propostas constatou-se que as empresas apresentaram as propostas conforme exigências do presente Edital, estando habilitadas para as fases seguintes do certame. Por conseguinte, o Pregoeiro deu início à fase dos lances verbais, os quais estão registrados em planilhas anexadas ao presente auto. Ato contínuo procedeu-se à abertura do Envelope nº 2 - Documentação de habilitação das licitantes vencedoras, sendo que os documentos neles contidos foram conferidos e rubricados pelo Pregoeiro, a equipe de apoio e os representantes legais das licitantes. Na análise da documentação, constatou-se que as empresas apresentaram a documentação conforme o presente Edital. Após análise criteriosa da documentação do presente certame, pelos participantes presentes, as partes não manifestaram qualquer objeção, inclusive quanto ao interesse de recorrer, renunciando de forma expressa este último. Deixada a palavra livre, ninguém mais fez uso da mesma, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, com a presente Ata aprovada e assinada pelo Pregoeiro, a equipe de apoio e os representantes legais das empresas presentes ao final da sessão.

**Participante: 6712 - FORTA COMERCIAL LTDA**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
12	Óleo hidráulico ISO 32 atendendo as normas JCB 4002/1000 e GM LH 04-01, em balde de 20 litros.	BAL	20,00	TEXACO	0,0000	169,00	3.380,00
<b>Total do Participante -----&gt;</b>							<b>3.380,00</b>

**Participante: 9454 - AGRICOPEL COMERCIO DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
14	Graxa lubrificante à base de sabão de cálcio, grau NLGI-2, com ponto de gota de no mínimo 95°C, tambor de 170kg	T	2,00	AGRICOPPEL	0,0000	900,00	1.800,00
15	ÓLEO LUBRIFICANTE AE 15W40 API SN CAIXA COM 12 LITROS, COM BASE SINTÉTICA PARA VEÍCULOS GASOLINA/ ALCOOL	CX	30,00	SHELL	0,0000	185,00	5.550,00
<b>Total do Participante -----&gt;</b>							<b>7.350,00</b>

**Participante: 9560 - JL - COMÉRCIO DE BATERIAS, LUBRIFICANTES, PEÇAS E A**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	Fluido de freio DOT 4 - especificação NBR 9292 tipo 4, caixa 20 unid. de 500ml	CX	4,00	LUBRAX	0,0000	279,00	1.116,00
2	TDH óleo especial ( fluido 10w 30 p/ transmissão-hidráulico) Óleo de múltipla aplicação SAE 10W30, com nível de desempenho API GL-4, que atenda as normas dos fabricantes JOHN DEERE J20C, MASSEY FERGUSON MF 1135, FORD/NEW HOLLAND M2C 134D, GM ALLISON C-4 e CASE MS-1207, em balde de 20 litros.	BAL	20,00	LUBRAX	0,0000	229,00	4.580,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM**

CNPJ: 82.814.575/0001-02  
 AV. DOM PEDRO II, 230  
 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC

**PREGÃO PRESENCIAL**
**Nr.: 26/2014 - PR**

Processo Administrativo:  
 Processo de Licitação: 48/2014  
 Data do Processo: 15/07/2014

Folha: 2/2

**Participante: 9560 - JL - COMÉRCIO DE BATERIAS, LUBRIFICANTES, PEÇAS E A**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
3	Óleo lubrificante multiviscoso para motor diesel SAE 15W40, com nível de desempenho API CI-4, que atenda a especificação global DHD1 e especificações dos fabricantes Cummins 20078, Volvo VDS-3 e Mercedes-Benz MB 228.3, em balde de 20 litros.	BAL	100,00	LUBRAX	0,0000	177,00	17.700,00
4	Óleo lubrificante SAE 30, com nível de desempenho CF, que atenda a norma ALLISON C-4, em balde de 20 litros.	BAL	30,00	LUBRAX	0,0000	149,00	4.470,00
5	Óleo Hidráulico ISO 68 que atenda as normas 51524, parte 2/HLP, em balde de 20 litros.	BAL	120,00	LUBRAX	0,0000	177,00	21.240,00
6	Óleo para transmissão SAE 85W140 com nível de desempenho API GI-5, com propriedades de extrema pressão, atendendo a norma MIL - L - 2105D, em balde de 20 litros.	BAL	20,00	LUBRAX	0,0000	178,00	3.560,00
7	Óleo para transmissão SAE 90 com nível de desempenho API GI-5, com propriedades de extrema pressão, atendendo a norma MIL - L - 2105D, em balde de 20 litros.	BAL	30,00	LUBRAX	0,0000	179,00	5.370,00
8	Óleo para transmissão 433, com nível de desempenho GL-4, em balde de 20 litros.	BAL	15,00	LUBRAX	0,0000	195,00	2.925,00
9	Óleo para transmissão SAE 140 com nível de desempenho API GI-5, com propriedades de extrema pressão, atendendo a norma MIL - L - 2105D, em balde de 20 litros	BAL	5,00	LUBRAX	0,0000	179,00	895,00
10	Óleo para transmissão SAE 50, atendendo a norma MIL 2104BC, em balde de 20 litros.	BAL	8,00	LUBRAX	0,0000	159,00	1.272,00
11	Óleo hidráulico ATF, atendendo a Classificação GM Tipo A sufixo A, em balde de 20 litros.	BAL	20,00	LUBRAX	0,0000	210,00	4.200,00
13	Graxa lubrificante à base de sabão de lítio, grau NLGI-2, com faixa de temperatura de trabalho de no mínimo 0°C a 130°C e ponto de gota de no mínimo 180°C, em balde de 20 kg.	BL	25,00	LUBRAX	0,0000	269,00	6.725,00
16	Óleo lubrificante 5w30 100% sintético cx/ 12 litros	CX	20,00	LUBRAX	0,0000	285,00	5.700,00
<b>Total do Participante -----&gt;</b>							<b>79.753,00</b>
<b>Total Geral -----&gt;</b>							<b>90.483,00</b>

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação e pelos representantes das proponentes.

Ipumirim, 29 de Julho de 2014

**COMISSÃO:**

LAUDEIR FRANCIO - ..... - Pregoeiro(a)

JUCILENE GOLDONI CALIARI - ..... - Equipe de Apoio



<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM</b>	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 26/2014 - PR</b>
<b>CNPJ:</b> 82.814.575/0001-02 <b>AV. DOM PEDRO II, 230</b> <b>C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC</b>	<b>Processo Administrativo:</b> <b>Processo de Licitação:</b> 48/2014 <b>Data do Processo:</b> 15/07/2014
	Folha: 1/2

**OBJETO DA LICITAÇÃO:**

registro de preço de óleo lubrificantes e hidráulico para a manutenção preventiva da frota municipal, com as características e quantidades, conforme anexo I do Edital.

**ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 32/2014 (Sequência: 3)**

Ao(s) 29 de Julho de 2014, às 09:00 horas, na sede da(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Decreto nº 1644/2009, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 48/2014, Licitação nº 26/2014 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

**Parecer da Comissão:** Aos vinte e nove dias do mês de julho de 2014, às nove horas, o Pregoeiro Laudecir Francio e a servidora Juliene Goldoni Caliri, membro da Equipe de Apoio, designados pelo Decreto nº 1644/2009, deram abertura ao julgamento dos envelopes de Proposta Comercial e Documentação de Habilitação, referentes à Licitação em epígrafe. Apresentou-se para participar do certame as empresas: FORTA COMERCIAL LTDA, JL - COMÉRCIO DE BATERIAS, LUBRIFICANTES, PEÇAS E ACESSÓRIOS AUTOMOTIVOS LTDA ME e AGRICOPEL COMÉRCIO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA. Aberta a sessão pública pelo Pregoeiro, o mesmo solicitou que os representantes apresentassem a documentação comprobatória de posse de poderes para representar suas empresas e ofertar lances verbais, nos termos do item 3.4 e seus subitens, do Edital. Assim o fez o Srº IVO CARLETO procurador da empresa AGRICOPEL COMÉRCIO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA, o Srº DANIEL GROSS, procurador da empresa, JL - COMÉRCIO DE BATERIAS, LUBRIFICANTES, PEÇAS E ACESSÓRIOS AUTOMOTIVOS LTDA ME e o Srº FERNANDO ZUANAZZI representante credenciado da empresa FORTA COMERCIAL LTDA. Indagados pelo Pregoeiro sobre o enquadramento de Microempresa, somente a empresa JL - COMÉRCIO DE BATERIAS, LUBRIFICANTES, PEÇAS E ACESSÓRIOS AUTOMOTIVOS LTDA ME se credencia como Microempresa. Na sequência, foi observado a apresentação da declaração de cumprimento do disposto no inciso VII do art. 4º da Lei 10.520/2002, ou seja, apresentar declaração verbal ou escrita de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação, assim sendo, as empresas apresentaram a declaração na forma escrita. Ato contínuo foi aberto o envelope nº 1 - Proposta Comercial o qual foi rubricado pelo Pregoeiro, a equipe de apoio e os representantes legais das licitantes presentes. Na análise das propostas constatou-se que as empresas apresentaram as propostas conforme exigências do presente Edital, estando habilitadas para as fases seguintes do certame. Por conseguinte, o Pregoeiro deu início à fase dos lances verbais, os quais estão registrados em planilhas anexadas ao presente auto. Ato contínuo procedeu-se à abertura do Envelope nº 2 - Documentação de habilitação das licitantes vencedoras, sendo que os documentos neles contidos foram conferidos e rubricados pelo Pregoeiro, a equipe de apoio e os representantes legais das licitantes. Na análise da documentação, constatou-se que as empresas apresentaram a documentação conforme o presente Edital. Após análise criteriosa da documentação do presente certame, pelos participantes presentes, as partes não manifestaram qualquer objeção, inclusive quanto ao interesse de recorrer, renunciando de forma expressa este último. Deixada a palavra livre, ninguém mais fez uso da mesma, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, com a presente Ata aprovada e assinada pelo Pregoeiro, a equipe de apoio e os representantes legais das empresas presentes ao final da sessão.

**Participante: 6712 - FORTA COMERCIAL LTDA**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
12	Óleo hidráulico ISO 32 atendendo as normas JCB 4002/1000 e GM LH 04-01, em balde de 20 litros.	BAL	20,00	TEXACO	0,0000	169,00	3.380,00
<b>Total do Participante -----&gt;</b>							<b>3.380,00</b>

**Participante: 9454 - AGRICOPEL COMERCIO DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
14	Graxa lubrificante à base de sabão de cálcio, grau NLGI-2, com ponto de gota de no mínimo 95°C, tambor de 170kg	T	2,00	AGRICOPPEL	0,0000	900,00	1.800,00
15	ÓLEO LUBRIFICANTE AE 15W40 API SN CAIXA COM 12 LITROS, COM BASE SINTÉTICA PARA VEÍCULOS GASOLINA/ ALCOOL	CX	30,00	SHELL	0,0000	185,00	5.550,00
<b>Total do Participante -----&gt;</b>							<b>7.350,00</b>

**Participante: 9560 - JL - COMÉRCIO DE BATERIAS, LUBRIFICNTES, PEÇAS E A**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	Fluido de freio DOT 4 - especificação NBR 9292 tipo 4, caixa 20 unid. de 500ml	CX	4,00	LUBRAX	0,0000	279,00	1.116,00
2	TDH óleo especial ( fluido 10w 30 p/ transmissão-hidráulico) Óleo de múltipla aplicação SAE 10W30, com nível de desempenho API GL-4, que atenda as normas dos fabricantes JOHN DEERE J20C, MASSEY FERGUSON MF 1135, FORD/NEW HOLLAND M2C 134D, GM ALLISON C-4 e CASE MS-1207, em balde de 20 litros.	BAL	20,00	LUBRAX	0,0000	229,00	4.580,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM**

CNPJ: 82.814.575/0001-02  
 AV. DOM PEDRO II, 230  
 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC

**PREGÃO PRESENCIAL**
**Nr.: 26/2014 - PR**

Processo Administrativo:  
 Processo de Licitação: 48/2014  
 Data do Processo: 15/07/2014

Folha: 2/2

**Participante: 9560 - JL - COMÉRCIO DE BATERIAS, LUBRIFICANTES, PEÇAS E A**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
3	Óleo lubrificante multiviscoso para motor diesel SAE 15W40, com nível de desempenho API CI-4, que atenda a especificação global DHD1 e especificações dos fabricantes Cummins 20078, Volvo VDS-3 e Mercedes-Benz MB 228.3, em balde de 20 litros.	BAL	100,00	LUBRAX	0,0000	177,00	17.700,00
4	Óleo lubrificante SAE 30, com nível de desempenho CF, que atenda a norma ALLISON C-4, em balde de 20 litros.	BAL	30,00	LUBRAX	0,0000	149,00	4.470,00
5	Óleo Hidráulico ISO 68 que atenda as normas 51524, parte 2/HLP, em balde de 20 litros.	BAL	120,00	LUBRAX	0,0000	177,00	21.240,00
6	Óleo para transmissão SAE 85W140 com nível de desempenho API GI-5, com propriedades de extrema pressão, atendendo a norma MIL - L - 2105D, em balde de 20 litros.	BAL	20,00	LUBRAX	0,0000	178,00	3.560,00
7	Óleo para transmissão SAE 90 com nível de desempenho API GI-5, com propriedades de extrema pressão, atendendo a norma MIL - L - 2105D, em balde de 20 litros.	BAL	30,00	LUBRAX	0,0000	179,00	5.370,00
8	Óleo para transmissão 433, com nível de desempenho GL-4, em balde de 20 litros.	BAL	15,00	LUBRAX	0,0000	195,00	2.925,00
9	Óleo para transmissão SAE 140 com nível de desempenho API GI-5, com propriedades de extrema pressão, atendendo a norma MIL - L - 2105D, em balde de 20 litros	BAL	5,00	LUBRAX	0,0000	179,00	895,00
10	Óleo para transmissão SAE 50, atendendo a norma MIL 2104BC, em balde de 20 litros.	BAL	8,00	LUBRAX	0,0000	159,00	1.272,00
11	Óleo hidráulico ATF, atendendo a Classificação GM Tipo A sufixo A, em balde de 20 litros.	BAL	20,00	LUBRAX	0,0000	210,00	4.200,00
13	Graxa lubrificante à base de sabão de lítio, grau NLGI-2, com faixa de temperatura de trabalho de no mínimo 0°C a 130°C e ponto de gota de no mínimo 180°C, em balde de 20 kg.	BL	25,00	LUBRAX	0,0000	269,00	6.725,00
16	Óleo lubrificante 5w30 100% sintético cx/ 12 litros	CX	20,00	LUBRAX	0,0000	285,00	5.700,00
<b>Total do Participante -----&gt;</b>							<b>79.753,00</b>
<b>Total Geral -----&gt;</b>							<b>90.483,00</b>

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação e pelos representantes das proponentes.

Ipumirim, 29 de Julho de 2014

**COMISSÃO:**

LAUDEIR FRANCIO - ..... - Pregoeiro(a)

JUCILENE GOLDONI CALIARI - ..... - Equipe de Apoio

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM</b>	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 26/2014 - PR</b>
<b>CNPJ:</b> 82.814.575/0001-02 <b>AV. DOM PEDRO II, 230</b> <b>C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC</b>	<b>Processo Administrativo:</b> <b>Processo de Licitação:</b> 48/2014 <b>Data do Processo:</b> 15/07/2014
	Folha: 1/2

**OBJETO DA LICITAÇÃO:**

registro de preço de óleo lubrificantes e hidráulico para a manutenção preventiva da frota municipal, com as características e quantidades, conforme anexo I do Edital.

**ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 32/2014 (Sequência: 3)**

Ao(s) 29 de Julho de 2014, às 09:00 horas, na sede da(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Decreto nº 1644/2009, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 48/2014, Licitação nº 26/2014 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

**Parecer da Comissão:** Aos vinte e nove dias do mês de julho de 2014, às nove horas, o Pregoeiro Laudecir Francio e a servidora Julilene Goldoni Calilari, membro da Equipe de Apoio, designados pelo Decreto nº 1644/2009, deram abertura ao julgamento dos envelopes de Proposta Comercial e Documentação de Habilitação, referentes à Licitação em epígrafe. Apresentou-se para participar do certame as empresas: FORTA COMERCIAL LTDA, JL - COMÉRCIO DE BATERIAS, LUBRIFICANTES, PEÇAS E ACESSÓRIOS AUTOMOTIVOS LTDA ME e AGRICOPEL COMÉRCIO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA. Aberta a sessão pública pelo Pregoeiro, o mesmo solicitou que os representantes apresentassem a documentação comprobatória de posse de poderes para representar suas empresas e ofertar lances verbais, nos termos do item 3.4 e seus subitens, do Edital. Assim o fez o Srº IVO CARLETO procurador da empresa AGRICOPEL COMÉRCIO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA, o Srº DANIEL GROSS, procurador da empresa, JL - COMÉRCIO DE BATERIAS, LUBRIFICANTES, PEÇAS E ACESSÓRIOS AUTOMOTIVOS LTDA ME e o Srº FERNANDO ZUANAZZI representante credenciado da empresa FORTA COMERCIAL LTDA. Indagados pelo Pregoeiro sobre o enquadramento de Microempresa, somente a empresa JL - COMÉRCIO DE BATERIAS, LUBRIFICANTES, PEÇAS E ACESSÓRIOS AUTOMOTIVOS LTDA ME se credencia como Microempresa. Na sequência, foi observado a apresentação da declaração de cumprimento do disposto no inciso VII do art. 4º da Lei 10.520/2002, ou seja, apresentar declaração verbal ou escrita de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação, assim sendo, as empresas apresentaram a declaração na forma escrita. Ato contínuo foi aberto o envelope nº 1 - Proposta Comercial o qual foi rubricado pelo Pregoeiro, a equipe de apoio e os representantes legais das licitantes presentes. Na análise das propostas constatou-se que as empresas apresentaram as propostas conforme exigências do presente Edital, estando habilitadas para as fases seguintes do certame. Por conseguinte, o Pregoeiro deu início à fase dos lances verbais, os quais estão registrados em planilhas anexadas ao presente auto. Ato contínuo procedeu-se à abertura do Envelope nº 2 - Documentação de habilitação das licitantes vencedoras, sendo que os documentos neles contidos foram conferidos e rubricados pelo Pregoeiro, a equipe de apoio e os representantes legais das licitantes. Na análise da documentação, constatou-se que as empresas apresentaram a documentação conforme o presente Edital. Após análise criteriosa da documentação do presente certame, pelos participantes presentes, as partes não manifestaram qualquer objeção, inclusive quanto ao interesse de recorrer, renunciando de forma expressa este último. Deixada a palavra livre, ninguém mais fez uso da mesma, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, com a presente Ata aprovada e assinada pelo Pregoeiro, a equipe de apoio e os representantes legais das empresas presentes ao final da sessão.

**Participante: 6712 - FORTA COMERCIAL LTDA**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
12	Óleo hidráulico ISO 32 atendendo as normas JCB 4002/1000 e GM LH 04-01, em balde de 20 litros.	BAL	20,00	TEXACO	0,0000	169,00	3.380,00
<b>Total do Participante -----&gt;</b>							<b>3.380,00</b>

**Participante: 9454 - AGRICOPEL COMERCIO DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
14	Graxa lubrificante à base de sabão de cálcio, grau NLGI-2, com ponto de gota de no mínimo 95°C, tambor de 170kg	T	2,00	AGRICOPPEL	0,0000	900,00	1.800,00
15	ÓLEO LUBRIFICANTE AE 15W40 API SN CAIXA COM 12 LITROS, COM BASE SINTÉTICA PARA VEÍCULOS GASOLINA/ ALCOOL	CX	30,00	SHELL	0,0000	185,00	5.550,00
<b>Total do Participante -----&gt;</b>							<b>7.350,00</b>

**Participante: 9560 - JL - COMÉRCIO DE BATERIAS, LUBRIFICNTES, PEÇAS E A**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	Fluido de freio DOT 4 - especificação NBR 9292 tipo 4, caixa 20 unid. de 500ml	CX	4,00	LUBRAX	0,0000	279,00	1.116,00
2	TDH óleo especial ( fluido 10w 30 p/ transmissão-hidráulico) Óleo de múltipla aplicação SAE 10W30, com nível de desempenho API GL-4, que atenda as normas dos fabricantes JOHN DEERE J20C, MASSEY FERGUSON MF 1135, FORD/NEW HOLLAND M2C 134D, GM ALLISON C-4 e CASE MS-1207, em balde de 20 litros.	BAL	20,00	LUBRAX	0,0000	229,00	4.580,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM**

CNPJ: 82.814.575/0001-02  
 AV. DOM PEDRO II, 230  
 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC

**PREGÃO PRESENCIAL**
**Nr.: 26/2014 - PR**

Processo Administrativo:  
 Processo de Licitação: 48/2014  
 Data do Processo: 15/07/2014

Folha: 2/2

**Participante: 9560 - JL - COMÉRCIO DE BATERIAS, LUBRIFICANTES, PEÇAS E A**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
3	Óleo lubrificante multiviscoso para motor diesel SAE 15W40, com nível de desempenho API CI-4, que atenda a especificação global DHD1 e especificações dos fabricantes Cummins 20078, Volvo VDS-3 e Mercedes-Benz MB 228.3, em balde de 20 litros.	BAL	100,00	LUBRAX	0,0000	177,00	17.700,00
4	Óleo lubrificante SAE 30, com nível de desempenho CF, que atenda a norma ALLISON C-4, em balde de 20 litros.	BAL	30,00	LUBRAX	0,0000	149,00	4.470,00
5	Óleo Hidráulico ISO 68 que atenda as normas 51524, parte 2/HLP, em balde de 20 litros.	BAL	120,00	LUBRAX	0,0000	177,00	21.240,00
6	Óleo para transmissão SAE 85W140 com nível de desempenho API GI-5, com propriedades de extrema pressão, atendendo a norma MIL - L - 2105D, em balde de 20 litros.	BAL	20,00	LUBRAX	0,0000	178,00	3.560,00
7	Óleo para transmissão SAE 90 com nível de desempenho API GI-5, com propriedades de extrema pressão, atendendo a norma MIL - L - 2105D, em balde de 20 litros.	BAL	30,00	LUBRAX	0,0000	179,00	5.370,00
8	Óleo para transmissão 433, com nível de desempenho GL-4, em balde de 20 litros.	BAL	15,00	LUBRAX	0,0000	195,00	2.925,00
9	Óleo para transmissão SAE 140 com nível de desempenho API GI-5, com propriedades de extrema pressão, atendendo a norma MIL - L - 2105D, em balde de 20 litros	BAL	5,00	LUBRAX	0,0000	179,00	895,00
10	Óleo para transmissão SAE 50, atendendo a norma MIL 2104BC, em balde de 20 litros.	BAL	8,00	LUBRAX	0,0000	159,00	1.272,00
11	Óleo hidráulico ATF, atendendo a Classificação GM Tipo A sufixo A, em balde de 20 litros.	BAL	20,00	LUBRAX	0,0000	210,00	4.200,00
13	Graxa lubrificante à base de sabão de lítio, grau NLGI-2, com faixa de temperatura de trabalho de no mínimo 0°C a 130°C e ponto de gota de no mínimo 180°C, em balde de 20 kg.	BL	25,00	LUBRAX	0,0000	269,00	6.725,00
16	Óleo lubrificante 5w30 100% sintético cx/ 12 litros	CX	20,00	LUBRAX	0,0000	285,00	5.700,00
<b>Total do Participante -----&gt;</b>							<b>79.753,00</b>
<b>Total Geral -----&gt;</b>							<b>90.483,00</b>

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação e pelos representantes das proponentes.

Ipumirim, 29 de Julho de 2014

**COMISSÃO:**

LAUDEIR FRANCIO - ..... - Pregoeiro(a)

JUCILENE GOLDONI CALIARI - ..... - Equipe de Apoio

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PL 48, PP 26-2014/PM**

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM</b>  CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 26/2014 - PR</b>  Processo Administrativo: Processo de Licitação: 48/2014 Data do Processo: 15/07/2014
	Folha: 1/2

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) Prefeito Municipal, VALDIR ZANELLA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a ) Processo Nr.: 48/2014  
b ) Licitação Nr.: 26/2014-PR  
c ) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL  
d ) Data Homologação: 29/07/2014  
e ) Objeto da Licitação registro de preço de óleo lubrificantes e hidráulico para a manutenção preventiva da frota municipal, com as características e quantidades, conforme anexo I do Edital.

(em Reais R\$)

f ) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação) Unid. Quantidade Descto (%) Preço Unitário Total do Item

**AGRICOPEL COMERCIO DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA (9454)**

14 Graxa lubrificante à base de sabão de cálcio, grau NLGI-2, com ponto de gota de no mínimo 95°C, tambor de 170kg - Marca: AGRICOPEL	T	2,00	0,0000	900,00	1.800,00
15 ÓLEO LUBRIFICANTE AE 15W40 API SN CAIXA COM 12 LITROS, COM BASE SINTETICA PARA VEÍCULOS GASOLINA/ALCOOL - Marca: SHELL	CX	30,00	0,0000	185,00	5.550,00
<b>Total do Fornecedor:</b>					<b>7.350,00</b>

**FORTA COMERCIAL LTDA (6712)**

12 Óleo hidráulico ISO 32 atendendo as normas JCB 4002/1000 e GM LH 04-01, em balde de 20 litros. - Marca: TEXACO	BAL	20,00	0,0000	169,00	3.380,00
<b>Total do Fornecedor:</b>					<b>3.380,00</b>

**JL - COMÉRCIO DE BATERIAS, LUBRIFICANTES, PEÇAS E A (9560)**

1 Fluido de freio DOT 4 - especificação NBR 9292 tipo 4, caixa 20 unid. de 500ml - Marca: LUBRAX	CX	4,00	0,0000	279,00	1.116,00
--------------------------------------------------------------------------------------------------	----	------	--------	--------	----------

Ipumirim, 29 de Julho de 2014.

\_\_\_\_\_  
VALDIR ZANELLA  
PREFEITO MUNICIPAL

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM</b>  <b>CNPJ:</b> 82.814.575/0001-02 <b>AV. DOM PEDRO II, 230</b> <b>C.E.P.:</b> 89790-000 - Ipumirim - SC	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 26/2014 - PR</b>  <b>Processo Administrativo:</b> <b>Processo de Licitação:</b> 48/2014 <b>Data do Processo:</b> 15/07/2014
	Folha: 2/2

### TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

#### JL - COMÉRCIO DE BATERIAS, LUBRIFICANTES, PEÇAS E A (9560)

2	TDH óleo especial ( fluido 10w 30 p/ transmissão-hidráulico) Óleo de múltipla aplicação SAE 10W30, com nível de desempenho API GL-4, que atenda as normas dos fabricantes JOHN DEERE J20C, MASSEY FERGUSON MF 1135, FORD/NEW HOLLAND M2C 134D, GM ALLISON C-4 e CASE MS-1207, em balde de 20 litros. - Marca: LUBRAX	BAL	20,00	0,0000	229,00	4.580,00
3	Óleo lubrificante multiviscoso para motor diesel SAE 15W40, com nível de desempenho API CI-4, que atenda a especificação global DHD1 e especificações dos fabricantes Cummins 20078, Volvo VDS-3 e Mercedes-Benz MB 228.3, em balde de 20 litros. - Marca LUBRAX	BAL	100,00	0,0000	177,00	17.700,00
4	Óleo lubrificante SAE 30, com nível de desempenho CF, que atenda a norma ALLISON C-4, em balde de 20 litros. - Marca: LUBRAX	BAL	30,00	0,0000	149,00	4.470,00
5	Óleo Hidráulico ISO 68 que atenda as normas 51524, parte 2/HLP, em balde de 20 litros. - Marca: LUBRAX	BAL	120,00	0,0000	177,00	21.240,00
6	Óleo para transmissão SAE 85W140 com nível de desempenho API GI-5, com propriedades de extrema pressão, atendendo a norma MIL - L - 2105D, em balde de 20 litros. - Marca: LUBRAX	BAL	20,00	0,0000	178,00	3.560,00
7	Óleo para transmissão SAE 90 com nível de desempenho API GI-5, com propriedades de extrema pressão, atendendo a norma MIL - L - 2105D, em balde de 20 litros. - Marca: LUBRAX	BAL	30,00	0,0000	179,00	5.370,00
8	Óleo para transmissão 433, com nível de desempenho GL-4, em balde de 20 litros. - Marca: LUBRAX	BAL	15,00	0,0000	195,00	2.925,00
9	Óleo para transmissão SAE 140 com nível de desempenho API GI-5, com propriedades de extrema pressão, atendendo a norma MIL - L - 2105D, em balde de 20 litros - Marca: LUBRAX	BAL	5,00	0,0000	179,00	895,00
10	Óleo para transmissão SAE 50, atendendo a norma MIL 2104BC, em balde de 20 litros. - Marca: LUBRAX	BAL	8,00	0,0000	159,00	1.272,00
11	Óleo hidráulico ATF, atendendo a Classificação GM Tipo A sufixo A, em balde de 20 litros. - Marca: LUBRAX	BAL	20,00	0,0000	210,00	4.200,00
13	Graxa lubrificante à base de sabão de lítio, grau NLGI-2, com faixa de temperatura de trabalho de no mínimo 0°C a 130°C e ponto de gota de no mínimo 180°C, em balde de 20 kg. - Marca: LUBRAX	BL	25,00	0,0000	269,00	6.725,00
16	Óleo lubrificante 5w30 100% sintético cx/ 12 litros - Marca: LUBRAX	CX	20,00	0,0000	285,00	5.700,00
<b>Total do Fornecedor:</b>					<b>79.753,00</b>	
<b>Total Geral:</b>					<b>90.483,00</b>	

Ipumirim, 29 de Julho de 2014.

-----  
 VALDIR ZANELLA  
 PREFEITO MUNICIPAL



# Irineópolis

## PREFEITURA

### Decreto N.º 2.624/2014

DECRETO N.º 2.624/2014.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE VAGAS E CONVOCAÇÃO DE CANDIDATOS APROVADOS EM CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal; e,

Considerando a realização do concurso público n.º 001/2014 no qual houve aprovados, além das vagas previstas para os cargos de Auxiliar Administrativo e Professor de Música;

Considerando a necessidade de convocação de servidores para desenvolver os serviços do cargo supracitado na área administrativa e da educação;

Considerando a necessidade de prestação de um serviço público eficiente, em órgãos da Administração Pública Municipal;

#### DECRETA:

Fica autorizado a abertura de mais 01 (uma) vaga no concurso público n.º 001/2014 para o cargo de Auxiliar Administrativo, assim também, mais 01 (uma) vaga para o cargo de Professor de Música, e, autorizada a CONVOCAÇÃO dos próximos candidatos aprovados, de acordo com a ordem classificatória de aprovação, para fins de nomeação.

O candidato convocado deverá comprovar, no prazo legal, o cumprimento de todos os requisitos e exigências para o exercício do cargo, no qual obteve aprovação.

Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 29 de Julho de 2014.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

### Decreto N.º 2.625/2014

DECRETO N.º 2.625/2014.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE VAGAS E CONVOCAÇÃO DE CANDIDATOS APROVADOS EM CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal; e,

Considerando a realização do concurso público n.º 001/2014 no qual houve candidatos aprovados, que constituem Cadastro de Reserva para os cargos de Agente Administrativo e Assistente de Informática;

Considerando a necessidade de convocação de servidores para desenvolver os serviços dos cargos supracitados na área administrativa;

Considerando a necessidade de prestação de um serviço público eficiente, em órgãos da Administração Pública Municipal;

#### DECRETA:

Fica autorizado a abertura de 01 (uma) vaga no concurso público

n.º 001/2014 para o cargo de Agente Administrativo, assim também, 01 (uma) vaga para o cargo de Assistente de Informática, e, autorizada a CONVOCAÇÃO dos candidatos aprovados, de acordo com a ordem classificatória de aprovação, para fins de nomeação.

O candidato convocado deverá comprovar, no prazo legal, o cumprimento de todos os requisitos e exigências para o exercício do cargo.

Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 29 de Julho de 2014.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

**Itá****PREFEITURA****Aviso de Processo Licitatório Nº 044/2014, Pregão Presencial Nº 028/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITÁ

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 044/2014

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 028/2014

LEIDE MARA BENDER, Prefeita Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, torna público que fará realizar licitação, na modalidade Pregão Presencial, no dia 13 de agosto de 2014, para aquisição de peças e mão de obra para recuperação parcial da motoniveladora Huber Warco 205C. As propostas serão recebidas até as 08h30min do dia 13 de agosto de 2014 e abertas as 08h30min nesta mesma data. O edital encontra-se disponível no site "www.ita.sc.gov.br" as demais informações poderão ser obtidas diariamente na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda e pelo telefone (49) 3458-9508, 3458-9528.

Itá-SC, 30 de Julho de 2014.

LEIDE MARA BENDER

Prefeita Municipal

**Itapiranga****PREFEITURA****Extrato de Atas de Registro de Preços Prefeitura Nº 205 A 215/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

ATAS REGISTRO DE PREÇOS - PREFEITURA

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 205/2014.

PARTES: Município de Itapiranga e Maravimáquinas Comércio de Peças e Serviços Ltda.

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 110/2014

OBJETO: Aquisição de forma parcelada de peças destinadas para manutenção das maquinas retroescavadeiras JCB 4 CX, JCB 3c, JCB 3C PLUS, JCB 214E, de propriedade desta municipalidade.

VALOR: R\$ 10.090,80

VIGÊNCIA: 24 de julho de 2015.

Itapiranga - SC., 24 de julho de 2014.

Inácio Oswald - Prefeito Municipal em Exercício.

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 206/2014.

PARTES: Município de Itapiranga e Comercial Ciotta Materiais de Construção e Peças para Veículos Ltda.

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 110/2014

OBJETO: Aquisição de forma parcelada de peças destinadas para manutenção das maquinas retroescavadeiras JCB 4 CX, JCB 3c, JCB 3C PLUS, JCB 214E, de propriedade desta municipalidade.

VALOR: R\$ 7.329,00

VIGÊNCIA: 24 de julho de 2015.

Itapiranga - SC., 24 de julho de 2014.

Inácio Oswald - Prefeito Municipal em Exercício.

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 207/2014.

PARTES: Município de Itapiranga e Julio Silvestri Filho - Me.

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 110/2014

OBJETO: Aquisição de forma parcelada de peças destinadas para manutenção das maquinas retroescavadeiras JCB 4 CX, JCB 3c, JCB 3C PLUS, JCB 214E, de propriedade desta municipalidade.

VALOR: R\$ 10.595,60

VIGÊNCIA: 24 de julho de 2015.

Itapiranga - SC., 24 de julho de 2014.

Inácio Oswald - Prefeito Municipal em Exercício.

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 208/2014.

PARTES: Município de Itapiranga e Transmaq Peças e Serviços Ltda.

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 110/2014

OBJETO: Aquisição de forma parcelada de peças destinadas para manutenção das maquinas retroescavadeiras JCB 4 CX, JCB 3c, JCB 3C PLUS, JCB 214E, de propriedade desta municipalidade.

VALOR: R\$ 10.871,20

VIGÊNCIA: 24 de julho de 2015.

Itapiranga - SC., 24 de julho de 2014.

Inácio Oswald - Prefeito Municipal em Exercício.

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 209/2014.

PARTES: Município de Itapiranga e Filippe Comércio de Peças Ltda.

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 110/2014

OBJETO: Aquisição de forma parcelada de peças destinadas para manutenção das maquinas retroescavadeiras JCB 4 CX, JCB 3c, JCB 3C PLUS, JCB 214E, de propriedade desta municipalidade.

VALOR: R\$ 30.003,16

VIGÊNCIA: 24 de julho de 2015.

Itapiranga - SC., 24 de julho de 2014.

Inácio Oswald - Prefeito Municipal em Exercício.

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 210/2014.  
PARTES: Município de Itapiranga e Maxcopy Equipamentos e Suprimentos Ltda - Me.  
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 109/2014  
OBJETO: Aquisição, de forma parcelada, de cartuchos de toner originais, destinados para manutenção das atividades das diversas secretarias desta municipalidade.  
VALOR: R\$ 18.219,00  
VIGÊNCIA: 28 de julho de 2015.  
Itapiranga - SC., 28 de julho de 2014.  
Inácio Oswald - Prefeito Municipal em Exercício.

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 211/2014.  
PARTES: Município de Itapiranga e Potência Som e Informática Ltda - Epp.  
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 109/2014  
OBJETO: Aquisição, de forma parcelada, de cartuchos de toner originais, destinados para manutenção das atividades das diversas secretarias desta municipalidade.  
VALOR: R\$ 17.716,80  
VIGÊNCIA: 28 de julho de 2015.  
Itapiranga - SC., 28 de julho de 2014.  
Inácio Oswald - Prefeito Municipal em Exercício.

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 212/2014.  
PARTES: Município de Itapiranga e Telecopy Equipamentos Ltda - Epp.  
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 109/2014  
OBJETO: Aquisição, de forma parcelada, de cartuchos de toner originais, destinados para manutenção das atividades das diversas secretarias desta municipalidade.  
VALOR: R\$ 7.965,00  
VIGÊNCIA: 28 de julho de 2015.  
Itapiranga - SC., 28 de julho de 2014.  
Inácio Oswald - Prefeito Municipal em Exercício.

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 213/2014.  
PARTES: Município de Itapiranga e JP Equipamentos Ltda - Me.  
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 109/2014  
OBJETO: Aquisição, de forma parcelada, de cartuchos de toner originais, destinados para manutenção das atividades das diversas secretarias desta municipalidade.  
VALOR: R\$ 62.390,00  
VIGÊNCIA: 28 de julho de 2015.  
Itapiranga - SC., 28 de julho de 2014.  
Inácio Oswald - Prefeito Municipal em Exercício.

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 214/2014.  
PARTES: Município de Itapiranga e Comércio de Artigos de Informática Iraceminha Ltda - Me.  
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 109/2014  
OBJETO: Aquisição, de forma parcelada, de cartuchos de toner originais, destinados para manutenção das atividades das diversas secretarias desta municipalidade.  
VALOR: R\$ 22.344,00  
VIGÊNCIA: 28 de julho de 2015.  
Itapiranga - SC., 28 de julho de 2014.  
Inácio Oswald - Prefeito Municipal em Exercício.

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 215/2014.  
PARTES: Município de Itapiranga e GL - Bombas Injetoras Beltrão - Eireli - Epp.  
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 112/2014  
OBJETO: Aquisição de peças e acessórios novas e genuínas destinadas para reposição e manutenção dos veículos da frota municipal.  
VALOR: R\$ 385.160,16  
VIGÊNCIA: 29 de julho de 2015.  
Itapiranga - SC., 29 de julho de 2014.  
Inácio Oswald - Prefeito Municipal em Exercício.

## Itapoá

### PREFEITURA

#### **Termo de Prorrogação de Licitação Pública- Convite Nº 21/2014**

MUNICÍPIO DE ITAPOÁ/SC

TERMO DE PRORROGAÇÃO DO EDITAL DE LICITAÇÃO PÚBLICA DE ABERTURA DE ENVELOPES DE DOCUMENTOS E PROPOSTAS -

DATA: 01 de agosto de 2014 - Horário de entrega de envelopes até: 11h: 00min e abertura de sessão pública às 11h: 30min.

LICITAÇÃO/MODALIDADE: Convite nº 21/2014 - Processo nº 104/2014 - Objeto: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de 02 (duas) retroescavadeiras e 01 (uma) escavadeira hidráulica para colocação de tubos, abertura de ruas, valas e limpeza de canais extravasores e rios, conforme especificações constantes no Anexo I do Edital.

#### **AVISO DE PRORROGAÇÃO**

O Município de Itapoá torna público que a licitação que se faria realizar na data e horário acima citado, vem alterar o edital de licitação com a finalidade de PRORROGAR a DATA E HORÁRIO DE RECEBIMENTO E ABERTURA DE ENVELOPES DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS para o dia 08/08/2014 com recebimento de envelopes de habilitação e propostas até 12h: 00min de possíveis interessados em participar do certame em epigrafe, e às 12h: 30min a Sessão Pública de abertura de envelopes e credenciamento.

Ficam ratificadas todas as demais condições estabelecidas no Edital.

Itapoá, 30 de julho de 2014.  
Sérgio Ferreira de Aguiar  
Município de Itapoá  
Prefeito Municipal

# Jacinto Machado

## PREFEITURA

### Extrato do Contrato Nº 142/2014/Pmjm

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO  
EXTRATO DO CONTRATO Nº 142/2014/PMJM

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO  
Contratado (a): REJANE COMERCIO DE PRODUTOS PEDAGÓGICOS LTDA - ME  
Valor Global: R\$ 5.174,40 (cinco mil cento e setenta e quatro reais e quarenta centavos).

Vigência: Início: 24/07/2014 Término: 31/12/2014  
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2014/PMJM  
Dotação: 1.014.4490.00 - 94 - 27/2014 - APARELHAMENTO, AQUIS. VEÍCULOS E AMPL. DE REDE FI  
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E JOGOS PEDAGÓGICOS PARA SEREM UTILIZADOS NAS ESCOLAS DA REDE DE ENSINO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO/SC.

Jacinto Machado - SC, 24 de Julho de 2014.  
ANTONIO JOÃO DE FÁVERI  
Prefeito

## CÂMARA MUNICIPAL

### Resolução Nº 8, de 30 de Julho de 2014

RESOLUÇÃO Nº 8, DE 30 DE JULHO DE 2014

Dispõe sobre o Programa Câmara Mirim no âmbito da Câmara Municipal de Jacinto Machado.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no art. 38, inc. IV, da Lei Orgânica do Município, faz saber que o Plenário aprovou e ele promulga a seguinte Resolução:

#### CAPÍTULO I

Das Disposições Preliminares

Art. 1º Fica instituído, no âmbito Câmara Municipal de Jacinto Machado, o "Programa Câmara Mirim", com o objetivo de promover a interação entre a Câmara de Vereadores e as escolas públicas da rede municipal e estadual de ensino, permitindo aos estudantes compreender o papel desempenhado pelo Poder Legislativo Municipal dentro do contexto social em que vive, contribuindo para a formação da sua cidadania e o entendimento dos aspectos políticos da sociedade brasileira, bem como estimular um relacionamento permanente dos jovens cidadãos jacintomachadenses com a Câmara de Vereadores.

Art. 2º Integram o Programa Câmara Mirim as seguintes atividades que devem funcionar de forma articulada:

- I - concurso de redação da Câmara de Vereadores;
- II - projeto Vereador Mirim.

Parágrafo único. A articulação de que trata o caput deste artigo se viabiliza, dentre outras medidas, pela participação dos estudantes finalistas do concurso de redação na edição do projeto Vereador Mirim, mediante exercício do mandato parlamentar mirim no Plenário da Câmara Municipal a partir do mês de fevereiro do ano seguinte a realização do concurso.

#### CAPÍTULO II

Do Concurso de Redação da Câmara de Vereadores

Art. 3º Pode participar do concurso de redação da Câmara de Vereadores de Jacinto Machado, realizado anualmente, os estudantes do 6º ao 9º ano do ensino fundamental, com idade entre 12 (doze) anos e 16 (dezesesseis) anos, regularmente matriculados nas escolas públicas da rede municipal e estadual de ensino, localizadas no âmbito do Município, que aderirem formalmente ao Termo de Parceria com a Câmara de Vereadores para a realização desse concurso.

Parágrafo único. As edições do concurso de redação serão planejadas, coordenadas, executadas e avaliadas pela Mesa Diretora, em conjunto com a Secretaria Geral da Câmara de Vereadores.

Art. 4º Caberá à Mesa Diretora, conjuntamente com Secretaria Geral da Câmara, a escolha do tema de cada edição anual do concurso de redação, mediante elaboração de um regulamento específico, de forma a dar publicidade às normas que o regem.

Parágrafo único. O regulamento deverá conter, pelo menos, as seguintes informações:

- I - objetivos gerais e específicos da edição do concurso;
- II - público-alvo do concurso e condições de participação;
- III - etapas do concurso e responsabilidade por sua execução;
- IV - período e procedimentos visando à inscrição;
- V - cronograma de atividades do concurso, indicando a data limite para realização das redações no âmbito das escolas participantes;
- VI - critérios de avaliação e escolha dos finalistas;
- VII - cerimônia de premiação e prêmios a serem concedidos; e
- VIII - formas de divulgação do concurso e das redações vencedoras

Art. 5º A Câmara de Vereadores será responsável pela divulgação de todas as etapas de realização do concurso, ficando sob responsabilidade da Mesa Diretora a definição das melhores estratégias e meios de divulgação desta iniciativa.

Art. 6º Ao preencher sua ficha de participação, o estudante autoriza, automaticamente, sem ônus, a Câmara Municipal de Jacinto Machado a utilizar seu nome, imagem e voz para editar, publicar, reproduzir e divulgar o conteúdo da redação por meio de jornais, revistas, rádio, internet, vídeo e outros recursos multimídia, respeitando-se a propriedade intelectual do autor da redação selecionada.

Art. 7º Respeitadas às regras previstas no regulamento do concurso, as inscrições dos estudantes somente serão validadas mediante a participação manifesta das escolas públicas da rede municipal e estadual de ensino através do Termo de Parceria.

Art. 8º Só serão validadas as redações elaboradas no âmbito de cada escola e encaminhadas a Câmara de Vereadores pela direção das escolas participantes do programa Câmara Mirim, dentro do prazo estabelecido no regulamento do concurso.

Parágrafo único. Não será validada a redação que possua qualquer assinatura, pseudônimo, desenho, rasura, referencia a siglas partidárias ou marca identificadora do autor ou da unidade escolar que frequenta.

Art. 9º O estudante deverá escrever sua redação sobre o tema proposto no regulamento do concurso, devendo ser inédita e original, em língua portuguesa, onde qualquer situação de plágio remeterá à desclassificação.

Art. 10. A Câmara de Vereadores constituirá Comissão Julgadora para executar o processo de seleção dos finalistas do concurso de



redação formada por, no mínimo, 6 (seis) professores de língua portuguesa ou literatura, com a seguinte composição:

I - 3 (três) professores da rede estadual de educação;

II - 3 (três) professores da rede municipal de educação;

§ 1º A critério da Mesa Diretora da Câmara, o Conselho Municipal de Educação poderá participar da Comissão Julgadora de que trata o caput deste artigo, mediante indicação de 1 (um) representante da área do magistério.

§ 2º A critério da Mesa Diretora da Câmara, membros de outras instituições que se tornem parceiras na organização do concurso de redação também poderão integrar a Comissão Julgadora.

Art. 11. A Comissão Julgadora poderá selecionar até 20 (vinte) finalistas para o concurso de redação, mas limitado a escolha de 3 (três) estudantes por escola participante do programa Câmara Mirim.

Parágrafo único. A cada uma das escolas será assegurado, no mínimo, a escolha de 1 (um) finalista para integrar o projeto Vereador Mirim.

Art. 12. Aos finalistas do concurso de redação será oferecido como premiação certificados de participação e brindes, além da possibilidade, na condição de Vereador Mirim, de participar da edição anual do Encontro Estadual de Câmaras Mirins organizada pela Escola do Legislativo da Assembléia Legislativa de Santa Catarina e da sessão da Câmara Mirim organizada, anualmente, pela Câmara dos Deputados, acompanhados por responsáveis, maiores de 21 (vinte e um) anos, indicados pela Câmara de Vereadores e pelas escolas participantes do programa.

Parágrafo único. A premiação a que se refere o caput deste artigo será detalhada em regulamento específico para o concurso.

Art. 13. A cerimônia de premiação, da qual os alunos finalistas participarão, será realizada na sede da Câmara Municipal de Jacinto Machado ou em outro local, escolhido pela presidência da Câmara.

Art. 14. Os procedimentos administrativos para viabilizar a realização do concurso de redação deverão garantir o cumprimento dos prazos previstos no regulamento.

Art. 15. Visando assegurar a realização da cerimônia de premiação dos estudantes finalistas do concurso de redação, as despesas relativas ao concurso e premiação correrão por conta das dotações orçamentárias próprias da Câmara de Vereadores consignadas no Orçamento do Município.

### CAPÍTULO III

#### Do Projeto Vereador Mirim

Art. 16. Constituem objetivos específico do projeto Vereador Mirim:

I - proporcionar aos jovens cidadãos o conhecimento acerca das atribuições, da estrutura e funcionamento do Poder Legislativo Municipal;

II - promover a circulação de informações nas escolas participantes sobre a deliberação de projetos de lei, decretos legislativos, resoluções e demais atividades da Câmara de Vereadores;

III - possibilitar aos alunos o acesso e o conhecimento sobre as propostas apresentadas e debatidas pelos Vereadores em prol do desenvolvimento da comunidade;

IV - favorecer a discussão e reflexão sobre os problemas da cidade e que mais afetam à população;

V - proporcionar situações em que os alunos, representando os Vereadores, na qual apresentem sugestões para colaborar na solução dos problemas da cidade;

VI - sensibilizar professores, servidores e pais de alunos para importância da participação no projeto Vereador Mirim, bem como apresentem sugestões para seu aperfeiçoamento.

Art. 17. Caberá a Câmara de Vereadores, de modo a atender os objetivos descritos no caput art. 16 desta Resolução, providenciar: I - a criação e impressão de folder ou cartilha para distribuir nas escolas, contendo informações sobre as atribuições do Poder Legislativo, sobre temas relacionados à democracia e cidadania, bem como explicações sobre o funcionamento do programa Câmara Mirim;

II - a impressão de cartazes, folhetos e outros materiais necessários à divulgação do programa Câmara Mirim;

III - realização de palestras, treinamento e outros eventos que envolvam as escolas interessadas em participar do programa Câmara Mirim.

Art. 18. Serão selecionados para freqüentar o projeto Vereador Mirim, de periodicidade anual, os estudantes do 6º ao 9º ano do ensino fundamental escolhidos dentre os finalistas do concurso de redação, classificados do primeiro ao terceiro lugar, conforme dispõe o art. 11 desta Resolução.

Art. 19. A cada escola participante do programa Câmara Mirim será assegurado, no mínimo, a escolha de 1 (um) representante e, para completar o máximo de 9 (nove) Vereadores Mirins, se necessário, as escolas com maior número de alunos inscritos no concurso poderão ter mais de 1 (um) representante, observada a classificação dos finalistas.

Parágrafo único. Os Vereadores Mirins escolhidos serão diplomados em sessão solene e exercerão mandato parlamentar pelo período de 1 (um) ano, sendo a função considerada de interesse educativo e participativo, não tendo direito a remuneração de qualquer espécie.

Art. 20. Em sessão solene de instalação realizada na primeira quinzena do mês de fevereiro do ano seguinte ao de realização do concurso de redação, em dia e horário a serem definidos pela presidência da Câmara, os Vereadores Mirins prestarão o compromisso de posse e escolherão, mediante votação, os componentes da Mesa Diretora da Câmara Mirim, ficando automaticamente empossados.

Art. 21. O programa Câmara Mirim terá duração anual, iniciando-se em 15 de fevereiro do ano seguinte ao de realização do concurso com a posse dos Vereadores Mirins e eleição da Mesa Diretora, bem como se reunirão em sessão ordinária no Plenário Vereador Bonifácio Bratti da Câmara Municipal, no mínimo, uma vez por mês, findando-se o mandato em 15 de dezembro de cada ano com a escolha dos novos Vereadores Mirins.

Art. 22. Os trabalhos do projeto Vereador Mirim serão dirigidos por uma Mesa Diretora eleita dentre os Vereadores Mirins, sendo composta pelo Presidente, Vice-Presidente, Primeiro Secretário e Segundo Secretário.

Parágrafo único. Compete a Câmara Mirim, por sua Mesa Diretora, encaminhar propostas relativas a temas como educação, saúde, assistência social, cultura, esporte, turismo, segurança pública, meio ambiente, agricultura, defesa do consumidor, cidadania e democracia, entre outros considerados de interesse público.

Art. 23. No âmbito do Projeto Vereador Mirim, caberá aos alunos participantes procederem à elaboração de proposições legislativas e de pronunciamentos que serão apresentados em sessões simuladas, preferencialmente, no Plenário da Câmara de Vereadores.

Parágrafo único. Os Vereadores Mirins devem passar por um

processo de formação, recebendo todas as informações necessárias para o bom desempenho do mandato parlamentar.

Art. 24. Observar-se-ão, no decorrer dos trabalhos do projeto Vereador Mirim, tanto quanto possível, os procedimentos regimentais relativos ao trâmite das proposições, inclusive quanto à sua iniciativa, discussão e votação em Plenário.

Parágrafo único. Terá tratamento de sugestão legislativa, pela Câmara de Vereadores, as proposições apresentadas e aprovadas, na qual estará consignado o nome do Vereador Mirim autor, conforme disporá o Regimento Interno elaborado especificamente para funcionamento da Câmara Mirim.

Art. 25. As proposições legislativas apresentadas e aprovadas pelos Vereadores Mirins serão divulgadas na web site da Câmara de Vereadores.

Art. 26. No início de cada sessão legislativa ordinária, o Presidente da Câmara, ouvido os Líderes, designará comissão composta, no mínimo, por 1 (um) Vereador de cada uma das bancadas com representação na Casa Legislativa para acompanhar os procedimentos necessários à realização da edição anual do programa Câmara Mirim.

Parágrafo único. A comissão de que trata o caput deste artigo contará com a assessoria dos servidores da Secretaria Geral da Câmara de Vereadores.

#### CAPÍTULO IV

##### Das Disposições Finais e Transitórias

Art. 27. A Mesa Diretora da Câmara de Vereadores baixará os atos necessários para regulamentar a implantação e execução do programa Câmara Mirim, visando estabelecer o pleno funcionamento de suas atividades, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de publicação desta Resolução.

Art. 28. As despesas decorrentes desta Resolução correrão à conta de dotações orçamentárias próprias da Câmara de Vereadores consignadas no Orçamento do Município de Jacinto Machado.

Art. 29. Os casos omissos serão resolvidos e regulamentados por atos baixados pela Mesa Diretora da Câmara de Vereadores.

Art. 30. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Jacinto Machado, 30 de julho de 2014; 55º de Instalação da Câmara de Vereadores.

Vereador JOCI GOMES (PT)  
Presidente

Registre-se e publique-se.

Vereador JOSÉ TALAÚ (PP)  
Primeiro Secretário

## Joaçaba

### PREFEITURA

#### Extrato PL 20/2014/FMS - PP 15/2014/FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS

JOAÇABA (SC)

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 20/2014/FMS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2014/FMS

Objeto: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de lancetas e tiras de glicemia, destinadas a manutenção dos programas desenvolvidos por intermédio do Fundo Municipal de Saúde de Joaçaba, SC. Forma de Julgamento: Menor Preço por Item. Data da abertura: Dia 13/08/2014, a partir das 14 horas, na sala do Setor de Compras e Licitações, no endereço abaixo citado. Credenciamento e entrega dos envelopes: até as 14 horas do dia 13/08/2014, no Setor de Compras e Licitações. Local para aquisição do Edital: Secretaria Municipal de Gestão Administrativa - Setor de Compras e Licitações, na Avenida XV de Novembro, 378, Centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou no site [www.joacaba.sc.gov.br](http://www.joacaba.sc.gov.br), a partir da publicação deste aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone 049 3527-8805 / 3527-8828 ou pelo e-mail [comprasjba@joacaba.sc.gov.br](mailto:comprasjba@joacaba.sc.gov.br).

Joaçaba, 30 de julho de 2014.

MARCOS WEISS

Secretário de Saúde

#### Contrato 32/2013 TA 01

CONTRATO Nº 32/2013/FMS - TA 01

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, representado neste ato pelo Prefeito, Sr. RAFAEL LASKE, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, com sede na Avenida XV de Novembro, 223, centro, inscrito no CNPJ sob o número 10.594.533/0001-00, doravante denominado CONTRATANTE, por seu Gestor, e a empresa ONSERV SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA. inscrita no CNPJ sob o nº 05.103.463/0001-00 estabelecida na Rua Getúlio Vargas, nº 297 Bairro Centro, no Município de Joaçaba - SC neste ato representada pelo Sr. Marcos Antonio Zanardo, portador da Carteira de Identidade nº 11/R 1.882.629 e CPF nº 780.543.209-06 residente e domiciliado na Rua Oscar Batista da Silva, nº 92, Vila Pedrini, cidade de Joaçaba, doravante denominada CONTRATADA, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 32/2013/FMS, firmado em 01/08/2013, proveniente do Processo de Licitação nº 32/2013/FMS, instaurado através do Edital de Pregão Presencial nº 25/2013/FMS, cujo objeto é a prestação pela CONTRATADA de serviços de recepcionistas em 02 (dois) postos de trabalho, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais cada um, para atuarem junto ao Centro de Atenção Psicossocial - CAPS do Município de Joaçaba, SC, onde se ADITA a CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO e a CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E REVISÃO, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO

A vigência do contrato fica prorrogada por 12 meses, a contar de 01 de agosto de 2014, em conformidade com o disposto no art.



57, II, da Lei 8.666/93.

Diante da prorrogação, o prazo de execução dos serviços, objeto da contratação, passa a totalizar 24 (vinte e quatro) meses, contados do seu início.

A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pela servidora Sandra Regina Pacheco Pinheiro, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do mesmo, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

#### CLÁUSULA SEGUNDA

#### CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E REVISÃO

O valor contratado fica reajustado em 6,0574% relativos à variação do INPC no período de julho/2013 a junho/2014, passando de R\$ 41.340,00 para R\$ 43.836,00 (quarenta e três mil oitocentos e trinta e seis reais), considerando o valor mensal de R\$ 3.653,00 (três mil seiscentos e cinquenta e três reais), e o valor por posto de trabalho de R\$ 1.826,50 (mil oitocentos e vinte e seis reais e cinquenta centavos).

Diante da prorrogação e do reajuste, agregar-se-á ao contrato o valor de R\$ R\$ 43.836,00 (quarenta e três mil oitocentos e trinta e seis reais) passando o valor global da contratação a totalizar o montante de R\$ 85.176,00 (oitenta e cinco mil cento e setenta e seis reais).

#### CLÁUSULA TERCEIRA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba (SC), 30 de julho de 2014.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

Rafael Laske

Prefeito

ONSERV SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA

Marcos Antonio Zanardo - Representante

Testemunhas:

1. \_\_\_\_\_ 2. \_\_\_\_\_

#### **Resolução Nº 021/2014/CMAS-Jba**

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CMAS) DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA/SC

#### RESOLUÇÃO Nº 021/2014/CMAS-JBA

Dispõe sobre a retificação da resolução nº 010/2014/CMAS-JBA referente ao cofinanciamento dos Serviços de Proteção Social Básica, entre o Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS) e o Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS) de JOAÇABA/SC.

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), em Reunião Plenária Ordinária, realizada dia 14 de Maio de 2014, no uso das

competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 8.742 de 7 de dezembro de 1993 - Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS e pela Lei Municipal nº 2340 de 22 de Marco de 1996, que institui o Conselho Municipal de Assistência Social de Joaçaba/SC - CMAS, e

CONSIDERANDO o inciso X do artigo 121 da NOB/SUAS 2012, que dispõe sobre as atribuições precípua dos Conselhos de Assistência Social de aprovar critérios de partilha de recursos em seu âmbito de competência, respeitados os parâmetros adotados na LOAS.

#### RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a partilha de recursos, provenientes do FEAS, para o cofinanciamento dos Serviços da Proteção Social Básica, por meio de recursos financeiros alocados no FMAS, no valor total de R\$ 26.678,16 (Vinte e seis mil, seiscentos e setenta e oito reais e dezesseis centavos), referente ao ano de 2014, para ser utilizado 100% (cem por cento) em custeio.

Art. 2º Os recursos serão destinados aos serviços ofertados pelo município e elencados no Projeto Técnico, no âmbito da Proteção Social Básica, de acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS nº 109/2009).

Art. 3º O Gestor da Política de Assistência Social do município é responsável pela adesão ao Programa BPC Escola até o mês de junho do corrente ano para garantir a continuidade dos recursos provenientes do FEAS ao FMAS referente ao cofinanciamento da Proteção Social Básica.

Parágrafo único: O descumprimento do "caput" do presente artigo acarretará no bloqueio do recurso referente ao cofinanciamento da Proteção Social Básica.

Art. 4º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba, 30 de Julho de 2014.

Dorvalina Lange

Presidente CMAS - Joaçaba/SC

# Lages

## PREFEITURA

### Extrato 3º Termo Aditivo Contrato 01/2013 PML

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO:

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 01/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: SOUZA E ESMERALDINO LTDA ME - EPP, inscrita no CNPJ sob nº 08.922.953/0001-19, estabelecida à Rua Esteves Junior, s/nº - em Tubarão/SC - CEP: 88.701-130 - fone: (048) 3052-2771.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO DO CONTRATO

A Contratação de Empresa de Engenharia para Construção do CEIM (Centro de Educação Infantil Municipal), no Bairro Pró Morar. De acordo com a CLÁUSULA OITAVA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO, item 8.3 Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou as supressões que se fizerem necessárias, em até 25% do valor inicialmente contratado, nos termos do § 1º do Artigo 65 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, ADITA-SE ao valor inicial contratado o valor de R\$ 88.906,14 (oitenta e oito mil, novecentos e seis reais e quatorze centavos).

Lages, 09 de Maio de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito de Lages

### Termo de Convênio Nº 049/2014

EXTRATO DE CONTRATO

O MUNICÍPIO DE LAGES/SC

Torna público:

TERMO DE CONVÊNIO N.º 049/2014

Os signatários deste instrumento, de um lado o MUNICÍPIO DE LAGES, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, representado neste ato por seu Prefeito Municipal, Sr. ELIZEU MATTOS, e de outro lado SOCIEDADE LAGEANA DE ASSISTÊNCIA AOS NECESSITADOS - SLAN, inscrita no CNPJ sob n.º 83.509.521/0001-04, com sede à Av. 1º de maio, nº 1003, Bairro Popular, na cidade de Lages, Estado de Santa Catarina, representada neste ato pelo (a) Sr. (a) NILZA TEREZINHA DE SOUZA, CPF nº 400.905.159-00, Presidente, tem justo e acertado o presente Termo de Convênio mediante as cláusulas e condições seguintes:

OBJETO: Auxílio financeiro para o Projeto Criança Feliz/ Viver Melhor.

VALOR: O município repassará a quantia de R\$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais) em 10 (dez) parcelas de R\$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais).

VIGÊNCIA: 01/03/2014 a 31/12/2014.

Lages, 31 de julho de 2014.

### Termo de Cooperação Nº 001

EXTRATO DE CONTRATO

O MUNICÍPIO DE LAGES/SC

Torna público:

TERMO DE COOPERAÇÃO Nº 001/2014.

O MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ nº 82.777.301/0001-90, situado na Rua Benjamin Constant, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Elizeu Mattos, portador da Carteira de Identidade nº 1627823SSP-SC, CPF nº 538.246.369-72 e a SOCIEDADE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, EDUCACIONAL E DE APOIO AOS DESEMPARADOS DE LAGES - SASEADLA, situado com sede à Rua Manoel Thiago de Castro, nº660, Centro, na cidade de Lages, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ nº 75.438.911/0001-02, neste ato representado por seu Presidente o Sr. Adayr Mendes, CPF nº 028.686.289-15, resolvem, por mútuo acordo, celebrar o presente Termo Cooperação, de acordo com as cláusulas e condições seguintes:

OBJETO - A utilização pelos partícipes do veículo marca Ford Transit, ano/modelo 2013/2014 de placas MLH 3890, tipo caminhonete, combustível diesel, cor branca, chassi nº EF0XXPTDFDTP43872, de propriedade da Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina, cedido por empréstimo, conforme Termo de Empréstimo de Veículo, com validade por prazo indeterminado, assinado no dia 31 de março de 2014.

VIGÊNCIA: Tempo indeterminado.

Lages, 31 de julho de 2014.

### Termo de Convênio Nº 046/2014

EXTRATO DE CONTRATO

O MUNICÍPIO DE LAGES/SC

Torna público:

TERMO DE CONVÊNIO N.º 046/2014

CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA, ENTRE A PREFEITURA DO MUNICÍPIO E O SINDICONT - SINDICATO DOS CONTABILISTAS DE LAGES.

Os signatários deste instrumento, de um lado o MUNICÍPIO DE LAGES, SC, CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, representado neste ato pelo Sr. Elizeu Mattos, Prefeito Municipal, doravante denominado apenas MUNICÍPIO, atuando como executora do programa, "EMPREENDER LAGES", à vista do estabelecido no artigo 4º da Lei Complementar nº. 304/2007 e no artigo 4º e artigo 17, do seu regulamento, estabelece convênio de cooperação técnica com o SINDICATO DOS CONTABILISTAS DE LAGES - SINDICONT, inscrito no CNPJ: 83.511.188/0001-60, situado a Rua Pres. Nereu Ramos, 73, 8º andar, Sala nº 03, no Edifício Centenário, Centro, Lages, SC, representado neste ato pelo Sr. Edmilson Veiga, Presidente, que assina ao final, nos seguintes termos:

OBJETO: estabelecer e regular a participação do SINDICONT, no PROGRAMA EMPREENDER LAGES, nos termos estabelecidos na Lei Complementar nº 304/07, Diplomas Complementares e seus regulamentos, com o objetivo, de promover a operacionalização do PROGRAMA EMPREENDER LAGES:

VIGÊNCIA: 01/01/2014 a 31/12/2016.

Lages, 31 de julho de 2014.

**Extrato 4º Termo Aditivo Contrato 01/2013 PML**

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 01/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: SOUZA E ESMERALDINO LTDA ME - EPP, inscrita no CNPJ sob nº 08.922.953/0001-19, estabelecida à Rua Esteves Junior, s/nº - em Tubarão/SC - CEP: 88.701-130 - fone: (048) 3052-2771.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO DO CONTRATO

A Contratação de Empresa de Engenharia para Construção do CEIM (Centro de Educação Infantil Municipal), no Bairro Pró Morar.

CLAUSULA SEGUNDA - DOS PRAZOS

2.3 Da Execução: fica prorrogado por mais 150 (cento e cinquenta) dias.

CLAUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA/VALIDADE CONTRATUAL

Fica prorrogado por mais 150 (cento e cinquenta) dias.

Lages, 30 de Julho de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito de Lages

**Extrato Contrato 143/2014 - FMAS**

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 143/2014 FMAS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CNPJ sob n.º 13.668.709/0001-01, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.505-900.

CONTRATADO: PARTNER COMERCIAL LTDA ME inscrita no CNPJ n.º 08.234.845/0001-53, com sede a Rua Papanduva, 08 - CEP: 88505-366 - Lages/SC

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Equipamentos de Informática e Móveis para uso no Centro POP, da Secretaria Municipal de Assistência Social, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante deste Edital.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Entrega(s), em até 05 (cinco) dias da(s) solicitação(ões), na Secretaria Municipal de Assistência Social, à Rua Monte Castelo nº 209, Centro, nesta cidade;

2.3 De Execução, da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2014;

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais)

Lages, 29 de Julho de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

**Extrato Contrato 144/2014 - FMAS**

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 144/2014 FMAS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CNPJ sob n.º 13.668.709/0001-01, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.505-900.

CONTRATADO: CONTRATADO: CELIA REGINA W SANI - ME, inscrita no CNPJ n.º 04.195.853/0001-87, com sede a Avenida Beira Rio, 730 - Centro CEP: 88450-000 - Alfredo Wagner/SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Equipamentos de Informática e Móveis para uso no Centro POP, da Secretaria Municipal de Assistência Social, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante deste Edital.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Entrega(s), em até 05 (cinco) dias da(s) solicitação(ões), na Secretaria Municipal de Assistência Social, à Rua Monte Castelo nº 209, Centro, nesta cidade;

2.3 De Execução, da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2014;

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 6.818,96 (seis mil, oitocentos e dezoito reais e noventa e seis centavos)

Lages, 29 de Julho de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

**CC 01-2014 SEMASA Rerratificado E PP 38 E 39-2014 FMAS**

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PP 38 -2014 FMAS

Objeto: Aquisição de Equipamentos

Tipo: Menor Preço Por Item

Abertura: 18/08/2014 às 14:30

Valor Estimado: R\$ 28.400,01

Modalidade: PP 39-2014 FMAS

Objeto: Aquisição de camisetas

Tipo: Menor Preço Global

Abertura: 19/08/2014 às 09:00

Valor Estimado: R\$ 12.405,61

Modalidade: CC 01-2014 SEMASA - RERRATIFICADO

Objeto: Implantação do Sistema de Esgoto Sanitário Araucária.

Tipo: Menor Preço Global

Abertura: 01/09/2014 às 09:00

Valor Estimado: R\$ 18.154.944,32

A retirada obter-se-á no Executivo de Licitações e Contratos, ao custo de R\$ 10,00, ou pelo site [www.lages.sc.gov.br](http://www.lages.sc.gov.br), sem ônus.

Maiores informações pelo telefone (49) 3221-1169.

Lages, 30 de julho de 2014.

Pedro Marcos Ortiz

Secretário de Administração

**Balanco Orçamentário**

Município de LAGES - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
<b>RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	<b>430.000.000,00</b>	<b>430.000.000,00</b>	<b>65.926.105,73</b>	<b>15,33</b>	<b>206.086.614,48</b>	<b>47,93</b>
RECEITAS CORRENTES	378.940.000,00	378.940.000,00	60.262.009,55	15,90	194.523.146,75	51,33
RECEITA TRIBUTÁRIA	43.418.000,00	43.418.000,00	6.661.656,00	15,34	25.165.530,21	57,96
IMPOSTOS	40.040.000,00	40.040.000,00	6.421.126,03	16,04	22.766.371,70	56,86
TAXAS	3.178.000,00	3.178.000,00	236.192,23	7,43	2.375.376,99	74,74
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	200.000,00	200.000,00	4.337,74	2,17	23.781,52	11,89
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	22.720.000,00	22.720.000,00	3.332.142,39	14,67	10.381.504,91	45,69
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	12.620.000,00	12.620.000,00	1.742.166,18	13,80	5.618.552,86	44,52
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	10.100.000,00	10.100.000,00	1.589.976,21	15,74	4.762.952,05	47,16
RECEITA PATRIMONIAL	5.162.000,00	5.162.000,00	1.162.137,50	22,51	3.191.137,66	61,82
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	785.000,00	785.000,00	56.355,83	7,18	165.158,40	21,04
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	4.335.000,00	4.335.000,00	1.089.517,30	25,13	2.878.254,85	66,40
RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	42.000,00	42.000,00	16.264,37	38,72	44.324,41	105,53
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	103.400,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	38.133.000,00	38.133.000,00	4.972.447,82	13,04	18.482.179,07	48,47
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	244.840.900,00	244.840.900,00	41.429.842,04	16,92	129.274.597,12	52,80
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	244.655.900,00	244.655.900,00	41.355.949,59	16,90	129.049.869,64	52,75
Transf. de Instituições Privadas	0,00	0,00	30.443,89	0,00	39.500,89	0,00
Transf. de Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00	98.325,55	0,00
Transferências de Convênios	185.000,00	185.000,00	43.448,56	23,49	86.901,04	46,97
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	24.666.100,00	24.666.100,00	2.703.783,80	10,96	8.028.197,78	32,55
Multas e Juros de Mora	5.401.500,00	5.401.500,00	771.820,40	14,29	2.216.574,42	41,04
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1.553.800,00	1.553.800,00	484.776,44	31,20	1.430.307,71	92,05
RECEITA DA DIVIDAATIVA	10.370.530,00	10.370.530,00	1.416.554,04	13,66	4.251.434,18	41,00
RECEITAS DIVERSAS	7.340.270,00	7.340.270,00	30.632,92	0,42	129.881,47	1,77
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>51.060.000,00</b>	<b>51.060.000,00</b>	<b>5.664.096,18</b>	<b>11,09</b>	<b>11.563.467,73</b>	<b>22,65</b>
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	14.700.000,00	14.700.000,00	106.819,10	0,73	280.770,88	1,91
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	14.700.000,00	14.700.000,00	106.819,10	0,73	280.770,88	1,91
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	36.360.000,00	36.360.000,00	5.557.277,08	15,28	11.282.696,85	31,03
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	0,00	0,00	248.000,00	0,00	348.000,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	36.360.000,00	36.360.000,00	5.309.277,08	14,60	10.934.696,85	30,07
<b>RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	<b>20.000.000,00</b>	<b>20.000.000,00</b>	<b>2.199.174,67</b>	<b>11,00</b>	<b>7.494.660,50</b>	<b>37,47</b>
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	20.000.000,00	20.000.000,00	2.199.174,67	11,00	7.494.660,50	37,47
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	10.430,37	0,00	24.143,86	0,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	20.000.000,00	20.000.000,00	2.188.744,30	10,94	7.470.516,64	37,35

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de LAGES - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
<b>RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	<b>20.000.000,00</b>	<b>20.000.000,00</b>	<b>2.199.174,67</b>	<b>11,00</b>	<b>7.494.660,50</b>	<b>37,47</b>
Contribuições para o RPPS	0,00	0,00	10.430,37	0,00	24.143,86	0,00
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	20.000.000,00	20.000.000,00	2.188.744,30	10,94	7.470.516,64	37,35
<b>SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)</b>	<b>450.000.000,00</b>	<b>450.000.000,00</b>	<b>68.125.280,40</b>	<b>15,14</b>	<b>213.581.274,98</b>	<b>47,46</b>
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)</b>	<b>450.000.000,00</b>	<b>450.000.000,00</b>	<b>68.125.280,40</b>	<b>15,14</b>	<b>213.581.274,98</b>	<b>47,46</b>
<b>DÉFICIT (VI)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>TOTAL (VII) = (V + VI)</b>	<b>450.000.000,00</b>	<b>450.000.000,00</b>	<b>68.125.280,40</b>	<b>15,14</b>	<b>213.581.274,98</b>	<b>47,46</b>
<b>SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)</b>	<b>—</b>	<b>16.600.069,39</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>10.313.461,47</b>	<b>—</b>
Superávit Financeiro	—	10.132.769,39	—	—	10.132.769,39	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	6.467.300,00	—	—	180.692,08	—

Continua 2/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO ALIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)</b>	<b>429.946.000,00</b>	<b>39.061.306,94</b>	<b>469.007.306,94</b>	<b>71.056.953,88</b>	<b>260.344.072,74</b>	<b>67.514.755,78</b>	<b>188.065.031,86</b>	<b>40,10</b>
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>351.013.000,00</b>	<b>8.232.230,77</b>	<b>359.245.230,77</b>	<b>54.880.809,41</b>	<b>190.252.359,54</b>	<b>60.562.380,47</b>	<b>163.973.904,42</b>	<b>45,64</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	158.205.000,00	-290.000,00	157.915.000,00	24.948.336,09	72.937.097,45	24.948.336,09	72.937.097,45	46,19
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	1.500.000,00	0,00	1.500.000,00	6.254,21	1.337.600,09	253.504,19	633.061,49	42,20
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	191.308.000,00	8.522.230,77	199.830.230,77	29.926.219,11	115.977.662,00	35.360.540,19	90.403.745,48	45,24
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>78.908.000,00</b>	<b>30.829.076,17</b>	<b>109.737.076,17</b>	<b>16.176.144,47</b>	<b>70.091.713,20</b>	<b>6.952.375,31</b>	<b>24.091.127,44</b>	<b>21,95</b>

Continuação 3/3

Município de LAGES - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (c)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)</b>	<b>429.946.000,00</b>	<b>39.061.306,94</b>	<b>469.007.306,94</b>	<b>71.056.953,88</b>	<b>260.344.072,74</b>	<b>67.514.755,78</b>	<b>188.065.031,86</b>	<b>40,10</b>
INVESTIMENTOS	69.738.000,00	30.829.076,17	100.567.076,17	16.176.144,47	60.983.689,61	5.531.072,62	18.863.533,41	18,76
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	9.170.000,00	0,00	9.170.000,00	0,00	9.108.023,59	1.421.302,69	5.227.594,03	57,01
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	25.000,00	0,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)</b>	<b>20.054.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>20.054.000,00</b>	<b>2.188.744,30</b>	<b>6.508.886,10</b>	<b>2.188.744,30</b>	<b>6.508.886,10</b>	<b>32,46</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	20.054.000,00	0,00	20.054.000,00	2.188.744,30	6.508.886,10	2.188.744,30	6.508.886,10	32,46
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)</b>	<b>450.000.000,00</b>	<b>39.061.306,94</b>	<b>489.061.306,94</b>	<b>73.245.698,18</b>	<b>266.852.958,84</b>	<b>69.703.500,08</b>	<b>194.573.917,96</b>	<b>39,79</b>
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)</b>	<b>450.000.000,00</b>	<b>39.061.306,94</b>	<b>489.061.306,94</b>	<b>73.245.698,18</b>	<b>266.852.958,84</b>	<b>69.703.500,08</b>	<b>194.573.917,96</b>	<b>39,79</b>
<b>SUPERÁVIT (XIII)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>19.007.357,02</b>	<b>—</b>
<b>TOTAL (XIV) = (XII + XIII)</b>	<b>450.000.000,00</b>	<b>39.061.306,94</b>	<b>489.061.306,94</b>	<b>73.245.698,18</b>	<b>266.852.958,84</b>	<b>69.703.500,08</b>	<b>213.581.274,98</b>	<b>39,79</b>

Nota: O Superávit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R\$ 3.930.333,88

FONTE:

LAGES , 29/07/2014

ELIZEU MATTOS Prefeito Municipal	MATEUS LUNARDI Secretário da Fazenda	LUNARA NETO SOUZA Contadora
-------------------------------------	-----------------------------------------	--------------------------------



**CONTAS PÚBLICAS 01/2014**

Município de LAGES - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
<b>RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	<b>430.000.000,00</b>	<b>430.000.000,00</b>	<b>65.926.105,73</b>	<b>15,33</b>	<b>206.086.614,48</b>	<b>47,93</b>
RECEITAS CORRENTES	378.940.000,00	378.940.000,00	60.262.009,55	15,90	194.523.146,75	51,33
RECEITA TRIBUTÁRIA	43.418.000,00	43.418.000,00	6.661.656,00	15,34	25.165.530,21	57,96
IMPOSTOS	40.040.000,00	40.040.000,00	6.421.126,03	16,04	22.766.371,70	56,86
TAXAS	3.178.000,00	3.178.000,00	236.192,23	7,43	2.375.376,99	74,74
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	200.000,00	200.000,00	4.337,74	2,17	23.781,52	11,89
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	22.720.000,00	22.720.000,00	3.332.142,39	14,67	10.381.504,91	45,69
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	12.620.000,00	12.620.000,00	1.742.166,18	13,80	5.618.552,86	44,52
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	10.100.000,00	10.100.000,00	1.589.976,21	15,74	4.762.952,05	47,16
RECEITA PATRIMONIAL	5.162.000,00	5.162.000,00	1.162.137,50	22,51	3.191.137,66	61,82
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	785.000,00	785.000,00	56.355,83	7,18	165.158,40	21,04
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	4.335.000,00	4.335.000,00	1.089.517,30	25,13	2.878.254,85	66,40
RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	42.000,00	42.000,00	16.264,37	38,72	44.324,41	105,53
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	103.400,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	38.133.000,00	38.133.000,00	4.972.447,82	13,04	18.482.179,07	48,47
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	244.840.900,00	244.840.900,00	41.429.842,04	16,92	129.274.597,12	52,80
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	244.655.900,00	244.655.900,00	41.355.949,59	16,90	129.049.869,64	52,75
Transf. de Instituições Privadas	0,00	0,00	30.443,89	0,00	39.500,89	0,00
Transf. de Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00	98.325,55	0,00
Transferências de Convênios	185.000,00	185.000,00	43.448,56	23,49	86.901,04	46,97
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	24.666.100,00	24.666.100,00	2.703.783,80	10,96	8.028.197,78	32,55
Multas e Juros de Mora	5.401.500,00	5.401.500,00	771.820,40	14,29	2.216.574,42	41,04
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1.553.800,00	1.553.800,00	484.776,44	31,20	1.430.307,71	92,05
RECEITA DA DIVIDAATIVA	10.370.530,00	10.370.530,00	1.416.554,04	13,66	4.251.434,18	41,00
RECEITAS DIVERSAS	7.340.270,00	7.340.270,00	30.632,92	0,42	129.881,47	1,77
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>51.060.000,00</b>	<b>51.060.000,00</b>	<b>5.664.096,18</b>	<b>11,09</b>	<b>11.563.467,73</b>	<b>22,65</b>
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	14.700.000,00	14.700.000,00	106.819,10	0,73	280.770,88	1,91
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	14.700.000,00	14.700.000,00	106.819,10	0,73	280.770,88	1,91
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	36.360.000,00	36.360.000,00	5.557.277,08	15,28	11.282.696,85	31,03
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	0,00	0,00	248.000,00	0,00	348.000,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	36.360.000,00	36.360.000,00	5.309.277,08	14,60	10.934.696,85	30,07
<b>RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	<b>20.000.000,00</b>	<b>20.000.000,00</b>	<b>2.199.174,67</b>	<b>11,00</b>	<b>7.494.660,50</b>	<b>37,47</b>
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	20.000.000,00	20.000.000,00	2.199.174,67	11,00	7.494.660,50	37,47
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	10.430,37	0,00	24.143,86	0,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	20.000.000,00	20.000.000,00	2.188.744,30	10,94	7.470.516,64	37,35

Continua 1/3

Município de LAGES - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
<b>RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	<b>20.000.000,00</b>	<b>20.000.000,00</b>	<b>2.199.174,67</b>	<b>11,00</b>	<b>7.494.660,50</b>	<b>37,47</b>
Contribuições para o RPPS	0,00	0,00	10.430,37	0,00	24.143,86	0,00
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	20.000.000,00	20.000.000,00	2.188.744,30	10,94	7.470.516,64	37,35
<b>SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)</b>	<b>450.000.000,00</b>	<b>450.000.000,00</b>	<b>68.125.280,40</b>	<b>15,14</b>	<b>213.581.274,98</b>	<b>47,46</b>
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)</b>	<b>450.000.000,00</b>	<b>450.000.000,00</b>	<b>68.125.280,40</b>	<b>15,14</b>	<b>213.581.274,98</b>	<b>47,46</b>
<b>DÉFICIT (VI)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>TOTAL (VII) = (V + VI)</b>	<b>450.000.000,00</b>	<b>450.000.000,00</b>	<b>68.125.280,40</b>	<b>15,14</b>	<b>213.581.274,98</b>	<b>47,46</b>
<b>SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)</b>	<b>—</b>	<b>16.600.069,39</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>10.313.461,47</b>	<b>—</b>
Superávit Financeiro	—	10.132.769,39	—	—	10.132.769,39	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	6.467.300,00	—	—	180.692,08	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO ALIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)</b>	<b>429.946.000,00</b>	<b>39.061.306,94</b>	<b>469.007.306,94</b>	<b>71.056.953,88</b>	<b>260.344.072,74</b>	<b>67.514.755,78</b>	<b>188.065.031,86</b>	<b>40,10</b>
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>351.013.000,00</b>	<b>8.232.230,77</b>	<b>359.245.230,77</b>	<b>54.880.809,41</b>	<b>190.252.359,54</b>	<b>60.562.380,47</b>	<b>163.973.904,42</b>	<b>45,64</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	158.205.000,00	-290.000,00	157.915.000,00	24.948.336,09	72.937.097,45	24.948.336,09	72.937.097,45	46,19
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	1.500.000,00	0,00	1.500.000,00	6.254,21	1.337.600,09	253.504,19	633.061,49	42,20
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	191.308.000,00	8.522.230,77	199.830.230,77	29.926.219,11	115.977.662,00	35.360.540,19	90.403.745,48	45,24
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>78.908.000,00</b>	<b>30.829.076,17</b>	<b>109.737.076,17</b>	<b>16.176.144,47</b>	<b>70.091.713,20</b>	<b>6.952.375,31</b>	<b>24.091.127,44</b>	<b>21,95</b>

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de LAGES - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (c)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)</b>	<b>429.946.000,00</b>	<b>39.061.306,94</b>	<b>469.007.306,94</b>	<b>71.056.953,88</b>	<b>260.344.072,74</b>	<b>67.514.755,78</b>	<b>188.065.031,86</b>	<b>40,10</b>
INVESTIMENTOS	69.738.000,00	30.829.076,17	100.567.076,17	16.176.144,47	60.983.689,61	5.531.072,62	18.863.533,41	18,76
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	9.170.000,00	0,00	9.170.000,00	0,00	9.108.023,59	1.421.302,69	5.227.594,03	57,01
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	25.000,00	0,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)</b>	<b>20.054.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>20.054.000,00</b>	<b>2.188.744,30</b>	<b>6.508.886,10</b>	<b>2.188.744,30</b>	<b>6.508.886,10</b>	<b>32,46</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	20.054.000,00	0,00	20.054.000,00	2.188.744,30	6.508.886,10	2.188.744,30	6.508.886,10	32,46
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)</b>	<b>450.000.000,00</b>	<b>39.061.306,94</b>	<b>489.061.306,94</b>	<b>73.245.698,18</b>	<b>266.852.958,84</b>	<b>69.703.500,08</b>	<b>194.573.917,96</b>	<b>39,79</b>
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)</b>	<b>450.000.000,00</b>	<b>39.061.306,94</b>	<b>489.061.306,94</b>	<b>73.245.698,18</b>	<b>266.852.958,84</b>	<b>69.703.500,08</b>	<b>194.573.917,96</b>	<b>39,79</b>
<b>SUPERÁVIT (XIII)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>19.007.357,02</b>	<b>—</b>
<b>TOTAL (XIV) = (XII + XIII)</b>	<b>450.000.000,00</b>	<b>39.061.306,94</b>	<b>489.061.306,94</b>	<b>73.245.698,18</b>	<b>266.852.958,84</b>	<b>69.703.500,08</b>	<b>213.581.274,98</b>	<b>39,79</b>

Nota: O Superávit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R\$ 3.930.333,88

FONTE:

LAGES , 29/07/2014

ELIZEU MATTOS Prefeito Municipal	MATEUS LUNARDI Secretário da Fazenda	LUNARA NETO SOUZA Contadora
-------------------------------------	-----------------------------------------	--------------------------------

**CONTAS PÚBLICAS 02/2014**

Município de LAGES - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO – Anexo 2 ( LRF, Art. 52, inciso II, alínea “c”)							R\$ 1,00	
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)								
Legislativa	429.946.000,00	469.007.306,94	71.056.953,88	260.344.072,74	67.514.755,78	188.065.031,86	96,65	40,10
Ação Legislativa	10.840.000,00	10.840.000,00	1.260.810,73	4.489.142,97	1.375.541,11	3.985.868,42	2,05	36,77
Judiciária	10.840.000,00	10.840.000,00	1.260.810,73	4.489.142,97	1.375.541,11	3.985.868,42	2,05	36,77
Defesa do Interesse Púb.No Processo Judiciário	2.053.000,00	2.430.000,00	280.346,89	879.398,74	285.436,05	870.503,17	0,45	35,82
Administração	2.053.000,00	2.430.000,00	280.346,89	879.398,74	285.436,05	870.503,17	0,45	35,82
Planejamento e Orçamento	38.188.970,00	41.528.375,50	6.652.183,72	20.515.509,08	6.547.135,05	18.167.091,23	9,34	43,75
Administração Geral	2.525.000,00	2.525.000,00	399.825,62	1.174.405,56	399.119,42	1.171.533,48	0,60	46,40
Administração Financeira	16.232.970,00	18.802.375,50	3.338.842,38	11.764.745,10	3.539.241,88	10.480.978,27	5,39	55,74
Controle Interno	0,00	910.000,00	529.379,59	556.031,05	230.892,66	257.544,12	0,13	28,30
Normalização e Fiscalização	780.000,00	780.000,00	47.627,03	147.648,18	52.476,83	147.648,18	0,08	18,93
Administração de Receitas	5.387.000,00	5.387.000,00	799.219,80	2.455.238,32	904.038,69	2.421.644,34	1,24	44,95
Comunicação Social	11.144.000,00	11.004.000,00	930.622,47	2.524.233,28	818.164,68	2.260.475,49	1,16	20,54
Segurança Pública	2.120.000,00	2.120.000,00	606.666,83	1.893.207,59	603.200,89	1.427.267,35	0,73	67,32
Defesa Civil	1.200.000,00	1.322.000,00	94.669,46	268.349,39	96.179,77	235.821,46	0,12	17,84
Assistência Social	1.200.000,00	1.322.000,00	94.669,46	268.349,39	96.179,77	235.821,46	0,12	17,84
Assistência à Criança e ao Adolescente	13.890.700,00	15.327.800,21	3.305.875,44	7.182.925,09	2.422.974,17	5.627.716,18	2,89	36,72
Assistência Comunitária	172.000,00	172.000,00	134.953,21	163.668,25	137.312,05	161.428,65	0,08	93,85
Previdência Social	13.718.700,00	15.155.800,21	3.170.922,23	7.019.256,84	2.285.662,12	5.466.287,53	2,81	36,07
Previdência do Regime Estatutário	38.722.330,00	40.732.330,00	68.189,39	25.793.960,30	4.420.811,01	12.942.834,19	6,65	31,78
Saúde	38.722.330,00	40.732.330,00	68.189,39	25.793.960,30	4.420.811,01	12.942.834,19	6,65	31,78
Atenção Básica	90.396.300,00	97.052.198,13	17.234.377,08	51.732.805,37	17.986.856,65	49.683.359,47	25,53	51,19
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	57.868.400,00	62.811.376,48	11.529.039,78	35.118.855,41	11.946.493,06	33.684.099,09	17,31	53,63
Suporte Profilático e Terapêutico	30.220.900,00	31.763.821,65	5.264.752,18	15.493.577,84	5.580.506,05	15.160.205,29	7,79	47,73
Vigilância Epidemiológica	1.932.000,00	2.002.000,00	382.983,52	905.179,43	408.087,91	677.908,33	0,35	33,86
Educação	375.000,00	475.000,00	57.601,60	215.192,69	51.769,63	161.146,76	0,08	33,93
Alimentação e Nutrição	98.809.700,00	105.556.822,13	20.555.147,14	49.793.705,00	15.562.516,92	42.434.599,01	21,81	40,20
Ensino Fundamental	4.040.000,00	4.040.000,00	913.598,45	2.094.387,18	849.412,86	1.867.483,39	0,96	46,22
Ensino Superior	66.439.700,00	72.046.822,13	19.271.704,52	41.740.772,84	14.238.799,47	34.964.286,70	17,97	48,53
Educação Infantil	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	28.030.000,00	29.170.000,00	369.844,17	5.916.257,17	474.304,59	5.560.541,11	2,86	19,06

Continua 1/4

Continuação 2/4

**Município de LAGES - SC**  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO**

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>								
Educação	429.946.000,00	469.007.306,94	71.056.953,88	260.344.072,74	67.514.755,78	188.065.031,86	96,65	40,10
Educação de Jovens e Adultos	98.809.700,00	105.566.822,13	20.555.147,14	49.793.705,00	15.562.516,92	42.434.599,01	21,81	40,20
	250.000,00	250.000,00	0,00	42.287,81	0,00	42.287,81	0,02	16,92
Cultura	8.057.000,00	4.388.980,18	1.383.767,82	2.277.367,53	992.182,60	1.721.834,11	0,88	39,23
Diffusão Cultural	8.057.000,00	4.388.980,18	1.383.767,82	2.277.367,53	992.182,60	1.721.834,11	0,88	39,23
Urbanismo	13.710.000,00	13.910.000,00	3.170.597,67	7.523.157,12	3.144.901,14	6.637.329,95	3,41	47,72
Infra-Estrutura Urbana	710.000,00	910.000,00	330.930,81	717.179,24	223.311,57	384.031,62	0,20	42,20
Serviços Urbanos	13.000.000,00	13.000.000,00	2.839.666,86	6.805.977,88	2.921.589,57	6.253.298,33	3,21	48,10
Habitação	1.657.000,00	1.849.600,00	296.560,65	722.259,40	287.989,60	657.542,39	0,34	35,55
Habitação Urbana	1.657.000,00	1.849.600,00	296.560,65	722.259,40	287.989,60	657.542,39	0,34	35,55
Saneamento	58.240.000,00	58.190.000,00	4.564.042,38	46.813.465,45	5.309.153,78	21.085.254,04	10,84	36,24
Saneamento Básico Urbano	58.240.000,00	58.190.000,00	4.564.042,38	46.813.465,45	5.309.153,78	21.085.254,04	10,84	36,24
Gestão Ambiental	6.146.000,00	6.236.000,00	915.587,47	2.704.636,32	920.603,47	2.704.636,32	1,39	43,37
Preservação e Conservação Ambiental	6.146.000,00	6.236.000,00	915.587,47	2.704.636,32	920.603,47	2.704.636,32	1,39	43,37
Agricultura	4.154.000,00	6.054.514,99	633.769,42	3.625.410,38	755.104,43	3.216.056,79	1,65	53,12
Extensão Rural	4.154.000,00	6.054.514,99	633.769,42	3.625.410,38	755.104,43	3.216.056,79	1,65	53,12
Indústria	200.000,00	4.376.721,15	0,00	4.176.721,15	0,00	519.304,80	0,27	11,87
Produção Industrial	200.000,00	4.376.721,15	0,00	4.176.721,15	0,00	519.304,80	0,27	11,87
Comércio e Serviços	9.104.000,00	9.154.030,13	321.883,03	891.204,80	317.210,54	880.980,05	0,45	9,62
Promoção Comercial	7.022.000,00	7.022.000,00	131.811,32	398.526,99	131.811,32	398.526,99	0,20	5,68
Comercialização	790.000,00	790.000,00	80.115,00	80.115,00	80.115,00	80.115,00	0,04	10,14
Turismo	1.292.000,00	1.342.030,13	109.956,71	412.562,81	105.284,22	402.338,06	0,21	29,98
Transporte	13.922.000,00	29.004.875,25	8.505.424,57	12.522.390,17	2.889.243,34	6.200.539,11	3,19	21,38
Transporte Aéreo	0,00	200.000,00	18.920,24	27.683,60	24.201,24	27.296,10	0,01	13,65
Transporte Rodoviário	13.922.000,00	28.804.875,25	8.486.504,33	12.494.706,57	2.865.042,10	6.173.243,01	3,17	21,43
Desporto e Lazer	5.360.000,00	5.825.000,00	792.668,29	3.496.558,63	1.121.397,45	2.065.507,31	1,06	35,46
Desporto Comunitário	3.310.000,00	3.775.000,00	792.668,29	2.199.514,88	928.630,17	1.662.323,84	0,85	44,04
Lazer	2.050.000,00	2.050.000,00	0,00	1.297.043,75	192.767,28	403.183,47	0,21	19,67
Encargos Especiais	15.270.000,00	15.203.059,27	1.021.052,73	14.935.105,85	3.079.518,70	8.428.253,86	4,33	55,44
Serviço da Dívida Interna	10.670.000,00	10.670.000,00	6.254,21	10.445.623,68	1.674.806,88	5.860.655,52	3,01	54,93
Outras Transferências	2.600.000,00	2.600.000,00	0,00	2.600.000,00	337.817,82	1.114.294,93	0,57	42,86

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de LAGES - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	429.946.000,00	469.007.306,94	71.056.953,88	260.344.072,74	67.514.755,78	188.065.031,86	96,65	280.942.275,08
	Encargos Especiais	15.270.000,00	1.021.052,73	14.935.105,85	3.079.518,70	8.428.253,86	4,33	6.774.805,41
	Outros Encargos Especiais	2.000.000,00	1.014.798,52	1.889.482,17	1.066.894,00	1.453.303,41	0,75	479.755,86
	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	20.054.000,00	20.054.000,00	2.188.744,30	6.508.886,10	2.188.744,30	6.508.886,10	3,35	13.545.113,90
	Legislativa	160.000,00	20.960,21	61.587,90	20.960,21	61.587,90	0,03	98.412,10
	Ação Legislativa	160.000,00	20.960,21	61.587,90	20.960,21	61.587,90	0,03	98.412,10
	Judiciária	150.000,00	14.005,55	43.134,36	14.005,55	43.134,36	0,02	106.865,64
	Defesa do Interesse Púb.No Processo Judiciário	150.000,00	14.005,55	43.134,36	14.005,55	43.134,36	0,02	106.865,64
	Administração	2.429.000,00	266.796,63	781.037,70	266.796,63	781.037,70	0,40	1.647.962,30
	Planejamento e Orçamento	300.000,00	34.259,14	101.761,15	34.259,14	101.761,15	0,05	198.238,85
	Administração Geral	850.000,00	92.503,53	276.365,56	92.503,53	276.365,56	0,14	573.634,44
	Controle Interno	50.000,00	4.724,03	12.346,50	4.724,03	12.346,50	0,01	37.653,50
	Normatização e Fiscalização	553.000,00	60.800,86	180.042,10	60.800,86	180.042,10	0,09	372.957,90
	Administração de Receitas	676.000,00	74.509,07	210.522,39	74.509,07	210.522,39	0,11	465.477,61
	Assistência Social	512.000,00	55.437,52	169.275,72	55.437,52	169.275,72	0,09	342.724,28
	Assistência Comunitária	512.000,00	55.437,52	169.275,72	55.437,52	169.275,72	0,09	342.724,28
	Saúde	3.780.000,00	390.367,20	1.165.515,27	390.367,20	1.165.515,27	0,60	2.614.484,73
	Atenção Básica	780.000,00	140.680,22	210.453,98	140.680,22	210.453,98	0,11	569.546,02
	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	3.000.000,00	249.686,98	955.061,29	249.686,98	955.061,29	0,49	2.044.938,71
	Educação	11.550.000,00	1.284.385,69	3.818.697,81	1.284.385,69	3.818.697,81	1,96	7.731.302,19
	Ensino Fundamental	7.550.000,00	1.143.342,74	3.677.654,86	1.143.342,74	3.677.654,86	1,89	3.872.345,14
	Educação Infantil	4.000.000,00	141.042,95	141.042,95	141.042,95	141.042,95	0,07	3.858.957,05
	Cultura	110.000,00	12.306,10	36.010,08	12.306,10	36.010,08	0,02	73.989,92
	Diffusão Cultural	110.000,00	12.306,10	36.010,08	12.306,10	36.010,08	0,02	73.989,92
	Habituação	63.000,00	6.710,48	20.260,97	6.710,48	20.260,97	0,01	42.739,03
	Habituação Urbana	63.000,00	6.710,48	20.260,97	6.710,48	20.260,97	0,01	42.739,03
	Gestão Ambiental	654.000,00	71.427,90	213.811,69	71.427,90	213.811,69	0,11	440.188,31
	Preservação e Conservação Ambiental	654.000,00	71.427,90	213.811,69	71.427,90	213.811,69	0,11	440.188,31

Continua 3/4



Continuação 4/4

Município de LAGES - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	20.054.000,00	20.054.000,00	2.188.744,30	6.508.886,10	2.188.744,30	6.508.886,10	3,35	32,46	13.545.113,90
Agricultura	116.000,00	116.000,00	11.030,16	32.693,42	11.030,16	32.693,42	0,02	28,18	83.306,58
Extensão Rural	116.000,00	116.000,00	11.030,16	32.693,42	11.030,16	32.693,42	0,02	28,18	83.306,58
Comércio e Serviços	72.000,00	72.000,00	7.904,90	23.378,15	7.904,90	23.378,15	0,01	32,47	48.621,85
Promoção Comercial	48.000,00	48.000,00	5.632,06	16.713,73	5.632,06	16.713,73	0,01	34,82	31.286,27
Turismo	24.000,00	24.000,00	2.272,84	6.664,42	2.272,84	6.664,42	0,00	27,77	17.335,58
Transporte	388.000,00	388.000,00	41.340,66	124.250,33	41.340,66	124.250,33	0,06	32,02	263.749,67
Transporte Rodoviário	388.000,00	388.000,00	41.340,66	124.250,33	41.340,66	124.250,33	0,06	32,02	263.749,67
Desporto e Lazer	70.000,00	70.000,00	6.071,30	19.232,70	6.071,30	19.232,70	0,01	27,48	50.767,30
Desporto Comunitário	70.000,00	70.000,00	6.071,30	19.232,70	6.071,30	19.232,70	0,01	27,48	50.767,30
<b>TOTAL (III) = (I + II)</b>	450.000.000,00	489.061.306,94	73.245.698,18	266.852.958,84	69.703.500,08	194.573.917,96	100,00	39,79	294.487.388,98

FONTE:

LAGES , 30/07/2014

ELIZEU MATTOS Prefeito Municipal	MATEUS LUNARDI Secretário da Fazenda	LUNAR NETO SOUZA Contadora
-------------------------------------	-----------------------------------------	-------------------------------

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

## CONTAS PÚBLICAS 03/2014

Município de LAGES - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JULHO 2013 A JUNHO 2014

RREO – ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2014
	Jul/2013	Ago/2013	Sep/2013	Out/2013	Nov/2013	Dez/2013	Jan/2014	Fev/2014	Mar/2014	Abr/2014	Mai/2014	Jun/2014	TOTAL (ÚLT. 12 MES.)
<b>RECEITAS CORRENTES (I)</b>	<b>32.189.020,74</b>	<b>30.895.945,44</b>	<b>32.546.563,30</b>	<b>34.854.763,00</b>	<b>34.893.785,85</b>	<b>36.644.389,41</b>	<b>37.131.569,56</b>	<b>38.372.903,82</b>	<b>38.722.903,82</b>	<b>33.698.892,94</b>	<b>34.221.652,56</b>	<b>30.947.477,76</b>	<b>410.614.833,74</b>
RECEITA TRIBUTÁRIA	2.971.820,88	2.989.671,77	3.081.203,00	2.888.011,11	3.699.726,97	3.373.321,26	3.163.535,73	7.434.266,20	4.399.504,76	253.348,77	3.397.036,31	3.394.557,69	44.158.365,20
IPTU	207.771,20	193.261,65	221.598,05	160.606,25	147.967,43	116.101,34	776.674,64	3.836.573,71	586.480,09	253.348,77	225.658,01	200.979,65	6.937.010,79
I.R.R.F.	596.927,25	639.400,86	651.475,05	574.416,03	1.161.886,23	927.509,52	526.296,44	622.304,94	796.356,15	686.662,29	612.045,67	682.602,28	8.481.483,72
I.S.S.	1.654.881,76	1.673.336,88	1.795.774,23	1.680.556,09	1.909.903,20	1.883.265,54	1.424.776,05	1.731.188,50	1.626.943,81	1.932.219,50	1.911.246,20	1.300.462,03	21.126.699,20
I.T.B.I.	362.342,98	334.614,76	294.938,26	368.560,63	365.803,60	362.746,42	271.277,75	446.488,12	365.201,91	451.848,59	512.556,11	375.453,08	4.496.856,21
Outras Receitas Tributárias	159.897,89	129.067,62	116.336,40	113.942,11	114.166,51	84.977,44	159.510,84	796.109,93	1.034.522,80	168.450,97	1.636.478,16	105.040,65	3.117.496,28
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	2.831.545,03	2.170.472,68	2.373.694,20	2.144.381,29	1.274.114,63	2.210.750,82	2.163.500,03	1.460.910,20	1.803.939,47	1.626.162,22	1.695.664,23	1.536.478,16	22.720.000,00
RECEITA PATRIMONIAL	384.527,54	369.949,89	333.471,03	429.952,17	484.263,78	474.844,54	266.835,87	702.310,53	384.198,27	665.655,49	763.222,95	398.914,55	5.162.000,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	2.469.752,69	2.350.827,75	2.206.594,74	2.418.113,25	2.298.206,47	2.503.473,60	3.031.917,33	4.765.961,72	3.104.474,19	2.577.379,01	2.550.424,22	2.422.022,60	32.819.147,56
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	19.509.725,55	20.966.495,65	22.916.514,74	25.369.941,14	24.577.947,41	24.565.669,10	27.195.143,99	23.589.940,17	22.788.900,96	23.946.078,44	24.333.490,59	22.002.872,22	281.795.719,96
Cota-Parte do FPM	2.863.640,69	3.748.087,22	3.102.053,95	3.102.081,61	4.314.932,54	4.450.541,96	5.211.526,05	5.565.574,71	3.301.471,45	3.768.073,62	5.021.421,63	3.765.742,11	46.216.527,94
Cota-Parte do I.C.M.S.	5.703.981,62	5.980.454,02	6.354.145,87	6.177.746,37	6.784.078,47	6.755.310,96	6.602.361,27	6.279.381,77	6.370.252,16	6.207.177,18	6.309.546,51	6.401.190,96	75.925.690,05
Cota-Parte do IPVA	1.349.973,94	1.324.229,99	1.334.805,91	1.338.253,93	985.791,27	675.536,81	692.012,27	895.594,15	1.096.940,48	1.321.919,53	1.360.898,66	1.303.670,49	13.679.628,63
Cota-Parte do ITR	2.694,53	6.210,08	94.798,87	915.059,35	59.711,44	46.112,93	42.899,41	61.559,73	8.876,17	4.766,01	4.016,68	108.678,17	1.355.372,37
Outras Transferências Correntes	5.470.635,90	5.468.479,83	7.565.911,73	9.488.767,68	7.644.126,79	7.795.131,17	9.589.026,63	5.873.379,20	7.485.821,50	7.962.563,79	6.627.932,40	5.680.042,27	88.672.419,09
Transferências da LC 61/1989	91.573,51	97.894,27	88.129,37	95.279,94	105.690,19	112.960,01	105.516,28	88.334,34	87.291,18	94.936,03	103.291,13	98.379,32	1.171.397,57
Transferências da LC 87/1996	28.080,12	28.080,12	28.080,12	28.080,12	28.080,12	28.080,12	27.883,55	27.883,55	0,00	27.883,55	27.883,55	27.883,55	307.898,47
Transferências do FUNDEB	3.995.165,14	4.312.970,12	4.397.619,92	4.224.671,94	4.755.536,59	4.730.996,15	4.914.516,53	4.797.232,72	4.428.248,02	4.461.728,53	4.878.497,83	4.516.684,35	54.464.866,84
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	4.001.649,06	1.979.027,70	1.535.065,59	1.594.464,04	2.161.526,59	3.466.010,09	1.590.074,91	1.392.036,54	1.261.466,17	1.380.053,66	1.461.152,26	1.222.631,54	22.785.900,95
<b>DEDUÇÕES (II)</b>	<b>4.063.223,12</b>	<b>3.544.056,07</b>	<b>3.795.444,02</b>	<b>3.629.025,00</b>	<b>2.910.422,25</b>	<b>3.849.231,21</b>	<b>3.867.165,03</b>	<b>3.271.445,41</b>	<b>3.207.357,00</b>	<b>3.108.727,72</b>	<b>3.491.916,22</b>	<b>3.156.770,73</b>	<b>41.855.795,78</b>
Compensação Financeira entre Regimes Previdenciários	1.352.782,94	611.105,88	882.554,91	608.753,86	422.793,56	0,00	0,00	0,00	362.795,34	118.036,35	221.488,97	119.590,30	4.669.914,11
Contribuição para o Plano de Previdência do Servidor	701.855,52	593.942,26	693.282,69	688.351,10	311.962,09	1.435.522,87	1.330.645,10	687.579,97	681.594,56	705.794,36	696.071,32	696.071,32	9.520.000,00
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	2.008.584,66	2.237.008,93	2.200.596,42	2.331.300,04	2.455.656,60	2.413.708,34	2.535.519,93	2.585.865,44	2.172.965,10	2.284.957,01	2.565.411,86	2.241.108,91	28.113.000,00
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)</b>	<b>28.105.797,62</b>	<b>27.351.889,37</b>	<b>28.751.119,28</b>	<b>31.225.738,00</b>	<b>31.983.363,60</b>	<b>32.795.158,20</b>	<b>33.264.398,53</b>	<b>36.104.462,95</b>	<b>30.515.146,82</b>	<b>30.591.165,22</b>	<b>30.729.736,34</b>	<b>27.790.707,03</b>	<b>366.320.000,00</b>

FONTE:

LAGES, 29/07/2014

ELIZEU MATOS  
Prefeito Municipal

MATEUS LUNARDO  
Secretário da Fazenda

LUNARA NETO SOUZA  
Controlador

**CONTAS PÚBLICAS 04/2014**

Município de LAGES - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		Até o Bimestre/2013
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014	
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	18.722.330,00	18.722.330,00	3.076.984,94	9.378.507,57	4.668.523,82
RECEITAS CORRENTES	18.722.330,00	18.722.330,00	3.076.984,94	9.378.507,57	4.668.523,82
Recarga de Contribuições dos Segurados	9.520.000,00	9.520.000,00	1.401.086,91	4.806.640,90	4.464.737,59
Pessoal Civil	9.520.000,00	9.520.000,00	1.401.086,91	4.806.640,90	4.464.737,59
Ativo	9.140.000,00	9.140.000,00	1.340.016,67	4.639.691,51	4.326.345,88
Inativo	378.000,00	378.000,00	61.070,24	166.949,39	136.737,48
Pensionista	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	1.654,23
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recarga Patrimonial	3.100.000,00	3.100.000,00	341.079,27	811.911,96	520,44
Recarga Imobiliárias	1.200.000,00	1.200.000,00	573.877,06	1.486.077,43	203.265,79
Recarga de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	1.200.000,00	1.200.000,00	573.877,06	1.486.077,43	203.265,79
Recarga de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	4.902.330,00	4.902.330,00	760.941,70	2.273.877,28	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	4.902.330,00	4.902.330,00	760.941,70	2.273.877,28	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	20.000.000,00	20.000.000,00	2.199.174,67	7.494.660,50	0,00
<b>TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)</b>	<b>38.722.330,00</b>	<b>38.722.330,00</b>	<b>5.276.159,61</b>	<b>16.873.168,07</b>	<b>4.668.523,82</b>
DESPESAS					
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)					
ADMINISTRAÇÃO	38.722.330,00	40.732.330,00	4.420.811,01	12.942.834,19	10.763.991,98
Despesas Correntes	50.000,00	60.000,00	12.645,30	17.295,80	330.370,15
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	323.731,05
PREVIDÊNCIA SOCIAL	50.000,00	60.000,00	12.645,30	17.295,80	6.639,10
	38.672.330,00	40.672.330,00	4.408.165,71	12.925.538,39	10.423.621,83
					Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de LAGES - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2013
Pessoal Civil	0,00	0,00	4.326.960,00	12.717.142,69	10.423.621,83
Aposentadorias	0,00	0,00	4.326.960,00	12.717.142,69	8.844.794,60
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	1.578.827,23
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	38.672.330,00	40.672.330,00	81.205,71	208.395,70	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	38.672.330,00	40.672.330,00	81.205,71	208.395,70	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIA) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	38.722.330,00	40.732.330,00	4.420.811,01	12.942.834,19	10.753.991,98
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	0,00	-2.010.000,00	855.348,60	3.930.333,88	-6.085.468,16
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR					
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS					
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS			PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA		
Valor					0,00
BENS E DIREITOS DO RPPS					
		MAIO	PERÍODO DE REFERÊNCIA		
			2014	2013	
Caixa		0,00	0,00	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento		100.916,83	68.373,26	172.137,32	
Investimentos		18.689.283,72	18.905.508,66	11.113.349,75	

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de LAGES - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	20.000.000,00	20.000.000,00	2.199.174,67	7.494.660,50
RECEITAS CORRENTES (VII)	20.000.000,00	20.000.000,00	2.199.174,67	7.494.660,50
Recarga de Contribuições Patronais	20.000.000,00	20.000.000,00	2.199.174,67	7.494.660,50
Pessoal Civil	20.000.000,00	20.000.000,00	2.199.174,67	7.494.660,50
Ativo	20.000.000,00	20.000.000,00	2.199.174,67	7.494.660,50
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Recarga Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Recarga Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Recarga de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Recarga de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA (X)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = (VII + IX - X)	20.000.000,00	20.000.000,00	2.199.174,67	7.494.660,50

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	-	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Continúa 3/4

Continuação 4/4

Município de LAGES - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

LAGES , 30/07/2014

ELIZEU MATTOS Prefeito Municipal	MATEUS LUNARDI Secretário da Fazenda	LUNARA NETO SOUZA Contadora
-------------------------------------	-----------------------------------------	--------------------------------



**CONTAS PÚBLICAS 05/2014**

Município de LAGES - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 30 Abr 2014 (B)	Em 30 Jun 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	62.576.169,00	58.943.829,44	57.934.711,19
DEDUÇÕES (II)	2.862.722,57	17.414.262,13	15.165.820,78
Disponibilidade de Caixa Bruta	32.762.105,78	37.332.938,12	35.093.854,40
Demais Haveres Financeiros	77.809,40	-16.199,36	-102.028,62
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	29.977.192,61	19.902.476,63	19.826.005,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	59.713.446,43	41.529.567,31	42.768.890,41
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)</b>	<b>59.713.446,43</b>	<b>41.529.567,31</b>	<b>42.768.890,41</b>

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Jun 2014 (C - A)
<b>VALOR</b>	<b>1.239.323,10</b>	<b>-16.944.556,02</b>

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
<b>META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>	<b>8.798.500,00</b>

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 30 Abr 2014 (B)	Em 30 Jun 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	15.491.328,62	18.109.706,59	18.958.094,68
Disponibilidade de Caixa Bruta	27.306,79	344.381,26	68.373,26
Investimentos	15.464.075,79	17.774.904,40	18.905.508,66
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	53,96	9.579,07	15.787,24
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	-15.491.328,62	-18.109.706,59	-18.958.094,68
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)</b>	<b>-15.491.328,62</b>	<b>-18.109.706,59</b>	<b>-18.958.094,68</b>

FONTE:

LAGES , 30/07/2014

ELIZEU MATTOS  
Prefeito Municipal

MATEUS LUNARDI  
Secretário da Fazenda

LUNARA NETO SOUZA  
Contadora

**CONTAS PÚBLICAS 06/2014**

Município de LAGES - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)</b>	<b>394.605.000,00</b>	<b>61.371.666,92</b>	<b>199.139.552,40</b>	<b>176.479.610,34</b>
Receita Tributária	43.418.000,00	6.661.656,00	25.165.530,21	22.213.707,50
I.P.T.U.	6.860.000,00	426.637,66	5.889.714,87	5.200.021,82
I.S.S.	20.200.000,00	3.811.828,23	10.523.960,50	8.708.507,27
I.T.B.I.	4.200.000,00	888.012,19	2.412.828,56	2.049.512,11
I.R.R.F.	8.780.000,00	1.294.647,95	3.939.867,77	3.942.893,83
Outras Receitas Tributárias	3.378.000,00	240.529,97	2.399.158,51	2.312.772,47
Receita de Contribuição	42.720.000,00	5.531.317,06	17.876.165,41	16.875.562,74
Receitas Previdenciárias	32.620.000,00	3.941.340,85	13.113.213,36	4.465.258,03
Outras Contribuições	10.100.000,00	1.589.976,21	4.762.952,05	12.410.304,71
Receita Patrimonial Líquida	827.000,00	72.620,20	312.882,81	3.606.589,19
Receita Patrimonial	5.162.000,00	1.162.137,50	3.191.137,66	4.714.026,75
(-) Aplicações Financeiras	4.335.000,00	1.089.517,30	2.878.254,85	1.107.437,56
Transferências Correntes	244.840.900,00	41.429.842,04	129.274.597,12	106.547.624,88
F.P.M.	40.392.000,00	7.029.731,06	21.307.368,08	19.848.918,35
I.C.M.S.	62.560.000,00	10.168.591,73	30.535.929,93	27.710.611,82
Convênios	185.000,00	43.448,56	86.901,04	0,00
Outras Transferências Correntes	141.703.900,00	24.188.070,69	77.344.398,07	58.988.094,71
Demais Receitas Correntes	62.799.100,00	7.676.231,62	26.510.376,85	27.236.126,03
Dívida Ativa	10.370.530,00	1.416.554,04	4.251.434,18	4.934.847,24
Diversas Receitas Correntes	52.428.570,00	6.259.677,58	22.258.942,67	22.301.278,79
<b>RECEITAS DE CAPITAL (II)</b>	<b>51.060.000,00</b>	<b>5.664.096,18</b>	<b>11.563.467,73</b>	<b>10.099.137,63</b>
Operações de Crédito (III)	14.700.000,00	106.819,10	280.770,88	2.823.623,53
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	36.360.000,00	5.557.277,08	11.282.696,85	7.275.514,10
Convênios	36.360.000,00	5.309.277,08	10.934.696,85	7.275.514,10
Outras Transferências de Capital	0,00	248.000,00	348.000,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)</b>	<b>36.360.000,00</b>	<b>5.557.277,08</b>	<b>11.282.696,85</b>	<b>7.275.514,10</b>
<b>RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)</b>	<b>430.965.000,00</b>	<b>66.928.944,00</b>	<b>210.422.249,25</b>	<b>183.755.124,44</b>
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
<b>DESPESAS CORRENTES (VIII)</b>	<b>379.299.230,77</b>	<b>62.751.124,77</b>	<b>170.482.790,52</b>	<b>161.363.704,68</b>
Pessoal e Encargos Sociais	177.969.000,00	27.137.080,39	79.445.983,55	76.319.829,23
Juros e Encargos da Dívida (IX)	1.500.000,00	253.504,19	633.061,49	427.696,79
Outras Despesas Correntes	199.830.230,77	35.360.540,19	90.403.745,48	84.616.178,66
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)</b>	<b>377.799.230,77</b>	<b>62.497.620,58</b>	<b>169.849.729,03</b>	<b>160.936.007,89</b>
<b>DESPESAS DE CAPITAL (XI)</b>	<b>109.737.076,17</b>	<b>6.952.375,31</b>	<b>24.091.127,44</b>	<b>16.323.245,47</b>
Investimentos	100.567.076,17	5.531.072,62	18.863.533,41	9.566.434,27
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	9.170.000,00	1.421.302,69	5.227.594,03	6.756.811,20
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)</b>	<b>100.567.076,17</b>	<b>5.531.072,62</b>	<b>18.863.533,41</b>	<b>9.566.434,27</b>

Município de LAGES - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	25.000,00	-	-	-
<b>DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)</b>	<b>478.391.306,94</b>	<b>68.028.693,20</b>	<b>188.713.262,44</b>	<b>170.502.442,16</b>
<b>RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)</b>	<b>-47.426.306,94</b>	<b>-1.099.749,20</b>	<b>21.708.986,81</b>	<b>13.252.682,28</b>
<b>SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	-	-	10.313.461,47	0,00
Superávit Financeiro	-	-	10.132.769,39	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	180.692,08	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE
<b>META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>				<b>-8.365.000,00</b>

FONTE:

LAGES , 30/07/2014

\_\_\_\_\_  
ELIZEU MATTOS  
Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
MATEUS LUNARDI  
Secretário da Fazenda

\_\_\_\_\_  
LUNARA NETO SOUZA  
Contadora

**CONTAS PÚBLICAS 07/2014**

Município de LAGES - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)												R\$ 1,00
PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS					RP NÃO PROCESSADOS					Saldo	
	Em Exercícios Anteriores	Inscritos	Pagos	Cancelados	Saldo	Em Exercícios Anteriores	Inscritos	Liquidados	Pagos	Cancelados		
		Em 31 de Dezembro de 2013					Em 31 de Dezembro de 2013					
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)		24.572.076,33	25.847.962,68	753.875,45	2.421.927,80	39.213,49	5.556.119,77	4.041.696,40	3.788.043,64	1.124.026,22	683.263,40	
EXECUTIVO												
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	4.451.689,60	23.383.170,53	24.677.888,02	735.034,31	2.421.927,80	39.213,49	5.302.520,08	3.844.302,15	3.590.649,39	1.088.077,97	663.006,21	
FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES	0,00	710.028,99	704.440,67	5.588,32	0,00	0,00	59.327,57	23.171,80	23.171,80	27.155,77	9.000,00	
FUNDAÇÃO DE ESPORTES	0,00	281.714,91	281.714,91	0,00	0,00	0,00	92.159,51	67.860,52	67.860,52	24.298,99	0,00	
FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	818.263,89	798.158,55	17.067,34	3.028,00	0,00	632.818,74	334.873,56	330.936,05	273.570,18	28.312,50	
FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOM	0,00	26.558,50	26.558,50	0,00	0,00	0,00	148.074,82	125.458,22	108.368,52	736,60	38.989,70	
FUNDO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLE	0,00	135.755,18	133.975,18	1.780,00	0,00	0,00	72.776,37	72.045,67	72.045,67	730,70	0,00	
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	164.255,57	5.852.826,32	5.739.929,24	23.571,25	253.581,40	0,00	1.010.821,00	716.012,11	701.725,00	294.808,89	14.287,11	
GABINETE DO PREFEITO	167.987,20	148.396,66	148.396,66	0,00	167.987,20	0,00	58.120,23	47.528,00	42.528,00	10.592,23	5.000,00	
PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO	0,00	7.943,35	7.943,35	0,00	0,00	0,00	1.306,56	1.133,00	1.133,00	173,56	0,00	
SECRETARIA MEIO AMBIENTE E SERV. PÚBLICOS	275.598,82	0,00	120.777,33	0,00	154.821,49	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
SECRETARIA DAADMINISTRACAO	186.260,98	2.178.170,71	2.225.606,89	30.714,30	108.110,50	0,00	372.716,83	287.230,05	285.297,45	85.426,78	1.992,60	
SECRETARIA DAAGRICULTURA E PESCA	0,00	767.648,98	297.048,98	470.600,00	0,00	0,00	155.268,12	3.835,32	3.835,32	151.432,80	0,00	
SECRETARIA DA EDUCACAO	0,00	2.522.494,40	2.487.776,89	34.717,51	0,00	0,00	892.300,94	562.622,53	441.537,42	48.462,28	401.301,24	
SECRETARIA DA EDUCACAO - FUNMED	296.905,04	0,00	185.024,69	0,00	81.880,35	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
SECRETARIA DA FAZENDA	0,00	159.426,33	158.999,58	426,75	0,00	0,00	129.614,31	124.687,25	124.687,25	4.927,05	0,00	
SECRETARIA DA HABITACAO	0,00	190.005,56	187.304,94	2.701,62	0,00	0,00	4.393,51	885,52	885,52	3.472,99	0,00	
SECRETARIA DA HABITACAO - FMH	147.028,53	0,00	127.363,19	0,00	19.665,34	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
SECRETARIA DE FINANÇAS	9.075,00	0,00	0,00	0,00	9.075,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	0,00	7.983.681,39	7.885.500,00	88.161,39	0,00	0,00	900.294,81	824.912,49	735.651,75	500,00	164.143,05	
SECRETARIA DE OBRAS	2.643.321,47	1.518.981,24	1.518.981,24	9.900,37	1.114.439,86	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
SECRETARIA DE SEGURANCA DE ORDEM PÚBLIC	0,00	50.754,00	50.754,00	0,00	0,00	0,00	21.656,72	960,95	960,95	20.695,77	0,00	
SECRETARIA DE TURISMO	456.680,00	361.816,94	312.011,46	49.805,46	456.680,00	0,00	30.932,80	30.842,78	30.842,78	90,02	0,00	
SECRETARIA DO DESENH. ECON. TRAB. E RENDA	0,00	20.929,34	20.929,34	0,00	0,00	0,00	6.935,60	399,00	399,00	6.536,60	0,00	
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E SERVIÇOS PÚ	0,00	1.156.034,12	1.156.034,12	0,00	0,00	0,00	710.148,05	618.783,38	618.783,38	91.394,67	0,00	
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO	0,00	10.739,96	10.739,96	0,00	0,00	0,00	2.888,59	0,00	0,00	2.888,59	0,00	
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E COORDENAC	134.576,99	0,00	81.918,33	0,00	52.658,66	39.213,49	0,00	0,00	0,00	39.213,49	0,00	
LAGESPREV-INSTITUTO DE PREV. DO MUNIC. DE L	0,00	53,96	53,96	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
LAGESPREV -FUNDO FINANCEIRO	0,00	53,96	53,96	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
SEMASSA-SEC. MUNIC. DE AGUAS E SANEAMEN	0,00	1.188.851,84	1.170.010,70	18.841,14	0,00	0,00	253.599,69	197.394,25	197.394,25	35.948,25	20.257,19	
SEMASSA - SEC. MUNIC. DE AGUAS E SANEAMEN	0,00	1.188.851,84	1.170.010,70	18.841,14	0,00	0,00	253.599,69	197.394,25	197.394,25	35.948,25	20.257,19	
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTARIOS) (II)												
EXECUTIVO												
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	953.480,64	953.480,64	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES	0,00	6.880,08	6.880,08	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FUNDAÇÃO DE ESPORTES	0,00	4.083,42	4.083,42	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	34.169,39	34.169,39	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	0,00	230.516,57	230.516,57	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
SECRETARIA DAADMINISTRACAO	0,00	230.516,57	230.516,57	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

Município de LAGES - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS				RP NÃO PROCESSADOS				
	Inscritos	En 31 de Dezembro de 2013	Pagos	Cancelados	Saldo	Inscritos	En 31 de Dezembro de 2013	Liquidados	Pagos
	En Exercícios Anteriores					En Exercícios Anteriores			
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	953.480,64	953.480,64	-	-	-	-	-	-
EXECUTIVO	0,00	953.480,64	953.480,64	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	440.850,29	440.850,29	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DA EDUCACAO									
TOTAL (II) = (I + II):	4.451.689,60	25.525.556,97	26.801.443,32	753.875,45	2.421.977,80	39.213,49	5.556.119,77	4.041.696,40	3.768.043,64

FONTE:

LAGES , 30/07/2014

ELIZEU MATTOS Prefeito Municipal	MATEUS LUNARDI Secretário da Fazenda	LUNARA NETO SOUZA Contadora
-------------------------------------	-----------------------------------------	--------------------------------

**CONTAS PÚBLICAS 08/2014**

MUNICÍPIO DE LAGES - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

<b>RECEITAS DO ENSINO</b>					
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>1- RECEITAS DE IMPOSTOS</b>	46.639.500,00	46.639.500,00	7.187.901,40	25.541.721,65	54,76
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	11.359.500,00	11.359.500,00	915.581,71	7.731.456,05	68,06
1.1.1- IPTU	6.860.000,00	6.860.000,00	426.637,66	5.889.714,87	85,96
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	49.500,00	49.500,00	6.116,00	12.695,49	25,65
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	3.500.000,00	3.500.000,00	364.228,68	1.451.440,04	41,47
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	950.000,00	950.000,00	118.599,37	377.605,65	39,75
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	4.200.000,00	4.200.000,00	888.012,19	2.412.828,56	57,45
1.2.1- ITBI	4.200.000,00	4.200.000,00	888.012,19	2.412.828,56	57,45
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	22.300.000,00	22.300.000,00	4.089.659,55	11.457.569,27	51,38
1.3.1- ISS	20.200.000,00	20.200.000,00	3.811.828,23	10.523.960,50	52,10
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	330.000,00	330.000,00	63.444,07	181.391,64	54,97
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	1.450.000,00	1.450.000,00	188.396,18	643.064,88	44,35
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	320.000,00	320.000,00	25.991,07	109.152,45	34,11
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	8.780.000,00	8.780.000,00	1.294.647,95	3.939.867,77	44,87
1.4.1- IRRF	8.780.000,00	8.780.000,00	1.294.647,95	3.939.867,77	44,87
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</b>	145.565.000,00	145.565.000,00	24.532.606,96	72.424.152,60	49,75
2.1- Cota-Parte FPM	50.490.000,00	50.490.000,00	8.787.163,74	26.634.209,77	52,75
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	50.490.000,00	50.490.000,00	8.787.163,74	26.634.209,77	52,75
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	78.200.000,00	78.200.000,00	12.710.739,47	38.169.911,85	48,81
2.3- ICMS-Desoneração - L.C. nº67/1996	345.000,00	345.000,00	55.767,10	139.417,75	40,41
2.4- Cota-Parte IPH-Exportação	1.100.000,00	1.100.000,00	201.670,45	578.780,28	52,62
2.5- Cota-Parte ITR	1.150.000,00	1.150.000,00	112.695,85	230.797,17	20,07
2.6- Cota-Parte IPVA	14.280.000,00	14.280.000,00	2.664.569,35	6.671.035,78	46,72
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)</b>	<b>192.204.500,00</b>	<b>192.204.500,00</b>	<b>31.720.507,36</b>	<b>97.965.874,25</b>	<b>50,97</b>
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO</b>	-	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE</b>	7.447.700,00	7.447.700,00	1.265.690,51	3.668.217,12	49,25
5.1- Transferências do Salário-Educação	5.320.000,00	5.320.000,00	860.268,20	2.866.257,79	53,88
5.2- Transferências Diretas - PDDE	12.700,00	12.700,00	5.350,00	5.350,00	42,13
5.3- Transferências Diretas - FNAE	2.040.000,00	2.040.000,00	366.945,59	776.919,25	38,08
5.4- Transferências Diretas - FNATE	75.000,00	75.000,00	13.126,72	19.690,08	26,25
5.5- Outras Transferências do FNDE	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	-	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS</b>	2.185.000,00	2.185.000,00	43.448,56	791.666,94	36,23
6.1- Transferências de Convênios	2.185.000,00	2.185.000,00	43.448,56	791.666,94	36,23
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>	-	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO</b>	1.717.000,00	1.717.000,00	198.690,60	393.452,99	22,92
<b>9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)</b>	<b>11.349.700,00</b>	<b>11.349.700,00</b>	<b>1.507.829,67</b>	<b>4.853.337,05</b>	<b>42,76</b>
<b>FUNDEB</b>					
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB</b>	29.113.000,00	29.113.000,00	4.906.520,77	14.484.829,25	49,75
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1)	10.098.000,00	10.098.000,00	1.757.432,68	5.326.841,69	52,75
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	15.640.000,00	15.640.000,00	2.542.147,74	7.633.981,92	48,81
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)	69.000,00	69.000,00	11.153,42	27.883,55	40,41
10.4- Cota-Parte IPH-Exportação Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)	220.000,00	220.000,00	40.334,10	115.756,08	52,62
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecados Destinados ao FUNDEB - (20% de (1.5 + 2.5))	230.000,00	230.000,00	22.539,14	46.159,35	20,07
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.6)	2.856.000,00	2.856.000,00	532.913,69	1.334.206,66	46,72
<b>11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB</b>	55.125.000,00	55.125.000,00	9.523.744,64	28.187.207,03	51,13
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	55.000.000,00	55.000.000,00	9.495.182,18	28.096.907,98	51,09
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	125.000,00	125.000,00	28.562,46	90.299,05	72,24
<b>12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)</b>	<b>25.887.000,00</b>	<b>25.887.000,00</b>	<b>4.588.661,41</b>	<b>13.612.078,73</b>	<b>52,58</b>
<b>ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB</b>					



MUNICÍPIO DE LAGES - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	49.125.000,00	49.125.000,00	10.976.494,06	26.515.087,18	53,97
13.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.2- Com Ensino Fundamental	49.125.000,00	49.125.000,00	10.976.494,06	26.515.087,18	53,97
14- OUTRAS DESPESAS	6.000.000,00	6.000.000,00	1.548.108,81	5.055.420,48	84,26
14.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	6.000.000,00	6.000.000,00	1.548.108,81	5.055.420,48	84,26
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	55.125.000,00	55.125.000,00	12.524.602,87	31.570.507,66	57,27
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
16.1 - FUNDEB 60%					—
16.2 - FUNDEB 40%					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
17.1 - FUNDEB 60%					0,00
17.2 - FUNDEB 40%					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
INDICADORES DO FUNDEB					
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)					31.570.507,66
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério* (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %					94,07
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %					17,94
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %					-12,00
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2013 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					0,00
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2014²					0,00
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB					
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)³	48.051.125,00	48.051.125,00	7.930.126,84	24.491.468,56	50,97
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	31.000.000,00	31.000.000,00	228.175,82	4.789.255,07	15,45
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	65.685.000,00	65.935.000,00	14.396.738,61	36.482.000,08	55,33
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	55.125.000,00	55.125.000,00	12.524.602,87	31.570.507,66	57,27
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	10.560.000,00	10.810.000,00	1.872.135,74	4.911.492,42	45,43
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	96.685.000,00	96.935.000,00	14.624.914,53	41.271.255,15	42,58
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					13.612.078,73
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					90.299,05
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					—
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO⁴					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					60.807,16
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					13.763.184,94
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))					27.508.070,21
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					28,08
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE					
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	6.095.000,00	6.335.000,00	988.191,93	2.051.133,50	32,38
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	5.529.700,00	11.786.822,13	956.414,18	2.418.339,90	20,52
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	11.624.700,00	18.121.822,13	1.944.606,11	4.469.473,40	24,66
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	108.309.700,00	115.056.822,13	16.569.520,64	45.740.728,55	38,75

MUNICÍPIO DE LAGES - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2014 (g)
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	34.878,40	60.807,16
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	34.878,40	60.807,16
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	0,00	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	28.066.907,98	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	28.066.907,98	0,00
49.1 Orçamento do Exercício	27.260.976,58	0,00
49.2 Restos a Pagar	835.931,40	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	90.299,05	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	90.299,05	0,00

LAGES, 30/07/2014

ELIZEU MATTOS	MATEUS LUNARDI	LUNARA NETO SOUZA
Prefeito Municipal	Secretário da Fazenda	Contadora

FONTE:

<sup>1</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

<sup>2</sup> Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

<sup>3</sup> Caput do art. 212 da CF/1988

<sup>4</sup> Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

<sup>5</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

**CONTAS PÚBLICAS 09/2014**

Município de LAGES - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)		SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO¹ (I)	14.700.000,00	280.770,88		14.419.229,12
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO NÃO EXECUTADO (g)=(d)-(e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
DESPESAS DE CAPITAL	109.737.076,17	24.091.127,44	0,00	85.645.948,73
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	109.737.076,17	24.091.127,44	0,00	85.645.948,73
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-95.037.076,17	-23.810.356,56		-71.226.719,61

FONTE:

LAGES , 30/07/2014

ELIZEU MATTOS  
Prefeito Municipal

MATEUS LUNARDI  
Secretário da Fazenda

LUNARA NETO SOUZA  
Contadora

**CONTAS PÚBLICAS 11/2014**

Município de LAGES - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
<b>RECEITA DE CAPITAL</b>			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

DESpesas (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESpesas EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO A EXECUTAR (g) = (d) - (e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
Despesas de Capital	727.160,00	313.400,00	0,00	413.760,00
Investimentos	727.160,00	313.400,00	0,00	413.760,00
<b>TOTAL</b>	<b>727.160,00</b>	<b>313.400,00</b>	<b>0,00</b>	<b>413.760,00</b>

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2013 (h)	Em 2014 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	0,00	-313.400,00	-313.400,00

FONTE:

LAGES , 30/07/2014

ELIZEU MATTOS  
Prefeito Municipal

MATEUS LUNARDI  
Secretário da Fazenda

LUNARA NETO SOUZA  
Contadora

**CONTAS PÚBLICAS 12/2014**

Município de LAGES - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE				PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			
						Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100		
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)				46.687.500,00	46.687.500,00	25.557.013,83	54,74		
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU				6.860.000,00	6.860.000,00	5.889.714,87	85,86		
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI				4.200.000,00	4.200.000,00	2.412.828,56	57,45		
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS				20.200.000,00	20.200.000,00	10.523.960,50	52,10		
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF				8.780.000,00	8.780.000,00	3.939.867,77	44,87		
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos				427.500,00	427.500,00	209.379,31	48,98		
Divida Ativa dos Impostos				4.950.000,00	4.950.000,00	2.094.504,72	42,31		
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa				1.270.000,00	1.270.000,00	486.758,10	38,33		
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)				145.565.000,00	145.565.000,00	72.424.152,60	49,75		
Cota-Parte FPM				50.490.000,00	50.490.000,00	26.634.209,77	52,75		
Cota-Parte ITR				1.150.000,00	1.150.000,00	230.797,17	20,07		
Cota-Parte IPVA				14.280.000,00	14.280.000,00	6.671.035,78	46,72		
Cota-Parte ICMS				78.200.000,00	78.200.000,00	38.169.911,85	48,81		
Cota-Parte IPI-Exportação				1.100.000,00	1.100.000,00	578.780,28	52,62		
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais				345.000,00	345.000,00	139.417,75	40,41		
Desoneração ICMS (LC 87/96)				345.000,00	345.000,00	139.417,75	40,41		
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II				192.252.500,00	192.252.500,00	97.981.166,43	50,96		
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE				PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS			
						Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100		
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS				56.566.300,00	56.566.300,00	36.457.960,05	64,45		
Provenientes da União				54.041.100,00	54.041.100,00	34.790.852,82	64,38		
Provenientes dos Estados				2.525.200,00	2.525.200,00	1.667.107,23	66,02		
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE				0,00	0,00	0,00	0,00		
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE				855.000,00	855.000,00	1.104.917,31	129,23		
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE				57.421.300,00	57.421.300,00	37.562.877,36	65,42		
DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)				DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
						Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES				91.736.300,00	97.632.118,13	51.632.299,63	52,88	50.323.276,60	51,54
Pessoal e Encargos Sociais				35.194.000,00	35.194.000,00	16.831.221,62	47,82	16.831.221,62	47,82
Outras Despesas Correntes				56.542.300,00	62.438.118,13	34.801.078,01	55,74	33.492.054,98	53,64

Continua 1/4

Município de LAGES - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 2/4

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL						
Investimentos	2.440.000,00	3.200.080,00	1.266.021,01	39,56	525.598,14	16,42
	2.440.000,00	3.200.080,00	1.266.021,01	39,56	525.598,14	16,42
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)</b>	94.176.300,00	100.832.198,13	52.898.320,64	52,46	50.848.874,74	50,43
<b>DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO</b>						
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVER DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS Recursos de Operações de Crédito Outros Recursos OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹ DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS² DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	56.566.300,00	61.452.198,13	32.538.886,12	61,51	31.036.743,17	61,04
	56.566.300,00	61.452.198,13	32.538.886,12	61,51	31.036.743,17	61,04
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	-	-	0,00	0,00	-	-
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)</b>	56.566.300,00	61.452.198,13	32.538.886,12	61,51	31.036.743,17	61,04
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)</b>	37.610.000,00	39.380.000,00	20.359.434,52	-9,05	19.812.131,57	-10,61
<b>PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</b> (VII%) = (VII / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5						20,22
<b>VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VII - (15 x IIIb)/100]</b>						5.114.956,61

Continua 2/4

Município de LAGES - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 3/4

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA							
Inscritos em 2013		1.085.821,00	200.567,17	387.909,04	697.911,96	0,00	
TOTAL		1.085.821,00	200.567,17	387.909,04	697.911,96	0,00	
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º							
		RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS					
		SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)		SALDO FINAL(NÃO APLICADO)		
Restos a Pagar Não Processados Cancelados ou Prescritos em 2013		0,00	0,00		0,00		
TOTAL (VIII)		0,00	0,00		0,00		
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 24 E 26							
		LIMITE NÃO CUMPRIDO					
		SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)		SALDO FINAL(NÃO APLICADO)		
		-	-		-		
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
				Até Bimestre (l)	% (l/Total l)*100	Até Bimestre (m)	% (m/Total m)*100
		Atenção Básica	58.648.400,00	63.591.376,48	35.329.309,39	66,79	33.894.553,07
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	33.220.900,00	34.763.821,65	16.448.639,13	31,09	16.115.266,58	31,69	
Suporte Profilático e Terapêutico	1.932.000,00	2.002.000,00	905.179,43	1,71	677.908,33	1,33	
Vigilância Epidemiológica	375.000,00	475.000,00	215.192,69	0,41	161.146,76	0,32	
TOTAL	94.176.300,00	100.832.198,13	52.898.320,64	100,00	50.848.874,74	100,00	

FONTE:

- 1 Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.
- 2 O valor apresentado na interseção com a coluna "i" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".
- 3 O valor apresentado na interseção com a coluna "i" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".
- 4 Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.
- 5 Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.
- 6 No último bimestre, será utilizada a fórmula  $IV/(h+i) - (15 \times IIIb)/100I$

Continua 3/4



Município de LAGES - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 4/4

.....

LAGES , 30/07/2014

ELIZEU MATTOS  
Prefeito Municipal

MATEUS LUNARDI  
Secretário da Fazenda

LUNARA NETO SOUZA  
Contadora

**CONTAS PÚBLICAS 13/2014**

Município de LAGES - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2014		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
-----------------	-----------------------	-----------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

FONTE:

LAGES , 30/07/2014

\_\_\_\_\_  
ELIZEU MATTOS  
Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
MATEUS LUNARDI  
Secretário da Fazenda

\_\_\_\_\_  
LUNARA NETO SOUZA  
Contadora

**CONTAS PÚBLICAS 14/2014**

Município de LAGES - SC  
**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre	
RECEITAS				
Previsão Inicial		—	450.000.000,00	
Previsão Atualizada		—	450.000.000,00	
Receitas Realizadas		68.125.280,40	213.581.274,98	
Déficit Orçamentário		—	0,00	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	10.313.461,47	
DESPESAS				
Dotação Inicial		—	450.000.000,00	
Créditos Adicionais		—	39.061.306,94	
Dotação Atualizada		—	489.061.306,94	
Despesas Empenhadas		73.245.698,18	266.852.958,84	
Despesas Liquidadas		69.703.500,08	194.573.917,96	
Superavit Orçamentário		—	19.007.357,02	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas		73.245.698,18	266.852.958,84	
Despesas Liquidadas		69.703.500,08	194.573.917,96	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida			368.759.037,96	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		5.276.159,61	16.873.168,07	
Despesa Previdenciárias Executadas(V)		4.420.811,01	12.942.834,19	
Liquidadas		4.420.811,01	12.942.834,19	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00	0,00	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		855.348,60	3.930.333,88	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		8.798.500,00	-16.944.556,02	-192,58
Resultado Primário		-8.365.000,00	21.708.986,81	-259,52
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	5.595.333,26	1.124.026,22	3.788.043,64	683.263,40
EXECUTIVO	5.595.333,26	1.124.026,22	3.788.043,64	683.263,40
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	29.977.246,57	753.875,45	26.801.443,32	2.421.927,80
EXECUTIVO	29.977.246,57	753.875,45	26.801.443,32	2.421.927,80
TOTAL:	35.572.579,83	1.877.901,67	30.589.486,96	3.105.191,20
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		27.508.070,21	25%	28,08
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		26.515.087,18	60%	94,07
Liquidadas		26.515.087,18		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00		
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		280.770,88	14.419.229,12	
Despesa de Capital Líquida		24.091.127,44	85.645.948,73	

Continua 1/2

Município de LAGES - SC

Continuação 2/2

**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO**

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2014	2022	2032	2047
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos			0,00	0,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos			313.400,00	413.760,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde		19.812.131,57	15,00	20,22
Liquidadas		19.812.131,57		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00		
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente		
Total das despesas/RCL (%)		0,00		

## FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

. a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

. b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

LAGES , 29/07/2014

ELIZEU MATTOS  
 Prefeito Municipal

MATEUS LUNARDI  
 Secretário da Fazenda

LUNARA NETO SOUZA  
 Contadora

**Lauro Muller****PREFEITURA****Portaria Nº 143/2014**

PORTARIA Nº 143/ 2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com os artigos 63, incisos VI e VIII e 89, inciso II letras "a" e "b", da Lei Orgânica Municipal, combinado com as Leis Municipais nº 1.300/2004, nº 1.485/2007, nº 1.592/2009, e Edital de Concurso Público 003/2010 - Resultado Final das Provas, Homologado em 15/06/2010, concurso passível de revogação;

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONTRATAR, JULIANA PINHEIRO DA SILVA, aprovada em 6º lugar no Concurso Público, para o Quadro Funcional da Prefeitura Municipal de Lauro Müller, para exercer o Cargo de Professor I - Educação Infantil, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, com lotação no Pré Escolar Tia Laura junto a Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes.

Parágrafo único - Fica a mesma sujeita ao cumprimento do Estágio Probatório, conforme prevê a legislação vigente.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 05 DE MARÇO DE 2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT  
Secretário de Adm. Fin. e Planejamento

**TERMO DE POSSE**

No dia 05 do mês de Março do ano de 2014, no Gabinete do Prefeito Municipal de Lauro Müller, compareceu a senhora JULIANA PINHEIRO DA SILVA, aprovada no Concurso Público nº 003/2010, para o Quadro Funcional da Prefeitura Municipal de Lauro Müller, para o Cargo de Provimento Efetivo de Professor I - Educação Infantil, a fim de tomar posse em seu respectivo cargo, contratada pela Portaria nº 143/2014. Na oportunidade a mesma foi empossada pelo Senhor Prefeito Municipal Fabrício Kusmin Alves, comprometendo-se a desempenhar suas funções com dignidade, disciplina e honradez. Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse, que vai devidamente assinado pelas partes e pelo Senhor Secretário de Administração, Finanças e Planejamento.

Prefeitura Municipal de Lauro Müller, 05 de Março de 2014.  
JULIANA PINHEIRO DA SILVA  
Servidora

FABRÍCIO KUSMIN ALVES  
Prefeito Municipal

EDUARDO GONZAGA BETT  
Secretário de Administração, Finanças e Planejamento

**PORTARIA Nº 151/2014**

PORTARIA Nº 151/2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos artigos 63 e 78 incisos VI e IX, respectivamente, da Lei Orgânica Municipal, consoante artigo 1º, inciso III da Lei Municipal nº 1.503/2008, considerando ainda, a necessidade temporária de excepcional interesse público e o resultado do processo seletivo simplificado,

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONTRATAR, CARLA SABRINA DA SILVA, para a função de Professora de Ciências - Professor II- MAG-LP 1A, em Caráter Temporário, pelo período de 05 de Março de 2014 a 15 de Dezembro de 2014, com carga horária de 10 (dez) horas semanais na Escola Municipal Hilário Pescador, em substituição à funcionária efetiva Leila Aparecida da Rosa de Souza.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 05 DE MARÇO DE 2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT  
Secretário de Adm., Fin. e Planejamento

**PORTARIA Nº 152/2014**

PORTARIA Nº 152/2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos artigos 63 e 78 incisos VI e IX, respectivamente, da Lei Orgânica Municipal, consoante artigo 1º, inciso III da Lei Municipal nº 1.503/2008, considerando ainda, a necessidade temporária de excepcional interesse público e o resultado do processo seletivo simplificado,

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONTRATAR, ROSIMERE DA ROSA MENDES LOCATELLI, para a função de Professora de Matemática - Professor II- MAG-LP 1A, em Caráter Temporário, pelo período de 05 de Março de 2014 a 15 de Dezembro de 2014, com carga horária de 10 (dez) horas semanais, na Escola Municipal José Heleodoro Barreto Júnior, em vaga excedente.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 05 DE MARÇO DE 2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT  
Secretário de Adm., Fin. e Planejamento

**PORTARIA Nº 153/2014**

PORTARIA Nº 153/2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos artigos 63 e 78 incisos VI e IX, respectivamente, da Lei Orgânica Municipal, consoante artigo 1º, inciso III da Lei Municipal nº 1.503/2008, considerando ainda, a necessidade temporária de excepcional interesse público e o resultado do processo seletivo simplificado,

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONTRATAR, RAYANNY CECONE PESCADOR, para a função de Professora de História - Professor II - MAG-LP 1A, em Caráter Temporário, pelo período de 05 de Março de 2014 a 15 de Dezembro de 2014, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, sendo 10 (dez) horas na Escola Municipal Lígia Chaves Cabral em vaga excedente e 10 (dez) horas na Escola Municipal Emília Mamede Soares, em substituição à funcionária efetiva Paula Rossi.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 05 DE MARÇO DE 2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT

Secretário de Adm., Fin. e Planejamento

**PORTARIA Nº 154/2014**

PORTARIA Nº 154/2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos artigos 63 e 78 incisos VI e IX, respectivamente, da Lei Orgânica Municipal, consoante artigo 1º, inciso III da Lei Municipal nº 1.503/2008, considerando ainda, a necessidade temporária de excepcional interesse público e o resultado do processo seletivo simplificado,

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONTRATAR, HELLEN CRISTINA M. BURATTE, para a função de Professora de Matemática - Professor II- MAG-LP 1A, em Caráter Temporário, pelo período de 05 de Março de 2014 a 15 de Dezembro de 2014, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, sendo 10 (dez) horas na Escola Municipal Hilário Pescador e 10 (dez) horas na Escola Municipal Lígia Chaves Cabral, em vaga excedente.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 05 DE MARÇO DE 2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT

Secretário de Adm., Fin. e Planejamento

**PORTARIA Nº 155/2014**

PORTARIA Nº 155/2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos artigos 63 e 78 incisos VI e IX, respectivamente, da Lei Orgânica Municipal, consoante artigo 1º, inciso III da Lei Municipal nº 1.503/2008, considerando ainda, a necessidade temporária de excepcional interesse público e o resultado do processo seletivo simplificado,

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONTRATAR, CLÁUDIA ANTUNES CARDOSO, para a função de Professora de Português - Professor II - MAG-LP 1A, em Caráter Temporário, pelo período de 05 de Março de 2014 a 15 de Dezembro de 2014, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, sendo 10 (dez) horas em substituição à funcionária efetiva Heloísa Gonçalves Ribeiro Fontanella e 10 (dez) horas em vaga excedente, na Escola Municipal Hilário Pescador.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 05 DE MARÇO DE 2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT

Secretário de Adm., Fin. e Planejamento

**PORTARIA Nº 156/2014**

PORTARIA Nº 156/2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos artigos 63 e 78 incisos VI e IX, respectivamente, da Lei Orgânica Municipal, consoante artigo 1º, inciso III da Lei Municipal nº 1.503/2008, considerando ainda, a necessidade temporária de excepcional interesse público e o resultado do processo seletivo simplificado,

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONTRATAR, SAMUEL MARIOT DE OLIVÉRIO, para a função de Professor de Educação Física - Professor II- MAG-LP 1A, em Caráter Temporário, pelo período de 05 de Março de 2014 a 15 de Dezembro de 2014, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, na Escola Municipal Lígia Chaves Cabral, em substituição ao funcionário efetivo Aurimar Mota.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 05 DE MARÇO DE 2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT

Secretário de Adm., Fin. e Planejamento

**PORTARIA Nº 157/2014**

PORTARIA Nº 157/2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos artigos 63 e 78 incisos VI e IX, respectivamente, da Lei Orgânica Municipal, consoante artigo 1º, inciso III da Lei Municipal nº 1.503/2008, considerando ainda, a necessidade temporária de excepcional interesse público e o resultado do processo seletivo,

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONTRATAR, TAMIRIS LEAL, para a função de Auxiliar de Educação Infantil, em Caráter Temporário, pelo período de 05 de Março de 2014 a 22 de Dezembro de 2014, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em substituição a funcionária efetiva Mariselma Fernandes Madeira, no Centro de Educação Infantil Irani Vargas, com lotação junto a Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 05 DE MARÇO DE 2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT

Secretário de Adm. Fin. e Planejamento

**PORTARIA Nº 158/2014**

PORTARIA Nº 158/2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos artigos 63 e 78 incisos VI e IX, respectivamente, da Lei Orgânica Municipal, consoante artigo 1º, inciso III da Lei Municipal nº 1.503/2008, considerando ainda, a necessidade temporária de excepcional interesse público e o resultado do processo seletivo,

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONTRATAR, GISELE DA SILVA COSTA, para a função de Professor I - MAG ST 1A, em Caráter Temporário, pelo período de 06 de Março de 2014 a 22 de Dezembro de 2014, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais em vaga excedente, na Escola Municipal José Heleodoro Barreto Júnior, com lotação junto a Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 06/03/2014.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 05 DE MARÇO DE 2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT

Secretário de Adm. Fin. e Planejamento

**PORTARIA Nº 159/2014**

PORTARIA Nº 159/2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos artigos 63 e 78 incisos VI e IX, respectivamente, da Lei Orgânica Municipal, consoante artigo 1º, inciso III da Lei Municipal nº 1.503/2008, considerando ainda, a necessidade temporária de excepcional interesse público e o resultado do processo seletivo simplificado nº 001/2014, para admissão em caráter temporário,

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONTRATAR, IVONETE DA SILVA CUSTÓDIO, para a função de SERVENTE ACT, em Caráter Temporário, pelo período de 13 de Março de 2014 a 15 de Dezembro de 2014, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com lotação junto a Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 13/03/2014.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 05 DE MARÇO DE 2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT

SECRETÁRIO DE ADM., FIN. E PLANEJAMENTO

**PORTARIA Nº 160/2014**

PORTARIA Nº 160/2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos artigos 63 e 78 incisos VI e IX, respectivamente, da Lei Orgânica Municipal, consoante artigo 1º, inciso III da Lei Municipal nº 1.503/2008, considerando ainda, a necessidade temporária de excepcional interesse público e o resultado do processo seletivo simplificado,

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONTRATAR, MABEL GOMES MOTTA, para a função de Professora de Educação Infantil - Anos Iniciais - Professor II - MAG-LP 1A, em Caráter Temporário, pelo período de 05 de Março de 2014 a 15 de Dezembro de 2014, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, na Escola de Educação Infantil Tia Marli, em vaga excedente.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 05 DE MARÇO DE 2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT

Secretário de Adm., Fin. e Planejamento



# Lebon Regis

## PREFEITURA

### Portaria Nº. 0391/2014 - HMMSA

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE LEBON RÉGIS  
HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL S. ANTONIO  
PORTARIA Nº. 0391/2014 de 02 de Julho de 2014.

O Presidente do Conselho Superior de Administração do Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 4º, Alínea f do Regimento Interno desta Instituição, de 14 de Maio de 1979. e Lei 076 de 12/01/2012 em seu artigo 68.

#### RESOLVE:

ART. 1º - CONCEDER LICENÇA PRÊMIO, a Servidora CLAUDETE GUEDES DA SILVA, ocupante do cargo de TÉCNICA EM ENFERMAGEM, do quadro de pessoal do Hospital, relativo ao período aquisitivo de 12/01/2012 a 11/01/2013 e período de gozo de 02/07/2014 A 19/07/2014.

ART 2º. - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se

Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio, em 02 de Julho de 2014.

MOACIR GALENO VARELA FURTADO  
Presidente

### PORTARIA Nº. 0392/2014 - HMMSA

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE LEBON RÉGIS  
HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL S. ANTONIO  
PORTARIA Nº. 0392/2014 de 17 de Julho de 2014.

O Presidente do Conselho Superior de Administração do Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 4º, Alínea f do Regimento Interno desta Instituição, de 14 de Maio de 1979. e Lei 076 de 12/01/2012 em seu artigo 68.

#### RESOLVE:

ART. 1º - CONCEDER LICENÇA PRÊMIO, a Servidora CLARICE ALVES DOS SANTOS, ocupante do cargo de ATENDENTE DE ENFERMAGEM, do quadro de pessoal do Hospital, relativo ao período aquisitivo de 12/01/2012 a 11/01/2013 e período de gozo de 17/07/2014 a 03/08/2014.

ART 2º. - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se

Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio, em 17 de Julho de 2014.

MOACIR GALENO VARELA FURTADO  
Presidente

### PORTARIA Nº. 0393/2014 - HMMSA

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE LEBON RÉGIS  
HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL S. ANTONIO  
PORTARIA No. 0393/2014 de 21 de Julho de 2014.

O Presidente do Conselho Superior de Administração do Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 4º, Alínea f do Regimento Interno desta Instituição, de 14 de Maio de 1979 e conforme determinam os artigos nº 20 e 32 da Lei Complementar municipal nº 76 de 12/01/2012.

#### RESOLVE:

ART. 1 - TRANSFERIR, a servidora, GILVANE GUESSER BELLI, ocupante do cargo de ATENDENTE DE ENFERMAGEM, no Fundo Municipal de Saúde, para reintegrar-se ao mesmo cargo, e mesma carga horária no Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio, a partir de 21/07/2014.

ART. 2 - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se

Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio, em 21 de Julho de 2014.

MOACIR GALENO VARELA FURTADO  
Presidente

### PORTARIA Nº. 0394/2014 - HMMSA

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE LEBON RÉGIS  
HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL S. ANTONIO  
PORTARIA Nº. 0394/2014 de 21 de Julho de 2014.

O Presidente do Conselho Superior de Administração do Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 4º, Alínea f do Regimento Interno desta Instituição, de 14 de Maio de 1979. e Lei 076 de 12/01/2012 em seu artigo 68.

#### RESOLVE:

ART. 1º - CONCEDER FÉRIAS NORMAIS, a Servidora ELAINE APARECIDA RISSON, ocupante do cargo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM, do quadro de pessoal do Hospital, relativo ao período aquisitivo de 20/04/2012 a 19/04/2013 e período de gozo de 21/07/2014 a 19/08/2014.

ART 2º. - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se

Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio, em 21 de Julho de 2014.

MOACIR GALENO VARELA FURTADO  
Presidente

**PORTARIA Nº. 0395/2014 - HMMSA**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS

HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL S. ANTONIO

PORTARIA Nº. 0395/2014 de 24 de Julho de 2014.

O Presidente do Conselho Superior de Administração do Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 4º, Alínea f do Regimento Interno desta Instituição, de 14 de Maio de 1979. e Lei 076 de 12/01/2012 em seu artigo 68.

**RESOLVE:**

ART. 1º - CONCEDER FÉRIAS NORMAIS, a Servidora ODETE TERESINHA DA SILVA, ocupante do cargo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM do quadro de pessoal do Hospital, relativo ao período aquisitivo de 03/05/2012 a 02/05/2013 e período de gozo de 24/07/2014 a 22/08/2014.

ART 2º. - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se

Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio, em 24 de Julho de 2014.

MOACIR GALENO VARELA FURTADO

Presidente

**PORTARIA Nº. 0396/2014 - HMMSA**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS

HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL S. ANTONIO

PORTARIA No. 0396/2014 de 24 de Julho de 2014.

O Presidente do Conselho Superior de Administração do Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 4º, Alínea f do Regimento Interno desta Instituição, de 14 de Maio de 1979.

**RESOLVE:**

ART. 1 - AFASTAR, de suas funções a funcionária, LEONIR TEREZINHA DE SOUZA, ocupante do cargo de SERVENTE, por motivo de doença a qual passa a perceber seus vencimentos pelo INSS por motivo de incapacidade laborativa até 16/01/2014.

ART. 2 - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se

Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio, em 24 de Julho de 2014.

MOACIR GALENO VARELA FURTADO

Presidente

**DECRETO Nº 051/2014**

DECRETO Nº. 51/2014, 16 de Julho de 2014.

"DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, NO ORÇAMENTO VINGENTE DO HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL SANTO ANTÔNIO DE LEBON RÉGIS."

LUDOVINO LABAS, Prefeito Municipal de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e conforme Inciso II do art. 10, da Lei Municipal nº 1459/2013 de 20 de Dezembro de 2013;

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica o departamento de contabilidade do Hospital e Maternidade Municipal Santo Antônio, autorizado a proceder à suplementação no Orçamento com Iduso, Fonte e detalhamento de recursos no valor de R\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais), nas seguinte dotações orçamentárias:

Órgão	Unidade	Função	Sub função	Programa	Proj/Atividade	Elemento	Fonte Recurso	Valor R\$.
02	10	10	302	0029	2.065	3190	01.02	200.000,00
02	10	10	302	0029	2.065	3390	01.02	150.000,00

Art. 2º - Para suporte do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º deste decreto, fica utilizado no mesmo valor recursos da anulação da seguinte dotação orçamentaria.

Órgão	Unidade	Função	Sub função	Programa	Proj/Atividade	Elemento	Fonte Recurso	Valor R\$.
02	10	10	302	0029	2.065	3190	01.71	200.000,00
02	10	10	302	0029	2.065	3390	01.71	150.000,00

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário  
Registre-se, Publique-se.

Lebon Regis, 16 de julho de 2014

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios - DOM.

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Administração e Finanças

**Decreto Nº 052/2014**

DECRETO N. 52/2014, 16 de Julho de 2014

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PELO EXCESSO DE ARRECAÇÃO, NO ORÇAMENTO VINGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LEBON RÉGIS.

LUDOVINO LABAS, Prefeito Municipal de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e conforme Inciso I do art. 11, da Lei Municipal nº 1459/2013 de 20 de Dezembro de 2013;

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica o departamento de contabilidade da Prefeitura Municipal de Lebon Régis, autorizado a proceder à suplementação no Orçamento da Prefeitura Municipal com Iduso, Fonte e detalhamento de recursos no valor de R\$ 110,000,00 (cento e dez mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

Órgão	Unidade	Função	Sub função	Programa	Proj/Atividade	Elemento	Fonte Recurso	Valor R\$.
02	60	12	361	0014	2021	4490	01.62	110.000,00

Art. 2º - Para suporte do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º deste decreto, fica utilizado o excesso de arrecadação apurado até esta data, conforme iduso e fonte recurso conforme tabela baixo.

Iduso	Grupo	Especificação TCE	Valor R\$.
0		1	62

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se.

Lebon Regis, 16 de julho de 2014  
LUDOVINO LABAS  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios - DOM.

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI  
Secretária de Administração e Finanças

## Lindóia do Sul

### PREFEITURA

#### Resolução 06/2014 CMAS

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CMAS) DO MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL

#### RESOLUÇÃO Nº 06/2014

Dispõe sobre a retificação da Resolução nº 04/2014 referente ao cofinanciamento dos Serviços de Proteção Social Básica, entre o Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS) e o Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS) de Lindóia do Sul.

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), em Reunião Plenária Ordinária, realizada dia 13 de maio de 2014, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 - Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS e pela Lei Municipal nº 0252, de 15 de dezembro de 1995, que institui o Conselho Municipal de Assistência Social de Lindóia do Sul - CMAS, e

CONSIDERANDO o inciso X do artigo 121 da NOB/SUAS 2012, que dispõe sobre as atribuições precípua dos Conselhos de Assistência Social de aprovar critérios de partilha de recursos em seu âmbito de competência, respeitados os parâmetros adotados na LOAS

#### RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a partilha de recursos, provenientes do FEAS, para o cofinanciamento dos Serviços da Proteção Social Básica, por meio de recursos financeiros alocados no FMAS, no valor total de R\$ 26.678,16 (vinte e seis mil, seiscentos e setenta e oito reais, com dezesseis centavos), referente ao ano de 2014, para ser utilizado 100% (cem por cento) em custeio.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Lindóia do Sul, 29 de julho de 2014

Alan Junior Pizzatto

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

#### Resolução 07/2014 CMAS

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CMAS)  
MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL

#### RESOLUÇÃO Nº 07/2014

Dispõe a retificação da resolução nº 05/2014 referente ao Cofinanciamento dos Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade, entre o Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS) e o Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS de Lindóia do Sul.

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), em Reunião Plenária Ordinária, realizada dia 13 de maio de 2014, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 - Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS e pela Lei Municipal nº 0252, de 15 de dezembro de 1995, que institui o Conselho Municipal de Assistência Social de Lindóia do Sul - CMAS, e

CONSIDERANDO o inciso X do artigo 121 da NOB/SUAS 2012, que dispõe sobre as atribuições precípua dos Conselhos de Assistência Social de aprovar critérios de partilha de recursos em seu âmbito de competência, respeitados os parâmetros adotados na

LOAS;

**RESOLVE:**

Art. 1º Os recursos serão destinados para os Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade, segundo a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, Resolução CNAS nº 109/2009, nas modalidades de Casa Lar, dispostos da seguinte forma:

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Lindóia do Sul, 29 de julho de 2014

Alan Junior Pizzatto

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

**Extrato Pregão 51-2014**

MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL

Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 51/2014

PEDRO ARI PARIZOTTO - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul, SC, torna público que fará realizar, Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL na forma da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, para contratação de empresa para execução de serviços de conservação rodoviária (Roçada Mecanizada Costal/Limpeza Sarjetas) na malha rodoviária estadual, de abrangência do Município de Lindóia do Sul, no dia 14 de agosto de 2014, às 08:30 horas, com recebimento dos envelopes de documentos e propostas até às 08:15 horas do mesmo dia, no setor de licitações, situada na Rua Tamandaré, 98, junto ao Prédio da Prefeitura Municipal de Lindóia do Sul, SC. Neste mesmo local, no horário de expediente ou pelo site [www.lindoiadosul.sc.gov.br](http://www.lindoiadosul.sc.gov.br), poderá ser obtido a íntegra do edital, assim como, demais informações pelo telefone (0xx49) 3446.11.77.

Lindóia do Sul - SC, 30 de julho de 2014.

PEDRO ARI PARIZOTTO

Prefeito Municipal

## Luzerna

### PREFEITURA

**Lei 1246**

LEI Nº 1246 de 30 de julho de 2014.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL ALIENAR A TERCEIROS MEDIANTE LICITAÇÃO, OS BENS MÓVEIS QUE ESPECIFICA".

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte

**LEI:**

Art.1º- Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a alienar a terceiros, mediante licitação, os bens móveis abaixo relacionados, inservíveis ao serviço público municipal:

01. Mesa Acabadora Vibratória de Asfalto, niveladora que pode ser acoplada e rebocada por caminhão basculante.
02. Pipa carreta com bomba espargidora (Burro Preto), capacidade aproximada de 2500 litros de emulsão;
03. Usina de asfalto a frio que mistura brita graduada, solo brita, solo cimento, solo asfáltico e areia asfalto, equipada com um motor elétrico trifásico acoplado com embreagem, correia transportadora acionada por moto redutor, silo de agregados e bomba de asfalto;
04. Carreta graneleira sem cobertura, com estrutura em madeira, tampa dupla, rebocadora Randon SR GRT12, ano 1994;
05. Rolo compactador de chapa lisa, modelo/tipo semelhante a Dynapac CA15, Ano 1992.

Art.2º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna (SC), 30 de julho de 2014.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito Municipal

**Lei 1247**

LEI Nº 1247 de 30 de julho de 2014.

"DEFINE OS DÉBITOS E AS OBRIGAÇÕES DE PEQUENO VALOR PARA OS FINS PREVISTOS NO ART. 100, §§ 3º E 4º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, E ART. 78 DO ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte

**LEI:**

Art.1º- Ficam definidos como de pequeno valor, para os fins do disposto nos §§ 3º e 4º do art. 100 da Constituição Federal e no art. 78 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, os débitos ou obrigações da Administração Direta do Município, oriundos de sentenças judiciais transitadas em julgado, cujo montante não exceda a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), independentemente da natureza do crédito.

§1º- O valor estabelecido no "caput" será corrigido anualmente, no mês de janeiro de cada exercício, de acordo com a variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC/IBGE.



§2º- O valor estabelecido no "caput" deste artigo refere-se ao crédito total da sentença exequenda, independentemente do número de credores.

Art.2º- Os débitos e as obrigações tratados nesta Lei, individualizados por ação judicial, deverão atender ao limite estabelecido na data em que for apresentado o requerimento para pagamento perante a Fazenda Pública Municipal.

Art. 3º- O crédito deverá ser pago de acordo com as disponibilidades orçamentárias e financeiras do Município, observada a ordem cronológica de sua apresentação, instruída com certidão ou documento que comprove o trânsito em julgado do respectivo processo e a liquidez da obrigação.

Art.4º- Se o valor da execução ultrapassar o limite estabelecido no art. 1º desta Lei, o pagamento far-se-á por meio de precatório, sendo facultada ao credor a renúncia ao valor excedente, porventura existente, e que seja oriundo do mesmo Processo, nos termos do Parágrafo Único do art. 87 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Art.5º- Fica vedada a expedição de precatório complementar ou suplementar de valor pago, bem como fracionamento, repartição ou quebra do valor da execução.

Art.6º- As despesas provenientes desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

Art.7º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Luzerna (SC), 30 de julho de 2014.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito Municipal

## Lei 1248

LEI Nº 1248 de 30 de julho de 2014.

"CRIA O FUNDO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE DEFESA CIVIL (FUMDEC) DO MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art.1º- Fica criado, o FUNDO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE DEFESA CIVIL do MUNICÍPIO DE LUZERNA (FUMDEC), vinculado ao Gabinete do Prefeito, o qual será administrado pelo Coordenador Municipal de Proteção e Defesa Civil e por uma Comissão Gestora.

Parágrafo Único - O FUMDEC tem duração indeterminada, natureza contábil e gestão autônoma.

Art.2º- Fica instituída a Comissão Gestora do FUMDEC, composta pelo Prefeito Municipal e pelos 4 (quatro) membros adiante nominados:

- Coordenador Municipal de Proteção e de Defesa Civil - COMPDEC;

- Um representante da Secretaria de Obras e Serviços;

- Um representante da Secretaria de Saúde e Bem Estar Social;

- Um representante do Corpo de Bombeiros Militar.

Parágrafo Único - Os membros da Comissão não serão remunerados a qualquer título, entretanto, as atividades desenvolvidas serão consideradas como serviços públicos relevantes.

Art.3º- O FUMDEC tem por finalidade captar, controlar e aplicar recursos financeiros, de modo a garantir a execução de ações preventivas de socorro e de assistência emergencial às populações atingidas por desastres.

Art.4º- Compete ao órgão gestor do FUMDEC:

I - administrar recursos financeiros;

II - cumprir as instruções e executar as diretrizes estabelecidas pela COMPDEC;

III - prestar contas da gestão financeira; e

IV - desenvolver outras atividades determinadas pelo Coordenador Municipal de Proteção e de Defesa Civil e do Chefe do Executivo Municipal compatíveis com os objetivos do FUMDEC.

Art.5º- As receitas do FUMDEC serão constituídas por:

I- dotações orçamentárias consignadas anualmente no Orçamento Geral do Município e os créditos adicionais que lhe forem atribuídos;

II - recursos transferidos da União, Estado ou Município;

III - auxílios, as dotações, subvenções e contribuições de entidades públicas ou privadas, nacional ou estrangeira, destinados à prevenção de desastres, socorro, assistência e reconstrução;

IV - recursos provenientes de doações e contribuições de pessoas físicas e jurídicas;

V - remuneração decorrente de aplicação no mercado financeiro;

VI-saldos dos créditos extraordinários e especiais, abertos em decorrência de calamidade pública, não aplicados e ainda disponíveis; e

VII - outros recursos que lhe forem atribuídos.

Parágrafo Único - Os recursos do FUMDEC são movimentados em conta corrente específica aberta junto a Banco oficial sediado no Município de Luzerna, sendo o saldo positivo do Fundo apurado em balanço transferido para o exercício seguinte, a crédito do mesmo Fundo.

Art.6º- Compete à COMPDEC, além de supervisionar e fiscalizar os recursos empregados pelo FUMDEC:

I - fixar as diretrizes operacionais do FUMDEC;

II-ditar normas e instruções complementares disciplinadoras da aplicação de recursos financeiros disponíveis;

III - sugerir o plano de aplicação para o exercício seguinte;

IV - disciplinar e fiscalizar o ingresso de receitas;

V - decidir sobre a aplicação dos recursos;

VI - analisar e aprovar mensalmente as contas do FUMDEC;

VII- promover o desenvolvimento do FUMDEC e exercer ações para que seus objetivos sejam alcançados;

VIII - apresentar, anualmente, relatório de suas atividades;

IX - definir critérios para aplicação de recursos nas ações preventivas; e

X - fazer a contabilidade do FUMDEC.

Art.7º- As dotações orçamentárias do FUMDEC serão consignadas anualmente no Orçamento Geral do Município.

Art.8º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 30 de julho de 2014.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito Municipal

**Mafra****PREFEITURA****Nova Data de Abertura - Edital de Pregão Presencial - Registro de Preços Nº 117/2014**

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA

ESTADO DE SANTA CATARINA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 117/2014

(NOVA DATA DE ABERTURA)

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de peças, baterias e Mão de Obra Mecânica e Elétrica, destinados a frota do corpo de Bombeiros Militar de Mafra, conforme quantidades e especificações constantes do Anexo I - TERMO DE REFERÊNCIA. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 08h30hr do dia 15/08/2014, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, na Praça Desembargador Flávio Tavares, nº 12, Centro. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:00 horas pelos Fones (47) 3641-4003 ou 4061.

Mafra (SC), 30 de julho de 2014.

Roberto Agenor Scholze      Fabiano Maurício Kalil  
Prefeito Municipal          Pregoeiro Municipal

**Maracajá****PREFEITURA****Portaria 262/2014**

PORTARIA Nº. 262 DE 2 DE JUNHO DE 2014.

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO.

WAGNER DA ROSA, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso das atribuições previstas no artigo 73, VII, da Lei Orgânica do Município e artigo 91 da Lei Complementar Nº. 01 de 07/10/97,

RESOLVE,

Art. 1º Conceder férias ao servidor que se relaciona:

Lucio Antonio Gaspar, ocupante do Cargo de Administrador do Cemitério Municipal, referente ao período aquisitivo de 2/1/2013 a 1º/1/2014, com gozo em 2/6/2014 e término em 1º/7/2014.  
Vanderlei Serafim Martins, ocupante do Cargo de Chefe da Divisão de Obras, referente ao período aquisitivo de 2/5/2013 a 1º/5/2014, com gozo em 2/6/2014 e término em 1º/7/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Maracajá,  
em 2 de junho de 2014.

WAGNER DA ROSA  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 2 de junho de 2014.

VALMIR CARRADORE

Secretário de Administração

**Portaria 279/2014**

Portaria nº 279 de 3 de julho de 2014.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de sua competência que lhe confere a Lei nº 914 de 13 de dezembro de 2012, Art. 2º, IV,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, a partir do dia 2 de julho de 2014, MURILO MANOEL DA SILVA FREITAS, brasileiro, maior, nascido em 12 de setembro de 1989, inscrito no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 068.909.069-26, para exercer o cargo de Professor - ACT, 20 horas, ref. MAG 80%, no período de 2 de julho de 2014 podendo vigorar até 19 de dezembro de 2014 para preenchimento de vaga excedente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 2 de julho de 2014.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 3 de julho de 2014.

WAGNER DA ROSA  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 3 de julho de 2014.

VALMIR CARRADORE

Secretário de Administração

**Portaria 280/2014**

Portaria nº 280 de 7 de julho de 2014.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de sua competência que lhe confere a Lei nº 914 de 13 de dezembro de 2012, Art. 2º,

**RESOLVE**

Art. 1º Nomear JOSÉ ADELINO WATERKEMPER, brasileiro, maior, nascido em 12 de setembro de 1966, inscrito no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 591.520.609-34, para exercer o cargo de Motorista II - ACT, 40 horas, no período de 7 de julho de 2014 podendo vigorar até 19 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 7 de julho de 2014.

WAGNER DA ROSA

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 7 de julho de 2014.

VALMIR CARRADORE

Secretário de Administração

**Portaria 281/2014**

Portaria nº 281 de 7 de julho de 2014.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de sua competência que lhe confere a Lei nº 914 de 13 de dezembro de 2012, Art. 2º, IV,

**RESOLVE**

Art. 1º Nomear LAYS LAURENTINO COSTA, brasileira, maior, nascida em 15 de outubro de 1990, inscrita no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 080.082.379-61, para exercer o cargo de Professor - ACT, 20 horas, ref. LP-1A, no período de 1º de julho de 2014 podendo vigorar até 19 de dezembro de 2014, para preenchimento de vaga excedente na E.E.B.M. Encruzo do Barro Vermelho.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 1º de julho de 2014.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 7 de julho de 2014.

WAGNER DA ROSA

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 7 de julho de 2014.

VALMIR CARRADORE

Secretário de Administração

**Portaria 282/2014**

PORTARIA Nº. 282 DE 10 DE JULHO DE 2014.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA ABAIXO RELACIONADA.

WAGNER DA ROSA, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso das atribuições previstas no artigo 73, VII, da Lei Orgânica do Município e artigo 91 da Lei Complementar Nº. 01 de 07/10/97,

**RESOLVE,**

Art. 1º Conceder férias a servidora Ivonete de Oliveira Capela, ocupante do Cargo de Diretora do Departamento de Assistência

e Bem Estar Social, referente ao período aquisitivo de 1º/9/2012 à 31/8/2013, com gozo em 17/7/2014 e término em 31/7/2014.

Art. 2º Nos termos do §2º do art. 91 da Lei Complementar nº 01, 07 de outubro de 1997, fica convertido 15 (quinze) dias de férias da servidora supra em abono pecuniário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 10 de julho de 2014.

WAGNER DA ROSA

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 10 de julho de 2014.

VALMIR CARRADORE

Secretário de Administração

**Portaria 283/2014**

PORTARIA Nº. 283 DE 10 DE JULHO DE 2014.

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR ABAIXO RELACIONADO.

WAGNER DA ROSA, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso das atribuições previstas no artigo 73, VII, da Lei Orgânica do Município e artigo 91 da Lei Complementar Nº. 01 de 07/10/97,

**RESOLVE,**

Art. 1º Conceder férias ao servidor Lindomar Marques, ocupante do Cargo de Diretor de Transportes, referente ao período aquisitivo de 21/6/2013 à 20/6/2014, com gozo em 1º/7/2014 e término em 10/7/2014.

Art. 2º Nos termos do §2º do art. 91 da Lei Complementar nº 01, 07 de outubro de 1997, fica convertido 20 (vinte) dias de férias do servidor supra em abono pecuniário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 1º de julho de 2014.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 10 de julho de 2014.

WAGNER DA ROSA

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 10 de julho de 2014.

VALMIR CARRADORE

Secretário de Administração

**Portaria 284/2014**

PORTARIA Nº. 284 DE 10 DE JULHO DE 2014.

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR ABAIXO RELACIONADO.

WAGNER DA ROSA, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso das atribuições previstas no artigo 73, VII, da Lei Orgânica do Município e artigo 91 da Lei Complementar Nº. 01 de 07/10/97,

**RESOLVE,**

Art. 1º Conceder férias ao servidor José Carlos Elias, ocupante do Cargo de Vigia, referente ao período aquisitivo de 2/1/2013 à 1º/1/2014, com gozo em 9/7/2014 e término em 18/7/2014.



Art. 2º Nos termos do §2º do art. 91 da Lei Complementar nº 01, 07 de outubro de 1997, fica convertido 20 (vinte) dias de férias do servidor supra em abono pecuniário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 9 de julho de 2014.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 10 de julho de 2014.

WAGNER DA ROSA

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 10 de julho de 2014.

VALMIR CARRADORE

Secretário de Administração

### **Portaria 285/2014**

Portaria Nº 285, de 10 de julho de 2014.

EXONERA A SERVIDORA PÚBLICA.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de sua competência que lhe confere a Lei 914 de 13 de dezembro de 2012,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a servidora pública nomeada para exercer o cargo de Auxiliar de Ensino de Educação Infantil - ACT, TÂNIA MARIA DA SILVA PEREIRA DE CAMARGO CPF 458.237.669-04, matrícula Nº 1836, nascida em 14 de agosto de 1960.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação.

Art. 3º Revogam-se às disposições em contrário, em especial a Portaria nº 253/2014.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 10 de julho de 2014.

WAGNER DA ROSA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 10 de julho de 2014.

VALMIR CARRADORE

Secretário de Administração

### **Portaria 286/2014**

PORTARIA Nº 286 DE 10 DE JULHO DE 2014.

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA TATIANE MARIA PEREIRA.

WAGNER DA ROSA, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso das atribuições previstas no artigo 73, VII, da Lei Orgânica do Município e artigo 102 da Lei Complementar Nº 01 de 07/10/97,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Prêmio a servidora pública Tatiane Maria Pereira, referente ao período de 14/2/2008 à 13/2/2013.

Art. 2º A Licença Prêmio, conforme prevê a Lei Complementar Nº 01 de 07/10/97, é de 30 dias e iniciará em 14/7/2014 à 12/8/2014.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 10 de julho de 2014.

WAGNER DA ROSA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal em 10 de julho de 2014.

VALMIR CARRADORE

Secretário de Administração

### **Portaria 287/2014**

PORTARIA Nº 287 DE 10 DE JULHO DE 2014.

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA MARIA HELENA MEDEIROS DOS SANTOS.

WAGNER DA ROSA, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso das atribuições previstas no artigo 73, VII, da Lei Orgânica do Município e artigo 102 da Lei Complementar Nº 01 de 07/10/97,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Prêmio a servidora pública Maria Helena Medeiros dos Santos, referente ao período de 22/8/2008 à 20/8/2013.

Art. 2º A Licença Prêmio, conforme prevê a Lei Complementar Nº 01 de 07/10/97, é de 30 dias e iniciará em 10/7/2014 à 8/8/2014.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 10 de julho de 2014.

WAGNER DA ROSA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal em 10 de julho de 2014.

VALMIR CARRADORE

Secretário de Administração

### **Portaria 288/2014**

PORTARIA Nº. 288 DE 10 DE JULHO DE 2014.

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR ABAIXO RELACIONADO.

WAGNER DA ROSA, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso das atribuições previstas no artigo 73, VII, da Lei Orgânica do Município e artigo 91 da Lei Complementar Nº. 01 de 07/10/97,

RESOLVE,

Art. 1º Conceder férias ao servidor Alacide Luiz Rocha, ocupante do Cargo de Diretor de Obras, Habitação e Serviços Urbanos, referente ao período aquisitivo de 3/6/2013 à 2/6/2014, com gozo em 10/7/2014 e término em 19/7/2014.

Art. 2º Nos termos do §2º do art. 91 da Lei Complementar nº 01, 07 de outubro de 1997, fica convertido 20 (vinte) dias de férias do servidor supra em abono pecuniário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 10 de julho de 2014.

WAGNER DA ROSA

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 10 de julho de 2014.

VALMIR CARRADORE

Secretário de Administração

**Portaria 289/2014**

Portaria Nº 289 de 10 de julho de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MARACAJÁ, no uso de sua competência que lhe confere a Lei Nº 814 de 8 de setembro de 2010,

Considerando a necessidade em caráter de urgência da contratação de um Técnico de Enfermagem para atuar junto ao PSF,

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear, a partir do dia 1º de julho de 2014, em caráter temporário BARBARA BARCELOS ROSA, brasileira, maior, nascida em 9 de dezembro de 1980, portadora da Cédula de Identidade nº 4.209.955, inscrita no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob nº 005.772.489-01, para exercer o cargo de Técnico em Enfermagem, do Quadro Temporário de Pessoal do Poder Executivo, enquanto durar a Licença da Técnica de Enfermagem Silvana Bilésimo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 1º de julho de 2014.

Prefeitura Municipal de Maracajá, 10 de julho de 2014.

WAGNER DA ROSA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria, na Secretária de Administração, em 10 de julho de 2014.

VALMIR CARRADORE

Secretário de Administração

**Decreto 40/2014**

Decreto nº 40 de 28 de MAIO de 2014.

HOMOLOGA O EDITAL DE PROCESSO SELETIVO EMERGENCIAL 001/2014 PARA INVESTIDURA EM CARGOS PÚBLICOS, EM CARÁTER TEMPORÁRIO NO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ, ESTADO DE SANTA CATARINA.

WAGNER DA ROSA, Prefeito Municipal de Maracajá, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal, em especial o art.73,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica homologado o Edital de Processo Seletivo Emergencial Nº 001/2014 para a contratação temporária no Departamento de Esportes do Município de Maracajá para atender ao Programa de Esporte e lazer na Cidade - PELC (Ministério do Esporte).

Art. 2º Determina a publicação de todas as alterações do edital 001/2014.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam Revogadas as disposições em contrário.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito, 28 de Maio de 2014.

Wagner da Rosa

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração Municipal em 28 de Maio de 2014.

Valmir Carradore

Secretário de Administração

**Massaranduba****PREFEITURA****Decreto Nº 2946 de 28 de Julho de 2014**

DECRETO Nº 2946 DE 28 DE JULHO DE 2014

Abre Créditos Suplementares

O Prefeito Municipal de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 1547 de 04 de Novembro de 2013, DECRETA:

Art.1º. Ficam abertos os créditos adicionais suplementares no valor de R\$ 110.000,00 (Cento e dez mil reais) no programas e verbas abaixo discriminados:

0500 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES E TURISMO

0506 - GERENCIA DE ESPORTES

0506.027.812.0132.2068 - Manutenção do Complexo Esportivo Municipal

0506 - 31900000 - Aplicações Diretas

0506 - 10000 - Recursos Ordinários ..... R\$ 20.000,00

0506 - 33900000 - Aplicações Diretas

0506 - 10000 - Recursos Ordinários..... R\$ 30.000,00

0900 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO-AMBIENTE

0901 - GERENCIA DE AGRICULTURA

0901.020.604.0151.2076 - Apoio a Produção Agropecuária

0901 - 31900000 - Aplicações Diretas

0901 - 10000 - Recursos Ordinários ..... R\$ 15.000,00

0901.020.606.0151.2078 - Assistência ao Produtor Rural

0901 - 33900000 - Aplicações Diretas

0901 - 10000 - Recursos Ordinários ..... R\$ 45.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender os créditos acima especificados, decorrerão do Excesso de Arrecadação apurado no exercício de 2014.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Massaranduba, em 28 de Julho de 2014

MÁRIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

CAMILA ROSSI

Gerente do Procon

# Modelo

## PREFEITURA

### Portaria Nº 111/2014

PORTARIA Nº 0111/2014 de 02.07.2014.

DISPOE SOBRE O PAGAMENTO RELATIVO CONVERSÃO EM DINHEIRO DO PRÊMIO ASSIDUIDADE, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial de conformidade com a Lei Municipal nº 1.513/2002 e demais normas legais que dispõem sobre a matéria,  
Considerando

#### RESOLVE:

Art.1º - Fica estabelecido que o pagamento de conversão em dinheiro do Prêmio Assiduidade, a que fazem jus os servidores municipais, de conformidade com as disposições da Lei Municipal 1513/02, serão autorizados os requerimentos para pagamento até 31 de agosto de 2014.

Parágrafo Único: A concessão do Premio Assiduidade requerido após a data de que trata o caput deste artigo, observadas as disposições legais, serão incluídos para pagamento a partir de 01 de janeiro de 2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC,  
aos 02 de julho de 2014.  
RICARDO LUIS MALDANER  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI  
CHEFE DE SETOR

### Decreto Nº 227/2014

Estado de Santa Catarina  
MUNICIPIO DE MODELO  
CNPJ 83021832/0001-11

DECRETO Nº 227/2014 DE 25/07/2014

DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO PARA FINS DE ATUALIZAÇÃO DA PLANTA GENÉRICA DE VALORES DO MUNICÍPIO DE MODELO DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo SC, no uso das atribuições legais, em especial de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 1.324/97 - Código Tributário Municipal,

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica DESIGNADA a Comissão de Avaliação para fins fixação de valores da Planta Genérica de Valores do Município de Modelo de conformidade com as determinações legais específicas que regem a matéria, composta pelos seguintes membros:

ADILSON BRAUN- PRESIDENTE  
VALENIO KOTTWITZ  
GILMAR FRIGO  
GILMAR VOGEL  
KÁTIA RAGAZZON  
GILDO BATTISTI  
GILBERTO SIGNOR  
MIRTES CASTAMANN  
GIOVANDRO LAZARETTI

Art. 2º - As atribuições da Comissão serão de proceder a avaliação de imóveis localizados no Município de Modelo- SC, para fins de atualização de valores dos cadastros imobiliários, de acordo com o Código Tributário Municipal, Lei Municipal 1324/1997.

Art. 3º - As atribuições da comissão serão consideradas de caráter relevante, não lhe atribuindo qualquer remuneração e nem a geração de vínculo empregatício ou trabalhista.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 5º - Revogam-se às disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo aos 25 de Julho de 2014.  
RICARDO LUIS MALDANER  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra:

SIRLEI VEIGA HAMERSCHMITT  
AUDITORA/FISCAL TRIBUTÁRIO

### Edital de Notificação de Laudo de Avaliação Imobiliária 1/14

EDITAL 002/2014

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LAUDO DE AVALIAÇÃO IMOBILIÁRIA.

NOTIFICA OS PROPRIETÁRIOS DE LOTES URBANOS DE EXECUÇÃO DE OBRAS PUBLICAS PARA FINS IMPGNAÇÃO DO LAUDO DE AVALIAÇÃO IMOBILIÁRIA

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo - SC, no uso das atribuições legais, de conformidade com a legislação vigente, especialmente dos artigos 81 e 82 da Lei n. 5.172/66 - Código Tributário Nacional, no Decreto-Lei nº 195/67, na Lei Orgânica Municipal e no Código Tributário Municipal/Lei Municipal nº 1.324/1997, e Lei Complementar 2090/2013 que dispõe sobre a cobrança da contribuição de melhorias.

FAZ SABER a quem interessar possa que o Município de Modelo SC, publica EDITAL notificando os proprietários de imóveis situados nas zonas beneficiadas da execução de obras públicas, conforme disposto neste Edital 002/2014 para fins de IMPUGNAÇÃO ao Laudo de Avaliação Imobiliária publicado em 12 de Agosto de 2013, de conformidade com os itens a seguir relacionados:

#### 1- DO LAUDO DE VALORIZAÇÃO IMOBILIÁRIA:

Com base em análise efetuada pela Comissão Municipal de Avaliação instituída pelo Decreto 056/2013, publicado em Mural Público na data de 12 de Agosto de 2013, foi efetuado Laudo de Avaliação Imobiliária dos imóveis a serem beneficiadas pela execução de obra pública de Pavimentação Asfáltica sobre Pedras Irregulares, realizada nas Ruas: Dom Bosco- Trecho compreendido entre a Rua do Comércio e a Rua XV de Novembro; Rua 12 de Outubro- Trecho compreendido entre a Rua José Bonifácio e a Rua XV de Novembro e Rua José Bonifácio- Trecho compreendido entre a Rua Duque de Caxias e Rua Dom Bosco :

Rua José Bonifácio:

PROPRIETÁRIO	CAD.	QUADRA	LOTE	Valor Avaliado R\$
MUNICIPIO DE MODELO	250-0	20	25	270.000,00
HARRI LINKE	248-0	20	04	200.000,00
IDO E ERALDO FACCO	247-0	20	05	70.000,00
GILMAR FRIGO (ESQ)	246-0	20	P06	145.000,00
VALDEMAR KOTHE	202-0	20A	06A	240.000,00
NOEMIA LANG	203-0	20A	05A	105.000,00
ELVIO ANTONIO CESCO	204-0	20A	04A	70.000,00
MARIO ALFREDO LAUXEN	205-0	20A	03A	40.000,00
JACINTO LUIZ SCHUH	206-0	20A	02A	80.000,00
JOÃO DARCI CHAVES	207-0	20A	01D	50.000,00
VALDEMAR FERREIRA DA LUZ	208-0	20A	01C	25.000,00
GERSON PAINI	199-0	17	04	140.000,00
JOÃO GILBERTO SCHWAAB	198-0	17	06	95.000,00
LEOCIR JOSE CANTELLI	197-0	17	08	95.000,00
LINEU SCHLINDWEIN	196-0	17	10	95.000,00
ARNALDO MANS	210-0	17A	01	50.000,00
MUNICÍPIO DE MODELO	209-0	17A	1A	30.000,00

Rua Dom Bosco:

PROPRIETÁRIO	CAD.	QUADRA	LOTE	Valor Avaliado R\$
SERVINO ALBANI	433-0	34	40	400.000,00
MUNICÍPIO DE MODELO	214-0	17A	04	70.000,00
MAURÍ JOSÉ ELOY (ESQ)	195-0	17	12A	105.000,00
VILMAR BARRO	194-0	17	12A	120.000,00
DIRCEU FANTIN	192-0	17	11	280.000,00
JACOB VILIBALDO ERDTAHL	471-0	36	P41	120.000,00
ARNILDO FREY	817-0	36	P41	65.000,00
TEREZA JABONSKI CORRADI	2201-0	36	P41	95.000,00
MARIA DE LOURDES FERNANDES	184-0	16	01	95.000,00
MARIO INACIO ENGEL	175-0	15	02	120.000,00
IGREJA ASSEMBLEIA DE DEUS	174-0	15	01	150.000,00

Rua 12 de Outubro:

PROPRIETÁRIO	CAD.	QUADRA	LOTE	Valor Avaliado R\$
EVANDRO MARCELO DE OLIVEIRA	245-0	20	03	240.000,00
WILSON JUNG	188-0	17	01	100.000,00
HELIO FRANCISCO FLOSS	200-0	17	P02	70.000,00

CLEILAMAR BIAZEBETTI (ESQ.)	1094-0	17	P02	160.000,00
-----------------------------	--------	----	-----	------------

## 2 - DA IMPUGNAÇÃO:

2.1 - É facultado aos contribuintes acima relacionados, reclamar/impugnar qualquer dos elementos e itens constantes do presente edital, devendo no documento da impugnação/reclamação indicar o fato e os fundamentos jurídicos do pedido, suas especificações, as provas documentais e testemunhais com que pretende demonstrar a verdade dos fatos alegados e, em especial, poderá impugnar perante a Autoridade Administrativa de primeira instância, em face de erro na localização e dimensões do imóvel, do cálculo dos índices atribuídos e do valor da avaliação.

2.2 O prazo para interpor a reclamação à Autoridade competente, mediante protocolo no Setor de Tributos do município de Modelo/SC, é de até 30 (trinta) dias a contar do primeiro dia útil seguinte à data da publicação do presente edital, cabendo ao contribuinte o ônus da prova, sem prejuízo do exame pelo Poder Judiciário.

2.3 - Serão consideradas peremptas as reclamações/impugnações interpostas fora do prazo concedido no item retro.

## 3 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

3.1 - Fica fixado o prazo de 30 (trinta) dias para a impugnação pelos proprietários, de qualquer dos elementos supracitados, cabendo ao impugnante o ônus da prova, conforme o que dispõe o Capítulo XII - Contribuição de Melhoria - Lei Municipal 1.324/1997.

3.2 - A Contribuição de Melhoria tem por fato gerador a realização de obras públicas.

3.3 - Ficam notificados os contribuintes abrangidos por este Edital das disposições legais, relativas à matéria, em especial das constantes no Capítulo XII Contribuição de Melhoria - Lei Municipal nº 1324/1997 - Código Tributário Municipal e Lei Municipal Complementar nº 2.090/2013.

11.5 - Aplicam-se integralmente as disposições do Código Tributário Municipal/Lei Municipal nº 1324/1997 ao presente Edital.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo aos 18 de Julho de 2014.  
RICARDO LUIS MALDANER  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e Publicado na data supra:

SIRLEI VEIGA HAMERSCHMITT  
AUDITORA/FISCAL TRIBUTÁRIO

RREO Anexo 01 Sem. 01/2014

Página: 1 de 5  
30/07/2014 15:42

Prefeitura Municipal de Modelo-SC  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**Balanco Orçamentário**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Junho 2014/Bimestre Maio-Junho

RREO - ANEXO I (LRF, Art.52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)							R\$ 1,00
RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
<b>RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(I)</b>	<b>28.979.614,23</b>	<b>28.979.614,23</b>	<b>3.455.635,37</b>	<b>11,92</b>	<b>8.493.575,34</b>	<b>29,31</b>	<b>20.486.038,89</b>
Recetas Correntes	19.625.114,23	19.625.114,23	2.536.369,10	12,92	7.430.724,11	37,86	12.194.390,12
Receta Tributária	1.446.740,00	1.446.740,00	173.699,90	12,01	383.149,20	26,48	1.063.590,80
Impostos	918.540,00	918.540,00	144.845,89	15,77	300.657,36	32,73	617.882,64
Taxas	278.200,00	278.200,00	28.854,01	10,37	82.491,84	29,65	195.708,16
Contribuição de Melhoria	250.000,00	250.000,00	-	-	-	-	250.000,00
Receta De Contribuições	338.690,00	338.690,00	20.723,24	6,12	49.223,19	14,53	289.466,81
Contribuições Econômicas	338.690,00	338.690,00	20.723,24	6,12	49.223,19	14,53	289.466,81
Receta Patrimonial	111.600,00	111.600,00	10.957,74	9,82	22.762,53	20,40	88.837,47
Recetas De Valores Mobiliários	106.600,00	106.600,00	10.957,74	10,28	22.762,53	21,35	83.837,47
Outras Recetas Patrimoniais	5.000,00	5.000,00	-	-	-	-	5.000,00
Receta Agropecuária	5.000,00	5.000,00	-	-	-	-	5.000,00
Outras Recetas Agropecuárias	5.000,00	5.000,00	-	-	-	-	5.000,00
Receta Industrial	10.000,00	10.000,00	-	-	-	-	10.000,00
Recetas Da Indústria De Transformação	10.000,00	10.000,00	-	-	-	-	10.000,00
Receta De Serviços	180.000,00	180.000,00	20.787,63	11,55	58.159,39	32,31	121.840,61
Transferências Correntes	17.228.084,23	17.228.084,23	1.994.482,97	11,58	5.809.016,28	33,72	11.419.067,95
Transferências Intergovernamentais	16.353.596,00	16.353.596,00	1.992.167,89	12,18	5.801.289,88	35,47	10.552.306,12
Transferências De Pessoas	50.000,00	50.000,00	2.315,08	4,63	6.442,96	12,89	43.557,04
Transferências De Convenios	824.488,23	824.488,23	-	-	1.283,44	0,16	823.204,79
Outras Recetas Correntes	305.000,00	305.000,00	315.717,62	103,51	1.108.413,52	363,41	-803.413,52
Multas E Juros De Mora	113.000,00	113.000,00	6.456,12	5,71	18.570,89	16,43	94.429,11
Indenizações E Restituições	20.000,00	20.000,00	308.524,82	1.542,62	1.084.181,68	5.420,91	-1.064.181,68
Receta Da Dívida Ativa	157.000,00	157.000,00	1.322,14	0,84	4.259,41	2,71	152.740,59
Recetas Correntes Diversas	15.000,00	15.000,00	-585,46	-3,90	1.401,54	9,34	13.598,46

Prefeitura Municipal de Modelo-SC  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**Balanco Orçamentário**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Junho 2014/ Bimestre Maio-Junho

R\$ 1,00							
RREO - ANEXO (LRF, Art.52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)							
RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS				SALDO
			No Bimestre (b)	%(b/a)	Até o Bimestre (c)	%(c/a)	
Recetas De Capital	9.354.500,00	9.354.500,00	919.266,27	9,83	1.062.851,23	11,36	8.291.648,77
Operac s De Credito	1.000.000,00	1.000.000,00	-	-	-	-	1.000.000,00
Operac s De Credito Internas	1.000.000,00	1.000.000,00	-	-	-	-	1.000.000,00
Alienacao De Bens	550.000,00	550.000,00	-	-	-	-	550.000,00
Alienacao De Bens Moveis	400.000,00	400.000,00	-	-	-	-	400.000,00
Alienacao De Bens Imoveis	150.000,00	150.000,00	-	-	-	-	150.000,00
Amortizac s De Empréstimos	10.000,00	10.000,00	-	-	-	-	10.000,00
Transferencias De Capital	7.354.500,00	7.354.500,00	919.266,27	12,50	1.062.851,23	14,45	6.291.648,77
Transferências Intergovernamentais	4.432.000,00	4.432.000,00	919.266,27	20,74	1.062.851,23	23,98	3.369.148,77
Transferências de Convênios	2.922.500,00	2.922.500,00	-	-	-	-	2.922.500,00
Outras Receitas De Capital	440.000,00	440.000,00	-	-	-	-	440.000,00
Outras Receitas	440.000,00	440.000,00	-	-	-	-	440.000,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(II)	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS RECEITAS(III)=(I+II)	28.979.614,23	28.979.614,23	3.455.635,37	11,92	8.493.575,34	29,31	20.486.038,89
OPERAÇÕES DE CRÉDITO-REFINANCIAMENTO(IV)							
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO(V)=(III+IV)	28.979.614,23	28.979.614,23	3.455.635,37	11,92	8.493.575,34	29,31	20.486.038,89
DÉFICIT(VI)	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL(VII)=(V+VI)	28.979.614,23	28.979.614,23	3.455.635,37	11,92	8.493.575,34	29,31	20.486.038,89
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-	-	-	-



Página: 3 de 5  
30/07/2014 15:42

Prefeitura Municipal de Modelo-SC  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**Balanco Orçamentário**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Junho 2014/ Bimestre Maio-Junho

RREO - ANEXO (LRF, Art.52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)									R\$ 1,00
<b>(UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)</b>									
Superávit Financeiro		-	-	-	-	-	-	-	-
Reabertura de Créditos Adicionais		-	-	-	-	-	-	-	-



Prefeitura Municipal de Modelo-SC  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**Balanco Orçamentário**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Junho 2014/ Bimestre Maio-Junho

RREO - ANEXO (LRF, Art.52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)

R\$ 1,00

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)=(d+e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (f-g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre	
								% (g/f)
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(VII)</b>	<b>28.979.614,23</b>	<b>-</b>	<b>28.979.614,23</b>	<b>3.457.398,87</b>	<b>11.280.247,14</b>	<b>2.796.894,22</b>	<b>6.837.167,44</b>	<b>23,59</b>
<b>Despesas Correntes</b>	<b>16.866.614,23</b>	<b>-212.500,00</b>	<b>16.654.114,23</b>	<b>2.358.066,07</b>	<b>8.399.851,31</b>	<b>2.123.817,96</b>	<b>5.710.686,16</b>	<b>34,29</b>
Pessoal e Encargos Sociais	7.354.200,00	-440.000,00	6.914.200,00	951.796,89	2.905.803,33	941.539,02	2.861.654,71	41,39
Juros e Encargos Da Dívida	50.000,00	-	50.000,00	-	23.900,00	1.230,29	4.546,90	9,09
Outras Despesas Correntes	9.462.414,23	227.500,00	9.689.914,23	1.406.269,18	5.470.147,98	1.181.048,65	2.844.484,55	29,36
<b>Despesas De Capital</b>	<b>11.893.000,00</b>	<b>212.500,00</b>	<b>12.105.500,00</b>	<b>1.099.332,80</b>	<b>2.880.395,83</b>	<b>673.076,26</b>	<b>1.126.481,28</b>	<b>9,31</b>
Investimentos	11.503.000,00	248.500,00	11.751.500,00	1.099.332,80	2.604.395,83	652.356,72	1.045.851,19	8,90
Inversões Financeiras	70.000,00	-36.000,00	34.000,00	-	-	-	-	-
Amortização/Refinanciamento Da Dívida	320.000,00	-	320.000,00	-	276.000,00	20.719,54	80.630,09	25,20
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	<b>190.000,00</b>	<b>-</b>	<b>190.000,00</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(IX)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS(XI)(VIII+X)</b>	<b>28.979.614,23</b>	<b>-</b>	<b>28.979.614,23</b>	<b>3.457.398,87</b>	<b>11.280.247,14</b>	<b>2.796.894,22</b>	<b>6.837.167,44</b>	<b>23,59</b>
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO(XI)</b>								
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL C/ REFINANCIAMENTO(XII)=(X+XI)</b>	<b>28.979.614,23</b>	<b>-</b>	<b>28.979.614,23</b>	<b>3.457.398,87</b>	<b>11.280.247,14</b>	<b>2.796.894,22</b>	<b>6.837.167,44</b>	<b>23,59</b>
<b>SUPERÁVIT(XIII)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.656.407,90</b>	<b>-</b>
<b>TOTAL(XIV)=(XIII-XIII)</b>	<b>28.979.614,23</b>	<b>-</b>	<b>28.979.614,23</b>	<b>3.457.398,87</b>	<b>11.280.247,14</b>	<b>2.796.894,22</b>	<b>8.493.575,34</b>	<b>29,31</b>

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 30/Jul/2014, 15h e 41m.

Página: 5 de 5  
30/07/2014 15:42

Prefeitura Municipal de Modelo-SC  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**Balanco Orçamentário**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Junho 2014/ Bimestre Maio-Junho

R\$ 1,00

RREO - ANEXO (LRF, Art.52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)

RICARDO LUIS MALDANER	JANICE MARTINI MULLER	CARLA LUISA ALEXIUS MARTINI
PREFEITO MUNICIPAL	CONTADORA CRC 11983	AGENTE DE CONTROLE INTERNO

RREO ANEXO 02 SEM. 01/2014

Página: 1 de 3  
30/07/2014 15:45

Prefeitura Municipal de Modelo - SC  
Relatório Resumido de Execução Orçamentária  
**Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção**  
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Junho 2014/Bimestre Maio-Junho

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas			Saldo	
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	%(b/Total b)	%(b/a)	(a-b)
RREO - ANEXO II(LRF, Art. 52, inciso II, alínea 'c')									R\$ 1,00
DESPESAS(EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(I)	28.979.614,23	28.979.614,23	3.457.398,87	11.280.247,14	2.796.894,22	6.837.167,44	100,00	23,59	22.142.446,79
Legislativa	700.000,00	700.000,00	116.213,18	296.144,19	116.213,18	296.144,19	4,33	42,31	403.855,81
Ação Legislativa	700.000,00	700.000,00	116.213,18	296.144,19	116.213,18	296.144,19	4,33	42,31	403.855,81
Administração	2.282.886,23	2.182.886,23	241.152,01	1.061.397,64	264.053,27	817.598,59	11,96	37,45	1.365.287,64
Administração Geral	1.597.000,00	1.497.000,00	196.033,19	930.789,65	218.934,45	686.990,60	10,05	45,89	810.009,40
Administração Financeira	660.886,23	660.886,23	45.118,82	130.607,99	45.118,82	130.607,99	1,91	19,76	530.278,24
Administração de Receitas	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00
Segurança Pública	120.500,00	120.500,00	12.778,83	45.020,61	13.523,59	37.619,10	0,55	31,22	82.880,90
Policimento	50.000,00	50.000,00	1.926,86	20.566,65	2.627,46	15.858,80	0,23	31,72	34.141,20
Defesa Civil	70.500,00	70.500,00	10.851,97	24.453,96	10.896,13	21.760,30	0,32	30,87	48.739,70
Assistência Social	1.016.000,00	1.016.000,00	86.236,36	369.472,90	114.356,79	258.148,45	3,78	25,41	757.851,55
Assistência ao Idoso	47.500,00	47.500,00	81,00	33.616,80	2.334,76	5.105,22	0,07	10,75	42.394,78
Assistência à Criança e ao Adolescente	239.000,00	239.000,00	16.462,05	98.919,40	33.411,22	71.222,76	1,04	29,80	167.777,24
Assistência Comunitária	729.500,00	729.500,00	69.693,31	236.936,70	78.610,81	181.820,47	2,66	24,92	547.679,53
Saúde	4.923.800,00	4.923.800,00	455.514,24	2.063.221,03	586.874,73	1.531.387,60	22,40	31,10	3.392.412,40
Atenção Básica	4.030.200,00	4.030.200,00	368.460,05	1.540.085,37	392.021,21	1.130.652,61	16,54	28,05	2.899.547,39
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	741.000,00	741.000,00	78.071,51	497.389,51	186.671,51	376.189,51	5,50	50,77	364.810,49
Suporte Profilático e Terapêutico	8.400,00	8.400,00	129,01	129,01	40,21	40,21	0,00	0,48	8.359,79
Vigilância Sanitária	93.500,00	93.500,00	8.674,64	25.380,07	7.962,77	24.268,20	0,35	25,96	69.231,80
Vigilância Epidemiológica	11.000,00	11.000,00	65,00	65,00	65,00	65,00	0,00	0,59	10.935,00
Alimentação e Nutrição	23.000,00	23.000,00	114,03	172,07	114,03	172,07	0,00	0,75	22.827,93
Proteção e Benefícios ao Trabalhador	16.700,00	16.700,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	16.700,00
Educação	6.179.928,00	6.179.928,00	394.845,20	1.712.289,77	423.905,22	1.289.195,74	18,86	20,86	4.890.732,26
Ensino Fundamental	4.219.000,00	4.219.000,00	234.157,10	1.091.242,10	248.764,37	759.962,24	11,12	18,01	3.459.037,76
Ensino Médio	48.000,00	48.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	48.000,00
Ensino Superior	40.000,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00
Educação Infantil	1.746.928,00	1.746.928,00	160.688,10	560.804,58	165.140,85	503.990,41	7,37	28,85	1.242.937,59

Prefeitura Municipal de Modelo - SC  
Relatório Resumido de Execução Orçamentária  
**Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção**  
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Junho 2014/Bimestre Maio-Junho

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO		Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas			Saldo
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
	Educação de Jovens e Adultos	26.000,00	26.000,00	0,00	243,09	0,00	243,09	0,00	0,94
	Educação Especial	100.000,00	100.000,00	0,00	60.000,00	10.000,00	25.000,00	0,37	25,00
	Cultura	194.000,00	294.000,00	5.456,32	69.459,54	14.274,32	51.717,73	0,76	17,59
	Difusão Cultural	194.000,00	294.000,00	5.456,32	69.459,54	14.274,32	51.717,73	0,76	17,59
	Direitos da Cidadania	125.000,00	125.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Assistência Comunitária	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Habituação Urbana	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Urbanismo	3.713.000,00	3.697.000,00	545.182,42	1.861.587,50	311.184,57	689.508,15	10,08	18,65
	Infra-Estrutura Urbana	2.685.000,00	2.669.000,00	346.635,40	963.027,18	311.184,57	627.994,85	9,19	23,53
	Serviços Urbanos	47.000,00	47.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Habituação Urbana	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Turismo	216.000,00	216.000,00	198.547,02	201.060,32	0,00	2.513,30	0,04	1,16
	Transporte Rodoviário	755.000,00	755.000,00	0,00	697.500,00	0,00	59.000,00	0,86	7,81
	Habituação	30.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Habituação Urbana	30.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Saneamento	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Saneamento Básico Urbano	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Gestão Ambiental	260.000,00	260.000,00	18.496,00	159.646,00	33.493,81	79.493,81	1,16	30,57
	Saneamento Básico Urbano	260.000,00	260.000,00	18.496,00	159.646,00	33.493,81	79.493,81	1,16	30,57
	Ciência e Tecnologia	147.000,00	147.000,00	0,00	135.030,96	134.668,00	134.668,00	1,97	91,61
	Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico	147.000,00	147.000,00	0,00	135.030,96	134.668,00	134.668,00	1,97	91,61
	Agricultura	2.051.000,00	2.051.000,00	292.917,52	890.917,41	218.823,17	526.021,73	7,69	25,65
	Recursos Hídricos	35.000,00	35.000,00	3.403,56	13.283,61	3.403,56	13.283,61	0,19	37,95
	Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Promoção da Produção Vegetal	870.000,00	870.000,00	60.594,82	140.230,85	74.667,16	121.911,66	1,78	14,01
	Defesa Sanitária Animal	53.000,00	53.000,00	589,00	28.483,50	5.919,00	12.493,50	0,18	23,57
	Extensão Rural	1.083.000,00	1.083.000,00	228.330,14	708.919,45	134.833,45	378.332,96	5,53	34,93

Prefeitura Municipal de Modelo - SC  
Relatório Resumido de Execução Orçamentária  
**Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção**  
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Junho 2014/Bimestre Maio-Junho

RREO - ANEXO II(LRF, Art. 52, inciso II, alínea 'c')		R\$ 1,00									
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas			Saldo			
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre	(b/Total b)	(b/a)	(a-b)		
Indústria	250.000,00	295.000,00	188.582,30	207.536,30	169.130,30	188.084,30	2,75	63,76	106.915,70		
Promoção Industrial	190.000,00	235.000,00	188.582,30	207.536,30	169.130,30	188.084,30	2,75	80,04	46.915,70		
Produção Industrial	60.000,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	60.000,00		
Transporte	4.477.500,00	4.477.500,00	771.671,78	1.347.835,39	195.958,25	539.077,25	7,88	12,04	3.938.422,75		
Transporte Rodoviário	4.477.500,00	4.477.500,00	771.671,78	1.347.835,39	195.958,25	539.077,25	7,88	12,04	3.938.422,75		
Desporto e Lazer	1.769.000,00	1.769.000,00	328.352,71	591.787,90	162.236,97	236.625,73	3,46	13,38	1.532.374,27		
Turismo	1.330.000,00	1.330.000,00	304.054,41	437.203,98	118.025,75	133.149,57	1,95	10,01	1.196.850,43		
Desporto Comunitário	439.000,00	439.000,00	24.298,30	154.583,92	44.211,22	103.476,16	1,51	23,57	335.523,84		
Encargos Especiais	540.000,00	540.000,00	0,00	468.900,00	38.198,05	161.877,07	2,37	29,98	378.122,93		
Serviço da Dívida Interna	370.000,00	370.000,00	0,00	299.900,00	21.949,83	85.176,99	1,25	23,02	284.823,01		
Transferências	170.000,00	170.000,00	0,00	169.000,00	16.248,22	76.700,08	1,12	45,12	93.299,92		
Reserva de Contingência	190.000,00	190.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	190.000,00		
Reserva de Contingência	190.000,00	190.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	190.000,00		
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
<b>TOTAL (III)=(I+II)</b>	<b>28.979.614,23</b>	<b>28.979.614,23</b>	<b>3.457.398,87</b>	<b>11.280.247,14</b>	<b>2.796.894,22</b>	<b>6.837.167,44</b>	<b>100,00</b>	<b>23,59</b>	<b>22.142.446,79</b>		

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 30/Jul/2014, 15h e 45m.

RICARDO LUIS MALDANER	JANICE MARTINI MULLER	CARLA LUISA ALEXIUS MARTINI
PREFEITO MUNICIPAL	CONTADORA CRC 11983	AGENTE DE CONTROLE INTERNO

RREO ANEXO 03 SEM. 01/2014

Página: 1 de 3  
30/07/2014 15:46

Prefeitura Municipal de Modelo - SC  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**Demonstrativo da Receita Corrente Líquida**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Julho/2013 a Junho/2014

RREO – ANEXO III(LRF, Art.53, inciso I)		EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												Total (Últimos 12 Meses)	Previsão Atualizada 2014
ESPECIFICAÇÃO		Julho/2013	Agosto/2013	Setembro/2013	Outubro/2013	Novembro/2013	Dezembro/2013								
		Janeiro/2014	Fevereiro/2014	Março/2014	Abril/2014	Maió/2014	Junho/2014								
RECEITAS CORRENTES (I)		1.067.657,51	983.282,22	1.193.343,59	1.036.070,01	1.234.826,63	1.630.067,47								
		1.297.806,21	1.272.765,17	1.359.542,53	1.640.226,43	1.683.875,87	1.194.630,23	21.876.874,23							
Receita Tributária		212.465,11	49.822,49	113.490,78	31.752,96	54.593,12	89.786,56								
		47.554,54	46.805,33	60.581,51	54.507,92	71.004,91	102.694,99	1.446.740,00							
IPTU		89.796,26	6.259,95	5.921,89	381,51	555,33	7.945,78								
		604,36	134,53	800,95	442,89	927,63	13.850,56	183.140,00							
ISS		24.540,06	15.197,47	18.557,19	14.624,08	17.801,51	13.534,41								
		18.676,63	12.548,09	11.895,03	12.731,29	20.812,04	36.852,09	238.700,00							
ITBI		4.723,56	11.280,00	9.759,25	4.595,00	15.323,01	13.228,76								
		10.820,00	6.229,13	14.970,77	17.950,50	26.407,82	23.910,24	159.198,04							
IRRF		10.280,60	10.574,57	73.144,05	10.303,68	16.673,38	40.656,38								
		10.754,39	17.457,74	10.276,08	9.519,09	12.138,34	9.947,17	336.700,00							
Outras Receitas Tributárias		83.124,63	6.510,50	6.108,40	1.848,69	4.239,89	14.421,23								
		6.699,16	10.435,84	22.638,68	13.864,15	10.719,08	18.134,93	528.200,00							
Receita De Contribuições		7.163,14	7.106,20	7.393,96	8.152,05	7.465,33	8.144,66								
		9.302,06	8.247,83	1.183,76	9.766,30	11.198,80	9.524,44	338.690,00							
Receita Patrimonial		1.647,87	3.816,46	3.183,42	1.815,33	9.878,14	8.054,33								
		1.845,03	2.621,02	4.837,31	2.502,73	6.299,00	5.019,19	111.600,00							
Receita Agropecuária		-	-	-	-	-	-	5.000,00							
		-	-	-	-	-	-	-							
Receita Industrial		-	-	-	-	-	-	10.000,00							
		-	-	-	-	-	-	-							
Receita De Serviços		7.991,96	8.109,11	7.163,16	5.229,72	4.592,64	4.506,78	180.000,00							
		5.371,48	16.351,75	10.810,74	4.837,79	7.554,39	13.233,24	95.752,76							
Transferências Correntes		833.749,53	911.513,82	1.051.624,96	987.111,25	1.154.300,91	1.507.289,99	13.272.367,32							
		1.230.417,43	1.195.586,68	957.811,19	1.106.702,04	1.276.252,38	1.060.007,14	19.479.844,23							
Cota-Parte do FPM		260.732,70	340.900,84	282.145,67	282.147,00	392.460,72	638.892,68	6.463.400,00							
		594.831,34	635.192,90	376.793,59	430.046,10	573.089,30	429.779,99	5.237.012,83							

Prefeitura Municipal de Modelo - SC  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**Demonstrativo da Receita Corrente Líquida**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Julho/2013 a Junho/2014

ESPECIFICAÇÃO		EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES										Total (Últimos 12 Meses)	Previsão Atualizada 2014		
		Julho/2013		Agosto/2013		Setembro/2013		Outubro/2013		Novembro/2013				Dezembro/2013	
		Janeiro/2014	Fevereiro/2014	Março/2014	Abril/2014	Maior/2014	Junho/2014	Janeiro/2014	Fevereiro/2014	Março/2014	Abril/2014			Maior/2014	Junho/2014
Cota-Parte do ICMS		216.013,37	228.363,19	242.660,54	236.794,25	261.967,01	234.751,93							3.297.016,39	4.306.000,00
		322.029,52	305.992,80	308.108,66	308.502,85	319.479,17	312.353,10								
Cota-Parte do IPVA		23.602,45	24.293,12	18.033,23	20.648,01	11.854,65	6.372,66								
		18.305,56	18.905,64	32.435,29	24.417,11	33.543,06	33.516,39							265.927,17	313.000,00
Cota-Parte do ITR		-	4,00	626,03	1.332,04	-	32,55								
		-	2,58	53,85	-	50,72	29,67							2.131,44	12.000,00
Transferências da LC 87/1996		1.061,64	1.072,37	1.072,36	1.072,36	1.072,37	1.073,17							13.218,07	40.000,00
		1.358,76	1.358,76	-	1.358,76	1.358,76	1.358,76								
Transferências da LC 61/1989		3.497,13	3.741,95	3.403,79	3.637,68	4.036,24	11.240,65							52.277,75	80.000,00
		4.113,50	3.482,59	3.709,74	3.707,18	4.270,17	3.437,13								
Transferência do FUNDEB		111.342,52	121.469,76	120.390,60	117.404,36	133.922,10	134.747,18							1.559.430,16	1.934.000,00
		134.858,82	127.264,84	119.390,32	121.406,07	132.468,36	184.765,23								
Outras Transferências Correntes		217.499,72	191.668,59	383.292,74	324.075,55	348.987,82	480.179,17							2.845.353,51	6.331.444,23
		154.919,93	103.386,57	117.319,74	217.263,97	211.992,84	94.766,87								
Outras Receitas Correntes		4.639,90	2.914,14	10.487,31	2.008,70	3.996,49	12.285,15							1.144.745,21	305.000,00
		3.315,67	3.152,56	324.318,02	461.909,65	311.566,39	4.151,23								
DEDUÇÕES (II)		125.365,65	116.531,85	136.192,89	135.498,13	216.594,86	161.817,76							1.910.123,47	2.251.760,00
		187.286,81	192.290,35	143.539,37	152.868,80	186.058,05	156.078,95								
Dedução de Receitas para Formação do FUNDEB		125.365,65	116.531,85	136.192,89	135.498,13	216.594,86	161.817,76							1.910.123,47	2.251.760,00
		187.286,81	192.290,35	143.539,37	152.868,80	186.058,05	156.078,95								
RECITA CORRENTE LÍQUIDA (I-III)		942.291,86	866.750,37	1.057.150,70	900.571,88	1.018.231,77	1.468.249,71							13.683.970,40	19.625.114,23
		1.110.519,40	1.080.474,82	1.216.003,16	1.487.357,63	1.497.817,82	1.038.551,28								

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 30/Jul/2014, 15h e 45m.



Prefeitura Municipal de Modelo - SC  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**Demonstrativo da Receita Corrente Líquida**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Julho/2013 a Junho/2014

RREO - ANEXO III(LRF, Art.53, inciso I)		EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES										Total	Previsão
ESPECIFICAÇÃO	Julho/2013	Agosto/2013	Setembro/2013	Outubro/2013	Novembro/2013	Dezembro/2013						(Últimos 12 Meses)	Atualizada 2014
	Janeiro/2014	Fevereiro/2014	Março/2014	Abril/2014	Maio/2014	Junho/2014							
RICARDO LUIS MALDANER	CARLA LUISA ALEXIUS MARTINI												
PREFEITO MUNICIPAL	JANICE MARTINI MULLER	AGENTE DE CONTROLE INTERNO											
	CONTADORA CRC 11983												

**RREO ANEXO 04 SEM. 01/2014**

Página: 1 de 3  
30/07/2014 15:46

Prefeitura Municipal de Modelo-SC  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência dos Servidores**

Orçamento da Seguridade Social  
Janeiro a Junho 2014/Bimestre Maio-Junho

RREO - Anexo IV (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/	Até o Bimestre/
				2014	2013
RECEITAS PREV. - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(I)	-	-	-	-	-
RECEITAS CORRENTES	-	-	-	-	-
Receita de Contribuições dos Segurados	-	-	-	-	-
Pessoal Civil	-	-	-	-	-
Ativo	-	-	-	-	-
Inativo	-	-	-	-	-
Pensionista	-	-	-	-	-
Pessoal Militar	-	-	-	-	-
Ativo	-	-	-	-	-
Inativo	-	-	-	-	-
Pensionista	-	-	-	-	-
Outras Receitas de Contribuições	-	-	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	-	-	-
Receitas Imobiliárias	-	-	-	-	-
Receitas de Valores Mobiliários	-	-	-	-	-
Outras Receitas Patrimoniais	-	-	-	-	-
Receita de Serviços	-	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	-	-	-
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	-	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	-	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-	-
(-)DEDUÇÕES DA RECEITA	-	-	-	-	-
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	-	-	-	-	-
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III)=(I+II)	-	-	-	-	-

Página: 2 de 3  
30/07/2014 15:46

Prefeitura Municipal de Modelo-SC  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência dos Servidores**  
Orçamento da Seguridade Social  
Janeiro a Junho 2014/Bimestre Maio-Junho

RREO - Anexo IV (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/ 2014	Até o Bimestre/ 2013
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	-	-	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO	-	-	-	-	-
Despesas Correntes	-	-	-	-	-
Despesas de Capital	-	-	-	-	-
PREVIDÊNCIA	-	-	-	-	-
Pessoal Civil	-	-	-	-	-
Aposentadorias	-	-	-	-	-
Pensões	-	-	-	-	-
Outros Benefícios Previdenciários	-	-	-	-	-
Pessoal Militar	-	-	-	-	-
Reformas	-	-	-	-	-
Pensões	-	-	-	-	-
Outros Benefícios Previdenciários	-	-	-	-	-
Outras Despesas Previdenciárias	-	-	-	-	-
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	-	-	-	-	-
Demais Despesas Previdenciárias	-	-	-	-	-
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (VI)=(IV+V)	-	-	-	-	-
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII)=(III-VI)	-	-	-	-	-

APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/ 2014	Até o Bimestre/ 2013
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS			-	-	-
Plano Financeiro			-	-	-
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras			-	-	-
Recursos para Formação de Reserva			-	-	-
Outros Aportes para o RPPS			-	-	-
Plano Previdenciário			-	-	-
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro			-	-	-
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial			-	-	-
Outros Aportes para o RPPS			-	-	-

RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
VALOR	-

BENS E DIREITOS DO RPPS	PERÍODO DE REFERENCIA
	2014 2013
DO RPPS	Mai/2014

Página: 3 de 3  
30/07/2014 15:46

Prefeitura Municipal de Modelo-SC  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência dos Servidores**

Orçamento da Seguridade Social  
Janeiro a Junho 2014/Bimestre Maio-Junho

RREO - Anexo IV (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/ 2014	Até o Bimestre/ 2013
RECEITAS CORRENTES (VIII)	-	-	-	-	-
Receita de Contribuições	-	-	-	-	-
Patronal	-	-	-	-	-
Pessoal Civil	-	-	-	-	-
Ativo	-	-	-	-	-
Inativo	-	-	-	-	-
Pensionista	-	-	-	-	-
Pessoal Militar	-	-	-	-	-
Ativo	-	-	-	-	-
Inativo	-	-	-	-	-
Pensionista	-	-	-	-	-
Para Cobertura de Déficit Atuarial	-	-	-	-	-
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	-	-	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	-	-	-
Receita de Serviços	-	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	-	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-	-
DEDUÇÕES DA RECEITA (X)	-	-	-	-	-
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI)=(VIII+IX-X)	-	-	-	-	-

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS-RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/ 2014	Até o Bimestre/ 2013
ADMINISTRAÇÃO (XII)	-	-	-	-	-
Despesas Correntes	-	-	-	-	-
Despesas de Capital	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XIII)=(XII)	-	-	-	-	-

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 30/Jul/2014, 15h e 46m.

RICARDO LUIS MALDANER  
PREFEITO MUNICIPAL

JANICE MARTINI MULLER  
CONTADORA CRC 11983

CARLA LUISA ALEXIUS MARTINI  
AGENTE DE CONTROLE INTERNO

**RREO ANEXO 05 SEM. 01/2014**

Página: 1 de 2  
30/07/2014 15:47

Prefeitura Municipal de Modelo - SC  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**Demonstrativo do Resultado Nominal**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Junho 2014/Bimestre Maio-Junho

RREO - ANEXO V(LRF, art. 53, inciso III)

R\$ 1,00

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	SALDO		
	Em 31/Dez/2013	Em 30/Abr/2014	Em 30/Jun/2014
	(a)	(b)	(c)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	816.742,51	756.831,96	736.112,42
DEDUÇÕES(II)	570.396,85	1.708.305,90	2.343.291,79
Disponibilidade de Caixa Bruta	592.693,51	2.504.226,46	3.257.506,81
Demais Haveres Financeiros	-	-	-
(-)Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	22.296,66	795.920,56	914.215,02
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA(III)=(I-II)	246.345,66	-951.473,94	-1.607.179,37
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES(IV)	-	-	-
PASSIVOS RECONHECIDOS(V)	-	-	-
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA(VI)=(III+IV-V)	246.345,66	-951.473,94	-1.607.179,37

RESULTADO NOMINAL	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre	Até o Bimestre
	(c-b)	(c-a)
VALOR	-655.705,43	-1.853.525,03

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS	
DA LDO P/O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	-145.348,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO			
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA	SALDO		
	Em 31/Dez/2013	Em 30/Abr/2014	Em 30/Jun/2014
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA(VII)	-	-	-
Passivo Atuarial	-	-	-
Demais Dívidas	-	-	-
DEDUÇÕES(VIII)	-	-	-
Disponibilidade de Caixa Bruta	-	-	-
Investimentos	-	-	-
Demais Haveres Financeiros	-	-	-
(-)Restos a Pagar Processados	-	-	-
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA(IX)=(VII-VIII)	-	-	-
PASSIVOS RECONHECIDOS(X)	-	-	-
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA(XI)=(IX-X)	-	-	-

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 30/Jul/2014, 15h e 47m.

Página: 2 de 2  
30/07/2014 15:47

Prefeitura Municipal de Modelo - SC  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**Demonstrativo do Resultado Nominal**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Junho 2014/Bimestre Maio-Junho

RREO - ANEXO V(LRF, art. 53, inciso III)		R\$ 1,00		
		SALDO		
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA		Em 31/Dez/2013	Em 30/Abr/2014	Em 30/Jun/2014
RICARDO LUIS MALDANER	JANICE MARTINI MULLER			
PREFEITO MUNICIPAL	CONTADORA CRC 11983			
	CARLA LUISA ALEXIUS MARTINI			
	AGENTE DE CONTROLE INTERNO			

**RREO ANEXO 06 SEM. 01/2014**

Página: 1 de 2  
30/07/2014 15:48

Prefeitura Municipal de Modelo-SC  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**Demonstrativo do Resultado Primário**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Junho 2014/Bimestre Maio-Junho

RREO - ANEXO VI(LRF, art. 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre/ 2014	Até o Bimestre/ 2013
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES(I)	19.518.514,23	2.525.411,36	7.407.961,58	5.369.295,78
RECEITA TRIBUTÁRIA	1.446.740,00	173.699,90	383.149,20	245.577,75
IPTU	183.140,00	14.778,19	16.760,92	18.773,42
ISS	238.700,00	57.664,13	113.515,17	74.538,87
ITBI	160.000,00	50.318,06	100.288,46	50.884,32
IRRF	336.700,00	22.085,51	70.092,81	67.785,92
Outras Receitas Tributárias	528.200,00	28.854,01	82.491,84	33.595,22
Receita de Contribuição	338.690,00	20.723,24	49.223,19	49.780,39
Receita Previdenciária	-	-	-	-
Outras Contribuições	338.690,00	20.723,24	49.223,19	49.780,39
Receita Patrimonial Líquida	5.000,00	-	-	-
Receita Patrimonial	111.600,00	10.957,74	22.762,53	8.193,22
(-)Aplicações Financeiras	106.600,00	10.957,74	22.762,53	8.193,22
Transferências Correntes	17.228.084,23	1.994.482,97	5.809.016,28	5.008.049,50
FPM	5.136.840,00	802.295,47	2.431.802,06	2.251.340,45
ICMS	3.471.200,00	505.166,81	1.501.674,94	1.319.398,30
Convênios	-	-	-	-
Outras Transferências Correntes	8.620.044,23	687.020,69	1.875.539,28	1.437.310,75
Demais Receitas Correntes	500.000,00	336.505,25	1.166.572,91	65.888,14
Dívida Ativa	157.000,00	1.322,14	4.259,41	1.478,09
Diversas Receitas Correntes	343.000,00	335.183,11	1.162.313,50	64.410,05
RECEITAS DE CAPITAL(II)	-	919.266,27	1.062.851,23	421.020,16
Operações de Crédito(III)	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos(IV)	-	-	-	-
Alienação de Bens(V)	-	-	-	267.140,40
Transferências de Capital	-	919.266,27	1.062.851,23	153.879,76
Convênios	-	-	-	-
Outras Transferências de Capital	-	919.266,27	1.062.851,23	153.879,76
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL(VI)=(II-III-IV-V)	-	919.266,27	1.062.851,23	153.879,76
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL(VII)=(I+VI)	19.518.514,23	3.444.677,63	8.470.812,81	5.523.175,54

  

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre/ 2014	Até o Bimestre/ 2013
DESPESAS CORRENTES(VIII)	16.654.114,23	2.123.817,96	5.710.686,16	5.343.437,56



Página: 2 de 2  
30/07/2014 15:48

Prefeitura Municipal de Modelo-SC  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**Demonstrativo do Resultado Primário**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Junho 2014/Bimestre Maio-Junho

RREO - ANEXO VI(LRF, art. 53, inciso III)

R\$ 1,00

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre/ 2014	Até o Bimestre/ 2013
Pessoal e Encargos Sociais	6.914.200,00	941.539,02	2.861.654,71	2.816.076,39
Juros e Encargos da Dívida(IX)	50.000,00	1.230,29	4.546,90	10.145,40
Outras Despesas Correntes	9.689.914,23	1.181.048,65	2.844.484,55	2.517.215,77
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES(X)=(VIII-IX)	16.604.114,23	2.122.587,67	5.706.139,26	5.333.292,16
DESPESAS DE CAPITAL(XI)	12.135.500,00	673.076,26	1.126.481,28	651.318,93
Investimentos	11.751.500,00	652.356,72	1.045.851,19	494.536,75
Inversões Financeiras	34.000,00	-	-	-
Concessão de Empréstimos(XII)	-	-	-	-
Aquisição Título de Capital Integralizado(XIII)	-	-	-	-
Demais Inversões Financeiras	34.000,00	-	-	-
Amortização da Dívida(XIV)	320.000,00	20.719,54	80.630,09	156.782,18
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL(XV)=(XI-XII-XIII-XIV)	11.785.500,00	652.356,72	1.045.851,19	494.536,75
RESERVA DE CONTINGÊNCIA(XVI)	190.000,00	-	-	-
RESERVA DO RPPS(XVII)	-	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL(XVIII)=(X+XV+XVI+XVII)	28.579.614,23	2.774.944,39	6.751.990,45	5.827.828,91
RESULTADO PRIMÁRIO(XIX)=(VII-XVIII)	-9.061.100,00	669.733,24	1.718.822,36	-304.653,37
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES			-	
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL		VALOR CORRENTE		
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/O		373.814,23		
EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 30/Jul/2014, 15h e 48m.

RREO ANEXO 07 SEM. 01/2014

Página: 1 de 1  
30/07/2014 15:50

Prefeitura Municipal de Modelo - SC  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**Demonstrativo dos Restos a Pagar por Poder e Órgão**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Junho 2014/Bimestre Maio-Junho

PODER/ÓRGÃO		RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS					R\$ 1,0	
		Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados		
		Em Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2013				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2013					
RESTOS A PAGAR(EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS)(I)													
EXECUTIVO													
DIRETORIA GERAL/ADMINISTRACAO e FAZENDA		-	5.099,40	5.099,40	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DIRETORIA GERAL DA EDUCAÇÃO		-	1.462,85	1.462,85	-	-	-	-	-	-	-	-	-
FAS - FUNDO MUNIC DA ASSISTENCIA SOCIAL		-	290,12	290,12	-	-	-	-	-	-	-	-	-
FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE E DIRETORIA GER		-	10.944,00	10.944,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DEPART DE OBRAS, SERV URBANOS E LIMP.PUB		-	338,61	338,61	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DEPART.GERAL DA AGRICULTURA		-	3.841,60	3.841,60	-	-	-	-	-	-	-	-	-
FUNDO MUN REQ CORPO BOMB. POL. MIL.		-	320,08	320,08	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL		-	22.296,66	22.296,66	-	-	-	-	-	-	-	-	-
LEGISLATIVO													
CAMARA DE VEREADORES		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL(I)		-	22.296,66	22.296,66	-	-	-	-	-	-	-	-	-

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 30/Jul/2014, 15h e 50m.

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 30/Jul/2014, 15h e 50m.

RICARDO LUIS MALDANER  
PREFEITO MUNICIPAL

JANICE MARTINI MULLER  
CONTADORA CRC 11983

CARLA LUISA ALEXIUS MARTINI  
AGENTE DE CONTROLE INTERNO

RREO ANEXO 08 SEM. 01/2014

Página: 1 de 8  
30/07/2014 15:51

Prefeitura Municipal de Modelo - SC  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Junho 2014/Bimestre Maio-Junho

RREO - ANEXO VIII(LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO					RECEITAS REALIZADAS		
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)					No Bimestre	Até o Bimestre	%
					(a)	(b)	(c)=(b/a)x100
PREVISÃO INICIAL					PREVISÃO ATUALIZADA		
1-RECEITAS DE IMPOSTOS					997.540,00	305.398,24	30,62
1.1-Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU					225.140,00	20.682,13	9,19
1.1.1-IPTU					213.650,00	18.230,40	8,53
1.1.2-Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU					12.000,00	1.162,43	32,68
1.1.3-Dívida Ativa do IPTU					25.000,00	-	-
1.1.4-Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU					5.000,00	-	-
1.1.5-(-) Deduções da Receita do IPTU					30.510,00	1.469,48	4,82
1.2-Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI					165.000,00	50.318,06	60,78
1.2.1-ITBI					160.000,00	50.318,06	62,68
1.2.2-Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI					5.000,00	-	-
1.2.3-Dívida Ativa do ITBI					-	-	-
1.2.4-Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI					-	-	-
1.2.5-(-) Deduções da Receita do ITBI					-	-	-
1.3-Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS					270.700,00	114.334,84	42,24
1.3.1-ISS					238.700,00	113.515,17	47,56
1.3.2-Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS					10.000,00	819,67	8,20
1.3.3-Dívida Ativa do ISS					20.000,00	-	-
1.3.4-Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS					2.000,00	-	-
1.3.5-(-) Deduções da Receita do ISS					-	-	-
1.4-Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF					336.700,00	22.085,51	20,82
1.4.1-IRRF					350.000,00	22.085,51	20,03
1.4.2-Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF					-	-	-
1.4.3-Dívida Ativa do IRRF					-	-	-
1.4.4-Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF					-	-	-
1.4.5-(-) Deduções da Receita do IRRF					13.300,00	-	-
1.5-Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153 §4º, inciso III)					-	-	-
1.5.1-ITR					-	-	-
1.5.2-Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR					-	-	-
1.5.3-Dívida Ativa do ITR					-	-	-
1.5.4-Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR					-	-	-
1.5.5-(-) Deduções da Receita do ITR					-	-	-

Prefeitura Municipal de Modelo - SC  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Junho 2014/Bimestre Maio-Junho

RREO - ANEXO VIII(LDB, art. 72)		R\$ 1,00			
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		%
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	
(c)=(b/a)×100					
2-RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS					
2.1-Cota-Parte FPM	11.214.400,00	11.214.400,00	1.712.266,22	5.106.973,30	45,54
2.1.1-Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	6.463.400,00	6.463.400,00	1.002.869,29	3.039.733,22	47,03
2.1.2-Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	6.463.400,00	6.463.400,00	1.002.869,29	3.039.733,22	47,03
2.2-Cota-Parte ICMS	4.306.000,00	4.306.000,00	631.832,27	1.876.466,10	43,58
2.3-ICMS-Desoneração - L.C. nº 87/1996	40.000,00	40.000,00	2.717,52	6.793,80	16,98
2.4-Cota-Parte IPI-Exportação	80.000,00	80.000,00	7.707,30	22.720,31	28,40
2.5-Cota-Parte ITR	12.000,00	12.000,00	80,39	136,82	1,14
2.6-Cota-Parte IPVA	313.000,00	313.000,00	67.059,45	161.123,05	51,48
2.7-Cota-Parte IOF-Ouro	-	-	-	-	-
3-TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1+2)	12.211.940,00	12.211.940,00	1.858.646,50	5.412.371,54	44,32



Página: 4 de 8  
30/07/2014 15:51

Prefeitura Municipal de Modelo - SC  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Junho 2014/Bimestre Maio-Junho

RREO - ANEXO VIII(LDB, art. 72)

R\$ 1,00

[SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (12) > 0] = ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB  
[SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (12) < 0] = DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB

Prefeitura Municipal de Modelo - SC  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Junho 2014/Bimestre Maio-Junho

RREO - ANEXO VIII(LDB, art. 72)						R\$ 1,00
DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		(f)=(e/d)x100	%
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)		
13-PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	1.270.000,00	1.220.000,00	199.823,58	509.270,18	41,74	
13.1-Com Educação Infantil	650.000,00	600.000,00	106.052,75	278.960,27	46,49	
13.2-Com Ensino Fundamental	620.000,00	620.000,00	93.770,83	230.309,91	37,15	
14-OUTRAS DESPESAS	672.000,00	722.000,00	91.637,00	216.589,80	30,00	
14.1-Com Educação Infantil	110.000,00	160.000,00	35.885,76	95.328,30	59,58	
14.2-Com Ensino Fundamental	562.000,00	562.000,00	55.751,24	121.261,50	21,58	
15-TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB(13+14)	1.942.000,00	1.942.000,00	291.460,58	725.859,98	37,38	
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB						VALOR
16-RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB						-
16.1 - FUNDEB 60%						-
16.2 - FUNDEB 40%						-
17-DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR DO FUNDEB						-
17.1 - FUNDEB 60%						-
17.2 - FUNDEB 40%						-
18-TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16+17)						-
INDICADORES DO FUNDEB						VALOR
19-TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)						725.859,98
19.1-MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL (13-(16.1+17.1))/((11)x100)%						61,83
19.2-MÁXIMO DE 40% EM DESPESA COM MDE, QUE NÃO REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO (14-(16.2+17.2))/((11)x100)%						26,30
19.3-MÁXIMO DE 5% NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO (100-(19.1+19.2))%						11,87



Prefeitura Municipal de Modelo - SC  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Junho 2014/Bimestre Maio-Junho

RREO - ANEXO VIII(LDB, art. 72) R\$ 1,00

CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE		VALOR
20-RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2013 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS		
21-DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2014 <sup>2</sup>		

**MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB**

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			No Bimestre (b)	Até o Bimestre (c)=(b/a)×100
22-IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS A MDE (25% de 3) <sup>3</sup>	3.052.985,00	3.052.985,00	464.661,63	1.353.092,89
				44,32

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS	
			No Bimestre (e)	Até o Bimestre (f)=(e/d)×100
23-EDUCAÇÃO INFANTIL	1.567.928,00	1.567.928,00	159.616,52	491.837,09
23.1-Creche	320.000,00	370.000,00	40.689,37	111.523,60
23.1.1-Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	70.000,00	120.000,00	35.700,03	80.192,57
23.1.2-Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	250.000,00	250.000,00	4.989,34	31.331,03
23.2-Pré-Escola	1.247.928,00	1.197.928,00	118.927,15	380.313,49
23.2.1-Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	690.000,00	640.000,00	106.238,48	294.096,00
23.2.2-Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	557.928,00	557.928,00	12.688,67	86.217,49
24-ENSINO FUNDAMENTAL	3.052.000,00	3.052.000,00	235.879,46	703.914,97
24.1-Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	1.182.000,00	1.182.000,00	149.522,07	351.571,41
24.2-Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.870.000,00	1.870.000,00	86.357,39	352.343,56
25-ENSINO MÉDIO	74.000,00	74.000,00	-	243,09
26-ENSINO SUPERIOR	40.000,00	40.000,00	-	-
27-ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	-	-	-	-
28-OUTRAS	37.000,00	37.000,00	3.414,00	8.535,00
29-TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23+24+25+26+27+28)	4.770.928,00	4.770.928,00	398.909,98	1.204.530,15
				25,25

Página: 7 de 8  
30/07/2014 15:51

Prefeitura Municipal de Modelo - SC  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Junho 2014/Bimestre Maio-Junho

RREO - ANEXO VIII(LDB, art. 72)	R\$ 1,00
DEDUÇÕES/ADIÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL	VALOR
30-RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)	-197.606,94
31-DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	-
32-RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50h)	3.513,30
33-DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB	-
34-DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS	-
35-RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO 4	-
36-CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46g)	-
37-TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30+31+32+33+34+35+36)	-194.093,64
38-TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23+24) - (37))	1.389.845,70
39-MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE 5 ((38)/((3)x100)%)	25,68

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		%
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	
40-DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	250.000,00	250.000,00	-	-	-
41-DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO EDUCAÇÃO	194.000,00	194.000,00	140,90	32.505,53	16,76
42-DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	-	-	-	-
43-DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	965.000,00	965.000,00	24.854,34	52.160,06	5,41
44-TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40+41+42+43)	1.409.000,00	1.409.000,00	24.995,24	84.665,59	6,01
45-TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29+44)	6.179.928,00	6.179.928,00	423.905,22	1.289.195,74	20,86
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2014 (g)		
46-RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	-	-	-	-	-
46.1-EXECUTADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	-	-	-	-	-
46.2-EXECUTADAS COM RECURSOS DO FUNDEB	-	-	-	-	-

Página: 8 de 8  
30/07/2014 15:51

Prefeitura Municipal de Modelo - SC  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Junho 2014/Bimestre Maio-Junho

RREO - ANEXO VIII(LDB, art. 72)		R\$ 1,00
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS DO FUNDEB		
	VALOR	
47-SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	-	
48-(+)INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	820.153,64	
49-(-)PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	681.429,70	
49.1-Orçamentário do Exercício	681.429,70	
49.2-Restos a Pagar	-	
50-(+)RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	3.513,30	
51-(-)SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	142.237,24	

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 30/Jul/2014, 15h e 51m.

<sup>1</sup>Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

<sup>2</sup>Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do § 1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

<sup>3</sup>Caput do artigo 212 da CF/1988.

4 Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.

5 Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art.121,V.

RICARDO LUIS WALDANER	JANICE MARTINI MULLER	CARLA LUISA ALEXIUS MARTINI
PREFEITO MUNICIPAL	CONTADORA CRC 11983	AGENTE DE CONTROLE INTERNO

**RREO ANEXO 09 SEM. 01/2014**

Página: 1 de 1  
30/07/2014 15:52

Prefeitura Municipal de Modelo - SC  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Junho 2014/Bimestre Maio-Junho

LRF, art.53, § 1º, Inciso I Anexo IX

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA  (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)		SALDO NÃO REALIZADO (c)=(a-b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)	1.000.000,00	-		1.000.000,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA  (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO NÃO EXECUTADO (g)=(d)-(e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
DESPESAS DE CAPITAL	12.135.500,00	1.126.481,28		11.009.018,72
(-)Incentivos Fiscais a Contribuinte				
(-)Incentivos Fiscais a Contribuinte por Instituições Financeiras				
DESPESAS DE CAPITAL LÍQUIDA (II)	12.135.500,00	1.126.481,28		11.009.018,72
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III)=(I-II)	-11.135.500,00	-1.126.481,28		-10.009.018,72

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 30/Jul/2014, 15h e 51m.

1

**RREO ANEXO 10 SEM. 01/2014**Página: 1 de 1  
30/07/2014 15:53

Prefeitura Municipal de Modelo - SC  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**Demonstrativo da Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência social dos**  
**Servidores Públicos**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
2014 a 2014

LRF, Art.53, § 1º, inciso II - Anexo X

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c)=(a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d"exercício anterior)+(c))
-----------	------------------------------------	------------------------------------	------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 30/Jul/2014, 15h e 53m.

**RREO ANEXO 11 SEM. 01/2014**

Página: 1 de 1  
30/07/2014 15:55

Prefeitura Municipal de Modelo - SC  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Junho/2014

LRF, Art.53, § 1º, inciso III - Anexo XI

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO A REALIZAR (c)=(a-b)
Receitas De Capital - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	550.000,00	-	550.000,00
Alienacao De Bens Moveis	400.000,00	-	400.000,00
Alienacao De Bens Imoveis	150.000,00	-	150.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>550.000,00</b>	<b>-</b>	<b>550.000,00</b>

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO A EXECUTAR (g)=(d)-(e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)				
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-
Amortização/Refinanciamento Da Dívida	-	-	-	-
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	-	-	-	-
Regime Geral da Previdência Social	-	-	-	-
Regime Próprio de Previdência dos Servidores	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	2013 (h)	2014 (i)=(b)-(e+f)	SALDO ATUAL (j)=(h+i)
	63,59	-	63,59

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 30/Jul/2014, 15h e 53m.

**RREO ANEXO 12 SEM. 01/2014**

Página: 1 de 3  
30/07/2014 15:56

Prefeitura Municipal de Modelo-SC  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Junho 2014/Bimestre Maio-Junho

RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	997.540,00	997.540,00	305.398,24	30,61
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	183.140,00	183.140,00	16.760,92	9,15
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	160.000,00	160.000,00	100.288,46	62,68
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	238.700,00	238.700,00	113.515,17	47,55
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	336.700,00	336.700,00	70.092,81	20,81
Imposto Territorial Rural - ITR	-	-	-	-
Multa, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	27.000,00	27.000,00	4.740,88	17,55
Dívida Ativa dos Impostos	45.000,00	45.000,00	-	-
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	7.000,00	7.000,00	-	-
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	11.214.400,00	11.214.400,00	5.106.973,30	45,53
Cota-Parte FPM	6.463.400,00	6.463.400,00	3.039.733,22	47,02
Cota-Parte ITR	12.000,00	12.000,00	136,82	1,14
Cota-Parte IPVA	313.000,00	313.000,00	161.123,05	51,47
Cota-Parte ICMS	4.306.000,00	4.306.000,00	1.876.466,10	43,57
Cota-Parte IPI-Exportação	80.000,00	80.000,00	22.720,31	28,40
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	40.000,00	40.000,00	6.793,80	16,98
Desoneração ICMS (LC 87/96)	40.000,00	40.000,00	6.793,80	16,98
Outras	-	-	-	-
<b>TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II</b>	<b>12.211.940,00</b>	<b>12.211.940,00</b>	<b>5.412.371,54</b>	<b>44,32</b>

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c) x 100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	2.135.200,00	2.135.200,00	535.794,98	25,09
Provenientes da União	1.771.200,00	1.771.200,00	489.713,98	27,64
Provenientes dos Estados	364.000,00	364.000,00	46.081,00	12,65
Provenientes de Outros Municípios	-	-	-	-
Outras Receitas do SUS	-	-	-	-
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	-	-	-	-
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	-	-	-	-
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	15.000,00	15.000,00	1.624,79	10,83
<b>TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE</b>	<b>2.150.200,00</b>	<b>2.150.200,00</b>	<b>537.419,77</b>	<b>24,99</b>

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e) x 100	Até o Bimestre (g)	% (g/e) x 100
DESPESAS CORRENTES	4.124.800,00	4.144.800,00	2.040.357,47	49,22	1.508.524,04	36,39
Pessoal e Encargos Sociais	1.801.000,00	1.741.000,00	684.172,07	39,29	663.479,15	38,10
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	2.323.800,00	2.403.800,00	1.356.185,40	56,41	845.044,89	35,15
DESPESAS DE CAPITAL	769.000,00	749.000,00	22.863,56	3,05	22.863,56	3,05
Investimentos	769.000,00	749.000,00	22.863,56	3,05	22.863,56	3,05
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)</b>	<b>4.893.800,00</b>	<b>4.893.800,00</b>	<b>2.063.221,03</b>	<b>42,15</b>	<b>1.531.387,60</b>	<b>31,29</b>



Página: 2 de 3  
30/07/2014 15:56

Prefeitura Municipal de Modelo-SC  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Junho 2014/Bimestre Maio-Junho

RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/IV f) x 100	Até o Bimestre (i)	% (i/IV g) x 100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	-	-	-	-	-	-
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	-	-	-	-	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	1.687.200,00	1.687.200,00	646.703,24	31,34	474.310,35	30,97
Recursos de Transferência do Sistema Único de Saúde - SUS	1.628.200,00	1.628.200,00	646.703,24	31,34	474.310,35	30,97
Recursos de Operações de Crédito	-	-	-	-	-	-
Outros Recursos	59.000,00	59.000,00	-	-	-	-
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	-	-	-	-	-	-
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	-	-	-	-	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	-	-	-	-	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO FOI APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES³	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS COM NÃO COMPUTADAS (V)	1.687.200,00	1.687.200,00	646.703,24	31,34	474.310,35	30,97
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	3.206.600,00	3.206.600,00	1.416.517,79	68,65	1.057.077,25	69,02
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VII / IIIB x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5					19,53	
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VII - (15 x IIIB) / 100]⁶					245.221,51	
EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE	
Total	-	-	-	-	-	
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º e 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS					
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (j)		Saldo Final (não aplicado)		
Total (VIII)	-	-		-		
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO					
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (k)		Saldo Final (não aplicado)		
Total (IX)	-	-		-		

Página: 3 de 3  
30/07/2014 15:56

Prefeitura Municipal de Modelo-SC  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Junho 2014/Bimestre Maio-Junho

RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (l)	% (l/ Total l) x 100	Até o Bimestre (m)	% (m/Total m) x 100
Atenção Básica	4.030.200,00	4.030.200,00	1.540.085,37	74,64	1.130.652,61	73,83
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	741.000,00	741.000,00	497.389,51	24,11	376.189,51	24,57
Suporte Profilático e Terapêutico	8.400,00	8.400,00	129,01	0,01	40,21	-
Vigilância Sanitária	93.500,00	93.500,00	25.380,07	1,23	24.268,20	1,58
Vigilância Epidemiológica	11.000,00	11.000,00	65,00	-	65,00	-
Alimentação e Nutrição	23.000,00	23.000,00	172,07	0,01	172,07	0,01
Outras Subfunções	16.700,00	16.700,00	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>4.923.800,00</b>	<b>4.923.800,00</b>	<b>2.063.221,03</b>	<b>100,00</b>	<b>1.531.387,60</b>	<b>100,00</b>

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 30/Jul/2014, 15h e 56m.

<sup>1</sup> Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício<sup>2</sup> O valor apresentado na intercessão com a coluna "h" ou a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".<sup>3</sup> O valor apresentado na intercessão com a coluna "h" ou a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".<sup>4</sup> Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício.<sup>5</sup> Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.<sup>6</sup> No último bimestre, será utilizada a fórmula  $[VI(h+i) - (15 \times IIb)/100]$ .

RICARDO LUIS MALDANER  
PREFEITO MUNICIPAL

JANICE MARTINI MULLER  
CONTADORA CRC 11983

CARLA LUISA ALEXIUS MARTINI  
AGENTE DE CONTROLE INTERNO

RREO ANEXO 13 SEM. 01/2014

Página: 1 de 1  
30/07/2014 15:57

Prefeitura Municipal de Modelo-SC  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**Demonstrativo das Despesas de Caráter Continuado Derivadas das Parcerias Público-Privadas**  
**Contratadas**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Dezembro/2014

Lei nº 11.079, de 30.12.2004,arts. 22, 25 e 28 - Anexo XIII												RS 1,00
ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2014					SALDO TOTAL					
		2014		Até o Bimestre (b)	EXERCÍCIO/ 2020	EXERCÍCIO/ 2021	EXERCÍCIO/ 2022	EXERCÍCIO/ 2023				
		No bimestre										
TOTAL DE ATIVOS											(c)=(a+b)	
Direitos Futuros												
Ativos Contabilizados na SPE												
Contrapartida para Provisões de PPP												
TOTAL DE PASSIVOS (I)												
Obrigações Não Relacionadas a Serviços												
Contrapartida para Ativos da SPE												
Provisões de PPP												
GARANTIAS DE PPP (II)												
SALDO LÍQUIDO DE PASSIVOS DE PPP (III)=(I-II)												
PASSIVOS CONTINGENTES												
Contraprestações Futuras												
Riscos Não Provisoriados												
Outros Passivos Contingentes												
ATIVOS CONTINGENTES												
Serviços Futuros												
Outros Ativos Contingentes												
DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	EXERCÍCIO/ 2015	EXERCÍCIO/ 2016	EXERCÍCIO/ 2017	EXERCÍCIO/ 2018	EXERCÍCIO/ 2019	EXERCÍCIO/ 2020	EXERCÍCIO/ 2021	EXERCÍCIO/ 2022	EXERCÍCIO/ 2023	
Do Ente Federado												
Das Entidades Não-Dependentes												
TOTAL DAS DESPESAS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
TOTAL DAS DESPESAS/(RCLs)												

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 30/jul/2014, 15h e 56m.

RICARDO LUIS MALDANER  
PREFEITO MUNICIPAL

JANICE MARTINI MÜLLER  
CONTADOR(A) CRC 11983

CARLA LUISA ALEXIUS MARTINI  
AGENTE DE CONTROLE INTERNO

**RREO ANEXO 14 SEM. 01/2014**

Página: 1 de 2  
30/07/2014 16:01

Prefeitura Municipal de Modelo - SC  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Junho 2014/Bimestre Maio-Junho

LRF, Art. 48 - Anexo XIV		R\$ 1,00		
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No bimestre	Até o bimestre	
<b>RECEITAS</b>				
Previsão Inicial da Receita	-		28.979.614,23	
Previsão Atualizada da Receita	-		28.979.614,23	
Receitas Realizadas	3.455.635,37		8.493.575,34	
Déficit Orçamentário			-	
Saldos de Exercícios Anteriores(Utilizados para Créditos Adicionais)	-		0,00	
<b>DESPESAS</b>				
Dotação Inicial	-		28.979.614,23	
Créditos Adicionais	-		0,00	
Dotação Atualizada	-		28.979.614,23	
Despesas Empenhadas	3.457.398,87		11.280.247,14	
Despesas Liquidadas	2.796.894,22		6.837.167,44	
Superávit Orçamentário			1.656.407,90	
<b>DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO</b>				
Despesas Empenhadas	3.457.398,87		11.280.247,14	
Despesas Liquidadas	2.796.894,22		6.837.167,44	
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL</b>				
Receita Corrente Líquida			13.683.970,40	
<b>RECEITAS E DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA</b>				
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)	0,00		0,00	
Despesas Previdenciárias Liquidadas(V)	0,00		0,00	
Resultado Previdenciário (VI)=(IV-V)	0,00		0,00	
<b>RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO</b>		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado Até o Bimestre (b)	% em Relação a Meta (b/a)
Resultado Nominal	-145.348,00		-1.819.687,39	1251,95
Resultado Primário	373.814,23		1.718.822,36	459,81
<b>RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO</b>		Inscrição	Cancelamento até o bimestre	Pagamento até o bimestre
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	22.296,66		0,00	22.296,66
Poder Executivo	22.296,66		0,00	22.296,66
Poder Legislativo	0,00		0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	0,00		0,00	0,00
Poder Executivo	0,00		0,00	0,00
Poder Legislativo	0,00		0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	22.296,66		0,00	22.296,66
				0,00

Página: 2 de 2  
30/07/2014 16:01

Prefeitura Municipal de Modelo - SC  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Junho 2014/Bimestre Maio-Junho

LRF, Art. 48 - Anexo XIV			R\$ 1,00	
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	No bimestre		Até o bimestre	
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais		
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre	
MÍNIMO ANUAL DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE	1.009.532,21	25%	18,65	
MÍNIMO ANUAL DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL	509.270,18	60%	61,83	
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	Valor apurado até o bimestre		Saldo Não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito	0,00		1.000.000,00	
Despesa de Capital Líquida	1.126.481,28		11.009.018,72	
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	Exercício	10º Exercício	20º Exercício	35º Exercício
<b>Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos</b>				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário (IV-V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor apurado até o bimestre		Saldo a Realizar	
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	0,00		550.000,00	
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	0,00		0,00	
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor Apurado Até o Bimestre	Limite Constitucional Anual		
		% Mínimo a Aplicar no exercício	% Aplicado Até o Bimestre	
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	1.057.077,25	15%	19,53	
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor Apurado no Exercício Corrente			
Total das Despesas/RCL (%)				

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 30/Jul/2014, 16h e 01m.

RICARDO LUIS MALDANER      JANICE MARTINI MULLER      CARLA LUISA ALEXIUS MARTINI  
PREFEITO MUNICIPAL      CONTADORA CRC 11983      AGENTE DE CONTROLE INTERNO

**RGF ANEXO 01 SEM. 01/2014**

Página: 1 de 1  
30/07/2014 16:05

Prefeitura Municipal de Modelo - SC

Relatório de Gestão Fiscal

**Demonstrativo da Despesa com Pessoal**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Julho/2013 a Junho/2014

RGF - ANEXO I (LRF, Art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS	
	(Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS
	(a)	(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	6.170.509,82	-
Pessoal Ativo	5.904.599,71	-
Pessoal Inativo e Pensionistas	84.989,78	-
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	180.920,33	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art.19 da LRF)(II)	-	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	-	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	-	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL(III) = (I-II)	6.170.509,82	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP(IV) = (IIIa + IIb)		6.170.509,82
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		
	Valor	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL(V)	13.683.970,40	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL(VI)=(IV/V) * 100	45,09	
LIMITE MÁXIMO (incisos I,II e III, art. 20 da LRF) - 60%	8.210.382,24	
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 57%	7.799.863,13	
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art.59 da LRF) - 54%	7.389.344,02	

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 30/Jul/2014, 16h e 05m.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

RICARDO LUIS MALDANER  
PREFEITO MUNICIPAL

JANICE MARTINI MULLER  
CONTADORA CRC 11983

CARLA LUISA ALEXIUS MARTINI  
AGENTE DE CONTROLE INTERNO

**RGF ANEXO 02 SEM. 01/2014**

Página: 1 de 2  
30/07/2014 16:06

Prefeitura Municipal de Modelo - SC  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
Janeiro a Junho de 2014

RGF - ANEXO 2 (LRF, art.55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	816.742,51	736.112,42	-
Dívida Mobiliária	-	-	-
Dívida Contratual	485.596,36	404.966,27	-
Interna	485.596,36	404.966,27	-
Externa	-	-	-
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	-	-	-
331.146,15	331.146,15	331.146,15	-
Demais Dívidas	-	-	-
DEDUÇÕES (II) <sup>1</sup>	570.396,85	2.309.454,15	-
Disponibilidade de Caixa Bruta	592.693,51	3.223.669,17	-
Demais Haveres Financeiros	-	-	-
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	22.296,66	914.215,02	-
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA - DCL (III) = (I - II)</b>	<b>246.345,66</b>	<b>-1.573.341,73</b>	<b>-</b>
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	11.630.735,29	13.683.970,40	-
% DA DC SOBRE A RCL (I/RCL)	7,02	5,38	-
% DA DCL SOBRE A RCL (III/RCL)	2,12	-11,50	-
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - <0,00%>			
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF - <0,00%>			
<u>DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL</u>			
DÍVIDA CONTRATUAL(IV = V + VI + VII + VIII)	485.596,36	404.966,27	-
DÍVIDA DE PPP(V)	-	-	-
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS(VI)	356.593,15	338.121,68	-
De Tributos	48.941,61	48.941,61	-
De Contribuições Sociais	307.651,54	289.180,07	-
Previdenciárias	307.651,54	289.180,07	-
Demais Contribuições Sociais	-	-	-
Do FTGS	-	-	-
Com Instituição Não Financeira	-	-	-
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA(VII)	129.003,21	66.844,59	-
Interna	129.003,21	66.844,59	-
Externa	-	-	-
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS(VIII)	-	-	-
<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>			
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	-	-	-
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	-	-	-
DEPÓSITOS	-	-	-
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	-	-	-

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 30/Jul/2014, 16h e 05m.

<sup>1</sup> Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total do Ativo Disponível mais os Haveres Financeiros for menor que Restos a Pagar Processados, não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", das Obrigações não integrantes da Dívida Consolidada - DC. Assim quando o cálculo de DEDUÇÕES(II) for negativo,



Página: 2 de 2  
30/07/2014 16:06

Prefeitura Municipal de Modelo - SC  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
Janeiro a Junho de 2014

RGF - ANEXO 2 (LRF, art.55, inciso I, alínea "b")  
colocar um "-" (traço) nessa linha.

R\$ 1,00

RICARDO LUIS MALDANER  
PREFEITO MUNICIPAL

JANICE MARTINI MULLER  
CONTADORA CRC 11983

CARLA LUISA ALEXIUS MARTINI  
AGENTE DE CONTROLE INTERNO

**RGF ANEXO 03 SEM. 01/2014**

Página: 1 de 1  
30/07/2014 16:06

Prefeitura Municipal de Modelo - SC  
Relatório de Gestão Fiscal  
**Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Junho de 2014

RGF - ANEXO III(LRF,art. 55, inciso I, alínea 'c' e art. 40, § 1º) R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
EXTERNAS(I)			
Aval ou fiança em operações de crédito			
Outras garantias nos Termos da LRF¹			
INTERNAS(II)			
Aval ou fiança em operações de crédito			
Outras garantias nos Termos da LRF¹			
<b>TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS(III)=(I+II)</b>			
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL(IV)	11.630.735,29	13.683.970,40	-
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL			
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL 0%	-	-	-
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 0,00%	-	-	-

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
EXTERNAS(V)			
Aval ou fiança em operações de crédito			
Outras garantias nos Termos da LRF¹			
INTERNAS(VI)			
Aval ou fiança em operações de crédito			
Outras garantias nos Termos da LRF¹			
<b>TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS(VII)=(V+VI)</b>			

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 30/Jul/2014, 16h e 06m.

Nota: ¹ Inclui garantias concedidas por meio de Fundos

RICARDO LUIS MALDANER  
PREFEITO MUNICIPAL

JANICE MARTINI MULLER  
CONTADORA CRC 11983

CARLA LUISA ALEXIUS MARTINI  
AGENTE DE CONTROLE INTERNO

**RGF ANEXO 04 SEM. 01/2014**

Página: 1 de 4  
30/07/2014 16:07

Prefeitura Municipal de Modelo - SC  
Relatório de Gestão Fiscal  
**Demonstrativo das Operações de Crédito**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Junho de 2014

RGF - ANEXO IV(LRF, art. 55, inciso I, alínea 'd' e inciso III alínea 'c')

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre de Referência (a)
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	-	-
Mobiliária	-	-
Interna	-	-
Externa	0,00	0,00
Contratual	-	-
Interna	-	-
Abertura de Crédito	-	-
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	-	-
Derivadas de PPP	-	-
Demais Aquisições Financiadas	-	-
Antecipação de Receita	-	-
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	-	-
Demais Antecipações de Receita	-	-
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas	-	-
Outras Operações de Crédito	-	-
Externa	0,00	0,00
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)	-	-
Parcelamentos de Dívidas	-	-
De Tributos	-	-
De Contribuições Sociais	-	-
Previdenciárias	-	-
Demais Contribuições Sociais	-	-
Do FGTS	-	-
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	-	-
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	-	-
Amparadas pelo Art. 9-N da Resolução Nº. 2.827/01, do CMN	-	-

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	%SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	13.683.970,40	-
OPERAÇÕES VEDADAS (III)	-	-
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)	-	-
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	-	-
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º art. 59 da LRF) - 90%	-	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	-	-
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	-	-
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V)=(IV+IIa)	-	-

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 30/Jul/2014, 16h e 06m.

Página: 2 de 4  
30/07/2014 16:07

Prefeitura Municipal de Modelo - SC  
Relatório de Gestão Fiscal  
**Demonstrativo das Operações de Crédito**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Junho de 2014

RGF - ANEXO IV(LRF, art. 55, inciso I, alínea 'd' e inciso III alínea 'c')

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre	Até o Quadrimestre de

RICARDO LUIS MALDANER  
PREFEITO MUNICIPAL

JANICE MARTINI MULLER  
CONTADORA CRC 11983

CARLA LUISA ALEXIUS MARTINI  
AGENTE DE CONTROLE INTERNO

Página: 3 de 4  
30/07/2014 16:07

Página: 4 de 4  
30/07/2014 16:07

**RGF ANEXO 05 SEM. 01/2014**

Página: 1 de 3  
30/07/2014 16:08

Prefeitura Municipal de Modelo - SC - Consolidado  
Relatório de Gestão Fiscal  
**Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa**  
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Junho de 2014

RGF - Anexo V (LRF, Art. 55, Inciso III, alínea 'a')

R\$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c) = (a - b)
Fonte de Recurso não Cadastrada	-	183.843,61	-183.843,61
Assistência Farmaceutica - Bloco BLAFB - Recursos FNS	-	540,65	-540,65
Atenção Basica - Bloco: BLATB - Recursos FNS	-	12.831,26	-12.831,26
Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	-	13.400,00	-13.400,00
CO-FINANCIAMENTO ATENÇÃO BASICA	-	4.020,00	-4.020,00
Cofinanciamento Estado Assistência Social	-	134,06	-134,06
Conv. FAS - MDSCF e FNAS	0,57	-	0,57
Convenio Ministério da Agricultura - PRODESA	3.475,70	-	3.475,70
Convenio Ministério das Cidades	6.179,40	109.958,33	-103.778,93
Convenio Transito - Civil	-	381,70	-381,70
Convenio Transito - Militar	-	170,00	-170,00
Convenio Transporte Escolar -Estado	-	7.215,04	-7.215,04
FUNDEB - Educação - Outras despesas	-	29.862,55	-29.862,55
FUNDEB Profissionais da Educação	1.477,99	14.567,73	-13.089,74
IGD - BOLSA FAMILIA	4.802,07	-	4.802,07
Programa As.Soc. IGD / SUAS	1.265,62	1.892,10	-626,48
Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE	10,42	-	10,42
Programa: PBVII - Piso Basico VariAV. II - Idosos e Crianças de 0 a 6 anos e suas familias/cras- Recursos FNAS	91,69	384,65	-292,96
Programa: PBF/CRAS - Piso Basico Fixo - Recursos FNAS	10.991,26	4.474,59	6.516,67
Programa: PTMC - Pessoa c/Deficiencia, Idosa e suas Familia - PSE/Recursos FNAS -	4.125,75	2.100,30	2.025,45
Programa: PVMC - PETI - Piso Variavel de Media Complexidade - Recursos FNAS	32.278,62	4.449,23	27.829,39
Receita de impostos e Transf. de Imp.EDUCAÇÃO	8.242,63	45.794,39	-37.551,76
Recursos Convenio - Merenda Escolar PNAE União	8.684,71	5.035,33	3.649,38
Recursos Alta Complexidade - Benefícios - Social - Estado	-	180,79	-180,79
Recursos Alta Complexidade - Custeio - Estado	-	878,00	-878,00



Prefeitura Municipal de Modelo - SC - Consolidado  
Relatório de Gestão Fiscal  
**Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa**  
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Junho de 2014

RGF - Anexo V (LRF, Art. 55, Inciso III, alínea 'a')		R\$ 1,00		
DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c) = (a - b)	
Recursos Convenio Transporte escolar - Estado	7.655,00	-	7.655,00	
Recursos de Impostos - SAUDE	71.286,29	103.778,54	-32.492,25	
Recursos FUNDAM - Desenv.Municip. - Investimentos -Estado	661.618,56	-	661.618,56	
Salário Educação	38.838,06	140,90	38.697,16	
Transf. Convênios - Educação	84,61	-	84,61	
Transf. Recursos - FNAS - Prog.Assist.Social	0,18	-	0,18	
Transf. Recursos - FNDE	34.525,00	-	34.525,00	
Transf. Recursos - SUS Gestão Plena PPI	18.332,89	11,53	18.321,36	
TRANSF-CONVENIOS UNIAO	111.310,63	-	111.310,63	
Transf.de Convênios Diversos	119.078,15	-	119.078,15	
Transf.Estado/NASF/Compl.Prog.Saude da Familia e outros afins atend.saude no municipio	-	190,00	-190,00	
Transferencia Uniao para Centro Eventos	18,74	-	18,74	
Transferencias Convenios Governo Estado Santa Catarina e Secretarias para obras, equipamentos, veiculos M	445.699,65	84.580,30	361.119,35	
Transferências do FUNDEB (aplicação na remuneração dos profissionais do Magisterio em efetivo exercício na	246.239,38	-	246.239,38	
Vigilancia em Saude - Bloco: BLVS - Recursos FNS	-	65,00	-65,00	
<b>TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)</b>	<b>1.836.313,57</b>	<b>630.880,58</b>	<b>1.205.432,99</b>	
Alienação de Bens destinados a Outros Programas	45,90	-	45,90	
Recursos Ordinários	1.373.236,69	462.778,46	910.458,23	
Taxas FUNREBOM	14.073,01	4.399,59	9.673,42	
<b>TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)</b>	<b>1.387.355,60</b>	<b>467.178,05</b>	<b>920.177,55</b>	
<b>TOTAL (III) = (I+II)</b>	<b>3.223.669,17</b>	<b>1.098.058,63</b>	<b>2.125.610,54</b>	

**REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES<sup>1</sup>**

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 30/Jul/2014, 16h e 07m.

Nota:<sup>1</sup> A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial

Prefeitura Municipal de Modelo - SC - Consolidado  
Relatório de Gestão Fiscal  
**Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa**  
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Junho de 2014

RGF - Anexo V (LRF, Art. 55, Inciso III, alínea 'a')

R\$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	R\$ 1,00		
	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c) = (a - b)

OBS: Existem Contas Contábeis que estão sem vínculo com a Fonte de Recurso.  
Execute a rotina de Verifica Inconsistências no Cpadm\Arquivos para identificar as Contas Contábeis!

RGF ANEXO 06 SEM. 01/2014

Página: 1 de 3  
30/07/2014 16:09

Prefeitura Municipal de Modelo - SC - Consolidado  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR**  
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
Janeiro a Junho de 2014

RGF - ANEXO VI (LRF, Art. 55, Inciso III, alínea 'b')

R\$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA(ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
	Liquidados e Não Pagos (Processados)		Empenhados e Não Liquidados (Não processados)			
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício		
Fonte de Recurso não Cadastrada	-	-	-	-	-183.843,61	-
Assistência Farmaceutica - Bloco BLAFB - Recursos FNS	-	540,65	-	14.640,01	-540,65	-
Atenção Basica - Bloco: BLATB - Recursos FNS	-	12.831,26	-	70.499,32	-12.831,26	-
Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	-	13.400,00	-	49.400,00	-13.400,00	-
CO-FINANCIAMENTO ATENÇÃO BASICA	-	4.020,00	-	9.689,01	-4.020,00	-
Cofinanciamento Estado Assistencia Social	-	134,06	-	4.983,44	-134,06	-
Conv. FAS - MDSCF e FNAS	-	-	-	200,00	0,57	-
Convenio Ministerio da Agricultura - PRODESA	-	-	-	-	3.475,70	-
Convenio Ministerio das Cidades	-	109.958,33	-	122.925,00	-103.778,93	-
Convenio Transito - Civil	-	381,70	-	200,00	-381,70	-
Convenio Transito - Militar	-	170,00	-	200,00	-170,00	-
Convenio Transporte Escolar -Estado	-	7.215,04	-	25.487,22	-7.215,04	-
FUNDEB - Educação - Outras despesas	-	29.862,55	-	76.948,73	-29.862,55	-
FUNDEB Profissionais da Educação	-	14.567,73	-	-	-13.089,74	-
IGD - BOLSA FAMILIA	-	-	-	200,00	4.802,07	-
PISO BASICO DE TRANSIÇÃO	-	-	-	200,00	-	-
Programa As.Soc. IGD / SUAS	-	1.892,10	-	2.979,56	-626,48	-
Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE	-	-	-	20.459,80	10,42	-
Programa: PBVII - Piso Basico VariAV. II - Idosos e Crianças de 0 a 6 an	-	384,65	-	8.687,15	-292,96	-
Programa: PBF/CRAS - Piso Basico Fixo - Recursos FNAS	-	4.474,59	-	25.409,29	6.516,67	-
Programa: PTMC -Pessoa c/Deficiencia, Idosa e suas Familia - PSE/Recu	-	2.100,30	-	701,00	2.025,45	-
Programa: PVMC - PETI - Piso Variavel de Media Complexidade - Recurs	-	4.449,23	-	17.409,94	27.829,39	-
PSE MC PETI BOLSA RURAL	-	-	-	200,00	-	-
Receita de Impostos e Transf. de Imp.EDUCAÇÃO	-	45.794,39	-	250.396,27	-37.551,76	-
Recursos Convenio - Merenda Escolar PNAE União	-	5.035,33	-	0,01	3.649,38	-
Recursos PAR Educação MEC/FNDE	-	-	-	34.525,00	-	-

Prefeitura Municipal de Modelo - SC - Consolidado  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR**  
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
Janeiro a Junho de 2014

RGF - ANEXO VI (LRF, Art. 55, Inciso III, alínea 'b')

R\$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA(ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
	Liquidadados e Não Pagos (Processados)		Empenhados e Não Liquidadados (Não processados)			
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício		
Recursos Alta Complexidade - Benefícios - Social - Estado	-	180,79	-	200,00	-180,79	-
Recursos Alta Complexidade - Custeio - Estado	-	878,00	-	12,68	-878,00	-
Recursos Convênio Transporte escolar - Estado	-	-	-	-	7.655,00	-
Recursos de Impostos - SAUDE	-	103.778,54	-	359.440,54	-32.492,25	-
Recursos FUNDAM - Desenv.Municip.- Investimentos -Estado	-	-	-	638.500,00	661.618,56	-
Salario Educação	-	140,90	-	5.035,00	38.697,16	-
Transf. Convênios - Educação	-	-	-	-	84,61	-
Transf. Recursos - FNAS - Prog.Assist.Social	-	-	-	-	0,18	-
Transf. Recursos - FNDE	-	-	-	-	34.525,00	-
Transf. Recursos - SUS Gestão Plena PPI	-	11,53	-	-	18.321,36	-
TRANSF.CONVENIOS UNIAO	-	-	-	-	111.310,63	-
Transf.de Convênios Diversos	-	-	-	-	119.078,15	-
Transf.Estado/NASF/Compl.Prog.Saude da Familia e outros afins atend	-	190,00	-	27.964,55	-190,00	-
Transferencia Uniao para Centro Eventos	-	-	-	-	18,74	-
Transferencias Convênios Governo Estado Santa Catarina e Secretarias	-	84.580,30	-	539.196,69	361.119,35	-
Transferências do FUNDEB (aplicação na remuneração dos profissionais	-	-	-	-	246.239,38	-
Vigilancia em Saude - Bloco: BLVS - Recursos FNS	-	65,00	-	200,00	-65,00	-
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	-	447.036,97	-	2.306.890,21	1.205.432,99	-
Alienação de Bens destinados a Outros Programas	-	-	-	-	45,90	-
Convênio Transito - Prefeitura	-	-	-	257,60	-	-
Recursos Ordinários	-	462.778,46	-	2.133.238,23	910.458,23	-
Taxas FUNREBOM	-	4.399,59	-	2.693,66	9.673,42	-
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	-	467.178,05	-	2.136.189,49	920.177,55	-
TOTAL (III) = (I+II)	-	914.215,02	-	4.443.079,70	2.125.610,54	-

Prefeitura Municipal de Modelo - SC - Consolidado  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR**  
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
Janeiro a Junho de 2014

RGF - ANEXO VI (LRF, Art. 55, Inciso III, alínea 'b')

R\$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR			DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA(ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
	Liquidados e Não Pagos (Processados)		Empenhados e Não Liquidados (Não processados)		
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício			
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹	-	-	-	-	-

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 30/Jul/2014, 16h e 09m.

Nota:¹ A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial

OBS: Existem Contas Contábeis que estão sem vínculo com a Fonte de Recurso.

Execute a rotina de Verifica Inconsistências no CPadm\Arquivos para identificar as Contas Contábeis!

**RGF ANEXO 07 SEM. 01/2014**Página: 1 de 2  
30/07/2014 16:10

Prefeitura Municipal de Modelo - SC  
Relatório de Gestão Fiscal  
**Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
1º Semestre de 2014

LRF, Art. 48 - Anexo VII R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal DTP	6.170.509,82	45,09
Limite Máximo (incisos I,II e III, art. 20 da LRF) - 60,00	8.210.382,24	60,00
Limite Prudencial (§ único, art. 22 da LRF) - 57,00	7.799.863,13	57,00

DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	-1.573.341,73	-11,50
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	-	-

GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias	-	-
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	-	-

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas	-	-
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	-	-
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de		
Crédito Internas e Externas	-	-
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de		
Crédito por Antecipação da Receita	-	-

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 30/Jul/2014, 16h e 10m.

RICARDO LUIS MALDANER  
PREFEITO MUNICIPALJANICE MARTINI MULLER  
CONTADORA CRC 11983CARLA LUISA ALEXIUS MARTINI  
AGENTE DE CONTROLE INTERNO

Página: 2 de 2  
30/07/2014 16:10



## Monte Carlo

### PREFEITURA

#### Processo Licitatório Nº 60/2014

MUNICÍPIO DE MONTE CARLO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 33/2014

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Pelo presente Contrato e na melhor forma de direito, as partes abaixo qualificadas:

GRUPO MUSICAL KARISMA LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, com sede na cidade de Marau, Estado do Rio Grande do Sul, na Rua Vitório Tessaro nº 289, inscrita no CNPJ/MF sob nº 00.126.130.0001.75, neste ato representada na forma de seu Contrato Social pelo Sr. OCLAIR DAGHETTI, portador do CPF nº 493.472.920.87 doravante denominada simplesmente, "CONTRATADA"; e

MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público, com sede na Rodovia SC 452, Km 24, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ/MF sob nº 95.996.104/0001-04, neste ato representada pelo Sr. MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA, investido nas atribuições que lhe conferem o cargo de Prefeito Municipal, doravante denominada simplesmente, "CONTRATANTE".

Têm entre si justo e contratado o presente CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS no oferecimento de apresentação de show musical, que vigorará segundo o disposto nas leis 8.245/91 e 8.666/93, além dos Princípios Gerais da Administração Pública e as cláusulas e condições seguintes:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA: OBJETO

O Objeto da presente Inexigibilidade é a contratação de atração artística musical diretamente, para apresentação de show musical para o dia 26 de setembro de 2014 nas festividades de comemoração da emancipação político administrativa do município.

#### CLÁUSULA SEGUNDA: PRAZO

O prazo de vigência da referida contratação inicia-se na data de Assinatura do presente termo e final no fim do show com o respectivo pagamento.

#### CLÁUSULA TERCEIRA: VALOR DA CONTRATAÇÃO E FORMA DE PAGAMENTO

- O Preço para a presente contratação é de R\$ 7.000,00 (sete mil reais) global.
- A CONTRATANTE pagará o valor global à CONTRATADA no dia da realização do evento.
- O show com Banda Karisma realizar-se-a dia 26 de setembro de 2014.
- O show duração de 04:00 horas.

#### CLÁUSULA QUARTA: DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E EMPENHO

As despesas decorrentes deste contrato enquadram-se na Dotação Orçamentária do exercício de 2014, como segue:

- Órgão 03 - Secretaria Municipal de Administração
- Unidade 05- Secretaria Municipal de Administração
- Projeto/Atividade - 2029 - Festividades Municipais.

E por assim estarem, justas e contratadas, as partes firmam o presente Contrato em 3 (três) vias, de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Monte Carlo, 30 de Julho de 2014

## Morro da Fumaça

### PREFEITURA

#### Extrato do Contrato da Tomada de Preço 015/2014 FMAS

MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA. EXTRATO DO CONTRATO DA TOMADA DE PREÇO 015/2014 FMAS. A EMPRESA CASA DO CONSTRUTOR & CONSTRUÇÕES EIRELI ME, VENCEU O ITEM 1: CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE REFERENCIA DA ASSISTENCIA SOCIAL NO MUNICIPIO DE MORRO NO VALOR DE R\$ 304.485,02,. HOMOLOGADA EM 29/07/2014.

MICHEL ANTÔNIO MACCARI  
SECRETÁRIO DE FINANÇAS.

# Navegantes

## PREFEITURA

### Lei 2897 Regulamenta Estaqueamento No Perímetro Urbano

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
Rua João Emílio n.º 100 - Centro - Telefone (47) 3342-9500  
CEP 88370-446 - Navegantes - SC  
CNPJ 83.102.855/0001-50  
www.navegantes.sc.gov.br

LEI N.º 2897 DE 10 DE JULHO DE 2014  
REGULAMENTA A EXECUÇÃO DO ESTAQUEAMENTO NO PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais. FAÇO saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e EU sanciono a seguinte lei complementar:

Art. 1.º Fica proibido o uso de bate-estacas tipo "queda livre" (martelo de gravidade) nos casos em que o (s) ponto (s) de estaqueamento esteja (m) situado (s) a uma distância inferior a 25,00 (vinte e cinco) metros de outras edificações.

§ 1.º Exceção-se do presente artigo os casos em que seja apresentado um Relatório de Vizinhança, o qual deve incluir, no mínimo, as edificações localizadas num raio de 25,00 (vinte e cinco) metros dos pontos de estaqueamento, e conter, ao menos, os seguintes itens: endereço da edificação vistoriada ou croqui de localização; data da vistoria; autor da vistoria; características do imóvel (padrão construtivo, idade aparente e estado de conservação); relatório fotográfico; descrição das eventuais patologias encontradas; Anotação de Responsabilidade Técnica - A.R.T. (ou Registro de Responsabilidade Técnica - R.R.T.) e também nas áreas urbanas que margeiam o rio Itajaí-Açu.

§ 2.º O referido relatório, de que trata o parágrafo anterior, deverá ser elaborado em 3 (três) vias, sendo, uma, entregue ao proprietário da edificação vistoriada, uma à Prefeitura e uma ao proprietário da obra.

Art. 2.º O uso de bate-estacas de outros tipos que não se enquadram no artigo primeiro, será permitido, sendo facultativa a apresentação do Relatório de Vizinhança.

Art. 3.º Fica estabelecido que os casos em que houver a presença de residências situadas a uma distância inferior a 100,00 (cem) metros do ponto de estaqueamento, independentemente do tipo de estaqueamento utilizado, o horário de execução será limitado conforme o descrito abaixo:

I - das 8 h às 12 h no período matutino;  
II - das 14 h às 18 h no período vespertino;  
III - nos domingos e feriados, fica proibida a utilização de bate-estacas.

Art. 4.º Fica revogada, na íntegra, a lei n.º 2851 de 21 de março de 2014.

Art. 5.º Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 10 DE JULHO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta lei foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 10 de julho de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

### Pregão Presencial Nº13/2014 FMAS

RETIFICAÇÃO DO TÍTULO DA PUBLICAÇÃO DO DIA 29/07/2014

ONDE LÊ-SE:

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 11/2014 FMAS

LÊ-SE:

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 13/2014 FMAS

### Ata Pregão Presencial 158/2014 PMN

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

ATA TOMADA DE PREÇO 158/2014 PMN

ABERTO O CERTAME COM A PRESENÇA DAS EMPRESAS, CONSTRUTORA RENASCENCE (DEVIDAMENTE CREDENCIADA) E EMPRESA ÊXITO CONSTRUÇÕES (NÃO CREDENCIADA-APRESENTOU DECLARAÇÃO DE CREDENCIAMENTO SEM FIRMA RECONHECIDA) APÓS O PRESIDENTE INFORMOU QUE A EMPRESA RENASCENCE ERA A EMPRESA QUE APRESENTOU SIMPLIFICADA E DECLARAÇÃO DE ME/EPP FAZENDO JUS AO BENEFÍCIO DA LEI COMPLEMENTAR 123/2006.

APÓS AS CONSIDERAÇÕES DE PRAXE, O PRESIDENTE E A COMISSÃO ABRIRAM O ENVELOPE DE HABILITAÇÃO, CONSTATANDO QUE AS EMPRESAS FORAM HABILITADAS, APÓS FOI SOLICITADO À EMPRESA ÊXITO QUE ENCAMINHASSE A RENÚNCIA AO RECURSO POIS NÃO HAVIA CREDENCIADO PRESENTE, SANADO, FORAM ABERTAS AS PROPOSTAS. A PROPOSTA DA EMPRESA ÊXITO FOI R\$ 484.000,00 E A PROPOSTA DA EMPRESA CONST. RENASCENCE FOI R\$ 488.320,79 COMO A EMPRESA RENASCENCE FOI A ÚNICA A APRESENTAR A SIMPLIFICADA E DECLARAÇÃO DE ME/EPP NO CREDENCIAMENTO FOI DADO A OPORTUNIDADE DE COBRIR O VALOR DA PRIMEIRA (ÊXITO) O SR. MARCELO RODRIGUES REPRESENTANTE DA RENASCENCE COBRIU COM O VALOR R\$ 483.500,00 E FOI COMUNICADO QUE A MESMA FOI VENCEDORA DO CERTAME.

FICAM DESDE JÁ INTIMADOS OS INTERESSADOS DO PRESENTE, MOMENTO EM QUE SE ENCERRA A SESSÃO E ENCAMINHA-SE A AUTORIDADE COMPETENTE.

ASS. PRESIDENTE DA COMISSÃO E COMISSÃO PERMANENTE.

Navegantes 30 de julho de 2014

### Ata Pregão Nº 157/2014 PMN

Prefeitura Municipal de Navegantes

Ata Pregão nº 157/2014 PMN

REABERTO A SESSÃO AS 14 HORAS CONFORME AGENDADO/PUBLICADO ANTERIORMENTE, RETORNANDO A ETAPA DE LANCE AGORA COM A VERIFICAÇÃO/CADASTRO DA EMPRESA COM. CATARINENSE DE ARMARINHO JUNTO COM SUA PROPOSTA, ESTAVAM PRESENTES OS REPRESENTANTES DAS EMPRESAS TECNOAL SR. FERNANDO, E FORN. COM. TÊXTIL SR. GUSTAVO K. RESCAROLI, APÓS AS CONSIDERAÇÕES E VERIFICAÇÃO DA PROPOSTA E FOLDER PELOS PRESENTES DEU-SE INÍCIO A ETAPA DE LANCES, E EM SEGUIDA NÃO HAVENDO MENÇÃO DE RECURSO ENCERROU-SE A PRESENTE SESSÃO.

Douglas Lemos

Pregoeiro,

Navegantes 30 de julho de 2014

# Nova Trento

## PREFEITURA

### Termo de Autorização de Uso 006/2014

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO Nº 006/2014

Origem: Processo Licitatório Nº 077/2014 - Inexigibilidade Nº 005/2014. Poder Público: Prefeitura de Nova Trento. Endereço: Praça del Comune, 126, Centro, 88270-000, CNPJ 82.925.025/0001-60. Autorizada: ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE NOVA TRENTINO, CNPJ nº 78.540.846/0001-01, estabelecida na Rua Salvador Gessele, nº 50, Centro, Nova Trento/SC. Objeto do Termo de Autorização de Uso: Constitui objeto deste termo a autorização para utilização de espaço público, especificado pelo Poder Público, nos termos da cláusula 2.6 do edital, a título precário, durante as festividades da "XXII Incanto Trentino", de 08 à 10 de agosto de 2014. Vigência: de 08 à 10 de agosto de 2014.

Nova Trento, 29 de julho de 2014.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI

Prefeito Municipal

### Termo de Autorização de Uso 005/2014

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO Nº 005/2014

Origem: Processo Licitatório Nº 077/2014 - Inexigibilidade Nº 005/2014. Poder Público: Prefeitura de Nova Trento. Endereço: Praça del Comune, 126, Centro, 88270-000, CNPJ 82.925.025/0001-60. Autorizada: CIRCULO TRENTINO DE NOVA TRENTINO, CNPJ nº 78.540.796/0001-62, estabelecida na Rua Melvin Jhones, nº 40, Bezenello, Nova Trento/SC. Objeto do Termo de Autorização de Uso: Constitui objeto deste termo a autorização para utilização de espaço público, especificado pelo Poder Público, nos termos da cláusula 2.6 do edital, a título precário, durante as festividades da "XXII Incanto Trentino", de 08 à 10 de agosto de 2014. Vigência: de 08 à 10 de agosto de 2014.

Nova Trento, 29 de julho de 2014.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI

Prefeito Municipal

### Portaria Nº 661/2014

PORTARIA Nº 661/2014

Designa Servidores para acompanhar e fiscalizar a execução da Ata de Registro de Preços nº 023/2014

Gian Francesco Voltolini, Prefeito de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, com fundamento no que determina o Artigo 67, caput e seus §§1º e 2º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e demais alterações, e usando da competência que lhe confere o item VIII do artigo 94 da Lei Orgânica Municipal, de 04/04/90, RESOLVE:

Art. 1º - Nomear como responsáveis pela fiscalização da Ata de Registro de Preços nº 023/2014, os Senhores EDUARDO FABRIS DA SILVA - Matrícula 5556, FLAVIO MOACIR VALLE - Matrícula 6154, EDSON CADORIN - Matrícula 6153 e HAMILTON JUNIOR DOS SANTOS - Matrícula 6423, cujo objeto desta Ata de Registro de Preços é a montagem e desmontagem de equipamentos diversos (PAVILHÃO, CAMARIM, PALCO, TABLADO, STANDS, PIRÂMIDES, FECHAMENTO/GRADES DE PROTEÇÃO, SONORIZAÇÃO E ILUMINAÇÃO, GERADOR E BANHEIROS QUÍMICOS), para a XXII Incanto Trentino, que será realizada nos dias 07 a 10 de Agosto

de 2014, conforme quantidades e especificações técnicas contidas no anexo I do Processo Licitatório 068/2014.

Art. 2º - Atribui aos Senhores listados acima, anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da Ata de Registro de Preços, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

Art. 3º - As decisões e providências que ultrapassarem a competência dos representantes deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 4º - É facultado aos responsáveis, sempre que entender necessário ao melhor cumprimento de suas obrigações, a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua Publicação, revogadas as disposições em contrário.

Nova Trento, 01 de agosto de 2014.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada a presente Portaria em 01 de agosto de 2014.

# Novo Horizonte

## PREFEITURA

### Lei 504/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

Prefeitura Municipal de Novo Horizonte/SC.

Rua José Fabro, 01 - Centro - CEP: 89.998-000

Fone: (49) 3362 0024 - e-mail - pmnh@novohorizonte.sc.gov.br

Lei nº 504 de 17 de julho de 2014

Autoriza o Poder Executivo Municipal a doar terreno rural, com área de 1000m2, bem como, sua benfeitoria à Associação de Trabalhadores Rurais Seis Amigos de Linha Amazonas e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Novo Horizonte, Estado de Santa Catarina, nos termos da legislação em vigor, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a doar o terreno rural, com área de 1.000m2, e sua benfeitoria, de propriedade do Município de Novo Horizonte, devidamente avaliados por Comissão Especial, conforme laudo constante no Anexo Único desta Lei para a Associação de Trabalhadores Rurais Seis Amigos de Linha Amazonas, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.966.458/0001-98, localizado em Linha Amazonas, neste Município de Novo Horizonte (SC).

Art. 2º - A baixa no controle patrimonial e a transferência do bem imóvel de que trata o artigo 1º será efetuada mediante a assinatura do termo de doação à entidade beneficiada.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revoga disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte (SC),  
em 17 de julho de 2014.

ELI MARIOTT

Prefeito Municipal

### Lei 505/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

Prefeitura Municipal de Novo Horizonte/SC.

Rua José Fabro, 01 - Centro - CEP: 89.998-000

Fone: (49) 3362 0024 - e-mail - pmnh@novohorizonte.sc.gov.br

Lei nº 505 de 30 de julho de 2014

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO DE NOVO HORIZONTE A FIRMAR CONVÊNIO COM O ESTADO DE SANTA CATARINA, ATRAVÉS DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR, PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE BOMBEIROS.

O Prefeito Municipal de Novo Horizonte, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com o Estado de Santa Catarina, através do Corpo de Bombeiros Militar para a execução dos serviços de bombeiros e regular as atividades de segurança contra sinistros, busca

e salvamento de pessoas e bens, atendimento pré-hospitalar, exames de projetos e vistorias de segurança contra sinistros em edificações, ações de defesa civil, desenvolvidas pela Corporação, através de sua Organização de Bombeiro Militar.

Art. 2º - Os recursos gerados no cumprimento do convênio serão depositados em conta bancária deste município denominada PREFEITURA/CONVÊNIO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR, e aplicados exclusivamente no investimento em segurança contra incêndio e outros sinistros, como aquisição de viaturas, equipamentos, instalações físicas e despesas de custeio da atividade de bombeiro militar

Art. 3º Para compor o efetivo de prontidão fica autorizado o Município a ceder servidores municipais efetivos para a Organização de Bombeiros Militar, para atuarem como auxiliares de defesa civil.  
Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte/SC.

Em 30 de julho de 2014

ELI MARIOTT

Prefeito Municipal

### Lei 506/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

Prefeitura Municipal de Novo Horizonte/SC.

Rua José Fabro, 01 - Centro - CEP: 89.998-000

Fone: (49) 3362 0024 - e-mail - pmnh@novohorizonte.sc.gov.br

Lei nº 506 de 30 de julho de 2014

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Novo Horizonte, Estado de Santa Catarina; Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art 1º Fica criado o Conselho Municipal do Idoso de Novo Horizonte, encarregado de formular a política do idoso e de promover a sua implementação.

Art. 2º O Conselho Municipal do Idoso será composto por 08 (oito) membros titulares com seus respectivos suplentes, assim indicados:

I - 04 (quatro) membros representantes de entidades privadas dedicadas ao atendimento do idoso, reconhecidamente envolvidas com esta política junto à comunidade;

II - 04 (quatro) membros representantes do governo municipal, das seguintes Secretarias Municipais:

- a) Administração;
- b) Assistência Social;
- c) Saúde; e
- d) Educação.

Parágrafo único. Para efeitos do inciso I deste artigo, são consideradas entidades de atendimento ao idoso, os Clubes de Serviço, Grupos de Convivência, Clubes de Mães, Liga das Senhoras, Asilo, Casa Dia, Casa Lar 3ª Idade.

Art. 3º São atribuições do Conselho Municipal do Idoso do Município de Novo Horizonte:

- I - promover a integração do idoso no contexto social;
- II- a promoção, proteção e recuperação da saúde do idoso;
- III - assegurar ao idoso sua cidadania e seu bem estar, na família e na comunidade;
- IV - promover ações que visem a valorização do idoso, em todos

os seus níveis;

V - acompanhar a criação, instalação e manutenção de grupos de convivência, bem como, de centros de convivência destinados ao desenvolvimento de programas que melhorem as condições de vida do idoso;

VI - estimular através de dispositivos legais, a criação pela iniciativa privada de centros de assistência ao idoso;

VII - fiscalizar as entidades ligadas a política do idoso, que recebem dotações ou auxílios originárias dos cofres públicos;

VIII - representar as autoridades competentes os casos de descumprimento injustificado de suas deliberações;

IX - deliberar sobre seu Estatuto Social, seu Regimento Interno, a escolha da sua diretoria, o tempo de duração do mandato e a forma de eleição dos respectivos conselheiros.

§ 1º O Conselho Municipal do Idoso executará, respeitada a competência do Município, as atribuições previstas na Lei Federal nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994, regulamentada pelo Decreto nº 1.948, de 3 de julho de 1996, bem como na Lei Federal nº 10.741, de 10 de outubro de 2003 e suas alterações.

§ 2º Excepcionalmente, enquanto não adotadas as providências mencionadas no inciso IX do artigo 3º desta Lei, o Conselho Municipal do idoso será presidido por uma das pessoas indicadas que será nomeada por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 4º Considera-se idoso, para o efeito desta Lei, a pessoa com 60 anos ou mais, conforme disposição da Lei Federal nº 8.842, de 04 de janeiro de 1994.

Art. 5º Pelo desempenho de seus mandatos, os conselheiros designados na forma prevista no artigo 2º não são remunerados. Parágrafo único. Os conselheiros deverão ter idade acima de trinta e cinco anos.

Art. 6º A presente Lei será regulamentada por Decreto do Poder Executivo Municipal.

Art. 7º Para cobrir as despesas decorrentes da execução da presente lei, serão usados recursos do orçamento municipal.

Art. 8º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte/SC.

Em 30 de julho de 2014

ELI MARIOTT

Prefeito Municipal

## Ouro Verde

### PREFEITURA

#### Extrato Edital

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 0062/2014 O Município de Ouro Verde, por intermédio da Prefeita Municipal, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Objeto: Aquisição de materiais de construção para conclusão das Unidades Habitacionais do Programa PNHR - Programa Nacional de Habitação Rural do município de Ouro Verde/SC. Entrega dos Envelopes: Até as 09h00min horas do dia 11 de agosto 2014. Credenciamento, sessão de lances e Habilitação: Às 09h05min horas do dia 11 de agosto de 2014. Obtenção do Edital: Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Ouro Verde, na Rua João Maria Conrado, nº. 425, ou pelo site [www.ouroverde.sc.gov.br](http://www.ouroverde.sc.gov.br), ou pelo fone (49) 3447-0007.

Ouro Verde (SC), 30 de julho de 2014.

Rosane Minetto Selig

Prefeita Municipal.



**Paial****PREFEITURA****Dispensa de Licitação 005/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIAL

RESUMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Dados do Processo Licitatório: Processo de Licitação 39/2014 - Dispensa de Licitação 05/2014

Objeto: Contratação de serviços para pintura de faixas de sinalização - conforme memorial descritivo - no Município de Paial em conformidade com o art. 24, I da Lei 8.666/93.

Contrato nº 56/2014

Contratado: VR ENGENHARIA - CONSTRUTORA E ASSESSORIA TÉCNICA LTDA

CNPJ: 07.088.869/0001-89

Data do Contrato: 30/07/2014

Valor do Contrato: R\$12.549,090

Informações complementares: Dispensa de Licitação Lei 8.666 Artigo 24 - Inciso I

Município de Paial - SC em 30 de julho de 2014

ALDAIR ANTONIO RIGO

Prefeito Municipal

**Palhoça****PREFEITURA****Portaria Nº. 2239/2014.**

PORTARIA Nº. 2239/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER ESTABILIDADE para ALEXSANDER DA SILVA, titular do cargo de Engenheiro Civil, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Planejamento e Infraestrutura, da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 53 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de março de 2014.

Palhoça, SC, em 13 de junho de 2014.

DANIEL BROERING HARGER

Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA

Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 13/06/2014 a 28/06/2014

Patrícia Schmitz

DG - Expediente

**PORTARIA Nº. 2240/2014.**

PORTARIA Nº. 2240/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER ESTABILIDADE para ANA CRISTINA DE SOUZA, titular do cargo de Assistente Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Administração, da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 53 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de abril de 2014.

Palhoça, SC, em 13 de junho de 2014.

DANIEL BROERING HARGER

Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA

Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 13/06/2014 a 28/06/2014

Patrícia Schmitz

DG - Expediente

**PORTARIA Nº. 2241/2014.**

PORTARIA Nº. 2241/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONCEDER ESTABILIDADE para DEIVID ISAIAS KLEY DA SILVA, titular do cargo de Agente de Serviços Operacionais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 53 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de maio de 2014.

Palhoça, SC, em 13 de junho de 2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO  
Secretário de Saúde

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça  
PUBLICADO NO MURAL

Em 13/06/2014 a 28/06/2014

Patrícia Schmitz  
DG - Expediente

**PORTARIA Nº. 2242/2014.**

PORTARIA Nº. 2242/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONCEDER ESTABILIDADE para CARIN COSTA MORAES, titular do cargo de Enfermeiro (ESF), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 53 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de maio de 2014.

Palhoça, SC, em 13 de junho de 2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO  
Secretário de Saúde

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça  
PUBLICADO NO MURAL

Em 13/06/2014 a 28/06/2014

Patrícia Schmitz  
DG - Expediente

**PORTARIA Nº. 2243/2014.**

PORTARIA Nº. 2243/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONCEDER ESTABILIDADE para FERNANDA ESPINDOLA MARTINS, titular do cargo de Enfermeiro (ESF), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 53 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de março de 2014.

Palhoça, SC, em 13 de junho de 2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO  
Secretário de Saúde

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça  
PUBLICADO NO MURAL

Em 13/06/2014 a 28/06/2014

Patrícia Schmitz  
DG - Expediente

**PORTARIA Nº. 2244/2014.**

PORTARIA Nº. 2244/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONCEDER ESTABILIDADE para ELIANE LIMA DOS SANTOS, titular do cargo de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 53 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de março de 2014.

Palhoça, SC, em 13 de junho de 2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO  
Secretário de Saúde

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça  
PUBLICADO NO MURAL

Em 13/06/2014 a 28/06/2014

Patrícia Schmitz  
DG - Expediente



**PORTARIA Nº. 2245/2014.**

PORTARIA Nº. 2245/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONCEDER ESTABILIDADE para PERLA CAMARGO, titular do cargo de Técnico em Enfermagem, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 53 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de junho de 2014.

Palhoça, SC, em 13 de junho de 2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO  
Secretário de Saúde

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça  
PUBLICADO NO MURAL

Em 13/06/2014 a 28/06/2014

Patrícia Schmitz  
DG - Expediente

**PORTARIA Nº. 2246/2014.**

PORTARIA Nº. 2246/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONCEDER ESTABILIDADE para WANIA MARA PEREIRA DA ROSA, titular do cargo de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 53 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de junho de 2014.

Palhoça, SC, em 13 de junho de 2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO  
Secretário de Saúde

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça  
PUBLICADO NO MURAL

Em 13/06/2014 a 28/06/2014

Patrícia Schmitz  
DG - Expediente

**PORTARIA Nº. 2247/2014.**

PORTARIA Nº. 2247/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONCEDER ESTABILIDADE para SUELI LOPES FARIAS STEINBACH, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 483 da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de março de 2014.

Palhoça, SC, em 13 de junho de 2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça  
PUBLICADO NO MURAL

Em 13/06/2014 a 28/06/2014

Patrícia Schmitz  
DG - Expediente

**PORTARIA Nº. 2248/2014.**

PORTARIA Nº. 2248/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONCEDER ESTABILIDADE para SILVIA HELENA SILVEIRA GORGES, titular do cargo de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 53 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de março de 2014.

Palhoça, SC, em 13 de junho de 2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO  
Secretário de Saúde

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça  
PUBLICADO NO MURAL

Em 13/06/2014 a 28/06/2014

Patrícia Schmitz  
DG - Expediente

**PORTARIA Nº. 2249/2014.**

PORTARIA Nº. 2249/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONCEDER ESTABILIDADE para GECI SOARES HENRIQUE DA SILVA, titular do cargo de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 53 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de março de 2014.

Palhoça, SC, em 13 de junho de 2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO  
Secretário de Saúde

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça  
PUBLICADO NO MURAL

Em 13/06/2014 a 28/06/2014

Patrícia Schmitz  
DG - Expediente

**PORTARIA Nº. 2250/2014.**

PORTARIA Nº. 2250/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONCEDER ESTABILIDADE para MIRIAN MACHADO DA SILVA DEUCHER, titular do cargo de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 53 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de março de 2014.

Palhoça, SC, em 13 de junho de 2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO  
Secretário de Saúde

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça  
PUBLICADO NO MURAL

Em 13/06/2014 a 28/06/2014

Patrícia Schmitz  
DG - Expediente

**PORTARIA Nº. 2251/2014.**

PORTARIA Nº. 2251/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONCEDER ESTABILIDADE para ROSELI FRANCISCA DA SILVA, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 483 da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de março de 2014.

Palhoça, SC, em 13 de junho de 2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça  
PUBLICADO NO MURAL

Em 13/06/2014 a 28/06/2014

Patrícia Schmitz  
DG - Expediente

**PORTARIA Nº. 2252/2014.**

PORTARIA Nº. 2252/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONCEDER ESTABILIDADE para MARILEIA VARGAS PORTO, titular do cargo de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 53 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de março de 2014.

Palhoça, SC, em 13 de junho de 2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO  
Secretário de Saúde

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça  
PUBLICADO NO MURAL

Em 13/06/2014 a 28/06/2014

Patrícia Schmitz  
DG - Expediente

**PORTARIA Nº. 2253/2014.**

PORTARIA Nº. 2253/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONCEDER ESTABILIDADE para ADRIANA MARGARETE DA SILVA, titular do cargo de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 53 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de março de 2014.

Palhoça, SC, em 13 de junho de 2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO  
Secretário de Saúde

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça  
PUBLICADO NO MURAL

Em 13/06/2014 a 28/06/2014

Patrícia Schmitz  
DG - Expediente

**PORTARIA Nº. 2254/2014.**

PORTARIA Nº. 2254/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONCEDER ESTABILIDADE para ANNEISE CAMILO DE MIRANDA, titular do cargo de Telefonista, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 53 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de abril de 2014.

Palhoça, SC, em 13 de junho de 2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO  
Secretário de Saúde

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça  
PUBLICADO NO MURAL

Em 13/06/2014 a 28/06/2014

Patrícia Schmitz  
DG - Expediente

**PORTARIA Nº. 2255/2014.**

PORTARIA Nº. 2255/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

EXONERAR A PEDIDO MARIA IZABEL P. AGUIAR BESSA, titular do cargo de Médico, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/07/2014.

Palhoça, SC, em 13 de junho de 2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO  
Secretária de Saúde

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça  
PUBLICADO NO MURAL

Em 13/06/2014 a 28/06/2014

Patrícia Schmitz  
DG - Expediente

**PORTARIA Nº. 2256/2014.**

PORTARIA Nº. 2256/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CEDER para o Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos de Palhoça - IPPA com ônus para origem, a servidora ANDREA MARA HARGER LUCKMANN PLETICOS, matrícula nº. 300010-1, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Administração da Administração Direta desta Prefeitura, acordo com o artigo 74 da Lei 096, de 15 de dezembro de 2010 e Lei 1.201, de 23 de maio de 2001, pelo período de 01/01/2014 a 31/12/2014.

Palhoça, SC, em 13 de junho de 2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça  
PUBLICADO NO MURAL

Em 13/06/2014 a 28/06/2014

Patrícia Schmitz  
DG - Expediente

**PORTARIA Nº. 2257/2014.**

PORTARIA Nº. 2257/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CEDER para o Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos de Palhoça - IPPA com ônus para origem, a servidora MARIA TEREZINHA BROERING FERNANDES, matrícula nº. 300054-1, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Administração da Administração Direta desta Prefeitura, acordo com o artigo 74 da Lei 096, de 15 de dezembro de 2010 e Lei 1.201, de 23 de maio de 2001, pelo período de 01/01/2014 a 31/12/2014.

Palhoça, SC, em 13 de juho de 2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça  
PUBLICADO NO MURAL

Em 13/06/2014 a 28/06/2014

Patrícia Schmitz  
DG - Expediente

**PORTARIA Nº. 2258/2014.**

PORTARIA Nº. 2258/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CEDER para o Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos de Palhoça - IPPA com ônus para origem, a servidora VERLANES BURATTO, matrícula nº. 300360-1, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Administração da Administração Direta desta Prefeitura, acordo com o artigo 74 da Lei 096, de 15 de dezembro de 2010 e Lei 1.201, de 23 de maio de 2001, pelo período de 01/01/2014 a 31/12/2014.

Palhoça, SC, em 13 de juho de 2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça  
PUBLICADO NO MURAL

Em 13/06/2014 a 28/06/2014

Patrícia Schmitz  
DG - Expediente

**PORTARIA Nº. 2259/2014.**

PORTARIA Nº. 2259/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CEDER para o Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos de Palhoça - IPPA com ônus para origem, a servidora ENEDIR NEIDE VALENTE MARTINS, matrícula nº. 801105-2, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Administração da Administração Direta desta Prefeitura, acordo com o artigo 74 da Lei 096, de 15 de dezembro de 2010 e Lei 1.201, de 23 de maio de 2001, pelo período de 01/01/2014 a 31/12/2014.

Palhoça, SC, em 13 de juho de 2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça  
PUBLICADO NO MURAL

Em 13/06/2014 a 28/06/2014

Patrícia Schmitz  
DG - Expediente

**PORTARIA Nº. 2260/2014.**

PORTARIA Nº. 2260/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CEDER para o Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos de Palhoça - IPPA com ônus para origem, a servidora CLAUDIA ZENI TEIXEIRA, matrícula nº. 800550-1, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Administração da Administração Direta desta Prefeitura, acordo com o artigo 74 da Lei 096, de 15 de dezembro de 2010 e Lei 1.201, de 23 de maio de 2001, pelo período de 01/01/2014 a 31/12/2014.

Palhoça, SC, em 13 de juho de 2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça  
PUBLICADO NO MURAL

Em 13/06/2014 a 28/06/2014

Patrícia Schmitz  
DG - Expediente

**PORTARIA Nº. 2261/2014.**

PORTARIA Nº. 2261/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CEDER para o Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos de Palhoça - IPPA com ônus para origem, o servidor EDUARDO LUIZ BROERING, matrícula nº. 400369-1, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Administração da Administração Direta desta Prefeitura, acordo com o artigo 74 da Lei 096, de 15 de dezembro de 2010 e Lei 1.201, de 23 de maio de 2001, pelo período de 01/01/2014 a 31/12/2014.

Palhoça, SC, em 13 de juho de 2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça  
PUBLICADO NO MURAL

Em 13/06/2014 a 28/06/2014

Patrícia Schmitz  
DG - Expediente

**PORTARIA Nº. 2262/2014.**

PORTARIA Nº. 2262/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

NOMEAR POR CONCURSO MARINA PAULA DARROIT, para ocupar o cargo da categoria funcional de Assistente Social, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 001/2012, homologado em 06/07/2012, conforme a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 01/07/2014.

Palhoça, SC, em 13 de junho de 2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO  
Secretário de Saúde

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça  
PUBLICADO NO MURAL  
Em 13/06/2014 a 28/06/2014

Patrícia Schmitz  
DG - Expediente

**PORTARIA Nº. 2263/2014.**

PORTARIA Nº. 2263/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

NOMEAR POR CONCURSO CLARISSA DA CUNHA, para ocupar o cargo da categoria funcional de Professor de Educação Infantil, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CEI Paulo Bráulio Goulart da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 002/2012, homologado em 21/05/2013, conforme a Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 01/07/2014.

Palhoça, SC, em 13 de junho de 2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça  
PUBLICADO NO MURAL  
Em 13/06/2014 a 28/06/2014

Patrícia Schmitz  
DG - Expediente

**PORTARIA Nº. 2264/2014.**

PORTARIA Nº. 2264/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

NOMEAR POR CONCURSO MIRELY SCHMITZ, para ocupar o cargo da categoria funcional de Agente Comunitário de Saúde, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Unidade de Saúde do Aririú da Formiga da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 001/2012, homologado em 06/07/2012, conforme a Lei nº. 3002, de 01 de abril de 2009, com efeitos a contar de 01/07/2014.

Palhoça, SC, em 13 de junho de 2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO  
Secretário de Saúde

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça  
PUBLICADO NO MURAL  
Em 13/06/2014 a 28/06/2014

Patrícia Schmitz  
DG - Expediente



**PORTARIA Nº. 2265/2014.**

PORTARIA Nº. 2265/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

NOMEAR POR CONCURSO VANESSA PAES DE OLIVEIRA, para ocupar o cargo da categoria funcional de Agente Comunitário de Saúde, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Unidade de Saúde da Barra do Arirui da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 001/2012, homologado em 06/07/2012, conforme a Lei nº. 3002, de 01 de abril de 2009, com efeitos a contar de 01/07/2014.

Palhoça, SC, em 13 de junho de 2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO  
Secretário de Saúde

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça  
PUBLICADO NO MURAL

Em 13/06/2014 a 28/06/2014

Patrícia Schmitz  
DG - Expediente

**PORTARIA Nº. 2266/2014.**

PORTARIA Nº. 2266/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

NOMEAR POR CONCURSO RAQUEL ELIANA DA SILVA FAVERO, para ocupar o cargo da categoria funcional de Agente Comunitário de Saúde, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Unidade de Saúde do Bela Vista da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 001/2012, homologado em 06/07/2012, conforme a Lei nº. 3002, de 01 de abril de 2009, com efeitos a contar de 01/07/2014.

Palhoça, SC, em 13 de junho de 2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO  
Secretário de Saúde

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça  
PUBLICADO NO MURAL

Em 13/06/2014 a 28/06/2014

Patrícia Schmitz  
DG - Expediente

**PORTARIA Nº. 2267/2014.**

PORTARIA Nº. 2267/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

NOMEAR POR CONCURSO EDMERI LIANE ESPINDOLA DA ROSA, para ocupar o cargo da categoria funcional de Agente Comunitário de Saúde, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Unidade de Saúde do Central da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 001/2012, homologado em 06/07/2012, conforme a Lei nº. 3002, de 01 de abril de 2009, com efeitos a contar de 01/07/2014.

Palhoça, SC, em 13 de junho de 2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO  
Secretário de Saúde

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça  
PUBLICADO NO MURAL

Em 13/06/2014 a 28/06/2014

Patrícia Schmitz  
DG - Expediente

**PORTARIA Nº. 2268/2014.**

PORTARIA Nº. 2268/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

NOMEAR POR CONCURSO RIDES MARCONI HUGEN, para ocupar o cargo da categoria funcional de Agente Comunitário de Saúde, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Unidade de Saúde da Ponte do Imaruim da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 001/2012, homologado em 06/07/2012, conforme a Lei nº. 3002, de 01 de abril de 2009, com efeitos a contar de 01/07/2014.

Palhoça, SC, em 13 de junho de 2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO  
Secretário de Saúde

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça  
PUBLICADO NO MURAL

Em 13/06/2014 a 28/06/2014

Patrícia Schmitz  
DG - Expediente

**PORTARIA Nº. 2269/2014.**

PORTARIA Nº. 2269/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

NOMEAR POR CONCURSO CARLA CRISTINA DOS SANTOS, para ocupar o cargo da categoria funcional de Agente Comunitário de Saúde, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Unidade de Saúde do Médio Aririu da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 001/2012, homologado em 06/07/2012, conforme a Lei nº. 3002, de 01 de abril de 2009, com efeitos a contar de 01/07/2014.

Palhoça, SC, em 13 de junho de 2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO  
Secretário de Saúde

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça  
PUBLICADO NO MURAL

Em 13/06/2014 a 28/06/2014

Patrícia Schmitz  
DG - Expediente

**PORTARIA Nº. 2270/2014.**

PORTARIA Nº. 2270/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

NOMEAR POR CONCURSO CELIA REGINA LENHANI, para ocupar o cargo da categoria funcional de Agente Comunitário de Saúde, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Unidade de Saúde do Madri da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 001/2012, homologado em 06/07/2012, conforme a Lei nº. 3002, de 01 de abril de 2009, com efeitos a contar de 01/07/2014.

Palhoça, SC, em 13 de junho de 2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO  
Secretário de Saúde

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça  
PUBLICADO NO MURAL

Em 13/06/2014 a 28/06/2014

Patrícia Schmitz  
DG - Expediente

**PORTARIA Nº. 2271/2014.**

PORTARIA Nº. 2271/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

NOMEAR POR CONCURSO CAROLINE ANDREIA CAETANO, para ocupar o cargo da categoria funcional de Agente Comunitário de Saúde, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Unidade de Saúde do Madri da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 001/2012, homologado em 06/07/2012, conforme a Lei nº. 3002, de 01 de abril de 2009, com efeitos a contar de 01/07/2014.

Palhoça, SC, em 13 de junho de 2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO  
Secretário de Saúde

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça  
PUBLICADO NO MURAL

Em 13/06/2014 a 28/06/2014

Patrícia Schmitz  
DG - Expediente

**PORTARIA Nº. 2272/2014.**

PORTARIA Nº. 2272/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

NOMEAR POR CONCURSO AIRTON CIDRAL JUNIOR, para ocupar o cargo da categoria funcional de Agente Comunitário de



Saúde, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Unidade de Saúde do Brejaru da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 001/2012, homologado em 06/07/2012, conforme a Lei nº. 3002, de 01 de abril de 2009, com efeitos a contar de 01/07/2014.

Palhoça, SC, em 13 de junho de 2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO  
Secretário de Saúde

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça  
PUBLICADO NO MURAL

Em 13/06/2014 a 28/06/2014

Patrícia Schmitz  
DG - Expediente

#### **PORTARIA Nº. 2273/2014.**

PORTARIA Nº. 2273/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

#### **RESOLVE:**

NOMEAR POR CONCURSO QUEILA DA SILVA ONOFRE, para ocupar o cargo da categoria funcional de Agente Comunitário de Saúde, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Unidade de Saúde do Médio Aririu da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 001/2012, homologado em 06/07/2012, conforme a Lei nº. 3002, de 01 de abril de 2009, com efeitos a contar de 01/07/2014.

Palhoça, SC, em 13 de junho de 2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO  
Secretário de Saúde

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça  
PUBLICADO NO MURAL

Em 13/06/2014 a 28/06/2014

Patrícia Schmitz  
DG - Expediente

#### **PORTARIA Nº. 2274/2014.**

PORTARIA Nº. 2274/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

#### **RESOLVE:**

NOMEAR POR CONCURSO GISELE DE OLIVEIRA, para ocupar o cargo da categoria funcional de Agente Comunitário de Saúde, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Unidade de Saúde do Central da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 001/2012, homologado em 06/07/2012, conforme a Lei nº. 3002, de 01 de abril de 2009, com efeitos a contar de 01/07/2014.

Palhoça, SC, em 13 de junho de 2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO  
Secretário de Saúde

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça  
PUBLICADO NO MURAL

Em 13/06/2014 a 28/06/2014

Patrícia Schmitz  
DG - Expediente

#### **PORTARIA Nº. 2275/2014.**

PORTARIA Nº. 2275/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

#### **RESOLVE:**

NOMEAR POR CONCURSO TATIANE CARLINE BOSQUETTI LEHNERT, para ocupar o cargo da categoria funcional de Agente Comunitário de Saúde, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Unidade de Saúde da Barra do Aririu da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 001/2012, homologado em 06/07/2012, conforme a Lei nº. 3002, de 01 de abril de 2009, com efeitos a contar de 01/07/2014.

Palhoça, SC, em 13 de junho de 2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO  
Secretário de Saúde

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça  
PUBLICADO NO MURAL

Em 13/06/2014 a 28/06/2014

Patrícia Schmitz  
DG - Expediente

**PORTARIA Nº. 2277/2014.**

PORTARIA Nº. 2277/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

NOMEAR POR CONCURSO SILVANIA CLEIDE DA SILVA, para ocupar o cargo da categoria funcional de Professor de Educação Infantil, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CEI Anjinho da Guarda da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 002/2012, homologado em 21/05/2013, conforme a Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 01/07/2014.

Palhoça, SC, em 13 de junho de 2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça  
PUBLICADO NO MURAL

Em 13/06/2014 a 28/06/2014

Patrícia Schmitz  
DG - Expediente

**PORTARIA Nº. 2278/2014.**

PORTARIA Nº. 2278/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

NOMEAR POR CONCURSO SUSANE CLEIDE DA SILVA, para ocupar o cargo da categoria funcional de Professor de Educação Infantil, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CEI Anjinho da Guarda da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 002/2012, homologado em 21/05/2013, conforme a Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 01/07/2014.

Palhoça, SC, em 13 de junho de 2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça  
PUBLICADO NO MURAL

Em 13/06/2014 a 28/06/2014

Patrícia Schmitz  
DG - Expediente

**PORTARIA Nº. 2279/2014.**

PORTARIA Nº. 2279/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

NOMEAR POR CONCURSO GISELLE DE ANDRADE DE BARCELOS, para ocupar o cargo da categoria funcional de Técnico em Enfermagem, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Unidade de Saúde da Ponte do Imaruim, da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 001/2012, homologado em 06/07/2012, conforme a Lei nº. 3002, de 01 de abril de 2009, com efeitos a contar de 01/07/2014.

Palhoça, SC, em 13 de junho de 2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO  
Secretário de Saúde

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça  
PUBLICADO NO MURAL

Em 13/06/2014 a 28/06/2014

Patrícia Schmitz  
DG - Expediente

**PORTARIA Nº. 2280/2014.**

PORTARIA Nº. 2280/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para JOÃO CELIO GARCIA, matrícula nº. 500015, titular do cargo de Fiscal de Tributos, do Quadro de Pessoal da Secretaria da Receita, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 01/06/1998 a 01/06/2003, por 01 (um) mês, a com efeitos a contar de 15/07/2014 à 15/08/2014.

Palhoça, SC, em 13 de junho de 2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça  
PUBLICADO NO MURAL

Em 13/06/2014 a 28/06/2014

Patrícia Schmitz  
DG - Expediente

**PORTARIA Nº. 2281/2014.**  
PORTARIA Nº. 2281/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:  
CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para GIRLANE DA SILVA LIMA, matrícula nº. 123968-1, titular do cargo de Técnico em Educação Especial, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2011, referente ao quinquênio de 07/02/2007 a 07/02/2012, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 01/08/2014 à 01/09/2014.

Palhoça, SC, em 13 de junho de 2014.  
DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça  
PUBLICADO NO MURAL

Em 13/06/2014 a 28/06/2014

Patrícia Schmitz  
DG - Expediente

**PORTARIA Nº. 2282/2014.**  
PORTARIA Nº. 2282/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:  
PRORROGAR a Portaria 1589 de 11 de abril de 2014, que Contratou por Tempo Determinado a servidora CINARA JULIANA MARIA VICENTE, no cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 01/07/2014 a 30/08/2014, face ao impedimento do titular Flavia Cristina Grah da Silva, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 13 de junho de 2014.  
DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça  
PUBLICADO NO MURAL

Em 13/06/2014 a 28/06/2014

Patrícia Schmitz  
DG - Expediente

**PORTARIA Nº. 2283/2014.**  
PORTARIA Nº. 2283/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:  
PRORROGAR a Portaria 1635 de 04 de maio de 2014, que Contratou por Tempo Determinado a servidora ADRIANA TEREZA TAVARES, no cargo de Merendeira (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 04/05/2014 a 30/07/2014, face ao impedimento do titular Magda dos Santos Maria, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 13 de junho de 2014.  
DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça  
PUBLICADO NO MURAL

Em 13/06/2014 a 28/06/2014

Patrícia Schmitz  
DG - Expediente

**PORTARIA Nº. 2284/2014.**  
PORTARIA Nº. 2284/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:  
AVERBAR TEMPO DE SERVIÇO do (a) servidor (a) IEDA MARI BITENCOURT LEITE, matrícula nº. 801794, ocupante da categoria funcional de Professor, lotado (a) na Secretaria de Educação, de acordo com artigo 197, 198 e 199, da Lei nº. 097/2010, com efeitos a 27/05/2014:

Averbar tempo que trabalhou pelo INSS, totalizando 18 (dezoito) anos, 09 (nove) meses e 03 (três) dias.

Palhoça, SC, em 13 de junho de 2014.  
DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça  
PUBLICADO NO MURAL

Em 13/06/2014 a 28/06/2014

Patrícia Schmitz  
DG - Expediente

**PORTARIA Nº. 2285/2014.**  
PORTARIA Nº. 2285/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:  
PRORROGAR a Portaria 0035 de 10 de janeiro de 2013, que Contratou por Tempo Determinado o servidor WALWIN HIROYOSHI TAGUCHI, titular do cargo de Médico Clínico Geral, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 05/01/2014 a 05/01/2015.

Palhoça, SC, em 13 de junho de 2014.  
DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO  
Secretário de Saúde

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça  
PUBLICADO NO MURAL

Em 13/06/2014 a 28/06/2014

Patrícia Schmitz  
DG - Expediente

**PORTARIA Nº. 2286/2014.**  
PORTARIA Nº. 2286/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:  
PRORROGAR a Portaria 0425 de 25 de fevereiro de 2013, que Contratou por Tempo Determinado o servidor RODRIGO ALFREDO MARTINS DE SOUZA, titular do cargo de Médico Clínico Geral, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 03/02/2014 a 03/02/2015.

Palhoça, SC, em 13 de junho de 2014.  
DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO  
Secretário de Saúde

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça  
PUBLICADO NO MURAL

Em 13/06/2014 a 28/06/2014

Patrícia Schmitz  
DG - Expediente

**PORTARIA Nº. 2287/2014.**  
PORTARIA Nº. 2287/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:  
PRORROGAR a Portaria 2228 de 01 de julho de 2013, que Contratou por Tempo Determinado a servidora MARIANA MARA IGNACIO PACHECO, titular do cargo de Médico Clínico Geral, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 16/12/2013 a 16/12/2014.

Palhoça, SC, em 13 de junho de 2014.  
DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO  
Secretário de Saúde

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça  
PUBLICADO NO MURAL

Em 13/06/2014 a 28/06/2014

Patrícia Schmitz  
DG - Expediente

**PORTARIA Nº. 2288/2014.**  
PORTARIA Nº. 2288/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:  
PRORROGAR a Portaria 1588 de 02 de maio de 2013, que Contratou por Tempo Determinado a servidora LAURIANA CAMPOS DE BEM, titular do cargo de Médico Clínico Geral, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 03/05/2014 a 03/05/2015.

Palhoça, SC, em 13 de junho de 2014.  
DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO  
Secretário de Saúde

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça  
PUBLICADO NO MURAL

Em 13/06/2014 a 28/06/2014

Patrícia Schmitz  
DG - Expediente

**PORTARIA Nº. 2289/2014.**  
PORTARIA Nº. 2289/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

PRORROGAR a Portaria 1589 de 02 de maio de 2013, que Contratou por Tempo Determinado à servidora LETICIA FALQUETO, titular do cargo de Médico Clínico Geral, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 03/05/2014 a 03/05/2015.

Palhoça, SC, em 13 de junho de 2014.  
DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO  
Secretário de Saúde

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça  
PUBLICADO NO MURAL

Em 13/06/2014 a 28/06/2014

Patrícia Schmitz  
DG - Expediente

**PORTARIA Nº. 2290/2014.**  
PORTARIA Nº. 2290/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

PRORROGAR a Portaria 1299 de 10 de abril de 2013, que Contratou por Tempo Determinado à servidora DEBORA DA SILVA, titular do cargo de Técnico em Enfermagem, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 13/04/2014 a 13/04/2015.

Palhoça, SC, em 13 de junho de 2014.  
DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO  
Secretário de Saúde

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça  
PUBLICADO NO MURAL

Em 13/06/2014 a 28/06/2014

Patrícia Schmitz  
DG - Expediente

**PORTARIA Nº. 2291/2014.**  
PORTARIA Nº. 2291/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

AUTORIZAR os servidores abaixo relacionados, a dirigir veículos da Prefeitura Municipal de Palhoça da Administração Direta Desta Prefeitura.

MATRICULA	SERVIDOR	CNH
501315-2	Reni Antonio Schweitzer	806465312
501317-7	Lenio da Rosa	804690958

Palhoça, SC, em 13 de junho de 2014.  
DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 2292/2014.**  
PORTARIA Nº. 2292/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder Gratificação de Produtividade da servidora, conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º. Alterar Gratificação de Produtividade da servidora, conforme anexo II. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor com efeitos retroativos a contar da data abaixo.



## ANEXO I

MATRICULA	NOME	CARGO	DE	CONTAR DE
402220-1	Alessandra Cristina Damo	Cirurgião Dentista	30%	17/06/2014

## ANEXO I

MATRICULA	NOME	CARGO	DE	PARA	CONTAR DE
260067-1	Marcelo Hugo R. Cavalcanti	Médico	50%	80%	01/07/2014

Palhoça, SC, em 13 de junho de 2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO  
Secretário de Saúde

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

**PORTARIA Nº. 2293/2014.**

PORTARIA Nº. 2293/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

## RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para IVONIRA ZELIA DE SOUZA, matrícula nº. 300031, titular do cargo de Agente Administrativo Auxiliar, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 09/08/2006 a 09/08/2011, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 01/07/2014 à 01/08/2014.

Palhoça, SC, em 13 de junho de 2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça  
PUBLICADO NO MURAL

Em 13/06/2014 a 28/06/2014

Patrícia Schmitz  
DG - Expediente

**PORTARIA Nº. 2294/2014.**

PORTARIA Nº. 2294/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

## RESOLVE:

Art. 1º. Cessar Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º. Conceder Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 01 de julho de 2014.

## ANEXO I

MATRICULA	NOME	DE
402139-3	Renato Jose Costa	R\$ 300,00

## ANEXO II

MATRICULA	NOME	DE
401433-2	Cesar da Silva Xavier	R\$ 300,00

Palhoça, SC, em 13 de junho de 2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 - Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC

Fone: (48) 3279-1831/1734/1889 - CNPJ: 82.892.316/0001-08 - CEP: 88.132-256

**PORTARIA Nº. 2295/2014.**

PORTARIA Nº. 2295/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

## RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO GILLIAN BARBI DA COSTA, titular do cargo de Técnico em Enfermagem, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/07/2014.

Palhoça, SC, em 01 de julho de 2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORACIO  
Secretária de Saúde

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça  
PUBLICADO NO MURAL

Em 01/07/2014 a 15/07/2014

Patrícia Schmitz  
DG - Expediente

**PORTARIA Nº. 2296/2014.**

PORTARIA Nº. 2296/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

EXONERAR A PEDIDO THAYSE ROSA, titular do cargo de Enfermeiro, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/07/2014.

Palhoça, SC, em 01 de julho de 2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORACIO  
Secretária de Saúde

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça  
PUBLICADO NO MURAL

Em 01/07/2014 a 15/07/2014

Patrícia Schmitz  
DG - Expediente

**PORTARIA Nº. 2297/2014.**

PORTARIA Nº. 2297/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

NOMEAR POR CONCURSO ROBERTA OTTO, para ocupar o cargo da categoria funcional de Professor de Educação Infantil, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CEI Voo Livre da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 002/2012, homologado em 21/05/2013, conforme a Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 02/07/2014.

Palhoça, SC, em 01 de julho de 2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça  
PUBLICADO NO MURAL

Em 01/07/2014 a 15/07/2014

Patrícia Schmitz  
DG - Expediente

**PORTARIA Nº. 2298/2014.**

PORTARIA Nº. 2298/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ANGELA ROSA DA SILVA BEPPLER, matrícula nº. 124305-3, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2011, referente ao quinquênio de 08/05/1997 a 08/05/2002, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 04/08/2014 à 02/09/2014.

Palhoça, SC, em 01 de julho de 2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça  
PUBLICADO NO MURAL

Em 01/07/2014 a 15/07/2014

Patrícia Schmitz  
DG - Expediente

**PORTARIA Nº. 2299/2014.**

PORTARIA Nº. 2299/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONCEDER AGREGAÇÃO PARA CONCLUSÃO DE CURSOS REGULARES, para os servidores abaixo relacionados de acordo com o Inciso I e II, do Artigo nº. 290, da Lei nº. 096 de 15 de dezembro de 2010, conceder progressão aos servidores relacionados, com efeitos a contar da data abaixo.

Matricula	Nome	Curso	Percentual	A partir de
400598-3	Eonice Glaza Owczarzak	Pós-Graduação	15%	29/05/2014
401402-1	Daiane Comelli	Pós-Graduação	15%	29/05/2014

Palhoça, SC, em 01 de julho de 2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA  
Diretora Geral



**PREGÃO PRESENCIAL 155/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 155/2014

O Município de Palhoça torna público que fica marcado para o dia 13 de agosto de 2014, às 09:00h, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280-Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, a abertura do PREGÃO PRESENCIAL, que consiste na aquisição de Materiais diversos, para atender as necessidades das Unidades Escolares deste município - Secretaria de Educação. O edital que está embasado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13:00 às 18:00 horas, diariamente, ou pelo site: [www.palhoca.sc.gov.br](http://www.palhoca.sc.gov.br).

Palhoça, 30 de julho de 2014.  
PREGOEIRA.

**Suspensão Pregão Presencial Nº 109/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

AVISO DE SUSPENSÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 109/2014

O Município de Palhoça torna público que fica SUSPENSO por prazo indeterminado o processo licitatório Pregão Presencial 109/2014, que consiste na contratação de empresa especializada para prestação de serviços de instalação e manutenção da rede estruturada de computadores e telefonia da Secretaria Municipal de Educação deste Município. A suspensão se dá em virtude de que foi impetrado recurso contra o edital convocatório, sendo necessário maior prazo para avaliação e promoção das devidas alterações. Assim que possível será disponibilizada a nova data para abertura do referido processo. Maiores esclarecimentos poderão ser obtidos na sala da Comissão Permanente de Licitações no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal diariamente das 13:00 às 18:00 horas, ou pelo site: [www.palhoca.sc.gov.br](http://www.palhoca.sc.gov.br).

Palhoça, 30 de julho de 2014.  
A PREGOEIRA.

**Extrato de Ata de Registro de Preços 055/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º055/2013 - Pregão Presencial 17/2013 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa ELETRO ARIRIÚ SOLUÇÕES AUTOMOTIVAS LTDA ME. OBJETO: prestação de serviços de mão de obra para manutenção corretiva e preventiva, e fornecimento de peças, para atendimento dos veículos pertencentes à frota da Secretaria Municipal de Saúde.

DATA: 12/07/2013 à 11/07/2014.

Item	Qtde	Un	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
1	1.666,00	sv	Valor da hora técnica para conserto de veículos leves e semi-pesados.	R\$ 35,00	R\$ 69.300,00
3	1	pc	Fornecimento de peças para veículos leves e semi-pesados	R\$ 256.000,00	R\$ R\$ 256.000,00
4	300	sv	Hora técnica para conserto de veículo motocicleta.	R\$ 31,00	R\$ 9.300,00

6	1	pc	Fornecimento de peças para veículo motocicleta	R\$ 35.000,00	R\$ 35.000,00
VALOR TOTAL R\$ 369.600,00					

**Extrato de Ata de Registro de Preços N.º056/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º056/2013 - Pregão Presencial 17/2013 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa COMÉRCIO DE AUTO PEÇAS PH LTDA ME. OBJETO: prestação de serviços de guincho para atendimento dos veículos pertencentes à frota da Secretaria Municipal de Saúde.

DATA: 12/07/2013 à 11/07/2014.

Item	Qtde	Un	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
2	40	sv	Serviço de guincho a qualquer distância	R\$ 74,90	R\$ 2.996,00
5	500	sv	Serviço de guincho, para veículo motocicleta por km rodado.	R\$ 1,20	R\$ 600,00
VALOR TOTAL R\$ 3.596,00					

**Autos de Infrações Ambientais Nº 355 E 296**

NOTIFICAÇÃO												
Processo Administrativo Nº:			7843/2011			Data:		04/10/2012				
Auto de Infração Ambiental Nº:			355 e 296			Auto de Embargo/Interdição Nº:		405 e 337				
Qualificação do Autuado												
Nome:			Armada Yachts LTDA			CNPJ:			11.197.913/0001-66			
Endereço:			Rodovia BR-282, s/n, Quadra 9, Lote 11 - Alto Aririú - Palhoça/SC.						CEP:		88130-000	
Localização e Data dos Autos												
Local da Ocorrência:			Rodovia BR-282, s/n, Quadra 9, Lote 11 - Alto Aririú - Palhoça/SC.									
Data da Lavratura:			04/10/2012		Hora da Lavratura:		14:45		CEP:		88130-000	
Descrição Sumária da Infração												
Atividade de abrigação de Embarcações em Fibra e Resina sem Licenciamento.												
Legislação Incidente												
Lei Federal 9.605/1998 e Decreto Federal 6.514/2008												
Multas:			R\$ 4.000,00									
O autuado fica notificado dos Autos de Infrações e pode apresentar as Alegações Finais no prazo de 10 (vinte) dias, a contar da data de publicação no diário eletrônico.												

**Correção Ata de Julgamento TP 135/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

RESUMO DE JULGAMENTO - CORREÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO TOMADA DE PREÇOS Nº135/2014 a COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, que houve erro de digitação no resultado do julgamento para o PROCESSO LICITATÓRIO Nº 135/2014, na modalidade TOMADA DE PREÇOS, que tem como objeto a contratação de empresa para drenagem e pavimentação a blocos de concreto (Paver) da Rua Orly João Silveira - Bairro Jardim Eldorado e Rua José Silvério da Silva - Bairro Aririú; Drenagem e regularização do subleito da Rua Raul Pereira Mota no Bairro Barra do Aririú; e Drenagem e pavimentação asfáltica da Rua Arcanjo Cunha (trecho 1) no Bairro Rio Grande, neste Município, incluindo mão de obra com fornecimento de todo material, de acordo com as especificações contidas nos anexos. As informações corretas constam abaixo:

**CLASSIFICAÇÃO DAS EMPRESAS:**

STANDARD CONSTRUÇÕES LTDA ME venceu o lote 01, com proposta no valor de R\$93.268,44 (noventa e três mil, duzentos e sessenta e oito reais e quarenta e quatro centavos e venceu o lote 04, com proposta no valor de R\$ 86.286,30 (oitenta e seis mil, duzentos e oitenta e seis reais e trinta centavos).

LUIZ FABIANO SILVEIRA ME venceu o lote 02, totalizando a importância de R\$ 32.173,84 (trinta e dois mil, cento e setenta e três reais e oitenta e quatro centavos).

BRITAGEM VOGELSANGER LTDA venceu o lote 03, totalizando a importância de R\$ 231.130,12 (duzentos e trinta e um mil, cento e trinta reais e doze centavos).

Palhoça, 30 de julho de 2014.

JÚLIO CÉSAR DA CRUZ

Comissão Permanente de Licitações

**Auto de Infração Ambiental Nº 394**

NOTIFICAÇÃO			
Processo Administrativo Nº:	20859/2013	Data:	08/05/2014
Auto de Infração Ambiental Nº:	394	Auto de Apreensão Nº:	51

Qualificação do Autuado			
Nome:	Kelly Pereira ME	CNPJ:	07.557.553/0002-70
Endereço:	Avenida Aniceto Zacchi, 742 - Ponte do Imaruim - Palhoça/SC.	CEP:	88130-301

Localização e Data dos Autos			
Local da Ocorrência:	Avenida Aniceto Zacchi, 742 - Ponte do Imaruim - Palhoça/SC.		
Data da Lavratura:	08/05/2014	Hora da Lavratura:	17:18
		CEP:	88130-301

Descrição Sumária da Infração	
Caixa de Som fora do estabelecimento comercial, em desacordo com a Lei complementar Nº 1561/2013, Artigo 6º.	
Legislação Incidente	
Lei Federal 9.605/1998 e Decreto Federal 6.514/2008	
Multa:	R\$ 500,00

O autuado fica notificado dos Autos de Infrações e pode apresentar defesa administrativa no prazo de 20 (vinte) dias, a contar da data de publicação no diário eletrônico.
----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

**AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL Nº 343**
**Prefeitura Municipal de Palhoça – Santa Catarina**  
**Fundação Cambirela de Meio Ambiente**

 Av. Ilza Terezinha Pagani, 280 – Parque Residencial Pagani – Palhoça/SC CEP: 88130-600  
 FONES / FAX: (48) 3279-1796 - CGC 06.139.152/0001-56  
 www.fcam.sc.gov.br

<b>JULGAMENTO EM 1º GRAU</b> <b>AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL (AIA)</b>		<b>DO AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL Nº</b> <b>343</b>	
<b>PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº:</b>	4017940-2012	<b>DATA:</b>	13/08/2010
<b>PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº:</b>	4022815-2012	<b>DATA:</b>	17/10/2012
<b>QUALIFICAÇÃO DO AUTUADO</b>			
<b>NOME:</b>	Adriano Peteffe	<b>CNPJ/CPF:</b>	422.814.580-91
<b>RG:</b>	6.657.922		
<b>ENDEREÇO CORRESP.:</b>	Rua Esmeraldina Bsileu, s/n – Guara do Embaú – Palhoça/SC		
<b>COMPLEMENTO:</b>		<b>CEP:</b>	88.130-000
<b>LOCALIZAÇÃO E DATA DA INFRAÇÃO AMBIENTAL</b>			
<b>LOCAL DA INFRAÇÃO:</b>	Rua Cumbatá, s/n – Guarda do Embaú – Palhoça/SC		
<b>COMPLEMENTO:</b>	Casa nº179	<b>INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA:</b>	
<b>DATA DA LAVRATURA DO AIA:</b>	14/08/2012	<b>HORA DA LAVRATURA DO AIA:</b>	14h:20
<b>JULGAMENTO EM 1º GRAU</b>			
<p>Vistos e analisados os autos do processo administrativo, verificou-se que o autuado cometeu infração ambiental <b>GRAVE</b> e foi enquadrado no(s) artigo(s) 43 e 74 do Decreto Federal nº6.514/08.</p> <p>Houve dano ambiental, qual seja, <u>o corte e a supressão de vegetação e a edificação em área de preservação permanente</u>; e o responsável foi autuado pela fiscalização ambiental/ FCAM.</p> <p>Assim, conclui-se:</p> <p>Pela manutenção do auto de infração ambiental nº000343, fixando o valor da multa simples em <b>R\$15.000,00 (dez mil reais)</b>, a ser recolhido no prazo de 5 dias, a partir do recebimento desta notificação, sob pena de inscrição na dívida ativa do município, ou para apresentar recurso, no prazo máximo de 20 (vinte) dias, conforme estabelecido no Decreto Federal nº 6.514/08, arts.127 a 130.</p> <p>Deverá o autuado executar a demolição imediata das obras erigidas, bem como apresentar, em até trinta dias, o Plano de Recuperação de Área Degradada (PRAD) referente à recuperação do dano causado por sua conduta, com respectivo responsável técnico para análise da FCAM.</p> <p>Pelo exposto, JULGO PROCEDENTE, E CONFIRMO AS PENALIDADES APLICADAS.</p> <p>Expeça-se o competente Ofício, encaminhe-se ao infrator para tomar ciência das obrigações a ele aqui determinadas.</p> <p style="text-align: right;">Palhoça, 28 de maio de 2014.</p>			
<b>AUTORIDADE JULGADORA EM 1º GRAU</b>			
<b>JOÃO BATISTA DOS SANTOS</b> Presidente Fundação Cambirela de Meio Ambiente			

# Papanduva

## PREFEITURA

### Dispensa de Licitação Nº 099/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAPANDUVA

Dispensa de Licitação nº 099/2014. Objeto Contratação de empresa de prestação de serviços de escavadeiras hidráulicas para atender as necessidades de recuperação das vias municipais atingidas pelas enxurradas ocorridas e que forçaram a decretação de situação de emergência, conforme Decreto Municipal nº 2418 DE 09/06/2014. Contratante: Prefeitura Municipal de Papanduva. Contratado: PVK EMPREENDIMENTOS LTDA ME. Justificativa A presente contratação se faz necessária uma vez que o município foi assolado por fortes enxurradas e, considerando que o município não dispõe de uma frota de máquinas em número e especificações adequadas para o atendimento emergencial que se caracterizou, considerando a situação de emergência decretada em 09 de junho de 2014 pelo Decreto Municipal nº 2418 em virtude de enxurrada supra citada ocorrida no município, causando inúmeros estragos nas vias do município; considerando ainda o fato de que nosso município é essencialmente agrícola e que para escoar toda safra é necessário estar com as estradas em boas condições de trafegabilidade; Considerando o direito constitucional de ir e vir da população e que para dar continuidade aos serviços do transporte escolar faz-se necessário a recuperação das vias municipais atingidas faz-se necessária a presente contratação em caráter emergencial. Fundamento legal: Artigo 24, inciso IV, combinado com o Artigo 26, da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, consolidada. Valor total: R\$ 76.632,00, (setenta e seis mil, seiscentos e trinta e dois reais).

Papanduva, 29 de julho de 2014  
Dario Schicovski  
Prefeito Municipal

### Aviso de Licitação - Pregão Presencial Nº 061/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA.  
MUNICÍPIO DE PAPANDUVA  
AVISO DE LICITAÇÃO  
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 061/2014. Objeto: Contratação de empresa especializada para realização de seminários nas áreas de piscicultura e produção de leite, com elaboração de estudo, avaliação e diagnóstico técnico, destinados aos pequenos agricultores do município. Tipo: Menor Preço Global e Presencial; Entrega dos envelopes: Até o dia 12 de agosto de 2014 às 08:30hs; Início da Sessão Pública: 12/08/2014 - 08:45hs. Base legal: Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 1783 de 31 de Maio de 2007 e demais legislação vigente e pertinente à matéria. O edital e esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal em dias úteis de 2ª a 6ª feiras, das 08:00 às 12:00 horas e da 13:30 às 17:00 horas, na Rua Sérgio Glevinski 134, fone (47) 3653-2166.

Papanduva, 30 de julho de 2014  
Dario Schicovski  
Prefeito Municipal

## CÂMARA MUNICIPAL

### Ref- Relatório de Gestão Fiscal Ref. 1º Semestre/2014

MUNICÍPIO DE PAPANDUVA - SC - PODER LEGISLATIVO  
CAMARA MUNICIPAL DE PAPANDUVA  
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JULHO/2013 A JUNHO/2014

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")		R\$ 1,00
DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS	
	(Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADA (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	783.703,85	0,00
Pessoal Ativo	783.703,85	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	783.703,85	0,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	783.703,85	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)		36.181.885,13
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100		2,17
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art.20 da LRF) - 6%		2.170.913,11
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art.22 da LRF) - 5,7%		2.062.367,45
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 5,4%		1.953.821,80
FONTE:		

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64,
- Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art.35 da Lei 4.320/64.

PAPANDUVA, 30/07/2014  
JACINTA MIKALOVICZ  
PRESIDENTE - CPF 596.559.419-49

SANDRA MARIA DE MORAES  
CONTADORA - CRC/SC: 021131/O-1

JAMES MICHEL CERNAK  
CONTROLE INTERNO - CPF 041.576.899-33

**Paulo Lopes**

**PREFEITURA**

**Portaria Nº 276/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES  
PORTARIA Nº 276/2014

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, de conformidade do disposto na Lei Municipal Vigente e exposições de motivo nº 031/2014, resolve:

AMPLIAR CONTRATO POR PRAZO TEMPORÁRIO, Cibele Madsen Buba, brasileira, portadora do CPF nº 316.552.888-81, Ensino Superior Completo, matrícula nº 10806, para atuar no Cargo de Médica Plantonista, a disposição da Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 01/07/2014 até 30/09/2014, ou até que se realize Concurso Público ou Processo Seletivo, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Município de Paulo Lopes-SC, em 25 de Julho de 2014.  
Evandro João dos Santos  
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 281/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES  
PORTARIA Nº281/2014

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, de conformidade do disposto na Lei Municipal Vigente e exposições de motivo nº 37/2014, resolve:

AMPLIAR CONTRATO POR PRAZO TEMPORÁRIO, Joana Egger Dembogurski, brasileira, portadora do CPF nº 043.988.559-04, Ensino Superior Completo, matrícula nº11806, para atuar no Cargo de Médico Plantonista, a disposição da Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 01/07/2014 até 30/09/2014, ou até que se realize Concurso Público ou Processo Seletivo, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Município de Paulo Lopes-SC, em 28 de Julho de 2014.  
Evandro João dos Santos  
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira  
Secretário Municipal de Administração



**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 22/2014**

Extrato de Ata de Registro de Preços Nº. 22/2014

Ata nº 22/2014; Processo nº 044/2014; Objeto: o Registro de Preço para aquisição parcelada de tiras para determinação de glicemia. Contratante: MUNICÍPIO DE PAULO LOPES; Contratada: MEDLEVENSOHN COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, valor contratado: R\$ 26.400,00 ( vinte seis mil quatrocentos reais). Data da Assinatura: 02 de julho de 2014.

**Extrato de Ata de Registro de Preços Nº. 23/2014**

Extrato de Ata de Registro de Preços Nº. 23/2014

Ata nº 23/2014; Processo nº 03/2014; Objeto: o Registro de preço para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde no suprimento de materiais e equipamentos odontológicos para abastecer os consultórios da Rede Municipal de Saúde. Contratante: MUNICÍPIO DE PAULO LOPES; Contratada: DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLÓGICOS LTDA, valor contratado: R\$ 1.120,50 ( Hum mil cento e vinte reais e cinquenta centavos). Data da Assinatura: 02 de julho de 2014.

**Extrato de Ata de Registro de Preços Nº. 24/2014**

Extrato de Ata de Registro de Preços Nº. 24/2014

Ata nº 24/2014; Processo nº 03/2014; Objeto: o Registro de preço para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde no suprimento de materiais e equipamentos odontológicos para abastecer os consultórios da Rede Municipal de Saúde. Contratante: MUNICÍPIO DE PAULO LOPES; Contratada: DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLÓGICOS LTDA, valor contratado: R\$ 656,10 (Seiscentos e cinquenta e seis reais e dez centavos). Data da Assinatura: 30 de julho de 2014.

**Penha****PREFEITURA****Decreto Nº 2076/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
DECRETO Nº 2076/2014

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar para atender dotação constante do orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Penha.

Art.1º - Fica o chefe do Poder Executivo Municipal de Penha, autorizado a abrir Crédito Suplementar, no valor de R\$ 27.000,00 (Vinte e sete mil reais), de acordo com artigo 41, I da Lei Federal nº 4.320 de 17/03/1964, e Lei Municipal nº 2658, de 19 de novembro de 2013 (LOA), e Resolução nº 024/2014, de 06 de junho de 2014 - Conselho Municipal de Assistência Social de Penha, conforme segue:

Órgão: 40 - Fundo Municipal de Assistência Social  
Unidade Orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Assistência Social  
Programa de Trabalho: 08.244.0008  
Atividade: 2.070 - Proteção Social Básica  
Fonte de Recursos: 0.1.0052.585 - Outras Transferências de Recursos para o Fundo de Assistência Social  
3.3.50.00.00.00.00.00 - Transferências à Instituições provadas sem fins Lucrativos .....R\$ 27.000,00

Art.2º - Os recursos necessários para atendimento ao crédito suplementar aberto na forma do Art. 1º correrão por conta da anulação parcial/total das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 40 - Fundo Municipal de Assistência Social  
Unidade Orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Assistência Social  
Programa de Trabalho: 08.244.0008  
Atividade: 2.070 - Proteção Social Básica  
Fonte de Recursos: 0.1.0052.585 - Outras Transferências de Recursos para o Fundo de Assistência Social  
3.3.90.00.00.00.00.00/45 - Aplicações Diretas .....R\$ 27.000,00

Art.3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Penha/SC, 29 de julho de 2014.  
Evandro Eredes dos Navegantes  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na Secretaria da Administração, aos vinte e nove dias do mês de julho do ano de dois mil e quatorze.

Rafael Celestino  
Secretário da Administração



**Contrato 93/2014 - FMS**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 93/2014 - FMS

CONTRATADO: IBF INDÚSTRIA BRASILEIRA DE FILMES S/A

Licitação: Processo Licitatório nº 24/14 - FMS, modalidade Pregão Eletrônico 01/2014 - FMS

OBJETO: Aquisições de filmes, revelador e fixador de Raio-X para serem utilizados em exames radiológicos, realizados na unidade de Saúde do Pronto Atendimento do Município de Penha/SC.

VALOR TOTAL: R\$ 48.876,00 (quarenta e oito mil e oitocentos e setenta e seis reais).

VIGÊNCIA: 31.12.2014

Penha, 30 de julho de 2014.

Evandro Eredes dos Navegantes

PELA PREFEITURA

**Pp20/2014 - FMS**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO DE EDITAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 31/2014 - FMS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2014 - FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE ELETRODOMÉSTICOS E ELETRÔNICOS PARA SEREM INSTALADOS NA SECRETARIA E UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PENHA/SC.

DATA DE ENTREGA DOS ENVELOPES: 12/08/2014

HORÁRIO ATÉ AS: 17h00min.

Local de Entrega: Secretaria de Administração, sito Avenida Nereu Ramos, 08, Centro, Penha/SC, no Setor de Licitações e Contratos.

DATA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 13/08/2014

HORÁRIO: 14h00min

LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA: Sala das Licitações, sito a Avenida Nereu Ramos, nº. 19 - Sala 01 (ao lado da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico), Centro - Penha/SC.

Coordenação do Processo: Pregoeiro Leandro de Lima Borba.

O inteiro teor deste Edital e de seus anexos encontra-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Penha e demais informações poderão ser obtidas na Secretaria da Administração, à Av. Nereu Ramos, 08, Centro - Penha/SC, ou através do fone/fax (47)3345-4649 Ramal 23. Horário de atendimento 13:30 às 17:00.

Penha/SC, 31 de julho de 2014.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

**Pp21/2014 - FMS**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO DE EDITAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 32/2014 - FMS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2014 - FMS

Objeto: REGISTRO DE PREÇO REFERENTE CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA NA ÁREA MECÂNICA EM GERAL, COM FORNECIMENTO E SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS, MATERIAIS E ACESSÓRIOS EM ESTADO NOVO, TODOS ORIGINAIS DOS FABRICANTES DAS MARCAS DOS VEÍCULOS.

DATA DE ENTREGA DOS ENVELOPES: 13/08/2014

HORÁRIO ATÉ AS: 17h00min.

Local de Entrega: Secretaria de Administração, sito Avenida Nereu Ramos, 08, Centro, Penha/SC, no Setor de Licitações e Contratos.

DATA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 14/08/2014

HORÁRIO: 09h00min

LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA: Sala das Licitações, sito a Avenida Nereu Ramos, nº. 19 - Sala 01 (ao lado da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico), Centro - Penha/SC.

Coordenação do Processo: Pregoeiro Leandro de Lima Borba.

O inteiro teor deste Edital e de seus anexos encontra-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Penha e demais informações poderão ser obtidas na Secretaria da Administração, à Av. Nereu Ramos, 08, Centro - Penha/SC, ou através do fone/fax (47)3345-4649 Ramal 23. Horário de atendimento 13:30 às 17:00.

Penha/SC, 31 de julho de 2014.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

# Pinheiro Preto

## PREFEITURA

### Decreto Nº 4.047, de 28 de Julho de 2014.

DECRETO Nº 4.047, DE 28 DE JULHO DE 2014.

DECLARA A NÃO INCIDÊNCIA DE IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO DE BENS IMÓVEIS "INTER VIVOS" - ITBI.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e Considerando o disposto no inciso I do § 2º do art. 156 da Constituição da República Federativa do Brasil;

Considerando o disposto no Processo Administrativo Tributário nº 036/2014, Livro 18, folhas 21,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica declarada a não incidência do Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis Inter Vivos - ITBI referente fato tributário de transmissão de bens imóveis ao patrimônio da pessoa jurídica "Comércio e Transporte São Bernardo Ltda", inscrita no CNPJ sob nº 04.351.402/0001-91, em realização de capital efetuado por Neiva Piccoli, com a anuência de Isidoro Piccoli.

Parágrafo único. A não incidência de que trata este artigo refere à transmissão a pessoa jurídica, em realização de capital, dos seguintes bens imóveis:

I - Um Terreno rural com área de 556.000,00m², situado na Linha Santo Isidoro, em Pinheiro Preto, SC, com uma casa de alvenaria, coberta de Eternit de 13x10 metros, e um prédio de alvenaria coberto de telha, medindo 11,60x10 metros, além de um prédio em construção, devidamente registrado no Cartório de Registro de Imóveis de Tangará, matrícula nº 0313, avaliado, pelo valor declarado em: terreno R\$ 126.392,71, casa R\$ 120.000,00, prédio (parte existente) R\$10.000,00 e parte em construção R\$171.509,26;

II - Um pomar de uvas implantado sobre o terreno descrito anteriormente, avaliado em R\$ 62.094,45 (sessenta e dois mil reais noventa e quatro reais e quarenta e cinco centavos).

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto - SC, 29 de Julho de 2014.  
EUZEBIO CALISTO VIECELI  
Prefeito Municipal

### Decreto Nº 4.045 de 24 de Julho de 2014.

DECRETO Nº 4.045 DE 24 DE JULHO DE 2014.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A ABRIR CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO, EXERCÍCIO DE 2014, E REVOGA DECRETO Nº 3.997, DE 01 DE ABRIL DE 2014.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o disposto no Decreto nº 3.997, de 01 de abril de 2014;

Considerando que o Município contratou nova empresa de prestação de serviços referente programas de Software - "Pública Informática Ltda";

Considerando que na migração de dados de um sistema para outro ocorreram divergências, pois no Sistema da "Pública" o elemento despesa difere do constante no Decreto nº 3.997, de 01 de abril de 2014;

Considerando que não ocorreu nenhum empenhamento de despesa com base no Decreto nº 3.997, de 01 de abril de 2014,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito especial na dotação orçamentária, no valor de R\$ 3.360,00 (Três mil, trezentos e sessenta reais) para atender a seguinte programação:

02 ..... Poder Executivo

0202 ..... Secretaria de Administração e Finanças

0202.04 ..... Administração

0202.04.122 ..... Administração Geral

0202.04.122.0402 ..... Administração Geral

0202.04.122.0402.2022 ..... Manut. das atividades de Sec. de Adm. e Finanças

3171-7000 .....Aplicações Diretas ..... R\$ 2.016,00

3371-7000 .....Aplicações Diretas ..... R\$ 1.008,00

4471-7000 .....Aplicações Diretas ..... R\$ 336,00

Fonte 0100

Art. 2º Os recursos necessários a ocorrer à despesa do crédito especial de que trata o art. 1º deste Decreto, no valor de R\$ 3.360,00 (Três mil, trezentos e sessenta reais), decorrem da anulação da seguinte dotação orçamentária:

02 ..... Poder Executivo

0202 ..... Secretaria de Administração e Finanças

0202.04 ..... Administração

0202.04.122 ..... Administração Geral

0202.04.122.0402 ..... Administração Geral

0202.04.122.0402.2022 ..... Man. das ativ. de Sec. de Adm. e Finanças

3390-0000 .....Aplicações Diretas

Fonte 0100

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogado o Decreto nº 3.997, de 01 de abril de 2014.

Centro Administrativo Municipal de Pinheiro Preto, 24 de julho de 2014.

EUZEBIO CALISTO VIECELI  
Prefeito Municipal

**Decreto Nº 4.044, de 24 de Julho de 2014.**

DECRETO Nº 4.044, DE 24 DE JULHO DE 2014.

DISPÕE SOBRE A SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município e conforme art. 5º, da Lei Municipal nº 1.717 de 18 de novembro de 2013:

**DECRETA:**

Art. 1º Fica o Departamento de Contabilidade do Município de Pinheiro Preto, autorizado a proceder suplementação no valor de R\$ 7.500,00 (Sete mil e quinhentos reais) na Dotação Orçamentária a seguir discriminada:

02 ..... Poder Executivo  
0206 ..... Secretaria de Transportes e Obras  
0206.26 ..... Transporte  
0206.26.782 ..... Transporte Rodoviário  
0206.26.782.2601 ..... Estradas Vicinais  
0206.26.782.2601.1015 ..... Aquisição de Máquinas e Veículos  
4490-0000 ..... Aplicações Diretas ..... R\$ 7.500,00  
Fonte 0189

Art. 2º Para suporte dos créditos adicionais, fica utilizado o valor de R\$ 7.500,00 (Sete mil e quinhentos reais), por conta do Excesso de Arrecadação apurado até 23 de julho de 2014.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO-SC, 24 DE JULHO 2014.

EUZEBIO CALISTO VIECELI  
Prefeito Municipal

LRF 3º Bimestre 2014 RREO - Anexo 01 (LRF, Art. 52, Inciso I, Alíneas "A" E "B" do Inciso II E §1º)

Município de Pinheiro Preto - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO  
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
Período de referência: Janeiro a Junho 2014/Semestre Janeiro-Dezembro

RREO - ANEXO 01 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)							R\$ 1,01
RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS			SALDO	
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o bimestre (c)		% (c/a)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	12.606.124,00	12.606.124,00	9.012.022,73	71,49	9.012.022,73	71,49	3.594.101,27
Receitas Correntes	12.606.100,00	12.606.100,00	6.842.597,08	54,28	6.842.597,08	54,28	5.763.502,92
Recetta Tributária	578.000,00	578.000,00	379.484,44	65,65	379.484,44	65,65	198.515,56
Impostos	424.000,00	424.000,00	241.909,68	57,05	241.909,68	57,05	182.090,32
Taxas	124.000,00	124.000,00	137.574,76	110,95	137.574,76	110,95	-13.574,76
Contribuição de Melhoria	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00
Receitas de Contribuições	482.000,00	482.000,00	262.926,93	54,55	262.926,93	54,55	219.073,07
Contribuições Sociais	430.000,00	430.000,00	234.308,26	54,49	234.308,26	54,49	195.691,74
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	52.000,00	52.000,00	28.618,67	55,04	28.618,67	55,04	23.381,33
Recetta Patrimonial	339.900,00	339.900,00	397.091,80	116,83	397.091,80	116,83	-57.191,80
Recetas Imobiliárias	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
Recetas de Valores Mobiliários	299.900,00	299.900,00	385.919,05	128,68	385.919,05	128,68	-86.019,05
Outras Receitas Patrimoniais	38.000,00	38.000,00	11.172,75	29,40	11.172,75	29,40	26.827,25
Recetta Agropecuária	1.000,00	1.000,00	60,00	6,00	60,00	6,00	940,00
Outras Receitas Agropecuárias	1.000,00	1.000,00	60,00	6,00	60,00	6,00	940,00
Recetta de Serviços	30.000,00	30.000,00	13.391,91	44,64	13.391,91	44,64	16.608,09
Transferências Correntes	11.014.400,00	11.014.400,00	5.707.159,79	51,82	5.707.159,79	51,82	5.307.240,21
Transferências Intergovernamentais	10.904.400,00	10.904.400,00	5.624.379,21	51,58	5.624.379,21	51,58	5.280.020,79
Transferências de Convênios	110.000,00	110.000,00	82.780,58	75,26	82.780,58	75,26	27.219,42
Outras Receitas Correntes	160.800,00	160.800,00	82.482,21	51,29	82.482,21	51,29	78.317,79
Multas e Juros de Mora	22.400,00	22.400,00	9.088,45	40,57	9.088,45	40,57	13.311,55
Indenizações e Restituições	5.500,00	5.500,00	15.622,71	284,05	15.622,71	284,05	-10.122,71
Recetta da Dívida Ativa	7.500,00	7.500,00	21.260,82	283,48	21.260,82	283,48	-13.760,82
Receitas Diversas	125.400,00	125.400,00	36.510,23	29,12	36.510,23	29,12	88.889,77
Receitas de Capital	24,00	24,00	2.169.425,65	9.039,273	2.169.425,65	9.039,273	-2.169.401,65
Operações de Crédito	2,00	2,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2,00
Operações de Crédito Internas	2,00	2,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2,00
Alienação de Bens	0,00	0,00	111.802,10	0,00	111.802,10	0,00	-111.802,10

Continua 1 / 5

# Município de Pinheiro Preto - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO  
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
Período de referência: Janeiro a Junho 2014/Semestre Janeiro-Dezembro

Continuação									
RREO - ANEXO 01 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)									RS 1,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	26.160,00	0,00	26.160,00	0,00	26.160,00	0,00	-26.160,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	85.642,10	0,00	85.642,10	0,00	85.642,10	0,00	-85.642,10
Transferências de Capital	22,00	22,00	2.057.623,55	9.352.834	2.057.623,55	9.352.834	2.057.623,55	9.352.834	-2.057.601,55
Transferências Intergovernamentais	0,00	0,00	28.828,79	0,00	28.828,79	0,00	28.828,79	0,00	-28.828,79
Transferências de Convênios	22,00	22,00	2.028.794,76	9.221.794	2.028.794,76	9.221.794	2.028.794,76	9.221.794	-2.028.772,76
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	817.800,00	817.800,00	305.876,04	37,40	305.876,04	37,40	305.876,04	37,40	511.923,96
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	13.423.924,00	13.423.924,00	9.317.898,77	69,41	9.317.898,77	69,41	9.317.898,77	69,41	4.106.025,23
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)									
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL C/ REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	13.423.924,00	13.423.924,00	9.317.898,77	69,41	9.317.898,77	69,41	9.317.898,77	69,41	4.106.025,23
DÉFICIT (VI)							0,00		
TOTAL (VII) = (V + VI)	13.423.924,00	13.423.924,00	9.317.898,77	69,41	9.317.898,77		9.317.898,77		
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES(Utilizados para créditos adicionais)							967.679,50		
Superavit Financeiro							967.679,50		
Reabertura de créditos adicionais							0,00		
DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	CRÉDITOS ADICIONAIS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre	%	(f-g)
	(d)	(e)	(f)=(d+e)				(g)	(g/f)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-OR) (VIII)	12.606.124,00	4.373.335,90	16.979.459,90	10.576.990,92	10.576.990,92	7.393.564,36	7.393.564,36	43,54	9.585.895,54

Continua 2 / 5

# Município de Pinheiro Preto - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO  
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
Período de referência: Janeiro a Junho 2014/Semestre Janeiro-Dezembro

Continuação											RS 1,00
RREO - ANEXO 01 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)											
Despesas Correntes	11.657.500,00	171.645,59	11.829.145,59	7.162.991,06	7.162.991,06	5.697.888,97	5.697.888,97	48,17	6.131.256,62		
Pessoal e Encargos Sociais	6.032.220,00	-82.551,22	5.949.668,78	3.004.669,71	3.004.669,71	2.723.975,13	2.723.975,13	45,78	3.225.693,65		
Juros e Encargos da Dívida	68.000,00	0,00	68.000,00	39.059,84	39.059,84	39.059,84	39.059,84	57,44	28.940,16		
Outras Despesas Correntes	5.557.280,00	254.196,81	5.811.476,81	4.119.261,51	4.119.261,51	2.934.854,00	2.934.854,00	50,50	2.876.622,81		
Despesas de Capital	758.824,00	4.201.690,31	4.960.514,31	3.413.999,86	3.413.999,86	1.695.675,39	1.695.675,39	34,18	3.264.838,92		
Investimentos	437.824,00	4.202.190,31	4.640.014,31	3.262.884,58	3.262.884,58	1.544.560,11	1.544.560,11	33,29	3.095.454,20		
Inversões Financeiras	1.000,00	-500,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500,00		
Amortização da Dívida	320.000,00	0,00	320.000,00	151.115,28	151.115,28	151.115,28	151.115,28	47,22	168.884,72		
Reserva de Contingência	189.800,00	0,00	189.800,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	189.800,00		
Reserva de Contingência	189.800,00	0,00	189.800,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	189.800,00		
DESPESAS (INTRA-ORÇAMEN.) (IX)	817.800,00	15.100,00	832.900,00	358.969,17	358.969,17	358.969,17	358.969,17	43,10	473.930,83		
SUBTOTAL DESPESAS (X)=(VIII + IX)	13.423.924,00	4.388.435,90	17.812.359,90	10.935.960,09	10.935.960,09	7.752.533,53	7.752.533,53	43,52	10.059.826,37		
Amortização Dívida/Refinanciam. (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
SUBTOTAL C/REFINANCIAMENTO (XII)=(X + XI)	13.423.924,00	4.388.435,90	17.812.359,90	10.935.960,09	10.935.960,09	7.752.533,53	7.752.533,53	43,52	10.059.826,37		
SUPERÁVIT (XIII)							1.565.365,24				
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	13.423.924,00	4.388.435,90	17.812.359,90	10.935.960,09	10.935.960,09	7.752.533,53	9.317.898,77				

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITA REALIZADA			SALDO	
			No Bimestre (b)	Até o bimestre (c)	% (b/a)	% (c/a)	(a-c)
RECEITAS	817.800,00	817.800,00	305.876,04	37,40	305.876,04	37,40	511.923,96

Continua 3 / 5

# Município de Pinheiro Preto - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO  
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
Período de referência: Janeiro a Junho 2014/Semestre Janeiro-Dezembro

RREO - ANEXO 01 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)										R\$ 1,00
Receitas correntes intra-orçamentárias										
Receitas de Contribuições				817.800,00	817.800,00	305.876,04	37,40	305.876,04	37,40	511.923,96
Contribuições Sociais				817.800,00	817.800,00	305.876,04	37,40	305.876,04	37,40	511.923,96
TOTAL				817.800,00	817.800,00	305.876,04	37,40	305.876,04	37,40	511.923,96

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)=(d+e)	DESPESAS EMPENHADAS			DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (f-g)
				No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
Despesa	817.800,00	15.100,00	832.900,00	358.969,17	358.969,17		358.969,17	358.969,17	43,10	473.930,83
Despesas Correntes	817.800,00	15.100,00	832.900,00	358.969,17	358.969,17		358.969,17	358.969,17	43,10	473.930,83
Pessoal e Encargos Sociais	817.800,00	15.100,00	832.900,00	358.969,17	358.969,17		358.969,17	358.969,17	43,10	473.930,83
TOTAL	817.800,00	15.100,00	832.900,00	358.969,17	358.969,17		358.969,17	358.969,17	43,10	473.930,83

FONTE: Sistema Pública-COP (04.00.13.0023) LRF 2014 (04.00.13.0000)  
Unidade Responsável: Município de Pinheiro Preto  
Data de emissão: 23/07/2014  
Hora de emissão: 16:49

Euzébio Calisto Viegali  
Prefeito

Simone Rabuske Olivo  
Contadora  
CRC/SC 031218/09

Sandra R. Paravisi Bressan  
Controle Interno

Continua 4 / 5



**RGF - ANEXO 01 (LRF, ART. 55, INCISO I, ALÍNEA "A")****Município de Pinheiro Preto - SC**

PODER EXECUTIVO  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DESPESA COM PESSOAL  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
Período: Julho/2013 a Junho/2014

RGF - ANEXO 01 (LRF, Art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS Jul/2013 a Jun/2014	
	LIQUIDADAS (a)	INSC. EM RESTOS A PAGAR NÃO PROC (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	5.908.160,47	0,00
Pessoal ativo	5.374.992,18	0,00
Pessoal inativo e pensionistas	533.168,29	0,00
Outras Despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	314.534,42	0,00
Indenizações por demissão e incentivos a demissão voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com recursos vinculados	314.534,42	0,00
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)</b>	<b>5.593.626,05</b>	<b>0,00</b>
<b>DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)</b>		<b>5.593.626,05</b>
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL</b>		
	<b>VALOR</b>	
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)</b>		<b>12.525.773,17</b>
<b>% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V) * 100</b>		<b>44,66</b>
<b>LIMITE MÁXIMO (INCISOS I,II E III, ART. 20 DA LRF) - 54%</b>		<b>6.763.917,51</b>
<b>LIMITE PRUDENCIAL (PARAG. ÚNICO, ART 22 DA LRF) - 51,30%</b>		<b>6.425.721,64</b>
<b>LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 90%</b>		<b>6.087.525,76</b>

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- . a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- . b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

**FONTE:** Sistema Pública-COP (04.00.13.0023) LRF 2014 (04.00.13.0000)  
Unidade Responsável: Município de Pinheiro Preto  
Data de emissão: 28/07/2014  
Hora de emissão: 16:34

Euzebio Calisto Vieceli  
Prefeito

Simone Rabuske Olivo  
Contadora  
CRC/SC 031218/O9

Sandra R. Paravisi Bressan  
Controle Interno

**RGF - ANEXO 01****Câmara Municipal de Vereadores de Pinheiro Preto - SC**

PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA DE VEREADORES DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DESPESA COM PESSOAL  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
Período: Julho/2013 a Junho/2014

RGF - ANEXO 01 (LRF, Art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS	
	Jul/2013 a Jun/2014	
	LIQUIDADAS (a)	INSC. EM RESTOS A PAGAR NÃO PROC (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	348.656,79	0,00
Pessoal ativo	348.656,79	0,00
Pessoal inativo e pensionistas	0,00	0,00
Outras Despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por demissão e incentivos a demissão voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com recursos vinculados	0,00	0,00
Convocações Extraordinárias	0,00	0,00
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)</b>	<b>348.656,79</b>	<b>0,00</b>
<b>DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)</b>		<b>348.656,79</b>
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL</b>		
	<b>VALOR</b>	
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)</b>		<b>12.455.669,34</b>
<b>% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V) * 100</b>		<b>2,80</b>
<b>LIMITE MÁXIMO (INCISOS I, II E III, ART. 20 DA LRF) - 6,00%</b>		<b>747.340,16</b>
<b>LIMITE PRUDENCIAL (PARAG. ÚNICO, ART 22 DA LRF) - 5,70%</b>		<b>709.973,15</b>
<b>LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 90%</b>		<b>672.606,14</b>

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- . a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- . b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

**FONTE:** Sistema Pública-COP (04.00.13.0023) LRF 2014 (04.00.13.0000)  
Unidade Responsável: Município de Pinheiro Preto  
Data de emissão: 23/07/2014  
Hora de emissão: 17:34

RREO - ANEXO 02

Município de Pinheiro Preto - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO  
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Junho 2014/Semestre Janeiro-Dezembro

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			RS 1,00
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre	% (b/total b)	
			(a)				(b)	(b/a)	(a-b)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAM.) (I)		12.606.124,00	16.979.459,90	10.576.990,92	10.576.990,92	7.393.564,36	7.393.564,36	95,37	9.585.895,54
LEGISLATIVA		566.200,00	559.200,00	204.668,44	204.668,44	204.668,44	204.668,44	2,64	354.531,56
Ação Legislativa		566.200,00	559.200,00	204.668,44	204.668,44	204.668,44	204.668,44	2,64	354.531,56
ADMINISTRAÇÃO		1.915.000,00	2.088.736,00	1.520.503,45	1.520.503,45	1.058.879,37	1.058.879,37	13,66	1.029.856,63
Administração Geral		1.915.000,00	2.088.736,00	1.520.503,45	1.520.503,45	1.058.879,37	1.058.879,37	13,66	1.029.856,63
SEGURANÇA PÚBLICA		47.400,00	189.513,82	29.398,67	29.398,67	16.371,84	16.371,84	0,21	173.141,98
Policimento		47.400,00	189.513,82	29.398,67	29.398,67	16.371,84	16.371,84	0,21	173.141,98
Defesa Civil		18.900,00	35.861,00	10.946,26	10.946,26	5.169,43	5.169,43	0,07	30.691,57
ASSISTÊNCIA SOCIAL		28.500,00	153.652,82	18.452,41	18.452,41	11.202,41	11.202,41	0,14	142.450,41
Assistência à Criança e Ao Adolescente		28.500,00	153.652,82	18.452,41	18.452,41	11.202,41	11.202,41	0,14	142.450,41
Assistência Comunitária		767.202,00	735.195,04	393.148,63	393.148,63	335.328,60	335.328,60	4,33	399.866,44
PREVIDÊNCIA SOCIAL		10.000,00	10.000,00	1.490,00	1.490,00	1.490,00	1.490,00	0,02	8.510,00
Previdência Do Regime Estatutário		10.000,00	10.000,00	1.490,00	1.490,00	1.490,00	1.490,00	0,02	8.510,00
SAÚDE		950.000,00	950.000,00	571.163,41	571.163,41	333.838,60	333.838,60	4,31	391.356,44
Atenção Básica		950.000,00	950.000,00	571.163,41	571.163,41	333.838,60	333.838,60	4,31	391.356,44
Assistência Hospitalar e Ambulatorial		2.625.960,00	3.019.137,51	1.823.300,47	1.823.300,47	1.421.211,44	1.421.211,44	18,33	661.196,89
Vigilância Sanitária		2.583.659,00	2.950.681,94	1.794.125,64	1.794.125,64	1.394.180,11	1.394.180,11	17,98	1.597.926,07
Vigilância Epidemiológica		7.100,00	7.100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.556.501,83
Abastecimento		20.200,00	20.200,00	11.649,00	11.649,00	10.049,00	10.049,00	0,13	7.100,00
EDUCAÇÃO		12.000,00	38.154,57	17.525,83	17.525,83	16.982,33	16.982,33	0,22	10.151,00
Educação Fundamental		3.001,00	3.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	21.172,24
Educação Superior		2.095.628,00	3.872.535,74	2.685.635,74	2.685.635,74	1.687.312,84	1.687.312,84	21,76	3.001,00
Educação Infantil		1.842.627,00	3.315.129,61	2.331.937,31	2.331.937,31	1.501.387,90	1.501.387,90	19,37	2.185.222,90
Educação Especial		60.000,00	43.900,00	18.550,00	18.550,00	18.550,00	18.550,00	0,24	1.813.741,71
CULTURA		172.001,00	493.982,13	315.624,43	315.624,43	157.612,94	157.612,94	2,03	25.350,00
Difusão Cultural		21.000,00	19.524,00	9.762,00	9.762,00	9.762,00	9.762,00	0,13	336.369,19
URBANISMO		122.500,00	134.000,00	131.921,66	131.921,66	131.921,66	131.921,66	1,70	9.762,00
Infra-estrutura Urbana		122.500,00	134.000,00	131.921,66	131.921,66	131.921,66	131.921,66	1,70	2.078,34
		263.904,00	394.671,82	164.062,19	164.062,19	152.842,19	152.842,19	1,97	2.078,34
		38.004,00	178.771,82	62.304,25	62.304,25	62.304,25	62.304,25	0,80	241.829,63

Continua 1 / 4

# Município de Pinheiro Preto - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO  
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
Período de referência: Janeiro a Junho 2014/Semestre Janeiro-Dezembro

Continuação

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO
			(a)	No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)	% (b/a)
									(a-b)
RREO - ANEXO 02 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")									
R\$ 1,00									
Serviços Urbanos		225.900,00	215.900,00	101.757,94	101.757,94	90.537,94	90.537,94	1,17	41,94
HABITAÇÃO		20.001,00	1.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Habituação Urbana		20.001,00	1.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SANEAMENTO		5.001,00	1.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saneamento Básico Urbano		5.001,00	1.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
GESTÃO AMBIENTAL		3.000,00	3.000,00	530,00	530,00	530,00	530,00	0,01	17,67
Preservação e Conservação Ambiental		3.000,00	3.000,00	530,00	530,00	530,00	530,00	0,01	17,67
AGRICULTURA		558.002,00	704.252,00	435.987,36	435.987,36	341.489,82	341.489,82	4,40	48,49
Extensão Rural		538.000,00	538.000,00	307.898,36	307.898,36	273.800,82	273.800,82	3,53	50,89
Promoção Da Produção Agropecuária		20.002,00	166.252,00	128.089,00	128.089,00	67.689,00	67.689,00	0,87	40,71
INDÚSTRIA		5.001,00	1.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Promoção Industrial		5.001,00	1.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
COMÉRCIO E SERVIÇOS		10.000,00	10.000,00	9.525,54	9.525,54	9.525,54	9.525,54	0,12	95,26
Turismo		10.000,00	10.000,00	9.525,54	9.525,54	9.525,54	9.525,54	0,12	95,26
TRANSPORTE		1.836.524,00	3.501.413,97	2.284.739,44	2.284.739,44	1.422.273,59	1.422.273,59	18,35	40,62
Transporte Rodoviário		1.836.524,00	3.501.413,97	2.284.739,44	2.284.739,44	1.422.273,59	1.422.273,59	18,35	40,62
DESPORTO E LAZER		102.001,00	102.001,00	60.585,84	60.585,84	60.585,84	60.585,84	0,78	59,40
Desporto Comunitário		102.001,00	102.001,00	60.585,84	60.585,84	60.585,84	60.585,84	0,78	59,40
ENCARGOS ESPECIAIS		523.000,00	523.000,00	261.820,08	261.820,08	261.820,08	261.820,08	3,38	50,06
Outros Encargos Especiais		523.000,00	523.000,00	261.820,08	261.820,08	261.820,08	261.820,08	3,38	50,06
RESERVA DE CONTINGÊNCIA		189.800,00	189.800,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reserva De Contingência		189.800,00	189.800,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)		817.800,00	832.900,00	358.969,17	358.969,17	358.969,17	358.969,17	4,63	43,10
TOTAL (III) = (I + II)		13.423.924,00	17.812.359,90	10.935.960,09	10.935.960,09	7.752.533,53	7.752.533,53	100,00	43,52
									10.059.826,37

Continua 2 / 4

# Município de Pinheiro Preto - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO  
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
Período de referência: Janeiro a Junho 2014/Semestre Janeiro-Dezembro

Continuação

RREO - ANEXO 02 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")											R\$ 1,00
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a-b)		
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		% (b/a)	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)		817.800,00	832.900,00	358.969,17	358.969,17	358.969,17	358.969,17	100,00	43,10	473.930,83	
LEGISLATIVA		3.800,00	10.800,00	2.402,55	2.402,55	2.402,55	2.402,55	0,67	22,25	8.397,45	
Ação Legislativa		3.800,00	10.800,00	2.402,55	2.402,55	2.402,55	2.402,55	0,67	22,25	8.397,45	
ADMINISTRAÇÃO		135.000,00	135.000,00	67.981,54	67.981,54	67.981,54	67.981,54	18,94	50,36	67.018,46	
Administração Geral		135.000,00	135.000,00	67.981,54	67.981,54	67.981,54	67.981,54	18,94	50,36	67.018,46	
ASSISTÊNCIA SOCIAL		0,00	8.100,00	1.010,42	1.010,42	1.010,42	1.010,42	0,28	0,00	7.089,58	
Assistência Comunitária		0,00	8.100,00	1.010,42	1.010,42	1.010,42	1.010,42	0,28	12,47	7.089,58	
SAÚDE		210.000,00	210.000,00	52.278,88	52.278,88	52.278,88	52.278,88	14,56	24,89	157.721,12	
Atenção Básica		210.000,00	210.000,00	52.278,88	52.278,88	52.278,88	52.278,88	14,56	24,89	157.721,12	
EDUCAÇÃO		254.000,00	254.000,00	131.726,04	131.726,04	131.726,04	131.726,04	36,70	51,86	122.273,96	
Ensino Fundamental		219.000,00	219.000,00	119.016,03	119.016,03	119.016,03	119.016,03	33,15	54,35	99.983,97	
Educação Infantil		35.000,00	35.000,00	12.710,01	12.710,01	12.710,01	12.710,01	3,54	36,31	22.289,99	
AGRICULTURA		50.000,00	50.000,00	26.761,50	26.761,50	26.761,50	26.761,50	7,46	53,52	23.238,50	
Extensão Rural		50.000,00	50.000,00	26.761,50	26.761,50	26.761,50	26.761,50	7,46	53,52	23.238,50	
TRANSPORTE		165.000,00	165.000,00	76.808,24	76.808,24	76.808,24	76.808,24	21,40	46,55	88.191,76	
Transporte Rodoviário		165.000,00	165.000,00	76.808,24	76.808,24	76.808,24	76.808,24	21,40	46,55	88.191,76	
TOTAL		817.800,00	832.900,00	358.969,17	358.969,17	358.969,17	358.969,17	100,00	43,10	473.930,83	

Continua 3 / 4

FONTE: Sistema Pública-COP (04.00.13.0023) LRF 2014 (04.00.13.0000)  
Unidade Responsável: Município de Pinheiro Preto  
Data de emissão: 23/07/2014  
Hora de emissão: 17:00

# Município de Pinheiro Preto - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO  
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
Período de referência: Janeiro a Junho 2014/Semestre Janeiro-Dezembro

Continuação

RREO - ANEXO 02 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")				R\$ 1,00			
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			DESPESAS LIQUIDADAS	SALDO (a-b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	% (b/total b)		

Euzebio Calisto Vieceli  
Prefeito

Simone Rabuske Olivo  
Contadora  
CRC/SC 031218/09

Sandra R. Paravisi Bressan  
Controlador Interno

RREO - ANEXO 03

Município de Pinheiro Preto - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA  
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
Período de referência: Julho/2013 a Junho/2014

ESPECIFICAÇÃO	Evolução da Receita Realizada nos Últimos 12 Meses											RS 1,00
	Julho/2013	Agosto/2013	Setembro/2013	Outubro/2013	Novembro/2013	Dezembro/2013	Janeiro/2014					
RECEITAS CORRENTES (I)	991.162,05	1.074.327,46	1.145.522,15	1.056.177,06	1.208.363,43	1.515.059,14	1.314.191,63					
Receitas tributárias	45.433,28	29.036,93	26.299,63	27.252,14	28.021,15	28.866,34	21.160,50					
IPTU	2.780,61	583,73	627,79	265,49	1.437,10	1.124,36	0,00					
ISS	5.887,17	7.111,71	8.922,64	6.722,93	7.780,96	-715,91	11.455,84					
ITBI	2.541,69	1.404,82	1.110,40	3.175,04	2.530,44	0,00	1.702,27					
IRRF	12.175,89	11.596,12	12.377,13	13.620,16	13.008,23	25.167,23	1.700,35					
Outras receitas tributárias	22.047,92	8.340,55	3.261,67	3.468,52	3.264,42	3.290,66	6.302,04					
Receita de contribuições	31.063,64	31.303,84	32.242,46	33.192,59	14.981,28	78.578,38	39.189,46					
Receita Patrimonial	45.828,17	25.645,33	49.591,61	43.053,63	29.749,05	22.663,08	27.394,22					
Receita Agropecuária	30,00	60,00	90,00	120,00	30,00	0,00	0,00					
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00					
Receita de Serviços	2.150,00	4.030,00	6.390,00	4.040,00	5.307,00	6.275,00	2.660,00					
Transferências Correntes	857.870,40	974.819,26	1.022.978,04	938.470,62	1.108.483,36	1.366.869,87	1.212.550,20					
Cota-Parte FPM	325.915,82	426.129,77	352.678,29	352.683,71	490.575,88	505.993,66	594.831,36					
Cota-Parte do ICMS	334.475,35	350.688,65	372.601,58	362.257,71	397.812,48	396.125,55	409.591,17					
Cota-Parte do IPVA	53.619,34	44.263,19	36.369,65	38.281,76	38.450,27	7.075,67	28.655,37					
Cota-Parte do ITR	0,00	0,00	359,85	863,08	12,83	6,00	6,15					
Transferências da LC 87/1996	1.646,59	1.646,59	1.646,59	1.646,59	1.646,59	1.646,59	1.732,46					
Transferências da LC 61/1989	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.556,05					
Transferências do FUNDEB	75.858,40	81.872,24	82.529,96	80.196,06	90.273,37	89.807,51	95.559,49					
Outras Transferências correntes	66.354,90	70.218,82	176.792,12	102.541,71	89.711,94	366.214,89	75.618,15					
Outras receitas correntes	8.786,56	9.432,10	7.930,41	10.048,08	21.791,59	11.806,47	11.237,25					
DEDUÇÕES (II)	199.588,57	221.366,96	211.485,45	210.230,93	208.612,65	332.726,92	239.120,45					
Contrib. para o Plano de Previdência do Servidor	55.383,44	55.672,38	57.709,18	57.967,18	21.673,70	149.232,84	30.846,18					
Compensação Finan. Entre Regimes Previd.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00					
Dedução de receita para formação do FUNDEB	144.205,13	165.694,58	153.776,27	152.263,75	186.938,95	183.494,08	208.274,27					
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I-II)	791.573,48	852.960,50	934.036,70	845.946,13	999.750,78	1.182.332,22	1.075.071,18					

Continua 1 / 3



# Município de Pinheiro Preto - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA  
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
Período de referência: Julho/2013 a Junho/2014

Continuação

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	Evolução da Receita Realizada nos Últimos 12 Meses						Previsão atualizada 2014
	Fevereiro/2014	Março/2014	Abril/2014	Maió/2014	Junho/2014	Total Últimos 12 Meses	
RECEITAS CORRENTES (I)	1.410.321,57	1.120.116,99	1.291.827,22	1.493.258,66	1.353.830,18	14.974.157,54	14.808.700,00
Receitas tributárias	33.917,59	28.006,56	26.457,53	150.802,00	119.140,26	564.393,91	578.000,00
IPTU	0,00	0,00	3.990,18	42.602,12	4.673,60	58.132,98	94.000,00
ISS	7.009,56	9.981,31	7.061,28	19.366,68	47.913,09	138.497,26	130.000,00
ITBI	0,00	2.820,81	878,38	2.550,00	4.180,48	22.894,33	60.000,00
IRRF	16.012,85	5.806,13	979,19	516,77	50.660,79	163.620,84	140.000,00
Outras receitas tributárias	10.895,18	9.398,31	13.548,50	85.718,43	11.712,30	181.248,50	154.000,00
Receita de contribuições	44.098,39	43.265,75	39.396,27	51.338,20	45.638,86	484.289,12	482.000,00
Receita Patrimonial	98.231,01	55.729,29	72.174,42	81.357,66	62.205,20	613.622,67	339.900,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	60,00	0,00	390,00	1.000,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	1.125,00	2.263,00	1.700,00	3.200,00	2.443,91	41.583,91	30.000,00
Transferências Correntes	1.219.787,95	979.431,69	1.141.796,55	1.195.951,10	1.098.591,47	13.117.600,51	13.217.000,00
Cota-Parte FPM	635.192,90	376.793,29	430.046,10	573.089,30	429.779,99	5.493.710,07	6.100.000,00
Cota-Parte do ICMS	390.149,91	395.798,33	385.993,45	392.359,40	398.058,20	4.585.911,78	4.400.000,00
Cota-Parte do IPVA	32.092,24	39.846,52	39.668,62	55.040,31	53.120,64	466.483,58	420.000,00
Cota-Parte do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.247,91	3.000,00
Transferências da LC 87/1996	1.732,46	0,00	1.732,46	1.732,46	1.732,46	18.541,84	26.000,00
Transferências da LC 61/1989	5.550,51	5.423,56	5.905,46	6.423,16	6.117,73	35.976,47	64.000,00
Transferências do FUNDEB	93.346,79	86.166,87	86.818,40	94.928,08	89.833,66	1.047.190,83	1.040.000,00
Outras Transferências correntes	61.723,14	75.403,12	191.632,06	72.378,39	119.948,79	1.468.538,03	1.164.000,00
Outras receitas correntes	13.161,63	11.420,70	10.302,45	10.549,70	25.810,48	152.277,42	160.800,00
DEDUÇÕES (II)	231.234,57	180.373,60	190.851,14	224.340,22	197.272,27	2.452.203,73	2.452.600,00
Contrib. para o Plano de Previdência do Servidor	18.291,17	16.801,48	18.182,09	18.611,51	19.510,65	519.881,80	250.000,00
Compensação Finan. Entre Regimes Previd.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dedução de receita para formação do FUNDEB	212.943,40	163.572,12	172.669,05	205.728,71	177.761,62	2.127.321,93	2.202.600,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I-II)	1.179.087,00	939.743,39	1.100.976,08	1.268.918,44	1.156.557,91	12.326.953,81	12.356.100,00

Nota: Não devem ser consideradas, para fins de apuração da Receita Corrente Líquida, as Receitas Intraorçamentárias.

Continua 2 / 3

# Município de Pinheiro Preto - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA  
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
Período de referência: Julho/2013 a Junho/2014

Continuação

R\$ 1,00

**FONTE:** Sistema Publica-COP (04.00.13.0023) LRF 2014 (04.00.13.0000)  
Unidade Responsável: Município de Pinheiro Preto  
Data de emissão: 23/07/2014  
Hora de emissão: 17:01

Euzébio Calisto Vieceli  
Prefeito

Simone Rebuska Olivo  
Controladora  
CRC/SC 031218/O9

Sandra R. Paravisi Bressan  
Controlador Interno

**RREO - ANEXO 04****Município de Pinheiro Preto - SC**

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO RPPS (FINANCEIRO)  
PLANO FINANCEIRO

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL  
Período de referência: Janeiro a Junho 2014/Semestre Janeiro-Dezembro

RREO - ANEXO 04 (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

RECEITAS	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas		
			No Bimestre	Até Bimestre / 2014	Até Bimestre / 2013
RECEITAS PREV. RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAM) (I)	450.000,00	450.000,00	418.206,82	418.206,82	36.024,86
RECEITAS CORRENTES	450.000,00	450.000,00	418.206,82	418.206,82	36.024,86
Receitas de contribuições dos segurados	250.000,00	250.000,00	122.243,08	122.243,08	17.406,91
Pessoal Civil	250.000,00	250.000,00	122.243,08	122.243,08	17.406,91
Ativo	250.000,00	250.000,00	122.243,08	122.243,08	17.406,91
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	120.000,00	120.000,00	278.052,48	278.052,48	13.360,85
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de valores mobiliários	120.000,00	120.000,00	278.052,48	278.052,48	13.360,85
Outras receitas patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras receitas correntes	80.000,00	80.000,00	17.911,26	17.911,26	5.257,10
Compensação previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais receitas correntes	80.000,00	80.000,00	17.911,26	17.911,26	5.257,10
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de bens, direitos e ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras receitas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREV. RPPS (INTRA-ORÇAM) (II)	817.800,00	817.800,00	305.876,04	305.876,04	26.731,36
<b>TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I+II)</b>	<b>1.267.800,00</b>	<b>1.267.800,00</b>	<b>724.082,86</b>	<b>724.082,86</b>	<b>62.756,22</b>

DESPESAS	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas liquidadas		
			No Bimestre	Até Bimestre / 2014	Até Bimestre / 2013
DESPESAS PREV. RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAM) (IV)	945.000,00	945.000,00	288.803,11	288.803,11	63.703,46
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA	945.000,00	945.000,00	288.803,11	288.803,11	63.703,46
Pessoal Civil	0,00	0,00	278.452,43	278.452,43	63.703,46
Aposentadorias	0,00	0,00	238.281,26	238.281,26	52.407,26
Pensões	0,00	0,00	40.171,17	40.171,17	11.296,20
Outros Benefícios previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1 / 3

# Município de Pinheiro Preto - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO RPPS (FINANCEIRO)

PLANO FINANCEIRO

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Junho 2014/Semestre Janeiro-Dezembro

Continuação

Outras despesas previdenciárias	945.000,00	945.000,00	10.350,68	10.350,68	0,00
Compensação prev. do RPPS para o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	945.000,00	945.000,00	10.350,68	10.350,68	0,00
DESPESAS PREV. RPPS (INTRA-ORÇAM) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)</b>	<b>945.000,00</b>	<b>945.000,00</b>	<b>288.803,11</b>	<b>288.803,11</b>	<b>63.703,46</b>
<b>RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - RPPS (VII) = (III - VI)</b>	<b>322.800,00</b>	<b>322.800,00</b>	<b>435.279,75</b>	<b>435.279,75</b>	<b>-947,24</b>

APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas		
			No Bimestre	Até Bimestre / 2014	Até Bimestre / 2013
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
VALOR	177.800,00

BENS E DIREITOS DO RPPS	Bimestre anterior	Período de Referência	
		2014	2013
Caixa	0,00	0,00	0,00
Bancos conta movimento	2.855,80 D	50,00 D	2.855,80 D
Investimentos	3.960.169,80 D	4.294.200,62 D	3.960.169,80 D
Outros bens e direitos	0,00	0,00	0,00

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas		
			No Bimestre	Até Bimestre / 2014	Até Bimestre / 2013
RECEITAS CORRENTES (VIII)	817.800,00	817.800,00	305.876,04	305.876,04	26.731,36
Receita de Contribuições	817.800,00	817.800,00	305.876,04	305.876,04	26.731,36
Patronal	817.800,00	817.800,00	305.876,04	305.876,04	26.731,36
Pessoal Civil	817.800,00	817.800,00	305.876,04	305.876,04	26.731,36
Ativo	817.800,00	817.800,00	305.876,04	305.876,04	26.731,36
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para cobertura déficit atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2 / 3

## Município de Pinheiro Preto - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO RPPS (FINANCEIRO)

PLANO FINANCEIRO

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Junho 2014/Semestre Janeiro-Dezembro

Continuação

Em regime débito e parcelamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras receitas correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de bens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras receitas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES DA RECEITA (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL RECEITAS PREV INTRA-ORÇAM - RPPS (XI) = (VIII + IX - X)</b>	<b>817.800,00</b>	<b>817.800,00</b>	<b>305.876,04</b>	<b>305.876,04</b>	<b>26.731,36</b>

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas liquidadas		
			No Bimestre	Até Bimestre / 2014	Até Bimestre / 2013
ADMINISTRAÇÃO (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAM - RPPS (XIII) = (XII)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

**FONTE:** Sistema Pública-COP (04.00.13.0023) LRF 2014 (04.00.13.0000)  
Unidade Responsável: Município de Pinheiro Preto  
Data de emissão: 23/07/2014  
Hora de emissão: 17:03

Euzebio Calisto Vieceli  
Prefeito

Simone Rabuske Olivo  
Contadora  
CRC/SC 031218/O9

Sandra R. Paravisi Bressan  
Controle Interno

**RREO - ANEXO 04 (LRF,ART. 53, INCISO II)****Município de Pinheiro Preto**

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO RPPS (PREVIDENCIÁRIO)  
PLANO PREVIDENCIÁRIO

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Junho 2014/Semestre Janeiro-Dezembro

RREO - ANEXO 04 (LRF,Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

RECEITAS	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas		
			No Bimestre	Até Bimestre / 2014	Até Bimestre / 2013
RECEITAS PREV. RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAM) (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de contribuições dos segurados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de valores mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras receitas patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras receitas correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais receitas correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de bens, direitos e ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras receitas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREV. RPPS (INTRA-ORÇAM) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I+II)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

DESPESAS	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas liquidadas		
			No Bimestre	Até Bimestre / 2014	Até Bimestre / 2013
DESPESAS PREV. RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAM) (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1 / 3

# Município de Pinheiro Preto

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO RPPS (PREVIDENCIÁRIO)  
PLANO PREVIDENCIÁRIO  
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL  
Período de referência: Janeiro a Junho 2014/Semestre Janeiro-Dezembro

Continuação

Outras despesas previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação prev. do RPPS para o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREV. RPPS (INTRA-ORÇAM) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - RPPS (VII) = (III - VI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas		
			No Bimestre	Até Bimestre / 2014	Até Bimestre / 2013
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
VALOR	0,00

BENS E DIREITOS DO RPPS	Bimestre anterior	Período de Referência	
		2014	2013
Caixa	0,00	0,00	0,00
Bancos conta movimento	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Outros bens e direitos	0,00	0,00	0,00

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas		
			No Bimestre	Até Bimestre / 2014	Até Bimestre / 2013
RECEITAS CORRENTES (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Patronal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para cobertura déficit atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2 / 3



# Município de Pinheiro Preto

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO RPPS (PREVIDENCIÁRIO)  
PLANO PREVIDENCIÁRIO  
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL  
Período de referência: Janeiro a Junho 2014/Semestre Janeiro-Dezembro

Continuação

Em regime débito e parcelamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras receitas correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de bens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras receitas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES DA RECEITA (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL RECEITAS PREV INTRA-ORÇAM - RPPS (XI) = (VIII + IX - X)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas liquidadas		
			No Bimestre	Até Bimestre / 2014	Até Bimestre / 2013
ADMINISTRAÇÃO (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAM - RPPS (XIII) = (XII)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

**FONTE:** Sistema Pública-COP (04.00.13.0023) LRF 2014 (04.00.13.0000)  
Unidade Responsável: Município de Pinheiro Preto  
Data de emissão: 23/07/2014  
Hora de emissão: 17:05

Euzebio Calisto Vieceli  
Prefeito

Simone Rabuske Olivo  
Contadora  
CRC/SC 031218/09

Sandra R. Paravisi Bressan  
Controle Interno

**RREO - ANEXO 05****Município de Pinheiro Preto - SC**

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

RESULTADO NOMINAL

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período: Janeiro a Junho 2014/Semestre Janeiro-Dezembro

RREO - ANEXO 05 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	SALDO		
	Em 31/Dez/2013 (a)	Bimestre Anterior (b)	Bimestre Atual (c)
Dívida Consolidada (I)	666.053,03	666.053,03	514.970,75
Deduções (II)	1.115.738,47	1.115.738,47	4.361.146,12
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.115.738,47	1.115.738,47	4.360.355,43
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	790,69
(-) Restos a pagar processados (Exceto precatórios)	0,00	0,00	0,00
Dívida Consolidada Líquida (III = I - II)	-449.685,44	-449.685,44	-3.846.175,37
Receita de Privatizações (IV)		0,00	0,00
Passivos Reconhecidos (V)	0,00	0,00	0,00
<b>Dívida Fiscal Líquida (VI = III + IV - V)</b>	<b>-449.685,44</b>	<b>-449.685,44</b>	<b>-3.846.175,37</b>

RESULTADO NOMINAL	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (c-b)	Até o Bimestre (c-a)
VALOR	-3.396.489,93	-3.396.489,93

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
Meta de resultado nominal fixada no anexo de metas fiscais da LDO para o exercício de referência	450.000,00

**REGIME PREVIDENCIÁRIO**

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA	SALDO		
	Em 31/Dez/2013	Bimestre Anterior	Bimestre Atual
Dívida consolidada previdenciária (VII)	1.704.615,31	1.704.615,31	3.750.872,71
Passivo Atuarial	0,00	0,00	3.750.872,71
Demais Dívidas	1.704.615,31	1.704.615,31	0,00
Deduções (VIII)	3.963.025,60	3.963.025,60	4.294.250,62
Disponibilidade de Caixa Bruta	3.963.025,60	3.963.025,60	50,00
Investimentos	0,00	0,00	4.294.200,62
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a pagar processados	0,00	0,00	0,00
Dívida consolidada líquida previdenciária (IX = VII - VIII)	-2.258.410,29	-2.258.410,29	-543.377,91
Passivos Reconhecidos (X)	0,00	0,00	0,00
<b>Dívida Fiscal Líquida Previdenciária (XI = IX - X)</b>	<b>-2.258.410,29</b>	<b>-2.258.410,29</b>	<b>-543.377,91</b>

FONTE: Sistema Pública-COP (04.00.13.0023) LRF 2014 (04.00.13.0000)

Unidade Responsável: Município de Pinheiro Preto

Data de emissão: 23/07/2014

Hora de emissão: 17:09

Continua 1 / 2

## Município de Pinheiro Preto - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
RESULTADO NOMINAL  
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
Período: Janeiro a Junho 2014/Semestre Janeiro-Dezembro

Continuação

RREO - ANEXO 05 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	SALDO		
	Em 31/Dez/2013 (a)	Bimestre Anterior (b)	Bimestre Atual (c)

\_\_\_\_\_  
Euzebio Calisto Vieceli  
Prefeito

\_\_\_\_\_  
Simone Rabuske Olivo  
Contadora  
CRC/SC 031218/09

\_\_\_\_\_  
Sandra R. Paravisi Bressan  
Controle Interno

**RREO - ANEXO 06****Município de Pinheiro Preto - SC**

*RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
RESULTADO PRIMÁRIO  
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
Período de referência: Janeiro a Junho 2014/Semestre Janeiro-Dezembro*

RREO - ANEXO 06 (LRF, Art. 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	13.124.000,00	6.762.554,07	6.762.554,07	11.347.112,52
Receitas tributárias	578.000,00	379.484,44	379.484,44	593.799,75
IPTU	94.000,00	51.313,90	51.313,90	155.628,27
ISS	130.000,00	102.787,76	102.787,76	114.125,90
ITBI	60.000,00	12.131,94	12.131,94	36.378,70
IRRF	140.000,00	75.676,08	75.676,08	128.033,82
Outras Receitas Tributárias	154.000,00	137.574,76	137.574,76	159.633,06
Receitas de Contribuições	1.299.800,00	568.802,97	568.802,97	620.554,65
Receitas Previdenciárias	1.067.800,00	428.119,12	428.119,12	573.772,36
Outras Receitas Contribuições	232.000,00	140.683,85	140.683,85	46.782,29
Receita Patrimonial Líquida	40.000,00	11.172,75	11.172,75	35.649,42
Receita patrimonial	339.900,00	397.091,80	397.091,80	194.830,23
(-) Aplicações Financeiras	299.900,00	385.919,05	385.919,05	159.180,81
Transferências Correntes	11.014.400,00	5.707.159,79	5.707.159,79	9.921.636,25
FPM	4.880.000,00	2.431.786,51	2.431.786,51	4.569.979,46
ICMS	3.520.000,00	1.897.560,93	1.897.560,93	3.230.692,09
Convênios	110.000,00	82.780,58	82.780,58	0,00
Outras Transferências Correntes	2.504.400,00	1.295.031,77	1.295.031,77	2.120.964,70
Demais Receitas Correntes	191.800,00	95.934,12	95.934,12	175.472,45
Dívida Ativa	7.500,00	21.260,82	21.260,82	7.467,24
Diversas Receitas Correntes	184.300,00	74.673,30	74.673,30	168.005,21
RECEITAS DE CAPITAL (II)	24,00	2.169.425,65	2.169.425,65	961.851,85
Operações de Crédito (III)	2,00	0,00	0,00	124.319,18
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens (V)	0,00	111.802,10	111.802,10	226.359,86
Transferências de Capital	22,00	2.057.623,55	2.057.623,55	611.172,81
Convênios	22,00	2.028.794,76	2.028.794,76	3.456,00
Outras Transferências de Capital	0,00	28.828,79	28.828,79	607.716,81
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II-III-IV-V)	22,00	2.057.623,55	2.057.623,55	611.172,81
<b>RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I+VI)</b>	<b>13.124.022,00</b>	<b>8.820.177,62</b>	<b>8.820.177,62</b>	<b>11.958.285,33</b>

Continua 1 / 2

# Município de Pinheiro Preto - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
RESULTADO PRIMÁRIO  
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
Período de referência: Janeiro a Junho 2014/Semestre Janeiro-Dezembro

Continuação

RREO - ANEXO 06 (LRF, Art. 53, inciso III)

R\$ 1,00

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
DESPESAS CORRENTES (VIII)	12.662.045,59	6.056.858,14	6.056.858,14	9.894.424,24
Pessoal e Encargos Sociais	6.782.568,78	3.082.944,30	3.082.944,30	5.046.720,82
Juros e Encargos da Dívida (IX)	68.000,00	39.059,84	39.059,84	56.607,00
Outras despesas Correntes	5.811.476,81	2.934.854,00	2.934.854,00	4.791.096,42
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII-IX)	12.594.045,59	6.017.798,30	6.017.798,30	9.837.817,24
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	4.960.514,31	1.695.675,39	1.695.675,39	1.247.670,72
Investimentos	4.640.014,31	1.544.560,11	1.544.560,11	1.166.250,91
Inversões Financeiras	500,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	-----	0,00	0,00	0,00
Aquis. Títulos Capital já Integralizado (XIII)	-----	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	-----	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	320.000,00	151.115,28	151.115,28	81.419,81
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI-XII-XIII-XIV)	4.640.514,31	1.544.560,11	1.544.560,11	1.166.250,91
Reserva de Contingência (XVI)	189.800,00	-----	-----	-----
Reserva do RPPS (XVII)	0,00	-----	-----	-----
<b>DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X+XV+XVI+XVII)</b>	17.424.359,90	7.562.358,41	7.562.358,41	11.004.068,15
<b>RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII-XVIII)</b>	-4.300.337,90	1.257.819,21	1.257.819,21	954.217,18
<b>SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	-----	-----	967.679,50 D	
<b>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</b>			<b>VALOR CORRENTE</b>	
Meta de resultado primário fixada no anexo de metas fiscais da LDO para o exercício de referência			88.098,00	

FONTE: Sistema Pública-COP (04.00.13.0023) LRF 2014 (04.00.13.0000)  
Unidade Responsável: Município de Pinheiro Preto  
Data de emissão: 23/07/2014  
Hora de emissão: 17:10

Euzebio Calisto Vieceli  
Prefeito

Simone Rabuske Olivo  
Contadora  
CRC/SC 031218/O9

Sandra R. Paravisi Bressan  
Controle Interno

RREO - ANEXO 07

Município de Pinheiro Preto - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO  
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Junho 2014/Semestre Janeiro-Dezembro

RREO - ANEXO 07 (LRF, Art. 53, inciso V)		R\$ 1,00									
PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS					
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2013				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2013				
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇ) (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	34.378,83	34.378,83	34.378,83	0,00	0,00
EXECUTIVO											
Município de Pinheiro Preto	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	34.378,83	34.378,83	34.378,83	0,00	0,00
LEGISLATIVO											
Câmara Municipal de Vereadores de Pinheiro Preto	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTO) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I +II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	34.378,83	34.378,83	34.378,83	0,00	0,00

FONTE: Sistema Pública-COP (04.00.13.0023) LRF 2014 (04.00.13.0000)  
Unidade Responsável: Município de Pinheiro Preto  
Data de emissão: 23/07/2014  
Hora de emissão: 17:12

Euzebio Calisto Vieceli Prefeito	Simone Rabuske Olivo Contadora CRC/SC 031218/O9	Sandra R. Paravisi Bressan Controle Interno
-------------------------------------	-------------------------------------------------------	------------------------------------------------

**RREO - ANEXO 08****Município de Pinheiro Preto - SC**

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
RECEITAS E DESPESAS COM MDE  
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
Período de referência: Janeiro a Junho 2014/Semestre Janeiro-Dezembro

RREO – ANEXO 08 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

<b>RECEITAS DO ENSINO</b>					
<b>RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)</b>	<b>PREVISÃO INICIAL</b>	<b>PREVISÃO ATUALIZADA (a)</b>	<b>RECEITAS REALIZADAS</b>		
			<b>No Bimestre</b>	<b>Até o Bimestre (b)</b>	<b>% (c)= (b/a)x100</b>
1-Receita de impostos	432.700,00	432.700,00	247.948,91	247.948,91	57,30
1.1-Receita resultante do IPTU	101.000,00	101.000,00	57.181,32	57.181,32	56,62
1.1.1-IPTU	94.000,00	94.000,00	51.313,90	51.313,90	54,59
1.1.2-Multas, Juros e outros encargos do IPTU	1.000,00	1.000,00	189,49	189,49	18,95
1.1.3-Dívida Ativa do IPTU	4.000,00	4.000,00	3.908,97	3.908,97	97,72
1.1.4-Multas, juros, Outros encargos Dívida Ativa do IPTU	2.000,00	2.000,00	1.768,96	1.768,96	88,45
1.1.5-(-) Deduções da Receita do IPTU	(0,00)	(0,00)	(0,00)	(0,00)	(0,00)
1.2-Receita resultante do ITBI	60.000,00	60.000,00	12.131,94	12.131,94	20,22
1.2.1-ITBI	60.000,00	60.000,00	12.373,56	12.373,56	20,62
1.2.2-Multas, Juros e Outros encargos do ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3-Dívida Ativa do ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4-Multas, Juros, Outros encargos da Dívida ativa do ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5-(-) Deduções da Receita do ITBI	(0,00)	(0,00)	(-241,62)	(-241,62)	(0,00)
1.3-Receita resultante do ISS	131.700,00	131.700,00	102.959,57	102.959,57	78,18
1.3.1-ISS	130.000,00	130.000,00	102.787,76	102.787,76	79,07
1.3.2-Multas, Juros e Outros encargos do ISS	500,00	500,00	171,81	171,81	34,36
1.3.3-Dívida Ativa do ISS	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00
1.3.4-Multas, Juros, Outros encargos da Dívida ativa do ISS	200,00	200,00	0,00	0,00	0,00
1.3.5-(-) Deduções da Receita do ISS	(0,00)	(0,00)	(0,00)	(0,00)	(0,00)
1.4-Receita resultante do IRRF	140.000,00	140.000,00	75.676,08	75.676,08	54,05
1.4.1-IRRF	140.000,00	140.000,00	75.676,08	75.676,08	54,05
1.4.2-Multas, Juros e Outros encargos do IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3-Dívida Ativa do IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4-Multas, Juros, Outros encargos da Dívida ativa do IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5-(-) Deduções da Receita do IRRF	(0,00)	(0,00)	(0,00)	(0,00)	(0,00)
1.5-Receita resultante do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1-ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2-Multas, Juros e Outros encargos do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3-Dívida Ativa do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4-Multas, Juros, Outros encargos da Dívida ativa do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5-(-) Deduções da Receita do ITR	(0,00)	(0,00)	(0,00)	(0,00)	(0,00)
2-Receitas de transferências constitucionais e legais	11.013.000,00	11.013.000,00	5.704.752,02	5.704.752,02	51,80
2.1-Cota Parte FPM	6.100.000,00	6.100.000,00	3.039.732,94	3.039.732,94	49,83
2.1.1-Parcela referente à CF art. 159, I, alínea b	6.100.000,00	6.100.000,00	3.039.732,94	3.039.732,94	49,83
2.1.2-Parcela referente à CF art. 159, I, alínea d	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2-Cota Parte ICMS	4.400.000,00	4.400.000,00	2.371.950,46	2.371.950,46	53,91
2.3-ICMS Desoner. L.C. nº 87/96	26.000,00	26.000,00	8.662,30	8.662,30	33,32
2.4-Cota Parte IPI-Exportação	64.000,00	64.000,00	35.976,47	35.976,47	56,21
2.5-Cota-Parte ITR	3.000,00	3.000,00	6,15	6,15	0,21
2.6-Cota-Parte IPVA	420.000,00	420.000,00	248.423,70	248.423,70	59,15
2.7-Cota-Parte IOF-Ouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>3-TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1+2)</b>	<b>11.445.700,00</b>	<b>11.445.700,00</b>	<b>5.952.700,93</b>	<b>5.952.700,93</b>	<b>52,01</b>

Continua 1 / 5



# Município de Pinheiro Preto - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
RECEITAS E DESPESAS COM MDE  
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
Período de referência: Janeiro a Junho 2014/Semestre Janeiro-Dezembro

Continuação

RREO – ANEXO 08 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINAN. DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)= (b/a)x100
4-Receita da aplicação financeira de outros recursos de impostos vinculados ao ensino	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5-Transferências do FNDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5.1-Transferências do Salário-Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5.2-Transferências Diretas - PDDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5.3-Transferências Diretas - PNAE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5.4-Transferências Diretas - PNATE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5.5-Outras transferências do FNDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5.6-Aplicações financeiras de recursos do FNDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6-Transferências de convênios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6.1-Transferências de convênios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6.2-Aplicações financeiras dos recursos de convênios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
7-Receita de Operações de créditos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
8-Outras receitas para financiamentos do ensino	30.400,00	30.400,00	42.804,28	42.804,28	140,80
<b>9-TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINAN. DO ENSINO (4+5+6+7+8)</b>	<b>30.400,00</b>	<b>30.400,00</b>	<b>42.804,28</b>	<b>42.804,28</b>	<b>140,80</b>

## FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)= (b/a)x100
10-Receitas destinadas ao FUNDEB	2.202.600,00	2.202.600,00	1.140.949,17	1.140.949,17	51,80
10.1-Cota Parte FPM (20% de 2.1.1)	1.220.000,00	1.220.000,00	607.946,43	607.946,43	49,83
10.2-Cota Parte ICMS (20% de 2.2)	880.000,00	880.000,00	474.389,53	474.389,53	53,91
10.3-ICMS Desoneração (20% de 2.3)	5.200,00	5.200,00	1.732,45	1.732,45	33,32
10.4-Cota Parte IPI-Exportação (20% de 2.4)	12.800,00	12.800,00	7.195,29	7.195,29	56,21
10.5-Cota Parte ITR ou ITR destinado Fundeb (20% de (1.5 + 2.5))	600,00	600,00	1,23	1,23	0,21
10.6-Cota Parte IPVA (20% de 2.6)	84.000,00	84.000,00	49.684,24	49.684,24	59,15
11-Receitas recebidas do FUNDEB	1.045.000,00	1.045.000,00	549.645,57	549.645,57	52,60
11.1-Transferências de Recursos do FUNDEB	1.040.000,00	1.040.000,00	546.653,29	546.653,29	52,56
11.2-Complementação da União ao FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3-Receita de Aplicação Financ. Recursos do FUNDEB	5.000,00	5.000,00	2.992,28	2.992,28	59,85
<b>12-RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)</b>	<b>-1.162.600,00</b>	<b>-1.162.600,00</b>	<b>-594.295,88</b>	<b>-594.295,88</b>	<b>51,12</b>

DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRASNSFERÊNCIAS DO FUNDEB

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)= (e/d)x100

Continua 2 / 5

# Município de Pinheiro Preto - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
RECEITAS E DESPESAS COM MDE  
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
Período de referência: Janeiro a Junho 2014/Semestre Janeiro-Dezembro

Continuação

RREO – ANEXO 08 (LDB, art. 72)	R\$ 1,00				
13-PAGTO PROFISSIONAIS MAGISTÉRIO	836.000,00	836.000,00	355.749,14	355.749,14	42,55
13.1-Com Educação Infantil	107.000,00	107.000,00	45.876,02	45.876,02	42,87
13.2-Com Ensino Fundamental	729.000,00	729.000,00	309.873,12	309.873,12	42,51
14-OUTRAS DESPESAS	209.000,00	210.932,78	157.595,61	157.595,61	74,71
14.1-Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2-Com Ensino Fundamental	209.000,00	210.932,78	157.595,61	157.595,61	74,71
<b>15-TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13+14)</b>	<b>1.045.000,00</b>	<b>1.046.932,78</b>	<b>513.344,75</b>	<b>513.344,75</b>	<b>49,03</b>

DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB	Valor
16-RESTOS A PAGAR INSCRITOS SEM DISPON. FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB	0,00
16.1- FUNDEB 60%	0,00
16.2- FUNDEB 40%	0,00
17-DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB	1.932,78
17.1- FUNDEB 60%	0,00
17.2- FUNDEB 40%	1.932,78
18-TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)	1.932,78
19-TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18) <sup>1</sup>	511.411,97
19.1- Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %	64,72
19.2- Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %	28,32
19.3- Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %	6,96
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE	Valor
20-RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2013 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS	1.932,78
21-DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2014 <sup>2</sup>	1.932,78

## MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)= (b/a)x100
22-Impostos e transf. destinadas à MDE (25% de 3) <sup>3</sup>	2.861.425,00	2.861.425,00	1.488.175,23	1.488.175,23	52,01
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f) (e/d)x100
23-EDUCAÇÃO INFANTIL	202.001,00	504.044,57	169.286,95	169.286,95	33,59
23.1-Creche	112.001,00	414.044,57	145.475,05	145.475,05	35,14
23.1.1-Custeadas com recursos do FUNDEB	107.000,00	107.000,00	45.876,02	45.876,02	42,87
23.1.2-Custeadas com outros recursos de impostos	5.001,00	307.044,57	99.599,03	99.599,03	32,44
23.2-Pré-escola	90.000,00	90.000,00	23.811,90	23.811,90	26,46
23.2.1-Custeadas com recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2-Custeadas com outros recursos de impostos	90.000,00	90.000,00	23.811,90	23.811,90	26,46
24-EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL	2.061.627,00	3.534.129,61	1.620.403,93	1.620.403,93	45,85
24.1-Custeadas com recursos do FUNDEB	938.000,00	939.932,78	467.468,73	467.468,73	49,73
24.2-Custeadas com outros recursos de impostos	1.123.627,00	2.594.196,83	1.152.935,20	1.152.935,20	44,44
25-Ensino Médio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26-Ensino Superior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27-Ensino Profissional não integrado ao ensino regular	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28-Outras	21.000,00	19.524,00	9.762,00	9.762,00	50,00

Continua 3 / 5

# Município de Pinheiro Preto - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
RECEITAS E DESPESAS COM MDE  
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
Período de referência: Janeiro a Junho 2014/Semestre Janeiro-Dezembro

Continuação

RREO – ANEXO 08 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

**29-TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)** 2.284.628,00 4.057.698,18 1.799.452,88 1.799.452,88 44,35

DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL	Valor
30-Resultado líquido das transferências do FUNDEB = (12)	-594.295,88
31-Despesas custeadas com a complementação do FUNDEB no exercício	0,00
32-Receita de aplicação financeira dos recursos do FUNDEB até o bimestre = (50h)	2.992,28
33-Despesas custeadas com o superávit financeiro, do exercício anterior, do FUNDEB	1.932,78
34-Despesas custeadas com superávit financeiro, do exercício anterior, de outros recursos impostos	341,35
35-Restos a pagar inscritos no exercício sem dispon financeira de recursos de impostos vinculados ao ensino <sup>4</sup>	0,00
36-Cancelamento, no exercício, de restos a pagar inscritos com dispon financ de rec de impostos vinculados ao ensino = (46g)	0,00
37-TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30+31+32+33+34+35+36)	-589.029,47
38-TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))	2.378.720,35
39-MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE <sup>5</sup> ((38) / (3) x 100) %	39,96

## OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f) (e/d)x100
40-Custeadas com aplic finan de outros rec de imposto vinculadas ao ensino	1.244.628,00	3.035.702,96	1.287.144,13	1.287.144,13	42,40
41-Custeadas com contrib social salário-educação	110.500,00	130.583,73	26.261,07	26.261,07	20,11
42-Custeadas com operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43-Custeadas com outras receitas para finan do ensino	60.000,00	43.900,00	18.550,00	18.550,00	42,26
<b>44-TOTAL OUTRAS DESPESAS (40+41+42+43)</b>	<b>1.415.128,00</b>	<b>3.210.186,69</b>	<b>1.331.955,20</b>	<b>1.331.955,20</b>	<b>41,49</b>
<b>45-TOTAL GERAL DESPESAS COM MDE (29+44)</b>	<b>3.699.756,00</b>	<b>7.267.884,87</b>	<b>3.131.408,08</b>	<b>3.131.408,08</b>	<b>43,09</b>

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM (g)
46-RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00
46.1-Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00
46.2-Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00

## FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS

## VALOR

	FUNDEB (h)		FUNDEF
47-SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	1.932,78		0,00
48-(+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	546.653,29		0,00
49-(-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	498.828,73		0,00
49.1-Orçamento do Exercício (+ empenhos extras)	498.828,73		0,00
49.2 Restos a Pagar (+ empenhos extras)	0,00		0,00
50-(+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	2.992,28		0,00
51-(=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	52.749,62		0,00

**FONTE:** Sistema Pública-COP (04.00.13.0023) LRF 2014 (04.00.13.0000)  
Unidade Responsável: Município de Pinheiro Preto  
Data de emissão: 23/07/2014  
Hora de emissão: 17:13

Continua 4 / 5

## Município de Pinheiro Preto - SC

*RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
RECEITAS E DESPESAS COM MDE  
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
Período de referência: Janeiro a Junho 2014/Semestre Janeiro-Dezembro*

*Continuação*

RREO – ANEXO 08 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

- 1 Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.
- 2 Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: “Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional.
- 3 Caput do art. 212 da CF/1988
- 4 Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.
- 5 Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

**Euzebio Calisto Vieceli**  
Prefeito

**Simone Rabuske Olivo**  
Contadora  
CRC/SC 031218/O9

**Sandra R. Paravisi Bressan**  
Controle Interno

**RREO - ANEXO 12****Município de Pinheiro Preto - SC**

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE  
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
Período de referência: Janeiro a Junho/2014

RREO - ANEXO 12 (ADCT, Art. 77)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)x100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	432.700,00	432.700,00	247.948,91	57,30
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	94.000,00	94.000,00	51.313,90	54,59
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	60.000,00	60.000,00	12.131,94	20,22
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	130.000,00	130.000,00	102.787,76	79,07
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	140.000,00	140.000,00	75.676,08	54,05
Imposto Territorial Ruaral - ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos de Impostos	1.500,00	1.500,00	361,30	24,09
Dívida Ativa de Impostos	5.000,00	5.000,00	3.908,97	78,18
Multas e Juros de Mora e Outros Encargos Dívida Ativa	2.200,00	2.200,00	1.768,96	80,41
RECEITAS DE TRANSFÊRENCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	11.013.000,00	11.013.000,00	5.704.752,02	51,80
Cota-parte FPM	6.100.000,00	6.100.000,00	3.039.732,94	49,83
Cota-parte ITR	3.000,00	3.000,00	6,15	0,21
Cota-parte do IPVA	420.000,00	420.000,00	248.423,70	59,15
Cota-parte ICMS	4.400.000,00	4.400.000,00	2.371.950,46	53,91
Cota-parte do IPI - Exportação	64.000,00	64.000,00	35.976,47	56,21
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos de Transferências Constitucionais	26.000,00	26.000,00	8.662,30	33,32
Desoneração ICMS (LC 87/96)	26.000,00	26.000,00	8.662,30	33,32
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II</b>	<b>11.445.700,00</b>	<b>11.445.700,00</b>	<b>5.952.700,93</b>	<b>52,01</b>
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)x100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS	462.004,00	462.004,00	210.420,43	45,55
Proveniente da União	419.002,00	419.002,00	183.958,96	43,90
Proveniente dos Estados	43.002,00	43.002,00	26.461,47	61,54
Proveniente de Outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas do SUS	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADOS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE</b>	<b>462.004,00</b>	<b>462.004,00</b>	<b>210.420,43</b>	<b>45,55</b>

Continua 1 / 4

# Município de Pinheiro Preto - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE  
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
Período de referência: Janeiro a Junho/2014

Continuação

RREO - ANEXO 12 (ADCT, Art. 77)

R\$ 1,00

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e) x 100	Até o Bimestre (g)	% (g/e) x 100
DESPESAS CORRENTES	2.732.655,00	2.712.430,66	1.754.349,08	64,68	1.361.287,98	50,19
Pessoal e encargos sociais	1.352.000,00	1.352.000,00	663.856,35	49,10	663.856,35	49,10
Juros e encargos da dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras despesas correntes	1.380.655,00	1.360.430,66	1.090.492,73	80,16	697.431,63	51,27
DESPESAS DE CAPITAL	83.205,00	496.606,85	104.730,27	21,09	95.702,34	19,27
Investimentos	83.205,00	496.606,85	104.730,27	21,09	95.702,34	19,27
Inversões financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total (IV)</b>	<b>2.815.860,00</b>	<b>3.209.037,51</b>	<b>1.859.079,35</b>	<b>57,93</b>	<b>1.456.990,32</b>	<b>45,40</b>

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/IVf x 100	Até o Bimestre (i)	% (i/IVg x 100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	464.904,00	858.081,51	313.016,97	16,84	260.871,78	17,90
Recursos de Transferência do Sistema Único de Saúde - SUS	464.904,00	858.081,51	313.016,97	16,84	260.871,78	17,90
Recursos de operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDIVIDUALMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELAS DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE FOI APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES³	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS (V)</b>	<b>464.904,00</b>	<b>858.081,51</b>	<b>313.016,97</b>	<b>16,84</b>	<b>260.871,78</b>	<b>17,90</b>

<b>TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)</b>	<b>2.350.956,00</b>	<b>2.350.956,00</b>	<b>1.546.062,38</b>	<b>65,76</b>	<b>1.196.118,54</b>	<b>50,88</b>
--------------------------------------------------------------------------------------	---------------------	---------------------	---------------------	--------------	---------------------	--------------

<b>PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VIIi / IIIf x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15%</b>	<b>20,09</b>
-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------

<b>VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VIIi - (15 x IIIf)/100]</b>	<b>303.213,40</b>
--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
Inscritos em 2014	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2 / 4

## Município de Pinheiro Preto - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE  
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
Período de referência: Janeiro a Junho/2014

Continuação

RREO - ANEXO 12 (ADCT, Art. 77)					RS 1,00
Inscritos em 2013	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2012	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2010	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Anteriores a 2010	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, § 1º e 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS		
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência	Saldo Final (Não Aplicado)
Inscritos em 2014		0,00	0,00
Inscritos em 2013		0,00	0,00
Inscritos em 2012		0,00	0,00
Inscritos em 2011		0,00	0,00
Inscritos em 2010		0,00	0,00
Anteriores a 2010		0,00	0,00
<b>Total (VIII)</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO		
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência	Saldo Final (Não Aplicado)
Inscritos em 2013		0,00	0,00
Inscritos em 2012		0,00	0,00
Inscritos em 2011		0,00	0,00
Inscritos em 2010		0,00	0,00
Inscritos em 2009		0,00	0,00
Anteriores a 2009		0,00	0,00
<b>Total (IX)</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (l)	% (l/total l)x 100	Até o Bimestre (m)	% (m/total m)x 100
Atenção Básica	2.773.559,00	3.140.581,94	1.829.904,52	98,43	1.429.958,99	98,14
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	7.100,00	7.100,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Suporte Profilático e Terapêutico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vigilância Sanitária	20.200,00	20.200,00	11.649,00	0,63	10.049,00	0,69
Vigilância Epidemiológica	12.000,00	38.154,57	17.525,83	0,94	16.982,33	1,17
Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 3 / 4



## Município de Pinheiro Preto - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE  
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
Período de referência: Janeiro a Junho/2014

Continuação

RREO - ANEXO 12 (ADCT, Art. 77)						R\$ 1,00
Outras subfunções	3.001,00	3.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>2.815.860,00</b>	<b>3.209.037,51</b>	<b>1.859.079,35</b>	<b>100,00</b>	<b>1.456.990,32</b>	<b>100,00</b>

**FONTE:** Sistema Pública-COP (04.00.13.0023) LRF 2014 (04.00.13.0000)  
Unidade Responsável: Município de Pinheiro Preto  
Data de emissão: 23/07/2014  
Hora de emissão: 17:18

- <sup>1</sup> Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último
- <sup>2</sup> O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".
- <sup>3</sup> O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".
- <sup>4</sup> Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício.
- <sup>5</sup> Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23da LC 141/2012.

Euzebio Calisto Vieceli  
Prefeito

Simone Rabuske Olivo  
Contadora  
CRC/SC 031218/O9

Sandra R. Paravisi Bressan  
Controle Interno

**LRF, ART. 48 - ANEXO 14****Município de Pinheiro Preto - SC**SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Junho 2014/Semestre Janeiro-Dezembro

LRF, Art. 48 - ANEXO 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	Jan a Jun/2014	Até Jun/2014	
RECEITAS			
Previsão inicial	-----	13.423.924,00	
Previsão atualizada	-----	13.423.924,00	
Receitas realizadas	9.317.898,77	9.317.898,77	
Déficit Orçamentário	-----	0,00	
Saldo de exercícios anteriores (Utilizados para créditos adicionais)	-----	967.679,50	
DESPESAS			
Dotação Inicial	-----	13.423.924,00	
Créditos Adicionais	-----	4.388.435,90	
Dotação Atualizada	-----	17.812.359,90	
Despesas empenhadas	10.935.960,09	10.935.960,09	
Despesas liquidadas	7.752.533,53	7.752.533,53	
Superávit Orçamentário	-----	1.565.365,24	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	Jan a Jun/2014	Até Jun/2014	
Despesas empenhadas	10.935.960,09	10.935.960,09	
Despesas liquidadas	7.752.533,53	7.752.533,53	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		Até Jun/2014	
Receita Corrente Líquida		12.326.953,81	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	Jan a Jun/2014	Até Jun/2014	
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos			
Receitas previdenciárias realizadas (IV)	724.082,86	724.082,86	
Despesas previdenciárias liquidadas (V)	288.803,11	288.803,11	
Resultado previdenciário (VI) = (IV - V)	435.279,75	435.279,75	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO	Resultado Apurado até o bimestre	% em Relação à Meta
	(a)	(b)	(b/a)
Resultado Nominal	450.000,00	-3.396.489,93	-754,78
Resultado Primário	88.098,00	1.257.819,21	1.427,75

Continua 1 / 2

# Município de Pinheiro Preto - SC

SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Junho 2014/Semestre Janeiro-Dezembro

Continuação

LRF, Art. 48 - ANEXO 14

R\$ 1,00

RESTOS A PAGAR POR PODER	Inscrição	Cancelamento até o bimestre	Pagamento até o bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Executivo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	34.378,83	0,00	34.378,83	0,00
Poder Executivo	34.378,83	0,00	34.378,83	0,00
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL:	34.378,83	0,00	34.378,83	0,00
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	Valor Apurado Até Jun/2014	Limites Constitucionais Anuais		
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até Jun/2014	
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na MDE	2.378.720,35	25,00	39,96	
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental	355.749,14	60,00	64,72	
Complementação da União ao FUNDEB	0,00	10,00	0,00	
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor Apurado Até Jun/2014	Limites Constitucionais Anuais		
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até Jun/2014	
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	1.196.118,54	0,00	20,09	
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor apurado no Exercício Corrente			
Total das Despesas/RCL (%)				

**FONTE:** Sistema Pública-COP (04.00.13.0023) LRF 2014 (04.00.13.0000)  
Unidade Responsável: Município de Pinheiro Preto  
Data de emissão: 23/07/2014  
Hora de emissão: 17:30

Euzebio Calisto Vieceli  
Prefeito

Simone Rabuske Olivo  
Contadora  
CRC/SC 031218/09

Sandra R. Paravisi Bressan  
Controle Interno

# Pomerode

## PREFEITURA

### Inexigibilidade de Licitação N.º 004/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE POMERODE  
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO DA CIDA-  
DADE  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS  
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 004/2014

Processo Administrativo n.º 061/2014.  
Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.  
Contratado: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CA-  
TARINA - UNISUL.  
Objeto: CONTRATAÇÃO DE CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA  
EM SEGURANÇA NO TRÂNSITO PARA O AGENTE DE TRÂNSITO  
SGT. MAICON OTTO, POLICIAL MILITAR, SUB COMANDANTE DO  
1º/2ª/10 BPM.  
Valor total contratado: R\$12.835,84 (doze mil, oitocentos e trinta  
e cinco reais e oitenta e quatro centavos).  
Prazo de vigência do curso: 24 meses.

Pomerode/SC, 30 de Julho de 2014.  
ROLF NICLODELLI  
Prefeito Municipal de Pomerode

### 2º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo Nº 002/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE POMERODE  
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS  
2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº  
002/2013  
REAJUSTE

Processo Administrativo n.º 001/2013.  
Dispensa de Licitação n.º 001/2013.  
Locatário: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.  
Locadores: IVONE SPRANGER e AMÓS SPRANGER.  
Objeto: LOCAÇÃO DO IMÓVEL COMERCIAL LOCALIZADO NA RUA  
XV DE NOVEMBRO, NR. 234 - CENTRO, POMERODE/SC, PARA AS  
INSTALAÇÕES ADMINISTRATIVAS DA SECRETARIA DE CIDADANIA  
E DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL.  
Valor aluguel mensal - reajuste R\$4.260,00 (quatro mil e duzentos  
e sessenta reais).  
Justificativa: Reajuste em virtude da defasagem do valor de alu-  
guel, levando-se em consideração a localização do imóvel, em  
conformidade com o Parecer Técnico Avaliatório Mercadológico de  
Valor de Locação, emitido pela Comissão da Avaliação da Prefeitu-  
ra Municipal de Pomerode/SC.

Pomerode/SC, 01 de Julho de 2014.  
ROLF NICLODELLI  
Prefeito Municipal de Pomerode

### 2º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo Nº 003/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE POMERODE  
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS  
2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº  
003/2013  
REAJUSTE

Processo Administrativo n.º 002/2013.  
Dispensa de Licitação n.º 002/2013.  
Locatário: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.  
Locadores: IVONE SPRANGER e AMÓS SPRANGER.  
Objeto: LOCAÇÃO DO IMÓVEL COMERCIAL LOCALIZADO NA RUA  
HEINRICH PASSOLD, NR. 54 - CENTRO, POMERODE/SC, PARA O  
FUNCIONAMENTO DO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA  
SOCIAL - CRAS, ONDE FUNCIONARÃO OS SERVIÇOS DE PRO-  
TEÇÃO BÁSICA PARA A ORGANIZAÇÃO DA REDE DE SERVIÇOS  
SÓCIO-ASSISTENCIAIS DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
DE POMERODE.  
Valor aluguel mensal - reajuste R\$3.590,00 (três mil e quinhentos  
e noventa reais).  
Justificativa: Reajuste em virtude da defasagem do valor de alu-  
guel, levando-se em consideração a localização do imóvel, em  
conformidade com o Parecer Técnico Avaliatório Mercadológico de  
Valor de Locação, emitido pela Comissão da Avaliação da Prefeitu-  
ra Municipal de Pomerode/SC.

Pomerode/SC, 01 de Julho de 2014.  
ROLF NICLODELLI  
Prefeito Municipal de Pomerode

### 2º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo Nº 004/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE POMERODE  
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS  
2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº  
004/2013  
REAJUSTE

Processo Administrativo n.º 003/2013.  
Dispensa de Licitação n.º 003/2013.  
Locatário: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.  
Locadora: THEKLA EMMA IDA RAMTHUN.  
Objeto: LOCAÇÃO DO IMÓVEL - SALA COMERCIAL LOCALIZADA  
NA RUA XV DE NOVEMBRO, Nº 228, ANDAR SUPERIOR - CENTRO,  
POMERODE/SC, COM ÁREA TOTAL A SER OCUPADA DE 85M² (OI-  
TENTA E CINCO METROS QUADRADOS), CUJAS DEPENDÊNCIAS  
SERÃO UTILIZADAS PARA O ATENDIMENTO DO CONSELHO TU-  
TELAR DE POMERODE/SC.  
Valor aluguel mensal - reajuste R\$830,00 (oitocentos e trinta re-  
ais).  
Justificativa: Reajuste em virtude da defasagem do valor de alu-  
guel, levando-se em consideração a localização do imóvel, em  
conformidade com o Parecer Técnico Avaliatório Mercadológico de  
Valor de Locação, emitido pela Comissão da Avaliação da Prefeitu-  
ra Municipal de Pomerode/SC.

Pomerode/SC, 01 de Julho de 2014.  
ROLF NICLODELLI  
Prefeito Municipal de Pomerode

**Extrato do Contrato Administrativo N.º 033/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE POMERODE  
SECRETARIA DE TURISMO, CULTURA E ESPORTE  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

**EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 033/2014**

Processo Administrativo n.º 056/2014.  
Convite p/ Obras e Serviços de Engenharia n.º 016/2014.  
Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.  
Contratada: UNIÃO PROJETOS ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA - ME.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO PREVENTIVO DE INCÊNDIO DO PARQUE MUNICIPAL DE EVENTOS, LOCALIZADO NA AVENIDA 21 DE JANEIRO, POMERODE/SC, EM CONFORMIDADE COM O MEMORIAL DESCRITIVO ANEXO AO EDITAL DE LICITAÇÃO.

Valor total contratado: R\$27.730,00 (vinte e sete mil e setecentos e trinta reais).

Prazo de vigência: 45 dias - Término 04/09/2014.

Pomerode/SC, 18 de Julho de 2014.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal de Pomerode

**Extrato do Contrato Administrativo N.º 032/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE POMERODE  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EMPREENDEDORA  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

**EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 032/2014**

Processo Administrativo n.º 034/2014.  
Tomada de Preços p/ Obras e Serviços de Engenharia n.º 002/2014.  
Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.  
Contratada: EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA VB LTDA EPP.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA AMPLIAÇÃO DA ESCOLA MUNICIPAL DR. WUNDERWALD, SITUADA NA RUA DR. WUNDERWALD, N.º 3.209 - BAIRRO WUNDERWALD, POMERODE/SC, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA, EM CONFORMIDADE COM O PROJETO BÁSICO, MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA/QUANTITATIVA E MINUTA DE CONTRATO QUE SÃO INTEGRANTES DESTES EDITAIS.

Valor total contratado: R\$399.000,00 (trezentos e noventa e nove mil reais).

Prazo de vigência: 180 dias - Término 14/01/2015.

Pomerode/SC, 18 de Julho de 2014.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal de Pomerode

**Extrato do Contrato Administrativo N.º 034/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE POMERODE  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

**EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 034/2014**

Processo Administrativo n.º 057/2014.  
Convite p/ Obras e Serviços de Engenharia n.º 017/2014.  
Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.  
Contratada: PLANOJET CONSTRUÇÕES LTDA EPP.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA IMPLANTAÇÃO DE VESTIÁRIO, BANHEIROS, GARAGENS E OFICINAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE, SITUADA NA RUA XV DE NOVEMBRO, N.º 525 - CENTRO, POMERODE/SC, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA, EM CONFORMIDADE COM O PROJETO BÁSICO, MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA / QUANTITATIVA E MINUTA DE CONTRATO QUE SÃO INTEGRANTES DESTES EDITAIS.

Valor total contratado: R\$81.990,10 (oitenta e um mil, novecentos e noventa reais e dez centavos).

Prazo de vigência: 90 dias - Término 26/10/2014.

Pomerode/SC, 25 de Julho de 2014.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal de Pomerode

**Decreto Nº 2.862, de 30 de Julho de 2014**

DECRETO Nº 2.862, DE 30 DE JULHO DE 2014  
ANULA PARCIALMENTE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO ORÇAMENTO EM VIGOR DA UNIDADE GESTORA CÂMARA MUNICIPAL E ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO EM VIGOR DA UNIDADE GESTORA PREFEITURA POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS E, CONCEDE SUBVENÇÃO SOCIAL AO CENTRO DE CONVIVÊNCIA POMMERN HEIM, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Pomerode, ROLF NICOLODELLI, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei nº 2.647 de 30/07/2014 e o Art. 43, Parágrafo 1º, Item III da Lei 4.320 de 17 de março de 1964.

**DECRETA:**

Art. 1º Anula parcialmente dotação orçamentária no orçamento em vigor da Unidade Gestora Câmara Municipal por destinação de recursos, na importância de R\$ 160.000,00 (Cento e Sessenta Mil Reais), conforme especificado abaixo:

ÓRGÃO: 01 - CÂMARA MUNICIPAL

Unidade Orçamentária: 001 - Câmara Municipal

Projeto/Atividade: 001.031.0010.2001 - Manutenção das Atividades Legislativas

Elemento: 31900000 - Aplicações Diretas

Vínc. p/ Fonte de Recursos: 1000000 - Ordinário ..... R\$ 160.000,00

TOTAL ..... R\$ 160.000,00

Art. 2º Abre crédito adicional suplementar especial, por conta da anulação de que trata o artigo 1º desta Lei, no orçamento em vigor na Unidade Gestora Prefeitura por destinação de recursos, na importância de R\$ 160.000,00 (Cento e Sessenta Mil Reais),

conforme especificado abaixo:

ÓRGÃO: 02 - GABINETE DO PREFEITO

Unidade Orçamentária: 001 - Gabinete do Prefeito

Projeto/Atividade: 004.122.0020.2002 - Manutenção do Gabinete do Prefeito

Elemento: 33500000 - Subvenção Social

Vínc. p/ Fonte de Recursos: 1000000 - Ordinário ..... R\$ 160.000,00

TOTAL ..... R\$ 160.000,00

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Pomerode, 30 de julho de 2014.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal

### **Decreto Nº 2.863, de 30 de Julho de 2014**

DECRETO Nº 2.863, DE 30 DE JULHO DE 2014

ANULA TOTALMENTE DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO EM VIGOR DA UNIDADE GESTORA FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS E ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO EM VIGOR DA UNIDADE GESTORA FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Pomerode, ROLF NICOLODELLI, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei nº 2.648 de 30/07/2014 e o Art. 43, Parágrafo 1º, Item III da Lei 4.320 de 17 de março de 1964.

DECRETA:

Art. 1º Anula totalmente dotação do orçamento em vigor da Unidade Gestora Fundo Municipal da Assistência Social - FMAS por destinação de recursos, na importância de R\$ 160.000,00 (Cem e Sessenta Mil Reais), conforme especificado abaixo:

ÓRGÃO: 13 - SECRETARIA DE CIDADANIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Unidade Orçamentária: 001 - Fundo Municipal da Assistência Social

Projeto/Atividade: 008.241.0140.2047 - Subvenção Social p/ o C. C. Pommern Heim

Elemento: 33500000 - Transferências a Instituições Privadas s/ Fins Lucrativos

Vínc. p/ Fonte de Recursos: 1000000 - Recursos Ordinários ..... R\$ 160.000,00

TOTAL ..... R\$ 160.000,00

Art. 2º Abre crédito adicional suplementar, por conta da anulação de que trata o artigo 1º desta Lei, no orçamento em vigor da Unidade Gestora Fundo Municipal da Assistência Social - FMAS por destinação de recursos, na importância de R\$ 160.000,00 (Cento e Sessenta Mil Reais), conforme especificado abaixo:

ÓRGÃO: 13 - SECRETARIA DE CIDADANIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Unidade Orçamentária: 001 - Fundo Municipal da Assistência Social

Projeto/Atividade: 008.244.0140.2051 - Manutenção das Ativ. do Desenvolvimento Social

Elemento: 33900000 - Aplicações Diretas

Vínc. p/ Fonte de Recursos: 1000000 - Recursos Ordinários ..... R\$ 160.000,00

TOTAL ..... R\$ 160.000,00

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Pomerode, 30 de julho de 2014.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal

### **Lei Complementar Nº 265, de 30 de Julho de 2014.**

LEI COMPLEMENTAR Nº 265, DE 30 DE JULHO DE 2014.

RATIFICA ALTERAÇÕES NO PROTOCOLO DE INTENÇÕES E NO ESTATUTO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAI - CIMVI, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROLF NICOLODELLI, PREFEITO MUNICIPAL DE POMERODE, no uso das atribuições que me confere o a Lei Orgânica do Município, faz saber a todos os habitantes deste Município que, a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º - Fica ratificada a alteração no Protocolo de Intenções do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI, de que trata o Anexo Único da Lei Complementar nº 139, de 26 de setembro de 2007, alterada pela Lei Complementar nº 234, de 06 de abril de 2012 nos termos do Anexo I desta Lei, autorizando-se sua consolidação ao texto original para os fins de direito.

Art. 2º - Fica ratificada a alteração no Estatuto do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI, na forma aprovada pela Assembléia Geral da Entidade - Anexo II desta Lei, autorizando-se sua consolidação ao texto original para os fins de direito.

Art. 3º - As alterações de que tratam os artigos 1º e 2º desta Lei, serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina, após a vigência de todas as Leis de ratificação, publicadas pelos Entes consorciados.

§ 1º- Observado o disposto no "caput" deste artigo, o Protocolo de Intenções e o Estatuto consolidado do CIMVI será publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

§ 2º- O Chefe do Poder Executivo fica autorizado a firmar aditivo ao Contrato de Consórcio para sua adequação aos termos do Protocolo de Intenções consolidado.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Município de Pomerode, 30 de julho de 2014.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal



## ANEXO I

Alterações no Protocolo de Intenções do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI, aprovadas na 25ª Assembleia Geral Extraordinária realizada em 16/04/2014, na cidade de Timbó/SC:

“(…)

2.1 - São finalidades do Consórcio:

V - a produção de informações ou de estudos técnicos, inclusive de políticas e/ou planos básicos regionais, integrados ou não, de saneamento básico e/ou de manejo e gestão de resíduos sólidos, contemplando a coleta, reutilização, reciclagem, compostagem, recuperação e disposição final ambientalmente adequada;

13.2.4.1 - Os servidores efetivos recebidos em cessão permanecerão no seu regime jurídico e previdenciário originário, com remuneração paga pelo órgão cedente, podendo, a critério da Assembleia Geral, ser-lhes concedida gratificação complementar em razão da remuneração de mercado para função que venham a desempenhar no CIMVI, no percentual de até 100% (cem por cento) de sua remuneração mensal do órgão de origem.

13.2.4.2 - O pagamento de gratificação complementar na forma prevista no item anterior, não configura vínculo novo do servidor cedido, para fins trabalhistas, contudo o CIMVI efetuará a retenção e recolherá os encargos tributários correspondentes.

13.2.4.3 - Na hipótese do item 13.2.4 deste Protocolo de Intenções, o Ente da Federação consorciado cedente deverá assumir a manutenção dos pagamentos da remuneração regular do servidor e dos encargos, donde tais pagamentos serão contabilizados como créditos hábeis para operar compensação com obrigações previstas no contrato de rateio e/ou ressarcidos mensalmente pelo CIMVI.

13.7.2 - Conceder-se-á:

II - Adiantamento de viagem ao empregado que se deslocar, em caráter eventual ou transitório, em objeto de serviço, para custeio das despesas de pousada, alimentação e locomoção urbana.

13.7.2.1 - (revogado)

13.7.2.2 - (revogado)

13.7.2.3 - (revogado)

13.7.2.4 - Na hipótese do empregado receber adiantamento de viagem e não realizar o deslocamento, por qualquer motivo, fica obrigado a restituí-lo integralmente, no prazo de cinco (5) dias, e na hipótese de o empregado retornar em prazo menor que o previsto, restituirá os valores recebidos em excesso, no mesmo prazo.

13.7.2.5 - Os adiantamentos de viagem serão requeridos em formulário próprio, onde será qualificado o beneficiário e identificado à data de afastamento, trajeto e motivo da viagem. O processamento contábil para pagamento do adiantamento observará ao disposto na Lei nº 4.320/64.

13.7.6.3 - O empregado que no decorrer do período aquisitivo incidir nas hipóteses do item anterior, perderá o tempo decorrido, iniciando-se novo período aquisitivo quinquenal após a cessação do impedimento.

13.8 - .....

VII - Para o emprego de ENGENHEIRO SANITARISTA E/OU AMBIENTAL:

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: .....

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: .....

VIII - .....

IX - (revogado)

X - (revogado)

13.20.6 - Na hipótese do item anterior, o prazo para defesa será de dez dias, contados do dia útil seguinte a publicação do edital.

14.1.2 - O Consórcio Público poderá manter sistema de registro de preços, observado o disposto no item anterior.

16.2 - .....

IV - os saldos do exercício, quando vinculados a investimentos previstos no Plano Plurianual de Trabalho;

ANEXO 1 - dos empregos públicos DE CONFIANÇA

Nº de Empregos	Denominação do Emprego	Carga Horária Semanal	Salário/mês
.....	.....	.....	.....
.....	Gestor de Serviços	.....	R\$ 6.000,00

ANEXO 2 - dos empregos públicos PERMANENTES

Nº de Empregos	Denominação do Emprego	Carga Horária Semanal	Salário/mês
.....	.....	.....	.....
.....	Engenheiro Sanitarista e/ou Ambiental	.....	.....
.....	Médico Veterinário	.....	.....

ANEXO 3 - (revogado).

(...)."

ANEXO II

Alterações no Estatuto do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI, aprovadas na 25ª Assembleia Geral Extraordinária realizada em 16/04/2014, na cidade de Timbó/SC:

“(…)

Art. 2º - São finalidades deste Consórcio Público:

V - a produção de informações ou de estudos técnicos, inclusive de políticas e/ou planos básicos regionais, integrados ou não, de saneamento básico e/ou de manejo e gestão de resíduos sólidos, contemplando a coleta, reutilização, reciclagem, compostagem, recuperação e disposição final ambientalmente adequada;

Art. 45 - .....

§ 5º - Os servidores efetivos recebidos em cessão, na forma do § 4º deste artigo, permanecerão no seu regime jurídico e previdenciário originário, com remuneração paga pelo órgão cedente, podendo, a critério da Assembleia Geral, ser-lhes concedida gratificação complementar em razão da remuneração de mercado para função que venham a desempenhar no CIMVI, no percentual de até 100% (cem por cento) de sua remuneração mensal do órgão de origem.

§ 6º - O pagamento de gratificação complementar na forma prevista no § 5º deste artigo, não configura vínculo novo do servidor cedido, para fins trabalhistas, contudo o CIMVI efetuará a retenção e recolherá os encargos tributários correspondentes.

§ 7º - Na hipótese do § 4º deste artigo, o Ente da Federação consorciada cedente deverá assumir a manutenção dos pagamentos da remuneração regular do servidor e dos encargos, donde tais despesas serão contabilizadas como créditos hábeis para operar compensação com obrigações previstas no Contrato de Rateio e/ou ressarcidos mensalmente pelo CIMVI.



.....  
Art. 50 - .....

Nº de Empregos	Denominação do Emprego	Carga Horária Semanal	Salário/mês
.....	.....	.....	.....
.....	Gestor de Serviços	.....	R\$ 6.000,00

.....  
Art. 51 - .....

Nº de Empregos	Denominação do Emprego	Carga Horária Semanal	Salário/mês
.....	.....	.....	.....
.....	Engenheiro Sanitarista e/ou Ambiental	.....	.....
.....	Médico Veterinário	.....	.....

.....  
Art. 52-A - Conceder-se-á:

II - Adiantamento de viagem ao empregado que se deslocar, em caráter eventual ou transitório, em objeto de serviço, para custeio das despesas de pousada, alimentação e locomoção urbana.

§ 1º - (revogado)

§ 2º - (revogado)

§ 3º - (revogado)

§ 4º - Na hipótese do empregado receber adiantamento de viagem e não realizar o deslocamento, por qualquer motivo, fica obrigado a restituí-lo integralmente, no prazo de cinco (5) dias, e na hipótese de o empregado retornar em prazo menor que o previsto, restituirá os valores recebidos em excesso, no mesmo prazo.

§ 5º - Os adiantamentos de viagem serão requerido em formulário próprio, onde será qualificado o beneficiário e identificado à data de afastamento, trajeto e motivo da viagem. O processamento contábil para pagamento do adiantamento observará ao disposto na Lei nº 4.320/64.

.....  
Art. 53 - .....

VII - Para o emprego de ENGENHEIRO SANITARISTA E/OU AMBIENTAL:

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: .....

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: .....

VIII - .....

IX - (revogado)

X - (revogado)

.....  
Art. 63 - .....

IV - os saldos do exercício, quando vinculados a investimentos previstos no Plano Plurianual de Trabalho;  
..... "

## Lei Ordinária Nº 2.647, de 30 de Julho de 2014.

LEI ORDINÁRIA Nº 2.647, DE 30 DE JULHO DE 2014.

ANULA PARCIALMENTE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO ORÇAMENTO EM VIGOR DA UNIDADE GESTORA CÂMARA MUNICIPAL E ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO EM VIGOR DA UNIDADE GESTORA PREFEITURA POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS E, CONCEDE SUBVENÇÃO SOCIAL AO CENTRO DE CONVIVÊNCIA POMMERN HEIM, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROLF NICOLODELLI, Prefeito Municipal de Pomerode, no uso de suas atribuições legais, tendo a Câmara Municipal de Vereadores aprovado, sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a anular parcialmente dotação orçamentária no orçamento em vigor na Unidade Gestora Câmara Municipal por destinação de recursos, na importância de R\$ 160.000,00 (Cem e Sessenta Mil Reais), conforme especificado abaixo:

ÓRGÃO: 01 - CÂMARA MUNICIPAL

Unidade Orçamentária: 001 - Câmara Municipal

Projeto/Atividade: 001.031.0010.2001 - Manutenção das Atividades Legislativas

Elemento: 31900000 - Aplicações Diretas

Vínc. p/ Fonte de Recursos: 1000000 - Ordinário ..... R\$ 160.000,00

TOTAL ..... R\$ 160.000,00

Art. 2º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir crédito adicional especial, por conta da anulação de que trata o artigo 1º desta Lei, no orçamento em vigor na Unidade Gestora Prefeitura por destinação de recursos, na importância de R\$ 160.000,00 (Cento e Sessenta Mil Reais), conforme especificado abaixo:

ÓRGÃO: 02 - GABINETE DO PREFEITO

Unidade Orçamentária: 001 - Gabinete do Prefeito

Projeto/Atividade: 004.122.0020.2002 - Manutenção do Gabinete do Prefeito

Elemento: 33500000 - Subvenção Social

Vínc. p/ Fonte de Recursos: 1000000 - Ordinário ..... R\$ 160.000,00

TOTAL ..... R\$ 160.000,00

Art. 3º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a conceder, a título de subvenção social, no exercício financeiro de 2014, ao Centro de Convivência Pommern Heim, inscrita no CNPJ sob nº 02.667.539/0001-24, com sede em Pomerode/SC, no valor de até R\$160.000,00 (Cento e Sessenta Mil Reais).

Parágrafo Único. Os recursos financeiros de que trata o caput, deste artigo, destinam-se, à cobertura de despesas com manutenção das atividades da entidade, objetivando a prestação de serviços e albergamento de idosos pomerodenses.

Art. 4º O Centro de Convivência Pommern Heim, para recebimento e prestação de contas dos recursos financeiros, de que trata o artigo anterior, submete-se à legislação pertinente, em vigor.

Art. 5º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotação prevista no orçamento em vigor.

Art. 6º Fica revogada a Lei nº 2.627, de 09 de abril de 2014.

Art. 7º A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Município de Pomerode, 30 de julho de 2014.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal

**Lei Ordinária Nº 2.648, de 30 de Julho de 2014.**

LEI ORDINÁRIA Nº 2.648, DE 30 DE JULHO DE 2014.

ANULA TOTALMENTE DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO EM VIGOR DA UNIDADE GESTORA FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS E ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO EM VIGOR DA UNIDADE GESTORA FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROLF NICOLODELLI, Prefeito Municipal de Pomerode, no uso de suas atribuições legais, tendo a Câmara Municipal de Vereadores aprovado, sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a anular totalmente dotação do orçamento em vigor da Unidade Gestora Fundo Municipal da Assistência Social - FMAS por destinação de recursos, na importância de R\$ 160.000,00 (Cem e Sessenta Mil Reais), conforme especificado abaixo:

ÓRGÃO: 13 - SECRETARIA DE CIDADANIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Unidade Orçamentária: 001 - Fundo Municipal da Assistência Social

Projeto/Atividade: 008.241.0140.2047 - Subvenção Social p/ o C. C. Pommern Heim

Elemento: 33500000 - Transferências a Instituições Privadas s/ Fins Lucrativos

Vínc. p/ Fonte de Recursos: 1000000 - Recursos Ordinários ..... R\$ 160.000,00

TOTAL ..... R\$ 160.000,00

Art. 2º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir crédito adicional suplementar, por conta da anulação de que trata o artigo 1º desta Lei, no orçamento em vigor da Unidade Gestora Fundo Municipal da Assistência Social - FMAS por destinação de recursos, na importância de R\$ 160.000,00 (Cento e Sessenta Mil Reais), conforme especificado abaixo:

ÓRGÃO: 13 - SECRETARIA DE CIDADANIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Unidade Orçamentária: 001 - Fundo Municipal da Assistência Social

Projeto/Atividade: 008.244.0140.2051 - Manutenção das Ativ. do Desenvolvimento Social

Elemento: 33900000 - Aplicações Diretas

Vínc. p/ Fonte de Recursos: 1000000 - Recursos Ordinários ..... R\$ 160.000,00

TOTAL ..... R\$ 160.000,00

Art. 3º A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Município de Pomerode, 30 de julho de 2014.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal

**Lei Ordinária Nº 2.649, de 30 de Julho de 2014.**

LEI ORDINÁRIA Nº 2.649, DE 30 DE JULHO DE 2014.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A REALIZAR DESPESAS COM PASSAGENS E TRANSLADOS DOS PROFESSORES E ALUNOS DA REDE PARTICULAR DE ENSINO QUE REPRESENTARÃO O MUNICÍPIO DE POMERODE NA III FEIRA NACIONAL DE MATEMÁTICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROLF NICOLODELLI, Prefeito Municipal de Pomerode, no uso de suas atribuições legais, tendo a Câmara Municipal de Vereadores aprovado, sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a realizar despesas com passagens e translados dos professores e alunos da Rede Particular de Ensino que representarão o Município de Pomerode na III Feira Nacional de Matemática, no exercício financeiro de 2014.

Parágrafo Único. As despesas indicados no caput deste artigo ficam condicionadas a efetiva participação na referida Feira, o que deverá ser controlado pela Secretaria de Educação e Formação Empreendedora do Município de Pomerode.

Art. 2º A III Edição da Feira Nacional de Matemática será realizada no período entre 24 e 26 de setembro de 2014 e serão expostos aproximadamente 200 (duzentos) trabalhos.

Art. 3º A exposição dos trabalhos acontecerá no Museu de Ciência e Tecnologia, na cidade de Salvador, na Bahia.

Art. 4º Serão realizadas pelo Município, as despesas com passagens dos Alunos Expositores e Professores da Rede Particular de Ensino, devidamente identificados abaixo:

Nome	Documento	Instituição de Ensino	Profissão
Wilson Hafemann	CPF: 420.912.849-04 RG: 1.240.712	Colégio Sinodal Doutor Blumenau	Professor
Felipe André Rahn	CPF: 061.234.989-67 RG: 6.094.075	Colégio Sinodal Doutor Blumenau	Aluno
Dagwin Wachholz Júnior	CPF: 055.240.749-62 RG: 5.675.438	Colégio Sinodal Doutor Blumenau	Aluno
Laura Antônia Camillotti	CPF: 009.042.060-84 RG: 6.538.006	Colégio Sinodal Doutor Blumenau	Aluna
Maitê Amanda Protzky dos Santos	CPF: 115.084.959-20 RG: 7.298.469	Centro Educacional Nossa Senhora de Fátima	Aluna

Art. 5º Todos os regramentos, inscrições, locais, datas, horários e a exposição das atividades serão coordenados por profissionais da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora que acompanharão os alunos.

Art. 6º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotação prevista no orçamento em vigor.

Art. 7º A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Município de Pomerode, 30 de julho de 2014.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal

# Ponte Serrada

## PREFEITURA

### Decreto 144/2014

DECRETO Nº 144/2014, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2014.

"CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do município de Ponte Serrada, combinada com a Lei Municipal Complementar n. 082/2007 e:

CONSIDERANDO a aprovação e classificação no Processo Seletivo nº 003/2013 e respectivo Edital de Chamamento;

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica contratada a Sra. MICHELLA MARTINELLI, portadora do RG n. 5.143.994-8 e do CPF n. 080.463.709-16, para exercer o cargo de PROFESSORA, com 40:00 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos a partir do dia 12 de fevereiro de 2014.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 17 DE FEVEREIRO DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

### Decreto 145/2014

DECRETO Nº 145/2014, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2014.

"CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do município de Ponte Serrada, combinada com a Lei Municipal Complementar n. 082/2007 e:

CONSIDERANDO a aprovação e classificação no Processo Seletivo nº 003/2013 e respectivo Edital de Chamamento;

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica contratado o Sr. RAFAEL MARCHIORO, portador do RG n. 708.323.381-2 e do CPF n. 009.548.010-24, para exercer o cargo de PROFESSOR, com 40:00 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos a partir do dia 12 de fevereiro de 2014.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA,

ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 17 DE FEVEREIRO DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

### Decreto 146/2014

DECRETO Nº 146/2014, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2014.

"CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do município de Ponte Serrada, combinada com a Lei Municipal Complementar n. 082/2007 e:

CONSIDERANDO a aprovação e classificação no Processo Seletivo nº 003/2013 e respectivo Edital de Chamamento;

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica contratada a Sra. LUCIANA APARECIDA RIBEIRO LUZ, portadora do RG n. 4.579-193 e do CPF n. 049.526.239-04, para exercer o cargo de PROFESSORA, com 20:00 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos a partir do dia 12 de fevereiro de 2014.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 17 DE FEVEREIRO DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

### Decreto 147/2014

DECRETO Nº 147/2014, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2014.

"CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do município de Ponte Serrada, combinada com a Lei Municipal Complementar n. 082/2007 e:

CONSIDERANDO a aprovação e classificação no Processo Seletivo nº 003/2013 e respectivo Edital de Chamamento;

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica contratada a Sra. ANDREIA FILIPPINI, portadora do RG n. 4.950.490 e do CPF n. 059.225.879-35, para exercer o cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com 44:00 (quarenta e quatro horas semanais) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos a partir do dia 12 de fevereiro de 2014.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 17 DE FEVEREIRO DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

### **Decreto 148/2014**

DECRETO Nº 148/2014, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2014.

“CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do município de Ponte Serrada, combinada com a Lei Municipal Complementar n. 082/2007 e:

CONSIDERANDO a aprovação e classificação no Processo Seletivo nº 003/2013 e respectivo Edital de Chamamento;

DECRETA:

Art. 1º - Fica contratada a Sra. SILVANA APARECIDA NAZARIO, portadora do RG n. 6.068.853 e do CPF n. 083.021.309-07, para exercer o cargo de PROFESSORA CARGO EM EXTINÇÃO, com 20:00 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos a partir do dia 12 de fevereiro de 2014.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 17 DE FEVEREIRO DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

### **Decreto 149/2014**

DECRETO Nº 149/2014, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2014.

“CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do município de Ponte Serrada, combinada com a Lei Municipal Complementar n. 082/2007 e:

CONSIDERANDO a aprovação e classificação no Processo Seletivo nº 003/2013 e respectivo Edital de Chamamento;

DECRETA:

Art. 1º - Fica contratada a Sra. CAMILA LUCIMARA VIEIRA, portadora do RG n. 6.120.735 e do CPF n. 101.902.779-71, para exercer o cargo de PROFESSORA CARGO EM EXTINÇÃO, com 20:00 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos

retroativos a partir do dia 12 de fevereiro de 2014.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 17 DE FEVEREIRO DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

### **Decreto 150/2014**

DECRETO Nº 150/2014, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2014.

“CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do município de Ponte Serrada, combinada com a Lei Municipal Complementar n. 082/2007 e:

CONSIDERANDO a aprovação e classificação no Processo Seletivo nº 003/2013 e respectivo Edital de Chamamento;

DECRETA:

Art. 1º - Fica contratado o Sr. ELUAN EREM MOLETA, portador do RG n. 5.143.488-1 e do CPF n. 080.092.249-28, para exercer o cargo de PROFESSOR CARGO EM EXTINÇÃO, com 20:00 (vinte) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 17 DE FEVEREIRO DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

### **Decreto 151/2014**

DECRETO Nº 151/2014, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2014.

“CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do município de Ponte Serrada, combinada com a Lei Municipal Complementar n. 082/2007 e:

CONSIDERANDO a aprovação e classificação no Processo Seletivo nº 003/2013 e respectivo Edital de Chamamento;

DECRETA:

Art. 1º - Fica contratada a Sra. GESICA GHISLENI DA SILVA, portadora do RG n. 5.143.881-0 e do CPF n. 082.411.179-65, para exercer o cargo de PROFESSORA CARGO EM EXTINÇÃO, com 20:00 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação,



revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos a partir do dia 12 de fevereiro de 2014.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 17 DE FEVEREIRO DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

### **Decreto 152/2014**

DECRETO Nº 152/2014, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2014.

EXONERA SERVIDORES CONTRATADOS EM CARÁTER TEMPORÁRIO."

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º Ficam exonerados a partir do dia 12 de fevereiro de 2014 os servidores abaixo relacionados, lotados na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer:

MATRICULA	NOME
6172	CRISTIANE RODRIGUES GALVAO DE TOMIN
6175	EDINA SALETE TESTA
1521	JANAINA DAIANE FORNARI FORLIN
6173	ROSANE DE OLIVEIRA

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos a partir do dia 12 de fevereiro de 2014.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 17 DE FEVEREIRO DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

### **Decreto 153/2014**

DECRETO Nº 153/2014, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2014.

"CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do município de Ponte Serrada, combinada com a Lei Municipal Complementar n. 082/2007 e:

CONSIDERANDO a aprovação e classificação no Processo Seletivo nº 003/2013 e respectivo Edital de Chamamento;

DECRETA:

Art. 1º - Fica contratada a Sra. LUCINEIA DE OLIVEIRA BOENO VICENSI, portadora do RG n. 5.373.677 e do CPF n. 072.805.679-83, para exercer o cargo de PROFESSORA, com 20:00 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto

correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos a partir do dia 13 de fevereiro de 2014.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 17 DE FEVEREIRO DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

### **Decreto 154/2014**

DECRETO Nº 154/2014, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2014.

"CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do município de Ponte Serrada, combinada com a Lei Municipal Complementar n. 082/2007 e:

CONSIDERANDO a aprovação e classificação no Processo Seletivo nº 003/2013 e respectivo Edital de Chamamento;

DECRETA:

Art. 1º - Fica contratada a Sra. SOLANGE CADORI, portadora do RG n. 3.289.076 e do CPF n. 000.095.309-16, para exercer o cargo de PROFESSORA, com 20:00 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos a partir do dia 12 de fevereiro de 2014.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 17 DE FEVEREIRO DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

### **Decreto 155/2014**

DECRETO Nº 155/2014, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2014.

"CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do município de Ponte Serrada, combinada com a Lei Municipal Complementar n. 082/2007 e:

CONSIDERANDO a aprovação e classificação no Processo Seletivo nº 003/2013 e respectivo Edital de Chamamento;

DECRETA:

Art. 1º - Fica contratado a partir do dia 20 de fevereiro de 2014 o Sr. RAFAEL HENRIQUE RALDI MORETTO, portador do RG n. 5.540.318 e do CPF n. 082.237.359-97, para exercer o cargo de PROFESSOR CARGO EM EXTINÇÃO, com 20:00 (vinte) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura,

Esporte e Lazer.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 17 DE FEVEREIRO DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

### **Decreto 156/2014**

DECRETO Nº 156/2014, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2014.

"CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do município de Ponte Serrada, combinada com a Lei Municipal Complementar n. 082/2007 e:

CONSIDERANDO a aprovação e classificação no Processo Seletivo nº 003/2013 e respectivo Edital de Chamamento;

DECRETA:

Art. 1º - Fica contratada a Sra. FATIMA MARIA ABECH GREGORIO, portadora do RG n. 3.208.670-9 e do CPF n. 919.072.099-72, para exercer o cargo de PROFESSORA, com 40:00 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos a partir do dia 12 de fevereiro de 2014.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 17 DE FEVEREIRO DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

### **Decreto 157/2014**

DECRETO Nº 157/2014, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2014.

"CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do município de Ponte Serrada, combinada com a Lei Municipal Complementar n. 082/2007 e:

CONSIDERANDO a aprovação e classificação no Processo Seletivo nº 003/2013 e respectivo Edital de Chamamento;

DECRETA:

Art. 1º - Fica contratada a Sra. MARLI FRANCISCA FORNARI DE MELO, portadora do RG n. 3.581.746-1 e do CPF n. 034.509.209-01, para exercer o cargo de PROFESSORA, com 30:00 (trinta)

horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos a partir do dia 12 de fevereiro de 2014.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 17 DE FEVEREIRO DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

### **Decreto 158/2014**

DECRETO Nº 158/2014, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2014.

"CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do município de Ponte Serrada, combinada com a Lei Municipal Complementar n. 082/2007 e:

CONSIDERANDO a aprovação e classificação no Processo Seletivo nº 003/2013 e respectivo Edital de Chamamento;

DECRETA:

Art. 1º - Fica contratada a Sra. PRICILA ALINE MAIER, portadora do RG n. 6.028.781 e do CPF n. 081.796.989-63, para exercer o cargo de PROFESSORA CARGO EM EXTINÇÃO, com 20:00 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos a partir do dia 12 de fevereiro de 2014.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 17 DE FEVEREIRO DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

### **Decreto 159/2014**

DECRETO Nº 159/2014, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2014.

"CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do município de Ponte Serrada, combinada com a Lei Municipal Complementar n. 082/2007 e:

CONSIDERANDO a aprovação e classificação no Processo Seletivo nº 003/2013 e respectivo Edital de Chamamento;

DECRETA:

Art. 1º - Fica contratada a Sra. CHEILA VALSOLER DE OLIVEIRA,

portadora do RG n. 4.165.787 e do CPF n. 005.894.679-99, para exercer o cargo de PROFESSORA, com 20:00 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos a partir do dia 12 de fevereiro de 2014.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 17 DE FEVEREIRO DE 2014.  
EDUARDO COPPINI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

### **Decreto 160/2014**

DECRETO Nº 160/2014, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2014.

"EXONERA SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

EXONERA:

Art. 1º - Fica exonerada a Servidora Pública Municipal Sra. CHEILA VALSOLER DE OLIVEIRA, matrícula 6249, ocupante do cargo de PROFESSORA, com 20:00 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 17 DE FEVEREIRO DE 2014.  
EDUARDO COPPINI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

### **Decreto 161/2014**

DECRETO Nº 161/2014, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2014.

"CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do município de Ponte Serrada, combinada com a Lei Municipal Complementar n. 082/2007 e:

CONSIDERANDO a aprovação e classificação no Processo Seletivo nº 003/2013 e respectivo Edital de Chamamento;

DECRETA:

Art. 1º - Fica contratada a Sra. LORENI DO CARMO RIBEIRO DE

ALMEIDA AZEREDO, portadora do RG n. 2.879.011 e do CPF n. 905.354.649-91, para exercer o cargo de PROFESSORA, com 20:00 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos a partir do dia 13 de fevereiro de 2014.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 17 DE FEVEREIRO DE 2014.  
EDUARDO COPPINI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

### **Decreto 162/2014**

DECRETO Nº 162/2014, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2014.

"EXONERA SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

EXONERA A PEDIDO:

Art. 1º - Fica exonerada a partir do dia 21 de fevereiro de 2014 a Servidora Pública Municipal Sra. LORENI DO CARMO DE ALMEIDA AZEREDO, matrícula 6226, ocupante do cargo de PROFESSOR, com 20:00 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 17 DE FEVEREIRO DE 2014.  
EDUARDO COPPINI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

### **Decreto 163/2014**

DECRETO Nº 163/2014, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2014.

"CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do município de Ponte Serrada, combinada com a Lei Municipal Complementar n. 082/2007 e:

CONSIDERANDO a aprovação e classificação no Processo Seletivo nº 003/2013 e respectivo Edital de Chamamento;



**DECRETA:**

Art. 1º - Fica contratada a Sra. GIOVANA DAVE, portadora do RG n. 5.955.521 e do CPF n. 093.528.079-01, para exercer o cargo de PROFESSORA CARGO EM EXTINÇÃO, com 30:00 (trinta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos a partir do dia 12 de fevereiro de 2014.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 17 DE FEVEREIRO DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

**Decreto 164/2014**

DECRETO Nº 164/2014, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2014.

"CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do município de Ponte Serrada, combinada com a Lei Municipal Complementar n. 082/2007 e:

CONSIDERANDO a aprovação e classificação no Processo Seletivo nº 003/2013 e respectivo Edital de Chamamento;

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica contratada a Sra. GILDA ALBINO DE ABREU BERTUZZI, portadora do RG n. 1.787.344 e do CPF n. 919.069.549-68, para exercer o cargo de PROFESSORA, com 40:00 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos a partir do dia 13 de fevereiro de 2014.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 17 DE FEVEREIRO DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

**Decreto 165/2014**

DECRETO Nº 165/2014, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2014.

"CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do município de Ponte Serrada, combinada com a Lei Municipal Complementar n. 082/2007 e:

CONSIDERANDO a aprovação e classificação no Processo Seletivo nº 003/2013 e respectivo Edital de Chamamento;

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica contratada a Sra. SIDIANE LOURDES PAGLIA, portadora do RG n. 5.003.785 e do CPF n. 010.469.109-30, para exercer o cargo de PROFESSORA, com 30:00 (trinta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos a partir do dia 12 de fevereiro de 2014.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 17 DE FEVEREIRO DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

**Decreto 166/2014**

DECRETO Nº 166/2014, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2014.

"CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do município de Ponte Serrada, combinada com a Lei Municipal Complementar n. 082/2007 e:

CONSIDERANDO a aprovação e classificação no Processo Seletivo nº 003/2013 e respectivo Edital de Chamamento;

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica contratada a Sra. GIOVANA DAMACENO, portadora do RG n. 3.867.665 e do CPF n. 027.496.699-95, para exercer o cargo de PROFESSORA, com 20:00 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos a partir do dia 12 de fevereiro de 2014.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 17 DE FEVEREIRO DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

**Decreto 167/2014**

DECRETO Nº 167/2014, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2014.

"CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do município de Ponte Serrada, combinada com a Lei

Municipal Complementar n. 082/2007 e:  
CONSIDERANDO a aprovação e classificação no Processo Seletivo nº 003/2013 e respectivo Edital de Chamamento;

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica contratada a partir do dia 18 de fevereiro de 2014 a Sra. LICIANE LAVARDA, portadora do RG n. 3.935.942-5 e do CPF n. 041.998-909-98, para exercer o cargo de PROFESSORA CARGO EM EXTINÇÃO, com 20:00 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 17 DE FEVEREIRO DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

**Decreto 168/2014**

DECRETO Nº 168/2014, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2014.  
"CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do município de Ponte Serrada, combinada com a Lei Municipal Complementar n. 082/2007 e:

CONSIDERANDO a aprovação e classificação no Processo Seletivo nº 003/2013 e respectivo Edital de Chamamento;

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica contratado o Sr. RODRIGO MARCANTE, portador do RG n. 5.710.076 e do CPF n. 082.914.569-92, para exercer o cargo de PROFESSOR CARGO EM EXTINÇÃO, com 20:00 (vinte) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos a partir do dia 12 de fevereiro de 2014.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 17 DE FEVEREIRO DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

**Decreto 169/2014**

DECRETO Nº 169/2014, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2014.  
"CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do município de Ponte Serrada, combinada com a Lei Municipal Complementar n. 082/2007 e:

CONSIDERANDO a aprovação e classificação no Processo Seletivo nº 003/2013 e respectivo Edital de Chamamento;

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica contratada a partir do dia 19 de fevereiro de 2014 a Sra. DAYANE SILVA ANDRADE DE OLIVEIRA, portadora do RG n. 4.507.230 e do CPF n. 018.923.651.54, para exercer o cargo de PROFESSORA CARGO EM EXTINÇÃO, com 20:00 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 17 DE FEVEREIRO DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

**Decreto 170/2014**

DECRETO Nº 170/2014, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2014.  
"CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do município de Ponte Serrada, combinada com a Lei Municipal Complementar n. 082/2007 e:

CONSIDERANDO a aprovação e classificação no Processo Seletivo nº 003/2013 e respectivo Edital de Chamamento;

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica contratada a Sra. ROSANE TEREZINHA LODI RIBEIRO, portadora do RG n. 2.076.761 e do CPF n. 058.082.939-10, para exercer o cargo de PROFESSORA, com 30:00 (trinta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos a partir do dia 12 de fevereiro de 2014.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 17 DE FEVEREIRO DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

**Decreto 171/2014**

DECRETO Nº 171/2014, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2014.

"CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do município de Ponte Serrada, combinada com a Lei Municipal Complementar n. 082/2007 e:

CONSIDERANDO a aprovação e classificação no Processo Seletivo nº 003/2013 e respectivo Edital de Chamamento;

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica contratada a Sra. ROSANGELA ALVES PEREIRA DOS SANTOS, portadora do RG n. 4.454.684 e do CPF n.048.375.949-05, para exercer o cargo de PROFESSORA CARGO EM EXTINÇÃO, com 20:00 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos a partir do dia 12 de fevereiro de 2014.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 17 DE FEVEREIRO DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

**Decreto 172/2014**

DECRETO Nº 172/2014, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2014.

"CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do município de Ponte Serrada, combinada com a Lei Municipal Complementar n. 082/2007 e:

CONSIDERANDO a aprovação e classificação no Processo Seletivo nº 003/2013 e respectivo Edital de Chamamento;

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica contratada a Sra. EULA PAULA DA SILVA RODRIGUES DA CRUZ, portadora do RG n. 5.413.966 e do CPF n. 075.664.319-86, para exercer o cargo de PROFESSORA CARGO EM EXTINÇÃO, com 20:00 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos a partir do dia 12 de fevereiro de 2014.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 17 DE FEVEREIRO DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

**Decreto 173/2014**

DECRETO Nº 173/2014, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2014.

"CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do município de Ponte Serrada, combinada com a Lei Municipal Complementar n. 082/2007 e:

CONSIDERANDO a aprovação e classificação no Processo Seletivo nº 003/2013 e respectivo Edital de Chamamento;

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica contratada a Sra. FERNANDA JANTARA DE MORAIS, portadora do RG n. 4.950.558 e do CPF n. 047.328.979-24, para exercer o cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com 44:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos a partir do dia 12 de fevereiro de 2014.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 17 DE FEVEREIRO DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

**Decreto 174/2014**

DECRETO Nº 174/2014, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2014.

"CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do município de Ponte Serrada, combinada com a Lei Municipal Complementar n. 082/2007 e:

CONSIDERANDO a aprovação e classificação no Processo Seletivo nº 003/2013 e respectivo Edital de Chamamento;

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica contratada a Sra. SIMONI FRANCELIZE ZANIN SCAPIN, portadora do RG n. 8.522.904-4 e do CPF n. 052.215.489-17, para exercer o cargo de PROFESSORA, com 20:00 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos a partir do dia 12 de fevereiro de 2014.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 17 DE FEVEREIRO DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

**Decreto 175/2014**

DECRETO Nº 175/2014, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2014.

"CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do município de Ponte Serrada, combinada com a Lei Municipal Complementar n. 082/2007 e:

CONSIDERANDO a aprovação e classificação no Processo Seletivo nº 003/2013 e respectivo Edital de Chamamento;

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica contratada a Sra. ROSELI TEREZINHA BARRI-NUEVO DO CARMO, portadora do RG n. 2.876.312-5 e do CPF n. 045.415.329-56, para exercer o cargo de PROFESSORA, com 20:00 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos a partir do dia 12 de fevereiro de 2014.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 17 DE FEVEREIRO DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

**Decreto 176/2014**

DECRETO Nº 176/2014, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2014.

"CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do município de Ponte Serrada, combinada com a Lei Municipal Complementar n. 082/2007 e:

CONSIDERANDO a aprovação e classificação no Processo Seletivo nº 003/2013 e respectivo Edital de Chamamento;

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica contratada a Sra. ALINY ROBERTA ALBERTON, portadora do RG n. 5.413.856-2 e do CPF n. 078.717.779-20, para exercer o cargo de PROFESSORA CARGO EM EXTINÇÃO, com 20:00 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos a partir do dia 12 de fevereiro de 2014.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 17 DE FEVEREIRO DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

**Decreto 177/2014**

DECRETO Nº 177/2014, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2014.

"NOMEIA E EMPOSSA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE."

EDUARDO COPPINI, Prefeito do Município de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pela Lei nº 2.057/2009 de 05 de maio de 2009.

**DECRETA:**

Art. 1º Ficam nomeados e empossados para compor o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Ponte Serrada, os membros a seguir:

REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL:

Titular: Francieli Aparecida Lange

Suplente: Rafaela Aparecida Rocha Pain

REPRESENTANTE SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

Titular: Iradi Fornari Berté

Suplente: Cintia Naissara Todeschati Tussi

REPRESENTANTE SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Titular: Nédio Morandini

Suplente: Adriana Teixeira Pain

REPRESENTANTE SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Titular: Everson Coppini

Suplente: Sidiane Fogaça

REPRESENTANTE SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E DO MEIO AMBIENTE

Titular: Genoir Bisatto

Suplente: Airton Modanese

NÃO - GOVERNAMENTAL

ASSOCIAÇÃO CULTURAL EDUCACIONAL E SOCIAL BELEM - ACESB

Titular: Nair Moreira

Suplente: Elizandro da Silva Moreira

APP - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES DA ESCOLA ESTADUAL BELERMINO

Titular: Dirceu de Almeida

Suplente: Veneri José Xavier

APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - Padre Adriano Temink

Titular: Tanara Fogaça

Suplente: Rosimere Aparecida Vicensi

REPRESENTANTER DA PASTORAL DA CRIANÇA



Titular: Zenir Todescatti

Suplente: Maria Helena Chitto

REPRESENTANTE DA PASTORAL DA JUVENTUDE

Titular:Vanderlei da Silveira

Suplente: Julio Cesar Sbardella Dallorsoleta

Art. 2º - O trabalho dos membros nomeados e empossados, considerado de natureza relevante e notório comunitário e social, dar-se-á em regime gratuito, sem ônus para os cofres públicos municipais.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário especialmente o Decreto nº 526/2011 de 26 de Agosto de 2011.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 17 DE FEVEREIRO DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

### **Decreto 178/2014**

DECRETO Nº 178/2014, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2014.

“CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do município de Ponte Serrada, combinada com a Lei Municipal Complementar n. 082/2007 e:

CONSIDERANDO a aprovação e classificação no Processo Seletivo nº 003/2013 e respectivo Edital de Chamamento;

DECRETA:

Art. 1º - Fica contratada a Sra. DACIENE PAULA BERTOL, portadora do RG n. 5.696.020 e do CPF n. 078.052.229-08, para exercer o cargo de PROFESSORA, com 20:00 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos a partir do dia 12 de fevereiro de 2014.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 17 DE FEVEREIRO DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

### **Decreto 179/2014**

DECRETO Nº 179/2014, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2014.

“CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do município de Ponte Serrada, combinada com a Lei Municipal Complementar n. 082/2007 e:

CONSIDERANDO a aprovação e classificação no Processo Seletivo nº 003/2013 e respectivo Edital de Chamamento;

DECRETA:

Art. 1º - Fica contratada a Sra. ROSANGELA PASQUALI FILIPINI, portadora do RG n. 3.343.074 e do CPF n. 009.023.789-70, para exercer o cargo de PROFESSORA, com 20:00 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 17 DE FEVEREIRO DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

### **Decreto 180/2014**

DECRETO Nº 180/2014, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2014.

“CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do município de Ponte Serrada, combinada com a Lei Municipal Complementar n. 082/2007 e:

CONSIDERANDO a aprovação e classificação no Processo Seletivo nº 003/2013 e respectivo Edital de Chamamento;

DECRETA:

Art. 1º - Fica contratada a Sra. PATRICIA REGINA CORONETTI, portadora do RG n. 3.623.350 e do CPF n. 025.748.289-09, para exercer o cargo de PROFESSORA CARGO EM EXTINÇÃO, com 20:00 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 17 DE FEVEREIRO DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

**Decreto 181/2014**

DECRETO Nº 181/2014, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2014.

"CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do município de Ponte Serrada, combinada com a Lei Municipal Complementar n. 082/2007 e:

CONSIDERANDO a aprovação e classificação no Processo Seletivo nº 003/2013 e respectivo Edital de Chamamento;

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica contratada a partir do dia 19 de fevereiro a Sra. MAGDA MAXIMO DE OLIVEIRA FILIPPINI, portadora do RG n. 3.406.540-7 e do CPF n. 007.960.229-09, para exercer o cargo de PROFESSORA CARGO EM EXTINÇÃO, com 20:00 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 17 DE FEVEREIRO DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

**Decreto 182/2014**

DECRETO Nº 182/2014, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2014.

"CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do município de Ponte Serrada, combinada com a Lei Municipal Complementar n. 082/2007 e:

CONSIDERANDO a aprovação e classificação no Processo Seletivo nº 003/2013 e respectivo Edital de Chamamento;

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica contratada a Sra. ROSELI FATIMA DE OLIVEIRA, portadora do RG n. 2.879.320 e do CPF n. 927.647.709-87, para exercer o cargo de PROFESSORA, com 20:00 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos a partir do dia 12 de fevereiro de 2014.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 17 DE FEVEREIRO DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

**Decreto 183/2014**

DECRETO Nº 183/2014, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2014.

"CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do município de Ponte Serrada, combinada com a Lei Municipal Complementar n. 082/2007 e:

CONSIDERANDO a aprovação e classificação no Processo Seletivo nº 003/2013 e respectivo Edital de Chamamento;

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica contratada a Sra. SILVANA BATISTA DA SILVA, portadora do RG n. 3.342.174 e do CPF n. 808.361.359-20, para exercer o cargo de PROFESSORA CARGO EM EXTINÇÃO, com 30:00 (trinta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos a partir do dia 12 de fevereiro de 2014.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 17 DE FEVEREIRO DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

**Decreto 184/2014**

DECRETO Nº 184/2014, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2014.

"CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do município de Ponte Serrada, combinada com a Lei Municipal Complementar n. 082/2007 e:

CONSIDERANDO a aprovação e classificação no Processo Seletivo nº 003/2013 e respectivo Edital de Chamamento;

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica contratada a Sra. ELIANE AGOSTINI, portadora do RG n. 5.248.230-8 e do CPF n. 054.525.639-97, para exercer o cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com 44:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos a partir do dia 12 de fevereiro de 2014.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 17 DE FEVEREIRO DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

**Decreto 185/2014**

DECRETO Nº 185/2014, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2014.

"CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do município de Ponte Serrada, combinada com a Lei Municipal Complementar n. 082/2007 e:

CONSIDERANDO a aprovação e classificação no Processo Seletivo nº 003/2013 e respectivo Edital de Chamamento;

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica contratada a partir do dia 24 de fevereiro de 2014 a Sra. CACIA DE FATIMA CAMARGO, portadora do RG n. 5.626.479 e do CPF n. 074.183.039-63, para exercer o cargo de PROFESSORA CARGO EM EXTINÇÃO, com 20:00 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 17 DE FEVEREIRO DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

**Decreto 186/2014**

DECRETO Nº 186/2014, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2014.

"CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do município de Ponte Serrada, combinada com a Lei Municipal Complementar n. 082/2007 e:

CONSIDERANDO a aprovação e classificação no Processo Seletivo nº 003/2013 e respectivo Edital de Chamamento;

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica contratada a Sra. NOELI PALIANO AMPEZE, portadora do RG n. 2.071.392 e do CPF n. 653.459.839-68, para exercer o cargo de PROFESSORA CARGO EM EXTINÇÃO, com 20:00 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos a partir do dia 12 de fevereiro de 2014.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 17 DE FEVEREIRO DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

**Decreto 187/2014**

DECRETO Nº 187/2014, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2014.

"CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do município de Ponte Serrada, combinada com a Lei Municipal Complementar n. 082/2007 e:

CONSIDERANDO a aprovação e classificação no Processo Seletivo nº 003/2013 e respectivo Edital de Chamamento;

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica contratada a Sra. LEANDRA DA SILVA, portadora do RG n. 4.756.793 e do CPF n. 008.693.869-05, para exercer o cargo de PROFESSORA CARGO EM EXTINÇÃO, com 20:00 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos a partir do dia 13 de fevereiro de 2014.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 17 DE FEVEREIRO DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

**Decreto 188/2014**

DECRETO Nº 188/2014, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2014.

"CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do município de Ponte Serrada, combinada com a Lei Municipal Complementar n. 082/2007 e:

CONSIDERANDO a aprovação e classificação no Processo Seletivo nº 003/2013 e respectivo Edital de Chamamento;

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica contratada a Sra. MARCIA GOMES, portadora do RG n. 4.850.584-6 e do CPF n. 048.698.399-46, para exercer o cargo de PROFESSORA CARGO EM EXTINÇÃO, com 30:00 (trinta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos a partir do dia 12 de fevereiro de 2014.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 17 DE FEVEREIRO DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.



**Decreto 189/2014**

DECRETO Nº 189/2014, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2014.

"CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do município de Ponte Serrada, combinada com a Lei Municipal Complementar n. 082/2007 e:

CONSIDERANDO a aprovação e classificação no Processo Seletivo nº 003/2013 e respectivo Edital de Chamamento;

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica contratada a Sra. DAIANE LUZIA TOBIAS, portadora do RG n. 5.519.939-9 e do CPF n. 072.531.239-48, para exercer o cargo de PROFESSORA CARGO EM EXTINÇÃO, com 40:00 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos a partir do dia 12 de fevereiro de 2014.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 17 DE FEVEREIRO DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

**Decreto 190/2014**

DECRETO Nº 190/2014, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2014.

"CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do município de Ponte Serrada, combinada com a Lei Municipal Complementar n. 082/2007 e:

CONSIDERANDO a aprovação e classificação no Processo Seletivo nº 003/2013 e respectivo Edital de Chamamento;

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica contratada a Sra. ROSELI APARECIDA RIBEIRO, portadora do RG n. 4.244.911 e do CPF n. 005.385.359-89, para exercer o cargo de PROFESSORA, com 40:00 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos a partir do dia 12 de fevereiro de 2014.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 17 DE FEVEREIRO DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

**Decreto 191/2014**

DECRETO Nº 191/2014, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2014.

"CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do município de Ponte Serrada, combinada com a Lei Municipal Complementar n. 082/2007 e:

CONSIDERANDO a aprovação e classificação no Processo Seletivo nº 003/2013 e respectivo Edital de Chamamento;

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica contratada a Sra. LILIAN DE MORAIS, portadora do RG n. 5.276.831 e do CPF n. 079.810.989-04, para exercer o cargo de PROFESSORA CARGO EM EXTINÇÃO, com 40:00 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos a partir do dia 13 de fevereiro de 2014.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 17 DE FEVEREIRO DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

**Decreto 192/2014**

DECRETO Nº 192/2014, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2014.

"CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do município de Ponte Serrada, combinada com a Lei Municipal Complementar n. 082/2007 e:

CONSIDERANDO a aprovação e classificação no Processo Seletivo nº 003/2013 e respectivo Edital de Chamamento;

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica contratada a Sra. TEREZINHA APARECIDA DIAS FERASSO, portadora do RG n. 1.689.718-8 e do CPF n. 897.853.129-68, para exercer o cargo de PROFESSORA, com 20:00 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos a partir do dia 12 de fevereiro de 2014.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 17 DE FEVEREIRO DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

**Decreto 193/2014**

DECRETO Nº 193/2014, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2014.

"CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do município de Ponte Serrada, combinada com a Lei Municipal Complementar n. 082/2007 e:

CONSIDERANDO a aprovação e classificação no Processo Seletivo nº 003/2013 e respectivo Edital de Chamamento;

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica contratada a Sra. ARLETE TEREZINHA DOS SANTOS CORREA, portadora do RG n. 2.468.909 e do CPF n. 800.110.399-49, para exercer o cargo de PROFESSORA CARGO EM EXTINÇÃO, com 20:00 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos a partir do dia 12 de fevereiro de 2014.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 17 DE FEVEREIRO DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

**Decreto 194/2014**

DECRETO Nº 194/2014, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2014.

"CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do município de Ponte Serrada, combinada com a Lei Municipal Complementar n. 082/2007 e:

CONSIDERANDO a aprovação e classificação no Processo Seletivo nº 003/2013 e respectivo Edital de Chamamento;

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica contratada a Sra. RUBIA MARA VIEIRA, portadora do RG n. 4.894.924-8 e do CPF n. 042.384.599-38 para exercer o cargo de PROFESSORA CARGO EM EXTINÇÃO, com 40:00 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos a partir do dia 12 de fevereiro de 2014.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 17 DE FEVEREIRO DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

**Decreto 195/2014**

DECRETO Nº 195/2014, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2014.

"CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do município de Ponte Serrada, combinada com a Lei Municipal Complementar n. 082/2007 e:

CONSIDERANDO a aprovação e classificação no Processo Seletivo nº 003/2013 e respectivo Edital de Chamamento;

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica contratada a Sra. MARIA MARTA GABIATTI COSTA, portadora do RG n. 1.785.840-2 e do CPF n. 594.732.079-72, para exercer o cargo de PROFESSORA, com 20:00 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos a partir do dia 12 de fevereiro de 2014.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 17 DE FEVEREIRO DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

**Decreto 196/2014**

DECRETO Nº 196/2014, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2014.

"CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do município de Ponte Serrada, combinada com a Lei Municipal Complementar n. 082/2007 e:

CONSIDERANDO a aprovação e classificação no Processo Seletivo nº 003/2013 e respectivo Edital de Chamamento;

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica contratada a Sra. CRISTINA ALLEBRANDT NAZARIO, portadora do RG n. 4.950.257-3 e do CPF n. 049.503.149-63, para exercer o cargo de PROFESSORA, com 20:00 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos a partir do dia 12 de fevereiro de 2014.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 17 DE FEVEREIRO DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

**Decreto 197/2014**

DECRETO Nº 197/2014, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2014.

"CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do município de Ponte Serrada, combinada com a Lei Municipal Complementar n. 082/2007 e:

CONSIDERANDO a aprovação e classificação no Processo Seletivo nº 003/2013 e respectivo Edital de Chamamento;

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica contratada a Sra. MIRIAN TESSARO, portadora do RG n. 4.030.083 e do CPF n. 008.015.219-80, para exercer o cargo de PROFESSORA, com 20:00 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos a partir do dia 12 de fevereiro de 2014.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 17 DE FEVEREIRO DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

**Decreto 198/2014**

DECRETO Nº 198/2014, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2014.

"CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do município de Ponte Serrada, combinada com a Lei Municipal Complementar n. 082/2007 e:

CONSIDERANDO a aprovação e classificação no Processo Seletivo nº 003/2013 e respectivo Edital de Chamamento;

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica contratada a Sra. JANAINA DAIANE FORNARI FORLIN, portadora do RG n. 5.248.075-5 e do CPF n. 010.254.689-45, para exercer o cargo de PROFESSORA, com 20:00 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos a partir do dia 13 de fevereiro de 2014.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 17 DE FEVEREIRO DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

**Decreto 199/2014**

DECRETO Nº 199/2014, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2014.

"CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do município de Ponte Serrada, combinada com a Lei Municipal Complementar n. 082/2007 e:

CONSIDERANDO a aprovação e classificação no Processo Seletivo nº 003/2013 e respectivo Edital de Chamamento;

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica contratada a Sra. CECILIA BORF ALVES PEREIRA, portadora do RG n. 3.330.572 e do CPF n. 042.341.659-64, para exercer o cargo de PROFESSORA CARGO EM EXTINÇÃO, com 20:00 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos a partir do dia 12 de fevereiro de 2014.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 17 DE FEVEREIRO DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

**Decreto 200/2014**

DECRETO Nº 200/2014, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2014.

"EXONERA SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

**EXONERA:**

Art. 1º - Ficam exonerados os Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados lotados na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

MATRICULA	NOME	EXONERA A PARTIR DE
6085	SIMONE ALLEBRANDT	28/02/2014
6160	IRES GONÇALVES DE OLIVEIRA DE ALMEIDA	19/02/2014

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 17 DE FEVEREIRO DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

**Decreto 201/2014**

DECRETO Nº 201/2014, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2014.

"CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do município de Ponte Serrada, combinada com a Lei Municipal Complementar n. 082/2007 e:

CONSIDERANDO a aprovação e classificação no Processo Seletivo nº 003/2013 e respectivo Edital de Chamamento;

## DECRETA:

Art. 1º - Fica contratada a partir do dia 20 de fevereiro de 2014 a Sra. IRES GONÇALVES DE OLIVEIRA DE ALMEIDA, portadora do RG n. 2.426.139 e do CPF n. 868.106.009-06, para exercer o cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com 44:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 17 DE FEVEREIRO DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

**Decreto 202/2014**

DECRETO Nº 202/2014, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2014.

"DISPOE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o Artigo 61, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, Lei Federal n.º 4.320 de 17 de março de 1964 e Inciso "I" do art. 7º da Lei Municipal nº. 2.183, de 11 de dezembro de 2013,

## DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 100.000,00 (Cem Mil Reais), os quais serão destinados a suplementar a seguinte dotação orçamentária:

08 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

08.0801 - Fundo Municipal de Saúde

08.0801.10 - Saúde

08.0801.10.301 - Assistência Básica

08.0801.10.301.1001 - Saúde para Todos

08.0801.10.301.1001.2008 - Manutenção das Ações e Programas de Saúde

08.0801.10.301.1001.2008.4000000 - Despesa de Capital

08.0801.10.301.1001.2008.44900000.03.0064 - 020 - Aplicações Diretas - 100.000,00

Art. 2º - O Crédito aberto por este Decreto correrá por conta do

Superávit Financeiro no exercício de 2013 no R\$ 100.000,00 (Cem Mil Reais).

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 17 DE FEVEREIRO DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra na forma da Lei

**Decreto 203/2014**

DECRETO Nº 203/2014, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2014.

"EXONERA SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

## EXONERA A PEDIDO:

Art. 1º - Ficam exonerados a partir do dia 20 de fevereiro de 2014 os servidores abaixo relacionados lotados na Secretaria Municipal de Saúde:

MATRICULA	NOME	EXONERA A PARTIR DO DIA
6137	KATIA REGINA DE MORAIS	20/02/2014
5720	MARINES BALBINOT CORATTO	20/02/2014
960	CLEONICE CARDORI DA SILVA	19/02/2014

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 17 DE FEVEREIRO DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

**Decreto 204/2014**

DECRETO Nº 204/2014, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2014.

"NOMEIA SERVIDOR APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO."

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

CONSIDERANDO a classificação obtida no Concurso Público nº 001/2013 e respectivo Edital de Chamamento;

## DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado a partir do dia 21 de fevereiro de 2014,



em razão de aprovação em concurso público, a Sra. KATIA REGINA DE MORAIS, portadora do RG n. 6.028.601 e do CPF n. 005.385.049-19, para exercer o cargo efetivo de AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução deste Decreto correrão à conta da dotação própria consignada no orçamento vigente e futuros.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 21 DE FEVEREIRO DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

#### **Decreto 205/2014**

DECRETO Nº 205/2014, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2014.

"NOMEIA SERVIDOR APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO."

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

CONSIDERANDO a classificação obtida no Concurso Público nº 001/2013 e respectivo Edital de Chamamento;

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado a partir do dia 21 de fevereiro de 2014, em razão de aprovação em concurso público, a Sra. MARINES BALBINOT CORATTO, portadora do RG n. 3.233.497 e do CPF n. 905.353.169-68, para exercer o cargo efetivo de AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução deste Decreto correrão à conta da dotação própria consignada no orçamento vigente e futuros.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 21 DE FEVEREIRO DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

#### **Decreto 206/2014**

DECRETO Nº 206/2014, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2014.

"NOMEIA SERVIDOR APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO."

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

CONSIDERANDO a classificação obtida no Concurso Público nº 001/2013 e respectivo Edital de Chamamento;

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado a partir do dia 24 de fevereiro de 2014,

em razão de aprovação em concurso público, o Sr. JOSIAS ROSELLIS PINO GOMES portador do RG n. 6.179.977 e do CPF n. 087.418.609-93, para exercer o cargo efetivo de AGENTE DE MANUTENÇÃO, com 44:00 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Serviços Urbanos.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução deste Decreto correrão à conta da dotação própria consignada no orçamento vigente e futuros.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 21 DE FEVEREIRO DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

#### **Decreto 207/2014**

DECRETO Nº 207/2014, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2014.

"CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do município de Ponte Serrada, combinada com a Lei Municipal Complementar n. 082/2007 e:

CONSIDERANDO a aprovação e classificação no Processo Seletivo nº 003/2013 e respectivo Edital de Chamamento;

DECRETA:

Art. 1º - Fica contratada a Sra. SUZANA DE OLIVEIRA LUZ, portadora do RG nº. 5.696.226 e do CPF nº. 087.669.269-20, para exercer o cargo de PROFESSORA, com 20:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos a partir do dia 12 de fevereiro de 2014.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 21 DE FEVEREIRO DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

#### **Decreto 208/2014**

DECRETO Nº 208/2014, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2014.

"NOMEIA SERVIDOR APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO."

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

CONSIDERANDO classificação obtida no Concurso Público nº 001/2013 e respectivo Edital de Chamamento;

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado, em razão de aprovação em concurso público,

o Sr. CLAUDIOMIRO THEODORO, portador do RG n. 3.994.621 e CPF n. 825.073.099-20, para exercer o cargo efetivo de MOTORISTA, Nível "51", Referência "A", com 44:00 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Transportes e Obras.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos a partir do dia 19 de fevereiro de 2014.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 21 DE FEVEREIRO DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

### **Decreto 209/2014**

DECRETO Nº 209/2014, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2014.

"CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do município de Ponte Serrada, combinada com a Lei Municipal Complementar n. 082/2007 e:

CONSIDERANDO a aprovação e classificação no Processo Seletivo nº 003/2013 e respectivo Edital de Chamamento;

DECRETA:

Art. 1º - Fica contratada do dia 17 de fevereiro a 21 de fevereiro de 2014 a Sra. JESSICA LOPES DA CRUZ, portadora do RG nº 5.143.602 e do CPF nº. 077.746.689-93, para exercer o cargo de PROFESSORA, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos a partir do dia 17 de fevereiro de 2014.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 21 DE FEVEREIRO DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

### **Decreto 210/2014**

DECRETO Nº 210/2014, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2014.

"NOMEIA SERVIDOR APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO."

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

CONSIDERANDO a classificação obtida no Concurso Público nº 001/2013 e respectivo Edital de Chamamento;

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a partir do dia 24 de fevereiro de 2014, em razão de aprovação em concurso público, a Sra. CLAUDIA GAZZONI portadora do RG n. 3098586401 e do CPF n. 024.955.940-42, para exercer o cargo efetivo de ODONTOLOGA, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução deste Decreto correrão à conta da dotação própria consignada no orçamento vigente e futuros.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 21 DE FEVEREIRO DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

### **Decreto 211/2014**

DECRETO Nº 211/2014, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2014.

"CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do município de Ponte Serrada, combinada com a Lei Municipal Complementar n. 082/2007 e:

CONSIDERANDO a aprovação e classificação no Processo Seletivo nº 003/2013 e respectivo Edital de Chamamento;

DECRETA:

Art. 1º - Fica contratada a partir do dia 24 de fevereiro de 2014 a Sra. TATIANE PINHEIRO URBANO, portadora do RG n. 5.519.588-1 e do CPF n. 061.124.489-63, para exercer o cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com 44:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 21 DE FEVEREIRO DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

### **Decreto 212/2014**

DECRETO Nº 212/2014, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2014.

"CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do município de Ponte Serrada, combinada com a Lei Municipal Complementar n. 082/2007 e:

CONSIDERANDO a aprovação e classificação no Processo Seletivo nº 003/2013 e respectivo Edital de Chamamento;

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica contratada a Sra. MARA REGINA BATISTA DA SILVA COPPINI, portadora do RG n. 17846196 e do CPF n. 573.615.179-00, para exercer o cargo de PROFESSORA, com 20:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos a partir do dia 12 de fevereiro de 2014.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 21 DE FEVEREIRO DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

**Decreto 213/2014**

DECRETO Nº 213/2014, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2014.

"CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do município de Ponte Serrada, combinada com a Lei Municipal Complementar n. 082/2007 e:

CONSIDERANDO a aprovação e classificação no Processo Seletivo nº 003/2013 e respectivo Edital de Chamamento;

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica contratada a partir do dia 24 de fevereiro de 2014 a Sra. JOSIANI SCHERNOSKI DOS SANTOS, portadora do RG n. 4.758.882-9 e do CPF n. 049.142.679-85, para exercer o cargo de PROFESSORA CARGO EM EXTINÇÃO, com 20:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 21 DE FEVEREIRO DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

**Decreto 214/2014**

DECRETO Nº 214/2014, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2014.

NOMEIA CHEFE DE SETOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

**DECRETA:**

Art. 1º. - Fica nomeado o Sr. JOSÉ RIBEIRO NETO, portadora da

Carteira de Identidade n. 11R 290530 e do CPF n. 168.137.079-49, para exercer o cargo de provimento em comissão de CHEFE DE SETOR, Padrão "CC", Nível "05", com 44:00 horas/semanais, lotado na Secretaria Municipal de Transportes e Obras.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos a partir do dia 18 de fevereiro de 2014.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 21 DE FEVEREIRO DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

**Decreto 215/2014**

DECRETO Nº 215/2014, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2014.

"CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do município de Ponte Serrada, combinada com a Lei Municipal Complementar n. 082/2007 e:

CONSIDERANDO a aprovação e classificação no Processo Seletivo nº 003/2013 e respectivo Edital de Chamamento;

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica contratada a Sra. SELIRIA KOCHER DAMACENO, portadora do RG n. 4310755 e do CPF n. 057.676.419-19, para exercer o cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com 44:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos a partir do dia 12 de fevereiro de 2014.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 21 DE FEVEREIRO DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

**Decreto 216/2014**

DECRETO Nº 216/2014, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2014.

"CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do município de Ponte Serrada, combinada com a Lei Municipal Complementar n. 082/2007 e:

CONSIDERANDO a aprovação e classificação no Processo Seletivo nº 003/2013 e respectivo Edital de Chamamento;



**DECRETA:**

Art. 1º - Fica contratada a Sra. JESSICA MORGANA CARVALHO, portadora do RG n. 6.117.184 e do CPF n. 093.417.389-38, para exercer o cargo de PROFESSORA CARGO EM EXTINÇÃO, com 20:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos a partir do dia 12 de fevereiro de 2014.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 21 DE FEVEREIRO DE 2014.  
EDUARDO COPPINI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

**Decreto 217/2014**

DECRETO Nº 217/2014, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2014.  
"NOMEIA SERVIDORA APROVADA EM CONCURSO PÚBLICO."

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

CONSIDERANDO a classificação obtida no Concurso Público nº 001/2013 e respectivo Edital de Chamamento;

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica nomeada em razão de aprovação em concurso público a Sra. CLEONICE CARDORI DA SILVA, portadora do RG n. 2.424.027 e do CPF n. 722.162.639-15, para exercer o cargo efetivo de AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução deste Decreto correrão à conta da dotação própria consignada no orçamento vigente e futuros.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 21 DE FEVEREIRO DE 2014.  
EDUARDO COPPINI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

**Decreto 218/2014**

DECRETO Nº 218/2014, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2014.  
"NOMEIA DIRETORA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

**DECRETA:**

Art. 1º. - Fica nomeada a partir do dia 01 de março de 2014 a Sra. SIMONE ALLEBRANDT, portadora do RG nº. 4.950.033-3 e do CPF nº. 064.901.259-35, para exercer o cargo de provimento

em comissão de DIRETORA, Padrão "CC", Nível "04", com 44:00 horas/semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.  
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 21 DE FEVEREIRO DE 2014.  
EDUARDO COPPINI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

**Decreto 219/2014**

DECRETO Nº 219/2014, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2014.  
"DISPÕE SOBRE NOVA LOTAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

CONSIDERANDO a necessidade de o município em readequar a lotação de alguns de seus servidores, com vistas a atender ao interesse público, sobretudo no tocante à excelência na prestação dos serviços de responsabilidade do ente público

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica determinado que o servidores abaixo relacionados, lotados na Secretaria Municipal de Saúde:

MATRICULA	NOME	CARGO	NÍVEL/REFERENCIA
791	JUNIOR CEZAR DE MELO	MOTORISTA	51 E
848	IVANIR VICCARI	MOTORISTA	51 E
531	JACÓ RIBEIRO	MOTORISTA	51 E

Passam a ter a seguinte lotação:

MATRICULA	NOME	CARGO	NÍVEL/REFERENCIA
791	JUNIOR CEZAR DE MELO	MOTORISTA DE AMBULÂNCIA	61 E
848	IVANIR VICCARI	MOTORISTA DE AMBULÂNCIA	61 E
531	JACÓ RIBEIRO	MOTORISTA DE AMBULÂNCIA	61 E

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos a partir do dia 01 de fevereiro de 2014

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 21 DE FEVEREIRO DE 2014.  
EDUARDO COPPINI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

**Decreto 220/2014**

DECRETO Nº 220/2014, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2014.

"REVOGA GRATIFICAÇÃO CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

## DECRETA:

Art. 1º - Fica revogada a partir do dia 01 de fevereiro de 2014, a função gratificada concedida à servidora pública municipal Sra. GRAZIELI MELANIA ACUNHA, matrícula 6049, concedida pelo decreto Nº 035/2014, de 14 de janeiro de 2014.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos a partir do dia 01 de fevereiro de 2014.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 21 DE FEVEREIRO DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

**Decreto 221/2014**

DECRETO Nº 221/2014, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2014.

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do Município de Ponte Serrada e demais legislação de regência e,

CONSIDERANDO o previsto no Inciso IV, do Artigo 44º, da Lei Complementar nº 106/2010 de 14 de setembro de 2010;

## DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado o Servidor Público Municipal Sr. OSMIR RODRIGUES MACHADO, Matrícula 709, TÉCNICO EM CONTABILIDADE, com 40:00 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, para responder pelo Cargo de Confiança com Função Gratificada de 60% (sessenta por cento).

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando o Decreto 801/2013 e as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos a partir do dia 01 de fevereiro de 2014.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 21 DE FEVEREIRO DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

**Decreto 222/2014**

DECRETO Nº 222/2014, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2014.

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do Município de Ponte Serrada e demais legislação de regência e,

CONSIDERANDO o exercício da docência na área de Informática desempenhado pelo servidor RONALDO HARMATA DOS SANTOS. CONSIDERANDO o previsto no Inciso IV, do Artigo 44º, da Lei Complementar nº 106/2010 de 14 de setembro de 2010;

## DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado o Servidor Público Municipal Sr. RONALDO HARMATA DOS SANTOS, Matrícula 5754, ocupante do cargo de AGENTE DE INFORMÁTICA, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, para responder pelo Cargo de Confiança com Função Gratificada de 55% (cinquenta e cinco por cento).

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos a partir do dia 01 de fevereiro de 2014.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 21 DE FEVEREIRO DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

**Decreto 223/2014**

DECRETO Nº 223/2014, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2014.

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do Município de Ponte Serrada e demais legislação de regência e,

CONSIDERANDO o exercício da docência na área de Informática desempenhado pelo servidor RENATO HARMATA DOS SANTOS.

CONSIDERANDO o previsto no Inciso IV, do Artigo 44º, da Lei Complementar nº 106/2010 de 14 de setembro de 2010;

## DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado o Servidor Público Municipal Sr. RENATO HARMATA DOS SANTOS, Matrícula 5717, ocupante do cargo de AGENTE DE INFORMÁTICA, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, para responder pelo Cargo de Confiança com Função Gratificada de 55% (cinquenta e cinco por cento).

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário, produzindo efeitos

retroativos a partir do dia 01 de fevereiro de 2014.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 21 DE FEVEREIRO DE 2014.  
EDUARDO COPPINI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

### **Decreto 224/2014**

DECRETO Nº 224/2013, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2014.  
"DISPOE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o Artigo 61, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964 e Inciso "II" do art. 7º da Lei Municipal nº. 2.183, de 11 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º - Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito suplementar no valor de R\$ 88.059,18 (Oitenta e Oito Mil, Cinquenta e Nove Reais e Dezoito Centavos), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 03 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

03.01 - Departamento de Educação

13.392.1301.2.012 - Manutenção da Educação Básica  
Modalidade de Aplicação: 33900000

Fonte de Recursos: 00.03.58  
00 APLICAÇÕES DIRETAS - Valor: R\$ 88.059,18

Art. 2º. Para cobertura da suplementação de que trata o art. 1º serão utilizados recursos no valor de R\$ 88.059,18 (Oitenta e Oito Mil, Cinquenta e Nove Reais e Dezoito Centavos), provenientes do Superávit Financeiro do Exercício de 2013, da Fonte de Recursos 0358 Programa Salário Educação.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 21 DE FEVEREIRO DE 2014.  
EDUARDO COPPINI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra, na forma da lei.

### **Decreto 225/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA  
GABINETE DO PREFEITO  
DECRETO Nº 225/2014, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2014.  
"DECLARA PONTO FACULTATIVO E FERIADO MUNICIPAL, CONFORME ESPECIFICA".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, Faz saber a todos os habitantes deste Município e no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei

Orgânica do Município.

DECRETA:

Art. 1o - Fica declarado Ponto Facultativo a todos os funcionários públicos municipais de Ponte Serrada, no dia 03 de Março de 2014 (segunda-feira) e no dia 05 de Março de 2014 (quarta-feira) até as 13h00min, em virtude do Carnaval.  
Art. 2o - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 21 DE FEVEREIRO DE 2014.  
EDUARDO COPPINI  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

### **Decreto 226/2014**

DECRETO Nº 226/2014 DE 21 DE FEVEREIRO DE 2014.  
"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida férias a Servidora Pública Municipal Sra. JULIANA GOMES PEREIRA SEGATE CAETANO, Matrícula 5995 ocupante do cargo em comissão de CHEFE DE SETOR (40:00 horas semanais), lotada na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, por um período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 07 de janeiro de 2013 a 06 de janeiro de 2014, e que serão gozadas de 17 de fevereiro a 18 de março de 2014.  
Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 21 DE FEVEREIRO DE 2014.  
EDUARDO COPPINI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

### **Decreto 227/2014**

DECRETO Nº 227/2014, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2014.  
"EXONERA SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

EXONERA A PEDIDO:

Art. 1º - Fica exonerada a partir do dia 18 de fevereiro de 2014 a Servidora Pública Municipal Sra. PRICILA POLETTI DE SOUZA BAZI, matrícula 6154, ocupante do cargo em comissão de DIRETOR, com 44:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos a partir do dia 18 de fevereiro de 2014.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 21 DE FEVEREIRO DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

### **Decreto 228/2014**

DECRETO Nº 228/2014, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2014.

"EXONERA SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

EXONERA:

Art. 1º - Fica exonerada a partir do dia 12 de fevereiro de 2014 a Servidora Pública Municipal Sra. BEATRIS DA SILVA BATISTA, matrícula 1523, ocupante do cargo em comissão de DIRETORA, com 44:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos a partir do dia 12 de fevereiro de 2014.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 21 DE FEVEREIRO DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

### **Decreto 229/2014**

DECRETO Nº 229/2014, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2014.

"ALTERA CARGA HORARIA TEMPORARIAMENTE COMO ESPECIFICA"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

CONSIDERANDO, a necessidade contratação de novos professores, em regime suplementar e temporário;

CONSIDERANDO, que o art. 17 da Lei Municipal Complementar n. 080/2007 prevê a possibilidade da Administração em regime suplementar e temporário alterar a carga horária dos professores desde que preenchidos os requisitos (ar. 17,§3º);

CONSIDERANDO, que o assunto já foi debatido pelo Tribunal de

Contas deste Estado, no Prejulgado 1449, sessão em 22.09.2003 e assim decidido:

"A alteração da carga horária de servidor público é assunto de interesse local, sendo de competência dos municípios disciplinar acerca da matéria, conforme determina o inciso I do art. 30 da Constituição Federal.

No regime estatutário, o Município detém poder discricionário para unilateralmente, mediante lei formal, modificar as condições do serviço e a remuneração dos ocupantes de cargos públicos, inclusive a carga horária de trabalho, a cujo cumprimento estão eles obrigados, haja vista não terem direito adquirido em relação a ela, salvo se a lei que regulamentar sua alteração dispuser de modo diverso. (...)".

DECRETA:

Art. 1º. - Fica alterada a carga horária da servidora pública municipal Sra. SOLENE VICENSI DAL'BIANCO, matrícula 206, PROFESSORA, nível "525", referência "F", com 20:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, para responder temporariamente por mais 20:00 horas.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeito retroativo a partir do dia 03 de fevereiro de 2014.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 21 DE FEVEREIRO DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

### **Decreto 230/2014**

DECRETO Nº 230/2014, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2014.

"ALTERA CARGA HORARIA TEMPORARIAMENTE COMO ESPECIFICA"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

CONSIDERANDO, a necessidade contratação de novos professores, em regime suplementar e temporário;

CONSIDERANDO, que o art. 17 da Lei Municipal Complementar n. 080/2007 prevê a possibilidade da Administração em regime suplementar e temporário alterar a carga horária dos professores desde que preenchidos os requisitos (ar. 17,§3º);

CONSIDERANDO, que o assunto já foi debatido pelo Tribunal de Contas deste Estado, no Prejulgado 1449, sessão em 22.09.2003 e assim decidido:

"A alteração da carga horária de servidor público é assunto de interesse local, sendo de competência dos municípios disciplinar acerca da matéria, conforme determina o inciso I do art. 30 da Constituição Federal.

No regime estatutário, o Município detém poder discricionário para unilateralmente, mediante lei formal, modificar as condições do serviço e a remuneração dos ocupantes de cargos públicos,



inclusive a carga horária de trabalho, a cujo cumprimento estão eles obrigados, haja vista não terem direito adquirido em relação a ela, salvo se a lei que regulamentar sua alteração dispuser de modo diverso. (...)"

**DECRETA:**

Art. 1º. - Fica alterada a carga horária da servidora pública municipal Sra. MARLENE APARECIDA VICENZI, matrícula 207, PROFESSORA, com 20:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, para responder temporariamente por mais 20:00 horas.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeito retroativo a partir do dia 03 de fevereiro de 2014.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 21 DE FEVEREIRO DE 2014.  
EDUARDO COPPINI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

**Decreto 231/2014**

DECRETO Nº 231/2014, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2014.

"ALTERA CARGA HORARIA TEMPORARIAMENTE COMO ESPECIFICA"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

CONSIDERANDO, a necessidade contratação de novos professores, em regime suplementar e temporário;

CONSIDERANDO, que o art. 17 da Lei Municipal Complementar n. 080/2007 prevê a possibilidade da Administração em regime suplementar e temporário alterar a carga horária dos professores desde que preenchidos os requisitos (ar. 17,§3º);

CONSIDERANDO, que o assunto já foi debatido pelo Tribunal de Contas deste Estado, no Prejulgado 1449, sessão em 22.09.2003 e assim decidido:

"A alteração da carga horária de servidor público é assunto de interesse local, sendo de competência dos municípios disciplinar acerca da matéria, conforme determina o inciso I do art. 30 da Constituição Federal.

No regime estatutário, o Município detém poder discricionário para unilateralmente, mediante lei formal, modificar as condições do serviço e a remuneração dos ocupantes de cargos públicos, inclusive a carga horária de trabalho, a cujo cumprimento estão eles obrigados, haja vista não terem direito adquirido em relação a ela, salvo se a lei que regulamentar sua alteração dispuser de modo diverso. (...)"

**DECRETA:**

Art. 1º. - Fica alterada a carga horária da servidora pública municipal Sra. ODETE BOLDORI, matrícula 24, PROFESSORA, com 20:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, para responder temporariamente por mais 20:00 horas.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeito retroativo a partir do dia 03 de fevereiro de 2014.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 21 DE FEVEREIRO DE 2014.  
EDUARDO COPPINI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

**Decreto 232/2014**

DECRETO Nº 232/2014, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2014.

"ALTERA CARGA HORARIA TEMPORARIAMENTE COMO ESPECIFICA"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

CONSIDERANDO, a necessidade contratação de novos professores, em regime suplementar e temporário;

CONSIDERANDO, que o art. 17 da Lei Municipal Complementar n. 080/2007 prevê a possibilidade da Administração em regime suplementar e temporário alterar a carga horária dos professores desde que preenchidos os requisitos (ar. 17,§3º);

CONSIDERANDO, que o assunto já foi debatido pelo Tribunal de Contas deste Estado, no Prejulgado 1449, sessão em 22.09.2003 e assim decidido:

"A alteração da carga horária de servidor público é assunto de interesse local, sendo de competência dos municípios disciplinar acerca da matéria, conforme determina o inciso I do art. 30 da Constituição Federal.

No regime estatutário, o Município detém poder discricionário para unilateralmente, mediante lei formal, modificar as condições do serviço e a remuneração dos ocupantes de cargos públicos, inclusive a carga horária de trabalho, a cujo cumprimento estão eles obrigados, haja vista não terem direito adquirido em relação a ela, salvo se a lei que regulamentar sua alteração dispuser de modo diverso. (...)"

**DECRETA:**

Art. 1º. - Fica alterada a carga horária da servidora pública municipal Sra. IDA REGINA COSTA FRANCESCHI, matrícula 55, PROFESSORA, com 20:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, para responder temporariamente por mais 20:00 horas.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeito retroativo a partir do dia 03 de fevereiro de 2014.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 21 DE FEVEREIRO DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

### **Decreto 233/2014**

DECRETO Nº 233/2014, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2014.

"ALTERA CARGA HORARIA TEMPORARIAMENTE COMO ESPECIALISTA"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

CONSIDERANDO, a necessidade contratação de novos professores, em regime suplementar e temporário;

CONSIDERANDO, que o art. 17 da Lei Municipal Complementar n. 080/2007 prevê a possibilidade da Administração em regime suplementar e temporário alterar a carga horária dos professores desde que preenchidos os requisitos (ar. 17,§3º);

CONSIDERANDO, que o assunto já foi debatido pelo Tribunal de Contas deste Estado, no Prejulgado 1449, sessão em 22.09.2003 e assim decidido:

"A alteração da carga horária de servidor público é assunto de interesse local, sendo de competência dos municípios disciplinar acerca da matéria, conforme determina o inciso I do art. 30 da Constituição Federal.

No regime estatutário, o Município detém poder discricionário para unilateralmente, mediante lei formal, modificar as condições do serviço e a remuneração dos ocupantes de cargos públicos, inclusive a carga horária de trabalho, a cujo cumprimento estão eles obrigados, haja vista não terem direito adquirido em relação a ela, salvo se a lei que regulamentar sua alteração dispuser de modo diverso. (...)".

#### **DECRETA:**

Art. 1º. - Fica alterada a carga horária da servidora pública municipal Sra. FLAVIA RIBEIRO, matrícula 181, PROFESSORA, com 20:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, para responder temporariamente por mais 20:00 horas.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeito retroativo a partir do dia 03 de fevereiro de 2014.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 21 DE FEVEREIRO DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

### **Decreto 234/2014**

DECRETO Nº 234/2014, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2014.

"ALTERA CARGA HORARIA TEMPORARIAMENTE COMO ESPECIALISTA"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

CONSIDERANDO, a necessidade contratação de novos professores, em regime suplementar e temporário;

CONSIDERANDO, que o art. 17 da Lei Municipal Complementar n. 080/2007 prevê a possibilidade da Administração em regime suplementar e temporário alterar a carga horária dos professores desde que preenchidos os requisitos (ar. 17,§3º);

CONSIDERANDO, que o assunto já foi debatido pelo Tribunal de Contas deste Estado, no Prejulgado 1449, sessão em 22.09.2003 e assim decidido:

"A alteração da carga horária de servidor público é assunto de interesse local, sendo de competência dos municípios disciplinar acerca da matéria, conforme determina o inciso I do art. 30 da Constituição Federal.

No regime estatutário, o Município detém poder discricionário para unilateralmente, mediante lei formal, modificar as condições do serviço e a remuneração dos ocupantes de cargos públicos, inclusive a carga horária de trabalho, a cujo cumprimento estão eles obrigados, haja vista não terem direito adquirido em relação a ela, salvo se a lei que regulamentar sua alteração dispuser de modo diverso. (...)".

#### **DECRETA:**

Art. 1º. - Fica alterada a carga horária da servidora pública municipal Sra. MARIA INEZ MATTEI DOS SANTOS, matrícula 915, PROFESSORA, com 20:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, para responder temporariamente por mais 20:00 horas.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeito retroativo a partir do dia 03 de fevereiro de 2014.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 21 DE FEVEREIRO DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

### **Decreto 235/2014**

DECRETO Nº 235/2014, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2014.

"ALTERA CARGA HORARIA TEMPORARIAMENTE COMO ESPECIALISTA"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

CONSIDERANDO, a necessidade contratação de novos professores,

em regime suplementar e temporário;

CONSIDERANDO, que o art. 17 da Lei Municipal Complementar n. 080/2007 prevê a possibilidade da Administração em regime suplementar e temporário alterar a carga horária dos professores desde que preenchidos os requisitos (ar. 17,§3º);

CONSIDERANDO, que o assunto já foi debatido pelo Tribunal de Contas deste Estado, no Prejulgado 1449, sessão em 22.09.2003 e assim decidido:

"A alteração da carga horária de servidor público é assunto de interesse local, sendo de competência dos municípios disciplinar acerca da matéria, conforme determina o inciso I do art. 30 da Constituição Federal.

No regime estatutário, o Município detém poder discricionário para unilateralmente, mediante lei formal, modificar as condições do serviço e a remuneração dos ocupantes de cargos públicos, inclusive a carga horária de trabalho, a cujo cumprimento estão eles obrigados, haja vista não terem direito adquirido em relação a ela, salvo se a lei que regulamentar sua alteração dispuser de modo diverso. (...)".

DECRETA:

Art. 1º. - Fica alterada a carga horária da servidora pública municipal Sra. ADILENE ROVANI BERTOL, matrícula 728, PROFESSORA, com 20:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, para responder temporariamente por mais 20:00 horas.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeito retroativo a partir do dia 03 de fevereiro de 2014.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 21 DE FEVEREIRO DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

### **Decreto 236/2014**

DECRETO Nº 236/2014, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2014.

"ALTERA CARGA HORARIA TEMPORARIAMENTE COMO ESPECIALISTA"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

CONSIDERANDO, a necessidade contratação de novos professores, em regime suplementar e temporário;

CONSIDERANDO, que o art. 17 da Lei Municipal Complementar n. 080/2007 prevê a possibilidade da Administração em regime suplementar e temporário alterar a carga horária dos professores desde que preenchidos os requisitos (ar. 17,§3º);

CONSIDERANDO, que o assunto já foi debatido pelo Tribunal de Contas deste Estado, no Prejulgado 1449, sessão em 22.09.2003 e assim decidido:

"A alteração da carga horária de servidor público é assunto de interesse local, sendo de competência dos municípios disciplinar acerca da matéria, conforme determina o inciso I do art. 30 da Constituição Federal.

No regime estatutário, o Município detém poder discricionário para unilateralmente, mediante lei formal, modificar as condições do serviço e a remuneração dos ocupantes de cargos públicos, inclusive a carga horária de trabalho, a cujo cumprimento estão eles obrigados, haja vista não terem direito adquirido em relação a ela, salvo se a lei que regulamentar sua alteração dispuser de modo diverso. (...)".

DECRETA:

Art. 1º. - Fica alterada a carga horária da servidora pública municipal Sra. ADRIANE SALETE MAGDÓLIO VIEIRA, matrícula 900, PROFESSORA, com 20:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, para responder temporariamente por mais 20:00 horas.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeito retroativo a partir do dia 04 de fevereiro de 2014.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 21 DE FEVEREIRO DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

### **Decreto 237/2014**

DECRETO Nº 237/2014, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2014.

"ALTERA CARGA HORARIA TEMPORARIAMENTE COMO ESPECIALISTA"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

CONSIDERANDO, a necessidade contratação de novos professores, em regime suplementar e temporário;

CONSIDERANDO, que o art. 17 da Lei Municipal Complementar n. 080/2007 prevê a possibilidade da Administração em regime suplementar e temporário alterar a carga horária dos professores desde que preenchidos os requisitos (ar. 17,§3º);

CONSIDERANDO, que o assunto já foi debatido pelo Tribunal de Contas deste Estado, no Prejulgado 1449, sessão em 22.09.2003 e assim decidido:

"A alteração da carga horária de servidor público é assunto de interesse local, sendo de competência dos municípios disciplinar acerca da matéria, conforme determina o inciso I do art. 30 da Constituição Federal.

No regime estatutário, o Município detém poder discricionário para unilateralmente, mediante lei formal, modificar as condições do serviço e a remuneração dos ocupantes de cargos públicos, inclusive a carga horária de trabalho, a cujo cumprimento estão eles obrigados, haja vista não terem direito adquirido em relação a ela, salvo se a lei que regulamentar sua alteração dispuser de modo



diverso. (...)”.

**DECRETA:**

Art. 1º. - Fica alterada a carga horária da servidora pública municipal Sra. NADIA MARIANI BERTÉ, matrícula 942, PROFESSORA, com 20:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, para responder temporariamente por mais 20:00 horas.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeito retroativo a partir do dia 04 de fevereiro de 2014.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 21 DE FEVEREIRO DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

**Decreto 238/2014**

DECRETO Nº 238/2014, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2014.

“ALTERA CARGA HORARIA TEMPORARIAMENTE COMO ESPECIFICA”

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

CONSIDERANDO, a necessidade contratação de novos professores, em regime suplementar e temporário;

CONSIDERANDO, que o art. 17 da Lei Municipal Complementar n. 080/2007 prevê a possibilidade da Administração em regime suplementar e temporário alterar a carga horária dos professores desde que preenchidos os requisitos (ar. 17,§3º);

CONSIDERANDO, que o assunto já foi debatido pelo Tribunal de Contas deste Estado, no Prejulgado 1449, sessão em 22.09.2003 e assim decidido:

“A alteração da carga horária de servidor público é assunto de interesse local, sendo de competência dos municípios disciplinar acerca da matéria, conforme determina o inciso I do art. 30 da Constituição Federal.

No regime estatutário, o Município detém poder discricionário para unilateralmente, mediante lei formal, modificar as condições do serviço e a remuneração dos ocupantes de cargos públicos, inclusive a carga horária de trabalho, a cujo cumprimento estão eles obrigados, haja vista não terem direito adquirido em relação a ela, salvo se a lei que regulamentar sua alteração dispuser de modo diverso. (...)”.

**DECRETA:**

Art. 1º. - Fica alterada a carga horária da servidora pública municipal Sra. ANDREIA FERRARI, matrícula 5815, PROFESSORA, com 20:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, para responder temporariamente por mais 20:00 horas.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento

vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeito retroativo a partir do dia 04 de fevereiro de 2014.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 21 DE FEVEREIRO DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

**Decreto 239/2014**

DECRETO Nº 239/2014, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2014.

“ALTERA CARGA HORARIA TEMPORARIAMENTE COMO ESPECIFICA”

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

CONSIDERANDO, a necessidade contratação de novos professores, em regime suplementar e temporário;

CONSIDERANDO, que o art. 17 da Lei Municipal Complementar n. 080/2007 prevê a possibilidade da Administração em regime suplementar e temporário alterar a carga horária dos professores desde que preenchidos os requisitos (ar. 17,§3º);

CONSIDERANDO, que o assunto já foi debatido pelo Tribunal de Contas deste Estado, no Prejulgado 1449, sessão em 22.09.2003 e assim decidido:

“A alteração da carga horária de servidor público é assunto de interesse local, sendo de competência dos municípios disciplinar acerca da matéria, conforme determina o inciso I do art. 30 da Constituição Federal.

No regime estatutário, o Município detém poder discricionário para unilateralmente, mediante lei formal, modificar as condições do serviço e a remuneração dos ocupantes de cargos públicos, inclusive a carga horária de trabalho, a cujo cumprimento estão eles obrigados, haja vista não terem direito adquirido em relação a ela, salvo se a lei que regulamentar sua alteração dispuser de modo diverso. (...)”.

**DECRETA:**

Art. 1º. - Fica alterada a carga horária da servidora pública municipal Sra. MAIRA CRISTINA PIOVESAN, matrícula 5823, PROFESSORA, com 20:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, para responder temporariamente por mais 20:00 horas.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeito retroativo a partir do dia 04 de fevereiro de 2014.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 21 DE FEVEREIRO DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

**Decreto 240/2014**

DECRETO Nº 240/2014, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2014.

**"ALTERA CARGA HORARIA TEMPORARIAMENTE COMO ESPECIALISTA"**

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

CONSIDERANDO, a necessidade contratação de novos professores, em regime suplementar e temporário;

CONSIDERANDO, que o art. 17 da Lei Municipal Complementar n. 080/2007 prevê a possibilidade da Administração em regime suplementar e temporário alterar a carga horária dos professores desde que preenchidos os requisitos (ar. 17,§3º);

CONSIDERANDO, que o assunto já foi debatido pelo Tribunal de Contas deste Estado, no Prejulgado 1449, sessão em 22.09.2003 e assim decidido:

"A alteração da carga horária de servidor público é assunto de interesse local, sendo de competência dos municípios disciplinar acerca da matéria, conforme determina o inciso I do art. 30 da Constituição Federal.

No regime estatutário, o Município detém poder discricionário para unilateralmente, mediante lei formal, modificar as condições do serviço e a remuneração dos ocupantes de cargos públicos, inclusive a carga horária de trabalho, a cujo cumprimento estão eles obrigados, haja vista não terem direito adquirido em relação a ela, salvo se a lei que regulamentar sua alteração dispuser de modo diverso. (...)"

DECRETA:

Art. 1º. - Fica alterada a carga horária da servidora pública municipal Sra. IVETE THEODORO, matrícula 748, PROFESSORA, com 20:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, para responder temporariamente por mais 20:00 horas.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeito retroativo a partir do dia 04 de fevereiro de 2014.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 21 DE FEVEREIRO DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

**Decreto 241/2014**

DECRETO Nº 241/2014, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2014.

**"ALTERA CARGA HORARIA TEMPORARIAMENTE COMO ESPECIALISTA"**

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

CONSIDERANDO, a necessidade contratação de novos professores,

em regime suplementar e temporário;

CONSIDERANDO, que o art. 17 da Lei Municipal Complementar n. 080/2007 prevê a possibilidade da Administração em regime suplementar e temporário alterar a carga horária dos professores desde que preenchidos os requisitos (ar. 17,§3º);

CONSIDERANDO, que o assunto já foi debatido pelo Tribunal de Contas deste Estado, no Prejulgado 1449, sessão em 22.09.2003 e assim decidido:

"A alteração da carga horária de servidor público é assunto de interesse local, sendo de competência dos municípios disciplinar acerca da matéria, conforme determina o inciso I do art. 30 da Constituição Federal.

No regime estatutário, o Município detém poder discricionário para unilateralmente, mediante lei formal, modificar as condições do serviço e a remuneração dos ocupantes de cargos públicos, inclusive a carga horária de trabalho, a cujo cumprimento estão eles obrigados, haja vista não terem direito adquirido em relação a ela, salvo se a lei que regulamentar sua alteração dispuser de modo diverso. (...)"

DECRETA:

Art. 1º. - Fica alterada a carga horária da servidora pública municipal Sra. MARILUCIA SALETE ONGARATTO MARIANI, matrícula 6048, PROFESSORA, com 20:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, para responder temporariamente por mais 20:00 horas.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeito retroativo a partir do dia 04 de fevereiro de 2014.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 21 DE FEVEREIRO DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

**Decreto 242/2014**

DECRETO Nº 242/2014, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2014.

**"ALTERA CARGA HORARIA TEMPORARIAMENTE COMO ESPECIALISTA"**

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

CONSIDERANDO, a necessidade contratação de novos professores, em regime suplementar e temporário;

CONSIDERANDO, que o art. 17 da Lei Municipal Complementar n. 080/2007 prevê a possibilidade da Administração em regime suplementar e temporário alterar a carga horária dos professores desde que preenchidos os requisitos (ar. 17,§3º);

CONSIDERANDO, que o assunto já foi debatido pelo Tribunal de Contas deste Estado, no Prejulgado 1449, sessão em 22.09.2003 e assim decidido:

"A alteração da carga horária de servidor público é assunto de interesse local, sendo de competência dos municípios disciplinar acerca da matéria, conforme determina o inciso I do art. 30 da Constituição Federal.

No regime estatutário, o Município detém poder discricionário para unilateralmente, mediante lei formal, modificar as condições do serviço e a remuneração dos ocupantes de cargos públicos, inclusive a carga horária de trabalho, a cujo cumprimento estão eles obrigados, haja vista não terem direito adquirido em relação a ela, salvo se a lei que regulamentar sua alteração dispuser de modo diverso. (...)".

**DECRETA:**

Art. 1º. - Fica alterada a carga horária da servidora pública municipal Sra. SILMARA BASI, matrícula 6051, PROFESSORA, com 20:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, para responder temporariamente por mais 20:00 horas.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeito retroativo a partir do dia 04 de fevereiro de 2014.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 21 DE FEVEREIRO DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

**Decreto 243/2014**

DECRETO Nº 243/2014, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2014.

"ALTERA CARGA HORARIA TEMPORARIAMENTE COMO ESPECIFICA"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

CONSIDERANDO, a necessidade contratação de novos professores, em regime suplementar e temporário;

CONSIDERANDO, que o art. 17 da Lei Municipal Complementar n. 080/2007 prevê a possibilidade da Administração em regime suplementar e temporário alterar a carga horária dos professores desde que preenchidos os requisitos (ar. 17,§3º);

CONSIDERANDO, que o assunto já foi debatido pelo Tribunal de Contas deste Estado, no Prejulgado 1449, sessão em 22.09.2003 e assim decidido:

"A alteração da carga horária de servidor público é assunto de interesse local, sendo de competência dos municípios disciplinar acerca da matéria, conforme determina o inciso I do art. 30 da Constituição Federal.

No regime estatutário, o Município detém poder discricionário para unilateralmente, mediante lei formal, modificar as condições do serviço e a remuneração dos ocupantes de cargos públicos, inclusive a carga horária de trabalho, a cujo cumprimento estão eles obrigados, haja vista não terem direito adquirido em relação a ela, salvo se a lei que regulamentar sua alteração dispuser de modo

diverso. (...)".

**DECRETA:**

Art. 1º. - Fica alterada a carga horária da servidora pública municipal Sra. DILCE DA SILVA CARDORI, matrícula 751, PROFESSORA, com 20:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, para responder temporariamente por mais 20:00 horas.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeito retroativo a partir do dia 04 de fevereiro de 2014.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 21 DE FEVEREIRO DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

**Decreto 244/2014**

DECRETO Nº 244/2014, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2014.

"ALTERA CARGA HORARIA TEMPORARIAMENTE COMO ESPECIFICA"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

CONSIDERANDO, a necessidade contratação de novos professores, em regime suplementar e temporário;

CONSIDERANDO, que o art. 17 da Lei Municipal Complementar n. 080/2007 prevê a possibilidade da Administração em regime suplementar e temporário alterar a carga horária dos professores desde que preenchidos os requisitos (ar. 17,§3º);

CONSIDERANDO, que o assunto já foi debatido pelo Tribunal de Contas deste Estado, no Prejulgado 1449, sessão em 22.09.2003 e assim decidido:

"A alteração da carga horária de servidor público é assunto de interesse local, sendo de competência dos municípios disciplinar acerca da matéria, conforme determina o inciso I do art. 30 da Constituição Federal.

No regime estatutário, o Município detém poder discricionário para unilateralmente, mediante lei formal, modificar as condições do serviço e a remuneração dos ocupantes de cargos públicos, inclusive a carga horária de trabalho, a cujo cumprimento estão eles obrigados, haja vista não terem direito adquirido em relação a ela, salvo se a lei que regulamentar sua alteração dispuser de modo diverso. (...)".

**DECRETA:**

Art. 1º. - Fica alterada a carga horária da servidora pública municipal Sra. MARISTELA MARIA SANTIN LOVISON, matrícula 5822, PROFESSORA, com 20:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, para responder temporariamente por mais 20:00 horas.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento

vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeito retroativo a partir do dia 04 de fevereiro de 2014.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 21 DE FEVEREIRO DE 2014.  
EDUARDO COPPINI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

#### **Decreto 245/2014**

DECRETO Nº 245/2014, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2014.  
"ALTERA CARGA HORARIA TEMPORARIAMENTE COMO ESPECIALISTA"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

CONSIDERANDO, a necessidade contratação de novos professores, em regime suplementar e temporário;

CONSIDERANDO, que o art. 17 da Lei Municipal Complementar n. 080/2007 prevê a possibilidade da Administração em regime suplementar e temporário alterar a carga horária dos professores desde que preenchidos os requisitos (ar. 17,§3º);

CONSIDERANDO, que o assunto já foi debatido pelo Tribunal de Contas deste Estado, no Prejulgado 1449, sessão em 22.09.2003 e assim decidido:

"A alteração da carga horária de servidor público é assunto de interesse local, sendo de competência dos municípios disciplinar acerca da matéria, conforme determina o inciso I do art. 30 da Constituição Federal.

No regime estatutário, o Município detém poder discricionário para unilateralmente, mediante lei formal, modificar as condições do serviço e a remuneração dos ocupantes de cargos públicos, inclusive a carga horária de trabalho, a cujo cumprimento estão eles obrigados, haja vista não terem direito adquirido em relação a ela, salvo se a lei que regulamentar sua alteração dispuser de modo diverso. (...)".

#### **DECRETA:**

Art. 1º. - Fica alterada a carga horária da servidora pública municipal Sra. DAIANE APARECIDA BASI, matrícula 5821, PROFESSORA, com 20:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, para responder temporariamente por mais 20:00 horas.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeito retroativo a partir do dia 04 de fevereiro de 2014.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 21 DE FEVEREIRO DE 2014.

EDUARDO COPPINI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

#### **Decreto 246/2014**

DECRETO Nº 246/2014, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2014.  
"ALTERA CARGA HORARIA TEMPORARIAMENTE COMO ESPECIALISTA"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

CONSIDERANDO, a necessidade contratação de novos professores, em regime suplementar e temporário;

CONSIDERANDO, que o art. 17 da Lei Municipal Complementar n. 080/2007 prevê a possibilidade da Administração em regime suplementar e temporário alterar a carga horária dos professores desde que preenchidos os requisitos (ar. 17,§3º);

CONSIDERANDO, que o assunto já foi debatido pelo Tribunal de Contas deste Estado, no Prejulgado 1449, sessão em 22.09.2003 e assim decidido:

"A alteração da carga horária de servidor público é assunto de interesse local, sendo de competência dos municípios disciplinar acerca da matéria, conforme determina o inciso I do art. 30 da Constituição Federal.

No regime estatutário, o Município detém poder discricionário para unilateralmente, mediante lei formal, modificar as condições do serviço e a remuneração dos ocupantes de cargos públicos, inclusive a carga horária de trabalho, a cujo cumprimento estão eles obrigados, haja vista não terem direito adquirido em relação a ela, salvo se a lei que regulamentar sua alteração dispuser de modo diverso. (...)".

#### **DECRETA:**

Art. 1º. - Fica alterada a carga horária da servidora pública municipal Sra. LUCIANA BARBOSA GONÇALVES, matrícula 753, PROFESSORA, com 20:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, para responder temporariamente por mais 20:00 horas.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeito retroativo a partir do dia 04 de fevereiro de 2014.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 21 DE FEVEREIRO DE 2014.

EDUARDO COPPINI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.



**Decreto 247/2014**

DECRETO Nº 247/2014, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2014.

**"ALTERA CARGA HORARIA TEMPORARIAMENTE COMO ESPECIALISTA"**

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

CONSIDERANDO, a necessidade contratação de novos professores, em regime suplementar e temporário;

CONSIDERANDO, que o art. 17 da Lei Municipal Complementar n. 080/2007 prevê a possibilidade da Administração em regime suplementar e temporário alterar a carga horária dos professores desde que preenchidos os requisitos (ar. 17,§3º);

CONSIDERANDO, que o assunto já foi debatido pelo Tribunal de Contas deste Estado, no Prejulgado 1449, sessão em 22.09.2003 e assim decidido:

"A alteração da carga horária de servidor público é assunto de interesse local, sendo de competência dos municípios disciplinar acerca da matéria, conforme determina o inciso I do art. 30 da Constituição Federal.

No regime estatutário, o Município detém poder discricionário para unilateralmente, mediante lei formal, modificar as condições do serviço e a remuneração dos ocupantes de cargos públicos, inclusive a carga horária de trabalho, a cujo cumprimento estão eles obrigados, haja vista não terem direito adquirido em relação a ela, salvo se a lei que regulamentar sua alteração dispuser de modo diverso. (...)"

DECRETA:

Art. 1º. - Fica alterada a carga horária da servidora pública municipal Sra. IVANDA BASI, matrícula 754, PROFESSORA, com 20:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, para responder temporariamente por mais 20:00 horas.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeito retroativo a partir do dia 04 de fevereiro de 2014.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 21 DE FEVEREIRO DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

**Decreto 248/2014**

DECRETO Nº 248/2014, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2014.

**"ALTERA CARGA HORARIA TEMPORARIAMENTE COMO ESPECIALISTA"**

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

CONSIDERANDO, a necessidade contratação de novos professores,

em regime suplementar e temporário;

CONSIDERANDO, que o art. 17 da Lei Municipal Complementar n. 080/2007 prevê a possibilidade da Administração em regime suplementar e temporário alterar a carga horária dos professores desde que preenchidos os requisitos (ar. 17,§3º);

CONSIDERANDO, que o assunto já foi debatido pelo Tribunal de Contas deste Estado, no Prejulgado 1449, sessão em 22.09.2003 e assim decidido:

"A alteração da carga horária de servidor público é assunto de interesse local, sendo de competência dos municípios disciplinar acerca da matéria, conforme determina o inciso I do art. 30 da Constituição Federal.

No regime estatutário, o Município detém poder discricionário para unilateralmente, mediante lei formal, modificar as condições do serviço e a remuneração dos ocupantes de cargos públicos, inclusive a carga horária de trabalho, a cujo cumprimento estão eles obrigados, haja vista não terem direito adquirido em relação a ela, salvo se a lei que regulamentar sua alteração dispuser de modo diverso. (...)"

DECRETA:

Art. 1º. - Fica alterada a carga horária da servidora pública municipal Sra. MARIA RIBAK, matrícula 5046, PROFESSORA, com 20:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, para responder temporariamente por mais 20:00 horas.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeito retroativo a partir do dia 04 de fevereiro de 2014.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 21 DE FEVEREIRO DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

**Decreto 249/2014**

DECRETO Nº 249/2014, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2014.

**"ALTERA CARGA HORARIA TEMPORARIAMENTE COMO ESPECIALISTA"**

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

CONSIDERANDO, a necessidade contratação de novos professores, em regime suplementar e temporário;

CONSIDERANDO, que o art. 17 da Lei Municipal Complementar n. 080/2007 prevê a possibilidade da Administração em regime suplementar e temporário alterar a carga horária dos professores desde que preenchidos os requisitos (ar. 17,§3º);

CONSIDERANDO, que o assunto já foi debatido pelo Tribunal de Contas deste Estado, no Prejulgado 1449, sessão em 22.09.2003 e assim decidido:

"A alteração da carga horária de servidor público é assunto de interesse local, sendo de competência dos municípios disciplinar acerca da matéria, conforme determina o inciso I do art. 30 da Constituição Federal.

No regime estatutário, o Município detém poder discricionário para unilateralmente, mediante lei formal, modificar as condições do serviço e a remuneração dos ocupantes de cargos públicos, inclusive a carga horária de trabalho, a cujo cumprimento estão eles obrigados, haja vista não terem direito adquirido em relação a ela, salvo se a lei que regulamentar sua alteração dispuser de modo diverso. (...)".

**DECRETA:**

Art. 1º. - Fica alterada a carga horária da servidora pública municipal Sra. JEQUELIA DIAVÃO BERTOL, matrícula 5816, PROFESSORA, com 20:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, para responder temporariamente por mais 20:00 horas.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeito retroativo a partir do dia 03 de fevereiro de 2014.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 21 DE FEVEREIRO DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

**Decreto 250/2014**

DECRETO Nº 250/2014, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2014.

"ALTERA CARGA HORARIA TEMPORARIAMENTE COMO ESPECIFICA"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

CONSIDERANDO, a necessidade contratação de novos professores, em regime suplementar e temporário;

CONSIDERANDO, que o art. 17 da Lei Municipal Complementar n. 080/2007 prevê a possibilidade da Administração em regime suplementar e temporário alterar a carga horária dos professores desde que preenchidos os requisitos (ar. 17,§3º);

CONSIDERANDO, que o assunto já foi debatido pelo Tribunal de Contas deste Estado, no Prejulgado 1449, sessão em 22.09.2003 e assim decidido:

"A alteração da carga horária de servidor público é assunto de interesse local, sendo de competência dos municípios disciplinar acerca da matéria, conforme determina o inciso I do art. 30 da Constituição Federal.

No regime estatutário, o Município detém poder discricionário para unilateralmente, mediante lei formal, modificar as condições do serviço e a remuneração dos ocupantes de cargos públicos, inclusive a carga horária de trabalho, a cujo cumprimento estão eles obrigados, haja vista não terem direito adquirido em relação a ela, salvo se a lei que regulamentar sua alteração dispuser de modo

diverso. (...)".

**DECRETA:**

Art. 1º. - Fica alterada a carga horária da servidora pública municipal Sra. ANA PAULA TUSSI, matrícula 5809, PROFESSORA, com 20:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, para responder temporariamente por mais 20:00 horas.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeito retroativo a partir do dia 03 de fevereiro de 2014.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 21 DE FEVEREIRO DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

**Decreto 251/2014**

DECRETO Nº 251/2014, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2014.

"ALTERA CARGA HORARIA TEMPORARIAMENTE COMO ESPECIFICA"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

CONSIDERANDO, a necessidade contratação de novos professores, em regime suplementar e temporário;

CONSIDERANDO, que o art. 17 da Lei Municipal Complementar n. 080/2007 prevê a possibilidade da Administração em regime suplementar e temporário alterar a carga horária dos professores desde que preenchidos os requisitos (ar. 17,§3º);

CONSIDERANDO, que o assunto já foi debatido pelo Tribunal de Contas deste Estado, no Prejulgado 1449, sessão em 22.09.2003 e assim decidido:

"A alteração da carga horária de servidor público é assunto de interesse local, sendo de competência dos municípios disciplinar acerca da matéria, conforme determina o inciso I do art. 30 da Constituição Federal.

No regime estatutário, o Município detém poder discricionário para unilateralmente, mediante lei formal, modificar as condições do serviço e a remuneração dos ocupantes de cargos públicos, inclusive a carga horária de trabalho, a cujo cumprimento estão eles obrigados, haja vista não terem direito adquirido em relação a ela, salvo se a lei que regulamentar sua alteração dispuser de modo diverso. (...)".

**DECRETA:**

Art. 1º. - Fica alterada a carga horária do servidor público municipal Sr. ALEXANDRO GUIDINI, matrícula 5083, PROFESSOR, com 20:00 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, para responder temporariamente por mais 30:00 horas.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento

vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeito retroativo a partir do dia 03 de fevereiro de 2014.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 21 DE FEVEREIRO DE 2014.  
EDUARDO COPPINI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

#### **Decreto 252/2014**

DECRETO Nº 252/2014, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2014.  
"EXONERA SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

EXONERA:

Art. 1º - Fica exonerado a partir do dia 24 de fevereiro de 2014 o Servidor Público Municipal Sr. JOSÉ RIBEIRO NETO, matrícula 6258, ocupante do cargo em comissão de CHEFE DE SETOR, com 44:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Transportes e Obras.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 24 DE FEVEREIRO DE 2014.  
EDUARDO COPPINI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

#### **Decreto 253/2014**

DECRETO Nº 253/2014, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2014.  
"EXONERA SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

EXONERA:

Art. 1º - Fica exonerado a partir do dia 28 de fevereiro de 2014 o Servidor Público Municipal Sr. DEONIR IVO CALZA, matrícula 1516, ocupante do cargo em comissão de ASSESSOR, com 44:00 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação,

revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 24 DE FEVEREIRO DE 2014.  
EDUARDO COPPINI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

#### **Decreto 254/2014**

DECRETO Nº 254/2014, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2014.  
"EXONERA SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

EXONERA:

Art. 1º - Fica exonerada a partir do dia 28 de fevereiro de 2014 a Servidora Pública Municipal Sra. ALESSANDRA DAIANE ANDOGNINI, matrícula 1456, ocupante do cargo de TESOUREIRA, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 24 DE FEVEREIRO DE 2014.  
EDUARDO COPPINI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

#### **Decreto 255/2014**

DECRETO Nº 255/2014, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2014.  
"EXONERA SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

EXONERA A PEDIDO:

Art. 1º - Fica exonerado a partir do dia 28 de fevereiro de 2014 o Servidor Público Municipal Sr. JUCIMAR LUIZ CANONICA, matrícula 5698, ocupante do cargo efetivo de MOTORISTA DE AMBULÂNCIA, com 44:00 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.



GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 24 DE FEVEREIRO DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

### **Decreto 256/2014**

DECRETO Nº 256/2014, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2014.

“CONCEDE LICENÇA GESTAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida licença gestação a Funcionária Pública Municipal Sra. CATIANE FROZZA BELLE, Matrícula 6023, ocupante do cargo em comissão de ASSISTENTE, com 44:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Agricultura, por um período de 180 (cento e oitenta) dias, conforme atestado médico em anexo, a contar do dia 14 de fevereiro de 2014.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos a partir do dia 14 de dezembro de 2014.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 24 DE FEVEREIRO DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

### **Decreto 257/2014**

DECRETO Nº 257/2014 DE 24 DE FEVEREIRO DE 2014.

“CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida férias a Servidora Pública Municipal Sra. SUELI VASCONCELLOS MARTINS, Matrícula 5747 ocupante do cargo efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS (44:00 horas semanais), lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, por um período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 01 de dezembro de 2012 a 30 de novembro de 2013, e que serão gozadas de 26 de fevereiro a 27 de março de 2014.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 24 DE FEVEREIRO DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

### **Decreto 258//2014**

DECRETO Nº 258/2014 DE 24 DE FEVEREIRO DE 2014.

“CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida férias a Servidora Pública Municipal Sra. GABRIELA PAVELSKI, Matrícula 1428 ocupante do cargo efetivo de ENFERMEIRA (44:00 horas semanais), lotada na Secretaria Municipal de Saúde, por um período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 05 de julho de 2012 a 04 de julho de 2013, e que serão gozadas de 05 de março a 03 de abril de 2014.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 24 DE FEVEREIRO DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

### **Decreto 259/2014**

DECRETO Nº 259/2014 DE 24 DE FEVEREIRO DE 2014.

“CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida férias ao Servidor Público Municipal Sr. IVANIR VICCARI, Matrícula 848 ocupante do cargo efetivo de MOTORISTA (44:00 horas semanais), lotado na Secretaria Municipal de Saúde, por um período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 18 de fevereiro de 2013 a 17 de fevereiro de 2014, e que serão gozadas de 06 de março a 05 de abril de 2014.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 24 DE FEVEREIRO DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

### **Decreto 260/2014**

DECRETO Nº 260/2014 DE 24 DE FEVEREIRO DE 2014.

“CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida férias ao Servidor Público Municipal Sr. RONIVALDO DE OLIVEIRA, Matrícula 1178 ocupante do cargo efetivo de FISCAL FAZENDÁRIO (44:00 horas semanais), lotado na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, por um período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 02 de junho de 2012 a 01 de junho de 2013, e que serão gozadas de 05 de março a 03 de abril de 2014.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 24 DE FEVEREIRO DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

### **Decreto 261/2014**

DECRETO Nº 261/2014 DE 24 DE FEVEREIRO DE 2014.

“CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida férias a Servidora Pública Municipal Sra. DIEINI RIBEIRO, Matrícula 1176 ocupante do cargo efetivo de FISCAL DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA (40:00 horas semanais), lotada na Secretaria Municipal de Saúde, por um período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 05 de maio de 2013 a 04 de maio de 2014, e que serão gozadas de 05 de março a 03 de abril de 2014.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 24 DE FEVEREIRO DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

### **Decreto 262/2014**

DECRETO Nº 262/2014 DE 24 DE FEVEREIRO DE 2014.

“CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida férias ao Servidor Público Municipal Sr. MARCELO SANDRO CHIBICEHSKI, Matrícula 6034 ocupante do cargo de CONSELHEIRO TUTELAR lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social, por um período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2013, e que serão gozadas de 10 de março a 08 de abril de 2014.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 24 DE FEVEREIRO DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

### **Decreto 263/2014**

DECRETO Nº 263/2014 DE 24 DE FEVEREIRO DE 2014.

“INTERROMPE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

CONSIDERANDO a necessidade do serviço público;

DECRETA:

Art. 1º - Fica interrompida a partir do dia 27 de fevereiro de 2014 as férias do servidor público municipal Sr. GILBERTO FRIGHETTO, Matrícula 783 ocupante do cargo efetivo de ADMINISTRADOR (40:00 horas semanais), lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 24 DE FEVEREIRO DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

#### **Decreto 264/2014**

DECRETO Nº 264/2014, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2014.

“NOMEIA SERVIDOR APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO.”

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

CONSIDERANDO a classificação obtida no Concurso Público nº 001/2013 e respectivo Edital de Chamamento;

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado a partir do dia 05 de março de 2014 em razão de aprovação em concurso público o Sr. RODRIGO PECINATO GIRARDI, portador do RG n. 4.971.336 e do CPF n. 057.845.029-13, para exercer o cargo efetivo de TESOUREIRO, com 40:00 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução deste Decreto correrão à conta da dotação própria consignada no orçamento vigente e futuros.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 24 DE FEVEREIRO DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

#### **Decreto 265/2014**

DECRETO Nº 265/2014 DE 24 DE FEVEREIRO DE 2014.

“INTERROMPE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

CONSIDERANDO a necessidade do serviço público;

DECRETA:

Art. 1º - Fica interrompida a partir desta data as férias do servidor público municipal Sr. LEANDRO BALDISSERA, Matrícula 6007, ocupante do cargo de CONSULTOR JURIDICO (40:00 horas semanais), lotado na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 24 DE FEVEREIRO DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

#### **Decreto 266/2014**

DECRETO Nº 266/2014, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2014.

NOMEIA CHEFE DE SETOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a partir do dia 05 de março de 2014 a Sra. LUCIANA GOMES, portadora da Carteira de Identidade n. 4.950.632-3 e do CPF n. 051.142.899-50, para exercer o cargo de provimento em comissão de CHEFE DE SETOR, Padrão “CC”, Nível “05”, com 44:00 horas/semanais, lotada na Secretaria Municipal de Agricultura.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 24 DE FEVEREIRO DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

#### **Decreto 267/2014**

DECRETO Nº 267/2014, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2014.

“PRORROGA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE”.

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal Interino de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica prorrogada a Licença para Tratamento de Saúde da Funcionária Pública Municipal Sra. CATARINA IVANIR CORONETTI, Matrícula 773, TÉCNICA EM ENFERMAGEM, com 40:00 horas/semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - O benefício foi concedido até o dia 30 de abril de 2014, conforme comunicado de decisão em anexo, podendo ainda a servidora se considerar incapacitada para o trabalho, requerer novo exame medico pericial, mediante formalização pedido de prorrogação.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 24 DE FEVEREIRO DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

### Decreto 268/2014

DECRETO Nº 268/2014, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2014.

"EXONERA SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

EXONERA A PEDIDO:

Art. 1º - Fica exonerada a partir do dia 25 de fevereiro de 2014 a Servidora Pública Municipal Sra. LEDIANE FATIMA DA COSTA, matrícula 5805, ocupante do cargo efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com 44:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 24 DE FEVEREIRO DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

### Decreto 269/2014

DECRETO Nº 269/2014, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2014.

EXONERA SERVIDORES CONTRATADOS EM CARÁTER TEMPORÁRIO."

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º Ficam exonerados a partir do dia 28 de fevereiro de 2014 os servidores abaixo relacionados:

MATRICULA	NOME	SECRETARIA DE LOTAÇÃO
1510	KATIA DE SOUZA	SERVIÇOS URBANOS
1506	JONAS CEZAR DE SOUZA	TRANSPORTES E OBRAS
1513	PAULO MARCELO DE CARVALHO	AGRICULTURA

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 24 DE FEVEREIRO DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei

### Decreto 270/2014

DECRETO Nº 270/2014, DE 05 DE MARÇO DE 2014.

"NOMEIA SERVIDORA APROVADA EM CONCURSO PÚBLICO."

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

CONSIDERANDO a classificação obtida no Concurso Público nº 001/2013 e respectivo Edital de Chamamento;

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a partir do dia 06 de março de 2014 em razão de aprovação em concurso público a Sra. VANESSA MARIA OLTRAMARI, portadora do RG n. 4.850.286-3 e do CPF n. 049.071.959-74, para exercer o cargo efetivo de FISIOTERAPEUTA, com 20:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução deste Decreto correrão à conta da dotação própria consignada no orçamento vigente e futuros.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 05 DE MARÇO DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

### Decreto 271/2014

DECRETO Nº 271/2014, DE 05 DE MARÇO DE 2014.

"NOMEIA SERVIDOR APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO."

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

CONSIDERANDO a classificação obtida no Concurso Público nº 001/2013 e respectivo Edital de Chamamento;

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado em razão de aprovação em concurso público o Sr. PAULO MARCELO DE CARVALHO, portador do RG n. 5.458-727-1 e do CPF n.069.440.709-79, para exercer o cargo efetivo de OPERADOR DE TRATOR AGRÍCOLA, com 44:00 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução deste Decreto correrão à conta da dotação própria consignada no orçamento vigente e futuros.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 05 DE MARÇO DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

### **Decreto 272/2014**

DECRETO Nº 272/2014, DE 05 DE MARÇO DE 2014.

“NOMEIA SERVIDOR APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO.”

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

CONSIDERANDO a classificação obtida no Concurso Público nº 001/2013 e respectivo Edital de Chamamento;

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado em razão de aprovação em concurso público o Sr. JONAS CESAR DE SOUZA, portador do RG n. 5.143.597 e do CPF n. 069.523.559-10, para exercer o cargo efetivo de OPERADOR DE MINIESCAVADEIRA, com 40:00 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Serviços Urbanos.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução deste Decreto correrão à conta da dotação própria consignada no orçamento vigente e futuros.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 05 DE MARÇO DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

### **Decreto 273/2014**

DECRETO Nº 273/2014, DE 05 DE MARÇO DE 2014.

“CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do município de Ponte Serrada, combinada com a Lei Municipal Complementar n. 082/2007 e:

CONSIDERANDO a aprovação e classificação no Processo Seletivo nº 003/2013 e respectivo Edital de Chamamento;

DECRETA:

Art. 1º - Fica contratada a Sra. KATIA DE SOUZA, portadora do RG n. 6.028.601 e do CPF n. 005.385.049-19, para exercer o cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com 44:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Serviços Urbanos.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 05 DE MARÇO DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

### **Decreto 274/2014**

DECRETO Nº 274/2014, DE 05 DE MARÇO DE 2014.

“DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA”.

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do Município de Ponte Serrada e demais legislação de regência e,

CONSIDERANDO o previsto no Inciso IV, do Artigo 44º, da Lei Complementar nº 106/2010 de 14 de setembro de 2010;

DECRETA:

Art. 1º. - Fica nomeada a Servidora Pública Municipal Sra. ROSICLER TORMEN FERREIRA, Matrícula 913, AGENTE ADMINISTRATIVO, com 40:00 horas/semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, para responder pelo Cargo de Confiança, com Função Gratificada de 65% (sessenta e cinco por cento).

Art. 2º. - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos a partir do dia 01 de fevereiro de 2014.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 05 DE MARÇO DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

### **Decreto 275/2014**

DECRETO Nº 275/2014, DE 05 DE MARÇO DE 2014.

“DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o Artigo 61, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, Lei Federal n.º 4.320 de 17 de março de 1964 e Inciso “II” do art. 7º da Lei Municipal nº. 2.183, de 11 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º - Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito suplementar no valor de R\$ 160.812,31 (Cento e Sessenta Mil, Oitocentos e Doze Reais e Trinta e Um Centavos), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 03 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

03.01 - Departamento de Educação



13.392.1301.2.013 - Manutenção do Fundeb da Educação Básica  
Modalidade de Aplicação: 31900000

Fonte de Recursos: 00.03.19  
00 APLICAÇÕES DIRETAS - Valor: R\$ 160.812,31

Art. 2º. Para cobertura da suplementação de que trata o art. 1º serão utilizados recursos no valor de R\$ 160.812,31 (Cento e Sesenta Mil, Oitocentos e Doze Reais e Trinta e Um Centavos), provenientes do Superávit Financeiro apurado no Exercício de 2013, da Fonte de Recursos 0319 Programa Manutenção do Fundeb.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 05 DE MARÇO DE 2014.  
EDUARDO COPPINI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra, na forma da lei.

### **Decreto 276/2014**

DECRETO Nº 276/2014, DE 05 DE MARÇO DE 2014.  
"EXONERA SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

EXONERA A PEDIDO:

Art. 1º - Fica exonerada a Servidora Pública Municipal Sra. CAMILA GUIDINI, matrícula 6106, ocupante do cargo em comissão de DIRETORA, com 44:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos a partir do dia 28 de fevereiro de 2014.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 05 DE MARÇO DE 2014.  
EDUARDO COPPINI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

### **Decreto 277/2014**

DECRETO Nº 277/2014, DE 05 DE MARÇO DE 2014.  
NOMEIA CHEFE DE SETOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º. - Fica nomeado o Sr. ODIR FILIPINI, matrícula 760, para exercer o cargo de provimento em comissão de CHEFE DE SETOR,

Padrão "CC", Nível "05", com 40:00 horas/semanais, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos a partir do dia 18 de fevereiro de 2014.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 05 DE MARÇO DE 2014.  
EDUARDO COPPINI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

### **Decreto 278/2014**

DECRETO Nº 278/2014 DE 05 DE MARÇO DE 2014.  
"INTERROMPE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

CONSIDERANDO a exoneração a pedido do motorista de ambulância Jucemar Canonica na data de 28 de fevereiro de 2014 lotado no SAMU;

CONSIDERANDO a necessidade do serviço público;

DECRETA:

Art. 1º. - Fica interrompida a partir do dia 06 de março de 2014 as férias do servidor público municipal Sr. IVANIR VICCARI, Matrícula 848, ocupante do cargo de MOTORISTA DE AMBULÂNCIA (44:00 horas semanais), lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 05 DE MARÇO DE 2014.  
EDUARDO COPPINI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

### **Decreto 279/2014**

DECRETO Nº 279/2014, DE 05 DE MARÇO DE 2014.  
NOMEIA DIRETOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º. - Fica nomeado a partir do dia 06 de março de 2014 o Sr. MAIKJOLI DANIEL DE FARIAS, portador do RG n. 4.180.766 e do CPF n. 066.367.589-88, para exercer o cargo de provimento em

comissão de DIRETOR, Padrão "CC", Nível "05", com 44:00 horas/semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 05 DE MARÇO DE 2014.  
EDUARDO COPPINI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

### **Decreto 280/2014**

DECRETO Nº 280/2014, DE 05 DE MARÇO DE 2014.  
NOMEIA CHEFE DE SETOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º. - Fica nomeado a partir do dia 10 de março de 2014 o Sr. JOSÉ RIBEIRO NETO, portador da Carteira de Identidade n. 11R 290530 e do CPF n. 168.137.079-49, para exercer o cargo de provimento em comissão de CHEFE DE SETOR, Padrão "CC", Nível "05", com 44:00 horas/semanais, lotado na Secretaria Municipal de Transportes e Obras.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 05 DE MARÇO DE 2014.  
EDUARDO COPPINI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

### **Decreto 281/2014**

DECRETO Nº 281/2014, DE 05 DE MARÇO DE 2014.  
"CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do município de Ponte Serrada, combinada com a Lei Municipal Complementar n. 082/2007 e:  
CONSIDERANDO a aprovação e classificação no Processo Seletivo nº 003/2013 e respectivo Edital de Chamamento;

DECRETA:

Art. 1º - Fica contratada a Sra. MARIZETE GASPARINI BORGES DE JESUS, portadora do RG n. 3.232.550 e do CPF n. 005.384.399-12, para exercer o cargo de PROFESSORA CARGO EM EXTINÇÃO, com

30:00 (trinta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos a partir do dia 12 de fevereiro de 2014.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 05 DE MARÇO DE 2014.  
EDUARDO COPPINI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

### **Decreto 282/2014**

DECRETO Nº 282/2014, DE 05 DE MARÇO DE 2014.  
"CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do município de Ponte Serrada, combinada com a Lei Municipal Complementar n. 082/2007 e:  
CONSIDERANDO a aprovação e classificação no Processo Seletivo nº 003/2013 e respectivo Edital de Chamamento;

DECRETA:

Art. 1º - Fica contratada a Sra. LUZIANE MARQUES DOS SANTOS, portadora do RG n. 3.955.877 e do CPF n. 010.110.029-90, para exercer o cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com 44:00 (quarenta e quatro) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos a partir do dia 12 de fevereiro de 2014.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 05 DE MARÇO DE 2014.  
EDUARDO COPPINI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

### **Decretos 284/2014**

DECRETO Nº 284/2014, DE 05 DE MARÇO DE 2014.  
"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida férias ao Servidor Público Municipal Sr. GILSON MARCANSONI, Matrícula 940 ocupante do cargo em efetivo de MOTORISTA, com 44:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, por um período de 30 (trinta) dias, referente a período aquisitivo de 20 de



julho de 2012 a 19 de julho de 2013, e que serão gozadas de 28 de fevereiro de 2014 a 28 de março de 2014.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos a partir do dia 28 de fevereiro de 2014.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 05 DE MARÇO DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

### **Decreto 285/2014**

DECRETO Nº 285/2014, DE 05 DE MARÇO DE 2014.

"EXONERA SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

EXONERA A PEDIDO:

Art. 1º - Fica exonerada a partir do dia 10 de março de 2014 a Servidora Pública Municipal Sra. FABIANA PADILHA, matrícula 1474, ocupante do cargo de AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 05 DE MARÇO DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

### **Decreto 286/2014**

DECRETO Nº 286/2014, DE 05 DE MARÇO DE 2014.

"NOMEIA ASSESSORA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º. - Fica nomeada a Sra. ALESSANDRA DAIANE ANDOGNINI, portadora da Carteira de Identidade n. 3.208.521 e do CPF 019.435.799-62, para exercer o cargo de provimento em comissão de ASSESSORA, Padrão "CC", Nível "04", com 44:00 horas/semanais, lotada na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento

vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 05 DE MARÇO DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

### **Decreto 287/2014**

DECRETO Nº 287/2014, DE 05 DE MARÇO DE 2014.

"NOMEIA ASSESSOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º. - Fica nomeado o Sr. TIAGO SILVA PINTO, portador da Carteira de Identidade n. 4.310.527 e do CPF 075.624.059-05, para exercer o cargo de provimento em comissão de ASSESSOR, Padrão "CC", Nível "04", com 44:00 horas/semanais, lotado na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos a partir do dia 01 de março de 2014.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 05 DE MARÇO DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

### **Decreto 288/2014**

DECRETO Nº 288/2014, DE 05 DE MARÇO DE 2014.

"CONCEDE LIÇENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida a Licença para Tratamento de Saúde da Funcionária Pública Municipal Sra. TEREZINHA QUISTER, Matrícula 5733, AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com 44:00 horas/semanais, lotada na Secretaria Municipal de Serviços Urbanos.

Art. 2º - O período do atestado médico é de 60 (sessenta dias) dias, a contar do dia 31 de janeiro de 2014, conforme cópia em anexo, sendo que a data da licença para tratamento poderá ser prorrogada ou reduzida conforme decisão da perícia medica a ser realizada pelo INSS.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento

vigente.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 05 DE MARÇO DE 2014.  
EDUARDO COPPINI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

### **Decreto 289**

DECRETO Nº 289/2014, DE 05 DE MARÇO DE 2014.

"EXONERA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

EXONERA:

Art. 1º - Fica exonerada a partir do dia 07 de março de 2014 a Servidora Pública Municipal Sra. MARIA EROCY GHISLENI, matrícula 6202, ocupante do cargo de PROFESSORA, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 05 DE MARÇO DE 2014.  
EDUARDO COPPINI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

### **Decreto 290/2014**

DECRETO Nº 290/2014, DE 05 DE MARÇO DE 2014.

"EXONERA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

EXONERA:

Art. 1º - Fica exonerada a Servidora Pública Municipal Sra. CECILIA BORG ALVES PEREIRA, matrícula 6247, ocupante do cargo de PROFESSORA CARGO EM EXTINÇÃO, com 20:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, produzindo efeitos

retroativos a partir do dia 28 de fevereiro de 2014.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 05 DE MARÇO DE 2014.  
EDUARDO COPPINI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

### **Decreto 292/2014**

DECRETO Nº 292/2014, DE 05 DE MARÇO DE 2014.

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do Município de Ponte Serrada e demais legislação de regência e,  
CONSIDERANDO o previsto no Inciso IV, do Artigo 44º, da Lei Complementar nº 106/2010 de 14 de setembro de 2010;

DECRETA:

Art. 1º. - Fica nomeada a Servidora Pública Municipal Sra. JANICE DE FÁTIMA FARIAS, Matrícula 5697, ocupante do cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO, com 40:00 horas/semanais, lotada na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda para responder pelo Cargo de Confiança, com Função Gratificada de 65% (sessenta e cinco por cento).

Art. 2º. - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos a partir do dia 01 de março de 2014.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 05 DE MARÇO DE 2014.  
EDUARDO COPPINI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

### **Decreto 291/2014**

DECRETO Nº 291/2014, DE 05 DE MARÇO DE 2014.

"CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida a Licença para Tratamento de Saúde da Funcionária Pública Municipal Sra. SELIRIA KOCHER DAMACENO, Matrícula 6259, AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com 44:00 horas/semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - O período do atestado médico é de 90 dias, a contar do dia 24 de fevereiro de 2014, conforme cópia em anexo, sendo que a data da licença para tratamento poderá ser prorrogada ou reduzida conforme decisão da perícia médica a ser realizada pelo INSS.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto

correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 05 DE MARÇO DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

### **Decreto 293/2014**

DECRETO Nº 0293/2014, DE 11 DE MARÇO DE 2014.

"DESMEMBRA TERRENO URBANO, CONFORME ESPECIFICA".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais na forma da Lei Orgânica do Município de Ponte Serrada, combinada com as Leis nº 6.766/79 de 19 de dezembro de 1979 e Lei nº. 6.063/82 de 24 de maio de 1982.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aprovado o desmembramento de um terreno urbano, com área total de 739,40m², matrícula 3.371, CRI de Ponte Serrada, lote 11, parte da ch 92, localizado na Rua dos Pinheiros, do Bairro Cascatinha, cidade de Ponte Serrada - SC, de propriedade da Sra. IRES PESSIN PAGGI, conforme mapa e memorial descritivo anexo:

Art. 2º - Área remanescente denominada de lote 11A, com área total de 348,61m²;

Art. 3º - Lote desmembrado denominado de lote 11B, com área de 390,79m².

Art. 4º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 11 DE MARÇO DE 2014.

Registrado e publicado em data supra, na forma da lei.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

### **Decreto 294/2014**

DECRETO Nº 294/2014, DE 11 DE MARÇO DE 2014.

"CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL/VERTICAL CONFORME ESPECIFICA"

GILSON DAMACENO, Prefeito Municipal em Exercício de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,  
DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida a progressão horizontal/vertical, decorrente da participação em cursos de atualização e das progressões decorrentes da especialização aos servidores da área de Educação especificados no quadro a seguir transcrito, conforme segue:

MAT.	NOME	Progressão Anterior	Progressão Atual
940	GILSON MARCANSONI	52-A	52-C
961	VALDIR PAVELSKI	51-F	52-C
207	MARLENE APARECIDA VICENSI	525-C	525-D
900	ADRIANE SALETE MAGDÓLIO VIEIRA	525-B	525-E
746	CLEONICE MAXIMO DE OLIVEIRA FELTRIN	523-A	523-D
67	MARELIZA SANTANA NADZUCK DA SILVA	524-D	524-F
941	MARA LUCIA GRAEFF MAGDÓLIO	522-F	523-C
901	ELIANE RODRIGUES GALVÃO	526-A	526-D

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, produzindo efeito retroativo a partir de 01 de janeiro de 2014.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 11 DE MARÇO DE 2014.

GILSON DAMACENO

Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada em data supra.

### **Decreto 295/2014**

DECRETO Nº 295/2014, DE 11 DE MARÇO DE 2014.

"EXONERA SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

EXONERA A PEDIDO:

Art. 1º - Fica exonerado o Servidor Público Municipal Sr. ESTEVÃO JOSÉ MULLER ULIANO, matrícula 1490, ocupante do cargo de MÉDICO, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos a partir do dia 28 de fevereiro de 2014.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 11 DE MARÇO DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

### **Decreto 296/2014**

DECRETO Nº 296/2014, DE 11 DE MARÇO DE 2014.

"EXONERA SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

EXONERA A PEDIDO:

Art. 1º - Fica exonerada a Servidora Pública Municipal Sra. MARINA CONSTANTE DUTRA, matrícula 1489, ocupante do cargo de MÉDICA, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos a partir do dia 07 de março de 2014.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 11 DE MARÇO DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

### **Decreto 297/2014**

DECRETO Nº 297/2014, DE 11 DE MARÇO DE 2014.

"CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida a Licença para Tratamento de Saúde da Funcionária Pública Municipal Sra. ZELI DAMACENO, Matrícula 6190, AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com 44:00 horas/semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - O período do atestado médico é de 30 dias, a contar do dia 18 de fevereiro de 2014, conforme cópia em anexo, sendo que a data da licença para tratamento poderá ser prorrogada ou reduzida conforme decisão da perícia medica a ser realizada pelo INSS.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 11 DE MARÇO DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

### **Decreto 298/2014**

DECRETO Nº 298/2014, DE 11 DE MARÇO DE 2014.

"NOMEIA SERVIDORA APROVADA EM CONCURSO PÚBLICO."

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

CONSIDERANDO a classificação obtida no Concurso Público nº 001/2013 e respectivo Edital de Chamamento;

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada em razão de aprovação em concurso público, a Sra. FABIANA PADILHA, portadora do RG n. 5.696.910 e do CPF n. 068.152.479-02, para exercer o cargo efetivo de AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução deste Decreto correrão à conta da dotação própria consignada no orçamento vigente e futuros.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 11 DE MARÇO DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

### **Decreto 299/2014**

DECRETO Nº 299/2014, DE 11 DE MARÇO DE 2014.

"NOMEIA SERVIDOR APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO."

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

CONSIDERANDO a classificação obtida no Concurso Público nº 001/2013 e respectivo Edital de Chamamento;

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a partir do dia 17 de março de 2014, em razão de aprovação em concurso público, a Sra. CRISLENE ALVES, portadora do RG n. 5.215.034 e do CPF n. 071.125.069-30, para exercer o cargo efetivo de VIGIA, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução deste Decreto correrão à conta da dotação própria consignada no orçamento vigente e futuros.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 11 DE MARÇO DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

### **Decreto 300/2014**

DECRETO Nº 300/2014, DE 11 DE MARÇO DE 2014.

"NOMEIA SERVIDOR APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO."

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

CONSIDERANDO a classificação obtida no Concurso Público nº 001/2013 e respectivo Edital de Chamamento;

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado a partir do dia 17 de março de 2014, em razão de aprovação em concurso público, o Sr. JORANDIR BORGES MARTINS, portador do RG n. 2.439.198 e do CPF n. 693.170.469-91, para exercer o cargo efetivo de OPERADOR DE TRATOR ESTEIRA, com 44:00 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Transportes e Obras.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução deste Decreto correrão à conta da dotação própria consignada no orçamento vigente e futuros.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 11 DE MARÇO DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

### **Decreto 301/2014**

DECRETO Nº 301/2014, DE 11 DE MARÇO DE 2014.

"NOMEIA SERVIDOR APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO."

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

CONSIDERANDO a classificação obtida no Concurso Público nº 001/2013 e respectivo Edital de Chamamento;

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado a partir do dia 17 de março de 2014, em razão de aprovação em concurso público, o Sr. RONALDO ASSOLINI, portador do RG n. 6.475.866 e do CPF n. 008.642.849-77, para exercer o cargo efetivo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, com 40:00 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução deste Decreto correrão à conta da dotação própria consignada no orçamento vigente e futuros.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 11 DE MARÇO DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

### **Decreto 302/2014**

DECRETO Nº 302/2014, DE 11 DE MARÇO DE 2014.

"NOMEIA SERVIDOR APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO."

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

CONSIDERANDO a classificação obtida no Concurso Público nº 001/2013 e respectivo Edital de Chamamento;

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado a partir do dia 17 de março de 2014, em razão de aprovação em concurso público, o Sr. ROBSON ACUNHA, portador do RG n. 5.248.843 e do CPF n. 071.592.869-44, para exercer o cargo efetivo de AGENTE DE DEFESA CIVIL, com 40:00 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução deste Decreto correrão à conta da dotação própria consignada no orçamento vigente e futuros.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 11 DE MARÇO DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

### **Decreto 303/2014**

DECRETO Nº 303/2014 DE 11 DE MARÇO DE 2014.

"INTERROMPE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

CONSIDERANDO a necessidade do serviço público;

DECRETA:

Art. 1º - Fica interrompida as férias do servidor público municipal Sr. RONIVALDO DE OLIVEIRA, Matrícula 848, ocupante do cargo de FISCAL FAZENDÁRIO, lotado na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos a partir do dia 07 de março de 2014.



GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 11 DE MARÇO DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

### Decreto 304/2014

DECRETO Nº 304/2014 DE 11 DE MARÇO DE 2014.

"RETIFICA ATO APOSENTATÓRIO DO SERVIDOR ARTURO AMADORI, EXPRESSO NO DECRETO Nº 429/2009, DE 03 DE JULHO DE 2009, COM FUNDAMENTO NO OFÍCIO 693/2014 DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA-TCE."

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência e,

CONSIDERANDO, que o Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, ao analisar o pedido de registro da aposentadoria do Sr. Arturo Amadori na modalidade de aposentadoria por tempo de serviço, com proventos proporcionais, constatou o pagamento a menor do valor percebido pelo aposentado e determinou que este fosse retificado;

CONSIDERANDO, que o Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina apurou, com base no artigo 40, inciso III, alínea "c" da Constituição Federal, que os proventos proporcionais devem ser pagos no percentual de 91,51% (noventa e um vírgula cinquenta e um por cento) do vencimento base e do triênio percebido na ativa pelo servidor;

DECRETA:

Art.1º - Em cumprimento ao Ofício 693/2014, exarado no Processo APE-10/00722160, cujo objeto versa sobre o pedido de Registro de Aposentadoria junto ao Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina - TCE, fica retificado, a partir desta data, para 91,51% (noventa e um vírgula cinquenta e um por cento) o percentual dos proventos da aposentadoria proporcional por tempo de serviço, incidindo sobre o vencimento base e o triênio percebido na ativa pelo servidor Arturo Amadori.

Art.2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto n. 429/2009 de 03 de julho de 2009.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 11 DE MARÇO DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

### Decreto 305/2014

DECRETO Nº 305/2014, DE 11 DE MARÇO DE 2014.

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do Município de Ponte Serrada e demais legislação de regência e, CONSIDERANDO o previsto no Inciso IV, do Artigo 44º, da Lei Complementar nº 106/2010 de 14 de setembro de 2010;

DECRETA:

Art. 1º. - Fica nomeado o Servidor Público Municipal Sr. GINOMAR ALVES PEREIRA, Matrícula 5699, ocupante do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com 44:00 horas/semanais, lotado na Secretaria Municipal de Transportes e Obras para responder pelo Cargo de Confiança, com Função Gratificada de 65% (sessenta e cinco por cento).

Art. 2º. - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos a partir do dia 01 de março de 2014.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 11 DE MARÇO DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

### Decreto 306/2014

DECRETO Nº 306/2014, DE 11 DE MARÇO DE 2014.

"CONCEDE PROGRESSÃO DECORRENTE DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO E EFICIÊNCIA CONFORME ESPECIFICA".

GILSON DAMACENO, Prefeito Municipal em Exercício de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

CONSIDERANDO, o regramento sobre a progressão decorrente da avaliação de desempenho e eficiência, contido na Seção I, Art. 14 da Lei Complementar nº. 081/2007, que dispõe sobre o Plano de Carreira, Cargos e Vencimentos dos Servidores Públicos Municipais;

CONSIDERANDO, que os Servidores Públicos Municipais, abaixo especificados, cumpriram os requisitos exigidos para fazer jus a concessão da progressão de avaliação de desempenho e eficiência, nos termos da legislação supra;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida a progressão da avaliação de desempenho e eficiência aos Servidores especificados no quadro a seguir, lotados na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Assistência Social, Secretaria Municipal de Transportes e Obras, Secretaria Municipal de Serviços Urbanos e Secretaria Municipal de Agricultura, conforme segue:

Matrícula	NOME	Nível Anterior	Nível Atual
138	ADALGIZA INES POLETO	22 - F	23 - A
898	ALTAIR FAZOLO	111 - F	112 - A
972	IVONETE VIRMES	11 - F	12 - A
231	MARILENE SAM-PAIO VOSS	22 - C	22 - D
709	OSMIR RODRIGUES MACHADO	121 - F	122 - A
18	ROSELI APARECIDA FORNARI ROCHA RAUBER	104 - C	104 - D
1178	RONIVALDO DE OLIVEIRA	72 - A	72 - B

766	ADELIO ALBINO DE ABREU	61 - F	62 - A
929	AMANDA FAVERO	181 - F	182 - A
1271	CLEUSA BELLAVIER	41 - C	41 - D
821	DERLY DA SILVA	61 - F	62 - A
1176	DIEINI RIBEIRO	41 - C	41 - D
847	ELIANE LUIZA CELESTRINO	41 - C	41 - D
747	GELSO JOSE ANSEMI	51 - D	51 - E
260	GERVASIO ANTONIO MOSER	61 - F	62 - A
783	GILBERTO FRIGHETTO	113 - C	113 - D
931	IEDA MARIA CA-DORE MORAS	131 - F	132 - A
914	IRONI APARECIDA DONIN	41 - F	42 - A
848	IVANIR VICCARI	51 - D	51 - E
531	JACO RIBEIRO	51 - F	52 - A
930	JOSMAR DE ALMEIDA	131 - D	131 - E
5470	LOURDES APARECIDA RODRIGUES DO NASCIMENTO	41 - C	41 - D
1180	LUIZ SARAIVA PERES	191 - C	191 - D
912	MARLENE LUIZA BECKER NAIBO	106 - F	107 - A
5365	MARGARETE SARAIVA PERES ANTUNES	191 - C	191 - D
817	MARILI TOBIAS DA SILVA	41 - F	42 - A
836	PERLA SUZANE MARTINS	31 - D	31 - E
173	TEREZINHA DE OLIVEIRA LAMP	41 - F	42 - A
890	FRANCINARA MAGRINI FERREIRA	114 - A	114 - B
854	JAQUELINE OZORIO DE OLIVEIRA	11 - F	12 - A
849	MARIA FOGAÇA DE LIMA	12 - D	12 - E
207	MARLENE APARECIDA VICENSI	524 - F	525 - A
764	ODETE WRUBEL MARSANGO	71 - C	71 - D
768	ALEXANDRE LUIZ DALLALIBERA	81 - E	81 - F
899	GUILHERME ALVES PEREIRA	21 - E	21 - F
108	JOSE NERI WRUBEL	91 - F	92 - A
797	NERI FOGAÇA DE LIMA	81 - F	82 - A
759	ROQUE JOSE PRAMIO	51 - F	52 - A
819	VALDIR BORGES MARTINS	11 - E	11 - F
961	VALDIR PAVELSKI	51 - F	52 - A
788	JOSE JACIR PEDROSO	51 - E	51 - F

907	LAUDEMIR XAVIER	11 - F	12 - A
963	VALMIR FERNANDES	11 - E	11 - F
1067	EDUARDO VENTURINI DUTRA	111 - D	111 - E
757	JESUEL DENIZ PAGNOCELLI	81 - F	82 - A

Art. 2º - Determina-se ao Departamento de Recursos Humanos que inclua na folha de pagamento dos servidores a progressão de avaliação de desempenho e eficiência ora concedida.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário., produzindo efeito retroativo a partir do dia 01 de janeiro de 2014.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 11 DE MARÇO DE 2014.  
GILSON DAMACENO  
Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada em data supra.

### **Decreto 307/2014**

DECRETO Nº 307/2014, DE 11 DE MARÇO DE 2014.

"CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do município de Ponte Serrada, combinada com a Lei Municipal Complementar n. 082/2007 e:  
CONSIDERANDO a aprovação e classificação no Processo Seletivo nº 003/2013 e respectivo Edital de Chamamento;

#### **DECRETA:**

Art. 1º - Fica contratada do dia 06 ao dia 07 de março de 2014 a Sra. FRANCIELI VIEIRA DE SOUZA, portadora do RG n. 6.120.969 e do CPF n. 085.332.509-08, para exercer o cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com 44:00 (quarenta e quatro) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos a partir do dia 06 de março de 2014.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 11 DE MARÇO DE 2014.  
EDUARDO COPPINI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.



**Decreto 308/2014**

DECRETO Nº 308/2014, DE 11 DE MARÇO DE 2014.

"CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do município de Ponte Serrada, combinada com a Lei Municipal Complementar n. 082/2007 e:

CONSIDERANDO a aprovação e classificação no Processo Seletivo nº 003/2013 e respectivo Edital de Chamamento;

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica contratada a Sra. EDINA TESTA, portadora do RG n. 17/R 2.879.418 e do CPF n. 025.020.199-23, para exercer o cargo de PROFESSORA CARGO EM EXTINÇÃO, com 20:00 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos a partir do dia 24 de fevereiro de 2014.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 11 DE MARÇO DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

**Decreto 309/2014**

DECRETO Nº 309/2014, DE 11 DE MARÇO DE 2014.

"CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do município de Ponte Serrada, combinada com a Lei Municipal Complementar n. 082/2007 e:

CONSIDERANDO a aprovação e classificação no Processo Seletivo nº 003/2013 e respectivo Edital de Chamamento;

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica contratada a Sra. ELIZETE PIMENTEL SIQUEIRA ALBRECHT, portadora do RG n. 5.791.971 e do CPF n. 073.230.589-61, para exercer o cargo de PROFESSORA CARGO EM EXTINÇÃO, com 20:00 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos a partir do dia 24 de fevereiro de 2014.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 11 DE MARÇO DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

**Decreto 310/2014**

DECRETO Nº 310/2014, DE 11 DE MARÇO DE 2014.

"CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do município de Ponte Serrada, combinada com a Lei Municipal Complementar n. 082/2007 e:

CONSIDERANDO a aprovação e classificação no Processo Seletivo nº 003/2013 e respectivo Edital de Chamamento;

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica contratada a Sra. ROSANE DE OLIVEIRA, portadora do RG n. 3.555.928 e do CPF n. 005.386.299-67, para exercer o cargo de PROFESSORA CARGO EM EXTINÇÃO, com 20:00 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos a partir do dia 26 de fevereiro de 2014.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 11 DE MARÇO DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

**Decreto 311/2014**

DECRETO Nº 311/2014, DE 11 DE MARÇO DE 2014.

"CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do município de Ponte Serrada, combinada com a Lei Municipal Complementar n. 082/2007 e:

CONSIDERANDO a aprovação e classificação no Processo Seletivo nº 003/2013 e respectivo Edital de Chamamento;

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica contratada a Sra. LUCIANA APARECIDA BATISTA, portadora do RG n. 5.696.579 e do CPF n. 068.021.659-61, para exercer o cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com 44:00 (quarenta e quatro) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos a partir do dia 26 de fevereiro de 2014.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 11 DE MARÇO DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

**Decreto 312/2014**

DECRETO Nº 312/2014, DE 11 DE MARÇO DE 2014.

"CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do município de Ponte Serrada, combinada com a Lei Municipal Complementar n. 082/2007 e:

CONSIDERANDO a aprovação e classificação no Processo Seletivo nº 003/2013 e respectivo Edital de Chamamento;

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica contratada a partir do dia 13 de março de 2014 a Sra. ROSENILDA MONTEIRO, portadora do RG n. 10.910.524-4 e do CPF n. 062.296.219-16, para exercer o cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com 44:00 (quarenta e quatro) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 11 DE MARÇO DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

**Decreto 313/2014**

DECRETO Nº 313/2014, DE 11 DE MARÇO DE 2014.

"CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do município de Ponte Serrada, combinada com a Lei Municipal Complementar n. 082/2007 e:

CONSIDERANDO a aprovação e classificação no Processo Seletivo nº 003/2013 e respectivo Edital de Chamamento;

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica contratada a Sra. MARISTELA RIBEIRO FLICHI, portadora do RG n. 5.854.183 e do CPF n. 078.817.529-71, para exercer o cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com 44:00 (quarenta e quatro) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos a partir de 21 de fevereiro de 2014.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 11 DE MARÇO DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

**Decreto 314/2014**

DECRETO Nº 314/2014, DE 11 DE MARÇO DE 2014.

"CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do município de Ponte Serrada, combinada com a Lei Municipal Complementar n. 082/2007 e:

CONSIDERANDO a aprovação e classificação no Processo Seletivo nº 003/2013 e respectivo Edital de Chamamento;

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica contratada a Sra. KELLI ALVES DE LIMA, portadora do RG n. 5.626.400 e do CPF n. 076.718.569-24, para exercer o cargo de PROFESSORA CARGO EM EXTINÇÃO, com carga horária de 20:00 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 11 DE MARÇO DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

**Decreto 316/2014**

DECRETO Nº 316/2014, DE 11 DE MARÇO DE 2014.

"CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do município de Ponte Serrada, combinada com a Lei Municipal Complementar n. 082/2007 e:

CONSIDERANDO a aprovação e classificação no Processo Seletivo nº 003/2013 e respectivo Edital de Chamamento;

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica contratada a Sra. JESSICA LOPES DA CRUZ, portadora do RG n. 5.143.602 e do CPF n. 077.746.689-93, para exercer o cargo de PROFESSORA com 40:00 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 11 DE MARÇO DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

**Decreto 317/2014**

DECRETO Nº 317/2014, DE 11 DE MARÇO DE 2014.

"CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do município de Ponte Serrada, combinada com a Lei Municipal Complementar n. 082/2007 e:

CONSIDERANDO a aprovação e classificação no Processo Seletivo nº 003/2013 e respectivo Edital de Chamamento;

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica contratada a partir do dia 14 de março de 2014 a Sra. ANA PAULA BIASI, portadora do RG n. 5.143.531-4 e do CPF n. 063.299.409-67, para exercer o cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS com 44:00 (quarenta e quatro) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 11 DE MARÇO DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

**Decreto 318/2014**

DECRETO Nº 318/2014, DE 14 DE MARÇO DE 2014.

"CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL/VERTICAL CONFORME ESPECIFICA"

GILSON DAMACENO, Prefeito Municipal em Exercício de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica concedida a progressão horizontal/vertical, decorrente da participação em cursos de atualização e das progressões decorrentes da especialização aos servidores da área de Administração especificados no quadro a seguir transcrito, conforme segue:

MAT.	NOME	Progressão Anterior	Progressão Atual
18	ROSELI APARECIDA FORNARI ROCHA RAUBER	104 - D	105 - A
1178	RONIVALDO DE OLIVEIRA	72- B	72- E

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, produzindo efeito retroativo a partir de 01 de janeiro de 2014.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 14 DE MARÇO DE 2014.

GILSON DAMACENO

Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

**Decreto 319/2014**

DECRETO Nº 319/2014, DE 14 DE MARÇO DE 2014.

"CONCEDE PROGRESSÃO DECORRENTE DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO E EFICIÊNCIA CONFORME ESPECIFICA"

GILSON DAMACENO, Prefeito Municipal em Exercício de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

CONSIDERANDO, o regramento sobre a progressão decorrente da avaliação de desempenho e eficiência, contido na Seção I, Art. 14 da Lei Complementar nº. 081/2007, que dispõe sobre o Plano de Carreira, Cargos e Vencimentos dos Servidores Públicos Municipais;

CONSIDERANDO, que os Servidores Públicos Municipais, abaixo especificados, cumpriram os requisitos exigidos para fazer jus a concessão da progressão de avaliação de desempenho e eficiência, nos termos da legislação supra;

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica concedida a progressão da avaliação de desempenho e eficiência aos Servidores especificados no quadro a seguir, lotados na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, conforme segue:

Matrícula	NOME	Nível Anterior	Nível Atual
728	Adilene A. Bertol Rovani	519 - E	519 - F
541	Adriana Beatriz Faggion	524 - B	524 - C
900	Adriane Salete Magdolio Vieira	524 - A	524 - B
5083	Alexandro Guidini	523 - F	524 - A
154	Celso Miranda	11 - F	12 - A
749	Dayana Langaro Guerra	521 - E	521 - F
26	Dalires Maria Vieira de Jesus	12 - E	12 - F
730	Domingas Rosa Santin	11 - F	12 - A
751	Dilce da Silva Cadori	524 - B	524 - C
920	Dilvane Balbinot	524 - B	524 - C
925	Edson Pavan Bazi	523 - C	523 - D
927	Eliane Cagliariari	524 - D	524 - E
901	Eliane Rodrigues Galvão	525 - C	525 - D
170	Elizane Terezinha Poletto	568 - F	569 - A
926	Elza Terezinha Michelin Deitos	524 - C	524 - D
039	Elza Terezinha Michelin Deitos	524 - C	524 - D
023	Eva Aparecida Fogaça de Lima	524 - E	524 - F

782	Flavio Alexandre Faggion	523 - D	523 - E
181	Flavia Ribeiro	523-D	523-E
940	Gilson Marcanson	51 - F	52 - A
055	Ida Regina Costa Franceschi	524-E	524-F
205	Iradi Terezinha Berte Fornari	570 - B	570 - C
754	Ivanda Basi	522 - B	522 - C
198	Ivonir Coronetti	566 - E	566 - F
748	Ivete Theodoro	522 - A	522 - B
895	Jane Stecanella de Oliveira	524 - B	524 - C
695	José Olivo Vanzin	51 - F	52 - A
790	Juceli Cagliari	525 - E	525 - F
938	Juceli Cagliari	525 - D	525 - E
791	Junior Cezar de Melo	51 - D	51 - E
53	Jurema Trombetta	523-E	523-F
853	Jurema Trombetta	523-E	523-F
743	Jucelia Aparecida Pain	524 - E	524 - F
792	Lidio Osmar de Moura	51 - E	51 - F
753	Luciana Barbosa Gonçalves	523 - A	523 - B
067	Mareliza Santana Nadzuck da Silva	524 -B	524-C
915	Maria Inês Mattei dos Santos	524 - B	524 - C
5046	Maria Ribak	524 - F	525 - A
135	Marli Lucia Bazzi Bonatto	524 - B	524 - C
5660	Marli Lucia Bazzi Bonatto	524 - B	524 - C
34	Maristela Pino Gomes Mendes	403- E	403-F
902	Maristela Pino Gomes Mendes	403-D	403-E
036	Metilde Caricimo Formighieri	525 - A	525 - B
852	Metilde Caricimo Formighieri	525 - A	525 - B
942	Nadia Mariani	523 -E	523 - F
239	Neuza Aparecida Raymundi Spader	525- D	525-E
939	Neuza Aparecida Raymundi Spader	524-E	524-F
744	Neuza Tamanho	526 - A	526 - B
760	Odir Filipini	31 - C	31 - D
24	Odete Boldori	524 - C	524 - D
923	Rosane Marsango de Bispo	524 - C	524 - D
913	Rosicler Tormen Ferreira	31 - B	31 - C
165	Salete Antonioli Miranda	11 - E	11 - F
909	Salete Cristhiane de Oliveira	523 - B	523 - C
643	Sandra Mara Ghisleni da Silva	522 - B	522 - C

801	Sandra Maria Vicensi Guerra	523 - D	523 - E
206	Solene Vicensi Dal Bianco	526 - A	526 - B
200	Tailene Santor da Rosa	524 - E	524 - F
5661	Tailene Santor da Rosa	524 - E	524 - F
054	Tânia Regina Mendes	404 - B	404 - C
741	Terezinha Souza Ossani	11 - F	12 - A
802	Vagner Antonio Galvan	521 - E	521 - F
952	Vilso Paulo Pompermaier	11- E	11-F

Art. 2º - Determina-se ao Departamento de Recursos Humanos que inclua na folha de pagamento dos servidores a progressão de avaliação de desempenho e eficiência ora concedida.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeito retroativo a partir do dia 01 de janeiro de 2014.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 14 DE MARÇO DE 2014.

GILSON DAMACENO

Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada em data supra.

### **Decreto 320/2014**

DECRETO Nº 320/2014, DE 14 DE MARÇO DE 2014.

"ALTERA CARGA HORARIA TEMPORARIAMENTE COMO ESPECIFICA"

GILSON DAMACENO, Prefeito Municipal em exercício de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

CONSIDERANDO, a necessidade contratação de novos professores, em regime suplementar e temporário;

CONSIDERANDO, que o art. 17 da Lei Municipal Complementar n. 080/2007 prevê a possibilidade da Administração em regime suplementar e temporário alterar a carga horária dos professores desde que preenchidos os requisitos (ar. 17,§3º);

CONSIDERANDO, que o assunto já foi debatido pelo Tribunal de Contas deste Estado, no Prejulgado 1449, sessão em 22.09.2003 e assim decidido:

"A alteração da carga horária de servidor público é assunto de interesse local, sendo de competência dos municípios disciplinar acerca da matéria, conforme determina o inciso I do art. 30 da Constituição Federal.

No regime estatutário, o Município detém poder discricionário para unilateralmente, mediante lei formal, modificar as condições do serviço e a remuneração dos ocupantes de cargos públicos, inclusive a carga horária de trabalho, a cujo cumprimento estão eles obrigados, haja vista não terem direito adquirido em relação a ela, salvo se a lei que regulamentar sua alteração dispuser de modo diverso. (...)".



**DECRETA:**

Art. 1º. - Fica alterada a carga horária da servidora pública municipal Sra. MARIA MADALENA TRATES, matrícula 6203, PROFESSORA CARGO EM EXTINÇÃO, com 20:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, para responder temporariamente por mais 20:00 horas.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos a partir do dia 11 de março de 2014.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 14 DE MARÇO DE 2014.

GILSON DAMACENO

Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

**Decreto 321/2014**

DECRETO Nº 321/2014, DE 14 DE MARÇO DE 2014.

"ALTERA CARGA HORARIA TEMPORARIAMENTE COMO ESPECIALISTA"

GILSON DAMACENO, Prefeito Municipal em exercício de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

CONSIDERANDO, a necessidade contratação de novos professores, em regime suplementar e temporário;

CONSIDERANDO, que o art. 17 da Lei Municipal Complementar n. 080/2007 prevê a possibilidade da Administração em regime suplementar e temporário alterar a carga horária dos professores desde que preenchidos os requisitos (ar. 17,§3º);

CONSIDERANDO, que o assunto já foi debatido pelo Tribunal de Contas deste Estado, no Prejulgado 1449, sessão em 22.09.2003 e assim decidido:

"A alteração da carga horária de servidor público é assunto de interesse local, sendo de competência dos municípios disciplinar acerca da matéria, conforme determina o inciso I do art. 30 da Constituição Federal.

No regime estatutário, o Município detém poder discricionário para unilateralmente, mediante lei formal, modificar as condições do serviço e a remuneração dos ocupantes de cargos públicos, inclusive a carga horária de trabalho, a cujo cumprimento estão eles obrigados, haja vista não terem direito adquirido em relação a ela, salvo se a lei que regulamentar sua alteração dispuser de modo diverso. (...)".

**DECRETA:**

Art. 1º. - Fica alterada a carga horária da servidora pública municipal Sra. MARCIA GOMES, matrícula 6236, PROFESSORA CARGO EM EXTINÇÃO, com 30:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, para responder temporariamente por mais 10:00 horas.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeito retroativo a partir do dia 10 de março de 2014.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 14 DE MARÇO DE 2014.

GILSON DAMACENO

Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

**Decreto 322/2014**

DECRETO Nº 322/2014, DE 14 DE MARÇO DE 2014.

"ALTERA CARGA HORARIA TEMPORARIAMENTE COMO ESPECIALISTA"

GILSON DAMACENO, Prefeito Municipal em Exercício de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

CONSIDERANDO, a necessidade contratação de novos professores, em regime suplementar e temporário;

CONSIDERANDO, que o art. 17 da Lei Municipal Complementar n. 080/2007 prevê a possibilidade da Administração em regime suplementar e temporário alterar a carga horária dos professores desde que preenchidos os requisitos (ar. 17,§3º);

CONSIDERANDO, que o assunto já foi debatido pelo Tribunal de Contas deste Estado, no Prejulgado 1449, sessão em 22.09.2003 e assim decidido:

"A alteração da carga horária de servidor público é assunto de interesse local, sendo de competência dos municípios disciplinar acerca da matéria, conforme determina o inciso I do art. 30 da Constituição Federal.

No regime estatutário, o Município detém poder discricionário para unilateralmente, mediante lei formal, modificar as condições do serviço e a remuneração dos ocupantes de cargos públicos, inclusive a carga horária de trabalho, a cujo cumprimento estão eles obrigados, haja vista não terem direito adquirido em relação a ela, salvo se a lei que regulamentar sua alteração dispuser de modo diverso. (...)".

**DECRETA:**

Art. 1º. - Fica alterada a carga horária da servidora pública municipal Sra. SIDIANE LOURDES PAGLIA, matrícula 1541, PROFESSORA, com 30:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, para responder temporariamente por mais 10:00 horas.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeito retroativo a partir do dia 10 de março de 2014.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 14 DE MARÇO DE 2014.

GILSON DAMACENO

Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

**Decreto 323/2014**

DECRETO Nº 323/2014, DE 14 DE MARÇO DE 2014.

**"ALTERA CARGA HORARIA TEMPORARIAMENTE COMO ESPECIALISTA"**

GILSON DAMACENO, Prefeito Municipal em exercício de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

CONSIDERANDO, a necessidade contratação de novos professores, em regime suplementar e temporário;

CONSIDERANDO, que o art. 17 da Lei Municipal Complementar n. 080/2007 prevê a possibilidade da Administração em regime suplementar e temporário alterar a carga horária dos professores desde que preenchidos os requisitos (ar. 17,§3º);

CONSIDERANDO, que o assunto já foi debatido pelo Tribunal de Contas deste Estado, no Prejulgado 1449, sessão em 22.09.2003 e assim decidido:

"A alteração da carga horária de servidor público é assunto de interesse local, sendo de competência dos municípios disciplinar acerca da matéria, conforme determina o inciso I do art. 30 da Constituição Federal.

No regime estatutário, o Município detém poder discricionário para unilateralmente, mediante lei formal, modificar as condições do serviço e a remuneração dos ocupantes de cargos públicos, inclusive a carga horária de trabalho, a cujo cumprimento estão eles obrigados, haja vista não terem direito adquirido em relação a ela, salvo se a lei que regulamentar sua alteração dispuser de modo diverso. (...)"

DECRETA:

Art. 1º. - Fica alterada a carga horária da servidora pública municipal Sra. JANE STECANELLA DE OLIVEIRA, matrícula 895, PROFESSORA, com 20:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, para responder temporariamente por mais 10:00 horas.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeito retroativo a partir do dia 01 de março de 2014.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 14 DE MARÇO DE 2014.

GILSON DAMACENO

Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

**Decreto 324/2014**

DECRETO Nº 324/2014, DE 14 DE MARÇO DE 2014.

**"REDUZ CARGA HORARIA COMO ESPECIFICA"**

GILSON DAMACENO, Prefeito Municipal em exercício de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º. - Fica reduzida a carga horária da Servidora Pública Municipal Sra. SILVANA BATISTA DA SILVA, Matrícula 6233, Professora

com 30:00 horas/semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, para 20:00 horas/semanais. Art. 2º. - Os recursos para fazer frente à execução desta despesa, correrão por conta da dotação orçamentária própria vigente.

Art. 3º. - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos a partir do dia 06 de março de 2014.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 14 DE MARÇO DE 2014.

GILSON DAMACENO

Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

**Decreto 325/2014**

DECRETO Nº 325/2014, DE 14 DE MARÇO DE 2014.

**"CONCEDE LICENÇA CASAMENTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."**

GILSON DAMACENO, Prefeito Municipal em exercício de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida licença casamento a Funcionária Pública Municipal Sra. NILSE ALVES PEREIRA, Matrícula 1103, ocupante do cargo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com 44:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, por um período de 05 (cinco) dias consecutivos, nos termos do art. 106, inciso II, alínea "a" da Lei Complementar 022/2003, conforme certidão de casamento em anexo.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 14 DE MARÇO DE 2014.

GILSON DAMACENO

Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

**Decreto 327/2014**

DECRETO Nº 327/2014, DE 14 DE MARÇO DE 2014.

**"PRORROGA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE"**

GILSON DAMACENO, Prefeito Municipal em exercício de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica prorrogada a Licença para Tratamento de Saúde da Funcionária Pública Municipal Sra. LIZETE DE MARTINI FACHINELLO, Matrícula 886, ocupante do cargo de PROFESSORA, com 20:00 horas/semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - O benefício foi concedido até o dia 10 de abril de 2014, conforme comunicado de decisão em anexo, podendo ainda a

servidora se considerar incapacitada para o trabalho, requerer novo exame medico pericial, mediante formalização pedido de prorrogação.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 14 DE MARÇO DE 2014.

GILSON DAMACENO

Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

### **Decreto 327/2014**

DECRETO Nº 327/2014, DE 14 DE MARÇO DE 2014.

"PRORROGA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE".

GILSON DAMACENO, Prefeito Municipal em exercício de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica prorrogada a Licença para Tratamento de Saúde da Funcionária Pública Municipal Sra. LIZETE DE MARTINI FACHINELLO, Matrícula 886, ocupante do cargo de PROFESSORA, com 20:00 horas/semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - O benefício foi concedido até o dia 10 de abril de 2014, conforme comunicado de decisão em anexo, podendo ainda a servidora se considerar incapacitada para o trabalho, requerer novo exame medico pericial, mediante formalização pedido de prorrogação.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 14 DE MARÇO DE 2014.

GILSON DAMACENO

Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

### **Decreto 328/2014**

DECRETO Nº 328/2014, DE 14 DE MARÇO DE 2014.

"DISPÕE SOBRE NOVA LOTAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

GILSON DAMACENO, Prefeito Municipal em exercício de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência e

CONSIDERANDO a necessidade de o município transferir o local de trabalho de alguns de seus servidores, com vistas a atender ao

interesse público, sobretudo no tocante à excelência na prestação dos serviços de responsabilidade do ente público,

DECRETA:

Art. 1º - Fica determinado a partir do dia 01 de março de 2014 que a servidora SIDINEIA MACIEL BOTTOLI, matrícula 5806, ocupante do cargo efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com 44:00 horas semanais, passará a ser lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos a partir do dia 01 de março de 2014.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 14 DE MARÇO DE 2014.

GILSON DAMACENO

Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei

### **Decreto 329/2014**

DECRETO Nº 329/2014, DE 14 DE MARÇO DE 2014.

"CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

GILSON DAMACENO, Prefeito Municipal em Exercício de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do município de Ponte Serrada, combinada com a Lei Municipal Complementar n. 082/2007 e: CONSIDERANDO a aprovação e classificação no Processo Seletivo nº 003/2013 e respectivo Edital de Chamamento;

DECRETA:

Art. 1º - Fica contratada a partir do dia 25 de março de 2014 a Sra. CAMILA DE FATIMA PINO GOMES, portadora do RG n. 5.710.073 e do CPF n.086.057.899-21, para exercer o cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS com 44:00 (quarenta e quatro) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 14 DE MARÇO DE 2014.

GILSON DAMACENO

Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

### **Decreto 330/2014**

DECRETO Nº 330/2014, DE 14 DE MARÇO DE 2014.

"DISPÕE SOBRE NOVA LOTAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

GILSON DAMACENO, Prefeito Municipal em Exercício de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência e

CONSIDERANDO a necessidade de o município transferir o local de trabalho de alguns de seus servidores, com vistas a atender ao



interesse público, sobretudo no tocante à excelência na prestação dos serviços de responsabilidade do ente público,

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica determinado a partir do dia 01 de março de 2014 que a servidora VANIA GALON DOS SANTOS, matrícula 6159, ocupante do cargo em comissão de ASSISTENTE, com 44:00 horas semanais, passará a ser lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos a partir do dia 01 de março de 2014.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 14 DE MARÇO DE 2014.

GILSON DAMACENO

Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei

**Decreto 331/2014**

DECRETO Nº 331/2014, DE 17 DE MARÇO DE 2014.

"DECLARA INSERVIBILIDADE DE BENS DO MUNICÍPIO, NOMEIA COMISSÃO ESPECIAL PARA AVALIAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

GILSON DAMACENO, Prefeito Municipal em Exercício de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do município de Ponte Serrada, Lei nº 2.049/2009, Lei nº 2.081/2009, Lei nº 2.154/2012, Lei nº 2.191/2014 e demais legislação,

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica declarado inservível para o serviço público, para fins de alienação por processo regular, os seguintes bens que compõe o patrimônio público desta municipalidade:

MOTONIVELADORA CATERPILAR 120H COM ESCALIFICADOR TRAZEIRO, ANO DE FABRICAÇÃO 1997, OFICIAL, CHASSI Nº 5FM00564 SÉRIE.

TRATOR AGRÍCOLA JHON DEERE 5700 SLC, ANO DE FABRICAÇÃO 2006, OFICIAL, CHASSI: JOFD50000463 - Nº ID PRODUTO 005700A005171.

PAS/AUTOMOVEI GM, MONZA HATCH SL/E, ANO/MODELO 1983/1983, OFICIAL, PLACA IFN 3623, CHASSI: 5K08VCB040319.

PAS/AUTOMOVEI FORD, FOCUS 2.0L FC, ANO/MODELO 2002/2002, OFICIAL, PLACA AKF 4639, CHASSI: 8AFCZZFFC2J259707.

PAS/AUTOMOVEI FIAT, UNO MILLE EX, ANO/MODELO 1999/2000, OFICIAL, PLACA AJH 2461, CHASSI: 9BD158068Y4105078.

PAS/AUTOMOVEI FORD, CORCEL, ANO/MODELO 1985/1985, OFICIAL, PLACA IIA 6221, CHASSI: 9BFCXXB1CFK82660.

PAS/AUTOMOVEI VW, GOL 1.6 POWER, ANO/MODELO 2005/2005, OFICIAL, PLACA CZD 8923, CHASSI: 9BWCB45X65P150980.

CAR/CAMINHONETE/AMBULÂNCIA, FIAT DUCATO 15, DIESEL, ANO FABRICAÇÃO 2001, ANO MODELO 2001, OFICIAL, PLACA CVP 1859, CHASSI 93W23113011004013.

TRATOR VALMET/VALTRA 785, ANO FABRICAÇÃO 2002, OFICIAL,

CHASSI: 048324651.

CAR/CAMINHONETE/C.ABERTA, FIAT STRADA WORKING, GASOLINA, COR BRANCA, ANO/MODELO 2002/2002, OFICIAL, PLACA MBQ 6303, CHASSI: 9BD27801222805820.

MIS/CAMINHONETA, FIAT/DOBLO EX, GASOLINA, COR BRANCA, ANO/MODELO 2005/2005, OFICIAL, PLACA MCX 7945, CHASSI: 9BD11995851028058.

MIS/CAMINHONETA, FIAT/DOBLO ELX FLEX, ALCOOL/GASOLINA, COR BRANCA, ANO/MODELO 2006/2006, OFICIAL, PLACA MDP 9772, CHASSI: 9BD11975561034582.

PAS/AUTOMOVEI, FIAT/UNO MILLE FIRE FLEX, ALCOOL/GASOLINA, COR BRANCA, ANO/MODELO 2005/2006, OFICIAL, PLACA MCX 8035, CHASSI: 9BD15822764729163.

PAS/AUTOMOVEI, FIAT/UNO MILLE FIRE FLEX, ALCOOL/GASOLINA, COR BRANCA, ANO/MODELO 2005/2006, OFICIAL, PLACA MCX 7845, CHASSI: 9BD15822764729066.

PAS/ONIBUS/C.FECHADA, VOLKS/COMIL SVELTO U, DIESEL, COR BRANCA, ANO/MODELO 2002/2002, OFICIAL, PLACA MCM 1011, CHASSI: 9BWRF82W92R206217.

PAS/ONIBUS, M.BENZ/OF 1620, DIESEL, COR BRANCA, ANO/MODELO 1995/1995, OFICIAL, PLACA KNI 9029, CHASSI: 9BM384087SB072927.

PAS/ONIBUS, VW/MPOLLO FRATELLO LOT, DIESEL, COR BRANCA, ANO/MODELO 2000/2001, OFICIAL, PLACA JWT 6615, CHASSI: 9BWV2VE211RY11350.

Art. 2º - Para proceder à avaliação dos bens a serem leiloados, para fins de lance mínimo, nomeio uma Comissão Especial composta pelos seguintes membros:

EVERSON COPPINI - Secretário de Administração  
VANDERLEI ZANATTA - Assessor de Controle Interno  
JUCELINO MARTINI - Secretário Municipal de Serviços Urbanos  
IOSMAR RODRIGUES GALVÃO - Secretário Municipal de Transportes e Obras

GENOIR BISATTO - Secretário Municipal de Agricultura

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 17 DE MARÇO DE 2014.

GILSON DAMACENO

Prefeito Municipal em Exercício

**Decreto 332/2014**

DECRETO Nº 332/2014, DE 17 DE MARÇO DE 2014.

"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

GILSON DAMACENO, Prefeito Municipal em Exercício de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência e

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica concedida férias a Servidora Pública Municipal Sra. IVONETE VIRMES, Matrícula 972, ocupante do cargo em efetivo

de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com 44:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, por um período de 30 (trinta) dias, referente a período aquisitivo de 02 de junho de 2012 a 01 de junho de 2013, e que serão gozadas de 17 de março de 2014 a 15 de abril de 2014.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 17 DE MARÇO DE 2014.

GILSON DAMACENO

Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei

### **Decreto 333/2014**

DECRETO Nº 333/2014, DE 17 DE MARÇO DE 2014.

"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

GILSON DAMACENO, Prefeito Municipal em Exercício de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência e

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida férias a Servidora Pública Municipal Sra. ANGELA MARIA DE ARAUJO FRANZEN, Matrícula 5738, ocupante do cargo em efetivo de TECNICO EM ENFERMAGEM, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, por um período de 30 (trinta) dias, referente a período aquisitivo de 01 de dezembro de 2012 a 30 de novembro de 2013, e que serão gozadas de 19 de março de 2014 a 17 de abril de 2014.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 17 DE MARÇO DE 2014.

GILSON DAMACENO

Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei

### **Decreto 334/2014**

DECRETO Nº 334/2014, DE 17 DE MARÇO DE 2014.

"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

GILSON DAMACENO, Prefeito Municipal em exercício de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência e

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida férias a Servidora Pública Municipal Sra. IRACI SALETE DOS SANTOS DONIN, Matrícula 5954, ocupante do cargo em efetivo de TECNICO EM ENFERMAGEM, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, por um

período de 30 (trinta) dias, referente a período aquisitivo de 26 de abril de 2012 a 25 de abril de 2013, e que serão gozadas de 17 de março de 2014 a 15 de abril de 2014.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 17 DE MARÇO DE 2014.

GILSON DAMACENO

Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei

### **Decreto 335/2014**

DECRETO Nº 335/2014, DE 17 DE MARÇO DE 2014.

"ALTERA CARGA HORARIA TEMPORARIAMENTE COMO ESPECIFICA"

GILSON DAMACENO, Prefeito Municipal em exercício de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

CONSIDERANDO, a necessidade contratação de novos professores, em regime suplementar e temporário;

CONSIDERANDO, que o art. 17 da Lei Municipal Complementar n. 080/2007 prevê a possibilidade da Administração em regime suplementar e temporário alterar a carga horária dos professores desde que preenchidos os requisitos (ar. 17,§3º);

CONSIDERANDO, que o assunto já foi debatido pelo Tribunal de Contas deste Estado, no Prejulgado 1449, sessão em 22.09.2003 e assim decidido:

"A alteração da carga horária de servidor público é assunto de interesse local, sendo de competência dos municípios disciplinar acerca da matéria, conforme determina o inciso I do art. 30 da Constituição Federal.

No regime estatutário, o Município detém poder discricionário para unilateralmente, mediante lei formal, modificar as condições do serviço e a remuneração dos ocupantes de cargos públicos, inclusive a carga horária de trabalho, a cujo cumprimento estão eles obrigados, haja vista não terem direito adquirido em relação a ela, salvo se a lei que regulamentar sua alteração dispuser de modo diverso. (...)".

DECRETA:

Art. 1º. - Fica alterada a carga horária da servidora pública municipal Sra. ROSELI TEREZINHA BARRINUEVO DO CARMO matrícula 6225, PROFESSORA, com 20:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, para responder temporariamente por mais 20:00 horas.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeito retroativo a partir do dia 06 de março de 2014.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 17 DE MARÇO DE 2014.

GILSON DAMACENO

Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

### **Decreto 336/2014**

DECRETO Nº 336/2014 DE 17 DE MARÇO DE 2014.

“CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

GILSON DAMACENO, Prefeito Municipal em Exercício de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida férias a Servidora Pública Municipal Sra. CARLA DA SILVA, Matrícula 5477 ocupante do cargo de AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE (44:00 horas semanais), lotada na Secretaria Municipal de Saúde, por um período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2012 a 31 de dezembro de 2012, e que serão gozadas de 01 de março a 31 de março de 2014.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos a partir do dia 01 de março de 2014.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 17 DE MARÇO DE 2014.

GILSON DAMACENO

Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

### **Decreto 337/2014**

DECRETO Nº 337/2014, DE 17 DE MARÇO DE 2014.

“CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE”.

GILSON DAMACENO, Prefeito Municipal em exercício de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida a Licença para Tratamento de Saúde do Funcionário Público Municipal Sr. CLODOMIRO FRANCISCO PEREIRA, Matrícula 6163, ASSISTENTE, com 44:00 horas/semanais, lotado na Secretaria Municipal de Serviços Urbanos.

Art. 2º - O período do atestado médico é por tempo indeterminado, a contar do dia 03 de fevereiro de 2014, conforme cópia em anexo, sendo que a data da licença para tratamento poderá ser prorrogada ou reduzida conforme decisão da perícia médica a ser realizada pelo INSS.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação,

revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 17 DE MARÇO DE 2014.

GILSON DAMACENO

Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

### **Decreto 338/2014**

DECRETO Nº 338/2014, DE 21 DE MARÇO DE 2014.

“CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE”.

GILSON DAMACENO, Prefeito Municipal em exercício de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida a Licença para Tratamento de Saúde do Funcionário Público Municipal Sr. NELSON GASPERINI, Matrícula 5769, OPERADOR DE TRATOR AGRÍCOLA, com 44:00 horas/semanais, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura.

Art. 2º - O período do atestado médico é por tempo indeterminado, a contar do dia 04 de fevereiro de 2014, conforme cópia em anexo, sendo que a data da licença para tratamento poderá ser prorrogada ou reduzida conforme decisão da perícia médica a ser realizada pelo INSS.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 21 DE MARÇO DE 2014.

GILSON DAMACENO

Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

### **Decreto 339/2014**

DECRETO Nº 339/2014, DE 21 DE MARÇO DE 2014.

“EXONERA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

GILSON DAMACENO, Prefeito Municipal em Exercício de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

EXONERA A PEDIDO:

Art. 1º - Fica exonerada a Servidora Pública Municipal Sra. LEANDRA DA SILVA, matrícula 1554, ocupante do cargo de PROFESSORA CARGO EM EXTINÇÃO, com 20:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, produzindo efeitos

retroativos a partir do dia 06 de março de 2014.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 21 DE MARÇO DE 2014.  
GILSON DAMACENO  
Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

### **Decreto 340/2014**

DECRETO Nº 340/2014, DE 21 DE MARÇO DE 2014.  
"EXONERA SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

GILSON DAMACENO, Prefeito Municipal em Exercício de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

#### **EXONERA A PEDIDO:**

Art. 1º - Fica exonerado o Servidor Público Municipal Sr. OGILMAR ROEGELIN, matrícula 6164, ocupante do cargo em comissão de DIRETOR, com 44:00 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Transportes e Obras.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos a partir do dia 07 de março de 2014.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 21 DE MARÇO DE 2014.  
GILSON DAMACENO  
Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

### **Decreto 341/2014**

DECRETO Nº 341/2014, DE 24 DE MARÇO DE 2014.  
"CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE".

GILSON DAMACENO, Prefeito Municipal em Exercício de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

#### **DECRETA:**

Art. 1º - Fica concedida a Licença para Tratamento de Saúde da Funcionária Pública Municipal Sra. PRICILA ALINE MAIER, Matrícula 6211, PROFESSORA CARGO EM EXTINÇÃO, com 20:00 horas/semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - O período do atestado médico é de 30 (trinta) dias, a contar do dia 18 de março de 2014, conforme cópia em anexo, sendo que a data da licença para tratamento poderá ser prorrogada ou reduzida conforme decisão da perícia medica a ser realizada pelo INSS.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 24 DE MARÇO DE 2014.  
GILSON DAMACENO  
Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

### **Decreto 342/2014**

DECRETO Nº 342/2014, DE 25 DE MARÇO DE 2014.  
"EXONERA SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

GILSON DAMACENO, Prefeito Municipal em Exercício de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

#### **EXONERA A PEDIDO:**

Art. 1º - Fica exonerada a partir do dia 28 de março de 2014 a Servidora Pública Municipal Sra. JAQUELINE DE SOUZA TELES, matrícula 6015, ocupante do cargo de ESTAGIÁRIA, lotada na Secretaria Municipal de Agricultura.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 25 DE MARÇO DE 2014.  
GILSON DAMACENO  
Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

### **Decreto 343/2014**

DECRETO Nº 343/2014 DE 25 DE MARÇO DE 2014.  
"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

GILSON DAMACENO, Prefeito Municipal em Exercício de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

#### **DECRETA:**

Art. 1º - Fica concedida férias a Servidora Pública Municipal Sra. MARILENE SAMPAIO VOSS, Matrícula 231 ocupante do cargo efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, por um período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 07 de fevereiro de 2013 a 06 de fevereiro de 2014, e que serão gozadas de 27 de março a 27 de abril de 2014.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.



GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 25 DE MARÇO DE 2014.

GILSON DAMACENO

Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

#### **Decreto 344/2014**

DECRETO Nº 344/2014 DE 25 DE MARÇO DE 2014.

“CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

GILSON DAMACENO, Prefeito Municipal em Exercício de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida férias a Servidora Pública Municipal Sra. ELIANE FERREIRA MACHADO, Matrícula 979 ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, por um período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 01 de fevereiro de 2012 a 31 de janeiro de 2013, e que serão gozadas de 01 de abril a 30 de abril de 2014.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 25 DE MARÇO DE 2014.

GILSON DAMACENO

Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

#### **Decreto 345/2014**

DECRETO Nº 345/2014 DE 25 DE MARÇO DE 2014.

“CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

GILSON DAMACENO, Prefeito Municipal em Exercício de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida férias a Servidora Pública Municipal Sra. SIDINEIA MACIEL BOTTOLI, Matrícula 5806, ocupante do cargo efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, por um período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 01 de fevereiro de 2013 a 31 de janeiro de 2014, e que serão gozadas de 01 de abril a 30 de abril de 2014.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 25 DE MARÇO DE 2014.

GILSON DAMACENO

Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

#### **Decreto 346/2014**

DECRETO Nº 346/2014, DE 26 DE MARÇO DE 2014.

“EXONERA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

GILSON DAMACENO, Prefeito Municipal em Exercício de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

EXONERA:

Art. 1º - Fica exonerada a partir do dia 27 de março de 2014 a Servidora Pública Municipal Sra. BRUNA GABRIELI RESNER, matrícula 1445, ocupante do cargo de ESTAGIÁRIA, lotada na Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 26 DE MARÇO DE 2014.

GILSON DAMACENO

Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

#### **Decreto 347/2014**

DECRETO Nº 347/2014, DE 26 DE MARÇO DE 2014.

“CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE”.

GILSON DAMACENO, Prefeito Municipal em Exercício de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

CONSIDERANDO o atestado apresentado pela servidora MARIA RIBAK de licença para tratamento de saúde de sua irmã Terezinha Salete Ribak;

CONSIDERANDO que o estatuto dos servidores públicos municipais, previsto na LC 022/2002, prevê a concessão de Licença de até 30 dias nesses casos.

DECRETA:

Art. 1 - Fica concedida a licença por motivo de doença em pessoa da família por um período de até 30 dias, a servidora pública municipal Srª MARIA RIBAK, matrícula 5046, PROFESSORA, com 40:00 horas semanais, sendo 20:00 horas efetiva e 20:00 horas contratada, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 26 DE MARÇO DE 2014.

GILSON DAMACENO

Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

### **Decreto 348/2014**

DECRETO Nº 348/2014, DE 26 DE MARÇO DE 2014.

"ALTERA CARGA HORARIA TEMPORARIAMENTE COMO ESPECIALISTA"

GILSON DAMACENO, Prefeito Municipal em exercício de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

CONSIDERANDO, a necessidade contratação de novos professores, em regime suplementar e temporário;

CONSIDERANDO, que o art. 17 da Lei Municipal Complementar n. 080/2007 prevê a possibilidade da Administração em regime suplementar e temporário alterar a carga horária dos professores desde que preenchidos os requisitos (ar. 17,§3º);

CONSIDERANDO, que o assunto já foi debatido pelo Tribunal de Contas deste Estado, no Prejulgado 1449, sessão em 22.09.2003 e assim decidido:

"A alteração da carga horária de servidor público é assunto de interesse local, sendo de competência dos municípios disciplinar acerca da matéria, conforme determina o inciso I do art. 30 da Constituição Federal.

No regime estatutário, o Município detém poder discricionário para unilateralmente, mediante lei formal, modificar as condições do serviço e a remuneração dos ocupantes de cargos públicos, inclusive a carga horária de trabalho, a cujo cumprimento estão eles obrigados, haja vista não terem direito adquirido em relação a ela, salvo se a lei que regulamentar sua alteração dispuser de modo diverso. (...)".

DECRETA:

Art. 1º. - Fica alterada a partir do dia 01 de abril de 2014 a carga horária da servidora pública municipal Sra. ROSANE DE OLIVEIRA matrícula 6277, PROFESSORA, com 20:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, para responder temporariamente por mais 20:00 horas.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 26 DE MARÇO DE 2014.

GILSON DAMACENO

Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

### **Decreto 349/2014**

DECRETO Nº 349/2014 DE 26 DE MARÇO DE 2014.

"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

GILSON DAMACENO, Prefeito Municipal em Exercício de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida férias ao Servidor Público Municipal Sr. ROBERTO BARBOSA, Matrícula 5800 ocupante do cargo efetivo de MOTORISTA, lotado na Secretaria Municipal de Serviços Urbanos, por um período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 01 de fevereiro de 2013 a 31 de janeiro de 2014, e que serão gozadas de 01 de abril a 30 de abril de 2014.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 26 DE MARÇO DE 2014.

GILSON DAMACENO

Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

### **Decreto 350/2014**

DECRETO Nº 350/2014, DE 26 DE MARÇO DE 2014.

"DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o Artigo 61, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, Lei Federal n.º 4.320 de 17 de março de 1964 e Inciso "II" do art. 7º da Lei Municipal nº. 2.183, de 11 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º - Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito suplementar no valor de R\$ 104.080,93 (Cento e Quatro Mil, Oitenta Reais e Noventa e Três Centavos), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 03 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

03.01 - Departamento de Educação

13.392.1301.2.012 - Manutenção da Educação Básica  
Modalidade de Aplicação: 44900000

Fonte de Recursos: 00.03.62

00 APLICAÇÕES DIRETAS - Valor: R\$ 104.080,93

Art. 2º. Para cobertura da suplementação de que trata o art. 1º serão utilizados recursos no valor de R\$ 104.080,93 (Cento e Quatro Mil, Oitenta Reais e Noventa e Três Centavos), provenientes do Superávit Financeiro apurado no Exercício de 2013, da Fonte de Recursos 0362 Programa Plano de Ação Articulada FNDE.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 26 DE MARÇO DE 2014.

GILSON DAMACENO

PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

Registrada e publicada na data supra, na forma da lei.

### **Decreto 351/2014**

DECRETO Nº 351/2014, DE 31 DE MARÇO DE 2014.

"ALTERA CARGA HORARIA TEMPORARIAMENTE COMO ESPECIALISTA"

GILSON DAMACENO, Prefeito Municipal em Exercício de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

CONSIDERANDO, a necessidade contratação de novos professores, em regime suplementar e temporário;

CONSIDERANDO, que o art. 17 da Lei Municipal Complementar n. 080/2007 prevê a possibilidade da Administração em regime suplementar e temporário alterar a carga horária dos professores desde que preenchidos os requisitos (ar. 17,§3º);

CONSIDERANDO, que o assunto já foi debatido pelo Tribunal de Contas deste Estado, no Prejulgado 1449, sessão em 22.09.2003 e assim decidido:

"A alteração da carga horária de servidor público é assunto de interesse local, sendo de competência dos municípios disciplinar acerca da matéria, conforme determina o inciso I do art. 30 da Constituição Federal.

No regime estatutário, o Município detém poder discricionário para unilateralmente, mediante lei formal, modificar as condições do serviço e a remuneração dos ocupantes de cargos públicos, inclusive a carga horária de trabalho, a cujo cumprimento estão eles obrigados, haja vista não terem direito adquirido em relação a ela, salvo se a lei que regulamentar sua alteração dispuser de modo diverso. (...)".

#### **DECRETA:**

Art. 1º. - Fica alterada a carga horária da servidora pública municipal Sra. MIRIAN TESSARO, matrícula 6245, PROFESSORA, com 20:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, para responder temporariamente por mais 10:00 horas.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos a partir do dia 06 de março de 2014.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 31 DE MARÇO DE 2014.

GILSON DAMACENO

Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

### **Decreto 352/2014**

DECRETO Nº 352/2014, DE 31 DE MARÇO DE 2014.

"ALTERA CARGA HORARIA TEMPORARIAMENTE COMO ESPECIALISTA"

GILSON DAMACENO, Prefeito Municipal em Exercício de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

CONSIDERANDO, a necessidade contratação de novos professores, em regime suplementar e temporário;

CONSIDERANDO, que o art. 17 da Lei Municipal Complementar n. 080/2007 prevê a possibilidade da Administração em regime suplementar e temporário alterar a carga horária dos professores desde que preenchidos os requisitos (ar. 17,§3º);

CONSIDERANDO, que o assunto já foi debatido pelo Tribunal de Contas deste Estado, no Prejulgado 1449, sessão em 22.09.2003 e assim decidido:

"A alteração da carga horária de servidor público é assunto de interesse local, sendo de competência dos municípios disciplinar acerca da matéria, conforme determina o inciso I do art. 30 da Constituição Federal.

No regime estatutário, o Município detém poder discricionário para unilateralmente, mediante lei formal, modificar as condições do serviço e a remuneração dos ocupantes de cargos públicos, inclusive a carga horária de trabalho, a cujo cumprimento estão eles obrigados, haja vista não terem direito adquirido em relação a ela, salvo se a lei que regulamentar sua alteração dispuser de modo diverso. (...)".

#### **DECRETA:**

Art. 1º. - Fica alterada a carga horária da servidora pública municipal Sra. SONARA BASI CONRADO, matrícula 6245, PROFESSORA, com 20:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, para responder temporariamente por mais 20:00 horas.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos a partir do dia 06 de fevereiro de 2014.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 31 DE MARÇO DE 2014.

GILSON DAMACENO

Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

### **Decreto 353/2014**

DECRETO Nº 353/2014, DE 31 DE MARÇO DE 2014.

"PRORROGA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE"

GILSON DAMACENO, Prefeito Municipal em exercício de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

#### **DECRETA:**

Art. 1º - Fica prorrogada a Licença para Tratamento de Saúde da



Funcionária Pública Municipal Sra. TEREZINHA QUISTER, Matrícula 5733, ocupante do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com 44:00 horas/semanais, lotada na Secretaria Municipal de Serviços Urbanos.

Art. 2º - O benefício foi concedido até a data de hoje, conforme comunicado de decisão em anexo, podendo ainda a servidora se considerar incapacitada para o trabalho, requerer novo exame médico pericial, mediante formalização pedido de prorrogação.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 31 DE MARÇO DE 2014.

GILSON DAMACENO

Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

### **Decreto 354/2014**

DECRETO Nº 354/2014 DE 31 DE MARÇO DE 2014.

“CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

GILSON DAMACENO, Prefeito Municipal em Exercício de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida férias a Servidora Pública Municipal Sra. AMANDA APARECIDA VANZIN, Matrícula 6036 ocupante do cargo de CONSELHEIRA TUTELAR, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, por um período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2013, e que serão gozadas de 09 de abril a 08 de maio de 2014.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 31 DE MARÇO DE 2014.

GILSON DAMACENO

Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

### **Decreto 355/2014**

DECRETO Nº 355/2014 DE 31 DE MARÇO DE 2014.

“NOMEIA ASSISTENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

GILSON DAMACENO, Prefeito Municipal em Exercício de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º. - Fica nomeada a partir de 01 de abril de 2014 a Sra. TATIANA MUNIZ, matrícula 6055, portadora da Carteira de Identidade

nº. 3.919.523 e do CPF 036.651.199-03, para exercer o cargo de provimento em comissão de ASSISTENTE, Padrão “CC”, Nível “06”, com 44:00 horas/semanais, passando a ser lotada na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando o Decreto n. 155/2013 de 05 de fevereiro de 2013 e demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 31 DE MARÇO DE 2014.

GILSON DAMACENO

Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

### **Decreto 356/2014**

DECRETO Nº 356/2014 DE 31 DE MARÇO DE 2014.

“EXONERA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

GILSON DAMACENO, Prefeito Municipal em Exercício de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

EXONERA:

Art. 1º - Fica exonerado o Servidor Público Municipal Sr. ROUMÁRIO LUIZ BOTTOLI, matrícula 1462, ocupante do cargo de AGENTE DE MANUTENÇÃO, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 31 DE MARÇO DE 2014.

GILSON DAMACENO

Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

### **Decreto 357/2014**

DECRETO Nº 357/2014 DE 03 DE ABRIL DE 2014.

“NOMEIA SERVIDORA APROVADA EM CONCURSO PÚBLICO.”

GILSON DAMACENO, Prefeito Municipal em Exercício de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

CONSIDERANDO a classificação obtida no Concurso Público nº 001/2013 e respectivo Edital de Chamamento;

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada em razão de aprovação em concurso público, a Sra. THAIS CRISTINA BONETTI, portadora do RG n. 9.715.669-7 e do CPF n. 051.671.529-17, para exercer o cargo efetivo de MÉDICA, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria

Municipal de Saúde.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução deste Decreto correrão à conta da dotação própria consignada no orçamento vigente e futuros.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 03 DE ABRIL DE 2014.

GILSON DAMACENO

Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

### **Decreto 358/2014**

DECRETO Nº 358/2014 DE 03 DE ABRIL DE 2014.

"CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

GILSON DAMACENO, Prefeito Municipal em Exercício de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do município de Ponte Serrada, combinada com a Lei Municipal Complementar n. 082/2007 e:

CONSIDERANDO a aprovação e classificação no Processo Seletivo nº 003/2013 e respectivo Edital de Chamamento;

DECRETA:

Art. 1º - Fica contratada a Sra. LEDIANE FÁTIMA DA COSTA, portadora do RG n. 5.710.997 e do CPF n. 083.941.399-81, para exercer o cargo de PROFESSORA CARGO EM EXTINÇÃO com 20:00 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos a partir do dia 01 de abril de 2014.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 03 DE ABRIL DE 2014.

GILSON DAMACENO

Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

### **Decreto 359/2014**

DECRETO Nº 359/2014 DE 03 DE ABRIL DE 2014.

"CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

GILSON DAMACENO, Prefeito Municipal em Exercício de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do município de Ponte Serrada, combinada com a Lei Municipal Complementar n. 082/2007 e:

CONSIDERANDO a aprovação e classificação no Processo Seletivo nº 003/2013 e respectivo Edital de Chamamento;

DECRETA:

Art. 1º - Fica contratada a Sra. ELISANGELA APARECIDA DE

MORAIS, portadora do RG n. 5.248.178-6 e do CPF n. 056.706.389-56, para exercer o cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS com 44:00 (quarenta e quatro) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos a partir do dia 01 de abril de 2014.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 03 DE ABRIL DE 2014.

GILSON DAMACENO

Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

### **Decreto 360/2014**

DECRETO Nº 360/2014 DE 03 DE ABRIL DE 2014.

"EXONERA SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

GILSON DAMACENO, Prefeito Municipal em Exercício de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

EXONERA A PEDIDO:

Art. 1º - Fica exonerado o Servidor Público Municipal Sr. CLODOMIRO FRANCISCO PEREIRA, matrícula 6163, ocupante do cargo de ASSISTENTE, lotado na Secretaria Municipal de Serviços Urbanos.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 03 DE ABRIL DE 2014.

GILSON DAMACENO

Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

### **Decreto 361/2014**

DECRETO Nº 361/2014, DE 07 DE ABRIL DE 2014.

"PRORROGA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica prorrogada a Licença para Tratamento de Saúde do Funcionário Público Municipal Sr. NELSON GASPERINI, Matrícula 5769, ocupante do cargo de OPERADOR DE TRATOR AGRÍCOLA, com 44 :00 horas/semanais, lotada na Secretaria Municipal de Agricultura.

Art. 2º - O benefício foi concedido até a data de 31 de maio de 2014, conforme comunicado de decisão em anexo, podendo ainda

o servidor se considerar incapacitado para o trabalho, requerer novo exame medico pericial, mediante formalização pedido de prorrogação.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 07 DE ABRIL DE 2014.  
EDUARDO COPPINI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

### **Decreto 362/2014**

DECRETO Nº 362/2014, DE 07 DE ABRIL DE 2014.

"DISPÕE SOBRE NOVA LOTAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência e

CONSIDERANDO a necessidade de o município transferir o local de trabalho de alguns de seus servidores, com vistas a atender ao interesse público, sobretudo no tocante à excelência na prestação dos serviços de responsabilidade do ente público,

DECRETA:

Art. 1º - Fica determinado que a servidora ANGELA JUSSARA BASI, matrícula 6180, ocupante do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com 44:00 horas semanais, passará a ser lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos a partir do dia 01 de abril de 2014.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 07 DE ABRIL DE 2014.  
EDUARDO COPPINI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei

### **Decreto 363/2014**

DECRETO Nº 363/2014 DE 08 DE ABRIL DE 2014.

"NOMEIA SERVIDOR APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO."

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

CONSIDERANDO a classificação obtida no Concurso Público nº 001/2013 e respectivo Edital de Chamamento;

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado em razão de aprovação em concurso público o Sr. ROUMÁRIO LUIZ BOTTOLI, portador do RG n. 5.696.097 e do CPF n. 069.977.349-01, para exercer o cargo efetivo de OPERADOR DE RETROESCAVADEIRA, com 44:00 horas semanais, lotado

na Secretaria Municipal de Agricultura.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução deste Decreto correrão à conta da dotação própria consignada no orçamento vigente e futuros.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 08 DE ABRIL DE 2014.  
EDUARDO COPPINI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

### **Decreto 364/2014**

DECRETO Nº 364/2014 DE 08 DE ABRIL DE 2014.

"CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do município de Ponte Serrada, combinada com a Lei Municipal Complementar n. 082/2007 e:

CONSIDERANDO a aprovação e classificação no Processo Seletivo nº 003/2013 e respectivo Edital de Chamamento;

DECRETA:

Art. 1º - Fica contratada a Sra. RAQUEL DE MOURA, portadora do RG n. 5.248.136 e do CPF n. 080.181.199-61, para exercer o cargo de PROFESSORA CARGO EM EXTINÇÃO com 20:00 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos a partir de 24 de março de 2014.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 08 DE ABRIL DE 2014.  
EDUARDO COPPINI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

### **Decreto 365/2014**

DECRETO Nº 365/2014, DE 08 DE ABRIL DE 2014.

NOMEIA DIRETOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º. - Fica nomeado o Sr. ANILDO RIBEIRO DE MORAIS, portador do RG n. 2.070.664 e do CPF n.636.481.649-53, para exercer o cargo de provimento em comissão de DIRETOR, Padrão "CC", Nível "05", com 44:00 horas/semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos a partir do dia 07 de abril de 2014.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 08 DE ABRIL DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

### **Decreto 366/2014**

DECRETO Nº 366/2014, DE 08 DE ABRIL DE 2014.

"CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida a Licença para Tratamento de Saúde da Funcionária Pública Municipal Sra. METILDE CARICIMO FORMIGHIERI, Matrículas 36 e 852, PROFESSORA, com 40:00 horas/semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - O período do atestado médico é de 60 (trinta) dias, a contar do dia 01 de abril de 2014, conforme cópia em anexo, sendo que a data da licença para tratamento poderá ser prorrogada ou reduzida conforme decisão da perícia médica a ser realizada pelo INSS.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 08 DE ABRIL DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

### **Decreto 367/2014**

DECRETO Nº 367/2014, DE 08 DE ABRIL DE 2014.

"EXONERA SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

EXONERA A PEDIDO:

Art. 1º - Fica exonerada a Servidora Pública Municipal Sra. DENISE TEREZINHA MARTINELLI DE SOUZA, matrícula 937, ocupante do cargo efetivo de PROFESSORA (20:00 horas semanais), lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos a partir do dia 01 de fevereiro de 2014.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 08 DE ABRIL DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

### **Decreto 368/2014**

DECRETO Nº 368/2014 DE 08 DE ABRIL DE 2014.

"CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do município de Ponte Serrada, combinada com a Lei Municipal Complementar n. 082/2007 e:

CONSIDERANDO a aprovação e classificação no Processo Seletivo nº 003/2013 e respectivo Edital de Chamamento;

DECRETA:

Art. 1º - Fica contratada a Sra. MARCIA RIBEIRO, portadora do RG n. 4.850.747-4 e do CPF n. 067.036.689-73, para exercer o cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS com 44:00 (quarenta e quatro) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 08 DE ABRIL DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

### **Decreto 369/2014**

DECRETO Nº 369/2014 DE 08 DE ABRIL DE 2014.

"CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do município de Ponte Serrada, combinada com a Lei Municipal Complementar n. 082/2007 e:

CONSIDERANDO a aprovação e classificação no Processo Seletivo nº 003/2013 e respectivo Edital de Chamamento;

DECRETA:

Art. 1º - Fica contratada a Sra. LIANE KARINA BRUXEL, portadora do RG n. 4.454.015 e do CPF n. 038.027.239-37, para exercer o



cargo de PROFESSORA CARGO EM EXTINÇÃO com 20:00 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos a partir do dia 27 de março de 2014.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 08 DE ABRIL DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

### **Decreto 370/2014**

DECRETO Nº 370/2014, DE 14 DE ABRIL DE 2014.

"NOMEIA SERVIDOR APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO."

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

CONSIDERANDO a classificação obtida no Concurso Público nº 001/2013 e respectivo Edital de Chamamento;

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado em razão de aprovação em concurso público o Sr. MARCOS CORONA, portador do RG n. 3.807.208 e do CPF n. 004.565.099-33, para exercer o cargo efetivo de MOTORISTA DE AMBULÂNCIA, Nível "61", Referência "A", com 44:00 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução deste Decreto correrão à conta da dotação própria consignada no orçamento vigente e futuros.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 14 DE ABRIL DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

### **Decreto 371/2014**

DECRETO Nº 371/2014, DE 14 DE ABRIL DE 2014.

"ALTERA CARGA HORÁRIA"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

CONSIDERANDO que a Lei Complementar n. 154/2014 de 08 de abril de 2014, dispõe sobre a alteração de carga horária para o cargo de Nutricionista 20 (vinte) horas para 40 (quarenta) horas semanais;

DECRETA:

Art. 1º - Fica alterada para 40:00 (quarenta) horas semanais a

carga horária da servidora ALICE CRISTINA FROZZA, matrícula 5778, ocupante do cargo de NUTRICIONISTA.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução deste Decreto correrão à conta da dotação própria consignada no orçamento vigente e futuros.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 14 DE ABRIL DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei

### **Decreto 372/2014**

DECRETO Nº 372/2014 DE 14 DE ABRIL DE 2014.

"DISPÕE SOBRE NOVA LOTAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência e

CONSIDERANDO a necessidade de o município transferir o local de trabalho de alguns de seus servidores, com vistas a atender ao interesse público, sobretudo no tocante à excelência na prestação dos serviços de responsabilidade do ente público,

DECRETA:

Art. 1º - Fica determinado que o servidor GELSO JOSE ANSEMI, matrícula 747, ocupante do cargo efetivo de MOTORISTA, Nível "51", Referência "F", passará a ser lotado como MOTORISTA DE AMBULÂNCIA, Nível "61", Referência "F", junto a Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução deste Decreto correrão à conta da dotação própria consignada no orçamento vigente e futuros.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 14 DE ABRIL DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei

### **Decreto 373/2014**

DECRETO Nº 373/2014, DE 14 DE ABRIL DE 2014.

NOMEIA CHEFE DE SETOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º. - Fica nomeado a partir do dia 15 de abril de 2014 o Sr. FRANCO BAGGIO, inscrito no RG n. 3.842.879 e no CPF 050.973.299-29 para exercer o cargo de provimento em comissão de CHEFE DE SETOR, Padrão "CC", Nível "05", com 40:00 horas/

semanais, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 14 DE ABRIL DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

### **Decreto 374/2014**

DECRETO Nº 374/2014, DE 14 DE ABRIL DE 2014.

"EXONERA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

#### **EXONERA A PEDIDO:**

Art. 1º - Fica exonerada a Servidora Pública Municipal Sra. CAROLINE ISIS MUSSIO, matrícula 5763, ocupante do cargo efetivo de PSICÓLOGA (20:00 horas semanais), lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos ao dia 11 de abril de 2014.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 14 DE ABRIL DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

### **Decreto 375/2014**

DECRETO Nº 375/2014, DE 14 DE ABRIL DE 2014.

"EXONERA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

#### **EXONERA A PEDIDO:**

Art. 1º - Fica exonerado o Servidor Público Municipal Sr. JOSIAS ROTELLIS PINO GOMES, matrícula 6252, ocupante do cargo efetivo de AGENTE DE MANUTENÇÃO (44:00 horas semanais), lotado na Secretaria Municipal de Serviços Urbanos.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto

correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos ao dia 10 de abril de 2014.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 14 DE ABRIL DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

### **Decreto 376/2014**

DECRETO Nº 376/2014, DE 14 DE ABRIL DE 2014.

"EXONERA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

#### **EXONERA A PEDIDO:**

Art. 1º - Fica exonerada a Servidora Pública Municipal Sra. GRACIELI BORGES VIEIRA, matrícula 6205, ocupante do cargo AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS (44:00 horas semanais), lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 14 DE ABRIL DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

### **Decreto 377/2014**

DECRETO Nº 377/2014, DE 14 DE ABRIL DE 2014.

"PRORROGA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

#### **DECRETA:**

Art. 1º - Fica prorrogada a Licença para Tratamento de Saúde da Funcionária Pública Municipal Sra. SELÍRIA KOCHER DAMACENO, Matrícula 6259, ocupante do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com 44:00 horas/semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - O benefício foi concedido até a data de 31 de maio de 2014, conforme comunicado de decisão em anexo, podendo ainda o servidor se considerar incapacitado para o trabalho, requerer novo exame médico pericial, mediante formalização pedido de prorrogação.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto

correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 14 DE ABRIL DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

### **Decreto 378/2014**

DECRETO Nº 378/2014, DE 14 DE ABRIL DE 2014.  
"PRORROGA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica prorrogada a Licença para Tratamento de Saúde da Funcionária Pública Municipal Sra. ZELI APARECIDA DAMACENO, Matrícula 6190, ocupante do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com 44 :00 horas/semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - O benefício foi concedido até a data de 31 de abril de 2014, conforme comunicado de decisão em anexo, podendo ainda o servidor se considerar incapacitado para o trabalho, requerer novo exame médico pericial, mediante formalização pedido de prorrogação.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 14 DE ABRIL DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

### **Decreto 379/2014**

DECRETO Nº 379/2014 DE 14 DE ABRIL DE 2014.  
"CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do município de Ponte Serrada, combinada com a Lei Municipal Complementar n. 082/2007 e:

CONSIDERANDO a aprovação e classificação no Processo Seletivo nº 003/2013 e respectivo Edital de Chamamento;

DECRETA:

Art. 1º - Fica contratada a Sra. JORDANA FORNARI, portadora do RG n. 5.710.560 e do CPF n. 069.536.029-96, para exercer o cargo de PROFESSORA CARGO EM EXTINÇÃO com 20:00 (vinte) horas

semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos a partir do dia 01 de abril de 2014.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 14 DE ABRIL DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

### **Decreto 380/2014**

DECRETO Nº 380/2014, DE 14 DE ABRIL DE 2014.  
"EXONERA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

EXONERA A PEDIDO:

Art. 1º - Fica exonerado o Servidor Público Municipal Sr. DEOC-LÉCIO BERTÉ, matrícula 776, ocupante do cargo OPERADOR DE MOTONIVELADORA (44:00 horas semanais), lotado na Secretaria Municipal de Transportes e Obras.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos ao dia 08 de abril de 2014.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 14 DE ABRIL DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

### **Decreto 382/2014**

DECRETO Nº 382/2014, DE 14 DE ABRIL DE 2014.  
"ALTERA CARGA HORARIA TEMPORARIAMENTE COMO ESPECÍFICA"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

CONSIDERANDO, a necessidade contratação de novos professores, em regime suplementar e temporário;

CONSIDERANDO, que o art. 17 da Lei Municipal Complementar n. 080/2007 prevê a possibilidade da Administração em regime suplementar e temporário alterar a carga horária dos professores desde que preenchidos os requisitos (ar. 17,§3º);



CONSIDERANDO, que o assunto já foi debatido pelo Tribunal de Contas deste Estado, no Prejulgado 1449, sessão em 22.09.2003 e assim decidido:

"A alteração da carga horária de servidor público é assunto de interesse local, sendo de competência dos municípios disciplinar acerca da matéria, conforme determina o inciso I do art. 30 da Constituição Federal.

No regime estatutário, o Município detém poder discricionário para unilateralmente, mediante lei formal, modificar as condições do serviço e a remuneração dos ocupantes de cargos públicos, inclusive a carga horária de trabalho, a cujo cumprimento estão eles obrigados, haja vista não terem direito adquirido em relação a ela, salvo se a lei que regulamentar sua alteração dispuser de modo diverso. (...)".

**DECRETA:**

Art. 1º. - Fica alterada a carga horária da servidora pública municipal Sra. JANAINA DAIANE FORNARI FORLIN, matrícula 6246, PROFESSORA, com 20:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, para responder temporariamente por mais 20:00 horas.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos ao dia 26 de março de 2014.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 14 DE ABRIL DE 2014.  
EDUARDO COPPINI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

**Decreto 383/2014**

DECRETO Nº 383/2014, DE 14 DE ABRIL DE 2014.

"ALTERA CARGA HORARIA TEMPORARIAMENTE COMO ESPECIFICA"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

CONSIDERANDO, a necessidade contratação de novos professores, em regime suplementar e temporário;

CONSIDERANDO, que o art. 17 da Lei Municipal Complementar n. 080/2007 prevê a possibilidade da Administração em regime suplementar e temporário alterar a carga horária dos professores desde que preenchidos os requisitos (ar. 17,§3º);

CONSIDERANDO, que o assunto já foi debatido pelo Tribunal de Contas deste Estado, no Prejulgado 1449, sessão em 22.09.2003 e assim decidido:

"A alteração da carga horária de servidor público é assunto de interesse local, sendo de competência dos municípios disciplinar acerca da matéria, conforme determina o inciso I do art. 30 da Constituição Federal.

No regime estatutário, o Município detém poder discricionário para unilateralmente, mediante lei formal, modificar as condições do

serviço e a remuneração dos ocupantes de cargos públicos, inclusive a carga horária de trabalho, a cujo cumprimento estão eles obrigados, haja vista não terem direito adquirido em relação a ela, salvo se a lei que regulamentar sua alteração dispuser de modo diverso. (...)".

**DECRETA:**

Art. 1º. - Fica alterada a carga horária da servidora pública municipal Sra. EULA PAULA DA SILVA RODRIGUES DA CRUZ, matrícula 1549, PROFESSORA CARGO EM EXTINÇÃO, com 20:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, para responder temporariamente por mais 20:00 horas.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos ao dia 28 de março de 2014.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 14 DE ABRIL DE 2014.  
EDUARDO COPPINI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

**Decreto 384/2014**

DECRETO Nº 384/2014, DE 14 DE ABRIL DE 2014.

"ALTERA CARGA HORARIA TEMPORARIAMENTE COMO ESPECIFICA"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

CONSIDERANDO, a necessidade contratação de novos professores, em regime suplementar e temporário;

CONSIDERANDO, que o art. 17 da Lei Municipal Complementar n. 080/2007 prevê a possibilidade da Administração em regime suplementar e temporário alterar a carga horária dos professores desde que preenchidos os requisitos (ar. 17,§3º);

CONSIDERANDO, que o assunto já foi debatido pelo Tribunal de Contas deste Estado, no Prejulgado 1449, sessão em 22.09.2003 e assim decidido:

"A alteração da carga horária de servidor público é assunto de interesse local, sendo de competência dos municípios disciplinar acerca da matéria, conforme determina o inciso I do art. 30 da Constituição Federal.

No regime estatutário, o Município detém poder discricionário para unilateralmente, mediante lei formal, modificar as condições do serviço e a remuneração dos ocupantes de cargos públicos, inclusive a carga horária de trabalho, a cujo cumprimento estão eles obrigados, haja vista não terem direito adquirido em relação a ela, salvo se a lei que regulamentar sua alteração dispuser de modo diverso. (...)".

**DECRETA:**

Art. 1º. - Fica alterada a carga horária da servidora pública municipal Sra. IDILES PERONDI ACUNHA, matrícula 6181, PROFESSORA CARGO EM EXTINÇÃO, com 20:00 horas semanais, lotada na

Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, para responder temporariamente por mais 20:00 horas.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos ao dia 01 de abril de 2014.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 14 DE ABRIL DE 2014.  
EDUARDO COPPINI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

### **Decreto 384/2014**

DECRETO Nº 384/2014, DE 14 DE ABRIL DE 2014.

"ALTERA CARGA HORARIA TEMPORARIAMENTE COMO ESPECIFICA"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

CONSIDERANDO, a necessidade contratação de novos professores, em regime suplementar e temporário;

CONSIDERANDO, que o art. 17 da Lei Municipal Complementar n. 080/2007 prevê a possibilidade da Administração em regime suplementar e temporário alterar a carga horária dos professores desde que preenchidos os requisitos (ar. 17,§3º);

CONSIDERANDO, que o assunto já foi debatido pelo Tribunal de Contas deste Estado, no Prejulgado 1449, sessão em 22.09.2003 e assim decidido:

"A alteração da carga horária de servidor público é assunto de interesse local, sendo de competência dos municípios disciplinar acerca da matéria, conforme determina o inciso I do art. 30 da Constituição Federal.

No regime estatutário, o Município detém poder discricionário para unilateralmente, mediante lei formal, modificar as condições do serviço e a remuneração dos ocupantes de cargos públicos, inclusive a carga horária de trabalho, a cujo cumprimento estão eles obrigados, haja vista não terem direito adquirido em relação a ela, salvo se a lei que regulamentar sua alteração dispuser de modo diverso. (...)".

DECRETA:

Art. 1º. - Fica alterada a carga horária da servidora pública municipal Sra. IDILES PERONDI ACUNHA, matrícula 6181, PROFESSORA CARGO EM EXTINÇÃO, com 20:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, para responder temporariamente por mais 20:00 horas.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos ao dia 01 de abril de 2014.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 14 DE ABRIL DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

### **Decreto 385/2014**

DECRETO Nº 385/2014, DE 14 DE ABRIL DE 2014.

"ALTERA CARGA HORARIA TEMPORARIAMENTE COMO ESPECIFICA"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

CONSIDERANDO, a necessidade contratação de novos professores, em regime suplementar e temporário;

CONSIDERANDO, que o art. 17 da Lei Municipal Complementar n. 080/2007 prevê a possibilidade da Administração em regime suplementar e temporário alterar a carga horária dos professores desde que preenchidos os requisitos (ar. 17,§3º);

CONSIDERANDO, que o assunto já foi debatido pelo Tribunal de Contas deste Estado, no Prejulgado 1449, sessão em 22.09.2003 e assim decidido:

"A alteração da carga horária de servidor público é assunto de interesse local, sendo de competência dos municípios disciplinar acerca da matéria, conforme determina o inciso I do art. 30 da Constituição Federal.

No regime estatutário, o Município detém poder discricionário para unilateralmente, mediante lei formal, modificar as condições do serviço e a remuneração dos ocupantes de cargos públicos, inclusive a carga horária de trabalho, a cujo cumprimento estão eles obrigados, haja vista não terem direito adquirido em relação a ela, salvo se a lei que regulamentar sua alteração dispuser de modo diverso. (...)".

DECRETA:

Art. 1º. - Fica alterada a carga horária da servidora pública municipal Sra. LIZETE DE MARTINI FACHINELLO, matrícula 886, PROFESSORA, com 20:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, para responder temporariamente por mais 20:00 horas.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos ao dia 11 de abril de 2014.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 14 DE ABRIL DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

**Decreto 386**

DECRETO Nº 386/2014, DE 14 DE ABRIL DE 2014.

**"ALTERA CARGA HORARIA TEMPORARIAMENTE COMO ESPECIALISTA"**

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

CONSIDERANDO, a necessidade contratação de novos professores, em regime suplementar e temporário;

CONSIDERANDO, que o art. 17 da Lei Municipal Complementar n. 080/2007 prevê a possibilidade da Administração em regime suplementar e temporário alterar a carga horária dos professores desde que preenchidos os requisitos (ar. 17,§3º);

CONSIDERANDO, que o assunto já foi debatido pelo Tribunal de Contas deste Estado, no Prejulgado 1449, sessão em 22.09.2003 e assim decidido:

"A alteração da carga horária de servidor público é assunto de interesse local, sendo de competência dos municípios disciplinar acerca da matéria, conforme determina o inciso I do art. 30 da Constituição Federal.

No regime estatutário, o Município detém poder discricionário para unilateralmente, mediante lei formal, modificar as condições do serviço e a remuneração dos ocupantes de cargos públicos, inclusive a carga horária de trabalho, a cujo cumprimento estão eles obrigados, haja vista não terem direito adquirido em relação a ela, salvo se a lei que regulamentar sua alteração dispuser de modo diverso. (...)"

DECRETA:

Art. 1º. - Fica alterada a carga horária da servidora pública municipal Sra. TANIA REGINA MENDES, matrícula 54, PROFESSORA CARGO EM EXTINÇÃO, com 20:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, para responder temporariamente por mais 20:00 horas.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos ao dia 04 de abril de 2014.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 14 DE ABRIL DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

**Decreto 387/2014**

DECRETO Nº 387/2014, DE 14 DE ABRIL DE 2014.

**NOMEIA DIRETOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"**

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º. - Fica nomeada a Sra. MARI LUCIA SAMPAIO, portadora

da Carteira de Identidade n. 3.867.484 SSP - SC e do CPF n. 043.771.719-41, matrícula 6178, para exercer o cargo de provimento em comissão de DIRETOR, Padrão "CC", Nível "05", com 44:00 horas/semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos a partir do dia 01 de abril de 2014.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 14 DE ABRIL DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

**Decreto 388/2014**

DECRETO Nº 388/2014, DE 14 DE ABRIL DE 2014.

**"DISPÕE SOBRE NOVA LOTAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"**

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência e

CONSIDERANDO a necessidade de o município transferir o local de trabalho de alguns de seus servidores, com vistas a atender ao interesse público, sobretudo no tocante à excelência na prestação dos serviços de responsabilidade do ente público,

DECRETA:

Art. 1º - Fica determinado que a servidora ALESSANDRA PAULA DE ALMEIDA, matrícula 1531, ocupante do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com 44:00 horas semanais, passará a ser lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos a partir do dia 01 de abril de 2014.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 14 DE ABRIL DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei

**Decreto 389/2014**

DECRETO Nº 389/2014, DE 14 DE ABRIL DE 2014.

**"DISPÕE SOBRE NOVA LOTAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"**

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência e

CONSIDERANDO a necessidade de o município transferir o local de trabalho de alguns de seus servidores, com vistas a atender ao interesse público, sobretudo no tocante à excelência na prestação dos serviços de responsabilidade do ente público,

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica determinado que a servidora GIOVANA WRUBLIESKI, matrícula 5721, ocupante do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com 44:00 horas semanais, passará a ser lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos a partir do dia 01 de abril de 2014.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 14 DE ABRIL DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei

**Decreto 390/2014**

DECRETO Nº 390/2014, DE 22 DE ABRIL DE 2014.

"NOMEIA ASSESSOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

**DECRETA:**

Art. 1º. - Fica nomeada a Sra. RONIEMI MAGNAGUAGNO, inscrita no RG n. 4.692.343 e no CPF 076.299.939-00 para exercer o cargo de provimento em comissão de ASSESSORA, Padrão "CC", Nível "04", com 44:00 horas/semanais, lotada na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos ao dia 10 de abril de 2014.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 22 DE ABRIL DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

**Decreto 391/2014**

DECRETO Nº 391/2014, DE 22 DE ABRIL DE 2014.

"NOMEIA ASSESSOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

**DECRETA:**

Art. 1º. - Fica nomeada a Sra. MARLY ANA FRANZEN, matrícula 6150 para exercer o cargo de provimento em comissão de ASSESSORA, Padrão "CC", Nível "04", com 44:00 horas/semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos ao dia 01 de abril de 2014.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 22 DE ABRIL DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

**Decreto 392/2014**

DECRETO Nº 392/2014, DE 22 DE ABRIL DE 2014.

"NOMEIA ASSESSOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

**DECRETA:**

Art. 1º. - Fica nomeada a Sra. SIMONE ALLEBRANDT, matrícula 6085 para exercer o cargo de provimento em comissão de ASSESSORA, Padrão "CC", Nível "04", com 44:00 horas/semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos ao dia 01 de abril de 2014.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 22 DE ABRIL DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

**Decreto 393/2014**

DECRETO Nº 393/2014, DE 22 DE ABRIL DE 2014.

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do Município de Ponte Serrada e demais legislação de regência e,

CONSIDERANDO o previsto no Inciso IV, do Artigo 44º, da Lei Complementar nº 106/2010 de 14 de setembro de 2010;

CONSIDERANDO o desempenho da função de Coordenadora no Centro de Educação Infantil Hortência Rodrigues de Almeida;

**DECRETA:**

Art. 1º. - Fica nomeada a Servidora Pública Municipal Sra. SANDRA MARA GHISLENI DA SILVA, Matrícula 643, ocupante do cargo de PROFESSORA (20:00 HORAS SEMANAIS), lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, para responder pelo Cargo de Confiança com Função Gratificada de 42% (quarenta e dois por cento).

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.



Art. 3º. - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos a partir do dia 01 de abril de 2014.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 22 DE ABRIL DE 2014.

EDUARDO COPPINI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

### **Decreto 394/2014**

DECRETO Nº 394/2014, DE 22 DE ABRIL DE 2014.

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do Município de Ponte Serrada e demais legislação de regência e,

CONSIDERANDO o previsto no Inciso IV, do Artigo 44º, da Lei Complementar nº 106/2010 de 14 de setembro de 2010;

CONSIDERANDO o desempenho da função de Coordenadora no Centro de Educação Infantil Gerólino Emílio Marini;

DECRETA:

Art. 1º. - Fica nomeada a Servidora Pública Municipal Sra. SANDRA MARIA VICENSI GUERRA, Matrícula 801, ocupante do cargo de PROFESSORA (20:00 HORAS SEMANAIS), lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, para responder pelo Cargo de Confiança com Função Gratificada de 39% (trinta e nove por cento).

Art. 2º. - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos a partir do dia 01 de abril de 2014.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 22 DE ABRIL DE 2014.

EDUARDO COPPINI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

### **Decreto 395/2014**

DECRETO Nº 395/2014, DE 22 DE ABRIL DE 2014.

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do Município de Ponte Serrada e demais legislação de regência e,

CONSIDERANDO o previsto no Inciso IV, do Artigo 44º, da Lei Complementar nº 106/2010 de 14 de setembro de 2010;

CONSIDERANDO o desempenho da função de Coordenadora no Centro de Educação Infantil Pequeno Cidadão;

DECRETA:

Art. 1º. - Fica nomeada a Servidora Pública Municipal Sra. MARA LUCIA GRAEFF MAGDÓLIO, Matrícula 941, ocupante do cargo de

PROFESSORA (20:00 HORAS SEMANAIS), lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, para responder pelo Cargo de Confiança com Função Gratificada de 41% (quarenta e um por cento).

Art. 2º. - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos a partir do dia 01 de abril de 2014.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 22 DE ABRIL DE 2014.

EDUARDO COPPINI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

### **Decreto 396/2014**

DECRETO Nº 396/2014, DE 22 DE ABRIL DE 2014.

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do Município de Ponte Serrada e demais legislação de regência e,

CONSIDERANDO o previsto no Inciso IV, do Artigo 44º, da Lei Complementar nº 106/2010 de 14 de setembro de 2010;

CONSIDERANDO o desempenho da função de Coordenadora no Centro de Educação Infantil Tereza Ferronato Fávero;

DECRETA:

Art. 1º. - Fica nomeada a Servidora Pública Municipal Sra. MARILIZA SANTINA NADZUCK DA SILVA, Matrícula 67, ocupante do cargo de PROFESSORA (20:00 HORAS SEMANAIS), lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, para responder pelo Cargo de Confiança com Função Gratificada de 37% (trinta e sete por cento).

Art. 2º. - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos a partir do dia 01 de abril de 2014.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 22 DE ABRIL DE 2014.

EDUARDO COPPINI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

### **Decreto 397/2014**

DECRETO Nº 397/2014, DE 22 DE ABRIL DE 2014.

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do Município de Ponte Serrada e demais legislação de regência e,

CONSIDERANDO o previsto no Inciso IV, do Artigo 44º, da Lei Complementar nº 106/2010 de 14 de setembro de 2010;  
CONSIDERANDO o desempenho da função de Coordenadora no Centro de Educação Infantil Hermínia Severgnini;

**DECRETA:**

Art. 1º. - Fica nomeada a Servidora Pública Municipal Sra. DILVANE BALBINOT, Matrícula 920, ocupante do cargo de PROFESSORA (20:00 HORAS SEMANAIS), lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, para responder pelo Cargo de Confiança com Função Gratificada de 37% (trinta e sete por cento).

Art. 2º. - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos a partir do dia 01 de abril de 2014.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 22 DE ABRIL DE 2014.

EDUARDO COPPINI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

**Decreto 398/2014**

DECRETO Nº 398/2014, DE 22 DE ABRIL DE 2014.

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do Município de Ponte Serrada e demais legislação de regência e,

CONSIDERANDO o desempenho da função de Coordenador da Defesa Civil pelo funcionário público Sr. ROBSON ACUNHA;  
CONSIDERANDO o previsto no Inciso IV, do Artigo 44º, da Lei Complementar nº 106/2010 de 14 de setembro de 2010;

**DECRETA:**

Art. 1º. - Fica nomeado o Servidor Público Municipal Sr. ROBSON ACUNHA, Matrícula 1566, ocupante do cargo de AGENTE DA DEFESA CIVIL lotado na Secretaria Municipal de Meio Ambiente para responder pelo Cargo de Confiança com Função Gratificada de 70% (setenta por cento).

Art. 2º. - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos a partir do dia 01 de abril de 2014.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 22 DE ABRIL DE 2014.

EDUARDO COPPINI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

**Decreto 399/2014**

DECRETO Nº 399/2014 DE 22 DE ABRIL DE 2014.

"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica concedida férias a Servidora Pública Municipal Sra. DAYANE PAULA PIMENTEL, Matrícula 5709 ocupante do cargo efetivo de MONITORA, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social, por um período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 13 de setembro de 2012 a 12 de setembro de 2013, e que serão gozadas de 05 de maio a 03 de junho de 2014.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 22 DE ABRIL DE 2014.

EDUARDO COPPINI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

**Decreto 400/2014**

DECRETO Nº 0400/2014, DE 29 DE ABRIL DE 2014.

"DESMEMBRA TERRENO URBANO, CONFORME ESPECIFICA".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais na forma da Lei Orgânica do Município de Ponte Serrada, combinada com as Leis nº 6.766/79 de 19 de dezembro de 1979 e Lei nº. 6.063/82 de 24 de maio de 1982.

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica aprovado o desmembramento de um terreno urbano, com área total de 1850,00m², matrícula 9.023, CRI de Ponte Serrada, lote 49-B, localizado na Rua Adão Tobias, Vila Pouso dos Tropeiros, cidade de Ponte Serrada - SC, de propriedade do Sr. VALTECIR ANTONIO VENTURIN, conforme mapa e memorial descritivo anexo:

Art. 2º - Área destinada à servidão de passagem com 149,57m²;

Art. 3º - Área remanescente denominado de 49B-1, com área de total de 450,00m²;

Art. 4º - Área desmembrada, denominada de lote 49B-2 com área total de 1.250,43m²

Art. 5º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 29 DE ABRIL DE 2014.

Registrado e publicado em data supra, na forma da lei.

EDUARDO COPPINI  
Prefeito Municipal



**Decreto 401/2014**

DECRETO Nº 401/2014 DE 29 DE ABRIL DE 2014.

"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

## DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida férias ao Servidor Público Municipal Sr. VALDIR BORGES MARTINS, Matrícula 819 ocupante do cargo efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, lotado na Secretaria Municipal de Transportes e Obras, por um período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 02 de abril de 2011 a 01 de abril de 2012, e que serão gozadas de 30 de abril a 29 de maio de 2014.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 29 DE ABRIL DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

**Decreto 402/2014**

DECRETO Nº 402/2014, DE 29 DE ABRIL DE 2014.

"CONCEDE LICENÇA PARA TRATAR DE ASSUNTOS PARTICULARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

## DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida Licença para Tratar de Assuntos Particulares, a Funcionária Pública Municipal Sra. MARILENE SAMPAIO VOSS, matrícula 231, ocupante do cargo efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO, Nível "22", Referência "D", com 44:00 horas/semanais, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, por um período de 2 (dois) anos a contar do dia 28 de abril de 2014.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos ao dia 28 de abril de 2014.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 29 DE ABRIL DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

**Decreto 403/2014**

DECRETO Nº 403/2014, DE 29 DE ABRIL DE 2014.

"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

## DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida férias a Servidora Pública Municipal Sra. ANDREÍZA HILDA KARCH PEREIRA, Matrícula 5755 ocupante do cargo efetivo de ENFERMEIRA (40:00 horas semanais), lotada na Secretaria Municipal de Saúde, por um período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 19 de dezembro de 2012 a 18 de dezembro de 2013, e que serão gozadas de 22 de abril a 21 de maio de 2014.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos ao dia 22 de abril de 2014.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 29 DE ABRIL DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

**Decreto 404/2014**

DECRETO Nº 404/2014, DE 29 DE ABRIL DE 2014.

"PRORROGA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

## DECRETA:

Art. 1º - Fica prorrogada a Licença para Tratamento de Saúde da Funcionária Pública Municipal Sra. PRICILA ALINE MAIER, Matrícula 6211, ocupante do cargo de PROFESSORA CARGO EM EXTINÇÃO, com 20:00 horas/semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - O benefício foi concedido até o dia 28 de abril de 2014, conforme comunicado de decisão em anexo, podendo ainda a servidora se considerar incapacitada para o trabalho, requerer novo exame médico pericial, mediante formalização de pedido de prorrogação.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 29 DE ABRIL DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

**Decreto 405/2014**

DECRETO Nº 405/2014, DE 30 DE ABRIL DE 2014.  
NOMEIA CHEFE DE SETOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

**DECRETA:**

Art. 1º. - Fica nomeado a partir do dia 05 de maio de 2014 o Sr. NIRTO DE OLIVEIRA, inscrito no RG n. 3695.196 e no CPF 250.821.249-00 para exercer o cargo de provimento em comissão de CHEFE DE SETOR, Padrão “CC”, Nível “05”, com 40:00 horas/semanais, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 30 DE ABRIL DE 2014.

EDUARDO COPPINI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

**Decreto 407/2014**

DECRETO Nº 407/2014, DE 07 DE MAIO DE 2014.  
“DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA”.

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do Município de Ponte Serrada e demais legislação de regência e,  
CONSIDERANDO o previsto no Inciso IV, do Artigo 44º, da Lei Complementar nº 106/2010 de 14 de setembro de 2010;

**DECRETA:**

Art. 1º. - Fica nomeada a Servidora Pública Municipal Sra. THAIS CRISTINA BONETTI, Matrícula 6283, ocupante do cargo de MÉDICA (40:00 HORAS SEMANAIS), lotada na Secretaria Municipal de Saúde, para responder pelo Cargo de Confiança com Função Gratificada de 52% (cinquenta e dois por cento).

Art. 2º. - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos a partir do dia 01 de abril de 2014.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 07 DE MAIO DE 2014.

EDUARDO COPPINI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

**Decreto 408/2014**

DECRETO Nº 408/2014, DE 07 DE MAIO DE 2014.  
“DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA”.

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do Município de Ponte Serrada e demais legislação de regência e,

CONSIDERANDO o previsto no Inciso IV, do Artigo 44º, da Lei Complementar nº 106/2010 de 14 de setembro de 2010;

CONSIDERANDO o desempenho da função de Coordenadora do Núcleo de Avançado de Ensino Supletivo (NAES);

**DECRETA:**

Art. 1º. - Fica nomeada a Servidora Pública Municipal Sra. CLEONICE MAXIMO DE OLIVEIRA FELTRIN, Matrícula 746, ocupante do cargo de PROFESSORA (20:00 HORAS SEMANAIS), lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, para responder pelo Cargo de Confiança com Função Gratificada de 40% (quarenta por cento).

Art. 2º. - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos a partir do dia 01 de abril de 2014.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 07 DE MAIO DE 2014.

EDUARDO COPPINI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

**Decreto 409/2014**

DECRETO Nº 409/2014 DE 07 DE MAIO DE 2014.  
“NOMEIA CHEFE DE SETOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

**DECRETA:**

Art. 1º. - Fica nomeada a Sra. TATIANA MUNIZ, matrícula 6055, portadora da Carteira de Identidade nº. 3.919.523 e do CPF 036.651.199-03, para exercer o cargo de provimento em comissão de CHEFE DE SETOR, Padrão “CC”, Nível “05”, com 40:00 horas, passando a ser lotada na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando os Decretos n. 155/2013 de 05 de fevereiro de 2013; n. 355/2014 de 31 de março de 2014 e demais disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos ao dia 01 de maio de 2014.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 07 DE MAIO DE 2014.

EDUARDO COPPINI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

**Decreto 410/2014**

DECRETO Nº 410/2014 DE 09 DE MAIO DE 2014.

"EXONERA SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

**EXONERA:**

Art. 1º - Fica exonerada a Servidora Pública Municipal Sra. SONIA MARY NOVAKOSKI, matrícula 1519, ocupante do cargo de CONSELHEIRA TUTELAR (suplente) lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 09 DE MAIO DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

**Decreto 411/2014**

DECRETO Nº 411/2014, DE 09 DE MAIO DE 2014.

"PRORROGA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica prorrogada a Licença para Tratamento de Saúde da Funcionária Pública Municipal Sra. CLEONICE VIEIRA DOS SANTOS, Matrícula 1421, ocupante do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com 44:00 horas/semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - O benefício foi concedido até o dia 15 de junho de 2014, conforme comunicado de decisão em anexo, podendo ainda a servidora se considerar incapacitada para o trabalho, requerer novo exame médico pericial, mediante formalização de pedido de prorrogação.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 09 DE MAIO DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

**Decreto 412/2014**

DECRETO Nº 412/2014, DE 14 DE MAIO DE 2014.

"CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do município de Ponte Serrada, combinada com a Lei Municipal Complementar n. 082/2007 e:

CONSIDERANDO a concessão e prorrogação do auxílio doença ao servidor NELSON GASPERINI, ocupante do cargo efetivo de OPERADOR DE TRATOR AGRÍCOLA, conforme Decreto n. 361/2014 de 07 de abril de 2014.

CONSIDERANDO que a administração pública não pode se eximir de prestar serviços públicos com excelência, com vistas a que seja atendido o princípio do interesse público e da eficiência; CONSIDERANDO a necessidade do município em contratar servidores em caráter temporário, neste caso para exercer suas atribuições junto à Secretaria Municipal de Agricultura; CONSIDERANDO que a contratação de que trata o presente decreto será feita por período de curta duração, enquanto perdurar a necessidade que motivou a contratação, ou seja, até que o servidor efetivo titular do cargo NELSON GASPERINI retorne as atividades;

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica contratado o Sr. IZAIR ROQUE TELES VIEIRA, portador do RG n. 4.950.031 e do CPF n. 009.338.189-12 para exercer o cargo de OPERADOR DE TRATOR AGRÍCOLA, com 44:00 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 14 DE MAIO DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

**Decreto 413/2014**

DECRETO Nº 413/2014, DE 14 DE MAIO DE 2014.

"CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do município de Ponte Serrada, combinada com a Lei Municipal Complementar n. 082/2007 e:

CONSIDERANDO a aprovação e classificação no Processo Seletivo nº 003/2013 e respectivo Edital de Chamamento;

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica contratada a Sra. Eunice Vieira, portadora do RG n. 5.955.048 e do CPF n. 078.298.679-09 para exercer o cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com 44:00 (quarenta e quatro horas semanais) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento

vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos ao dia 05 de maio de 2014.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 14 DE MAIO DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

#### **Decreto 414/2014**

DECRETO Nº 414/2014 DE 14 DE MAIO DE 2014.

"NOMEIA CHEFE DE SETOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º. - Fica nomeado o Sr. CARLOS FERREIRA MARQUES, matrícula 6161, para exercer o cargo de provimento em comissão de CHEFE DE SETOR, Padrão "CC", Nível "05", com 40:00 horas, lotado na Secretaria Municipal de Serviços Urbanos.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando o Decreto n. 766,/2013 de 05 de novembro de 2013 e demais disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos ao dia 01 de maio de 2014.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 14 DE MAIO DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

#### **Decreto 415/2014**

DECRETO Nº 415/2014 DE 14 DE MAIO DE 2014.

"NOMEIA CHEFE DE SETOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º. - Fica nomeada a Sra. VIVIANE DANDOLINI DE SOUZA inscrita no RG n. 5.413.150 e no CPF n. 075.687.419-07, para exercer o cargo de provimento em comissão de ASSISTENTE, Padrão "CC", Nível "05", com 40:00 horas, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário, produzindo efeitos

retroativos ao dia 14 de abril de 2014.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 14 DE MAIO DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

#### **Decreto 416/2014**

DECRETO Nº 416/2014, DE 14 DE MAIO DE 2014.

"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida férias a Servidora Pública Municipal Sra. AMANDA FÁVERO, Matrícula 929, ocupante do cargo efetivo de ODONTOLOGA (40:00 horas semanais), lotada na Secretaria Municipal de Saúde, por um período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2013, e que serão gozadas de 15 de maio a 13 de junho de 2014.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 14 DE MAIO DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

#### **Decreto 417/2014**

DECRETO Nº 417/2014, DE 14 DE MAIO DE 2014.

"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida férias ao Servidor Público Municipal Sr. GILBERTO FRIGHETTO, Matrícula 783, ocupante do cargo efetivo de ADMINISTRADOR (40:00 horas semanais), lotado na Secretaria Municipal de Saúde, por um período de 15 (quinze) dias, referente ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2013, e que serão gozadas de 19 de maio a 02 de junho de 2014.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.



GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 14 DE MAIO DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

### **Decreto 418/2014**

DECRETO Nº 418/2014, DE 14 DE MAIO DE 2014.

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do Município de Ponte Serrada e demais legislação de regência e,

CONSIDERANDO o previsto no Inciso IV, do Artigo 44º, da Lei Complementar nº 106/2010 de 14 de setembro de 2010;

DECRETA:

Art. 1º. - Fica concedido ao Servidor Público Municipal Sra. RODRIGO PECINATTO GIRARDI, Matrícula 746, ocupante do cargo de TESOUREIRO (40:00 HORAS SEMANAIS), lotado na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, função gratificada de 40% (quarenta por cento) para acompanhar as prestações de contas das diárias/adiantamentos concedidas aos servidores municipais, comunicando ao Controle Interno eventuais irregularidades.

Art. 2º. - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos a partir do dia 01 de maio de 2014.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 14 DE MAIO DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

### **Decreto 419/2014**

DECRETO Nº 419/2014, DE 14 DE MAIO DE 2014.

"DISPÕE SOBRE NOVA LOTAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência e

CONSIDERANDO a necessidade de o município transferir o local de trabalho de alguns de seus servidores, com vistas a atender ao interesse público, sobretudo no tocante à excelência na prestação dos serviços de responsabilidade do ente público,

DECRETA:

Art. 1º - Fica determinado que a servidora CRISLENE ALVES, matrícula 1562, ocupante do cargo efetivo de VIGIA, com 40:00 horas semanais, passará a ser lotada na Secretaria Municipal de Transportes e Obras.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação,

revogando-se as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos a partir do dia 01 de maio de 2014.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 14 DE MAIO DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei

### **Decreto 420/2014**

DECRETO Nº 420/2014, DE 14 DE MAIO DE 2014.

"DISPÕE SOBRE NOVA LOTAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência e

CONSIDERANDO a necessidade de o município transferir o local de trabalho de alguns de seus servidores, com vistas a atender ao interesse público, sobretudo no tocante à excelência na prestação dos serviços de responsabilidade do ente público,

DECRETA:

Art. 1º - Fica determinado que a servidora SUZINEI HARTZ, matrícula 1540, ocupante do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, com 44:00 horas semanais, passará a ser lotada na Secretaria Municipal de Serviços Urbanos.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos a partir do dia 01 de maio de 2014.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 14 DE MAIO DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei

### **Decreto 421/2014**

DECRETO Nº 421/2014, DE 14 DE MAIO DE 2014.

"REDUZ CARGA HORARIA COMO ESPECIFICA"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º. - Fica reduzida a carga horária da Servidora Pública Municipal Sra. JESSICA LOPES DA CRUZ, Matrícula 6274, Professora com 40:00 horas/semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, para 20:00 horas/semanais.

Art. 2º. - Os recursos para fazer frente à execução desta despesa, correrão por conta da dotação orçamentária própria vigente.

Art. 3º. - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos a partir do dia 03 de maio de 2014.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 14 DE MAIO DE 2014.

EDUARDO COPPINI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

#### **Decreto 422/2014**

DECRETO Nº 422/2014, DE 14 DE MAIO DE 2014.

"ALTERA CARGA HORARIA TEMPORARIAMENTE COMO ESPECIALISTA"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

CONSIDERANDO, a necessidade contratação de novos professores, em regime suplementar e temporário;

CONSIDERANDO, que o art. 17 da Lei Municipal Complementar n. 080/2007 prevê a possibilidade da Administração em regime suplementar e temporário alterar a carga horária dos professores desde que preenchidos os requisitos (ar. 17,§3º);

CONSIDERANDO, que o assunto já foi debatido pelo Tribunal de Contas deste Estado, no Prejulgado 1449, sessão em 22.09.2003 e assim decidido:

"A alteração da carga horária de servidor público é assunto de interesse local, sendo de competência dos municípios disciplinar acerca da matéria, conforme determina o inciso I do art. 30 da Constituição Federal.

No regime estatutário, o Município detém poder discricionário para unilateralmente, mediante lei formal, modificar as condições do serviço e a remuneração dos ocupantes de cargos públicos, inclusive a carga horária de trabalho, a cujo cumprimento estão eles obrigados, haja vista não terem direito adquirido em relação a ela, salvo se a lei que regulamentar sua alteração dispuser de modo diverso. (...)".

#### **DECRETA:**

Art. 1º. - Fica alterada a carga horária da servidora pública municipal Sra. GESICA GHISLENI DA SILVA, matrícula 6218, PROFESSORA, com 20:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, para responder temporariamente por mais 10:00 horas.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos a partir do dia 09 de maio de 2014.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 14 DE MAIO DE 2014.

EDUARDO COPPINI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

#### **Decreto 423/2014**

DECRETO Nº 423/2014, DE 14 DE MAIO DE 2014.

"ALTERA CARGA HORARIA TEMPORARIAMENTE COMO ESPECIALISTA"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

CONSIDERANDO, a necessidade contratação de novos professores, em regime suplementar e temporário;

CONSIDERANDO, que o art. 17 da Lei Municipal Complementar n. 080/2007 prevê a possibilidade da Administração em regime suplementar e temporário alterar a carga horária dos professores desde que preenchidos os requisitos (ar. 17,§3º);

CONSIDERANDO, que o assunto já foi debatido pelo Tribunal de Contas deste Estado, no Prejulgado 1449, sessão em 22.09.2003 e assim decidido:

"A alteração da carga horária de servidor público é assunto de interesse local, sendo de competência dos municípios disciplinar acerca da matéria, conforme determina o inciso I do art. 30 da Constituição Federal.

No regime estatutário, o Município detém poder discricionário para unilateralmente, mediante lei formal, modificar as condições do serviço e a remuneração dos ocupantes de cargos públicos, inclusive a carga horária de trabalho, a cujo cumprimento estão eles obrigados, haja vista não terem direito adquirido em relação a ela, salvo se a lei que regulamentar sua alteração dispuser de modo diverso. (...)".

#### **DECRETA:**

Art. 1º. - Fica alterada a carga horária da servidora pública municipal Sra. DAYANE SILVA ANDRADE DE OLIVEIRA, matrícula 1548, PROFESSORA, com 20:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, para responder temporariamente por mais 10:00 horas.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos a partir do dia 29 de abril de 2014.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 14 DE MAIO DE 2014.

EDUARDO COPPINI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

#### **Decreto 424/2014**

DECRETO Nº 424/2014, DE 14 DE MAIO DE 2014.

"ALTERA CARGA HORARIA TEMPORARIAMENTE COMO ESPECIALISTA"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

CONSIDERANDO, a necessidade contratação de novos professores,



em regime suplementar e temporário;

CONSIDERANDO, que o art. 17 da Lei Municipal Complementar n. 080/2007 prevê a possibilidade da Administração em regime suplementar e temporário alterar a carga horária dos professores desde que preenchidos os requisitos (ar. 17,§3º);

CONSIDERANDO, que o assunto já foi debatido pelo Tribunal de Contas deste Estado, no Prejulgado 1449, sessão em 22.09.2003 e assim decidido:

“A alteração da carga horária de servidor público é assunto de interesse local, sendo de competência dos municípios disciplinar acerca da matéria, conforme determina o inciso I do art. 30 da Constituição Federal.

No regime estatutário, o Município detém poder discricionário para unilateralmente, mediante lei formal, modificar as condições do serviço e a remuneração dos ocupantes de cargos públicos, inclusive a carga horária de trabalho, a cujo cumprimento estão eles obrigados, haja vista não terem direito adquirido em relação a ela, salvo se a lei que regulamentar sua alteração dispuser de modo diverso. (...)”.

DECRETA:

Art. 1º. - Fica alterada a carga horária da servidora pública municipal Sra. ROSANE LODI RIBEIRO, matrícula 6223, PROFESSORA, com 30:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, para responder temporariamente por mais 10:00 horas.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos a partir do dia 29 de abril de 2014.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 14 DE MAIO DE 2014.

EDUARDO COPPINI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

### **Decreto 426/2014**

DECRETO Nº 426/2014, DE 19 DE MAIO DE 2014.  
“CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE”.

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida a Licença para Tratamento de Saúde da Funcionária Pública Municipal Sra. MARI LUCIA SAMPAIO, Matrículas 6178, ocupante do cargo em comissão de DIRETORA, com 44:00 horas/semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - O período do atestado médico é de 30 (trinta) dias, a contar do dia 07 de maio de 2014, conforme cópia em anexo, sendo que a data da licença para tratamento poderá ser prorrogada ou reduzida conforme decisão da perícia médica a ser realizada pelo INSS.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto

correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 19 DE MAIO DE 2014.

EDUARDO COPPINI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

### **Decreto 427/2014**

DECRETO Nº 427/2014, DE 19 DE MAIO DE 2014.  
“EXONERA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

EXONERA A PEDIDO:

Art. 1º - Fica exonerado o Servidor Público Municipal Sr. ANTONIO ROGERIO BITENCOURT MARQUES, matrícula 5961, ocupante do cargo CALCETEIRO (44:00 horas semanais), lotado na Secretaria Municipal de Serviços Urbanos.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 19 DE MAIO DE 2014.

EDUARDO COPPINI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

### **Decreto 428/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA  
GABINETE DO PREFEITO  
DECRETO Nº 428/2014, DE 22 DE MAIO DE 2014.

Declara em situação anormal, caracterizada como ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA no Município de Ponte Serrada, diante do escoamento irregular das fossas sépticas residenciais;

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 61, XVI, da Lei Orgânica do Município.

Considerando que, o Município esta impedido de realizar a coleta de resíduos sanitários;

Considerando que, não há empresa especializada para coleta de dejetos residenciais nem rede de saneamento básico no Município, sendo que, o custo de terceirização do serviço fica inviabilizado em razão do orçamento municipal;

Considerando que, aproximadamente 400 famílias já procuraram a

Prefeitura Municipal noticiando e requerendo providências quanto à limpeza de suas fossas sépticas;  
Considerando que, após análise pelo Setor de Meio Ambiente e Defesa Civil foi constatado que muitas destas residências encontram-se com suas fossas transbordando, o que acarreta enorme riscos a toda sociedade;  
Considerando que, o tratamento da água e esgoto é considerado como saúde básica do cidadão, o seu regular tratamento deve ser realizado dentro dos padrões que a legislação determina.

**DECRETA:**

Art. 1º Fica declarada a existência de situação anormal caracterizada como ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA, em razão do esgoto sanitário das residências, comércio e indústria do município não estar sendo coletado e tratado, desde o vencimento das licenças ambientais, por não ter um local apropriado para despejo.

Art. 2º Fica o Poder Executivo autorizado a lançar mão da legislação vigente, para que possa atender às necessidades resultantes da situação declarada, dentro dos limites de competência da Administração Pública.

Art. 3º Fica o setor de compra e licitação do Município, com base no inciso IV do art. 24, da Lei 8.666/93, sem restrições da Lei de Responsabilidade, dispensado de realizar procedimentos licitatórios aos contratos de aquisição de bens necessários às atividades de resposta a calamidade pública, de prestação de serviços e de obras relacionadas com a reabilitação do local de tratamento do esgoto sanitário, (estação de tratamento de esgoto sanitário e lodo provenientes de tanques sépticos domésticos), desde que possam ser concluídas no prazo máximo de cento e oitenta dias consecutivos e ininterruptos, contados a partir deste Decreto, vedados a prorrogação dos contratos.

Art. 4º De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do artigo 5º da Constituição Federal autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes de defesa civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco iminente a saúde pública, a:

I - penetrar nas casas, para realizar a limpeza das fossas sépticas que estiverem vazando;

II - usar de propriedade particular, no caso de iminente perigo público, para assegurar a limpeza de locais que tenham sido contaminados com esgoto sanitário.

Art. 5º Autoriza-se a mobilização de todos os órgãos municipais para atuarem sob a Coordenação da Defesa Civil e da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, nas ações de reabilitação e liberação do local de tratamento de esgoto sanitário e lodo proveniente de tanques sépticos.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo vigor por um prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

Ponte Serrada-SC, 22 de maio DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

**Decreto 429/2014**

DECRETO Nº 429/2014, DE 22 DE MAIO DE 2014.

"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica concedida férias a Servidora Pública Municipal Sra. ELIANE RODRIGUES GALVÃO, Matrícula 5820 e 901, ocupante do cargo efetivo de PROFESSORA, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, por um período de 30 (trinta)

dias, referente aos períodos aquisitivos de 01 de fevereiro de 2013 a 31 de janeiro de 2014 e 01 de janeiro de 2013 a 31 de janeiro de 2013, respectivamente e que serão gozadas de 22 de maio a 20 de junho de 2014.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 22 DE MAIO DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

**Decreto 430/2014**

DECRETO Nº 430/2014, DE 22 DE MAIO DE 2014.

"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica concedida férias a Servidora Pública Municipal Sra. MARISTELA GIOMBELLI, Matrícula 5729, ocupante do cargo efetivo de ENFERMEIRA (40:00 horas semanais), lotada na Secretaria Municipal de Saúde, por um período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 01 de novembro de 2012 a 31 de outubro de 2013 e que serão gozadas de 09 de junho a 08 de julho de 2014.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 22 DE MAIO DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

**Decreto 431/2014**

DECRETO Nº 431/2014, DE 22 DE MAIO DE 2014.

"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica concedida férias ao Servidor Público Municipal Sr. VALDIR BORGES MARTINS, Matrícula 819, ocupante do cargo efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS (44:00 horas semanais), lotado na Secretaria Municipal de Transportes e Obras, por um período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 02 de abril de 2012 a 01 de abril de 2013 e que serão gozadas de 30 de maio a 28 de junho de 2014.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 22 DE MAIO DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

#### **Decreto 432/2014**

DECRETO Nº 432/2014, DE 22 DE MAIO DE 2014.

"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida férias a Servidora Pública Municipal Sra. MARIA TEREZINHA BELLO, Matrícula 5925, ocupante do cargo efetivo de TÉCNICA EM ENFERMAGEM (40:00 horas semanais), lotado na Secretaria Municipal de Saúde, por um período de 25 (vinte e cinco) dias, referente ao período aquisitivo de 05 de março de 2012 a 04 de março de 2013, interrompidas pelo Decreto n. 888/2013 de 18 de dezembro de 2013 e que serão gozadas de 02 de junho a 26 de junho de 2014.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 22 DE MAIO DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

#### **Decreto 433/2014**

DECRETO Nº 433/2014, DE 22 DE MAIO DE 2014.

"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida férias a Servidora Pública Municipal Sra. RAQUEL FOPPA EVANGELISTA, Matrícula 5981, ocupante do cargo efetivo de GESTOR DE RECURSOS HUMANOS (40:00 horas semanais), lotada na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, por um período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 16 de outubro de 2012 a 15 de outubro de 2013 e que serão gozadas de 05 de junho a 04 de julho de 2014.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 22 DE MAIO DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

#### **Decreto 434/2014**

DECRETO Nº 434/2014, DE 22 DE MAIO DE 2014.

"EXONERA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

EXONERA:

Art. 1º - Fica exonerada a partir do dia 31 de maio de 2014 a Servidora Pública Municipal Sra. SIBELI VICENSI, matrícula 6079, ocupante do cargo PROFESSORA CARGO EM EXTINÇÃO (40:00 horas semanais), lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 22 DE MAIO DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

#### **Decreto 435/2014**

DECRETO Nº 435/2014, DE 22 DE MAIO DE 2014.

"NOMEIA ASSESSORA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º. - Fica nomeada a Sra. DELAINE MARSANGO, matrícula n. 6187, para exercer o cargo de provimento em comissão de ASSESSORA, Padrão "CC", Nível "04", com 44:00 horas/semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, suspendendo os efeitos do Decreto n. 109/2014 de 17 de fevereiro de 2014, produzindo efeitos retroativos a partir do dia 01 de maio de 2014.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 22 DE MAIO DE 2014.

EDUARDO COPPINI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

#### **Decreto 435/2014**

DECRETO Nº 435/2014, DE 22 DE MAIO DE 2014.  
"NOMEIA ASSESSORA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º. - Fica nomeada a Sra. DELAINE MARSANGO, matrícula n. 6187, para exercer o cargo de provimento em comissão de ASSESSORA, Padrão "CC", Nível "04", com 44:00 horas/semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, suspendendo os efeitos do Decreto n. 109/2014 de 17 de fevereiro de 2014, produzindo efeitos retroativos a partir do dia 01 de maio de 2014.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 22 DE MAIO DE 2014.

EDUARDO COPPINI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

#### **Decreto 436/2014**

DECRETO Nº 436/2014, DE 22 DE MAIO DE 2014.  
"NOMEIA ASSESSORA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º. - Fica nomeada a Sra. ROSELI APARECIDA RIBEIRO, matrícula n. 6238, para exercer o cargo de provimento em comissão de ASSESSORA, Padrão "CC", Nível "04", com 44:00 horas/semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, suspendendo os efeitos do decreto nº 190/2014, de 17 de fevereiro de 2014, produzindo efeitos retroativos a partir do dia 01 de maio de 2014.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 22 DE MAIO DE 2014.

EDUARDO COPPINI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

#### **Decreto 437/2014**

DECRETO Nº 437/2014, DE 22 DE MAIO DE 2014.  
"DISPÕE SOBRE NOVA LOTAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência e

CONSIDERANDO a necessidade de o município transferir o local de trabalho de alguns de seus servidores, com vistas a atender ao interesse público, sobretudo no tocante à excelência na prestação dos serviços de responsabilidade do ente público,

DECRETA:

Art. 1º - Fica determinado que a servidora BRANDINA DO CARMO RODRIGUES, matrícula 1534, ocupante do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com 44:00 horas semanais, passará a ser lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos a partir do dia 01 de maio de 2014.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 22 DE MAIO DE 2014.

EDUARDO COPPINI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei

#### **Decreto 438/2014**

DECRETO Nº 438/2014, DE 22 DE MAIO DE 2014.  
"DISPÕE SOBRE NOVA LOTAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência e

CONSIDERANDO a necessidade de o município transferir o local de trabalho de alguns de seus servidores, com vistas a atender ao interesse público, sobretudo no tocante à excelência na prestação dos serviços de responsabilidade do ente público,

DECRETA:

Art. 1º - Fica determinado que a servidora ELIZANE TEREZINHA POLETTI, matrícula 170, ocupante do cargo de efetivo de PROFISSIONAL, com 40:00 horas semanais, passará a ser lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos a partir do dia 01 de maio de 2014.



GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 22 DE MAIO DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei

#### **Decreto 439/2014**

DECRETO Nº 439/2014, DE 23 DE MAIO DE 2014.

"NOMEIA DIRETORA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º. - Fica nomeada a Sra. CARMEN MARIA BOCCHI FRARE, matrícula 934, para exercer o cargo de provimento em comissão de DIRETORA, Padrão "CC", Nível "04", com 40:00 horas/semanais, lotada na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando os efeitos do Decreto n. 107/2013 de 22 de janeiro de 2013, produzindo efeitos retroativos a partir do dia 01 de maio de 2014.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 23 DE MAIO DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

#### **Decreto 440/2014**

DECRETO Nº 440/2014, DE 23 DE MAIO DE 2014.

"NOMEIA DIRETOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º. - Fica nomeada o Sr. NIRTO DE OLIVEIRA, matrícula 6288, para exercer o cargo de provimento em comissão de DIRETOR, Padrão "CC", Nível "04", com 40:00 horas/semanais, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando os efeitos do Decreto n. 405/2014 de 30 de abril de 2014, produzindo efeitos retroativos a partir do dia 05 de maio de 2014.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 23 DE MAIO DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

#### **Decreto 441/2014**

DECRETO Nº 441/2014, DE 23 DE MAIO DE 2014.

"DISPÕE SOBRE NOVA LOTAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência e

CONSIDERANDO a necessidade de o município transferir o local de trabalho de alguns de seus servidores, com vistas a atender ao interesse público, sobretudo no tocante à excelência na prestação dos serviços de responsabilidade do ente público,

DECRETA:

Art. 1º - Fica determinado que a servidora PATRICIA FRANZEN, matrícula 1458, ocupante do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com 44:00 horas semanais, passará a ser lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos a partir do dia 01 de maio de 2014.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 23 DE MAIO DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei

#### **Decreto 442/2014**

DECRETO Nº 442/2014, DE 23 DE MAIO DE 2014.

"REDUZ CARGA HORÁRIA COMO ESPECIFICA"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º. - Fica reduzida a carga horária da Servidora Pública Municipal Sra. IVANDA BASI, Matrícula 754, Professora com 40:00 horas/semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, para 20:00 horas/semanais.

Art. 2º. - Os recursos para fazer frente à execução desta despesa, correrão por conta da dotação orçamentária própria vigente.

Art. 3º. - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos a partir do dia 01 de maio de 2014.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 23 DE MAIO DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

**Decreto 443/2014**

DECRETO Nº 443/2014, DE 23 DE MAIO DE 2014.  
"REDUZ CARGA HORARIA COMO ESPECIFICA"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

**DECRETA:**

Art. 1º. - Fica reduzida a carga horária da Servidora Pública Municipal Sra. JANAINA DAIANE FORNARI FORLIN, Matrícula 6246, Professora com 40:00 horas/semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, para 20:00 horas/semanais.

Art. 2º. - Os recursos para fazer frente à execução desta despesa, correrão por conta da dotação orçamentária própria vigente.

Art. 3º. - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos a partir do dia 06 de maio de 2014.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 23 DE MAIO DE 2014.

EDUARDO COPPINI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

**Decreto 444/2014**

DECRETO Nº 444/2014, DE 23 DE MAIO DE 2014.  
EXONERA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

**EXONERA:**

Art. 1º - Fica exonerada a partir do dia 30 de maio de 2014 a Servidora Pública Municipal Sra. JORDANA SANTIN OSÓRIO, matrícula 6058, ocupante do cargo ESTAGIÁRIA, lotada na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 23 DE MAIO DE 2014.

EDUARDO COPPINI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

**Decreto 445/2014**

DECRETO Nº 445/2014, DE 02 DE JUNHO DE 2014.  
"REVOGA GRATIFICAÇÃO CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica revogada a função gratificada concedida à servidora pública municipal Sra. RAQUEL FOPPA EVANGELISTA, matrícula 5981, concedida pelo decreto n. 783/2013, de 19 de novembro de 2013.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 02 DE JUNHO DE 2014.

EDUARDO COPPINI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

**Extrato 0074**

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA  
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 0074/2014  
PREGÃO PRESENCIAL N.º 0031/2014

O Município de Ponte Serrada torna público, que fará Licitação na modalidade Pregão Presencial objetivando a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CAPACITAÇÃO, MANUTENÇÃO, LOCAÇÃO DE DATACENTER (SERVIDOR VIRTUAL PARA HOSPEDAGEM DE BANCO DE DADOS E APLICATIVOS DO SISTEMA OBJETO DESTES PROCESSO) E FORNECIMENTO DE LICENÇA DE USO POR TEMPO DETERMINADO DE SISTEMA (SOFTWARE) DE GESTÃO NA ÁREA DE ASSISTÊNCIA.

Recebimento de Envelopes: até as 08:50MIN do dia 12/08/2014.  
Abertura: às 09h00min horas do dia 12/08/2014.

Informações Complementares: Edital em inteiro teor e demais informações poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Setor de Compras e Licitações, na Prefeitura Municipal de Ponte Serrada, Rua Madre Maria Theodora, n.º 264, Bairro Centro, no horário das 07h30min às 11:30min e das 13:00 às 17:00h e pelo site [www.ponteserrada.sc.gov.br](http://www.ponteserrada.sc.gov.br), ou pelo telefone (0XX49) 34350122 e pelo e-mail: [compras01@gmail.com](mailto:compras01@gmail.com).

Ponte Serrada, 30 de Julho DE 2014.

EDUARDO COPPINI  
Prefeito Municipal



# Porto Belo

## PREFEITURA

### Decreto Nº 1.245-2014

DECRETO Nº 1.245, DE 29 DE JULHO DE 2014.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA, PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL OU JUDICIAL, EM CARÁTER DE URGÊNCIA, ÁREA DE TERRAS LOCALIZADA NO MUNICÍPIO DE PORTO BELO.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso das atribuições legais conferidas pelo Art. 41, III da Lei Orgânica do Município, e com fundamento no Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, e,

Considerando o art. 5º, inciso XXIV, da Constituição da República Federativa do Brasil;

Considerando ser basilar o acesso e o direito à saúde;

Considerando que a construção de uma unidade básica de saúde é condição indispensável à melhoria da qualidade de vida da comunidade local, onde os serviços prestados são de extrema necessidade, podendo a sua falta ocasionar sérios riscos aos munícipes, principalmente à saúde pública;

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública para fins de desapropriação amigável ou judicial, nos termos do Decreto-Lei nº 3.365, de 21/06/45 e suas alterações, a seguinte área:

I - Um terreno situado nesta cidade de Porto Belo, no Bairro Sertão de Santa Luzia, com área de 900,00 m² (Novecentos metros quadrados), parte integrante da matriculada nº 16.238, registrada perante o Registro de Imóveis da Comarca de Porto Belo, delimitado por quatro linhas, sendo a primeira com 30,00 metros, partindo do vértice V01, coordenadas N=6.989.293,095 E=734.225,228, em direção ao vértice V02, coordenadas N=6.989.322,556 E=734.230,889, sob azimute 10°52'37", extremado com a Rua José Manoel Ferreira; a segunda com 30,00 metros, seguindo em direção ao vértice V03, coordenadas N=6.989.318,280 E=734.260,583, sob azimute 98°11'39"; a terceira com 30,00 metros, seguindo em direção ao vértice V04, coordenadas N=6.989.288,819 E=734.254,922, sob azimute 190°52'37", ambas extremando com terras de José Luiz Garcia e outros; a quarta com 30,00 metros, seguindo em direção ao vértice V01 sob azimute de 278°11'39", extremando com terras de Fidélis Antônio Garcia e Laurentina Custódia Garcia, sem benfeitorias.

Art. 2º A área referida no artigo anterior destina-se à construção de uma nova unidade básica de saúde, que será desmembrada posteriormente à decisão judicial de desapropriação, cujas despesas correrão por conta de dotação orçamentária própria.

Art. 3º O Poder Público Municipal em função do caráter de urgência da desapropriação, poderá requerer judicialmente a imissão provisória na posse do bem, mediante depósito prévio de quantia obtida nos termos do art. 15, e seu parágrafo, do Decreto-Lei nº 3.365/41.

Art. 4º Fazem parte integrante deste Decreto o Levantamento Planialtimétrico Georreferenciado e o Memorial Descrito da área a ser desapropriada.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Porto Belo - SC, aos 29 dias do mês de julho de 2014.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO  
PREFEITO DE PORTO BELO

### Decreto Nº 1.246-2014

DECRETO Nº 1.246, DE 29 DE JULHO DE 2014.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA, PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL OU JUDICIAL, EM CARÁTER DE URGÊNCIA, ÁREA DE TERRAS LOCALIZADA NO MUNICÍPIO DE PORTO BELO.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso das atribuições legais conferidas pelo Art. 41, III da Lei Orgânica do Município, e com fundamento no Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, e,

Considerando o art. 5º, inciso XXIV, da Constituição da República Federativa do Brasil;

Considerando que a ampliação da Escola Municipal Fidélis Antonio Garcia é indispensável à melhoria da qualidade da educação da comunidade local;

Considerando que a área expropriada é limítrofe com a área onde está instalada a Escola Municipal Fidélis Antonio Garcia;

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública para fins de desapropriação amigável ou judicial, nos termos do Decreto-Lei nº 3.365, de 21/06/45 e suas alterações, a seguinte área:

I - Um terreno de posse de Claudinei Heidemann Junior, situado nesta cidade de Porto Belo, no Bairro Sertão de Santa Luzia, fundos da Rua das Orquídeas, com área de 1.838,72 m² (um mil oitocentos e trinta e oito e setenta e dois decímetros quadrados), sem benfeitorias, delimitado por seis linhas, sendo a primeira com 38,31 metros, partindo do vértice V01 em direção ao vértice V02 sob azimute de 278°28'10", extremado com Rua Projetada; a segunda com 5,38 metros, seguindo em direção ao vértice V03 sob azimute de 8°27'17"; a terceira com 33,40 metros, seguindo em direção ao vértice V04 sob azimute de 278°27'17", ambas extremando com terras de Claudinei Heidemann Junior; a quarta com 22,73 metros, seguindo em direção ao vértice V05 sob azimute de 4°44'27", extremando com terras de Prefeitura Municipal de Porto Belo; a quinta com 73,19 metros, seguindo em direção ao vértice V06 sob azimute de 98°50'06", extremando com terras de Air Batistoti; e a sexta com 27,71 metros, seguindo em direção ao V01 sob azimute de 188°28'10", extremando com terras de Claudinei Heidemann Junior.

Art. 2º A área referida no artigo anterior destina-se à ampliação da Escola Municipal Fidélis Antonio Garcia, que será averbada posteriormente à decisão judicial de desapropriação, cujas despesas correrão por conta de dotação orçamentária própria.

Art. 3º O Poder Público Municipal em função do caráter de urgência da desapropriação, poderá requerer judicialmente a imissão provisória na posse do bem, mediante depósito prévio de quantia obtida nos termos do art. 15, e seu parágrafo, do Decreto-Lei nº 3.365/41.

Art. 4º Fazem parte integrante deste Decreto o Levantamento Planialtimétrico Georreferenciado e o Memorial Descrito da área a ser desapropriada.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Porto Belo - SC, aos 29 dias do mês de julho de 2014.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO  
PREFEITO DE PORTO BELO

**Decreto Nº 1243, de 17 de Julho de 2014.**

DECRETO Nº 1.243, DE 17 DE JULHO DE 2014

REGULAMENTA A LEI COMPLEMENTAR 34/2011 E LEI 2.042/2013, DETERMINANDO O PADRÃO PARA PAVIMENTAÇÃO DE CALÇADAS E COLOCAÇÃO DE LIXEIRAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o disposto nas Leis Municipais nº 1.071/98 - Código Tributário e nº 1889/2011 e na Lei Municipal Complementar nº 21/2008,

DECRETA:

Art. 1º Fica instituído o modelo padrão "paver" para execução de obras de construção ou reconstrução de calçadas em obras novas ou já existentes, devendo estas últimas se adequarem a este padrão estabelecido.

Art. 2º O projeto arquitetônico deverá incluir a área destinada às calçadas e o local destinado às lixeiras.

Parágrafo único - As lixeiras deverão ser edificadas dentro do imóvel do proprietário, não se admitindo qualquer tipo de lixeira nas calçadas ou logradouros públicos e também deverá ser livre acesso aos serviços de coleta de lixo, não podendo estar localizada em parte que impeça ou dificulte a remoção do lixo.

Art. 3º - A adequação de calçadas e lixeiras independe da rua estar devidamente pavimentada.

Art. 4º - Verificando que a calçada não se encontra nos padrões estabelecidos, o Município de Porto Belo notificará o proprietário, a fim de regularizar a situação, no prazo de 90 (noventa) dias, sob pena de multa.

Art. 5º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Porto Belo - SC, aos 17 dias do mês de julho de 2014.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO

PREFEITO DE PORTO BELO

**Pregão Presencial - Registro de Preço 024/2014 - FMS - Errata**

2ª ERRATA

No edital de licitação, modalidade Pregão Presencial - Registro de Preço 024/2014 - FMS, cujo objetivo é Aquisição de material odontológico para atender a necessidade da Secretaria Municipal de Saúde de Porto Belo, pelo período de doze meses, prorrogável nos termos da legislação vigente, conforme especificações e quantitativos descritos no anexo I do edital.

Relativo ao item 5.5.4 - RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

I - Apresentação de atestado de capacidade técnica, que comprove já ter fornecido serviços da natureza da presente licitação, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, informando sempre, quantidades, valores e demais dados técnicos, nome, cargo e assinatura do responsável pela informação, bem como se foram cumpridos os prazos de entrega e a qualidade dos serviços.

II - Autorização de funcionamento da empresa junto a Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA;

III - Certificado de Registro do(s) Produto(s) ou Certificado de isenção correspondente, emitido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, conforme os itens que assim o exigir, indicando no registro apresentado o item que corresponder ao material ofertado. Tal documento deverá ser apresentado em original ou cópia legível autenticada. (deverá ser apresentado o certificado juntamente com a proposta).

IV - Certificado de regularidade da empresa, expedido pelo Conselho Regional de Farmácia;

Exclui-se a sequência "IV"

Demais cláusulas permanecem inalteradas.

Porto Belo, 30 de julho de 2014.

Chirley Laurencio

Secretaria de Administração

**Concorrência Pública - 003/2014 - PMPB - Errata**  
ERRATA

No edital de licitação, modalidade Concorrência 003/2014, cujo objetivo é contratação de empresa especializada na prestação de serviços técnicos para a Manutenção e modernização do sistema de iluminação pública do Município de Porto Belo.

Onde se lê, Concorrência Pública - Registro de Preço - 003/2014 - PMPB.

Leia-se Concorrência Pública - 003/2014 - PMPB

Demais cláusulas permanecem inalteradas.

Porto Belo, 29 de julho de 2014.

Chirley Laurencio

Secretaria de Administração

# Porto União

## PREFEITURA

### Errata do Pregão Presencial 009/2014 - Cultura

#### ERRATA

REFERENTE PROCESSO LICITATORIO 011/2014- CULTURA  
Pregão Presencial 009/2014 - CULTURA

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, CONSIDERANDO a não publicação no prazo previsto na Lei 8.666/93, torna público a ALTERAÇÃO da data do recebimento dos envelopes para o dia 13 de Agosto de 2014, às 14:00 horas, com início da sessão as 14:15 horas.

As demais informações permanecem inalteradas.

Porto União SC, 30 de Julho de 2014.

Anízio de Souza

Prefeito Municipal

### Portaria 002/2014 - Impress

IMPRESS - Instituto Municipal de Previdência e Assistência Social dos Servidores Públicos Municipais

Porto União - Santa Catarina

PORTARIA Nº 002, de 17 de julho de 2014.

Dispõe sobre nomeação.

A PRESIDENTE DO IMPRESS - Instituto Municipal de Previdência e Assistência Social dos Servidores Públicos Municipais de Porto União, usando da competência que lhe confere o art. 143, da Lei Municipal nº 3.079, de 06 de Julho de 2005, RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, conforme estabelecido no art. 143, da Lei Municipal nº 3.079, de 06 de Julho de 2005, SIMÃO ILCZYSZYN, COREN nº 43010, para exercer o cargo de Enfermeiro Auditor, atribuição a ser desempenhada junto ao Instituto e hospitais credenciados.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data da sua assinatura, retroativa a 16 de julho de 2014, condicionada a publicação oficial.

Porto União, SC, 23 de julho de 2014.

MARGARETH FLISSAK ANÍZIO DE SOUZA

Presidente do IMPRESS Prefeito Municipal

Curador do IMPRESS

Republicação - Demonstrativo das Receitas E Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência dos Servidores - 1º Semestre de 2014

Município de PORTO UNIAO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)		R\$ 1,00		
RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	7.670.000,00	7.670.000,00	907.641,29	2.603.396,53
RECEITAS CORRENTES	7.670.000,00	7.670.000,00	907.641,29	2.603.396,53
Receita de Contribuições dos Segurados	1.300.000,00	1.300.000,00	231.891,27	741.543,21
Pessoal Civil	1.300.000,00	1.300.000,00	231.891,27	741.543,21
Ativo	1.300.000,00	1.300.000,00	231.891,27	741.543,21
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	6.300.000,00	6.300.000,00	675.267,56	1.860.638,86
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	6.300.000,00	6.300.000,00	675.267,56	1.860.638,86
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	70.000,00	70.000,00	482,46	1.214,46
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	70.000,00	70.000,00	482,46	1.214,46
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	2.400.000,00	2.400.000,00	420.036,38	1.329.739,94
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	10.070.000,00	10.070.000,00	1.327.677,67	3.933.136,47
DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	7.100.000,00	7.100.000,00	387.637,18	1.156.202,82
ADMINISTRAÇÃO	1.200.000,00	1.200.000,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	1.200.000,00	1.200.000,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	5.900.000,00	5.900.000,00	387.637,18	1.156.202,82
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de PORTO UNIAO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO  
Entidade: INST. MUN. DE PREV. E ASSIS. SOCIAL DOS SERVIDORES

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		Até o Bimestre/2013
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014	
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	5.900.000,00	5.900.000,00	387.637,18	1.156.202,82	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	5.900.000,00	5.900.000,00	387.637,18	1.156.202,82	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIA) (V)	150.000,00	150.000,00	2.125,18	6.421,93	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)</b>	<b>7.250.000,00</b>	<b>7.250.000,00</b>	<b>389.762,36</b>	<b>1.162.624,75</b>	<b>0,00</b>
<b>RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)</b>	<b>2.820.000,00</b>	<b>2.820.000,00</b>	<b>937.915,31</b>	<b>2.770.511,72</b>	<b>773.663,70</b>

APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		Até o Bimestre/2013
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014	
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS			PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA	
Valor				2.968.000,00

BENS E DIREITOS DO RPPS	MAIO	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
		2014	2013
Bancos Conta Movimento	37.424.770,61	37.912.199,84	32.987.721,49

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		Até o Bimestre/2013
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014	
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	2.400.000,00	2.400.000,00	420.036,38	1.329.739,94	0,00
RECEITAS CORRENTES (VIII)	2.400.000,00	2.400.000,00	420.036,38	1.329.739,94	0,00
Receita de Contribuições Patronais					0,00
Pessoal Civil					0,00
Ativo					0,00
Inativo					0,00
Pensionista					0,00
Pessoal Militar					0,00
Ativo					0,00
Inativo					0,00

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de PORTO UNIAO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO  
Entidade: INST. MUN. DE PREV. E ASSIS. SOCIAL DOS SERVIDORES

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	2.400.000,00	2.400.000,00	420.036,38	1.329.739,94
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA (X)	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = (VIII + IX - X)</b>	<b>2.400.000,00</b>	<b>2.400.000,00</b>	<b>420.036,38</b>	<b>1.329.739,94</b>
DESPESAS				
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
ADMINISTRAÇÃO	150.000,00	150.000,00	2.125,18	6.421,93
Despesas Correntes	150.000,00	150.000,00	2.125,18	6.421,93
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)</b>	<b>150.000,00</b>	<b>150.000,00</b>	<b>2.125,18</b>	<b>6.421,93</b>

FONTE:



## Pouso Redondo

### PREFEITURA

#### Processo 029 2014 FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE POUSO REDONDO  
PROCESSO Nº.029/2014  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 019/2014

O Município de Pouso Redondo, SC, torna público para conhecimento dos interessados que, até as 10:00 Horas do dia 11.08.2014, para Contratação de empresa especializada para PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA NOS PROGRAMAS DA ÁREA DA SAÚDE, para o exercício de 2014. Maiores informações e o Edital Completo serão fornecidos pelo setor de Licitação, da Prefeitura Municipal, fone 47 3545-1133.

Pouso Redondo, em 30 de Julho de 2014.  
Nair Goulart  
Prefeita Municipal

## Presidente Castello Branco

### PREFEITURA

#### Chamada Pública Nº 02/2014

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 02/2014  
E X T R A T O

O Município de Presidente Castello Branco, Estado de Santa Catarina, com base na Lei Nº 11.947/2009 e pela Resolução Nº 38/2009 do Ministério da Educação, leva ao conhecimento de quem possa interessar que serão recebidas até às 13:30 (treze horas e trinta minutos) do dia 25 (vinte e cinco) de agosto de 2014, no Setor de Licitações, as propostas para CHAMADA PÚBLICA, que tem como objeto a aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, destinados ao preparo da merenda escolar dos alunos da Rede Municipal de Ensino, destinados ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE, para o segundo semestre do ano letivo de 2014, do Município de Presidente Castello Branco/SC, conforme especificações constantes no Anexo I, do presente Edital. O Município de Presidente Castello Branco fornecerá por intermédio da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, das 07:30 horas às 11:30 horas e das 13:00 horas às 17:00 horas, qualquer informação e/ou esclarecimento referente a presente licitação, inclusive através do fone/fax (0xx) 49 3457-1122.

PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC, 29 DE JULHO DE 2014.  
Claudio Sartori  
Prefeito Municipal

#### Processo Licitatório Nº 52/2014

EDITAL DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 52/2014  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 35/2014  
E X T R A T O

O Município de Presidente Castello Branco, Estado de Santa Catarina, com base na Lei nº 10.520/02 e da Lei nº 8.666/93 e suas atualizações, leva ao conhecimento de quem possa interessar que serão recebidas até às 09:45 (nove horas e quarenta e cinco minutos), do dia 13 (treze) de agosto de 2014, no Setor de Licitações, as propostas para PREGÃO PRESENCIAL, que tem como objeto a aquisição de sacolas plásticas destinadas ao Programa Municipal de Coleta Seletiva de Lixo na área de resíduos sólidos, conforme especificações e quantitativos constantes no Anexo I do presente Edital. O Município fornecerá por intermédio da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, das 07:30 horas às 11:30 horas e das 13:00 horas às 17:00 horas, qualquer informação e/ou esclarecimento referente a presente licitação, inclusive através do fone/fax (0xx) 49 3457-1122.

A íntegra do presente Edital poderá ser obtido no site: [www.castellobranco.sc.gov.br](http://www.castellobranco.sc.gov.br)

PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC, 30 DE JULHO DE 2014.  
Claudio Sartori  
Prefeito Municipal

# Rio do Sul

## PREFEITURA

### Portaria Nº 0788/RH

PORTARIA N. 0788/RH

CARLOS ALBERTO LUITHARDT, Secretário Municipal de Administração Interino da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere a Portaria Nº 0731/RH, de 24 de junho de 2014 e, considerando:

As conclusões da Comissão Processante de fls. 133 a 140, dos autos do Processo Administrativo Disciplinar n. 005/2014, instaurado pela Portaria n. 0353/RH de 31 de março de 2014, publicada no Diário Oficial dos Municípios no dia 04 de abril de 2014 e, de acordo com a decisão proferida às fls. 143 a 144 dos mesmos autos, no que tange à apuração de fatos,

#### RESOLVE:

Art. 1º. Determinar o ARQUIVAMENTO da denúncia contra o servidor municipal SESIO VIEIRA, matrícula n. 76767/1, ocupante do cargo de provimento efetivo Coveiro, no que diz respeito às possíveis infrações, previstas nos art. 157, incisos III, IX e X, da Lei Complementar n. 207 de 28 de setembro de 2010, em virtude de que não houve provas suficientes para comprovação dos fatos com maior êxito a ensejar qualquer punição ao indiciando.

Art. 2º. Que o Departamento de Recursos Humanos, oriente a Chefia imediata do Cemitério Municipal e os respectivos servidores, com relação à forma adequada de registrar na folha ponto a jornada de trabalho, bem como, orientá-los sobre o preenchimento do padrão de solicitação de abono de faltas/chegada tardia ou antecipada, e que tais orientações sejam registradas em ata assinada pelos presentes.

Art. 3º. Estabelecer que esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina, revogadas as disposições em contrário.

Rio do Sul, 09 de julho de 2014.

CARLOS ALBERTO LUITHARDT

Secretário Municipal de Administração Interino

Asfj

### Portaria Nº 0832/2014

PORTARIA Nº. 0832/RH

CARLOS ALBERTO LUITHARDT, Secretário Municipal de Administração Interino da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere a Portaria Nº.0731/RH, de 24 de junho de 2014,

#### RESOLVE:

Art..1º Conceder auxílio-natalidade, de acordo com o Art. 241, da Lei Complementar n.º 207 de 28/09/2010, a servidora GISELE EUNICE METZGER MARCOLA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, conforme certidão de nascimento n.º 0043633 93 do cartório de registro civil do município de Rio do Sul, onde encontra-se o assento de MURILO METZGER MARCOLA.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 29 de julho de 2014.

CARLOS ALBERTO LUITHARDT

Secretário Municipal de Administração Interino

Apmf

### Portaria Nº 0833/2014

PORTARIA Nº. 0833/RH

CARLOS ALBERTO LUITHARDT, Secretário Municipal de Administração Interino da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere a Portaria Nº.0731/RH, de 24 de junho de 2014,

#### RESOLVE:

Art..1º Conceder auxílio-natalidade, de acordo com o Art. 241, da Lei Complementar n.º 207 de 28/09/2010, a servidora DIOVANA MAY MACHADO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, conforme certidão de nascimento n.º 0043699 15 do cartório de registro civil do município de Rio do Sul, onde encontra-se o assento de JOÃO AUGUSTO MACHADO.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 29 de julho de 2014.

CARLOS ALBERTO LUITHARDT

Secretário Municipal de Administração Interino

Apmf

### Portaria Nº 0834/2014

PORTARIA Nº. 0834/RH

CARLOS ALBERTO LUITHARDT, Secretário Municipal de Administração Interino da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere a Portaria Nº.0731/RH, de 24 de junho de 2014,

#### RESOLVE:

Art..1º Conceder auxílio-natalidade, de acordo com o Art. 241, da Lei Complementar n.º 207 de 28/09/2010, ao servidor JOSIAS JOCHEM, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, conforme certidão de nascimento n.º 0043689 35 do cartório de registro civil do município de Rio do Sul, onde encontra-se o assento de EMANUELY JOCHEM.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 29 de julho de 2014.

CARLOS ALBERTO LUITHARDT

Secretário Municipal de Administração Interino

Apmf

### Portaria Nº 0835/2014

PORTARIA Nº. 0835/RH

CARLOS ALBERTO LUITHARDT, Secretário Municipal de Administração Interino da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere a Portaria Nº.0731/RH, de 24 de junho de 2014,

#### RESOLVE:

Art..1º Conceder Licença Paternidade, durante o período de 07/07/2014 a 11/07/2014, de acordo com o Art. 253, da Lei

Complementar n.º 207 de 28/09/2010, ao servidor JOSIAS JOCHEM, ocupante do cargo efetivo de Professor, conforme certidão de nascimento n.º 0043689 35 do cartório de registro civil do município de Rio do Sul, onde encontra-se o assento de EMANUELY JOCHEM.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 29 de julho de 2014.

CARLOS ALBERTO LUITHARDT

Secretário Municipal de Administração Interino

Apmf

### **Termo de Posse E Exercício - Silvia Aparecida Bozio**

#### **TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO**

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antônio Ayroso, em conformidade com o disposto no Art. 14, da Lei Complementar n.º 207, de 28/09/2010 e alterações posteriores e no uso da competência que lhe foi delegada pelo Art. 15, parágrafo 1º. Item "a", da Lei Complementar supra citada, EMPOSSA nesta data o (a) servidor(a) SILVIA APARECIDA BOZIO, nomeado (a) pela Portaria n. 0705/RH, de 16/06/2014, publicada no DOM na data de 30/06/2014, para exercer o cargo efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO, Nível E, 40 horas semanais, habilitado (a) pelo concurso público n. 002/2011.

O (a) servidor(a) apresentou os documentos exigidos por Lei e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, bem como comprometeu-se a observar o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Rio do Sul, instituído pela Lei Complementar n. 207, de 28/09/2010 e alterações posteriores.

Em conformidade com o disposto no Art. 16 da Lei Complementar supra citada, o (a) servidor (a) entrará em exercício em 01/08/2014.

Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse, que vai devidamente assinado pela autoridade competente e pelo empossado, juntamente com a Descrição do Cargo em anexo.

Rio do Sul, 25 de julho de 2014.

Assinatura do (a) Empossado (a)

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito Municipal

### **Portaria Nº 0836/RH**

PORTARIA N.º 0836/RH

CARLOS ALBERTO LUITHARDT, Secretário Municipal de Administração Interino da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere a Portaria Nº 0731/RH, de 24 de junho de 2014,

RESOLVE:

Art.1º Com fundamento aos Arts. 39 ao 41, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010, conceder aos servidores abaixo relacionados o primeiro Adicional por Capacitação Profissional por terem comprovado a realização de cursos de capacitação/treinamento com carga horária prevista para seu grupo ocupacional e relacionados com a área de atuação e cargo que ocupa, bem como

terem obtido homologação do Comitê Permanente de Progressão na Carreira, conforme disposto no Art. 50, inciso III, da Lei Complementar citada acima.

Nome	Matrícula	Protocolo
MARIANA CONINCK	171565/1	145143/2014
NATANAEL ANDERSON DE SOUZA	136549/1	145845/2014

Art. 2º O efeito financeiro do adicional será devido a partir de 01 de junho de 2014, de acordo com o Art. 46 da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 30 de julho de 2014.

CARLOS ALBERTO LUITHARDT

Secretário Municipal de Administração Interino

Asfj

### **Portaria Nº 0837/RH**

PORTARIA N.º 0837/RH

CARLOS ALBERTO LUITHARDT, Secretário Municipal de Administração Interino da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere a Portaria Nº 0731/RH, de 24 de junho de 2014,

RESOLVE:

Art.1º Com fundamento aos Arts. 39 ao 41, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010, conceder aos servidores abaixo relacionados o segundo Adicional por Capacitação Profissional por terem comprovado a realização de cursos de capacitação/treinamento com carga horária prevista para seu grupo ocupacional e relacionados com a área de atuação e cargo que ocupa, bem como terem obtido homologação do Comitê Permanente de Progressão na Carreira, conforme disposto no Art. 50, inciso III, da Lei Complementar citada acima.

Nome	Matrícula	Protocolo
RITA FERRARI CUOCO	170887/1	127789/2011
SONIA PASQUALINI VOTA	104973/1	123068/2010

Art. 2º O efeito financeiro do adicional será devido a partir de 01 de julho de 2014, de acordo com o Art. 46 da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 30 de julho de 2014.

CARLOS ALBERTO LUITHARDT

Secretário Municipal de Administração Interino

Asfj

### **Portaria Nº 0838/RH**

PORTARIA N.º 0838/RH

CARLOS ALBERTO LUITHARDT, Secretário Municipal de Administração Interino da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere a Portaria Nº 0731/RH, de 24 de junho de 2014,

**RESOLVE:**

Art. 1º Com fundamento aos Arts. 39 ao 41, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010, conceder a servidora MARIA DE LOURDES MUSSOLIN ZEFERINO, matrícula n. 74624/1, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, o primeiro Adicional por Capacitação Profissional por ter comprovado no processo n. 140120/2013, a realização de cursos de capacitação/treinamento com carga horária prevista para seu grupo ocupacional e relacionados com a área de atuação e cargo que ocupa, bem como ter obtido homologação do Comitê Permanente de Progressão na Carreira, conforme disposto no Art. 50, inciso III, da Lei Complementar citada acima.

Art. 2º O efeito financeiro do adicional será devido a partir de 01 de julho de 2014, de acordo com o Art. 46 da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 30 de julho de 2014.

CARLOS ALBERTO LUITHARDT

Secretário Municipal de Administração interino

Asfj

**Portaria Nº 0839/RH**

PORTARIA N.º 0839/RH

CARLOS ALBERTO LUITHARDT, Secretário Municipal de Administração Interino da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere a Portaria Nº 0731/RH, de 24 de junho de 2014,

**RESOLVE:**

Art. 1º Com fundamento aos Arts. 39 ao 41, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010, conceder ao servidor EDGAR CUNHA, matrícula n. 102890/1, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo, o segundo Adicional por Capacitação Profissional por ter comprovado no processo n. 129644/2011, a realização de cursos de capacitação/treinamento com carga horária prevista para seu grupo ocupacional e relacionados com a área de atuação e cargo que ocupa, bem como ter obtido homologação do Comitê Permanente de Progressão na Carreira, conforme disposto no Art. 50, inciso III, da Lei Complementar citada acima.

Art. 2º O efeito financeiro do adicional será devido a partir de 01 de junho de 2014, de acordo com o Art. 46 da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 30 de julho de 2014.

CARLOS ALBERTO LUITHARDT

Secretário Municipal de Administração interino

Asfj

**Portaria Nº 0840/RH**

PORTARIA N.º 0840/RH

CARLOS ALBERTO LUITHARDT, Secretário Municipal de Administração Interino da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere a Portaria Nº 0731/RH, de 24 de junho de 2014,

**RESOLVE:**

Art. 1º Com fundamento aos Arts. 39 ao 41, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010, conceder a servidora GRACIELA SAN MARTIN RODRIGUES BAGATOLI, matrícula n. 103004/1, ocupante do cargo de provimento efetivo Enfermeiro, o segundo Adicional por Capacitação Profissional por ter comprovado no processo n. 123149/2010, a realização de cursos de capacitação/treinamento com carga horária prevista para seu grupo ocupacional e relacionados com a área de atuação e cargo que ocupa, bem como ter obtido homologação do Comitê Permanente de Progressão na Carreira, conforme disposto no Art. 50, inciso III, da Lei Complementar citada acima.

Art. 2º O efeito financeiro do adicional será devido a partir de 01 de junho de 2014, de acordo com o Art. 46 da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 30 de julho de 2014.

CARLOS ALBERTO LUITHARDT

Secretário Municipal de Administração interino

Asfj

**Decreto Nº 4214, de 24 de Julho de 2014.**

DECRETO Nº 4214, de 24 de julho de 2014.

"ALTERA OS ARTIGOS 1º E 2º E EXCLUI O ARTIGO 4º DO DECRETO Nº. 2.440 DE 07 DE MARÇO DE 2012, QUE DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE PENSÃO À SRA. MARIA PROÊNCIO MEDEIROS."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, usando das prerrogativas previstas no inciso VI do Art. 37 da Lei Orgânica do Município e de conformidade com o disposto no artigo 260 da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010, inciso I do artigo 20 e seguintes da Lei Complementar nº 73 de 20/11/2001, letra "a" inciso II do artigo 19 e seguintes do Decreto nº 119 de 21/03/2002 e § 7º do artigo 40 da CF/88 e artigo 6º-A da EC 70/2012.

**DECRETA:**

Art. 1º - Ficam alterados os artigos 1º, 2º e 4º do Decreto nº 2.440, de 07 de março de 2012, as quais passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º - Fica concedida a partir de 24 de outubro de 2011, pensão vitalícia a Sra. Maria Proêncio Medeiros, brasileira, viúva, residente e domiciliada na Rua Indira Gandi, nº 281, Bairro Boa Vista, em Rio do Sul - SC, em virtude do falecimento de seu esposo Sr. Manoel Medeiros, ex-servidor público municipal, matrícula nº. 27430/01, aposentado desde 01º de setembro de 2010, no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, nível 10, faixa 11, com proventos integrais, adicional de 3% e por força da determinação contida no artigo 6º-A da Emenda Constitucional nº 70/2012, o benefício da aposentadoria passa a ter paridade a partir de 29 de Março de 2012.

Art. 2º - A pensão foi concedida de conformidade com o disposto no artigo 260 da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010, inciso I do artigo 20 e seguintes da Lei Complementar nº 73 de 20/11/2001, letra "a" inciso II do artigo 19 e seguintes do Decreto nº 119 de 21/03/2002 e § 7º do artigo 40 da CF/88 e artigo 6º-A da EC 70/2012.

Art. 2º - A aplicação da EC 70/2012 se deu a partir de 29 de março de 2012.

Art. 3º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.



GABINETE DO PREFEITO.  
24 de julho de 2014.  
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO  
Prefeito do Município de Rio do Sul

CARLOS ALBERTO LUITHARDT  
Secretário Municipal de Administração em Exercício

**Decreto Nº 4219, de 29 de Julho de 2014.**

DECRETO Nº 4219, 29 de julho de 2014.  
"SUBSTITUI MEMBROS PARA COMPOR O CONSELHO CONSULTIVO DO PLANO DIRETOR."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições previstas no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e de acordo com o disposto no art. 80 da Lei Complementar n.º 163/2006, alterada pela Lei Complementar n.º 228/2011,

**DECRETA:**

Art.1º - Ficam nomeados para compor o Conselho Consultivo do Plano Diretor, de acordo com o artigo 80 da Lei Complementar n.º 163/2006, alterada pela Lei Complementar nº 228/2011, os seguintes membros:

**X. Representantes**

Suplente: MARISTELA MACEDO POLEZA substitui UDO OSCAR SIEBERT.

**XI. Representantes da Câmara de Diretores Lojistas - CDL:**

Titular: PAULO JOSÉ FIAMONCINI substitui EDNEI STOFFELLA;  
Suplente: DANIEL EMÍLIO TSCHUMI substitui RAULINO NICOLAU DA SILVA.

Art. 2º - Os membros ora nomeados, cumprirão mandato de 02 (dois) anos, cujo período compreende de 02 de outubro de 2013 a 02 de outubro de 2015.

PARÁGRAFO ÚNICO - Na conformidade com o Art. 81 da Lei Complementar 163/2006, os membros ora nomeados poderão ser reconduzidos.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.  
29 de julho de 2014.  
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO  
Prefeito do Município de Rio do Sul

**Decreto Nº 4209, de 23 de Julho de 2014.**

DECRETO Nº 4209, de 23 de julho de 2014.  
"HOMOLOGA RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELA CONCORRÊNCIA PÚBLICA 085/2014."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e daquelas previstas na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores:

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica homologado de acordo com o parecer da Comissão Permanente de Licitações, nomeada pelo Decreto nº 3766/2013,

o resultado da Concorrência Pública 085/2014 de 21.05.2014, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor do licitante:

- EQUAL CONSTRUTORA E INCORPORADORA EIRELI.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.  
23 de julho de 2014.  
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO  
Prefeito do Município de Rio do Sul

CRISTIANO CONTREIRA DIAS LOPES SEGATTO  
Secretário Municipal de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente

ANEXO AO DECRETO Nº 4209/2014  
Concorrência Pública nº 085/2014 de 21.05.2014.

Objeto da Licitação: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE DRENAGEM PLUVIAL EM TUDO DO CONCRETO ARMADO DOS BECOS ROBERTO TAUFFEMBACH, LAGUNA E RUA CRICIÚMA, NO BAIRRO BOA VISTA EM RIO DO SUL.

**Participantes:**

- EQUAL CONSTRUTORA E INCORPORADORA EIRELI;

- SALVER CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA.

Decisão: Pelo critério menor preço a Comissão Permanente de Licitações declarou vencedor o licitante:

- EQUAL CONSTRUTORA E INCORPORADORA EIRELI.

**Termo de Posse E Exercício Concurso 002/2011 - Osvanilde Trentini Hillesheim****TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO**

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antônio Ayroso, em conformidade com o disposto no Art. 14, da Lei Complementar n.º 207, de 28/09/2010 e alterações posteriores e no uso da competência que lhe foi delegada pelo Art. 15, parágrafo 1º. Item "a", da Lei Complementar supra citada, EMPOSSA nesta data o (a) servidor(a) OSVANILDE TRENTINI HILLESHEIM, nomeado (a) pela Portaria n. 0682/RH, de 10/06/2014, publicada no DOM na data de 04/07/2014, para exercer o cargo efetivo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, Nível F, 40 horas semanais, habilitado (a) pelo concurso público n. 002/2011.

O (a) servidor(a) apresentou os documentos exigidos por Lei e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, bem como comprometeu-se a observar o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Rio do Sul, instituído pela Lei Complementar n. 207, de 28/09/2010 e alterações posteriores.

Em conformidade com o disposto no Art. 16 da Lei Complementar supra citada, o (a) servidor (a) entrará em exercício em 01/08/2014.

Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse, que vai devidamente assinado pela autoridade competente e pelo empossado, juntamente com a Descrição do Cargo em anexo.

Rio do Sul, 25 de julho de 2014.  
Assinatura do (a) Empossado (a)  
GARIBALDI ANTONIO AYROSO  
Prefeito Municipal

**Salto Veloso****PREFEITURA****Errata - Portaria Nº 218/2014**

Errata - Portaria Nº 218/2014

**ERRATA**

Informamos que a "PORTARIA N.º 218/2014", foi publicada com erro na edição 1524, veiculada em 10 de Julho de 2014, no Diário Oficial dos Municípios.

Sendo o Conteúdo Correto da Portaria conforme segue:

PORTARIA Nº. 218/2014

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

Resolve,

Artigo 1º. Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 10 de julho de 2014 a 08 de agosto de 2014, totalizando 30 dias de férias a Servidora MARILDE DEL MORO PAGANINI, do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º. O período de aquisição é de 01/02/2013 a 31/01/2014, correspondente a 30 dias.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 10 de Julho de 2014.  
CLAUDEMIR CESCA  
Prefeito Municipal

**Resolução Nº 01/2014, de 28 de Julho de 2014.**

COMISSÃO ELEITORAL IPRESVEL/2014

Resolução nº 01/2014, de 28 de julho de 2014.

Regulamenta os procedimentos a serem adotados na Eleição dos Membros dos Conselhos Administrativo e Fiscal do IPRESVEL a ser realizada no ano de 2014.

A Comissão Eleitoral responsável pelo processo de eleição dos representantes dos Segurados nos Conselhos de Administração e Fiscal do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Salto Veloso - IPRESVEL, usando da competência que lhe confere o §4º do art. 8º do Regimento Interno para Eleição dos Membros dos Conselhos Administrativos e Fiscal do IPRESVEL.

Considerando a necessidade de regulamentar os procedimentos omissos no Regimento Interno da Eleição;

Considerando as deliberações aprovadas na reunião da Comissão Eleitoral, realizada no dia 28 de julho de 2014, resolve:

Art. 1º As publicações oficiais serão realizadas no Diário Oficial dos Municípios, órgão de imprensa Oficial do Município de Salto Veloso, e murais das Secretarias Municipais e Câmara de Vereadores.

Art. 2º As publicações serão consideradas efetuadas sempre às 15h, iniciando-se a partir deste horário, para todos os efeitos legais, a contagem dos prazos regimentais.

Art. 3º A Secretaria responsável pelo recebimento das



documentações relativas à eleição funcionará na Recepção da Prefeitura Municipal.

Art. 4º A Secretaria atenderá em dias úteis, de segunda a sextas-feiras, das 7 h 30 min às 11 h 30 min e das 13 h às 17 h.

Art. 5º Os prazos regimentais que se encerram fora do horário de funcionamento da Secretaria serão prorrogados até as duas primeiras horas do dia útil subsequente.

Art. 6º É livre a cada chapa candidata elaborar material de campanha a suas expensas.

Art. 7º Fica vedada a utilização, em benefício da chapa candidata, de bens móveis ou imóveis pertencentes à administração direta ou indireta.

§ 1º A vedação estende-se ao uso de e-mail oficial ou de dados informatizados de uso institucional.

§ 2º A chapa candidata que infringir o disposto neste artigo terá sua candidatura impugnada.

Art. 8º A chapa candidata deverá, no momento da inscrição, registrar o nome ou apelido que será utilizado nas células de votação e no material de campanha.

Art. 9º Os integrantes das mesas coletoras comporão a lista de votantes da respectiva urna.

Art. 10 A relação dos votantes ficará disponível para todos os candidatos na sede do IPRESVEL e no site da Prefeitura Municipal (<http://www.saltoveloso.sc.gov.br>) no link correspondente ao IPRESVEL.

Art. 11 Fica estabelecido, na forma do anexo único, o cronograma eleitoral.

Art. 12 Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação tendo vigência apenas na eleição dos Conselhos Administrativos e Fiscal do IPRESVEL a ser realizada no corrente ano.

Salto Veloso - SC, 28 de julho de 2014.

Zuriel Marco Azzolini Bussi  
Presidente da Comissão Eleitoral

Débora Baronchello  
Secretária da Comissão Eleitoral

Claudemir Sartorel  
Membro da Comissão Eleitoral

#### ANEXO ÚNICO

CRONOGRAMA DA ELEIÇÃO DOS REPRESENTANTES DOS SEGURADOS NOS CONSELHOS ADMINISTRATIVO E FISCAL DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SALTO VELOSO - IPRESVEL - 2014

ATIVIDADE	DATA
Envio de Ofício solicitando indicação de 01 (um) servidor efetivo e estável da Câmara de Vereadores e 01 (um) servidor efetivo e estável da Administração Municipal para fiscalizar a apuração de votos.	31/07/2014

Envio de correspondência para o Setor de Pessoal solicitando listagem de servidores votantes e seus CPF/RG	31/07/2014
Publicação do Edital de Convocação para as eleições	04/08/2014
Prazo para o registro de candidaturas das chapas	04 a 08/08/2014
Prazo máximo de remessa da listagem dos votantes	06/08/2014
Segunda reunião da Comissão Eleitoral para lavrar a ata consignando a inscrição de todas as chapas	08/08/2014
Publicação da relação nominal das chapas candidatas registradas, com abertura de prazo de recurso.	11/08/2014
Prazo para impugnação das chapas candidatas	12 e 13/08/2014
Terceira reunião da Comissão Eleitoral para lavrar a ata referente à impugnação do registro de candidatura (Termo de Encerramento)	13/08/2014
Notificação das impugnações se existentes	14/08/2014
Prazo de apresentação pelos impugnados	15/08/2014
Terceira reunião da Comissão Eleitoral para julgar as impugnações caso existentes	15/08/2014
Publicação do Termo de Homologação das chapas candidatas	18/08/2014
Realização das Eleições e apuração dos votos	20/08/2014
Homologação e publicação dos eleitos	21/08/2014
Envio de correspondência ao Prefeito Municipal informando o resultado do pleito	21/08/2014
Publicar o resultado oficial	22/08/2014
Prazo para interpor recurso	25 e 26/08/2014

#### Decreto Nº 033 - de 18 De julho de 2014.

DECRETO Nº 033 - DE 18 DE JULHO DE 2014.

ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLAUDEMIR CESCA, PREFEITO MUNICIPAL DE SALTO VELOSO, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Municipal 01.470/2012 de 13/12/2012;

Decreta:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 300.000,00 (Trezentos Mil Reais), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 02 - CHEFIA DO EXECUTIVO

Projeto/Atividade: 3.024 - AQUISIÇÃO DE VEICULOS - EDUCAÇÃO

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00 - APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 259.250,00

Fonte: 01.22.00054

RED: 31

Órgão: 02 - CHEFIA DO EXECUTIVO  
Projeto/Atividade: 3.026 - MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR  
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00 - APLICAÇÕES DIRETAS  
Valor: R\$ 40.750,00  
Fonte: 01.22.00054  
RED: 44

Art. 2º - A suplementação de que se trata o artigo anterior, será utilizado o Excesso de Arrecadação do convênio de Equipamentos da Creche com o FNDE.

Art. 3º. Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.  
Salto Veloso - SC, 17 de Julho de 2014.  
CLAUDEMIR CESCA  
Prefeito Municipal

JOSÉ CARLOS ONEDA  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

### Portaria Nº. 224/2014

PORTARIA Nº. 224/2014  
Autoriza a Averbação de Certidão de Tempo de Serviço/Contribuição expedida pelo INSS sob o nº 20022080.1.00041/09-4, nos assentos funcionais do servidor Gentil Sartorel, detentor da matrícula nº 40 e do cargo de provimento efetivo de Carpinteiro, e dá outras providências.

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

#### RESOLVE:

Art. 1º Autorizar a averbação nos assentamentos funcionais do servidor Gentil Sartorel, detentor da matrícula nº 40 e do cargo de provimento efetivo de Carpinteiro, da Certidão de Tempo de Serviço/Contribuição, expedida pelo INSS sob o nº 20022080.1.00041/09-4, para fins de concessão de aposentadoria voluntária.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Salto Veloso - SC, 31 de julho de 2014.  
CLAUDEMIR CESCA  
PREFEITO MUNICIPAL

## Santa Terezinha do Progresso

### PREFEITURA

#### Decreto Nº 224

DECRETO Nº 224/2014  
DISPÕE SOBRE A LOTAÇÃO DE VEÍCULOS E MÁQUINAS DA PREFEITURA MUNICIPAL PARA O EXERCÍCIO DE 2014, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal;

#### DECRETA

Art. 1º. Fica pelo presente Decreto lotados os veículos e máquinas da Prefeitura Municipal para o exercício de 2014 conforme a seguir discriminado:

Gabinete do Prefeito Municipal:

Fiat/Siena Placa MLV 6742

Fundo da Infância e Adolescência (Conselho Tutelar)  
Palio Weekend Placa MLM 2970

Secretaria Municipal de Educação:

Micro Ônibus MLH 7455

Micro Ônibus MKW 6886

Ônibus Placa MLN 3555

Ônibus Placa LBE-9266

Ônibus Placa MHI-3781

Micro Ônibus Placa MGC-5389

Kombi Placa LZQ-9676

Fiorino Placa AIU-2301

Gol Placa HSA-4843

Fiat Uno MLI - 6240

Secretaria Municipal de Saúde Pública:

Fiat/Siena Placa MLI 6230

Fiat/Palio Weekend Placa MJM 8733

Fiat/Doblô Placa MJZ 3892

Fiat/Ducato Placa MGC 0247

Ambulância Placa MHM 0646

Sandero Placa MHX 6135

Fiat/Uno MLF 1217

Fiat/Uno Way Placa MLM 7091

Secretaria Municipal de Infraestrutura:

Caminhão IVECO Placa QHD 5594

Caminhão Placa MBI-3024

Motoniveladora

Motoniveladora New Holland RG140B

Logan Placa MHQ 8759

Pá Carregadeira

Trator de Pneu John Deer nº 01

Caminhão MGK-3928

Caminhão MGK-3988

Caminhão Truck ATE-2422

Retroescavadeira Randon RD-406(1)

Retroescavadeira Randon RD-406(2)

Gol Placa DEE-6726

Secretaria Municipal de Assistência Social:

Corsa Placa MLV - 1476

Secretaria Municipal de Agricultura:

Moto Placa MDC-5595

Trator de Pneu Massey Ferguson nº 02

Trator de Pneu John Deer nº 03

Trator de Pneu TL 75 E nº 04

Trator de Pneu TL 65 E nº 05

Trator de Pneu John Deer nº 06

Escavadeira Hidráulica Doosan

Fiat Strada Working MLV 6622

Retroescavadeira Caterpillar (03)

Trator de Esteiras New Holland

Caminhão Mercedes Benz Placa OKH 1225

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 Julho de 2014.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário e em especial o Decreto nº 90/2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC, 28 de Julho de 2014.

JACOB GILMAR JUNGES  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ISOMAR SANDREI GRILLI

Secretário Municipal de Gestão

E Desenvolvimento Econômico

Matricula 1157/6

### **Decreto 225/2014**

Decreto Nº 225, de 28 de Julho de 2014

Retifica o Decreto 222/2014 e dá outras providências.

JACOB GILMAR JUNGES, Prefeito de SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO/SC, no uso das atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município, pelo Art. 7º do Decreto Federal nº 7.257, de 04 de Agosto de 2010 da Lei Orgânica do Município (ou do Distrito Federal), pelo Art. 17 do Decreto Federal no 5376, de 17 de fevereiro de 2005, pela Lei Estadual nº 10.925, de 22 de setembro de 1998, pelo Decreto Estadual nº 3.924, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução no 3 do Conselho Nacional de Defesa Civil.

#### **CONSIDERANDO QUE:**

- Para que possamos dar continuidade nos trabalhos de melhorias das estradas já começados devido ao fenômeno anormal de Fortes Chuvas, nos Termos do Decreto nº 142/2014 e por solicitação e recomendação da Comissão de Defesa Civil Municipal, que avaliou e quantificou os efeitos deste, havendo necessidade de prorrogação do tempo para conclusão dos trabalhos.

#### **DECRETA:**

Art. 1º Fica Retificado o Decreto nº 222/2014, em sua integralidade, passando a vigorar com seguinte texto:

Art. 2º Fica Prorrogada a Vigência do Decreto 142/2014 que caracterizou Situação de Emergência no Município, por mais 30 dias contados a partir da data de 05 de Agosto de 2014.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com prazo de vigência de 30 dias a partir de 05 de agosto podendo ser prorrogado por até 60 dias.

Art. 4º. Ficam revogadas disposições em contrario.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 28 de Julho de 2014.

SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO- SC, 28 de Julho de 2014

DÉLCIO KETTERMANN

Presidente COMDEC

JACOB GILMAR JUNGES

PREFEITO MUNICIPAL

**RREO 3º Bimestre de 2014**

Continuação  
30/07/2014 16:45

Município de Sta Terezinha do Progresso-SC  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Junho 2014/Bimestre Maio-Junho

RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	212.211,57	212.211,57	120.065,12	56,57
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	17.368,19	17.368,19	22.012,35	126,73
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	28.432,49	28.432,49	19.086,00	67,12
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	84.727,35	84.727,35	22.113,53	26,09
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	75.591,66	75.591,66	51.949,29	68,72
Imposto Territorial Rural - ITR	-	-	-	-
Multa, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	2.431,96	2.431,96	3.653,70	150,23
Dívida Ativa dos Impostos	2.404,53	2.404,53	206,26	8,57
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	1.255,39	1.255,39	1.043,99	83,16
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	8.698.229,49	8.698.229,49	4.503.544,71	51,77
Cota-Parte FPM	5.990.524,35	5.990.524,35	3.039.732,94	50,74
Cota-Parte ITR	1.289,85	1.289,85	57.539,10	4.460,91
Cota-Parte IPVA	69.444,04	69.444,04	59.418,53	85,56
Cota-Parte ICMS	2.577.146,14	2.577.146,14	1.322.332,30	51,30
Cota-Parte IPI-Exportação	45.075,93	45.075,93	19.765,04	43,84
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	14.749,18	14.749,18	4.756,80	32,25
Desoneração ICMS (LC 87/96)	14.749,18	14.749,18	4.756,80	32,25
Outras	-	-	-	-
<b>TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II</b>	<b>8.910.441,06</b>	<b>8.910.441,06</b>	<b>4.623.609,83</b>	<b>51,88</b>

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c) x 100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	957.650,25	974.697,11	314.795,23	32,29
Provenientes da União	644.857,82	661.904,68	270.365,23	40,84
Provenientes dos Estados	122.792,43	122.792,43	44.430,00	36,18
Provenientes de Outros Municípios	-	-	-	-
Outras Receitas do SUS	190.000,00	190.000,00	-	-
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	-	-	-	-
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	-	-	-	-
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	1.665,98	1.665,98	3.378,01	202,76
<b>TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE</b>	<b>959.316,23</b>	<b>976.363,09</b>	<b>318.173,24</b>	<b>32,58</b>

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e) x 100	Até o Bimestre (g)	% (g/e) x 100
DESPESAS CORRENTES	1.682.196,98	1.908.252,83	1.416.911,55	74,25	906.043,40	47,48
Pessoal e Encargos Sociais	660.100,00	946.987,94	708.839,18	74,85	506.359,20	53,47
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	1.022.096,98	961.264,89	708.072,37	73,66	399.684,20	41,57
DESPESAS DE CAPITAL	290.000,00	379.100,00	23.326,20	6,15	23.326,20	6,15
Investimentos	290.000,00	379.100,00	23.326,20	6,15	23.326,20	6,15
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)</b>	<b>1.972.196,98</b>	<b>2.287.352,83</b>	<b>1.440.237,75</b>	<b>62,96</b>	<b>929.369,60</b>	<b>40,63</b>

(1/3)

Continuação  
30/07/2014 16:45

Município de Sta Terezinha do Progresso-SC  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Junho 2014/Bimestre Maio-Junho

RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/IV f) x 100	Até o Bimestre (i)	% (i/IV g) x 100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	-	-	-	-	-	-
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	-	-	-	-	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	974.697,11	1.180.202,96	455.297,14	31,61	279.403,95	30,06
Recursos de Transferência do Sistema Único de Saúde - SUS	974.697,11	1.180.202,96	455.297,14	31,61	279.403,95	30,06
Recursos de Operações de Crédito	-	-	-	-	-	-
Outros Recursos	-	-	-	-	-	-
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	-	-	-	-	-	-
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	-	-	-	-	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	-	-	-	-	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO FOI APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES³	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS COM NÃO COMPUTADAS (V)	974.697,11	1.180.202,96	455.297,14	31,61	279.403,95	30,06
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	997.499,87	1.107.149,87	984.940,61	68,38	649.965,65	69,93
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VII / IIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5					14,06	
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VII - (15 x IIb) /100]⁶					-43.575,82	
EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE	
Total	-	-	-	-	-	
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º e 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS					
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (j)		Saldo Final (não aplicado)		
Total (VIII)	-	-		-		
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO					
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (k)		Saldo Final (não aplicado)		
Total (IX)	-	-		-		

(2/3)

Continuação  
30/07/2014 16:45

Município de Sta Terezinha do Progresso-SC  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Junho 2014/Bimestre Maio-Junho

RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (l)	% (l/ Total l) x 100	Até o Bimestre (m)	% (m/Total m) x 100
Atenção Básica	1.928.976,98	2.214.132,83	1.426.549,08	99,05	915.680,93	98,53
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	-	-	-	-	-	-
Suporte Profilático e Terapêutico	-	-	-	-	-	-
Vigilância Sanitária	24.220,00	24.220,00	11.689,67	0,81	11.689,67	1,26
Vigilância Epidemiológica	19.000,00	49.000,00	1.999,00	0,14	1.999,00	0,22
Alimentação e Nutrição	-	-	-	-	-	-
Outras Subfunções	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>1.972.196,98</b>	<b>2.287.352,83</b>	<b>1.440.237,75</b>	<b>100,00</b>	<b>929.369,60</b>	<b>100,00</b>

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, DPTO DE ADMINISTRACAO, 30/Jul/2014, 16h e 19m.

<sup>1</sup> Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício

<sup>2</sup> O valor apresentado na intercessão com a coluna "h" ou a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

<sup>3</sup> O valor apresentado na intercessão com a coluna "h" ou a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

<sup>4</sup> Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício.

<sup>5</sup> Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.

<sup>6</sup> No último bimestre, será utilizada a fórmula  $[VI(h+i) - (15 \times IIb)/100]$ .

JACOB GILMAR JUNGES ISOMAR SANDREI GRILLI IVA ADRIANA SCHLOSSER SEGUETO SOLANGE DETOFOL SUELI BASQUER DA SILVA RINTZEL  
PREFEITO MUNICIPAL SEC. DE GESTÃO E DESENV. ECON. CONTADORA CRC/SC 026497/O-2 CONTROLADORA INTERNO TESOUREIRA



Continuação  
30/07/2014 16:38

Município de Sta Terezinha do Progresso-SC  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária

**Balanco Orçamentário**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Janeiro a Junho 2014/Bimestre Maio-Junho

RREO - ANEXO I(LRF, Art.52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)							R\$ 1,00
RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS				SALDO
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(I)	13.449.756,66	13.472.003,52	2.175.664,82	16,15	5.686.943,93	42,21	7.785.059,59
Receitas Correntes	9.503.848,87	9.526.095,73	1.643.571,21	17,25	4.975.755,68	52,23	4.550.340,05
Receita Tributária	219.749,81	219.749,81	46.512,88	21,17	125.009,25	56,89	94.740,56
Impostos	206.119,69	206.119,69	45.367,50	22,01	115.161,17	55,87	90.958,52
Taxas	13.630,12	13.630,12	1.145,38	8,40	9.848,08	72,25	3.782,04
Receita De Contribuições	28.624,20	28.624,20	4.791,90	16,74	14.865,93	51,93	13.758,27
Contribuição para o Cust. do Serv. Ilum. P	28.624,20	28.624,20	4.791,90	16,74	14.865,93	51,93	13.758,27
Receita Patrimonial	61.829,40	61.964,40	17.315,44	27,94	48.719,93	78,63	13.244,47
Receitas De Valores Mobiliários	61.829,40	61.964,40	17.315,44	27,94	48.719,93	78,63	13.244,47
Receita De Serviços	142.994,12	142.994,12	11.090,93	7,76	51.885,91	36,29	91.108,21
Transferências Correntes	9.026.861,42	9.048.973,28	1.555.871,18	17,19	4.716.253,64	52,12	4.332.719,64
Transferências Intergovernamentais	9.016.461,42	9.033.508,28	1.553.673,64	17,20	4.710.400,84	52,14	4.323.107,44
Transferências De Convênios	10.400,00	15.465,00	2.197,54	14,21	5.852,80	37,85	9.612,20
Outras Receitas Correntes	23.789,92	23.789,92	7.988,88	33,58	19.021,02	79,95	4.768,90
Multas E Juros De Mora	6.946,77	6.946,77	3.287,99	47,33	7.869,59	113,28	-922,82
Indenizações E Restituições	8.820,00	8.820,00	2.674,00	30,32	7.420,00	84,13	1.400,00
Receita Da Dívida Ativa	4.906,20	4.906,20	840,35	17,13	1.256,23	25,60	3.649,97
Receitas Correntes Diversas	3.116,95	3.116,95	1.186,54	38,07	2.475,20	79,41	641,75
Receitas De Capital	3.945.907,79	3.945.907,79	532.093,61	13,48	711.188,25	18,02	3.234.719,54
Operações De Crédito	-	-	-	-	-	-	-
Alienação De Bens	55.000,00	55.000,00	-	-	-	-	55.000,00
Alienação De Bens Móveis	55.000,00	55.000,00	-	-	-	-	55.000,00
Transferências De Capital	3.890.907,79	3.890.907,79	532.093,61	13,68	711.188,25	18,28	3.179.719,54
Transferências Intergovernamentais	-	-	-	-	99.100,00	-	-99.100,00
Transferências De Convênios	3.890.907,79	3.890.907,79	532.093,61	13,68	612.088,25	15,73	3.278.819,54

(1/3)

Continuação  
30/07/2014 16:38

Município de Sta Terezinha do Progresso-SC  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária

**Balanco Orçamentário**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Janeiro a Junho 2014/Bimestre Maio-Junho

RREO - ANEXO (LRF, Art.52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)							R\$ 1,00
RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			%	SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	(b/a)	Até o Bimestre (c)	(c/a)	
Outras Receitas De Capital	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(II)	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS RECEITAS(II)=(II+I)	13.449.756,66	13.472.003,52	2.175.664,82	16,15	5.686.943,93	42,21	7.785.059,59
OPERAÇÕES DE CRÉDITO-REFINANCIAMENTO(IV)	-	-	-	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO(V)=(II+IV)	13.449.756,66	13.472.003,52	2.175.664,82	16,15	5.686.943,93	42,21	7.785.059,59
DÉFICIT(VI)	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL(VII)=(V+VI)	13.449.756,66	13.472.003,52	2.175.664,82	16,15	5.686.943,93	42,21	7.785.059,59
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	-	-	-	-	210.744,17	-	-
Superávit Financeiro	-	789.240,84	-	-	210.744,17	-	-
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	-	-	-	-

Continuação  
30/07/2014 16:38

Município de Sta Terezinha do Progresso-SC  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**Balanco Orçamentário**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Junho 2014/Bimestre Maio-Junho

R\$ 1,00									
DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)=(d+e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		%	SALDO
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	(g/f)	
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(VII)</b>	<b>13.472.003,52</b>	<b>1.433.609,87</b>	<b>14.905.613,39</b>	<b>1.643.987,43</b>	<b>6.706.840,34</b>	<b>2.259.609,55</b>	<b>5.094.828,57</b>	<b>34,18</b>	<b>9.810.784,82</b>
<b>Despesas Correntes</b>	<b>8.501.173,59</b>	<b>561.209,40</b>	<b>9.062.382,99</b>	<b>1.178.781,62</b>	<b>5.718.815,68</b>	<b>1.558.255,74</b>	<b>4.157.492,00</b>	<b>45,88</b>	<b>4.904.890,99</b>
Pessoal E Encargos Sociais	3.751.766,32	319.481,08	4.071.247,40	775.990,04	2.597.892,74	852.793,40	2.333.940,10	57,33	1.737.307,30
Juros E Encargos Da Dívida	80.000,00	-	80.000,00	13.314,94	54.375,22	13.314,94	54.375,22	67,97	25.624,78
Outras Despesas Correntes	4.669.407,27	241.728,32	4.911.135,59	389.476,64	3.066.547,72	692.147,40	1.769.176,68	36,02	3.141.958,91
<b>Despesas De Capital</b>	<b>4.890.829,93</b>	<b>872.400,47</b>	<b>5.763.230,40</b>	<b>465.205,81</b>	<b>988.024,66</b>	<b>701.353,81</b>	<b>937.336,57</b>	<b>16,26</b>	<b>4.825.893,83</b>
Investimentos	4.648.829,93	872.400,47	5.521.230,40	406.420,81	803.173,54	642.568,81	758.857,54	13,74	4.762.372,86
Amortizacao/Refinanciamento Da Dívida	242.000,00	-	242.000,00	58.785,00	184.851,12	58.785,00	178.479,03	73,75	63.520,97
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	80.000,00	-	80.000,00	-	-	-	-	-	80.000,00
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(IX)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS(X) (VIII+X)</b>	<b>13.472.003,52</b>	<b>1.433.609,87</b>	<b>14.905.613,39</b>	<b>1.643.987,43</b>	<b>6.706.840,34</b>	<b>2.259.609,55</b>	<b>5.094.828,57</b>	<b>34,18</b>	<b>9.810.784,82</b>
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO(XI)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL C/ REFINANCIAMENTO(XII)=(X+XI)</b>	<b>13.472.003,52</b>	<b>1.433.609,87</b>	<b>14.905.613,39</b>	<b>1.643.987,43</b>	<b>6.706.840,34</b>	<b>2.259.609,55</b>	<b>5.094.828,57</b>	<b>34,18</b>	<b>9.810.784,82</b>
<b>SUPERÁVIT(XIII)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>592.115,36</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>TOTAL(XIV)=(XII+XIII)</b>	<b>13.472.003,52</b>	<b>1.433.609,87</b>	<b>14.905.613,39</b>	<b>1.643.987,43</b>	<b>6.706.840,34</b>	<b>2.259.609,55</b>	<b>5.686.943,93</b>	<b>38,15</b>	<b>9.810.784,82</b>

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, DPTO DE ADMINISTRACAO, 30/Jul/2014, 16h e 09m.

JACOB GILMAR JUNGES    ISOMAR SANDREI GRILLI    IVA ADRIANA SCHLOSSER SEGUETO    SOLANGE DETOFOL SUELI BASQUER DA SILVA RINTZEL  
PREFEITO MUNICIPAL SEC. DE GESTÃO E    DESENV. ECON.    CONTADORA CRC/SC 026497/O-2    CONTROLADORA INTERNO    TESOUREIRA

(3/3)

Município de Sta Terezinha do Progresso - SC  
Relatório Resumido de Execução Orçamentária  
**Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção**  
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Junho 2014/Bimestre Maio-Junho

Continuação  
30/07/2014 16:40

RREO - ANEXO II(LRF, Art. 52, inciso II, alínea 'c')

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas		Saldo	
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre		
		(a)				(b)	(b/a)	(a-b)
<b>DESPESAS(EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(I)</b>	<b>13.472.003,52</b>	<b>14.905.613,39</b>	<b>1.643.987,43</b>	<b>6.706.840,34</b>	<b>2.259.609,55</b>	<b>5.094.828,57</b>	<b>34,18</b>	<b>9.810.784,82</b>
Legislativa	612.000,00	612.000,00	79.837,33	253.458,82	86.211,47	233.480,84	4,58	378.519,16
Ação Legislativa	612.000,00	612.000,00	79.837,33	253.458,82	86.211,47	233.480,84	4,58	378.519,16
Administração	1.964.970,19	1.923.970,19	235.928,71	1.122.404,95	300.502,26	916.483,79	17,99	1.007.486,40
Administração Geral	1.122.970,19	1.081.970,19	100.871,05	689.059,67	165.444,60	489.510,60	9,61	592.459,59
Administração Financeira	842.000,00	842.000,00	135.057,66	433.345,28	135.057,66	426.973,19	8,38	415.026,81
Segurança Pública	25.985,00	45.211,06	1.647,30	2.773,00	1.647,30	2.773,00	0,05	42.438,06
Administração Geral	25.985,00	45.211,06	1.647,30	2.773,00	1.647,30	2.773,00	0,05	42.438,06
Assistência Social	1.235.650,00	1.357.968,47	120.281,34	438.920,61	138.143,64	357.141,00	7,01	1.000.827,47
Assistência ao Idoso	30.000,00	30.051,32	7.899,32	9.099,32	6.049,32	7.099,32	0,14	22.952,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	233.650,00	237.997,46	25.080,83	92.301,09	29.424,99	69.187,99	1,36	168.809,47
Assistência Comunitária	972.000,00	1.089.919,69	87.301,19	337.520,20	102.669,33	280.853,69	5,51	809.066,00
Saúde	1.972.196,98	2.287.352,83	293.635,61	1.440.237,75	388.137,98	933.802,72	18,33	1.353.550,11
Atenção Básica	1.928.976,98	2.214.132,83	288.132,82	1.426.549,08	382.635,19	920.114,05	18,06	1.294.018,78
Vigilância Sanitária	24.220,00	24.220,00	5.502,79	11.689,67	5.502,79	11.689,67	0,23	12.530,33
Vigilância Epidemiológica	19.000,00	49.000,00	0,00	1.999,00	0,00	1.999,00	0,04	47.001,00
Educação	2.440.519,36	2.586.640,53	288.858,95	1.426.535,27	361.913,78	958.481,33	18,81	1.628.159,20
Alimentação e Nutrição	59.373,81	115.951,39	28.529,70	110.691,55	14.784,47	25.597,96	0,50	90.353,43
Ensino Fundamental	1.507.868,89	1.585.563,42	220.033,36	1.201.618,44	315.701,45	844.508,27	16,58	741.055,15
Ensino Profissional	91.000,00	91.000,00	8.370,00	8.370,00	2.092,50	2.092,50	0,04	88.907,50
Educação Infantil	782.276,66	794.125,72	31.925,89	105.855,28	29.335,36	86.282,60	1,69	707.843,12
Cultura	93.000,00	93.000,00	6.803,92	37.561,76	8.333,92	25.859,76	0,51	67.140,24
Difusão Cultural	93.000,00	93.000,00	6.803,92	37.561,76	8.333,92	25.859,76	0,51	67.140,24
Urbanismo	748.624,20	1.454.848,94	16.175,91	166.233,54	36.904,12	97.607,73	1,92	1.357.241,21
Infra-Estrutura Urbana	470.000,00	1.178.846,35	1.020,00	1.020,00	1.020,00	1.020,00	0,02	1.177.826,35
Serviços Urbanos	278.624,20	276.002,59	15.155,91	165.213,54	35.884,12	96.587,73	1,90	179.414,86
Saneamento	460.000,00	460.000,00	10.029,97	109.980,03	40.648,91	84.347,26	1,66	375.652,74
Saneamento Básico Urbano	460.000,00	460.000,00	10.029,97	109.980,03	40.648,91	84.347,26	1,66	375.652,74
Agricultura	1.551.660,00	1.609.516,80	476.731,31	882.154,88	469.066,49	758.530,12	14,89	850.986,68
Saneamento Básico Rural	40.000,00	40.000,00	0,00	13.000,00	1.498,41	4.798,72	0,09	35.201,28

(1/2)

Município de Sta Terezinha do Progresso - SC  
Relatório Resumido de Execução Orçamentária  
**Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção**  
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Junho 2014/Bimestre Maio-Junho

Continuação  
30/07/2014 16:40

RREO - ANEXO II(LRF, Art. 52, inciso II, alínea 'c')		R\$ 1,00									
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas		%		Saldo		(a-b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	(b/Total b)	(b/a)			
Preservação e Conservação Ambiental	60.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	30.000,00
Promoção da Produção Animal	70.000,00	50.000,00	6.000,00	7.975,00	6.000,00	7.975,00	0,16	15,95	42.025,00	0,16	42.025,00
Extensão Rural	1.381.660,00	1.489.516,80	470.731,31	861.179,88	461.568,08	745.756,40	14,64	50,07	743.760,40	14,64	743.760,40
Indústria	450.000,00	400.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	400.000,00	0,00	400.000,00
Promoção Industrial	450.000,00	400.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	400.000,00	0,00	400.000,00
Comunicações	60.000,00	30.000,00	0,00	620,00	0,00	620,00	0,01	2,07	29.380,00	0,01	29.380,00
Telecomunicações	60.000,00	30.000,00	0,00	620,00	0,00	620,00	0,01	2,07	29.380,00	0,01	29.380,00
Transporte	1.617.397,79	1.805.104,57	108.891,64	782.214,84	420.737,67	693.031,15	13,60	38,39	1.112.073,42	13,60	1.112.073,42
Transporte Rodoviário	1.617.397,79	1.805.104,57	108.891,64	782.214,84	420.737,67	693.031,15	13,60	38,39	1.112.073,42	13,60	1.112.073,42
Desporto e Lazer	160.000,00	160.000,00	5.165,44	43.744,89	7.362,01	32.669,87	0,64	20,42	127.330,13	0,64	127.330,13
Desporto Comunitário	60.000,00	60.000,00	5.165,44	43.744,89	7.362,01	32.669,87	0,64	54,45	27.330,13	0,64	27.330,13
Lazer	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	100.000,00
Reserva de Contingência	80.000,00	80.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	80.000,00	0,00	80.000,00
Reserva de Contingência	80.000,00	80.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	80.000,00	0,00	80.000,00
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL (III)=(I+II)</b>	<b>13.472.003,52</b>	<b>14.905.613,39</b>	<b>1.643.987,43</b>	<b>6.706.840,34</b>	<b>2.259.609,55</b>	<b>5.094.828,57</b>	<b>100,00</b>	<b>34,18</b>	<b>9.810.784,82</b>	<b>100,00</b>	<b>9.810.784,82</b>

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, DPTO DE ADMINISTRACAO, 30/Jul/2014, 16h e 10m.

JACOB GILMAR JUNGES ISOMAR SANDREI GRILLI IVA ADRIANA SCHLOSSER SEGUETO SOLANGE DETOFOL SUELI BASQUER DA SILVA RINTZEL  
PREFEITO MUNICIPAL SEC. DE GESTÃO E DESENV. ECON. CONTADORA CRC/SC 026497/O-2 CONTROLADORA INTERNO TESOUREIRA

(2/2)

Continuação  
30/07/2014 16:41

Município de Sta Terezinha do Progresso - SC  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**Demonstrativo da Receita Corrente Líquida**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Julho/2013 a Junho/2014

RREO - ANEXO III(LRF, Art.53, inciso I)												R\$ 1,0
ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES										Total (Últimos 12 Meses)	Previsão Atualizada 2014
	Julho/2013 Janeiro/2014	Agosto/2013 Fevereiro/2014	Setembro/2013 Março/2014	Outubro/2013 Abril/2014	Novembro/2013 Maio/2014	Dezembro/2013 Junho/2014						
RECEITAS CORRENTES (I)	701.620,75	841.868,60	861.918,07	784.965,86	941.572,89	1.240.264,11	11.248.673,85	11.245.741,64				
Receita Tributária	1.058.110,05	1.059.640,56	822.067,20	986.186,72	1.018.996,11	931.462,93						
	16.851,65	25.789,70	12.571,75	7.491,96	21.830,74	20.601,71						
	12.816,40	20.216,47	23.909,72	21.553,78	8.930,28	37.582,60	230.146,76	219.749,81				
IPTU	672,60	193,73	70,07	63,44	100,61	-						
	20,30	50,15	6.414,63	5.224,53	470,44	9.832,30	23.112,80	17.368,19				
ISS	4.399,04	13.782,20	3.183,74	3.152,65	3.781,76	5.846,25						
	1.977,17	1.883,02	5.932,50	2.573,48	4.254,68	5.492,68	56.259,17	84.727,35				
ITBI	3.203,50	3.341,00	1.228,20	3.300,00	1.640,00	1.860,00						
	800,00	7.968,00	312,00	2.700,00	2.800,00	4.506,00	33.658,70	28.432,49				
IRRF	8.258,90	8.348,44	7.965,41	741,74	15.803,34	12.763,98						
	9.928,63	7.968,85	6.989,41	9.051,00	831,08	17.180,32	105.831,10	75.591,66				
Outras Receitas Tributárias	317,61	124,33	124,33	234,13	505,03	131,48						
	90,30	2.346,45	4.261,18	2.004,77	574,08	571,30	11.284,99	13.630,12				
Receita De Contribuições	1.814,68	2.153,33	2.076,87	2.388,77	2.141,02	2.532,58						
	2.431,13	2.672,88	2.425,58	2.544,44	2.471,30	2.320,60	27.973,18	28.624,20				
Receita Patrimonial	6.728,32	7.976,58	7.489,95	9.725,73	3.019,63	8.979,48						
	8.033,04	7.325,89	7.106,31	8.939,25	7.283,58	10.031,86	92.639,62	61.964,40				
Receita De Serviços	4.683,45	3.898,86	4.657,02	4.300,45	5.273,40	6.726,80						
	12.801,13	5.499,25	13.209,32	9.285,28	6.461,99	4.628,94	81.425,89	142.994,12				
Transferências Correntes	670.380,72	801.150,51	833.646,43	760.236,01	908.469,14	1.200.458,07						
	1.020.406,06	1.022.237,60	773.271,69	938.287,17	991.090,07	871.668,94	10.791.302,41	10.768.619,19				
Cota-Parte do FPM	260.732,69	340.903,84	282.142,67	282.147,00	392.460,73	638.892,69						
	594.831,36	635.192,90	376.793,29	430.046,10	573.089,30	429.779,99	5.237.012,56	5.990.524,35				
Cota-Parte do ICMS	153.596,68	161.042,05	171.104,86	165.026,36	186.436,28	184.488,49						
	229.343,46	217.603,84	219.618,27	215.203,81	219.380,30	221.182,62	2.344.027,02	2.577.146,14				
Cota-Parte do PVA	6.236,12	7.182,81	7.390,45	6.449,30	4.895,84	2.536,13						
	6.403,22	5.881,40	12.022,96	10.289,32	10.152,05	14.669,58	94.109,18	69.444,04				
Cota-Parte do ITR	-	-	284,29	481,11	19,96	-						
	-	5,00	8,06	134,64	7,69	57.383,71	58.324,46	1.289,85				
Transferências da LC 87/1996	756,15	756,15	756,15	-	1.512,30	756,15						
	951,36	951,36	-	951,36	951,36	951,36	9.293,70	14.749,18				

(1/2)



Continuação  
30/07/2014 16:41

Município de Sta Terezinha do Progresso - SC  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**Demonstrativo da Receita Corrente Líquida**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Julho/2013 a Junho/2014

RREO - ANEXO III(LRF, Art.53, inciso I)		ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES										Total (Últimos 12 Meses)	Previsão Atualizada 2014	R\$ 1,0
			Julho/2013	Agosto/2013	Setembro/2013	Outubro/2013	Novembro/2013	Dezembro/2013							
			Janeiro/2014	Fevereiro/2014	Março/2014	Abril/2014	Maior/2014	Junho/2014							
		Transferências da LC 61/1989	2.465,90	2.638,53	2.400,08	2.565,70	2.846,03	3.041,80					35.723,08	45.075,93	
		Transferências do FUNDEB	3.600,19	3.048,00	2.978,29	3.245,79	3.530,33	3.362,44					69.983,33	640.433,84	
			59.113,36	63.799,69	64.312,32	61.717,18	71.122,91	74.773,46					844.911,09		
		Outras Transferências Correntes	79.392,30	77.697,61	71.721,45	72.263,68	79.013,80	300.759,48							
			187.479,82	224.827,44	305.255,61	241.849,36	249.175,09	300.759,48							
			105.884,17	81.857,49	90.129,37	206.152,47	104.965,24	69.565,78					2.167.901,32	1.429.955,86	
		Outras Receitas Correntes	1.161,93	899,62	1.476,05	822,94	838,96	965,47					25.185,99	23.789,92	
			1.622,29	1.688,47	2.144,58	5.576,80	2.758,89	5.229,99					1.660.918,25	1.719.645,91	
		DEDUÇÕES (II)	105.946,62	128.130,61	116.019,33	114.167,10	147.042,53	148.904,17							
			167.025,72	172.536,31	122.283,99	131.974,04	161.422,04	145.465,79							
		Dedução de Receitas para Formação do FUNDEB	105.946,62	128.130,61	116.019,33	114.167,10	147.042,53	148.904,17					1.660.918,25	1.719.645,91	
			167.025,72	172.536,31	122.283,99	131.974,04	161.422,04	145.465,79							
		RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I-II)	595.674,13	713.737,99	745.898,74	670.798,76	794.530,36	1.091.359,94					9.587.755,60	9.526.095,73	
			891.084,33	887.104,25	699.783,21	854.212,68	857.574,07	785.997,14							

(2/2)

Página: 1 de 1  
30/07/2014 16:44

Município de Sta Terezinha do Progresso - SC  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Junho 2014/Bimestre Maio-Junho

LRF, art.53, § 1º, Inciso I Anexo IX

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA  (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre  (b)		SALDO NÃO REALIZADO  (c)=(a-b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)	-	-		-
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA  (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO NÃO EXECUTADO  (g)=(d)-(e+f)
		LIQUIDADAS  (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS  (f)	
DESPESAS DE CAPITAL	5.763.230,40	937.336,57		4.825.893,83
(-)Incentivos Fiscais a Contribuinte				
(-)Incentivos Fiscais a Contribuinte por Instituições Financeiras				
DESPESAS DE CAPITAL LÍQUIDA (II)	5.763.230,40	937.336,57		4.825.893,83
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III)=(I-II)	-5.763.230,40	-937.336,57		-4.825.893,83

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, DPTO DE ADMINISTRACAO, 30/Jul/2014, 16h e 17m.

1

JACOB GILMAR JUNGES ISOMAR S. GRILLI IVA ADRIANA S. SEGUETO SOLANGE DETOFOL SUELI B. DA S. RINTZEL  
PREFEITO MUNICIPAL SEC. GES. E DES. ECON. CONTADORA CRC/SC 026497/O-2 CONTROLADORA INTERNA TESOUREIRA

(1/1)

Página: 1 de 1  
30/07/2014 16:42

Município de Sta Terezinha do Progresso - SC  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**Demonstrativo do Resultado Nominal**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Junho 2014/Bimestre Maio-Junho

RREO - ANEXO V(LRF, art. 53, inciso III)

R\$ 1,00

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	SALDO		
	Em 31/Dez/2013 (a)	Em 30/Abr/2014 (b)	Em 30/Jun/2014 (c)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	926.292,91	806.598,88	747.813,88
DEDUÇÕES(II)	875.689,64	1.531.010,47	1.448.060,55
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.423.613,19	1.770.452,27	2.325.063,95
Demais Haveres Financeiros	-	-	-
(-)Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	547.923,55	239.441,80	877.003,40
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA(III)=(I-II)	50.603,27	-724.411,59	-700.246,67
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES(IV)	-	-	-
PASSIVOS RECONHECIDOS(V)	-	-	-
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA(VI)=(III+IV-V)	50.603,27	-724.411,59	-700.246,67

RESULTADO NOMINAL	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (c-b)	Até o Bimestre (c-a)
VALOR	24.164,92	-750.849,94

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS	
DA LDO P/O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	-

REGIME PREVIDENCIÁRIO			
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA	SALDO		
	Em 31/Dez/2013	Em 30/Abr/2014	Em 30/Jun/2014
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA(VII)	-	-	-
Passivo Atuarial	-	-	-
Demais Dívidas	-	-	-
DEDUÇÕES(VIII)	-	-	-
Disponibilidade de Caixa Bruta	-	-	-
Investimentos	-	-	-
Demais Haveres Financeiros	-	-	-
(-)Restos a Pagar Processados	-	-	-
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA(IX)=(VII-VIII)	-	-	-
PASSIVOS RECONHECIDOS(X)	-	-	-
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA(XI)=(IX-X)	-	-	-

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, DPTO DE ADMINISTRACAO, 30/Jul/2014, 16h e 13m.

JACOB GILMAR JUNGES ISOMAR SANDREI GRILLI IVA ADRIANA SCHLOSSER SEGUETO SOLANGE DETOFOL SUELI BASQUER DA SILVA RINTZEL  
PREFEITO MUNICIPAL SEC. DE GESTÃO E DESENV. ECON. CONTADORA CRC/SC 026497/O-2 CONTROLADORA INTERNO TESOUREIRA

(1/1)

Continuação  
30/07/2014 16:42

Município de Sta Terezinha do Progresso-SC  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**Demonstrativo do Resultado Primário**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Junho 2014/Bimestre Maio-Junho

RREO - ANEXO VI(LRF, art. 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre/ 2014	Até o Bimestre/ 2013
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES(I)	9.464.131,33	1.626.255,77	4.927.035,75	4.366.191,21
RECEITA TRIBUTÁRIA	219.749,81	46.512,88	125.009,25	115.253,30
IPTU	17.368,19	10.302,74	22.012,35	11.110,41
ISS	84.727,35	9.747,36	22.113,53	32.847,08
ITBI	28.432,49	7.306,00	19.086,00	17.455,93
IRRF	75.591,66	18.011,40	51.949,29	48.977,53
Outras Receitas Tributárias	13.630,12	1.145,38	9.848,08	4.862,35
Receita de Contribuição	28.624,20	4.791,90	14.865,93	14.089,15
Receita Previdenciária	-	-	-	-
Outras Contribuições	28.624,20	4.791,90	14.865,93	14.089,15
Receita Patrimonial Líquida	-	-	-	-
Receita Patrimonial	61.964,40	17.315,44	48.719,93	16.894,09
(-)Aplicações Financeiras	61.964,40	17.315,44	48.719,93	16.894,09
Transferências Correntes	9.048.973,28	1.555.871,18	4.716.253,64	4.188.910,72
FPM	4.792.419,48	802.295,47	2.431.786,51	2.256.675,11
ICMS	2.081.716,91	352.450,46	1.057.866,33	932.675,64
Convênios	-	-	-	-
Outras Transferências Correntes	2.174.836,89	401.125,25	1.226.600,80	999.559,97
Demais Receitas Correntes	166.784,04	19.079,81	70.906,93	47.938,04
Dívida Ativa	4.906,20	840,35	1.256,23	7.953,14
Diversas Receitas Correntes	161.877,84	18.239,46	69.650,70	39.984,90
RECEITAS DE CAPITAL(II)	-	532.093,61	711.188,25	1.107.805,25
Operações de Crédito(III)	-	-	-	115.351,75
Amortização de Empréstimos(IV)	-	-	-	-
Alienação de Bens(V)	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	532.093,61	711.188,25	992.453,50
Convênios	-	532.093,61	612.088,25	992.453,50
Outras Transferências de Capital	-	-	99.100,00	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL(VI)=(II-III-IV-V)	-	532.093,61	711.188,25	992.453,50
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL(VII)=(I+VI)	9.464.131,33	2.158.349,38	5.638.224,00	5.358.644,71

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre/ 2014	Até o Bimestre/ 2013
DESPESAS CORRENTES(VIII)	9.062.382,99	1.558.255,74	4.157.492,00	3.856.018,52

(1/2)

Continuação  
30/07/2014 16:42

Município de Sta Terezinha do Progresso-SC  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**Demonstrativo do Resultado Primário**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Junho 2014/Bimestre Maio-Junho

RREO - ANEXO VI(LRF, art. 53, inciso III)

R\$ 1,00

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre/ 2014	Até o Bimestre/ 2013
Pessoal e Encargos Sociais	4.071.247,40	852.793,40	2.333.940,10	2.137.846,36
Juros e Encargos da Dívida(IX)	80.000,00	13.314,94	54.375,22	55.867,13
Outras Despesas Correntes	4.911.135,59	692.147,40	1.769.176,68	1.662.305,03
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES(X)=(VIII-IX)	8.982.382,99	1.544.940,80	4.103.116,78	3.800.151,39
DESPESAS DE CAPITAL(XI)	5.763.230,40	701.353,81	937.336,57	234.670,63
Investimentos	5.521.230,40	642.568,81	758.857,54	230.422,57
Inversões Financeiras	-	-	-	-
Concessão de Empréstimos(XII)	-	-	-	-
Aquisição Título de Capital Integralizado(XIII)	-	-	-	-
Demais Inversões Financeiras	-	-	-	-
Amortização da Dívida(XIV)	242.000,00	58.785,00	178.479,03	4.248,06
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL(XV)=(XI-XII-XIII-XIV)	5.521.230,40	642.568,81	758.857,54	230.422,57
RESERVA DE CONTINGÊNCIA(XVI)	80.000,00	-	-	-
RESERVA DO RPPS(XVII)	-	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL(XVIII)=(X+XV+XVI+XVII)	14.583.613,39	2.187.509,61	4.861.974,32	4.030.573,96
RESULTADO PRIMÁRIO(XIX)=(VII-XVIII)	-5.119.482,06	-29.160,23	776.249,68	1.328.070,75
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES			210.744,17	
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/O				-
EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, DPTO DE ADMINISTRACAO, 30/Jul/2014, 16h e 13m.

JACOB GILMAR JUNGES   ISOMAR SANDREI GRILLI   IVA ADRIANA SCHLOSSER SEGUETO   SOLANGE DETOFOL   SUELI BASQUER DA SILVA RINTZEL  
PREFEITO MUNICIPAL SEC. DE GESTÃO E DESENV. ECON. CONTADORA CRC/SC 026497/O-2   CONTROLADORA INTERNO   TESOUREIRA

(2/2)

Página: 1 de 1  
30/07/2014 16:43

Município de Sta Terezinha do Progresso - SC  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**Demonstrativo dos Restos a Pagar por Poder e Órgão**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Junho 2014/Bimestre Maio-Junho

RREO - ANEXO VII(LRF, Art.53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS				RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS				
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo	Inscritos		Liquidados	Pagos
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2013				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2013		
EXECUTIVO									
RESTOS A PAGAR(EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS)(I)									
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL	-	360,00	360,00	-	-	-	-	-	-
SECRETARIA DE GESTÃO E DESENV. ECONÔMICO	-	3.054,05	3.054,05	-	-	-	-	-	-
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	-	-	-	-	-	18.434,16	15.839,28	-	-
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	-	240,00	240,00	-	-	-	37.970,00	37.970,00	34.273,44
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	-	-	-	-	-	-	7.102,68	7.102,68	-
FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA AGROPECUARIA	-	544.269,50	544.269,50	-	-	-	7.102,68	7.102,68	-
SUBTOTAL	-	547.923,55	547.923,55	-	-	18.434,16	68.014,64	52.175,36	34.273,44
LEGISLATIVO									
CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL(I)	-	547.923,55	547.923,55	-	-	18.434,16	68.014,64	52.175,36	34.273,44

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, DPTO DE ADMINISTRACAO, 30/Jul/2014, 16h e 15m.

JACOB GILMAR JUNGES    ISOMAR SANDREI GRILLI    IVA ADRIANA SCHLOSSER SEGUETO    SOLANGE DETOFOL SUELI BASQUER DA SILVA RINTZEL  
PREFEITO MUNICIPAL SEC. DE GESTÃO E DESENV. ECON. CONTADORA CRC/SC 026497/O-2    CONTROLADORA INTERNO    TESOUREIRA



Continuação  
30/07/2014 16:43

Município de Sta Terezinha do Progresso - SC  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Junho 2014/Bimestre Maio-Junho

RREO - ANEXO VIII(LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO					
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre	% (c)=(b/a)x100
<b>1-RECEITAS DE IMPOSTOS</b>	212.211,57	212.211,57	47.516,92	120.065,12	56,58
1.1-Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	22.323,05	22.323,05	12.452,16	26.916,30	120,58
1.1.1-IPTU	17.368,19	17.368,19	10.302,74	23.712,88	136,53
1.1.2-Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	1.945,38	1.945,38	2.058,46	3.653,70	187,81
1.1.3-Dívida Ativa do IPTU	2.112,30	2.112,30	-	206,26	9,76
1.1.4-Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	897,18	897,18	90,96	1.043,99	116,36
1.1.5-(-) Deduções da Receita do IPTU	-	-	-	1.700,53	
1.2-Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter-Vivos - ITBI	28.432,49	28.432,49	7.306,00	19.086,00	67,13
1.2.1-ITBI	28.432,49	28.432,49	7.306,00	19.086,00	67,13
1.2.2-Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	-	-	-	-	
1.2.3-Dívida Ativa do ITBI	-	-	-	-	
1.2.4-Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	-	-	-	
1.2.5-(-) Deduções da Receita do ITBI	-	-	-	-	
1.3-Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	85.864,37	85.864,37	9.747,36	22.113,53	25,75
1.3.1-ISS	84.727,35	84.727,35	9.747,36	22.113,53	26,10
1.3.2-Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	486,58	486,58	-	-	-
1.3.3-Dívida Ativa do ISS	292,23	292,23	-	-	-
1.3.4-Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	358,21	358,21	-	-	-
1.3.5-(-) Deduções da Receita do ISS	-	-	-	-	
1.4-Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	75.591,66	75.591,66	18.011,40	51.949,29	68,72
1.4.1-IRRF	75.591,66	75.591,66	18.011,40	51.949,29	68,72
1.4.2-Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	-	-	-	
1.4.3-Dívida Ativa do IRRF	-	-	-	-	
1.4.4-Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	-	-	-	
1.4.5-(-) Deduções da Receita do IRRF	-	-	-	-	
1.5-Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153 §4º, inciso III)	-	-	-	-	
1.5.1-ITR	-	-	-	-	
1.5.2-Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	-	-	-	
1.5.3-Dívida Ativa do ITR	-	-	-	-	
1.5.4-Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	-	-	-	
1.5.5-(-) Deduções da Receita do ITR	-	-	-	-	

(1/7)

Município de Sta Terezinha do Progresso - SC  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Junho 2014/Bimestre Maio-Junho

Continuação  
30/07/2014 16:43

RREO - ANEXO VIII(LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
2-RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS					
2.1-Cota-Parte FPM	8.698.229,49	8.698.229,49	1.534.440,73	4.503.544,71	51,78
2.1.1-Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	5.990.524,35	5.990.524,35	1.002.869,29	3.039.732,94	50,74
2.1.2-Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	5.990.524,35	5.990.524,35	1.002.869,29	3.039.732,94	50,74
2.2-Cota-Parte ICMS	-	-	-	-	
2.3-ICMS-Desoneração - L. C. nº 87/1996	2.577.146,14	2.577.146,14	440.562,92	1.322.332,30	51,31
2.4-Cota-Parte IPI-Exportação	14.749,18	14.749,18	1.902,72	4.756,80	32,25
2.5-Cota-Parte ITR	45.075,93	45.075,93	6.892,77	19.765,04	43,85
2.6-Cota-Parte IPVA	1.289,85	1.289,85	57.391,40	57.539,10	4.460,91
2.7-Cota-Parte IOF-Outro	69.444,04	69.444,04	24.821,63	59.418,53	85,56
3-TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1+2)	-	-	-	-	
	8.910.441,06	8.910.441,06	1.581.957,65	4.623.609,83	51,89

(2/7)

Município de Sta Terezinha do Progresso - SC

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Janeiro a Junho 2014/Bimestre Maio-Junho

Continuação

30/07/2014 16:43

RREO - ANEXO VIII(LDB, art. 72)	RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			R\$ 1,00
				No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)×100	
4 - RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO		-	-	-	-	-	
5 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE		194.645,63	194.645,63	34.615,27	81.773,65	42,01	
5.1 - Transferências do Salário-Educação		63.046,71	63.046,71	15.762,38	50.748,00	80,49	
5.2 - Transferências Diretas - PDDE		3.220,00	3.220,00	720,00	720,00	22,36	
5.3 - Transferências Diretas - PNAE		28.025,91	28.025,91	4.800,00	9.600,00	34,25	
5.4 - Transferências Diretas - PNATE		97.504,54	97.504,54	12.701,68	19.052,52	19,54	
5.5 - Outras Transferências do FNDE		-	-	-	-	-	
5.6 - Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE		2.848,47	2.848,47	631,21	1.653,13	58,04	
6 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS		772.000,00	772.000,00	34.713,86	70.689,38	9,16	
6.1 - Transferências de Convênios		770.070,10	770.070,10	33.336,20	66.672,40	8,66	
6.2 - Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios		1.929,90	1.929,90	1.377,66	4.016,98	208,14	
7 - RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO		-	-	-	-	-	
8 - OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO		-	-	-	-	-	
9 - TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4+5+6+7+8)		966.645,63	966.645,63	69.329,13	152.463,03	15,77	

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			%
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	(c)=(b/a)×100	
10 - RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	1.719.645,91	1.719.645,91	306.887,83	900.707,89	52,38	
10.1 - Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB-(0% de 2.1.1)	1.198.104,87	1.198.104,87	200.573,82	607.946,43	50,74	
10.2 - Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB-(0% de 2.2)	495.429,23	495.429,23	88.112,46	264.465,97	53,38	
10.3 - ICMS Desoneração Destinada ao FUNDEB-(0% de 2.3)	2.949,84	2.949,84	380,54	951,35	32,25	
10.4 - Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB-(0% de 2.4)	9.015,19	9.015,19	1.378,56	3.953,02	43,85	
10.5 - Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadado Destinados ao FUNDEB-(0% de (1.5 + 2.5)	257,97	257,97	11.478,27	11.507,80	4.460,91	
10.6 - Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB-(0% de 2.6)	13.888,81	13.888,81	4.964,18	11.883,32	85,56	
11 - RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	643.058,84	643.058,84	154.436,07	456.294,40	70,96	
11.1 - Transferências de Recursos do FUNDEB	640.433,84	640.433,84	153.787,26	454.862,30	71,02	
11.2 - Complementação da União ao FUNDEB	-	-	-	-	-	
11.3 - Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	2.625,00	2.625,00	648,81	1.432,10	54,56	
12 - RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB(11.1-10)¹	-1.079.212,07	-1.079.212,07	-153.100,57	-445.845,59	41,31	

[SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (12) > 0] = ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB

[SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (12) < 0] = DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB

Município de Sta Terezinha do Progresso - SC

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Janeiro a Junho 2014/Bimestre Maio-Junho

Continuação  
30/07/2014 16:43

RREO - ANEXO VIII(LDB, art. 72)							R\$ 1,00
DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS			(f)=(e/d)x100	
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	%		
13-PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	385.835,20	388.428,34	125.272,69	370.744,73		95,45	
13.1-Com Educação Infantil	31.800,00	31.800,00	5.799,17	30.328,46		95,37	
13.2-Com Ensino Fundamental	354.035,20	356.628,34	119.473,52	340.416,27		95,45	
14-OUTRAS DESPESAS	257.223,64	257.223,64	31.794,18	71.663,85		27,86	
14.1-Com Educação Infantil	23.000,00	23.000,00	990,00	990,00		4,30	
14.2-Com Ensino Fundamental	234.223,64	234.223,64	30.804,18	70.673,85		30,17	
15-TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB(13+14)	643.058,84	645.651,98	157.066,87	442.408,58		68,52	
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR		
16-RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB						-	
16.1 - FUNDEB 60%						-	
16.2 - FUNDEB 40%						-	
17-DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR DO FUNDEB						2.593,14	
17.1 - FUNDEB 60%						2.593,14	
17.2 - FUNDEB 40%						-	
18-TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16+17)						2.593,14	
INDICADORES DO FUNDEB					VALOR		
19-TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)						439.815,44	
19.1-MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL (13-{16.1+17.1})/((11)x100)%						80,68	
19.2-MÁXIMO DE 40% EM DESPESA COM MDE, QUE NÃO REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO (14-{16.2+17.2})/((11)x100)%						15,71	
19.3-MÁXIMO DE 5% NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO (100-(19.1+19.2))%						3,61	

(4/7)

Município de Sta Terezinha do Progresso - SC  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Junho 2014/Bimestre Maio-Junho

Continuação  
30/07/2014 16:43

RREO - ANEXO VIII(LDB, art. 72)	R\$ 1,00
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE	
20-RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2013 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS	VALOR
	2.593,14
21-DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2014²	2.593,14

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		%
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	
22-IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS A MDE (25% de 3)³	2.227.610,27	2.227.610,27	395.489,41	1.155.902,46	51,89

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		%
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	
23-EDUCAÇÃO INFANTIL	179.000,00	184.000,00	28.528,13	85.105,69	46,25
23.1-Creche	179.000,00	184.000,00	28.528,13	85.105,69	46,25
23.1.1-Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	54.800,00	54.800,00	6.789,17	31.318,46	57,15
23.1.2-Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	124.200,00	129.200,00	21.738,96	53.787,23	41,63
23.2-Pré-Escola	-	-	-	-	-
23.2.1-Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	-	-	-	-	-
23.2.2-Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	-	-	-	-	-
24-ENSINO FUNDAMENTAL	1.173.233,57	1.175.826,71	248.408,67	732.126,27	62,26
24.1-Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	588.258,84	590.851,98	150.277,70	411.090,12	69,58
24.2-Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	584.974,73	584.974,73	98.130,97	321.036,15	54,88
25-ENSINO MÉDIO	45.000,00	45.000,00	2.092,50	2.092,50	4,65
26-ENSINO SUPERIOR	46.000,00	46.000,00	-	-	-
27-ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	-	-	-	-	-
28-OUTRAS	30.640,16	81.740,16	12.681,05	20.784,98	25,43
29-TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23+24+25+26+27+28)	1.473.873,73	1.532.566,87	291.710,35	840.109,44	54,82

Continuação  
30/07/2014 16:43

Município de Sta Terezinha do Progresso - SC  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Junho 2014/Bimestre Maio-Junho

RREO - ANEXO VIII(LDB, art. 72)	R\$ 1,00
DEDUÇÕES/ADIÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL	VALOR
30-RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)	-445.845,59
31-DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	-
32-RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50h)	1.432,10
33-DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB	2.593,14
34-DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS	-
35-RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO 4	-
36-CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46g)	-
37-TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30+31+32+33+34+35+36)	-441.820,35
38-TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23+24) - (37))	1.259.052,31
39-MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE 5 ((38)/((3)x100)%)	27,23

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		%
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	
40-DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	-	-	-	-	-
41-DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO EDUCAÇÃO	64.376,23	90.627,74	10.260,10	38.929,72	42,96
42-DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	-	-	-	-
43-DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	902.269,40	963.445,92	59.943,33	79.442,17	8,25
44-TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40+41+42+43)	966.645,63	1.054.073,66	70.203,43	118.371,89	11,23
45-TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29+44)	2.440.519,36	2.586.640,53	361.913,78	958.481,33	37,06
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2014 (g)		
46-RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	-	-	-	-	-
46.1-EXECUTADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	-	-	-	-	-
46.2-EXECUTADAS COM RECURSOS DO FUNDEB	-	-	-	-	-

(6/7)



Município de Sta Terezinha do Progresso - SC  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Junho 2014/Bimestre Maio-Junho

Continuação  
30/07/2014 16:43

RREO - ANEXO VIII(LDB, art. 72)	R\$ 1,00
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS DO FUNDEB	VALOR
47-SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	2.593,14
48-(+)INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	454.862,30
49-(-)PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	434.836,31
49.1-Orçamentário do Exercício	434.836,31
49.2-Restos a Pagar	-
50-(+)RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	1.432,10
51-(=)SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	24.051,23

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, DPTO DE ADMINISTRACAO, 30/Jul/2014, 16h e 16m.

<sup>1</sup>Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

<sup>2</sup>Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do § 1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

<sup>3</sup>Caput do artigo 212 da CF/1988.

<sup>4</sup> Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.

<sup>5</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art.121.V.

JACOB GILMAR JUNGES    ISOMAR SANDREI GRILLI    IVA ADRIANA SCHLOSSER SEGUETO    SOLANGE DETOFOL SUELI BASQUER DA SILVA RINTZEL  
PREFEITO MUNICIPAL SEC. DE GESTÃO E DESENV. ECON. CONTADORA CRC/SC 026497/O-2    CONTROLADORA INTERNO    TESOUREIRA

Página: 1 de 1  
30/07/2014 16:49

Município de Sta Terezinha do Progresso - SC  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Junho/2014

LRF, Art.53, § 1º, inciso III - Anexo XI

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO A REALIZAR (c)=(a-b)
Receitas De Capital - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	55.000,00	-	55.000,00
Alienacao De Bens Moveis	55.000,00	-	55.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>55.000,00</b>	<b>-</b>	<b>55.000,00</b>

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO A EXECUTAR (g)=(d)-(e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)				
DESPESAS DE CAPITAL	55.000,00	17.500,00	-	37.500,00
Investimentos	55.000,00	17.500,00	-	37.500,00
Invers s Financeiras	-	-	-	-
Amortizacao/Refinanciamento Da Divida	-	-	-	-
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	-	-	-	-
Regime Geral da Previdência Social	-	-	-	-
Regime Próprio de Previdência dos Servidores	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>55.000,00</b>	<b>17.500,00</b>	<b>-</b>	<b>37.500,00</b>

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	2013 (h)	2014 (i)=(b)-(e+f)	SALDO ATUAL (j)=(h+i)
	25.741,19	-17.500,00	8.241,19

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, DPTO DE ADMINISTRACAO, 30/Jul/2014, 16h e 48m.

JACOB GILMAR JUNGES   ISOMAR S. GRILLI   IVA ADRIANA S. SEGUETO   SOLANGE DETOFOL   SUELI B. DA S. RINTZE  
PREFEITO MUNICIPAL   SEC. GES. E DES. ECON.   CONTADORA CRC/SC 026497/O-2   CONTROLADORA INTERNA   TESOURE

Município de Sta Terezinha do Progresso - SC  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Junho 2014/Bimestre Maio-Junho

Continuação  
30/07/2014 16:46

LRF, Art. 48 - Anexo XIV			R\$ 1,00		
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No bimestre	Até o bimestre		
RECEITAS					
Previsão Inicial da Receita	-		13.449.756,66		
Previsão Atualizada da Receita	-		13.472.003,52		
Receitas Realizadas	2.175.664,82		5.686.943,93		
Déficit Orçamentário			-		
Saldos de Exercícios Anteriores(Utilizados para Créditos Adicionais)	-		210.744,17		
DESPESAS					
Dotação Inicial	-		13.472.003,52		
Créditos Adicionais	-		1.433.609,87		
Dotação Atualizada	-		14.905.613,39		
Despesas Empenhadas	1.643.987,43		6.706.840,34		
Despesas Liquidadas	2.259.609,55		5.094.828,57		
Superávit Orçamentário			592.115,36		
DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO		No bimestre	Até o bimestre		
Despesas Empenhadas		1.643.987,43	6.706.840,34		
Despesas Liquidadas		2.259.609,55	5.094.828,57		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o bimestre		
Receita Corrente Líquida			9.587.755,60		
RECEITAS E DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No bimestre	Até o bimestre		
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos					
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)	0,00		0,00		
Despesas Previdenciárias Liquidadas(V)	0,00		0,00		
Resultado Previdenciário (VI)=(IV-V)	0,00		0,00		
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado Até o Bimestre (b)	% em Relação a Meta (b/a)	
Resultado Nominal			-750.849,94		
Resultado Primário		0,00	776.249,68		
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO		Inscrição	Cancelamento até o bimestre	Pagamento até o bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS		547.923,55	0,00	547.923,55	0,00
Poder Executivo		547.923,55	0,00	547.923,55	0,00
Poder Legislativo		0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS		86.448,80	0,00	52.175,36	34.273,44
Poder Executivo		86.448,80	0,00	52.175,36	34.273,44
Poder Legislativo		0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL		634.372,35	0,00	600.098,91	34.273,44

(1/2)

Município de Sta Terezinha do Progresso - SC  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
**Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Junho 2014/Bimestre Maio-Junho

Continuação  
30/07/2014 16:46

LRF, Art. 48 - Anexo XIV			R\$ 1,00	
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	No bimestre		Até o bimestre	
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais		
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre	
MÍNIMO ANUAL DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE	1.259.052,31	25%	27,23	
MÍNIMO ANUAL DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL	368.151,59	60%	80,68	
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	Valor apurado até o bimestre		Saldo Não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito	0,00		0,00	
Despesa de Capital Líquida	937.336,57		4.825.893,83	
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	Exercício	10º Exercício	20º Exercício	35º Exercício
<b>Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos</b>				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário (IV-V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor apurado até o bimestre		Saldo a Realizar	
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	0,00		55.000,00	
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	17.500,00		37.500,00	
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor Apurado Até o Bimestre	Limite Constitucional Anual		
		% Mínimo a Aplicar no exercício	% Aplicado Até o Bimestre	
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	649.965,65	15%	14,06	
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor Apurado no Exercício Corrente			
Total das Despesas/RCL (%)				

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, DPTO DE ADMINISTRACAO, 30/Jul/2014, 16h e 21m.

JACOB GILMAR JUNGES   ISOMAR S. GRILLI   IVA ADRIANA S. SEGUETO   SOLANGE DETOFOL   SUELI B. DA S. RINTZEL  
PREFEITO MUNICIPAL   SEC. GES. E DES. ECON.   CONTADORA CRC/SC 026497/O-2   CONTROLADORA INTERNA   TESOUREIRA

**RGF 1º SEMESTRE 2014**

Página: 1 de 1  
30/07/2014 17:01

Município de Sta Terezinha do Progresso - SC

Relatório de Gestão Fiscal

**Demonstrativo da Despesa com Pessoal**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Julho/2013 a Junho/2014

RGF - ANEXO I (LRF, Art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS	
	(Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS
	(a)	(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	4.815.329,22	-
Pessoal Ativo	4.519.853,84	-
Pessoal Inativo e Pensionistas	-	-
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	295.475,38	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art.19 da LRF)(II)	-	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	-	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	-	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL(III) = (I-II)	4.815.329,22	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP(IV) = (IIIa + IIb)	4.815.329,22	

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	Valor
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL(V)	9.587.755,60
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL(VI)=(IV/V) * 100	50,22
LIMITE MÁXIMO (incisos I,II e III, art. 20 da LRF) - 60%	5.752.653,36
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 57%	5.465.020,69
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art.59 da LRF) - 54%	5.177.388,02

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, DPTO DE ADMINISTRACAO, 30/Jul/2014, 17h e 00m.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

JACOB GILMAR JUNGES ISOMAR SANDREI GRILLI IVA ADRIANA SCHLOSSER SEGUETO SOLANGE DETOFOL SUELI BASQUER DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL SEC. DE GESTÃO E DESENV. ECON. CONTADORA CRC/SC 026497/O-2 CONTROLADORA INTERNO TESOUREIRA

Página: 1 de 1  
30/07/2014 16:56

Município de Sta Terezinha do Progresso - SC

Poder Executivo

Relatório de Gestão Fiscal

**Demonstrativo da Despesa com Pessoal**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Julho/2013 a Junho/2014

RGF - ANEXO I (LRF, Art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS	
	(Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS
	(a)	(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	4.419.409,25	-
Pessoal Ativo	4.123.933,87	-
Pessoal Inativo e Pensionistas	-	-
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	295.475,38	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art.19 da LRF)(II)	-	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	-	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	-	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL(III) = (I-II)	4.419.409,25	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP(IV) = (IIIa + IIb)		4.419.409,25

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	Valor
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL(V)	9.587.755,60
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL(VI)=(IV/V) * 100	46,09
LIMITE MÁXIMO (incisos I,II e III, art. 20 da LRF) - 54%	5.177.388,02
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 51,3%	4.918.518,62
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art.59 da LRF) - 48,6%	4.659.649,22

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, DPTO DE ADMINISTRACAO, 30/Jul/2014, 16h e 35m.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

JACOB GILMAR JUNGES   ISOMAR SANDREI GRILLI   IVA ADRIANA SCHLOSSER SEGUETO   SOLANGE DETOFOL   SUELI BASQUER DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL SEC. DE GESTÃO E DESENV. ECON. CONTADORA CRC/SC 026497/O-2   CONTROLADORA INTERNO   TESOUREIRA



Município de Sta Terezinha do Progresso - SC  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
Janeiro a Junho de 2014

Página: 1 de 1  
30/07/2014 16:57

RGF - ANEXO 2 (LRF, art.55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	926.292,91	747.813,88	-
Dívida Mobiliária	-	-	-
Dívida Contratual	827.746,38	649.267,35	-
Interna	827.746,38	649.267,35	-
Externa	-	-	-
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	98.546,53	98.546,53	-
Demais Dívidas	-	-	-
DEDUÇÕES (II) <sup>1</sup>	875.689,64	1.448.060,55	-
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.423.613,19	2.325.063,95	-
Demais Haveres Financeiros	-	-	-
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	547.923,55	877.003,40	-
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA - DCL (III) = (I - II)</b>	<b>50.603,27</b>	<b>-700.246,67</b>	<b>-</b>
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	8.995.085,22	9.587.755,60	-
% DA DC SOBRE A RCL (I/RCL)	10,30	7,80	-
% DA DCL SOBRE A RCL (III/RCL)	0,56	-7,30	-
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - <0,00%>			
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF - <0,00%>			
<u>DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL</u>			
DÍVIDA CONTRATUAL(IV = V + VI + VII + VIII)	827.746,38	649.267,35	-
DÍVIDA DE PPP(V)	-	-	-
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS(VI)	57.726,11	55.602,08	-
De Tributos	-	-	-
De Contribuições Sociais	57.726,11	55.602,08	-
Previdenciárias	57.726,11	55.602,08	-
Demais Contribuições Sociais	-	-	-
Do FTGS	-	-	-
Com Instituição Não Financeira	-	-	-
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA(VII)	-	-	-
Interna	-	-	-
Externa	-	-	-
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS(VIII)	770.020,27	593.665,27	-
<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>			
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	-	-	-
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	-	-	-
DEPÓSITOS	-	-	-
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	-	-	-

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, DPTO DE ADMINISTRACAO, 30/Jul/2014, 16h e 36m.

<sup>1</sup> Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total do Ativo Disponível mais os Haveres Financeiros for menor que Restos a Pagar Processados, não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", das Obrigações não integrantes da Dívida Consolidada - DC. Assim quando o cálculo de DEDUÇÕES(II) for negativo, colocar um "-" (traço) nessa linha.

(1/1)

Página: 1 de 1

30/07/2014 16:58

Município de Sta Terezinha do Progresso - SC  
Relatório de Gestão Fiscal  
**Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Junho de 2014

RGF - ANEXO III(LRF,art. 55, inciso I, alínea 'c' e art. 40, § 1º) R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
EXTERNAS(I)			
Aval ou fiança em operações de crédito			
Outras garantias nos Termos da LRF¹			
INTERNAS(II)			
Aval ou fiança em operações de crédito			
Outras garantias nos Termos da LRF¹			
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS(III)=(I+II)			
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL(IV)	8.995.085,22	9.587.755,60	-
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL			
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL 0%	-	-	-
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 0,00%	-	-	-

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
EXTERNAS(V)			
Aval ou fiança em operações de crédito			
Outras garantias nos Termos da LRF¹			
INTERNAS(VI)			
Aval ou fiança em operações de crédito			
Outras garantias nos Termos da LRF¹			
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS(VII)=(V+VI)			

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, DPTO DE ADMINISTRACAO, 30/Jul/2014, 16h e 37m.

Nota: ¹ Inclui garantias concedidas por meio de Fundos

(1/1)

Página: 1 de 1  
30/07/2014 16:59

Município de Sta Terezinha do Progresso - SC  
Relatório de Gestão Fiscal  
**Demonstrativo das Operações de Crédito**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Junho de 2014

RGF - ANEXO IV(LRF, art. 55, inciso I, alínea 'd' e inciso III alínea 'c')

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre de Referência (a)
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	-	-
Mobiliária	-	-
Interna	-	-
Externa	0,00	0,00
Contratual	-	-
Interna	-	-
Abertura de Crédito	-	-
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	-	-
Derivadas de PPP	-	-
Demais Aquisições Financiadas	-	-
Antecipação de Receita	-	-
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	-	-
Demais Antecipações de Receita	-	-
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas	-	-
Outras Operações de Crédito	-	-
Externa	0,00	0,00
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)	-	-
Parcelamentos de Dívidas	-	-
De Tributos	-	-
De Contribuições Sociais	-	-
Previdenciárias	-	-
Demais Contribuições Sociais	-	-
Do FGTS	-	-
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	-	-
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	-	-
Amparadas pelo Art. 9-N da Resolução Nº. 2.827/01, do CMN	-	-

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	%SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	9.587.755,60	-
OPERAÇÕES VEDADAS (III)	-	-
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)	-	-
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	-	-
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º art. 59 da LRF) - 90%	-	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	-	-
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	-	-
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V)=(IV+IIa)	-	-

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, DPTO DE ADMINISTRACAO, 30/Jul/2014, 16h e 38m.

(1/1)

Continuação  
30/07/2014 17:00

Município de Sta Terezinha do Progresso - SC - Consolidado  
Relatório de Gestão Fiscal  
**Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa**  
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Junho de 2014

RGF - Anexo V (LRF, Art. 55, Inciso III, alínea 'a')

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	R\$ 1,00		
	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c) = (a - b)
Fonte de Recurso não Cadastrada	-	32.430,91	-32.430,91
Alienação de Bens destinados a Outros Programas	26.505,59	17.500,00	9.005,59
Apoio a Pessoa Idosa - API	-	5.298,00	-5.298,00
Assistência Farmacêutica Básica	11.231,02	9.539,66	1.691,36
Atenção Básica	115.509,69	32.077,55	83.432,14
Atencao Basica - Exercícios Anteriores	-	211,05	-211,05
Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	6.846,98	-	6.846,98
Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico - CIDE	1.891,83	-	1.891,83
Convênio Trânsito - Civil	7.722,12	-	7.722,12
Convênio Trânsito - Militar	7.591,52	-	7.591,52
Convênio Trânsito - Prefeitura	7.978,64	-	7.978,64
Fundo Especial do Petróleo	146.659,89	18.434,16	128.225,73
Outras Transferências de Recursos do Fundo de Assistência Social - FNAS	19.674,25	4.162,15	15.512,10
Outras Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE	133.354,05	-	133.354,05
Outros Recursos do Fundo Nacional de Saúde	231.154,17	270,00	230.884,17
Programa de Atenção à Criança	36,23	-	36,23
Programa de Erradicação do trabalho Infantil - PETI	400,94	6.572,64	-6.171,70
Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE	776,13	-	776,13
Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	13.930,02	1.093,13	12.836,89
Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE - Exercícios Anteriores	-	8,95	-8,95
Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE	842,10	-	842,10
Salário Educação	41.801,82	2.500,20	39.301,62
Transferências de Convênios - Educação	17.234,67	-	17.234,67
Transferências de Convênios - Outros	526.885,94	540.639,28	-13.753,34
Transferências do FUNDEF (Manutenção)	-	7.572,27	-7.572,27
Transferências do FUNDEF (Remuneração dos Profissionais do Magistério)	24.078,23	-	24.078,23
Vigilância em Saúde	56.013,40	-	56.013,40
<b>TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)</b>	<b>1.398.119,23</b>	<b>678.309,95</b>	<b>719.809,28</b>
Recursos Ordinários	926.944,72	258.993,32	667.951,40

(1/2)

Continuação  
30/07/2014 17:00

Município de Sta Terezinha do Progresso - SC - Consolidado  
Relatório de Gestão Fiscal  
**Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa**  
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social  
Janeiro a Junho de 2014

RGF - Anexo V (LRF, Art. 55, Inciso III, alínea 'a')

RGF - Anexo V (LRF, Art. 55, Inciso III, alínea 'a')			R\$ 1,00
DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c) = (a - b)
Recursos Ordinários - Exercícios anteriores	-	6.404,48	-6.404,48
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	926.944,72	265.397,80	661.546,92
TOTAL (III) = (I+II)	2.325.063,95	943.707,75	1.381.356,20

**REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES<sup>1</sup>**

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, DPTO DE ADMINISTRACAO, 30/Jul/2014, 16h e 40m.

Nota:<sup>1</sup> A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial

OBS: Existem Contas Contábeis que estão sem vínculo com a Fonte de Recurso.

Execute a rotina de Verifica Inconsistências no CPadm\Arquivos para identificar as Contas Contábeis!

(2/2)

Continuação

30/07/2014 17:00

Município de Sta Terezinha do Progresso - SC - Consolidado

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Janeiro a Junho de 2014

RGF - ANEXO VI (LRF, Art. 55, Inciso III, alínea 'b')

R\$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA(ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
	Liquidados e Não Pagos (Processados)		Empenhados e Não Liquidados (Não processados)			
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício		
Fonte de Recurso não Cadastrada	-	-	-	-	-32.430,91	-
Alienação de Bens destinados a Outros Programas	-	17.500,00	-	-	9.005,59	-
Apoio a Pessoa Idosa - API	-	5.298,00	-	-	-5.298,00	-
Assistência Farmacêutica Básica	-	9.539,66	-	37.245,44	1.691,36	-
Atenção Básica	-	32.077,55	-	71.432,23	83.432,14	-
Atencao Basica - Exercícios Anteriores	-	211,05	-	24.331,00	-211,05	-
Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	-	-	-	40.084,52	6.846,98	-
Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico - CIDE	-	-	-	258,37	1.891,83	-
Convênio Trânsito - Civil	-	-	-	-	7.722,12	-
Convênio Trânsito - Militar	-	-	-	-	7.591,52	-
Convênio Trânsito - Prefeitura	-	-	-	-	7.978,64	-
Fundo Especial do Petróleo	-	-	18.434,16	436,04	128.225,73	-
Outras Transferências de Recursos do Fundo de Assistência Social - FNAS	-	4.162,15	-	25.377,50	15.512,10	-
Outras Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento	-	-	-	-	133.354,05	-
Outros Recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	-	-	-	43.848,00	-	-
Outros Recursos do Fundo Nacional de Saúde	-	270,00	-	2.800,00	230.884,17	-
Programa de Atenção à Criança	-	-	-	-	36,23	-
Programa de Erradicação do trabalho Infantil - PETI	-	6.572,64	-	10.898,16	-6.171,70	-
Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE	-	-	-	-	776,13	-
Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	-	1.093,13	-	21.920,84	12.836,89	-
Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE - Exercícios Anteriores	-	8,95	-	7.051,14	-8,95	-
Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE	-	-	-	65.672,20	842,10	-
Salário Educação	-	2.500,20	-	24.250,20	39.301,62	-
Transferências de Convênios - Educação	-	-	-	89.927,60	17.234,67	-
Transferências de Convênios - Outros	-	524.800,00	15.839,28	-	-13.753,34	-
Transferências do FUNDEF (Manutenção)	-	7.572,27	-	22.234,64	-7.572,27	-
Transferências do FUNDEF (Remuneração dos Profissionais do Magistério)	-	-	-	-	24.078,23	-
Vigilância em Saúde	-	-	-	-	56.013,40	-
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	-	611.605,60	34.273,44	487.767,88	719.809,28	-
Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP	-	-	-	12.821,15	-	-

(1/2)



Continuação  
30/07/2014 17:00

Município de Sta Terezinha do Progresso - SC - Consolidado  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR**  
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
Janeiro a Junho de 2014

RGF - ANEXO VI (LRF, Art. 55, Inciso III, alínea 'b')

R\$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA(ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
	Liquidados e Não Pagos (Processados)		Empenhados e Não Liquidados (Não processados)			
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício		
Recursos Ordinários	-	258.993,32	-	1.083.738,91	667.951,40	-
Recursos Ordinários - Exercícios anteriores	-	6.404,48	-	27.683,83	-6.404,48	-
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	-	265.397,80	-	1.124.243,89	661.546,92	-
TOTAL (III) = (I+II)	-	877.003,40	34.273,44	1.612.011,77	1.381.356,20	-

**REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹**

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, DPTO DE ADMINISTRACAO, 30/Jul/2014, 16h e 43m.

Nota:¹ A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial

OBS: Existem Contas Contábeis que estão sem vínculo com a Fonte de Recurso.

Execute a rotina de Verifica Inconsistências no CPadm\Arquivos para identificar as Contas Contábeis!

Página: 1 de 1  
30/07/2014 17:01

Município de Sta Terezinha do Progresso - SC  
Relatório de Gestão Fiscal  
**Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal**  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
1º Semestre de 2014

LRF, Art. 48 - Anexo VII R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal DTP	4.815.329,22	50,22
Limite Máximo (incisos I,II e III, art. 20 da LRF) - 60,00	5.752.653,36	60,00
Limite Prudencial (§ único, art. 22 da LRF) - 57,00	5.465.020,69	57,00

DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	-700.246,67	-7,30
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	-	-

GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias	-	-
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	-	-

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas	-	-
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	-	-
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de		
Crédito Internas e Externas	-	-
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de		
Crédito por Antecipação da Receita	-	-

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, DPTO DE ADMINISTRACAO,  
30/Jul/2014, 16h e 45m.

(1/1)

# São Bento do Sul

## PREFEITURA

### Aviso de Licitação - Pregão Nº 57/2014 FMS

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 57/2014 - FMS

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Presidente do Fundo Municipal de Saúde, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 09:00 horas do dia 13 de agosto de 2014, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: AQUISIÇÃO DE IMPRESSOS PARA A SEMUS, CONFORME ANEXO.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital completo, no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 08h00min às 17h00min.

São Bento do Sul, 29 de julho de 2014.  
DEODATO RAUL HRUSCHKA  
Presidente do Fundo Municipal de Saúde

JOCEMARI TELMA TEIXEIRA  
Pregoeira

### Aviso de Licitação - Concorrência Pública Nº 230/2014

EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 230/2014  
MENOR PREÇO GLOBAL

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Secretário de Administração da Prefeitura Municipal de São Bento do Sul, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 08:30 horas do dia 01 de setembro de 2014, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, CONFORME PROJETO BÁSICO, PLANILHA E QUANTITATIVOS E ANEXOS.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital completo, no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no horário das 08h00min às 17:00 horas ou no site [www.saobentodosul.sc.gov.br/licitacao](http://www.saobentodosul.sc.gov.br/licitacao).

São Bento do Sul, 30 de julho de 2014.  
ALCIONEI FRANÇA DA SILVA  
Secretário Municipal de Administração

### Extrato de Termo Aditivo Nº 150/2014

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 150/2014

8º ADITIVO DO CONTRATO Nº 145/2006

DA ESPÉCIE: Oitavo Termo Aditivo ao Contrato de Permissão de Uso de Bem Público firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa LANCHONETE 23 DE SETEMBRO LTDA, firmado em 26 de abril de 2006, conforme Edital de Concorrência Pública nº 64/2006.

Majorar para R\$ 5.446,44 (cinco mil quatrocentos e quarenta e seis reais e quarenta e quatro centavos) mensais, o valor referente a permissão onerosa de 01 (uma) sala representada por lanchonete-restaurante, dispensa, cozinha e demais instalações, com área total de 199,23 m², situada junto ao Terminal Rodoviário de Passageiros de São Bento do Sul - SC, com seus efeitos a partir de 01 de maio de 2014 à 30 de abril de 2015.

Continuam a prevalecer as demais cláusulas e condições previstas no Contrato Primitivo, firmado em 26 de abril de 2006, observando-se os dispositivos do Decreto Municipal nº 307/1985 e Leis Municipais nºs 97/1985 e 2059/2008.

São Bento do Sul, 09 de maio de 2014.

Ass: FERNANDO TURECK, pelo Município.

LANCHONETE 23 DE SETEMBRO LTDA, como Permissionária.

### Extrato de Termo Aditivo Nº 151/2014

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 151/2014

9º ADITIVO DO CONTRATO Nº 146/2006

DA ESPÉCIE: Nono Termo Aditivo ao Contrato de Permissão de Uso de Bem Público firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa SOCHA & SOCHA LTDA - ME, firmado em 26 de abril de 2006, conforme Edital de Concorrência Pública nº 64/2006.

Majorar para R\$ 1.728,70 (hum mil, setecentos e vinte e oito reais e setenta centavos) mensais, o valor referente a permissão onerosa de 01 (uma) sala destinada para exploração de vendas de loterias num total de 45,37 m², junto ao Terminal Rodoviário de Passageiros de São Bento do Sul - SC, com seus efeitos a partir de 01 de maio de 2014 à 30 de abril de 2015.

Continuam a prevalecer as demais cláusulas e condições previstas no Contrato Primitivo, firmado em 26 de abril de 2006, observando-se os dispositivos do Decreto Municipal nº 307/1985 e Leis Municipais nºs 97/1985 e 2059/2008.

São Bento do Sul, 09 de maio de 2014.

Ass: FERNANDO TURECK, pelo Município.

SOCHA & SOCHA LTDA ME, como Permissionária.

**Extrato de Termo Aditivo Nº 152/2014**

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 152/2014

8º ADITIVO DO CONTRATO Nº 147/2006

DA ESPÉCIE: Oitavo Termo Aditivo ao Contrato de Permissão de Uso de Bem Público firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa BANCA BETI LTDA, firmado em 26 de abril de 2006, conforme Edital de Concorrência Pública nº 64/2006.

Majorar para R\$ 811,74 (oitocentos e onze reais e setenta e quatro centavos) mensais, o valor referente a permissão onerosa de 01 (uma) sala no andar térreo destinado a exploração de banca de revistas num total de 26,11 m2, junto ao Terminal Rodoviário de Passageiros de São Bento do Sul - SC, com seus efeitos a partir de 01 de maio de 2014 à 30 de abril de 2015.

Continuam a prevalecer as demais cláusulas e condições previstas no Contrato Primitivo, firmado em 26 de abril de 2006, observando-se os dispositivos do Decreto Municipal nº 307/1985 e Leis Municipais nºs 97/1985 e 2059/2008.

São Bento do Sul, 09 de maio de 2014.

Ass: FERNANDO TURECK, pelo Município.

BANCA BETI LTDA, como Permissionária.

**Extrato de Termo Aditivo Nº 153/2014**

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 153/2014

8º ADITIVO DO CONTRATO Nº 155/2006

DA ESPÉCIE: Oitavo Termo Aditivo ao Contrato de Permissão de Uso de Bem Público firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa AUTO VIAÇÃO CATARINENSE LTDA, firmado em 02 de maio de 2006, conforme Inexigibilidade de Licitação nº 117/2006.

Majorar para R\$ 763,24 (setecentos e sessenta e três reais e vinte e quatro centavos) mensais, o valor referente a permissão onerosa de 01 (uma) sala no pavimento inferior, interna, destinada a venda de passagens rodoviárias, num total de 22,55 m2, situada junto ao Terminal Rodoviário de Passageiros de São Bento do Sul - SC, com seus efeitos a partir de 01 de maio de 2014 à 30 de abril de 2015.

Continuam a prevalecer as demais cláusulas e condições previstas no Contrato Primitivo, firmado em 02 de maio de 2006, observando-se os dispositivos do Decreto Municipal nº 307/1985 e Leis Municipais nºs 97/1985 e 2059/2008.

São Bento do Sul, 09 de maio de 2014.

Ass: FERNANDO TURECK, pelo Município.

AUTO VIAÇÃO CATARINENSE LTDA, como Permissionária.

**Extrato de Termo Aditivo Nº 154/2014**

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 154/2014

8º ADITIVO DO CONTRATO Nº 157/2006

DA ESPÉCIE: Oitavo Termo Aditivo ao Contrato de Permissão de Uso de Bem Público firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO

DO SUL e a Empresa EXPRESSO SÃO BENTO LTDA, firmado em 02 de maio de 2006, conforme Inexigibilidade de Licitação nº 117/2006.

Majorar para R\$ 386,92 (trezentos e oitenta e seis reais e noventa e dois centavos) mensais, o valor referente a permissão onerosa de 01 (uma) sala no pavimento inferior, interna, destinada a venda de passagens rodoviárias, num total de 11,28 m2, situada junto ao Terminal Rodoviário de Passageiros de São Bento do Sul - SC, com seus efeitos a partir de 01 de maio de 2014 à 30 de abril de 2015.

Continuam a prevalecer as demais cláusulas e condições previstas no Contrato Primitivo, firmado em 02 de maio de 2006, observando-se os dispositivos do Decreto Municipal nº 307/1985 e Leis Municipais nºs 97/1985 e 2059/2008.

São Bento do Sul, 08 de maio de 2014.

Ass: FERNANDO TURECK, pelo Município.

EXPRESSO SÃO BENTO LTDA, pela Permissionária.

**Extrato de Termo Aditivo Nº 090/2014**

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 090/2014

DA ESPÉCIE: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de nº 031/2014, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa INSTITUTO SANTÉ, em 22 de JANEIRO de 2014, conforme Inexigibilidade nº 17/2014.

Considerando o objeto do presente Contrato de nº 031/2014 que tem como finalidade a hospedagem para os idosos, Sra. Elzira Hanel, portadora do CPF nº 944.227.539-91 e para o Sr. Antonio Belinski, portador do CPF nº 180.210.939-00, idosos referenciados no Programa "Garantindo Política do Idoso em Situação de Vulnerabilidade Social", mediante o pagamento de mensalidade pelo CONTRATANTE, conforme Inexigibilidade de Licitação nº 17/2014 de 22 de janeiro de 2014;

Considerando que em virtude do falecimento do Sr. Antônio Belinski, ocorrido no dia 07 de março de 2014, conforme Certidão de Óbito em anexo, faz-se necessário suprimir o contrato, nos seguintes termos:

Fica suprimido do contrato o valor total de R\$ 16.369,00 (dezesesseis mil trezentos e sessenta e nove reais), de acordo com o Art. 65, parágrafo 1º, da Lei nº 8.666/93, por acordo das partes.

Nada mais havendo, assinam as partes em 02 (duas) vias de igual forma e idêntico teor, na presença das testemunhas.

São Bento do Sul, 21 de março de 2014.

Ass: RITA MARIA DUMS, pela Secretaria de Assistência Social do Município.

INSTITUTO SANTÉ, como Contratada.

**Extrato de Termo Aditivo Nº 134/2014**

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 134/2014

DA ESPÉCIE: Oitavo Termo Aditivo ao Contrato de Empreitada de nº 372/2011, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa P R K ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA, conforme Edital de Concorrência Pública nº 362/2011, em 23 de DEZEMBRO de 2011.

Considerando o objeto do Contrato nº 372/2011, que consiste no fornecimento de material e mão de obra para implantação da Escola de Ensino Infantil Padrão FNDE - TIPO B, Bairro Lençol, Loteamento Alpestre, conforme Convênio nº 700071/2011, de acordo com o memorial descritivo e projetos;

Considerando que a obra em questão já está concluída, porém na vistoria feita pelo FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, na qual foram encontradas pendências na obra, as quais encontram-se descritas no "Plano Ação para Resolução das Pendências de Engenharia", constantes do Anexo I, ao presente Termo Aditivo, e devido à complexidade de algumas pendências a serem atendidas;

Considerando que há a necessidade de prolongar o prazo de execução dos serviços para a conclusão da obra, faz-se necessário prorrogar o referido Contrato, com base no Art. 57, parágrafo 1º, inciso V, da Lei nº 8.666/93, nos seguintes termos:

Fica prorrogado o prazo de execução do Contrato por 03 (três) meses, a contar de 06 de maio de 2014 e com término em 05 de agosto de 2014.

Fica prorrogada a vigência do Contrato por 03 (três) meses, a contar de 23 de junho de 2014 e com término em 22 de setembro de 2014.

Nada mais havendo, assinam as partes em 02 (duas) vias de igual forma e idêntico teor, na presença das testemunhas.

São Bento do Sul, 05 de maio de 2014.

Ass: FERNANDO TURECK, como Prefeito Municipal.

P R K ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA, como Contratada.

**Extrato de Contrato Nº 218/2014**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 218/2014

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Prestação de Serviços que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa NEJE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA.

DO OBJETO: O objeto do presente Contrato consiste na prestação de serviços de instalação e monitoramento de alarme eletrônico nas Unidades Educacionais da Rede Municipal de Ensino e Secretaria Municipal de Educação de São Bento do Sul, conforme Termo de Referência - Anexo I do Edital de Pregão Presencial nº 185/2014.

DA VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, a contar de 01/07/2014.

DO VALOR: R\$ 71.930,00 - Valor Total.

São Bento do Sul, 02 de julho de 2014.

ASS: ALCIONE TERESINHA HINKE, pela Secretaria de Educação

do Município.

NEJE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA, como Contratada.

**Extrato de Contrato Nº 212/2014**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 212/2014

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Prestação de Serviços que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa NEJE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA.

DO OBJETO: O objeto do presente Contrato consiste na prestação de serviços de monitoramento de alarme eletrônico para a Secretaria de Assistência Social, CAFI e CRAS de São Bento do Sul, conforme Termo de Referência - Anexo I do Edital de Pregão Presencial nº 186/2014.

DA VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, a contar de 01/07/2014.

DO VALOR: R\$ 5.976,00 - Valor Total.

São Bento do Sul, 27 de junho de 2014.

ASS: RITA MARIA DUMS, pela Secretaria de Assistência Social do Município.

NEJE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA, como Contratada.

**Extrato de Contrato Nº 228/2014**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 228/2014

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Empreitada que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa IMPLANTEST CONSTRUTORA LTDA.

DO OBJETO: Constitui objeto do presente Contrato a instalação de rampa e deck em madeira, para acessibilidade do Berçário Municipal extensão do CEIM Tempo Mágico situado na Rua Wenzel Kalhofer, nº 71 - Centro, conforme memorial descritivo em anexo ao processo do Edital de Convite nº 195/2014.

DA VIGÊNCIA: 02 (dois) meses, a contar desta data.

DO VALOR: R\$ 20.273,48 - Valor Total.

São Bento do Sul, 10 de julho de 2014.

ASS: ALCIONE TERESINHA HINKE, pela Secretaria de Educação do Município.

IMPLANTEST CONSTRUTORA LTDA, como Contratada.

**Extrato de Termo Aditivo Nº 042/2014 FMS**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 042/2014

DA ESPÉCIE: Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Locação de Equipamentos para Fornecimento de Fotocópias de nº 019/2011, firmado entre o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE e a Empresa SELBETTI GESTÃO DE DOCUMENTOS S/A, em 01 de MARÇO de 2011, conforme Convite nº 18/2011.

Considerando o objeto do Contrato nº 019/2011 que consiste na

locação de equipamento (máquinas multifuncionais), com fornecimento de materiais de consumo e assistência técnica necessária, no caso de desgaste ou quebra, para o Fundo Municipal de Saúde; Considerando que por tratar-se de serviços contínuos e os mesmos estarem sendo vantajosos para a Secretaria da Saúde faz-se necessário prorrogar a vigência do Contrato, conforme consta na Cláusula Quinta - Da Vigência, com base no Art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93 nos seguintes termos:

Fica prorrogada a vigência do Contrato por 10 (dez) meses, a contar de 01 de julho de 2014 e a terminar em 30 de abril de 2015. Permanece o valor de R\$ 1.300,00 (mil e trezentos reais) por mês, totalizando o período prorrogado do Contrato em R\$ 13.000,00 (treze mil reais), para pagamentos conforme Contrato original. Nada mais havendo, assinam as partes em 02 (duas) vias de igual forma e idêntico teor, na presença das testemunhas.

São Bento do Sul, 25 de junho de 2014.

Ass: DEODATO RAUL HRUSCHKA, pelo Fundo.

SELBETTI GESTÃO DE DOCUMENTOS S/A, como Contratada.

## São Cristóvão do Sul

### PREFEITURA

#### Edital 31/2014 Errata

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CRISTOVAO DO SUL

ERRATA DE PUBLICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 31/2014 DISPENSA Nº 9/2014

O Município de São Cristóvão do Sul, torna publico a Dispensa nº 9/2014, Processo de Licitação nº 31/2014 para prestação de serviço de Realização de Processo Seletivo, em favor de INSTITUTO BARRIGA VERDE, inscrito no CNPJ sob nº 08.072.361/0001-55. Na publicação do extrato do dia 21 de julho de 2014, onde consta "Concurso Público" leia-se "Processo Seletivo".

São Cristóvão do Sul (SC), 28 de julho de 2014.

ANTONIO ROBERTO BATICINI

Prefeito Municipal



## São Domingos

### PREFEITURA

**Lei Complementar Nº0049, de 30 de Julho de 2014.**

LEI COMPLEMENTAR Nº 0049, DE 30 DE JULHO DE 2014.

Altera o caput do art. 76 da Lei Complementar nº 0045, de 14 de novembro de 2012, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, nos termos da legislação em vigor, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O caput do Artigo 76 da Lei Complementar nº 0045, de 14 de novembro de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 76 É assegurado ao servidor o direito à licença com remuneração para o desempenho de mandato em sindicato representativo da categoria, em carga horária máxima de 20 horas, inclusive mediante registro do ponto, com expediente na sub-sede do Sindicato, que deverá estar sediada obrigatoriamente neste Município".

Art. 2º Os parágrafos 1º e 2º do Artigo 76 da Lei Complementar nº 0045, de 14 de novembro de 2012, permanecem inalterados.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário, especialmente as constantes na Lei Complementar nº 0045/2012, de 14 de novembro de 2012.

Art. 4º Esta lei complementar entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 30 de julho de 2014.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

**Aditivo 021 Sinaltec Portal Prazo**

DADOS E TEXTO DE TERMO ADITIVO

MÊS/ANO: MAIO/2014

NÚMERO TERMO ADITIVO: PREFE N. 021 DE 02/05/2014

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 02/05/2014

LICITAÇÃO: Processo Licitatório n. 034/2013 Modalidade: Tomada de Preços n. 007/2013

DESCRIÇÃO: O objeto do presente termo aditivo consiste na alteração da Cláusula Terceira - Do Prazo do Contrato PREFE 048 de 20/08/2013.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Vinicius Augusto Andrioli OAB/SC n. 29.784-B

CONTRATADO: Sinaltec Tecnologia em Sinalização Ltda

CPF/CNPJ: 02.898.145/0001-87

DATA VENCIMENTO DO TERMO ADITIVO: 04/09/2014

## São João do Sul

### PREFEITURA

**Portaria Nº. 098 de 13 de Junho de 2014.**

PORTARIA Nº. 098 DE 13 DE JUNHO DE 2014.

"CONCEDE FÉRIAS"

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art.90, c/c art. 93 da Lei 1063 de 01 de novembro de 2002 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

**RESOLVE:**

Conceder Férias para a Servidora ZENI ESPINDOLA BITENCOURT, ocupante do cargo de Auxiliar de Dentista, no período de 02/06/2014 a 01/07/2014, referente ao período aquisitivo 2013/2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,  
13 de junho de 2014.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos treze dias do mês de junho do ano de dois mil e quatorze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER

Secretária Municipal de Administração

**Portaria Nº 099 de 13 de Junho de 2014.**

PORTARIA Nº 099 DE 13 DE JUNHO DE 2014.

"NOMEAR SERVIDOR"

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o inciso IX do artigo 55, da Lei Orgânica do Município em conformidade com a Lei nº 1679, de 06 de agosto de 2013;

**RESOLVE:**

Nomear a Sra. TEREZINHA DOS SANTOS MAGNUS, para exercer o cargo em comissão de Chefe de Setor de Habitação, Nível DAS-4, com carga horária de 40 horas semanais, a contar de 28/05/2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,  
em 13 de junho de 2014.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria aos treze dias do mês de junho do ano de dois mil e quatorze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER

Secretária Municipal de Administração

**Portaria Nº 100 de 13 de Junho de 2014.**

PORTARIA Nº 100 DE 13 DE JUNHO DE 2014.

"NOMEAR SERVIDOR"

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o inciso IX do artigo 55, da Lei Orgânica do Município em conformidade com a Lei nº 1679, de 06 de agosto de 2013;

**RESOLVE:**

Nomear a Sra. KEITI EUGÊNIO DE MATOS, para exercer o cargo em comissão de Chefe de Setor de Compras e Licitação, Nível DAS-4, com carga horária de 40 horas semanais, a contar de 19/05/2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,  
em 13 de junho de 2014.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria aos treze dias do mês de junho do ano de dois mil e quatorze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER  
Secretária Municipal de Administração

**São José****PREFEITURA****Resultado do Pregão Eletrônico Nº 029/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 029/2014 - Processo nº 066/2014. Contratados: MARCONI KIRCH - EPP; HP & E COMERCIAL LTDA - EPP; GIZELE REGINA DA SILVA ME; e FULL DISTRIBUIDORA LTDA ME. Objeto: Aquisição de materiais de consumo destinados a estruturação da rede dos serviços de proteção social especial da APAE de São José, em atenção ao convênio SICONV nº 743605/2010. Valor Total: R\$96.639,07 - noventa e seis mil, seiscentos e trinta e nove reais e sete centavos.

Vera Suely de Andrade  
Diretora de Compras.

**Decreto Nº 2948/2014**

DECRETO Nº 2948/2014  
ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ no uso das atribuições que lhe confere o artigo 62, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o processo seletivo realizado em conformidade com o Edital N.º 001/2013;

**DECRETA:**

Art.1º- Fica admitido, o seguinte servidor contratado por processo seletivo, exercente de funções temporárias:

Servidor	Função	Secretaria	Carga Horária Contratação
Milena Hauptti	Agente de Serviços Gerais	Secretaria de Educação	40h/s

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 28 de julho de 2014.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

**Decreto Nº 2954/2014**

DECRETO Nº 2954/2014  
ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o processo seletivo realizado em conformidade com o Edital nº 021/2014/FUNDESJ - Fundação Municipal Educacional;

**DECRETA:**

Art.1º- Ficam admitidos(as), os(as) seguintes servidores(as) contratados por processo seletivo, ocupantes de cargos temporários:

	Servidor	Função	Carga Horária Contratação	Data Admis- são
I	Pablo Emanuel Romero Almada	Professor de Ensino Superior Substituto - Área Ciências Sociais - 1º colocado.	05h	01/08/2014
II	Elaine Aparecida Teixeira Pereira	Professor de Ensino Superior Substituto - Área Educação (Vaga 2.1) - 2º colocada.	15h	01/08/2014
III	Rosicler Schafaschek	Professor de Ensino Superior Substituto - Área Educação (Vaga 2.2) - 2º colocada.	10h	01/08/2014
IV	Vicente Rocha Silva	Professor de Ensino Superior Substituto - Área Geografia - 1º colocado.	07h	01/08/2014
V	Cleber Lima Citadin	Professor de Ensino Superior Substituto - Área Ciências Contábeis (Vaga 7.1) - 1º colocado.	10h	01/08/2014
VI	Juliane Vieira de Souza	Professor de Ensino Superior Substituto - Área Ciências Contábeis (Vaga 7.2) - 1º colocada.	05h	01/08/2014
VII	Suéd Alfien Zimmermann da Rosa	Professor de Ensino Superior Substituto - Área Ciências Contábeis (Vaga 7.3) - 1º colocada.	05h	01/08/2014

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 28 de julho de 2014.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

### Resultado do Pregão Eletrônico Nº 041/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 041/2014 - Processo nº 109/2014. Contratados: MARCONI KIRCH - EPP; e ELISVANDIA MATOS DONINI ME. Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de materiais de escritório (mesas, cadeiras e armários), destinados ao Centro Universitário de São José - USJ. Valor Total: R\$30.119,10 - trinta mil, cento e dezenove reais e dez centavos.

Vera Suely de Andrade  
Diretora de Compras.

### Decreto Nº 2953/2014

PUBLICADO NO D.O.M./SC

Edição: \_\_\_\_\_

De: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

Gabinete da Prefeita

DECRETO Nº 2953/2014

DISPENSA SERVIDOR ACT - ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

A Prefeita Municipal de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica dispensada, "a pedido", a servidora ACT - Admissão em Caráter Temporário, JULIANA DA SILVEIRA PINHEIRO, matrícula nº 35.519, com lotação na Fundação Municipal Educacional.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, retroagindo seus efeitos a 09 de julho de 2014.

Paço Municipal em São José (SC), 28 de julho de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

### Decreto Nº 2952/2014

PUBLICADO NO D.O.M./SC

Edição: \_\_\_\_\_

De: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

Gabinete da Prefeita

DECRETO Nº 2952/2014

DISPENSA SERVIDOR ACT - ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

A Prefeita Municipal de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica dispensado, "a pedido", o servidor ACT - Admissão em Caráter Temporário, MARCUS VINICIUS BUENO, matrícula nº 1.018, com lotação na Secretaria de Assistência Social.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, retroagindo seus efeitos a 01 de julho de 2014.

Paço Municipal em São José (SC), 28 de julho de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

**Decreto Nº 2951/2014**

PUBLICADO NO D.O.M./SC

Edição: \_\_\_\_\_

De: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

Gabinete da Prefeita

DECRETO Nº 2951/2014

DISPENSA SERVIDOR ACT - ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

A Prefeita Municipal de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica dispensado o servidor ACT - Admissão em Caráter Temporário, DIEGO FURTADO TAVARES, matrícula nº 32.635, com lotação na Secretaria de Assistência Social.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, retroagindo seus efeitos a 30 de junho de 2014.

Paço Municipal em São José (SC), 28 de julho de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

**Decreto Nº 2.949/2014**

PUBLICADO NO D.O.M./SC

Edição: \_\_\_\_\_

De: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

Gabinete da Prefeita

DECRETO Nº 2949/2014

EXONERA SERVIDOR EM CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 62, IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerado, "a pedido", o servidor JEDSON CARLOS MEDEIROS, matrícula: 35.324, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, com lotação na Secretaria de Saúde.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor nesta data.

Paço Municipal, em São José (SC), 28 de julho de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

**Decreto Nº 2950/2014**

PUBLICADO NO D.O.M./SC

Edição: \_\_\_\_\_

De: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

Gabinete da Prefeita

DECRETO Nº 2950/2014

DISPENSA SERVIDOR ACT - ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

A Prefeita Municipal de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica dispensada, "a pedido", a servidora ACT - Admissão em Caráter Temporário, NÚBIA RAQUEL KOMMERS, matrícula nº 30.463, com lotação na Secretaria de Assistência Social.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, retroagindo seus efeitos a 14 de julho de 2014.

Paço Municipal em São José (SC), 28 de julho de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

**Decreto Nº 2958/2014**

DECRETO Nº 2958/2014

ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o processo seletivo realizado em conformidade com o Edital nº 016/2014/FUNDESJ - Fundação Municipal Educacional;

DECRETA:

Art.1º- Fica admitido o seguinte servidor contratado por processo seletivo, ocupantes de cargos temporários:

Servidor	Função	Carga Horária Contratação	Data Admissão
Adilson Digiácomo	Professor de Ensino Superior Substituto - Área Direito - 2º colocado.	05h	28/07/2014

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor nesta data.

Paço Municipal em São José (SC), 28 de julho de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

**Portaria Nº 006/2014/Pgm**

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ

Procuradoria Geral do Município

PORTARIA Nº 006/2014/PGM

O Procurador Geral do Município, no uso de suas atribuições previstas no Decreto nº 30.431/2009,

RESOLVE:

Determinar, com fulcro no artigo 170 da Lei Municipal nº 2248/1991, a instauração de Processo Administrativo Disciplinar em desfavor da servidora B.L., matrícula nº 10.765, lotada na Secretaria Municipal de Educação, posto que, através das informações constantes no Memorando nº 384/2014/SME e demais documentos anexos, infringiu o art. 146, inciso X - fazer pronta comunicação do motivo de seu não comparecimento ao serviço, da Lei nº 2.248/1991, dando causa ao abandono de emprego, previsto no art. 31, fatos que imputam penas de advertência por escrito e demissão nos

termos dos art. 157 e 160 do mesmo diploma legal.  
Designar os servidores Rodrigo João Machado, William Ramos Moreira e Karina da Silva Graciosa, todos Procuradores Municipais, para comporem a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, para apurar os fatos e possíveis infrações e responsabilidades advindas do ocorrido.

Deliberar que os membros da Comissão poderão reportar-se diretamente aos demais órgãos da Administração Pública, em diligências necessárias à instrução processual.

A Comissão ora composta deverá iniciar seus trabalhos no prazo de 10 (dez) dias, devendo concluí-los no prazo de 60 dias, permitida a prorrogação por igual prazo ou a continuidade excepcional do instrutório se necessário à instrução processual e ao exercício da plena defesa.

São José, 17 de julho de 2014

Atenciosamente,

Clóvis Renato Squio  
Procurador Geral do Município

#### **Portaria Nº 007/2014/Pgm**

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ  
Procuradoria Geral do Município  
PORTARIA Nº 007/2014/PGM

O Procurador Geral do Município, no uso de suas atribuições previstas no Decreto nº 30.431/2009,

#### **RESOLVE:**

Determinar, com fulcro no artigo 170 da Lei Municipal nº 2248/1991, a instauração de Processo Administrativo Disciplinar em desfavor da servidora L. P., lotada na Secretaria Municipal de Educação, posto que, através das informações constantes no Memorando nº 384/2014/SME e demais documentos anexos, infringiu o art. 146, inciso X - fazer pronta comunicação do motivo de seu não comparecimento ao serviço, da Lei nº 2.248/1991, dando causa ao abandono de emprego, previsto no art. 31, fatos que imputam penas de advertência por escrito e demissão nos termos dos art. 157 e 160 do mesmo diploma legal.

Designar os servidores Rodrigo João Machado, William Ramos Moreira e Karina da Silva Graciosa, todos Procuradores Municipais, para comporem a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, para apurar os fatos e possíveis infrações e responsabilidades advindas do ocorrido.

Deliberar que os membros da Comissão poderão reportar-se diretamente aos demais órgãos da Administração Pública, em diligências necessárias à instrução processual.

A Comissão ora composta deverá iniciar seus trabalhos no prazo de 10 (dez) dias, devendo concluí-los no prazo de 60 dias, permitida a prorrogação por igual prazo ou a continuidade excepcional do instrutório se necessário à instrução processual e ao exercício da plena defesa.

São José, 17 de julho de 2014

Atenciosamente,

Clóvis Renato Squio  
Procurador Geral do Município

#### **Portaria Nº 008/2014/Pgm**

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ  
Procuradoria Geral do Município  
PORTARIA Nº 008/2014/PGM

O Procurador Geral do Município, no uso de suas atribuições previstas no Decreto nº 30.431/2009,

#### **RESOLVE:**

Determinar, com fulcro no artigo 170 da Lei Municipal nº 2248/1991, a instauração de Processo Administrativo Disciplinar em desfavor da servidora M. F. K., lotada na Secretaria Municipal de Educação, posto que, através das informações constantes no Memorando nº 384/2014/SME e demais documentos anexos, infringiu o art. 146, inciso X - fazer pronta comunicação do motivo de seu não comparecimento ao serviço, da Lei nº 2.248/1991, dando causa ao abandono de emprego, previsto no art. 31, fatos que imputam penas de advertência por escrito e demissão nos termos dos art. 157 e 160 do mesmo diploma legal.

Designar os servidores Rodrigo João Machado, William Ramos Moreira e Karina da Silva Graciosa, todos Procuradores Municipais, para comporem a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, para apurar os fatos e possíveis infrações e responsabilidades advindas do ocorrido.

Deliberar que os membros da Comissão poderão reportar-se diretamente aos demais órgãos da Administração Pública, em diligências necessárias à instrução processual.

A Comissão ora composta deverá iniciar seus trabalhos no prazo de 10 (dez) dias, devendo concluí-los no prazo de 60 dias, permitida a prorrogação por igual prazo ou a continuidade excepcional do instrutório se necessário à instrução processual e ao exercício da plena defesa.

São José, 17 de julho de 2014

Atenciosamente,

Clóvis Renato Squio  
Procurador Geral do Município

Av. Acioni de Souza Filho, nº 403, Praia Comprida, São José/SC,  
CEP 88103-790

#### **Portaria Nº 009/2014/Pgm**

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ  
Procuradoria Geral do Município  
PORTARIA Nº 009/2014/PGM

O Procurador Geral do Município, no uso de suas atribuições previstas no Decreto nº 30.431/2009,

#### **RESOLVE:**

Determinar, com fulcro no artigo 170 da Lei Municipal nº 2248/1991, a instauração de Processo Administrativo Disciplinar em desfavor da servidora M. E. M. P., lotada na Secretaria Municipal de Educação, posto que, através das informações constantes no Memorando nº 384/2014/SME e demais documentos anexos, infringiu o art. 146, inciso X - fazer pronta comunicação do motivo de seu não comparecimento ao serviço, da Lei nº 2.248/1991, dando causa ao abandono de emprego, previsto no art. 31, fatos que imputam penas de advertência por escrito e demissão nos termos dos art. 157 e 160 do mesmo diploma legal.

Designar os servidores Rodrigo João Machado, William Ramos Moreira e Karina da Silva Graciosa, todos Procuradores Municipais,



para comporem a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, para apurar os fatos e possíveis infrações e responsabilidades advindas do ocorrido.

Deliberar que os membros da Comissão poderão reportar-se diretamente aos demais órgãos da Administração Pública, em diligências necessárias à instrução processual.

A Comissão ora composta deverá iniciar seus trabalhos no prazo de 10 (dez) dias, devendo concluí-los no prazo de 60 dias, permitida a prorrogação por igual prazo ou a continuidade excepcional do instrutório se necessário à instrução processual e ao exercício da plena defesa.

São José, 17 de julho de 2014

Atenciosamente,

Clóvis Renato Squio  
Procurador Geral do Município

### Resultado do Pregão Eletrônico Nº 043/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 043/2014 - Processo nº 115/2014. Contratado: HBJ COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EIRELI - ME. Objeto: Registro de preços para contratação de empresa para o eventual fornecimento de materiais de construção destinados a manutenção da Fundação Municipal de Cultura e Turismo e suas dependências, para o período de 01 (um) ano. Valor Total: R\$116.889,32 - cento e dezesseis mil, oitocentos e oitenta e nove reais e trinta e dois centavos.

Vera Suely de Andrade  
Diretora de Compras.

### Edital de Processo Seletivo N.º 002/2014/SMS

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N.º 002/2014/SMS  
SEGUNDO TERMO ADITIVO DE RETIFICAÇÃO

O Secretário Municipal de Saúde de São José torna pública a retificação do Edital n.º 002/2014/SMS, conforme deliberação da Comissão Organizadora do Processo Seletivo, no seguinte termo:

Considerando a proibição da contratação temporária ou terceirizada de Agentes Comunitários de Saúde, conforme disposto no art. 16 da Lei n.º 11.350/2006 (Redação dada pela Lei nº 12.994, de 17 de junho 2014), fica excluída a função temporária de "Agente Comunitário de Saúde" do Edital n.º 002/2014/SMS.

Em consequência, ficam canceladas as inscrições já realizadas para a função ora excluída do presente processo seletivo.

Ante o cancelamento das inscrições, fica assegurado aos candidatos do referida função de "Agente Comunitário de Saúde" a devolução do valor da taxa de inscrição já efetivamente pago, devendo, para tanto, dirigir-se à FUNDESJ, no endereço constante do item 1.1 do Edital (Fone: 48 3381.0000)

São José, 29 de Julho de 2014.  
Luis Antonio Silva  
Secretário da Saúde

### Portaria Nº 078/2014/Sf

PUBLICADO NO D.O.M.

Edição: \_\_\_\_\_

De: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

Secretaria de Finanças

Estado de Santa Catarina Portaria 78/2014/SF

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

Secretaria de Finanças

PORTARIA Nº 078/2014/SF

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2014.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS DE SÃO JOSÉ, em conformidade com o artigo 35, da Lei Municipal nº 5.375/2013 e o Decreto nº 2.060/2014, de 03 de fevereiro de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º Abrir Crédito Adicional Suplementar, em conformidade com os artigos 32 e 36 da Lei nº 5.375, de 27 de dezembro de 2013, na importância de R\$ 5.593.000,00 (cinco milhões, quinhentos e noventa e três mil reais), referente as dotações consignadas no Orçamento da Prefeitura de São José, a seguir especificadas:

02.00 - GABINETE DA PREFEITA

02.01 - CHEFIA DO GABINETE DA PREFEITA

02.01.04.122.0105.2.002 - Funcionamento e Manutenção do Gabinete da

Prefeita

1 - 3.1.90.04.00.00.0080 - Contratação por Tempo Determinado, Recursos Próprios R\$ 4.400,00

Total desta Atividade R\$ 4.400,00

02.00 - GABINETE DA PREFEITA

02.02 - SECRETARIA EXECUTIVA DE PROJETOS ESPECIAIS

02.02.04.122.0105.2.455 - Funcionamento e Manutenção da Secretaria de Projetos Especiais

25 - 3.1.90.11.00.00.0080 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal

Civil,

Recursos Próprios R\$ 180.000,00

33 - 3.3.90.46.00.00.0080 - Auxílio - Alimentação,

Recursos Próprios R\$ 10.200,00

Total desta Atividade R\$ 190.200,00

02.00 - GABINETE DA PREFEITA

02.05 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

02.05.04.122.0105.2.005 - Funcionamento e Manutenção da Procuradoria

Geral do Município

63 - 3.1.90.16.00.00.0080 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil,

Recursos Próprios R\$ 44.900,00

71 - 3.3.90.46.00.00.0080 - Auxílio - Alimentação,

Recursos Próprios R\$ 17.500,00

Total desta Atividade R\$ 62.400,00

02.00 - GABINETE DA PREFEITA

02.06 - CHEFIA DA OUVIDORIA GERAL

02.06.04.122.0107.2.454 - Funcionamento e Manutenção da Chefia da Ouvidoria Geral

75 - 3.1.90.16.00.00.0080 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal



Civil,  
Recursos Próprios R\$ 3.000,00  
Total desta Atividade R\$ 3.000,00  
Total do Órgão R\$ 260.000,00

06.00 - SECRETARIA DA RECEITA  
06.01 - SECRETARIA DA RECEITA

06.01.04.129.0105.2.064 - Funcionamento e Manutenção da Secretaria de Receita  
156 - 3.1.90.16.00.00.0080 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil,  
Recursos Próprios R\$ 357.000,00  
Total desta Atividade R\$ 357.000,00  
Total do Órgão R\$ 357.000,00

08.00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO  
08.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

08.01.12.365.0103.2.039 - Funcionamento e Manutenção dos Centros de Educação Infantil  
267 - 3.1.90.13.00.00.0081 - Obrigações Patronais, Recursos Ordinários - Educação R\$ 1.195.000,00  
283 - 3.3.90.46.00.00.0081 - Auxílio - Alimentação, Recursos Ordinários - Educação R\$ 1.364.000,00  
Total desta Atividade R\$ 2.559.000,00

08.01.12.361.0103.2.031 - Funcionamento e Manutenção do Ensino Fundamental  
243 - 3.3.90.46.00.00.0081 - Auxílio - Alimentação, Recursos Ordinários - Educação R\$ 1.289.000,00  
Total desta Atividade R\$ 1.289.000,00  
Total do Órgão R\$ 3.848.000,00

09.00 - SECRETARIA DE SEGURANÇA, DEFESA SOCIAL E TRÂNSITO  
09.01 - SECRETARIA DE SEGURANÇA, DEFESA SOCIAL E TRÂNSITO

09.01.06.181.0110.2.261 - Funcionamento e Manutenção da Guarda Municipal  
447 - 3.1.90.16.00.00.0080 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil,  
Recursos Próprios R\$ 584.000,00  
Total desta Atividade R\$ 584.000,00

09.00 - SECRETARIA DE SEGURANÇA, DEFESA SOCIAL E TRÂNSITO  
09.02 - FUNDO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS DO CONSUMIDOR  
09.02.14.422.0105.2.260 - Funcionamento e Manutenção ao Procon

516 - 3.3.90.46.00.00.0080 - Auxílio - Alimentação, Recursos Próprios R\$ 6.000,00  
Total desta Atividade R\$ 6.000,00  
Total do Órgão R\$ 590.000,00

10.00 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
10.01 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

10.01.08.244.0111.2.063 - Funcionamento e Manutenção da Secretaria Municipal de Assistência Social  
547 - 3.3.90.46.00.00.0080 - Auxílio - Alimentação, Recursos Próprios R\$ 264.000,00  
Total desta Atividade R\$ 264.000,00  
Total do Órgão R\$ 264.000,00

12.00 - SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS  
12.01 - SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS

12.01.15.451.0106.2.056 - Funcionamento e Manutenção dos Cemitérios Públicos Municipais  
601 - 3.1.90.11.00.00.0080 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil,  
Recursos Próprios R\$ 71.000,00  
607 - 3.3.90.46.00.00.0080 - Auxílio - Alimentação, Recursos Próprios R\$ 4.000,00  
Total desta Atividade R\$ 75.000,00

12.01.15.451.0106.2.057 - Funcionamento e Manutenção da Secretaria de Serviços Públicos  
611 - 3.1.90.16.00.00.0080 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil,  
Recursos Próprios R\$ 199.000,00  
Total desta Atividade R\$ 199.000,00  
Total do Órgão R\$ 274.000,00  
Total do Crédito Adicional Suplementar R\$ 5.593.000,00

Art. 2º - Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 1º desta Portaria, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 5.593.000,00 (cinco milhões, quinhentos e noventa e três mil reais), das dotações consignadas no Orçamento da Prefeitura de São José, a seguir especificadas:

02.00 - GABINETE DA PREFEITA  
02.03 - SECRETARIA EXECUTIVA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

30.01.04.122.0105.2.451 - Funcionamento e Manutenção da Secretaria Executiva de Comunicação Social

40 - 3.1.90.11.00.00.0080 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil,  
Recursos Próprios R\$ 17.000,00  
41 - 3.1.90.16.00.00.0080 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil,  
Recursos Próprios R\$ 1.000,00  
Total desta Atividade R\$ 18.000,00

02.00 - GABINETE DA PREFEITA  
02.05 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

02.05.04.122.0105.2.005 - Funcionamento e Manutenção da Procuradoria Geral do Município  
61 - 3.1.90.04.00.00.0080 - Contratação por Tempo Determinado, Recursos Próprios R\$ 32.879,00  
66 - 3.3.90.30.00.00.0080 - Material de Consumo, Recursos Próprios R\$ 12.000,00  
Total desta Atividade R\$ 44.879,00

02.00 - GABINETE DA PREFEITA  
02.06 - CHEFIA DA OUVIDORIA GERAL

02.06.04.122.0107.2.454 - Funcionamento e Manutenção da Chefia da Ouvidoria Geral  
73 - 3.1.90.04.00.00.0080 - Contratação por Tempo Determinado, Recursos Próprios R\$ 35.000,00

74 - 3.1.90.11.00.00.0080 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil,  
Recursos Próprios R\$ 108.000,00  
80 - 3.3.90.46.00.00.0080 - Auxílio - Alimentação, Recursos Próprios R\$ 10.000,00  
Total desta Atividade R\$ 153.000,00

02.00 - GABINETE DA PREFEITA  
 02.07 - CHEFIA DE CONTROLE INTERNO E AUDITORIA

02.07.04.124.0107.2.458 - Funcionamento e Manutenção da Chefia do Controle Interno e Auditoria  
 82 - 3.1.90.04.00.00.0080 - Contratação por Tempo Determinado, Recursos Próprios R\$ 17.855,00  
 84 - 3.1.90.16.00.00.0080 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil,  
 Recursos Próprios R\$ 4.000,00  
 92 - 3.3.90.46.00.00.0080 - Auxílio - Alimentação,  
 Recursos Próprios R\$ 2.000,00  
 Total desta Atividade R\$ 23.855,00

02.00 - GABINETE DA PREFEITA  
 02.08 - SECRETARIA DE GOVERNO

02.08.04.122.0105.2.253 - Funcionamento e Manutenção da Secretaria de Governo  
 103 - 3.3.90.46.00.00.0080 - Auxílio - Alimentação,  
 Recursos Próprios R\$ 3.266,00  
 Total desta Atividade R\$ 3.266,00  
 Total do Órgão R\$ 243.000,00

03.00 - GABINETE DO VICE-PREFEITO  
 03.01 - GABINETE DO VICE-PREFEITO

03.01.04.122.0105.2.004 - Funcionamento e Manutenção do Gabinete do Vice-Prefeito  
 113 - 3.3.90.46.00.00.0080 - Auxílio - Alimentação,  
 Recursos Próprios R\$ 1.000,00  
 Total desta Atividade R\$ 1.000,00  
 Total do Órgão R\$ 1.000,00

04.00 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
 04.01 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

04.01.04.122.0105.2.013 - Funcionamento e Manutenção da Secretaria de Administração

119 - 3.1.90.04.00.00.0080 - Contratação por Tempo Determinado, Recursos Próprios R\$ 166.000,00  
 120 - 3.1.90.11.00.00.0080 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil,  
 Recursos Próprios R\$ 337.000,00  
 121 - 3.1.90.16.00.00.0080 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil,  
 Recursos Próprios R\$ 99.000,00  
 Total desta Atividade R\$ 602.000,00  
 Total do Órgão R\$ 602.000,00

05.00 - SECRETARIA DE FINANÇAS  
 05.01 - SECRETARIA DE FINANÇAS

05.01.04.123.0105.2.014 - Funcionamento e Manutenção da Secretaria de Finanças  
 134 - 3.1.90.11.00.00.0080 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil,  
 Recursos Próprios R\$ 379.000,00  
 135 - 3.1.90.16.00.00.0080 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil,  
 Recursos Próprios R\$ 22.000,00  
 Total desta Atividade R\$ 401.000,00  
 Total do Órgão R\$ 401.000,00

06.00 - SECRETARIA DA RECEITA  
 06.01 - SECRETARIA DA RECEITA

06.01.04.129.0105.2.064 - Funcionamento e Manutenção da

Secretaria de Receita  
 154 - 3.1.90.04.00.00.0080 - Contratação por Tempo Determinado,  
 Recursos Próprios R\$ 50.000,00  
 Total desta Atividade R\$ 50.000,00  
 Total do Órgão R\$ 50.000,00

08.00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO  
 08.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

08.01.12.361.0103.2.030 - Funcionamento e Manutenção da Secretaria Municipal de Educação  
 203 - 3.1.90.04.00.00.0081 - Contratação por Tempo Determinado,  
 Recursos Ordinários - Educação R\$ 1.303.000,00  
 204 - 3.1.90.11.00.00.0081 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil,  
 Recursos Ordinários - Educação R\$ 691.000,00

205 - 3.1.90.13.00.00.0081 - Obrigações Patronais,  
 Recursos Ordinários - Educação R\$ 1.031.000,00  
 206 - 3.1.90.16.00.00.0081 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil,  
 Recursos Ordinários - Educação R\$ 161.000,00  
 207 - 3.1.91.13.00.00.0081 - Obrigações Patronais,  
 Recursos Ordinários - Educação R\$ 248.000,00  
 216 - 3.3.90.46.00.00.0081 - Auxílio - Alimentação,  
 Recursos Ordinários - Educação R\$ 43.000,00  
 Total desta Atividade R\$ 3.477.000,00

08.01.12.362.0103.2.037 - Funcionamento e Manutenção do Programa de Ensino Médio  
 258 - 3.1.90.11.00.00.0080 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil,  
 Recursos Próprios R\$ 62.000,00  
 259 - 3.1.90.16.00.00.0080 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil,  
 Recursos Próprios R\$ 18.000,00  
 260 - 3.3.90.05.00.00.0080 - Outros Benefícios Previdenciários,  
 Recursos Próprios R\$ 2.000,00  
 Total desta Atividade R\$ 82.000,00

08.01.12.363.0103.2.042 - Funcionamento e Manutenção do Ensino Profissional  
 299 - 3.1.90.04.00.00.0080 - Contratação por Tempo Determinado, Recursos Próprios R\$ 69.000,00  
 301 - 3.1.90.16.00.00.0080 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil,  
 Recursos Próprios R\$ 7.000,00  
 302 - 3.3.90.05.00.00.0080 - Outros Benefícios Previdenciários,  
 Recursos Próprios R\$ 1.000,00  
 Total desta Atividade R\$ 77.000,00

08.01.12.366.0103.2.041 - Educação de Jovem e Adultos

288 - 3.1.90.04.00.00.0080 - Contratação por Tempo Determinado, Recursos Próprios R\$ 92.000,00  
 290 - 3.1.90.11.00.00.0080 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil,  
 Recursos Próprios R\$ 28.000,00  
 293 - 3.3.90.05.00.00.0080 - Outros Benefícios Previdenciários,  
 Recursos Próprios R\$ 1.000,00  
 Total desta Atividade R\$ 121.000,00  
 Total do Órgão R\$ 3.757.000,00

09.00 - SECRETARIA DE SEGURANÇA, DEFESA SOCIAL E TRÂNSITO  
 09.01 - SECRETARIA DE SEGURANÇA, DEFESA SOCIAL E TRÂNSITO

09.01.06.183.0110.2.131 - Funcionamento e Manutenção da Secretaria De Segurança e Defesa Social  
410 - 3.1.90.04.00.00.0080 - Contratação por Tempo Determinado, Recursos Próprios R\$ 50.000,00  
412 - 3.1.90.16.00.00.0080 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil,  
Recursos Próprios R\$ 36.000,00  
Total desta Atividade R\$ 86.000,00

09.01.06.181.0110.2.261 - Funcionamento e Manutenção da Guarda Municipal

458 - 3.3.90.46.00.00.0080 - Auxílio - Alimentação,  
Recursos Próprios R\$ 29.000,00  
Total desta Atividade R\$ 29.000,00

09.00 - SECRETARIA DE SEGURANÇA, DEFESA SOCIAL E TRÂNSITO

09.02 - FUNDO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS DO CONSUMIDOR

09.02.14.422.0105.2.260 - Funcionamento e Manutenção ao Procon

509 - 3.1.90.04.00.00.0080 - Contratação por Tempo Determinado, Recursos Próprios R\$ 15.000,00

511 - 3.1.90.16.00.00.0080 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil,  
Recursos Próprios R\$ 10.000,00  
Total desta Atividade R\$ 25.000,00  
Total do Órgão R\$ 140.000,00

10.00 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

10.01 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

10.01.08.244.0111.2.063 - Funcionamento e Manutenção da Secretaria

Municipal de Assistência Social

537 - 3.3.90.05.00.00.0080 - Outros Benefícios Previdenciários,  
Recursos Próprios R\$ 1.000,00

Total desta Atividade R\$ 1.000,00

10.01.08.243.0111.2.438 - Funcionamento e Manutenção dos Conselhos

(CMDCA, Conselho Tutelar)

556 - 3.1.90.04.00.00.0080 - Contratação por Tempo Determinado, Recursos Próprios R\$ 89.000,00

Total desta Atividade R\$ 89.000,00

Total do Órgão R\$ 90.000,00

12.00 - SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS

12.01 - SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS

12.01.15.451.0106.2.057 - Funcionamento e Manutenção da Secretaria de Serviços Públicos

609 - 3.1.90.04.00.00.0080 - Contratação por Tempo Determinado, Recursos Próprios R\$ 48.000,00

Total desta Atividade R\$ 48.000,00

Total do Órgão R\$ 48.000,00

13.00 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

13.01 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

13.01.04.121.0105.2.008 - Funcionamento e Manutenção da SEPLANGE

662 - 3.1.90.04.00.00.0080 - Contratação por Tempo Determinado,

Recursos Próprios R\$ 7.000,00

663 - 3.1.90.11.00.00.0080 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil,

Recursos Próprios R\$ 238.000,00

672 - 3.3.90.46.00.00.0080 - Auxílio - Alimentação,

Recursos Próprios R\$ 16.000,00

Total desta Atividade R\$ 261.000,00

Total do Órgão R\$ 261.000,00

Total da Anulação R\$ 5.593.000,00

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 30 de julho de 2014.

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA

Secretário de Finanças

Balanco Orçamentário

Município de SAO JOSE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				R\$ 1,00
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	SALDO A REALIZAR (a - c)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	760.855.758,00	760.855.758,00	73.837.277,40	9,70	244.486.716,76	32,13	516.369.041,24
RECEITAS CORRENTES	493.228.776,00	493.228.776,00	70.558.710,37	14,31	237.667.624,48	48,19	255.561.151,52
RECEITA TRIBUTÁRIA	151.611.254,00	151.611.254,00	20.725.900,03	13,67	91.536.547,59	60,38	60.074.706,41
IMPOSTOS	112.771.385,00	112.771.385,00	15.035.849,31	13,33	68.951.072,13	61,14	43.820.312,87
TAXAS	20.497.069,00	20.497.069,00	2.760.701,56	13,47	13.771.465,24	67,19	6.725.603,76
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	18.342.800,00	18.342.800,00	2.929.349,16	15,97	8.814.010,22	48,05	9.528.789,78
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	9.417.837,00	9.417.837,00	1.922.832,90	20,42	5.353.157,00	56,84	4.064.680,00
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	9.417.837,00	9.417.837,00	1.922.832,90	20,42	5.353.157,00	56,84	4.064.680,00
RECEITA PATRIMONIAL	3.880.766,00	3.880.766,00	3.368.121,80	86,79	8.088.062,01	208,41	-4.207.296,01
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	73.500,00	73.500,00	0,00	0,00	408,30	0,56	73.091,70
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	3.807.266,00	3.807.266,00	3.368.121,80	88,47	8.087.653,71	212,43	-4.280.387,71
RECEITA DE SERVIÇOS	280.060,00	280.060,00	26.957,65	9,63	28.838,43	10,30	251.221,57
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	290.279.492,00	290.279.492,00	39.429.755,98	13,58	117.546.273,17	40,49	172.733.218,83
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	258.098.192,00	258.098.192,00	39.120.652,85	15,16	116.117.807,21	44,99	141.980.384,79
Transf. de Instituições Privadas	2.210.000,00	2.210.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.210.000,00
Transf. de Conv.	29.971.300,00	29.971.300,00	309.103,13	1,03	1.428.465,96	4,77	28.542.834,04
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	37.759.367,00	37.759.367,00	5.085.142,01	13,47	15.114.746,28	40,03	22.644.620,72
Multas e Juros de Mora	10.619.810,00	10.619.810,00	1.805.792,89	17,00	4.357.008,16	41,03	6.262.801,84
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	2.716.611,00	2.716.611,00	844.323,50	31,08	2.070.251,70	76,21	646.359,30
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	17.699.417,00	17.699.417,00	2.175.510,57	12,29	7.701.029,73	43,51	9.998.387,27
RECEITAS DIVERSAS	6.723.529,00	6.723.529,00	259.515,05	3,86	986.456,69	14,67	5.737.072,31
RECEITAS DE CAPITAL	267.626.982,00	267.626.982,00	3.278.567,03	1,23	6.819.092,28	2,55	260.807.889,72
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	50.134.741,00	50.134.741,00	1.326.457,46	2,65	3.174.831,24	6,33	46.959.909,76
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	39.336.091,00	39.336.091,00	1.326.457,46	3,37	1.545.831,24	3,93	37.790.259,76
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	10.798.650,00	10.798.650,00	0,00	0,00	1.629.000,00	15,09	9.169.650,00
ALIENAÇÃO DE BENS	5.639.200,00	5.639.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.639.200,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	5.639.200,00	5.639.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.639.200,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	211.853.041,00	211.853.041,00	1.952.109,57	0,92	3.644.261,04	1,72	208.208.779,96
Transf. de Instituições Privadas	5.683.100,00	5.683.100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.683.100,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVENÍOS	206.169.941,00	206.169.941,00	1.952.109,57	0,95	3.644.261,04	1,77	202.525.679,96
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	11.791.107,00	11.791.107,00	2.894.323,32	24,55	8.283.318,41	70,25	3.507.788,59
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	11.791.107,00	11.791.107,00	2.894.323,32	24,55	8.283.318,41	70,25	3.507.788,59
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	11.791.107,00	11.791.107,00	2.894.323,32	24,55	8.283.318,41	70,25	3.507.788,59
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	11.791.107,00	11.791.107,00	2.894.323,32	24,55	8.283.318,41	70,25	3.507.788,59

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de SAO JOSE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	
<b>RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	<b>11.791.107,00</b>	<b>11.791.107,00</b>	<b>2.894.323,32</b>	<b>24,55</b>	<b>8.283.318,41</b>	<b>3.507.788,59</b>
<b>SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)</b>	<b>772.646.865,00</b>	<b>772.646.865,00</b>	<b>76.731.600,72</b>	<b>9,93</b>	<b>252.770.035,17</b>	<b>519.876.829,83</b>
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)</b>	<b>772.646.865,00</b>	<b>772.646.865,00</b>	<b>76.731.600,72</b>	<b>9,93</b>	<b>252.770.035,17</b>	<b>519.876.829,83</b>
<b>DÉFICIT (VI)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>TOTAL (VII) = (V + VI)</b>	<b>772.646.865,00</b>	<b>772.646.865,00</b>	<b>76.731.600,72</b>	<b>9,93</b>	<b>252.770.035,17</b>	<b>519.876.829,83</b>
<b>SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)</b>	<b>—</b>	<b>8.143.486,97</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>8.143.486,97</b>	<b>—</b>
Superávit Financeiro	—	8.143.486,97	—	—	8.143.486,97	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)</b>	<b>757.938.675,00</b>	<b>24.595.834,31</b>	<b>782.534.509,31</b>	<b>75.003.793,92</b>	<b>270.903.975,16</b>	<b>75.330.113,27</b>	<b>190.166.585,88</b>	<b>592.367.923,43</b>
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>427.894.491,00</b>	<b>9.003.860,52</b>	<b>436.898.351,52</b>	<b>56.930.610,21</b>	<b>230.260.193,90</b>	<b>64.688.048,80</b>	<b>171.078.486,85</b>	<b>265.819.864,67</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	192.465.863,00	-3.611.972,58	188.853.890,42	32.328.974,93	103.987.206,36	33.932.149,99	93.454.764,60	95.399.125,82
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	2.000.000,00	0,00	2.000.000,00	160.000,00	1.018.041,00	286.667,49	624.383,63	1.375.616,37
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	233.428.628,00	12.615.833,10	246.044.461,10	24.441.635,28	125.254.946,54	30.469.231,32	76.999.338,62	169.045.122,48
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>318.688.077,00</b>	<b>15.591.973,79</b>	<b>334.280.050,79</b>	<b>18.073.183,71</b>	<b>40.643.781,26</b>	<b>10.642.064,47</b>	<b>19.088.099,03</b>	<b>315.191.951,76</b>
INVESTIMENTOS	314.688.077,00	15.591.973,79	330.280.050,79	18.073.183,71	36.717.114,92	9.897.143,77	16.979.249,43	313.300.801,36
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	4.000.000,00	0,00	4.000.000,00	0,00	3.926.666,34	744.920,70	2.108.849,60	1.891.150,40
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	<b>11.356.107,00</b>	<b>0,00</b>	<b>11.356.107,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>11.356.107,00</b>

Continua 2/3



Continuação 3/3

Município de SAO JOSE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)</b>	<b>14.708.190,00</b>	<b>0,00</b>	<b>14.708.190,00</b>	<b>1.651.983,01</b>	<b>11.614.103,39</b>	<b>1.972.560,95</b>	<b>6.991.778,00</b>	<b>47,54</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	14.708.190,00	0,00	14.708.190,00	1.651.983,01	11.614.103,39	1.972.560,95	6.991.778,00	47,54
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)</b>	<b>772.646.865,00</b>	<b>24.595.834,31</b>	<b>797.242.699,31</b>	<b>76.655.776,93</b>	<b>282.518.078,55</b>	<b>77.302.674,22</b>	<b>197.158.363,88</b>	<b>24,73</b>
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)</b>	<b>772.646.865,00</b>	<b>24.595.834,31</b>	<b>797.242.699,31</b>	<b>76.655.776,93</b>	<b>282.518.078,55</b>	<b>77.302.674,22</b>	<b>197.158.363,88</b>	<b>24,73</b>
<b>SUPERÁVIT (XIII)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>55.611.671,29</b>	<b>—</b>
<b>TOTAL (XIV) = (XII + XIII)</b>	<b>772.646.865,00</b>	<b>24.595.834,31</b>	<b>797.242.699,31</b>	<b>76.655.776,93</b>	<b>282.518.078,55</b>	<b>77.302.674,22</b>	<b>252.770.035,17</b>	<b>24,73</b>

Nota: O Superávit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R\$ 9.019.033,03

FONTE:

SAO JOSE , 30/07/2014

ADELIANA DAL PONT Prefeita Municipal	ANTÔNIO CARLOS VIEIRA Secretário de Finanças	GUIDO LUIZ HINCKEL Contador Geral CRC 15.213-SC
-----------------------------------------	-------------------------------------------------	----------------------------------------------------



Município de SAO JOSE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA**

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL  
2013 a 2087

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = ( a - b )	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2013	11.415.149,40	4.205.591,35	7.209.558,05	92.533.782,20
2014	10.908.884,37	4.297.477,64	6.611.406,73	99.145.188,93
2015	10.254.007,85	4.860.975,28	5.393.032,57	104.538.221,50
2016	9.611.523,31	5.431.479,72	4.180.043,59	108.718.265,09
2017	9.100.277,82	3.443.248,24	5.657.029,58	114.375.294,67
2018	8.597.648,88	5.879.287,50	2.718.361,38	117.093.656,05
2019	7.947.372,85	6.560.615,52	1.386.757,33	118.480.413,38
2020	7.388.463,46	7.011.033,06	377.430,40	118.857.843,78
2021	6.963.898,62	7.097.689,56	-133.790,94	118.724.052,84
2022	6.458.723,97	7.447.326,94	-988.602,97	117.735.449,87
2023	5.904.666,90	7.955.560,09	-2.050.893,19	115.684.556,68
2024	5.322.627,84	8.559.964,86	-3.237.337,02	112.447.219,66
2025	4.847.270,37	8.863.496,34	-4.016.225,97	108.430.993,69
2026	4.363.189,69	9.196.690,69	-4.833.501,00	103.597.492,69
2027	3.798.627,36	9.783.079,55	-5.984.452,19	97.613.040,50
2028	3.355.157,61	10.031.797,28	-6.676.639,67	90.936.400,83
2029	2.889.758,74	10.364.055,69	-7.474.296,95	83.462.103,88
2030	2.588.364,70	10.241.380,71	-7.653.016,01	75.809.087,87
2031	2.191.091,51	10.418.850,70	-8.227.759,19	67.581.328,68
2032	1.838.718,48	10.482.681,93	-8.643.963,45	58.937.365,23
2033	1.516.986,75	10.481.986,10	-8.964.999,35	49.972.365,88
2034	1.285.142,12	10.304.466,17	-9.019.324,05	40.953.041,83
2035	1.032.722,44	10.099.128,74	-9.066.406,30	31.886.635,53
2036	839.015,02	9.812.808,37	-8.973.793,35	22.912.842,18
2037	699.060,00	9.405.092,96	-8.706.032,96	14.206.809,22
2038	526.550,73	9.119.938,25	-8.593.387,52	5.613.421,70
2039	416.675,78	8.692.024,59	-8.275.348,81	-2.661.927,11
2040	339.814,85	8.201.382,29	-7.861.567,44	-10.523.494,55
2041	237.234,89	7.819.871,19	-7.582.636,30	-18.106.130,85
2042	145.163,16	7.439.884,92	-7.294.721,76	-25.400.852,61
2043	124.845,39	6.887.530,01	-6.762.684,62	-32.163.537,23
2044	93.982,31	6.402.421,65	-6.308.439,34	-38.471.976,57
2045	50.834,54	5.985.638,25	-5.934.803,71	-44.406.780,28
2046	22.153,74	5.558.659,50	-5.536.505,76	-49.943.286,04
2047	15.767,81	5.098.007,03	-5.082.239,22	-55.025.525,26
2048	4.726,94	4.675.457,73	-4.670.730,79	-59.696.256,05
2049	4.475,44	4.251.197,53	-4.246.722,09	-63.942.978,14
2050	4.231,40	3.863.242,54	-3.859.011,14	-67.801.989,28
2051	0,00	3.513.840,39	-3.513.840,39	-71.315.829,67
2052	0,00	3.177.336,15	-3.177.336,15	-74.493.165,82
2053	0,00	2.849.688,60	-2.849.688,60	-77.342.854,42
2054	0,00	2.561.619,10	-2.561.619,10	-79.904.473,52
2055	0,00	2.298.067,97	-2.298.067,97	-82.202.541,49
2056	0,00	2.038.691,78	-2.038.691,78	-84.241.233,27
2057	0,00	1.815.385,92	-1.815.385,92	-86.056.619,19
2058	0,00	1.613.555,45	-1.613.555,45	-87.670.174,64
2059	0,00	1.429.845,33	-1.429.845,33	-89.100.019,97
2060	0,00	1.261.445,19	-1.261.445,19	-90.361.465,16
2061	0,00	1.106.153,06	-1.106.153,06	-91.467.618,22
2062	0,00	965.608,60	-965.608,60	-92.433.226,82
2063	0,00	839.061,19	-839.061,19	-93.272.288,01
2064	0,00	724.342,36	-724.342,36	-93.996.630,37
2065	0,00	616.395,75	-616.395,75	-94.613.026,12
2066	0,00	530.206,20	-530.206,20	-95.143.232,32
2067	0,00	451.485,75	-451.485,75	-95.594.718,07
2068	0,00	383.105,84	-383.105,84	-95.977.823,91
2069	0,00	323.801,27	-323.801,27	-96.301.625,18
2070	0,00	271.551,83	-271.551,83	-96.573.177,01
2071	0,00	227.877,36	-227.877,36	-96.801.054,37
2072	0,00	189.309,75	-189.309,75	-96.990.364,12
2073	0,00	155.113,55	-155.113,55	-97.145.477,67
2074	0,00	124.272,07	-124.272,07	-97.269.749,74
2075	0,00	100.642,91	-100.642,91	-97.370.392,65
2076	0,00	80.172,93	-80.172,93	-97.450.565,58
2077	0,00	62.899,88	-62.899,88	-97.513.465,46
2078	0,00	49.424,47	-49.424,47	-97.562.889,93

Município de SAO JOSE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA**

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL  
2013 a 2087

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = ( a - b )	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2079	0,00	37.842,98	-37.842,98	-97.600.732,91
2080	0,00	29.927,05	-29.927,05	-97.630.659,96
2081	0,00	22.984,58	-22.984,58	-97.653.644,54
2082	0,00	18.057,41	-18.057,41	-97.671.701,95
2083	0,00	14.519,21	-14.519,21	-97.686.221,16
2084	0,00	11.862,24	-11.862,24	-97.698.083,40
2085	0,00	9.949,48	-9.949,48	-97.708.032,88
2086	0,00	8.577,47	-8.577,47	-97.716.610,35
2087	0,00	0,00	0,00	-97.716.610,35

Projeção atuarial elaborada em 30/06/2014 e oficialmente enviada para o Ministério da Previdência Social - MPS.

FONTE:

SAO JOSE , 30/07/2014

ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA  
Secretário de Finanças

GUIDO LUIZ HINCKEL  
Contador Geral CRC 15.213-SC

Município de SAO JOSE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2014/MÊS JUNHO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Mês (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
<b>RECEITA DE CAPITAL</b>			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	5.639.200,00	0,00	5.639.200,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	5.639.200,00	0,00	5.639.200,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>5.639.200,00</b>	<b>0,00</b>	<b>5.639.200,00</b>

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Mês		SALDO A EXECUTAR (g) = (d) - (e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
Despesas de Capital	5.321.800,00	0,00	0,00	5.321.800,00
Investimentos	5.321.800,00	0,00	0,00	5.321.800,00
<b>TOTAL</b>	<b>5.321.800,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>5.321.800,00</b>

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2013 (h)	Em 2014 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	781.214,02	0,00	781.214,02

FONTE:

SAO JOSE , 30/07/2014

ADELIANA DAL PONT  
Prefeita MunicipalANTÔNIO CARLOS VIEIRA  
Secretário de FinançasGUIDO LUIZ HINCKEL  
Contador Geral CRC 15.213-SC

Município de SAO JOSE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE				R\$ 1,00	
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		%
			Até o Bimestre (b)	(b/a)*100	
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	129.614.389,00	129.614.389,00	76.113.678,64	58,72	
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	35.752.204,00	35.752.204,00	35.055.992,43	98,05	
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	26.040.185,00	26.040.185,00	9.715.404,88	37,31	
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	43.896.174,00	43.896.174,00	21.582.201,59	49,17	
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	7.082.822,00	7.082.822,00	2.597.473,23	36,67	
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	2.078.641,00	2.078.641,00	129.966,92	6,25	
Dívida Ativa dos Impostos	10.725.866,00	10.725.866,00	5.543.033,95	51,68	
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	4.038.497,00	4.038.497,00	1.489.605,64	36,89	
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	176.750.118,00	176.750.118,00	89.805.041,95	50,81	
Cota-Parte FPM	49.787.428,00	49.787.428,00	26.634.209,77	53,50	
Cota-Parte ITR	9.442,00	9.442,00	6.457,36	68,39	
Cota-Parte IPVA	22.896.053,00	22.896.053,00	11.416.442,18	49,86	
Cota-Parte ICMS	101.818.043,00	101.818.043,00	50.801.940,38	49,89	
Cota-Parte IP-Exportação	1.794.620,00	1.794.620,00	762.684,63	42,50	
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	444.532,00	444.532,00	183.307,63	41,24	
Desoneração ICMS (LC 87/96)	444.532,00	444.532,00	183.307,63	41,24	
<b>TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II</b>	<b>306.364.507,00</b>	<b>306.364.507,00</b>	<b>165.918.720,59</b>		<b>54,16</b>

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE				R\$ 1,00	
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS		%
			Até o Bimestre (d)	(d/c)*100	
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00	
<b>TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>		<b>0,00</b>

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)					
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		%
			Até o Bimestre (f)	(f/e)*100	
DESPESAS CORRENTES	80.570.000,00	81.900.000,00	42.877.729,61	52,35	
Pessoal e Encargos Sociais	44.810.000,00	44.810.000,00	26.722.929,65	59,64	
Outras Despesas Correntes	35.760.000,00	37.090.000,00	16.154.799,96	43,56	
DESPESAS DE CAPITAL	19.038.000,00	17.708.000,00	5.241.277,93	29,60	
Investimentos	19.038.000,00	17.708.000,00	5.241.277,93	29,60	

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de SAO JOSE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL	19.038.000,00	17.708.000,00	5.241.277,93	29,60	3.622.642,03	20,46
Investimentos	19.038.000,00	17.708.000,00	5.241.277,93	29,60	3.622.642,03	20,46
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)</b>	99.608.000,00	99.608.000,00	48.119.007,54	48,31	40.530.335,09	40,69
<b>DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO</b>	<b>DOTAÇÃO INICIAL</b>	<b>DOTAÇÃO ATUALIZADA</b>	<b>DESPESAS EMPENHADAS</b>	<b>%</b>	<b>DESPESAS LIQUIDADAS</b>	<b>%</b>
			Até o Bimestre (h)	(h/IV)*100	Até o Bimestre (i)	(i/IVg)*100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERS.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	45.817.000,00	45.987.000,00	15.908.746,84	33,06	11.916.835,86	29,40
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	35.237.000,00	35.237.000,00	12.269.203,91	25,50	9.244.767,70	22,81
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	10.580.000,00	10.750.000,00	3.639.542,93	7,56	2.672.048,16	6,59
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)</b>	45.817.000,00	45.987.000,00	15.908.746,84	33,06	11.916.835,86	29,40
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)</b>	53.791.000,00	53.621.000,00	32.210.260,70	15,25	28.613.499,23	11,29
<b>PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</b>						
(VII%) = (VII / IIib x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e e						17,25
<b>VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VII - (15 x IIib)/100] e</b>						3.725.691,14

Continua 2/4

Município de SAO JOSE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 3/4

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA						
	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE	
Inscritos em 2013	0,00	0,00	123.501,23	-123.501,23	0,00	
TOTAL	0,00	0,00	123.501,23	-123.501,23	0,00	
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º						
	SALDO INICIAL	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS		SALDO FINAL (NÃO APLICADO)		
		DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)				
Restos a Pagar Não Processados Cancelados ou Prescritos em 2013	0,00		0,00		0,00	
TOTAL (VIII)	0,00		0,00		0,00	
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26						
	LIMITE NÃO CUMPRIDO					
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)	SALDO FINAL (NÃO APLICADO)			
	-	-	-			
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (l)	% (l/Total j)*100	Até Bimestre (m)	% (m/Total m)*100
Atenção Básica	80.619.000,00	81.219.000,00	43.300.960,00	89,99	36.531.633,70	90,13
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	15.983.000,00	15.383.000,00	4.260.183,23	8,85	3.606.800,62	8,90
Vigilância Sanitária	1.561.000,00	1.561.000,00	316.177,37	0,66	222.577,25	0,55
Vigilância Epidemiológica	1.445.000,00	1.445.000,00	241.686,94	0,50	169.323,52	0,42
TOTAL	99.608.000,00	99.608.000,00	48.119.007,54	100,00	40.530.335,09	100,00

FONTE:

1 Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.  
2 O valor apresentado na interseção com a coluna "i" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".  
3 O valor apresentado na interseção com a coluna "i" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".  
4 Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.  
5 Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.  
6 No último bimestre, será utilizada a fórmula  $[V/(h+i) - (15 \times IIIb)/100]$

Continua 3/4



Município de SAO JOSE - SC

Continuação 4/4

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

SAO JOSE , 30/07/2014

ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA  
Secretário de Finanças

GUIDO LUIZ HINCKEL  
Contador Geral CRC 15.213-SC

Município de SAO JOSE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2014		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
-----------------	-----------------------	-----------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

FONTE:

SAO JOSE , 30/07/2014

\_\_\_\_\_  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

\_\_\_\_\_  
ANTÔNIO CARLOS VIEIRA  
Secretário de Finanças

\_\_\_\_\_  
GUIDO LUIZ HINCKEL  
Contador Geral CRC 15.213-SC

Município de SAO JOSE - SC

**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre	
RECEITAS				
Previsão Inicial		—	772.646.865,00	
Previsão Atualizada		—	772.646.865,00	
Receitas Realizadas		76.731.600,72	252.770.035,17	
Déficit Orçamentário		—	0,00	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	8.143.486,97	
DESPESAS				
Dotação Inicial		—	772.646.865,00	
Créditos Adicionais		—	24.595.834,31	
Dotação Atualizada		—	797.242.699,31	
Despesas Empenhadas		76.655.776,93	282.518.078,55	
Despesas Liquidadas		77.302.674,22	197.158.363,88	
Superavit Orçamentário		—	55.611.671,29	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas		76.655.776,93	282.518.078,55	
Despesas Liquidadas		77.302.674,22	197.158.363,88	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida			419.467.292,51	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		4.792.413,83	12.718.006,44	
Despesa Previdenciárias Executadas(V)		1.269.624,65	3.698.973,41	
Liquidadas		1.269.624,65	3.698.973,41	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00	0,00	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		3.522.789,18	9.019.033,03	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		-49.824.593,00	-32.768.276,16	65,77
Resultado Primário		16.360.660,00	47.082.419,57	287,78
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS				
EXECUTIVO	14.153.621,66	48.999,69	9.622.519,01	4.482.102,96
LEGISLATIVO	13.488.156,06	48.999,69	9.249.596,18	4.189.560,19
EXECUTIVO	581.942,37	0,00	360.558,83	221.383,54
EXECUTIVO	83.523,23	0,00	12.364,00	71.159,23
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS				
EXECUTIVO	12.714.314,76	1.409.233,71	10.996.633,24	308.447,81
LEGISLATIVO	10.723.279,88	1.409.233,71	9.025.317,67	288.728,50
EXECUTIVO	24.041,16	0,00	24.041,16	0,00
EXECUTIVO	1.966.993,72	0,00	1.947.274,41	19.719,31
TOTAL:	26.867.936,42	1.458.233,40	20.619.152,25	4.790.550,77
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		41.784.714,33	25%	25,18
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		31.104.132,63	60%	102,32
Liquidadas		31.104.132,63		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00		
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		3.174.831,24	46.959.909,76	
Despesa de Capital Líquida		19.088.099,03	315.191.951,76	

Continua 1/2

Município de SAO JOSE - SC

Continuação 2/2

**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO**

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2014	2022	2032	2047
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	10.908.884,37	6.458.723,97	1.838.718,48	15.767,81
Despesas Previdenciárias (V)	4.297.477,64	7.447.326,94	10.482.681,93	5.098.007,03
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	6.611.406,73	-988.602,97	-8.643.963,45	-5.082.239,22

  

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	0,00	5.639.200,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	0,00	5.321.800,00

  

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	28.613.499,23	15,00	17,25
Liquidadas	28.613.499,23		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados	0,00		

  

DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor apurado no exercício corrente
Total das despesas/RCL (%)	0,00

## FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;  
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

SAO JOSE , 30/07/2014

\_\_\_\_\_  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

\_\_\_\_\_  
ANTÔNIO CARLOS VIEIRA  
Secretário de Finanças

\_\_\_\_\_  
GUIDO LUIZ HINCKEL  
Contador Geral CRC 15.213-SC

Município de SAO JOSE - SC

**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO**

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre	
RECEITAS				
Previsão Inicial		—	772.646.865,00	
Previsão Atualizada		—	772.646.865,00	
Receitas Realizadas		76.731.600,72	252.770.035,17	
Déficit Orçamentário		—	0,00	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	8.143.486,97	
DESPESAS				
Dotação Inicial		—	772.646.865,00	
Créditos Adicionais		—	24.595.834,31	
Dotação Atualizada		—	797.242.699,31	
Despesas Empenhadas		76.655.776,93	282.518.078,55	
Despesas Liquidadas		77.302.674,22	197.158.363,88	
Superavit Orçamentário		—	55.611.671,29	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas		76.655.776,93	282.518.078,55	
Despesas Liquidadas		77.302.674,22	197.158.363,88	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida			419.467.292,51	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		4.792.413,83	12.718.006,44	
Despesa Previdenciárias Executadas(V)		1.269.624,65	3.698.973,41	
Liquidadas		1.269.624,65	3.698.973,41	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00	0,00	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		3.522.789,18	9.019.033,03	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		-49.824.593,00	-32.768.276,16	65,77
Resultado Primário		16.360.660,00	47.082.419,57	287,78
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS				
EXECUTIVO	14.153.621,66	48.999,69	9.622.519,01	4.482.102,96
LEGISLATIVO	13.488.156,06	48.999,69	9.249.596,18	4.189.560,19
EXECUTIVO	581.942,37	0,00	360.558,83	221.383,54
EXECUTIVO	83.523,23	0,00	12.364,00	71.159,23
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS				
EXECUTIVO	12.714.314,76	1.409.233,71	10.996.633,24	308.447,81
LEGISLATIVO	10.723.279,88	1.409.233,71	9.025.317,67	288.728,50
EXECUTIVO	24.041,16	0,00	24.041,16	0,00
EXECUTIVO	1.966.993,72	0,00	1.947.274,41	19.719,31
TOTAL:	26.867.936,42	1.458.233,40	20.619.152,25	4.790.550,77
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		41.784.714,33	25%	25,18
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		31.104.132,63	60%	102,32
Liquidadas		31.104.132,63		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00		
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		3.174.831,24	46.959.909,76	
Despesa de Capital Líquida		19.088.099,03	315.191.951,76	

Continua 1/2

Município de SAO JOSE - SC

Continuação 2/2

**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO**

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2014	2022	2032	2047
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	10.908.884,37	6.458.723,97	1.838.718,48	15.767,81
Despesas Previdenciárias (V)	4.297.477,64	7.447.326,94	10.482.681,93	5.098.007,03
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	6.611.406,73	-988.602,97	-8.643.963,45	-5.082.239,22

  

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	0,00	5.639.200,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	0,00	5.321.800,00

  

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	28.613.499,23	15,00	17,25
Liquidadas	28.613.499,23		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados	0,00		

  

DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor apurado no exercício corrente
Total das despesas/RCL (%)	0,00

## FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;  
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

SAO JOSE , 30/07/2014

\_\_\_\_\_  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

\_\_\_\_\_  
ANTÔNIO CARLOS VIEIRA  
Secretário de Finanças

\_\_\_\_\_  
GUIDO LUIZ HINCKEL  
Contador Geral CRC 15.213-SC



Município de SAO JOSE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO – Anexo 2 ( LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c" )

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	757.938.675,00	782.534.509,31	75.003.793,92	270.903.975,16	75.330.113,27	190.166.585,88	96,45	592.367.923,43
	18.385.567,00	18.385.567,00	2.241.599,68	7.773.516,02	2.461.897,91	6.195.255,68	3,14	12.190.311,32
Legislativa	18.385.567,00	18.385.567,00	2.241.599,68	7.773.516,02	2.461.897,91	6.195.255,68	3,14	12.190.311,32
Acao Legislativa								
Judiciária	376.192,00	376.192,00	0,00	93.007,82	0,00	91.994,32	0,05	284.197,68
Defesa do Interesse Púb.No Processo Judiciário	376.192,00	376.192,00	0,00	93.007,82	0,00	91.994,32	0,05	284.197,68
ADMINISTRAÇÃO	58.140.528,00	58.227.028,00	4.647.701,91	24.264.255,58	6.205.463,75	17.603.269,56	8,93	40.623.758,44
Planejamento e Orçamento	10.076.250,00	9.909.250,00	47.776,97	217.544,89	55.760,48	198.886,47	0,10	9.710.363,53
Administração Geral	29.767.735,00	29.965.235,00	2.949.775,18	13.536.783,11	4.024.934,03	10.153.494,24	5,15	19.811.740,76
Administração Financeira	12.148.980,00	12.083.980,00	833.455,48	7.423.134,48	1.251.662,59	4.573.007,14	2,32	7.510.972,86
Controle Interno	322.063,00	313.063,00	43.415,30	142.626,63	46.260,67	132.310,03	0,07	180.752,97
Administração de Receitas	5.739.000,00	5.869.000,00	773.278,98	2.908.646,47	812.045,98	2.530.771,68	1,28	3.338.228,32
Comunicação Social	86.500,00	86.500,00	0,00	35.520,00	14.800,00	14.800,00	0,01	71.700,00
SEGURANÇA PÚBLICA	15.517.053,00	15.385.053,00	2.016.508,71	7.471.975,34	2.340.598,80	6.069.507,60	3,08	9.315.545,40
Administração Financeira	100.000,00	100.000,00	0,00	100.000,00	48.767,53	100.000,00	0,05	0,00
Normalização e Fiscalização	499.000,00	284.000,00	0,00	9.330,00	0,00	0,00	0,00	284.000,00
Policimento	7.214.528,00	7.066.528,00	1.267.972,08	3.960.306,47	1.250.595,86	3.358.940,35	1,70	3.707.587,65
Defesa Civil	3.625.400,00	3.625.400,00	44.617,89	773.638,52	184.850,89	516.732,92	0,26	3.108.667,08
Informação e Inteligência	4.078.125,00	4.309.125,00	703.918,74	2.628.700,35	856.384,52	2.093.834,33	1,06	2.215.290,67
Assistência Social	34.227.500,00	34.227.500,00	3.231.094,44	12.524.462,40	3.343.593,16	7.948.839,07	4,03	26.278.660,93
Tecnologia da Informatização	420.000,00	841.000,00	0,00	1.342,28	0,00	1.342,28	0,00	839.657,72
Assistência ao Idoso	2.032.000,00	1.638.000,00	16.908,00	164.625,80	104.274,30	142.728,82	0,07	1.495.271,18
Assistência à Criança e ao Adolescente	7.713.000,00	7.678.000,00	268.793,22	751.336,49	299.036,87	540.037,80	0,27	7.137.962,20
Assistência Comunitária	24.062.500,00	24.070.500,00	2.945.393,22	11.607.157,83	2.940.281,99	7.264.730,17	3,68	16.805.769,83
PREVIDÊNCIA SOCIAL	18.088.000,00	18.088.000,00	842.881,54	13.477.219,62	2.852.889,60	9.351.090,38	4,74	8.736.909,62
Previdência Básica	12.835.000,00	12.835.000,00	84.135,01	10.867.807,61	2.023.972,20	6.945.951,33	3,52	5.889.048,67
Previdência do Regime Estatutário	5.253.000,00	5.253.000,00	758.746,53	2.609.412,01	828.917,40	2.405.139,05	1,22	2.847.860,95
Saúde	95.198.000,00	95.118.000,00	12.803.044,98	45.159.729,60	14.704.285,28	38.145.609,39	19,35	56.972.390,61
Atenção Básica	76.119.000,00	76.119.000,00	10.149.033,56	40.341.682,06	11.837.893,27	34.146.908,00	17,32	42.572.092,00
Assistencia Hospitalar e Ambulatorial	15.983.000,00	15.383.000,00	2.601.415,26	4.260.183,23	2.773.154,07	3.606.800,62	1,83	11.776.199,38
Vigilância Sanitária	1.561.000,00	1.561.000,00	33.031,28	316.177,37	20.698,50	222.577,25	0,11	1.338.422,75

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de SAO JOSE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	757.938.675,00	782.534.509,31	75.003.793,92	270.903.975,16	75.330.113,27	190.166.585,88	96,45	24,30
Saúde	95.198.000,00	95.118.000,00	12.803.044,98	45.159.729,60	14.704.285,28	38.145.609,39	19,35	40,10
Vigilância Epidemiológica	1.445.000,00	1.445.000,00	19.564,88	241.686,94	72.539,44	169.323,52	0,09	11,72
Defesa Agropecuária	90.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TRABALHO</b>	1.373.120,00	1.445.120,00	139.792,22	1.017.641,74	215.586,30	607.499,64	0,31	42,04
Proteção e Benefícios ao trabalhador	600.000,00	600.000,00	20.820,00	590.005,00	86.376,95	215.083,34	0,11	35,85
Relações de Trabalho	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fomento ao Trabalho	763.120,00	835.120,00	118.972,22	427.636,74	129.209,35	392.416,30	0,20	46,99
<b>EDUCAÇÃO</b>	155.301.400,00	162.939.886,58	27.445.999,51	79.864.354,16	24.239.637,09	59.209.233,79	30,03	36,34
Alimentação e Nutrição	10.535.840,00	10.369.280,41	2.743.587,68	6.583.795,07	2.597.532,78	4.181.511,76	2,12	40,33
Ensino Fundamental	77.240.443,00	76.295.287,36	10.235.287,20	37.640.595,50	10.668.125,78	29.269.070,73	14,85	38,36
Ensino Médio	913.129,00	913.129,00	185.268,99	482.936,88	199.231,75	464.551,17	0,24	50,87
Ensino Profissional	4.886.598,00	5.356.598,00	791.467,41	2.531.281,55	826.480,60	2.222.844,86	1,13	41,50
Ensino Superior	9.619.589,00	8.119.589,00	792.016,22	2.581.312,24	830.001,54	2.310.310,95	1,17	28,45
Educação Infantil	49.214.577,00	59.014.283,81	12.534.002,64	29.782.774,20	9.079.432,26	20.661.865,33	10,48	35,01
Educação de Jovens e Adultos	2.841.224,00	2.841.224,00	164.369,37	261.658,72	38.832,38	99.078,99	0,05	3,49
Educação Especial	50.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cultura	20.917.400,00	19.532.108,72	663.172,67	2.643.352,16	497.734,18	2.468.188,92	1,25	12,64
Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	10.872.400,00	10.681.600,00	441.311,44	1.464.846,84	374.068,15	1.387.878,80	0,70	12,99
Difusão Cultural	10.045.000,00	8.850.508,72	221.861,23	1.178.505,32	123.666,03	1.080.310,12	0,55	12,21
<b>DIREITOS DA CIDADANIA</b>	393.100,00	443.100,00	33.384,42	121.862,14	43.866,82	111.768,96	0,06	25,22
Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	393.100,00	443.100,00	33.384,42	121.862,14	43.866,82	111.768,96	0,06	25,22
<b>URBANISMO</b>	185.693.907,00	196.508.433,95	15.887.105,11	50.364.512,92	11.245.078,55	28.153.449,55	14,28	14,33
Administração Geral	2.070.884,00	2.040.884,00	279.379,04	1.115.099,06	304.279,98	848.509,68	0,43	41,58
Planejamento Urbano	85.000,00	85.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infra-estrutura Urbana	155.779.314,00	165.380.840,95	13.771.873,42	32.441.509,21	6.352.968,73	15.363.130,01	7,79	9,29
Serviços Urbanos	25.418.709,00	26.749.709,00	1.835.852,65	16.607.904,65	4.392.511,59	11.746.491,61	5,96	43,91
Transportes Coletivos Urbanos	2.340.000,00	2.252.000,00	0,00	200.000,00	195.318,25	195.318,25	0,10	8,67
<b>HABITAÇÃO</b>	60.302.971,00	68.038.558,73	3.551.441,11	8.310.359,84	3.319.848,86	4.781.402,74	2,43	7,03
Habitação Urbana	60.302.971,00	68.038.558,73	3.551.441,11	8.310.359,84	3.319.848,86	4.781.402,74	2,43	7,03

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de SAO JOSE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>								
SANEAMENTO	757.938.675,00	782.534.509,31	75.003.793,92	270.903.975,16	75.330.113,27	190.166.585,88	96,45	592.367.923,43
Saneamento Básico Urbano	40.098.114,00	40.048.378,33	507.200,06	3.041.601,52	802.663,49	1.271.477,61	0,64	38.776.900,72
Gestão Ambiental	40.098.114,00	40.048.378,33	507.200,06	3.041.601,52	802.663,49	1.271.477,61	0,64	38.776.900,72
Preservação e Conservação Ambiental	5.225.490,00	5.302.490,00	157.880,20	1.387.177,55	360.852,59	854.065,65	0,43	4.448.424,35
CIÊNCIA E TECNOLOGIA	5.225.490,00	5.302.490,00	157.880,20	1.387.177,55	360.852,59	854.065,65	0,43	4.448.424,35
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia	2.139.000,00	2.118.760,00	0,00	82.680,00	0,00	82.680,00	0,04	2.036.080,00
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico	20.000,00	760,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	760,00
Agricultura	2.119.000,00	2.118.000,00	0,00	82.680,00	0,00	82.680,00	0,04	2.035.320,00
Promoção da Produção Agropecuária	135.500,00	135.500,00	0,00	105.462,35	39.662,90	91.874,35	0,05	43.625,65
INDÚSTRIA	135.500,00	135.500,00	30.511,45	105.462,35	39.662,90	91.874,35	0,05	43.625,65
Normalização e Qualidade	160.000,00	157.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	157.000,00
COMÉRCIO E SERVIÇOS	160.000,00	157.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	157.000,00
Promoção Comercial	378.500,00	315.500,00	0,00	5.710,00	0,00	0,00	0,00	315.500,00
TRANSPORTE	378.500,00	315.500,00	0,00	5.710,00	0,00	0,00	0,00	315.500,00
Transporte Rodoviário	15.914.597,00	15.854.597,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.854.597,00
Desporto e Lazer	15.914.597,00	15.854.597,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.854.597,00
Desporto Comunitário	7.766.629,00	7.766.629,00	574.418,93	4.099.876,55	849.935,44	1.974.634,09	1,00	5.791.994,91
Lazer	7.761.629,00	7.761.629,00	574.418,93	4.099.876,55	849.935,44	1.974.634,09	1,00	5.786.994,91
ENCARGOS ESPECIAIS	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
Serviço da Dívida Interna	10.850.000,00	10.765.000,00	230.056,98	9.095.217,85	1.806.518,55	5.154.744,58	2,61	5.610.255,42
Outros Encargos Especiais	6.000.000,00	6.000.000,00	160.000,00	4.944.707,34	1.031.588,19	2.733.233,23	1,39	3.266.766,77
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	4.850.000,00	4.765.000,00	70.056,98	4.150.510,51	774.930,36	2.421.511,35	1,23	2.343.488,65
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	11.356.107,00	11.356.107,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.356.107,00
Legislativa	14.708.190,00	14.708.190,00	1.651.983,01	11.614.103,39	1.972.560,95	6.991.778,00	3,55	7.716.412,00
Acao Legislativa	260.946,00	260.946,00	39.138,49	112.075,45	39.138,49	112.075,45	0,06	148.870,55
PREVIDÊNCIA SOCIAL	260.946,00	260.946,00	39.138,49	112.075,45	39.138,49	112.075,45	0,06	148.870,55
Previdência Básica	3.700.000,00	3.700.000,00	0,00	3.000.000,00	343.878,63	1.599.998,40	0,81	2.100.001,60
Saúde	3.700.000,00	3.700.000,00	0,00	3.000.000,00	343.878,63	1.599.998,40	0,81	2.100.001,60
Atenção Básica	4.500.000,00	4.500.000,00	1.052.844,52	2.959.277,94	954.359,42	2.384.725,70	1,21	2.115.274,30
	4.500.000,00	4.500.000,00	1.052.844,52	2.959.277,94	954.359,42	2.384.725,70	1,21	2.115.274,30

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de SAO JOSE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	14.708.190,00	14.708.190,00	1.651.983,01	11.614.103,39	1.972.560,95	6.991.778,00	3,55	47,54
EDUCAÇÃO	6.247.244,00	6.247.244,00	560.000,00	5.542.750,00	635.184,41	2.894.978,45	1,47	46,34
Ensino Fundamental	4.318.267,00	4.318.267,00	0,00	3.785.750,00	354.414,55	1.688.299,60	0,86	39,10
Educação Infantil	1.928.977,00	1.928.977,00	560.000,00	1.757.000,00	280.769,86	1.206.678,85	0,61	62,56
<b>TOTAL (III) = (I + II)</b>	<b>772.646.865,00</b>	<b>797.242.699,31</b>	<b>76.655.776,93</b>	<b>282.518.078,55</b>	<b>77.302.674,22</b>	<b>197.158.363,88</b>	<b>100,00</b>	<b>24,73</b>

FONTE:

SAO JOSE , 30/07/2014

ADELIANA DAL PONT Prefeita Municipal	ANTÔNIO CARLOS VIEIRA Secretário de Finanças	GUIDO LUIZ HINCKEL Contador Geral CRC 15.213-SC
-----------------------------------------	-------------------------------------------------	----------------------------------------------------

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de SAO JOSE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JULHO/2013 A JUNHO/2014

RREO – ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2014	
	Jul/2013	Ago/2013	Sep/2013	Out/2013	Nov/2013	Dez/2013	Jan/2014	Fev/2014	Mar/2014	Abr/2014	Mai/2014	Jun/2014	TOTAL (Últ. 12 MES.)	RS 1,00
RECEITAS CORRENTES (I)	34.728.917,06	31.097.383,64	33.303.172,05	32.172.903,11	34.668.913,69	41.907.159,98	34.702.091,40	63.796.791,95	41.244.458,89	39.148.139,65	38.724.764,24	38.004.793,12	463.509.088,68	528.578.800,00
RECEITA TRIBUTÁRIA	9.410.695,43	5.810.369,34	7.053.100,90	6.901.233,31	7.265.674,52	9.960.470,97	8.865.876,07	34.346.977,31	16.838.953,81	10.726.241,37	10.278.308,43	10.447.591,60	137.938.082,06	151.611.254,00
IPTU	977.229,53	702.791,78	942.767,81	794.672,33	1.049.511,90	878.717,13	2.855.405,05	20.237.062,51	8.822.923,17	973.719,54	875.171,91	1.291.720,25	40.401.682,91	35.752.204,00
IRR.F.	1.725.541,65	298.956,92	3.016.012,00	407.466,83	379.511,39	2.311.092,45	410.083,59	387.500,96	397.650,40	380.887,07	532.400,70	480.950,42	8.030.903,49	7.082.822,00
I.S.S.	3.216.447,85	2.746.436,78	3.494.124,31	3.063.029,60	3.413.953,84	4.064.292,98	2.864.271,26	3.989.221,85	3.271.838,12	3.291.979,13	3.762.272,41	4.272.616,82	41.580.466,95	43.896.174,00
ITBI	2.246.478,38	1.278.276,76	1.627.880,58	1.978.041,69	1.503.954,52	1.964.445,32	1.569.814,59	1.241.978,16	1.482.473,01	1.600.420,32	1.633.738,33	2.186.979,47	20.314.484,13	26.040.185,00
Outras Receitas Tributárias	1.244.998,02	783.905,10	677.467,18	658.022,86	918.742,87	741.923,09	1.076.297,58	848.423,83	2.863.666,02	4.471.235,51	3.474.725,08	2.215.325,64	27.610.534,58	38.839.889,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	2.069.679,26	1.898.410,01	1.807.815,67	2.086.675,81	2.099.944,26	2.767.066,58	826.222,53	778.021,82	977.888,26	946.191,49	868.533,10	1.064.289,80	18.082.748,59	9.417.837,00
RECEITA PATRIMONIAL	979.995,30	517.255,93	554.562,00	797.641,82	658.196,99	1.134.096,61	196.141,42	1.859.966,84	1.111.885,81	1.551.946,14	2.192.843,20	1.175.478,60	12.729.810,66	3.880.766,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	306.850,00	0,00	0,00	4.250,88	165.590,00	4.172,10	0,00	1.228,45	0,00	652,33	26.817,06	140,59	509.701,41	280.060,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	19.644.337,46	20.780.033,03	21.489.334,36	20.567.900,87	22.836.638,20	25.722.989,39	22.388.834,54	23.928.254,35	19.871.095,33	23.710.900,65	22.823.044,65	22.787.558,32	266.590.831,15	325.629.516,00
Cota-Parte do FPM	2.866.640,89	3.748.087,22	3.102.033,95	3.102.081,61	4.314.932,54	6.509.983,12	5.211.926,05	5.566.574,71	3.301.471,45	3.769.073,82	5.021.421,63	3.765.742,11	50.277.569,10	49.787.428,00
Cota-Parte do I.C.M.S.	7.288.498,60	7.641.799,54	8.002.332,10	7.783.362,82	8.895.953,03	8.754.383,67	8.658.750,70	8.241.074,74	8.433.511,70	8.146.241,95	8.513.155,47	8.807.205,82	98.168.460,14	101.816.043,00
Cota-Parte do IPVA	2.274.985,57	2.144.976,30	1.942.345,64	1.715.903,63	1.072.979,41	753.945,61	1.311.446,09	1.622.290,24	1.851.363,81	2.188.819,03	2.259.869,63	2.182.653,38	21.321.580,34	22.896.053,00
Cota-Parte do ITR	950,98	1.010,81	2.568,75	12.132,33	1.253,88	1.771,48	319,13	3.669,71	486,17	675,89	724,66	601,80	26.145,59	9.442,00
Outras Transferências Correntes	2.671.940,61	2.345.510,78	3.524.661,31	3.156.000,43	3.156.891,22	4.211.247,22	1.748.412,33	3.188.429,48	1.412.720,64	4.880.767,08	1.584.908,83	2.903.055,67	34.594.545,80	82.486.954,00
Transferências da LC 61/1989	115.871,24	125.203,87	113.889,11	121.748,29	135.050,49	144.339,84	138.482,42	117.242,57	114.561,13	124.683,11	135.591,59	132.143,81	1.518.787,47	1.794.620,00
Transferências da LC 87/1996	35.880,66	35.880,66	35.880,66	35.880,66	35.880,66	150.889,00	36.594,43	36.594,43	0,00	36.693,26	36.696,21	36.729,30	513.699,93	444.532,00
Transferências do FUNDEB	4.389.598,91	4.737.561,85	4.775.622,84	4.640.571,10	5.223.696,97	5.196.739,45	5.282.903,39	5.153.378,47	4.757.000,43	4.762.966,51	5.270.676,63	4.959.426,23	59.150.112,78	66.392.444,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.317.359,61	2.091.315,33	2.388.359,12	1.814.800,42	1.642.889,72	2.318.354,33	2.395.017,84	2.878.343,18	2.445.035,68	2.311.207,57	2.555.417,80	2.529.724,21	27.687.804,81	37.759.367,00
DEDUÇÕES (II)	3.464.599,37	3.476.568,82	3.325.340,49	3.380.162,59	3.674.086,64	4.238.396,12	3.846.462,72	3.882.088,23	2.896.698,40	3.945.884,82	4.062.477,23	3.869.089,69	44.041.796,17	42.434.861,00
Compensação Financ. entre Regimes Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contrib. para o Plano de Previdência do Servidor	837.272,61	625.005,55	631.545,98	628.989,69	686.080,21	1.268.638,91	655.090,15	642.221,00	32.040,82	710.078,54	719.466,43	730.741,79	297.778,83	160.000,00
Contrib. Prev em Regime de Parcelamento de Débitos	111.674,22	112.168,46	53.966,60	176.825,40	116.796,66	118.563,10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	680.084,44	0,00
Contrib. Prev. Regime de Parc. de Débitos - RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	119.869,10	122.448,18	124.382,97	126.501,55	128.614,57	129.982,54	751.808,91	1.020.000,00
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	2.515.652,54	2.739.391,81	2.639.837,91	2.554.237,50	2.891.209,77	2.851.194,11	3.071.503,52	3.117.389,05	2.740.274,61	2.853.400,50	2.987.388,06	3.193.458,93	34.154.838,31	35.350.024,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	31.264.317,69	27.620.815,82	29.977.831,56	28.812.340,52	30.994.827,05	37.668.763,86	30.855.628,63	59.913.733,72	38.347.760,49	35.202.264,73	34.672.287,01	34.135.733,43	419.467.292,51	486.143.939,00
NOTES:														

FONTE:

SAO JOSE , 30/07/2014

ADELIANA DAL PONT  
Prefeita MunicipalANTÔNIO CARLOS VIEIRA  
Secretário de FinançasGUIDO LUIZ HINCKEL  
Contador Geral - CRC 15.213-SC

Município de SAO JOSE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)				R\$ 1,00	
RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014	
			Até o Bimestre/2013		
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)					
RECEITAS CORRENTES					
Receita de Contribuições dos Segurados	6.906.000,00	6.906.000,00	1.898.090,51	4.434.688,03	
Pessoal Civil	6.906.000,00	6.906.000,00	1.898.090,51	4.434.688,03	
Ativo	5.886.000,00	5.886.000,00	1.639.483,40	3.682.879,12	
Inativo	5.886.000,00	5.886.000,00	1.639.483,40	3.682.879,12	
Pensionista	5.871.000,00	5.871.000,00	1.446.089,84	3.478.139,79	
Para Cobertura de Déficit Atuarial	15.000,00	15.000,00	193.393,56	204.739,33	
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	
(-)/DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	11.791.107,00	11.791.107,00	2.894.323,32	8.283.318,41	
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	18.697.107,00	18.697.107,00	4.792.413,83	12.718.006,44	
DESPESAS					
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)					
ADMINISTRAÇÃO					
Despesas Correntes	8.835.000,00	8.835.000,00	1.269.624,65	3.698.973,41	
Despesas de Capital	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	
PREVIDÊNCIA SOCIAL					
Pessoal Civil	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	
Aposentadorias	8.785.000,00	8.785.000,00	1.269.624,65	3.698.973,41	
Pensões	7.700.000,00	7.700.000,00	1.204.540,70	3.502.308,82	
Outros Benefícios Previdenciários	6.500.000,00	6.500.000,00	1.065.864,00	2.949.932,08	
	1.200.000,00	1.200.000,00	138.676,70	552.376,74	
	0,00	0,00	0,00	0,00	



Município de SAO JOSE - SC

Continuação 2/3

## RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

## DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

## ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	1.085.000,00	1.085.000,00	65.083,95	196.664,59
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	1.085.000,00	1.085.000,00	65.083,95	196.664,59
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIA) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)</b>	<b>8.835.000,00</b>	<b>8.835.000,00</b>	<b>1.269.624,65</b>	<b>3.698.973,41</b>
<b>RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)</b>	<b>9.862.107,00</b>	<b>9.862.107,00</b>	<b>3.522.789,18</b>	<b>9.019.033,03</b>
<b>APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR</b>	<b>PREVISÃO INICIAL</b>	<b>PREVISÃO ATUALIZADA</b>	<b>No Bimestre</b>	<b>Até o Bimestre/2014</b>
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Piano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Piano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS</b>				
Valor				11.306.107,00
<b>BENS E DIREITOS DO RPPS</b>	<b>MAIO</b>	<b>PERÍODO DE REFERÊNCIA</b>	<b>2014</b>	<b>2013</b>
Caixa	0,00	0,00	0,00	842,55
Bancos Conta Movimento	20.001.699,26	15.524,52	109.797,13	
Investimentos	78.013.123,99	100.474.755,67	77.160.246,81	
<b>RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS</b>	<b>PREVISÃO INICIAL</b>	<b>PREVISÃO ATUALIZADA</b>	<b>No Bimestre</b>	<b>Até o Bimestre/2014</b>
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	11.791.107,00	11.791.107,00	2.894.323,32	8.283.318,41
RECEITAS CORRENTES (VII)	11.791.107,00	11.791.107,00	2.894.323,32	8.283.318,41
Receita de Contribuições Patronais	11.791.107,00	11.791.107,00	2.894.323,32	8.283.318,41
Pessoal Civil	11.791.107,00	11.791.107,00	2.894.323,32	8.283.318,41
Ativo	11.791.107,00	11.791.107,00	2.894.323,32	8.283.318,41

Continua 2/3

Município de SAO JOSE - SC

Continuação 3/3

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		Até o Bimestre/2013
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014	
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = (VIII + IX - X)</b>	<b>11.791.107,00</b>	<b>11.791.107,00</b>	<b>2.894.323,32</b>	<b>8.283.318,41</b>	<b>6.510.080,23</b>
DESPESAS					
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		Até o Bimestre/2013
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014	
ADMINISTRAÇÃO	-	0,00	-	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

FONTE:

SAO JOSE , 30/07/2014

ADELIANA DAL PONT Prefeita Municipal	ANTÔNIO CARLOS VIEIRA Secretário de Finanças	GUIDO LUIZ HINCKEL Contador Geral CRC 15.213-SC
-----------------------------------------	-------------------------------------------------	----------------------------------------------------

Município de SAO JOSE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 30 Abr 2014 (B)	Em 30 Jun 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	39.086.842,09	39.596.286,97	40.177.823,73
DEDUÇÕES (II)	41.572.148,42	81.314.390,86	75.431.406,22
Disponibilidade de Caixa Bruta	54.283.501,76	93.225.083,45	89.056.742,34
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	1.594,10
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	12.711.353,34	11.910.692,59	13.626.930,22
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-2.485.306,33	-41.718.103,89	-35.253.582,49
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)</b>	<b>-2.485.306,33</b>	<b>-41.718.103,89</b>	<b>-35.253.582,49</b>

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Jun 2014 (C - A)
<b>VALOR</b>	<b>6.464.521,40</b>	<b>-32.768.276,16</b>

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
<b>META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>	<b>-49.824.593,00</b>

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 30 Abr 2014 (B)	Em 30 Jun 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	85.321.262,73	94.515.826,72	100.358.666,36
Disponibilidade de Caixa Bruta	7.725,43	58.404,52	15.524,52
Investimentos	85.316.498,72	94.596.172,38	100.474.755,67
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	2.961,42	138.750,18	131.613,83
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	-85.321.262,73	-94.515.826,72	-100.358.666,36
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)</b>	<b>-85.321.262,73</b>	<b>-94.515.826,72</b>	<b>-100.358.666,36</b>

FONTE:

SAO JOSE , 30/07/2014

ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA  
Secretário de Finanças

GUIDO LUIZ HINCKEL  
Contador Geral CRC 15.213-SC

Município de SAO JOSE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)</b>	<b>501.222.617,00</b>	<b>70.084.911,89</b>	<b>237.863.289,18</b>	<b>205.675.448,36</b>
Receita Tributária	151.611.254,00	20.725.900,03	91.536.547,59	67.677.986,65
I.P.T.U.	35.752.204,00	2.166.892,16	35.055.992,43	26.359.470,20
I.S.S.	43.896.174,00	8.034.888,23	21.582.201,59	18.089.382,48
I.T.B.I.	26.040.185,00	3.820.717,80	9.715.404,88	9.035.386,78
I.R.R.F.	7.082.822,00	1.013.351,12	2.597.473,23	1.667.308,97
Outras Receitas Tributárias	38.839.869,00	5.690.050,72	22.585.475,46	12.526.438,22
Receita de Contribuição	21.208.944,00	4.817.156,22	13.636.475,41	19.606.691,05
Receitas Previdenciárias	18.697.107,00	4.792.413,83	12.718.006,44	11.085.689,66
Outras Contribuições	2.511.837,00	24.742,39	918.468,97	8.521.001,39
Receita Patrimonial Líquida	83.500,00	0,00	408,30	28.631,32
Receita Patrimonial	3.880.766,00	3.368.121,80	8.088.062,01	2.878.080,46
(-) Aplicações Financeiras	3.797.266,00	3.368.121,80	8.087.653,71	2.849.449,14
Transferências Correntes	290.279.492,00	39.429.755,98	117.546.273,17	108.008.736,12
F.P.M.	39.829.942,00	7.029.731,06	21.307.368,08	19.848.918,35
I.C.M.S.	81.454.434,00	13.856.289,20	40.641.452,86	36.065.584,74
Convênios	29.971.300,00	309.103,13	1.428.465,96	2.052.517,89
Outras Transferências Correntes	139.023.816,00	18.234.632,59	54.168.986,27	50.041.715,14
Demais Receitas Correntes	38.039.427,00	5.112.099,66	15.143.584,71	10.353.403,22
Dívida Ativa	17.699.417,00	2.175.510,57	7.701.029,73	5.133.795,70
Diversas Receitas Correntes	20.340.010,00	2.936.589,09	7.442.554,98	5.219.607,52
<b>RECEITAS DE CAPITAL (II)</b>	<b>267.626.982,00</b>	<b>3.278.567,03</b>	<b>6.819.092,28</b>	<b>2.885.607,50</b>
Operações de Crédito (III)	50.134.741,00	1.326.457,46	3.174.831,24	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	5.639.200,00	0,00	0,00	1.000.000,00
Transferências de Capital	211.853.041,00	1.952.109,57	3.644.261,04	1.885.607,50
Convênios	206.169.941,00	1.952.109,57	3.644.261,04	1.785.607,50
Outras Transferências de Capital	5.683.100,00	0,00	0,00	100.000,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)</b>	<b>211.853.041,00</b>	<b>1.952.109,57</b>	<b>3.644.261,04</b>	<b>1.885.607,50</b>
<b>RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)</b>	<b>713.075.658,00</b>	<b>72.037.021,46</b>	<b>241.507.550,22</b>	<b>207.561.055,86</b>
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
<b>DESPESAS CORRENTES (VIII)</b>	<b>451.606.541,52</b>	<b>66.660.609,75</b>	<b>178.070.264,85</b>	<b>140.584.079,37</b>
Pessoal e Encargos Sociais	203.562.080,42	35.904.710,94	100.446.542,60	86.371.051,55
Juros e Encargos da Dívida (IX)	2.000.000,00	286.667,49	624.383,63	596.218,53
Outras Despesas Correntes	246.044.461,10	30.469.231,32	76.999.338,62	53.616.809,29
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)</b>	<b>449.606.541,52</b>	<b>66.373.942,26</b>	<b>177.445.881,22</b>	<b>139.987.860,84</b>
<b>DESPESAS DE CAPITAL (XI)</b>	<b>334.280.050,79</b>	<b>10.642.064,47</b>	<b>19.088.099,03</b>	<b>7.637.164,57</b>
Investimentos	330.280.050,79	9.897.143,77	16.979.249,43	6.183.331,67
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	4.000.000,00	744.920,70	2.108.849,60	1.453.832,90
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)</b>	<b>330.280.050,79</b>	<b>9.897.143,77</b>	<b>16.979.249,43</b>	<b>6.183.331,67</b>
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)</b>	<b>11.356.107,00</b>	-	-	-

Município de SAO JOSE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)</b>	<b>11.356.107,00</b>	-	-	-
<b>DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)</b>	<b>791.242.699,31</b>	<b>76.271.086,03</b>	<b>194.425.130,65</b>	<b>146.171.192,51</b>
<b>RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)</b>	<b>-78.167.041,31</b>	<b>-4.234.064,57</b>	<b>47.082.419,57</b>	<b>61.389.863,35</b>
<b>SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	-	-	8.143.486,97	0,00
Superávit Financeiro	-	-	8.143.486,97	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE
<b>META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>				<b>16.360.660,00</b>

FONTE:

SAO JOSE , 30/07/2014

\_\_\_\_\_  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

\_\_\_\_\_  
ANTÔNIO CARLOS VIEIRA  
Secretário de Finanças

\_\_\_\_\_  
GUIDO LUIZ HINCKEL  
Contador Geral CRC 15.213-SC

Município de SÃO JOSE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS				RP NÃO PROCESSADOS				
	Inscritos		Saldo	Cancelados	Pagos	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2013							
PODER/ÓRGÃO									
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	873.434,82	10.534.402,65	308.447,81	1.409.233,71	9.690.155,95	10.019.202,45	9.622.519,01	48.999,69	4.482.102,96
EXECUTIVO									
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	842.103,03	9.230.237,49	221.515,99	1.409.182,94	8.441.641,59	9.078.160,97	8.854.906,96	39.918,92	3.846.123,71
ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	333,61	346.876,91	333,61	29.335,74	317.541,17	110.321,08	18.990,00	32.474,60	58.998,26
GABINETE DA PREFEITA	2.986,94	31.007,10	0,00	6.652,06	27.341,98	2.113.851,01	2.075.872,73	0,00	37.978,28
GABINETE DO VICE-PREFEITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.233,08	0,00	0,00	1.233,08
SECRET. DE DESENVOLV. ECON. CIÊNCIA E TECN	480.143,50	78.963,26	4.901,26	56,20	554.149,30	7.235,40	16.361,20	0,00	3.238,20
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	0,00	85.966,57	-0,00	12.102,47	73.864,10	229.094,48	204.853,34	0,00	24.241,69
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	36.850,41	0,00	1.905,63	34.944,78	125.428,32	99.941,47	4,34	25.482,51
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	10.551,32	6.597.225,47	216.281,12	505.355,49	5.886.140,18	759.851,85	759.851,85	0,00	138.211,01
SECRETARIA DE FINANÇAS	0,00	19.295,12	0,00	268,50	19.026,62	29.252,66	16.099,18	1.551,46	11.602,02
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	298.579,57	1.731.697,71	1.209.025,93	821.251,35	1.209.025,93	39.712,72	4.122.999,54	1.690,41	2.857.274,59
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇ	1.348,09	3.104,43	0,00	1.348,09	3.104,43	6.940.561,41	4.122.999,54	0,00	54.949,85
SECRETARIA DE RECEITA	48.160,00	56.495,14	101.852,41	2.802,73	101.852,41	1.690,41	69.208,28	0,00	35.412,30
SECRETARIA DE SEGURANÇA, DEFESA SOCIAL E	0,00	228.596,44	0,00	27.411,41	201.185,03	2.051.029,02	1.456.640,87	5.888,52	588.499,63
SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS	0,00	14.158,93	0,00	693,27	13.465,66	0,00	15.137,48	0,00	9.002,29
FUNDAÇÃO CULTURAL E TURISMO DE SAO JOSE	2.216,60	20.131,98	15.821,84	0,00	6.526,74	209.406,66	143.723,65	457,25	208.949,41
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO	2.216,60	20.131,98	15.821,84	0,00	6.526,74	209.406,66	143.723,65	457,25	208.949,41
FUNDAÇÃO DE MEIO AMBIENTE DE SAO JOSE	14.575,88	14.671,49	29.140,60	15,33	91,44	53.212,37	16.602,31	0,00	36.610,06
FUND. MUNIC. DO MEIO AMB. E DESENV. SUSTEN	14.575,88	14.671,49	29.140,60	15,33	91,44	53.212,37	16.602,31	0,00	36.610,06
FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE SAO JOSE	0,00	2.111,83	0,00	0,00	2.111,83	17.427,99	5.103,52	9.080,77	3.243,70
FUNDAÇÃO MUNICIPAL EDUCACIONAL	0,00	2.111,83	0,00	0,00	2.111,83	17.427,99	5.103,52	9.080,77	3.243,70
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES - FUNESJ	3.475,00	19.297,39	22.756,23	16,16	0,00	299,73	13.340,41	0,00	93.978,55
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER	3.475,00	19.297,39	22.756,23	16,16	0,00	299,73	13.340,41	0,00	93.978,55
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE SAO JOSE	10.934,48	72.574,89	11.177,93	0,52	72.330,92	104.047,01	70.599,22	0,00	33.447,79
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL	1.171,46	0,00	1.171,46	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL	0,00	72.564,59	243,95	0,00	72.320,64	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL	406,04	0,00	406,04	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL	0,00	10,30	0,00	0,02	10,28	7.000,61	7.000,61	0,00	0,00
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL	9.161,30	0,00	9.160,80	0,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL	195,68	0,00	195,68	0,00	0,00	26.108,04	26.108,04	0,00	1.597,09
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUN. INFANCIA ADOLESC. SAO JOSE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL INFANCIA E ADOLESCENTE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUN. REAPARELHAMENTO PROC. GERAL E	129,83	1.530,72	229,82	18,55	229,82	69.341,27	37.480,57	0,00	31.850,70
FUNDO DE REAPARELHAMENTO DA PROCURADO	129,83	1.530,72	229,82	18,55	229,82	69.341,27	37.480,57	0,00	31.850,70
FUNDO MUNIC. DE HABITACAO DE SAO JOSE-FMH	0,00	108.429,00	0,00	0,00	108.429,00	113.676,05	111.529,90	0,00	2.146,15
FUNDO MUNICIPAL DE HABITACAO	0,00	108.429,00	0,00	0,00	108.429,00	113.676,05	111.529,90	0,00	2.146,15
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOSE	0,00	1.033.079,95	0,00	0,00	1.033.079,95	11.529,90	11.529,90	0,00	35.405,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOSE	0,00	1.033.079,95	0,00	0,00	1.033.079,95	11.529,90	11.529,90	0,00	35.405,00
SÃO JOSE PREVIDENCIA-AUTARQUIA	0,00	8.296,75	6.623,04	0,21	1.673,50	3.266,31	2.719,38	0,00	546,93
SÃO JOSE PREVIDÊNCIA - AUTARQUIA	0,00	8.296,75	6.623,04	0,21	1.673,50	3.266,31	2.719,38	0,00	546,93
LEGISLATIVO									
CAMARA DE VEREADORES DE SAO JOSE	0,00	24.041,16	0,00	0,00	24.041,16	360.558,83	360.558,83	0,00	221.383,54
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTARIO S) (II)	-	1.306.477,29	-	-	1.306.477,29	-	-	-	-
EXECUTIVO									
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	784.352,55	0,00	0,00	784.352,55	0,00	0,00	0,00	0,00
ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	0,00	304.340,66	0,00	0,00	304.340,66	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	0,00	480.011,89	0,00	0,00	480.011,89	0,00	0,00	0,00	0,00





MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO					
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>1- RECEITAS DE IMPOSTOS</b>	129.614.389,00	129.614.389,00	17.170.581,82	76.113.678,64	58,72
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	48.257.829,00	48.257.829,00	3.970.663,18	41.032.847,25	85,03
1.1.1- IPTU	35.752.204,00	35.752.204,00	2.166.892,16	35.055.992,43	98,05
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	1.481.849,00	1.481.849,00	48.349,35	76.592,95	5,17
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	7.756.405,00	7.756.405,00	1.300.747,94	4.583.986,47	59,10
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	3.267.371,00	3.267.371,00	454.673,73	1.316.275,40	40,29
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	26.040.185,00	26.040.185,00	3.820.717,80	9.715.404,88	37,31
1.2.1- ITBI	26.040.185,00	26.040.185,00	3.820.717,80	9.715.404,88	37,31
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	48.233.553,00	48.233.553,00	8.365.849,72	22.767.953,28	47,20
1.3.1- ISS	43.896.174,00	43.896.174,00	8.034.888,23	21.582.201,59	49,17
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	596.792,00	596.792,00	21.266,93	53.373,97	8,94
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	2.969.461,00	2.969.461,00	256.728,41	959.047,48	32,30
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	771.126,00	771.126,00	52.966,15	173.330,24	22,48
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	7.082.822,00	7.082.822,00	1.013.351,12	2.597.473,23	36,67
1.4.1- IRRF	7.082.822,00	7.082.822,00	1.013.351,12	2.597.473,23	36,67
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</b>	176.750.118,00	176.750.118,00	30.892.535,41	89.805.041,95	50,81
2.1- Cota-Parte FPM	49.787.428,00	49.787.428,00	8.787.163,74	26.634.209,77	53,50
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	49.787.428,00	49.787.428,00	8.787.163,74	26.634.209,77	53,50
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	101.818.043,00	101.818.043,00	17.320.361,29	50.801.940,38	49,89
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	444.532,00	444.532,00	73.425,51	183.307,63	41,24
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	1.794.620,00	1.794.620,00	267.735,40	762.684,63	42,50
2.5- Cota-Parte ITR	9.442,00	9.442,00	1.326,46	6.457,36	68,39
2.6- Cota-Parte IPVA	22.896.053,00	22.896.053,00	4.442.523,01	11.416.442,18	49,86
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)</b>	<b>306.364.507,00</b>	<b>306.364.507,00</b>	<b>48.063.117,23</b>	<b>165.918.720,59</b>	<b>54,16</b>
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO</b>	—	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE</b>	7.593.506,00	7.593.506,00	1.012.519,84	2.903.730,14	38,24
5.1- Transferências do Salário-Educação	7.466.756,00	7.466.756,00	1.012.367,00	2.903.365,22	38,88
5.2- Transferências Diretas - PDDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.4- Transferências Diretas - PNATE	87.900,00	87.900,00	0,00	0,00	0,00
5.5- Outras Transferências do FNDE	37.500,00	37.500,00	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	1.350,00	1.350,00	152,84	364,92	27,03
<b>6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS</b>	3.400.000,00	3.400.000,00	291.748,05	495.420,23	14,57
6.1- Transferências de Convênios	3.400.000,00	3.400.000,00	291.748,05	495.420,23	14,57
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>	—	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO</b>	4.446.660,00	4.446.660,00	506.424,14	1.051.151,77	23,64
<b>9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)</b>	<b>15.440.166,00</b>	<b>15.440.166,00</b>	<b>1.810.692,03</b>	<b>4.450.302,14</b>	<b>28,82</b>
FUNDEB					
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB</b>	35.350.024,00	35.350.024,00	6.180.846,99	17.963.414,67	50,82
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	9.957.486,00	9.957.486,00	1.757.432,68	5.326.841,69	53,50
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	20.363.609,00	20.363.609,00	3.464.072,09	10.160.487,52	49,90
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	88.906,00	88.906,00	14.637,76	36.594,40	41,16
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	358.924,00	358.924,00	55.947,09	154.936,90	43,17
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	1.888,00	1.888,00	265,29	1.291,44	68,40
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	4.579.211,00	4.579.211,00	888.492,08	2.283.262,72	49,86
<b>11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB</b>	66.488.252,00	66.488.252,00	10.312.762,06	30.397.708,94	45,72
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	66.392.444,00	66.392.444,00	10.230.102,86	30.186.351,66	45,47
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	95.808,00	95.808,00	82.659,20	211.357,28	220,61
<b>12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)</b>	<b>31.042.420,00</b>	<b>31.042.420,00</b>	<b>4.049.255,87</b>	<b>12.222.936,99</b>	<b>39,37</b>
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	56.832.334,00	58.503.149,42	11.881.253,56	31.104.132,63	53,17
13.1- Com Educação Infantil	22.866.803,00	22.866.803,00	5.610.638,99	14.708.237,65	64,32
13.2- Com Ensino Fundamental	33.965.531,00	35.636.346,42	6.270.614,57	16.395.894,98	46,01
14- OUTRAS DESPESAS	9.655.918,00	9.655.918,00	954.678,44	2.847.157,96	29,49
14.1- Com Educação Infantil	2.502.000,00	3.852.000,00	218.345,80	368.109,35	9,56
14.2- Com Ensino Fundamental	7.153.918,00	5.803.918,00	736.332,64	2.479.048,61	42,71
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	66.488.252,00	68.159.067,42	12.835.932,00	33.951.290,59	49,81
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
16.1 - FUNDEB 60%					—
16.2 - FUNDEB 40%					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
17.1 - FUNDEB 60%					0,00
17.2 - FUNDEB 40%					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
INDICADORES DO FUNDEB					
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)					33.951.290,59
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério' (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %					102,32
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %					9,37
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %					-11,69
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2013 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					0,00
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2014 *					0,00
<b>MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB</b>					
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3º)	76.591.126,75	76.591.126,75	12.015.779,31	41.479.680,15	54,16
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	42.252.556,00	50.605.393,67	10.371.395,24	23.583.112,90	46,60
23.1- Creche	12.421.953,00	15.873.953,00	974.000,76	3.543.700,09	22,32
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	12.421.953,00	15.873.953,00	974.000,76	3.543.700,09	22,32
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	80.105.684,00	74.119.499,03	11.432.631,90	30.635.895,70	41,33
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	41.119.449,00	41.440.264,42	7.006.947,21	18.874.943,59	45,55
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	38.986.235,00	32.679.234,61	4.425.684,69	11.760.952,11	35,99
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	122.358.240,00	124.724.892,70	21.804.027,14	54.219.008,60	43,47
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					12.222.936,99
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					211.357,28
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					—
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO*					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					12.434.294,27
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) - (37))					41.784.714,33
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					25,18
<b>OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE</b>					
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	7.520.000,00	11.716.564,31	562.630,18	2.003.134,49	17,10
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	5.807.090,00	7.676.551,13	539.750,83	692.857,10	9,03
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	13.327.090,00	19.393.115,44	1.102.381,01	2.695.991,59	13,90
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	135.685.330,00	144.118.008,14	22.906.408,15	56.915.000,19	39,49

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2014 (g)
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	3.800.997,93	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	30.186.351,66	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	33.378.565,79	0,00
49.1 Orçamento do Exercício	31.248.678,28	0,00
49.2 Restos a Pagar	2.129.887,51	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	211.357,28	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	820.141,08	0,00

SAO JOSE , 30/07/2014

ADELIANA DAL PONT	ANTÔNIO CARLOS VIEIRA	GUIDO LUIZ HINCKEL
Prefeita Municipal	Secretário de Finanças	Contador Geral CRC 15.213-SC

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

³ Caput do art. 212 da CF/1988

⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

Município de SAO JOSE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)		SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO' (I)	50.134.741,00	3.174.831,24		46.959.909,76
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO NÃO EXECUTADO (g)=(d)-(e+f))
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
DESPESAS DE CAPITAL	334.280.050,79	19.088.099,03	0,00	315.191.951,76
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	334.280.050,79	19.088.099,03	0,00	315.191.951,76
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-284.145.309,79	-15.913.267,79		-268.232.042,00

FONTE:

SAO JOSE , 30/07/2014

ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA  
Secretário de Finanças

GUIDO LUIZ HINCKEL  
Contador Geral CRC 15.213-SC

**AUTARQUIA SÃO JOSÉ PREVIDÊNCIA - SJPREV****Decreto Nº 2578/2014**

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
Gabinete da Prefeita  
DECRETO Nº 2578/2014  
CONCEDE APOSENTADORIA NA FORMA QUE ESPECIFICA.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições concedidas pelo disposto no art. 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal, c/c a Lei Municipal n.º 2.248/91 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e considerando o que consta no Processo nº 8758/2014 e com base no artigo 40, §7º, I, da Constituição Federal,

**DECRETA:**

Art. 1º - Conceder Pensão Vitalícia a PAULO PEDRO MEDEIROS, viúvo da servidora Vera Lúcia Medeiros, matrícula 11672, falecida em 20/04/2014, no valor correspondente a totalidade dos proventos da servidora, sendo 100% (cem por cento) de pensão vitalícia, a contar de 20/04/2014, com o benefício revisto na mesma proporção e na mesma data do Regime Geral de Previdência Social.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 21 de abril de 2014.

Paço Municipal em São José (SC), 25 de abril de 2014.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

CONSTÂNCIO KRUMMEL MACIEL NETO  
Presidente da São José Previdência

**Decreto Nº 2922/2014**

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
Gabinete da Prefeita

DECRETO Nº 2922/2014  
CONCEDE APOSENTADORIA NA FORMA QUE ESPECIFICA.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições concedidas pelo disposto no art. 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal, c/c a Lei Municipal n.º 2.248/91 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e considerando o que consta no Processo nº 1028/2014 e com base no artigo 40, §1º, inciso III, "b" da Constituição Federal com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 20 de 15 de dezembro de 1998,

**DECRETA:**

Art. 1º - FICA CONCEDIDA a aposentadoria voluntária por idade, para a servidora CAROLINA REGINALDO SANTOS, matrícula 1545, ocupante do cargo de Trabalhadora Braçal, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com proventos proporcionais a 83,33% (oitenta e três vírgula trinta e três por cento), com base na média dos salários de contribuição, sendo o benefício revisto na mesma proporção e na mesma data definida para o Regime Geral da Previdência Social, não tendo desta forma direito à paridade.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01 de julho de 2014.

Paço Municipal em São José (SC), 09 de julho de 2014.  
ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

CONSTÂNCIO KRUMMEL MACIEL NETO  
Presidente da São José Previdência

**Decreto Nº 2683/2014**

PUBLICADO NO D.O.M.

Edição: \_\_\_\_\_

De: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
Gabinete da Prefeita

DECRETO Nº 2683/2014  
CONCEDE APOSENTADORIA NA FORMA QUE ESPECIFICA.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições concedidas pelo disposto no art. 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal, c/c a Lei Municipal n.º 2.248/91 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e considerando o que consta no Processo nº 10238/2014 e com base no artigo 40, parágrafo 1, inciso II, da Constituição Federal;

**DECRETA:**

Art. 1º - FICA CONCEDIDA a aposentadoria compulsória, para o servidor MARCO AURÉLIO DA SILVA, matrícula 1728, ocupante do cargo de Pedagogo, lotado na Secretaria Municipal de Educação, com proventos proporcionais, calculados com base na média dos 80% (oitenta por cento) melhores salários de contribuição, não tendo direito à paridade, o benefício será revisto na mesma proporção e na mesma data do Regime Geral da Previdência Social.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 19 de janeiro de 2014.

Paço Municipal em São José (SC), 16 de maio de 2014.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

LUÍS FABIANO DE ARAUJO GIANNINI  
Presidente da São José Previdência e.e.

**Decreto Nº 2808/2014**

DECRETO Nº 2808/2014  
RETIFICA APOSENTADORIA NA FORMA QUE ESPECIFICA.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições concedidas pelo disposto no art. 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal, c/c a Lei Municipal n.º 2.248/91 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e considerando o que determina o Artigo 2º da Emenda Constitucional nº 70 de 29 de março de 2012 e o processo TCE APE 11/00341711.

**DECRETA:**

Art. 1º - RETIFICAR o artigo 2º do Decreto nº 31.493/2010, que aposentou a servidora Claudete Rodrigues Machado Ogibovski, matrícula 2718, quanto a forma da aposentadoria,

ONDE SE LÊ: "Os proventos decorrentes deste benefício, calculados em conformidade com a Lei Federal nº 10.887, de 18 de junho de 2004 e Leis Complementares Municipais nºs 005/2002 e 019/2005, terão por valor inicial a quantia de R\$ 744,82 (setecentos e quarenta e quatro reais e oitenta e dois centavos)..."

LEIA-SE: "O benefício decorrente desta aposentadoria por

invalidez, com proventos proporcionais a 50,63% (cinquenta vírgula sessenta e três por cento), calculados em conformidade a Emenda Constitucional nº 70 de 29 de março de 2012, terão como base a última remuneração do cargo efetivo, composto de: horas normais e quinquênio, sendo o benefício revisto na mesma proporção e na mesma data definida para os servidores ativos, tendo como valor inicial a quantia de R\$ 870,49 (oitocentos e setenta reais e quarenta e nove centavos)..."

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos financeiros a 29 de março de 2012.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de junho de 2014.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

CONSTÂNCIO KRUMMEL MACIEL NETO  
Presidente da São José Previdência

### **Decreto Nº 2859/2014**

DECRETO Nº 2859/2014  
RETIFICA APOSENTADORIA NA FORMA QUE ESPECIFICA.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições concedidas pelo disposto no art. 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal, c/c a Lei Municipal n.º 2.248/91 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e considerando o que determina o despacho exarado no processo TCE/SC @PPA 12/00325033,

DECRETA:

Art. 1º - RETIFICAR o artigo 1º do Decreto nº 36.565/2012, que concedeu pensão a Roselba Elaine Costa, matrícula 207, quanto à fundamentação legal,

ONDE SE LÊ: "Nos termos do artigo 40, § 7º, inciso I da Constituição Federal, ...".

LEIA-SE: "Nos termos do artigo 40, § 7º, inciso II da Constituição Federal, ...".

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 26 de junho de 2014.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

CONSTÂNCIO KRUMMEL MACIEL NETO  
Presidente da São José Previdência

### **Decreto Nº 2856/2014**

DECRETO Nº 2856/2014  
RETIFICA APOSENTADORIA NA FORMA QUE ESPECIFICA.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições concedidas pelo disposto no art. 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal, c/c a Lei Municipal n.º 2.248/91 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e considerando o que determina o despacho exarado no processo TCE/SC APE 12/00378820,

DECRETA:

Art. 1º - RETIFICAR os Decretos nº.s 36.880/2012 e 1765/2013, que aposentou a servidora MARA MARIA DORNBUSCH LOPES, matrícula 14069, quanto ao valor inicial dos proventos,

ONDE SE LÊ: "Os proventos decorrentes deste benefício, calculados em conformidade com a Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004 e Leis Complementares nº.s. 005/2002 e 019/2005 terão por valor inicial a quantia de R\$ 1.045,93 (um mil quarenta e cinco reais e noventa e três centavos), ...".

LEIA-SE: "Os proventos decorrentes deste benefício, calculados em conformidade com a Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004 e Leis Complementares nº.s. 005/2002 e 019/2005 terão por valor inicial a quantia de R\$ 1.002,37 (um mil e vinte e dois reais e trinta e sete centavos), sendo o benefício revisto na mesma proporção e na mesma data definida para o Regime Geral da Previdência Social.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a 15 de junho de 2012.

Paço Municipal em São José (SC), 26 de junho de 2014.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

CONSTÂNCIO KRUMMEL MACIEL NETO  
Presidente da São José Previdência

### **Decreto Nº 2757/2014**

PUBLICADO NO D.O.M.

Edição: \_\_\_\_\_

De: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

Gabinete da Prefeita

DECRETO Nº xxx/2014

CONCEDE APOSENTADORIA NA FORMA QUE ESPECIFICA.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições concedidas pelo disposto no art. 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal, c/c a Lei Municipal n.º 2.248/91 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e considerando o que consta no Processo nº 8638/2014 e com base no artigo 6º, da Emenda Constitucional nº 41 de 19/12/2003,

DECRETA:

Art. 1º - FICA CONCEDIDA a aposentadoria voluntária, para a servidora MARIA LUCIA DA CRUZ NASCIMENTO, matrícula 2797, ocupante do cargo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com proventos integrais, calculados com base na última remuneração do cargo efetivo, composto de vencimento, quinquênio, adicional de pós-graduação e 40% regência de classe, sendo o benefício revisto na mesma proporção e na mesma data definida para os servidores ativos, tendo desta forma direito a paridade.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 06 de junho de 2014.

Paço Municipal em São José (SC), 03 de junho de 2014.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

CONSTÂNCIO KRUMMEL MACIEL NETO  
Presidente da São José Previdência



**Decreto Nº 2741**

PUBLICADO NO D.O.M.

Edição: \_\_\_\_\_

De: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

Gabinete da Prefeita

DECRETO Nº 2741/2014

CONCEDE APOSENTADORIA NA FORMA QUE ESPECIFICA.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições concedidas pelo disposto no art. 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal, c/c a Lei Municipal n.º 2.248/91 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e considerando o que consta no Processo nº 10238/2014 e com base no artigo 40, § I, inciso II, da Constituição Federal;

DECRETA:

Art. 1º - FICA CONCEDIDA a aposentadoria compulsória, para a servidora DEOLINDA DE OLIVEIRA, matrícula 13962, ocupante do cargo de Auxiliar de Ensino, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com proventos proporcionais, calculados com base na média dos 80% (oitenta por cento) melhores salários de contribuição, não tendo direito à paridade, o benefício será revisto na mesma proporção e na mesma data do Regime Geral da Previdência Social.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 23 de maio de 2014.

Paço Municipal em São José (SC), 30 de maio de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

CONSTÂNCIO KRUMMEL MACIEL NETO

Presidente da São José Previdência

**Decreto Nº 2680/2014**

PUBLICADO NO D.O.M.

Edição: \_\_\_\_\_

De: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

Gabinete da Prefeita

DECRETO Nº 2680/2014

CONCEDE APOSENTADORIA NA FORMA QUE ESPECIFICA.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições concedidas pelo disposto no art. 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal, c/c a Lei Municipal n.º 2.248/91 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e considerando o que consta no Processo nº 13748/2013 e com base no artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 47 de 06/07/2005,

DECRETA:

Art. 1º - FICA CONCEDIDA a aposentadoria voluntária, para a servidora ANISIA GARCIA, matrícula 1165, ocupante do cargo de Atendente de Saúde Pública, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, com proventos integrais, calculados com base na última remuneração do cargo efetivo, composto de vencimento, quinquênio e insalubridade, sendo o benefício revisto na mesma proporção e na mesma data definida para os servidores ativos, tendo desta forma direito a paridade.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 12 de maio de 2014.

Paço Municipal em São José (SC), 14 de maio de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

LUÍS FABIANO DE ARAUJO GIANNINI

Presidente Interino

**Decreto Nº 2857/2014**

PUBLICADO NO D.O.M.

Edição: \_\_\_\_\_

De: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

Gabinete da Prefeita

DECRETO Nº 2857/2014

RETIFICA APOSENTADORIA NA FORMA QUE ESPECIFICA.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições concedidas pelo disposto no art. 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal, c/c a Lei Municipal n.º 2.248/91 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e considerando o Processo APE-10/00291593, do Tribunal de Contas do Estado,

DECRETA:

Art. 1º - RETIFICAR o artigo 1º do Decreto nº 30.122/2009, que concede a aposentadoria do servidor PEDRO GENTIL, matrícula 1770, vez que deixou de incluir a devida fundamentação legal,

ONDE SE LÊ: Art.1º "... nos termos do Artigo 40, §1º, I, da Constituição Federal e Artigo 25, I, da Lei Complementar Municipal nº. 005/2002,..."

LEIA-SE: Art. 1º "... nos termos do Artigo 40, §1º, I, da Constituição Federal, do Artigo 25, I, da Lei Complementar Municipal nº 005/2002, bem como do Artigo 70, inciso V c/c VII, da Lei Complementar 202/2000 e do Artigo 109 da Resolução TC-06/2001 de 06/11/2001,..."

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a 15 de abril de 2009.

Paço Municipal em São José (SC), 26 de junho de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

CONSTÂNCIO KRUMMEL MACIEL NETO

Presidente da São José Previdência

**Decreto Nº 2827/2014**

PUBLICADO NO D.O.M.

Edição: \_\_\_\_\_

De: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

Gabinete da Prefeita

DECRETO Nº 2827/2014

RETIFICA APOSENTADORIA NA FORMA QUE ESPECIFICA.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições

concedidas pelo disposto no art. 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal, c/c a Lei Municipal n.º 2.248/91 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e considerando o processo TCE/APE 10/00616646,

**DECRETA:**

Art. 1º - RETIFICAR o artigo 2º do Decreto nº 31.036/2009, que aposentou o servidor JAIME MANOEL DE ANDRADE, matrícula 135, quanto ao valor inicial dos proventos,

ONDE SE LÊ: Art. 2º ... tendo por valor inicial a quantia de R\$ 1.387,21 (um mil, trezentos e oitenta e sete reais e vinte e um centavos), devendo ser arcado pela Autarquia São José Previdência.

LEIA-SE: Art. 2º ... tendo por valor inicial a quantia de R\$ 1.368,61 (um mil trezentos e sessenta e oito reais e sessenta e um centavos), devendo ser arcado pela Autarquia São José Previdência.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a 10 de dezembro de 2009.

Paço Municipal em São José (SC), 25 de junho de 2014.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

CONSTÂNCIO KRUMMEL MACIEL NETO  
Presidente da São José Previdência

## São José do Cedro

### PREFEITURA

#### **Extrato Pregão Presencial N.89/2014**

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº89/2014  
REGISTRO DE PREÇO

O Município de São José do Cedro, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, Lei Federal 10.520/02 e Decreto Municipal nº 5.253/2013, promove Processo Licitatório nº 89/2014, Edital de Pregão Nº 89/2014 para Registro de Preço, sendo o Objeto: Registro de preços para aquisição de material didático e material de expediente para uso e manutenção da secretaria de educação e unidades de ensino do município. Recebimento dos envelopes das propostas e habilitação até às 14:00 horas do dia 12/08/2014. Abertura dos envelopes e julgamento às 14:00 horas do dia 12/08/2014, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Jorge Lacerda 1049, São José do Cedro - SC, maiores informações, pelo e-mail [compras@prefcedro.sc.gov.br](mailto:compras@prefcedro.sc.gov.br) ou telefone: 0xx49-36430247, no Depto de Compras, das 07:45h às 11:45h e das 13:30h às 17:30, site da Prefeitura ou.

São José do Cedro - SC.  
Antonio Plinio de Castro Silva  
Prefeito Municipal.

# São Lourenço do Oeste

## PREFEITURA

### Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso Nº 184, de 01 de Abril de 2013.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 184, DE 01 DE ABRIL DE 2013.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 184, de 01/04/2013, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A394T47Y, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7739, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 01 de junho de 2014.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

### Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso Nº 204, de 01 de Abril de 2013.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 204, DE 01 DE ABRIL DE 2013.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 204, de 01/04/2014, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A394T93T, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7751, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 01 de junho de 2014.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

### Decreto Nº 4.921, de 30 de Julho de 2014.

DECRETO Nº 4.921, DE 30 DE JULHO DE 2014.

Aprova o Regimento Interno do Conselho Municipal de Habitação - COMHAB.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 55, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, em conformidade com o disposto na Lei Municipal nº 1.609, de 13 de setembro de 2006, alterada pela Lei Municipal nº 2.146, de 20 de março de 2014, e com as determinações da Lei Municipal nº 1.723, de 26 de dezembro de 2007 e suas alterações posteriores,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o Regimento Interno do Conselho Municipal de Habitação - COMHAB - na forma do Anexo Único deste Decreto.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 30 de julho de 2014.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO

(Decreto nº 4.921, de 30 de julho de 2014)

REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO - COMHAB

CAPÍTULO I

## DA NATUREZA E COMPOSIÇÃO

Art. 1º O Conselho Municipal de Habitação - COMHAB - é órgão consultivo e deliberativo, responsável pela formulação da Política de Habitação e por promover a sua implementação, mediante aprovação de Projetos e Programas Habitacionais.

Parágrafo único. Está inserida na Política de Habitação, a ser formulada e implementada pelo Conselho, a Política Municipal de Interesse Social.

### Seção I

Dos Membros do Conselho

Art. 2º O Conselho Municipal de Habitação - COMHAB - tem sua composição definida na Lei Municipal nº 1.609, de 13 de setembro de 2006, alterada pela Lei Municipal nº 2.146, de 20 de março de 2014, e seus membros serão nomeados por ato expedido pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.

Parágrafo único. Cada Conselheiro terá um suplente que assumirá, automaticamente, nas ausências e impedimentos do titular.

Art. 3º O Conselho Municipal de Habitação elegerá, entre seus pares, quando convocado para esta finalidade, os membros para compor sua Diretoria Executiva, sendo um Presidente, um Vice-Presidente e um Secretário(a).

## CAPÍTULO II

### DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

#### Seção I

Do Mandato dos Conselheiros

Art. 4º O mandato dos Conselheiros será exercido pelo período de 02 (dois) anos, ficando expressamente vedada a concessão de qualquer tipo de remuneração, vantagem ou benefício de natureza pecuniária, sendo considerada, sua participação, de relevante serviço prestado ao Município.

Art. 5º Perderá o mandato o Conselheiro que ausentar-se sem justificativa, a 03 (três) sessões ordinárias consecutivas ou 05 (cinco) alternadamente, devendo assumir, imediatamente, seu suplente.

Parágrafo único. Se as ausências do suplente também atingirem os limites previstos no caput deste artigo, a entidade representada será demandada para que indique novos representantes (titular e suplente), para completarem o mandato.

#### Seção II

Das Reuniões do Conselho

Art. 6º As sessões plenárias do Conselho Municipal de Habitação - COMHAB - serão realizadas ordinariamente a cada mês, segundo o cronograma fixado no início de cada exercício e, extraordinariamente, mediante convocação do Prefeito Municipal, do Presidente do Conselho, ou, ainda, mediante requerimento da maioria de seus membros, sendo exigida, nesta hipótese, justificativa por escrito do Presidente.

§ 1º As reuniões do Conselho Municipal de Habitação - COMHAB - serão iniciadas com a presença de, pelo menos, um terço dos Conselheiros e suas deliberações serão tomadas por maioria de votos dos presentes.

§ 2º A primeira reunião do COMHAB ocorrerá no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da publicação do ato de designação de seus membros.

Art. 7º As reuniões do COMHAB serão lavradas em ata de forma sucinta e a lista de presença fará parte integrante desta.

Art. 8º As reuniões terão duração máxima de 03 (três) horas cada, prorrogáveis por no máximo, 30 (trinta) minutos, a critério dos Conselheiros, sendo desenvolvidas observando-se a seguinte

ordem:

- I - expediente;
- II - deliberação
- III - palavra livre;
- IV - encerramento.

§ 1º O expediente terá duração máxima de 15 (quinze) minutos e abrangerá:

- I - leitura, discussão e votação da ata da sessão anterior;
- II - apresentação, pelo secretário, dos avisos, comunicações, correspondências e documentos de interesse do Conselho;
- III - leitura da pauta.

§ 2º A deliberação compreende a discussão e votação dos assuntos da pauta, sendo que o Presidente do Conselho, em função da extensão da pauta, definirá no início da reunião, o tempo máximo para discussão de cada assunto, e por via de consequência, limitará o tempo de manifestação de cada Conselheiro acerca daquele assunto.

§ 3º Anunciada a apreciação de um assunto, far-se-á a exposição da matéria, passando-se à discussão e a posterior votação. Neste caso, o Conselheiro que desejar manifestar-se quanto ao tema em discussão deverá solicitar a palavra, que será concedida por ordem de inscrição.

§ 4º Ao proceder à votação, o Presidente deverá solicitar a manifestação da plenária quanto aos votos favoráveis, contrários e às abstenções, somente sendo admitido o uso da palavra para declaração de voto ou pedido de questão de ordem.

§ 5º Para os efeitos de registro em ata, somente serão consideradas declarações de voto, se o Conselheiro expressamente requerer.

§ 6º A decisão de matéria constante da pauta poderá ser aditada por deliberação do Conselho, a pedido de qualquer de seus membros, desde que devidamente justificada.

§ 7º As deliberações do Conselho Municipal de Habitação serão objeto de Resoluções a serem expedidas pelo Presidente do Conselho.

### Seção III

#### Das Competências do Conselho

Art. 9º Compete ao Conselho Municipal de Habitação:

- I - fixar critérios para a priorização de linhas de ações, definir diretrizes e estratégias para a implementação da Política Municipal de Habitação, projetos e programas a respeito, especialmente no que concerne à Política Municipal de Habitação de Interesse Social e ao Plano de Habitação de Interesse Social, observada a legislação que rege a matéria;
- II - deliberar sobre a divulgação das formas e critérios de ingresso, promovendo ações que visem ao acesso dos usuários na política habitacional desenvolvida no Município;
- III - aprovar diretrizes e normas para a gestão dos recursos financeiros destinados à habitação;
- IV - acompanhar a execução dos programas sociais de habitação;
- V - cumprir e fazer cumprir, no âmbito municipal, a Política de Habitação, bem como, toda a legislação pertinente;
- VI - convocar, com a maioria de seus membros, justificando por escrito ao Presidente do Conselho Municipal de Habitação, reunião extraordinária, propondo a pauta;
- VII - promover e articular, quando necessário, reuniões com os demais Conselhos existentes no Município;
- VIII - propor medidas de aprimoramento para o desempenho do Conselho Municipal de Habitação, bem como outras formas de atuação, visando à consecução dos objetivos dos programas habitacionais;
- IX - participar das audiências públicas e conferências para debater e avaliar critérios de alocação de recursos, bem como discutir acerca do Plano Habitacional de Interesse Social no âmbito do Município;
- X - estimular e incentivar a permanente atualização e aperfeiçoamento dos serviços públicos municipais e de seus servidores,

- ligados à área de regularização fundiária e habitação;
- XI - tomar parte nas discussões e votações;
- XII - colaborar com o bom andamento dos trabalhos;
- XIII - desempenhar os encargos que lhes forem atribuídos;
- XIV - aprovar o Regimento Interno e promover suas alterações, quando necessário;
- XV - cumprir as determinações deste Regimento.

Parágrafo único. Também compete ao Conselho Municipal de Habitação - COMHAB - em virtude do disposto na Lei Municipal nº 1.723, de 26 de dezembro de 2007 e suas alterações posteriores, bem como outra norma que eventualmente venha a sucedê-la, exercer as atribuições de Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social (FHIS), com as seguintes atribuições:

- I - estabelecer diretrizes e fixar critérios para a priorização de linhas de ação, alocação de recursos do Fundo de Habitação de Interesse Social e atendimento dos beneficiários dos programas habitacionais, observado o disposto em Lei, a Política e o Plano Municipal de Habitação;
- II - aprovar orçamentos, planos de aplicação e metas anuais e plurianuais dos recursos do Fundo de Habitação de Interesse Social;
- III - fixar critérios para a priorização de linhas de ações;
- IV - deliberar sobre as contas do FHIS;
- V - dirimir dúvidas quanto à aplicação das normas regulamentares, aplicáveis ao FHIS, nas matérias de sua competência.

Art. 10. É dever do Conselheiro o comparecimento às sessões, tanto ordinárias quanto extraordinárias, cabendo o voto ao titular, devendo este justificar previamente ou na reunião seguinte, por escrito, a impossibilidade de comparecimento à reunião.

Parágrafo único. Quando o titular estiver impedido ou impossibilitado de comparecer deverá comunicar o fato ao respectivo suplente, em tempo, para que ocorra a substituição, passando este a exercer o direito ao voto na respectiva sessão.

### Subseção I

#### Da Competência do Presidente

Art. 11. Compete ao Presidente do Conselho Municipal de Habitação:

- I - presidir as sessões, coordenando os trabalhos, resolvendo as questões de ordem, conduzindo os debates, apurando as votações e estabelecendo os procedimentos necessários para resolver situações de impasse;
- II - representar o Conselho, supervisionar seus serviços e assegurar seu funcionamento;
- III - convocar reuniões ordinárias e extraordinárias;
- IV - o voto de desempate nas deliberações do Conselho;
- V - organizar a pauta e o calendário das reuniões;
- VI - assinar as correspondências do Conselho;
- VII - comunicar às entidades e/ou órgãos representados no Conselho, as ausências de seus representados que excedam às previstas por este Regimento Interno e solicitar sua substituição;
- VIII - estabelecer, ouvido o Conselho Municipal de Habitação, as diretrizes, prioridades e estratégias para a implementação da Política Municipal de Habitação e Plano Habitacional, nestes incluídos o Plano de Habitação de Interesse Social e a Política Municipal de Habitação de Interesse Social;
- IX - ouvido o COMHAB, elaborar a proposta orçamentária, acompanhar e auxiliar no controle da execução do orçamento e dos planos de aplicação anuais e plurianuais dos recursos do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social - FHIS, em consonância com a legislação vigente;
- X - submeter à apreciação do Conselho Municipal de Habitação as contas do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social - FHIS, sem prejuízo das competências e prerrogativas dos órgãos de controle interno e externo
- XI - expedir Resoluções, na forma aprovada pelo Conselho Municipal de Habitação;



XII - auxiliar o Conselho Municipal de Habitação com estudos técnicos necessários ao exercício de suas atividades.

Parágrafo único. O Presidente do Conselho Municipal Habitação será substituído, nas suas ausências e impedimentos, por representante da Secretaria Municipal de Assistência Social.

#### Subseção II Do Vice-Presidente

Art. 12. Compete ao Vice-Presidente substituir o Presidente do Conselho Municipal de Habitação nas suas ausências e impedimentos, cabendo a este, nesta condição, as atribuições descritas no artigo anterior.

#### Subseção III Do Secretário

Art. 13. A função de Secretário será exercida, preferencialmente, por um servidor público municipal, escolhido pelo próprio Conselho, competindo-lhe:

I - organizar, juntamente com o Presidente, a pauta dos trabalhos para cada sessão;

II - enviar material aos conselheiros e suplentes;

III - redigir as atas das reuniões;

IV - inscrever as pessoas presentes à reunião que quiserem manifestar sua opinião sobre determinado assunto da pauta;

V - organizar espaços físicos e materiais das reuniões do Conselho;

VI - colher a assinatura dos conselheiros na lista de presença;

VII - digitar e expedir a correspondência a ser assinada pelo Presidente;

VIII - manter em arquivos os documentos expedidos e recebidos pelo Conselho;

IX - manter atualizado o controle da frequência dos Conselheiros;

X - comunicar ao Presidente quais os Conselheiros que excederam as ausências previstas por este Regimento Interno.

§ 1º Os Conselheiros deverão receber, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias da reunião ordinária, preferencialmente via correio eletrônico:

I - a ata da reunião anterior;

II - a pauta da reunião;

III - em avulso, o material objeto da pauta.

§ 2º O membro do Conselho que tiver assunto a ser incluído na pauta deverá, com antecedência mínima de 10 (dez) dias, encaminhá-la por escrito, preferencialmente, via correio eletrônico, ao Secretário, que o submeterá à apreciação do Presidente.

§ 3º O Secretário deverá encaminhar aos Conselheiros, no prazo de 15 (quinze) dias após a reunião, preferencialmente via correio eletrônico, a ata da reunião anterior, sendo que estes deverão devolvê-la, devidamente analisada e com as alterações que julgarem necessárias, até 10 (dez) dias antes da próxima reunião.

#### CAPÍTULO III DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 14. O Conselho Municipal de Habitação - COMHAB - reunir-se-á em local previamente definido na Convocação.

Art. 15. A reunião extraordinária obedecerá a forma deste Regimento e sua pauta limitar-se-á ao assunto que deu causa à convocação.

Art. 16. Poderão participar das reuniões, a convite dos membros do Conselho ou de seu Presidente, com direito a voz, representantes de órgãos públicos e de entidades privadas, cuja área de competência se relacione com o assunto a ser discutido.

Art. 17. Todas as reuniões serão abertas à comunidade, que poderá manifestar-se, mediante inscrição prévia junto ao Secretário do Conselho, sobre o assunto em pauta que for de seu interesse,

tendo, no máximo, 03 (três) minutos para defender seu ponto de vista.

Art. 18. O Município expedirá documento de identificação aos membros do Conselho.

Art. 19. Quaisquer alterações deste Regimento serão propostas em sessão do Conselho, discutidas e votadas em sessões posteriores.

Art. 20. Os casos omissos serão decididos pelo Plenário.

Art. 21. Este Regimento Interno entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 30 de julho de 2014.  
GERALDINO CARDOSO  
Prefeito Municipal

#### **Resolução Nº 001/2014 - Conselho Municipal de Habitação**

SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC

CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

Resolução nº 001/2014

Dispõe sobre as deliberações do conselho Municipal de Habitação em reunião ordinária realizada no dia 30 de junho de 2014 e dá outras providências.

O Conselho Municipal de Habitação do Município de São Lourenço do Oeste - SC, no uso de suas atribuições legais e considerando o que preconiza o Plano Municipal de Habitação de Interesse Social, resolve:

Art. 1º Aprovar as propostas debatidas e aprovadas pelos conselheiros presentes na reunião ordinária do conselho:

A) Critérios locais para a seleção de famílias ao Programa Habitacional - faixa 1, rendimento de até R\$ 1.600,00 ( um mil e seiscentos reais);

1 - Maior número de filhos menores;

2 - Cadastro mais antigo

B) Nome para o Programa Habitacional Local: Morar Bem

C) Regimento Interno do CMH

D) Adesão do município de SLO ao programa de Assistência Técnica Pública e Gratuita para projetos de construção, ampliação, e reforma de moradias de interesse social;

E) Visita do conselho à famílias beneficiadas pelo Programa de Habitação Rural;

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste 30 de junho de 2014.

JOÃO ANTONIO GARCIAS

Presidente do Conselho Municipal de Habitação

**Resolução Nº 001/2014 - Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social**

RESOLUÇÃO Nº 001/2014.

Aprova o Relatório de Gestão do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social e a Proposta de Criação do Programa de Reforma Habitacional de Interesse Social, e dá outras providências.

O CONSELHO GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 1.723, de 26 de dezembro de 2007, e suas alterações posteriores;

CONSIDERANDO a aprovação do Relatório de Gestão do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social e da Proposta de Criação do Programa de Reforma Habitacional de Interesse Social, pelo Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social - FHIS, por unanimidade, na sessão ordinária do dia 29 de julho de 2014;

**RESOLVE:**

Art. 1º Fica aprovado o Relatório de Gestão do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social - FHIS, na forma do Anexo I desta Resolução.

Art. 2º Fica aprovada a Proposta de Criação do Programa de Reforma Habitacional de Interesse Social, na forma do Anexo II desta Resolução.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 31 de julho de 2014.

JOÃO ANTONIO GARCIAS

Presidente do Conselho Gestor do Fundo Municipal de

Habitação de Interesse Social - FHIS

**ANEXO I**

(Resolução nº 001/2014, do Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social)

**RELATÓRIO DE GESTÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL**

São Lourenço do Oeste - SC, 31 de julho de 2014.

JOÃO ANTONIO GARCIAS

Presidente do Conselho Gestor do Fundo Municipal de

Habitação de Interesse Social - FHIS

**ANEXO II**

(Resolução nº 001/2014, do Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social)

**PROPOSTA DE CRIAÇÃO DO PROGRAMA DE REFORMA HABITACIONAL DE INTERESSE SOCIAL**

São Lourenço do Oeste - SC, 31 de julho de 2014.

JOÃO ANTONIO GARCIAS

Presidente do Conselho Gestor do Fundo Municipal de

Habitação de Interesse Social - FHIS

**Retificação do Extrato do Termo de Permissão de Uso Nº 001/2014.**

RETIFICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO DE PERMISSÃO DE USO Nº 001/2014.

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Geraldino Cardoso, no uso de suas atribuições, TORNA PÚBLICA a retificação do extrato do Termo de Permissão de Uso nº 001/2014, publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC, em data de 21/07/2014 - edição nº 1531 - pág. 439, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Origem: Lei Municipal nº 2.172, de 16 de julho de 2014.

Permitente: MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Permissionário: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA - IFSC, do MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO, CNPJ nº 11.402.887/0001-60.

Objeto: A permissão de uso gratuito do prédio público, em alvenaria, com área de 1.593,02m<sup>2</sup> (um mil, quinhentos e noventa e três vírgula zero dois metros quadrados), edificado sobre parte da chácara número 01, com área de 5.000m<sup>2</sup> (cinco mil metros quadrados), situado no Distrito de Frederico Wastner, neste Município de São Lourenço do Oeste, conforme matrícula de nº 5.059, do Cartório de Registro de Imóveis.

Data da assinatura: 17 de julho de 2014.

Vigência: A permissão de uso será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada mediante Termo Aditivo, até o limite do prazo estabelecido no parágrafo único do art. 1º da Lei Municipal nº 2.172, de 16 de julho de 2014.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste) - pelo Permitente e Maria Clara Kaschny Schneider (Magnífica Reitora do IFSC) - pelo Permissionário

# São Pedro de Alcântara

## PREFEITURA

### Lei Nº 878, de 28 de Julho de 2014

LEI Nº 878, DE 28 DE JULHO DE 2014

“Reforça Crédito Especial no Orçamento Fiscal Vigente da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara.”

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a reforçar o crédito especial no total de R\$30.000,00 (trinta mil reais) na dotação abaixo identificada:

07 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS  
07.01.26.782.10.1.069 - Pavimentação de Ruas a Asfalto R\$ 30.000,00  
4.4.90.00.00.00.00.00.0.0.00.0 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

Art. 2º - Para atender o artigo 1º desta Lei, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a anular no total de R\$30.000,00 (trinta mil reais) a dotação abaixo identificada:

03 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
03.01.04.122.3.1.009 - Aquisição de um terreno  
para Área Industrial R\$ 30.000,00  
4.4.90.00.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 29 de julho de 2014.

JUCÉLIO KREMER  
Prefeito Municipal

### Demonstrativo Consolidado dos Limites Até o 1º Semestre de 2014

MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA - SC - PODER EXECUTIVO

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2014/ SEMESTRE JANEIRO-JUNHO

RGF - ANEXO VI ( LRF, art. 55, inciso III, alínea “b”)

		RESTOS A PAGAR		
DESTINAÇÃO DE RECURSOS	Liquidados e não Pagos	Empenhados e não liquidados	Disponibilidade de caixa líquida (antes da inscrição em restos a pagar não processados do exercício)	Empenhos não liquidados (antes da inscrição dos cancelados) não inscritos por insuficiência financeira)
	De exerc anteriores	De exerc anteriores		
Recursos Ordinários	_____ 555,40	_____ 22.323,24	1.687.157,49	
Recursos ordinário/saude		_____ 1.316,72	28.181,87	
Atenção Básica	-----	----- 810,00	390.138,89	
Farmácia Básica		_____ 12,00	3.762,92	
COSIP		_____ 631,39	228.171,55	
Transporte Escolar Estadual		_____ 5.530,00	25.063,59	
Salário-educação		_____ 8.550,00	144.987,28	
TOTAL VINCULADO		----- 15.533,39	792.124,23	
TOTAL ORDINÁRIO	_____ 555,40	_____ 23.639,96	1.715.339,36	



FONTE: SECRETARIA DE FINANÇAS

Jucélio Kremer  
Prefeito MunicipalAna Cláudia Pauli de Amorim  
Contadora CRC/19.469**Demonstrativo dos Restos A Pagar Janeiro A Junho 2014/ Semestre Janeiro-Junho**

MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA - SC - PODER EXECUTIVO

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2014/ SEMESTRE JANEIRO-JUNHO

RGF - ANEXO VI ( LRF, art. 55, inciso III, alínea "b")

		RESTOS A PAGAR		
DESTINAÇÃO DE RECURSOS	Liquidados e não Pagos	Empenhados e não liquidados	Disponibilidade de caixa líquida (antes da inscrição em restos a pagar não processados do exercício)	Empenhos não liquidados cancelados) não inscritos por insuficiência financeira)
	De exerc Do exerc anteriores	De exer Do exerc anteriores		
Recursos Ordinários	_____ 555,40	_____ 22.323,24	1.687.157,49	
Recursos ordinário/saude		_____ 1.316,72	28.181,87	
Atenção Básica	-----	----- 810,00	390.138,89	
Farmácia Básica		_____ 12,00	3.762,92	
COSIP		_____ 631,39	228.171,55	
Transporte Escolar Estadual		_____ 5.530,00	25.063,59	
Salário-educação		_____ 8.550,00	144.987,28	
TOTAL VINCULADO		----- 15.533,39	792.124,23	
TOTAL ORDINÁRIO	_____ 555,40	_____ 23.639,96	1.715.339,36	

FONTE: SECRETARIA DE FINANÇAS

Jucélio Kremer  
Prefeito MunicipalAna Cláudia Pauli de Amorim  
Contadora CRC/19.469**Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentaria Janeiro A Junho 2014/Semestre Janeiro - Junho**

Município de São Pedro de Alcântara

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2014/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

LRF, Art. 48 - Anexo XVIII R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTARIO	No Bimestre	Ate o Bimestre
<b>RECEITAS</b>		
Previsão Inicial		15.259.742,00
Previsão Atualizada		15.259.742,00
Receitas Realizadas		7.685.217,50
Déficit Orçamentário		0,00
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados p/ Créditos adicionais)	2.932.204,26	314.045,83
<b>DESPESAS</b>	4.959.394,22	15.259.742,00
Dotação Inicial	2742.332,13	2.277.814,82
Créditos Adicionais		17.537.556,82
Dotação Atualizada		9.873.182,98
Despesas Empenhadas		5.583.524,82
Despesas Liquidadas		2.101.692,68
Superávit Orçamentário		

DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	No Bimestre	Ate o Bimestre
Despesas Empenhadas	4.959.394,22	9.873.182,98
Despesas Liquidadas	2.742.332,13	5.583.524,82

RECEITA CORRENTE LIQUIDA - RCL	Ate o Semestre
Receita Corrente Liquida	12.302.108,92

RECEITAS/DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDENCIA	No Bimestre	Ate o Bimestre
Regime Próprio de Previdência Dos Servidores		
Receitas Previdenciárias Realizadas (IV)	289.227,11	723.828,99
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)	48.346,05	142.681,04
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	240.881,06	581.147,95

RESULTADOS NOMINAL E PRIMARIO	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado ate o Bimestre (b)	% em Relação à Meta
Resultado Nominal	25.674,00	-1.146.582,00	-4.465,93
Resultado Primario	97.428,00	1.226.252,01	1.258,62

RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTERIO PUBLICO	Inscrição	Cancelamento ate o Bimestre	Pagamento ate o Bimestre	Saldo a pagar
POR PODER E MINISTERIO PUBLICO				
Restos a Pagar Processados Executivo	15.950,64 15.950,64	0,00 0,00	15.395,24 15.395,24	555,40 555,40
Restos a Pagar Não-Processados Executivo	459.041,27 459.041,27	4.040,64 4.040,64	415.827,28 415.827,28	39.173,35 39.173,35
<b>TOTAL:</b>	<b>474.991,91</b>	<b>4.040,64</b>	<b>431.222,52</b>	<b>39.728,75</b>

DESPESAS COM AÇÕES TIPI-CAS DE MDE	Valor Apurado ate o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% aplicado ate o Bimestre
Mínimo Anual de <18%/25%> das Receitas de Impostos em MDE	1.570.494,85	25%	29,65%
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental	721.284,91	60%	97,16%

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CREDITO E DESPESAS DE CAPITAL	Valor Apurado ate o Bimestre	Saldo não realizado
Receitas de Operações de Credito	359.650,00	-159.650,00
Despesas de Capital Liquida	953.788,22	6.010.835,22

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDENCIA	2014	2022	2032	2047
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	632.073,23	401.727,23	140.531,75	646,87
Despesas Previdenciárias (V)	339.982,44	390.750,09	648.922,20	329.381,36
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	292.090,79	10.977,14	(508.390,45)	(328.734,49)

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor Apurado ate o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	206.250,00	-186.250,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	206.250,00	0,00

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PUBLICOS DE SAUDE	Valor Apurado ate o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado ate o semestre
Despesas próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde.	619.194,60	15%	11,69%

FONTE: SECRETARIA DE FINANÇAS

SÃO PEDRO DE ALCANTARA, 29 DE JULHO DE 2014.

JUCÉLIO KREMER  
Prefeito Municipal

ANA CLAUDIA PAULI DE AMORIM  
Contadora CRC/SC 19.469

Michele Maia da Silva  
Sec. Adm. Finanças e Planejamento

### Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa Janeiro A Junho 2014/ Semestre Janeiro - Junho

MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA- SC - PODER EXECUTIVO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2014/ SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RGF - Anexo V ( LRF, art. 55, inciso III, aliena "a")

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LIQUIDA (c) = (a-b)
Atenção Básica	390.138,89	27.147,28	362.991,61
Vigilancia em Saúde	40.218,88	0,00	40.218,88
Farmacia Basica	3.762,92	152,50	3.610,42
Convenio/VIGISUS	9.503,94	0,00	9.503,94
Saúde movimento	28.181,87	96.080,40	(67.898,53)
Alienação de Bens destinados a Programas de Saúde	120,04	0,00	120,04
Vigilancia Sanitaria	1.624,93	0,00	1.624,93
TOTAL SAUDE	473.551,47	123.380,18	350.171,29
Transporte Escolar Estadual	25.063,59	13.590,45	11.473,14
Transferência Fundeb	16.010,40	0,00	16.010,40
Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE	4.353,74	2.619,62	1.734,12
Transferência Cide	1.401,30	0,00	1.401,30
Fundo Especial do Petróleo	44.810,10	0,00	44.810,10
Salário-Educação	144.987,28	632,50	144.354,78
Transferência IGD/Bolsa Família	4.211,86	0,00	4.211,86
Transferência PNAE.PNAC	3.852,75	2.433,40	1.419,35

Piso Básico Variável	3.730,32	0,00	3.730,32
Transf. De Convênios - SSP e outros	180.544,18	2.236.479,67	(2.055.935,49)
ORDINARIO/PREFEITURA	1.680.512,65	1.404.892,54	275.620,11
COSIP	228.171,55	148.085,03	80.086,52
TOTAL PREFEITURA	2.337.649,72	3.808.733,21	(1.471.083,49)
INSPA			
Recursos Vinculados	6.189.246,00	3.816,79	6.185.429,21

Fonte: Secretaria de Finanças

Jucélio Kremer  
Prefeito Municipal

Ana Cláudia Pauli de Amorim  
Contadora CRC/SC 19.469/SC

Michele Maia da Silva  
Secretaria de Adm. Finanças e Planejamento

### Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa Janeiro A Junho 2014/ Semestre Janeiro - Junho

MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA- SC - PODER LEGISLATIVO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2014/ SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RGF - Anexo V ( LRF, art. 55, inciso III, aliena "a")

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LIQUIDA (c) = (a-b)
ORDINARIO	6.644,84	6.644,84	0,00
TOTAL	6.644,84	6.644,84	0,00

Fonte: Secretaria de Finanças

Jucélio Kremer  
Prefeito Municipal

Ana Cláudia Pauli de Amorim  
Contadora CRC/SC 19.469/SC

Michele Maia da Silva  
Secretaria de Adm. Finanças e Planejamento

### Controle da Origem E dos Investimentos com Ensino 3º Bimestre de 2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
CONTROLE DA ORIGEM E DOS INVESTIMENTOS COM ENSINO  
3º BIMESTRE DE 2014

1- BASE DE CÁLCULO DA ORIGEM DOS RECURSOS	
Receitas Oriundas de Impostos	Arrecadação até o mês
1.1- IPTU	279.346,30
1.2- ITBI	48.343,79
1.3- ISS	237.067,49
1.4- FPM	3.039.732,94
1.5- IRRF	63.141,05
1.6- ITR	696,71
1.7- ICMS EXPORTAÇÃO	4.915,40
1.8- ICMS	1.346.717,00
1.9- IPVA	200.023,09

1.10- IPI EXPORTAÇÃO	20.422,92		
1.11- Dívida Ativa de Impostos	53.889,65		
1.12 - Multas e Juros de Mora	1.965,91		
TOTAL:	5.296.262,25		
2- ORIGEM DOS RECURSOS VINCULADOS A EDUCAÇÃO			
Especificação	Acumulado até o mês		
2.1- 25 %das Receitas Oriundas de Impostos	1.324.065,56		
2.2- Cota Parte do FUNDEF	742.381,38		
2.3- Convênios	149.838,09		
2.4 - Superávit Financeiro de Convênios Vinculados à Educação	126.231,03		
2.5 - Rendimento de Aplicação Financeira	8.514,57		
TOTAL:	2.351.030,63		
3- APLICAÇÃO			
Especificação	Exigência Legal (1)	Realizada (2)	Diferença ( 3)
3.1- Contribuição ao Fundef	922.362,27	922.500,36	138,09
3.2- Professor em Efet. Exerc.	445.428,83	721.284,91	275.856,08
3.3- Ensino Fundamental	698.655,84	669.090,96	(29.564,88)
3.4 - Convênio	284.583,69	71.298,56	(213.285,13)
TOTAL	2.351.030,63	2.384.174,79	33.144,16

OBS: 1- Este formulário deverá ser publicado bimestralmente Art. 72 da Lei de diretrizes e Bases.

2- O atendimento aos percentuais mínimos exigidos, deverão ser apurados trimestralmente;

Art.69 da lei de Diretrizes e Bases.

29,65 % APLICADO São Pedro de Alcântara,07 DE JULHO DE 2014

PREFEITO MUNICIPAL

CONTADOR

SECR. MUNIC. DA EDUCAÇÃO

### Demonstrativo Consolidado dos Limites Até o 1º Semestre de 2014

Município de SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA-PODER LEGISLATIVO

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DOS LIMITES

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

ATÉ O 1º SEMESTRE DE 2014

LRF, Artigo 48 - Anexo VII

R\$

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Total da Despesa Líquida com Pessoal para fins de Apuração do Limite - TPD	421.010,69	3,42%
Limite Máximo ( Incisos I,II,III Art 20 LRF)	738.126,54	6,00%
Limite Prudencial ( Único , Art. 22 da LRF)	701.220,21	5,7%
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	---2.424.319,27	-19,71
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	14.762.530,70	120,00
GARANTIA DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	2.706.463,96	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Interna e Externas	0,00	0,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00

Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de  
Crédito Internas e Externas 1.968.337,43 16,00

Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de  
Crédito por Antecipação da Receita 861.147,62 7,00

RESTOS A PAGAR	INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	SUFICIÊNCIA ANTES DA IINSCR. DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
----------------	---------------------------------------------	----------------------------------------------------------------

Valor apurado nos Demonstrativos Respectivos 0,00 0,00

SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, 29 DE JULHO DE 2014.

JUCÉLIO KREMER  
PREFEITO MUNICIPAL

ANA CLÁUDIA PAULI DE AMORIM  
CONTADORA CRC/ 19.469/SC

### Demonstrativo da Despesa com Pessoal Julho/2013 A Junho/2014

Município de São Pedro de Alcântara-SC-Poder Legislativo

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JULHO/2013 A JUNHO/2014

LRF, Artigo 55, Inciso I, Alínea a - Anexo I

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESA LIQUIDADA JULHO/2013 A JUNHO/2014
----------------------	----------------------------------------------

DESPESAS LÍQUIDA COM PESSOAL (I)	421.010,69	
Pessoal Ativo	421.010,69	
Pessoal Inativo e Pensionista	(-) Despesas não Computadas ( Art. 19, 1º da LRF)	0,00
Indenizações e Demissões e Incentivos a Demissão Voluntária	0,00	
Decorrentes de Decisão judicial	0,00	
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	
Inativos e Pensionista com Recursos Vinculados	0,00	
OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO ( ART. 18 1º DA LRF) ( II)	0,00	
REPASSE PREVIDENCIÁRIO AO REGIME PRÓRIO DE PREVIDÊNC SOCIAL ( III)	0,00	
Contribuições Patronais	0,00	

TOTAL DAS DESPESAS COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP (IV) = ( I II III)	421.010,69
--------------------------------------------------------------------------------------------	------------

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL ( V)	12.302.108,92
% TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP - sobre a RCL (IV/V) 100	3,42 %
LIMITE MÁXIMO - ( Incisos I, II, III, Art. 20 da LRF - 6%	738.126,53
LIMITE PRUDENCIAL ( UNICO, Art. 22 da LFR ) - 5,7%	701.220,21
LIMITE DE ALERTA ( inciso II do § 1º do art.59 da LRF ) - 5,4%	664.313,88

SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, 29 de julho de 2014.

JUCÉLIO KREMER  
PREFEITO MUNICIPAL

ANA CLÁUDIA PAULI DE AMORIM  
CONTADORA CRC/ 19469/SC



**Portaria N.º 315/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 - Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 315/2014

Concede à servidora FABIANA HAMES, ocupante do cargo Especialista em Educação, lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, licença para atendimento de pessoa da família.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no Art. 102, da Lei Complementar nº. 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder à servidora FABIANA HAMES, licença para atendimento de pessoa da família, pelo período de 15 (quinze) dias, a contar de 23/07/2014.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 23/07/2014.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 25 de julho de 2014.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2014.

**CONTROLE DA ORIGEM E DOS INVESTIMENTOS COM SAÚDE 3º BIMESTRE DE 2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

CONTROLE DA ORIGEM E DOS INVESTIMENTOS COM SAÚDE

3º BIMESTRE DE 2014

1- BASE DE CÁLCULO DA ORIGEM DOS RECURSOS			
Receitas Oriundas de Impostos		Arrecadação até o mês	
1.1- IPTU		279.346,30	
1.2- ITBI		48.343,79	
1.3- ISS		237.067,49	
1.4- FPM		3.039.732,94	
1.5- IRRF		63.141,05	
1.6- ITR		696,71	
1.7- ICMS EXPORTAÇÃO		4.915,40	
1.8- ICMS		1.346.717,00	
1.9- IPVA		200.023,09	
1.10- IPI EXPORTAÇÃO		20.422,92	
1.11- Dívida Ativa de Impostos		53.889,65	
1.12 - Multas e Juros de Mora		1.965,91	
TOTAL:		5.296.262,25	
Especificação		Acumulado até o mês	
2.1- 15% das Receitas Oriundas de Impostos		794.439,34	
2.2-Recursos do PAB, PSF, PACS etc.		330.437,88	
2.3- Convênios da Saúde		0,00	
2.4 - Superávit Financeiro de Convênios Vinculados a Saúde PAB, PSF, etc.		456.247,19	
2.5 - Rendimento de Aplicação Financeira PAB, PSF, PACS etc.		17.789,51	
TOTAL:		1.598.913,92	
3- APLICAÇÃO			
Especificação	Exigência Legal (1)	Realizada (2)	Diferença ( 3)

3.1- Ações Básicas de Saúde - Próprios	794.439,34	619.194,60	(175.244,74)
3.2- Ações Básicas de Saúde, PAB, PSF, PACS etc.	804.474,58	372.664,17	(431.810,41)
3.3- Ações Básicas de Saúde - Convênios	0,00	0,00	0,00
TOTAL:	1.598.913,92	991.858,77	(607.055,15)

São Pedro de Alcântara , 10 de julho de 2014.  
11.69% APLICADO

PREFEITO MUNICIPAL      CONTADOR      SECR. M. DE SAÚDE

# **Demonstrativos da Receita de Alienação de Ativos E Aplicação de Recursos Janeiro A Junho 2014/Bimestre Maio - Junho**

Município de SAO PEDRO DE ALCANTA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
<b>RECEITA DE CAPITAL</b>			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	20.000,00	206.250,00	-186.250,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	20.000,00	206.250,00	-186.250,00
<b>TOTAL</b>	20.000,00	206.250,00	-186.250,00

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO A EXECUTAR (g) = (d) - (e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
Despesas de Capital	206.250,00	206.250,00	0,00	0,00
Investimentos	206.250,00	206.250,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	206.250,00	206.250,00	0,00	0,00

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2013 (h)	Em 2014 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	0,00	0,00	0,00

FONTE:

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Município de SAO PEDRO DE ALCANTA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
<b>RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	<b>14.692.844,00</b>	<b>14.692.844,00</b>	<b>2.812.820,16</b>	<b>19,14</b>	<b>7.405.520,69</b>	<b>50,40</b>
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>11.872.844,00</b>	<b>11.872.844,00</b>	<b>2.285.635,16</b>	<b>19,25</b>	<b>6.644.620,69</b>	<b>55,96</b>
RECEITA TRIBUTÁRIA	916.368,00	916.368,00	326.242,09	35,60	711.802,15	77,68
IMPOSTOS	861.671,00	861.671,00	303.773,46	35,25	625.581,90	72,60
TAXAS	54.697,00	54.697,00	22.468,63	41,08	86.220,25	157,63
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	540.762,00	540.762,00	133.041,31	24,60	348.461,30	64,44
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	347.262,00	347.262,00	63.188,81	18,20	154.678,36	44,54
CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	193.500,00	193.500,00	69.852,50	36,10	193.782,94	100,15
RECEITA PATRIMONIAL	343.500,00	343.500,00	137.456,69	40,02	363.720,61	105,89
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	343.500,00	343.500,00	137.456,69	40,02	363.720,61	105,89
RECEITA DE SERVIÇOS	7.528,00	7.528,00	2.477,00	32,90	7.431,00	98,71
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	9.144.202,60	9.144.202,60	1.652.301,68	18,07	5.101.626,57	55,79
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	8.982.508,60	8.982.508,60	1.616.183,65	17,99	5.029.065,49	55,99
Transf. de Conv.	161.694,00	161.694,00	36.118,03	22,34	72.561,08	44,88
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	920.483,40	920.483,40	34.116,39	3,71	111.579,06	12,12
Multas e Juros de Mora	538.641,25	538.641,25	435,09	0,08	1.965,91	0,36
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	6.000,00	6.000,00	0,00	0,00	4.497,90	74,96
RECEITA DA DIVÍDUA ATIVA	282.022,15	282.022,15	15.042,10	5,33	53.889,65	19,11
RECEITAS DIVERSAS	93.820,00	93.820,00	18.639,20	19,87	51.225,60	54,60
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>2.820.000,00</b>	<b>2.820.000,00</b>	<b>527.185,00</b>	<b>18,69</b>	<b>760.900,00</b>	<b>26,98</b>
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	200.000,00	200.000,00	359.650,00	179,83	359.650,00	179,83
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	200.000,00	200.000,00	359.650,00	179,83	359.650,00	179,83
ALIENAÇÃO DE BENS	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	206.250,00	031,25
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	206.250,00	031,25
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	2.600.000,00	2.600.000,00	167.535,00	6,44	195.000,00	7,50
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	0,00	0,00	-27.465,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	2.600.000,00	2.600.000,00	195.000,00	7,50	195.000,00	7,50
<b>RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	<b>566.898,00</b>	<b>566.898,00</b>	<b>119.384,10</b>	<b>21,06</b>	<b>279.696,81</b>	<b>49,34</b>
<b>RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>566.898,00</b>	<b>566.898,00</b>	<b>119.384,10</b>	<b>21,06</b>	<b>279.696,81</b>	<b>49,34</b>
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	488.370,00	488.370,00	92.036,79	18,85	225.674,32	46,21
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	488.370,00	488.370,00	92.036,79	18,85	225.674,32	46,21
Outras Receitas Correntes Intra-Orçamentárias	78.528,00	78.528,00	27.347,31	34,82	54.022,49	68,79
RECEITAS DECORRENTES DE APORTES PERIÓDICOS P/ AMOR	78.528,00	78.528,00	27.347,31	34,82	54.022,49	68,79
<b>SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)</b>	<b>15.259.742,00</b>	<b>15.259.742,00</b>	<b>2.932.204,26</b>	<b>19,22</b>	<b>7.685.217,50</b>	<b>50,36</b>

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de SAO PEDRO DE ALCANTA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Operações de Crédito Internas						
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)</b>	<b>15.259.742,00</b>	<b>15.259.742,00</b>	<b>2.932.204,26</b>	<b>7.685.217,50</b>	<b>50,36</b>	<b>7.574.524,50</b>
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	15.259.742,00	15.259.742,00	2.932.204,26	7.685.217,50	50,36	7.574.524,50
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	772.885,28	—	314.045,83	—	—
Superávit Financeiro	—	772.885,28	—	314.045,83	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)</b>	<b>14.805.742,00</b>	<b>2.288.046,02</b>	<b>17.093.788,02</b>	<b>4.885.571,99</b>	<b>9.650.267,74</b>	<b>2.668.509,90</b>	<b>5.360.609,58</b>	<b>11.733.178,44</b>
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>9.529.242,00</b>	<b>446.922,58</b>	<b>9.976.164,58</b>	<b>1.721.786,49</b>	<b>5.374.231,45</b>	<b>1.760.356,41</b>	<b>4.406.821,36</b>	<b>5.569.343,22</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	4.733.291,95	335.379,23	5.068.671,18	939.114,94	2.644.176,06	940.084,90	2.635.760,09	2.432.911,09
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.795.950,05	111.543,35	4.907.493,40	782.671,55	2.730.055,39	820.271,51	1.771.061,27	3.136.432,13
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>5.123.500,00</b>	<b>1.841.123,44</b>	<b>6.964.623,44</b>	<b>3.163.785,50</b>	<b>4.276.036,29</b>	<b>908.153,49</b>	<b>953.788,22</b>	<b>6.010.835,22</b>
INVESTIMENTOS	4.673.500,00	2.191.123,44	6.864.623,44	3.135.065,56	4.221.856,35	879.433,55	899.608,28	5.965.015,16
INVERSOES FINANCEIRAS	350.000,00	-350.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZACAO DA DÍVIDA	100.000,00	0,00	100.000,00	28.719,94	54.179,94	28.719,94	54.179,94	45.820,06
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	<b>153.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>153.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>153.000,00</b>
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)</b>	<b>454.000,00</b>	<b>-10.231,20</b>	<b>443.768,80</b>	<b>73.822,23</b>	<b>222.915,24</b>	<b>73.822,23</b>	<b>222.915,24</b>	<b>220.853,56</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	454.000,00	-10.231,20	443.768,80	73.822,23	222.915,24	73.822,23	222.915,24	220.853,56
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)</b>	<b>15.259.742,00</b>	<b>2.277.814,82</b>	<b>17.537.556,82</b>	<b>4.959.394,22</b>	<b>9.873.182,98</b>	<b>2.742.332,13</b>	<b>5.583.524,82</b>	<b>11.954.032,00</b>

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de SAO PEDRO DE ALCANTA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)</b>	<b>15.259.742,00</b>	<b>2.277.814,82</b>	<b>17.537.556,82</b>	<b>4.959.394,22</b>	<b>9.873.182,98</b>	<b>2.742.332,13</b>	<b>5.583.524,82</b>	<b>31,84</b>
<b>SUPERÁVIT (XIII)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>2.101.692,68</b>	<b>—</b>
<b>TOTAL (XIV) = (XII + XIII)</b>	<b>15.259.742,00</b>	<b>2.277.814,82</b>	<b>17.537.556,82</b>	<b>4.959.394,22</b>	<b>9.873.182,98</b>	<b>2.742.332,13</b>	<b>7.685.217,50</b>	<b>31,84</b>

Nota: O Superávit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R\$ 581.147,95

FONTE:

**DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA JANEIRO A JUNHO 2014**

MUNICÍPIO DE SAO PEDRO DE ALCANTA - SC

RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL

**DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2014

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)</b>	<b>938.278,22</b>	<b>863.435,40</b>	<b>0,00</b>
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	938.278,22	863.435,40	0,00
<b>DEDUÇÕES (II)</b>	<b>2.161.993,00</b>	<b>3.287.754,67</b>	<b>—</b>
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.662.660,25	2.817.952,45	0,00
Demais Haveres Financeiros	515.283,39	515.283,39	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	15.950,64	45.481,17	0,00
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)</b>	<b>-1.223.714,78</b>	<b>-2.424.319,27</b>	<b>0,00</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL</b>	<b>11.386.784,89</b>	<b>12.302.108,92</b>	<b>0,00</b>
<b>% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]</b>	<b>8,24%</b>	<b>7,02%</b>	
<b>% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]</b>	<b>-10,75%</b>	<b>-19,71%</b>	
<b>LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%</b>	<b>13.664.141,87</b>	<b>14.762.530,70</b>	<b>0,00</b>
<b>LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%</b>	<b>12.297.727,68</b>	<b>13.286.277,63</b>	<b>0,00</b>

<u>DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA DE PPP (V)	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	0,00	0,00	0,00

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	509.157,11	530.639,33	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	459.041,27	4.318.256,72	0,00

FONTE:

Continua 1/2



MUNICÍPIO DE SAO PEDRO DE ALCANTA - SC  
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2014

Continuação 2/2

<b>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</b>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00

  

<b>REGIME PREVIDENCIÁRIO</b>			
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA</b>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas - Inclusive precatórios vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00
<b>DEDUÇÕES (V)</b>	<b>5.608.308,66</b>	<b>6.189.656,81</b>	<b>0,00</b>
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.006,90	71.824,44	0,00
Investimentos	5.607.301,76	6.117.832,37	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a pagar processados (exceto precatórios)	0,00	0,00	0,00
<b>OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC</b>	<b>0,00</b>	<b>10.225,05</b>	<b>0,00</b>
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)</b>	<b>-5.608.308,66</b>	<b>-6.189.656,81</b>	<b>0,00</b>

FONTE:

# **DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO**

Município de SAO PEDRO DE ALCANTÁ - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO – Anexo 2 ( LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c" )

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	
							% (b/Total b)
							% (b/a)
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>							
Legislativa	14.805.742,00	17.093.788,02	4.885.571,99	9.650.287,74	2.668.509,90	5.360.609,58	31,36
Ação Legislativa	550.000,00	550.000,00	72.136,98	227.231,94	76.593,06	219.053,00	39,83
Administração	550.000,00	550.000,00	72.136,98	227.231,94	76.593,06	219.053,00	39,83
Administração Geral	1.717.072,52	1.636.689,19	202.679,51	848.651,02	279.745,70	701.257,60	42,85
Segurança Pública	1.717.072,52	1.636.689,19	202.679,51	848.651,02	279.745,70	701.257,60	42,85
Defesa Civil	18.500,00	18.500,00	1.846,61	6.940,70	1.746,91	4.214,30	22,78
Assistência Social	18.500,00	18.500,00	1.846,61	6.940,70	1.746,91	4.214,30	22,78
Assistência ao Idoso	349.700,00	222.624,54	16.082,27	59.186,36	21.995,79	49.985,75	22,45
Assistência à Criança e ao Adolescente	25.000,00	15.000,00	2.519,35	5.312,51	3.144,01	3.871,33	25,81
Assistência Comunitária	174.700,00	157.624,54	13.562,92	53.873,85	18.851,78	46.114,42	29,26
Previdência Social	150.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Previdência do Regime Estatutário	1.128.160,00	1.128.160,00	49.489,14	152.817,83	48.346,05	142.681,04	12,65
Saúde	1.128.160,00	1.128.160,00	49.489,14	152.817,83	48.346,05	142.681,04	12,65
Atenção Básica	2.169.931,48	2.327.555,32	389.198,36	1.136.398,93	374.072,75	939.322,59	40,36
Saneamento Básico Urbano	2.139.931,48	2.297.555,32	389.198,36	1.136.398,93	374.072,75	939.322,59	40,88
Educação	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alimentação e Nutrição	2.362.509,00	2.981.770,78	954.249,10	1.960.203,56	533.398,85	1.402.272,04	25,11
Ensino Fundamental	79.660,00	576.438,28	448.779,92	483.552,02	24.001,00	56.004,23	9,72
Educação Infantil	1.473.638,00	1.526.495,11	297.794,99	900.007,45	299.463,72	796.790,08	52,20
Educação de Jovens e Adultos	773.211,00	842.837,39	207.478,44	588.269,34	208.433,38	546.527,98	64,84
Educação Básica	16.000,00	16.000,00	195,75	8.374,75	1.500,75	2.949,75	18,44
Cultura	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Difusão Cultural	343.500,00	220.500,00	22.898,49	106.390,78	21.236,86	49.006,78	22,23
Urbanismo	343.500,00	220.500,00	22.898,49	106.390,78	21.236,86	49.006,78	22,23
Infra-Estrutura Urbana	2.659.369,00	2.781.044,58	347.916,85	1.104.375,17	327.341,89	654.708,27	23,54
Serviços Urbanos	350.000,00	250.300,00	0,00	179.789,40	21.668,89	21.668,89	8,66
Gestão Ambiental	2.309.369,00	2.530.744,58	347.916,85	924.585,77	305.673,00	633.039,38	25,01
Preservação e Conservação Ambiental	128.750,00	388.750,00	212.450,00	281.808,07	16.939,71	47.053,19	12,10
Agricultura	128.750,00	388.750,00	212.450,00	281.808,07	16.939,71	47.053,19	12,10
Extensão Rural	310.000,00	547.900,00	126.630,43	452.098,93	218.331,89	298.706,33	54,52
	310.000,00	547.900,00	126.630,43	452.098,93	218.331,89	298.706,33	54,52

Continua 1/3

Município de SAO PEDRO DE ALCANTA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 2/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>								
Comércio e Serviços	14.805.742,00	17.093.788,02	4.885.571,99	9.650.267,74	2.668.509,90	5.360.609,58	96,01	31,36
Turismo	99.500,00	64.500,00	11.207,81	18.730,91	8.854,58	13.162,68	0,24	20,41
Transporte	99.500,00	64.500,00	11.207,81	18.730,91	8.854,58	13.162,68	0,24	20,41
Transporte Rodoviário	2.320.000,00	3.636.985,48	2.404.338,16	3.110.738,16	665.900,00	665.900,00	11,93	18,31
Desporto e Lazer	2.320.000,00	3.636.985,48	2.404.338,16	3.110.738,16	665.900,00	665.900,00	11,93	18,31
Desporto Comunitário	272.750,00	212.750,00	18.015,61	53.677,61	17.573,19	42.268,24	0,76	19,87
Encargos Especiais	272.750,00	212.750,00	18.015,61	53.677,61	17.573,19	42.268,24	0,76	19,87
Serviço da Dívida Interna	223.000,00	223.058,13	56.432,67	131.017,77	56.432,67	131.017,77	2,35	58,74
Outras Transferências	112.500,00	112.500,00	28.719,94	54.179,94	28.719,94	54.179,94	0,97	48,16
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	110.500,00	110.558,13	27.712,73	76.837,83	27.712,73	76.837,83	1,38	69,50
	153.000,00	153.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>								
Administração	454.000,00	443.768,80	73.822,23	222.915,24	73.822,23	222.915,24	3,99	50,23
Administração Geral	57.000,00	57.000,00	8.978,56	27.346,25	8.978,56	27.346,25	0,49	47,98
Assistência Social	57.000,00	57.000,00	8.978,56	27.346,25	8.978,56	27.346,25	0,49	47,98
Assistência à Criança e ao Adolescente	8.000,00	8.000,00	0,00	1.997,28	0,00	1.997,28	0,04	24,97
Saúde	8.000,00	8.000,00	0,00	1.997,28	0,00	1.997,28	0,04	24,97
Atenção Básica	110.000,00	109.768,80	16.125,21	52.536,18	16.125,21	52.536,18	0,94	47,86
Educação	110.000,00	109.768,80	16.125,21	52.536,18	16.125,21	52.536,18	0,94	47,86
Ensino Fundamental	211.000,00	201.000,00	40.613,31	118.356,37	40.613,31	118.356,37	2,12	58,88
Educação Infantil	125.000,00	115.000,00	21.664,91	65.840,93	21.664,91	65.840,93	1,18	57,25
Cultura	86.000,00	86.000,00	18.948,40	52.515,44	18.948,40	52.515,44	0,94	61,06
Difusão Cultural	4.000,00	4.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Urbanismo	4.000,00	4.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Urbanos	42.000,00	42.000,00	5.090,56	15.009,87	5.090,56	15.009,87	0,27	35,74
Gestão Ambiental	42.000,00	42.000,00	5.090,56	15.009,87	5.090,56	15.009,87	0,27	35,74
Preservação e Conservação Ambiental	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Agricultura	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Extensão Rural	14.000,00	14.000,00	3.014,59	7.669,29	3.014,59	7.669,29	0,14	54,78
	14.000,00	14.000,00	3.014,59	7.669,29	3.014,59	7.669,29	0,14	54,78

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de SAO PEDRO DE ALCANTA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>								
Comércio e Serviços	454.000,00	443.768,80	73.822,23	222.915,24	73.822,23	222.915,24	3,99	50,23
Turismo	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL (III) = (I + II)</b>	<b>15.259.742,00</b>	<b>17.537.556,82</b>	<b>4.959.394,22</b>	<b>9.873.182,98</b>	<b>2.742.332,13</b>	<b>5.583.524,82</b>	<b>100,00</b>	<b>31,84</b>

FONTE:

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

**DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES JANEIRO A JUNHO DE 2014**

MUNICÍPIO DE SAO PEDRO DE ALCANTA - SC

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

**DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO DE 2014

RGF – Anexo 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
EXTERNAS (I)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (II)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL IV</b>	<b>11.386.784,89</b>	<b>12.302.108,92</b>	<b>0,00</b>
<b>% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	
<b>LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%</b>	<b>2.505.092,68</b>	<b>2.706.463,96</b>	<b>0,00</b>
<b>LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 19,8%</b>	<b>2.254.583,41</b>	<b>2.435.817,57</b>	<b>0,00</b>

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
EXTERNAS (V)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (VI)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS VII = (V + VI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

**MEDIDAS CORRETIVAS:**

FONTE:

**DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO JANEIRO A JUNHO 2014/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO**

MUNICÍPIO DE SAO PEDRO DE ALCANTA - SC  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2014/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Semestre de referência	Até o Semestre de referência (a)
<b>SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
<b>NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito Não Sujeitas ao Limite	0,00	0,00
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES</b>	<b>VALOR</b>	<b>% SOBRE A RCL</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL</b>	<b>12.302.108,92</b>	<b>—</b>
<b>OPERAÇÕES VEDADAS</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>DO PERÍODO DE REFERÊNCIA (III)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>DE PERÍODOS ANTERIORES AO DE REFERÊNCIA</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS</b>	<b>1.968.337,43</b>	<b>16,00</b>
<b>LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 14,4%</b>	<b>1.771.503,68</b>	<b>14,40</b>
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>861.147,62</b>	<b>7,00</b>
<b>TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

FONTE:

# DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Município de SAO PEDRO DE ALCANTA - SC  
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)		SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
<b>RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO* (I)</b>	<b>200.000,00</b>	<b>359.650,00</b>		<b>-159.650,00</b>
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO NÃO EXECUTADO (g)=(d)-(e+f))
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
DESPESAS DE CAPITAL	6.964.623,44	953.788,22	0,00	6.010.835,22
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):</b>	<b>6.964.623,44</b>	<b>953.788,22</b>	<b>0,00</b>	<b>6.010.835,22</b>
<b>RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)</b>	<b>-6.764.623,44</b>	<b>-594.138,22</b>		<b>-6.170.485,22</b>

FONTE:



**DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO**

Município de SAO PEDRO DE ALCANTA - SC  
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2014		SALDO TOTAL  (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
-----------------	-----------------------	-----------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

FONTE:

SAO PEDRO DE ALCANTA, 29/07/2014

**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL JULHO/2013 A JUNHO/2014**

MUNICÍPIO DE SAO PEDRO DE ALCANTA - SC - PODER EXECUTIVO  
 PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DE ALCANTARA  
 RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JULHO/2013 A JUNHO/2014

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	6.128.843,09	0,00
Pessoal Ativo	5.836.578,28	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	282.013,55	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	10.251,26	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	359.184,67	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	116.776,05	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	242.408,62	0,00
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)</b>	<b>5.769.658,42</b>	<b>0,00</b>
<b>DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)</b>	<b>5.769.658,42</b>	
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL</b>		<b>VALOR</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)</b>		<b>12.302.108,92</b>
<b>% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100</b>		<b>46,90</b>
<b>LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art.20 da LRF) - 54%</b>		<b>6.643.138,82</b>
<b>LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art.22 da LRF) - 51,3%</b>		<b>6.310.981,88</b>
<b>LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 48,6%</b>		<b>5.978.824,94</b>
<b>FONTE:</b>		

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;  
 b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art.35 da Lei 4.320/64.

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES JANEIRO A JUNHO 2014/ BIMESTRE MAIO - JUNHO

Município de SÃO PEDRO DE ALCÂNT. - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO  
Entidade: INSPA - INST. DE PREV. DE SAO PEDRO DE ALCANTARA

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2013
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	614.262,00	614.262,00	169.843,01	444.132,18	227.187,68
RECEITAS CORRENTES	614.262,00	614.262,00	169.843,01	444.132,18	269.450,87
Receita de Contribuições dos Segurados	347.262,00	347.262,00	63.188,81	154.678,36	162.348,39
Pessoal Civil	347.262,00	347.262,00	63.188,81	154.678,36	162.348,39
Ativo	345.136,00	345.136,00	62.841,09	153.706,74	161.367,21
Inativo	2.126,00	2.126,00	347,72	971,62	981,18
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	254.000,00	254.000,00	105.118,16	280.492,58	102.747,15
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	254.000,00	254.000,00	105.118,16	280.492,58	102.747,15
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	13.000,00	13.000,00	1.536,04	8.961,24	4.355,33
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	4.497,90	0,00
Demais Receitas Correntes	13.000,00	13.000,00	1.536,04	4.463,34	4.355,33
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	566.898,00	566.898,00	119.384,10	279.696,81	-42.263,19
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	1.181.160,00	1.181.160,00	289.227,11	723.828,99	510.622,02
DESPESAS					
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)					
ADMINISTRAÇÃO	1.128.160,00	1.128.160,00	48.346,05	142.681,04	122.928,44
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	12.576,36
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	12.576,36
PREVIDÊNCIA SOCIAL	1.128.160,00	1.128.160,00	48.346,05	142.681,04	110.352,08

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de SÃO PEDRO DE ALCÂNT. - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO  
Entidade: INSPA - INST. DE PREV. DE SAO PEDRO DE ALCANTARA

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2013
Pessoal Civil	0,00	0,00	43.934,08	132.443,88	110.352,08
Aposentadorias	0,00	0,00	36.811,32	111.463,52	90.147,56
Pensões	0,00	0,00	7.122,76	20.980,36	20.204,52
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	1.128.160,00	1.128.160,00	4.411,97	10.237,16	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	1.128.160,00	1.128.160,00	4.411,97	10.237,16	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIA) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)</b>	<b>1.128.160,00</b>	<b>1.128.160,00</b>	<b>48.346,05</b>	<b>142.681,04</b>	<b>122.928,44</b>
<b>RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)</b>	<b>53.000,00</b>	<b>53.000,00</b>	<b>240.881,06</b>	<b>581.147,95</b>	<b>387.693,58</b>
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	No Bimestre	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2013
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS			PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA		
Valor					53.000,00
BENS E DIREITOS DO RPPS			MAIO	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
				2014	2013
Bancos Conta Movimento			113.779,34	71.824,44	91.498,91
Investimentos			5.922.231,60	6.117.832,37	4.981.398,92

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de SÃO PEDRO DE ALCÂNT. - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO  
Entidade: INSPA - INST. DE PREV. DE SAO PEDRO DE ALCANTARA

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	566.898,00	566.898,00	119.384,10	279.696,81
RECEITAS CORRENTES (VIII)	566.898,00	566.898,00	119.384,10	279.696,81
Receita de Contribuições Patronais	488.370,00	488.370,00	92.036,79	225.674,32
Pessoal Civil	488.370,00	488.370,00	92.036,79	225.689,65
Ativo	488.370,00	488.370,00	92.036,79	225.689,65
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	78.528,00	78.528,00	27.347,31	54.022,49
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA (X)	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = (VIII + IX - X)</b>	<b>566.898,00</b>	<b>566.898,00</b>	<b>119.384,10</b>	<b>279.696,81</b>

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	-	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

FONTE:

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de SÃO PEDRO DE ALCÂNT. - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO  
Entidade: INSPA - INST. DE PREV. DE SÃO PEDRO DE ALCANTARA

# DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL 2013 A 2087

Município de SAO PEDRO DE ALCANTA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA**

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL  
2013 a 2087

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = ( a - b )	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2013	711.421,78	174.130,13	537.291,65	5.223.164,57
2014	632.073,23	339.982,44	292.090,79	5.515.255,36
2015	600.641,82	339.120,63	261.521,19	5.776.776,55
2016	570.657,06	338.724,47	231.932,59	6.008.709,14
2017	539.444,22	346.256,78	193.187,44	6.201.896,58
2018	499.498,10	390.454,81	109.043,29	6.310.939,87
2019	474.406,78	386.255,62	88.151,16	6.399.091,03
2020	450.449,69	382.664,59	67.785,10	6.466.876,13
2021	425.923,13	385.515,34	40.407,79	6.507.283,92
2022	401.727,23	390.750,09	10.977,14	6.518.261,06
2023	373.638,17	413.351,02	-39.712,85	6.478.548,21
2024	348.016,71	430.227,51	-82.210,80	6.396.337,41
2025	311.573,86	489.412,99	-177.839,13	6.218.498,28
2026	295.541,71	477.256,63	-181.714,92	6.036.783,36
2027	268.718,52	504.771,97	-236.053,45	5.800.729,91
2028	229.940,26	576.876,49	-346.936,23	5.453.793,68
2029	207.051,97	594.044,38	-386.992,41	5.066.801,27
2030	184.524,80	612.131,20	-427.606,40	4.639.194,87
2031	170.124,63	602.871,63	-432.747,00	4.206.447,87
2032	140.531,75	648.922,20	-508.390,45	3.698.057,42
2033	123.640,25	651.577,48	-527.937,23	3.170.120,19
2034	115.307,78	624.667,92	-509.360,14	2.660.760,05
2035	102.485,71	615.151,79	-512.666,08	2.148.093,97
2036	95.745,30	586.466,37	-490.721,07	1.657.372,90
2037	79.094,43	545.834,87	-466.740,44	1.190.632,46
2038	68.200,66	537.174,65	-468.973,99	721.658,47
2039	56.746,15	532.790,83	-476.044,68	245.613,79
2040	51.682,14	506.254,51	-454.572,37	-208.958,58
2041	38.466,27	509.430,65	-470.964,38	-679.922,96
2042	37.063,38	474.386,18	-437.322,80	-1.117.245,76
2043	33.394,83	449.795,03	-416.400,20	-1.533.645,96
2044	32.613,80	416.863,97	-384.250,17	-1.917.896,13
2045	2.108,62	387.051,50	-384.942,88	-2.302.839,01
2046	690,60	359.944,29	-359.253,69	-2.662.092,70
2047	646,87	329.381,36	-328.734,49	-2.990.827,19
2048	0,00	303.368,16	-303.368,16	-3.294.195,35
2049	0,00	277.341,99	-277.341,99	-3.571.537,34
2050	0,00	252.994,54	-252.994,54	-3.824.531,88
2051	0,00	229.001,10	-229.001,10	-4.053.532,98
2052	0,00	207.984,01	-207.984,01	-4.261.516,99
2053	0,00	188.210,86	-188.210,86	-4.449.727,85
2054	0,00	170.014,51	-170.014,51	-4.619.742,36
2055	0,00	153.125,06	-153.125,06	-4.772.867,42
2056	0,00	137.198,18	-137.198,18	-4.910.065,60
2057	0,00	122.631,70	-122.631,70	-5.032.697,30
2058	0,00	109.261,05	-109.261,05	-5.141.958,35
2059	0,00	96.856,91	-96.856,91	-5.238.815,26
2060	0,00	85.387,34	-85.387,34	-5.324.202,60
2061	0,00	74.402,42	-74.402,42	-5.398.605,02
2062	0,00	65.216,68	-65.216,68	-5.463.821,70
2063	0,00	56.929,87	-56.929,87	-5.520.751,57
2064	0,00	49.317,01	-49.317,01	-5.570.068,58
2065	0,00	42.057,84	-42.057,84	-5.612.126,42
2066	0,00	36.247,57	-36.247,57	-5.648.373,99
2067	0,00	31.197,77	-31.197,77	-5.679.571,76
2068	0,00	26.710,10	-26.710,10	-5.706.281,86
2069	0,00	22.686,13	-22.686,13	-5.728.967,99
2070	0,00	19.183,71	-19.183,71	-5.748.151,70
2071	0,00	15.984,24	-15.984,24	-5.764.135,94
2072	0,00	13.385,78	-13.385,78	-5.777.521,72



Município de SAO PEDRO DE ALCANTA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA**

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL  
2013 a 2087

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = ( a - b )	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2073	0,00	11.046,86	-11.046,86	-5.788.568,58
2074	0,00	9.099,36	-9.099,36	-5.797.667,94
2075	0,00	7.453,03	-7.453,03	-5.805.120,97
2076	0,00	6.021,00	-6.021,00	-5.811.141,97
2077	0,00	4.719,98	-4.719,98	-5.815.861,95
2078	0,00	3.759,29	-3.759,29	-5.819.621,24
2079	0,00	3.020,54	-3.020,54	-5.822.641,78
2080	0,00	2.419,72	-2.419,72	-5.825.061,50
2081	0,00	1.762,28	-1.762,28	-5.826.823,78
2082	0,00	1.433,32	-1.433,32	-5.828.257,10
2083	0,00	1.172,21	-1.172,21	-5.829.429,31
2084	0,00	935,30	-935,30	-5.830.364,61
2085	0,00	715,47	-715,47	-5.831.080,08
2086	0,00	622,74	-622,74	-5.831.702,82
2087	0,00	0,00	0,00	-5.831.702,82

Projeção atuarial elaborada em 18/03/2013 e oficialmente enviada para o Ministério da Previdência Social - MPS.

FONTE:

DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR JANEIRO A JUNHO 2014/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

MUNICÍPIO DE SAO PEDRO DE ALCANTA - SC - PODER LEGISLATIVO  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2014/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RGF - ANEXO 6 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b")

R\$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR					EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS( NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
	Liquidados e Não Pagos		Empenhados e Não Liquidados		DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício		
TOTAL DE RECURSOS NÃO VINCULADOS(II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Nota: ¹ A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA JULHO/2013 A JUNHO/2014

Município de SAO PEDRO DE ALCANTA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JULHO/2013 A JUNHO/2014

ESPECIFICAÇÃO		EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												R\$ 1,00	
		Jul/2013	Ago/2013	Sep/2013	Out/2013	Nov/2013	Dez/2013	Jan/2014	Fev/2014	Mar/2014	Abr/2014	Mai/2014	Jun/2014	TOTAL (ÚLT. 12 MES.)	PREVISÃO ATUALIZADA 2014
<b>RECEITAS CORRENTES (I)</b>															
RECEITA TRIBUTÁRIA	823.548,99	1.038.451,19	1.110.543,92	1.071.149,82	1.218.717,70	1.218.717,70	1.424.082,88	1.263.520,21	1.263.520,21	1.132.839,82	1.323.762,97	1.432.219,85	1.159.508,92	14.353.615,65	13.596.220,40
I.P.T.U.	77.750,54	71.433,58	50.762,79	78.480,24	74.738,27	76.457,94	43.967,55	64.194,66	64.194,66	135.653,58	141.744,26	282.983,42	73.258,07	1.147.745,51	916.388,00
I.R.R.F.	8.935,56	3.013,39	960,00	807,28	1.025,73	3.195,80	0,00	519,46	519,46	0,00	74.281,66	189.767,62	12.450,63	284.967,33	265.213,00
I.S.S.	11.618,37	10.880,83	15.126,92	12.676,71	21.413,25	14.004,12	7.090,96	11.904,85	11.423,95	11.029,73	10.766,07	10.925,49	148.861,25	123.208,00	123.208,00
I.T.B.I.	27.358,79	38.032,20	30.408,66	43.825,33	42.142,78	44.007,89	21.091,62	36.348,58	76.990,12	33.663,78	32.706,57	36.257,82	462.843,14	419.300,00	419.300,00
Outras Receitas Tributárias	17.537,51	14.991,14	3.426,39	13.429,85	3.096,00	6.995,05	7.581,11	550,00	17.153,74	12.159,08	2.592,90	8.306,16	107.419,73	53.990,00	53.990,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	12.300,31	4.516,02	6.860,82	7.741,07	7.060,51	8.203,86	14.871,77	14.871,77	80.076,78	10.599,21	17.150,06	133.354,06	88.407,99	54.697,00	54.697,00
RECEITA PATRIMONIAL	38.118,83	45.127,75	39.057,33	45.365,13	82.601,67	59.405,69	44.243,01	47.643,87	40.257,78	43.275,33	44.633,32	698.137,70	66.208,60	345.500,00	345.500,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	50.594,41	32.613,94	47.864,76	47.471,62	47.350,72	52.422,23	34.564,74	68.766,21	56.255,59	65.676,38	71.948,09	641.948,29	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	1.200,00	1.200,00	1.000,00	1.438,50	1.238,50	1.238,50	1.238,50	1.238,50	1.238,50	1.238,50	1.238,50	1.238,50	1.238,50	14.746,50	7.528,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	742.092,17	875.336,03	951.052,98	861.573,76	990.975,35	1.207.298,38	1.112.743,26	1.055.404,80	845.199,68	376.793,29	430.046,10	573.089,30	910.053,98	11.652.467,60	10.869.879,00
Cota-Parte do FPM.	325.915,62	426.129,77	352.678,29	352.683,71	490.575,88	740.091,40	594.631,36	635.192,90	224.390,17	224.656,62	222.171,54	289.053,85	428.779,99	5.727.807,81	5.684.790,00
Cota-Parte do I.C.M.S.	197.254,39	206.816,05	219.739,22	31.976,22	29.688,27	11.367,44	6.787,67	29.744,94	34.598,16	43.056,38	33.339,74	38.917,36	38.917,36	2.652.384,45	2.550.000,00
Cota-Parte do I.P.V.A.	32.911,46	39.212,82	31.976,22	29.688,27	11.367,44	6.787,67	20.366,51	29.744,94	34.598,16	43.056,38	33.339,74	38.917,36	38.917,36	326.000,00	326.000,00
Cota-Parte do ITR.	39,16	122,58	4.365,91	7.868,79	898,27	139,09	154,38	99,79	31,95	21,24	342,92	46,43	46,43	14.128,51	16.382,00
Outras Transferências Correntes	77.239,92	85.611,79	224.447,77	142.843,74	124.433,72	97.964,00	130.209,25	38.094,68	89.092,34	237.225,71	85.915,26	88.810,25	88.810,25	1.421.978,43	1.156.599,00
Transferências da LC 61/1989	3.166,78	3.385,47	3.082,27	3.294,95	3.654,98	3.906,38	3.720,21	3.149,63	3.077,58	3.353,66	3.647,64	3.474,20	3.474,20	40.916,75	39.220,00
Transferências da LC 87/1996	971,07	971,07	971,07	971,07	971,07	971,07	993,08	993,08	993,08	993,08	993,08	993,08	993,08	10.741,82	12.000,00
Transferências do FUNDEB	104.593,57	112.885,48	113.792,39	110.574,42	124.469,00	123.826,62	129.822,03	126.759,61	117.009,74	117.894,35	128.906,83	121.988,82	121.988,82	1.432.522,86	1.084.988,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	13.893,04	12.737,89	14.786,06	36.520,67	21.813,19	27.260,14	18.763,15	24.421,54	14.232,68	20.045,50	13.774,21	238.880,05	20.342,18	920.183,40	920.183,40
<b>DEDUÇÕES (II)</b>	<b>137.813,79</b>	<b>160.917,22</b>	<b>140.630,71</b>	<b>143.892,57</b>	<b>202.527,07</b>	<b>183.948,75</b>	<b>195.971,32</b>	<b>203.452,06</b>	<b>158.694,76</b>	<b>153.675,06</b>	<b>178.797,33</b>	<b>191.086,09</b>	<b>191.086,09</b>	<b>2.051.596,73</b>	<b>2.072.938,40</b>
Compensação Financ. entre Regimes Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contrib. para o Plano de Previdência do Servidor	25.762,27	25.589,30	18.068,34	22.361,71	54.112,75	33.666,95	25.429,16	26.377,57	14.342,66	14.342,66	11.953,51	51.235,30	51.235,30	334.239,68	347.262,00
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	112.051,52	135.327,92	122.562,37	121.630,86	148.414,32	150.281,80	170.542,16	178.111,90	127.819,29	139.332,40	166.843,62	139.850,79	139.850,79	1.712.769,15	1.725.676,40
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)</b>	<b>785.735,20</b>	<b>877.533,97</b>	<b>969.913,21</b>	<b>927.157,35</b>	<b>1.016.190,63</b>	<b>1.240.134,13</b>	<b>1.069.548,89</b>	<b>1.059.217,32</b>	<b>974.144,06</b>	<b>1.170.087,81</b>	<b>1.254.022,52</b>	<b>965.423,83</b>	<b>965.423,83</b>	<b>12.302.108,92</b>	<b>11.525.282,00</b>

FONTE:

**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO**

Município de SÃO PEDRO DE ALCÂNT. - SC  
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 30 Abr 2014 (B)	Em 30 Jun 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	938.278,22	892.155,34	863.435,40
DEDUÇÕES (II)	2.161.993,00	3.569.016,82	3.287.754,67
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.662.660,25	3.096.615,69	2.817.952,45
Demais Haveres Financeiros	515.283,39	515.283,39	515.283,39
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	15.950,64	42.882,26	45.481,17
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-1.223.714,78	-2.676.861,48	-2.424.319,27
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	892.636,37	865.961,19	838.613,88
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)</b>	<b>-2.116.351,15</b>	<b>-3.542.822,67</b>	<b>-3.262.933,15</b>

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Jun 2014 (C - A)
<b>VALOR</b>	<b>279.889,52</b>	<b>-1.146.582,00</b>

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
<b>META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>	<b>25.674,00</b>

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 30 Abr 2014 (B)	Em 30 Jun 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	5.608.308,66	5.948.816,54	6.189.656,81
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.006,90	81.075,89	71.824,44
Investimentos	5.607.301,76	5.867.740,65	6.117.832,37
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	-5.608.308,66	-5.948.816,54	-6.189.656,81
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)</b>	<b>-5.608.308,66</b>	<b>-5.948.816,54</b>	<b>-6.189.656,81</b>

FONTE:

**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO**

Município de SAO PEDRO DE ALCANTA - SC  
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)</b>	<b>12.096.242,00</b>	<b>2.267.562,57</b>	<b>6.560.596,89</b>	<b>5.921.488,48</b>
Receita Tributária	916.368,00	326.242,09	711.802,15	592.798,61
I.P.T.U.	265.213,00	202.218,45	277.029,57	257.475,08
I.S.S.	419.300,00	68.964,39	237.067,49	178.125,76
I.T.B.I.	53.950,00	10.899,06	48.343,79	26.029,52
I.R.R.F.	123.208,00	21.691,56	63.141,05	79.059,65
Outras Receitas Tributárias	54.697,00	22.468,63	86.220,25	52.108,60
Receita de Contribuição	1.029.132,00	225.078,10	574.135,62	485.153,24
Receitas Previdenciárias	835.632,00	155.225,60	380.352,68	388.038,04
Outras Contribuições	193.500,00	69.852,50	193.782,94	97.115,20
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	343.500,00	137.456,69	363.720,61	94.414,65
(-) Aplicações Financeiras	343.500,00	137.456,69	363.720,61	94.414,65
Transferências Correntes	9.144.202,60	1.652.301,68	5.101.626,57	4.677.910,99
F.P.M.	4.547.824,00	802.295,47	2.431.786,51	2.256.675,11
I.C.M.S.	2.040.000,00	359.097,29	1.077.374,11	958.146,41
Convênios	161.694,00	36.118,03	72.561,08	57.797,61
Outras Transferências Correntes	2.394.684,60	454.790,89	1.519.904,87	1.405.291,86
Demais Receitas Correntes	1.006.539,40	63.940,70	173.032,55	165.625,64
Dívida Ativa	282.022,15	15.042,10	53.889,65	30.337,05
Diversas Receitas Correntes	724.517,25	48.898,60	119.142,90	135.288,59
<b>RECEITAS DE CAPITAL (II)</b>	<b>2.820.000,00</b>	<b>527.185,00</b>	<b>760.900,00</b>	<b>0,00</b>
Operações de Crédito (III)	200.000,00	359.650,00	359.650,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	20.000,00	0,00	206.250,00	0,00
Transferências de Capital	2.600.000,00	167.535,00	195.000,00	0,00
Convênios	2.600.000,00	195.000,00	195.000,00	0,00
Outras Transferências de Capital	0,00	-27.465,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)</b>	<b>2.600.000,00</b>	<b>167.535,00</b>	<b>195.000,00</b>	<b>0,00</b>
<b>RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)</b>	<b>14.696.242,00</b>	<b>2.435.097,57</b>	<b>6.755.596,89</b>	<b>5.921.488,48</b>
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
<b>DESPESAS CORRENTES (VIII)</b>	<b>10.419.933,38</b>	<b>1.834.178,64</b>	<b>4.629.736,60</b>	<b>4.132.962,98</b>
Pessoal e Encargos Sociais	5.512.439,98	1.013.907,13	2.858.675,33	2.719.192,72
Juros e Encargos da Dívida (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	4.907.493,40	820.271,51	1.771.061,27	1.413.770,26
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)</b>	<b>10.419.933,38</b>	<b>1.834.178,64</b>	<b>4.629.736,60</b>	<b>4.132.962,98</b>
<b>DESPESAS DE CAPITAL (XI)</b>	<b>6.964.623,44</b>	<b>908.153,49</b>	<b>953.788,22</b>	<b>128.184,37</b>
Investimentos	6.864.623,44	879.433,55	899.608,28	69.898,72
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	100.000,00	28.719,94	54.179,94	58.285,65
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)</b>	<b>6.864.623,44</b>	<b>879.433,55</b>	<b>899.608,28</b>	<b>69.898,72</b>
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)</b>	<b>153.000,00</b>	-	-	-

Município de SAO PEDRO DE ALCANTA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	153.000,00	-	-	-
<b>DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)</b>	<b>17.437.556,82</b>	<b>2.713.612,19</b>	<b>5.529.344,88</b>	<b>4.202.861,70</b>
<b>RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)</b>	<b>-2.741.314,82</b>	<b>-278.514,62</b>	<b>1.226.252,01</b>	<b>1.718.626,78</b>
<b>SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	-	-	314.045,83	0,00
Superávit Financeiro	-	-	314.045,83	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE
<b>META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>				<b>97.428,00</b>

FONTE:

SAO PEDRO DE ALCANTA, 29/07/2014

DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Município de SAO PEDRO DE ALCANTA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - Anexo 7 (LRF art. 53, inciso V)

PODER/ÓRGÃO		RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS					RP NÃO PROCESSADOS					Saldo
		Inscritos		Saldo	Pagos	Cancelados	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	
		Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2013				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2013				
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)		-	15.950,64	555,40	15.395,24	-	1.586,00	457.455,27	416.265,28	415.827,28	4.040,64	39.173,35
EXECUTIVO												
ADMINISTRAÇÃO DIRETA		0,00	12.554,89	555,40	11.999,49	0,00	0,00	438.400,80	401.804,17	401.366,17	0,00	37.034,63
CÂMARA MUNICIPAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	150,00	150,00	150,00	0,00	0,00
ENCARGOS GERAIS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.662,88	20.662,88	20.662,88	0,00	0,00
GABINETE DO PREFEITO E DO VICE-PREFEITO		0,00	88,78	0,00	88,78	0,00	0,00	1.247,39	1.048,89	1.048,89	0,00	198,50
SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTENCIA SOCIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200,00	200,00	200,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS		0,00	1.791,95	555,40	1.236,55	0,00	0,00	16.404,17	5.868,58	5.868,58	0,00	10.535,59
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE		0,00	7.919,72	0,00	7.919,72	0,00	0,00	10.238,42	10.238,42	10.238,42	0,00	90,52
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, E DESPORTO		0,00	888,00	0,00	888,00	0,00	0,00	23.551,25	7.829,09	7.829,09	0,00	15.722,16
SECRETARIA DE TRANSPORTE OBRAS E SERVIÇOS		0,00	463,08	0,00	463,08	0,00	0,00	364.109,55	354.319,23	353.881,23	0,00	10.228,32
SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA		0,00	1.403,36	0,00	1.403,36	0,00	0,00	1.746,62	1.487,08	1.487,08	0,00	259,54
FUNDO MUNIC DE SAUDE SAO PEDRO DE ALCANTÁ		0,00	3.395,75	0,00	3.395,75	0,00	1.586,00	19.054,47	14.461,11	14.461,11	4.040,64	2.138,72
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE		0,00	3.395,75	0,00	3.395,75	0,00	1.586,00	19.054,47	14.461,11	14.461,11	4.040,64	2.138,72
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (III) = (I + II):		0,00	15.950,64	555,40	15.395,24	0,00	1.586,00	457.455,27	416.265,28	415.827,28	4.040,64	39.173,35

FONTE:



# Schroeder

## PREFEITURA

### Lei Nº 2.033/2014

LEI Nº2.033/2014

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2014.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, faz saber aos habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aberto um Crédito Suplementar no valor de até R\$76.000,00(setenta e seis mil reais) para reforço do programa abaixo especificado, constante da Lei Orçamentária nº1.989/2013 de 18 de dezembro de 2013:

#### 04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

##### 04.02 - UNIDADE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.02.08.244.3016.2.359 - Proteção Social Básica (CRAS)

3.1.90.11.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 76.000,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação de que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial de até R\$76.000,00 (setenta e seis mil reais) das seguintes dotações orçamentárias:

#### 04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

##### 04.02 - UNIDADE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.02.08.244.3016.2.358 - Proteção Social Especial de Média Complexidade

3.1.90.11.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 41.000,00

3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 25.000,00

3.1.90.13.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Obrigações Patronais R\$ 10.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data da publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder (SC), 29 de julho de 2014.

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

Publicada por:  
TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

### Lei Nº 2.034/2014

LEI Nº2.034/2014

ABRE CRÉDITO ESPECIAL - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2014.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, faz saber aos habitantes deste Município que

a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aberto um Crédito Especial no valor de até R\$330.000,00 (trezentos e trinta mil reais) para reforço do programa abaixo especificado, constante da Lei Orçamentária nº1.989/2013 de 18 de dezembro de 2013 e Lei 2.031/2014 de 22 de julho de 2014:

#### 04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

##### 04.01 - UNIDADE DE SAÚDE

04.01.10.302.3013.2.361 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial  
3.3.50.43.00.00.00.00 - 00.01.0002 - Subvenções Sociais R\$330.000,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação de que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes da anulação de até R\$330.000,00 (trezentos e trinta mil reais) da seguinte dotação orçamentária:

#### 04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

##### 04.01 - UNIDADE DE SAÚDE

04.01.10.302.3013.2.361 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial

3.3.50.39.00.00.00.00 - 00.01.0002 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$330.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder (SC), 29 de julho de 2014.

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

Publicada por:  
TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

### Decreto Nº 3.019/2014 de 24 de Julho de 2014

DECRETO Nº 3.019/2014 de 24 de julho de 2014

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2014.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.030/2014 de 22 de julho de 2014,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

#### 03 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS

##### 03.04 - ADMINISTRAÇÃO

03.04.04.122.3001.2.305 - Manutenção da Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças  
3.3.90.46.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Auxílio-Alimentacao R\$ 4.500,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

#### 04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

##### 04.01 - UNID. DE SAÚDE

04.01.10.122.3001.2.309 - Manutenção das Ações do Gabinete da

Secretaria de Saúde e Assistência Social  
3.1.90.13.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Obrigações Patronais R\$ 4.500,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 24 de julho de 2014.  
OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

MARCOS DELLAGIUSTINA  
Secretário Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por  
TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

### **Decreto Nº 3.020/2014 de 24 de Julho de 2014**

DECRETO Nº 3.020/2014 de 24 de julho de 2014  
ABRE CRÉDITO ESPECIAL - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2014.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.030/2014 de 22 de julho de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 24.999,97 (vinte e quatro mil novecentos e noventa e nove reais e noventa e sete centavos) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

06 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS  
06.01 - UNIDADES DE OBRAS  
06.01.15.451.3003.2.311 - Manutenção da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos  
4.4.90.51.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Obras e Instalações R\$ 24.999,97

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL  
04.01 - UNID. DE SAÚDE  
04.01.10.122.3001.2.309 - Manutenção das Ações do Gabinete da Secretaria de Saúde e Assistência Social  
4.4.90.52.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 14.999,99  
3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 4.999,99  
3.3.90.36.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R\$ 4.999,99

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 24 de julho de 2014.  
OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

MARCOS DELLAGIUSTINA  
Secretário Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por  
TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

### **Decreto Nº 3.023/2014 de 25 de Julho de 2014**

DECRETO Nº 3.023/2014 de 25 de julho de 2014  
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2014.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 1.989/2013 de 18 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 2.300,00 (dois mil e trezentos reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL  
04.01 - UNID. DE SAÚDE  
04.01.10.301.3013.1.336 - Reforma, Ampliação e Construção de Unidades de Saúde e Academia ao Ar Livre  
4.4.90.51.00.00.00.00 - 00.01.0002 - Obras e Instalações R\$ 2.300,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL  
04.01 - UNID. DE SAÚDE  
04.01.10.301.3013.1.336 - Reforma, Ampliação e Construção de Unidades de Saúde e Academia ao Ar Livre  
4.4.90.52.00.00.00.00 - 00.01.0002 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 2.300,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 25 de julho de 2014.  
OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

MARCOS DELLAGIUSTINA  
Secretário Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por  
TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

### **Termo Aditivo Nº. A06/2014 - FMS**

TERMO ADITIVO Nº. A06/2014 - FMS  
1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 19/2014 - FMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder (SC), neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Osvaldo Jurck.

CONTRATADA: ANDRÔMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 13.568.558/0001-10, estabelecida na Av. Nereu Ramos nº. 1675D, salas 01 e 02, Bloco A,

Bairro Universitário, no Município de Chapecó, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.812-111, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada pela Senhora Ijowi Tobin Dilda, inscrita no CPF sob o nº 040.293.519-56, portadora da Carteira de Identidade nº. 3.767.841, expedida pela SSP/SC.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 19/2014-FMS, celebrado em 21 de fevereiro de 2014, proveniente do Processo de licitação nº. 96/2013 - FMS, Modalidade Pregão Presencial Registro de Preço nº. 32/2013-FMS, visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de medicamentos para atender à Farmácia Básica e Especial da Unidade de Saúde da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, conforma deliberação 164/CIB/10 de 23 de abril de 2010, ao longo de 12 (doze) meses, conforme especificações no ANEXO IX - Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório,.

Enquadra-se nos termos do artigo 65, inciso II, alínea "d", conforme parecer da Procuradoria Municipal.

Considerando a solicitação feita pela empresa ANDRÔMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, e que a mesma atendeu as condições contratuais para revisão do preço, juntando notas fiscais que comprovam o aumento do preço.

Considerando que a Administração Municipal até o momento já utilizou 5.000 cápsulas do item 13, e que resta a Administração 47.000 cápsulas, até o término deste contrato.

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja o Prefeito Municipal de Schroeder, em comum acordo entra as partes, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª - A partir deste fica alterada a Cláusula Primeira "do objeto do contrato, e descrição" no item 13 para o valor de R\$ 0,13 (Treze centavos), conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÕES	QTDE. LICITADA	VALOR ATUAL	UNID.	SALDO LICITAÇÃO	VALOR REAJUSTADO
13	AMOXICILINA 500MG	52.000	0,079	CÁPSULAS	47.000	0,13

Cláusula 2ª - Fica a partir deste, alterado a Cláusula Quarta "do valor total do contrato" aditivado ao contrato o valor de R\$ 2.397,00 (dois mil, trezentos e noventa e sete centavos), passando a ser o valor total do contrato de R\$ 6.561,00 (seis mil, quinhentos e sessenta e um reais).

Cláusula 3ª - Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 19/2014-FMS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder/SC, 30 de julho de 2014.

CONTRATADA:

ANDRÔMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA  
Ijowi Tobin Dilda  
CPF nº 040.293.519-56

CONTRATANTE:  
MUNICÍPIO DE SCHROEDER  
OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

TESTEMUNHAS:

1ª \_\_\_\_\_ 2ª \_\_\_\_\_  
Nome: Ivandra de Souza Nome: Daniela Samulescki  
CPF nº. 047.563.299-00 CPF nº. 053.350.739-18

### Resolução Nº. 010/2014-Cms

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE SCHROEDER  
SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL  
RESOLUÇÃO Nº. 010/2014-CMS  
APROVAÇÃO DAS CONTAS DE MARÇO E ABRIL

O Conselho Municipal de Saúde, por maioria dos votos dos Conselheiros presentes na reunião ordinária do Conselho Municipal de Saúde, de 30 de julho de 2014 RESOLVE APROVAR a prestação de contas referentes aos meses de março e abril de 2014 do Fundo Municipal de Saúde de Schroeder.

Assim, o Presidente do Conselho Municipal de Saúde, em cumprimento ao que determina o Parágrafo V do Art. 18 da Lei Municipal nº 1.586 de 05 de outubro de 2007, Assina a presente Resolução do Conselho e a encaminha para que seja devidamente Publicada.

Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder/SC, 30 de julho de 2014.  
Valmor Heins Stricker  
Presidente do Conselho Municipal de Saúde

### Resolução Nº. 011/2014-Cms

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE SCHROEDER  
SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL  
RESOLUÇÃO Nº. 011/2014-CMS  
APROVAÇÃO DAS CONTAS DE MAIO E JUNHO

O Conselho Municipal de Saúde, por maioria dos votos dos Conselheiros presentes na reunião ordinária do Conselho Municipal de Saúde, de 30 de julho de 2014 RESOLVE APROVAR a prestação de contas referentes aos meses de maio e junho de 2014 do Fundo Municipal de Saúde de Schroeder.

Assim, o Presidente do Conselho Municipal de Saúde, em cumprimento ao que determina o Parágrafo V do Art. 18 da Lei Municipal nº 1.586 de 05 de outubro de 2007, Assina a presente Resolução do Conselho e a encaminha para que seja devidamente Publicada.

Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder/SC, 30 de julho de 2014.  
Valmor Heins Stricker  
Presidente do Conselho Municipal de Saúde

**Resolução Nº. 012/2014-Cms**

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE SCHROEDER

SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

RESOLUÇÃO Nº. 012/2014-CMS

APROVAÇÃO DO CREDENCIAMENTO DE NOVAS ESF, PARA HABILITAÇÃO DE 6ª EQUIPE JUNTO AO MS E MUDANÇA DE MODALIDADE NASF TIPO 2 PARA NASF TIPO 1

O Conselho Municipal de Saúde, por maioria dos votos dos Conselheiros presentes na reunião ordinária do Conselho Municipal de Saúde, de 30 de julho de 2014 RESOLVE APROVAR o Credenciamento de novas ESF, para habilitação de 6ª equipe junto ao MS e mudança de modalidade NASF Tipo 2 para NASF Tipo 1.

Assim, o Presidente do Conselho Municipal de Saúde, em cumprimento ao que determina o Parágrafo V do Art. 18 da Lei Municipal nº 1.586 de 05 de outubro de 2007, Assina a presente Resolução do Conselho e a encaminha para que seja devidamente Publicada.

Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder/SC, 30 de julho de 2014.

Valmor Heins Stricker

Presidente do Conselho Municipal de Saúde

**Decreto Nº 3.024/2014 de 28 de Julho de 2014**

DECRETO Nº3.024/14 DE 28 DE JULHO DE 2014

SUPLEMENTA E ANULA ELEMENTOS ORÇAMENTÁRIOS.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e autorização contida na Lei Orçamentária nº1. 989/2013 de 18 de dezembro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um Crédito Suplementar no valor de R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais) para reforço dos programas abaixo especificados, constante da Lei Orçamentária nº1989/2013 de 18 de novembro de 2013.

**01 - CÂMARA MUNICIPAL****01.01 - CÂMARA DE VEREADORES**

01.01.01.031.3000.2.301 - MANUTENÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R\$10.000,00

3.3.90.14.00.00.00.00 - Diárias Civil R\$10.000,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação de que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

**01 - CÂMARA MUNICIPAL****01.01 - CÂMARA DE VEREADORES**

01.01.01.031.3000.2.301 - MANUTENÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$20.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder, 28 de julho de 2014.

OSVALDO JURCK MARCOS DELLAGIUSTINA

Prefeito Municipal Secretário de Planejamento Gestão e Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

**Edital de Processo Seletivo Simplificado Nº 003/2014**  
**- Secel/PMS Resultado Prova de Títulos**

Insc.	Nome	Cargo - Especialidade	Prova de Títulos
16551	ADRIANE DOS SANTOS CAMARGO NARDELLI	Professor B - Ensino de Educação Infantil	0,60
15997	ALANA GOMES	Professor B - Ensino de Educação Infantil	-
15784	AMANDA KREUT-ZFELD FERREIRA	Professor B - Ensino de Educação Infantil	-
15695	ANDREA CRISTINA GAULKE	Professor B - Ensino de Educação Infantil	-
16187	APARECIDA DE CAMPOS RODRIGUES	Professor B - Ensino de Educação Infantil	0,00
16470	DANIELE KARIN FRANZNER	Professor B - Ensino de Educação Infantil	-
16438	ELAINE DE SOUZA	Professor B - Ensino de Educação Infantil	-
15504	ELISABETH TERE-SINHA FAGUNDES ROSA	Professor B - Ensino de Educação Infantil	-
16330	ELMA DE OLIVEIRA SILVA DA COSTA	Professor B - Ensino de Educação Infantil	-
15890	ENEKELY ZIMMERMANN	Professor B - Ensino de Educação Infantil	0,20
15920	ERIVETE DA SILVA MARTINS	Professor B - Ensino de Educação Infantil	0,22
15342	EVELIN ANTUNES	Professor B - Ensino de Educação Infantil	-
15970	GABRIELA GOLFETTO	Professor B - Ensino de Educação Infantil	0,10
15318	JESSICA APARECIDA ZANLUCA	Professor B - Ensino de Educação Infantil	-
15431	JESSY HELLEN MIQUELETTTO	Professor B - Ensino de Educação Infantil	-
15750	LILIA KLAUMANN RENKAVESKI	Professor B - Ensino de Educação Infantil	0,00
16179	MARGARETE REGINA TRINDADE	Professor B - Ensino de Educação Infantil	-
15490	MARLETE GOSCH MACHADO GALIVAR	Professor B - Ensino de Educação Infantil	-
15261	SIRLEI LOMBARDI	Professor B - Ensino de Educação Infantil	-
16047	TERESINHA PEREIRA PACHECO	Professor B - Ensino de Educação Infantil	0,20
16519	VANESSA STACK DO AMARAL	Professor B - Ensino de Educação Infantil	-
16012	VILMA DA APARECIDA BUENO	Professor B - Ensino de Educação Infantil	0,20
16446	WALDIRENE NUNES SERRA	Professor B - Ensino de Educação Infantil	-
15369	ADRIANA TABORDA RIBAS	Professor B - Ens. Fundamental Anos Iniciais	-



15636	ANGELA THAÍS WOLFF	Professor B - Ens. Fundamental Anos Iniciais	-
15768	DANIELA TOMIO DOS SANTOS	Professor B - Ens. Fundamental Anos Iniciais	0,20
15903	FABIANI MÜLLER	Professor B - Ens. Fundamental Anos Iniciais	-
16039	JANY RAMOS BITTEN-COURT RIBEIRO	Professor B - Ens. Fundamental Anos Iniciais	0,10
16241	LINDONOR PRAXEDES NUNES	Professor B - Ens. Fundamental Anos Iniciais	-
16268	LUIZ FERREIRA DA LUZ	Professor B - Ens. Fundamental Anos Iniciais	-
16349	MARCELO GOMES DE SOUZA	Professor B - Ens. Fundamental Anos Iniciais	-
16365	MARIA ELIANE PEREIRA DE SOUZA	Professor B - Ens. Fundamental Anos Iniciais	0,28
16462	MATILDE PIRES LOPES TEIXEIRA	Professor B - Ens. Fundamental Anos Iniciais	-
16560	SALETE BOSCHEN DA LUZ	Professor B - Ens. Fundamental Anos Iniciais	-
15466	ADRIANA PRESTES DE SOUZA	Professor A - Ensino de Educação Infantil	-
15911	ANA CLAUDIA FEO	Professor A - Ensino de Educação Infantil	-
15474	ANDRESSA KROTH EITELVAN	Professor A - Ensino de Educação Infantil	-
15210	CAROLINE LANG	Professor A - Ensino de Educação Infantil	-
15229	CHARLENE APARECIDA FERREIRA SCOZ	Professor A - Ensino de Educação Infantil	-
15814	DHYESSICA SANTOS DA COSTA	Professor A - Ensino de Educação Infantil	-
16527	DOMINIQUEA COSMO DE SOUZA	Professor A - Ensino de Educação Infantil	-
15830	DOUGLAS DA SILVA BREMM	Professor A - Ensino de Educação Infantil	-
15407	DRIELE JANINE NICHELATTI	Professor A - Ensino de Educação Infantil	-
16004	EDCLEIA RAMOS DOS SANTOS HUBNER	Professor A - Ensino de Educação Infantil	-
15679	GISELIA APARECIDA PEREIRA	Professor A - Ensino de Educação Infantil	-
16276	GISLAINE VITAL DOS SANTOS LUDTKE	Professor A - Ensino de Educação Infantil	-
15237	GRACIELLA STRELOW	Professor A - Ensino de Educação Infantil	-
15725	GRAZIELA MENDES	Professor A - Ensino de Educação Infantil	-
15989	IVANE LEU	Professor A - Ensino de Educação Infantil	-
15199	JOSIANE APARECIDA RIOS	Professor A - Ensino de Educação Infantil	-
16128	LETICIA BRAGA SCHULKA	Professor A - Ensino de Educação Infantil	-
16101	LIDIANE MARIA SOARES RICARDO	Professor A - Ensino de Educação Infantil	-

15628	LUCILENE PEREIRA	Professor A - Ensino de Educação Infantil	-
15547	MATILDE DOS SANTOS	Professor A - Ensino de Educação Infantil	-
16543	MIRIAM ALVES DE SOUSA	Professor A - Ensino de Educação Infantil	-
15156	NADIA CRISTINA GAEDKE RAITER	Professor A - Ensino de Educação Infantil	-
15857	NADIELI PRISCILA AVANCE	Professor A - Ensino de Educação Infantil	0,20
15717	NELCI REJANE NUNES BERGMANN	Professor A - Ensino de Educação Infantil	-
15385	NOEMI SILVANA RIEDEL VARGAS	Professor A - Ensino de Educação Infantil	-
15326	PAOLA MAROSTICA	Professor A - Ensino de Educação Infantil	-
16411	PATRÍCIA BUENO	Professor A - Ensino de Educação Infantil	0,00
15512	PATRÍCIA SANDY NOGUEIRA	Professor A - Ensino de Educação Infantil	-
16209	PRISCILA BARBOZA AMORIM DE OLIVEIRA	Professor A - Ensino de Educação Infantil	0,18
16098	RITA DE CÁSSIA APARECIDA FRANCO	Professor A - Ensino de Educação Infantil	-
16489	ROSENILDA DOS SANTOS	Professor A - Ensino de Educação Infantil	-
15652	SANDRA MARA BECKER DA SILVA	Professor A - Ensino de Educação Infantil	-
15687	SHÁLLY KATLEEM PISKE	Professor A - Ensino de Educação Infantil	-
16497	SILVANE DEORASKI OLIVEIRA	Professor A - Ensino de Educação Infantil	-
15741	TATIANE OLCZYK	Professor A - Ensino de Educação Infantil	-
16136	VIVIANE CARLA BRAGA TAVARES	Professor A - Ensino de Educação Infantil	-
15555	VIVIANE XAVIER	Professor A - Ensino de Educação Infantil	-
15539	VIVIVANE MARIA SOARES RICARDO	Professor A - Ensino de Educação Infantil	-
15270	CLAUDETE DUARTE	Professor A - Ens. Fundamental Anos Iniciais	-
16578	CLELIA BITTENCURT	Professor A - Ens. Fundamental Anos Iniciais	-
15334	CRISTIAN PEREIRA RUTHES	Professor A - Ens. Fundamental Anos Iniciais	-
16071	DAMYANA TAMARA BORCHARDT	Professor A - Ens. Fundamental Anos Iniciais	-
16160	DÉBORA KURZAWSKI	Professor A - Ens. Fundamental Anos Iniciais	-
15610	EDIMEIRE CONCEIÇÃO SANTOS	Professor A - Ens. Fundamental Anos Iniciais	-
15440	LOHAINE GIULIANE POMMERENING	Professor A - Ens. Fundamental Anos Iniciais	-
16250	LUCINÉIA PRAXEDES NUNES	Professor A - Ens. Fundamental Anos Iniciais	0,10

15458	LUZIA DOS PASSOS CRISTOFOLINI	Professor A - Ens. Fundamental Anos Iniciais	-
15644	SEMIRAMIS BAIER PUTTENDORF MUNDDEL	Professor A - Ens. Fundamental Anos Iniciais	0,02
15253	VIVIANE BOLDUAN DA SILVA	Professor A - Ens. Fundamental Anos Iniciais	-
16381	FRANCIS LOIZE ZOZ COELHO	Professor C - Ensino de Educação Infantil	0,30
15946	JACQUELINE APARECIDA TABORDA RIBAS	Professor C - Ensino de Educação Infantil	-
16390	KELE KAZMIRSKI MARESANA	Professor C - Ensino de Educação Infantil	-
16063	LOSANGELA BELERS	Professor C - Ensino de Educação Infantil	0,60
16322	LURDES ANTONIETTO COLAÇO	Professor C - Ensino de Educação Infantil	1,00
15300	MARIA APARECIDA DA SILVA FONCECA	Professor C - Ensino de Educação Infantil	1,50
16535	MARIA IZABEL DE BARROS ALBUQUERQUE	Professor C - Ensino de Educação Infantil	-
16420	MIRIAN RAMOS	Professor C - Ensino de Educação Infantil	-
16080	PATRÍCIA DE LIMA	Professor C - Ensino de Educação Infantil	0,10
15598	PATRICIA DOS SANTOS	Professor C - Ensino de Educação Infantil	0,60
16284	RITA DE CÁSSIA DA SILVA HILDEBRANDO POHL	Professor C - Ensino de Educação Infantil	-
16217	SUSIANE PATRICIA DOS SANTOS BLASIUS	Professor C - Ensino de Educação Infantil	-
16357	VIVIAN SOLANGE MARQUARDT LENZI	Professor C - Ensino de Educação Infantil	0,50
16110	ARLETE DA SILVA	Professor C - Ens. Fundamental Anos Iniciais	0,10
16500	CLENIR FATIMA GOTTWITZ	Professor C - Ens. Fundamental Anos Iniciais	-
15563	EDINA PICCOLI CEZÁRIO	Professor C - Ens. Fundamental Anos Iniciais	1,50
15172	ISONETE MATHIAS	Professor C - Ens. Fundamental Anos Iniciais	0,54
15164	LINDOMAR SILVA DE JESUS	Professor C - Ens. Fundamental Anos Iniciais	0,72
15938	PATRICIA DE LIMA	Professor C - Ens. Fundamental Anos Iniciais	-
15873	ROSE MARLI TOMASELLI	Professor C - Ens. Fundamental Anos Iniciais	0,90
16225	FÁTIMA ROSA FRANCO	Professor B - Artes - Ens. Ed. Infantil e Ens. Fundamental Anos Iniciais e Finais	-
15148	JULIA GRAZIELA DA SILVA CASTRO	Professor B - Artes - Ens. Ed. Infantil e Ens. Fundamental Anos Iniciais e Finais	-

15482	LAIZA APARECIDA TODT RAMTHUM	Professor B - Artes - Ens. Ed. Infantil e Ens. Fundamental Anos Iniciais e Finais	-
15962	FRANCIELE STEIN RONCHI	Professor C - Artes - Ens. Ed. Infantil e Ens. Fundamental Anos Iniciais e Finais	0,20
15822	JOSÉ ANTONIO CORREIA DE SOUZA	Professor C - Artes - Ens. Ed. Infantil e Ens. Fundamental Anos Iniciais e Finais	-
16233	ADOLFO HARMEL ALVES	Professor B - Ed. Física - Ens. Ed. Infantil e Ens. Fundamental Anos Iniciais e Finais	0,10
15865	ALEXANDRA PATSCH	Professor B - Ed. Física - Ens. Ed. Infantil e Ens. Fundamental Anos Iniciais e Finais	-
16454	ANNE CAROLINE DE OLIVEIRA	Professor B - Ed. Física - Ens. Ed. Infantil e Ens. Fundamental Anos Iniciais e Finais	-
15520	DENISE KURTEN	Professor B - Ed. Física - Ens. Ed. Infantil e Ens. Fundamental Anos Iniciais e Finais	-
15580	JANAÍNA FIRMO	Professor C - Ed. Física - Ens. Ed. Infantil e Ens. Fundamental Anos Iniciais e Finais	-
15709	MAYCON DE CARVALHO SANTOS	Professor C - Ed. Física - Ens. Ed. Infantil e Ens. Fundamental Anos Iniciais e Finais	1,10
15776	ROBSON WILLIAM DA SILVA	Professor C - Ed. Física - Ens. Ed. Infantil e Ens. Fundamental Anos Iniciais e Finais	-
16403	FRANCIELE MARTINS DE ABREU	Professor B - Intérprete de Libras - Ens. Fundamental Anos Iniciais e Finais	-
15296	LUIZ EDUARDO PETRY	Professor B - Ética e Cidadania - Ens. Fundamental Anos Iniciais e Finais	-
15849	GIOVANIA MARCARINI	Professor B - História - Ens. Fundamental Anos Finais	-
16306	JAMILE NAIR DE AZEVEDO	Professor B - História - Ens. Fundamental Anos Finais	-
16314	JANE MARIA LANGER	Professor B - História - Ens. Fundamental Anos Finais	-
15660	LUCIANA PEREIRA PEDROZA	Professor B - História - Ens. Fundamental Anos Finais	-
16373	NELSON DA SILVA VIANA JUNIOR	Professor B - História - Ens. Fundamental Anos Finais	-
16195	RAFAEL VICTOR BATISTA DE OLIVEIRA	Professor C - Ensino Religioso - Ens. Fundamental Anos Finais	-

16020	DALVA BUENO WAL- TRICH	Psicopedagogo	-
15806	GREICE MAIARA DENKER	Psicopedagogo	-
15423	JOSIANE MARCON- DES	Psicopedagogo	0,90
15180	SALETE DE FATIMA KRANKEL	Psicopedagogo	0,90

Schroeder(SC), 30 de julho de 2014.  
Comissão Organizadora Processo Seletivo Simplificado  
Município de Schroeder

### **Convocação Concurso Público N°. 001/2013-ESF**

Convocação Concurso Público n°. 001/2013-ESF

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. LORETE FOLLADOR, inscrita no CPF sob n°. 023.427.289-99, aprovado em 2º lugar no Concurso Público n°. 001/2013-ESF, para o cargo de MÉDICA PLANTONISTA, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer à Diretoria de Recursos Humanos (47 3374-6508), até as 17:00h do dia 07 de agosto de 2014, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga.

Schroeder (SC), 30 de julho de 2014.  
OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

Orlando Tecilla  
Secretário de Saúde e Assistência Social



RREO - 3º Bimestre

Município de SCHROEDER - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
<b>RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	<b>40.146.966,00</b>	<b>40.146.966,00</b>	<b>6.283.573,74</b>	<b>15,65</b>	<b>19.384.684,53</b>	<b>48,28</b>
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>35.525.966,00</b>	<b>35.525.966,00</b>	<b>5.790.451,24</b>	<b>16,30</b>	<b>18.891.562,03</b>	<b>53,18</b>
RECEITA TRIBUTÁRIA	4.942.500,00	4.942.500,00	485.737,35	9,83	2.701.485,96	54,66
IMPOSTOS	3.532.500,00	3.532.500,00	359.287,47	10,17	1.840.440,09	52,10
TAXAS	1.010.000,00	1.010.000,00	106.443,01	10,54	818.934,07	81,08
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	400.000,00	400.000,00	20.006,87	5,00	42.111,80	10,53
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	700.000,00	700.000,00	118.350,42	16,91	328.161,22	46,88
CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	700.000,00	700.000,00	118.350,42	16,91	328.161,22	46,88
RECEITA PATRIMONIAL	50.300,00	50.300,00	81.681,23	162,39	208.504,90	414,52
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	50.300,00	50.300,00	81.681,23	162,39	208.504,90	414,52
RECEITA AGROPECUÁRIA	60.000,00	60.000,00	21.725,02	36,21	47.711,76	79,52
Outras Receitas Agropecuárias	60.000,00	60.000,00	21.725,02	36,21	47.711,76	79,52
RECEITA DE SERVIÇOS	1.900.000,00	1.900.000,00	388.084,65	20,43	1.130.352,77	59,49
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	27.001.166,00	27.001.166,00	4.555.081,77	16,87	14.142.724,67	52,38
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	26.460.166,00	26.460.166,00	4.516.224,61	17,07	13.987.089,20	52,86
Transf. de Instituições Privadas	190.000,00	190.000,00	0,00	0,00	41.000,00	21,58
Transf. de Pessoas	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf. de Conv.	341.000,00	341.000,00	38.857,16	11,40	114.635,47	33,62
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	872.000,00	872.000,00	139.790,80	16,03	332.620,75	38,14
Multas e Juros de Mora	232.000,00	232.000,00	49.263,15	21,23	113.747,01	49,03
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	80.000,00	80.000,00	6.620,50	8,28	11.421,28	14,28
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	510.000,00	510.000,00	57.048,00	11,19	174.373,40	34,19
RECEITAS DIVERSAS	50.000,00	50.000,00	26.859,15	53,72	33.079,06	66,16
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>4.621.000,00</b>	<b>4.621.000,00</b>	<b>493.122,50</b>	<b>10,67</b>	<b>493.122,50</b>	<b>10,67</b>
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.000.000,00	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	1.000.000,00	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIEIÇÃO DE BENS	60.000,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIEIÇÃO DE BENS MÓVEIS	60.000,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	3.561.000,00	3.561.000,00	493.122,50	13,85	493.122,50	13,85
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO	3.561.000,00	3.561.000,00	493.122,50	13,85	493.122,50	13,85
<b>RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)</b>	<b>40.146.966,00</b>	<b>40.146.966,00</b>	<b>6.283.573,74</b>	<b>15,65</b>	<b>19.384.684,53</b>	<b>48,28</b>

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de SCHROEDER - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Operações de Crédito Internas						
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)</b>	<b>40.146.966,00</b>	<b>40.146.966,00</b>	<b>6.283.573,74</b>	<b>15,65</b>	<b>19.384.684,53</b>	<b>48,28</b>
<b>DÉFICIT (VI)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>TOTAL (VII) = (V + VI)</b>	<b>40.146.966,00</b>	<b>40.146.966,00</b>	<b>6.283.573,74</b>	<b>15,65</b>	<b>19.384.684,53</b>	<b>48,28</b>
<b>SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)</b>	<b>—</b>	<b>1.645.786,96</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>733.182,26</b>	<b>—</b>
Superávit Financeiro	—	1.645.786,96	—	—	733.182,26	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—
<b>DESPESAS</b>	<b>DOTAÇÃO INICIAL (d)</b>	<b>CRÉDITOS ADICIONAIS (e)</b>	<b>DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)</b>	<b>DESPESAS EMPENHADAS</b>		<b>SALDO A LIQUIDAR (f - g)</b>
				No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)</b>	<b>40.146.966,00</b>	<b>1.988.423,12</b>	<b>42.135.389,12</b>	<b>18.594.801,40</b>	<b>15.632.354,93</b>	<b>37,10</b>
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>31.541.052,65</b>	<b>827.345,19</b>	<b>32.368.397,84</b>	<b>16.148.993,15</b>	<b>14.017.475,26</b>	<b>43,31</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	19.577.058,00	-127.551,80	19.449.506,20	9.422.074,00	8.842.574,50	45,46
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	190.000,00	0,00	190.000,00	113.261,61	113.261,61	59,61
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	11.773.994,65	954.896,99	12.728.891,64	6.613.657,54	5.061.639,15	39,76
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>8.448.850,00</b>	<b>1.161.077,93</b>	<b>9.609.927,93</b>	<b>2.445.808,25</b>	<b>1.614.879,67</b>	<b>16,80</b>
INVESTIMENTOS	7.293.850,00	1.161.077,93	8.454.927,93	1.816.527,35	500.615,11	11,66
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	1.155.000,00	0,00	1.155.000,00	629.280,90	209.760,30	54,48
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	<b>157.063,35</b>	<b>0,00</b>	<b>157.063,35</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)</b>	<b>0,00</b>	<b>22.990,00</b>	<b>22.990,00</b>	<b>9.464,94</b>	<b>9.464,94</b>	<b>41,17</b>
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	22.990,00	22.990,00	9.464,94	9.464,94	41,17
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)</b>	<b>40.146.966,00</b>	<b>2.011.413,12</b>	<b>42.158.379,12</b>	<b>18.604.266,34</b>	<b>15.641.819,87</b>	<b>37,10</b>
				<b>5.677.280,48</b>	<b>26.503.034,19</b>	
				<b>4.966.905,07</b>	<b>18.350.922,58</b>	
				2.999.029,18	10.606.931,70	
				33.592,52	76.738,39	
				1.934.283,37	7.667.252,49	
				<b>710.375,41</b>	<b>7.995.048,26</b>	
				500.615,11	7.469.329,16	
				209.760,30	525.719,10	
				<b>0,00</b>	<b>157.063,35</b>	
				<b>4.453,22</b>	<b>13.525,06</b>	
				4.453,22	13.525,06	

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de SCHROEDER - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)</b>	<b>40.146.966,00</b>	<b>2.011.413,12</b>	<b>42.158.379,12</b>	<b>6.099.503,95</b>	<b>18.604.266,34</b>	<b>5.681.733,70</b>	<b>15.641.819,87</b>	<b>37,10</b>
<b>SUPERÁVIT (XIII)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>3.742.864,66</b>	<b>—</b>
<b>TOTAL (XIV) = (XII + XIII)</b>	<b>40.146.966,00</b>	<b>2.011.413,12</b>	<b>42.158.379,12</b>	<b>6.099.503,95</b>	<b>18.604.266,34</b>	<b>5.681.733,70</b>	<b>19.384.684,53</b>	<b>37,10</b>

FONTE:

SCHROEDER, 29/07/2014

OSVALDO JURCK Prefeito Municipal	HERCÍLIO PEITRUKA JUNIOR Contador PR-034345/O-3 S-SC	PAULO ROBERTO FERREIRA Controlador Municipal
-------------------------------------	---------------------------------------------------------	-------------------------------------------------

Município de SCHROEDER - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO – Anexo 2 ( LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c" )

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>								
Legislativa	40.146.966,00	42.135.389,12	6.095.050,73	18.594.801,40	5.677.280,48	15.632.354,93	99,94	26.503.034,19
Ação Legislativa	1.830.000,00	1.830.000,00	363.828,76	1.539.330,88	239.990,74	628.070,45	4,02	1.201.929,55
Administração	1.830.000,00	1.830.000,00	363.828,76	1.539.330,88	239.990,74	628.070,45	4,02	1.201.929,55
Administração Geral	3.499.023,20	3.494.588,16	695.299,41	1.993.450,31	629.577,51	1.806.150,74	11,55	1.888.437,42
Administração Geral	3.499.023,20	3.494.588,16	695.299,41	1.993.450,31	629.577,51	1.806.150,74	11,55	1.888.437,42
Segurança Pública	136.000,00	141.259,20	23.490,77	55.581,24	23.800,63	48.888,31	0,31	92.370,89
Policimento	59.000,00	64.259,20	4.190,77	20.705,47	4.500,63	14.012,54	0,09	50.246,66
Defesa Civil	77.000,00	77.000,00	19.300,00	34.875,77	19.300,00	34.875,77	0,22	42.124,23
Assistência Social	1.729.000,00	1.892.022,34	288.799,16	720.083,84	240.807,05	573.297,15	3,67	1.318.725,19
Assistência à Criança e ao Adolescente	310.000,00	359.315,75	30.836,33	97.057,66	34.123,55	87.679,17	0,56	271.636,58
Assistência Comunitária	1.419.000,00	1.532.706,59	257.962,83	623.026,18	206.683,50	485.617,98	3,10	1.047.088,61
Saúde	10.580.053,00	10.808.272,63	1.069.270,73	3.847.109,78	1.196.432,39	3.343.529,46	21,38	7.464.743,17
Administração Geral	608.100,00	568.100,00	52.180,74	152.474,84	51.649,74	151.853,84	0,97	416.246,16
Atenção Básica	9.289.253,00	9.535.417,28	949.836,43	3.485.498,99	1.076.611,84	3.022.179,71	19,32	6.513.237,57
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	592.000,00	599.423,95	60.999,57	181.149,01	61.898,80	149.222,24	0,95	450.201,71
Vigilância Sanitária	18.000,00	20.000,00	122,33	5.776,56	422,47	1.944,84	0,01	18.055,16
Vigilância Epidemiológica	72.700,00	85.331,40	6.131,66	22.210,38	5.849,54	18.328,83	0,12	67.002,57
Educação	10.477.750,00	10.664.268,71	1.958.424,35	5.314.883,98	1.778.174,97	5.044.074,05	32,25	5.620.194,66
Administração Geral	135.500,00	164.400,00	27.283,37	79.179,10	26.919,02	74.603,92	0,48	89.796,08
Ensino Fundamental	5.194.000,00	5.055.142,57	977.712,57	2.675.197,52	935.225,91	2.605.204,13	16,66	2.449.938,44
Ensino Médio	145.000,00	149.274,36	51.257,19	51.257,19	51.257,19	51.257,19	0,33	98.017,17
Ensino Profissional	130.000,00	129.100,00	62.757,24	101.136,05	21.466,68	53.472,53	0,34	75.627,47
Ensino Superior	165.000,00	165.000,00	24.440,55	65.138,44	24.440,55	65.138,44	0,42	99.861,56
Educação Infantil	4.315.250,00	4.536.808,07	700.763,97	2.091.658,58	643.261,28	1.992.048,92	12,74	2.544.759,15
Educação de Jovens e Adultos	15.000,00	15.000,00	1.167,64	2.411,76	1.167,64	2.411,76	0,02	12.588,24
Educação Especial	233.000,00	259.996,00	48.369,61	113.525,24	46.755,71	111.002,34	0,71	148.993,66
Educação Básica	145.000,00	189.547,71	64.672,21	135.380,10	27.680,99	88.934,82	0,57	100.612,89
Cultura	469.227,25	468.227,25	57.078,40	142.020,08	59.906,01	130.836,35	0,84	337.390,90
Difusão Cultural	469.227,25	468.227,25	57.078,40	142.020,08	59.906,01	130.836,35	0,84	337.390,90

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de SCHROEDER - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>								
Urbanismo	40.146.966,00	42.135.389,12	6.095.050,73	18.594.801,40	5.677.280,48	15.632.354,93	99,94	26.503.034,19
Infra-Estrutura Urbana	4.450.962,66	5.749.642,67	383.941,13	1.457.207,45	403.024,98	1.117.695,59	7,15	4.631.947,08
Habituação	4.450.962,66	5.749.642,67	383.941,13	1.457.207,45	403.024,98	1.117.695,59	7,15	4.631.947,08
Habituação Urbana	121.500,00	121.500,00	1.950,42	2.672,02	360,80	1.082,40	0,01	120.417,60
Saneamento	1.900.000,00	1.956.222,69	1.950,42	2.672,02	360,80	1.082,40	0,01	120.417,60
Saneamento Básico Urbano	1.900.000,00	1.956.222,69	467.688,67	1.106.008,37	337.159,23	800.060,61	5,11	1.156.162,08
Gestão Ambiental	821.500,00	821.500,00	467.688,67	1.106.008,37	337.159,23	800.060,61	5,11	1.156.162,08
Infra-Estrutura Urbana	41.500,00	41.500,00	132.557,38	562.185,99	163.641,18	453.392,69	2,90	368.107,31
Serviços Urbanos	680.000,00	680.000,00	4.832,90	28.591,91	4.832,90	28.591,91	0,18	12.908,09
Preservação e Conservação Ambiental	100.000,00	100.000,00	127.724,48	533.594,08	158.808,28	424.800,78	2,72	255.199,22
Agricultura	547.500,00	690.925,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00
Extensão Rural	547.500,00	690.925,00	139.653,72	394.218,48	143.470,08	361.063,13	2,31	329.861,87
Indústria	271.136,54	273.829,54	139.653,72	394.218,48	143.470,08	361.063,13	2,31	329.861,87
Promoção Industrial	271.136,54	273.829,54	14.899,72	44.138,70	16.552,12	42.360,94	0,27	231.468,60
Comércio e Serviços	143.000,00	98.000,03	14.899,72	44.138,70	16.552,12	42.360,94	0,27	231.468,60
Turismo	143.000,00	98.000,03	23.284,67	44.337,43	17.005,67	38.058,43	0,24	59.941,60
Energia	700.000,00	700.000,00	23.284,67	44.337,43	17.005,67	38.058,43	0,24	59.941,60
Energia Elétrica	700.000,00	700.000,00	77.123,96	246.494,23	87.231,76	220.574,23	1,41	479.425,77
Desporto e Lazer	968.250,00	923.067,55	77.123,96	246.494,23	87.231,76	220.574,23	1,41	479.425,77
Desporto Comunitário	968.250,00	923.067,55	154.406,66	382.536,11	96.792,54	280.677,89	1,79	642.389,66
Encargos Especiais	1.345.000,00	1.345.000,00	154.406,66	382.536,11	96.792,54	280.677,89	1,79	642.389,66
Serviço da Dívida Interna	1.345.000,00	1.345.000,00	243.352,82	742.542,51	243.352,82	742.542,51	4,75	602.457,49
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	157.063,35	157.063,35	243.352,82	742.542,51	243.352,82	742.542,51	4,75	602.457,49
			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	157.063,35
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>								
Administração	-	22.990,00	4.453,22	9.464,94	4.453,22	9.464,94	0,06	13.525,06
Administração Geral	0,00	1.000,00	116,84	350,52	116,84	350,52	0,00	649,48
Assistência Social	0,00	1.000,00	116,84	350,52	116,84	350,52	0,00	649,48
Assistência à Criança e ao Adolescente	0,00	300,00	15,58	62,28	15,58	62,28	0,00	237,72
Educação	0,00	300,00	15,58	62,28	15,58	62,28	0,00	237,72
Administração Geral	0,00	10.390,00	2.209,91	4.300,69	2.209,91	4.300,69	0,03	6.089,31
			163,58	424,52	163,58	424,52	0,00	775,48

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de SCHROEDER - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>								
Educação	0,00	22.990,00	4.453,22	9.484,94	4.453,22	9.484,94	0,06	41,17
Ensino Fundamental	0,00	10.390,00	2.209,91	4.300,69	2.209,91	4.300,69	0,03	41,39
Ensino Profissional	0,00	5.000,00	1.164,49	2.103,04	1.164,49	2.103,04	0,01	42,06
Educação Infantil	0,00	900,00	83,46	250,38	83,46	250,38	0,00	27,82
Cultura	0,00	3.290,00	798,38	1.522,75	798,38	1.522,75	0,01	46,28
Difusão Cultural	0,00	1.000,00	77,90	268,73	77,90	268,73	0,00	26,87
Urbanismo	0,00	1.800,00	284,32	825,69	284,32	825,69	0,01	45,87
Infra-Estrutura Urbana	0,00	1.800,00	284,32	825,69	284,32	825,69	0,01	45,87
Saneamento	0,00	6.000,00	1.417,62	2.804,09	1.417,62	2.804,09	0,02	46,73
Saneamento Básico Urbano	0,00	6.000,00	1.417,62	2.804,09	1.417,62	2.804,09	0,02	46,73
Agricultura	0,00	300,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Extensão Rural	0,00	300,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Desporto e Lazer	0,00	2.200,00	331,05	852,94	331,05	852,94	0,01	38,77
Desporto Comunitário	0,00	2.200,00	331,05	852,94	331,05	852,94	0,01	38,77
<b>TOTAL (III) = (I + II)</b>	<b>40.146.966,00</b>	<b>42.158.379,12</b>	<b>6.099.503,95</b>	<b>18.604.266,34</b>	<b>5.681.733,70</b>	<b>15.641.819,87</b>	<b>100,00</b>	<b>37,10</b>

FONTE:

SCHROEDER , 29/07/2014

OSVALDO JURCK Prefeito Municipal	HERCÍLIO PEITRUKA JUNIOR Contador PR-034345/O-3 S-SC	PAULO ROBERTO FERREIRA Controlador Municipal
-------------------------------------	---------------------------------------------------------	-------------------------------------------------

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de SCHROEDER - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JULHO/2013 A JUNHO/2014

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2014	
	Jul/2013	Ago/2013	Sep/2013	Out/2013	Nov/2013	Dez/2013	Jan/2014	Fev/2014	Mar/2014	Abr/2014	Mai/2014	Jun/2014		TOTAL (ÚLT. 12 MES.)
RECEITAS CORRENTES (I)	2.797.966,92	2.922.893,09	2.949.970,94	2.959.163,91	3.130.620,51	3.642.999,23	3.379.428,49	3.222.633,61	3.452.764,94	4.526.417,14	3.505.599,61	3.011.867,78	39.502.432,17	39.493.966,00
RECEITA TRIBUTÁRIA	284.996,56	253.729,33	180.435,98	256.643,90	198.178,81	276.313,58	102.524,76	137.843,38	573.140,68	1.403.660,44	291.711,96	194.247,57	4.153.435,95	4.942.500,00
IPTU.	29.100,77	31.539,87	8.772,38	9.175,94	11.480,20	12.122,38	1.313,52	730,85	191.877,84	790.361,35	34.758,57	27.467,03	1.149.280,70	1.630.000,00
IR.RF.	35.767,69	33.544,85	6.006,86	77.305,91	43.106,17	107.029,35	2.522,50	2.759,49	68.900,90	3.409,83	79.753,18	27.976,65	462.304,48	320.000,00
I.S.S.	72.901,29	64.344,44	57.334,42	67.928,97	68.860,81	83.972,16	66.172,42	61.771,16	72.896,15	58.412,80	86.626,98	77.956,68	839.468,24	1.132.500,00
ITBI.	43.899,47	30.337,64	20.133,42	42.157,74	30.020,82	14.647,51	19.504,14	33.650,36	22.800,48	85.398,38	23.336,99	26.562,63	392.469,58	450.000,00
Outras Receitas Tributárias	103.327,34	93.962,53	88.198,94	59.475,34	44.730,81	58.542,18	13.012,18	38.931,52	216.574,31	466.077,88	67.036,24	58.443,58	1.309.312,95	1.410.000,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	111.320,82	643,39	91.796,72	51.464,05	50.799,42	108.881,62	52.463,25	45,50	33.995,24	93.706,81	61.652,89	56.497,53	743.067,24	700.000,00
RECEITA PATRIMONIAL	39.427,70	16.532,64	24.579,22	28.968,29	38.414,05	38.997,25	21.806,63	31.146,62	35.903,88	37.961,54	39.297,61	42.383,62	394.524,05	50.300,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	5.827,45	7.890,51	11.932,26	12.832,71	13.529,25	13.377,00	3.834,42	4.526,94	8.419,72	9.205,66	12.977,30	8.747,72	113.100,94	60.000,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	138.199,24	176.082,53	146.281,90	177.218,11	177.609,73	211.154,41	96.362,09	223.127,07	222.734,41	200.024,95	198.770,62	188.313,83	2.156.898,69	1.900.000,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.164.134,60	2.427.062,46	2.416.498,78	2.388.128,71	2.591.083,72	2.902.518,49	3.071.223,68	2.776.630,60	2.497.503,96	2.721.988,40	2.830.992,73	2.450.983,01	31.218.749,14	30.969.166,00
Cota-Parte do FPM	543.193,07	710.216,26	568.930,21	606.673,11	817.626,44	1.233.485,67	1.189.662,73	1.267.385,79	753.596,58	983.092,19	1.146.778,61	859.559,97	10.559.590,63	9.800.000,00
Cota-Parte do I.C.M.S.	679.434,20	836.896,64	756.257,09	816.908,31	821.395,36	817.912,28	753.379,05	715.303,39	725.657,90	707.593,32	719.177,85	729.623,48	9.081.456,87	9.000.000,00
Cota-Parte do IPVA	142.025,99	134.396,13	104.508,14	121.893,27	69.367,21	46.232,48	62.400,28	69.130,74	121.906,37	116.615,86	132.602,87	114.018,01	1.235.097,35	1.100.000,00
Cota-Parte do ITR	19,38	5,00	1.533,18	5.329,29	223,86	318,26	113,59	106,38	106,38	90,66	0,00	71,58	7.842,23	10.000,00
Outras Transferências Correntes	363.961,89	254.897,89	610.665,81	366.754,20	355.036,76	288.655,46	500.274,85	173.403,70	389.862,52	520.264,09	270.946,36	215.545,88	4.209.890,41	5.079.168,00
Transferências de LC 61/1989	22.343,43	11.863,63	10.791,50	11.536,19	12.796,63	13.677,44	12.019,90	10.176,34	9.943,61	10.824,45	11.773,37	11.213,51	148.960,00	140.000,00
Transferências da LC 87/1996	6.799,70	24.225,34	3.399,85	3.399,85	3.398,85	3.400,85	3.176,30	3.176,30	0,00	3.176,30	3.176,30	3.176,30	60.505,94	40.000,00
Transferências do FUNDEB	406.356,94	454.759,57	458.413,00	435.634,49	511.238,61	498.836,05	550.196,98	538.023,29	496.640,60	500.395,53	547.137,37	517.774,28	5.915.406,71	5.800.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	54.060,55	40.958,23	77.446,08	63.908,14	61.005,53	92.656,88	31.191,66	50.313,50	51.455,05	59.869,74	70.096,30	69.694,50	722.656,16	872.000,00
DEDUÇÕES (II)	278.762,95	343.502,80	356.778,23	309.374,31	344.962,21	344.972,30	404.070,15	413.720,52	327.494,13	334.361,22	402.581,64	343.532,38	4.016.000,00	4.016.000,00
Dedução Cota-Parte do IPVA - 60 %	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-57,72	0,00	0,00	-57,72	0,00
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	278.762,95	343.502,80	356.778,23	309.374,31	344.962,21	344.972,30	404.070,15	413.720,52	327.494,13	334.418,94	402.581,64	343.532,38	4.204.170,56	4.016.000,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	2.519.203,97	2.579.390,29	2.592.192,71	2.649.789,60	2.785.658,30	3.298.026,93	2.975.358,34	2.861.913,09	3.125.270,81	4.192.055,92	3.103.117,97	2.668.335,40	35.299.319,33	35.476.966,00



Município de SCHROEDER - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)					R\$ 1,00
RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014	
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)					
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2013
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)					
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de SCHROEDER - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIA) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS				
Valor				0,00
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de SCHROEDER - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		Até o Bimestre/2013
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014	
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = (VIII + IX - X)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
DESPESAS					
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		Até o Bimestre/2013
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014	
ADMINISTRAÇÃO	-	-	-	-	-
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

FONTE:

SCHROEDER , 29/07/2014

OSVALDO IURCK Prefeito Municipal	HERCÍLIO PEITRUKA JUNIOR Contador PR-034345/O-3 S-SC	PAULO ROBERTO FERREIRA Controlador Municipal
-------------------------------------	---------------------------------------------------------	-------------------------------------------------

Município de SCHROEDER - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 30 Abr 2014 (B)	Em 30 Jun 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	1.994.863,35	1.575.342,75	1.365.582,45
DEDUÇÕES (II)	3.989.462,65	7.745.730,89	7.996.037,10
Disponibilidade de Caixa Bruta	4.046.573,69	7.745.730,89	7.995.372,55
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	664,55
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	57.111,04	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-1.994.599,30	-6.170.388,14	-6.630.454,65
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)</b>	<b>-1.994.599,30</b>	<b>-6.170.388,14</b>	<b>-6.630.454,65</b>

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Jun 2014 (C - A)
<b>VALOR</b>	<b>-460.066,51</b>	<b>-4.635.855,35</b>

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
<b>META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>	<b>-1.873.761,44</b>

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 30 Abr 2014 (B)	Em 30 Jun 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

FONTE:

SCHROEDER , 29/07/2014

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

HERCÍLIO PEITRUKA JUNIOR  
Contador PR-034345/O-3 S-SC

PAULO ROBERTO FERREIRA  
Controlador Municipal

Município de SCHROEDER - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)</b>	<b>35.475.666,00</b>	<b>5.708.770,01</b>	<b>18.683.057,13</b>	<b>16.087.270,23</b>
Receita Tributária	4.942.500,00	485.737,35	2.701.485,96	2.712.346,55
I.P.T.U.	1.630.000,00	62.033,36	1.044.887,27	978.669,18
I.S.S.	1.132.500,00	164.783,66	424.136,19	406.315,75
I.T.B.I.	450.000,00	49.919,62	211.272,98	252.169,42
I.R.R.F.	320.000,00	82.550,83	160.143,65	168.087,47
Outras Receitas Tributárias	1.410.000,00	126.449,88	861.045,87	907.104,73
Receita de Contribuição	700.000,00	118.350,42	328.161,22	227.957,73
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	700.000,00	118.350,42	328.161,22	227.957,73
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	50.300,00	81.681,23	208.504,90	72.085,39
(-) Aplicações Financeiras	50.300,00	81.681,23	208.504,90	72.085,39
Transferências Correntes	27.001.166,00	4.555.081,77	14.142.724,67	11.887.464,62
F.P.M.	7.840.000,00	1.604.590,91	4.863.572,84	3.761.125,14
I.C.M.S.	7.200.000,00	1.159.041,22	3.480.521,30	3.314.183,62
Convênios	341.000,00	38.857,16	114.635,47	140.590,07
Outras Transferências Correntes	11.620.166,00	1.752.592,48	5.683.995,06	4.671.565,79
Demais Receitas Correntes	2.832.000,00	549.600,47	1.510.685,28	1.259.501,33
Dívida Ativa	510.000,00	57.048,00	174.373,40	168.150,10
Diversas Receitas Correntes	2.322.000,00	492.552,47	1.336.311,88	1.091.351,23
<b>RECEITAS DE CAPITAL (II)</b>	<b>4.621.000,00</b>	<b>493.122,50</b>	<b>493.122,50</b>	<b>778.034,16</b>
Operações de Crédito (III)	1.000.000,00	0,00	0,00	464.212,21
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	60.000,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	3.561.000,00	493.122,50	493.122,50	313.821,95
Convênios	3.561.000,00	493.122,50	493.122,50	313.821,95
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)</b>	<b>3.561.000,00</b>	<b>493.122,50</b>	<b>493.122,50</b>	<b>313.821,95</b>
<b>RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)</b>	<b>39.036.666,00</b>	<b>6.201.892,51</b>	<b>19.176.179,63</b>	<b>16.401.092,18</b>
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
<b>DESPESAS CORRENTES (VIII)</b>	<b>32.391.387,84</b>	<b>4.971.358,29</b>	<b>14.026.940,20</b>	<b>12.596.319,09</b>
Pessoal e Encargos Sociais	19.449.506,20	2.999.029,18	8.842.574,50	8.264.001,81
Juros e Encargos da Dívida (IX)	190.000,00	33.592,52	113.261,61	167.424,15
Outras Despesas Correntes	12.751.881,64	1.938.736,59	5.071.104,09	4.164.893,13
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)</b>	<b>32.201.387,84</b>	<b>4.937.765,77</b>	<b>13.913.678,59</b>	<b>12.428.894,94</b>
<b>DESPESAS DE CAPITAL (XI)</b>	<b>9.609.927,93</b>	<b>710.375,41</b>	<b>1.614.879,67</b>	<b>1.253.951,51</b>
Investimentos	8.454.927,93	500.615,11	985.598,77	689.769,57
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	1.155.000,00	209.760,30	629.280,90	564.181,94
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)</b>	<b>8.454.927,93</b>	<b>500.615,11</b>	<b>985.598,77</b>	<b>689.769,57</b>
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)</b>	<b>157.063,35</b>	-	-	-

Município de SCHROEDER - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	157.063,35	-	-	-
<b>DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)</b>	<b>40.813.379,12</b>	<b>5.438.380,88</b>	<b>14.899.277,36</b>	<b>13.118.664,51</b>
<b>RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)</b>	<b>-1.776.713,12</b>	<b>763.511,63</b>	<b>4.276.902,27</b>	<b>3.282.427,67</b>
<b>SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	-	-	733.182,26	0,00
Superávit Financeiro	-	-	733.182,26	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE
<b>META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>				<b>-59.600,00</b>

FONTE:

SCHROEDER, 29/07/2014

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

HERCÍLIO PEITRUKA JUNIOR  
Contador PR-034345/O-3 S-SC

PAULO ROBERTO FERREIRA  
Controlador Municipal

Município de SCHROEDER - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS				RP NÃO PROCESSADOS				
	Inscritos		Saldo	Cancelados	Pagos	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2013							
<b>RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)</b>	-	57.111,04	-	-	57.111,04	516.628,41	516.628,41	-	168.239,87
<b>EXECUTIVO</b>	0,00	57.111,04	0,00	0,00	57.111,04	516.628,41	516.628,41	0,00	168.239,87
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	57.111,04	0,00	0,00	57.111,04	516.628,41	516.628,41	0,00	168.239,87
FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	107.910,48	107.910,48	0,00	126.500,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE	0,00	1.773,78	0,00	0,00	1.773,78	110.020,52	110.020,52	0,00	4.687,59
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	0,00	45.000,05	0,00	0,00	45.000,05	230.053,78	230.053,78	0,00	21.740,92
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E FIN.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.247,50	1.247,50	0,00	225,00
SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	10.337,21	0,00	0,00	10.337,21	67.396,13	67.396,13	0,00	15.086,36
<b>RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL (III) = (I + II):</b>	<b>0,00</b>	<b>57.111,04</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>57.111,04</b>	<b>516.628,41</b>	<b>516.628,41</b>	<b>0,00</b>	<b>168.239,87</b>

FONTE:

SCHROEDER , 29/07/2014

OSVALDO JURCK Prefeito Municipal	HERCILIO PEITRUKA JUNIOR Contador PR-034345/O-3 S-SC	PAULO ROBERTO FERREIRA Controlador Municipal
-------------------------------------	---------------------------------------------------------	-------------------------------------------------



MUNICÍPIO DE SCHROEDER - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO						
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			% (c) = (b/a)x100
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	3.805.000,00	3.805.000,00	409.767,23	1.961.801,47	51,56	
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	1.863.000,00	1.863.000,00	93.308,90	1.135.750,58	60,96	
1.1.1- IPTU	1.630.000,00	1.630.000,00	62.225,60	1.046.509,16	64,20	
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	8.000,00	8.000,00	866,57	1.189,78	14,87	
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	130.000,00	130.000,00	19.339,80	59.347,60	45,65	
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	95.000,00	95.000,00	10.876,93	28.704,04	30,21	
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	—	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	453.500,00	453.500,00	64.901,99	227.259,67	50,11	
1.2.1- ITBI	450.000,00	450.000,00	63.919,62	225.272,98	50,06	
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	500,00	500,00	0,00	269,72	53,94	
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	2.000,00	2.000,00	814,97	1.429,95	71,50	
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	1.000,00	1.000,00	167,40	287,02	28,70	
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	1.168.500,00	1.168.500,00	169.005,51	438.647,57	37,54	
1.3.1- ISS	1.132.500,00	1.132.500,00	164.804,46	424.247,06	37,46	
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	8.000,00	8.000,00	1.116,50	2.743,89	34,30	
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	20.000,00	20.000,00	2.040,95	8.163,01	40,82	
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	8.000,00	8.000,00	1.043,60	3.493,61	43,67	
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	320.000,00	320.000,00	82.550,83	160.143,65	50,04	
1.4.1- IRRF	320.000,00	320.000,00	82.550,83	160.143,65	50,04	
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00	
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	20.090.000,00	20.090.000,00	3.730.571,85	11.129.094,65	55,40	
2.1- Cota-Parte FPM	9.800.000,00	9.800.000,00	2.005.738,58	6.079.465,87	62,04	
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	9.800.000,00	9.800.000,00	2.005.738,58	6.079.465,87	62,04	
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	—	0,00	0,00	0,00	0,00	
2.2- Cota-Parte ICMS	9.000.000,00	9.000.000,00	1.448.801,33	4.350.650,99	48,34	
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	40.000,00	40.000,00	6.352,60	15.881,50	39,70	
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	140.000,00	140.000,00	22.986,88	65.951,18	47,11	
2.5- Cota-Parte ITR	10.000,00	10.000,00	71,58	413,26	4,13	
2.6- Cota-Parte IPVA	1.100.000,00	1.100.000,00	246.620,88	616.731,85	56,07	
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00	0,00	
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	23.895.000,00	23.895.000,00	4.140.339,08	13.090.896,12	54,79	
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			% (c) = (b/a)x100
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	—	0,00	0,00	0,00	0,00	
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	600.000,00	600.000,00	111.621,68	483.004,62	80,50	
5.1- Transferências do Salário-Educação	600.000,00	600.000,00	105.678,33	345.807,09	57,63	
5.2- Transferências Diretas - PDDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00	
5.3- Transferências Diretas - PNAE	—	0,00	0,00	0,00	0,00	
5.4- Transferências Diretas - PNATE	—	0,00	0,00	0,00	0,00	
5.5- Outras Transferências do FNDE	—	0,00	0,00	121.574,18	0,00	
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	—	0,00	5.943,35	15.623,35	0,00	
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	90.000,00	90.000,00	5.418,00	38.022,84	42,25	
6.1- Transferências de Convênios	90.000,00	90.000,00	5.418,00	38.022,84	42,25	
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00	
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	—	0,00	0,00	0,00	0,00	
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	561.000,00	561.000,00	85.744,05	227.859,32	40,62	
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	1.251.000,00	1.251.000,00	202.783,73	748.886,78	59,86	
FUNDEB						
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			% (c) = (b/a)x100
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	4.018.000,00	4.018.000,00	746.114,02	2.225.817,76	55,40	
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	1.960.000,00	1.960.000,00	401.147,67	1.215.893,03	62,04	
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	1.800.000,00	1.800.000,00	289.760,11	870.129,69	48,34	
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	8.000,00	8.000,00	1.270,52	3.176,30	39,70	
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	28.000,00	28.000,00	4.597,38	13.190,23	47,11	
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	2.000,00	2.000,00	14,31	82,62	4,13	
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	220.000,00	220.000,00	49.324,03	123.345,89	56,07	
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	5.800.000,00	5.800.000,00	1.067.282,31	3.158.381,30	54,45	
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	5.800.000,00	5.800.000,00	1.064.911,65	3.150.168,05	54,31	
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00	
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	—	0,00	2.370,66	8.213,25	0,00	
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	1.782.000,00	1.782.000,00	318.797,63	924.350,29	51,87	
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB						

MUNICÍPIO DE SCHROEDER - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	5.590.000,00	5.440.446,97	987.073,52	3.075.347,29	56,53
13.1- Com Educação Infantil	3.160.000,00	3.115.000,00	451.663,67	1.399.693,15	44,93
13.2- Com Ensino Fundamental	2.430.000,00	2.325.446,97	535.409,85	1.675.654,14	72,06
14- OUTRAS DESPESAS	210.000,00	359.555,17	103.131,17	204.363,54	56,84
14.1- Com Educação Infantil	210.000,00	215.000,00	39.734,58	98.906,04	46,00
14.2- Com Ensino Fundamental	0,00	144.555,17	63.396,59	105.457,50	72,95
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	5.800.000,00	5.800.002,14	1.090.204,69	3.279.710,83	56,55
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
16.1 - FUNDEB 60%					—
16.2 - FUNDEB 40%					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
17.1 - FUNDEB 60%					0,00
17.2 - FUNDEB 40%					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
INDICADORES DO FUNDEB					
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)					3.279.710,83
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério* (13 - (16.1 + 17.1)) / ((11) x 100) %					97,37
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / ((11) x 100) %					6,47
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %					-3,84
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2013 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					0,00
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2014 *					0,00
<b>MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB</b>					
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3º)	5.973.750,00	5.973.750,00	1.035.084,77	3.272.724,03	54,79
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	4.109.250,00	4.124.690,00	591.309,68	1.856.650,83	45,01
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	4.563.000,00	4.297.566,15	857.094,07	2.488.614,27	57,91
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	2.430.000,00	2.470.002,14	598.806,44	1.781.111,64	72,11
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	2.133.000,00	1.827.564,01	258.287,63	707.502,63	38,71
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	233.000,00	259.996,00	46.755,71	111.002,34	42,69
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	8.905.250,00	8.682.252,15	1.495.159,46	4.456.267,44	51,33
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					924.350,29
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					8.213,25
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					—
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO*					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					932.563,54
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) - (37))					3.412.701,56
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					26,07
<b>OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE</b>					
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	600.000,00	600.000,00	50.570,27	96.342,56	16,06
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	777.500,00	1.149.032,21	192.688,86	372.669,53	32,43
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	1.377.500,00	1.749.032,21	243.259,13	469.012,09	26,82
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	10.282.750,00	10.431.284,36	1.738.418,59	4.925.279,53	47,22

MUNICÍPIO DE SCHROEDER - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2014 (g)
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	2,14	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	3.150.168,05	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	3.068.928,96	0,00
49.1 Orçamento do Exercício	3.068.928,96	0,00
49.2 Restos a Pagar	0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	8.213,25	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	89.454,48	0,00

SCHROEDER, 29/07/2014

OSVALDO JURCK	HERCÍLIO PETTRUKA JUNIOR	PAULO ROBERTO FERREIRA
Prefeito Municipal	Contador PR-034345/O-3 S-SC	Controlador Municipal

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

³ Caput do art. 212 da CF/1988

⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

Município de SCHROEDER - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)		SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
<b>RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO<sup>1</sup> (I)</b>	<b>1.000.000,00</b>	<b>0,00</b>		<b>1.000.000,00</b>
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO NÃO EXECUTADO (g)=(d)-(e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
DESPESAS DE CAPITAL	9.609.927,93	1.614.879,67	0,00	7.995.048,26
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):</b>	<b>9.609.927,93</b>	<b>1.614.879,67</b>	<b>0,00</b>	<b>7.995.048,26</b>
<b>RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)</b>	<b>-8.609.927,93</b>	<b>-1.614.879,67</b>		<b>-6.995.048,26</b>

FONTE:

SCHROEDER, 29/07/2014

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

HERCÍLIO PEITRUKA JUNIOR  
Contador PR-034345/O-3 S-SC

PAULO ROBERTO FERREIRA  
Controlador Municipal

Município de SCHROEDER - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA**

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL  
2013 a 2087

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = ( a - b )	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2013	0,00	0,00	0,00	0,00
2014	0,00	0,00	0,00	0,00
2015	0,00	0,00	0,00	0,00
2016	0,00	0,00	0,00	0,00
2017	0,00	0,00	0,00	0,00
2018	0,00	0,00	0,00	0,00
2019	0,00	0,00	0,00	0,00
2020	0,00	0,00	0,00	0,00
2021	0,00	0,00	0,00	0,00
2022	0,00	0,00	0,00	0,00
2023	0,00	0,00	0,00	0,00
2024	0,00	0,00	0,00	0,00
2025	0,00	0,00	0,00	0,00
2026	0,00	0,00	0,00	0,00
2027	0,00	0,00	0,00	0,00
2028	0,00	0,00	0,00	0,00
2029	0,00	0,00	0,00	0,00
2030	0,00	0,00	0,00	0,00
2031	0,00	0,00	0,00	0,00
2032	0,00	0,00	0,00	0,00
2033	0,00	0,00	0,00	0,00
2034	0,00	0,00	0,00	0,00
2035	0,00	0,00	0,00	0,00
2036	0,00	0,00	0,00	0,00
2037	0,00	0,00	0,00	0,00
2038	0,00	0,00	0,00	0,00
2039	0,00	0,00	0,00	0,00
2040	0,00	0,00	0,00	0,00
2041	0,00	0,00	0,00	0,00
2042	0,00	0,00	0,00	0,00
2043	0,00	0,00	0,00	0,00
2044	0,00	0,00	0,00	0,00
2045	0,00	0,00	0,00	0,00
2046	0,00	0,00	0,00	0,00
2047	0,00	0,00	0,00	0,00
2048	0,00	0,00	0,00	0,00
2049	0,00	0,00	0,00	0,00
2050	0,00	0,00	0,00	0,00
2051	0,00	0,00	0,00	0,00
2052	0,00	0,00	0,00	0,00
2053	0,00	0,00	0,00	0,00
2054	0,00	0,00	0,00	0,00
2055	0,00	0,00	0,00	0,00
2056	0,00	0,00	0,00	0,00
2057	0,00	0,00	0,00	0,00
2058	0,00	0,00	0,00	0,00
2059	0,00	0,00	0,00	0,00
2060	0,00	0,00	0,00	0,00
2061	0,00	0,00	0,00	0,00
2062	0,00	0,00	0,00	0,00
2063	0,00	0,00	0,00	0,00
2064	0,00	0,00	0,00	0,00
2065	0,00	0,00	0,00	0,00
2066	0,00	0,00	0,00	0,00
2067	0,00	0,00	0,00	0,00
2068	0,00	0,00	0,00	0,00
2069	0,00	0,00	0,00	0,00
2070	0,00	0,00	0,00	0,00
2071	0,00	0,00	0,00	0,00
2072	0,00	0,00	0,00	0,00

Município de SCHROEDER - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA**

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL  
2013 a 2087

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = ( a - b )	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d)=( "d" exercício anterior) + (c)
2073	0,00	0,00	0,00	0,00
2074	0,00	0,00	0,00	0,00
2075	0,00	0,00	0,00	0,00
2076	0,00	0,00	0,00	0,00
2077	0,00	0,00	0,00	0,00
2078	0,00	0,00	0,00	0,00
2079	0,00	0,00	0,00	0,00
2080	0,00	0,00	0,00	0,00
2081	0,00	0,00	0,00	0,00
2082	0,00	0,00	0,00	0,00
2083	0,00	0,00	0,00	0,00
2084	0,00	0,00	0,00	0,00
2085	0,00	0,00	0,00	0,00
2086	0,00	0,00	0,00	0,00
2087	0,00	0,00	0,00	0,00

Projeção atuarial elaborada em 30/06/2014 e oficialmente enviada para o Ministério da Previdência Social - MPS.

FONTE:

SCHROEDER , 29/07/2014

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

HERCÍLIO PEITRUKA JUNIOR  
Contador PR-034345/O-3 S-SC

PAULO ROBERTO FERREIRA  
Controlador Municipal

Município de SCHROEDER - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
<b>RECEITA DE CAPITAL</b>			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	60.000,00	0,00	60.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	60.000,00	0,00	60.000,00
<b>TOTAL</b>	60.000,00	0,00	60.000,00

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO A EXECUTAR (g) = (d) - (e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
Despesas de Capital	77.900,00	17.900,00	0,00	60.000,00
Investimentos	77.900,00	17.900,00	0,00	60.000,00
<b>TOTAL</b>	77.900,00	17.900,00	0,00	60.000,00

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2013 (h)	Em 2014 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	5.200,00	-17.900,00	-12.700,00

FONTE:

SCHROEDER, 29/07/2014

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

HERCÍLIO PEITRUKA JUNIOR  
Contador PR-034345/O-3 S-SC

PAULO ROBERTO FERREIRA  
Controlador Municipal



Município de SCHROEDER - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	3.805.000,00	3.805.000,00	1.961.801,47	51,56
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	1.630.000,00	1.630.000,00	1.046.509,16	64,20
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	450.000,00	450.000,00	225.272,98	50,06
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	1.132.500,00	1.132.500,00	424.247,06	37,46
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	320.000,00	320.000,00	160.143,65	50,04
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	16.500,00	16.500,00	4.203,39	25,48
Dívida Ativa dos Impostos	152.000,00	152.000,00	68.940,56	45,36
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	104.000,00	104.000,00	32.484,67	31,24
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	20.090.000,00	20.090.000,00	11.129.094,65	55,40
Cota-Parte FPM	9.800.000,00	9.800.000,00	6.079.465,87	62,04
Cota-Parte ITR	10.000,00	10.000,00	413,26	4,13
Cota-Parte IPVA	1.100.000,00	1.100.000,00	616.731,85	56,07
Cota-Parte ICMS	9.000.000,00	9.000.000,00	4.350.650,99	48,34
Cota-Parte IPI-Exportação	140.000,00	140.000,00	65.951,18	47,11
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	40.000,00	40.000,00	15.881,50	39,70
Desoneração ICMS (LC 87/96)	40.000,00	40.000,00	15.881,50	39,70
<b>TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II</b>	<b>23.895.000,00</b>	<b>23.895.000,00</b>	<b>13.090.896,12</b>	<b>54,79</b>

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	3.148.466,00	3.148.466,00	865.813,00	27,50
Provenientes da União	3.052.466,00	3.052.466,00	838.513,00	27,47
Provenientes dos Estados	96.000,00	96.000,00	27.300,00	28,44
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	930.000,00	930.000,00	244.800,00	26,32
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	63.000,00	63.000,00	6.928,22	11,00
<b>TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE</b>	<b>4.141.466,00</b>	<b>4.141.466,00</b>	<b>1.117.541,22</b>	<b>26,98</b>

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES	8.968.453,00	9.091.690,29	3.254.134,03	35,79	2.997.397,77	32,97
Pessoal e Encargos Sociais	6.128.003,00	6.138.372,10	2.197.819,58	35,80	2.193.412,72	35,73
Outras Despesas Correntes	2.840.450,00	2.953.318,19	1.056.314,45	35,77	803.985,05	27,22

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de SCHROEDER - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL	1.481.600,00	1.626.582,34	592.975,75	36,46	346.131,69	21,28
Investimentos	1.481.600,00	1.626.582,34	592.975,75	36,46	346.131,69	21,28
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	10.450.053,00	10.718.272,63	3.847.109,78	35,89	3.343.529,46	31,19
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/IV)*100	Até o Bimestre (i)	% (i/IVg)*100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVER	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	4.231.166,00	4.434.502,83	1.333.176,75	34,65	1.022.253,23	30,57
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	4.231.166,00	4.434.502,83	1.333.176,75	34,65	1.022.253,23	30,57
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	4.231.166,00	4.434.502,83	1.333.176,75	34,65	1.022.253,23	30,57
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV + V)	6.218.887,00	6.283.769,80	2.513.933,03	1,24	2.321.276,23	0,62
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS						
(VII%) = (VII / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5						
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VII - (15 x IIIb)/100]³						
357.641,81						

Continua 2/4

Município de SCHROEDER - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 3/4

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA								
Inscritos em 2013		0,00	0,00	18.160,92	-18.160,92		0,00	0,00
TOTAL		0,00	0,00	18.160,92	-18.160,92		0,00	0,00
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º								
Restos a Pagar Não Processados Cancelados ou Prescritos em 2013	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)				SALDO FINAL(NÃO APLICADO)		
		0,00				0,00		
		0,00				0,00		
TOTAL (VIII)		0,00	0,00	18.160,92	-18.160,92		0,00	0,00
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 24 E 26								
	SALDO INICIAL	LIMITE NÃO CUMPRIDO				SALDO FINAL(NÃO APLICADO)		
		DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)						
		-				-		
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)								
Atenção Básica	9.289.253,00	9.535.417,28	3.485.498,99	90,60	3.022.179,71	90,39		
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	592.000,00	599.423,95	181.149,01	4,71	149.222,24	4,46		
Vigilância Sanitária	18.000,00	20.000,00	5.776,56	0,15	1.944,84	0,06		
Vigilância Epidemiológica	72.700,00	85.331,40	22.210,38	0,58	18.328,83	0,55		
Outras Subfunções	488.100,00	488.100,00	152.474,84	3,96	151.853,84	4,54		
TOTAL	10.460.053,00	10.728.272,63	3.847.109,78	100,00	3.343.529,46	100,00		

FONTE:

<sup>1</sup> Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.  
<sup>2</sup> O valor apresentado na intercessão com a coluna "l" ou com a coluna "h+l"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".  
<sup>3</sup> O valor apresentado na intercessão com a coluna "l" ou com a coluna "h+l"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".  
<sup>4</sup> Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.  
<sup>5</sup> Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23, da L.C. 141/2012

Continua 3/4

Município de SCHROEDER - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 4/4

1 - Continuação do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - RREO - Anexo 1 - Demonstrativo das Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde - DREAS.

6 No último bimestre, será utilizada a fórmula  $V(h+i) - (15 \times IIIb)/100$

SCHROEDER, 29/07/2014

OSVALDO JURCK Prefeito Municipal	HERCÍLIO PEITRUKA JUNIOR Contador PR-034345/O-3 S-SC	PAULO ROBERTO FERREIRA Controlador Municipal
-------------------------------------	---------------------------------------------------------	-------------------------------------------------

Município de SCHROEDER - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2014		SALDO TOTAL  (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
-----------------	-----------------------	-----------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

FONTE:

SCHROEDER , 29/07/2014

\_\_\_\_\_  
OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
HERCÍLIO PEITRUKA JUNIOR  
Contador PR-034345/O-3 S-SC

\_\_\_\_\_  
PAULO ROBERTO FERREIRA  
Controlador Municipal

Município de SCHROEDER - SC  
**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre
RECEITAS			
Previsão Inicial		—	40.146.966,00
Previsão Atualizada		—	40.146.966,00
Receitas Realizadas		6.283.573,74	19.384.684,53
Déficit Orçamentário		—	0,00
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	733.182,26
DESPESAS			
Dotação Inicial		—	40.146.966,00
Créditos Adicionais		—	2.011.413,12
Dotação Atualizada		—	42.158.379,12
Despesas Empenhadas		6.099.503,95	18.604.266,34
Despesas Liquidadas		5.681.733,70	15.641.819,87
Superavit Orçamentário		—	3.742.864,66
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre
Despesas Empenhadas		6.099.503,95	18.604.266,34
Despesas Liquidadas		5.681.733,70	15.641.819,87
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida			35.298.319,33
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre
Regime Próprio de Previdência dos Servidores			
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00	0,00
Despesa Previdenciárias Executadas(V)		0,00	0,00
Liquidadas		0,00	0,00
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00	0,00
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	0,00
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)
Resultado Nominal		-1.873.761,44	-4.635.855,35
Resultado Primário		-59.600,00	4.276.902,27
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	684.868,28	0,00	516.628,41
EXECUTIVO	684.868,28	0,00	516.628,41
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	57.111,04	0,00	57.111,04
EXECUTIVO	57.111,04	0,00	57.111,04
TOTAL:	741.979,32	0,00	573.739,45
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais
			% Mínimo a Aplicar no Exercício
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		3.412.701,56	25%
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		3.075.347,29	60%
Liquidadas		3.075.347,29	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00	
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado
Receitas de Operações de Crédito		0,00	1.000.000,00
Despesa de Capital Líquida		1.614.879,67	7.995.048,26

Continua 1/2

Município de SCHROEDER - SC

Continuação 2/2

**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2014	2022	2032	2047
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos			0,00	60.000,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos			17.900,00	60.000,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre		Limite Constitucional Anual	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	2.321.276,23		15,00	17,73
Liquidadas	2.321.276,23			
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados	0,00			
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente		
Total das despesas/RCL (%)		0,00		

## FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;  
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

SCHROEDER , 29/07/2014

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

HERCÍLIO PEITRUKA JUNIOR  
Contador PR-034345/O-3 S-SC

PAULO ROBERTO FERREIRA  
Controlador Municipal



**CÂMARA MUNICIPAL****Extrato de Termo Aditivo N. 005/2014**

CÂMARA DE VEREADORES DE SCHROEDER  
EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE CONTRATO

PARTES: CÂMARA DE VEREADORES DE SCHROEDER e OMVS CONSTRUTORA LTDA - ME.

OBJETO: Acréscimo na quantidade dos serviços de continuação/término da Construção da sede da Câmara de Vereadores de Schroeder, (Etapa III).

VALOR: R\$ 12.449,37 (doze mil, quatrocentos e quarenta e nove reais e trinta e sete centavos).

DATA DA ASSINATURA: 17 de julho de 2014.

SIGNATÁRIOS: Valdevino Anjos dos Santos e Osmair Rogerio Marquez.

**Serra Alta****PREFEITURA****Decreto Nº 131/2014**

DECRETO Nº 131/2014 DE 25 DE JULHO DE 2014.

"Concede Licença Maternidade à Servidora JANIARA LUISA BARON TESCHE e dá outras providências"

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas e em especial à Lei nº 10.710 de 05/08/2003, Leis Municipais nº 498/2001 de 10/09/2001 e 684/2005 de 13/12/2005;

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica concedida Licença Maternidade, de 25 de julho de 2014 a 21 de novembro de 2014, à Servidora JANIARA LUISA BARON TESCHE, ocupante do Cargo efetivo de Técnico em Saúde Bucal, nível 41 do Grupo 4- TEP, 40 horas semanais, descritas no Plano de Carreira do Município, com lotação na Secretaria Municipal de saúde, conforme Plano de Cargos e Remuneração da Prefeitura Municipal de Serra Alta.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº958/2013 de 22 de Maio de 2013. E demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 25 de julho de 2014.

FRANCISCO ARTUR BOTH

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI

Secretário de Administração

**Portaria Nº 089/2014**

PORTARIA Nº 089/2014 DE 31 DE JULHO DE 2014.

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 684/2005 de 13/12/2005; e alterações posteriores e lei 692/2006 de 13/04/2006

**RESOLVE:**

Art. 1º. A pedido rescindir contratação em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público de DILVANE SCHIRMANN, CPF 094.401.709-64 e RG 5.889.753 do Cargo de Agente Educativo, nível 11 do Grupo 1- SEG, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esportes, percebendo o vencimento constante na Lei complementar 684/2005 de 13/12/2005 e suas alterações posteriores, vigentes no município de Serra Alta.

Art. 2º. Os direitos do contratado são os previstos na Lei Municipal nº 692/2006 de 13/04/2006 e aqueles previstos no CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº958/2013 de 22 de Maio de 2013, revogando as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 31 de Julho de 2014.  
FRANCISCO ARTUR BOTH  
Prefeito Municipal de Serra Alta

Registrada e publicada em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI  
Secretário de Administração

## Siderópolis

### PREFEITURA

#### **FMS 33 2014 Suspensao**

MUNICÍPIO DE SIDERÓPOLIS  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

AVISO DE SUSPENSÃO REFERENTE AO EDITAL TOMADA DE PREÇO Nº PMS 06/2014 - PROCESSO DE LICITAÇÃO PMS 33/2014

OBJETO: Contratação de empresa que detém autorização para prestar o Serviço Móvel Pessoal - SMP, no Estado de Santa Catarina, com o fornecimento de Estações Móveis, devidamente ativas, associadas a um Plano Pós-Pago de Serviço.

O Município de Siderópolis por meio da Comissão Permanente de Licitações comunica aos interessados no Processo Licitatório Tomada de Preço n. 14/2014, que o mesmo encontra-se SUSPENSO em virtude de adequações no Termo de Referência. Por oportuno comunicamos que após os devidos ajustes será republicado o Edital retificado com nova data de abertura. Maiores informações poderão ser sanadas pelo tel. (48) 3435.3188 - Setor de Licitações com Fabíola C. Comin, ou através do e-mail: licitacao@sideropolis.sc.gov.br.

Siderópolis, 30 de julho de 2014.  
HELIO ROBERTO CESA  
Prefeito Municipal

#### **PMS 83/2014 Suspensao**

MUNICÍPIO DE SIDERÓPOLIS

AVISO DE SUSPENSÃO REFERENTE AO EDITAL TOMADA DE PREÇO Nº PMS 14/2014 - PROCESSO DE LICITAÇÃO PMS 83/2014

OBJETO: Contratação de empresa que detém autorização para prestar o Serviço Móvel Pessoal - SMP, no Estado de Santa Catarina, com o fornecimento de Estações Móveis, devidamente ativas, associadas a um Plano Pós-Pago de Serviço.

O Município de Siderópolis por meio da Comissão Permanente de Licitações comunica aos interessados no Processo Licitatório Tomada de Preço n. 14/2014, que o mesmo encontra-se SUSPENSO em virtude de adequações no Termo de Referência. Por oportuno comunicamos que após os devidos ajustes será republicado o Edital retificado com nova data de abertura. Maiores informações poderão ser sanadas pelo tel. (48) 3435.3188 - Setor de Licitações com Fabíola C. Comin, ou através do e-mail: licitacao@sideropolis.sc.gov.br.

Siderópolis, 30 de julho de 2014.  
HELIO ROBERTO CESA  
Prefeito Municipal

#### **Portaria Nº 227/2014**

PORTARIA Nº 227, DE 22 DE JULHO DE 2014  
Cessa os efeitos da portaria nº206/2014

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 51, inciso XIII, da Lei Orgânica do Município e Lei Municipal nº1.809/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - Cessar os efeitos da portaria nº206/2014, considerando o retorno ao trabalho da servidora SIRLEY DE SOUZA, CPF/MF nº 343.091.959-20, Agente Comunitário de Saúde, a contar desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin  
Em, 22 de julho de 2014.  
HELIO ROBERTO CESA  
Prefeito Municipal

WILSON SCAINI  
Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 22 de julho de 2014.

#### **Portaria Nº 228/2014**

PORTARIA Nº 228, DE 24 DE JULHO DE 2014

Rescinde a pedido o Contrato Temporário da funcionária VIVIANE SILVA VIEIRA CARMINATTI e dá outras providências.

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Rescindir a pedido o contrato temporário da funcionária VIVIANE SILVA VIEIRA CARMINATTI, brasileiro(a), CPF/MF sob nº 015.203.159-61, da função de Professora de Educação Infantil, da Secretaria de Educação, Esporte e Cultura, a partir do dia 01/08/2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin  
Em, 24 de julho de 2014.  
HELIO ROBERTO CESA  
Prefeito Municipal

WILSON SCAINI  
Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 24 de julho de 2014.

#### **Portaria Nº 229/2014**

PORTARIA Nº 229 DE 25 DE JULHO DE 2014

Cessa os efeitos da portaria nº 120/2014

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o inciso VII, art.51 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Cessar os efeitos da portaria nº120/2014, considerando o retorno ao trabalho da servidora MARILENE MACHADO DE SOUZA, CPF/MF nº 548.497.219-15, Professor MAG-ST-20H, a contar de 24/072014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin  
Em, 25 de julho de 2014.  
HELIO ROBERTO CESA  
Prefeito Municipal

WILSON SCAINI  
Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 25 de julho de 2014.

#### **Portaria Nº 230/2014**

PORTARIA Nº 230, DE 28 DE JULHO DE 2014

RESCINDE A PEDIDO O CONTRATO DO FUNCIONÁRIO MÁRCIO CUSTÓDIO OSELAME E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso V da Lei Orgânica do Município,  
RESOLVE:

Art. 1º - Rescindir a pedido o contrato do funcionário MÁRCIO CUSTÓDIO OSELAME, CPF/MF sob nº 074.321.819-18, Médico Clínico Geral Plantonista, na Secretaria de Saúde, a partir de 01/085/2014.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin  
Em, 28 de julho de 2014.  
HÉLIO ROBERTO CESA  
Prefeito Municipal

WILSON SCAINI  
Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 28 de julho de 2014.

#### **Decreto Nº 127/2014**

DECRETO N.º 127 DE 18 DE JULHO DE 2014.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SIDERÓPOLIS DO EXERCÍCIO DE 2.014 POR CONTA DE ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Helio Roberto Cesa, no uso de suas atribuições legais conferidas no disposto do Inciso V, do Artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 9º Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2.094, de 6 de dezembro de 2013 e nos termos do Inciso III, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e

CONSIDERANDO a necessidade de ajustes orçamentários para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), no orçamento da Prefeitura Municipal de Siderópolis, no órgão e unidade orçamentária abaixo:

ÓRGÃO	05	Fundo Municipal de Assistência Social
UNIDADE	01	Secretaria de Assistência Social
FUNÇÃO	08	Assistência Social
PROGRAMA	06	Gestão das Ações de Inclusão e Desenvolvimento Social

SUBFUNÇÃO	244	Assistência Comunitária
RECURSO	01.0000	Recursos Ordinários
PROJETO/ATIVIDADE	2.035	Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social
ELEMENTO	3.3.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	07	

Valor: 10.000,00 (dez mil reais)

Artigo 2º - A suplementação decorrente do artigo anterior correrá por conta de anulação parcial, da dotação orçamentária dos elementos de despesa abaixo discriminados:

ÓRGÃO 05 Fundo Municipal de Assistência Social
UNIDADE 01 Secretaria de Assistência Social
FUNÇÃO 08 Assistência Social
PROGRAMA 06 Gestão das Ações de Inclusão e Desenvolvimento Social
SUBFUNÇÃO 244 Assistência Comunitária
RECURSO 01.0000 Recursos Ordinários
PROJETO/ATIVIDADE 2.035 Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social
ELEMENTO 3.3.50.00 Transferências a Instituições Privadas de Fins Lucrativos
CÓDIGO REDUZIDO 06

Valor: 10.000,00 (dez mil reais)

Artigo 3º - Nos termos do Inciso III, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, ficam ajustadas os anexos do Plano Plurianual 2014/2017 - Lei Municipal nº. 2.060/2013 de 26 de Agosto de 2013, nos anexos da Lei de Diretrizes Orçamentárias/2014 - Lei Municipal nº. 2.075, de 16 de Outubro de 2013 e nos anexos da Lei Orçamentária Anual/2014 - Lei nº. 2.094, de 06 de Dezembro de 2013, que se fizerem necessários em função da transposição de dotações constantes da presente Lei.

Artigo 4º - Esta Lei entra em vigor da data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin  
Em, 18 de julho de 2014.  
HELIO ROBERTO CESA  
Prefeito Municipal

WILSON SCAINI  
Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 18 de julho de 2014.

## Decreto Nº 128/2014

DECRETO N.º128, DE 22 DE JULHO DE 2014.

ALTERA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL PARA A GESTÃO 2014/2016 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, VII, da Lei Orgânica do Municipal e de conformidade com a Lei Municipal nº1.111/1996;

DECRETA:

Art. 1º - Ficam alterados membros do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, para a gestão 2014/2016, passando ser representado conforme segue:

### I - REPRESENTAÇÃO GOVERNAMENTAL

Secretaria de Agricultura e Obras

Titular: Jorge Luiz Olivo  
Suplente: Ronaldo Remor

Secretaria de Educação

Titular: Rosangela Rossa de Souza  
Suplente: Adiles Lima

Secretaria de Administração

Titular: Gladys Lenuzia Kesting  
Suplente: Eliton Angelo de Souza

Secretaria de Assistência Social

Titular: Mariangela de Mattia Cardoso

Suplente: Albertina Manenti Silvestrini

Secretaria de Desenvolvimento Econômico

Titular: Domingos Savio Girardi

Suplente: Helena Seika Tanabe do Livramento

Secretaria de Saúde

Titular: Everton Pedro Trento  
Suplente: Simone Gonçalves Carminatti

II - Representação da Sociedade Civil/ Movimentos Sociais  
Colégio Dom Orione

Titular: Valdemir Luiz De Bona

Suplente: Maria Lurdete Da Boit

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE

Titular: Mariléia da Silva Muller  
Suplente: Maria da Graça Botelho Savi

Associação de Amigos do Bairro Fiorita

Titular: Maria Aparecida Bonassa Tramontin  
Suplente: Ana Maria Ferraro Rodrigues

Movimento de Conscientização Negra Cruz e Souza

Titular: Sandra Martins

Suplente: Eliane dos Santos

Ass. Fem. de Assist. e Bem estar Social de Siderópolis - AFABESS

Titular: Fatima Raquel Cesa

Suplente: Simone de Souza

Ass. Dos Aposentados e Pensionistas - ASAPREV

Titular: Luiz Carlos dos Santos

Suplente: Ademir Alano

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 22 de Julho de 2014.

HELIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

WILSON SCAINI

Secretária de Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 22 de Junho de 2014.

### **Lei Nº 2.110/2014**

LEI Nº 2.110, DE 23 DE JULHO DE 2014.

“DÁ NOVA REDAÇÃO AO ART. 3º, PARÁGRAFO ÚNICO DA LEI 1496 DE 19 DE ABRIL DE 2004.”

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou, e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Dá Nova Redação ao art. 3º, Parágrafo único da Lei 1496/2004, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º Ficam as operadoras do serviço de telefonia móvel obrigadas a contribuir para o Fundo Municipal de Defesa do Meio Ambiente - COMDEMA - que será utilizado nas pesquisas dos impactos ambientais das relações eletromagnéticas e trabalhos de monitoramento destas radiações.

Parágrafo único - A gestão desse fundo deverá ser conduzida pelo Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente - COMDEMA.”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal “Antonio Feltrin”

Em, 23 de julho de 2014.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

WILSON SCAINI

Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado no Mural Público do Paço Municipal “Antônio Feltrin”, em 23 de julho de 2014.

### **Lei Nº 2.111/2014**

LEI Nº 2.111, DE 23 DE JULHO DE 2014.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A REALIZAR CESSÃO ADMINISTRATIVA DE USO DE BEM MÓVEL PÚBLICO MUNICIPAL EM FAVOR DA AFABESS - ASSOCIAÇÃO FEMININA DE BEM ESTAR SOCIAL DE SIDERÓPOLIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou, e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo municipal autorizado a realizar Cessão Administrativa de Uso Gratuita, em favor da AFABESS - ASSOCIAÇÃO FEMININA DE BEM ESTAR SOCIAL DE SIDERÓPOLIS, situada na Rua Diomicio Freitas, Centro - Siderópolis - SC, CNPJ nº 97.510.218/0001-28, neste ato representado por sua Presidente Sra. Nadir Fontanella Cesa, do seguinte bens móvel de propriedade do Município de Siderópolis.

I - Um Veículo Marca/Modelo CHEV/SPIN, 1.8 L AT LTZ, novo, ano de fabricação e modelo 2014, chassi no 9BGJC75Z0EB295172, RE-NAVAN no 10132099126, com 108CV, cor branco, capacidade para sete passageiros, placas MKH 2126, no valor de R\$ 65.650,00;

Art. 2º O Veículo será utilizado em parceria com a AFABESS para transporte de seus membros nos trabalhos sociais desenvolvidos junto às comunidades, conforme estabelecido em justificativa no convênio nº 2014TR0002414, celebrado entre o Estado de Santa Catarina por meio da Secretária de Estado de Desenvolvimento Regional de Criciúma e Prefeitura Municipal de Siderópolis, haja vista que a mesma não possui recursos próprios necessários à aquisição de veículo de passageiros, sendo que sobrevive das doações e de outras fontes de recursos para o desenvolvimento dos seus programas e projetos sociais.

§1º A Cessão Administrativa de Uso será feita sem ônus tributário.

§2º As despesas com manutenção e conservação do bem cedido correrão por conta da Cessionária.

§3º Os Bens Móveis não podem ser destinados para finalidade diversa daquela constante desta Lei.

Art. 3º A Cessão de Uso se dará a título precário, podendo ser extinta pela administração pública a qualquer momento, independente de notificação.

Art. 4º As ações decorrentes da execução do objeto da presente Lei não resultarão em ônus para o Município.

Art. 5º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a expedir atos necessários estabelecendo normas complementares à execução da presente Lei e as regulamentações necessárias.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal “Antonio Feltrin”

Em, 23 de julho de 2014.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

WILSON SCAINI

Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado no Mural Público do Paço Municipal “Antônio Feltrin”, em 23 de julho de 2014.



# Sombrio

## PREFEITURA

### Lei 2160/2014

LEI Nº. 2160 DE 29 DE JULHO DE 2014.

"INSTITUI O DIA MUNICIPAL DO EVANGÉLICO E SEMANA CULTURAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO-SC, Senhor Zênio Cardoso, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei.

Art. 1º. Fica instituído o "Dia Municipal do Evangélico", a ser comemorado na data de 31 de outubro de cada ano, sendo que a semana que antecede ao evento fica estabelecida "Semana Cultural e Evangélica".

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Sombrio (SC), 29 de julho de 2014.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário

Secretária Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

### Lei 2161/2014

LEI Nº. 2161, DE 29 DE JULHO DE 2014.

ALTERA O ANEXO I DA LEI Nº 1901, DE 03 DE SETEMBRO DE 2010, QUE DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE PESSOAL POR PRAZO DETERMINADO PARA ATUAR NO SAMU - SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO-SC, Senhor Zênio Cardoso, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei.

Art. 1º O Anexo I da Lei nº 1901, de 03 de setembro de 2010, passa a vigorar conforme anexo a esta Lei.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio-SC, 29 de julho de 2014.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário

Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

### ANEXO I

(Lei nº 1901, de 03/09/2010)

(Lei nº 2161, de 29/07/2014)

### QUADRO DE CARGOS E VENCIMENTOS

Quantidade de vagas	Cargos	Carga horária 44 horas semanais	Vencimentos R\$
05*	Técnico em enfermagem	12 horas ininterruptas por 36 de descanso	840,76
05*	Condutor Socorrista	12 horas ininterruptas por 36 de descanso	890,79

### Lei 2162/2014

LEI Nº. 2162, DE 29 DE JULHO DE 2014.

ALTERA O PISO SALARIAL DOS CARGOS DE AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE E AGENTE DE COMBATE A DOENÇAS EPIDEMIOLÓGICAS PREVISTO NA LEI Nº 1.616, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2006, LEI Nº 1.415 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2003 E LEI Nº 1279, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2001.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO-SC, Senhor Zênio Cardoso, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei.

Art. 1º O vencimento da função de Agente de Saúde previsto no art. 2º da Lei nº 1.616, de 21 de novembro de 2006, passa a vigorar com o valor de R\$ 1.014,00.

Art. 2º O vencimento do cargo de Agente Comunitário de Saúde constante do Anexo VII, Grupo III, da Lei nº 1.415, de 08 de dezembro de 2003, passa a vigorar com o valor de R\$ 1.014,00.

Art. 3º O vencimento do cargo de Agente de Combate a Doenças Epidemiológicas previsto no art. 3º da Lei nº 1.279, de 26 de fevereiro de 2001, passa a vigorar com o valor de R\$ 1.014,00.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor no primeiro dia do mês seguinte ao de sua publicação.

Município de Sombrio - SC, 29 de julho de 2014.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário

Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

# Timbó

## PREFEITURA

### Certidão de Aprovação Nº 013 de 29 de Julho de 2014

CERTIDÃO DE APROVAÇÃO Nº 013 DE 29 DE JULHO DE 2014.

O Secretário de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 12 da Lei Complementar nº. 196, de 29 de dezembro de 2000 e Decreto nº. 3329, de 22 de novembro de 2013, com fundamento na Lei Complementar nº. 345, de 13 de dezembro de 2007, certifica que:

Considerando que na frente do imóvel (lote 02) apenas o lado ímpar do Beco Roberto Schumann possui rede de águas pluviais;

Considerando que o início de superfície do lote 02 se encontra abaixo do nível;

Foi implantado no lote 02 uma faixa sanitária ligando a Rua Pomeranos.

Está APROVADO o DESMEMBRAMENTO denominado "FREDERICO SCHUMANN", situado no lado par da Rua Pomeranos, distando pelo lado direito do imóvel, 111,40 metros da esquina formada com o lado par da Rua Frederico Schumann, nesta Cidade, com a área de 1.316,37m<sup>2</sup> (Hum mil, trezentos e dezesseis metros e trinta e sete décimos quadrados), processo D-003/2014 tudo conforme documentação apresentada pelo requerente FREDERICO SCHUMANN, acompanhando o requerimento protocolado sob nº 2.569, datado de 08 de abril de 2014 e da aprovação técnica exarada pelo profissional.

O desmembramento foi realizado no imóvel urbano matriculado no 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Timbó, sob o nº 23.719, livro 2, cadastrado neste órgão fazendário sob nº 01.05.024.1088.001, sendo constituído:

De 02 lotes numerados de 01 (um) e 02 (dois), abaixo transcritos:

01 - Lote nº 01 (um) - com área de 511,17m<sup>2</sup> (Quinhentos e onze metros e dezessete décimos quadrados), situado no lado par da Rua Pomeranos, distando pelo lado direito do imóvel, 111,40 metros da esquina formada com o lado par da Rua Frederico Schumann; estremando na frente em 25,37 metros com o lado par da Rua Pomeranos; fundos estrema em 24,40 metros com o lote nº 02; lado direito estrema em 21,25 metros com terras de Mercio Schumann, matrícula 20.343, livro 2; e, lado esquerdo estrema em 21,53 metros com terras da Prefeitura Municipal de Timbó, transcrição nº 7.301, folhas 107, livro 3-D. No lado direito do imóvel fica reservada uma faixa sanitária com 3 metros de largura;

02 - Lote nº 02 (dois) - com área de 805,20m<sup>2</sup> (Oitocentos e cinco metros e vinte décimos quadrados), situado no lado par do Beco Roberto Schumann, distando pelo lado esquerdo do imóvel, 110,56 metros da esquina formada com o lado par da Rua Frederico Schumann; estremando na frente em 23,64 metros com o lado par do Beco Roberto Schumann; fundos estrema em 24,40 metros com o lote nº 01; lado direito estrema em continuação da Certidão n.º 013/2014, fls. 02.

34,47 metros, sendo em 24,15 metros com terras de Cassio Frederico Schumann, matrícula nº 9.446, livro 2 e em 10,32 metros com terras da Prefeitura Municipal de Timbó, transcrição nº 7.301, folhas 107, livro 3-D; e, lado esquerdo estrema em 36,55 metros com terras de Mercio Schumann, matrícula 20.343, livro 2. Edificado com uma casa de material. Neste imóvel fica reservada

uma faixa sanitária com 3 metros de largura e 18,27 metros de comprimento;

Apesar da aprovação o proprietário/requerente e seus herdeiros e/ou sucessores e/ou demais responsáveis estão obrigados a atender e sujeitos a todas às exigências da Lei Complementar n.º 335/2007 e do Decreto nº. 3329, de 22 de novembro de 2013, dentro do prazo estabelecido no respectivo processo de desmembramento, além de os demais dispositivos legais atinentes a espécie, em especial a Lei nº. 12.651/12 - Novo Código Florestal e Lei nº. 6766/79 - Parcelamento do Solo Urbano.

A presente aprovação entra em vigor na data da publicação da Certidão e tem validade de 180 (cento e oitenta) dias, nos moldes do art. 2º do Decreto 3329/2013.

Município de Timbó, 29 de julho de 2014.

FABIANO MARTINS ADRIANO

Secretário de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente  
Município de Timbó

### Extrato Ata de Registro de Preço N.º 13 2014 FMS - Material de Enfermagem

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 13/2014 FMS

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó.

OBJETO: registro de preços para aquisição de materiais de enfermagem destinado às Unidades de Saúde, CAPS, SAMU e Policlínica de Referência

EMPRESAS FORNECEDORAS: Altermed Material Médico Hospitalar Ltda; Metromed Com. De Material Médico Hospitalar Ltda; Produtivale Produtos Hospitalares Ltda; Starmed Artigos Med. Hosp. Ltda; Cirúrgica Sta. Cruz Com. Prod. Hosp. Ltda; Dimaci/SC Material Cirúrgico Ltda; Fufa SC Distribuidora de Hospitalar Ltda; Plasmedic Comércio de Materiais Médicos e Laboratoriais Ltda; Cirúrgica Bela Vista Comércio de Produtos Hospitalares Ltda Me; Olimed Mat. Hosp. Ltda; e Aliança Hospitalar Ltda Me

TOTAL ESTIMADO: R\$ 271.486,76 (duzentos e setenta e um mil quatrocentos e oitenta e seis reais e setenta e seis centavos).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 29/07/2015

Timbó, 30/07/2014

ALFREDO JOÃO BERRI

Secretário de Saúde

### Decreto No 3508, de 18 de Junho de 2014

DECRETO No 3508, DE 18 DE JUNHO DE 2014

Cria na estrutura Legal/Administrativa da Secretaria Municipal de Educação, o Núcleo de Educação Infantil "Professora Maria Luíza Bell" denominado pela Lei nº 2702, de 23 de janeiro de 2014.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, Inciso VII, c/c art. 70, Inciso I, da Lei Orgânica do Município, e com fundamento na Lei Complementar nº 165, de 17/12/99 e alterações, e nos arts. 8º e 9º da Lei Complementar nº 196, de 29/12/2000 e alterações; e,

Considerando-se que com a conclusão das obras de edificação do Núcleo de Educação Infantil "Professora Maria Luíza Bell" para atendimento da demanda existente no Bairro Dona Clara e adjacências, denominado pela Lei Municipal nº 2702, de 23 de janeiro



de 2014, necessária sua integração na estrutura Legal/Administrativa da Secretaria Municipal de Educação,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica criado na estrutura Legal/Administrativa da Secretaria Municipal de Educação o NÚCLEO DE EDUCAÇÃO INFANTIL "PROFESSORA MARIA LUÍZA BELL", denominado pela Lei Municipal nº 2702, de 23 de janeiro de 2014, situado na rua Dona Clara nº 100 e vinculado à Rede Municipal de Ensino, para atender a demanda do Bairro Dona Clara e adjacências.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 18 de junho de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

# Tunápolis

## PREFEITURA

### Lei 101/00 - LRF - Anexos RGF



MUNICÍPIO DE TUNAPOLIS - SC  
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DESPESA COM PESSOAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JULHO/2013 A JUNHO/2014

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	6.619.586,37	0,00
Pessoal Ativo	6.600.229,47	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	19.356,90	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)</b>	<b>6.619.586,37</b>	<b>0,00</b>
<b>DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)</b>	<b>6.619.586,37</b>	

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	14.432.887,50
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	45,86
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art.20 da LRF) - 60%	8.659.732,50
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art.22 da LRF) - 57%	8.226.745,88
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 54%	7.793.759,25

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;  
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art.35 da Lei 4.320/64.

TUNAPOLIS, 30/06/2014

ENOI SCHERER  
PREFEITO MUNICIPAL

JANETE REMPEL BIEGER  
CONTADORA CRC/SC 027.120/O-5

CLEVERSON INACIO KERKHOFF  
TÉCNICO DE CONTROLE INTERNO

**LEI 101/00 - LRF - ANEXOS RGF**

MUNICÍPIO DE TUNAPOLIS - SC  
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2014

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)</b>	<b>296.842,61</b>	<b>273.651,35</b>	<b>0,00</b>
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	296.842,61	273.651,35	0,00
<b>DEDUÇÕES (II)</b>	<b>1.653.240,79</b>	<b>1.795.705,33</b>	<b>—</b>
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.671.954,83	2.611.909,74	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	18.714,04	816.204,41	0,00
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)</b>	<b>-1.356.398,18</b>	<b>-1.522.053,98</b>	<b>0,00</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL</b>	<b>13.547.476,19</b>	<b>14.432.887,50</b>	<b>0,00</b>
<b>% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]</b>	<b>2,19%</b>	<b>1,90%</b>	
<b>% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]</b>	<b>-10,01%</b>	<b>-10,55%</b>	
<b>LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%</b>	<b>16.256.971,43</b>	<b>17.319.465,00</b>	<b>0,00</b>
<b>LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%</b>	<b>14.631.274,29</b>	<b>15.587.518,50</b>	<b>0,00</b>

<u>DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA DE PPP (V)	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	0,00	0,00	0,00

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	1.401,52	67.979,28	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	289.235,49	3.533.170,97	0,00

FONTE:

Continua 1/2



MUNICÍPIO DE TUNAPOLIS - SC  
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2014

Continuação 2/2

<b>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</b>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00
<b>REGIME PREVIDENCIÁRIO</b>			
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA</b>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas - Inclusive precatórios vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00
<b>DEDUÇÕES (V)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a pagar processados (exceto precatórios)	0,00	0,00	0,00
<b>OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

TUNAPOLIS, 30/06/2014

\_\_\_\_\_  
ENOI SCHERER  
PREFEITO MUNICIPAL

\_\_\_\_\_  
JANETE REMPEL BIEGER  
CONTADORA CRC/SC 027.120/O-5

\_\_\_\_\_  
CLEVERSON INACIO KERKHOFF  
TÉCNICO DE CONTROLE INTERNO

FONTE:

**LEI 101/00 - LRF - ANEXOS RGF**

MUNICÍPIO DE TUNAPOLIS - SC  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO DE 2014

RGF – Anexo 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
EXTERNAS (I)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (II)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL IV</b>	<b>13.547.476,19</b>	<b>14.432.887,50</b>	<b>0,00</b>
<b>% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	
<b>LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%</b>	<b>2.980.444,76</b>	<b>3.175.235,25</b>	<b>0,00</b>
<b>LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 19,8%</b>	<b>2.682.400,29</b>	<b>2.857.711,73</b>	<b>0,00</b>

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
EXTERNAS (V)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (VI)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS VII = (V + VI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

**MEDIDAS CORRETIVAS:**

FONTE:

TUNAPOLIS, 30/06/2014

ENOI SCHERER  
PREFEITO MUNICIPAL

JANETE REMPEL BIEGER  
CONTADORA CRC/SC 027.120/O-5

CLEVERSON INACIO KERKHOFF  
TÉCNICO DE CONTROLE INTERNO

**LEI 101/00 - LRF - ANEXOS RGF**

MUNICÍPIO DE TUNAPOLIS - SC  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2014/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Semestre de referência	Até o Semestre de referência (a)
<b>SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
<b>NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito Não Sujeitas ao Limite	0,00	0,00
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES</b>	<b>VALOR</b>	<b>% SOBRE A RCL</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL</b>	<b>14.432.887,50</b>	<b>—</b>
<b>OPERAÇÕES VEDADAS</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>DO PERÍODO DE REFERÊNCIA (III)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>DE PERÍODOS ANTERIORES AO DE REFERÊNCIA</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS</b>	<b>2.309.262,00</b>	<b>16,00</b>
<b>LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 14,4%</b>	<b>2.078.335,80</b>	<b>14,40</b>
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>1.010.302,13</b>	<b>7,00</b>
<b>TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

FONTE:

TUNAPOLIS, 30/06/2014

ENOI SCHERER  
PREFEITO MUNICIPAL

JANETE REMPEL BIEGER  
CONTADORA CRC/SC 027.120/O-5

CLEVERSON INACIO KERKHOFF  
TÉCNICO DE CONTROLE INTERNO

**LEI 101/00 - LRF - ANEXOS RGF**

MUNICÍPIO DE TUNAPOLIS - SC  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2014/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

R\$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c) = (a - b)
Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	5.000,00	0,00	5.000,00
CIDE - Contrib. Intervenção Domínio Econômico	60,28	0,00	60,28
Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico - CIDE	1.318,75	0,00	1.318,75
Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP	18.390,58	0,00	18.390,58
Convênio de Trânsito - Polícia Militar 35%	4.661,43	0,00	4.661,43
Convênio Funasa - Estação Tratamento de Água	(66.903,61)	0,00	(66.903,61)
Convênio M.Cidades - Pavimentação Asfáltica I	60.219,68	41.278,22	18.941,46
FEP - Fundo Especial do Petróleo	(10.013,26)	0,00	(10.013,26)
FNAS - CRAS - Centro Ref. em Assistência Social	(682,40)	465,72	(1.148,12)
FNAS - IGD - Índice Gestão Descent. Bolsa Família	2.422,37	0,00	2.422,37
FNAS - IGD - SUAS	851,07	127,75	723,32
FNAS - Piso Básico Variável II	2,86	0,00	2,86
FNAS - SCFV/Serv.Convivência e Fortalecimento Vínculos	19.064,52	2.564,00	16.500,52
FNAS - SST/FEAS/Básica/Custeio	10.039,79	0,00	10.039,79
FNAS - SST/FEAS/Benefícios Eventuais/Custeio	2,04	0,00	2,04
FNDE - PNAE - Ensino Fundamental	2.024,05	1.214,39	809,66
FNDE - PNAE - Ensino Infantil	4.422,96	1.973,09	2.449,87
FNDE - Salário Educação	27.733,87	1.948,50	25.785,37
FNS - Ações Estruturantes de Vigilância Sanitária - VS	8.964,27	0,00	8.964,27
FNS - Outras Transf. de Convênios da União	191.539,39	104.257,33	87.282,06
FNS - Piso de Atenção Básica Fixo - PAB	10.932,95	14.254,01	(3.321,06)
FNS - Piso Fixo de Vigilância e Promoção da Saúde (Ex:ECD)	7.076,07	0,00	7.076,07
FNS - PMAQ - Programa Melhoria do Acesso e da Qualidade	10.198,18	13.959,91	(3.761,73)
FNS - Programa das Ações de Alimentação e Nutrição (FAN)	2.254,47	0,00	2.254,47
FNS - Programa de Agentes Comunitários de Saúde - PACS	1.667,71	(60,00)	1.727,71
FNS - Programa de Assistência Farmacêutica Básica	12.348,12	0,00	12.348,12
FNS - Programa de Saúde Bucal - PSBucal	1.042,45	1.997,53	(955,08)
FNS - PSF - Programa Saúde da Família	(9.204,56)	(30,00)	(9.174,56)
FNS - Sistema Integrado de Saúde das Fronteiras - SIS FRONTEIRA	405,30	0,00	405,30
FNS - Teto Municipal de Média e Alta Complexidade - Próteses Dentárias	28.365,38	0,00	28.365,38
Fundo Especial do Petróleo	29.584,52	0,00	29.584,52
MAC - Exercício Anterior	315,88	0,00	315,88
NASF - Núcleo de Apoio a Saúde da Família	544,91	(5,00)	549,91
Outras Especificações	16.119,86	148,14	15.971,72
Outras Transf. de Convênios do Estado	274.127,05	157.500,00	116.627,05
Outras Transferências de Recursos do FNDE	102.452,92	0,00	102.452,92
Outros Convênios da União - Exercício Anterior	10.052,37	0,00	10.052,37
PMAQ - Exercício Anterior	2.748,68	0,00	2.748,68
Programa de Assistência Farmacêutica Básica	0,40	0,00	0,40
Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE	786,08	0,00	786,08
Recursos Ordinários ASPSaúde - Mínimo de 15%	11.536,66	130,00	11.406,66
RECURSOS OUTRAS FONTES - AUXÍLIOS E CONTRIBUIÇÕES	79.690,00	2.418,00	77.272,00
SES - ESF - Cofinanciamento da Estratégia Saúde da Família	2.096,96	3.300,00	(1.203,04)
SES - Programa de Assistência Farmacêutica Básica - Estado	(986,78)	0,00	(986,78)
SF - CIDE - Contrib. Intervenção Domínio Econômico	715,78	0,00	715,78
SF - Convênio de Trânsito - Polícia Militar - 35%	8.053,72	0,00	8.053,72
SF - Convênio União - Viveiros de Piscicultura	66.348,32	0,00	66.348,32
SF - COSIP - Contr.Custeio Serv.Iluminação Pública	132,27	0,00	132,27
SF - FNAS - CRAS - Centro Ref. Assistência Social	5.583,95	0,00	5.583,95

Continua 1/3





MUNICÍPIO DE TUNAPOLIS - SC  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2014/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

Continuação 2/3

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

R\$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c) = (a - b)
SF - FNAS - IGD - Índ. Gestão Desc. Bolsa Família	3.942,34	0,00	3.942,34
SF - FNAS - IGD - SUAS	5.247,53	0,00	5.247,53
SF - FNAS - Piso Básico Variável II	96,47	0,00	96,47
SF - FNDE - PNAE - Ensino Infantil	33,03	0,00	33,03
SF - FNDE - Salário Educação	4.572,29	0,00	4.572,29
SF - FNS - Ações Estruturantes de Vigilância Sanitária - VS	3.647,58	54,00	3.593,58
SF - FNS - Centro de Atenção Psicossocial - CAPS	(105,00)	(105,00)	0,00
SF - FNS - Programa das Ações de Alimentação e Nutrição (FAN)	90.372,57	0,00	90.372,57
SF - FNS - Programa de Agentes Comunitários de Saúde - PACS	1.645,19	0,00	1.645,19
SF - FNS - Programa de Saúde na Escola - PSE	1.001,08	0,00	1.001,08
SF - FNS - Sistema Integrado de Saúde das Fronteiras - SIS FRONTEIRA	13.648,61	0,00	13.648,61
SF - MAC - Programa de Próteses Dentárias	67.974,97	14.320,00	53.654,97
SF - Piso de Atenção Básica Fixo - PAB Fixo	19.648,84	0,00	19.648,84
SF - Programa de Saúde Bucal - PSBucal	455,90	0,00	455,90
SF - Programa Saúde da Família - PSF	10.216,53	0,00	10.216,53
SF - SES - ESF - Cofinanciamento da Estratégia Saúde da Família	9.318,83	0,00	9.318,83
SF - SES - Programa de Assistência Farmacêutica Básica - Estado	3.494,80	0,00	3.494,80
Sup. Exerc. Anterios - FNAS - SCFV/Serv.Convivência e Fortalecimento Vínculo	5.536,75	0,00	5.536,75
Teto Financeiro em Vigilância em Saúde	8.846,26	0,00	8.846,26
Transferências do FUNDEB - Outras Despesas 40%	34.308,56	0,00	34.308,56
Transferências do FUNDEB - Remuneração Profissionais 60%	(13.614,07)	35.775,12	(49.389,19)
Transporte Escolar Estado - Ensino Fundamental	5.665,29	271,35	5.393,94
Transporte Escolar Estado - Ensino Médio	18.106,49	0,00	18.106,49
Vigilância em Saúde	4.000,00	0,00	4.000,00
<b>TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)</b>	<b>1.252.169,10</b>	<b>397.757,06</b>	<b>854.412,04</b>
Ações e Serviços Públicos de Saúde	2.464,49	0,00	2.464,49
Alienação de Bens recursos não vinculados	4.550,10	0,00	4.550,10
Convênio de Trânsito - Município 30%	4.958,20	0,00	4.958,20
Convênio de Trânsito - Polícia Civil 35%	5.203,02	0,00	5.203,02
<b>RECURSO ORDINARIO</b>	<b>73.153,39</b>	<b>7.912,17</b>	<b>65.241,22</b>
Recursos Ordinários	423.785,37	332.967,14	90.818,23
Recursos Ordinários - Educação 25%	91.399,82	16.296,07	75.103,75
Recursos Ordinários - Exercício Anterior	2.886,80	0,00	2.886,80
Recursos Ordinários - Habitação	(8.723,64)	0,00	(8.723,64)
Recursos Ordinários - Saúde 15%	321.715,74	73.492,70	248.223,04
Recursos Ordinários ASPSaúde - Mínimo de 15%	41.398,15	6.918,99	34.479,16
SES - MAC - Atenção de Média e Alta Complexidade	1.114,67	0,00	1.114,67
SF - Alienação de Bens - Recursos Não Vinculados	17,86	0,00	17,86
SF - Convênio de Trânsito - Município 30%	14.500,42	0,00	14.500,42
SF - Convênio de Trânsito - Polícia Civil - 35%	5.359,23	0,00	5.359,23
SF - Convênio Rádio Patrulha	634,00	0,00	634,00
SF - FEP - Fundo Especial do Petróleo	(15.187,81)	440,51	(15.628,32)
SF - Recursos Ordinários	269.318,27	93.131,47	176.186,80
SF - Recursos Ordinários - Educação 25%	87.814,85	0,00	87.814,85
SF - Recursos Ordinários - Habitação	33.377,71	0,00	33.377,71
<b>TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)</b>	<b>1.359.740,64</b>	<b>531.159,05</b>	<b>828.581,59</b>
<b>TOTAL (III) = (I + II)</b>	<b>2.611.909,74</b>	<b>928.916,11</b>	<b>1.682.993,63</b>
<b>REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

FONTE:

Continua 2/3



MUNICÍPIO DE TUNAPOLIS - SC  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2014/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

Continuação 3/3

R\$ 1,00

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

Nota: 1 A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

TUNAPOLIS, 30/06/2014

---

ENOI SCHERER  
PREFEITO MUNICIPAL

---

JANETE REMPEL BIEGER  
CONTADORA CRC/SC 027.120/O-5

---

CLEVERSON INACIO KERKHOFF  
TÉCNICO DE CONTROLE INTERNO

LEI 101/00 - LRF - ANEXOS RGF



MUNICÍPIO DE TUNAPOLIS - SC  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DOS RESTOS A PAGAR  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2014/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RGF - ANEXO 6 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b")

R\$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR					DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS (CANCELADOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
	Liquidados e Não Pagos		Empenhados e Não Liquidados				
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício			
Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatório	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	
CIDE - Contrib. Intervenção Domínio Econômico	0,00	0,00	0,00	0,00	60,28	0,00	
Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico	0,00	0,00	0,00	0,00	1.318,75	0,00	
Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação	0,00	0,00	0,00	0,00	18.390,58	0,00	
Convênio de Trânsito - Polícia Militar 35%	0,00	0,00	0,00	0,00	4.661,43	0,00	
Convênio Estadual - FUNDAM - Fundo de Apoio	0,00	0,00	0,00	79.295,01	0,00	0,00	
Convênio Funasa - Estação Tratamento de Água	0,00	0,00	0,00	0,00	(66.903,61)	0,00	
Convênio M.Cidades - Pavimentação Asfáltica	0,00	0,00	41.278,22	0,00	18.941,46	0,00	
FEP - Fundo Especial do Petróleo	0,00	0,00	0,00	0,00	(10.013,26)	0,00	
FNAS - CRAS - Centro Ref. em Assistência Social	0,00	455,72	0,00	409,38	(1.148,12)	0,00	
FNAS - IGD - Índice Gestão Descent. Bolsa Família	0,00	0,00	0,00	0,00	2.422,37	0,00	
FNAS - IGD - SUAS	0,00	127,75	0,00	485,42	723,32	0,00	
FNAS - Piso Básico Variável II	0,00	0,00	0,00	0,00	2,86	0,00	
FNAS - SCFV/Serv.Convivência e Fortalecimento	0,00	2.564,00	0,00	13.455,00	16.500,52	0,00	
FNAS - SST/FEAS/Básica/Custeio	0,00	0,00	0,00	0,00	10.039,79	0,00	
FNAS - SST/FEAS/Benefícios Eventuais/Custeio	0,00	0,00	0,00	0,00	2,04	0,00	
FNDE - PNAE - Ensino Fundamental	0,00	1.177,47	0,00	93,74	809,66	0,00	
FNDE - PNAE - Ensino Infantil	0,00	1.939,91	0,00	61,04	2.449,87	0,00	
FNDE - Salário Educação	0,00	1.948,50	0,00	11.468,70	25.785,37	0,00	
FNS - Ações Estruturantes de Vigilância Sanitária	0,00	0,00	0,00	0,00	8.964,27	0,00	
FNS - Outras Transf. de Convênios da União	0,00	104.257,33	0,00	89.198,55	87.282,06	0,00	
FNS - Piso de Atenção Básica Fixo - PAB	0,00	14.254,01	0,00	12.551,87	(3.321,06)	0,00	
FNS - Piso Fixo de Vigilância e Promoção da Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	7.076,07	0,00	
FNS - PMAQ - Programa Melhoria do Acesso e da Qualidade	0,00	6.092,79	0,00	0,00	(3.761,73)	0,00	
FNS - Programa das Ações de Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	0,00	0,00	2.254,47	0,00	
FNS - Programa de Agentes Comunitários de Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	1.727,71	0,00	
FNS - Programa de Assistência Farmacêutica Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	12.348,12	0,00	
FNS - Programa de Saúde Bucal - PSBucal	0,00	1.114,99	0,00	0,00	(955,08)	0,00	
FNS - PSF - Programa Saúde da Família	0,00	0,00	0,00	0,00	(9.174,56)	0,00	
FNS - Sistema Integrado de Saúde das Fronteiras	0,00	0,00	0,00	0,00	405,30	0,00	
FNS - Teto Municipal de Média e Alta Complexidade	0,00	0,00	0,00	0,00	28.365,38	0,00	



**MUNICÍPIO DE TUNAPÓLIS - SC**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
**DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DOS RESTOS A PAGAR**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A JUNHO 2014/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO**

Continuação 2/4

RGF - ANEXO 6 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b")

R\$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR					DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS( NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
	Liquidados e Não Pagos		Empenhados e Não Liquidados				
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício			
Fundo Especial do Petróleo	0,00	0,00	0,00	11.550,00	29.584,52	0,00	
MAC - Exercício Anterior	0,00	0,00	0,00	0,00	315,88	0,00	
NASF - Núcleo de Apoio a Saúde da Família	0,00	0,00	0,00	0,00	549,91	0,00	
Outras Especificações	0,00	148,14	0,00	0,00	15.971,72	0,00	
Outras Transf. de Convênios do Estado	0,00	157.500,00	0,00	282.514,95	116.627,05	0,00	
Outras Transferências de Recursos do FNDE	0,00	0,00	0,00	505.090,50	102.452,92	0,00	
Outros Convênios da União - Exercício Anterior	0,00	0,00	0,00	0,00	10.052,37	0,00	
PMAQ - Exercício Anterior	0,00	0,00	0,00	0,00	2.748,68	0,00	
Programa de Assistência Farmacêutica Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,40	0,00	
Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE	0,00	0,00	0,00	0,00	786,08	0,00	
Recursos Ordinários ASPSaúde - Mínimo de 1%	0,00	0,00	0,00	0,00	11.406,66	0,00	
RECURSOS OUTRAS FONTES - AUXÍLIOS E	0,00	2.418,00	0,00	80.840,00	77.272,00	0,00	
SES - ESF - Cofinanciamento da Estratégia Sa	0,00	3.151,50	0,00	3.999,00	(1.203,04)	0,00	
SES - Programa de Assistência Farmacêutic	0,00	0,00	0,00	0,00	(986,78)	0,00	
SF - CIDE - Contrib. Intervenção Domínio Econ	0,00	0,00	0,00	0,00	715,78	0,00	
SF - Convênio de Trânsito - Polícia Militar - 35%	0,00	0,00	0,00	0,00	8.053,72	0,00	
SF - Convênio União - Viveiros de Piscicultura	0,00	0,00	0,00	0,00	66.348,32	0,00	
SF - COSIP - Contr.Custeio Serv.Illuminação PÚ	0,00	0,00	0,00	0,00	132,27	0,00	
SF - FNAS - CRAS - Centro Ref. Assistência S	0,00	0,00	0,00	0,00	5.583,95	0,00	
SF - FNAS - IGD - Índ. Gestão Desc. Bolsa Far	0,00	0,00	0,00	910,00	3.942,34	0,00	
SF - FNAS - IGD - SUAS	0,00	0,00	0,00	0,00	5.247,53	0,00	
SF - FNAS - Piso Básico Variável II	0,00	0,00	0,00	0,00	96,47	0,00	
SF - FNDE - PNAE - Ensino Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	33,03	0,00	
SF - FNDE - Salário Educação	0,00	0,00	0,00	3.975,20	4.572,29	0,00	
SF - FNS - Ações Estruturantes de Vigilância S	0,00	54,00	0,00	0,00	3.593,58	0,00	
SF - FNS - Programa das Ações de Alimentaçã	0,00	0,00	0,00	16.769,52	90.372,57	0,00	
SF - FNS - Programa de Agentes Comunitários	0,00	0,00	0,00	0,00	1.645,19	0,00	
SF - FNS - Programa de Saúde na Escola - PS	0,00	0,00	0,00	0,00	1.001,08	0,00	
SF - FNS - Sistema Integrado de Saúde das Fr	0,00	0,00	0,00	0,00	13.648,61	0,00	
SF - MAC - Programa de Próteses Dentárias	0,00	14.320,00	0,00	0,00	53.654,97	0,00	
SF - Piso de Atenção Básica Fixo - PAB Fixo	0,00	0,00	0,00	14.041,59	19.648,84	0,00	



**MUNICÍPIO DE TUNAPOLIS - SC**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
**DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DOS RESTOS A PAGAR**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A JUNHO 2014/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO**

Continuação 3/4

RGF - ANEXO 6 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b")

R\$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR					
	Liquidados e Não Pagos		Empenhados e Não Liquidados		DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS( NÃO INSCRITOS POR INSUFICIENCIA FINANCEIRA)
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício		
SF - Programa de Saúde Bucal - PSBucal	0,00	0,00	0,00	0,00	455,90	0,00
SF - Programa Saúde da Família - PSF	0,00	0,00	0,00	0,00	10.216,53	0,00
SF - SES - ESF - Cofinanciamento da Estratég	0,00	0,00	0,00	0,00	9.318,83	0,00
SF - SES - Programa de Assistência Farmac	0,00	0,00	0,00	0,00	3.494,80	0,00
Sup. Exerc. Anterios - FNAS - SCFV/Serv.Conv	0,00	0,00	0,00	0,00	5.536,75	0,00
Teto Financeiro em Vigilância em Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	8.846,26	0,00
Transferências do FUNDEB - Outras Despesas	0,00	0,00	0,00	123,50	34.308,56	0,00
Transferências do FUNDEB - Remuneração Pr	0,00	22.102,05	0,00	0,00	(49.389,19)	0,00
Transporte Escolar Estado - Ensino Fundamen	0,00	271,35	0,00	143,50	5.393,94	0,00
Transporte Escolar Estado - Ensino Médio	0,00	0,00	0,00	0,00	18.106,49	0,00
Vigilância em Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	4.000,00	0,00
TOTAL DE RECURSOS VINCULADOS(I)	0,00	333.897,51	41.278,22	1.126.976,47	854.412,04	0,00
Ações e Serviços Públicos de Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	2.464,49	0,00
Alienação de Bens recursos não vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	4.550,10	0,00
Convênio de Trânsito - Município 30%	0,00	0,00	0,00	0,00	4.958,20	0,00
Convênio de Trânsito - Polícia Civil 35%	0,00	0,00	0,00	0,00	5.203,02	0,00
RECURSO ORDINARIO	0,00	4.234,45	0,00	4.583,66	65.241,22	0,00
Recursos Ordinários	0,00	301.621,66	3.013,69	384.474,06	90.818,23	0,00
Recursos Ordinários - Educação 25%	0,00	10.388,48	0,00	15.564,35	75.103,75	0,00
Recursos Ordinários - Exercício Anterior	0,00	0,00	0,00	0,00	2.886,80	0,00
Recursos Ordinários - Habitação	0,00	0,00	0,00	0,00	(8.723,64)	0,00
Recursos Ordinários - Saúde 15%	0,00	66.011,85	0,00	81.573,78	248.223,04	0,00
Recursos Ordinários ASPSaúde - Mínimo de 1%	0,00	6.918,99	0,00	952,25	34.479,16	0,00
SES - MAC - Atenção de Média e Alta Complex	0,00	0,00	0,00	0,00	1.114,67	0,00
SF - Alienação de Bens - Recursos Não Vincul	0,00	0,00	0,00	0,00	17,86	0,00
SF - Convênio de Trânsito - Município 30%	0,00	0,00	0,00	0,00	14.500,42	0,00
SF - Convênio de Trânsito - Polícia Civil - 35%	0,00	0,00	0,00	0,00	5.359,23	0,00
SF - Convênio Rádio Patrulha	0,00	0,00	0,00	0,00	634,00	0,00
SF - FEP - Fundo Especial do Petróleo	0,00	0,00	440,51	396,75	(15.628,32)	0,00
SF - Recursos Ordinários	0,00	93.131,47	0,00	168.945,76	176.186,80	0,00



MUNICÍPIO DE TUNAPOLIS - SC  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DOS RESTOS A PAGAR**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2014/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

Continuação 4/4

RGF - ANEXO 6 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b")

R\$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR						EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS( NÃO INSCRITOS POR INSUFICIENCIA FINANCEIRA)
	Liquidados e Não Pagos		Empenhados e Não Liquidados		DISPONIBILIDADE DE CAIXA LIQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)		
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício			
SF - Recursos Ordinários - Educação 25%	0,00	0,00	0,00	0,00	87.814,85	0,00	
SF - Recursos Ordinários - Habitação	0,00	0,00	0,00	0,00	33.377,71	0,00	
TOTAL DE RECURSOS NÃO VINCULADOS(II)	0,00	482.306,90	3.454,20	656.490,61	828.581,59	0,00	
TOTAL (III) = (I + II)	0,00	816.204,41	44.732,42	1.783.467,08	1.682.993,63	0,00	

REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
-----------------------------------------------	------	------	------	------	------	------

FONTE:

Nota: ¹ A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

TUNAPOLIS, 30/06/2014

ENOI SCHERER PREFEITO MUNICIPAL	JANETE REMPEL BIEGER CONTADORA CRC/SC 027.120/O-5	CLEVERSON INACIO KERKHOFF TÉCNICO DE CONTROLE INTERNO
------------------------------------	------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------

**LEI 101/00 - LRF - ANEXOS RGF**

MUNICÍPIO DE TUNAPOLIS - SC  
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
Até o 1º Semestre de 2014

L.R.F., Artigo 48 - Anexo 7

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	6.619.586,37	45,86
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	8.659.732,50	60,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	8.226.745,88	57,00
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	-1.522.053,98	-10,55
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	17.319.465,00	120,00
GARANTIA DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	3.175.235,25	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas	0,00	0,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	2.309.262,00	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	1.010.302,13	7,00
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Apurado nos Demonstrativos Respektivos	1.783.467,08	0,00

FONTE:

TUNAPOLIS, 30/06/2014

\_\_\_\_\_  
ENOI SCHERER  
PREFEITO MUNICIPAL

\_\_\_\_\_  
JANETE REMPEL BIEGER  
CONTADORA CRC/SC 027.120/O-5

\_\_\_\_\_  
CLEVERSON INACIO KERKHOFF  
TÉCNICO DE CONTROLE INTERNO



# Videira

## PREFEITURA

### Termo Aditivo Nº 72/2014

Aditivo nº: 72/2014

Contrato/Ata nº: CT 49/2014

Licitação: PR 49/2014

Contratada: FUNDAÇÃO DA UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA - FUNOESC

Objeto: Alteração da Cláusula 3ª para que o pagamento seja efetuado em 4 parcelas iguais conforme a prestação de serviços e o cronograma.

Data: 16/07/2014

### Rescisão Nº 002/2014-PMV

Rescisão nº: 002/2014

Contrato: ATA 120/2013

Contratada: Motormac Distribuidora de Máquinas e Motores Ltda.

Licitação: PR 94/2013

Objeto: Rescisão amigável por distrato entre a contratada e a fornecedora da marca Case, cessando a partir de 31/10/2013 qualquer intermediação de vendas ou prestação de serviço técnico autorizado.

Data: 24/07/2014

### Aditivo Nº 71/2014-FMAS

Aditivo nº: 71/2014

Contrato/Ata nº: CT 300/2012

Licitação: TP 01/2012-FMAS

Contratada: GL CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA

Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do contrato, previsto na Cláusula 5ª, com efeitos a partir de 06 de julho de 2014 até 05 de agosto de 2014 e adequação no material e mão-de-obra conforme solicitação, planilhas e quantitativos constantes na justificativa da Secretaria de Planejamento, importando aumento de 2,39%.

Data: 04/07/2014

### Extrato Contrato Nº 138/2014

Contrato nº: 138/2014

Data de Assinatura: 16.07.2014

Fornecedor....:Desenvolver Gestão Ambiental e de Negócios Sociedade Simples

Valor ..... : R\$ 5.500,00

Licitação ..... : Dispensa de Licitação nº 07/2014 - PMV

Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇO TÉCNICO DE CADASTRAMENTO DO MUNICÍPIO JUNTO AO DNPM - DEPARTAMENTO NACIONAL DE PROTEÇÃO MINERAL, PARA SER UTILIZADO NA CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DE UMA NOVA CASCALHEIRA E FUTUROS LICENCIAMENTOS DO MUNICÍPIO.

### Extrato Contrato Nº 139/2014

Contrato nº: 139/2014

Data de Assinatura: 17.07.2014

Fornecedor....:Mapfre Seguros Gerais S.A.

Valor ..... : R\$ 22.000,00

Licitação ..... : Pregão Presencial nº 39/2014 - FMS

Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SEGURAR A FROTA DOS VEÍCULOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, COM COBERTURAS DIVERSAS.

### Extrato Contrato Nº 140/2014

Contrato nº: 140/2014

Data de Assinatura: 17.07.2014

Fornecedor....:Gente Seguradora S.A.

Valor ..... : R\$ 5.900,00

Licitação ..... : Pregão Presencial nº 90/2014 - PMV

Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SEGURAR ESCAVADEIRA HIDRÁULICA E RETROESCAVADEIRA, CEDIDOS PELO MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA AO MUNICÍPIO E PARA VEÍCULO UTILIZADO PELO FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

### Extrato Contrato Nº 141/2014

Contrato nº: 141/2014

Data de Assinatura: 17.07.2014

Fornecedor....: Sinaltec Tecnologia em Sinalização Ltda..

Valor ..... : R\$ 16.955,00

Licitação ..... : Pregão Presencial nº 78/2014 - PMV

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO PARA SER UTILIZADO NA MANUTENÇÃO DAS VIAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA, PELA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA.

### Extrato Contrato Nº 142/2014

Contrato nº: 142/2014

Data de Assinatura: 21.07.2014

Fornecedor....: Viga Pavimentação e Obras Ltda.

Valor ..... : R\$ 101.313,16

Licitação ..... : Tomada de Preços nº 04/2014 - PMV

Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTO ASFALTICO (C.A.U.Q) NAS RUAS: PADRE FIDÉLIS, ALVISE CALDART E PARTE DA RUA ARTHUR FORMIGHIERI, COM ÁREA TOTAL DE 2.737,29 M², INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA, CONFORME PROJETO BÁSICO.

### Extrato Contrato Nº 143/2014

Contrato nº: 143/2014

Data de Assinatura: 21.07.2014

Fornecedor....: BSA - Bureau de Serviços em Engenharia Ambiental Ltda.

Valor ..... : R\$ 7.200,00

Licitação ..... : Dispensa de Licitação nº 10/2014 - PMV

Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EFETUAR LEVANTAMENTO E ATUALIZAÇÕES PRELIMINARES DOS DADOS DO PROJETO; ELABORAR TERMO DE REFERÊNCIA PARA LANÇAMENTO DE EDITAL PARA "EXECUÇÃO DO PROJETO DE RECUPERAÇÃO DA ANTIGA ÁREA DE DEPÓSITO DE RESÍDUOS SÓLIDOS DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA - SC"; E, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CAPACITAÇÃO E APOIO TÉCNICO NO JULGAMENTO DO PROCESSO LICITATÓRIO, PELO FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO.

**Extrato Contrato Nº 145/2014**

Contrato nº: 145/2014

Data de Assinatura: 22.07.2014

Fornecedor....: Mercado RZ Ltda.

Valor ..... : R\$ 2.810,00L

Licitação ..... : Pregão Presencial nº 79/2014 - PMV

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE TECIDOS PARA SEREM UTILIZADOS COMO MATERIAL PEDAGÓGICO PARA OS TRABALHOS ARTESANAIS DESENVOLVIDOS NAS ESCOLAS E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL MUNICIPAL, PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.

**Extrato Contrato Nº 144/2014**

Contrato nº: 144/2014

Data de Assinatura: 22.07.2014

Fornecedor....: Clodomir Bahr Junior - ME

Valor ..... : R\$ 3.770,00

Licitação ..... : Pregão Presencial nº 79/2014 - PMV

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE TECIDOS PARA SEREM UTILIZADOS COMO MATERIAL PEDAGÓGICO PARA OS TRABALHOS ARTESANAIS DESENVOLVIDOS NAS ESCOLAS E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL MUNICIPAL, PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.

**Extrato Contrato Nº 146/2014**

Contrato nº: 146/2014

Data de Assinatura: 22.07.2014

Fornecedor....: Harmonize Indústria e Comércio Têxtil Ltda.

Valor ..... : R\$ 14.878,50

Licitação ..... : Pregão Presencial nº 79/2014 - PMV

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE TECIDOS PARA SEREM UTILIZADOS COMO MATERIAL PEDAGÓGICO PARA OS TRABALHOS ARTESANAIS DESENVOLVIDOS NAS ESCOLAS E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL MUNICIPAL, PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.

**Editais de Convocação**

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

FUNDO DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

CNPJ: 03.333.619/00001-06

VIDEIRA - SC

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

KATIANI GUARACI DE MORAIS, Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Videira, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal 1836/07, leva ao conhecimento de todos que o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem;

**CONSIDERANDO:**

• A licença para tratamento de saúde da conselheira ZELI DO PRADO, DELIBERA por convocar a conselheira suplente abaixo relacionada, para comparecer na Sede do CMDCA localizado à Rua Lauro Muller, 288 - Centro até o dia 09 de agosto de 2014, das 8h às 12h e das 14h às 17h portando os documentos exigidos em lei, a fim de procedimentos a serem adotados para tomar posse do cargo de Conselheiro Tutelar devido a licença da conselheira.

9ª MARLI APARECIDA CORONETTI NORA

O presente será publicado no Diário Oficial do Município de Videira.

Videira, 29 de julho de 2014.

KATIANI GUARACI DE MORAIS

Presidente do CMDCA

Rua: Lauro Muller, 288 - 89.560-000 - Videira SC

Fone: (49) 3566-2202 / 3566-2191 - Fax (49) 3566-6099

**Editais de Convocação**

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

FUNDO DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

CNPJ: 03.333.619/00001-06

VIDEIRA - SC

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

KATIANI GUARACI DE MORAIS, Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Videira, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal 1836/07, leva ao conhecimento de todos que o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem;

**CONSIDERANDO:**

• A licença para tratamento de saúde da conselheira ZELI DO PRADO, DELIBERA por convocar a conselheira suplente abaixo relacionada, para comparecer na Sede do CMDCA localizado à Rua Lauro Muller, 288 - Centro até o dia 10 de agosto de 2014, das 8h às 12h e das 14h às 17h portando os documentos exigidos em lei, a fim de procedimentos a serem adotados para tomar posse do cargo de Conselheiro Tutelar devido a licença da conselheira.

10ª JULIANA BITELLO DE SOUZA CANTELLI

O presente será publicado no Diário Oficial do Município de Videira.

Videira, 30 de julho de 2014.

KATIANI GUARACI DE MORAIS

Presidente do CMDCA

Rua: Lauro Muller, 288 - 89.560-000 - Videira SC

Fone: (49) 3566-2202 / 3566-2191 - Fax (49) 3566-6099

**Decreto Nº 11.202/14**

DECRETO Nº 11.202/14, DE 30 DE JULHO DE 2014

Estabelece Limitação de Empenho e Movimentação Financeira Segundo Critérios Estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2014, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art.72, IX, da Lei Orgânica do Município, com fundamento no disposto no art. 9º da lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, e;

Considerando a necessidade de limitação de empenho e movimentação financeira das despesas do orçamento municipal de 2014, constantes da Lei Orçamentária Anual nº 3.035/13, de 06 de dezembro de 2013, com o objetivo de manter, na execução orçamentária, o equilíbrio das contas públicas e o cumprimento das metas fiscais estabelecidas para o exercício financeiro;

**DECRETA**

Art. 1º As despesas de investimentos dos Órgãos da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo, atendidas com recursos próprios do Tesouro Municipal (fonte 0.1.0000) e (fonte 0.3.0000) ficam limitadas (contingenciadas) no valor de 50% (cinquenta por cento) do saldo atualizado das dotações de investimentos, exceto para os casos previstos no § 2º, art. 9º da LRF - Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 2º As unidades orçamentárias e Administrativas adotarão as

medidas e procedimentos, inclusive com relação às requisições de compras, aos contratos, às licitações, necessários à redução das despesas e à sua adequação aos limites fixados neste Decreto.

Art. 3º Fica expressamente determinado aos Secretários Municipais e Superintendente a estrita observância e cumprimento das disposições contidas no presente Decreto, ficando a seu cargo a adoção de medidas necessárias à sua implementação.

Parágrafo único - Ficará sob responsabilidade pessoal dos Secretários Municipais, Superintendente e demais Gestores a prática ou autorização de ato ou despesa em desacordo com o estabelecido neste Decreto.

Art. 4º Restabelecida a receita prevista, apurada no Demonstrativo do Cumprimento das Metas no próximo bimestre, dar-se-á a recomposição das dotações correspondentes.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 30 de julho de 2014.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 30 dias do mês de julho de 2014.

VALMOR LUIZ DALL 'AGNOL  
Secretário de Administração

#### **Extrato Ata de Registro de Preços Nº 112/2014**

Ata de Registro de Preços nº: 112/2014  
Data de Assinatura: 15.07.2014  
Fornecedor.....: Sirius Indústria e Comércio de Balanças Ltda - ME.  
Valor: R\$ 6.660,00  
Licitação .....: Pregão Presencial nº 73/2014 - PMV  
Objeto .....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS DE BALANÇAS ANTROPOMÉTRICA DIGITAL, ELETRÔNICA E SELF SERVICE (BALCÃO TÉRMICO), PARA USO NAS ESCOLAS MUNICIPAIS E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO, PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

#### **Extrato Ata de Registro de Preços Nº 113/2014**

Ata de Registro de Preços nº: 113/2014  
Data de Assinatura: 15.07.2014  
Fornecedor.....: Olitec Balanças e Equipamentos Ltda - ME.  
Valor: R\$ 18.940,00  
Licitação .....: Pregão Presencial nº 73/2014 - PMV  
Objeto .....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS DE BALANÇAS ANTROPOMÉTRICA DIGITAL, ELETRÔNICA E SELF SERVICE (BALCÃO TÉRMICO), PARA USO NAS ESCOLAS MUNICIPAIS E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO, PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

#### **Extrato Ata de Registro de Preços Nº 114/2014**

Ata de Registro de Preços nº: 114/2014  
Data de Assinatura: 15.07.2014  
Fornecedor.....: Qualymedic Comércio e Assistência Técnica Ltda.  
Valor: R\$ 964,00  
Licitação .....: Pregão Presencial nº 73/2014 - PMV  
Objeto .....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS DE BALANÇAS ANTROPOMÉTRICA DIGITAL, ELETRÔNICA E SELF SERVICE (BALCÃO TÉRMICO), PARA USO NAS ESCOLAS MUNICIPAIS E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO, PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.

#### **Extrato Ata de Registro de Preços Nº 115/2014**

Ata de Registro de Preços nº: 115/2014  
Data de Assinatura: 15.07.2014  
Fornecedor.....: Licimaster Comércio de Equipamentos Ltda.  
Valor: R\$ 44.092,00  
Licitação .....: Pregão Presencial nº 73/2014 - PMV  
Objeto .....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS DE BALANÇAS ANTROPOMÉTRICA DIGITAL, ELETRÔNICA E SELF SERVICE (BALCÃO TÉRMICO), PARA USO NAS ESCOLAS MUNICIPAIS E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO, PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.

#### **Extrato Ata de Registro de Preços Nº 116/2014**

Ata de Registro de Preços nº: 116/2014  
Data de Assinatura: 18.07.2014  
Fornecedor.....: J.A. Sonorização Ltda - ME.  
Valor: R\$ 25.700,00  
Licitação .....: Pregão Presencial nº 77/2014 - PMV  
Objeto .....: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÕES FUTURAS DE EMPRESA PARA LOCAÇÕES DE SISTEMAS DE SONORIZAÇÃO PARA ATENDER OS EVENTOS REALIZADOS PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.

#### **Extrato Ata de Registro de Preços Nº 117/2014**

Ata de Registro de Preços nº: 117/2014  
Data de Assinatura: 18.07.2014  
Fornecedor.....: Alto Vale Produções Artísticas Ltda ME.  
Valor: R\$ 12.700,00  
Licitação .....: Pregão Presencial nº 77/2014 - PMV  
Objeto .....: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÕES FUTURAS DE EMPRESA PARA LOCAÇÕES DE SISTEMAS DE SONORIZAÇÃO PARA ATENDER OS EVENTOS REALIZADOS PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.

#### **Extrato Ata de Registro de Preços Nº 118/2014**

Ata de Registro de Preços nº: 118/2014  
Data de Assinatura: 24.07.2014  
Fornecedor.....: Adagil Materiais de Construção Ltda.  
Valor: R\$ 9.700,00  
Licitação .....: Pregão Presencial nº 15/2014 - FMAS  
Objeto .....: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE CONDICIONADORES DE AR COM A DEVIDA INSTALAÇÃO PARA A NOVA CASA LAR, CREAS E CONSELHO TUTELAR DO DEPARTAMENTO DE AÇÃO SOCIAL.

**Extrato Ata de Registro de Preços Nº 119/2014**

Ata de Registro de Preços nº: 119/2014

Data de Assinatura: 24.07.2014

Fornecedor....: Refrigeração Moura Ltda ME.

Valor: R\$ 9.450,00

Licitação ..... : Pregão Presencial nº 15/2014 - FMAS

Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE CONDICIONADORES DE AR COM A DEVIDA INSTALAÇÃO PARA A NOVA CASA LAR, CREAMS E CONSELHO TUTELAR DO DEPARTAMENTO DE AÇÃO SOCIAL.

**Extrato do Contrato N. 0493/14**

Extrato do Contrato n. 0493/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: ELIZANGELA DE ALMEIDA SANTOS

CPF: 736.421.939-00

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 10 de junho de 2014 a 21 de julho de 2014

FUNÇÃO: PROFESSORA DE ENSINO FUNDAMENTAL - Séries Iniciais

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 20 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 1.073,30 (um mil e setenta e três reais e trinta centavos)

**Homologações Prefeitura Mês 07/2014**

O Município de Videira no mês 07/2014, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 66/2014

PROCESSO Nº 95/2014

HOMOLOGAÇÃO: 04/07/2014

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE MATERIAIS ESPORTIVOS PARA SEREM UTILIZADOS NAS ESCOLAS E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.

CONTRATADO: VIDELIVROS COM. DE LIVROS E JOGOS PEDAGÓGICOS LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 133.680,60 (cento e trinta e três mil seiscentos e oitenta reais e sessenta centavos)

CONTRATADO: KALBRINK MATERIAIS E EQUIPAMENTOS EDUCATIVOS LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 21.323,25 (vinte e um mil trezentos e vinte e três reais e vinte e cinco centavos)

CONTRATADO: TOTAL SPORTS LTDA ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 229.985,50 (duzentos e vinte e nove mil novecentos e oitenta e cinco reais e cinquenta centavos)

CONTRATADO: MONICA REGINA DE MELLO FARIA - ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 22.608,00 (vinte e dois mil seiscentos e oito reais)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 70/2014

PROCESSO Nº 101/2014

HOMOLOGAÇÃO: 08/07/2014

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PIAS DE COZINHA PARA SEREM INSTALADAS NO CENTRO DE APOIO TIAGO SCOPEL E ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA FIDELIS FANTIN PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.

CONTRATADO: IRE IND E COM DE MOVEIS E TRANSPORTES LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 20.000,00 (vinte mil reais)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 71/2014

PROCESSO Nº 102/2014

HOMOLOGAÇÃO: 09/07/2014

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA PARA AS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, INFRAESTRUTURA, AGRICULTURA, EDUCAÇÃO, TURISMO E CULTURA, POLICIA MILITAR E CORPO DE BOMBEIROS.

CONTRATADO: ROBERTO TESSARO E CIA LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 87.802,05 (oitenta e sete mil oitocentos e dois reais e cinco centavos)

CONTRATADO: MERCADO R.Z. LTDA EPP

VALOR DA DESPESA: R\$ 29.049,17 (vinte e nove mil e quarenta e nove reais e dezessete centavos)

CONTRATADO: 3 S MATERIAL PARA ESCRITÓRIO LTDA ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 79.517,00 (setenta e nove mil quinhentos e dezessete reais)

CONTRATADO: VW COMERCIO ATACADISTA LTDA - ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 12.499,12 (doze mil quatrocentos e noventa e nove reais e doze centavos)

CONTRATADO: AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 38.533,09 (trinta e oito mil quinhentos e trinta e três reais e nove centavos)

CONTRATADO: OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 42.360,87 (quarenta e dois mil trezentos e sessenta reais e oitenta e sete centavos)

CONTRATADO: COMERCIAL ATACADISTA SOL MIO LTDA - ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 148.743,68 (cento e quarenta e oito mil setecentos e quarenta e três reais e sessenta e oito centavos)

CONTRATADO: SIPROLIMP - SIMIONATO PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 55.068,63 (cinquenta e cinco mil e sessenta e oito reais e sessenta e três centavos)



PREGÃO PRESENCIAL Nº 72/2014

PROCESSO Nº 103/2014  
HOMOLOGAÇÃO: 10/07/2014

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE COLCHÕES SOLTEIRO E DE BERÇO, COLCHONETES E CARRINHO DE BEBÊ PARA USO DAS ESCOLAS MUNICIPAIS E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO, PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.

CONTRATADO: KALINOVSKI E KALINOVSKI LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 930,00 (novecentos e trinta reais)

CONTRATADO: BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA - ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 34.810,00 (trinta e quatro mil oitocentos e dez reais)

CONTRATADO: TOTAL SPORTS LTDA ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 14.700,00 (quatorze mil setecentos reais)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 74/2014

PROCESSO Nº 105/2014  
HOMOLOGAÇÃO: 14/07/2014

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE FAIXAS EM LONA, BANNER EM LONA E MATERIAL GRÁFICO PARA SEREM UTILIZADOS NA DIVULGAÇÃO DE EVENTOS, PROGRAMAS E PROJETOS DAS ESCOLAS MUNICIPAIS E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO.

CONTRATADO: FAUSTINO LOCATELLI SOBRINHO

VALOR DA DESPESA: R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais)

CONTRATADO: ALQUIERI COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA -ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 10.750,00 (dez mil setecentos e cinquenta reais)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 76/2014

PROCESSO Nº 107/2014  
HOMOLOGAÇÃO: 10/07/2014

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE MATERIAIS HIDRÁULICOS E ELÉTRICOS PARA USO DAS SECRETARIAS DE EDUCAÇÃO, INFRAESTRUTURA, TURISMO E CULTURA.

CONTRATADO: PIATÃ COMÉRCIO DE PEÇAS LTDA ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 113.023,00 (cento e treze mil e vinte e três reais)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 78/2014

PROCESSO Nº 109/2014  
HOMOLOGAÇÃO: 17/07/2014

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO PARA SER UTILIZADO NA MANUTENÇÃO DAS VIAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA, PELA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA.

CONTRATADO: SINALTEC - TECNOLOGIA EM SINALIZAÇÃO LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 16.955,00 (dezesesseis mil novecentos e cinquenta e cinco reais)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 81/2014

PROCESSO Nº 112/2014  
HOMOLOGAÇÃO: 14/07/2014

OBJETO: AQUISIÇÃO DE TROFÉUS E MEDALHAS PARA PREMIAÇÃO DOS ALUNOS QUE PARTICIPARÃO DOS JOGOS INTERCOLEGIAS QUE SERÃO REALIZADOS DURANTE O ANO DE 2014, PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.

CONTRATADO: JACINTA JANUARIO ANTUNES EPP

VALOR DA DESPESA: R\$ 9.941,88 (nove mil novecentos e quarenta e um reais e oitenta e oito centavos)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 85/2014

PROCESSO Nº 116/2014  
HOMOLOGAÇÃO: 10/07/2014

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS DE TUBOS DE CONCRETO PARA SEREM UTILIZADOS NA DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS EM DIVERSOS LOCAIS DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA, PELA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA.

CONTRATADO: CONCRETOS FARROUPILHA LTDA EPP

VALOR DA DESPESA: R\$ 140.500,00 (cento e quarenta mil quinhentos reais)

CONTRATADO: DELCIR BOESING ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 88.000,00 (oitenta e oito mil reais)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 87/2014

PROCESSO Nº 119/2014  
HOMOLOGAÇÃO: 15/07/2014

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE TRIMMER PARA ROÇADEIRA PARA AS SECRETARIAS DE AGRICULTURA E INFRAESTRUTURA.

CONTRATADO: FLORKAR MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA.

VALOR DA DESPESA: R\$ 7.150,00 (sete mil cento e cinquenta reais)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 90/2014

PROCESSO Nº 122/2014  
HOMOLOGAÇÃO: 17/07/2014

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SEGURAR ESCAVADEIRA HIDRÁULICA E RETROESCAVADEIRA, CEDIDOS PELO MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA AO MUNICÍPIO E PARA VEÍCULO UTILIZADO PELO FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

CONTRATADO: GENTE SEGURADORA S.A.

VALOR DA DESPESA: R\$ 5.900,00 (cinco mil e novecentos reais)

TOMADA DE PREÇO Nº 04/2014  
PROCESSO Nº 63/2014  
HOMOLOGAÇÃO: 21/07/2014

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTO ASFALTICO (C.A.U.Q) NAS RUAS: PADRE FIDÉLIS, ALVISE CALDART E PARTE DA RUA ARTHUR FORMIGHIERI, COM ÁREA TOTAL DE 2.737,29 M², INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA.

CONTRATADO: VIGA PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA.

VALOR DA DESPESA: R\$ 101.313,16 (cento e um mil trezentos e treze reais e dezesseis centavos)

TOMADA DE PREÇO Nº 10/2014

PROCESSO Nº 84/2014  
HOMOLOGAÇÃO: 01/07/2014

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ELABORAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E EXECUÇÃO DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CADASTRO DE RESERVA, DA PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA, NO ÂMBITO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.

CONTRATADO: FERNANDO DA SILVA TEIXEIRA - ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 8.900,00 (oito mil e novecentos reais)

Videira, 30/06/2014  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

#### **Extrato do Termo de Rescisão N. 0095/14**

Extrato do Termo de Rescisão n. 0095/14  
Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0422/14  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADO: GERALDO ROSA  
CPF: 490.162.539-04  
OBJETO: Rescisão a pedido do contratado  
VIGÊNCIA: A partir 31 de julho de 2014.

#### **HOMOLOGAÇÕES FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE MÊS 07/2014**

O Município de Videira, através do Fundo Municipal de Saúde, no mês 07/2014 comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 37/2014

PROCESSO Nº 41/2014  
HOMOLOGAÇÃO: 10/07/2014

OBJETO: AQUISIÇÃO DE ELETROCARDIOGRAFO E MATERIAIS PARA SEREM UTILIZADOS NO ATENDIMENTO DOS PACIENTES NO PAME 24 HORAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

CONTRATADO: HORA H HOSPITALAR LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 7.000,00 (sete mil reais)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 38/2014

PROCESSO Nº 44/2014  
HOMOLOGAÇÃO: 08/07/2014

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAR A MANUTENÇÃO CORRETIVA NO EQUIPAMENTO ADVIA 60, INSTALADO NO LABORATÓRIO MUNICIPAL DA SECRETARIA DE SAÚDE.

CONTRATADO: MAFFAZZIOLI & PORTO EQUIPAMENTOS LABORATORIAIS LTD

VALOR DA DESPESA: R\$ 4.230,00 (quatro mil duzentos e trinta reais)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 39/2014

PROCESSO Nº 45/2014  
HOMOLOGAÇÃO: 17/07/2014

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SEGURAR A FROTA DOS VEÍCULOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, COM COBERTURAS DIVERSAS.

CONTRATADO: MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A.

VALOR DA DESPESA: R\$ 22.000,00 (vinte e dois mil reais)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 40/2014

PROCESSO Nº 46/2014  
HOMOLOGAÇÃO: 15/07/2014

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE MULTIFUNCIONAIS A LASER PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

CONTRATADO: ESCRIMATE COMERCIAL E SERVICOS DE INFORMATICA - EI

VALOR DA DESPESA: R\$ 13.320,00 (treze mil trezentos e vinte reais)

Videira, 30/07/2014  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

#### **Homologações Fundo Municipal de Assistência Social Mês 07/2014**

O Município de Videira, através do Fundo Municipal de Assistência Social, no mês 07/2014 comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2014

PROCESSO Nº 19/2014  
HOMOLOGAÇÃO: 24/07/2014

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE CONDICIONADORES DE AR COM A DEVIDA INSTALAÇÃO PARA A NOVA CASA LAR, CREAS E CONSELHO TUTELAR DO DEPARTAMENTO DE AÇÃO SOCIAL

CONTRATADO: REFRIGERAÇÃO MOURA LTDA ME.  
VALOR DA DESPESA: R\$ 9.450,00 (nove mil quatrocentos e cinquenta reais)

CONTRATADO: ADAGIL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA.  
VALOR DA DESPESA: R\$ 9.700,00 (nove mil e setecentos reais)

Videira, 30/07/2014  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

### **Resultado do Julgamento da Habilitação TP Nº 01/2014-FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
RESULTADO DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2014 - FMS

A Comissão Permanente de Licitações, em cumprimento ao disposto no art. 109, §1º da Lei nº 8.666/93, torna público o resultado do julgamento da fase de habilitação do processo licitatório em epígrafe, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REFORMA DO POSTO DE SAÚDE DO BAIRRO AMARANTE, CONVÊNIO MINISTÉRIO DA SAÚDE REQUALIFICA UBS - PROPOSTA Nº 10432684000113002, restando HABILITADAS as empresas Construtora Edificação Ltda, Palazzo Construtora Ltda ME e Mendes e Suckow Engenharia e Construções Ltda EPP. Fica designada a data para abertura das propostas para o dia 11/08/2014, às 16:00 hrs, desde que não haja interposição de recursos.

Videira, 30 de Julho de 2014.  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

### **Retificação Pregão Presencial Nº 97/2014 - PMV**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 97/2014 - PMV  
1ª RETIFICAÇÃO

O Prefeito Municipal de Videira comunica aos interessados que fica alterada a especificação constante do objeto e excluído o item 1.2 do Edital do Pregão Presencial nº 97/2014-PMV, o qual tem por objeto o REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE ACERVOS DE LIVROS PARA OS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. Tendo em vista que as alterações do edital implicam nas condições de participação das possíveis empresas interessadas, o mesmo fica republicado com as devidas correções nos mesmos meios onde foi dada a publicidade inicial, porém, permanecendo a mesma data de abertura, 12 de agosto do corrente ano no mesmo horário, a qual atende o disposto no art. 4º, inciso V da Lei nº 10.520/02. O Edital retificado está disponível no site [www.videira.sc.gov.br](http://www.videira.sc.gov.br) ou no Departamento de Licitações, no horário das 8:00h às 11h45min e das 13h30min às 17h45min. Informações através dos telefones (49) 3566-9026.

Videira/SC, 28 de julho de 2014.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

## **CÂMARA MUNICIPAL**

### **Resolução 005/2014**

RESOLUÇÃO LEGISLATIVA Nº 005/2014.  
CONCEDE LICENÇA A VEREADORA LOURDES BARNADETE NUNES DA SILVA

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Videira, Estado de Santa Catarina.

Faço saber que a Edilidade, em Sessão Plenária, aprovou e eu sanciono a seguinte Resolução Legislativa:

Art. 1º. Fica Concedida a Vereadora Lourdes Barnadete Nunes da Silva, licença para tratamento de saúde, durante 30 dias, a partir do dia 5 de agosto do ano em curso.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura condicionada a sua validade a sua publicação no Diário Oficial dos Municípios.

Sala das Sessões, 29 de julho de 2014.  
LOURENÇO BECKER  
Presidente

CLAUDETE NARDI VAVASSORI  
Secretária



# Vitor Meireles

## PREFEITURA

**Portaria Nº 154/2014**

PORTARIANº 154/2014

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve

**CONCEDER:**

de acordo com o Artigo 27, da Lei Complementar Municipal nº 048/2009, de 23 de dezembro de 2009,

Nome: SAMIRA CRISTINA RODRIGUES DE OLIVEIRA

Cargo: PROFESSOR NÍVEL II

Do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, Progressão por Nova Habilitação ou Titulação, pela conclusão do Curso de Pós-Graduação "Lato-Sensu" em Educação Infantil e Anos Iniciais no Centro Universitário Leonardo da Vinci, passando de Professor Nível II para Professor Nível III, com efeitos a partir de 01 de julho de 2014, dentro da Secretaria de Educação.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 01 de julho de 2014, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 30 DE JULHO DE 2014.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, \_\_/\_\_/\_\_\_\_

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/2011.

**Portaria Nº 155/2014**

PORTARIANº 155/2014

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve

**CONCEDER:**

de acordo com o Artigo 20, da Lei Complementar Municipal nº 049/2009, de 23 de dezembro de 2009,

Nome: DANILO DELUCA

Cargo: OPERADOR DE MÁQUINAS

Do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, Progressão por Nova Habilitação ou Titulação, pela conclusão do Ensino Médio no Centro de Educação de Jovens e Adultos - CEJA, passando do Nível V-2 para o Nível V-3, dentro da Secretaria de Obras.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 01 de julho de 2014, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 30 DE JULHO DE 2014.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, \_\_/\_\_/\_\_\_\_

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

# Associações

## AMREC

### Resolução Nº 01

Resolução nº 01/2014

Resolução nº 01/2014, de 30 de maio de 2014

Aplica revisão geral anual de salários do CIASAMREC

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Atenção à Sanidade Agropecuária da AMREC - Associação dos Municípios da Região Carbonífera, CIASAMREC, no uso de suas atribuições legais,

#### RESOLVE:

Art.1º - Aplicar revisão geral anual de salários do CIASAMREC, incidindo uniformemente, em todas as referências constantes da Tabela de Referências Salariais seguindo os termos da variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, conforme atribuições definidas no Contrato de Consórcio Intermunicipal de Atenção a Sanidade Agropecuária da Região Carbonífera de Santa Catarina, em seu art.43, em 6,08%.

Art.2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua assinatura.

Criciúma, 30 de maio de 2014

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito de Cocal do Sul

Presidente do CIASAMREC

Anexo I		
Indenização de despesas com hospedagem e alimentação (diária)		
Empregado	Destino	Valor da diária (R\$)
Diretor Administrativo e Técnico	Cidades de Santa Catarina	190,94
	Cidades de outros estados	286,42
	Capital Federal e capitais de outros estados	381,89
Demais empregados	Cidades de Santa Catarina	169,73
	Cidades de outros estados	265,20
	Capital Federal e capitais de outros estados	350,06

Anexo II	
Indenização de despesas de deslocamento com veículo particular	
Item	Valor por Km (R\$)
Descolamento com veículo particular	0,64

Tabela de Referências Salariais							
Refe- rência Salarial	Salário (R\$)		Refe- rência Salarial	Salário (R\$)		Refe- rência Salarial	Salário (R\$)
1	572,83		39	2.280,72		77	4.349,28
2	615,26		40	2.333,76		78	4.455,36
3	657,70		41	2.386,80		79	4.561,44
4	700,13		42	2.439,84		80	4.667,52
5	742,56		43	2.492,88		81	4.773,60
6	784,99		44	2.545,92		82	4.879,68
7	827,42		45	2.598,96		83	4.985,76

8	869,86		46	2.652,00		84	5.091,84
9	912,29		47	2.705,04		85	5.197,92
10	954,72		48	2.758,08		86	5.304,00
11	997,15		49	2.811,12		87	5.410,08
12	1039,58		50	2.864,16		88	5.516,16
13	1.082,02		51	2.917,20		89	5.622,24
14	1.124,45		52	2.970,24		90	5.728,32
15	1.166,88		53	3.023,28		91	5.834,40
16	1.209,31		54	3.076,32		92	5.940,48
17	1.251,74		55	3.129,36		93	6.046,56
18	1.294,18		56	3.182,40		94	6.152,64
19	1.336,61		57	3.235,44		95	6.258,72
20	1.379,04		58	3.288,48		96	6.364,80
21	1.421,47		59	3.341,52		97	6.470,88
22	1.463,90		60	3.394,56		98	6.576,96
23	1.506,34		61	3.447,60		99	6.683,04
24	1.548,77		62	3.500,64		100	6.789,12
25	1.591,20		63	3.553,68		101	6.895,20
26	1.633,63		64	3.606,72		102	7.001,28
27	1.676,06		65	3.659,76		103	7.107,36
28	1.718,50		66	3.712,80		104	7.213,44
29	1.760,93		67	3.765,84		105	7.319,52
30	1.803,36		68	3.818,88		106	7.425,60
31	1.856,40		69	3.871,92		107	7.584,72
32	1.909,44		70	3.924,96		108	7.743,84
33	1.962,48		71	3.978,00		109	7.902,96
34	2.015,52		72	4.031,04		110	8.062,08
35	2.068,56		73	4.084,08		111	8.221,20
36	2.121,60		74	4.137,12		112	9.441,12
37	2.174,64		75	4.190,16		113	9.600,24
38	2.227,68		76	4.243,20		114	9.759,36

## Consórcios

### CIM-AMAVI

#### Resolução Nº 03, de 09/07/2014

RESOLUÇÃO nº 03, de 09/07/2014.

Autoriza a contratação temporária em caráter emergencial de uma profissional para exercer a função de Cuidadora no Acolhimento Institucional Albertina Berkenbrock.

JOSÉ CONSTANCE, PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DOS MUNICÍPIOS DA AMAVI - CIM-AMAVI, no uso de suas atribuições legais, por decisão do Conselho de Administração,

#### CONSIDERANDO:

Que a estrutura de pessoal prevista no Contrato de Rateio e alteração do Contrato de Consórcio Público em decorrência de amplos estudos formalizados pelos entes envolvidos na instalação da entidade, quais sejam, Municípios, CIM-AMAVI, Ministério Público e Poder Judiciário, prevê o mínimo de 08 cuidadoras a fim de permitir o integral atendimento aos abrigados;

Que a cuidadora Osana Bocate teve que se afastar devido a tratamento de saúde pelo período de 60 (sessenta) dias conforme atestado em anexo.

Que convocadas as candidatas classificadas no Processo Seletivo 02/2013, as mesmas desistiram de assumir a função, tendo sido esgotada a lista de candidatos classificados.

Que há necessidade imprevisível e urgente de contratar uma profissional para exercer a função de cuidadora, visto que a entidade de acolhimento contará com apenas 07 (sete) cuidadoras em exercício, não suprimindo a demanda necessária.

Que não existe tempo hábil para realização de novo processo seletivo para contratação de um(a) cuidador(a).

Que o Contrato de Consórcio Público prevê no § 20 da Cláusula Décima Sétima que "Os casos omissos serão decididos pelo Conselho de Administração".

#### RESOLVE:

Art. 1º Fica autorizada a contratação temporária em caráter emergencial de um profissional para exercer a função de Cuidador no Acolhimento Institucional Albertina Berkenbrock pelo prazo de 60 (sessenta) dias.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 09 de julho de 2014.

José Constance

Presidente do CIM-AMAVI

## CIMCATARINA

### Edital 0004\_2014 - Assembléia Geral Extraordinária EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 0004/2014

#### ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

O Presidente do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA, Sr. Alcir José Bodanese, Prefeito Municipal de Rio das Antas, no uso de suas atribuições legais, levando em consideração o contido no artigo 20 e seus parágrafos, tanto do Protocolo de Intenções quanto do Contrato de Consórcio Público, visando atender as demais disposições legais, CONVOCA os Chefes dos Poderes Executivos dos municípios consorciados ao Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA, para participarem da ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA, a ser realizada no Auditório da Associação dos Municípios do Alto Vale do Rio do Peixe - AMARP, Rua Manoel Roque, 99, Bairro Alvorada, Município de Videira, SC, em data de 08 de agosto de 2014, em primeira convocação às 8:30 horas, para tratar dos seguintes assuntos como ordem do dia:

I - Prestação de Contas do CIMCATARINA referente ao segundo trimestre do ano de 2014;

II - Aprovação das Diretrizes Orçamentárias do Consórcio para o exercício de 2015;

III - Revisão, análise, discussão, emendas e aprovação do Estatuto do CIMCATARINA;

IV - Homologação da resolução 015/2014 da Presidência que delega competência ao Diretor Executivo do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA e dá outras providências;

V - Autorização para celebração de Termos de Cooperação Técnica entre municípios não consorciados e entre outros consórcios para execução de projetos e ações do Programa de Licitação Compartilhada - PROLICITA;

VI - Eleição dos suplentes para o Conselho Fiscal do CIMCATARINA;

VII - Deliberação de assuntos relacionados com os objetivos e finalidades do Consórcio;

VIII - Outros assuntos diversos.

Fraiburgo, 29 de julho de 2014.

Alcir José Bodanese

Presidente do CIMCATARINA

Prefeito de Rio das Antas

**CIMVI****Resolução Nº 098, de 10 de Julho de 2014**

RESOLUÇÃO Nº 98, de 10 de Julho de 2014.

Estabelece o Regulamento do Quadro de Pessoal do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Protocolo de Intenções ratificado pelos Municípios, pelo Contrato de Consórcio Público e pelo Estatuto do CIMVI; e

Considerando-se as deliberações da Assembleia Geral do CIMVI, realizada nesta data;

Considerando-se as disposições gerais previstas nos instrumentos legais do Consórcio Público e a existência de previsão orçamentária/financeira no Orçamento 2014 do CIMVI e nos respectivos Contratos de Rateio firmado com os Municípios;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica instituído o Regulamento do Quadro de Pessoal do CIMVI, aprovado na Assembleia Geral Ordinária - AGO deste dia 10 de Julho de 2014, realizada nas dependências da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB na cidade de Blumenau - SC, conforme anexo único, integrante desta Resolução.

Art. 2º - O Regulamento do Quadro de Pessoal, de que trata esta Resolução, entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, SC, em 10 de Julho de 2014.

Hartwig Persuhn

Presidente do CIMVI

Prefeito de Doutor Pedrinho

Nicanor Morro

Prefeito de Apiúna

Moacir Polidoro

Prefeito de Ascurra

Jean Michel Grundmann

Prefeito de Benedito Novo

Sergio Almir dos Santos

Prefeito de Indaial

Rolf Nicolodelli

Prefeito de Pomerode

Fernando Tomaselli

Prefeito de Rio dos Cedros

Paulo Roberto Weiss

Prefeito de Rodeio

Laércio Demerval Schuster Junior

Prefeito de Timbó

Luiz Cláudio Kades

Assessor Jurídico da AMMVI / CIMVI OAB/SC 17.692

Anexo Único - REGULAMENTO DO QUADRO DE PESSOAL DO CIMVI

**TÍTULO I****DO REGIME JURÍDICO E PREVIDENCIÁRIO****CAPÍTULO I****DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º - Este Regulamento dispõe sobre o Regime Jurídico e Previdenciário dos Servidores Públicos do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI, bem como disciplina os empregos públicos e demais direitos, deveres e disposições específicas aplicadas aos recursos humanos do Consórcio Público.

Parágrafo Único - Para os efeitos deste regulamento, servidor é a pessoa legalmente investida em cargo, emprego ou função pública.

Art. 2º - Emprego público é o conjunto de atribuições e responsabilidades cometidas a servidor, criado pelo Protocolo de Intenções e ratificado por lei, com denominação própria, em número certo e salário pago pelos cofres públicos, para provimento em caráter efetivo ou em comissão.

§ 1º - Função pública é a atribuição ou conjunto de atribuições que se confere a cada categoria profissional ou individualmente a determinados servidores de serviços eventuais.

§ 2º - As funções permanentes do Consórcio Público devem ser desempenhadas por titulares de empregos públicos ou por servidores efetivos recebidos por cessão dos Municípios consorciados, e, as transitórias, por servidores designados, admitidos ou contratados precariamente.

Art. 3º - Os salários dos empregos públicos corresponderão aos valores básicos, fixados no Protocolo de Intenções e ratificados por lei.

§ 1º - O valor dos salários será alterado anual e uniformemente, através de Resolução da Diretoria do CIMVI, em face da Revisão Geral Anual.

§ 2º - Após deliberação da Assembleia Geral, a Diretoria poderá conceder revisão geral anual de remuneração aos empregados do Consórcio Público no mês de janeiro de cada ano, utilizando o Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC (IBGE) acumulado no ano anterior.

§ 3º - O valor dos salários mensais guarda correlação com o cumprimento integral da carga de trabalho regular estabelecida para o emprego, sendo que esta poderá ser aumentada até o limite de 40 (quarenta) horas semanais ou reduzida em até 50% (cinquenta por cento), com o respectivo aumento ou redução proporcional da remuneração.

§ 4º - É proibida a prestação de serviços gratuitos salvo os casos previstos em lei e/ou no Protocolo de Intenções e no Estatuto do Consórcio Público.

Art. 4º - Os empregos públicos são considerados efetivos ou em comissão.

§ 1º - Os empregos efetivos são aqueles cujo provimento se dá em caráter permanente.

§ 2º - Os empregos em comissão são aqueles cujo provimento se

dá em caráter provisório, destinado às funções de chefia, direção ou assessoramento e regidos pelos critérios de confiança dos superiores hierárquicos.

§ 3º - O aumento do número de vagas, o reajuste ou reequilíbrio salarial e a criação de novos empregos públicos depende de prévia deliberação da Assembleia Geral, da alteração do Protocolo de Intenções e do Estatuto do Consórcio Público, de ratificação legislativa editada por todos os Entes consorciados e do aditamento ao Contrato de Consórcio, para posterior incorporação neste regulamento.

§ 4º - A contratação de profissionais para os empregos de que trata este regulamento, bem como a declaração de abertura de vagas e a autorização para início do processo de recrutamento para os empregos de provimento efetivo ou para as contratações temporárias, depende de prévia justificação da necessidade, da demonstração da viabilidade financeira e da aprovação em Assembleia Geral.

Art. 5º - Quadro é o conjunto de empregos de carreira, empregos isolados, funções gratificadas e empregos em comissão integrantes da estrutura de pessoal do Consórcio Público.

## CAPÍTULO II

### DO REGIME JURÍDICO

Art. 6º - Os servidores públicos ocupantes de emprego público efetivo ou em comissão terão suas relações de trabalho com o Consórcio Público disciplinado pelo Regime Jurídico Trabalhista ou da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT.

§ 1º - Aplica-se aos servidores submetidos a este regime jurídico as disposições legais da Consolidação das Leis do Trabalho aprovadas pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º/05/1943, e alterações posteriores, e as disposições próprias da Constituição Federal e deste Regulamento.

§ 2º - Os servidores efetivos dos Municípios consorciados recebidos em cessão pelo Consórcio Público, na forma deste regulamento, permanecerão no seu regime jurídico originário.

## CAPÍTULO III

### DO REGIME PREVIDENCIÁRIO

Art. 7º - Aplica-se aos servidores públicos do CIMVI o Regime Geral de Previdência Social - RGPS, na forma da Constituição Federal e da legislação específica (Lei nº 8.213/91).

Parágrafo Único - Os servidores efetivos dos Municípios consorciados recebidos em cessão pelo Consórcio Público, na forma deste regulamento, permanecerão no seu regime previdenciário originário.

## TÍTULO II

### DO PROVIMENTO, SUBSTITUIÇÃO E VACÂNCIA

#### CAPÍTULO I

##### DO PROVIMENTO

##### SEÇÃO I

##### DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 8º - São requisitos básicos para ingresso no Quadro Funcional

do Consórcio Público:

I - a nacionalidade brasileira;

II - o gozo dos direitos políticos;

III - a quitação com as obrigações militares, se for o caso, e eleitorais;

IV - o nível de escolaridade exigido para o exercício do emprego público, e/ou os requisitos especiais para o seu desempenho;

V - Idade mínima de 18 (dezoito) anos, completados até a data da posse;

VI - aptidão física e mental;

VII - possuir Carteira Nacional de Habilitação (CNH), inclusive para eventual condução de veículos do CIMVI em deslocamentos a serviço, exceto se contratado na forma estabelecida no § 2º deste artigo.

§ 1º - As atribuições do emprego público podem justificar a exigência de outros requisitos, estabelecidos na forma deste Regulamento.

§ 2º - Fica assegurado às pessoas portadoras de deficiência o direito de se inscreverem em concurso público para provimento de emprego público cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras, na forma estabelecida no Edital, para as quais serão reservadas até 10% (dez por cento) das vagas oferecidas no concurso.

Art. 9º - O provimento dos empregos públicos far-se-á por ato do Presidente do Consórcio Público, ou por preposto investido de tais prerrogativas.

§ 1º - São formas de provimento de empregos públicos:

I - nomeação ou contratação;

II - reversão; e

III - reintegração.

§ 2º - Os empregos em comissão serão providos exclusivamente por nomeação.

#### SEÇÃO II

##### DA NOMEAÇÃO OU CONTRATAÇÃO

##### Subseção I

##### Das Disposições Preliminares

Art. 10 - A nomeação far-se-á em comissão, inclusive na condição de interino, para empregos em comissão vagos.

§ 1º - Prescinde de concurso público a nomeação para emprego de provimento em comissão.

§ 2º - A nomeação do servidor público para emprego de provimento em comissão determina, no ato da posse, o seu afastamento do emprego público efetivo de que for titular.

§ 3º - A designação para exercício de função gratificada recairá, exclusivamente, em servidor efetivo.



§ 4º - O servidor ocupante de emprego em comissão poderá ser nomeado para ter exercício, interinamente, em outro emprego de confiança, sem prejuízo das atribuições do que atualmente ocupa, hipótese em que deverá optar pela remuneração de um deles durante o período de interinidade.

Art. 11 - A contratação, quando se tratar de provimento de emprego público efetivo, depende de prévia habilitação em concurso público de provas ou de provas e títulos, obedecida a ordem de classificação e o prazo de sua validade.

Parágrafo Único - A contratação para atender necessidade temporária de excepcional interesse público dependerá de prévia classificação em processo seletivo.

## Subseção II

### Do Concurso Público

Art. 12 - Os concursos para a seleção de candidatos aos empregos públicos efetivos do CIMVI serão realizados quando a Diretoria julgar oportuno e reger-se-ão pelas normas contidas nesta Subseção.

Parágrafo Único - A Comissão Especial de que trata o artigo 16, mediante autorização do Presidente do Consórcio Público, poderá contratar instituição especializada ou confiar a uma instituição de ensino, a elaboração, aplicação e correção das provas.

Art. 13 - O concurso público será de provas (escrita e/ou prática) ou de provas e títulos, podendo ser realizado em duas etapas, desde que expressamente previsto no Edital, condicionada a inscrição do candidato ao pagamento de "preço público" fixado neste regulamento, quando indispensável ao seu custeio, e ressalvadas as hipóteses de isenção nele expressamente previstas.

§ 1º - O concurso público terá validade de até dois anos, a contar da sua homologação, prorrogável uma vez, por igual período, a critério da Diretoria.

§ 2º - A aprovação em concurso não cria direito à nomeação e/ou contratação, mas esta, quando se der, respeitará a ordem de classificação dos candidatos.

Art. 14 - A abertura de concurso público se dará por edital, cujo extrato será publicado na imprensa local por 02 (duas) vezes, disponibilizado em site da internet e afixado em mural público de fácil acesso, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias entre a última divulgação e a primeira etapa/prova a ser realizada, de que constem:

I - o número de vagas oferecidas, denominação dos empregos públicos e respectivos salários e/ou remuneração;

II - o tipo de concurso, se de provas (escrita e/ou prática) ou de provas e títulos, e, se for o caso, os títulos exigidos;

III - as condições para inscrição e provimento do emprego público;

IV - tipo, natureza e programa das provas;

V - a forma de julgamento das provas e dos títulos;

VI - os limites de pontos atribuíveis a cada prova e aos títulos;

VII - os critérios e os níveis de habilitação, classificação e desempate;

VIII - o prazo das inscrições;

IX - a forma de comprovação dos requisitos para a inscrição;

X - A época da:

a) realização das provas, constando o dia, horário e local;

b) publicação nominal das inscrições homologadas com o número da inscrição;

c) publicação dos aprovados por ordem de classificação, constando o número da inscrição e o nome do candidato.

XI - o prazo de validade do concurso, que não excederá de dois anos, a contar de sua homologação, prorrogável por igual período.

§ 1º - O extrato do edital, de que trata o caput deste artigo, deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:

I - denominação dos empregos públicos, número de vagas disponíveis, carga horária semanal e respectivos salários e/ou remuneração;

II - período e local das inscrições;

III - a indicação do local em que os interessados poderão ler e obter o texto integral do edital e todas as informações relativas ao concurso.

§ 2º - Os prazos do edital poderão ser prorrogados a juízo da Comissão Especial, através de publicação no jornal em que se tenha divulgado o extrato do edital.

§ 3º - Os editais de concurso público do CIMVI serão subscritos pelo Presidente e/ou pelo Diretor Executivo.

§ 4º - Será encaminhada cópia do edital de concurso público para conhecimento em todos os Entes consorciados mediante divulgação pelos meios regulamentares.

§ 5º - O edital, em sua íntegra, será publicado em sítio que o Consórcio Público mantiver na rede mundial de computadores - internet - bem como, na forma de extrato, será publicado na imprensa oficial e em jornal de circulação regional.

§ 6º - Nos quinze primeiros dias que decorrerem da publicação do extrato mencionado no parágrafo anterior, poderá ser apresentada impugnações ao edital, as quais deverão ser decididas em sete dias. A íntegra da impugnação e de sua decisão será publicada no sítio que o Consórcio Público manter na rede mundial de computadores - internet.

Art. 15 - Poderão candidatar-se aos empregos públicos do Quadro de Pessoal do Consórcio Público todos os cidadãos que atendam aos requisitos previstos no art. 8º deste regulamento, sendo exigida comprovação no ato da posse.

§ 1º - As inscrições dos candidatos serão efetuadas pela Comissão Especial e/ou por quem ela designar, no horário e dentro dos prazos fixados no edital do concurso.

§ 2º - O pedido de inscrição deverá ser preenchido sem emendas ou rasuras pelo próprio candidato, em formulário especial fornecido pela Comissão Especial e/ou disponibilizado na internet.

§ 3º - Cada candidato não poderá se inscrever para mais de um emprego público em cada Concurso, e as provas deverão ser realizadas simultaneamente para todos os empregos oferecidos.

§ 4º - Não será permitida, sob qualquer pretexto, a inscrição

condicional, devendo todos os documentos serem apresentados por ocasião do preenchimento da ficha de inscrição, se for o caso.

§ 5º - Os requisitos relativos à escolaridade e/ou formação técnica ou profissional, a inscrição na entidade profissional competente e os demais requisitos ou habilitações exigidas, deverão ser comprovados no ato da posse, sob pena de revogação do ato de provimento e desclassificação do candidato, além da convocação do sucessor imediato na ordem de classificação, para assunção da vaga.

§ 6º - A declaração falsa ou inexata de dados constantes da ficha de inscrição, bem como a apresentação de documentos falsos ou graciosos, determinará o cancelamento da inscrição e a anulação de todos os atos decorrentes.

§ 7º - O pedido de inscrição implicará no conhecimento e na aceitação de todas as disposições deste regulamento e do respectivo edital.

§ 8º - A inscrição em concurso será feita pelo próprio candidato ou por procurador, com poderes especiais legalmente investidos.

Art. 16 - Para coordenar todas as etapas do concurso público, inclusive proceder ao julgamento de quaisquer recursos, a autoridade competente designará Comissão Especial composta de 03 (três) servidores do CIMVI, facultada, em caso de necessidade, a designação de servidores efetivos de qualquer um dos Entes Consorciados.

§ 1º - Dos servidores mencionados no "caput" deste artigo, dois (2) deverão ser ocupantes de emprego de carreira e de hierarquia superior ou igual a do emprego a ser preenchido e um (1) será indicado pelo sindicato de classe com jurisdição no Município sede do Consórcio Público.

§ 2º - A Comissão Especial deverá fiscalizar a duplicação das provas, se for o caso, tomando as medidas necessárias à manutenção do sigilo.

§ 3º - A Comissão Especial poderá, a seu critério e justificadamente, antes da homologação final, suspender, alterar, anular ou cancelar o concurso, não assistindo aos candidatos o direito à indenização.

§ 4º - Os casos omissos no edital serão resolvidos pela Comissão Especial.

Art. 17 - Na hipótese prevista no parágrafo único do artigo 12 deste regulamento, a instituição deverá indicar três membros de seu quadro de colaboradores para constituir Comissão Técnica que se responsabilizará pela elaboração, aplicação e correção das provas, bem como pelo assessoramento no julgamento de eventuais recursos relacionados às provas.

Parágrafo Único - A Comissão Técnica poderá ser auxiliada por funcionários efetivos do CIMVI ou de qualquer um dos Entes Consorciados, na qualidade de fiscais de prova.

Art. 18 - As provas deverão conter questões objetivas e de aplicação prática no desempenho do emprego público a que se refere o concurso.

§ 1º - Todas as provas são de caráter eliminatório.

§ 2º - A cada matéria corresponde uma prova em separado.

§ 3º - Cada membro da Comissão Especial ou Técnica corrigirá as provas e todos eles atribuirão graus a elas.

§ 4º - Tendo sido elaboradas por entidade especializada, as provas serão enviadas a esta entidade para a correção ou serão corrigidas por pessoas especialmente designadas, sob a fiscalização da Comissão Especial.

§ 5º - As provas serão avaliadas de 0 (zero) a 10 (dez) pontos, observando-se o critério de escore bruto, e terão caráter eliminatório e classificatório.

§ 6º - O grau de cada prova será a média aritmética dos graus atribuídos pelos examinadores, em conformidade com o Edital.

§ 7º - O Edital de Concurso Público fixará, em sendo o caso, a nota mínima a ser atingida em cada prova e a nota mínima geral a ser atingida no concurso para fins de eliminação e/ou classificação de candidato.

§ 8º - Cada matéria terá um peso próprio, estabelecido no edital, o qual possibilitará a determinação da média ponderada e, consequentemente, a aprovação ou reprovação do candidato.

Art. 19 - As provas serão realizadas em dia, hora e local conforme previsão estabelecida no Edital.

§ 1º - Os candidatos deverão estar no local, com antecedência mínima de vinte (20) minutos, portando obrigatoriamente o original da Carteira de Identidade e/ou Cartão de Identificação e caneta esferográfica azul ou preta, se for o caso.

§ 2º - O candidato que se recusar a fazer qualquer prova ou que se retirar do recinto durante a realização de qualquer delas, sem autorização da Comissão Especial e/ou Técnica, ficará automaticamente eliminado do concurso.

§ 3º - Não haverá segunda chamada para nenhuma prova, eliminando-se o candidato faltoso.

§ 4º - Durante a realização das provas, não será permitido ao candidato, sob pena de exclusão do concurso:

I - comunicar-se com os demais candidatos ou pessoas estranhas ao concurso, bem como consultar livros ou apontamentos, bem como qualquer equipamento eletrônico, salvo as fontes informativas que forem autorizadas pelo Edital ou pela Comissão Especial ou Técnica.

II - ausentar-se do recinto, a não ser momentaneamente, em casos especiais, na companhia de fiscal.

Art. 20 - Expirado o prazo para solução das questões, as provas serão recolhidas e desidentificadas pelo órgão encarregado do concurso, sendo entregues incontinenti à Comissão Especial ou Técnica, que terá prazo de 05 (cinco) dias para correção das mesmas.

Parágrafo único - Tendo sido elaboradas por entidade especializada, as provas serão enviadas a esta entidade para a correção ou serão corrigidas por pessoas especialmente designadas, sob a fiscalização da Comissão Especial.

Art. 21 - A identificação das provas será feita pelo órgão encarregado do concurso em ato público, na presença da Comissão Especial e a divulgação dos resultados será feita imediatamente após, sendo obrigatória sua posterior publicação no órgão de imprensa oficial.

§ 1º - Não será permitido qualquer tipo de identificação nas provas que possibilite aos examinadores a identificação dos candidatos.



§ 2º - Será dada vista das provas aos interessados, dois dias úteis após o término do concurso, no local em que se encontrem.

Art. 22 - Tratando-se de prova de títulos, a Comissão selecionará aqueles que atendam às exigências do edital ou que com elas guardem relação, atribuindo graus a eles na forma estabelecida, e rejeitará os demais.

Art. 23 - O local de prova será fiscalizado por elementos designados pela Comissão Especial, vedado o ingresso de pessoas estranhas.

Art. 24 - Terminadas as avaliações das provas e dos títulos, serão divulgadas as notas por prova e a média final de cada candidato.

Art. 25 - No prazo de 02 (dois) dias a contar da publicação referida no artigo anterior, o candidato poderá requerer revisão fundamentada da nota atribuída às provas e dos pontos atribuídos aos títulos.

Parágrafo Único - Feita a revisão, será publicado com todas as eventuais alterações, o resultado final do concurso.

Art. 26 - Quando, na realização do concurso, ocorrer irregularidade insanável ou preterição de formalidade substancial que possa afetar o seu resultado, qualquer candidato poderá recorrer ao Presidente do Consórcio Público que, mediante decisão fundamentada, proferida no prazo máximo de 10 (dez) dias, poderá anular o concurso, parcial ou totalmente, promovendo a apuração de responsabilidade dos culpados.

Parágrafo Único - O recurso previsto neste artigo poderá ser interposto até 03 (três) dias após a publicação do resultado final do concurso.

Art. 27 - Compete ao Presidente do Consórcio Público, no prazo de até 10 (dez) dias, contados da publicação do resultado final, a homologação do concurso, à vista do relatório apresentado pela Comissão Especial.

Art. 28 - Terá preferência para a contratação, em caso de empate na classificação, sucessivamente, o candidato:

I - que tiver obtido melhor grau na matéria de peso mais elevado, estabelecida no edital.

II - que tiver maior idade, considerando-se a data de nascimento.

III - que tiver maior número de dependentes, observada a legislação previdenciária.

§ 1º - Os critérios de desempate de que trata este artigo será aplicado sucessivamente na ordem dos incisos anteriores, prevalecendo o critério do inciso I sobre o do inciso II e o deste sobre aquele do Inciso III, sucessivamente.

§ 2º - Após a aplicação dos critérios acima, se persistir o empate de candidatos, decidir-se-á a favor daquele que tenha maior número de dependentes.

Art. 29 - Aos candidatos serão assegurados amplos meios de recursos, nas fases de homologação das inscrições, publicações de resultados parciais ou globais, homologação do concurso e contratação de candidatos.

§ 1º - Os recursos serão dirigidos ao Presidente da Comissão Especial.

§ 2º - Dos recursos deverá constar à justificativa do pedido, em

que se apresente sua razão, sendo, liminarmente, indeferidos os que não contenham fatos novos ou que se baseiam em razões subjetivas.

§ 3º - Interposto o recurso, o candidato poderá participar condicionalmente das provas que se realizarem, e no caso de não provimento do recurso, as provas serão anuladas e desconsideradas.

§ 4º - Os recursos deste artigo poderão ser interpostos até 2 (dois) dias após o cumprimento de cada fase.

Art. 30 - Os pedidos de revisões de provas serão dirigidos à Comissão Especial, circunstancialmente fundamentados e instruídos com comprovante do pagamento do preço público recursal, cabendo a esta decidir sobre eles.

§ 1º - O prazo para o pedido de revisão das provas e títulos previsto neste artigo é de 2 (dois) dias após a publicação da média final.

§ 2º - Feita a revisão será publicado, com todas as eventuais alterações, o resultado final do concurso.

Art. 31 - Fica instituído preço público para inscrição em Concurso Público do CIMVI, destinado a remunerar o custo do serviço para elaboração, aplicação, julgamento e avaliação das provas escritas e/ou práticas, o qual constará do instrumento convocatório, nos seguintes valores:

I - R\$ 60,00 (sessenta reais) para os empregos que exigem nível superior; e

II - R\$ 40,00 (quarenta reais) para os empregos que exigem nível médio.

§ 1º - Ficam isentos do pagamento do preço público para inscrição em Concurso Público os candidatos doadores de sangue, atendidas as condições estabelecidas nos parágrafos seguintes.

§ 2º - Considera-se, para enquadramento ao benefício previsto no parágrafo anterior, somente a doação de sangue promovida a órgão oficial ou a entidade credenciada pela União, pelo Estado ou por Município.

§ 3º - A comprovação da qualidade de doador de sangue será efetuada através da apresentação de documento expedido pela entidade coletora, que deverá ser juntado no ato de inscrição.

§ 4º - O documento previsto no parágrafo anterior, deverá discriminar o número e a data em que foram realizadas as doações, não podendo ser inferiores a três (03) vezes nos doze (12) meses imediatamente anteriores à abertura do edital do concurso no qual o doador pretenda inscrever-se.

§ 5º - Os valores previstos nos incisos I e II do caput deste artigo serão atualizados anualmente pelo mesmo percentual aplicado na revisão geral das remunerações, ou seja, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC (IBGE) acumulado no ano anterior.

Art. 32 - Fica instituído preço público para recurso de revisão de provas em Concurso Público do CIMVI, destinado a remunerar o custo do serviço para revisão das provas escritas e/ou práticas, o qual constará do instrumento convocatório, em valores correspondentes a 50% (cinquenta por cento) daquele estabelecido no "caput" do artigo anterior para a inscrição do candidato.

Parágrafo Único - O pagamento do preço público para recurso de revisão de provas é condição indispensável para conhecimento do recurso, ficando a cargo do recorrente seu recolhimento antes do protocolo do recurso, bem como sua comprovação junto às razões

de recurso.

### Subseção III

#### Da Posse e do Exercício

Art. 33 - Posse é a investidura no emprego público, e se dá com a aceitação expressa das atribuições, deveres e responsabilidades e direitos inerentes ao emprego público efetivo ou em comissão, formalizada com a assinatura do termo pela autoridade competente e pelo empossado.

§ 1º - A posse ocorrerá no prazo de quinze (15) dias contados da publicação do ato de provimento, prorrogável por mais quinze (15) dias, a requerimento do interessado.

§ 2º - Em se tratando de servidor já integrante do quadro de pessoal do Consórcio Público ou de Município consorciado em outro emprego público ou cargo e que esteja em gozo de licença ou em qualquer outro afastamento legal, o prazo será contado do término do impedimento.

§ 3º - Só haverá posse nos casos de provimento de emprego público por nomeação ou contratação efetiva.

§ 4º - A posse poderá dar-se mediante procuração específica.

§ 5º - No ato da posse, o servidor apresentará declaração de bens e valores que constituem seu patrimônio, no caso de emprego público em comissão, e declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública, ou da condição de aposentado por qualquer regime previdenciário.

§ 6º - Tornar-se-á, automaticamente, sem efeito o ato de provimento se a posse não ocorrer no prazo previsto no § 1º deste artigo.

Art. 34 - A posse em emprego público efetivo dependerá de prévia inspeção por junta médica oficial ou médico assistente.

§ 1º - Só poderá ser empossado aquele que for julgado apto física e mentalmente, para o exercício do emprego público, e tiver cumprido os demais requisitos estabelecidos em lei ou regulamento.

§ 2º - Compete a Diretoria dar posse ao empregado efetivo, bem como proporcionar treinamento e fiscalizar o exercício funcional dos integrantes do quadro de pessoal, zelando pela pontualidade, assiduidade e eficiência dos empregados e colaboradores do Consórcio Público.

Art. 35 - Exercício é o efetivo desempenho das atribuições do emprego público ou da função de confiança.

§ 1º - O exercício das funções do emprego público terá início dentro de até cinco (5) dias, contados da data:

I - da publicação oficial do ato, no caso de reintegração ou aproveitamento;

II - da posse nos demais casos.

§ 2º - Será tornado sem efeito o ato de provimento se não ocorrerem a posse e o exercício nos prazos previstos neste Regulamento.

Art. 36 - O início, a interrupção e o reinício do exercício, serão registrados no assentamento individual do servidor.

Parágrafo Único - Ao entrar em exercício, o servidor apresentará ao órgão competente os elementos necessários ao assentamento

individual.

Art. 37 - O exercício de emprego em comissão ou função de confiança exigirá do seu ocupante dedicação integral ao serviço, tendo que cumprir sua jornada regular de trabalho e podendo ser convocado fora dela sempre que houver interesse do Consórcio Público.

### Subseção IV

#### Do Contrato de Experiência e da Avaliação de Desempenho

Art. 38 - Ao entrar em exercício, o servidor contratado para emprego de provimento efetivo será submetido a contrato de experiência, por noventa dias, durante o qual sua aptidão e capacidade serão objeto de avaliação especial para o desempenho das funções do emprego público, observados os seguintes fatores:

I - assiduidade;

II - pontualidade;

III - disciplina;

IV - capacidade de iniciativa;

V - produtividade e qualidade de trabalho;

VI - responsabilidade; e

VII - eficiência.

§ 1º - A avaliação especial de desempenho para fins de acompanhamento do contrato de experiência se processará antes do término do prazo deste.

§ 2º - O afastamento do exercício do emprego efetivo não suspende o prazo do contrato de experiência, exceto nos casos previstos em Lei.

Art. 39 - A avaliação dos servidores em contrato de experiência será realizada pelo Diretor Executivo do Consórcio Público, apurando-se o preenchimento, pelo avaliado, dos fatores mencionados no artigo anterior.

§ 1º - De posse da avaliação, o órgão de pessoal emitirá parecer concluindo a favor ou contra a confirmação do servidor em experiência, conforme alcance ou não a pontuação mínima de 70% (setenta por cento) do total possível.

§ 2º - Se o parecer for contrário à permanência do servidor, lhe será dado conhecimento deste, para efeito de apresentação de defesa escrita, no prazo de dois (02) dias.

§ 3º - O órgão de pessoal encaminhará o parecer e a defesa ao Presidente do Consórcio Público, que decidirá pela exoneração ou manutenção do servidor.

§ 4º - Se o Presidente considerar aconselhável a exoneração pelo término do contrato será comunicado ao servidor quando do último dia de serviço; caso contrário, o contrato do servidor passará a vigor por prazo indeterminado, ao final do prazo de experiência, sem prejuízo da manutenção de um sistema de avaliação periódica de desempenho.

§ 5º - A apuração dos requisitos mencionados no "caput" deste artigo deverá processar-se de modo que a exoneração, se houver, seja feita quando findo o período de experiência.

**Subseção V****Da Inexistência de Estabilidade**

Art. 40 - O servidor habilitado em concurso público e empossado em emprego de provimento efetivo, sob este regime, não adquirirá estabilidade no serviço público, contudo sua exoneração, por iniciativa do Consórcio Público, deverá ser justificada, sem prejuízos das indenizações estabelecidas em lei acaso se processe antes ou posteriormente ao término do período de contrato de experiência.

§ 1º - A exoneração ou demissão de empregados públicos dependerá de ato administrativo da Diretoria, motivado no caso de dispensa por iniciativa do Consórcio Público, observada as demais formalidades legais.

§ 2º - O servidor será demitido:

I - em virtude de sentença judicial transitada em julgado;

II - por justa causa, mediante processo administrativo em que lhe seja assegurado o contraditório e a ampla defesa.

§ 3º - O servidor poderá ser exonerado nas hipóteses previstas em Lei e/ou neste regulamento, inclusive por desempenho insuficiente, após procedimento de avaliação periódica de desempenho, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

**Subseção VI****Da Reabilitação Profissional e da Readaptação Funcional**

Art. 41 - Observada a legislação trabalhista e previdenciária, o servidor poderá sofrer reabilitação profissional e readaptação funcional.

§ 1º - Readaptação funcional é a investidura do servidor em funções de outro emprego público, cujas atribuições e responsabilidades sejam compatíveis com a qualificação funcional e com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental, verificada em inspeção por junta médica oficial.

§ 2º - A readaptação decorrerá de processo de reabilitação profissional, de responsabilidade da Previdência Social. Se julgado incapaz para o serviço público, o readaptando será aposentado, na forma da Lei.

§ 3º - Em qualquer hipótese, a readaptação não poderá acarretar mudança de emprego público, aumento ou redução do salário do servidor.

**SEÇÃO III****DA REVERSÃO**

Art. 42 - Reversão é:

I - o retorno à atividade de servidor aposentado por invalidez quando, por junta médica oficial, forem declarados insubsistentes os motivos determinantes da aposentadoria.

II - o retorno do servidor readaptado ao desempenho das funções do emprego público efetivo, quando atestada a plena recuperação da capacidade laborativa para tais atividades.

§ 1º - A reversão de que trata o Inciso I do caput deste artigo far-se-á no mesmo emprego público anteriormente ocupado, ou naquele resultante de sua transformação.

§ 2º - Encontrando-se provido o emprego público, o servidor exercerá suas atribuições como excedente, até a ocorrência de vaga.

§ 3º - Não poderá reverter o aposentado que já tiver completado setenta (70) anos de idade.

**SEÇÃO IV****DA REINTEGRAÇÃO**

Art. 43 - Reintegração é a reinvestidura do servidor no emprego público anteriormente ocupado ou naquele resultante de sua transformação, quando invalidada a sua demissão por decisão administrativa ou judicial, com ressarcimento de todas as vantagens, se for o caso.

§ 1º - Encontrando-se provido todas as vagas do emprego público o ocupante da última vaga será reconduzido ao eventual emprego público de origem, caso tenha se exonerado de outro emprego junto ao Consórcio Público para assunção deste último ocupado, sem direito a indenização, ou exonerado sem justa causa, com pagamento das indenizações de lei.

§ 2º - Na hipótese de o emprego público originário ter sido extinto, o servidor beneficiado pela reintegração será exonerado, com pagamento das indenizações de lei.

**CAPÍTULO II****DA SUBSTITUIÇÃO**

Art. 44 - Em caso excepcional, atendida a conveniência do serviço, o titular de emprego de direção, chefia ou assessoramento poderá ser nomeado ou designado, cumulativamente, para outro emprego da mesma natureza, até que se verifique a nomeação, designação ou reassunção do titular, e, nesse caso, só perceberá a remuneração correspondente a um emprego, cabendo ao servidor a opção.

Parágrafo Único - A reassunção ou vacância do emprego faz cessar, de pronto, os efeitos da substituição.

**CAPÍTULO III****DA VACÂNCIA**

Art. 45 - A vacância do emprego público decorrerá de:

I - rescisão ou extinção do contrato temporário;

II - exoneração;

III - demissão;

IV - falecimento.

§ 1º - A demissão será aplicada ao servidor, por justa causa, a bem do serviço público, em virtude de processo administrativo disciplinar ou sentença judicial transitada em julgado.

§ 2º - A exoneração de emprego público efetivo dar-se-á a pedido do servidor ou de ofício.

§ 3º - A exoneração de ofício dar-se-á:

I - quando não satisfeitas às condições do contrato de experiência;

II - quando, tendo tomado posse, o servidor não entrar em exercício no prazo estabelecido;

III - por insuficiência de desempenho, aferida em avaliação periódica.

§ 4º - A exoneração de emprego em comissão e a dispensa de função de confiança dar-se-á:

I - a juízo da autoridade competente; ou

II - a pedido do próprio servidor.

### TÍTULO III

#### DOS DIREITOS E VANTAGENS

##### CAPÍTULO I

##### DO SALÁRIO E DA REMUNERAÇÃO

Art. 46 - Salário é a retribuição pecuniária pelo exercício do emprego público, com valor fixado no Protocolo de Intenções do Consórcio Público e ratificado por lei dos Municípios consorciados.

§ 1º - O valor dos salários será alterado uniformemente, através de Resolução da Diretoria do CIMVI, no mês de janeiro de cada ano, após deliberação da Assembleia Geral do Consórcio Público, em face da Revisão Geral Anual, aplicando-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC (IBGE) acumulado no ano anterior.

§ 2º - Remuneração é o salário do emprego público, acrescido das vantagens pecuniárias, permanentes ou temporárias, estabelecidas neste regulamento ou em lei.

§ 3º - O valor dos salários mensais guarda correlação com o cumprimento integral da carga de trabalho regular estabelecida para o emprego.

§ 4º - A carga horária regular do emprego público poderá ser aumentada até o limite de 40 (quarenta) horas semanais ou reduzida em até 50% (cinquenta por cento), de comum acordo e mediante Resolução, com o respectivo aumento ou redução proporcional da remuneração.

§ 5º - Os descontos autorizados e as consignações em folha de pagamento não poderão ser superiores a trinta por cento (30%) da remuneração mensal, abstraidos os descontos legais.

§ 6º - O salário do emprego público efetivo acrescido das vantagens de caráter permanente é irredutível.

§ 7º - As reposições e indenizações ao erário, em valores atualizados, tornar-se-ão objeto de desconto, em parcelas mensais não excedentes da décima parte da remuneração.

§ 8º - Os prejuízos causados pelo servidor aos bens públicos ou as multas de trânsito recebidas no uso de veículos do Consórcio Público serão de responsabilidade do servidor o qual se incumbirá de seu pagamento integral, e acaso arcadas pelo CIMVI no interesse de seus serviços deverão ser objeto de reposição ou indenização ao erário na forma do parágrafo anterior.

§ 9º - O servidor em débito com o erário, que se exonerar ou que for demitido, terá o prazo de sessenta (60) dias para quitar o débito, sob pena de cobrança judicial.

Art. 47 - Perderá o salário ou remuneração do emprego público efetivo o servidor:

I - quando no exercício de emprego ou cargo em comissão;

II - quando no exercício de mandato eletivo, ressalvado o de Vereador, havendo compatibilidade de horário.

Parágrafo Único - Nos casos mencionados no caput deste artigo, quando exercidos na área de atuação do Consórcio Público, o servidor poderá optar pela remuneração do emprego público efetivo de que for titular, sem ônus para o CIMVI.

Art. 48 - O servidor perderá:

I - a remuneração correspondente a carga horária não cumprida por atraso e/ou saída antecipada durante o mês, salvo se autorizada sua compensação;

II - a remuneração do dia e o repouso remunerado imediatamente posterior, se não comparecer ao serviço, salvo motivo justificado;

III - a remuneração do emprego público durante o afastamento por motivo de gozo de benefício previdenciário por doença ou acidente, pagos pela Previdência Social;

IV - a remuneração total durante o afastamento por motivo de prisão criminal ou civil, e/ou cumprimento de pena judicial que não determine a demissão.

##### CAPÍTULO II

##### DAS VANTAGENS

Art. 49 - Além do salário, poderá ser pago ao empregado as seguintes vantagens:

I - indenizações;

II - auxílios pecuniários;

III - gratificações;

IV - adicionais.

§ 1º - As indenizações e os auxílios pecuniários não se incorporam ao salário para qualquer efeito.

§ 2º - As gratificações e os adicionais integram a remuneração do empregado, nos casos e condições indicados em Lei, no Estatuto do Consórcio Público ou neste regulamento, devendo ser nominalmente identificado e destacado.

§ 3º - As vantagens pecuniárias não serão acumuladas, para efeito de concessão de quaisquer outros acréscimos pecuniários, sob o mesmo título ou idêntico fundamento.

§ 4º - Os adicionais e gratificações devidos aos empregados em razão do exercício do emprego serão calculadas na forma da lei ou deste regulamento, atendendo as situações específicas de sua aplicabilidade e incidirão sempre tão somente sobre o salário atribuído ao empregado.

##### SEÇÃO I

##### DAS INDENIZAÇÕES

Art. 50 - Conceder-se-á:

I - Indenização de transporte ao empregado que realizar despesas com a utilização de meio próprio de locomoção para a execução de serviços externos, por força das atribuições próprias do emprego, devidamente autorizado pela Diretoria do Consórcio Público, observado o limite de ¼ do valor do litro do combustível gasolina,



por quilometro;

II - Diária de viagem ao empregado que se deslocar, em caráter eventual ou transitório, ao exterior, exceto para países do mercado comum do sul - MERCOSUL, em objeto de serviço, para custeio das despesas de pousada, alimentação e locomoção urbana;

III - Adiantamento de viagem ao empregado que se deslocar, em caráter eventual ou transitório, em objeto de serviço, para custeio das despesas de pousada, alimentação e locomoção urbana;

IV - Vale transporte ao empregado que necessitar de transporte público para deslocamento residência/local de trabalho e vice-versa;

V - Auxílio alimentação para ressarcimento de despesas com alimentação do próprio empregado.

§ 1º - A diária corresponderá ao valor de R\$ 448,42 (quatrocentos e quarenta e oito reais e quarenta e dois centavos), independentemente do roteiro de viagem, considerados para período de 24 horas, ou proporcional nos demais casos.

§ 2º - Nenhum empregado pode receber, a título de diárias, quantia mensal de valor igual ou superior a 50% (cinquenta por cento) da respectiva remuneração, ou mesmo recebê-las cumulativamente ao recebimento de adiantamento de viagem.

§ 3º - A diária será concedida por dia de afastamento (período de vinte e quatro horas, contadas da partida do empregado), não podendo ser superior a metade, quando o deslocamento não exigir custeio de pernoite.

§ 4º - Na hipótese do empregado receber:

I - diárias e não realizar o deslocamento internacional, por qualquer motivo, fica obrigado a restituí-las integralmente, no prazo de cinco (5) dias, e na hipótese de o empregado retornar ao país em prazo menor que o previsto, restituirá as diárias recebidas em excesso, no mesmo prazo.

II - adiantamento de viagem e não realizar o deslocamento, por qualquer motivo, fica obrigado a restituí-lo integralmente, no prazo de cinco (5) dias, e na hipótese de o empregado retornar em prazo menor que o previsto, restituirá os valores recebidos em excesso, no mesmo prazo.

§ 5º - As diárias e/ou os adiantamentos de viagem serão requeridos de forma não cumulativa e em formulário próprio, onde será qualificado o beneficiário e identificado à data de afastamento, trajeto e motivo da viagem. O processamento contábil para pagamento de diárias e/ou do adiantamento observará ao disposto na Lei nº 4.320/64.

§ 6º - Aplica-se o disposto nesta subseção, e seus regulamentos, aos servidores públicos colocados à disposição do Consórcio Público por qualquer outra entidade estatal, fundacional, autárquica ou paraestatal, e aos contratados temporariamente.

Art. 51 - Será concedido vale transporte na forma da legislação federal específica ao empregado que necessitar para deslocamento residência/local de trabalho e vice-versa.

§ 1º - Todo servidor deverá preencher declaração contendo seu endereço residencial e as linhas de transporte coletivo utilizadas para o deslocamento previsto neste artigo, possibilitando-se a aquisição, fornecimento e controle do vale transporte, ou declarar expressamente sua renúncia ao benefício.

§ 2º - Qualquer alteração nas informações prestadas na forma do parágrafo anterior, devem ser comunicadas imediata e formalmente ao Consórcio Público, sob pena de responsabilidade.

Art. 52 - Sem prejuízo das demais vantagens estabelecidas no Estatuto do Consórcio Público e neste regulamento, será concedido aos empregados efetivos, comissionados ou temporários e aos estagiários o auxílio alimentação, proporcional a carga horária mensal, no valor diário de R\$ 13,80 (treze reais e oitenta centavos).

§ 1º - Para fins de concessão do auxílio previsto neste artigo, será considerado vinte (20) dias úteis para cada mês, de forma que o valor máximo a ser pago será de R\$ 276,00 (duzentos e setenta e seis reais) mensais.

§ 2º - O valor do auxílio alimentação será reajustado na mesma data da revisão geral anual das remunerações dos empregados do Consórcio Público, respeitando-se o valor máximo diário estabelecido pelo Estatuto do CIMVI.

§ 3º - O valor do auxílio alimentação mensal será proporcional no caso de empregado que cumpra jornada de trabalho inferior àquela estabelecida regularmente para o emprego público de que seja titular.

§ 4º - Será deduzido do auxílio alimentação mensal, mediante redução proporcional no valor do auxílio do mês posterior:

I - o (s) dia(s) em que o empregado faltar injustificadamente ao trabalho (art. 48, II) ou estiver suspenso disciplinarmente;

II - o(s) dia(s) em que o empregado faltar ao trabalho por motivo de prisão criminal ou civil.

§ 5º - O auxílio alimentação será concedido através de cartão eletrônico, recarregável mensalmente, para ressarcimento de despesas com alimentação, e terá caráter indenizatório, não sendo considerado como verba salarial para quaisquer efeitos.

§ 6º - O empregado não terá direito ao auxílio alimentação durante o período que estiver afastado do emprego público por:

I - licença sem remuneração;

III - motivo de gozo de benefício previdenciário por doença ou acidente, pagos pela Previdência Social;

IV - motivo de prisão criminal ou civil, e/ou cumprimento de pena judicial que não determine a demissão.

§ 7º - O Consórcio Público deverá se inscrever no Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT do Ministério do Trabalho para manutenção do presente benefício, bem como poderá, mediante resolução, estabelecer participação dos empregados no custeio do auxílio alimentação, nos limites da Lei.

## SEÇÃO II

### DAS GRATIFICAÇÕES E ADICIONAIS

Art. 53 - Além do salário e das demais vantagens previstas em lei, no Estatuto do Consórcio Público ou neste regulamento, poderão ser deferidas aos empregados as seguintes gratificações e adicionais:

I - gratificação natalina, na forma estabelecida em Lei;

II - gratificação complementar, na forma estabelecida no § 5º do artigo 45 do Estatuto do Consórcio Público;

III - adicional por serviço extraordinário, na forma da Lei;

IV - adicional de férias, na forma da Lei;

V - adicional pelo trabalho insalubre ou perigoso, na forma da Lei;

VI - adicional noturno, na forma da Lei;

VII - adicional por qualificação.

Parágrafo Único - O adicional por qualificação será disciplinado no Capítulo dedicado ao desenvolvimento funcional (art. 98), neste regulamento.

#### Subseção I

##### Da Gratificação Natalina

Art. 54 - A gratificação natalina corresponde a 1/12 (um doze avos) da remuneração a que o servidor fizer jus no mês de dezembro, por mês de exercício no respectivo ano e beneficiará a todos os empregados do Consórcio Público.

§ 1º - A fração igual ou superior a 15 (quinze) dias de trabalho será considerada como mês integral para os efeitos deste artigo.

§ 2º - A gratificação será paga até o dia 20 (vinte) de dezembro de cada ano, compensada a importância que, a título de adiantamento, o empregado houver recebido.

§ 3º - Entre os meses de fevereiro e novembro de cada ano, o Consórcio Público pagará, como adiantamento da gratificação, de uma só vez, metade do salário recebido pelo respectivo empregado no mês anterior.

§ 4º - O Consórcio Público não estará obrigado a pagar o adiantamento, no mesmo mês, a todos os seus empregados.

§ 5º - O adiantamento será pago ao ensejo das férias do empregado, sempre que este o requerer no mês de janeiro do correspondente ano.

§ 6º - Ocorrendo a extinção do contrato de trabalho antes do pagamento de que trata o § 2º deste artigo, o Consórcio Público poderá compensar o adiantamento mencionado com a gratificação devida, e, se não bastar, com outro crédito de natureza trabalhista que possua o respectivo empregado.

§ 7º - As contribuições devidas à Previdência Social, que incidem sobre a gratificação salarial referida neste artigo, ficam sujeitas ao limite estabelecido na legislação da Previdência Social.

§ 8º - A gratificação será proporcional:

I - na extinção dos contratos a prazo, entre estes os de experiência, ainda que a relação de emprego haja findado antes de dezembro; e

II - na cessação da relação de emprego, ainda que verificada antes de dezembro.

§ 9º - As faltas legais e justificadas ao serviço não serão deduzidas para os fins previstos neste artigo.

§ 10 - Ocorrendo rescisão, sem justa causa, do contrato de trabalho, o empregado receberá a gratificação devida nos termos deste artigo, calculada sobre a remuneração do mês da rescisão.

#### Subseção II

#### Da Gratificação Complementar

Art. 55 - Os servidores efetivos recebidos em cessão, na forma do Estatuto do Consórcio Público, permanecerão no seu regime jurídico e previdenciário originário, com remuneração paga pelo órgão cedente, podendo, a critério da Assembleia Geral a através de resolução, ser-lhes concedida gratificação complementar em razão da remuneração de mercado para função que venham a desempenhar no CIMVI, no percentual de 20%, 30% ou 50% de seu salário ou vencimento mensal do órgão de origem.

§ 1º - O pagamento de gratificação complementar na forma prevista no caput deste artigo, não configura vínculo novo do servidor cedido, para fins trabalhistas, contudo o CIMVI efetuará a retenção e recolherá os encargos tributários correspondentes, se for o caso.

§ 2º - O valor da gratificação complementar de que trata este artigo poderá ser reduzido nos casos em que sua aplicação integral acarrete o pagamento de remuneração superior ao valor do salário estabelecido para o emprego de Diretor Executivo.

#### Subseção III

##### Do Adicional por Serviço Extraordinário

Art. 56 - O serviço extraordinário será remunerado com acréscimo de 50% (cinquenta por cento) em relação à hora normal de trabalho do servidor.

§ 1º - Serão permitidos serviços extraordinários somente para atender a situações excepcionais e temporárias, respeitado o limite máximo de 2 (duas) horas por jornada.

§ 2º - A contagem de horas extras do servidor em pernoite fora da sede a serviço deverá ocorrer reduzindo-se o tempo mínimo de oito horas de descanso.

§ 3º - O serviço extraordinário prestado pelo servidor integrará, pela média do valor dos serviços realizados, nos respectivos períodos aquisitivos, o cálculo da gratificação natalina e das férias relativas ao emprego público de que for titular.

#### Subseção IV

##### Do Adicional de Férias

Art. 57 - Independentemente de solicitação, será pago ao servidor, por ocasião das férias, adicional de um terço da remuneração correspondente ao período de férias.

#### Subseção V

##### Do Adicional pelo Trabalho Insalubre ou Perigoso

Art. 58 - Os servidores efetivos ou temporários que trabalhem com habitualidade em locais insalubres ou em contato permanente com substâncias tóxicas, radioativas ou com risco de vida, perceberão adicionais de insalubridade ou de periculosidade, nos termos das normas legais e regulamentares pertinentes aos trabalhadores em geral, calculados sobre o salário mínimo.

§ 1º - O servidor que fizer jus aos adicionais de insalubridade e de periculosidade deverá optar por um deles.

§ 2º - O direito ao adicional de insalubridade ou periculosidade cessa com a eliminação das condições ou dos riscos de deram causa a sua concessão.

§ 3º - A concessão do adicional pelo exercício de atividade em condições insalubres ou perigosas far-se-á em obediência às situações estabelecidas na legislação específica.

#### Subseção VI

#### Do Adicional Noturno

Art. 59 - O adicional devido ao servidor efetivo ou temporário, pelo serviço noturno, prestado no horário entre 22 (vinte e duas) horas de um dia e 5 (cinco) horas do dia seguinte, corresponderá ao valor-hora acrescido de 20% (vinte por cento), computando-se cada hora como cinquenta e dois minutos e trinta segundos.

### CAPÍTULO III

#### DAS FÉRIAS

Art. 60 - O servidor fará jus a trinta dias de férias, que podem ser acumuladas, até o máximo de dois períodos, no caso de necessidade do serviço, ressalvadas as hipóteses em que haja legislação específica.

§ 1º - Para o primeiro período aquisitivo de férias serão exigidos doze meses de exercício.

§ 2º - É vedado levar a conta de férias qualquer falta ao serviço.

§ 3º O pagamento da remuneração das férias será efetuado até 2 (dois) dias antes do início do respectivo período, podendo ser parcial, a pedido do servidor.

§ 4º - Na exoneração do servidor será devida à remuneração simples ou em dobro, conforme o caso, correspondente ao período de férias cujo direito tenha adquirido, e a indenização será calculada com base na remuneração do mês em que ocorreu a exoneração ou a aposentadoria.

§ 5º - É facultado ao servidor converter 1/3 (um terço) das férias em abono pecuniário, desde que requeira com, pelo menos, quinze dias de antecedência do seu início.

§ 6º - No cálculo do abono pecuniário será considerado o valor do adicional de férias previsto no artigo 57.

§ 7º - As férias somente poderão ser interrompidas por motivo de calamidade pública, comoção interna, convocação para júri, serviço militar ou eleitoral ou por motivo de superior interesse público.

Art. 61 - O servidor terá direito a férias na seguinte proporção:

I - 30 (trinta) dias corridos quando não houver faltado ao serviço mais de cinco dias;

II - 24 (vinte e quatro) dias corridos, quando houver tido de 6 (seis) à 14 (quatorze) faltas;

III - 18 (dezoito) dias corridos, quando houver tido de 15 (quinze) à 23 (vinte e três) faltas;

IV - 12 (doze) dias corridos, quando houver tido de 24 (vinte e quatro) à 32 (trinta e duas) faltas.

§ 1º - No cálculo das férias, será considerado o período aquisitivo.

§ 2º - O período de férias será computado, para todos os efeitos, como tempo de serviço.

§ 3º - As faltas de que trata este artigo, são as injustificadas.

Art. 62 - Não terá direito a férias o servidor que no curso do período aquisitivo:

I - permanecer em gozo de licença, com percepção de remuneração ainda que parcial, por mais de 30 (trinta) dias.

II - tiver percebido da Previdência Social benefício de acidente de trabalho ou de auxílio-doença por mais de 6 (seis) meses, embora descontínuos.

§ 1º - A interrupção de prestação de serviços deverá ser anotada na ficha prontuário do servidor.

§ 2º - Iniciar-se-á o decurso de novo período aquisitivo quando o servidor, após o implemento de qualquer das condições previstas neste artigo, retornar ao serviço.

Art. 63 - As férias serão concedidas pela autoridade competente, a requerimento do servidor, em época que melhor consulte aos interesses do Consórcio Público, e nos 12 (doze) meses subsequentes à data em que o servidor tiver adquirido o direito.

§ 1º - É facultado a autoridade competente conceder as férias em mais de um período.

§ 2º - Os membros de uma mesma família terão direito a gozar férias no mesmo período, se assim desejarem.

§ 3º - O servidor estudante terá direito a fazer coincidir suas férias com as férias escolares.

§ 4º - As férias concedidas após o vencimento de dois períodos aquisitivos serão pagas em dobro com todos os adicionais, inclusive o de férias.

§ 5º - É facultado a autoridade competente conceder férias coletivas, desde que mantido os serviços essenciais.

§ 6º - No caso do parágrafo anterior, ao servidor que não tiver um período completo as férias serão proporcionais iniciando-se então, novo período aquisitivo.

Art. 64 - Os adicionais por trabalho extraordinário, noturno, insalubre ou perigoso, serão computados na remuneração que servirá de base de cálculo das férias.

§ 1º - Se, no momento das férias, o servidor não estiver percebendo as mesmas vantagens do período aquisitivo, ou quando o valor deste não tiver sido uniforme, será computada a média duodecimal recebida naquele período, após a atualização das importâncias a pagar, mediante incidência dos percentuais dos reajustamentos de salários supervenientes.

§ 2º - No cálculo das férias, não serão levados em consideração às indenizações e auxílios pecuniários.

Art. 65 - No caso de término de contrato ou exoneração, o servidor terá direito a remuneração relativa ao período incompleto de férias, observado o disposto nos artigos anteriores deste Capítulo, na proporção de 1/12 (um doze avos) por mês de exercício ou fração superior a 14 (quatorze) dias.

Parágrafo Único - Em caso de término de contrato, exoneração ou demissão o servidor terá direito às férias vencidas e as proporcionais, esta última ainda que não tiver completado 12 (doze) meses de exercício no emprego público.



**CAPÍTULO IV****DAS LICENÇAS E AFASTAMENTOS****SEÇÃO I****DAS LICENÇAS**

Art. 66 - Conceder-se-á licença ao servidor:

I - para serviço militar obrigatório;

II - para atividade política.

Art. 67 - Ao servidor convocado para o serviço militar será concedida licença, na forma e condições previstas na legislação específica.

Parágrafo Único - Concluído o serviço militar, o servidor terá até 30 (trinta) dias sem remuneração para reassumir o exercício do emprego público de for titular.

Art. 68 - O servidor efetivo ou temporário terá direito a licença, sem remuneração, durante período que mediar entre a sua escolha em convenção partidária, como candidato a cargo eletivo, e a véspera do registro de sua candidatura perante a Justiça Eleitoral.

§ 1º - O servidor candidato a cargo eletivo na área de atuação do Consórcio Público, onde desempenha a sua função, e que exerça emprego ou cargo de direção, chefia ou assessoramento, dele será afastado, a partir do dia imediato ao do registro de sua candidatura perante a Justiça Eleitoral, até o décimo dia seguinte ao do pleito.

§ 2º - A partir do registro da candidatura e até o décimo dia seguinte ao da eleição, o servidor fará jus à licença, assegurados os salários do emprego público efetivo, somente pelo período de três meses.

**SEÇÃO II****DOS AFASTAMENTOS**

Art. 69 - O servidor não poderá ausentar-se do serviço para estudo ou missão de qualquer natureza, com ou sem vencimentos, sem prévia autorização do Diretor Executivo do Consórcio Público.

§ 1º - O afastamento do exercício do emprego público efetivo será permitido para:

I - exercer emprego ou cargo de provimento em comissão no Consórcio Público ou na administração Federal, Estadual ou Municipal, respectivas Autarquias, Fundações e entidades paraestatais;

II - concorrer a mandato eletivo, na forma da legislação específica;

III - exercício de mandato eletivo, na forma da legislação específica;

IV - as hipóteses previstas no art. 473 da CLT;

V - realizar estágios especiais ou cursos de atualização e aperfeiçoamento de interesse do Consórcio Público e afins ao emprego público que ocupa, quando autorizado pelo Diretor Executivo;

VI - gozo de licença paternidade, maternidade ou à adotante.

§ 2º - O servidor efetivo investido em mandato eletivo aplicam-se as seguintes disposições:

I - tratando-se de mandato federal ou estadual, ficará afastado do emprego;

II - investido no mandato de Prefeito ou Vice-Prefeito, será afastado do emprego, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração, sem ônus ao Consórcio Público;

III - investido no mandato de vereador:

a) havendo compatibilidade de horário, perceberá as vantagens de seu emprego, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo;

b) não havendo compatibilidade de horário, será afastado do emprego, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração, sem ônus para o Consórcio Público.

§ 3º - No caso de afastamento do emprego, o servidor contribuirá para a seguridade social como se em exercício estivesse.

**CAPÍTULO V****DO DIREITO DE PETIÇÃO**

Art. 70 - É assegurado ao servidor o direito de requerer aos Poderes Públicos em defesa de direito ou de interesse legítimo.

§ 1º - O direito de requerer prescreve:

I - em cinco anos, quanto aos atos de demissão ou que afetem interesse patrimonial e créditos resultantes das relações de trabalho;

II - em cento e vinte dias, nos demais casos, salvo quando outro prazo for fixado em lei.

§ 2º - A prescrição é de ordem pública, não podendo ser relevada pelo Consórcio Público.

§ 3º - O requerimento será dirigido à autoridade competente para decidi-lo e encaminhado por intermédio daquela a que estiver imediatamente subordinado o requerente.

§ 4º - Cabe pedido de reconsideração à autoridade que houver expedido o ato ou proferido a primeira decisão, não podendo ser renovado.

§ 5º - O requerimento e o pedido de reconsideração de que trata o parágrafo anterior deverão ser despachados no prazo máximo de cinco dias úteis e decididos dentro de trinta dias.

§ 6º - Caberá recurso:

I - do indeferimento do pedido de reconsideração;

II - das decisões sobre recursos sucessivamente interpostos.

§ 7º - O recurso será dirigido à autoridade imediatamente superior à que tiver expedido o ato ou proferido a decisão, se houver.

§ 8º - O prazo para interposição de pedido de reconsideração ou de recurso é de trinta dias, a contar da publicação ou da ciência, pelo interessado, da decisão recorrida.

**TÍTULO IV****DOS DEVERES E DO REGIME DISCIPLINAR**

**CAPÍTULO I****DA ACUMULAÇÃO**

Art. 71 - Ressalvados os casos previstos na Constituição Federal, é vedada a acumulação remunerada de empregos públicos, cargos ou funções.

§ 1º - A proibição de acumular estende-se a cargos, empregos e funções em autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista da União, do Distrito Federal, dos Estados e dos Municípios.

§ 2º - A acumulação de cargos, ainda que lícita, fica condicionada à comprovação da compatibilidade de horários.

§ 3º - Considera-se acumulação proibida a percepção de salário ou vencimento de emprego público efetivo com proventos da inatividade, salvo quando os empregos públicos ou cargos de que decorram essas remunerações forem acumuláveis na atividade.

§ 4º - O servidor vinculado ao regime desta lei que acumular lícitamente dois empregos públicos efetivos, quando investido em emprego de provimento em comissão, ficará afastado de ambos os empregos públicos.

§ 5º - O servidor não poderá exercer mais de um emprego em comissão, exceto no caso previsto no artigo 44, nem ser remunerado pela participação em órgão de deliberação coletiva.

§ 6º - Verificada, em processo administrativo, acumulação irregular de emprego público ou cargo, o servidor será demitido de um destes e restituirá o que tiver percebido indevidamente.

**CAPÍTULO II****DOS DEVERES**

Art. 72 - São deveres do empregado, além de outras obrigações expressas que lhe sejam impostas por lei:

I - Respeitar o regime ou horário de trabalho que lhe for estabelecido bem como o registro de entradas e saídas, horas extras e autorização para tal e ainda proceder a anotação do registro do ponto, inclusive comunicando imediatamente qualquer impossibilidade de comparecimento ao serviço por motivo de doença ou acidente;

II - Acatar com presteza e boa vontade as ordens que lhe forem dadas pelo Presidente, Diretor Executivo e demais Chefes, exceto quando manifestamente ilegais;

III - Desempenhar suas atribuições com honestidade, lealdade, atenção e critério, visando sempre o atendimento dos objetivos do Consórcio Público e cooperando para o perfeito andamento dos serviços;

IV - Comportar-se com ordem, disciplina e urbanidade no trato com os colegas de trabalho e com os Prefeitos, Vice-Prefeitos, Vereadores e servidores dos Municípios Consorciados, para que seja mantido o espírito de cordialidade e cooperação indispensável ao desempenho das tarefas;

V - Apresentar-se ao trabalho adequadamente trajado;

VI - Guardar segredo, quando necessário, sobre fatos que lhe chegam ao conhecimento em virtude do seu constante relacionamento com os representantes dos Municípios Consorciados;

VII - Comunicar ao Chefe imediato quaisquer fatos ou informações que possam interessar ao Consórcio Público e ao serviço;

VIII - Oferecer, quando pedidas ou espontaneamente, quaisquer sugestões que possam representar melhoria dos serviços;

IX - Atender, na forma das disposições legais, a prorrogação do horário de trabalho quando exigir o serviço e a juízo do Diretor Executivo;

X - Devotar-se, inteiramente, aos encargos que lhe forem delegados, não aceitando atribuições estranhas que possam influir na sua produtividade e que provoquem incompatibilidade de horário, sobrepondo os interesses do Consórcio a quaisquer outros de ordem pessoal;

XI - atender com presteza:

a) ao público em geral, prestando as informações requeridas, ressaltadas as protegidas por sigilo;

b) à expedição de certidões requeridas para defesa de direito ou esclarecimento de situações de interesse pessoal;

c) às requisições para a defesa da Fazenda Pública;

XII - zelar pela economia do material e a conservação do patrimônio público;

XIII - representar contra ilegalidade, omissão ou abuso de poder;

XIV - manter atualizado seus dados cadastrais junto ao Consórcio Público.

Parágrafo Único - A representação de que trata o inciso XIII será encaminhada pela via hierárquica e apreciada pela autoridade superior àquela contra a qual é formulada, assegurando-se ao representado a ampla defesa.

**CAPÍTULO III****DAS PROIBIÇÕES**

Art. 73 - Ao empregado é especialmente proibido:

I - Referir-se de modo depreciativo aos superiores ou a seus atos, bem como aos colegas e representantes dos Municípios;

II - Promover, nas dependências do Consórcio, manifestação de apreço ou desapeço a pessoas ou a entidades, propaganda política ou aliciamento partidário;

III - Receber propinas, comissões ou vantagens indevidas de qualquer espécie, em razão do emprego;

IV - Fornecer informações que possam comprometer o Consórcio ou os Municípios consorciados;

V - Executar, durante o expediente, serviços estranhos ao Consórcio, sendo, também, proibido o uso de material do Consórcio para fins particulares;

VI - Retirar-se do trabalho durante as horas de expediente, sem permissão, ou perturbar os colegas de trabalho com conversas estranhas ao serviço;

VII - Utilizar-se de aparelhos, equipamentos e veículos do Consórcio no interesse particular próprio ou de terceiros;

VIII - Ocupar concomitantemente ao emprego do Consórcio qualquer cargo ou emprego remunerado no serviço público, exceto nos casos de acumulação permitida pela Constituição Federal e mediante comprovada compatibilidade de horários;

IX - Prestar serviços particulares aos Municípios consorciados, diretamente ou através de interposta pessoa, mediante o recebimento de remuneração ou vantagem, ou exercer atividades incompatíveis com as atividades do Consórcio Público.

X - retirar, sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição;

XI - recusar fé a documentos públicos e/ou opor resistência injustificada ao andamento de documento e processo ou execução de serviço;

XII - cometer a pessoa estranha ao Consórcio Público, fora dos casos previstos em lei, o desempenho de encargo que seja de sua competência ou de seu subordinado;

XIII - manter sob sua chefia imediata, cônjuge, companheiro ou parente até segundo grau civil;

XIV - participar de gerência ou administração de empresa privada, de sociedade civil, ou exercer comércio, e, nessa qualidade, transacionar com o Consórcio Público;

XV - cometer qualquer das condutas tipificadas no art. 482 da CLT;

XVI - comparecer no trabalho em estado de embriaguez ou sob efeito de qualquer outra droga capaz de afetar a consciência;

XVII - praticar usura sob qualquer de suas formas;

XVIII - recusar-se a atualizar seus dados cadastrais quando solicitado.

#### CAPÍTULO IV

##### DAS RESPONSABILIDADES

Art. 74 - Pelo exercício irregular de suas atribuições, o empregado está sujeito às sanções disciplinares e outras de caráter trabalhista, bem como à responsabilização civil e criminal.

§ 1º - A responsabilidade penal abrange os crimes e contravenções imputadas ao servidor, nessa qualidade.

§ 2º - A responsabilidade civil-administrativa resulta de ato omissivo ou comissivo praticado no desempenho de emprego público ou função.

§ 3º - As sanções civis, penais e administrativas poderão cumular-se, sendo independentes entre si.

§ 4º - A reparação de eventual prejuízo é feita, parceladamente, mediante desconto na folha de pagamento, limitado ao percentual de 30% (trinta por cento) da remuneração mensal, abstraidos os descontos legais.

§ 5º - Quando necessário, o Consórcio deve promover ação regressiva contra o empregado.

§ 6º - As multas de trânsito são de responsabilidade do empregado que estiver utilizando o veículo, podendo ser pagas pelo Consórcio e descontadas da remuneração do empregado em até 03 (três) parcelas, mediante requerimento do interessado.

§ 7º - Sem prejuízo das sanções disciplinares, o empregado pode ser responsabilizado por:

I - Sonegação de valores, objetos, aparelhos e equipamentos confiados a sua guarda e responsabilidade;

II - Faltas, danos, avarias e quaisquer prejuízos que venham a sofrer os bens e os materiais sob sua guarda ou sujeitos a sua fiscalização, exame ou conferência;

III - Qualquer prejuízo que causar ao patrimônio ou a quaisquer bens e direitos do Consórcio Público, dos Municípios consorciados ou de terceiros, por culpa, dolo, ignorância, indolência, negligência ou omissão.

#### CAPÍTULO V

##### DAS PENALIDADES

Art. 75 - São penalidades disciplinares:

I - advertência.

II - repreensão.

III - suspensão.

IV - demissão.

§ 1º - A pena de advertência será aplicada verbalmente pelo Diretor Executivo, quando o empregado deixar de cumprir os deveres funcionais.

§ 2º - A pena de repreensão será aplicada pelo Diretor Executivo quando o empregado for reincidente na falta de cumprimento de seus deveres, devendo ser escrita e anotada em sua ficha funcional e garantido ao empregado o pleno direito de defesa.

§ 3º - A pena de suspensão ocorre quando houver dolo, ou culpa na falta de cumprimento dos deveres pelo empregado ou por reincidência na falta de cumprimento de seus deveres pela qual já tenha sido repreendido.

§ 4º - A pena de suspensão, aplicada pelo Presidente ou pelo Diretor Executivo, deve ser graduada em períodos de 03 (três), 07 (sete) ou 15 (quinze) dias, conforme a gravidade da infração cometida e dos danos acarretados aos serviços do Consórcio Público.

§ 5º - A demissão deve ser aplicada nos casos definidos como falta grave.

§ 6º - Na aplicação das penalidades deve ser considerada a vida funcional do empregado, a natureza e gravidade da falta e os danos que dela decorrerem para o Consórcio ou para terceiros.

§ 7º - As penalidades de advertência e de repreensão terão seus registros cancelados, após o decurso de três e cinco anos de efetivo exercício, respectivamente, sem efeitos retroativos, se o empregado não houver, nesse período, praticado nova infração disciplinar.

§ 8º - Quando houver conveniência para o serviço, a penalidade de suspensão poderá ser convertida em multa, na base de 50% (cinquenta por cento) por dia de salário ou remuneração, ficando o empregado obrigado a permanecer em serviço.

§ 9º - O ato de imposição da penalidade mencionará sempre o fundamento legal e a causa da sanção disciplinar.

Art. 76 - Detectada a qualquer tempo a acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas, o servidor será notificado, por intermédio de sua chefia imediata, para apresentar opção no prazo improrrogável de dez dias contados da ciência e, na hipótese de omissão, adotará procedimento sumário para a sua apuração e regularização imediata, cujo processo administrativo disciplinar se desenvolverá nas seguintes fases:

I - instauração, com a publicação do ato que constituir a comissão, a ser composta por três servidores públicos e, simultaneamente, indicar a autoria e a materialidade da transgressão objeto da apuração;

II - instrução sumária, que compreende indiciamento, defesa e relatório;

III - julgamento.

§ 1º - A indicação da autoria de que trata o inciso I dar-se-á pelo nome e matrícula do servidor, e a materialidade pela descrição dos cargos, empregos ou funções públicas em situação de acumulação ilegal, dos órgãos ou entidades de vinculação, das datas de ingresso, do horário de trabalho e do correspondente regime jurídico.

§ 2º - A comissão lavrará, até três dias após a publicação do ato que a constituiu, termo de indiciamento em que serão transcritas as informações de que trata o parágrafo anterior, bem como promoverá a citação pessoal do servidor indiciado, ou por intermédio de sua chefia imediata, para, no prazo de cinco dias, apresentar defesa escrita, assegurando-se vista do processo na repartição, observado o disposto no artigo 87.

§ 3º - Apresentada à defesa a comissão elaborará relatório conclusivo quanto à inocência ou à responsabilidade do servidor, em que resumirá as peças principais dos autos, opinará sobre a licitude da acumulação em exame, indicará o respectivo dispositivo legal e remeterá o processo à autoridade instauradora para julgamento.

§ 4º - No prazo de cinco dias contados do recebimento do processo, a autoridade julgadora proferirá a sua decisão, aplicando-se, quando for, o caso o disposto no § 1º do art. 89.

§ 5º - A opção pelo servidor até o último dia de prazo para defesa configurará sua boa-fé, hipótese em que se converterá automaticamente em pedido de exoneração do outro emprego público ou cargo.

§ 6º - Caracterizada a acumulação ilegal e provada a má-fé, aplicar-se-á a pena de demissão, destituição ou cassação de disponibilidade em relação aos cargos, empregos ou funções públicas em regime de acumulação ilegal, hipótese em que os órgãos ou entidades de vinculação serão comunicados.

§ 7º - O prazo para a conclusão do processo administrativo disciplinar submetido ao rito sumário não excederá trinta dias contados da data de publicação do ato que constituir a comissão, admitida a sua prorrogação por até quinze dias, quando as circunstâncias o exigirem.

§ 8º - O procedimento sumário rege-se pelas disposições deste artigo, observando-se, no que lhe for aplicável, subsidiariamente, as disposições dos Títulos IV e V deste regulamento.

Art. 77 - Para os efeitos deste regulamento, entende-se por:

I - abandono de emprego público: a ausência intencional do servidor ao serviço por mais de trinta dias consecutivos.

II - inassiduidade habitual: a falta ao serviço, sem causa justificada,

por cinco dias, intercaladamente, durante o período de doze meses.

Parágrafo Único - Na apuração de abandono de emprego ou inassiduidade habitual, também será adotado o procedimento sumário a que se refere o art. 76, observando-se especialmente que:

I - a indicação da materialidade dar-se-á:

a) na hipótese de abandono de emprego, pela indicação precisa do período de ausência intencional do servidor ao serviço superior a trinta dias;

b) no caso de inassiduidade habitual, pela indicação dos dias de falta ao serviço sem causa justificada, por período igual ou superior a cinco dias intercaladamente, durante o período de doze meses;

II - após a apresentação da defesa, a comissão elaborará relatório conclusivo quanto à inocência ou à responsabilidade do servidor, em que resumirá as peças principais dos autos, indicará o respectivo dispositivo legal, opinará, na hipótese de abandono de emprego, sobre a intencionalidade da ausência ao serviço superior a trinta dias e remeterá o processo à autoridade instauradora para julgamento.

Art. 78 - As penalidades disciplinares serão aplicadas:

I - pelo Presidente do Consórcio Público, as de demissão;

II - pelo Diretor Executivo, nos casos de advertência, repreensão e suspensão.

Art. 79 - A demissão do emprego público incompatibiliza o ex-servidor para nova investidura em emprego, cargo ou função pública do Consórcio Público e dos Municípios consorciados, inclusive das suas Autarquias e Fundações Públicas instituídas e mantidas.

Parágrafo Único - A demissão no caso de falta grave com danos ao Erário implica na indisponibilidade dos bens do servidor para garantia do ressarcimento, sem prejuízo da ação penal cabível.

Art. 80 - A ação disciplinar prescreverá:

I - em cinco anos, quanto às infrações puníveis com demissão;

II - em dois anos, quanto à suspensão;

III - em um ano, quanto à repreensão;

IV - em cento e oitenta dias, quanto à advertência.

§ 1º - O prazo de prescrição começa a correr da data em que o fato se tornou conhecido.

§ 2º - Os prazos de prescrição previstos na lei penal aplicam-se às infrações disciplinares capituladas, também, como crime.

§ 3º - A abertura de sindicância ou a instauração de processo disciplinar interrompe a prescrição.

§ 4º - Interrompido o curso da prescrição, esta recomeçará a correr, pelo prazo restante, a partir do dia em que cessar a interrupção.

**TÍTULO V****DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR****CAPÍTULO I****DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 81 - A autoridade ou chefia que tiver ciência de irregularidade praticada por qualquer empregado do Consórcio é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar, assegurada ao acusado a ampla defesa.

§ 1º - As denúncias sobre irregularidades serão objeto de apuração, desde que contenham a identificação e o endereço do denunciante e sejam formuladas por escrito, confirmada a autenticidade.

§ 2º - Quando o fato narrado não configurar evidente infração disciplinar ou ilícito penal, a denúncia será arquivada por falta de objeto.

§ 3º - A sindicância será conduzida por Comissão Especial ou Permanente designada pelo Presidente do Consórcio Público, composta por até três servidores, a qual adotará o procedimento sumário a que se refere o art. 76, com a indicação da materialidade, instrução e notificação para defesa, e, após a apresentação da defesa, elaborará relatório conclusivo quanto à inocência ou à responsabilidade do servidor, em que resumirá as peças principais dos autos e indicará o respectivo dispositivo legal, remetendo o processo à autoridade competente para julgamento e/ou aplicação da sanção.

Art. 82 - Da sindicância poderá resultar:

I - arquivamento do processo.

II - aplicação de penalidade de advertência, repreensão ou suspensão.

III - instauração de processo disciplinar.

§ 1º - O prazo inicial para conclusão da sindicância não excederá 30 (trinta) dias, podendo ser prorrogado, a critério da autoridade competente.

§ 2º - Sempre que o ilícito praticado pelo empregado ensejar a imposição de penalidade de suspensão por mais de 07 (sete) dias ou de demissão do emprego, será obrigatória a instauração de processo disciplinar.

**CAPÍTULO II****DO AFASTAMENTO PREVENTIVO**

Art. 83 - Como medida cautelar e a fim de que o empregado não venha a influir na apuração da irregularidade, a autoridade instauradora do processo disciplinar poderá determinar o seu afastamento do exercício do emprego, pelo prazo de até 30 (trinta) dias, sem prejuízo da remuneração.

Parágrafo Único - O afastamento poderá ser prorrogado por igual prazo, findo o qual cessarão os seus efeitos, ainda que não concluído o processo.

**CAPÍTULO III****DO PROCESSO DISCIPLINAR**

Art. 84 - O processo disciplinar é o instrumento destinado a apurar

responsabilidades de servidor por infração praticada no exercício de suas atribuições, ou que tenha relação com as atribuições do emprego em que se encontre investido.

§ 1º - O processo disciplinar será conduzido por comissão processante especial composta de três servidores, designados pela autoridade competente que indicará, dentre eles, o seu presidente.

§ 2º - A comissão terá como secretário, servidor designado pelo seu presidente, podendo a designação recair em um dos seus membros.

§ 3º - Não poderá participar de comissão de sindicância ou de inquérito, cônjuge, companheiro ou parente do acusado, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau.

§ 4º - A Comissão exercerá suas atividades com independência e imparcialidade, assegurado o sigilo necessário à elucidação do fato ou exigido pelo interesse do Consórcio.

§ 5º - O prazo para conclusão do processo disciplinar não excederá 60 (sessenta) dias, contados da data de publicação do ato que constituir a comissão, admitida a sua prorrogação por igual prazo, quando as circunstâncias o exigirem.

§ 6º - Sempre que necessário, a comissão dedicará tempo integral aos seus trabalhos, ficando seus membros dispensados do ponto, até a entrega do relatório final.

§ 7º - Será assegurado transporte aos membros da comissão e ao secretário, quando obrigados a se deslocarem da sede dos trabalhos para a realização de missão essencial ao esclarecimento dos fatos.

§ 8º - As reuniões e as audiências das comissões terão caráter reservado, e serão registradas em atas que deverão detalhar as deliberações adotadas.

Art. 85 - O processo disciplinar se desenvolve nas seguintes fases:

I - instauração, com a publicação do ato que constituir a comissão.

II - inquérito administrativo, que compreende instrução, defesa e relatório.

III - julgamento.

**SEÇÃO I****DO INQUÉRITO**

Art. 86 - O inquérito administrativo obedecerá ao princípio do contraditório, assegurada ao acusado a ampla defesa, com a utilização dos meios e recursos admitidos em direito.

§ 1º - Os autos da sindicância integrarão o processo disciplinar como peça informativa da instrução.

§ 2º - Na hipótese de o relatório da sindicância concluir que a infração está capitulada como ilícito penal, a autoridade competente encaminhará cópia dos autos ao Ministério Público, independentemente da imediata instauração do processo disciplinar.

§ 3º - Na fase do inquérito, a comissão promoverá a tomada de depoimentos, acareações, investigações e diligências cabíveis, objetivando a coleta de prova, recorrendo, quando necessário, a técnicos e peritos, de modo a permitir a completa elucidação dos fatos.



§ 4º - É assegurado ao servidor o direito de acompanhar o processo pessoalmente ou por intermédio de procurador, arrolar e reinquirir testemunhas, produzir provas e contraprovas e formular quesitos, quando se tratar de prova pericial.

§ 5º - O presidente da comissão poderá denegar pedidos considerados impertinentes, meramente protelatórios, ou de nenhum interesse para o esclarecimento dos fatos.

§ 6º - Será indeferido o pedido de prova pericial, quando a comprovação do fato independer de conhecimento especial de perito.

§ 7º - As testemunhas serão intimadas a depor mediante mandado expedido pelo presidente da comissão, devendo a segunda via, com o ciente do interessado, ser anexado aos autos.

§ 8º - Se a testemunha for servidor público, a expedição do mandado será imediatamente comunicada ao chefe da repartição onde serve, com a indicação do dia e hora marcados para inquirição.

§ 9º - O depoimento será prestado oralmente e reduzido a termo, não sendo lícito à testemunha trazê-lo por escrito.

§ 10 - As testemunhas serão inquiridas separadamente.

§ 11 - Na hipótese de depoimentos contraditórios ou que se infirmem, proceder-se-á à acareação entre os depoentes.

§ 12 - Concluída a inquirição das testemunhas, a comissão promoverá o interrogatório do acusado.

§ 13 - No caso de mais de um acusado, cada um deles será ouvido separadamente, e sempre que divergirem em suas declarações sobre fatos ou circunstâncias, será promovida a acareação entre eles.

§ 14 - O procurador do acusado poderá assistir ao interrogatório, bem como à inquirição das testemunhas, sendo-lhe vedado interferir nas perguntas e respostas, facultando-se-lhe, porém, reinquiri-las, por intermédio do presidente da comissão.

§ 15 - Quando houver dúvida sobre a sanidade mental do acusado, a comissão proporá à autoridade competente que ele seja submetido a exame por junta médica oficial, da qual participe pelo menos 01 (um) médico psiquiatra.

§ 16 - O incidente de sanidade mental será processado em auto apartado e apenso ao processo principal, após a expedição de laudo pericial.

Art. 87 - Tipificada a infração disciplinar, será formulada a indicação do servidor, com a especificação dos fatos a ele imputados e das respectivas provas.

§ 1º - O indiciado será citado por mandado expedido pelo presidente da comissão para apresentar defesa escrita, no prazo de 10 (dez) dias, assegurando-se-lhe vista do processo na secretaria do Consórcio.

§ 2º - Havendo dois ou mais indiciados, o prazo será comum e de 20 (vinte dias).

§ 3º - No caso de recusa do indiciado em exarar o ciente na cópia do mandado, a recusa não lhe aproveitará, e o prazo para defesa contar-se-á da data declarada, em termo próprio, pelo membro da comissão que procedeu ao ato de citação.

§ 4º - O indiciado que mudar de residência fica obrigado a comunicar à comissão o lugar onde poderá ser encontrado.

§ 5º - Achando-se o indiciado em lugar incerto e não sabido, será citado por edital, publicado em jornal de grande circulação na localidade do último domicílio conhecido, para apresentar defesa.

§ 6º - Na hipótese do parágrafo anterior, o prazo para defesa será de dez dias, contados do dia útil seguinte à publicação do edital.

§ 7º - Considerar-se-á revel o indiciado que, regularmente citado, não apresentar defesa no prazo legal.

§ 8º - A revelia será declarada, por termo, nos autos do processo.

Art. 88 - Apreciada a defesa, a comissão elaborará relatório minucioso, onde resumirá as peças principais dos autos e mencionará as provas em que se baseou para formar a sua convicção.

§ 1º - O relatório será sempre conclusivo quanto à inocência ou à responsabilidade do servidor.

§ 2º - Reconhecida a responsabilidade do servidor, a comissão indicará o dispositivo legal ou regulamentar transgredido, bem como as circunstâncias agravantes ou atenuantes.

§ 3º - O processo disciplinar, com o relatório da comissão, será remetido à autoridade que determinou a sua instauração, para julgamento.

## SEÇÃO II

### DO JULGAMENTO

Art. 89 - No prazo de vinte dias contados do recebimento do processo, a autoridade julgadora proferirá a sua decisão.

§ 1º - Se a penalidade a ser aplicada exceder a alçada da autoridade instauradora do processo, este será encaminhado à autoridade competente, que decidirá em igual prazo.

§ 2º - Havendo mais de um indiciado e diversidade de sanções, o julgamento caberá à autoridade competente para a imposição da pena mais grave.

§ 3º - Reconhecida pela comissão à inocência do servidor, a autoridade instauradora do processo determinará o seu arquivamento, salvo se flagrantemente contrária à prova dos autos.

§ 4º - Quando a infração estiver capitulada como crime, o processo disciplinar será remetido ao Ministério Público para instauração da ação penal, ficando transladado na repartição.

Art. 90 - O julgamento acatará o relatório da comissão, salvo quando contrário às provas dos autos.

§ 1º - Quando o relatório da comissão contrariar as provas dos autos, a autoridade julgadora poderá, motivadamente, agravar a penalidade proposta, abrandá-la, ou isentar o servidor de responsabilidade.

§ 2º - Verificada a ocorrência de vício insanável, a autoridade que determinou a instauração do processo ou outra de hierarquia superior declarará a sua nulidade, total ou parcial, e ordenará, no mesmo ato, o saneamento do processo, com o refazimento dos atos anulados, suprimindo as irregularidades.

§ 3º - O julgamento fora do prazo legal não implica nulidade do processo.

§ 4º - A autoridade julgadora que der causa à prescrição, será responsabilizada na forma deste regulamento.

§ 5º - Extinta a punibilidade pela prescrição, a autoridade julgadora determinará o registro do fato nos assentamentos individuais do servidor.

Art. 91 - O servidor que responder a processo disciplinar só poderá ser exonerado a pedido, após a conclusão do processo e o cumprimento da penalidade, acaso aplicada.

Parágrafo Único - Ocorrida a exoneração de que trata o § 3º, inciso I, do art. 45, o ato será convertido em demissão, se for o caso.

### SEÇÃO III

#### DA REVISÃO DO PROCESSO

Art. 92 - O processo disciplinar poderá ser revisto, a qualquer tempo, a pedido ou de ofício, quando se aduzirem fatos novos ou circunstâncias suscetíveis de justificar a inocência do punido ou a inadequação da penalidade aplicada.

§ 1º - Em caso de falecimento, ausência ou desaparecimento do empregado, qualquer pessoa da família poderá requerer a revisão do processo.

§ 2º - No caso de incapacidade mental do empregado, a revisão será requerida pelo respectivo curador.

§ 3º - No processo revisional, o ônus da prova cabe ao requerente.

§ 4º - A simples alegação de injustiça da penalidade não constitui fundamento para a revisão, que requer elementos novos, ainda não apreciados no processo originário.

§ 5º - O requerimento de revisão do processo será dirigido ao Presidente do Consórcio que, se autorizar a revisão, encaminhará o pedido a autoridade competente para providenciar a constituição de nova comissão processante, na forma deste regulamento.

§ 6º - A revisão correrá em apenso ao processo originário.

§ 7º - Na petição inicial, o requerente pedirá dia e hora para a produção de provas e inquirição das testemunhas que arrolar.

§ 8º - A comissão revisora terá 60 (sessenta) dias para a conclusão dos trabalhos.

§ 9º - Aplicam-se aos trabalhos da comissão revisora, no que couber, as normas e procedimentos próprios da comissão do processo disciplinar.

Art. 93 - O julgamento caberá à autoridade que aplicou a penalidade.

§ 1º - O prazo para julgamento será de 20 (vinte) dias contados do recebimento do processo, no curso do qual a autoridade julgadora poderá determinar diligências.

§ 2º - Julgada procedente a revisão, será declarada sem efeito a penalidade aplicada, restabelecendo-se todos os direitos do empregado, exceto em relação à destituição do emprego em comissão, que será convertida em exoneração.

§ 3º - Da revisão do processo não poderá resultar agravamento de penalidade.

### TÍTULO VI

#### DO QUADRO DE EMPREGOS DO CONSÓRCIO PÚBLICO E DO DESENVOLVIMENTO FUNCIONAL

### CAPÍTULO I

#### DOS RECURSOS HUMANOS

Art. 94 - Somente poderão prestar serviços remunerados ao Consórcio Público os contratados para ocupar os empregos públicos previstos no Protocolo de Intenções, no Estatuto e neste regulamento, bem como, em havendo necessidade e interesse, pessoas físicas ou jurídicas contratadas na forma da lei.

§ 1º - A participação do Conselho Fiscal ou de outros órgãos diretivos que sejam criados pelo Estatuto ou por deliberação da Assembleia Geral, bem como a participação dos representantes dos Entes consorciados na Assembleia Geral e em outras atividades do Consórcio Público não será remunerada, sendo considerado trabalho público relevante.

§ 2º - O Diretor Executivo perceberá o salário estabelecido para o emprego, observando-se o disposto no Estatuto do CIMVI, bem como as demais vantagens estabelecidas em Lei ou no Protocolo de Intenções ratificado.

§ 3º - Para exercício da função de Diretor Executivo ou de qualquer outro emprego de confiança no Consórcio Público será exigida experiência e formação profissional em nível superior, com especialização em áreas afins com a Administração Pública e com as finalidades do CIMVI.

§ 4º - Os empregados não poderão ser cedidos, inclusive para os próprios Entes consorciados, sem prejuízo da possibilidade de prestação de serviços na sua área de atuação, através do Consórcio Público.

§ 5º - Os Entes da Federação consorciados, ou os com eles conveniados, poderão ceder-lhe servidores efetivos, na forma e condições da legislação de cada um, observado o disposto no Estatuto do Consórcio Público e neste regulamento.

### CAPÍTULO II

#### dos empregos públicos DE CONFIANÇA

Art. 95 - O CIMVI terá os seguintes empregos públicos de confiança em sua estrutura funcional:

Nº de Empregos	Denominação do Emprego	Carga Horária Semanal	Salário/mês
1	Diretor Executivo	40 h	R\$ 9.726,19
8	Gestor de Serviços	40 h	R\$ 4.863,09

§ 1º - Os empregos públicos de que trata o "caput" deste artigo são de livre nomeação e exoneração, regidos pelo critério de confiança e obrigados ao regime de dedicação integral ao serviço, donde poderão ser convocados a trabalhos excepcionais além da carga horária regulamentar, sem remuneração adicional.

§ 2º - A nomeação será feita pelo Presidente do CIMVI, após regular aprovação da escolha pela Assembleia Geral do Consórcio Público, ao qual compete dar posse e fiscalizar o exercício funcional, observadas as disposições do Estatuto e deste regulamento.

### CAPÍTULO III

#### dos empregos públicos PERMANENTES

Art. 96 - O CIMVI terá os seguintes empregos públicos permanentes em sua estrutura funcional:



Nº de Empregos	Denominação do Emprego	Carga Horária Semanal	Salário/mês
09	Agente Administrativo	40 horas	R\$ 2.167,88
01	Agente Controle Interno	20 horas	R\$ 1.851,49
01	Contador	20 horas	R\$ 1.851,49
01	Engenheiro Químico	20 horas	R\$ 3.163,94
01	Engenheiro Sanitarista	20 horas	R\$ 3.163,94
09	Médico Veterinário	20 horas	R\$ 2.929,58
01	Engenheiro Florestal	20 horas	R\$ 3.163,94
01	Engenheiro de Minas	20 horas	R\$ 3.163,94

§ 1º - Os empregos públicos de que trata o "caput" deste artigo serão acessados, na forma deste regulamento, por meio de:

I - concurso público no caso de provimento efetivo;

II - processo seletivo no caso de contratação temporária.

§ 2º - Os atos de nomeação e posse, e os de contratação serão expedidos pela Diretoria, observados os procedimentos legais.

§ 3º - Além do pessoal referido neste artigo e no antecedente, o Consórcio Público poderá receber servidores efetivos que lhe forem colocados à disposição, nos termos do Estatuto.

#### CAPÍTULO IV

#### DAS ATRIBUIÇÕES E DESCRIÇÕES DOS EMPREGOS

Art. 97 - Os empregos públicos de que tratam os Capítulos I e II deste Título tem as seguintes atribuições e descrições:

I - Para o emprego de DIRETOR EXECUTIVO:

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Desempenhar as atribuições de gerenciamento e controle das atividades, recursos financeiros e pessoal do Consórcio Público, zelando pelo cumprimento das normas estatutárias e regimentais e dos contratos celebrados; Representar o Consórcio Público conforme poderes outorgados pelo Presidente; Prestar todas as informações necessárias aos consorciados e aos órgãos públicos; Promover todos os atos administrativos e operacionais necessários para o desenvolvimento das atividades do Consórcio; Desenvolver outras atribuições correlatas a função, além das demais previstas no Protocolo de Intenções e no Estatuto; Executar tarefas e serviços determinados e excepcionais, fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela Diretoria do CIMVI.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Experiência e formação profissional em nível superior, com especialização em áreas afins com a Administração Pública e com as finalidades do CIMVI.

II - Para o emprego de GESTOR DE SERVIÇOS:

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Supervisionar a execução de todas as atividades operacionais exercidas pelo Consórcio Público; Relatar e prestar contas aos consorciados e à Diretoria das ações executadas pelo Consórcio Público; Zelar pelo cumprimento da legislação, apontando alternativas sustentáveis para a execução dos serviços; Dar cumprimento às metas e ações estabelecidas nos contratos firmados pelo Consórcio Público; Promover e integração dos Entes consorciados e a defesa das ações

integradas, ressaltando a eficiência dos serviços e/ou programas desenvolvidos pelo Consórcio Público; Executar tarefas e serviços determinados e excepcionais, fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIMVI.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Experiência e formação profissional em nível superior, com especialização em áreas afins com a Administração Pública e com as finalidades do CIMVI.

III - Para o emprego de AGENTE ADMINISTRATIVO:

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Executar os serviços de apoio nas áreas de recursos humanos, administração, finanças e logística; Dar cumprimento aos contratos e convênios celebrados com entidades públicas ou privadas; Atender os representantes dos Entes consorciados, fornecedores e clientes, fornecendo e recebendo informações sobre atividades, programas, produtos e serviços; Tratar de documentos variados, cumprindo todo o procedimento necessário referente aos mesmos; Preparar relatórios e planilhas; Executar serviços gerais de escritório; Auxiliar no controle da prestação de serviços e na legalidade da aplicação dos recursos auferidos pelo Consórcio Público; Executar tarefas e serviços determinados e excepcionais, fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIMVI.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Ensino médio completo.

IV - Para o emprego de AGENTE CONTROLE INTERNO:

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Realizar a fiscalização, controle e auditoria dos atos do Consórcio Público; Elaborar relatórios de controle interno; Prestar orientações e apontar sugestões às atividades administrativas e de gestão; Instaurar processos administrativos para apuração de indícios de descumprimento de normas aplicáveis ao Consórcio Público; Executar os demais serviços inerentes à atividade de controladoria interna, além de tarefas e serviços determinados e excepcionais, fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIMVI.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Curso de Nível Superior, na área de Ciências Contábeis, Direito ou Administração.

V - Para o emprego de CONTADOR:

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Supervisionar, coordenar e orientar e realizar a escrituração dos atos ou fatos contábeis; Exercer o controle e registro de contratos e convênios, compras e licitações; Examinar e elaborar processos de prestação de contas; Auxiliar na elaboração do plano de aplicação e da proposta orçamentária; Examinar e realizar empenhos de despesas, verificando sua classificação e a existência de saldo nas dotações orçamentárias; Exercer o controle da liquidação das despesas e elaborar os pagamentos; Informar, através de relatórios sobre a situação financeira e patrimonial do consórcio; Elaborar e publicar os balanços, balancetes e demais relatórios patrimoniais, de execução orçamentária ou financeiros; Prestar informações da área contábil e realizar serviços de assessoramento superior e gerencial à Diretoria; Orientar o registro e controle do patrimônio; Promover a observância das normas e preceitos da contabilidade pública; Executar outras atribuições correlatas a função, além de tarefas e serviços determinados e excepcionais, fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIMVI.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Curso de Nível Superior, na área de atuação, com devido registro no Órgão fiscalizador da profissão.

**VI - Para o emprego de ENGENHEIRO QUÍMICO:**

a) **DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE:** Elaborar, supervisionar, coordenar e orientar tecnicamente estudos, planejamentos, projetos e serviços em sua área de atuação, bem como em serviços afins ou correlatos; Realizar vistorias, perícias, avaliações, arbitramentos, laudos e pareceres técnicos; Executar outras atribuições correlatas a função, além de tarefas e serviços determinados e excepcionais, fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIMVI.

b) **REQUISITO/FORMAÇÃO:** Curso de Nível Superior, na área de atuação, com devido registro no Órgão fiscalizador da profissão.

**VII - Para o emprego de ENGENHEIRO SANITARISTA:**

a) **DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE:** Elaborar, supervisionar, coordenar e orientar tecnicamente estudos, planejamentos, projetos e serviços referentes ao controle sanitário do ambiente, à captação e distribuição de água, ao tratamento de água, esgoto e resíduos, ao controle de poluição, à drenagem, à higiene e ao conforto de ambiente, bem como seus serviços afins e correlatos; Realizar vistorias, perícias, avaliações, arbitramentos, laudos e pareceres técnicos nas áreas antes especificadas; Executar outras atribuições correlatas a função, além de tarefas e serviços determinados e excepcionais, fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIMVI.

b) **REQUISITO/FORMAÇÃO:** Curso de Nível Superior, na área de atuação, com devido registro no Órgão fiscalizador da profissão.

**VIII - Para o emprego de MÉDICO VETERINÁRIO:**

a) **DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE:** Conforme Lei nº 5.517, de 23 de Outubro de 1968 - Capítulo II; Executar outras atribuições correlatas a função, além de tarefas e serviços determinados e excepcionais, fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIMVI.

b) **REQUISITO/FORMAÇÃO:** Curso de Nível Superior, na área de atuação, com devido registro no Órgão fiscalizador da profissão.

**IX - Para o emprego de ENGENHEIRO FLORESTAL:**

a) **DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE:** Elaborar, supervisionar, coordenar e orientar tecnicamente estudos, planejamentos, projetos e serviços referentes à engenharia rural, às construções para fins florestais e suas instalações complementares, à silvimetria, ao inventário florestal, ao melhoramento florestal, aos recursos naturais renováveis, à ecologia, à climatologia, à defesa sanitária florestal, aos produtos florestais, sua tecnologia e sua industrialização, à edafologia, aos processos de utilização de solo e de floresta, ao ordenamento e manejo florestal, à mecanização na floresta, aos implementos florestais, à economia e crédito rural para fins florestais, bem como seus serviços afins e correlatos; Realizar vistorias, perícias, avaliações, arbitramentos, laudos e pareceres técnicos nas áreas antes especificadas; Executar outras atribuições correlatas a função, além de tarefas e serviços determinados e excepcionais, fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIMVI.

b) **REQUISITO/FORMAÇÃO:** Curso de Nível Superior, na área de atuação, com devido registro no Órgão fiscalizador da profissão.

**X - Para o emprego de ENGENHEIRO DE MINAS:**

a) **DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE:** Elaborar, supervisionar, coordenar e orientar tecnicamente estudos, planejamentos, projetos e serviços referentes à prospecção e à pesquisa mineral, lavra de minas, captação de água subterrânea, beneficiamento de minérios e abertura de vias subterrâneas, bem como seus serviços afins e correlatos; Realizar vistorias, perícias, avaliações, arbitramentos, laudos e pareceres técnicos nas áreas antes especificadas; Executar outras atribuições correlatas a função, além de tarefas e serviços determinados e excepcionais, fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIMVI.

b) **REQUISITO/FORMAÇÃO:** Curso de Nível Superior, na área de atuação, com devido registro no Órgão fiscalizador da profissão.

**CAPÍTULO V****DO DESENVOLVIMENTO FUNCIONAL**

Art. 98 - O desenvolvimento funcional do servidor efetivo ocorrerá na forma deste Capítulo, através do adicional por qualificação.

§ 1º - O adicional por qualificação corresponderá a um acréscimo de 5% (cinco por cento) sobre o salário do empregado efetivo, limitado ao máximo de 30% (trinta por cento), por força da qualificação profissional obtida além daquela prevista para ocupação do emprego e que guarde correlação direta com as atribuições deste, observado interstício de cinco anos de exercício no emprego para cada período aquisitivo.

§ 2º - Para habilitar-se ao adicional por qualificação o empregado deverá apresentar requerimento e comprovar o atendimento, cumulativo, das seguintes condições:

I - ter concluído curso de pós-graduação, especialização, mestrado ou doutorado ou ter completado 150 (cento e cinquenta) horas de cursos/seminários/palestras, dentre outros, sempre em temas correlatos com o emprego ocupado.

II - ter completado 05 (cinco) anos de serviço no Consórcio, ininterruptos ou não, ou interstício de igual tempo para os períodos aquisitivos subsequentes.

§ 3º - Fica prejudicada a contagem regular do período aquisitivo para o adicional de que trata este artigo, se o empregado apresentar qualquer uma das seguintes ocorrências em sua vida funcional:

I - tiver sido condenado em processo criminal, por decisão definitiva, ou sofrer penalidade disciplinar de suspensão;

II - tiver mais de 05 (cinco) faltas injustificadas no período aquisitivo;

III - tiver se afastado de suas funções por período contínuo superior a trinta dias, independentemente de percepção ou não de remuneração, exceto se para exercício de emprego de confiança no próprio Consórcio Público ou em Ente consorciado.

§ 4º - O empregado que no decorrer do período aquisitivo incidir nas hipóteses do parágrafo anterior, perderá o tempo decorrido, iniciando-se novo período aquisitivo quinquenal após a cessação do impedimento.

§ 5º - O cumprimento dos requisitos de que trata este artigo, dentro do período aquisitivo considerado, será apurado em processo administrativo próprio, devidamente instruído, sendo que os efeitos financeiros do benefício, acaso concedido, serão estabelecidos no ato administrativo expedido.

**TÍTULO VII****DAS DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS****CAPÍTULO I****DA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA**

Art. 99 - Somente admitir-se-á contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público consistente na substituição de empregado público afastado temporariamente de suas funções por motivo de doença ou outro afastamento legal, e desde que imprescindível para continuidade dos serviços do Consórcio Público.

§ 1º - Os contratados temporariamente exercerão as funções do emprego público do titular afastado, percebendo a remuneração inicial para ele prevista.

§ 2º - A contratação de que trata este artigo, será precedida de processo seletivo de provas ou de provas e títulos.

Art. 100 - As contratações temporárias observarão as disposições estabelecidas no art. 37, IX, da Constituição Federal, artigos 443, 445, 451 e 452 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT e demais disposições do Estatuto do Consórcio Público e deste Regulamento.

§ 1º - As contratações por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público terão prazo de até um ano, podendo ser prorrogado justificadamente uma única vez até atingir o prazo máximo total de dois anos.

§ 2º - O retorno do servidor titular ao exercício de suas funções ou o alcance do prazo máximo de que trata o parágrafo anterior faz cessar automaticamente a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, sem qualquer indenização.

Art. 101 - O pessoal contratado nos termos deste Capítulo não poderá:

I - receber atribuições, funções ou encargos não previstos no respectivo contrato;

II - ser nomeado ou designado, ainda que a título precário ou em substituição, para o exercício de emprego em comissão ou de confiança.

Parágrafo Único - A inobservância do disposto neste artigo importará na rescisão do contrato, sem prejuízo da responsabilidade administrativa das autoridades envolvidas na transgressão.

Art. 102 - As infrações disciplinares atribuídas ao pessoal contratado nos termos deste Capítulo serão apuradas mediante sindicância, concluída no prazo de 30 (trinta) dias, assegurada a ampla defesa.

Art. 103 - O contrato formado de acordo com este Capítulo extinguir-se-á, sem direito a indenização:

I - pelo término do prazo contratual;

II - por iniciativa do contratado.

§ 1º - A extinção do contrato por iniciativa do Consórcio Público contratante, decorrente de conveniência administrativa, importará no pagamento ao contratado de indenização correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

§ 2º - A extinção do contrato, no caso do inciso II, será comunicada com antecedência de 30 (trinta) dias, ficando a critério do Consórcio Público contratante a dispensa deste prazo.

Art. 104 - O tempo de serviço prestado em virtude de contratação temporária, nos termos deste Capítulo, será computado para todos os efeitos.

**CAPÍTULO II  
DO PROGRAMA DE ESTÁGIO**

Art. 105 - Sem prejuízo das atribuições do quadro funcional, fica instituído o Programa de Concessão de Estágio Não obrigatório aplicado ao estágio de estudantes, na forma da legislação federal específica, com disponibilidade de vagas em igual número de Entes Federados que integre o Consórcio Público.

§ 1º - O recrutamento de candidatos para as vagas de estágio, dentre o contingente de alunos das instituições de ensino conveniadas, será feito:

I - diretamente pelo CIMVI através de processo seletivo simplificado, de provas ou de provas e títulos, após prévia convocação por edital divulgado no site do Consórcio Público, no Diário Oficial dos Municípios e junto as Instituições de Ensino conveniadas;

II - em caso de urgência ou necessidade imediata, diretamente pela Instituição de Ensino ou pelos Agentes de Integração, através de processo seletivo ou cadastro.

§ 2º - A carga horária de estágio ficará estabelecida em 04 (quatro) horas diárias e 20 (vinte) horas semanais ou em 06 (seis) horas diárias e 30 (trinta) semanais, remuneradas através de bolsa-estágio nos seguintes valores:

I - R\$ 486,31 (quatrocentos e oitenta e seis reais e trinta e um centavos) mensais, no caso de estudantes do ensino superior, para jornada de 04 (quatro) horas diárias e 20 (vinte) horas semanais.

II - R\$ 726,54 (setecentos e vinte e seis reais e cinquenta e quatro centavos) mensais, no caso de estudantes do ensino superior, para jornada de 06 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais.

§ 3º - Sem prejuízo da contratação em favor do estagiário de seguro contra acidentes pessoais, cuja apólice seja compatível com valores de mercado, e do pagamento da remuneração de que trata o parágrafo anterior, lhe será concedido:

I - auxílio-transporte mensal, consistente no fornecimento de vale-transporte, conforme estabelece a legislação federal específica e de acordo com as normas municipais.

II - auxílio-alimentação, na forma concedida aos empregados em geral, proporcionalmente a jornada diária de estágio.

III - período de recesso remunerado de 30 (trinta) dias, a ser gozado preferencialmente durante suas férias escolares e antes do encerramento do contrato, sempre que o estágio tenha duração igual ou superior a 1 (um) ano, ou proporcional nos demais casos, vedado sua indenização.

§ 4º - O valor da bolsa-estágio será revisado em janeiro de cada ano pelos mesmos índices aplicados à revisão geral anual da remuneração dos servidores do Consórcio Público.

Art. 106 - O Consórcio Público poderá, também, celebrar convênio de concessão de estágio obrigatório com Instituições de Ensino, assumindo responsabilidade pela contratação do seguro contra acidentes pessoais, cuja apólice seja compatível com valores de

mercado, e mediante remuneração equivalente a 50% (cinquenta por cento) do valor estabelecido para contraprestação do estágio não obrigatório.

## TÍTULO VIII

### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 107 - O "Dia do Servidor Público" será comemorado em 28 de outubro.

§ 1º - Caberá ao Presidente do Consórcio Público estabelecer ponto facultativo na data de que trata o "caput" deste artigo, se necessário.

§ 2º - Por conveniência ou necessidade de serviço a comemoração da data de que trata o "caput" deste artigo poderá ser antecipada ou postergada em alguns dias.

Art. 108 - A jornada normal de trabalho no Consórcio Público será:

I - de 8 (oito) horas diárias para o serviço administrativo, cujo desempenho seja atribuído a servidores com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais;

II - de 4 (quatro) horas diárias para os serviços cujo desempenho seja atribuído a servidores com carga horária de 20 (vinte) horas semanais.

§ 1º - A jornada de trabalho prevista neste artigo é do número de horas imposta ao servidor, podendo ser aumentada ou diminuída nos casos previstos neste regulamento, sempre com redução ou aumento de remuneração e de comum acordo entre as partes.

§ 2º - Observado o disposto no inciso XIII do artigo 7º da Constituição Federal, a Administração poderá estabelecer jornadas especiais de trabalho, plantões ou escalas.

Art. 109 - O Consórcio Público poderá ter servidores de sobreaviso ou e em escala de revezamento, para executarem serviços essenciais, serviços imprevistos ou para substituições de outros servidores que faltem à escala organizada.

§ 1º - Considera-se de "sobreaviso" o servidor que permanecer em sua própria casa, aguardando a qualquer momento o chamado para o serviço.

§ 2º - Cada escala de "sobreaviso" será, no máximo, de vinte e quatro horas.

§ 3º - As horas de "sobreaviso", para todos os efeitos, serão contadas à razão de 1/3 (um terço) do salário normal.

§ 4º - Considera-se "em escala de revezamento" o servidor que ficar nas dependências do serviço público, executando atividades ou aguardando ordens.

§ 5º - A escala de revezamento será, no máximo, de doze horas de serviço por trinta e seis horas de descanso.

§ 6º - Quando, no estabelecimento ou dependência em que se achar o servidor, houver facilidade de alimentação, às doze horas de escala de revezamento, a que se refere o parágrafo anterior, poderão ser contínuas. Quando não existir essa facilidade, depois de seis horas de prontidão, haverá sempre um intervalo de uma hora para cada refeição, que não será, nesse caso, computada como de serviço.

Art. 110 - Para todos os efeitos previstos neste regulamento, os

exames de sanidade física e mental serão obrigatoriamente realizados por médico do serviço público de saúde (SUS).

§ 1º - Em casos especiais, atendendo a natureza da enfermidade o Presidente do Consórcio Público poderá designar uma junta médica para proceder ao exame, dela fazendo parte obrigatoriamente, um médico do Município sede do CIMVI.

§ 2º - O atestado médico apresentado pelos servidores poderá ter sua validade condicionada a ratificação posterior pelo serviço de medicina ocupacional do Consórcio Público.

Art. 111 - Contarão por dias corridos os prazos previstos nesta lei.

Parágrafo Único - Computar-se-á no prazo o dia inicial prorrogando-se para o primeiro dia útil o vencimento que incidir em sábado, domingo ou feriado.

Art. 112 - Este Regulamento entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Blumenau, SC, em 10 de Julho de 2014.

Hartwig Persuhn

Presidente do CIMVI

Prefeito de Doutor Pedrinho

Nicanor Morro

Prefeito de Apiúna

Moacir Polidoro

Prefeito de Acurra

Jean Michel Grundmann

Prefeito de Benedito Novo

Sergio Almir dos Santos

Prefeito de Indaial

Rolf Nicolodelli

Prefeito de Pomerode

Fernando Tomaselli

Prefeito de Rio dos Cedros

Paulo Roberto Weiss

Prefeito de Rodeio

Laércio Demerval Schuster Junior

Prefeito de Timbó

Luiz Cláudio Kades

Assessor Jurídico da AMMVI / CIMVI OAB/SC 17.692

### **Resolução Nº 099, de 24 de Julho de 2014**

RESOLUÇÃO Nº 099, DE 24 DE JULHO DE 2014.

Abre Crédito Adicional Suplementar por conta de Superávit Financeiro do exercício anterior, no valor de R\$4.000,00.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Protocolo de Intenções ratificado pelos Municípios, pelo Contrato de Consórcio Público e pelo Estatuto Social, com base na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 e na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar ao



Orçamento-Programa 2014, no valor de R\$4.000,00 (quatro mil reais) mediante a utilização dos recursos indicados no art. 2º desta Resolução, conforme segue:

03.003.0004.0695.0006.2003 - Gestão de Turismo  
4490000000000000 - Aplicações Diretas  
R\$4.000,00

Total ..... R\$4.000,00

Art. 2º - O Crédito Adicional Suplementar que trata o artigo anterior corre à conta de Superávit Financeiro do exercício anterior.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Timbó, 24 de julho de 2014.

Hartwig Persuhn  
Presidente

### 18ª Assembleia Geral Ordinária

Ata da 18ª Assembleia Geral Ordinária do CIMVI - Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí, inscrito no CNPJ sob nº 03.111.139/0001-09, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 700, Centro, Município de Timbó, Estado de Santa Catarina. Aos dez dias do mês de julho de dois mil e quatorze, na Sala B002, Campus III da FURB, sito à Rua São Paulo, nº 2.171, Itoupava Seca, Município de Blumenau, às nove horas e quinze minutos, conforme Registro de Presença, reuniram-se os Prefeitos para a 18ª Assembleia Geral Ordinária do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI, com a seguinte Ordem do Dia: 1) Informes; 2) Regulamento do Quadro de Pessoal do CIMVI; 3) Programa de Trabalho e Orçamento Anual - exercício 2015; e 4) Assuntos Gerais. O Presidente, Sr. Hartwig Persuhn, saudou os presentes e, constatando quórum legal, deu por aberta a Assembleia. Ato contínuo passou-se diretamente a ordem do dia, item 1) Informes - a) Enchente - em razão da enchente ocorrida entre os dias 08 e 10 de junho e consequente inundação das instalações do Consórcio, a maioria dos equipamentos restou atingida; aqueles que se tornarem irrecuperáveis serão declarados inservíveis e baixados do patrimônio do Consórcio; alugado uma sala comercial, de número nº 04, situada na Rua Marechal Deodoro da Fonseca, nº 459, esquina com a Rua Estados Unidos, para o funcionamento do escritório; b) Aterro sanitário - implantação da Etapa 1 do Setor "B" - está na fase de colocação de areia; aquisição do imóvel do Samae - em fase de elaboração da escritura no tabelionato; Galpão - já está com a cobertura faltando a colocação de calhas; Escritório do Consórcio no aterro - projeto pronto; falta preventivo de incêndio do galpão antigo; c) Plano Intermunicipal de Resíduos Sólidos - aprovado o Produto 2, Diagnóstico Regional; dando sequência à pauta, item 2) Regulamento do Quadro de Pessoal do CIMVI - após apresentação pelo advogado Luiz Cláudio Kades, da AMMVI, restou aprovado por unanimidade o Regulamento do Quadro de Pessoal do CIMVI; para o qual a resolução será baixada, e providenciado publicação no Diário Oficial dos Municípios - DOM. Em continuidade à pauta, item 3) Programa Anual de Trabalho e Orçamento - Exercício de 2015 - O Diretor Executivo apresentou à Assembleia proposta de programa e orçamento para o exercício de 2015; após as devidas ponderações acerca do programa, orçamento e formas de rateio, decidiu-se por unanimidade, aprovar o programa e orçamento do CIMVI para o exercício de 2015, totalizando R\$4.300.740,00 (quatro milhões trezentos mil setecentos e quarenta reais), com os seguintes valores por área de atuação: a) Gestão Ambiental e de Recursos Naturais - R\$285.660,00 (duzentos e oitenta e cinco mil seiscentos e sessenta reais) - rateio por município; b) Gestão de Cultura - R\$63.180,00 (sessenta e três mil cento e oitenta reais) - rateio por município; c) Gestão de Desenvolvimento Institucional - R\$28.620,00 (vinte e oito mil

seiscentos e vinte reais) - rateio por proporção populacional IBGE - Censo 2010; d) Gestão de Saneamento Básico - R\$3.629.320,00 (três milhões seiscentos e vinte e nove mil trezentos e vinte reais) sendo: 1) R\$1.577.120,00 (um milhão, quinhentos e setenta e sete mil cento e vinte reais) - rateio por proporção de resíduos no aterro de abril de 2003 até junho de 2014, 2) R\$395.200,00 (trezentos e noventa e cinco mil e duzentos reais) - recursos do caixa do CIMVI, e 3) R\$1.677.000,00 (um milhão seiscentos e setenta e sete mil reais) - rateio por tonelada de resíduos disposta no aterro sanitário no exercício de 2015; e) Gestão de Turismo - R\$307.680,00 (trezentos e sete mil seiscentos e oitenta reais) - rateio por proporção populacional IBGE - Censo 2010; e, f) Manutenção das Atividades - R\$381.480,00 (trezentos e oitenta e um mil seiscentos e oitenta reais) - rateio por proporção populacional IBGE - Censo 2010; Os valores resultantes do rateio do orçamento serão repassados a cada município para que consignem em seus respectivos orçamento-programa do exercício de 2015, previsão orçamentária de repasse dos recursos ao Consórcio Público. No caso de ingresso de recursos financeiros através de transferências voluntárias decorrentes de convênios com outros entes federados, prestação de outros serviços aos consorciados e/ou terceiros ou de outras formas, o programa anual de trabalho poderá ser alterado. Dando sequência à pauta, item 4) Concurso Público - em razão da demanda de pessoal para sua estrutura funcional, foi aprovado por unanimidade a realização de concurso público para os seguintes empregos públicos permanentes: duas vagas para agente administrativo, uma vaga para engenheiro químico, uma vaga para contador, e uma vaga para agente de controle interno; com vistas à economia de recursos, restou estabelecido que, em caso da Associação do Municípios do Médio Vale do Itajaí - AMMVI estabeleça estrutura própria para oferecer serviços de contabilidade e controle interno para o CIMVI e demais Consórcios Públicos de sua área de abrangência, ficam suspensas as vagas de contador e agente de controle interno. Por fim, item 5) Assuntos Gerais - a) Planta de biogás - devido a obrigatoriedade de tratamento dos resíduos sólidos para disposição final, considerando os trabalhos conjuntos desenvolvidos pelo CIMVI e AMMVI que indicaram para tal a adoção do processo de biodigestão e a necessidade de área para a implantação da unidade de tratamento, foi deliberado pela realização de estudos nos imóveis circunvizinhos ao aterro com vistas à sua aquisição; b) Operação do aterro - deliberado por unanimidade que a partir de janeiro de 2015 a operação do aterro sanitário passará a ser de responsabilidade do CIMVI, que deverá contratar os serviços necessários. Nada mais havendo a tratar, o Presidente, Sr. Hartwig Persuhn, deu por encerrada a Assembleia, da qual eu, Valter Conrado de Araújo, lavrei a presente ata que, após lida foi aprovada, e vai assinada por quem de direito.

Hartwig Persuhn  
Presidente

Valter Conrado de Araújo  
Diretor Executivo

**CIS/AMMVI****Resolução Nº 83, de 29/07//2014.**

RESOLUÇÃO nº 83, de 29/07//2014.

Estabelece o Regulamento do Quadro de Pessoal do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Vale do Itajaí - CISAMVI.

Hartwig Persuhn, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde dos Municípios do Médio Vale do Itajaí - CISAMVI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Protocolo de Intenções ratificado pelos Municípios, pelo Contrato de Consórcio Público e pelo Estatuto do CISAMVI; e

Considerando-se as deliberações da Assembleia Geral do CISAMVI, realizada no dia 10 de Julho do corrente;

Considerando-se as disposições gerais previstas nos instrumentos legais do Consórcio Público e a existência de previsão orçamentária / financeira no Orçamento 2014 do CISAMVI e nos respectivos Contratos de Rateio firmado com os Municípios;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica instituído o Regulamento do Quadro de Pessoal do CISAMVI, aprovado na Assembleia Geral Ordinária - AGO realizada no dia 10 de julho de 2014 nas dependências da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB na cidade de Blumenau - SC, conforme anexo único, integrante desta Resolução.

Art. 2º - O Regulamento do Quadro de Pessoal, de que trata esta Resolução, entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, SC, em 29 de julho de 2014.

Hartwig Persuhn

Presidente do CISAMVI

Prefeito de Doutor Pedrinho

Nicanor Morro

Prefeito de Apiuna

Moacir Polidoro

Prefeito de Ascurra

Jean Michel Grundmann

Prefeito de Benedito Novo

José Luiz Colombi

Prefeito de Botuverá

Napoleão Bernardes Neto

Prefeito de Blumenau

Paulo Roberto Eccel

Prefeito de Brusque

Pedro Celso Zuchi

Prefeito de Gaspar

Matias Kohler

Prefeito de Guabiruba

Sergio Almir dos Santos

Prefeito de Indaial

Rolf Nicolodelli

Prefeito de Pomerode

Fernando Tomaselli

Prefeito de Rio dos Cedros

Paulo Roberto Weiss

Prefeito de Rodeio

Laércio Demerval Schuster Junior

Prefeito de Timbó

Luiz Cláudio Kades

Assessor Jurídico - AMMVI/CISAMVI OAB/SC 17.692

Anexo Único - REGULAMENTO DO QUADRO DE PESSOAL DO CISAMVI

**TÍTULO I****DO REGIME JURÍDICO E PREVIDENCIÁRIO****CAPÍTULO I****DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º - Este Regulamento dispõe sobre o Regime Jurídico e Previdenciário dos Servidores Públicos do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Vale do Itajaí - CISAMVI, bem como disciplina os empregos públicos e demais direitos, deveres e disposições específicas aplicadas aos recursos humanos do Consórcio Público.

Parágrafo Único - Para os efeitos deste regulamento, servidor é a pessoa legalmente investida em cargo, emprego ou função pública.

Art. 2º - Emprego público é o conjunto de atribuições e responsabilidades cometidas a servidor, criado pelo Protocolo de Intenções e ratificado por lei, com denominação própria, em número certo e salário pago pelos cofres públicos, para provimento em caráter efetivo ou em comissão.

§ 1º - Função pública é a atribuição ou conjunto de atribuições que se confere a cada categoria profissional ou individualmente a determinados servidores de serviços eventuais.

§ 2º - As funções permanentes do Consórcio Público devem ser desempenhadas por titulares de empregos públicos ou por servidores efetivos recebidos por cessão dos Municípios consorciados, e, as transitórias, por servidores designados, admitidos ou contratados precariamente.

Art. 3º - Os salários dos empregos públicos corresponderão aos valores básicos, fixados no Protocolo de Intenções e ratificados por lei.

§ 1º - O valor dos salários será alterado anual e uniformemente, através de Resolução da Diretoria do CISAMVI, em face da Revisão Geral Anual.

§ 2º - Após deliberação da Assembleia Geral, a Diretoria poderá conceder revisão geral anual de remuneração aos empregados do Consórcio Público no mês de janeiro de cada ano, utilizando o Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC (IBGE) acumulado no ano anterior.

§ 3º - O valor dos salários mensais guarda correlação com o cumprimento integral da carga de trabalho regular estabelecida para o emprego, sendo que esta poderá ser aumentada até o limite de 40 (quarenta) horas semanais ou reduzida em até 50% (cinquenta por cento), com o respectivo aumento ou redução proporcional da remuneração.

§ 4º - É proibida a prestação de serviços gratuitos salvo os casos previstos em lei e/ou no Protocolo de Intenções e no Estatuto do

**Consórcio Público.**

Art. 4º - Os empregos públicos são considerados efetivos ou em comissão.

§ 1º - Os empregos efetivos são aqueles cujo provimento se dá em caráter permanente.

§ 2º - Os empregos em comissão são aqueles cujo provimento se dá em caráter provisório, destinado às funções de chefia, direção ou assessoramento e regidos pelos critérios de confiança dos superiores hierárquicos.

§ 3º - O aumento do número de vagas, o reajuste ou reenquadramento salarial e a criação de novos empregos públicos depende de prévia deliberação da Assembleia Geral, da alteração do Protocolo de Intenções e do Estatuto do Consórcio Público, de ratificação legislativa editada por todos os Entes consorciados e do aditamento ao Contrato de Consórcio, para posterior incorporação neste regulamento.

§ 4º - A contratação de profissionais para os empregos de que trata este regulamento, bem como a declaração de abertura de vagas e a autorização para início do processo de recrutamento para os empregos de provimento efetivo ou para as contratações temporárias, depende de prévia justificação da necessidade, da demonstração da viabilidade financeira e da aprovação em Assembleia Geral.

Art. 5º - Quadro é o conjunto de empregos de carreira, empregos isolados, funções gratificadas e empregos em comissão integrantes da estrutura de pessoal do Consórcio Público.

**CAPÍTULO II****DO REGIME JURÍDICO**

Art. 6º - Os servidores públicos ocupantes de emprego público efetivo ou em comissão terão suas relações de trabalho com o Consórcio Público disciplinado pelo Regime Jurídico Trabalhista ou da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT.

§ 1º - Aplica-se aos servidores submetidos a este regime jurídico as disposições legais da Consolidação das Leis do Trabalho aprovadas pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º/05/1943, e alterações posteriores, e as disposições próprias da Constituição Federal e deste Regulamento.

§ 2º - Os servidores efetivos dos Municípios consorciados recebidos em cessão pelo Consórcio Público, na forma deste regulamento, permanecerão no seu regime jurídico originário.

**CAPÍTULO III****DO REGIME PREVIDENCIÁRIO**

Art. 7º - Aplica-se aos servidores públicos do CISAMVI o Regime Geral de Previdência Social - RGPS, na forma da Constituição Federal e da legislação específica (Lei nº 8.213/91).

Parágrafo Único - Os servidores efetivos dos Municípios consorciados recebidos em cessão pelo Consórcio Público, na forma deste regulamento, permanecerão no seu regime previdenciário originário.

**TÍTULO II****DO PROVIMENTO, SUBSTITUIÇÃO E VACÂNCIA****CAPÍTULO I****DO PROVIMENTO****SEÇÃO I****DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 8º - São requisitos básicos para ingresso no Quadro Funcional do Consórcio Público:

I - a nacionalidade brasileira;

II - o gozo dos direitos políticos;

III - a quitação com as obrigações militares, se for o caso, e eleitorais;

IV - o nível de escolaridade exigido para o exercício do emprego público, e/ou os requisitos especiais para o seu desempenho;

V - Idade mínima de 18 (dezoito) anos, completados até a data da posse;

VI - aptidão física e mental;

VII - possuir Carteira Nacional de Habilitação (CNH), inclusive para eventual condução de veículos do CISAMVI em deslocamentos a serviço, exceto se contratado na forma estabelecida no § 2º deste artigo.

§ 1º - As atribuições do emprego público podem justificar a exigência de outros requisitos, estabelecidos na forma deste Regulamento.

§ 2º - Fica assegurado às pessoas portadoras de deficiência o direito de se inscreverem em concurso público para provimento de emprego público cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras, na forma estabelecida no Edital, para as quais serão reservadas até 10% (dez por cento) das vagas oferecidas no concurso.

Art. 9º - O provimento dos empregos públicos far-se-á por ato do Presidente do Consórcio Público, ou por preposto investido de tais prerrogativas.

§ 1º - São formas de provimento de empregos públicos:

I - nomeação ou contratação;

II - reversão; e

III - reintegração.

§ 2º - Os empregos em comissão serão providos exclusivamente por nomeação.

**SEÇÃO II****DA NOMEAÇÃO OU CONTRATAÇÃO****Subseção I****Das Disposições Preliminares**

Art. 10 - A nomeação far-se-á em comissão, inclusive na condição de interino, para empregos em comissão vagos.

§ 1º - Prescinde de concurso público a nomeação para emprego



de provimento em comissão.

§ 2º - A nomeação do servidor público para emprego de provimento em comissão determina, no ato da posse, o seu afastamento do emprego público efetivo de que for titular.

§ 3º - A designação para exercício de função gratificada recairá, exclusivamente, em servidor efetivo.

§ 4º - O servidor ocupante de emprego em comissão poderá ser nomeado para ter exercício, interinamente, em outro emprego de confiança, sem prejuízo das atribuições do que atualmente ocupa, hipótese em que deverá optar pela remuneração de um deles durante o período de interinidade.

Art. 11 - A contratação, quando se tratar de provimento de emprego público efetivo, depende de prévia habilitação em concurso público de provas ou de provas e títulos, obedecida a ordem de classificação e o prazo de sua validade.

Parágrafo Único - A contratação para atender necessidade temporária de excepcional interesse público dependerá de prévia classificação em processo seletivo.

#### Subseção II Do Concurso Público

Art. 12 - Os concursos para a seleção de candidatos aos empregos públicos efetivos do CISAMVI serão realizados quando a Diretoria julgar oportuno e reger-se-ão pelas normas contidas nesta Subseção.

Parágrafo Único - A Comissão Especial de que trata o artigo 16, mediante autorização do Presidente do Consórcio Público, poderá contratar instituição especializada ou confiar a uma instituição de ensino, a elaboração, aplicação e correção das provas.

Art. 13 - O concurso público será de provas (escrita e/ou prática) ou de provas e títulos, podendo ser realizado em duas etapas, desde que expressamente previsto no Edital, condicionada a inscrição do candidato ao pagamento de "preço público" fixado neste regulamento, quando indispensável ao seu custeio, e ressalvadas as hipóteses de isenção nele expressamente previstas.

§ 1º - O concurso público terá validade de até dois anos, a contar da sua homologação, prorrogável uma vez, por igual período, a critério da Diretoria.

§ 2º - A aprovação em concurso não cria direito à nomeação e/ou contratação, mas esta, quando se der, respeitará a ordem de classificação dos candidatos.

Art. 14 - A abertura de concurso público se dará por edital, cujo extrato será publicado na imprensa local por 02 (duas) vezes, disponibilizado em site da internet e afixado em mural público de fácil acesso, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias entre a última divulgação e a primeira etapa/prova a ser realizada, de que constem:

I - o número de vagas oferecidas, denominação dos empregos públicos e respectivos salários e/ou remuneração;

II - o tipo de concurso, se de provas (escrita e/ou prática) ou de provas e títulos, e, se for o caso, os títulos exigidos;

III - as condições para inscrição e provimento do emprego público;

IV - tipo, natureza e programa das provas;

V - a forma de julgamento das provas e dos títulos;

VI - os limites de pontos atribuíveis a cada prova e aos títulos;

VII - os critérios e os níveis de habilitação, classificação e desempate;

VIII - o prazo das inscrições;

IX - a forma de comprovação dos requisitos para a inscrição;

X - A época da:

a) realização das provas, constando o dia, horário e local;

b) publicação nominal das inscrições homologadas com o número da inscrição;

c) publicação dos aprovados por ordem de classificação, constando o número da inscrição e o nome do candidato.

XI - o prazo de validade do concurso, que não excederá de dois anos, a contar de sua homologação, prorrogável por igual período.

§ 1º - O extrato do edital, de que trata o caput deste artigo, deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:

I - denominação dos empregos públicos, número de vagas disponíveis, carga horária semanal e respectivos salários e/ou remuneração;

II - período e local das inscrições;

III - a indicação do local em que os interessados poderão ler e obter o texto integral do edital e todas as informações relativas ao concurso.

§ 2º - Os prazos do edital poderão ser prorrogados a juízo da Comissão Especial, através de publicação no jornal em que se tenha divulgado o extrato do edital.

§ 3º - Os editais de concurso público do CISAMVI serão subscritos pelo Presidente e/ou pelo Diretor Executivo.

§ 4º - Será encaminhada cópia do edital de concurso público para conhecimento em todos os Entes consorciados mediante divulgação pelos meios regulamentares.

§ 5º - O edital, em sua íntegra, será publicado em sítio que o Consórcio Público mantiver na rede mundial de computadores - internet - bem como, na forma de extrato, será publicado na imprensa oficial e em jornal de circulação regional.

§ 6º - Nos quinze primeiros dias que decorrerem da publicação do extrato mencionado no parágrafo anterior, poderá ser apresentadas impugnações ao edital, as quais deverão ser decididas em sete dias. A íntegra da impugnação e de sua decisão será publicada no sítio que o Consórcio Público manter na rede mundial de computadores - internet.

Art. 15 - Poderão candidatar-se aos empregos públicos do Quadro de Pessoal do Consórcio Público todos os cidadãos que atendam aos requisitos previstos no art. 8º deste regulamento, sendo exigida comprovação no ato da posse.

§ 1º - As inscrições dos candidatos serão efetuadas pela Comissão Especial e/ou por quem ela designar, no horário e dentro dos prazos fixados no edital do concurso.

§ 2º - O pedido de inscrição deverá ser preenchido sem emendas ou rasuras pelo próprio candidato, em formulário especial fornecido pela Comissão Especial e/ou disponibilizado na internet.

§ 3º - Cada candidato não poderá se inscrever para mais de um emprego público em cada Concurso, e as provas deverão ser realizadas simultaneamente para todos os empregos oferecidos.

§ 4º - Não será permitida, sob qualquer pretexto, a inscrição condicional, devendo todos os documentos serem apresentados por ocasião do preenchimento da ficha de inscrição, se for o caso.

§ 5º - Os requisitos relativos à escolaridade e/ou formação técnica ou profissional, a inscrição na entidade profissional competente e os demais requisitos ou habilitações exigidas, deverão ser comprovados no ato da posse, sob pena de revogação do ato de provimento e desclassificação do candidato, além da convocação do sucessor imediato na ordem de classificação, para assunção da vaga.

§ 6º - A declaração falsa ou inexata de dados constantes da ficha de inscrição, bem como a apresentação de documentos falsos ou graciosos, determinarão o cancelamento da inscrição e a anulação de todos os atos decorrentes.

§ 7º - O pedido de inscrição implicará no conhecimento e na aceitação de todas as disposições deste regulamento e do respectivo edital.

§ 8º - A inscrição em concurso será feita pelo próprio candidato ou por procurador, com poderes especiais legalmente investidos.

Art. 16 - Para coordenar todas as etapas do concurso público, inclusive proceder ao julgamento de quaisquer recursos, a autoridade competente designará Comissão Especial composta de 03 (três) servidores do CISAMVI, facultada, em caso de necessidade, a designação de servidores efetivos de qualquer um dos Entes Consorciados.

§ 1º - Dos servidores mencionados no "caput" deste artigo, dois (2) deverão ser ocupantes de emprego de carreira e de hierarquia superior ou igual a do emprego a ser preenchido e um (1) será indicado pelo sindicato de classe com jurisdição no Município sede do Consórcio Público.

§ 2º - A Comissão Especial deverá fiscalizar a duplicação das provas, se for o caso, tomando as medidas necessárias à manutenção do sigilo.

§ 3º - A Comissão Especial poderá, a seu critério e justificadamente, antes da homologação final, suspender, alterar, anular ou cancelar o concurso, não assistindo aos candidatos o direito à indenização.

§ 4º - Os casos omissos no edital serão resolvidos pela Comissão Especial.

Art. 17 - Na hipótese prevista no parágrafo único do artigo 12 deste regulamento, a instituição deverá indicar três membros de seu quadro de colaboradores para constituir Comissão Técnica que se responsabilizará pela elaboração, aplicação e correção das provas, bem como pelo assessoramento no julgamento de eventuais recursos relacionados às provas.

Parágrafo Único - A Comissão Técnica poderá ser auxiliada por funcionários efetivos do CISAMVI ou de qualquer um dos Entes Consorciados, na qualidade de fiscais de prova.

Art. 18 - As provas deverão conter questões objetivas e de

aplicação prática no desempenho do emprego público a que se refere o concurso.

§ 1º - Todas as provas são de caráter eliminatório.

§ 2º - A cada matéria corresponde uma prova em separado.

§ 3º - Cada membro da Comissão Especial ou Técnica corrigirá as provas e todos eles atribuirão graus a elas.

§ 4º - Tendo sido elaboradas por entidade especializada, as provas serão enviadas a esta entidade para a correção ou serão corrigidas por pessoas especialmente designadas, sob a fiscalização da Comissão Especial.

§ 5º - As provas serão avaliadas de 0 (zero) a 10 (dez) pontos, observando-se o critério de escore bruto, e terão caráter eliminatório e classificatório.

§ 6º - O grau de cada prova será a média aritmética dos graus atribuídos pelos examinadores, em conformidade com o Edital.

§ 7º - O Edital de Concurso Público fixará, em sendo o caso, a nota mínima a ser atingida em cada prova e a nota mínima geral a ser atingida no concurso para fins de eliminação e/ou classificação de candidato.

§ 8º - Cada matéria terá um peso próprio, estabelecido no edital, o qual possibilitará a determinação da média ponderada e, consequentemente, a aprovação ou reprovação do candidato.

Art. 19 - As provas serão realizadas em dia, hora e local conforme previsão estabelecida no Edital.

§ 1º - Os candidatos deverão estar no local, com antecedência mínima de vinte (20) minutos, portando obrigatoriamente o original da Carteira de Identidade e/ou Cartão de Identificação e caneta esferográfica azul ou preta, se for o caso.

§ 2º - O candidato que se recusar a fazer qualquer prova ou que se retirar do recinto durante a realização de qualquer delas, sem autorização da Comissão Especial e/ou Técnica, ficará automaticamente eliminado do concurso.

§ 3º - Não haverá segunda chamada para nenhuma prova, eliminando-se o candidato faltoso.

§ 4º - Durante a realização das provas, não será permitido ao candidato, sob pena de exclusão do concurso:

I - comunicar-se com os demais candidatos ou pessoas estranhas ao concurso, bem como consultar livros ou apontamentos, bem como qualquer equipamento eletrônico, salvo as fontes informativas que forem autorizadas pelo Edital ou pela Comissão Especial ou Técnica.

II - ausentar-se do recinto, a não ser momentaneamente, em casos especiais, na companhia de fiscal.

Art. 20 - Expirado o prazo para solução das questões, as provas serão recolhidas e desidentificadas pelo órgão encarregado do concurso, sendo entregues incontinenti à Comissão Especial ou Técnica, que terá prazo de 05 (cinco) dias para correção das mesmas.

Parágrafo único - Tendo sido elaboradas por entidade especializada, as provas serão enviadas a esta entidade para a correção ou serão corrigidas por pessoas especialmente designadas, sob a fiscalização da Comissão Especial.

Art. 21 - A identificação das provas será feita pelo órgão encarregado do concurso em ato público, na presença da Comissão Especial e a divulgação dos resultados será feita imediatamente após, sendo obrigatória sua posterior publicação no órgão de imprensa oficial.

§ 1º - Não será permitido qualquer tipo de identificação nas provas que possibilite aos examinadores a identificação dos candidatos.

§ 2º - Será dada vista das provas aos interessados, dois dias úteis após o término do concurso, no local em que se encontrem.

Art. 22 - Tratando-se de prova de títulos, a Comissão selecionará aqueles que atendam às exigências do edital ou que com elas guardem relação, atribuindo graus a eles na forma estabelecida, e rejeitará os demais.

Art. 23 - O local de prova será fiscalizado por elementos designados pela Comissão Especial, vedado o ingresso de pessoas estranhas.

Art. 24 - Terminadas as avaliações das provas e dos títulos, serão divulgadas as notas por prova e a média final de cada candidato.

Art. 25 - No prazo de 02 (dois) dias a contar da publicação referida no artigo anterior, o candidato poderá requerer revisão fundamentada da nota atribuída às provas e dos pontos atribuídos aos títulos.

Parágrafo Único - Feita a revisão, será publicado com todas as eventuais alterações, o resultado final do concurso.

Art. 26 - Quando, na realização do concurso, ocorrer irregularidade insanável ou preterição de formalidade substancial que possa afetar o seu resultado, qualquer candidato poderá recorrer ao Presidente do Consórcio Público que, mediante decisão fundamentada, proferida no prazo máximo de 10 (dez) dias, poderá anular o concurso, parcial ou totalmente, promovendo a apuração de responsabilidade dos culpados.

Parágrafo Único - O recurso previsto neste artigo poderá ser interposto até 03 (três) dias após a publicação do resultado final do concurso.

Art. 27 - Compete ao Presidente do Consórcio Público, no prazo de até 10 (dez) dias, contados da publicação do resultado final, a homologação do concurso, à vista do relatório apresentado pela Comissão Especial.

Art. 28 - Terá preferência para a contratação, em caso de empate na classificação, sucessivamente, o candidato:

I - que tiver obtido melhor grau na matéria de peso mais elevado, estabelecida no edital.

II - que tiver maior idade, considerando-se a data de nascimento.

III - que tiver maior número de dependentes, observada a legislação previdenciária.

§ 1º - Os critérios de desempate de que trata este artigo será aplicado sucessivamente na ordem dos incisos anteriores, prevalecendo o critério do inciso I sobre o do inciso II e o deste sobre aquele do Inciso III, sucessivamente.

§ 2º - Após a aplicação dos critérios acima, se persistir o empate de candidatos, decidir-se-á a favor daquele que tenha maior número de dependentes.

Art. 29 - Aos candidatos serão assegurados amplos meios de recursos, nas fases de homologação das inscrições, publicações de resultados parciais ou globais, homologação do concurso e contratação de candidatos.

§ 1º - Os recursos serão dirigidos ao Presidente da Comissão Especial.

§ 2º - Dos recursos deverá constar à justificativa do pedido, em que se apresente sua razão, sendo, liminarmente, indeferidos os que não contenham fatos novos ou que se baseiam em razões subjetivas.

§ 3º - Interposto o recurso, o candidato poderá participar condicionalmente das provas que se realizarem, e no caso de não provimento do recurso, as provas serão anuladas e desconsideradas.

§ 4º - Os recursos deste artigo poderão ser interpostos até 2 (dois) dias após o cumprimento de cada fase.

Art. 30 - Os pedidos de revisões de provas serão dirigidos à Comissão Especial, circunstancialmente fundamentados e instruídos com comprovante do pagamento do preço público recursal, cabendo a esta decidir sobre eles.

§ 1º - O prazo para o pedido de revisão das provas e títulos previsto neste artigo é de 2 (dois) dias após a publicação da média final.

§ 2º - Feita a revisão será publicado, com todas as eventuais alterações, o resultado final do concurso.

Art. 31 - Fica instituído preço público para inscrição em Concurso Público do CISAMVI, destinado a remunerar o custo do serviço para elaboração, aplicação, julgamento e avaliação das provas escritas e/ou práticas, o qual constará do instrumento convocatório, nos seguintes valores:

I - R\$ 60,00 (sessenta reais) para os empregos que exigem nível superior; e

II - R\$ 40,00 (quarenta reais) para os empregos que exigem nível médio.

§ 1º - Ficam isentos do pagamento do preço público para inscrição em Concurso Público os candidatos doadores de sangue, atendidas as condições estabelecidas nos parágrafos seguintes.

§ 2º - Considera-se, para enquadramento ao benefício previsto no parágrafo anterior, somente a doação de sangue promovida a órgão oficial ou a entidade credenciada pela União, pelo Estado ou por Município.

§ 3º - A comprovação da qualidade de doador de sangue será efetuada através da apresentação de documento expedido pela entidade coletora, que deverá ser juntado no ato de inscrição.

§ 4º - O documento previsto no parágrafo anterior, deverá discriminar o número e a data em que foram realizadas as doações, não podendo ser inferiores a três (03) vezes nos doze (12) meses imediatamente anteriores à abertura do edital do concurso no qual o doador pretenda inscrever-se.

§ 5º - Os valores previstos nos incisos I e II do caput deste artigo serão atualizados anualmente pelo mesmo percentual aplicado na revisão geral das remunerações, ou seja, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC (IBGE) acumulado no ano anterior.

Art. 32 - Fica instituído preço público para recurso de revisão de provas em Concurso Público do CISAMVI, destinado a remunerar

o custo do serviço para revisão das provas escritas e/ou práticas, o qual constará do instrumento convocatório, em valores correspondentes a 50% (cinquenta por cento) daquele estabelecido no "caput" do artigo anterior para a inscrição do candidato.

**Parágrafo Único** - O pagamento do preço público para recurso de revisão de provas é condição indispensável para conhecimento do recurso, ficando a cargo do recorrente seu recolhimento antes do protocolo do recurso, bem como sua comprovação junto às razões de recurso.

### Subseção III Da Posse e do Exercício

**Art. 33** - Posse é a investidura no emprego público, e se dá com a aceitação expressa das atribuições, deveres e responsabilidades e direitos inerentes ao emprego público efetivo ou em comissão, formalizada com a assinatura do termo pela autoridade competente e pelo empossado.

§ 1º - A posse ocorrerá no prazo de quinze (15) dias contados da publicação do ato de provimento, prorrogável por mais quinze (15) dias, a requerimento do interessado.

§ 2º - Em se tratando de servidor já integrante do quadro de pessoal do Consórcio Público ou de Município consorciado em outro emprego público ou cargo e que esteja em gozo de licença ou em qualquer outro afastamento legal, o prazo será contado do término do impedimento.

§ 3º - Só haverá posse nos casos de provimento de emprego público por nomeação ou contratação efetiva.

§ 4º - A posse poderá dar-se mediante procuração específica.

§ 5º - No ato da posse, o servidor apresentará declaração de bens e valores que constituem seu patrimônio, no caso de emprego público em comissão, e declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública, ou da condição de aposentado por qualquer regime previdenciário.

§ 6º - Tornar-se-á, automaticamente, sem efeito o ato de provimento se a posse não ocorrer no prazo previsto no § 1º deste artigo.

**Art. 34** - A posse em emprego público efetivo dependerá de prévia inspeção por junta médica oficial ou médico assistente.

§ 1º - Só poderá ser empossado aquele que for julgado apto física e mentalmente, para o exercício do emprego público, e tiver cumprido os demais requisitos estabelecidos em lei ou regulamento.

§ 2º - Compete a Diretoria dar posse ao empregado efetivo, bem como proporcionar treinamento e fiscalizar o exercício funcional dos integrantes do quadro de pessoal, zelando pela pontualidade, assiduidade e eficiência dos empregados e colaboradores do Consórcio Público.

**Art. 35** - Exercício é o efetivo desempenho das atribuições do emprego público ou da função de confiança.

§ 1º - O exercício das funções do emprego público terá início dentro de até cinco (5) dias, contados da data:

I - da publicação oficial do ato, no caso de reintegração ou aproveitamento;

II - da posse nos demais casos.

§ 2º - Será tornado sem efeito o ato de provimento se não ocorrerem a posse e o exercício nos prazos previstos neste Regulamento.

**Art. 36** - O início, a interrupção e o reinício do exercício, serão registrados no assentamento individual do servidor.

**Parágrafo Único** - Ao entrar em exercício, o servidor apresentará ao órgão competente os elementos necessários ao assentamento individual.

**Art. 37** - O exercício de emprego em comissão ou função de confiança exigirá do seu ocupante dedicação integral ao serviço, tendo que cumprir sua jornada regular de trabalho e podendo ser convocado fora dela sempre que houver interesse do Consórcio Público.

### Subseção IV Do Contrato de Experiência e da Avaliação de Desempenho

**Art. 38** - Ao entrar em exercício, o servidor contratado para emprego de provimento efetivo será submetido a contrato de experiência, por noventa dias, durante o qual sua aptidão e capacidade serão objeto de avaliação especial para o desempenho das funções do emprego público, observados os seguintes fatores:

I - assiduidade;

II - pontualidade;

III - disciplina;

IV - capacidade de iniciativa;

V - produtividade e qualidade de trabalho;

VI - responsabilidade; e

VII - eficiência.

§ 1º - A avaliação especial de desempenho para fins de acompanhamento do contrato de experiência se processará antes do término do prazo deste.

§ 2º - O afastamento do exercício do emprego efetivo não suspende o prazo do contrato de experiência, exceto nos casos previstos em Lei.

**Art. 39** - A avaliação dos servidores em contrato de experiência será realizada pelo Diretor Executivo do Consórcio Público, apurando-se o preenchimento, pelo avaliado, dos fatores mencionados no artigo anterior.

§ 1º - De posse da avaliação, o órgão de pessoal emitirá parecer concluindo a favor ou contra a confirmação do servidor em experiência, conforme alcance ou não a pontuação mínima de 70% (setenta por cento) do total possível.

§ 2º - Se o parecer for contrário à permanência do servidor, lhe será dado conhecimento deste, para efeito de apresentação de defesa escrita, no prazo de dois (02) dias.

§ 3º - O órgão de pessoal encaminhará o parecer e a defesa ao Presidente do Consórcio Público, que decidirá pela exoneração ou manutenção do servidor.

§ 4º - Se o Presidente considerar aconselhável a exoneração pelo término do contrato será comunicado ao servidor quando do último dia de serviço; caso contrário, o contrato do servidor passará a vigor por prazo indeterminado, ao final do prazo de experiência,



sem prejuízo da manutenção de um sistema de avaliação periódica de desempenho.

§ 5º - A apuração dos requisitos mencionados no "caput" deste artigo deverá processar-se de modo que a exoneração, se houver, seja feita quando findo o período de experiência.

#### Subseção V

##### Da Inexistência de Estabilidade

Art. 40 - O servidor habilitado em concurso público e empossado em emprego de provimento efetivo, sob este regime, não adquirirá estabilidade no serviço público, contudo sua exoneração, por iniciativa do Consórcio Público, deverá ser justificada, sem prejuízos das indenizações estabelecidas em lei acaso se processe antes ou posteriormente ao término do período de contrato de experiência.

§ 1º - A exoneração ou demissão de empregados públicos dependerá de ato administrativo da Diretoria, motivado no caso de dispensa por iniciativa do Consórcio Público, observada as demais formalidades legais.

§ 2º - O servidor será demitido:

I - em virtude de sentença judicial transitada em julgado;

II - por justa causa, mediante processo administrativo em que lhe seja assegurado o contraditório e a ampla defesa.

§ 3º - O servidor poderá ser exonerado nas hipóteses previstas em Lei e/ou neste regulamento, inclusive por desempenho insuficiente, após procedimento de avaliação periódica de desempenho, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

#### Subseção VI

##### Da Reabilitação Profissional e da Readaptação Funcional

Art. 41 - Observada a legislação trabalhista e previdenciária, o servidor poderá sofrer reabilitação profissional e readaptação funcional.

§ 1º - Readaptação funcional é a investidura do servidor em funções de outro emprego público, cujas atribuições e responsabilidades sejam compatíveis com a qualificação funcional e com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental, verificada em inspeção por junta médica oficial.

§ 2º - A readaptação decorrerá de processo de reabilitação profissional, de responsabilidade da Previdência Social. Se julgado incapaz para o serviço público, o readaptando será aposentado, na forma da Lei.

§ 3º - Em qualquer hipótese, a readaptação não poderá acarretar mudança de emprego público, aumento ou redução do salário do servidor.

#### SEÇÃO III DA REVERSÃO

Art. 42 - Reversão é:

I - o retorno à atividade de servidor aposentado por invalidez quando, por junta médica oficial, forem declarados insubsistentes os motivos determinantes da aposentadoria.

II - o retorno do servidor readaptado ao desempenho das funções do emprego público efetivo, quando atestada a plena recuperação

da capacidade laborativa para tais atividades.

§ 1º - A reversão de que trata o Inciso I do caput deste artigo far-se-á no mesmo emprego público anteriormente ocupado, ou naquele resultante de sua transformação.

§ 2º - Encontrando-se provido o emprego público, o servidor exercerá suas atribuições como excedente, até a ocorrência de vaga.

§ 3º - Não poderá reverter o aposentado que já tiver completado setenta (70) anos de idade.

#### SEÇÃO IV

##### DA REINTEGRAÇÃO

Art. 43 - Reintegração é a reinvestidura do servidor no emprego público anteriormente ocupado ou naquele resultante de sua transformação, quando invalidada a sua demissão por decisão administrativa ou judicial, com ressarcimento de todas as vantagens, se for o caso.

§ 1º - Encontrando-se provido todas as vagas do emprego público o ocupante da última vaga será reconduzido ao eventual emprego público de origem, caso tenha se exonerado de outro emprego junto ao Consórcio Público para assunção deste ultimo ocupado, sem direito a indenização, ou exonerado sem justa causa, com pagamento das indenizações de lei.

§ 2º - Na hipótese de o emprego público originário ter sido extinto, o servidor beneficiado pela reintegração será exonerado, com pagamento das indenizações de lei.

#### CAPÍTULO II

##### DA SUBSTITUIÇÃO

Art. 44 - Em caso excepcional, atendida a conveniência do serviço, o titular de emprego de direção, chefia ou assessoramento poderá ser nomeado ou designado, cumulativamente, para outro emprego da mesma natureza, até que se verifique a nomeação, designação ou reassunção do titular, e, nesse caso, só perceberá a remuneração correspondente a um emprego, cabendo ao servidor a opção.

Parágrafo Único - A reassunção ou vacância do emprego faz cessar, de pronto, os efeitos da substituição.

#### CAPÍTULO III

##### DA VACÂNCIA

Art. 45 - A vacância do emprego público decorrerá de:

I - rescisão ou extinção do contrato temporário;

II - exoneração;

III - demissão;

IV - falecimento.

§ 1º - A demissão será aplicada ao servidor, por justa causa, a bem do serviço público, em virtude de processo administrativo disciplinar ou sentença judicial transitada em julgado.

§ 2º - A exoneração de emprego público efetivo dar-se-á a pedido do servidor ou de ofício.

### § 3º - A exoneração de ofício dar-se-á:

I - quando não satisfeitas às condições do contrato de experiência;

II - quando, tendo tomado posse, o servidor não entrar em exercício no prazo estabelecido;

III - por insuficiência de desempenho, aferida em avaliação periódica.

### § 4º - A exoneração de emprego em comissão e a dispensa de função de confiança dar-se-á:

I - a juízo da autoridade competente; ou

II - a pedido do próprio servidor.

## TÍTULO III

### DOS DIREITOS E VANTAGENS

#### CAPÍTULO I

##### DO SALÁRIO E DA REMUNERAÇÃO

Art. 46 - Salário é a retribuição pecuniária pelo exercício do emprego público, com valor fixado no Protocolo de Intenções do Consórcio Público e ratificado por lei dos Municípios consorciados.

§ 1º - O valor dos salários será alterado uniformemente, através de Resolução da Diretoria do CISAMVI, no mês de janeiro de cada ano, após deliberação da Assembleia Geral do Consórcio Público, em face da Revisão Geral Anual, aplicando-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC (IBGE) acumulado no ano anterior.

§ 2º - Remuneração é o salário do emprego público, acrescido das vantagens pecuniárias, permanentes ou temporárias, estabelecidas neste regulamento ou em lei.

§ 3º - O valor dos salários mensais guarda correlação com o cumprimento integral da carga de trabalho regular estabelecida para o emprego.

§ 4º - A carga horária regular do emprego público poderá ser aumentada até o limite de 40 (quarenta) horas semanais ou reduzida em até 50% (cinquenta por cento), de comum acordo e mediante Resolução, com o respectivo aumento ou redução proporcional da remuneração.

§ 5º - Os descontos autorizados e as consignações em folha de pagamento não poderão ser superiores a trinta por cento (30%) da remuneração mensal, abstraidos os descontos legais.

§ 6º - O salário do emprego público efetivo acrescido das vantagens de caráter permanente é irredutível.

§ 7º - As reposições e indenizações ao erário, em valores atualizados, tornar-se-ão objeto de desconto, em parcelas mensais não excedentes da décima parte da remuneração.

§ 8º - Os prejuízos causados pelo servidor aos bens públicos ou as multas de trânsito recebidas no uso de veículos do Consórcio Público serão de responsabilidade do servidor o qual se incumbirá de seu pagamento integral, e acaso arcadas pelo CISAMVI no interesse de seus serviços deverão ser objeto de reposição ou indenização ao erário na forma do parágrafo anterior.

§ 9º - O servidor em débito com o erário, que se exonerar ou que for demitido, terá o prazo de sessenta (60) dias para quitar o

débito, sob pena de cobrança judicial.

Art. 47 - Perderá o salário ou remuneração do emprego público efetivo o servidor:

I - quando no exercício de emprego ou cargo em comissão;

II - quando no exercício de mandato eletivo, ressalvado o de Vereador, havendo compatibilidade de horário.

Parágrafo Único - Nos casos mencionados no caput deste artigo, quando exercidos na área de atuação do Consórcio Público, o servidor poderá optar pela remuneração do emprego público efetivo de que for titular, sem ônus para o CISAMVI.

Art. 48 - O servidor perderá:

I - a remuneração correspondente a carga horária não cumprida por atraso e/ou saída antecipada durante o mês, salvo se autorizada sua compensação;

II - a remuneração do dia e o repouso remunerado imediatamente posterior, se não comparecer ao serviço, salvo motivo justificado;

III - a remuneração do emprego público durante o afastamento por motivo de gozo de benefício previdenciário por doença ou acidente, pagos pela Previdência Social;

IV - a remuneração total durante o afastamento por motivo de prisão criminal ou civil, e/ou cumprimento de pena judicial que não determine a demissão.

#### CAPÍTULO II

##### DAS VANTAGENS

Art. 49 - Além do salário, poderá ser pago ao empregado as seguintes vantagens:

I - indenizações;

II - auxílios pecuniários;

III - gratificações;

IV - adicionais.

§ 1º - As indenizações e os auxílios pecuniários não se incorporam ao salário para qualquer efeito.

§ 2º - As gratificações e os adicionais integram a remuneração do empregado, nos casos e condições indicados em Lei, no Estatuto do Consórcio Público ou neste regulamento, devendo ser nominalmente identificado e destacado.

§ 3º - As vantagens pecuniárias não serão acumuladas, para efeito de concessão de quaisquer outros acréscimos pecuniários, sob o mesmo título ou idêntico fundamento.

§ 4º - Os adicionais e gratificações devidos aos empregados em razão do exercício do emprego serão calculadas na forma da lei ou deste regulamento, atendendo as situações específicas de sua aplicabilidade e incidirão sempre tão somente sobre o salário atribuído ao empregado.

#### SEÇÃO I

##### DAS INDENIZAÇÕES

**Art. 50 - Conceder-se-á:**

I - Indenização de transporte ao empregado que realizar despesas com a utilização de meio próprio de locomoção para a execução de serviços externos, por força das atribuições próprias do emprego, devidamente autorizado pela Diretoria do Consórcio Público, observado o limite de  $\frac{1}{4}$  do valor do litro do combustível gasolina, por quilometro;

II - Diária de viagem ao empregado que se deslocar, em caráter eventual ou transitório, ao exterior, exceto para países do mercado comum do sul - MERCOSUL, em objeto de serviço, para custeio das despesas de pousada, alimentação e locomoção urbana;

III - Adiantamento de viagem ao empregado que se deslocar, em caráter eventual ou transitório, em objeto de serviço, para custeio das despesas de pousada, alimentação e locomoção urbana;

IV - Vale transporte ao empregado que necessitar de transporte público para deslocamento residência/local de trabalho e vice-versa;

V - Auxílio alimentação para ressarcimento de despesas com alimentação do próprio empregado.

§ 1º - A diária corresponderá ao valor de R\$ 448,42 (quatrocentos e quarenta e oito reais e quarenta e dois centavos), independentemente do roteiro de viagem, considerados para período de 24 horas, ou proporcional nos demais casos.

§ 2º - Nenhum empregado pode receber, a título de diárias, quantia mensal de valor igual ou superior a 50% (cinquenta por cento) da respectiva remuneração, ou mesmo recebê-las cumulativamente ao recebimento de adiantamento de viagem.

§ 3º - A diária será concedida por dia de afastamento (período de vinte e quatro horas, contadas da partida do empregado), não podendo ser superior a metade, quando o deslocamento não exigir custeio de pernoite.

§ 4º - Na hipótese do empregado receber:

I - diárias e não realizar o deslocamento internacional, por qualquer motivo, fica obrigado a restituí-las integralmente, no prazo de cinco (5) dias, e na hipótese de o empregado retornar ao país em prazo menor que o previsto, restituirá as diárias recebidas em excesso, no mesmo prazo.

II - adiantamento de viagem e não realizar o deslocamento, por qualquer motivo, fica obrigado a restituí-lo integralmente, no prazo de cinco (5) dias, e na hipótese de o empregado retornar em prazo menor que o previsto, restituirá os valores recebidos em excesso, no mesmo prazo.

§ 5º - As diárias e/ou os adiantamentos de viagem serão requeridos de forma não cumulativa e em formulário próprio, onde será qualificado o beneficiário e identificado à data de afastamento, trajeto e motivo da viagem. O processamento contábil para pagamento de diárias e/ou do adiantamento observará ao disposto na Lei nº 4.320/64.

§ 6º - Aplica-se o disposto nesta subseção, e seus regulamentos, aos servidores públicos colocados à disposição do Consórcio Público por qualquer outra entidade estatal, fundacional, autárquica ou paraestatal, e aos contratados temporariamente.

Art. 51 - Será concedido vale transporte na forma da legislação federal específica ao empregado que necessitar para deslocamento residência/local de trabalho e vice-versa.

§ 1º - Todos servidor deverá preencher declaração contendo seu endereço residencial e as linhas de transporte coletivo utilizadas para o deslocamento previsto neste artigo, possibilitando-se a aquisição, fornecimento e controle do vale transporte, ou declarar expressamente sua renúncia ao benefício.

§ 2º - Qualquer alteração nas informações prestadas na forma do parágrafo anterior, devem ser comunicadas imediata e formalmente ao Consórcio Público, sob pena de responsabilidade.

Art. 52 - Sem prejuízo das demais vantagens estabelecidas no Estatuto do Consórcio Público e neste regulamento, será concedido aos empregados efetivos, comissionados ou temporários e aos estagiários o auxílio alimentação, proporcional a carga horária mensal, no valor diário de R\$ 13,80 (treze reais e oitenta centavos).

§ 1º - Para fins de concessão do auxílio previsto neste artigo, será considerado vinte (20) dias úteis para cada mês, de forma que o valor máximo a ser pago será de R\$ 276,00 (duzentos e setenta e seis reais) mensais.

§ 2º - O valor do auxílio alimentação será reajustado na mesma data da revisão geral anual das remunerações dos empregados do Consórcio Público, respeitando-se o valor máximo diário estabelecido pelo Estatuto do CISAMVI.

§ 3º - O valor do auxílio alimentação mensal será proporcional no caso de empregado que cumpra jornada de trabalho inferior àquela estabelecida regularmente para o emprego público de que seja titular.

§ 4º - Será deduzido do auxílio alimentação mensal, mediante redução proporcional no valor do auxílio do mês posterior:

I - o(s) dia(s) em que o empregado faltar injustificadamente ao trabalho (art. 48, II) ou estiver suspenso disciplinarmente;

II - o(s) dia(s) em que o empregado faltar ao trabalho por motivo de prisão criminal ou civil.

§ 5º - O auxílio alimentação será concedido através de cartão eletrônico, recarregável mensalmente, para ressarcimento de despesas com alimentação, e terá caráter indenizatório, não sendo considerado como verba salarial para quaisquer efeitos.

§ 6º - O empregado não terá direito ao auxílio alimentação durante o período que estiver afastado do emprego público por:

I - licença sem remuneração;

III - motivo de gozo de benefício previdenciário por doença ou acidente, pagos pela Previdência Social;

IV - motivo de prisão criminal ou civil, e/ou cumprimento de pena judicial que não determine a demissão.

§ 7º - O Consórcio Público deverá se inscrever no Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT do Ministério do Trabalho para manutenção do presente benefício, bem como poderá, mediante resolução, estabelecer participação dos empregados no custeio do auxílio alimentação, nos limites da Lei.

**SEÇÃO II****DAS GRATIFICAÇÕES E ADICIONAIS**

Art. 53 - Além do salário e das demais vantagens previstas em lei, no Estatuto do Consórcio Público ou neste regulamento, poderá



ser deferido aos empregados as seguintes gratificações e adicionais:

I - gratificação natalina, na forma estabelecida em Lei;

II - gratificação complementar, na forma estabelecida no § 5º do artigo 41 do Estatuto do Consórcio Público;

III - adicional por serviço extraordinário, na forma da Lei;

IV - adicional de férias, na forma da Lei;

V - adicional pelo trabalho insalubre ou perigoso, na forma da Lei;

VI - adicional noturno, na forma da Lei;

VII - adicional por qualificação.

Parágrafo Único - O adicional por qualificação será disciplinado no Capítulo dedicado ao desenvolvimento funcional (art. 98), neste regulamento.

#### Subseção I

##### Da Gratificação Natalina

Art. 54 - A gratificação natalina corresponde a 1/12 (um doze avos) da remuneração a que o servidor fizer jus no mês de dezembro, por mês de exercício no respectivo ano e beneficiará a todos os empregados do Consórcio Público.

§ 1º - A fração igual ou superior a 15 (quinze) dias de trabalho será considerada como mês integral para os efeitos deste artigo.

§ 2º - A gratificação será paga até o dia 20 (vinte) de dezembro de cada ano, compensada a importância que, a título de adiantamento, o empregado houver recebido.

§ 3º - Entre os meses de fevereiro e novembro de cada ano, o Consórcio Público pagará, como adiantamento da gratificação, de uma só vez, metade do salário recebido pelo respectivo empregado no mês anterior.

§ 4º - O Consórcio Público não estará obrigado a pagar o adiantamento, no mesmo mês, a todos os seus empregados.

§ 5º - O adiantamento será pago ao ensejo das férias do empregado, sempre que este o requerer no mês de janeiro do correspondente ano.

§ 6º - Ocorrendo a extinção do contrato de trabalho antes do pagamento de que trata o § 2º deste artigo, o Consórcio Público poderá compensar o adiantamento mencionado com a gratificação devida, e, se não bastar, com outro crédito de natureza trabalhista que possua o respectivo empregado.

§ 7º - As contribuições devidas à Previdência Social, que incidem sobre a gratificação salarial referida neste artigo, ficam sujeitas ao limite estabelecido na legislação da Previdência Social.

§ 8º - A gratificação será proporcional:

I - na extinção dos contratos a prazo, entre estes os de experiência, ainda que a relação de emprego haja findado antes de dezembro; e

II - na cessação da relação de emprego, ainda que verificada antes de dezembro.

§ 9º - As faltas legais e justificadas ao serviço não serão deduzidas para os fins previstos neste artigo.

§ 10 - Ocorrendo rescisão, sem justa causa, do contrato de trabalho, o empregado receberá a gratificação devida nos termos deste artigo, calculada sobre a remuneração do mês da rescisão.

#### Subseção II

##### Da Gratificação Complementar

Art. 55 - Os servidores efetivos recebidos em cessão, na forma do Estatuto do Consórcio Público, permanecerão no seu regime jurídico e previdenciário originário, com remuneração paga pelo órgão cedente, podendo, a critério da Assembleia Geral a através de resolução, ser-lhes concedida gratificação complementar em razão da remuneração de mercado para função que venham a desempenhar no CISAMVI, no percentual de 20%, 30% ou 50% de seu salário ou vencimento mensal do órgão de origem.

§ 1º - O pagamento de gratificação complementar na forma prevista no caput deste artigo, não configura vínculo novo do servidor cedido, para fins trabalhistas, contudo o CISAMVI efetuará a retenção e recolherá os encargos tributários correspondentes, se for o caso.

§ 2º - O valor da gratificação complementar de que trata este artigo poderá ser reduzido nos casos em que sua aplicação integral acarrete o pagamento de remuneração superior ao valor do salário estabelecido para o emprego de Diretor Executivo.

#### Subseção III

##### Do Adicional por Serviço Extraordinário

Art. 56 - O serviço extraordinário será remunerado com acréscimo de 50% (cinquenta por cento) em relação à hora normal de trabalho do servidor.

§ 1º - Serão permitidos serviços extraordinários somente para atender a situações excepcionais e temporárias, respeitado o limite máximo de 2 (duas) horas por jornada.

§ 2º - A contagem de horas extras do servidor em pernoite fora da sede a serviço deverá ocorrer reduzindo-se o tempo mínimo de oito horas de descanso.

§ 3º - O serviço extraordinário prestado pelo servidor integrará, pela média do valor dos serviços realizados, nos respectivos períodos aquisitivos, o cálculo da gratificação natalina e das férias relativas ao emprego público de que for titular.

#### Subseção IV

##### Do Adicional de Férias

Art. 57 - Independentemente de solicitação, será pago ao servidor, por ocasião das férias, adicional de um terço da remuneração correspondente ao período de férias.

#### Subseção V

##### Do Adicional pelo Trabalho Insalubre ou Perigoso

Art. 58 - Os servidores efetivos ou temporários que trabalhem com habitualidade em locais insalubres ou em contato permanente com substâncias tóxicas, radioativas ou com risco de vida, perceberão adicionais de insalubridade ou de periculosidade, nos termos das normas legais e regulamentares pertinentes aos trabalhadores em

geral, calculados sobre o salário mínimo.

§ 1º - O servidor que fizer jus aos adicionais de insalubridade e de periculosidade deverá optar por um deles.

§ 2º - O direito ao adicional de insalubridade ou periculosidade cessa com a eliminação das condições ou dos riscos de deram causa a sua concessão.

§ 3º - A concessão do adicional pelo exercício de atividade em condições insalubres ou perigosas far-se-á em obediência às situações estabelecidas na legislação específica.

#### Subseção VI

#### Do Adicional Noturno

Art. 59 - O adicional devido ao servidor efetivo ou temporário, pelo serviço noturno, prestado no horário entre 22 (vinte e duas) horas de um dia e 5 (cinco) horas do dia seguinte, corresponderá ao valor-hora acrescido de 20% (vinte por cento), computando-se cada hora como cinquenta e dois minutos e trinta segundos.

### CAPÍTULO III

#### DAS FÉRIAS

Art. 60 - O servidor fará jus a trinta dias de férias, que podem ser acumuladas, até o máximo de dois períodos, no caso de necessidade do serviço, ressalvadas as hipóteses em que haja legislação específica.

§ 1º - Para o primeiro período aquisitivo de férias serão exigidos doze meses de exercício.

§ 2º - É vedado levar a conta de férias qualquer falta ao serviço.

§ 3º - O pagamento da remuneração das férias será efetuado até 2 (dois) dias antes do início do respectivo período, podendo ser parcial, a pedido do servidor.

§ 4º - Na exoneração do servidor será devida à remuneração simples ou em dobro, conforme o caso, correspondente ao período de férias cujo direito tenha adquirido, e a indenização será calculada com base na remuneração do mês em que ocorreu a exoneração ou a aposentadoria.

§ 5º - É facultado ao servidor converter 1/3 (um terço) das férias em abono pecuniário, desde que requeira com, pelo menos, quinze dias de antecedência do seu início.

§ 6º - No cálculo do abono pecuniário será considerado o valor do adicional de férias previsto no artigo 57.

§ 7º - As férias somente poderão ser interrompidas por motivo de calamidade pública, comoção interna, convocação para júri, serviço militar ou eleitoral ou por motivo de superior interesse público.

Art. 61 - O servidor terá direito a férias na seguinte proporção:

I - 30 (trinta) dias corridos quando não houver faltado ao serviço mais de cinco dias;

II - 24 (vinte e quatro) dias corridos, quando houver tido de 6 (seis) à 14 (quatorze) faltas;

III - 18 (dezoito) dias corridos, quando houver tido de 15 (quinze) à 23 (vinte e três) faltas;

IV - 12 (doze) dias corridos, quando houver tido de 24 (vinte e quatro) à 32 (trinta e duas) faltas.

§ 1º - No cálculo das férias, será considerado o período aquisitivo.

§ 2º - O período de férias será computado, para todos os efeitos, como tempo de serviço.

§ 3º - As faltas de que trata este artigo, são as injustificadas.

Art. 62 - Não terá direito a férias o servidor que no curso do período aquisitivo:

I - permanecer em gozo de licença, com percepção de remuneração ainda que parcial, por mais de 30 (trinta) dias.

II - tiver percebido da Previdência Social benefício de acidente de trabalho ou de auxílio-doença por mais de 6 (seis) meses, embora descontínuos.

§ 1º - A interrupção de prestação de serviços deverá ser anotada na ficha prontuário do servidor.

§ 2º - Iniciar-se-á o decurso de novo período aquisitivo quando o servidor, após o implemento de qualquer das condições previstas neste artigo, retornar ao serviço.

Art. 63 - As férias serão concedidas pela autoridade competente, a requerimento do servidor, em época que melhor consulte aos interesses do Consórcio Público, e nos 12 (doze) meses subsequentes à data em que o servidor tiver adquirido o direito.

§ 1º - É facultado a autoridade competente conceder as férias em mais de um período.

§ 2º - Os membros de uma mesma família terão direito a gozar férias no mesmo período, se assim desejarem.

§ 3º - O servidor estudante terá direito a fazer coincidir suas férias com as férias escolares.

§ 4º - As férias concedidas após o vencimento de dois períodos aquisitivos serão pagas em dobro com todos os adicionais, inclusive o de férias.

§ 5º - É facultado a autoridade competente conceder férias coletivas, desde que mantido os serviços essenciais.

§ 6º - No caso do parágrafo anterior, ao servidor que não tiver um período completo as férias serão proporcionais iniciando-se então, novo período aquisitivo.

Art. 64 - Os adicionais por trabalho extraordinário, noturno, insalubre ou perigoso, serão computados na remuneração que servirá de base de cálculo das férias.

§ 1º - Se, no momento das férias, o servidor não estiver percebendo as mesmas vantagens do período aquisitivo, ou quando o valor deste não tiver sido uniforme, será computada a média duodecimal recebida naquele período, após a atualização das importâncias a pagar, mediante incidência dos percentuais dos reajustamentos de salários supervenientes.

§ 2º - No cálculo das férias, não serão levados em consideração às indenizações e auxílios pecuniários.

Art. 65 - No caso de término de contrato ou exoneração, o servidor terá direito a remuneração relativa ao período incompleto de férias, observado o disposto nos artigos anteriores deste Capítulo,

na proporção de 1/12 (um doze avos) por mês de exercício ou fração superior a 14 (quatorze) dias.

Parágrafo Único - Em caso de término de contrato, exoneração ou demissão o servidor terá direito às férias vencidas e as proporcionais, esta última ainda que não tiver completado 12 (doze) meses de exercício no emprego público.

#### CAPÍTULO IV

##### DAS LICENÇAS E AFASTAMENTOS

###### SEÇÃO I

###### DAS LICENÇAS

Art. 66 - Conceder-se-á licença ao servidor:

I - para serviço militar obrigatório;

II - para atividade política.

Art. 67 - Ao servidor convocado para o serviço militar será concedida licença, na forma e condições previstas na legislação específica.

Parágrafo Único - Concluído o serviço militar, o servidor terá até 30 (trinta) dias sem remuneração para reassumir o exercício do emprego público de for titular.

Art. 68 - O servidor efetivo ou temporário terá direito a licença, sem remuneração, durante período que mediar entre a sua escolha em convenção partidária, como candidato a cargo eletivo, e a véspera do registro de sua candidatura perante a Justiça Eleitoral.

§ 1º - O servidor candidato a cargo eletivo na área de atuação do Consórcio Público, onde desempenha a sua função, e que exerça emprego ou cargo de direção, chefia ou assessoramento, dele será afastado, a partir do dia imediato ao do registro de sua candidatura perante a Justiça Eleitoral, até o décimo dia seguinte ao do pleito.

§ 2º - A partir do registro da candidatura e até o décimo dia seguinte ao da eleição, o servidor fará jus à licença, assegurados os salários do emprego público efetivo, somente pelo período de três meses.

###### SEÇÃO II

###### DOS AFASTAMENTOS

Art. 69 - O servidor não poderá ausentar-se do serviço para estudo ou missão de qualquer natureza, com ou sem vencimentos, sem prévia autorização do Diretor Executivo do Consórcio Público.

§ 1º - O afastamento do exercício do emprego público efetivo será permitido para:

I - exercer emprego ou cargo de provimento em comissão no Consórcio Público ou na administração Federal, Estadual ou Municipal, respectivas Autarquias, Fundações e entidades paraestatais;

II - concorrer a mandato eletivo, na forma da legislação específica;

III - exercício de mandato eletivo, na forma da legislação específica;

IV - as hipóteses previstas no art. 473 da CLT;

V - realizar estágios especiais ou cursos de atualização e aperfeiçoamento de interesse do Consórcio Público e afins ao emprego

público que ocupa, quando autorizado pelo Diretor Executivo;

VI - gozo de licença paternidade, maternidade ou à adotante.

§ 2º - O servidor efetivo investido em mandato eletivo aplicam-se as seguintes disposições:

I - tratando-se de mandato federal ou estadual, ficará afastado do emprego;

II - investido no mandato de Prefeito ou Vice-Prefeito, será afastado do emprego, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração, sem ônus ao Consórcio Público;

III - investido no mandato de vereador:

a) havendo compatibilidade de horário, perceberá as vantagens de seu emprego, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo;

b) não havendo compatibilidade de horário, será afastado do emprego, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração, sem ônus para o Consórcio Público.

§ 3º - No caso de afastamento do emprego, o servidor contribuirá para a seguridade social como se em exercício estivesse.

#### CAPÍTULO V

##### DO DIREITO DE PETIÇÃO

Art. 70 - É assegurado ao servidor o direito de requerer aos Poderes Públicos em defesa de direito ou de interesse legítimo.

§ 1º - O direito de requerer prescreve:

I - em cinco anos, quanto aos atos de demissão ou que afetem interesse patrimonial e créditos resultantes das relações de trabalho;

II - em cento e vinte dias, nos demais casos, salvo quando outro prazo for fixado em lei.

§ 2º - A prescrição é de ordem pública, não podendo ser relevada pelo Consórcio Público.

§ 3º - O requerimento será dirigido à autoridade competente para decidi-lo e encaminhado por intermédio daquela a que estiver imediatamente subordinado o requerente.

§ 4º - Cabe pedido de reconsideração à autoridade que houver expedido o ato ou proferido a primeira decisão, não podendo ser renovado.

§ 5º - O requerimento e o pedido de reconsideração de que trata o parágrafo anterior deverão ser despachados no prazo máximo de cinco dias úteis e decididos dentro de trinta dias.

§ 6º - Caberá recurso:

I - do indeferimento do pedido de reconsideração;

II - das decisões sobre recursos sucessivamente interpostos.

§ 7º - O recurso será dirigido à autoridade imediatamente superior à que tiver expedido o ato ou proferido a decisão, se houver.

§ 8º - O prazo para interposição de pedido de reconsideração ou de recurso é de trinta dias, a contar da publicação ou da ciência, pelo interessado, da decisão recorrida.

**TÍTULO IV****DOS DEVERES E DO REGIME DISCIPLINAR****CAPÍTULO I****DA ACUMULAÇÃO**

Art. 71 - Ressalvados os casos previstos na Constituição Federal, é vedada a acumulação remunerada de empregos públicos, cargos ou funções.

§ 1º - A proibição de acumular estende-se a cargos, empregos e funções em autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista da União, do Distrito Federal, dos Estados e dos Municípios.

§ 2º - A acumulação de cargos, ainda que lícita, fica condicionada à comprovação da compatibilidade de horários.

§ 3º - Considera-se acumulação proibida a percepção de salário ou vencimento de emprego público efetivo com proventos da inatividade, salvo quando os empregos públicos ou cargos de que decorram essas remunerações forem acumuláveis na atividade.

§ 4º - O servidor vinculado ao regime desta lei que acumular lícitamente dois empregos públicos efetivos, quando investido em emprego de provimento em comissão, ficará afastado de ambos os empregos públicos.

§ 5º - O servidor não poderá exercer mais de um emprego em comissão, exceto no caso previsto no artigo 44, nem ser remunerado pela participação em órgão de deliberação coletiva.

§ 6º - Verificada, em processo administrativo, acumulação irregular de emprego público ou cargo, o servidor será demitido de um destes e restituirá o que tiver percebido indevidamente.

**CAPÍTULO II****DOS DEVERES**

Art. 72 - São deveres do empregado, além de outras obrigações expressas que lhe sejam impostas por lei:

I - Respeitar o regime ou horário de trabalho que lhe for estabelecido bem como o registro de entradas e saídas, horas extras e autorização para tal e ainda proceder a anotação do registro do ponto, inclusive comunicando imediatamente qualquer impossibilidade de comparecimento ao serviço por motivo de doença ou acidente;

II - Acatar com presteza e boa vontade as ordens que lhe forem dadas pelo Presidente, Diretor Executivo e demais Chefes, exceto quando manifestamente ilegais;

III - Desempenhar suas atribuições com honestidade, lealdade, atenção e critério, visando sempre o atendimento dos objetivos do Consórcio Público e cooperando para o perfeito andamento dos serviços;

IV - Comportar-se com ordem, disciplina e urbanidade no trato com os colegas de trabalho e com os Prefeitos, Vice-Prefeitos, Vereadores e servidores dos Municípios Consorciados, para que seja mantido o espírito de cordialidade e cooperação indispensável ao desempenho das tarefas;

V - Apresentar-se ao trabalho adequadamente trajado;

VI - Guardar segredo, quando necessário, sobre fatos que lhe chegam ao conhecimento em virtude do seu constante relacionamento com os representantes dos Municípios Consorciados;

VII - Comunicar ao Chefe imediato quaisquer fatos ou informações que possam interessar ao Consórcio Público e ao serviço;

VIII - Oferecer, quando pedidas ou espontaneamente, quaisquer sugestões que possam representar melhoria dos serviços;

IX - Atender, na forma das disposições legais, a prorrogação do horário de trabalho quando exigir o serviço e a juízo do Diretor Executivo;

X - Devotar-se, inteiramente, aos encargos que lhe forem delegados, não aceitando atribuições estranhas que possam influir na sua produtividade e que provoquem incompatibilidade de horário, sobrepondo os interesses do Consórcio a quaisquer outros de ordem pessoal;

XI - atender com presteza:

a) ao público em geral, prestando as informações requeridas, ressaltadas as protegidas por sigilo;

b) à expedição de certidões requeridas para defesa de direito ou esclarecimento de situações de interesse pessoal;

c) às requisições para a defesa da Fazenda Pública;

XII - zelar pela economia do material e a conservação do patrimônio público;

XIII - representar contra ilegalidade, omissão ou abuso de poder;

XIV - manter atualizado seus dados cadastrais junto ao Consórcio Público.

Parágrafo Único - A representação de que trata o inciso XIII será encaminhada pela via hierárquica e apreciada pela autoridade superior àquela contra a qual é formulada, assegurando-se ao representado a ampla defesa.

**CAPÍTULO III****DAS PROIBIÇÕES**

Art. 73 - Ao empregado é especialmente proibido:

I - Referir-se de modo depreciativo aos superiores ou a seus atos, bem como aos colegas e representantes dos Municípios;

II - Promover, nas dependências do Consórcio, manifestação de apreço ou desapeço a pessoas ou a entidades, propaganda política ou aliciamento partidário;

III - Receber propinas, comissões ou vantagens indevidas de qualquer espécie, em razão do emprego;

IV - Fornecer informações que possam comprometer o Consórcio ou os Municípios consorciados;

V - Executar, durante o expediente, serviços estranhos ao Consórcio, sendo, também, proibido o uso de material do Consórcio para fins particulares;

VI - Retirar-se do trabalho durante as horas de expediente, sem permissão, ou perturbar os colegas de trabalho com conversas estranhas ao serviço;

VII - Utilizar-se de aparelhos, equipamentos e veículos do Consórcio no interesse particular próprio ou de terceiros;

VIII - Ocupar concomitantemente ao emprego do Consórcio qualquer cargo ou emprego remunerado no serviço público, exceto nos casos de acumulação permitida pela Constituição Federal e mediante comprovada compatibilidade de horários;

IX - Prestar serviços particulares aos Municípios consorciados, diretamente ou através de interposta pessoa, mediante o recebimento de remuneração ou vantagem, ou exercer atividades incompatíveis com as atividades do Consórcio Público.

X - retirar, sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição;

XI - recusar fé a documentos públicos e/ou opor resistência injustificada ao andamento de documento e processo ou execução de serviço;

XII - cometer a pessoa estranha ao Consórcio Público, fora dos casos previstos em lei, o desempenho de encargo que seja de sua competência ou de seu subordinado;

XIII - manter sob sua chefia imediata, cônjuge, companheiro ou parente até segundo grau civil;

XIV - participar de gerência ou administração de empresa privada, de sociedade civil, ou exercer comércio, e, nessa qualidade, transacionar com o Consórcio Público;

XV - cometer qualquer das condutas tipificadas no art. 482 da CLT;

XVI - comparecer no trabalho em estado de embriaguez ou sob efeito de qualquer outra droga capaz de afetar a consciência;

XVII - praticar usura sob qualquer de suas formas;

XVIII - recusar-se a atualizar seus dados cadastrais quando solicitado.

#### CAPÍTULO IV

##### DAS RESPONSABILIDADES

Art. 74 - Pelo exercício irregular de suas atribuições, o empregado está sujeito às sanções disciplinares e outras de caráter trabalhista, bem como à responsabilização civil e criminal.

§ 1º - A responsabilidade penal abrange os crimes e contravenções imputadas ao servidor, nessa qualidade.

§ 2º - A responsabilidade civil-administrativa resulta de ato omissivo ou comissivo praticado no desempenho de emprego público ou função.

§ 3º - As sanções civis, penais e administrativas poderão cumular-se, sendo independentes entre si.

§ 4º - A reparação de eventual prejuízo é feita, parceladamente, mediante desconto na folha de pagamento, limitado ao percentual de 30% (trinta por cento) da remuneração mensal, abstraidos os descontos legais.

§ 5º - Quando necessário, o Consórcio deve promover ação regressiva contra o empregado.

§ 6º - As multas de trânsito são de responsabilidade do empregado que estiver utilizando o veículo, podendo ser pagas pelo

Consórcio e descontadas da remuneração do empregado em até 03 (três) parcelas, mediante requerimento do interessado.

§ 7º - Sem prejuízo das sanções disciplinares, o empregado pode ser responsabilizado por:

I - Sonegação de valores, objetos, aparelhos e equipamentos confiados a sua guarda e responsabilidade;

II - Faltas, danos, avarias e quaisquer prejuízos que venham a sofrer os bens e os materiais sob sua guarda ou sujeitos a sua fiscalização, exame ou conferência;

III - Qualquer prejuízo que causar ao patrimônio ou a quaisquer bens e direitos do Consórcio Público, dos Municípios consorciados ou de terceiros, por culpa, dolo, ignorância, indolência, negligência ou omissão.

#### CAPÍTULO V

##### DAS PENALIDADES

Art. 75 - São penalidades disciplinares:

I - advertência.

II - repreensão.

III - suspensão.

IV - demissão.

§ 1º - A pena de advertência será aplicada verbalmente pelo Diretor Executivo, quando o empregado deixar de cumprir os deveres funcionais.

§ 2º - A pena de repreensão será aplicada pelo Diretor Executivo quando o empregado for reincidente na falta de cumprimento de seus deveres, devendo ser escrita e anotada em sua ficha funcional e garantido ao empregado o pleno direito de defesa.

§ 3º - A pena de suspensão ocorre quando houver dolo, ou culpa na falta de cumprimento dos deveres pelo empregado ou por reincidência na falta de cumprimento de seus deveres pela qual já tenha sido repreendido.

§ 4º - A pena de suspensão, aplicada pelo Presidente ou pelo Diretor Executivo, deve ser graduada em períodos de 03 (três), 07 (sete) ou 15 (quinze) dias, conforme a gravidade da infração cometida e dos danos acarretados aos serviços do Consórcio Público.

§ 5º - A demissão deve ser aplicada nos casos definidos como falta grave.

§ 6º - Na aplicação das penalidades deve ser considerada a vida funcional do empregado, a natureza e gravidade da falta e os danos que dela decorrerem para o Consórcio ou para terceiros.

§ 7º - As penalidades de advertência e de repreensão terão seus registros cancelados, após o decurso de três e cinco anos de efetivo exercício, respectivamente, sem efeitos retroativos, se o empregado não houver, nesse período, praticado nova infração disciplinar.

§ 8º - Quando houver conveniência para o serviço, a penalidade de suspensão poderá ser convertida em multa, na base de 50% (cinquenta por cento) por dia de salário ou remuneração, ficando o empregado obrigado a permanecer em serviço.



§ 9º - O ato de imposição da penalidade mencionará sempre o fundamento legal e a causa da sanção disciplinar.

Art. 76 - Detectada a qualquer tempo a acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas, o servidor será notificado, por intermédio de sua chefia imediata, para apresentar opção no prazo improrrogável de dez dias contados da ciência e, na hipótese de omissão, adotará procedimento sumário para a sua apuração e regularização imediata, cujo processo administrativo disciplinar se desenvolverá nas seguintes fases:

I - instauração, com a publicação do ato que constituir a comissão, a ser composta por três servidores públicos e, simultaneamente, indicar a autoria e a materialidade da transgressão objeto da apuração;

II - instrução sumária, que compreende indicição, defesa e relatório;

III - julgamento.

§ 1º - A indicação da autoria de que trata o inciso I dar-se-á pelo nome e matrícula do servidor, e a materialidade pela descrição dos cargos, empregos ou funções públicas em situação de acumulação ilegal, dos órgãos ou entidades de vinculação, das datas de ingresso, do horário de trabalho e do correspondente regime jurídico.

§ 2º - A comissão lavrará, até três dias após a publicação do ato que a constituiu, termo de indiciamento em que serão transcritas as informações de que trata o parágrafo anterior, bem como promoverá a citação pessoal do servidor indiciado, ou por intermédio de sua chefia imediata, para, no prazo de cinco dias, apresentar defesa escrita, assegurando-se vista do processo na repartição, observado o disposto no artigo 87.

§ 3º - Apresentada à defesa a comissão elaborará relatório conclusivo quanto à inocência ou à responsabilidade do servidor, em que resumirá as peças principais dos autos, opinará sobre a licitude da acumulação em exame, indicará o respectivo dispositivo legal e remeterá o processo à autoridade instauradora para julgamento.

§ 4º - No prazo de cinco dias contados do recebimento do processo, a autoridade julgadora proferirá a sua decisão, aplicando-se, quando for, o caso o disposto no § 1º do art. 89.

§ 5º - A opção pelo servidor até o último dia de prazo para defesa configurará sua boa-fé, hipótese em que se converterá automaticamente em pedido de exoneração do outro emprego público ou cargo.

§ 6º - Caracterizada a acumulação ilegal e provada a má-fé, aplicar-se-á a pena de demissão, destituição ou cassação de disponibilidade em relação aos cargos, empregos ou funções públicas em regime de acumulação ilegal, hipótese em que os órgãos ou entidades de vinculação serão comunicados.

§ 7º - O prazo para a conclusão do processo administrativo disciplinar submetido ao rito sumário não excederá trinta dias contados da data de publicação do ato que constituir a comissão, admitida a sua prorrogação por até quinze dias, quando as circunstâncias o exigirem.

§ 8º - O procedimento sumário rege-se pelas disposições deste artigo, observando-se, no que lhe for aplicável, subsidiariamente, as disposições dos Títulos IV e V deste regulamento.

Art. 77 - Para os efeitos deste regulamento, entende-se por:

I - abandono de emprego público: a ausência intencional do

servidor ao serviço por mais de trinta dias consecutivos.

II - inassiduidade habitual: a falta ao serviço, sem causa justificada, por cinco dias, intercaladamente, durante o período de doze meses.

Parágrafo Único - Na apuração de abandono de emprego ou inassiduidade habitual, também será adotado o procedimento sumário a que se refere o art. 76, observando-se especialmente que:

I - a indicação da materialidade dar-se-á:

a) na hipótese de abandono de emprego, pela indicação precisa do período de ausência intencional do servidor ao serviço superior a trinta dias;

b) no caso de inassiduidade habitual, pela indicação dos dias de falta ao serviço sem causa justificada, por período igual ou superior a cinco dias intercaladamente, durante o período de doze meses;

II - após a apresentação da defesa, a comissão elaborará relatório conclusivo quanto à inocência ou à responsabilidade do servidor, em que resumirá as peças principais dos autos, indicará o respectivo dispositivo legal, opinará, na hipótese de abandono de emprego, sobre a intencionalidade da ausência ao serviço superior a trinta dias e remeterá o processo à autoridade instauradora para julgamento.

Art. 78 - As penalidades disciplinares serão aplicadas:

I - pelo Presidente do Consórcio Público, as de demissão;

II - pelo Diretor Executivo, nos casos de advertência, repreensão e suspensão.

Art. 79 - A demissão do emprego público incompatibiliza o ex-servidor para nova investidura em emprego, cargo ou função pública do Consórcio Público e dos Municípios consorciados, inclusive das suas Autarquias e Fundações Públicas instituídas e mantidas.

Parágrafo Único - A demissão no caso de falta grave com dano ao Erário implica na indisponibilidade dos bens do servidor para garantia do ressarcimento, sem prejuízo da ação penal cabível.

Art. 80 - A ação disciplinar prescreverá:

I - em cinco anos, quanto às infrações puníveis com demissão;

II - em dois anos, quanto à suspensão;

III - em um ano, quanto à repreensão;

IV - em cento e oitenta dias, quanto à advertência.

§ 1º - O prazo de prescrição começa a correr da data em que o fato se tornou conhecido.

§ 2º - Os prazos de prescrição previstos na lei penal aplicam-se às infrações disciplinares capituladas, também, como crime.

§ 3º - A abertura de sindicância ou a instauração de processo disciplinar interrompe a prescrição.

§ 4º - Interrompido o curso da prescrição, esta recomeçará a correr, pelo prazo restante, a partir do dia em que cessar a interrupção.

TÍTULO V



## DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

## CAPÍTULO I

## DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 81 - A autoridade ou chefia que tiver ciência de irregularidade praticada por qualquer empregado do Consórcio é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar, assegurada ao acusado a ampla defesa.

§ 1º - As denúncias sobre irregularidades serão objeto de apuração, desde que contenham a identificação e o endereço do denunciante e sejam formuladas por escrito, confirmada a autenticidade.

§ 2º - Quando o fato narrado não configurar evidente infração disciplinar ou ilícito penal, a denúncia será arquivada por falta de objeto.

§ 3º - A sindicância será conduzida por Comissão Especial ou Permanente designada pelo Presidente do Consórcio Público, composta por até três servidores, a qual adotará o procedimento sumário a que se refere o art. 76, com a indicação da materialidade, instrução e notificação para defesa, e, após a apresentação da defesa, elaborará relatório conclusivo quanto à inocência ou à responsabilidade do servidor, em que resumirá as peças principais dos autos e indicará o respectivo dispositivo legal, remetendo o processo à autoridade competente para julgamento e/ou aplicação da sanção.

Art. 82 - Da sindicância poderá resultar:

I - arquivamento do processo.

II - aplicação de penalidade de advertência, repreensão ou suspensão.

III - instauração de processo disciplinar.

§ 1º - O prazo inicial para conclusão da sindicância não excederá 30 (trinta) dias, podendo ser prorrogado, a critério da autoridade competente.

§ 2º - Sempre que o ilícito praticado pelo empregado ensejar a imposição de penalidade de suspensão por mais de 07 (sete) dias ou de demissão do emprego, será obrigatória a instauração de processo disciplinar.

## CAPÍTULO II

## DO AFASTAMENTO PREVENTIVO

Art. 83 - Como medida cautelar e a fim de que o empregado não venha a influir na apuração da irregularidade, a autoridade instauradora do processo disciplinar poderá determinar o seu afastamento do exercício do emprego, pelo prazo de até 30 (trinta) dias, sem prejuízo da remuneração.

Parágrafo Único - O afastamento poderá ser prorrogado por igual prazo, findo o qual cessarão os seus efeitos, ainda que não concluído o processo.

## CAPÍTULO III

## DO PROCESSO DISCIPLINAR

Art. 84 - O processo disciplinar é o instrumento destinado a apurar responsabilidades de servidor por infração praticada no exercício de suas atribuições, ou que tenha relação com as atribuições do

emprego em que se encontre investido.

§ 1º - O processo disciplinar será conduzido por comissão processante especial composta de três servidores, designados pela autoridade competente que indicará, dentre eles, o seu presidente.

§ 2º - A comissão terá como secretário, servidor designado pelo seu presidente, podendo a designação recair em um dos seus membros.

§ 3º - Não poderá participar de comissão de sindicância ou de inquérito, cônjuge, companheiro ou parente do acusado, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau.

§ 4º - A Comissão exercerá suas atividades com independência e imparcialidade, assegurado o sigilo necessário à elucidação do fato ou exigido pelo interesse do Consórcio.

§ 5º - O prazo para conclusão do processo disciplinar não excederá 60 (sessenta) dias, contados da data de publicação do ato que constituir a comissão, admitida a sua prorrogação por igual prazo, quando as circunstâncias o exigirem.

§ 6º - Sempre que necessário, a comissão dedicará tempo integral aos seus trabalhos, ficando seus membros dispensados do ponto, até a entrega do relatório final.

§ 7º - Será assegurado transporte aos membros da comissão e ao secretário, quando obrigados a se deslocarem da sede dos trabalhos para a realização de missão essencial ao esclarecimento dos fatos.

§ 8º - As reuniões e as audiências das comissões terão caráter reservado, e serão registradas em atas que deverão detalhar as deliberações adotadas.

Art. 85 - O processo disciplinar se desenvolve nas seguintes fases:

I - instauração, com a publicação do ato que constituir a comissão.

II - inquérito administrativo, que compreende instrução, defesa e relatório.

III - julgamento.

## SEÇÃO I

## DO INQUÉRITO

Art. 86 - O inquérito administrativo obedecerá ao princípio do contraditório, assegurada ao acusado a ampla defesa, com a utilização dos meios e recursos admitidos em direito.

§ 1º - Os autos da sindicância integrarão o processo disciplinar como peça informativa da instrução.

§ 2º - Na hipótese de o relatório da sindicância concluir que a infração está capitulada como ilícito penal, a autoridade competente encaminhará cópia dos autos ao Ministério Público, independentemente da imediata instauração do processo disciplinar.

§ 3º - Na fase do inquérito, a comissão promoverá a tomada de depoimentos, acareações, investigações e diligências cabíveis, objetivando a coleta de prova, recorrendo, quando necessário, a técnicos e peritos, de modo a permitir a completa elucidação dos fatos.

§ 4º - É assegurado ao servidor o direito de acompanhar o processo pessoalmente ou por intermédio de procurador, arrolar e

reinquirir testemunhas, produzir provas e contraprovas e formular quesitos, quando se tratar de prova pericial.

§ 5º - O presidente da comissão poderá denegar pedidos considerados impertinentes, meramente protelatórios, ou de nenhum interesse para o esclarecimento dos fatos.

§ 6º - Será indeferido o pedido de prova pericial, quando a comprovação do fato independer de conhecimento especial de perito.

§ 7º - As testemunhas serão intimadas a depor mediante mandado expedido pelo presidente da comissão, devendo a segunda via, com o ciente do interessado, ser anexado aos autos.

§ 8º - Se a testemunha for servidor público, a expedição do mandado será imediatamente comunicada ao chefe da repartição onde serve, com a indicação do dia e hora marcados para inquirição.

§ 9º - O depoimento será prestado oralmente e reduzido a termo, não sendo lícito à testemunha trazê-lo por escrito.

§ 10 - As testemunhas serão inquiridas separadamente.

§ 11 - Na hipótese de depoimentos contraditórios ou que se infirmem, proceder-se-á à acareação entre os depoentes.

§ 12 - Concluída a inquirição das testemunhas, a comissão promoverá o interrogatório do acusado.

§ 13 - No caso de mais de um acusado, cada um deles será ouvido separadamente, e sempre que divergirem em suas declarações sobre fatos ou circunstâncias, será promovida a acareação entre eles.

§ 14 - O procurador do acusado poderá assistir ao interrogatório, bem como à inquirição das testemunhas, sendo-lhe vedado interferir nas perguntas e respostas, facultando-se-lhe, porém, reinquiri-las, por intermédio do presidente da comissão.

§ 15 - Quando houver dúvida sobre a sanidade mental do acusado, a comissão proporá à autoridade competente que ele seja submetido a exame por junta médica oficial, da qual participe pelo menos 01 (um) médico psiquiatra.

§ 16 - O incidente de sanidade mental será processado em auto apartado e apenso ao processo principal, após a expedição de laudo pericial.

Art. 87 - Tipificada a infração disciplinar, será formulada a indicição do servidor, com a especificação dos fatos a ele imputados e das respectivas provas.

§ 1º - O indiciado será citado por mandado expedido pelo presidente da comissão para apresentar defesa escrita, no prazo de 10 (dez) dias, assegurando-se-lhe vista do processo na secretaria do Consórcio.

§ 2º - Havendo dois ou mais indiciados, o prazo será comum e de 20 (vinte dias).

§ 3º - No caso de recusa do indiciado em exarar o ciente na cópia do mandado, a recusa não lhe aproveitará, e o prazo para defesa contar-se-á da data declarada, em termo próprio, pelo membro da comissão que procedeu ao ato de citação.

§ 4º - O indiciado que mudar de residência fica obrigado a comunicar à comissão o lugar onde poderá ser encontrado.

§ 5º - Achando-se o indiciado em lugar incerto e não sabido, será

citado por edital, publicado em jornal de grande circulação na localidade do último domicílio conhecido, para apresentar defesa.

§ 6º - Na hipótese do parágrafo anterior, o prazo para defesa será de dez dias, contados do dia útil seguinte a publicação do edital.

§ 7º - Considerar-se-á revel o indiciado que, regularmente citado, não apresentar defesa no prazo legal.

§ 8º - A revelia será declarada, por termo, nos autos do processo.

Art. 88 - Apreciada a defesa, a comissão elaborará relatório minucioso, onde resumirá as peças principais dos autos e mencionará as provas em que se baseou para formar a sua convicção.

§ 1º - O relatório será sempre conclusivo quanto à inocência ou à responsabilidade do servidor.

§ 2º - Reconhecida a responsabilidade do servidor, a comissão indicará o dispositivo legal ou regulamentar transgredido, bem como as circunstâncias agravantes ou atenuantes.

§ 3º - O processo disciplinar, com o relatório da comissão, será remetido à autoridade que determinou a sua instauração, para julgamento.

## SEÇÃO II

### DO JULGAMENTO

Art. 89 - No prazo de vinte dias contados do recebimento do processo, a autoridade julgadora proferirá a sua decisão.

§ 1º - Se a penalidade a ser aplicada exceder a alçada da autoridade instauradora do processo, este será encaminhado à autoridade competente, que decidirá em igual prazo.

§ 2º - Havendo mais de um indiciado e diversidade de sanções, o julgamento caberá à autoridade competente para a imposição da pena mais grave.

§ 3º - Reconhecida pela comissão à inocência do servidor, a autoridade instauradora do processo determinará o seu arquivamento, salvo se flagrantemente contrária à prova dos autos.

§ 4º - Quando a infração estiver capitulada como crime, o processo disciplinar será remetido ao Ministério Público para instauração da ação penal, ficando transladado na repartição.

Art. 90 - O julgamento acatará o relatório da comissão, salvo quando contrário às provas dos autos.

§ 1º - Quando o relatório da comissão contrariar as provas dos autos, a autoridade julgadora poderá, motivadamente, agravar a penalidade proposta, abrandá-la, ou isentar o servidor de responsabilidade.

§ 2º - Verificada a ocorrência de vício insanável, a autoridade que determinou a instauração do processo ou outra de hierarquia superior declarará a sua nulidade, total ou parcial, e ordenará, no mesmo ato, o saneamento do processo, com o refazimento dos atos anulados, suprimindo as irregularidades.

§ 3º - O julgamento fora do prazo legal não implica nulidade do processo.

§ 4º - A autoridade julgadora que der causa à prescrição, será responsabilizada na forma deste regulamento.

§ 5º - Extinta a punibilidade pela prescrição, a autoridade julgadora determinará o registro do fato nos assentamentos individuais do servidor.

Art. 91 - O servidor que responder a processo disciplinar só poderá ser exonerado a pedido, após a conclusão do processo e o cumprimento da penalidade, acaso aplicada.

Parágrafo Único - Ocorrida a exoneração de que trata o § 3º, inciso I, do art. 45, o ato será convertido em demissão, se for o caso.

### SEÇÃO III

#### DA REVISÃO DO PROCESSO

Art. 92 - O processo disciplinar poderá ser revisto, a qualquer tempo, a pedido ou de ofício, quando se aduzirem fatos novos ou circunstâncias suscetíveis de justificar a inocência do punido ou a inadequação da penalidade aplicada.

§ 1º - Em caso de falecimento, ausência ou desaparecimento do empregado, qualquer pessoa da família poderá requerer a revisão do processo.

§ 2º - No caso de incapacidade mental do empregado, a revisão será requerida pelo respectivo curador.

§ 3º - No processo revisional, o ônus da prova cabe ao requerente.

§ 4º - A simples alegação de injustiça da penalidade não constitui fundamento para a revisão, que requer elementos novos, ainda não apreciados no processo originário.

§ 5º - O requerimento de revisão do processo será dirigido ao Presidente do Consórcio que, se autorizar a revisão, encaminhará o pedido a autoridade competente para providenciar a constituição de nova comissão processante, na forma deste regulamento.

§ 6º - A revisão correrá em apenso ao processo originário.

§ 7º - Na petição inicial, o requerente pedirá dia e hora para a produção de provas e inquirição das testemunhas que arrolar.

§ 8º - A comissão revisora terá 60 (sessenta) dias para a conclusão dos trabalhos.

§ 9º - Aplicam-se aos trabalhos da comissão revisora, no que couber, as normas e procedimentos próprios da comissão do processo disciplinar.

Art. 93 - O julgamento caberá à autoridade que aplicou a penalidade.

§ 1º - O prazo para julgamento será de 20 (vinte) dias contados do recebimento do processo, no curso do qual a autoridade julgadora poderá determinar diligências.

§ 2º - Julgada procedente a revisão, será declarada sem efeito a penalidade aplicada, restabelecendo-se todos os direitos do empregado, exceto em relação à destituição do emprego em comissão, que será convertida em exoneração.

§ 3º - Da revisão do processo não poderá resultar agravamento de penalidade.

### TÍTULO VI

#### DO QUADRO DE EMPREGOS DO CONSÓRCIO PÚBLICO E DO DESENVOLVIMENTO FUNCIONAL

### CAPÍTULO I

#### DOS RECURSOS HUMANOS

Art. 94 - Somente poderão prestar serviços remunerados ao Consórcio Público os contratados para ocupar os empregos públicos previstos no Protocolo de Intenções, no Estatuto e neste regulamento, bem como, em havendo necessidade e interesse, pessoas físicas ou jurídicas contratadas na forma da lei.

§ 1º - A participação do Conselho Fiscal ou de outros órgãos diretivos que sejam criados pelo Estatuto ou por deliberação da Assembleia Geral, bem como a participação dos representantes dos Entes consorciados na Assembleia Geral e em outras atividades do Consórcio Público não será remunerada, sendo considerado trabalho público relevante.

§ 2º - O Diretor Executivo perceberá o salário estabelecido para o emprego, observando-se o disposto no Estatuto do CISAMVI, bem como as demais vantagens estabelecidas em Lei ou no Protocolo de Intenções ratificado.

§ 3º - Para exercício da função de Diretor Executivo ou de qualquer outro emprego de confiança no Consórcio Público será exigida experiência e formação profissional em nível superior, com especialização em áreas afins com a Administração Pública e com as finalidades do CISAMVI.

§ 4º - Os empregados não poderão ser cedidos, inclusive para os próprios Entes consorciados, sem prejuízo da possibilidade de prestação de serviços na sua área de atuação, através do Consórcio Público.

§ 5º - Os Entes da Federação consorciados, ou os com eles conveniados, poderão ceder-lhe servidores efetivos, na forma e condições da legislação de cada um, observado o disposto no Estatuto do Consórcio Público e neste regulamento.

### CAPÍTULO II

#### dos empregos públicos DE CONFIANÇA

Art. 95 - O CISAMVI terá os seguintes empregos públicos de confiança em sua estrutura funcional:

Nº de Empregos	Denominação do Emprego	Carga Horária Semanal	Salário/mês
1	Diretor Executivo	40h	R\$ 9.726,19
2	Gestor de Serviços	40h	R\$ 4.863,09

§ 1º - Os empregos públicos de que trata o "caput" deste artigo são de livre nomeação e exoneração, regidos pelo critério de confiança e obrigados ao regime de dedicação integral ao serviço, donde poderão ser convocados a trabalhos excepcionais além da carga horária regulamentar, sem remuneração adicional.

§ 2º - A nomeação será feita pelo Presidente do CISAMVI, após regular aprovação da escolha pela Assembleia Geral do Consórcio Público, ao qual compete dar posse e fiscalizar o exercício funcional, observadas as disposições do Estatuto e deste regulamento.

### CAPÍTULO III

#### dos empregos públicos PERMANENTES

Art. 96 - O CISAMVI terá os seguintes empregos públicos permanentes em sua estrutura funcional:

Nº de Empregos	Denominação do Emprego	Carga Horária Semanal	Salário/mês
01	Advogado	20 horas	R\$ 3.358,50
02	Agente Administrativo	40 horas	R\$ 2.167,88
01	Agente Controle Interno	20 horas	R\$ 1.851,49
01	Contador	20 horas	R\$ 1.851,49
01	Médico Auditor	20 horas	R\$ 5.605,24

§ 1º - Os empregos públicos de que trata o "caput" deste artigo serão acessados, na forma deste regulamento, por meio de:

I - concurso público no caso de provimento efetivo;

II - processo seletivo no caso de contratação temporária.

§ 2º - Os atos de nomeação e posse, e os de contratação serão expedidos pela Diretoria, observados os procedimentos legais.

§ 3º - Além do pessoal referido neste artigo e no antecedente, o Consórcio Público poderá receber servidores efetivos que lhe forem colocados à disposição, nos termos do Estatuto.

#### CAPÍTULO IV

##### DAS ATRIBUIÇÕES E DESCRIÇÕES DOS EMPREGOS

Art. 97 - Os empregos públicos de que tratam os Capítulos I e II deste Título tem as seguintes atribuições e descrições:

I - Para o emprego de DIRETOR EXECUTIVO:

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Desempenhar as atribuições de gerenciamento e controle das atividades, recursos financeiros e pessoal do Consórcio Público, zelando pelo cumprimento das normas estatutárias e regimentais e dos contratos celebrados; Representar o Consórcio Público conforme poderes outorgados pelo Presidente; Prestar todas as informações necessárias aos consorciados e aos órgãos públicos; Promover todos os atos administrativos e operacionais necessários para o desenvolvimento das atividades do Consórcio; Desenvolver outras atribuições correlatas a função, além das demais previstas no Protocolo de Intenções e no Estatuto; Executar tarefas e serviços determinados e excepcionais, fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela Diretoria do CISAMVI.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Experiência e formação profissional em nível superior, com especialização em áreas afins com a Administração Pública e com as finalidades do CISAMVI.

II - Para o emprego de GESTOR DE SERVIÇOS:

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Supervisionar a execução de todas as atividades operacionais exercidas pelo Consórcio Público; Relatar e prestar contas aos consorciados e à Diretoria das ações executadas pelo Consórcio Público; Zelar pelo cumprimento da legislação, apontando alternativas sustentáveis para a execução dos serviços; Dar cumprimento às metas e ações estabelecidas nos contratos firmados pelo Consórcio Público; Promover e integração dos Entes consorciados e a defesa das ações integradas, ressaltando a eficiência dos serviços e/ou programas desenvolvidos pelo Consórcio Público; Executar tarefas e serviços determinados e excepcionais, fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CISAMVI.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Experiência e formação profissional

em nível superior, com especialização em áreas afins com a Administração Pública e com as finalidades do CISAMVI.

III - Para o emprego de ADVOGADO:

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Prestar assessoria jurídica ao Consórcio, para plena eficácia jurídica dos atos administrativos, através de emissão de pareceres e resposta a consultas formais e informais, sugerindo, quando necessário, a alteração dos conteúdos; Representar o Consórcio, judicial ou extrajudicialmente, ativa ou passivamente, seja como autor, réu, litisconsorte, oponente, ou terceiro interessado, perante o Poder Judiciário e demais órgãos públicos, para assegurar a observância do direito em favor do CISAMVI; Analisar e elaborar minutas de contratos, convênios e outros ajustes de interesse do Consórcio Público, para assegurar a formalidade dos atos administrativos; Elaborar projetos de documentos normativos do CISAMVI, realizar avaliação jurídica sobre licitações públicas, contratos administrativos e concursos públicos, subsidiando seus órgãos e dirigentes, bem como atuar, judicialmente e extrajudicialmente, na defesa dos interesses do Consórcio; Demais atividades correlatas a função, além das previstas neste Protocolo de Intenções e no Estatuto; Executar tarefas e serviços determinados e excepcionais, fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CISAMVI.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Curso de Nível Superior em Direito, com devido registro no Órgão fiscalizador da profissão.

IV - Para o emprego de AGENTE ADMINISTRATIVO:

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Executar os serviços de apoio nas áreas de recursos humanos, administração, finanças e logística; Dar cumprimento aos contratos e convênios celebrados com entidades públicas ou privadas; Atender os representantes dos Entes consorciados, fornecedores e clientes, fornecendo e recebendo informações sobre atividades, programas, produtos e serviços; Tratar de documentos variados, cumprindo todo o procedimento necessário referente aos mesmos; Preparar relatórios e planilhas; Executar serviços gerais de escritório; Auxiliar no controle da prestação de serviços e na legalidade da aplicação dos recursos auferidos pelo Consórcio Público; Executar tarefas e serviços determinados e excepcionais, fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CISAMVI.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Ensino médio completo.

V - Para o emprego de AGENTE CONTROLE INTERNO:

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Realizar a fiscalização, controle e auditoria dos atos do Consórcio Público; Elaborar relatórios de controle interno; Prestar orientações e apontar sugestões às atividades administrativas e de gestão; Instaurar processos administrativos para apuração de indícios de descumprimento de normas aplicáveis ao Consórcio Público; Executar os demais serviços inerentes à atividade de controladoria interna, além de tarefas e serviços determinados e excepcionais, fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CISAMVI.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Curso de Nível Superior, na área de Ciências Contábeis, Direito ou Administração.

VI - Para o emprego de CONTADOR:

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Supervisionar, coordenar e orientar e realizar a escrituração dos atos ou fatos contábeis; Exercer o controle e registro de contratos e convênios, compras e



licitações; Examinar e elaborar processos de prestação de contas; Auxiliar na elaboração do plano de aplicação e da proposta orçamentária; Examinar e realizar empenhos de despesas, verificando sua classificação e a existência de saldo nas dotações orçamentárias; Exercer o controle da liquidação das despesas e elaborar os pagamentos; Informar, através de relatórios sobre a situação financeira e patrimonial do consórcio; Elaborar e publicar os balanços, balancetes e demais relatórios patrimoniais, de execução orçamentária ou financeiros; Prestar informações da área contábil e realizar serviços de assessoramento superior e gerencial à Diretoria; Orientar o registro e controle do patrimônio; Promover a observância das normas e preceitos da contabilidade pública; Executar outras atribuições correlatas a função, além de tarefas e serviços determinados e excepcionais, fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CISAMVI.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Curso de Nível Superior, na área de atuação, com devido registro no Órgão fiscalizador da profissão.

#### VII - Para o emprego de MÉDICO AUDITOR:

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Realizar o controle, avaliação e auditoria e executar a revisão técnica das faturas dos prestadores de serviços médicos públicos, privados e/ou conveniados ao SUS; Executar outras atribuições correlatas a função, além de tarefas e serviços determinados e excepcionais, fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CISAMVI.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Curso de Nível Superior em Medicina; Habilitação através de curso de formação específico de Auditoria Médica, reconhecido pelo Ministério da Saúde e/ou experiência mínima de 02 (dois) anos comprovada de execução de auditorias médicas em órgãos públicos municipais, estaduais ou federais; Inscrição e registro junto ao CREMESC.

#### CAPÍTULO V

##### DO DESENVOLVIMENTO FUNCIONAL

Art. 98 - O desenvolvimento funcional do servidor efetivo ocorrerá na forma deste Capítulo, através do adicional por qualificação.

§ 1º - O adicional por qualificação corresponderá a um acréscimo de 5% (cinco por cento) sobre o salário do empregado efetivo, limitado ao máximo de 30% (trinta por cento), por força da qualificação profissional obtida além daquela prevista para ocupação do emprego e que guarde correlação direta com as atribuições deste, observado interstício de cinco anos de exercício no emprego para cada período aquisitivo.

§ 2º - Para habilitar-se ao adicional por qualificação o empregado deverá apresentar requerimento e comprovar o atendimento, cumulativo, das seguintes condições:

I - ter concluído curso de pós-graduação, especialização, mestrado ou doutorado ou ter completado 150 (cento e cinquenta) horas de cursos/seminários/palestras, dentre outros, sempre em temas correlatos com o emprego ocupado.

II - ter completado 05 (cinco) anos de serviço no Consórcio, ininterruptos ou não, ou interstício de igual tempo para os períodos aquisitivos subsequentes.

§ 3º - Fica prejudicada a contagem regular do período aquisitivo para o adicional de que trata este artigo, se o empregado apresentar qualquer uma das seguintes ocorrências em sua vida funcional:

I - tiver sido condenado em processo criminal, por decisão definitiva, ou sofrer penalidade disciplinar de suspensão;

II - tiver mais de 05 (cinco) faltas injustificadas no período aquisitivo;

III - tiver se afastado de suas funções por período contínuo superior a trinta dias, independentemente de percepção ou não de remuneração, exceto se para exercício de emprego de confiança no próprio Consórcio Público ou em Ente consorciado.

§ 4º - O empregado que no decorrer do período aquisitivo incidir nas hipóteses do parágrafo anterior, perderá o tempo decorrido, iniciando-se novo período aquisitivo quinquenal após a cessação do impedimento.

§ 5º - O cumprimento dos requisitos de que trata este artigo, dentro do período aquisitivo considerado, será apurado em processo administrativo próprio, devidamente instruído, sendo que os efeitos financeiros do benefício, acaso concedido, serão estabelecidos no ato administrativo expedido.

#### TÍTULO VII

##### DAS DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS

##### CAPÍTULO I

##### DA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

Art. 99 - Somente admitir-se-á contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público consistente na substituição de empregado público afastado temporariamente de suas funções por motivo de doença ou outro afastamento legal, e desde que imprescindível para continuidade dos serviços do Consórcio Público.

§ 1º - Os contratados temporariamente exercerão as funções do emprego público do titular afastado, percebendo a remuneração inicial para ele prevista.

§ 2º - A contratação de que trata este artigo, será precedida de processo seletivo de provas ou de provas e títulos.

Art. 100 - As contratações temporárias observarão as disposições estabelecidas no art. 37, IX, da Constituição Federal, artigos 443, 445, 451 e 452 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT e demais disposições do Estatuto do Consórcio Público e deste Regulamento.

§ 1º - As contratações por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público terão prazo de até um ano, podendo ser prorrogado justificadamente uma única vez até atingir o prazo máximo total de dois anos.

§ 2º - O retorno do servidor titular ao exercício de suas funções ou o alcance do prazo máximo de que trata o parágrafo anterior faz cessar automaticamente a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, sem qualquer indenização.

Art. 101 - O pessoal contratado nos termos deste Capítulo não poderá:

I - receber atribuições, funções ou encargos não previstos no respectivo contrato;

II - ser nomeado ou designado, ainda que a título precário ou em substituição, para o exercício de emprego em comissão ou de

confiança.

Parágrafo Único - A inobservância do disposto neste artigo importará na rescisão do contrato, sem prejuízo da responsabilidade administrativa das autoridades envolvidas na transgressão.

Art. 102 - As infrações disciplinares atribuídas ao pessoal contratado nos termos deste Capítulo serão apuradas mediante sindicância, concluída no prazo de 30 (trinta) dias, assegurada a ampla defesa.

Art. 103 - O contrato formado de acordo com este Capítulo extinguir-se-á, sem direito a indenização:

I - pelo término do prazo contratual;

II - por iniciativa do contratado.

§ 1º - A extinção do contrato por iniciativa do Consórcio Público contratante, decorrente de conveniência administrativa, importará no pagamento ao contratado de indenização correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

§ 2º - A extinção do contrato, no caso do inciso II, será comunicada com antecedência de 30 (trinta) dias, ficando a critério do Consórcio Público contratante a dispensa deste prazo.

Art. 104 - O tempo de serviço prestado em virtude de contratação temporária, nos termos deste Capítulo, será computado para todos os efeitos.

## CAPÍTULO II DO PROGRAMA DE ESTÁGIO

Art. 105 - Sem prejuízo das atribuições do quadro funcional, fica instituído o Programa de Concessão de Estágio Não obrigatório aplicado ao estágio de estudantes, na forma da legislação federal específica, com disponibilidade de vagas em igual número de Entes Federados que integre o Consórcio Público.

§ 1º - O recrutamento de candidatos para as vagas de estágio, dentre o contingente de alunos das instituições de ensino conveniadas, será feito:

I - diretamente pelo CISAMVI através de processo seletivo simplificado, de provas ou de provas e títulos, após prévia convocação por edital divulgado no site do Consórcio Público, no Diário Oficial dos Municípios e junto as Instituições de Ensino conveniadas;

II - em caso de urgência ou necessidade imediata, diretamente pela Instituição de Ensino ou pelos Agentes de Integração, através de processo seletivo ou cadastro.

§ 2º - A carga horária de estágio ficará estabelecida em 04 (quatro) horas diárias e 20 (vinte) horas semanais ou em 06 (seis) horas diárias e 30 (trinta) semanais, remuneradas através de bolsa-estágio nos seguintes valores:

I - R\$ 486,31 (quatrocentos e oitenta e seis reais e trinta e um centavos) mensais, no caso de estudantes do ensino superior, para jornada de 04 (quatro) horas diárias e 20 (vinte) horas semanais.

II - R\$ 726,54 (setecentos e vinte e seis reais e cinquenta e quatro centavos) mensais, no caso de estudantes do ensino superior, para jornada de 06 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais.

§ 3º - Sem prejuízo da contratação em favor do estagiário de seguro contra acidentes pessoais, cuja apólice seja compatível com valores de mercado, e do pagamento da remuneração de que trata

o parágrafo anterior, lhe será concedido:

I - auxílio-transporte mensal, consistente no fornecimento de vale-transporte, conforme estabelece a legislação federal específica e de acordo com as normas municipais.

II - auxílio-alimentação, na forma concedida aos empregados em geral, proporcionalmente a jornada diária de estágio.

III - período de recesso remunerado de 30 (trinta) dias, a ser gozado preferencialmente durante suas férias escolares e antes do encerramento do contrato, sempre que o estágio tenha duração igual ou superior a 1 (um) ano, ou proporcional nos demais casos, vedado sua indenização.

§ 4º - O valor da bolsa-estágio será revisado em janeiro de cada ano pelos mesmos índices aplicados à revisão geral anual da remuneração dos servidores do Consórcio Público.

Art. 106 - O Consórcio Público poderá, também, celebrar convênio de concessão de estágio obrigatório com Instituições de Ensino, assumindo responsabilidade pela contratação do seguro contra acidentes pessoais, cuja apólice seja compatível com valores de mercado, e mediante remuneração equivalente a 50% (cinquenta por cento) do valor estabelecido para contraprestação do estágio não obrigatório.

## TÍTULO VIII

### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 107 - O "Dia do Servidor Público" será comemorado em 28 de outubro.

§ 1º - Caberá ao Presidente do Consórcio Público estabelecer ponto facultativo na data de que trata o "caput" deste artigo, se necessário.

§ 2º - Por conveniência ou necessidade de serviço a comemoração da data de que trata o "caput" deste artigo poderá ser antecipada ou postergada em alguns dias.

Art. 108 - A jornada normal de trabalho no Consórcio Público será:

I - de 8 (oito) horas diárias para o serviço administrativo, cujo desempenho seja atribuído a servidores com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais;

II - de 4 (quatro) horas diárias para os serviços cujo desempenho seja atribuído a servidores com carga horária de 20 (vinte) horas semanais.

§ 1º - A jornada de trabalho prevista neste artigo é do número de horas imposta ao servidor, podendo ser aumentada ou diminuída nos casos previstos neste regulamento, sempre com redução ou aumento de remuneração e de comum acordo entre as partes.

§ 2º - Observado o disposto no inciso XIII do artigo 7º da Constituição Federal, a Administração poderá estabelecer jornadas especiais de trabalho, plantões ou escalas.

Art. 109 - O Consórcio Público poderá ter servidores de sobreaviso ou e em escala de revezamento, para executarem serviços essenciais, serviços imprevistos ou para substituições de outros servidores que falem à escala organizada.

§ 1º - Considera-se de "sobreaviso" o servidor que permanecer em sua própria casa, aguardando a qualquer momento o chamado para o serviço.



§ 2º - Cada escala de "sobreaviso" será, no máximo, de vinte e quatro horas.

§ 3º - As horas de "sobreaviso", para todos os efeitos, serão contadas à razão de 1/3 (um terço) do salário normal.

§ 4º - Considera-se "em escala de revezamento" o servidor que ficar nas dependências do serviço público, executando atividades ou aguardando ordens.

§ 5º - A escala de revezamento será, no máximo, de doze horas de serviço por trinta e seis horas de descanso.

§ 6º - Quando, no estabelecimento ou dependência em que se achar o servidor, houver facilidade de alimentação, às doze horas de escala de revezamento, a que se refere o parágrafo anterior, poderão ser contínuas. Quando não existir essa facilidade, depois de seis horas de prontidão, haverá sempre um intervalo de uma hora para cada refeição, que não será, nesse caso, computada como de serviço.

Art. 110 - Para todos os efeitos previstos neste regulamento, os exames de sanidade física e mental serão obrigatoriamente realizados por médico do serviço público de saúde (SUS).

§ 1º - Em casos especiais, atendendo a natureza da enfermidade o Presidente do Consórcio Público poderá designar uma junta médica para proceder ao exame, dela fazendo parte obrigatoriamente, um médico do Município sede do CISAMVI.

§ 2º - O atestado médico apresentado pelos servidores poderá ter sua validade condicionada a ratificação posterior pelo serviço de medicina ocupacional do Consórcio Público.

Art. 111 - Contarão por dias corridos os prazos previstos nesta lei.

Parágrafo Único - Computar-se-á no prazo o dia inicial prorrogando-se para o primeiro dia útil o vencimento que incidir em sábado, domingo ou feriado.

Art. 112 - Este Regulamento entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Blumenau, SC, em 29 de julho de 2014.

Hartwig Persuhn

Presidente do CISAMVI

Prefeito de Doutor Pedrinho

Nicanor Morro

Prefeito de Apiuna

Moacir Polidoro

Prefeito de Ascurra

Jean Michel Grundmann

Prefeito de Benedito Novo

José Luiz Colombi

Prefeito de Botuverá

Napoleão Bernardes Neto

Prefeito de Blumenau

Paulo Roberto Eccel

Prefeito de Brusque

Pedro Celso Zuchi

Prefeito de Gaspar

Matias Kohler

Prefeito de Guabiruba

Sergio Almir dos Santos

Prefeito de Indaial

Rolf Nicolodelli

Prefeito de Pomerode

Fernando Tomaselli

Prefeito de Rio dos Cedros

Paulo Roberto Weiss

Prefeito de Rodeio

Laércio Demerval Schuster Junior

Prefeito de Timbó

Luiz Cláudio Kades

Assessor Jurídico - AMMVI/CISAMVI

OAB/SC 17.692